ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

SEÇÃO 1

Ano CLV Nº 60

Brasília - DF, quarta-feira, 28 de março de 2018

Sumário

PÁGINA
Atos do Poder Executivo 1
Presidência da República 9
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 37
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações 38
Ministério da Cultura 43
Ministério da Defesa 46
Ministério da Educação 50
Ministério da Fazenda 53
Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços 87
Ministério da Integração Nacional 87
Ministério da Justiça 90
Ministério da Saúde 91
Ministério das Cidades 147
Ministério de Minas e Energia 147
Ministério do Desenvolvimento Social 158
Ministério do Meio Ambiente 160
Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão 164
Ministério do Trabalho 174
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil 183
Ministério Extraordinário da Segurança Pública 184
Ministério Público da União 186
Tribunal de Contas da União 186
Poder Judiciário 187
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais .. 189

Atos do Poder Executivo

MINISTÉRIO DA SAÚDE

DECRETO DE 27 DE MARÇO DE 2018

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso XXI, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 4º da Lei nº 1.074, de 24 de março de 1950, resolve

C O N C E D E R

a Medalha de Ordem do Mérito Médico a:

I - na classe de Grã-Cruz:
GERALDO JOSÉ RODRIGUES ALCKIMIN FILHO, médico e Governador do Estado de São Paulo;
MARCELO COSTA E CASTRO, médico e Deputado Federal;
OSMAR GASPARINI TERRA, médico e Ministro de Estado do Desenvolvimento Social;

II - na classe de Grande Oficial:
ALEXANDRE AUGUSTUS SERFIOTIS, médico e Deputado Federal;
ANDRÉ FUFUCA, médico e Deputado Federal;
ARLINDO CHINAGLIA JÚNIOR, médico e Deputado Federal;
ARNON BEZERRA, médico e Deputado Federal;
CARLOS HUMBERTO MANNATO, médico e Deputado Federal;
CÉLIO ANTÔNIO DA SILVEIRA, médico e Deputado Federal;
DAMIÃO FELICIANO SILVA, médico e Deputado Federal;
DARCÍSIO PAULO PERONDI, médico e Deputado Federal;
EDUARDO AMORIM, médico e Senador da República;
EDUARDO LUIZ BARROS BARBOSA, médico e Deputado Federal;
FÁBIO VILAS-BOAS PINTO, médico e Secretário da Saúde do Estado da Bahia;
GERALDO RESENDE PEREIRA, médico e Deputado Federal;
HIRAN MANUEL GONÇALVES DA SILVA, médico e Deputado Federal;
HUGO MOTTA WANDERLEY DA NÓBREGA, médico e Deputado Federal;
ISRAEL ROZEMBERG, médico;
JESSICA ROJAS SALES, médica e Deputada Federal;
JOHNATHAN PEREIRA DE JESUS, médico e Deputado Federal;
JORGE SILVA, médico e Deputado Federal;
JOSÉ ALVES ROCHA, médico e Deputado Federal;
JOSÉ CAVALCANTI ALVES JUNIOR, médico e Deputado Federal;
JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS REZENDE FILHO, médico e Deputado Federal;
LELO COIMBRA, médico e Deputado Federal;
LEONARDO MOURA VILELA, médico e Secretário de Estado da Saúde do Estado de Goiás;
LUCIANO DUCCI, médico e Deputado Federal;
LUIZ HENRIQUE MANDETTA, médico e Deputado Federal;
MARCELO BELINATI, médico e Deputado Federal;
MARCO ANTONIO ARAÚJO DA ROCHA LOURES, médico e Presidente da Sociedade Paranaense de Reumatologia;
MARCOS MONTES CORDEIRO, médico e Deputado Federal;
MARIANA FONSECA RIBEIRO CARVALHO DE MORAES, médica e Deputada Federal;
MARIO LUCIO HERINGER, médico e Deputado Federal;
PAULO ROBERTO FOLETTO, médico e Deputado Federal;
OTÁVIO VAZ, médico do Hospital Samaritano, Estado do Rio de Janeiro;
OTTO ROBERTO MENDONÇA DE ALENCAR, médico e Senador da República;
PAULO ROBERTO FOLETTO, médico e Deputado Federal;
RAIMUNDO GOMES DE MATOS, médico e Deputado Federal;
ROBERTO PEREIRA DE BRITTO, médico e Deputado Federal;
RONALDO RAMOS CAIADO, médico e Senador da República;
SEBASTIÃO OLIVEIRA, médico e Deputado Federal;
SÉRGIO VIDIGAL, médico e Deputado Federal;
SINVAL MALHEIROS JÚNIOR, médico e Deputado Federal;
TANIA RAQUEL DE QUEIROZ MUNIZ, médica e Deputada Federal;
VITAL DO RÊGO, médico e Senador da República;
VITOR LIPPI, médico e Deputado Federal;
ZENAIDE MAIA CALADO PEREIRA DOS SANTOS, médica e Deputada Federal; e
WALDEMIR MOKA MIRANDA DE BRITTO, médico e Senador da República; e

III - na classe Comendador:
AKIRA HOMMA, médico veterinário e Presidente do Conselho Político e Estratégico de Bio-Manguinhos da Fundação Oswaldo Cruz;
ÁLVARO ANTÔNIO MELO MACHADO, médico e consultor em saúde pública;
DANIELLA FERNANDES, médica do Polo Base de Angra dos Reis, Estado do Rio de Janeiro, Distrito Sanitário Especial Indígena Litoral Sul;
EDGAR ANTUNES NETO, médico e Presidente do Hospital do Açúcar;
JURANDI FRUTUOSO SILVA, médico e Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Secretários de Saúde;
LINCOLN LOPES FERREIRA, médico e Presidente da Associação Médica Brasileira;
NELSON ARNS NEUMANN, médico e Coordenador Nacional Adjunto da Pastoral da Criança;
NELSON RODRIGUES DOS SANTOS, médico e professor colaborador da Universidade Estadual de Campinas e Presidente do Instituto de Direito Sanitário Aplicado;
PEDRO FERNANDO DA COSTA VASCONCELOS, médico e Diretor do Instituto Evandro Chagas; e
PEDRO LUIZ TAUIL, médico e professor da área de medicina social da Faculdade de Medicina da Universidade de Brasília.

Brasília, 27 de março de 2018; 197º da Independência e 130º da República.

MICHEL TEMER
Ricardo José Magalhães Barros

DECRETO Nº 9.320, DE 27 DE MARÇO DE 2018

Altera o Decreto nº 8.901, de 10 de novembro de 2016, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Saúde, remaneja cargos em comissão e funções de confiança e transforma cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, caput, inciso VI, alínea "a", da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam remanejados, na forma do Anexo I, os seguintes cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE:

I - do Ministério da Saúde para a Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão:

a) sete DAS 101.3;

b) dezessete DAS 101.2;

c) um DAS 102.3;

d) um DAS 102.2; e

e) uma FCPE 102.1; e

II - da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão para o Ministério da Saúde:

a) vinte e seis DAS 101.4; e

b) uma FCPE 101.1.

Art. 2º Os ocupantes dos cargos em comissão e da função de confiança que deixam de existir na estrutura regimental do Ministério da Saúde por força deste Decreto ficam automaticamente exonerados ou dispensado.

Art. 3º Os apostilamentos decorrentes das alterações promovidas na Estrutura Regimental do Ministério da Saúde deverão ocorrer na data de entrada em vigor deste Decreto.

Parágrafo único. O Ministro de Estado da Saúde publicará, no Diário Oficial da União, no prazo de trinta dias, contado da data de entrada em vigor deste Decreto, a relação nominal dos titulares dos cargos em comissão e das funções de confiança a que se refere o Anexo II, que indicará, inclusive, o número de cargos e funções vagos, suas denominações e seus níveis.

Art. 4º O Anexo II ao Decreto nº 8.901, de 10 de novembro de 2016, passa a vigorar na forma do Anexo II a este Decreto.

Art. 5º Ficam transformados, na forma do Anexo III, em vinte e um DAS-4, nos termos do art. 8º da Lei nº 13.346, de 10 de outubro de 2016, os seguintes cargos em comissão do Grupo-DAS:

I - dez DAS-3;

II - vinte e um DAS-2; e

III - trinta e três DAS-1.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800001

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 6º O Anexo I ao Decreto nº 8.901, de 2016, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 4º .....

.....

XV - organizar a estrutura técnica, financeira, funcional e administrativa da Comissão Intergestores Tripartite no âmbito do SUS;

XVI - realizar a articulação dos órgãos do Ministério da Saúde com o Conselho Nacional de Saúde; e

XVII - gerir e promover o atendimento das demandas judiciais no âmbito do Ministério da Saúde, que tenham por objeto impor à União a aquisição de medicamentos, insumos, material médico-hospitalar e a contratação de serviços destinados aos usuários do SUS.

....." (NR)

Art. 7º Fica revogado o Decreto nº 9.008, de 23 de março de 2017.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor em 17 de abril de 2018.

Brasília, 27 de março de 2018; 197º da Independência e 130º da República.

MICHEL TEMER
Ricardo José Magalhães Barros
Dyogo Henrique de Oliveira

ANEXO I

REMANEJAMENTO DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES DE CONFIANÇA

CÓDIGO	DAS-UNITÁRIO	DO MS PARA SEGES/MP (a)		DA SEGES/MP PARA MS (b)	
	QTD.	VALOR TOTAL	QTD.	VALOR TOTAL	
DAS 101.4	3,84			26	99,84
DAS 101.3	2,10	7	14,70		
DAS 101.2	1,27	17	21,59		
DAS 102.3	2,10	1	2,10		
DAS 102.2	1,27	1	1,27		
FCPE 101.1	0,60			1	0,60
FCPE 102.1	0,60	1	0,60		
SUBTOTAL		27	40,26	27	100,44
SALDO DO REMANEJAMENTO (c = b - a)				0	60,18

ANEXO II

(Anexo II ao Decreto nº 8.901, de 10 de novembro de 2016)

a) QUADRO DEMONSTRATIVO DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA DO MINISTÉRIO DA SAÚDE:

UNIDADE	CARGO/FUNÇÃO/Nº	DENOMINAÇÃO CARGO/FUNÇÃO	NE/DAS/FCPE/FG
	5	Assessor Especial	DAS 102.5
	1	Diretor de Programa	DAS 101.5
	2	Assessor	DAS 102.4
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
	1	Assessor Técnico	FCPE 102.3
GABINETE	1	Chefe de Gabinete	DAS 101.5
	1	Assessor	DAS 102.4
	1	Assistente	DAS 102.2
	1	Assistente	FCPE 102.2
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
Divisão	3	Chefe	FCPE 101.2
Serviço	1	Chefe	DAS 101.1
Serviço	2	Chefe	FCPE 101.1
	19	Assistente I	FG-1
	14	Assistente II	FG-2
	16	Assistente III	FG-3
Assessoria de Assuntos Internacionais de Saúde	1	Chefe de Assessoria	DAS 101.4
Divisão	1	Chefe	FCPE 101.2
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
Serviço	2	Chefe	DAS 101.1
	1	Assistente I	FG-1
	2	Assistente II	FG-2
	1	Assistente III	FG-3
Assessoria de Comunicação Social	1	Chefe de Assessoria	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Serviço	4	Chefe	DAS 101.1
Serviço	1	Chefe	FCPE 101.1
	1	Assistente I	FG-1
	2	Assistente II	FG-2
	2	Assistente III	FG-3
Assessoria Parlamentar	1	Chefe de Assessoria	DAS 101.4
Divisão	2	Chefe	DAS 101.2
Serviço	2	Chefe	DAS 101.1
	1	Assistente I	FG-1
	1	Assistente II	FG-2
	2	Assistente III	FG-3
Assessoria de Cerimonial	1	Chefe de Assessoria	DAS 101.4
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
Divisão	1	Chefe	FCPE 101.2
Serviço	3	Chefe	DAS 101.1
SECRETARIA-EXECUTIVA	1	Secretário-Executivo	NE
	2	Diretor de Programa	DAS 101.5
	2	Assessor	DAS 102.4
	2	Assessor Técnico	FCPE 102.3
	2	Assistente	DAS 102.2
	2	Assistente Técnico	DAS 102.1
	1	Assistente Técnico	FCPE 102.1
	4	Assistente I	FG-1
	5	Assistente II	FG-2
Gabinete	1	Chefe de Gabinete	DAS 101.4
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
	1	Assessor Técnico	FCPE 102.3
Serviço	1	Chefe	FCPE 101.1
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
	1	Assistente Técnico	FCPE 102.1
	4	Assistente I	FG-1
	6	Assistente II	FG-2
	4	Assistente III	FG-3
Coordenação-Geral de Gestão de Demandas Judiciais em Saúde	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
Coordenação	3	Coordenador	DAS 101.3
Subsecretaria de Assuntos Administrativos	1	Subsecretário	DAS 101.5
Divisão	1	Chefe	FCPE 101.2
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
	1	Assistente Técnico	FCPE 102.1
	3	Assistente I	FG-1
	2	Assistente II	FG-2
	2	Assistente III	FG-3
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
	1	Assistente	FCPE 102.2

MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA
Presidente da República

ELISEU LEMOS PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil

PEDRO ANTONIO BERTONE ATAÍDE
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
SEÇÃO 1
Publicação de atos normativos
SEÇÃO 2
Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal
SEÇÃO 3
Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas
http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: (61) 3441-9450

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

HELDER KLEIST OLIVEIRA
Coordenador de Editoração e Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800002

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

	1	Assistente Técnico	FCPE 102.1
Coordenação-Geral de Documentação e Informação	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Coordenação	3	Coordenador	DAS 101.3
Divisão	2	Chefe	DAS 101.2
Divisão	3	Chefe	FCPE 101.2
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
Serviço	2	Chefe	DAS 101.1
Serviço	6	Chefe	FCPE 101.1
Seção	2	Chefe	FG-1
	7	Assistente I	FG-1
	6	Assistente II	FG-2
	4	Assistente III	FG-3
Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Coordenação	2	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação	3	Coordenador	FCPE 101.3
Divisão	3	Chefe	DAS 101.2
Divisão	4	Chefe	FCPE 101.2
	1	Assistente	DAS 102.2
Serviço	6	Chefe	DAS 101.1
	4	Assistente Técnico	DAS 102.1
Serviço	10	Chefe	FCPE 101.1
	1	Assistente Técnico	FCPE 102.1
Seção	5	Chefe	FG-1
	15	Assistente I	FG-1
	3	Assistente III	FG-3
Coordenação-Geral de Administração e Logística	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Coordenação	2	Coordenador	FCPE 101.3
	1	Assistente	FCPE 102.2
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
Divisão	2	Chefe	FCPE 101.2
Serviço	1	Chefe	DAS 101.1
Serviço	1	Chefe	FCPE 101.1
	1	Assistente Técnico	FCPE 102.1
Serviço	1	Chefe	FCPE 101.1
	1	Assistente Técnico	FCPE 102.1
	7	Assistente I	FG-1
	2	Assistente II	FG-2
	4	Assistente III	FG-3
Coordenação-Geral de Material e Patrimônio	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	3	Coordenador	FCPE 101.3
Serviço	3	Chefe	FCPE 101.1
Divisão	5	Chefe	FCPE 101.2
	1	Assistente	FCPE 102.2
Seção	1	Chefe	FG-1
Subsecretaria de Planejamento e Orçamento	1	Subsecretário	DAS 101.5
	1	Gerente de Projeto	DAS 101.4
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
	1	Assistente	DAS 102.2
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
	2	Assistente Técnico	FCPE 102.1
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
	4	Assistente III	FG-3
Coordenação-Geral de Planejamento	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	3	Assessor Técnico	DAS 102.3
	3	Assistente	DAS 102.2
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
	2	Assistente Técnico	FCPE 102.1
	4	Assistente I	FG-1
Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	3	Coordenador	FCPE 101.3
	3	Assistente	FCPE 102.2
	4	Assistente Técnico	DAS 102.1
	1	Assistente Técnico	FCPE 102.1
	1	Assistente I	FG-1
	2	Assistente II	FG-2
	2	Assistente III	FG-3

Diretoria-Executiva do Fundo Nacional de Saúde	1	Diretor-Executivo	DAS 101.5
	1	Gerente de Projeto	FCPE 101.4
	1	Gerente de Projeto	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
Divisão	3	Chefe	FCPE 101.2
	1	Assistente I	FG-1
	1	Assistente II	FG-2
Coordenação-Geral de Análise e Formalização de Investimentos	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	2	Coordenador	DAS 101.3
Divisão	3	Chefe	FCPE 101.2
	2	Assistente II	FG-2
Coordenação-Geral de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
Coordenação	3	Coordenador	DAS 101.3
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
Divisão	6	Chefe	FCPE 101.2
	3	Assistente II	FG-2
Coordenação-Geral de Acompanhamento de Investimentos e Análise de Contas	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	2	Coordenador	DAS 101.3
Divisão	3	Chefe	FCPE 101.2
Departamento de Logística em Saúde	1	Diretor	DAS 101.5
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Divisão	4	Chefe	FCPE 101.2
	8	Assistente I	FG-1
	3	Assistente II	FG-2
	2	Assistente III	FG-3
Coordenação-Geral de Análise das Contratações de Insumos Estratégicos para Saúde	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Divisão	2	Chefe	FCPE 101.2
Coordenação-Geral de Licitações e Contratos de Insumos Estratégicos para Saúde	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
Divisão	2	Chefe	FCPE 101.2
Coordenação-Geral de Armazenagem e Distribuição de Insumos Estratégicos para Saúde	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Central de Armazenagem e Distribuição de Insumos Estratégicos para Saúde	1	Chefe de Central	DAS 101.3
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Divisão	1	Chefe	FCPE 101.2
Serviço	1	Chefe	FCPE 101.1
Departamento de Economia da Saúde, Investimentos e Desenvolvimento	1	Diretor	DAS 101.5
Serviço	1	Chefe	FCPE 101.1
	1	Assistente III	FG-3
Coordenação-Geral de Economia da Saúde	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	4	Coordenador	FCPE 101.3
	2	Assistente Técnico	DAS 102.1
Coordenação-Geral de Programas e Projetos de Cooperação Técnica	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	2	Coordenador	FCPE 101.3
	1	Assistente	DAS 102.2
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
	1	Assistente III	FG-3
Departamento de Monitoramento e Avaliação do SUS	1	Diretor	DAS 101.5
Coordenação-Geral de Monitoramento e Avaliação	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
	1	Assistente	FCPE 102.2

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800003

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

	1	Assistente Técnico	FCPE 102.1
	1	Assistente II	FG-2
Coordenação-Geral de Gestão da Informação Estratégica	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
	1	Assistente	FCPE 102.2
	1	Assistente II	FG-2
Departamento de Informática do SUS	1	Diretor	DAS 101.5
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
Divisão	1	Chefe	FCPE 101.2
	1	Assistente	FCPE 102.2
Serviço	1	Chefe	DAS 101.1
	5	Assistente I	FG-1
Coordenação-Geral de Análise e Manutenção	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	2	Coordenador	FCPE 101.3
	2	Assistente	DAS 102.2
Divisão	1	Chefe	FCPE 101.2
	5	Assistente I	FG-1
Coordenação-Geral de Gestão de Projetos	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	2	Coordenador	FCPE 101.3
Coordenação-Geral de Infraestrutura	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	2	Coordenador	FCPE 101.3
Divisão	2	Chefe	FCPE 101.2
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
	1	Assistente	DAS 102.2
	1	Assistente I	FG-1
	1	Assistente III	FG-3
Coordenação-Geral de Disseminação de Informações em Saúde	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
Divisão	1	Chefe	FCPE 101.2
	1	Assistente	DAS 102.2
	3	Assistente I	FG-1
Departamento de Articulação Interfederativa	1	Diretor	DAS 101.5
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Serviço	1	Chefe	DAS 101.1
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
	2	Assistente I	FG-1
	1	Assistente II	FG-2
Coordenação-Geral de Cooperação Interfederativa	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	1	Assistente	DAS 102.2
Coordenação-Geral de Contratualização Interfederativa	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
	1	Assistente	DAS 102.2
Coordenação-Geral de Articulação de Instrumentos da Gestão Interfederativa	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
Núcleos Estaduais			
Coordenação-Geral do Núcleo Estadual	26	Coordenador-Geral do Núcleo Estadual	DAS 101.4
Divisão	4	Chefe	FCPE 101.2
Serviço	34	Chefe	FCPE 101.1
Seção	94	Chefe	FG-1
CONSULTORIA JURÍDICA	1	Consultor Jurídico	DAS 101.5
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
	1	Assistente	DAS 102.2
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
	2	Assistente Técnico	DAS 102.1
	4	Assistente I	FG-1
	1	Assistente II	FG-2
	1	Assistente III	FG-3
Coordenação-Geral de Gestão, Assuntos Disciplinares e de Pessoal	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
Divisão	2	Chefe	FCPE 101.2
Serviço	2	Chefe	DAS 101.1

Coordenação-Geral de Assuntos de Saúde e Atos Normativos	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
Coordenação-Geral de Análise Jurídica de Licitações, Contratos e Instrumentos Congêneres	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
Coordenação-Geral de Assuntos Judiciais	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
ASSESSORIA ESPECIAL DE CONTROLE INTERNO	1	Chefe de Assessoria	DAS 101.5
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
Serviço	1	Chefe	DAS 101.1
CORREGEDORIA-GERAL	1	Corregedor-Geral	FCPE 101.4
Coordenação	2	Coordenador	FCPE 101.3

SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE	1	Secretário	DAS 101.6
	1	Gerente de Projeto	DAS 101.4
	2	Assessor	DAS 102.4
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
	1	Assistente Técnico	FCPE 102.1
Gabinete	1	Chefe de Gabinete	DAS 101.4
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
	1	Assessor Técnico	FCPE 102.3
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
	3	Assistente	DAS 102.2
	1	Assistente	FCPE 102.2
Serviço	1	Chefe	DAS 101.1
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
	3	Assistente I	FG-1
	3	Assistente II	FG-2
	1	Assistente III	FG-3
Coordenação-Geral de Planejamento e Orçamento	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
	1	Assessor Técnico	FCPE 102.3
	1	Assistente	FCPE 102.2
	1	Assistente Técnico	FCPE 102.1
	1	Assistente I	FG-1
	1	Assistente II	FG-2
Coordenação-Geral de Informação e Monitoramento de Serviços e Redes de Atenção à Saúde	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação-Geral da Política Nacional de Humanização	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Departamento de Atenção Básica	1	Diretor	DAS 101.5
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
	1	Assessor Técnico	FCPE 102.3
Divisão	1	Chefe	FCPE 101.2
Coordenação-Geral de Gestão da Atenção Básica	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	1	Assistente	FCPE 102.2
Coordenação-Geral de Saúde Bucal	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação-Geral de Acompanhamento e Avaliação da Atenção Básica	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	1	Assessor Técnico	FCPE 102.3
Coordenação-Geral de Alimentação e Nutrição	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	1	Assessor Técnico	FCPE 102.3

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800004

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Departamento de Atenção Hospitalar e de Urgência	1	Diretor	DAS 101.5
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
	1	Assistente	FCPE 102.2
Divisão	1	Chefe	FCPE 101.2
	3	Assistente Técnico	DAS 102.1
	1	Assistente I	FG-1
	1	Assistente III	FG-3
Coordenação-Geral de Urgência e Emergência	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
	1	Assistente	FCPE 102.2
Coordenação-Geral de Atenção Hospitalar	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
	1	Assistente	DAS 102.2
	1	Assistente	FCPE 102.2
	2	Assistente II	FG-2
	1	Assistente III	FG-3
Departamento de Ações Programáticas Estratégicas	1	Diretor	DAS 101.5
	2	Assessor Técnico	DAS 102.3
	2	Assessor Técnico	FCPE 102.3
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
	1	Assistente	DAS 102.2
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
Coordenação-Geral de Saúde das Mulheres	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação-Geral de Saúde da Criança e Aleitamento Materno	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação-Geral de Saúde dos Adolescentes e Jovens	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação-Geral de Saúde da Pessoa com Deficiência	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação-Geral de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Departamento de Regulação, Avaliação e Controle de Sistemas	1	Diretor	DAS 101.5
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
Divisão	1	Chefe	FCPE 101.2
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
	1	Assistente I	FG-1
Coordenação-Geral dos Sistemas de Informação	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
	1	Assessor Técnico	FCPE 102.3
	1	Assistente	DAS 102.2
	3	Assistente Técnico	DAS 102.1
	1	Assistente Técnico	FCPE 102.1
	2	Assistente II	FG-2
Coordenação-Geral de Controle de Serviços e Sistemas	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	2	Assessor Técnico	FCPE 102.3
	1	Assistente	DAS 102.2
	3	Assistente Técnico	DAS 102.1
	3	Assistente Técnico	FCPE 102.1
	2	Assistente II	FG-2
	1	Assistente III	FG-3
Coordenação-Geral de Regulação e Avaliação	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
	2	Assessor Técnico	FCPE 102.3
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
Coordenação-Geral de Planejamento e Programação das Ações de Saúde	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	1	Assessor Técnico	FCPE 102.3
Departamento de Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social em Saúde	1	Diretor	DAS 101.5
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
	2	Assistente III	FG-3
Coordenação-Geral de Análise e Gestão de Processos e Sistemas	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação-Geral de Certificação	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Departamento de Atenção Especializada e Temática	1	Diretor	DAS 101.5
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Divisão	1	Chefe	FCPE 101.2
	1	Assistente Técnico	FCPE 102.1
Coordenação-Geral de Atenção Especializada	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
	1	Assistente	FCPE 102.2
Coordenação-Geral de Sangue e Hemoderivados	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
Coordenação-Geral do Sistema Nacional de Transplantes	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
	1	Assistente	FCPE 102.2
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
Departamento de Gestão Hospitalar no Estado do Rio de Janeiro	1	Diretor	DAS 101.5
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
Divisão	1	Chefe	FCPE 101.2
	10	Assistente I	FG-1
Coordenação-Geral de Administração	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
Coordenação-Geral de Assistência	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
Hospital Federal de Ipanema	1	Diretor de Hospital	DAS 101.4
Coordenação	2	Coordenador	DAS 101.3
Divisão	2	Chefe	FCPE 101.2
Serviço	6	Chefe	FCPE 101.1
	2	Assistente I	FG-1
Seção	3	Chefe	FG-1
Hospital Federal da Lagoa	1	Diretor de Hospital	DAS 101.4
Coordenação	2	Coordenador	DAS 101.3
Divisão	2	Chefe	FCPE 101.2
Serviço	7	Chefe	FCPE 101.1
	5	Assistente I	FG-1
Hospital Federal do Andaraí	1	Diretor de Hospital	DAS 101.4
Coordenação	2	Coordenador	DAS 101.3
Divisão	2	Chefe	FCPE 101.2
Serviço	7	Chefe	FCPE 101.1
	7	Assistente I	FG-1
Hospital Federal Cardoso Fontes	1	Diretor de Hospital	DAS 101.4
Coordenação	2	Coordenador	DAS 101.3
Divisão	2	Chefe	FCPE 101.2
Serviço	7	Chefe	FCPE 101.1
	3	Assistente I	FG-1
Seção	3	Chefe	FG-1
Hospital Federal dos Servidores do Estado	1	Diretor de Hospital	DAS 101.4
Coordenação	3	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
Divisão	6	Chefe	DAS 101.2
Divisão	2	Chefe	FCPE 101.2
Serviço	2	Chefe	FCPE 101.1
	2	Assistente III	FG-3
Hospital Federal de Bonsucesso	1	Diretor de Hospital	DAS 101.4
	1	Assistente	DAS 102.2
Coordenação	4	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
Divisão	8	Chefe	DAS 101.2
Divisão	1	Chefe	FCPE 101.2
Serviço	1	Chefe	FCPE 101.1

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800005

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva	1	Diretor-Geral	DAS 101.5
	1	Assistente	DAS 102.2
Gabinete	1	Chefe de Gabinete	FCPE 101.3
Coordenação	6	Coordenador	FCPE 101.3
Hospital	4	Diretor de Hospital	FCPE 101.3
Centro	1	Chefe de Centro	FCPE 101.3
Divisão	32	Chefe	FCPE 101.2
Serviço	33	Chefe	DAS 101.1
Seção	44	Chefe	FG-1
Instituto Nacional de Cardiologia	1	Diretor de Instituto	DAS 101.4
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
Coordenação	3	Coordenador	DAS 101.3
Divisão	3	Chefe	DAS 101.2
Divisão	3	Chefe	FCPE 101.2
Serviço	2	Chefe	DAS 101.1
Serviço	2	Chefe	FCPE 101.1
	2	Assistente III	FG-3
Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia Jamil Haddad	1	Diretor de Instituto	DAS 101.4
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
Coordenação	3	Coordenador	DAS 101.3
Divisão	2	Chefe	DAS 101.2
Divisão	4	Chefe	FCPE 101.2
Serviço	3	Chefe	FCPE 101.1
	2	Assistente III	FG-3
SECRETARIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE	1	Secretário	DAS 101.6
	1	Diretor de Programa	DAS 101.5
	1	Assessor Técnico	FCPE 102.3
Gabinete	1	Chefe de Gabinete	DAS 101.4
	1	Assistente	FCPE 102.2
	1	Assistente Técnico	FCPE 102.1
	12	Assistente I	FG-1
	1	Assistente III	FG-3
Divisão	1	Chefe	FCPE 101.2
Coordenação-Geral de Planejamento e Orçamento	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
	1	Assessor Técnico	FCPE 102.3
	1	Assistente	DAS 102.2
Departamento de Gestão da Educação na Saúde	1	Diretor	DAS 101.5
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
	1	Assessor Técnico	FCPE 102.3
Serviço	1	Chefe	FCPE 101.1
	2	Assistente I	FG-1
Coordenação-Geral de Ações Estratégicas em Educação na Saúde	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação-Geral de Ações Técnicas em Educação na Saúde	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
	1	Assistente	FCPE 102.2
Departamento de Gestão e da Regulação do Trabalho em Saúde	1	Diretor	DAS 101.5
Coordenação-Geral da Gestão do Trabalho em Saúde	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
	1	Assessor Técnico	FCPE 102.3
	1	Assistente	FCPE 102.2
Coordenação-Geral da Regulação e Negociação do Trabalho em Saúde	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	1	Assessor Técnico	FCPE 102.3
	2	Assistente	DAS 102.2
	1	Assistente	FCPE 102.2
Departamento de Planejamento e Regulação da Provisão de Profissionais de Saúde	1	Diretor	DAS 101.5
Coordenação-Geral de Regulação e Gestão da Provisão de Profissionais de Saúde	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação-Geral de Execução de Ações Pedagógicas	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Coordenação de Implementação das Ações dos Programas de Provisão de Profissionais de Saúde	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS	1	Secretário	DAS 101.6
Gabinete	1	Chefe de Gabinete	DAS 101.4
	3	Assessor Técnico	FCPE 102.3
	6	Assistente I	FG-1
Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos	1	Diretor	DAS 101.5
	2	Assessor Técnico	FCPE 102.3
Coordenação-Geral de Assistência Farmacêutica Básica	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
Coordenação-Geral de Assistência Farmacêutica e Medicamentos Estratégicos	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação-Geral do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação-Geral de Monitoramento das Políticas Nacionais de Assistência Farmacêutica e de Medicamentos	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Departamento de Ciência e Tecnologia	1	Diretor	DAS 101.5
Coordenação-Geral de Gestão do Conhecimento em Ciência e Tecnologia	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação-Geral de Fomento à Pesquisa e à Avaliação de Tecnologias em Saúde	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
Departamento do Complexo Industrial e Inovação em Saúde	1	Diretor	DAS 101.5
	2	Assessor Técnico	FCPE 102.3
Coordenação-Geral de Equipamentos e Materiais de uso em Saúde	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	1	Assessor Técnico	FCPE 102.3
Coordenação-Geral de Assuntos Regulatórios	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	1	Assessor Técnico	FCPE 102.3
Coordenação-Geral de Base Química e Biotecnológica	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Departamento de Gestão e Incorporação de Tecnologias em Saúde	1	Diretor	DAS 101.5
Coordenação	3	Coordenador	FCPE 101.3
SECRETARIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA E PARTICIPATIVA	1	Secretário	DAS 101.6
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
Gabinete	1	Chefe de Gabinete	DAS 101.4
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
	1	Assistente	DAS 102.2
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
	4	Assistente I	FG-1
	1	Assistente II	FG-2
Coordenação-Geral de Planejamento e Orçamento	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
	1	Assistente	DAS 102.2
	1	Assistente I	FG-1
Departamento de Ouvidoria-Geral do SUS	1	Diretor	DAS 101.5
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800006

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Serviço	1	Chefe	FCPE 101.1
	1	Assistente II	FG-2
Coordenação-Geral de Planejamento e Operacionalização das Ouvidorias	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	1	Assistente I	FG-1
Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social	1	Diretor	DAS 101.5
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
	2	Assistente	DAS 102.2
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
	3	Assistente II	FG-2
Coordenação-Geral de Apoio ao Controle Social, à Educação Popular em Saúde e às Políticas de Equidade do SUS	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	2	Assistente I	FG-1
Departamento Nacional de Auditoria do SUS	1	Diretor	DAS 101.5
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
Divisão	1	Chefe	FCPE 101.2
	2	Assistente	DAS 102.2
Serviço	1	Chefe	FCPE 101.1
	1	Assistente Técnico	FCPE 102.1
	2	Assistente I	FG-1
Coordenação-Geral de Auditoria	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
Coordenação	3	Coordenador	FCPE 101.3
	1	Assistente	DAS 102.2
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
	4	Assistente I	FG-1
Coordenação-Geral de Promoção do Sistema Nacional de Auditoria	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	2	Coordenador	FCPE 101.3
Coordenação-Geral de Monitoramento de Recomendações de Auditoria	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	1	Assistente	DAS 102.2
	2	Assistente Técnico	DAS 102.1

SECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE	1	Secretário	DAS 101.6
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
Gabinete	1	Chefe de Gabinete	DAS 101.4
	1	Assistente	FCPE 102.2
	2	Assistente Técnico	DAS 102.1
Divisão	1	Chefe	FCPE 101.2
	3	Assistente Técnico	FCPE 102.1
	1	Assistente I	FG-1
Coordenação-Geral de Planejamento e Orçamento	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis	1	Diretor	DAS 101.5
Coordenação-Geral de Doenças Transmissíveis	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	2	Assessor Técnico	FCPE 102.3
	1	Assistente I	FG-1
Coordenação-Geral do Programa Nacional de Controle da Tuberculose	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	2	Assessor Técnico	FCPE 102.3
Coordenação-Geral do Programa Nacional de Imunizações	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	2	Assessor Técnico	FCPE 102.3
	1	Assistente I	FG-1
Coordenação-Geral de Hanseníase e Doenças em Eliminação	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	1	Assessor Técnico	FCPE 102.3
Coordenação-Geral dos Programas Nacionais de Controle e Prevenção da Malária e das Doenças transmitidas pelo Aedes	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	2	Assessor Técnico	FCPE 102.3
Departamento de Vigilância de Doenças e Agravos Não Transmissíveis e Promoção da Saúde	1	Diretor	DAS 101.5
	1	Assessor Técnico	FCPE 102.3
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
	2	Assistente I	FG-1
Coordenação-Geral de Vigilância de Doenças e Agravos Não Transmissíveis e Promoção da Saúde	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação-Geral de Informações e Análise Epidemiológicas	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Departamento de Gestão da Vigilância em Saúde	1	Diretor	DAS 101.5
Coordenação-Geral de Laboratórios de Saúde Pública	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	2	Coordenador	DAS 101.3
	1	Assistente I	FG-1
Coordenação-Geral de Desenvolvimento da Epidemiologia em Serviços	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das Infecções Sexualmente Transmissíveis, do HIV/Aids e das Hepatites Virais	1	Diretor	DAS 101.5
Coordenação-Geral de Ações Estratégicas em IST, Aids e Hepatites Virais	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
Coordenação-Geral de Vigilância e Prevenção de IST, Aids e Hepatites Virais	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
	1	Assistente Técnico	FCPE 102.1
Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador	1	Diretor	DAS 101.5
Coordenação-Geral de Vigilância em Saúde Ambiental	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	1	Assessor Técnico	FCPE 102.3
Coordenação-Geral de Saúde do Trabalhador	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	1	Assessor Técnico	FCPE 102.3
	1	Assistente	FCPE 102.2
Instituto Evandro Chagas	1	Diretor de Instituto	DAS 101.4
	2	Assistente Técnico	FCPE 102.1
Serviço	3	Chefe	DAS 101.1
Seção	9	Chefe	FG-1
Setor	6	Chefe	FG-2
Centro Nacional de Primatas	1	Diretor de Centro	DAS 101.3
	1	Assistente Técnico	FCPE 102.1
Serviço	3	Chefe	DAS 101.1
Seção	5	Chefe	FG-1

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800007

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SECRETARIA ESPECIAL DE SAÚDE INDÍGENA	1	Secretário	DAS 101.6
	1	Gerente de Projeto	DAS 101.4
	14	Assistente I	FG-1
Gabinete	1	Chefe de Gabinete	FCPE 101.4
Serviço	1	Chefe	FCPE 101.1
Coordenação-Geral de Planejamento e Orçamento	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Departamento de Atenção à Saúde Indígena	1	Diretor	DAS 101.5
Casa de Saúde Indígena	1	Chefe	DAS 101.1
Coordenação-Geral de Atenção Primária à Saúde Indígena	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Divisão	2	Chefe	FCPE 101.2
Departamento de Gestão da Saúde Indígena	1	Diretor	DAS 101.5
Divisão	1	Chefe	FCPE 101.2
Coordenação-Geral de Apoio à Gestão da Saúde Indígena	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Divisão	1	Chefe	FCPE 101.2
Departamento de Saneamento e Edificações de Saúde Indígena	1	Diretor	DAS 101.5
Coordenação-Geral de Saneamento e Edificações de Saúde Indígena	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Divisão	1	Chefe	FCPE 101.2
Distritos Sanitários Especiais Indígenas			
Tipo I	21	Coordenador Distrital de Saúde Indígena	DAS 101.4
Divisão	21	Chefe	FCPE 101.2
Casa de Saúde Indígena	44	Chefe	FCPE 101.1
Serviço	63	Chefe	FCPE 101.1
Seção	21	Chefe	FG-1
	35	Assistente I	FG-1
Tipo II	13	Coordenador Distrital de Saúde Indígena	DAS 101.3
Divisão	13	Chefe	FCPE 101.2
Casa de Saúde Indígena	17	Chefe	FCPE 101.1
Serviço	42	Chefe	FCPE 101.1
	1	Assistente Técnico	FCPE 102.1
Seção	13	Chefe	FG-1
	26	Assistente I	FG-1
Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Saúde	1	Secretário-Executivo	DAS 101.4
Coordenação	2	Coordenador	DAS 101.3
	2	Assistente	DAS 102.2
	1	Assistente I	FG-1
	2	Assistente II	FG-2
	2	Assistente III	FG-3

b) QUADRO RESUMO DE CUSTOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA DO MINISTÉRIO DA SAÚDE:

CÓDIGO	DAS-UNITÁRIO QTD.	SITUAÇÃO ATUAL		SITUAÇÃO NOVA	
		VALOR TOTAL	QTD.	VALOR TOTAL	
NE	6,41	1	6,41	1	6,41
DAS 101.6	6,27	6	37,62	6	37,62
DAS 101.5	5,04	41	206,64	41	206,64
DAS 101.4	3,84	119	456,96	145	556,80
DAS 101.3	2,10	76	159,60	69	144,90
DAS 101.2	1,27	64	81,28	47	59,69
DAS 101.1	1,00	69	69,00	69	69,00
DAS 102.5	5,04	5	25,20	5	25,20
DAS 102.4	3,84	7	26,88	7	26,88
DAS 102.3	2,10	30	63,00	29	60,90
DAS 102.2	1,27	39	49,53	38	48,26
DAS 102.1	1,00	45	45,00	45	45,00
SUBTOTAL 1		502	1.227,12	502	1.287,30
FCPE 101.4	2,30	24	55,20	24	55,20
FCPE 101.3	1,26	60	75,60	60	75,60
FCPE 101.2	0,76	152	115,52	152	115,52
FCPE 101.1	0,60	264	158,40	265	159,00
FCPE 102.3	1,26	43	54,18	43	54,18
FCPE 102.2	0,76	24	18,24	24	18,24
FCPE 102.1	0,60	30	18,00	29	17,40
SUBTOTAL 2		597	495,14	597	495,14
FG-1	0,20	445	89,00	445	89,00
FG-2	0,15	78	11,70	78	11,70
FG-3	0,12	65	7,80	65	7,80
SUBTOTAL 3		588	108,50	588	108,50
TOTAL		1.687	1.830,76	1.687	1.890,94

ANEXO III

DEMONSTRATIVO DOS CARGOS EM COMISSÃO DO GRUPO-DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIORES - DAS TRANSFORMADOS NOS TERMOS DO ART. 8º DA LEI Nº 13.346, DE 10 DE OUTUBRO DE 2016

CÓDIGO	DAS-UNITÁRIO QTD.	SITUAÇÃO ATUAL (a)		SITUAÇÃO NOVA (b)		DIFERENÇA (c = b - a)	
		VALOR TOTAL	QTD.	VALOR TOTAL	QTD.	VALOR TOTAL	
DAS - 4	3,84	-	0,00	21	80,64	21	80,64
DAS - 3	2,10	10	21,00	-	0,00	-10	-21,00
DAS - 2	1,27	21	26,67	-	0,00	-21	-26,67
DAS - 1	1,00	33	33,00	-	0,00	-33	-33,00
TOTAL		64	80,67	21	80,64	-43	-0,03

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 825, DE 27 DE MARÇO DE 2018

Abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República, no valor de R$ 1.200.000.000,00, para os fins que especifica.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62, combinado com o art. 167, § 3ª, da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1ª Fica aberto crédito extraordinário, em favor da Presidência da República, no valor de R$ 1.200.000.000,00 (um bilhão e duzentos milhões de reais), na forma dos Anexos I e II.

Art. 2º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 27 de março de 2018; 197ª da Independência e 130ª da República.

MICHEL TEMER
Dyogo Henrique de Oliveira

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República
UNIDADE: 20101 - Presidência da República

ANEXO I — Crédito Extraordinário
PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
2081		Justiça, Cidadania e Segurança Pública							1.200.000.000
		Operações Especiais							
06 181	2081 00QS	Ações decorrentes da Intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro na Área de Segurança Pública (Decreto nº 9.288/2018)							1.200.000.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800008

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

06 181	2081 00QS 6500	Ações decorrentes da Intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro na Área de Segurança Pública (Decreto nº 9.288/2018) - Nacional (Crédito Extraordinário)							1.200.000.000
			F	3	2	90	0	100	200.000.000
			F	3	2	90	0	300	700.000.000
			F	4	2	90	0	300	300.000.000
TOTAL - FISCAL									1.200.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.200.000.000

ÓRGÃO: 01000 - Câmara dos Deputados
UNIDADE: 01101 - Câmara dos Deputados
ANEXO II — Crédito Extraordinário
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0553	Atuação Legislativa da Câmara dos Deputados							189.796.583
		Atividades							
01 122	0553 20TP	Ativos Civis da União							169.796.583
01 122	0553 20TP 5664	Ativos Civis da União - Em Brasília - DF							169.796.583
			F	1	1	90	0	100	169.796.583
01 131	0553 2549	Comunicação e Divulgação Institucional							12.500.000
01 131	0553 2549 5664	Comunicação e Divulgação Institucional - Em Brasília - DF							12.500.000
			F	3	2	90	0	100	11.000.000
			F	4	2	90	0	100	1.500.000
01 031	0553 4061	Processo Legislativo, Fiscalização e Representação Política							2.000.000
01 031	0553 4061 5664	Processo Legislativo, Fiscalização e Representação Política - Em Brasília - DF							2.000.000
			F	4	2	90	0	100	2.000.000
		Projetos							
01 122	0553 12F2	Reforma dos Imóveis Funcionais Destinados à Moradia dos Deputados Federais							5.500.000
01 122	0553 12F2 5664	Reforma dos Imóveis Funcionais Destinados à Moradia dos Deputados Federais - Em Brasília - DF							5.500.000
			F	4	2	90	0	100	5.500.000
	0999	Reserva de Contingência							10.203.417
		Operações Especiais							
99 999	0999 0Z01	Reserva de Contingência Fiscal - Primária							10.203.417
99 999	0999 0Z01 0001	Reserva de Contingência Fiscal - Primária - Nacional							10.203.417
			F	1	1	90	0	100	10.203.417
TOTAL - FISCAL									200.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									200.000.000

Presidência da República

DESPACHOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Nº 154, de 27 de março de 2018. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto da Medida Provisória nº 825, de 27 de março de 2018.

Nº 155, de 27 de março de 2018. Encaminhamento ao Senado Federal, para apreciação, do nome do Senhor RAFAEL DE MELLO VIDAL, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Mali.

Nº 156, de 27 de março de 2018. Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de informações para instruir o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5.884.

Nº 157, de 27 de março de 2018. Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de informações para instruir o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5.901.

CONSELHO DO PROGRAMA DE PARCERIAS DE INVESTIMENTOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

RESOLUÇÃO Nº 31, DE 19 DE MARÇO DE 2018

Opina pela qualificação de empreendimentos de instalação de transmissão de energia elétrica no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República.

O CONSELHO DO PROGRAMA DE PARCERIAS DE INVESTIMENTOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 7º, **caput**, inciso I, da Lei nº 13.334, de 13 de setembro de 2016,

Considerando a necessidade de permitir que a administração pública federal concentre os seus esforços nas atividades em que a presença do Estado seja fundamental para a consecução das prioridades nacionais;

Considerando a necessidade de ampliar as oportunidades de investimento, emprego e renda no País e de estimular o desenvolvimento tecnológico e industrial nacional;

Considerando a necessidade de expandir a qualidade da infraestrutura pública e de conferir aos projetos de relevo o tratamento prioritário previsto na legislação vigente;

Considerando a necessidade de assegurar a oferta de energia elétrica de forma eficiente e ao menor preço para a sociedade brasileira e de viabilizar o fluxo de investimentos no setor elétrico, de forma a proporcionar a conexão de outras regiões ao Sistema Interligado Nacional; e

Considerando os ritos, as práticas regulatórias consolidadas no setor de energia elétrica e as características dos empreendimentos relacionados; resolve:

Art. 1º Opinar favoravelmente e submeter à deliberação do Presidente da República, para qualificação no âmbito do Programa de Parcerias de Investimento da Presidência da República - PPI e execução por meio de contratos de parceria com a iniciativa privada, as instalações de transmissão de energia elétrica, objeto do Leilão de Transmissão nº 2, de 2018, da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel.

Art. 2º Fica dispensada a observância às recomendações estabelecidas na Resolução nº 1, de 13 de setembro de 2016, do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República, para os empreendimentos de que trata esta Resolução.

Art. 3º O Anexo apresenta o cronograma estimado para a realização das licitações dos empreendimentos de que trata esta Resolução.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

W. MOREIRA FRANCO
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República

ADALBERTO SANTOS DE VASCONCELOS
Secretário Especial do Programa de Parcerias de Investimentos
da Secretaria-Geral da Presidência da República

ANEXO

CRONOGRAMA DOS PROJETOS

PROJETO	ESTIMATIVA DE EDITAL PUBLICADO	ESTIMATIVA DE LEILÃO
Instalações de transmissão de energia elétrica, objeto do Leilão de Transmissão nº 2, de 2018, da Aneel	2º trimestre/2018	2º trimestre/2018

RESOLUÇÃO Nº 32, DE 19 DE MARÇO DE 2018

Aprova a Resolução nº 28, de 22 de novembro de 2017, e a Resolução nº 29, de 28 dezembro de 2017.

O CONSELHO DO PROGRAMA DE PARCERIAS DE INVESTIMENTOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 7º, **caput**, inciso V, alínea "c", da Lei nº 13.334, de 13 de setembro de 2016, e o art. 6º, **caput**, inciso II, da Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, e

Considerando que a Resolução nº 21, de 8 de novembro de 2017, do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República - CPPI delegou ao Ministro Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República a competência para expedir Resoluções **ad referendum**, nas hipóteses de relevância e urgência, desde que envolvam matérias deliberativas, de caráter não opinativo, em conjunto com o Ministro de Estado da pasta afeta à matéria deliberada;

Considerando que a Resolução nº 28, de 22 de novembro de 2017, e a Resolução nº 29, de 28 dezembro de 2017, que alteraram a Resolução nº 20, de 8 de novembro de 2017, foram aprovadas pelo Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República e pelo Ministro de Estado de Minas e Energia **ad referendum** do CPPI; e

Considerando a necessidade de que as deliberações **ad referendum** sejam submetidas ao CPPI pelo Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República na primeira reunião que houver após a deliberação **ad referendum**, nos termos do disposto no art. 1º, § 2º, da Resolução nº 21, de 2017, do CPPI; resolve:

Art. 1º Aprovar a Resolução nº 28, de 22 de novembro de 2017, e a Resolução nº 29, de 28 dezembro de 2017, que alteraram a Resolução nº 20, de 8 de novembro de 2017, nos termos em que foram aprovadas pelo Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República e pelo Ministro de Estado de Minas e Energia, **ad referendum** do CPPI.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

W. MOREIRA FRANCO
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República

ADALBERTO SANTOS DE VASCONCELOS
Secretário Especial do Programa de Parcerias
de Investimentos da Secretaria-Geral
da Presidência da República

RESOLUÇÃO Nº 33, DE 19 DE MARÇO DE 2018

Opina pela qualificação de empreendimentos públicos federais do setor portuário no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República.

O CONSELHO DO PROGRAMA DE PARCERIAS DE INVESTIMENTOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 7º, **caput**, inciso I, da Lei nº 13.334, de 13 de setembro de 2016, e

Considerando a necessidade de ampliar as oportunidades de investimento e emprego no País e de estimular o desenvolvimento econômico nacional, em especial por meio de ações centradas na ampliação e na melhoria da infraestrutura e dos serviços de logística e transportes;

Considerando a necessidade de expandir a qualidade da infraestrutura pública e de conferir aos projetos de relevo o tratamento prioritário previsto na legislação vigente; e

Considerando a necessidade de garantir a continuidade à participação da iniciativa privada na execução de serviços de manutenção e nos investimentos em infraestrutura, de modo a agregar melhorias ao sistema existente e a preservar o patrimônio público; resolve:

Art. 1º Opinar favoravelmente e submeter à deliberação do Presidente da República, para qualificação no âmbito do Programa de Parcerias de Investimento da Presidência da República - PPI, os seguintes empreendimentos públicos federais do setor portuário:

I - Terminal AI-01, para movimentação de combustíveis, localizado no Porto de Cabedelo, Estado da Paraíba;

II - Terminal AE-10, para movimentação de combustíveis, localizado no Porto de Cabedelo, Estado da Paraíba;

III - Terminal AE-11, para movimentação de combustíveis, localizado no Porto de Cabedelo, Estado da Paraíba;

IV - Terminal STS13, para movimentação de granéis líquidos, localizado no Porto de Santos, Estado de São Paulo;

V - Terminal STS13-A, para movimentação de granéis líquidos, localizado no Porto de Santos, Estado de São Paulo;

VI - Terminal SUA05, para movimentação de contêineres, localizado no Porto de Suape, Estado de Pernambuco; e

VII - Terminal SUAXX, para movimentação de veículos, localizado no Porto de Suape, Estado de Pernambuco.

Art. 2º O Anexo apresenta o cronograma estimado para a realização das licitações dos empreendimentos de que trata esta Resolução.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

W. MOREIRA FRANCO
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República

ADALBERTO SANTOS DE VASCONCELOS
Secretário Especial do Programa de Parcerias de Investimentos
da Secretaria-Geral da Presidência da República

ANEXO

CRONOGRAMA DOS PROJETOS

PROJETOS	ESTIMATIVA DE EDITAL PUBLICADO	ESTIMATIVA DE LEILÃO
Terminal de Combustível AI-01, Porto de Cabedelo, Estado da Paraíba	3º trimestre/2018	4º trimestre/2018
Terminal de Combustível AE10, Porto de Cabedelo, Estado da Paraíba	3º trimestre/2018	4º trimestre/2018
Terminal de Combustível AE11, Porto de Cabedelo, Estado da Paraíba	3º trimestre/2018	4º trimestre/2018
Terminal de Granéis Líquidos STS13, Porto de Santos, Estado de São Paulo	2º trimestre/2018	3º trimestre/2018
Terminal de Granéis Líquidos STS13-A, Porto de Santos, Estado de São Paulo	3º trimestre/2018	4º trimestre/2018
Terminal de Contêineres SUA05, Porto de Suape, Estado de Pernambuco	3º trimestre/2018	4º trimestre/2018
Terminal de Veículos SUAXX, Porto de Suape, Estado de Pernambuco	3º trimestre/2018	4º trimestre/2018

RESOLUÇÃO Nº 34, DE 19 DE MARÇO DE 2018

Aprova a concessão comum como modalidade operacional para a desestatização do empreendimento público federal que especifica e dá outras providências.

O CONSELHO DO PROGRAMA DE PARCERIAS DE INVESTIMENTOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 7º, **caput**, inciso V, alínea "c", da Lei nº 13.334, de 13 de setembro de 2016, e tendo em vista o disposto no art. 6º, **caput**, inciso II, da Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997; e

Considerando a inclusão no Programa Nacional de Desestatização - PND do empreendimento correspondente à Rodovia BR-364/365/GO/MG, entre o entroncamento com a BR-060(A)(Jataí) e o entroncamento com a LMG-749 (Contorno Oeste de Uberlândia), nos termos do disposto no Decreto nº 2.444, de 30 de dezembro de 1997;

Considerando que o empreendimento de que trata esta Resolução foi qualificado no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República - PPI, nos termos do disposto no Decreto nº 8.916, de 25 de novembro de 2016;

Considerando que, nos termos do disposto na Portaria nº 59, de 27 de fevereiro de 2014, do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, o Ministro de Estado autorizou a adoção dos estudos de viabilidade elaborados pela Empresa Global de Projetos LTDA. - EGP como referência para a desestatização do empreendimento de que trata esta Resolução, os quais foram considerados vinculados à concessão e úteis à licitação, conforme Despacho do Ministro de Estado dos Transportes, Portos e Aviação Civil de 30 de novembro de 2017, publicado no Diário Oficial da União de 1º de dezembro de 2017, Seção I, página 158; resolve:

Art. 1º Aprovar a concessão comum como modalidade operacional para a desestatização de empreendimento público federal de exploração de infraestrutura e prestação de serviços rodoviários no âmbito da Rodovia BR-364/365/GO/MG, entre o entroncamento com a BR-060(A)(Jataí) e o entroncamento com a LMG-749 (Contorno Oeste de Uberlândia).

Art. 2º Os trechos rodoviários federais a serem concedidos são aqueles constantes do Anexo.

Art. 3º O prazo para a concessão será de trinta anos, prorrogável por até trinta anos, observadas as disposições do instrumento contratual e o disposto na Lei nº 13.448, de 5 de junho de 2017.

Parágrafo único. Extinta a concessão, os bens reversíveis, livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou encargos serão revertidos à União, e cessarão, para a concessionária, todos os direitos decorrentes do contrato.

Art. 4º O processo de licitação ocorrerá na modalidade de leilão, a ser realizado em sessão pública, por meio da apresentação de propostas econômicas em envelopes fechados.

§1º A licitação será realizada com inversão de fases, com a abertura dos documentos de qualificação jurídica, fiscal, econômico-financeira e técnica somente do licitante vencedor do leilão, que será quem ofertar o menor valor de tarifa básica de pedágio, a qual observará o valor máximo definido no edital de concessão.

§2º O valor máximo de que trata o § 1º será resultante da aplicação do modelo de análise de viabilidade econômico-financeira, que o calculará por meio de projeções dos fluxos de caixa no período da concessão.

§3º O licitante vencedor do certame poderá, de acordo com o deságio ofertado quando da apresentação da sua proposta econômica escrita, ter que aportar valores adicionais de capital social, além do montante já previsto em Edital.

Art. 5º Poderão participar do leilão, isoladamente ou em consórcio, de acordo com os termos estabelecidos no edital de concessão, pessoas jurídicas brasileiras ou estrangeiras, entidades de previdência complementar e fundos de investimentos que satisfaçam plenamente às exigências da legislação em vigor.

Art. 6º A Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, o licitante vencedor e o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT formalizarão o termo de arrolamento e a transferência de bens que integram os trechos rodoviários objeto da concessão no prazo de trinta dias, contado da data de publicação do extrato do contrato de concessão no Diário Oficial da União.

Art. 7º Caberá ao DNIT fornecer ao licitante vencedor as informações, os dados e as plantas disponíveis relativos ao empreendimento, especialmente aqueles necessários à delimitação da faixa de domínio.

Art. 8º Na hipótese da existência de contratos de execução de obras ou de serviços de engenharia mantidos em vigor para a manutenção, a recuperação ou a ampliação dos trechos rodoviários federais objeto da concessão, caberá ao DNIT estabelecer, até a data de celebração do contrato de concessão, a solução mais adequada e vantajosa para a administração pública, com vistas à definição dos termos e da forma como referidos contratos serão saldados e rescindidos ou continuados, consideradas as disposições do contrato de concessão.

Parágrafo único. O DNIT encaminhará à ANTT a relação dos contratos de que trata o **caput**.

Art. 9º O procedimento licitatório de que trata o art. 4º observará o disposto na Lei nº 13.334, de 13 de setembro de 2016, na Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, na Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, na Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, na Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997 e, subsidiariamente, na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800010

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 10. A Procuradoria-Geral Federal da Advocacia-Geral da União prestará a assistência jurídica à ANTT quanto à realização do leilão de que trata o art. 4º.

Art. 11. Fica revogada a Resolução nº 3, de 20 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Desestatização.

Art. 12. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

W. MOREIRA FRANCO
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República

ADALBERTO SANTOS DE VASCONCELOS
Secretário Especial do Programa de Parcerias de Investimentos
da Secretaria-Geral da Presidência da República

ANEXO

RODOVIA FEDERAL	TRECHOS RODOVIÁRIOS	EXTENSÃO (KM)
BR-364/365/GO/MG	No trecho entre o entroncamento com a BR-060(A)(Jataí) e a Divisa MG/GO; entre a Divisa MG/GO e o Entroncamento com a BR-153; entre o Entroncamento com a BR-153 e o Entroncamento com a LMG-749 (Contorno Oeste de Uberlândia).	437

CASA CIVIL

INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHO

DEFIRO o pedido de credenciamento da AR ANALYSES, vinculada à AC SERPRO ACF, com sede no endereço RUA Av. Jefferson Geraldo Bruno Nº 3.000, sala Comercial - 2º Piso, Paraíso - Resende/RJ.

GASTÃO JOSÉ DE OLIVEIRA RAMOS
Diretor-Presidente

CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR

COMITÊ EXECUTIVO DE GESTÃO

RETIFICAÇÃO

Na Resolução CAMEX nº 96, de 20 de dezembro 2017, publicada no Diário Oficial da União em 21 de dezembro de 2017, Seção 1, página 116, que aplicou direito antidumping provisório, por um prazo de até 6 (seis) meses, às importações brasileiras de corpos moedores em ferro fundido e/ou aço ligado ao cromo, para aplicação em moinhos, com percentual de cromo de 17,6 a 22 e diâmetro de 57 a 64 mm, percentual de cromo de 22 a 28 e diâmetro de 11 a 28 mm, e percentual de cromo de 28 a 32 e diâmetro de 22 a 35 mm, originárias da Índia:

No parágrafo 14 do Anexo:

Onde se lê:

"Em relação aos demais exportadores **chineses** não identificados pelo Departamento, o direito antidumping proposto baseou-se na margem de dumping calculada no início da investigação."

Leia-se:

"Em relação aos demais exportadores **indianos** não identificados pelo Departamento, o direito antidumping proposto baseou-se na margem de dumping calculada no início da investigação."

RESOLUÇÃO Nº 17, DE 27 DE MARÇO DE 2018

Concede redução temporária da alíquota do Imposto de Importação ao amparo da Resolução nº 08/08 do Grupo Mercado Comum do MERCOSUL.

O COMITÊ EXECUTIVO DE GESTÃO - GECEX - DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o art. 5°, § 4°, II do Decreto nº 4.732, de 10 de junho de 2003, tendo em vista o disposto na Resolução nº 8, de 20 de julho de 2008, do Grupo Mercado Comum do Mercosul, na Diretriz nº 4, de 7 de março de 2018, da Comissão de Comércio do Mercosul, resolve, **ad referendum** do Conselho de Ministros:

Art. 1º A alíquota **ad valorem** do Imposto de Importação da mercadoria classificada na Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM - sob o código 5504.10.00, descrição de raiom viscose, fica alterada para dois por cento por um período de doze meses.

Parágrafo único. A alteração de que trata o **caput** fica limitada à quota de quarenta mil toneladas da mercadoria.

Art. 2º A alíquota correspondente ao código 5504.10.00 da NCM, constantes do Anexo I da Resolução nº 125, de 15 de dezembro de 2016, da Câmara de Comércio Exterior, fica assinalada com o sinal gráfico "**", enquanto vigorar a redução tarifária de que trata o art. 1º.

Art. 3º A Secretaria de Comércio Exterior do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços editará norma complementar, visando estabelecer os critérios de alocação da quota mencionadas.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

YANA DUMARESQ
Presidente do Comitê
Interina

RESOLUÇÃO Nº 18, DE 27 DE MARÇO DE 2018

Prorroga direito **antidumping** definitivo, por um prazo de até cinco anos, aplicado às importações brasileiras de magnésio metálico, originárias da Federação da Rússia.

O COMITÊ EXECUTIVO DE GESTÃO DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR, no uso das atribuições conferidas pelo art. 6º da Lei nº 9.019, de 30 de março de 1995, os arts. 2º, inciso XIV, e 5º, § 4º, inciso II, do Decreto nº 4.732, de 10 de junho de 2003, e o art. 2º, inciso I, do Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013, e tendo em vista a deliberação de sua 154ª reunião, realizada em 22 de março de 2018, e o que consta dos autos do Processo nº 52272.002738/2016-81, resolve, **ad referendum** do Conselho de Ministros

Art. 1° A aplicação do direito **antidumping** definitivo às importações brasileiras de magnésio metálico comumente classificadas na Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM - sob o código 8104.11.00, quando originárias de qualquer empresa da Federação da Rússia , fica prorrogada por um prazo de até cinco) anos.

Parágrafo único. O direito antidumping de que trata o **caput** será recolhido sob a forma de alíquota específica de US$ 890,73 (oitocentos e noventa dólares estadunidenses e setenta e três centavos) por tonelada.

Art. 2° Os fatos que justificam a prorrogação de que trata o art. 1º constam do Anexo a esta Resolução.

Art. 3° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

YANA DUMARESQ
Presidente do Comitê
Interina

ANEXO

1. DOS ANTECEDENTES

As exportações para o Brasil de magnésio metálico em formas brutas, contendo pelo menos 99,8%, em peso, de magnésio, doravante denominado magnésio metálico, comumente classificadas no item 8104.11.00 da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM, foram objeto de investigações de dumping anteriores conduzidas pela autoridade investigadora brasileira.

1.1. Da investigação original

Em 30 de dezembro de 2010, a RIMA Industrial S.A., doravante também denominada peticionária ou RIMA, protocolou no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC, petição de abertura de investigação de dumping nas exportações para o Brasil de magnésio metálico da Rússia, e de dano à indústria doméstica decorrente de tal prática.

A investigação foi iniciada por intermédio da publicação da Circular SECEX nº 29, de 6 de junho de 2011, publicada no Diário Oficial da União (D.O.U.) de 7 de junho de 2011.

Por intermédio da Resolução CAMEX nº 24, de 19 de abril de 2012, publicada no D.O.U. de 23 de abril de 2012, foi encerrada a investigação, com aplicação, por um prazo de até 5 anos, de direitos antidumping às importações de magnésio metálico originárias da Rússia na forma de alíquota específica fixa, no montante de US$ 890,73/t.

1.2. Das outras investigações

Em 11 de dezembro de 2002, a RIMA protocolou no MDIC petição de início de investigação de dumping nas exportações para o Brasil de magnésio metálico quando originárias da República Popular da China, e de dano à indústria doméstica decorrente de tal prática.

Tendo sido apresentados elementos de prova suficientes da prática de dumping nas exportações supracitadas e de dano à indústria doméstica decorrente de tal prática, por meio da Circular SECEX nº 28, de 28 de abril de 2003, publicada no D.O.U. de 29 de abril de 2003, foi iniciada a investigação.

Com base no Parecer DECOM nº 18, de 6 de agosto de 2004, foi publicada, no D.O.U. de 11 de outubro de 2004, a Resolução CAMEX nº 27, de 5 de outubro de 2004, por meio da qual foi instituído, por um período de até 5 (cinco) anos, direito antidumping específico equivalente a US$ 1,18/kg sobre as importações de magnésio metálico em formas brutas, com o mínimo de 98,8% de magnésio, classificadas nos itens 8104.11.00 e 8104.19.00 da NCM, quando originárias da China.

Em 23 de março de 2005, a RIMA solicitou a alteração da Resolução CAMEX nº 27, de 2004, tendo em vista a ocorrência de importações do produto da China com teor de magnésio inferior ao mínimo de 98,8% fixado na referida Resolução.

Foi constatado que a alteração da composição do produto importado pela indústria do alumínio não decorreu de uma exigência para a fabricação do produto final, mas somente de um artifício para o não recolhimento do direito aplicado às importações originárias da China.

Com base nos novos fatos apurados e no Parecer DECOM nº 12, de 6 de julho de 2005, foi expedida a Resolução CAMEX nº 28, de 26 de agosto de 2005, publicada no D.O.U. de 29 de agosto de 2005, em que o direito antidumping específico, equivalente a US$ 1,18/kg, foi aplicado sobre as importações de magnésio metálico em formas brutas, contendo pelo menos 99,8%, em peso, de magnésio, classificado no item 8104.11.00, e outros (magnésio em forma bruta) classificadas no item 8104.19.00, quando originárias da China.

Em 8 de agosto de 2008, a Associação Brasileira do Alumínio (ABAL) protocolou no MDIC pedido de revisão por alteração de circunstâncias do direito antidumping aplicado às importações de magnésio metálico em formas brutas, contendo pelo menos 99,8%, em peso, de magnésio, classificado no item 8104.11.00, e outros (magnésio em forma bruta), classificados no item 8104.19.00, quando originárias da China, com base no art. 58 do Decreto nº 1.602, de 23 de agosto de 1995.

Segundo a associação, não se verificaria a existência de dumping, não sendo mais necessária a aplicação do direito então em vigor. À época, foi admitida a pertinência da revisão sob o inciso I do art. 58 do Decreto nº 1.602, de 1995, e, nesse caso, analisar-se-ia se a aplicação do direito teria deixado de ser necessária para neutralizar o dumping.

Levando em consideração a vigência do direito então em vigor, e a possibilidade de que a indústria doméstica produtora de magnésio metálico em formas brutas poderia se manifestar sobre a pertinência da revisão proposta pela ABAL e apresentar petição para o exame da probabilidade de continuação ou retomada do dumping e do dano decorrente de tal prática, ao amparo do § 1º do art. 57 do Decreto nº 1.602, de 1995 (revisão de final de período), concluiu-se que seria provável que houvesse dois exames concomitantes ou consecutivos da matéria, considerando elementos e períodos distintos de análise. Tal análise caracterizaria um ônus demasiado tanto para as partes interessadas como para a autoridade investigadora.

A fim de evitar excessivos encargos às partes interessadas e à autoridade investigadora, recomendou-se o início de revisão do direito antidumping aplicado às importações de magnésio metálico bruto, originárias da China, baseada no art. 57 do Decreto nº 1.602, de 1995, para avaliar a probabilidade de continuação/retomada do dumping e do dano decorrente de tal prática.

Com base nas razões expostas no Parecer DECOM nº 34, de 16 de dezembro de 2008, foi iniciada a referida revisão, por meio da publicação no D.O.U., de 31 de dezembro de 2008, da Circular SECEX nº 94, de 29 de dezembro de 2008.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800011

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Em face do disposto no Parecer DECOM nº 25, de 5 de novembro de 2009, foi expedida a Resolução CAMEX nº 79, de 15 de dezembro de 2009, publicada no D.O.U. de 16 de dezembro de 2009, em que foi mantido o direito antidumping então em vigor, a ser recolhido sob a forma de alíquota específica equivalente a US$ 1,18/kg.

Em 15 de agosto de 2014, a RIMA protocolou petição de revisão para fins de prorrogação do direito antidumping aplicado às importações brasileiras de magnésio metálico em formas brutas, quando originárias da China, consoante o disposto no art. 106 do Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013.

A revisão foi iniciada por meio da Circular SECEX nº 75, de 5 de dezembro de 2014, publicada no D.O.U. de 8 de dezembro de 2014.

Por intermédio da Resolução CAMEX nº 91, de 24 de setembro de 2015, publicada no D.O.U. de 25 de setembro de 2015, foi encerrada a revisão com a aplicação de direitos antidumping definitivos às importações de magnésio metálico originárias da China sob a forma de alíquota específica equivalente a US$ 1,18/kg.

2. DA REVISÃO

2.1. Dos procedimentos prévios

Em 1º de junho de 2016 foi publicada no D.O.U. a Circular SECEX nº 33, de 31 de maio de 2016, dando conhecimento público de que o prazo de vigência do direito antidumping aplicado às importações brasileiras de magnésio metálico originárias da Rússia encerrar-se-ia no dia 23 de abril de 2017.

2.2. Da petição

Em 23 de dezembro de 2016, a RIMA protocolou, por meio do Sistema DECOM Digital (SDD), petição para início de revisão de final de período do direito antidumping aplicado às importações brasileiras de magnésio metálico originárias da Rússia, consoante o disposto no art. 106 do Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013, doravante também denominado Regulamento Brasileiro.

Com base no § 2º do art. 41 do Decreto nº 8.058, de 2013, foi enviado, em 7 de fevereiro de 2017, o ofício nº 00.313/2017/CONNC/DECOM/SECEX à RIMA, solicitando informações complementares à petição.

A peticionária, após solicitação tempestiva para extensão do prazo originalmente estabelecido para resposta ao referido ofício, apresentou tais informações, dentro do prazo estendido, no dia 24 de fevereiro de 2017.

2.3. Do início da revisão

Tendo sido apresentados elementos suficientes que indicavam que a extinção do direito antidumping aplicado às importações mencionadas levaria muito provavelmente à retomada do dumping e à retomada do dano dele decorrente, foi elaborado o Parecer DECOM nº 14, de 18 de abril de 2017, propondo o início da revisão do direito antidumping em vigor.

Com base no parecer supramencionado, por meio da Circular SECEX nº 20, de 19 de abril de 2017, publicada no D.O.U. de 20 de abril de 2017, foi iniciada a revisão em tela. De acordo com o contido no § 2º do art. 112 do Decreto nº 8.058, de 2013, enquanto perdurar a revisão, o direito antidumping de que trata a Resolução CAMEX nº 24, de 19 de abril de 2012, publicada no D.O.U. de 23 de abril de 2012, permanece em vigor.

2.4. Das notificações de início da revisão e da solicitação de informações às partes

Em atendimento ao disposto no art. 96 do Decreto nº 8.058, de 2013, foram notificados do início da revisão, além da peticionária, a Embaixada da Rússia no Brasil, os produtores/exportadores estrangeiros e os importadores brasileiros do produto objeto da revisão. Os produtores/exportadores e os importadores foram identificados por meio dos dados oficiais de importação, fornecidos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), do Ministério da Fazenda. Ademais, constava, das referidas notificações, o endereço eletrônico em que poderia ser obtida cópia da Circular SECEX nº 20, de 2017, que deu início à revisão.

Aos produtores/exportadores identificados inicialmente e ao governo russo foi disponibilizada por meio de endereço eletrônico cópia do texto completo não confidencial da petição que deu origem à revisão, bem como das informações complementares à petição, mediante acesso por senha específica fornecida por meio de correspondência oficial.

Conforme o disposto no art. 50 do Decreto nº 8.058, de 2013, foi informado na notificação de início aos importadores e aos produtores/exportadores conhecidos (Vsmpo - Avisma Corporation e Solikamsk Magnesium Works) que os respectivos questionários estavam disponíveis no sítio eletrônico da investigação, com prazo de restituição de 30 (trinta dias), contado da data de ciência da correspondência. Ressalte-se que, tendo em vista não ter havido exportações para o Brasil do produto objeto da revisão no período de investigação de continuação/retomada de dumping, foram notificadas as empresas produtoras/exportadoras do produto objeto da revisão e os importadores brasileiros que exportaram/adquiriram o referido produto durante o período de investigação de continuação/retomada de dano.

Nos termos do § 3º do art. 45 do Regulamento Brasileiro, foi concedido o prazo de vinte dias, contado da data da publicação de início da revisão, para a apresentação de pedidos de habilitação de outras partes que se considerassem interessadas.

A Associação Brasileira do Alumínio (ABAL) requereu sua habilitação tempestivamente como parte interessada em 12 de maio de 2017, justificando representar os interesses da indústria do alumínio, contando, em seu quadro associativo, com empresas que consomem magnésio metálico na fabricação de produtos de alumínio. Foram acatadas as argumentações da ABAL e foi deferido seu pedido de habilitação como parte interessada deste processo de revisão, com base no inciso V do § 2º do art. 45, do Regulamento Brasileiro.

2.5. Do recebimento das informações solicitadas

2.5.1 Dos importadores

A empresa Companhia Brasileira de Alumínio (CBA) solicitou prorrogação do prazo para restituição do questionário do importador e apresentou sua resposta ao questionário do importador, tempestivamente, dentro do prazo estendido concedido por meio do Ofício nº 01.328/2017/CONNC/DECOM/SECEX. Foram solicitadas à CBA informações complementares por meio do Ofício nº 01.863/2017/CONNC/DECOM/SECEX. A importadora solicitou prorrogação de prazo para reposta ao referido ofício e protocolou a resposta tempestivamente no prazo estendido em 31 de julho de 2017.

A importadora Alcoa Alumínio S.A. (Alcoa) apresentou resposta ao questionário do importador tempestivamente, em 2 de junho de 2017. Foram solicitadas informações complementares por meio do Ofício nº 01.555/2017/CONNC/DECOM/SECEX. A Alcoa apresentou resposta ao ofício tempestivamente em 21 de junho de 2017. Contudo, a empresa protocolou a resposta apenas em sua versão confidencial. Tendo em vista a falta de versão restrita, por meio do Ofício nº 01.851/2017/CONNC/DECOM/SECEX a empresa foi informada de que sua reposta ao ofício de informações complementares e ao questionário do importador seriam desconsideradas.

Os demais importadores não apresentaram resposta ao questionário do importador.

2.5.2 Dos produtores/exportadores

Nenhum produtor/exportador do produto objeto da revisão solicitou extensão do prazo ou apresentou resposta ao questionário do produtor/exportador.

2.6. Da verificação in loco na indústria doméstica

Com fundamento nos princípios da eficiência, previsto no caput do art. 2º da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e no caput do art. 37 da Constituição Federal de 1988, e da celeridade processual, previsto no inciso LXXVIII do art. 5º da Carta Magna, foi realizada verificação **in loco** dos dados apresentados pela indústria doméstica previamente à elaboração do parecer de início de revisão.

Nesse contexto, foi solicitada, por meio do Ofício nº 00.345/2017/CONNC/DECOM/SECEX, de 16 de fevereiro de 2017, em face do disposto no art. 175 do Decreto nº 8.058, de 2013, anuência para que equipe de técnicos realizasse verificação **in loco** dos dados apresentados pela RIMA, no período de 13 a 17 de março de 2017, em Belo Horizonte - Minas Gerais.

Após consentimento da empresa, técnicos da autoridade investigadora brasileira realizaram verificação **in loco** no período proposto, com o objetivo de confirmar e obter maior detalhamento das informações prestadas pela empresa na petição de revisão de final de período e na resposta ao pedido de informações complementares.

Cumpriram-se os procedimentos previstos no roteiro previamente encaminhado à empresa, tendo sido verificadas as informações prestadas. Também foram obtidos esclarecimentos acerca do processo produtivo de magnésio metálico e da estrutura organizacional da empresa. Finalizados os procedimentos de verificação, foram consideradas válidas as informações fornecidas pela peticionária, depois de realizadas as correções pertinentes.

Em atenção ao § 9º do art. 175 do Decreto nº 8.058, de 2013, a versão restrita do relatório da verificação **in loco** foi juntada aos autos restritos do processo. Todos os documentos colhidos como evidência dos procedimentos de verificação foram recebidos em bases confidenciais. Cabe destacar que as informações constantes neste documento incorporam os resultados da referida verificação **in loco**.

2.7. Dos prazos da revisão

No dia 9 de agosto de 2017, foi publicada no D.O.U. a Circular SECEX nº 46, de 8 de agosto de 2017, por meio da qual a Secretaria de Comércio Exterior (SECEX) tornou públicos os prazos que servem de parâmetro para esta revisão, conforme quadro abaixo:

Disposição legal - Decreto nº 8.058, de 2013	Prazos	Datas previstas
art.59	Encerramento da fase probatória da investigação	13 de novembro de 2017
art. 60	Encerramento da fase de manifestação sobre os dados e as informações constantes dos autos	4 de dezembro de 2017
art. 61	Divulgação da nota técnica contendo os fatos essenciais que se encontram em análise e que serão considerados na determinação final	19 de dezembro de 2017
art. 62	Encerramento do prazo para apresentação das manifestações finais pelas partes interessadas e Encerramento da fase de instrução do processo	8 de janeiro de 2018
art. 63	Expedição do parecer de determinação final	29 de janeiro de 2018

Por meio dos Ofícios de nºs 02.194 a 02.203/2017/CONNC/DECOM/SECEX, de 9 de agosto de 2017, todas as partes interessadas da presente revisão foram notificadas sobre a publicação da referida circular.

2.8. Do encerramento da fase probatória

Em conformidade com o disposto no **caput** do art. 59 do Decreto nº 8.058, de 2013, a fase probatória da investigação foi encerrada em 13 de novembro de 2017, ou seja, 97 dias após a publicação da Circular que divulgou os prazos da revisão.

2.9. Da divulgação dos fatos essenciais sob julgamento

Em 19 de dezembro de 2017, com base no disposto no **caput** do art. 61 do Decreto nº 8.058, de 2013, a autoridade investigadora divulgou e disponibilizou às partes interessadas a Nota Técnica nº 27, de 2017, contendo os fatos essenciais sob julgamento, que embasariam a determinação final a que faz referência o art. 63 do mesmo Decreto.

2.10. Do encerramento da fase de instrução

De acordo com o estabelecido no parágrafo único do art. 62 do Decreto nº 8.058, de 2013, no dia 8 de janeiro encerrar-se-ia o prazo de instrução da revisão em epígrafe. Naquela data completaram-se os 20 (vinte) dias após a divulgação da Nota Técnica nº 27, de 19 de dezembro de 2017, previstos no **caput** do referido dispositivo, para que as partes interessadas apresentassem suas manifestações finais.

No entanto, em razão de problemas técnicos no Sistema DECOM Digital que impossibilitaram, em alguns casos, o envio de documentos e o acesso aos autos das investigações, caracterizando indisponibilidade do referido sistema durante o período de 3 a 10 de janeiro de 2018, em conformidade com o disposto no parágrafo único do art. 8º da Portaria SECEX nº 58, de 29 de julho de 2015, os prazos encerrados durante esse período foram prorrogados para o primeiro dia útil seguinte à normalização prevista para o sistema. Nesse sentido, o prazo para manifestações finais foi prorrogado para o dia 11 de janeiro de 2018.

No prazo extendido, a RIMA e a CBA manifestaram-se acerca da referida Nota Técnica. Os comentários das referidas partes interesssadas acerca dos fatos essenciais sob análise constam deste documento, de acordo com cada tema abordado.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800012

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Deve-se ressaltar que, no decorrer da investigação, as partes interessadas tiveram acesso a todas as informações não confidenciais constantes do processo, tendo sido dada oportunidade para que defendessem amplamente seus interesses.

2.11. Da prorrogação da revisão

Em 15 de janeiro de 2018, a autoridade investigadora notificou todas as partes interessadas conhecidas de que, nos termos da Circular SECEX nº 2, de 12 janeiro de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 15 de janeiro de 2018, o prazo regulamentar para o encerramento da revisão fora prorrogado por até 2 meses, a partir de 20 de fevereiro de 2018, consoante o art. 112 do Decreto nº 8.058, de 2013.

3. DO PRODUTO E DA SIMILARIDADE

3.1. Do produto objeto da revisão

O produto objeto da revisão é o magnésio metálico em formas brutas, contendo pelo menos 99,8%, em peso, de magnésio, comumente classificado no item 8104.11.00 da NCM, exportado da Rússia para o Brasil.

De acordo com as Notas Explicativas do Sistema Harmonizado de Designação e de Codificação de Mercadorias, o magnésio é um metal comum e na sua metalurgia são utilizados diversos compostos naturais, majoritariamente a dolomita (que é comum no Brasil, Inglaterra, Alemanha, Noruega e México e possui teor de 13% de magnésio em peso), a magnesita e a carnalita (que é comum no México, Estados Unidos da América, Alemanha, Rússia, China, Irã e Israel e possui teor de 9% de magnésio). O magnésio pode também ser extraído da água do mar ou da água dos lagos salgados, bem como das lixívias contendo cloreto de magnésio.

Na primeira fase de fabricação obtém-se o óxido de magnésio, também conhecido como magnésia (no caso da dolomita), ou o cloreto de magnésio (no caso da carnalita) e a produção ocorre de acordo com métodos muito distintos, que variam de acordo com o composto inicial. Ainda conforme as Notas Explicativas, a metalurgia do magnésio se dá pelas seguintes reações:

a) eletrólise do cloreto de magnésio fundido. O cloreto de magnésio é submetido à eletrólise, após adição de fundentes (em especial cloretos de metais alcalinos e fluoretos) em uma tina fechada de tijolos refratários com um ou vários anodos de carvão e catodos de ferro. O metal reúne-se à superfície do banho e o cloro elimina-se pelo anodo; ou

b) redução da magnésia. A redução térmica da magnésia faz-se habitualmente pelo carvão, silício (sob a forma de ferro silício ou de carboneto de silício), carboneto de cálcio e pelo alumínio. Esta redução opera-se a elevada temperatura e há sublimação do metal que se deposita nas paredes frias do aparelho de fabricação.

Consta também das Notas Explicativas que o metal obtido por eletrólise é menos puro do que aquele que se obtém por redução da magnésia. Este último é, na maior parte das vezes, utilizado no estado que se apresenta após nova fusão e aglomeração. O primeiro é, em regra, refinado (afinado) antes de ser vazado em lingote (massa de metal ou de material semicondutor, que após ter sido aquecida a uma temperatura superior ao seu ponto de fusão é vertida num molde, tomando uma forma que torna mais fácil o seu manuseio, geralmente uma barra ou um bloco).

O magnésio em formas brutas pode ser apresentado na forma de lingotes, palanquilhas (**billets** ou biletes), chapas ou cubos, destinados a serem transformados posteriormente por laminagem, estiragem, trefilagem, extrusão, forjagem e refundição, entre outros procedimentos.

O magnésio é um metal quimicamente ativo, dúctil, de cor branco-prateada. É um dos minerais mais abundantes na Terra. Apresenta apenas dois terços da densidade do alumínio, dois quintos da densidade do titânio e um quarto da densidade do aço. Com uma densidade de apenas 1,738 gramas por centímetro cúbico, é o metal que apresenta a estrutura mais leve de que se tem conhecimento. Apresenta baixa ductilidade quando trabalhado em baixas temperaturas. Além disso, na sua forma pura, não apresenta resistência suficiente para a maior parte das suas aplicações. Entretanto, a adição de elementos de liga aumenta essas propriedades a tal ponto que, tanto as ligas de magnésio fundido quanto as de magnésio forjado, são amplamente utilizadas, especialmente nas situações em que peso leve e alta resistência são características importantes.

No que se refere às aplicações e ao mercado, o magnésio puro é utilizado na preparação de composições químicas, como desoxidante e dessulfurante, em operações metalúrgicas como a fundição do ferro, do cobre, do níquel ou de ligas desses metais, bem como em pirotecnia. Já no que se refere às ligas de magnésio, dadas as suas propriedades particulares (leveza, resistência ao desgaste e à corrosão etc.), são utilizadas na fabricação de cárteres para motores, rodas, carburadores, suporte de magnetos, reservatórios para gasolina ou óleo etc., usados em aeronáutica e na indústria de automóveis, e, além disso, em construções metálicas, peças, órgãos ou acessórios de máquinas, e, em particular, máquinas têxteis (fuso de fiação, bobinas, dobadouras etc.), máquinas-ferramentas, máquinas de escrever, material para fotogravura (chapas para clichês), máquinas de costura, serra de corrente, cortadores de grama (relva), escadas ou utensílios de manipulação, etc.

Especificamente no que se refere ao produto objeto da revisão, este é utilizado também na fundição como anteliga na fabricação de tarugos de alumínio, com aplicação em sua maior parte em rodas automotivas e extrusão de perfis para construção civil, sendo também empregado na fabricação de liga de ferro-silício-magnésio, que, por sua vez, é empregada na fabricação de ligas de alumínio, bem como na indústria química.

Ademais, registre-se que o magnésio metálico é aplicado ainda na indústria do alumínio para produção de latas para bebidas, produção de laminados e extrusados e peças automotivas, dentre outros produtos.

No que concerne o processo produtivo, necessário se faz destacar que as fábricas produtoras de magnésio na Rússia são complexos combinados de produção dos metais titânio-magnésio. A produção do titânio metálico consome magnésio metálico (agente redutor do tetra-cloreto de titânio - $TiCl_4$, produzido, por sua vez, a partir da carnalita no processo eletrolítico) e gera, como subproduto, cloreto de magnésio anidro ($MgCl_2$). O cloreto de magnésio anidro é, então, reciclado também em células eletrolíticas, produzindo magnésio metálico e cloro. O magnésio metálico reciclado é novamente consumido no processo de produção do titânio.

A estequiometria da reação de redução do titânio pelo magnésio ($TiCl_4 + 2\ Mg = Ti + 2\ MgCl_2$), mostra que, teoricamente (se o processo estiver otimizado), praticamente 1t de magnésio metálico é consumida para a produção de 1t de titânio metálico. No entanto, o processo de produção do titânio metálico consome mais magnésio metálico que a quantidade gerada na reciclagem do cloreto de magnésio anidro, ou seja, o processo de produção de titânio, mesmo nas plantas integradas titânio-magnésio, exige uma fonte extra de magnésio. Segundo informações da peticionária, 95% do magnésio consumido na produção de titânio metálico é gerado a partir do cloreto de magnésio anidro, isto é, a partir da fonte de magnésio decorrente da própria produção de titânio. Dito de outra forma, para cada 1t de titânio metálico produzido, 950kg de magnésio metálico podem ser recuperados pela reciclagem do subproduto da produção de titânio, qual seja o cloreto de magnésio. Os 50kg de magnésio metálico restantes necessários para a produção da próxima tonelada de titânio metálico advêm da produção diretamente da carnalita.

No caso dos complexos titânio-magnésio da Rússia, este magnésio adicional é produzido por meio do processo eletrolítico, em células eletrolíticas distintas das que operam reciclando o cloreto de magnésio anidro. Estas unidades operam com a matéria-prima carnalita, utilizando processos integrados muito mais complexos e de maior custo, que iniciam com o recebimento e desidratação da carnalita.

O processo eletrolítico segue, basicamente, as seguintes etapas:

i.concentração da matéria-prima para alimentação da planta, que pode ser via concentração de salmoura rica em $MgCl_2$ proveniente de tanques de evaporação de águas salinas (processo **US Magnesium**) ou concentração e precipitação de carnalita de águas salinas (processo **Dead Sea Magnesium**) ou ainda mineração seletiva e processamento de carnalita de depósitos de silvinita (processo russo);

ii.purificação, desidratação e cloração da matéria-prima para produção do cloreto de magnésio ou mistura de sais anidros;

iii.eletrólise com produção simultânea de magnésio metálico e cloro gasoso (parte reciclado no próprio processo produtivo);

iv.processamento do cloro para reciclagem e/ou venda de produtos à base de cloro como subprodutos;

v.refino e lingotamento do magnésio e suas ligas; e

vi.processamento e venda de mistura de sais residuais como subprodutos.

De acordo com informações fornecidas pela peticionária, a produção russa de magnésio metálico vendida no mercado é aquela oriunda das plantas químicas de produção de magnésio primário construídas para operar exclusivamente com carnalita, e não com cloreto de magnésio anidro, subproduto da produção do titânio metálico. O magnésio metálico advindo, por sua vez, da reciclagem do cloreto de magnésio anidro é inteiramente reintroduzido no processo produtivo de titânio, não sendo comercializado.

b)2. Do produto similar produzido no Brasil

O produto fabricado no Brasil é o magnésio metálico em forma bruta, comercializado na forma de lingotes de 11 kg que, em geral, possuem as seguintes dimensões: 640 mm de comprimento; 76 mm de altura; 145 mm de largura da base e 79 mm de largura do topo. Os principais insumos utilizados na fabricação do magnésio metálico são: dolomita, quartzo, carvão vegetal e chapa de aço. As especificações químicas constam da tabela abaixo.

Especificações químicas do magnésio

ELEMENTO	Especificação
Magnésio (Mg) %	99,8 mínimo
Alumínio (Al) %	0,05 máximo
Zinco (Zn) %	0,008 máximo
Manganês (Mn) %	0,25 máximo
Silício (Si) %	0,03 máximo
Cobre (Cu) PPM	100 máximo
Níquel (Ni) PPM	20 máximo
Ferro (Fe) PPM	90 máximo
Cálcio (Ca) PPM	60 máximo

O magnésio metálico produzido pela RIMA, como importante elemento de liga, é utilizado tradicionalmente pelos seguintes setores: (i) indústria de alumínio, que o utiliza para a produção de latas para bebidas, peças automotivas, componentes aeroespaciais, produtos extrudados e laminados; (ii) indústria de metais, para a produção de metais especiais; (iii) indústria de ferroligas, na produção de ferro-silício-magnésio e de ligas de alumínio; (iv) indústria química, como agente de reações químicas de síntese orgânica e como redutor na produção de metais como titânio e zircônio; e (v) indústria de fundição, como elemento nodulizante do ferro fundido.

A RIMA utiliza o processo silicotérmico para produção do magnésio metálico, com tecnologia desenvolvida pela própria empresa, a qual, de acordo com a peticionária, possui maior eficiência produtiva, tendo, inclusive, reconhecimento internacional. Nos processos silicotérmicos, a matéria-prima fonte de magnésio é a dolomita, enquanto o redutor é o ferro silício.

A primeira etapa do processo produtivo do magnésio metálico é comum para todos os produtos fabricados pela RIMA na unidade industrial de Bocaiúva, onde são produzidos, além do magnésio metálico, magnésio em pó, ligas de magnésio e peças automotivas sob pressão. Essa etapa corresponde a 75% do processo produtivo do magnésio metálico e consiste na fabricação de cristais de magnésio, ocorrendo nas seguintes etapas:

vii.calcinação da dolomita: o minério dolomítico (carbonato duplo de cálcio e magnésio, ($CaCO_3.MgCO_3$)) é levado, [CONFIDENCIAL], ao forno de calcinação rotativo, por meio do qual se promove a quebra dos carbonatos. Após a redução, pela retirada do CO_2, resulta dessa etapa a dolomita calcinada (CaOMgO, ou óxidos de magnésio e de cálcio), que é, então, resfriada e moída;

viii.produção, pela própria RIMA, do ferrosilício (FeSi 75%) a partir das matérias-primas quartzo e carvão, transferidos das unidades de mineração e florestas próprias da empresa. As referidas matérias-primas reagem em forno elétrico, sendo também moídas após o resfriamento;

ix.a dolomita calcinada e o ferrosilício, moídos, são pesados para serem misturados na quantidade adequada ([CONFIDENCIAL]) e, depois de misturados, passam por etapa de briquetagem, das quais resultará uma mistura compactada de doloma e redutor (FeSi 75%). Os briquetes, na forma de nozes, são transportados para os fornos de redução;

x.nesse momento, é formada uma coluna de chapas de aço em forma de discos. Entre cada disco são dispostos os briquetes [CONFIDENCIAL];

xi.a coluna de doloma e ferrosilício é, então, transportada por pontes rolantes e disposta nos fornos de redução, onde ocorre o processo conhecido como redução silicotérmica (reação do óxido de magnésio e cálcio com o ferrosilício em alta temperatura e baixa pressão). Com o aquecimento dos fornos, o silício se combina com o oxigênio e o magnésio evapora e se separa, passando, devido à diferença de pressão, a um condensador, onde se solidifica, formando o cristal de magnésio;

xii.do condensador é retirado o cristal de magnésio. [CONFIDENCIAL]; e

xiii.o cristal de magnésio é, então, levado a serras de fita para serem cortados em tamanhos menores, adequados para a próxima etapa de fusão.

Dessa etapa da produção, é obtido como subproduto um "corretivo de solo", que é vendido para cooperativas agrícolas e produtores rurais.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800013

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

A fase final de produção refere-se à transformação do cristal de magnésio/magnésio primário no magnésio metálico 99,8% ou em outro produto da linha de produção da unidade de Bocaiúva. Para produzir o magnésio metálico 99,8%, é efetuada a fusão e o refino dos cristais de magnésio/magnésio primário nos fornos de indução. Depois de fundido, o magnésio é derramado em esteira lingotadeira, e, depois de resfriados, os lingotes são arrumados em pallets, seguindo para pesagem e análise técnica.

O magnésio metálico não possui qualquer norma técnica de cumprimento obrigatório, seja em âmbito nacional ou internacional. No entanto, há normas facultativas expedidas pela American Society for Testing Materials (ASTM B92; ASTM B93 e ASTM B275), as quais visam padronizar o produto e facilitar sua produção e comercialização.

b)3. Da classificação e do tratamento tarifário

O produto sob análise classifica-se no item 8104.11.00 da NCM.

A alíquota do Imposto de Importação manteve-se inalterada em 6% para o item da NCM mencionado anteriormente durante período de investigação de dano - outubro de 2011 a setembro de 2016.

Cabe destacar que o referido item é objeto das seguintes preferências tarifárias, concedidas pelo Brasil/Mercosul, que reduzem a alíquota do Imposto de Importação incidente sobre o produto sob análise:

Preferências Tarifárias - NCM 8104.11.00

País/Bloco	Base Legal	Preferência Tarifária
Argentina	ACE18 - Mercosul	100%
Bolívia	ACE36-MERCOSUL-Bolivia	100%
Chile	ACE35-MERCOSUL-Chile	100%
Colômbia	ACE59 - MERCOSUL - Colômbia	100%
Cuba	APTR04 - Cuba - Brasil	28%
Equador	ACE59 - MERCOSUL - Equador	100%
Israel	ALC-Mercosul-Israel	100%
México	APTR04 - México - Brasil	20%
Paraguai	ACE18 - Mercosul	100%
Peru	ACE58 - Mercosul - Peru	100%
Uruguai	ACE18 - Mercosul	100%
Venezuela	APTR04 - Venezuela - Brasil	28%

b)4. Da similaridade

O § 1º do art. 9º do Regulamento Brasileiro estabelece lista dos critérios objetivos com base nos quais a similaridade deve ser avaliada. O § 2º do mesmo artigo estabelece que tais critérios não constituem lista exaustiva e que nenhum deles, isoladamente ou em conjunto, será necessariamente capaz de fornecer indicação decisiva acerca da similaridade entre o produto objeto da medida e o similar.

O produto objeto da medida antidumping e o produto similar produzido pela indústria doméstica possuem características semelhantes (composição química e características físicas), são destinados aos mesmos usos e aplicações e concorrem no mesmo mercado, apresentando alto grau de substitutibilidade, sendo o preço o fator primordial de concorrência.

b)5. Das manifestações acerca do produto e da similaridade

Na reposta ao questionário do importador, protocolada no dia 3 de julho de 2017 pela CBA, a empresa afirmou que não haveria diferença de qualidade entre o produto importado e o produzido pela indústria doméstica. De acordo com a empresa, os motivos para escolha do produto importado em detrimento do nacional seriam o preço e a segurança de abastecimento. Para a CBA, a indústria doméstica muitas vezes não conseguiria atender os pedidos apresentados, gerando instabilidade e incerteza.

b)6. Dos comentários acerca das manifestações

Acerca da manifestação da CBA, ressalte-se que não houve por parte da empresa questionamento acerca da similaridade entre o produto objeto da medida antidumping e o produto similar produzido pela indústria doméstica. Muito pelo contrário, o referido importador informou não haver diferenças entre os referidos produtos.

b)7. Da conclusão a respeito do produto e da similaridade

O art. 9º do Decreto nº 8.058, de 2013, dispõe que o termo "produto similar" será entendido como o produto idêntico, igual sob todos os aspectos ao produto objeto da revisão ou, na sua ausência, outro produto que, embora não exatamente igual sob todos os aspectos, apresente características muito próximas às do produto objeto da investigação.

Dessa forma, diante das informações apresentadas e da análise contida nos itens anteriores, ratifica-se a conclusão alcançada na investigação original de que o magnésio metálico produzido pela indústria doméstica é similar ao produto objeto da medida antidumping nos termos do art. 9º do Decreto nº 8.058, de 2013.

4. DA INDÚSTRIA DOMÉSTICA

Segundo o art. 34 do Decreto nº 8.058, de 2013, o termo indústria doméstica será interpretado como a totalidade dos produtores do produto similar doméstico. Nos casos em que não for possível reunir a totalidade destes produtores, o termo indústria doméstica será definido como o conjunto de produtores cuja produção conjunta constitua proporção significativa da produção nacional total do produto similar doméstico.

Dessa forma, para fins de análise de probabilidade de continuação ou retomada de dano, definiu-se como indústria doméstica a linha de produção de magnésio metálico da empresa RIMA, única produtora nacional do produto similar no período de revisão, respondendo, portanto, pela totalidade da produção nacional.

5. DA CONTINUAÇÃO/RETOMADA DO DUMPING

De acordo com o art. 7º do Decreto no 8.058, de 2013, considera-se prática de dumping a introdução de um bem no mercado brasileiro, inclusive sob as modalidades de drawback, a um preço de exportação inferior ao valor normal.

De acordo com o art. 107 c/c o art. 103 do Decreto nº 8.058, de 2013, a determinação de que a extinção do direito levaria muito provavelmente à continuação ou à retomada do dumping deverá basear-se no exame objetivo de todos os fatores relevantes, incluindo a existência de dumping durante a vigência da medida; o desempenho do produtor ou exportador; alterações nas condições de mercado, tanto do país exportador quanto em outros países; e a aplicação de medidas de defesa comercial sobre o produto similar por outros países e a consequente possibilidade de desvio de comércio para o Brasil.

5.1. Da existência de dumping durante a vigência do direito para efeito do início da revisão

Segundo o art. 106 do Decreto nº 8.058, de 2013, para que um direito antidumping seja prorrogado, deve ser demonstrado que sua extinção levaria muito provavelmente à continuação ou à retomada do dumping e do dano dele decorrente.

Para fins do início da revisão, utilizou-se o período de outubro de 2015 a setembro de 2016, a fim de se verificar a existência de indícios de probabilidade de continuação/retomada da prática de dumping nas exportações para o Brasil de magnésio metálico, originárias da Rússia.

Cumpre ressaltar que não foram identificadas importações do produto objeto do direito antidumping originárias da Rússia durante o período de investigação de continuação/retomada de dumping.

Por essa razão, identificou-se a necessidade de analisar os indícios de probabilidade de retomada de dumping nas exportações originárias da Rússia, em consonância com o § 3º do art. 107 do Decreto nº 8.058, de 2013.

5.1.2 Do valor normal

De acordo com o art. 8º do Decreto nº 8.058, de 2013, considera-se "valor normal" o preço do produto similar, em operações comerciais normais, destinado ao consumo no mercado interno do país exportador.

Segundo a peticionária, não foi possível o acesso a informações que possibilitassem conhecer o preço de venda de magnésio metálico destinado ao consumo no mercado interno da Rússia com vistas à determinação do valor normal e as publicações especializadas não indicariam o valor praticado no mercado em questão.

Considerando que, de acordo com a RIMA, a maior parte da produção do produto similar na Rússia é realizada para ser utilizada como insumo na produção de titânio metálico, sendo o custo do magnésio inserido no custo do produto final de titânio, e que a empresa não obteve informações precisas sobre a forma de produção e os coeficientes envolvidos no custo das plantas russas, a RIMA optou por construir o preço a partir da sua própria estrutura de custo. A peticionária apurou o consumo específico médio dos principais itens de custo de fabricação de uma tonelada de magnésio metálico e indicou os percentuais de despesas próprios de uma das fabricantes russas, conforme disponibilizado em demonstrativo financeiro dessa empresa.

Dessa forma, para fins de apuração do valor normal da Rússia, em conformidade com o inciso II do art. 14 do Decreto nº 8.058, de 2013, optou-se pela metodologia de construção do valor normal no país exportador, com base nos documentos e dados fornecidos pela peticionária, a partir de um valor razoável dos custos de produção, acrescidos de montante a título de despesas gerais, administrativas, financeiras e de vendas, bem como de um montante a título de lucro.

Para composição da estrutura de custo, foi utilizado o consumo específico médio dos principais itens de custo de fabricação de uma tonelada de magnésio metálico conforme dados fornecidos pela peticionária, a partir do conhecimento da RIMA acerca do processo produtivo russo e levando em consideração as diferenças existentes entre os dois processos (de eletrólise, dos russos, e de redução, da indústria doméstica, conforme explicitado no item 3.1 deste anexo).

Inicialmente, a peticionária obteve os custos das matérias-primas e insumos empregados no processo produtivo russo, quais sejam (i) carnalita; (ii) pasta eletródica carbo, tipo S - comum; (iii) nitrogênio líquido; e (iv) cloreto de sódio.

Cabe destacar que o custo da carnalita, matéria-prima utilizada pelos produtores russos, foi construído. Se o valor fosse obtido de acordo com a metodologia aplicada para as demais matérias-primas (importações russas conforme dados do Trade Map), seu preço refletiria valor muito maior do que o real, uma vez que no item tarifário na qual é classificada a carnalita também são classificados produtos com valor mais elevado, o que distorceria o preço utilizado na construção do valor normal.

Dessa forma, com base na composição química da carnalita ($KCl.MgCl_2.6H_2O$) e na sua massa molecular (272 kg), bem como na massa molecular dos seus componentes (cloreto de potássio, cloreto de magnésio e água, respectivamente, 72kg, 92kg e 108kg), foi realizado cálculo para obtenção do valor da carnalita a partir dos preços dos componentes. Esses, por sua vez, foram obtidos no sítio eletrônico Trade Map, conforme os dados de importação da Rússia dos principais fornecedores de cada elemento durante P5 (e já contendo o valor relativo ao imposto de importação), conforme demonstrado a seguir:

Elemento químico contido na carnalita	Percentual contido na carnalita (A)	Preço unitário do elemento químico contido na carnalita (US$/kg) (B)	Composição do preço da carnalita (C=A*B) (US$/kg)
Cloreto de potássio (KCl)	26,47%	0,2415	0,0639
Cloreto de magnésio ($MgCl_2$)	33,82%	0,4559	0,1542
Composição do preço da carnalita (US$/kg)			0,2181

O coeficiente de consumo de carnalita foi baseado em documento apresentado em conferência internacional de magnésio, realizada no ano 2000, em Israel, acerca da tecnologia eletrolítica utilizada pelos produtores russos. Na célula eletrolítica, o rendimento no processamento da carnalita é de 77,2%, conforme quadro de performance apresentado na publicação. Nesse sentido, para produzir uma tonelada de magnésio metálico considerando este rendimento, é necessário consumir 14.680,48 kg de carnalita. Os coeficientes de consumo das demais matérias-primas foram baseados na experiência da RIMA, e comprovados na verificação in loco na peticionária.

A obtenção dos valores das matérias-primas além da carnalita foi realizada conforme dados disponíveis no sítio eletrônico Trade Map e considerou a importação desses produtos pela Rússia (pasta eletródica, nitrogênio líquido e cloreto de sódio), do país que constava como principal fornecedor durante o período de investigação de dumping. Para internar o valor de cada matéria-prima importada,

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800014

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

foram adicionados valores referentes ao imposto de importação conforme tarifa aplicada a cada país que constava como principal fornecedor de cada matéria-prima.

Com relação às utilidades, os coeficientes do uso de energia elétrica e de óleo combustível no processo de produção na Rússia foram obtidos do documento apresentado em conferência internacional. O valor da energia elétrica na Rússia, por sua vez, foi obtido através de estudo desenvolvido pela Federação de Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN), realizado em 2014. O valor do óleo combustível foi estimado da mesma forma que o custo das matérias-primas.

No que se refere à mão de obra direta e indireta, foram utilizados os coeficientes (em termos de horas trabalhadas por tonelada de magnésio metálico) da RIMA, comprovados na verificação in loco na peticionária, e o salário médio pago aos trabalhadores da indústria russa de fabricação de metais, disponibilizados pelo sítio eletrônico Laborsta, atualizado pela inflação registrada no mercado russo, disponível em sítios eletrônicos oficiais russos (https://www.statbureau.org e http://inflationinrussia.com) e devidamente convertido para dólares estadunidenses conforme câmbio do Fundo Monetário Internacional-FMI, obtendo-se o valor de US$ 4,17/h (quatro dólares estadunidenses e dezessete centavos por hora).

No que concerne aos outros custos ("materiais diretos", " gastos gerais de fabricação" e "gastos com transportes"), a RIMA indicou o percentual desses custos em relação ao seu custo de produção, comprovados na verificação in loco na peticionária.

Com relação à determinação de despesas e lucro, tomou-se como base o demonstrativo de resultados da empresa russa Solikamsk. O relatório anual da Solikamsk de 2015, o último disponível, forneceu os dados relativos às (i) despesas gerais e administrativas ("general & administrative expenses"); (ii) despesas comerciais ("selling expenses"); (iii) despesas financeiras "interest receivable" e "interests payable"); e (iv) margem de lucro ("gross margin"). Todas essas rubricas foram tomadas em relação ao custo do produto vendido ("cost of goods sold") para obtenção do percentual de representatividade, exceto a margem de lucro, que foi calculada como um percentual do preço ex fabrica. Os percentuais encontrados foram então aplicados ao custo de fabricação da Rússia e, no caso da margem de lucro, ao preço ex fabrica.

Desse modo, para fins de início desta revisão, apurou-se o valor normal construído para a Rússia, na condição ex fabrica, conforme a metodologia descrita anteriormente. O resultado, qual seja US$ 9.154,62/t (nove mil, cento e cinquenta e quatro dólares estadunidenses e sessenta e dois centavos por tonelada), resta demonstrado na tabela a seguir:

Rússia - Valor normal construído	Custo unitário	Coeficiente técnico	Preço US$/t
1. Custo de fabricação	-	-	6.198,39
1.1 Matéria-prima	-	-	3.289,49
1.1.1 Carnalita	0,22 US$/kg	14.680,48 kg/t	3.201,81
1.1.2 Pasta eletródica	0,59 US$/kg	[CONF.]	[CONF.]
1.1.3 Nitrogênio líquido	0,11 US$/kg	[CONF.]	[CONF.]
1.1.4 Cloreto de sódio	0,02 US$/kg	[CONF.]	[CONF.]
1.2 Utilidades	-	-	1.149,00
1.2.1 Energia elétrica	0,04 US$/kwh	19.500,00 kwh/t	780,00
1.2.2 Óleo combustível	0,36 US$/kg	1.025,00 kg/t	369,00
1.3 Mão de obra	-	-	[CONF.]
1.3.1 Mão de obra direta	4,17 US$/hora	[CONF.]	[CONF.]
1.3.2 Mão de obra indireta	4,17 US$/hora	[CONF.]	[CONF.]
1.3.3 Outros gastos com pessoal		[CONF.]	[CONF.]
1.4 Outros custos			[CONF.]
1.4.1 Materiais diretos		[CONF.]	[CONF.]
1.4.2 Gastos gerais de fabricação		[CONF.]	[CONF.]
1.4.3 Gastos com transportes		[CONF.]	[CONF.]
1.5 Depreciação		[CONF.]	[CONF.]
2. Despesas gerais e administrativas		6,69% do custo	414,67
3. Despesas comerciais		7,69% do custo	476,66
4. Despesas financeiras		0,88% do custo	54,55
5. Custo total (1+2+3+4)			7.144,26
6. Lucro operacional		21,96% do preço ex fabrica	2.010,35
7. Valor normal construído (preço ex fabrica) (5+6)			9.154,62

Com vistas a determinar a probabilidade de retomada do dumping, caso haja a extinção do direito atualmente em vigor, buscou-se internalizar o valor normal da Rússia no mercado brasileiro, para viabilizar sua comparação com o preço médio de venda do produto similar doméstico no mesmo mercado, uma vez que não foram verificadas exportações da Rússia para o Brasil no período de análise da continuação/retomada do dumping.

Para tanto, comparou-se o valor normal da Rússia, internalizado no Brasil, com o preço médio ex fabrica da indústria doméstica, nos termos do § 3ª do art. 107 do Decreto nº 8.058, de 2013.

Para fins de apuração do valor normal internado no Brasil, inicialmente adicionou-se ao valor normal ex fabrica o frete interno na Rússia, de modo a se obter o preço FOB. Para tanto, a peticionária indicou frete no valor de US$ 110,50/t relativo à nota fiscal sua, do produto similar, para entrega no território nacional em distância equivalente àquela entre o fabricante russo de magnésio Solikamsk e o porto russo de São Petersburgo, principal porto de embarque de mercadorias para exportação, totalizando 1.476 km. Ressalte-se que foi realizada pesquisa no sítio eletrônico Doing Business, no qual se obteve o valor de frete interno de Moscou até São Petersburgo (em torno de 700 km) de US$ 63,86/t. Cumpre observar que o frete estimado no referido sítio eletrônico se refere a trecho com cerca de apenas metade da distância entre os produtores russos e o porto de São Petersburgo. Tendo isso em vista, optou-se por utilizar a estimativa realizada pela peticionária.

Em seguida, para determinar o preço CIF no porto brasileiro, foram adicionados os valores relativos ao frete e seguro internacionais, calculados a partir, respectivamente, de cotação solicitada pela peticionária de frete do porto de São Petersburgo para Santos ou Itaguaí e de contrato em vigor da peticionária.

A fim de internalizar o valor normal CIF no mercado brasileiro, verificou-se a necessidade de adicionar os valores relativos às despesas de internação (3% do valor CIF), ao AFRMM (25% sobre o valor do frete internacional) e ao Imposto de Importação no Brasil (6% sobre o preço CIF). O percentual relativo às despesas de internação corresponde àquele utilizado na investigação original. A conversão do preço CIF em dólares estadunidenses para reais foi realizada utilizando-se a taxa de câmbio média do período de investigação de retomada de dumping, obtida com base nas taxas de câmbio diárias oficiais publicadas pelo Banco Central do Brasil (taxa de câmbio BRL-US$ de 3,6273). O resultado, qual seja R$ 36.862,74/t (trinta e seis mil, oitocentos e sessenta e dois reais e setenta e quatro centavos por tonelada), resta demonstrado na tabela a seguir:

Rubrica	Preço Unitário
(A) Preço ex fabrica de venda do produto no mercado do país exportador	9.154,62 (US$/t)
(B) Frete interno no país exportador	110,50 (US$/t)
(C) Preço FOB (A+B)	9.265,12 (US$/t)
(D) Frete internacional	39,18 (US$/t)
(E) Seguro internacional	10,19 (US$/t)
(F) Preço CIF (C+D+E)	9.314,49 (US$/t)
(G) Imposto de Importação (6% s/CIF)	558,87 (US$/t)
(H) AFRMM (25% s/ frete marítimo)	9,79 (US$/t)
(I) Despesas de Internação (3% s/CIF)	279,43 (US$/t)
(J) Preço CIF Internado (F+G+H+I)	10.162,59 (US$/t)
(K) Taxa de Câmbio	3,63
(L) Preço CIF Internado	36.862,74 (R$/t)

5.1.3 Do preço médio de venda do produto similar no mercado brasileiro

Para fins da comparação com o valor normal médio internalizado, conforme previsão do inciso I do § 3ª do art. 107 do Decreto nº 8.058, de 2013, utilizou-se o preço médio de venda de magnésio metálico da indústria doméstica no mercado brasileiro referente ao período de outubro de 2015 a setembro de 2016.

Para garantir a justa comparação, foi apurado o preço de magnésio metálico, obtido pela divisão entre a receita operacional líquida da indústria doméstica e a quantidade líquida vendida do magnésio metálico. O preço de venda apurado em P5, ex fabrica, correspondeu a R$ [CONFIDENCIAL].

5.1.4 Da comparação entre o valor normal internado e o preço médio de venda do produto similar no mercado brasileiro

O cálculo realizado para avaliar se há probabilidade de retomada de dumping está apresentado a seguir.

Comparação entre valor normal internalizado e preço da indústria doméstica (R$/t)

Valor Normal CIF internado da Rússia (A)	Preço da indústria doméstica (B)	Diferença (C=A-B)
36.862,74	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]

Desse modo, para fins de início desta revisão, apurou-se que a diferença na comparação entre o valor normal internalizado no mercado brasileiro e o preço da indústria doméstica foi R$ [CONFIDENCIAL], demonstrando, portanto, que, caso o direito antidumping seja extinto, para que as importações russas sejam competitivas em relação ao produto similar nacional, muito provavelmente haverá a retomada da prática de dumping nas exportações de magnésio metálico da Rússia para o Brasil.

5.2. Da continuação/retomada do dumping para efeito da determinação final

5.2.1 Do valor normal

Tendo em vista a ausência de resposta aos questionários enviados aos produtores/exportadores conhecidos da Rússia, o valor normal baseou-se, em atendimento ao estabelecido no § 3ª do art. 50 do Decreto nº 8.058, de 2013, na melhor informação disponível nos autos do processo, qual seja, o valor normal utilizado quando do início da revisão.

Cumpre ressaltar que foram realizadas as seguintes alterações no cálculo realizado para fins de início de revisão: (i) percentual de despesas de internação utilizadas para obtenção do valor normal médio internalizado no mercado brasileiro, haja vista que nesse documento esse percentual foi calculado com base nas informações contidas na resposta do questionário do importador recebida (de 2,68%); (ii) taxa de câmbio média do período de investigação de retomada de dumping (de BRL-US$ 3,6198), uma vez que identificou-se erro material na taxa de câmbio utilizada para fins de início de investigação; e (iii) cálculo do valor em dólares estadunidenses, por hora, de mão de obra, a partir das taxas de câmbio diárias oficiais publicadas pelo Banco Central do Brasil (de RUB-US$ de 61,2957).

Tendo isso em vista, o valor normal da Rússia internado no Brasil alcançou R$ 36.662,72/t (trinta e seis mil, seiscentos e sessenta e dois reais e setenta e dois centavos por tonelada), conforme detalhamento constante das tabelas a seguir:

Construção do Valor Normal

Rússia - Valor normal construído	Custo unitário	Coeficiente técnico	Preço US$/t
1. Custo de fabricação	-	-	6.195,69
1.1 Matéria-prima	-	-	3.289,49
1.1.1 Carnalita	0,22 US$/kg	14.680,48 kg/t	3.201,81
1.1.2 Pasta eletródica	0,59 US$/kg	[CONF.]	[CONF.]
1.1.3 Nitrogênio líquido	0,11 US$/kg	[CONF.]	[CONF.]
1.1.4 Cloreto de sódio	0,02 US$/kg	[CONF.]	[CONF.]
1.2 Utilidades	-	-	1.149,00
1.2.1 Energia elétrica	0,04 US$/kwh	19.500,00 kwh/t	780,00
1.2.2 Óleo combustível	0,36 US$/kg	1.025,00 kg/t	369,00
1.3 Mão de obra	-	-	[CONF.]
1.3.1 Mão de obra direta	4,17 US$/hora	[CONF.]	[CONF.]
1.3.2 Mão de obra indireta	4,17 US$/hora	[CONF.]	[CONF.]
1.3.3 Outros gastos com pessoal		[CONF.]	[CONF.]
1.4 Outros custos		[CONF.]	[CONF.]
1.4.1 Materiais diretos		[CONF.]	[CONF.]
1.4.2 Gastos gerais de fabricação		[CONF.]	[CONF.]
1.4.3 Gastos com transportes		[CONF.]	[CONF.]

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800015

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.5 Depreciação	[CONF.]	[CONF.]
2. Despesas gerais e administrativas	6,69% do custo	414,49
3. Despesas comerciais	7,69% do custo	476,45
4. Despesas financeiras	0,88% do custo	54,52
5. Custo total (1+2+3+4)		7.141,15
6. Lucro operacional	21,96% do preço ex fabrica	2.009,48
7. Valor normal construído (preço ex fabrica) (5+6)		9.150,62

Internação do Valor Normal Construído

Rubrica	Preço Unitário
(A) Preço ex fabrica de venda do produto no mercado do país exportador	9.150,62 (US$/t)
(B) Frete interno no país exportador	110,50 (US$/t)
(C) Preço FOB (A+B)	9.261,12 (US$/t)
(D) Frete internacional	39,18 (US$/t)
(E) Seguro internacional	10,19 (US$/t)
(F) Preço CIF (C+D+E)	9.310,49 (US$/t)
(G) Imposto de Importação (6% s/CIF)	558,63 (US$/t)
(H) AFRMM (25% s/ frete marítimo)	9,79 (US$/t)
(I) Despesas de Internação (2,68% s/CIF)	249,52 (US$/t)
(J) Preço CIF Internado (F+G+H+I)	10.128,43 (US$/t)
(K) Taxa de Câmbio	3,6198
(L) Preço CIF Internado	36.662,72 (R$/t)

5.2.2 Da comparação entre o valor normal internado e o preço médio de venda do produto similar no mercado brasileiro

O cálculo realizado para avaliar se há probabilidade de retomada de dumping está apresentado a seguir. Ressalte-se que o preço médio de venda da indústria doméstica é o mesmo utilizado para fins de início da revisão.

Comparação entre valor normal internalizado e preço da indústria doméstica (R$/t)

Valor Normal CIF internado da Rússia (A)	Preço da indústria doméstica (B)	Diferença (C=A-B)
36.662,72	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]

Desse modo, para fins de determinação final, apurou-se que a diferença na comparação entre o valor normal internalizado no mercado brasileiro e o preço da indústria doméstica foi R$ [CONFIDENCIAL], demonstrando, portanto, que, caso o direito antidumping seja extinto, para que as importações russas sejam competitivas em relação ao produto similar nacional, muito provavelmente haverá a retomada da prática de dumping nas exportações de magnésio metálico da Rússia para o Brasil.

5.2.3 Das manifestações acerca da probabilidade de retomada de dumping

A CBA, em manifestação protocolada em 8 de novembro de 2017, arguiu que não houve importações originárias da Rússia durante P4 e P5, sendo injustificável o argumento de existência de dumping durante P5, quando não houve importações.

Segundo a empresa, o texto legal exigiria prova de dumping, dano e nexo causal para que houvesse prorrogação do direito, não havendo espaço para teses infundadas como a da peticionária de que caso a medida em vigor fosse extinta, a Rússia voltaria a praticar dumping.

A CBA apontou que, ainda que fosse considerada a ameaça de dumping, a RIMA não teria observado o inciso II do art. 14 do Decreto nº 8.058, de 2013, que regulamenta a construção do valor normal. De acordo com a CBA, foi elaborada "colcha de retalhos", aproveitando as informações mais convenientes a fim de elaborar margem de dumping fictícia. Como exemplo, foi citada a conferência internacional realizada há quase 20 anos da qual foram extraídas informações acerca dos coeficientes de consumo da carnalita, energia e óleo combustível.

Acerca do questionamento da CBA sobre o elemento de prova utilizado para estabelecer determinados coeficientes técnicos, a RIMA, em manifestação protocolada em 13 de novembro de 2017, argumentou que a tecnologia russa não apresentara grandes avanços tecnológicos no período, de modo que seria arrazoado supor que os coeficientes não haviam se alterado desde então. Ademais, ressaltou que os exportadores russos optaram por não fornecer informação alternativa ao não responder aos questionários enviados.

Na mencionada manifestação, a RIMA listou os fatores analisados no parecer de início da presente revisão, tais como potencial exportador e alterações nas condições de mercado. Segundo a argumentação da RIMA, se os fatores que conduziram à conclusão de existência de indícios de probabilidade de retomada de dumping permanecem os mesmos e considerando-se que nenhuma parte interessada questionou as conclusões ou os dados apresentados, a conclusão deve permanecer a mesma.

5.2.4 Dos comentários acerca das manifestações

A respeito da argumentação da CBA sobre informações mais convenientes a fim de elaborar "margem de dumping fictícia", entende-se que a referida empresa teve oportunidade de apresentar elementos de prova que considerasse adequados durante a fase probatória, assim como as demais partes interessadas, e que nenhuma informação alternativa acerca dos coeficientes de consumo da carnalita, energia e óleo combustível foi protocolada. Dessa forma, as informações provenientes da conferência internacional apresentadas pela RIMA foram consideradas as melhores informações disponíveis para a obtenção dos mencionados coeficientes.

Acerca da manifestação da CBA de que seria injustificável o argumento de existência de dumping durante P5, inicialmente cumpre ressaltar que em nenhum momento ao longo da presente revisão foi realizada tal afirmação. Desde o início da presente revisão trabalhou-se com o cenário de probabilidade de retomada de dumping. Nesse sentido, salienta-se que o Artigo 11.3 do ADA permite a extensão de medida antidumping em função tanto da probabilidade de continuação quanto de retomada de dumping. Adicionamente, faz-se referência ao item 8.8 deste documento, no qual esse assunto também foi abordado.

5.3. Do desempenho do produtor/exportador

A fim de avaliar o potencial exportador da Rússia, a indústria doméstica apresentou os seguintes dados dessa origem, em toneladas, extraídos das publicações "2015 Minerals Yearbook" e "Mineral Commodity Summaries, January 2016", ambas do United States Geological Survey. A partir das estatísticas das referidas publicações e daquelas disponibilizadas no sítio eletrônico do Trade Map, foi montado o seguinte quadro referente a 2015: a) capacidade produtiva; b) produção; c) consumo cativo para produção de titânio; d) exportações; e e) excedente de produção. Ressalte-se que não estavam disponíveis informações acerca de outras aplicações de magnésio metálico, no mercado interno russo, além da produção de titânio.

(3) Capacidade (t)	(4) Produção (t)	(5) Consumo cativo para produção de titânio (t)	(6) Exportações (t)	(7) Excedente de produção (t) (2-3-4)
80.000	60.000	42.000	3.280	14.720

Destaque-se o elevado excedente de produção. Uma vez que as estatísticas sobre a capacidade, produção, consumo e exportações da Rússia somente estavam disponíveis até o ano de 2015, esses dados foram comparados com o mercado brasileiro do referido ano, com base nas quantidades vendidas no mercado interno da indústria doméstica e as quantidades importadas totais apuradas com base nos dados de importação fornecidos pela RFB. As vendas da indústria doméstica foram consideradas brutas para esse fim, uma vez que as devoluções foram informadas apenas para os períodos de análise de dano. Ressalte-se que, na Nota Técnica nº 27, de 19 de dezembro de 2017, havia sido realizada estimativa do mercado brasileiro em 2015. Contudo, para fins de determinação final, o mercado desse ano foi apurado com base nos dados efetivos de importação e de vendas da RIMA. Dessa forma, o mercado brasileiro em 2015 totalizou [CONFIDENCIAL] t. O excedente de produção que poderia ser exportado para o Brasil corresponde a [CONFIDENCIAL]% do mercado brasileiro de magnésio metálico em 2015. Ademais, se fosse considerada a capacidade ociosa, o volume que poderia ser exportado da Rússia para o Brasil (20.000 t + 14.720 t) corresponderia a aproximadamente [CONFIDENCIAL] vezes o mercado brasileiro.

Cabe ressaltar, no entanto, que todos os dados de capacidade, produção, consumo e exportações da Rússia são referentes ao magnésio primário, ou cristal de magnésio, enquanto os dados referentes ao mercado brasileiro restringem-se ao magnésio metálico, produzido a partir do magnésio primário (que também pode ser empregado na produção de magnésio em pó e ligas de magnésio). Considerou-se que todo o volume de magnésio primário poderia ser transformado em magnésio metálico (um cenário sem gargalos para a fusão do cristal de magnésio e produção de magnésio metálico) e que não haveria perdas significativas neste processo, tendo em conta a indisponibilidade de informações acerca do uso de magnésio primário, no mercado interno russo, em suas diferentes aplicações.

À luz do exposto, concluiu-se que há indícios de elevado potencial da Rússia para exportar magnésio metálico para o Brasil, caso o direito antidumping em vigor não seja prorrogado, uma vez que o referido país tem capacidade de exportação de magnésio metálico de cerca de [CONFIDENCIAL] vezes o volume do magnésio metálico consumido no mercado brasileiro.

5.4. Das alterações nas condições de mercado

Acerca das alterações nas condições de mercado, a peticionária indicou publicação ("Global Primary Magnesium Supply and Demand Balance 2014″ - Publicado em 2015 pela consultoria especializada CM Group) que listava projetos de novas fábricas anunciados em diversos países, exceto China. Destaque-se que a capacidade a ser instalada equivale a um volume adicional significativo, de 220.000 toneladas por ano, equivalente a 11,5% da capacidade já instalada em 2015, segundo a publicação "2015 Minerals Yearbook" do United States Geological Survey. Ainda que nenhuma dessas novas fábricas esteja localizada na Rússia, as novas plantas alterariam as condições de mercado, uma vez que o volume adicional do produto a ser ofertado pelos demais países poderia deslocar as exportações originárias da Rússia de determinados mercados e tornar o mercado brasileiro mais atraente.

Previsão de instalação de novas plantas

País/Região	Capacidade (toneladas por ano)	Ano previsto para início da produção
Oriente Médio	35.000	2018
Noruega	65.000	2018
Estados Unidos da América	30.000	2017
Austrália	40.000	2017
Canadá	50.000	2018

5.5. Da aplicação de medidas de defesa comercial

Em pesquisa aos relatórios semestrais enviados pelos países à OMC, constatou-se que, não houve nova aplicação de medidas de defesa comercial por outros países sobre o magnésio metálico ao longo do período de investigação de dano.

5.6. Da conclusão a respeito da continuação ou retomada do dumping

Ante o exposto, concluiu-se que caso a medida antidumping em vigor seja extinta, muito provavelmente haverá retomada da prática de dumping nas exportações de magnésio metálico da Rússia para o Brasil.

6. DAS IMPORTAÇÕES E DO MERCADO BRASILEIRO

Neste item serão analisadas as importações brasileiras e o mercado brasileiro de magnésio metálico. O período de análise deve corresponder ao período considerado para fins de determinação de continuação/retomada de dano à indústria doméstica, de acordo com a regra do § 4º do art. 48 do Decreto nº 8.058, de 2013. Assim, considerou-se o período de outubro de 2011 a setembro de 2016, tendo sido dividido da seguinte forma:

P1 - outubro de 2011 a setembro de 2012;

P2 - outubro de 2012 a setembro de 2013;

P3 - outubro de 2013 a setembro de 2014;

P4 - outubro de 2014 a setembro de 2015; e

P5 - outubro de 2015 a setembro de 2016

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800016

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

6.1. Das importações

Para fins de apuração dos valores e das quantidades de magnésio metálico importados pelo Brasil em cada período (P1 a P5), foram utilizados os dados de importação referentes ao subitem 8104.11.00 da NCM, fornecidos pela RFB.

No subitem 8104.11.00 da NCM é classificado apenas o magnésio metálico. Contudo, na análise das descrições detalhadas dos produtos importados, foram identificados produtos que não se enquadram na descrição do produto em questão. Dessa forma, excluíram-se as importações dos produtos que foram devidamente identificados como não sendo o produto objeto da revisão, entre as quais as importações de produtos relacionadas a seguir:

a) magnésio metálico para uso em síntese orgânica de ingrediente ativo de agrotóxico;

b) esferas compostas de 99,99% de magnésio utilizadas para tratamento da água;

c) magnésio em pastilhas; e

d) chip de magnésio, para uso em pesquisa científica.

6.1.1 Do volume das importações

A tabela seguinte apresenta os volumes de importações totais de magnésio metálico no período investigado:

Importações Totais (t)

Origens	P1	P2	P3	P4	P5
Rússia	100,0	78,6	60,4	-	-
Total sob análise	100,0	78,6	60,4	-	-
Áustria	100,0	146,3	-	-	-
China	100,0	636,5	612,2	124,2	185,7
Estados Unidos da América	100,0	2.938,3	2.101,5	-	-
Israel	100,0	91,8	59,7	142,7	98,5
Malásia	-	100,0	958,2	947,4	-
Suíça	100,0	54,5	-	1,1	-
Total (exceto sob análise)	100,0	170,0	160,4	183,3	95,6
Total Geral	100,0	151,6	140,2	146,3	76,3

As importações brasileiras de magnésio metálico originárias da Rússia ocorreram somente nos três primeiros períodos. O volume das importações brasileiras da origem em análise apresentou retração de 21,4% de P1 para P2 e de 23,2% de P2 para P3. Tendo em vista que não ocorrem importações do produto objeto da revisão em P4 e P5, considerando-se os extremos da séria (P1 a P5), as importações da origem em análise diminuíram 100%.

Com relação às importações de magnésio metálico das outras origens, quando comparadas com as do período anterior, cresceram de P1 para P2 em 70% e de P3 para P4 em 14,3%. Nos demais períodos houve retração: de 5,7% de P2 para P3 e de 47,8% de P4 para P5. Quando tomado todo o período de análise, de P1 para P5, o volume de magnésio metálico importado das demais origens para o Brasil diminuiu 4,4%.

O volume total das importações de magnésio metálico para o Brasil, consideradas todas as origens, seguiu a mesma tendência das importações das outras origens. Houve aumento de P1 para P2 e de P3 para P4 da ordem de 51,6% e 4,3%, respectivamente. De P2 para P3 houve diminuição de 7,5%, e de P4 para P5 de 47,8%. Se considerado todo o período de análise, essas importações diminuíram 23,7%.

6.1.2 Do valor e do preço das importações

Visando tornar a análise do valor das importações mais uniforme, considerando que o frete e o seguro, dependendo da origem considerada, têm impacto relevante sobre o preço de concorrência entre os produtos ingressados no mercado brasileiro, realizou-se a análise em base CIF.

As tabelas a seguir apresentam a evolução do valor total e do preço CIF das importações de magnésio metálico no período investigado.

Valor das Importações Totais CIF (Mil US$)

Origens	P1	P2	P3	P4	P5
Rússia	100,0	70,0	51,3	-	-
Total sob análise	100,0	70,0	51,3	-	-
Áustria	100,0	144,7	-	-	-
China	100,0	552,3	496,1	96,2	104,7
Estados Unidos da América	100,0	2.947,5	2.101,3	-	0,3
Israel	100,0	99,7	64,9	145,9	100,9
Malásia	-	100,0	940,1	909,1	-
Suíça	100,0	45,1	-	6,4	-
Total (exceto sob análise)	100,0	173,5	162,0	185,4	96,8
Total Geral	100,0	152,2	139,3	147,3	76,9

O valor, em US$ CIF, das importações da origem sob análise diminuiu 30% de P1 para P2 e 26,7% de P2 para P3. Conforme já mencionado, não houve importações da origem sob análise em P4 e P5. Dessa forma, quando comparado o período P1 com o período P5, o valor das importações brasileiras de magnésio metálico provenientes da Rússia apresentou queda de 100%.

Com relação ao valor das importações das outras origens, houve aumento de 73,5% de P1 para P2 e de 14,4% de P3 para P4. De P2 para P3 e de P4 para P5 houve quedas de 6,6% e 47,8%, respectivamente. Considerado todo o período de análise, o valor das importações das outras origens diminuiu 3,2%.

Já o valor total das importações aumentou 52,2% e 5,8% de P1 para P2 e de P3 para P4, respectivamente. De P2 para P3 e de P4 para P5, o valor das importações brasileiras totais diminuiu em 8,5% e 47,8%, respectivamente. Se considerados P1 a P5, houve decréscimo de 23,1% do valor total dessas importações.

Preço das Importações Totais (US$ CIF/t)

Origens	P1	P2	P3	P4	P5
Rússia	100,0	89,0	84,9	-	-
Total sob análise	100,0	89,0	84,9	-	-
Áustria	100,0	98,9	-	-	-
China	100,0	86,8	81,0	77,4	56,4
Estados Unidos da América	100,0	100,3	100,0	-	-
Israel	100,0	108,6	108,7	102,2	102,5
Malásia	-	100,0	98,1	96,0	-
Suíça	100,0	82,6	-	559,6	-
Total (exceto sob análise)	100,0	102,0	101,0	101,2	101,2
Total Geral	100,0	100,4	99,3	100,7	100,8

O preço médio das importações brasileiras de magnésio metálico provenientes da origem sob análise diminuiu 11% de P1 para P2 e 4,6% de P2 para P3. Como não houve importações da origem sob análise em P4 e P5, resta prejudicada a análise do preço médio considerando esses períodos. Considerando-se os períodos em que ocorreram importações da Rússia, houve queda do preço do produto objeto do direito antidumping em 15,1% (P1 a P3).

O preço médio das importações das outras origens apresentou leve oscilação ao longo do período. O preço aumentou 2% de P1 para P2 e diminuiu 1% de P2 para P3. De P3 para P4 e de P4 para P5 o preço médio manteve-se praticamente estável, aumentando 0,1% e 0,05%, respectivamente. Considerando o extremo da série, o preço médio das importações das outras origens aumentou 1,2%.

O preço médio do total das importações acompanhou a tendência do preço médio das importações das demais origens. O preço majorou 0,4% de P1 para P2, diminuiu 1,1% de P2 para P3, e cresceu 1,4% e 0,05% de P3 para P4 e de P4 para P5, respectivamente. De P1 para P5, o preço médio das importações totais aumentou 0,8%.

6.2. Do mercado brasileiro

Para dimensionar o mercado brasileiro de magnésio metálico, foram consideradas as quantidades vendidas no mercado interno informadas pela RIMA, e confirmadas durante a verificação in loco, líquidas de devoluções e as quantidades importadas totais apuradas com base nos dados de importação fornecidos pela RFB, apresentadas no item anterior.

Mercado Brasileiro (t)

Período	Vendas Indústria Doméstica	Vendas Outras Empresas	Importações Origens Investigadas	Importações Outras Origens	Mercado Brasileiro
P1	100,0	-	100,0	100,0	100,0
P2	106,1	-	78,6	170,0	131,0
P3	93,6	-	60,4	160,4	119,2
P4	72,4	-	-	183,3	112,9
P5	161,6	-	-	95,6	114,8

Cabe ressaltar que não houve consumo cativo por parte da peticionária durante o período de investigação, o que fez com que mercado brasileiro e consumo nacional aparente se equivalessem.

Observou-se, dessa maneira, que o mercado brasileiro apresentou crescimento de 31% de P1 para P2, retração de 9,1% e de 5,2% de P2 para P3 e de P3 para P4, respectivamente, e voltou a ter aumento de 1,7% de P4 para P5. De P1 a P5, o mercado brasileiro aumentou 14,8%.

6.3. Da evolução das importações

6.3.1 Da participação das importações no mercado brasileiro

A tabela a seguir apresenta a participação das importações no mercado brasileiro de magnésio metálico.

Participação das Importações no Mercado Brasileiro

Período	Mercado Brasileiro (t)	Participação Importações Investigadas (%)	Participação Importações Outras origens (%)	Participação Importações Totais (%)
P1	100,0	100,0	100,0	100,0
P2	131,0	78,6	60,0	170,0
P3	119,2	60,4	50,7	160,4
P4	112,9	-	-	183,3
P5	114,8	-	-	95,6

Observou-se que a participação das importações investigadas no mercado brasileiro apresentou quedas de [CONFIDENCIAL] p.p. de P1 para P2, de [CONFIDENCIAL] p.p. de P2 para P3 e de [CONFIDENCIAL] p.p. de P3 para P4, quando passaram a ser inexistentes. Considerando todo o período (P1 a P5), a participação de tais importações caiu [CONFIDENCIAL] p.p.

A participação das importações das demais origens no mercado brasileiro, a seu turno, aumentou [CONFIDENCIAL] p.p., [CONFIDENCIAL] p.p. e [CONFIDENCIAL] p.p. de P1 para P2, de P2 para P3 e de P3 para P4, respectivamente. Por outro lado, de P4 para P5, esse indicador apresentou queda de [CONFIDENCIAL] p.p. Considerando-se todo o período de revisão, a participação das importações das demais origens no mercado brasileiro diminuiu [CONFIDENCIAL] p.p.

Já a participação das importações totais aumentou [CONFIDENCIAL] p.p., [CONFIDENCIAL] p.p. e [CONFIDENCIAL] p.p. de P1 para P2, de P2 para P3 e de P3 para P4, respectivamente. De P4 para P5, a participação das importações totais apresentou queda de [CONFIDENCIAL] p.p. Considerando todo o período (P1 a P5), a participação de tais importações no mercado brasileiro diminuiu [CONFIDENCIAL] p.p.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800017

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

6.3.2 Da relação entre as importações e a produção nacional

A tabela a seguir apresenta a relação entre as importações investigadas e a produção nacional de magnésio metálico.

Importações Investigadas e Produção Nacional

	Produção Nacional (t) (A)	Importações investigadas (t) (B)	[(B) / (A)] %
P1	100,0	100,0	100,0
P2	105,5	78,6	74,5
P3	94,1	60,4	64,2
P4	73,8	-	-
P5	163,7	-	-

Observou-se que a relação entre as importações investigadas e a produção nacional de magnésio metálico diminuiu [CONFIDENCIAL] p.p. de P1 para P2, [CONFIDENCIAL] p.p. de P2 para P3 e [CONFIDENCIAL] p.p. de P3 para P4, quando as importações da origem investigada cessaram. Ao considerar-se todo o período (P1 a P5), essa relação apresentou queda de [CONFIDENCIAL] p.p.

6.4. Da conclusão a respeito das importações

Com base nos dados anteriormente apresentados, concluiu-se que:

a) as importações de magnésio metálico originárias da Rússia diminuíram 100% de P1 a P5, uma vez que não houve importações oriundas dessa origem em P4 e P5;

b) houve queda do preço do produto objeto do direito antidumping em 15,1% de P1 para P3, último ano em que ocorreram importações originárias da Rússia;

c) as importações originárias dos demais países exportadores diminuíram tanto de P1 para P5 (4,4%) quanto de P4 para P5 (47,8%);

d) as importações objeto do direito antidumping diminuíram em [CONFIDENCIAL] p.p. sua participação em relação ao mercado brasileiro de P1 para P5;

e) as importações das outras origens também diminuíram sua participação no mercado brasileiro, de P1 para P5 em [CONFIDENCIAL] p.p., tendo essa participação diminuído [CONFIDENCIAL] p.p. de P4 para P5; e

f) de P1 para P5, a relação entre as importações do produto objeto do direito antidumping e a produção nacional diminuiu [CONFIDENCIAL] p.p.

Constatou-se, portanto, a diminuição progressiva das importações de magnésio metálico originárias da Rússia após a aplicação do direito antidumping, culminando com a cessação dessas importações em P4 e P5, o que indica que as importações sob análise só possuíam competitividade destacada no mercado brasileiro em função da prática de preços de dumping.

7. DOS INDICADORES DA INDÚSTRIA DOMÉSTICA

Como já informado, de acordo com o previsto no art. 34 do Decreto nº 8.058, de 2013, definiu-se como indústria doméstica as linhas de produção de magnésio metálico da empresa RIMA Industrial S.A., única fabricante nacional do produto similar, respondendo, portanto, pela totalidade da produção nacional. Dessa forma, os indicadores considerados neste Parecer refletem os resultados alcançados pelas citadas linhas de produção.

O período de análise dos indicadores da indústria doméstica corresponde ao período de outubro de 2011 a setembro de 2016, dividido da seguinte forma:

P1 - outubro de 2011 a setembro de 2012;

P2 - outubro de 2012 a setembro de 2013;

P3 - outubro de 2013 a setembro de 2014;

P4 - outubro de 2014 a setembro de 2015; e

P5 - outubro de 2015 a setembro de 2016.

Ressalte-se que ajustes em relação aos dados apresentados pela empresa na petição de início e em resposta ao pedido de informações complementares foram efetuados, tendo em conta os resultados da verificação in loco realizada por equipe da autoridade investigadora brasileira. Os ajustes serão descritos a seguir nos respectivos itens.

Para uma adequada avaliação da evolução dos dados em moeda nacional, os valores correntes foram atualizados com base no Índice de Preços ao Produtor Amplo - Origem - Produtos Industrializados (IPA-OG-PI), da Fundação Getúlio Vargas.

De acordo com a metodologia aplicada, os valores em reais correntes de cada período foram trazidos a valores de P5, considerando os efeitos da inflação ao longo dos cinco períodos, dividindo-se o valor monetário, em reais correntes de cada período, pelo índice de preços médio do período desejado, em seguida multiplicando-se o resultado pelo índice de preços médio do período mais recente, no caso, P5. Essa metodologia foi aplicada a todos os valores monetários em reais apresentados neste anexo.

7.1 Do volume de vendas

A tabela a seguir apresenta as vendas da indústria doméstica de magnésio metálico de fabricação própria, destinadas ao mercado interno, conforme informado na petição e nas informações adicionais e confirmado durante a verificação in loco. As vendas apresentadas estão líquidas de devoluções. Ressalte-se que não foram realizadas vendas no mercado externo.

Período	Vendas Totais (t)	Vendas no Mercado Interno (t)	%
P1	100,0	100,0	100,0
P2	106,1	106,1	100,0
P3	93,6	93,6	100,0
P4	72,4	72,4	100,0
P5	161,6	161,6	100,0

O volume de vendas totais de magnésio metálico, o qual foi inteiramente destinado ao mercado interno, registrou aumento de 6,1% de P1 para P2, redução de 11,8% de P2 para P3 e de 22,6% de P3 para P4 e novo crescimento de 123,1% de P4 para P5. Ao se considerar todo o período de análise, o volume de vendas da indústria doméstica para o mercado interno apresentou aumento de 61,6%.

7.2 Da participação do volume de vendas no mercado brasileiro

A tabela a seguir apresenta a participação das vendas da indústria doméstica destinadas ao mercado interno no mercado brasileiro.

Participação das Vendas da Indústria Doméstica no Mercado Brasileiro

	Vendas no Mercado Interno (t)	Mercado Brasileiro (t)	Participação (%)
P1	100,0	100,0	100,0
P2	106,1	131,0	80,9
P3	93,6	119,2	78,5
P4	72,4	112,9	64,1
P5	161,6	114,8	140,7

A participação das vendas da indústria doméstica no mercado brasileiro de magnésio metálico registrou redução de [CONFIDENCIAL] p.p. de P1 para P2, de [CONFIDENCIAL] p.p. de P2 para P3 e de [CONFIDENCIAL] p.p. de P3 para P4. De P4 para P5 apresentou crescimento de [CONFIDENCIAL] p.p. Ao se analisar o período de P1 a P5, verificou-se aumento nessa participação de [CONFIDENCIAL] p.p.

7.3 Da produção e do grau de utilização da capacidade instalada

Conforme dados constantes das informações complementares à petição, a capacidade instalada nominal foi calculada considerando a capacidade de produção de cada forno de indução, conforme seus padrões técnicos, de 7.500 kg/dia. A peticionária possui 3 fornos de indução dedicados à produção de magnésio metálico, totalizando uma capacidade nominal anual de 8.212.500 kg. Não houve aumento de capacidade nominal de P1 a P5.

A capacidade efetiva apresentada na petição, por sua vez, foi calculada considerando a [CONFIDENCIAL].

Entendeu-se que a metodologia adotada pela empresa para reportar a capacidade efetiva não era adequada, pois acarretou oscilações nesse indicador que não refletem uma efetiva alteração da capacidade da linha de produção do produto similar durante o período de análise (P1 a P5), decorrendo [CONFIDENCIAL]. Essas, por sua vez, podem ter variado por motivos diversos, dentre eles as condições de temperatura em que os fornos operam e a qualidade da matéria-prima empregada. Soma-se a isso o fato de que a peticionária manteve como confidencial a descrição da metodologia empregada para calcular a capacidade efetiva, não obstante a solicitação feita no ofício de informações complementares para que tal informação fosse apresentada em bases restritas.

Dessa forma, a metodologia foi alterada para o cálculo da capacidade instalada efetiva da peticionária. A capacidade instalada efetiva foi calculada com base na capacidade nominal e levou em consideração os dias efetivos de produção (descontando 1 dia de parada programada por mês), conforme quadro a seguir:

Quantidade de fornos	3
Capacidade instalada nominal por dia, por forno	7.500 kg/dia
Capacidade instalada nominal por dia	22.500 kg/dia (7.500 kg/dia * 3 fornos)
Capacidade instalada efetiva por ano	7.942.500 kg/ano (22.500 kg/dia * 353 dias)

A tabela a seguir apresenta a capacidade instalada efetiva da indústria doméstica, sua produção e o grau de ocupação dessa capacidade, após o ajuste realizado. O grau de ocupação foi obtido por meio da divisão da quantidade produzida pela capacidade instalada efetiva. Ressalte-se que não são produzidos outros produtos na linha de produção de magnésio metálico.

Capacidade Instalada, Produção e Grau de Ocupação

Período	Capacidade instalada efetiva (t)	Produção do produto similar (t)	Grau de ocupação (%)
P1	100,0	100,0	100,0
P2	100,0	105,5	105,5
P3	100,0	94,1	94,1
P4	100,0	73,8	73,8
P5	100,0	163,7	163,7

O volume de produção do produto similar da indústria doméstica aumentou 5,5% de P1 para P2 e retraiu 10,8% de P2 para P3 e 21,6% de P3 para P4. Já de P4 para P5 apresentou crescimento de 122%. Ao se avaliar todo o período de análise, observou-se acréscimo de 63,7% na fabricação do produto similar doméstico.

A capacidade instalada efetiva manteve-se inalterada durante todo o período analisado. Já o grau de ocupação apresentou crescimento de [CONFIDENCIAL] p.p. de P1 para P2 e contração de [CONFIDENCIAL] p.p e de [CONFIDENCIAL] p.p de P2 para P3 e de P3 para P4, respectivamente, tendo aumentado novamente em [CONFIDENCIAL] p.p de P4 para P5. Ao se considerar o período de P1 a P5, o grau de ocupação cresceu [CONFIDENCIAL] p.p.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800018

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

7.4 Dos estoques

A tabela a seguir indica o estoque acumulado no final de cada período analisado, considerando um estoque inicial, em P1, de 122,8 toneladas. Ressalte-se que a indústria doméstica informou que não mantém estoques em níveis comerciais do produto similar, trabalhando exclusivamente com produção por encomenda.

Estoque final (t)

Período	Produção	Vendas no mercado interno	Outras entradas/saídas	Estoque final
P1	100,0	100,0	(100,0)	100,0
P2	105,5	106,1	(34,3)	35,5
P3	94,1	93,6	(12,9)	8,9
P4	73,8	72,4	(14,3)	18,4
P5	163,7	161,6	(24,3)	12,6

O volume de estoque final de magnésio metálico da indústria doméstica diminuiu 64,5% de P1 para P2 e 74,7% de P2 para P3. De P3 para P4 houve aumento do estoque final em 103,9%, enquanto de P4 para P5 houve diminuição de 31%. Ao se avaliar todo o período de análise de dano, observou-se diminuição de 87,4% no estoque final.

As movimentações de outras entradas/saídas consistem basicamente nas movimentações de estoque que não foram faturadas, como, por exemplo, envio de amostras, etc.

A tabela a seguir, por sua vez, apresenta a relação entre o estoque acumulado e a produção da indústria doméstica em cada período de análise.

Relação estoque final/produção

Período	Estoque final (t)	Produção (t)	Relação (%)
P1	100,0	100,0	100,0
P2	35,5	105,5	33,6
P3	8,9	94,1	9,5
P4	18,4	73,8	24,9
P5	12,6	163,7	7,7

A relação estoque final/produção apresentou o seguinte comportamento ao longo do período: diminuições consecutivas de [CONFIDENCIAL] p.p., de P1 para P2 e de [CONFIDENCIAL] p.p. de P2 para P3. Já de P3 para P4 a relação estoque final/produção aumentou [CONFIDENCIAL] p.p. e, de P4 para P5, diminuiu novamente [CONFIDENCIAL] p.p. Considerando os extremos da série, de P1 a P5, a relação estoque final/produção acumulou decréscimo de [CONFIDENCIAL] p.p.

7.5 Do emprego, da produtividade e da massa salarial

As tabelas apresentadas neste item, elaboradas a partir das informações constantes da petição de início e das alterações resultantes da verificação in loco, apresentam o número de empregados, a produtividade e a massa salarial, relacionados à produção/venda de magnésio metálico pela indústria doméstica.

A peticionária reportou o número de empregados constante na folha de pagamentos no último dia de cada período. No tocante à segregação do quantitativo de empregados e da massa salarial entre produção direta e indireta, administração e vendas, essa é realizada automaticamente pelo sistema da empresa, com base no registro funcional dos empregados e nos quadros de lotação.

A empresa reportou o número de empregados e a massa salarial das áreas de produção direta e indireta e administração da unidade industrial da RIMA em Bocaiúva, responsável pela fabricação do produto similar. Já o quantitativo de empregados e a massa salarial da área comercial foi obtido a partir do número de empregados de vendas da unidade de Belo Horizonte, a qual centraliza as atividades comerciais da empresa.

A empresa realizou rateio do número de empregados e da massa salarial de cada área da unidade industrial de Bocaiúva (produção direta e indireta e administração) com base na proporção da quantidade produzida de magnésio metálico em relação à produção total dessa unidade. Já com relação ao número de empregados e da massa salarial de vendas, a empresa realizou rateio com base na proporção da quantidade produzida de magnésio metálico em relação ao total produzido pela RIMA, uma vez que a equipe da área comercial desenvolve atividades relacionadas a produtos produzidos em todas as unidades da empresa.

Foram realizados ajustes nas informações fornecidas pela peticionária. Tendo em vista que a etapa de fabricação do cristal de magnésio é comum a todos os produtos produzidos na unidade de Bocaiúva, e que os empregados diretos da etapa de fusão (transformação do cristal de magnésio no produto similar) trabalham exclusivamente na produção do magnésio metálico, realizou-se o rateio com base na quantidade produzida apenas para os empregados da produção direta envolvidos na produção de cristais de magnésio. Já os empregados da produção direta da etapa de fusão foram apropriados diretamente para o produto similar, enquanto os empregados diretos das linhas de magnésio em pó, ligas de magnésio e peças automotivas foram apropriados exclusivamente para as demais linhas.

Para realizar ajuste análogo ao do número de empregados aos dados de massa salarial da produção direta, foi aplicada a proporção do número de empregados diretos da etapa de fusão em relação ao número total de empregados diretos de Bocaiúva de cada período sobre a massa salarial total dos empregados diretos de Bocaiúva, mês a mês, para obtenção da massa salarial dos empregados diretos da etapa de fusão. Para obtenção da massa salarial da etapa de fabricação do cristal de magnésio, inicialmente foi aplicada, mês a mês, a proporção do número de empregados diretos da etapa de fabricação do cristal em relação ao número total de empregados diretos de Bocaiúva de cada período sobre a massa salarial total dos empregados diretos de Bocaiúva. Esses valores foram então rateados com base na quantidade produzida de magnésio metálico em relação à produção total de Bocaiúva de cada período.

Também foi realizado ajuste em relação ao número de empregados e à massa salarial da área administrativa, de forma a englobar também os empregados administrativos da unidade de Belo Horizonte, visto que não haviam sido considerados nos dados reportados pela peticionária. Foi realizado rateio do número de empregados e da massa salarial da equipe administrativa de Belo Horizonte com base na receita líquida do produto similar em relação à receita líquida da RIMA como um todo (receitas líquidas de tributos, devoluções, descontos e abatimentos). Optou-se por realizar o rateio pela receita líquida do número de empregados e da massa salarial associados à unidade de Belo Horizonte tendo em vista principalmente os seguintes aspectos: pelo fato de a unidade estar relacionada às vendas de todos os produtos da RIMA, inclusive vendas de outros metais além do magnésio, englobando uma ampla gama de produtos com características diversas; e o [CONFIDENCIAL] esforço de administração e de vendas de magnésio metálico em relação a outros produtos da empresa, que são produzidos em [CONFIDENCIAL] quantidade, mas vendidos com preço [CONFIDENCIAL] ao produto similar. Dessa forma, o rateio pela receita líquida dos empregados e da massa salarial da administração e vendas de Belo Horizonte mostrou-se mais adequado. O rateio dos empregados e da massa salarial de Bocaiúva foi mantido pela quantidade produzida, uma vez que estão relacionados a atividades da fábrica. Vale ressaltar também que a massa salarial da área administrativa de Belo Horizonte foi obtida por meio dos saldos acumulados da conta de despesas com pessoal administrativo dessa unidade, para todos os períodos, obtidos na verificação in loco. Tendo em vista que esse valor não está segregado entre salários, encargos e benefícios, o rateio para o produto similar foi realizado com o valor total da massa salarial da administração de Belo Horizonte.

Em relação ao número de empregados e à massa salarial de vendas, foi alterado o critério de rateio para a receita líquida, da mesma forma como realizado para os empregados administrativos de Belo Horizonte.

Número de empregados

	P1	P2	P3	P4	P5
Linha de Produção	100,0	89,0	80,6	57,0	84,2
Administração e Vendas	100,0	87,0	66,7	47,7	107,7
Total	100,0	88,7	78,9	55,8	87,0

Verificou-se que o número de empregados que atuam na linha de produção de magnésio metálico apresentou variação negativa de 11% de P1 para P2, de 9,6% de P2 para P3 e de 29,5% de P3 para P4. De P4 para P5 houve aumento nesse indicador de 48,1%. Ao se analisar os extremos da série, o número de empregados ligados à produção diminuiu 16%.

No que diz respeito ao número de empregados ligados aos setores de administração e vendas, houve diminuição de 12,2% de P1 para P2, de 23,3% de P2 para P3 e de 30,3% de P3 para P4. Já de P4 para P5 houve aumento de 130,4%. Por fim, de P1 a P5, observou-se crescimento de 8,2%.

O número total de empregados seguiu a mesma tendência do número de empregados ligados à produção. Houve decréscimo de 11,4% de P1 para P2, de 11% de P2 para P3 e de 29,2% de P3 para P4. De P4 para P5 houve aumento de 55,7%. De P1 para P5, o número total de empregados diminuiu 13,1% (diminuição de 54 postos de trabalho).

Produtividade por empregado

Período	Empregados ligados à linha de produção	Produção (t)	Produção por empregado da linha da produção (toneladas/empregado)
P1	100,0	100,0	100,0
P2	89,0	105,5	118,6
P3	80,6	94,1	116,7
P4	57,0	73,8	129,5
P5	84,2	163,7	194,5

A produtividade por empregado envolvido na produção de magnésio metálico aumentou em quase todos os períodos: 19,2% de P1 para P2, 11,8% de P3 para P4 e 49,5% de P4 para P5. Somente de P2 para P3 houve decréscimo, da ordem de 2,3%. Ao se considerar o período de P1 a P5, a produtividade por empregado aumentou 94,5%.

Massa Salarial (mil R$ atualizados)

	P1	P2	P3	P4	P5
Linha de Produção	100,0	106,1	92,9	85,5	133,3
Administração e Vendas	100,0	110,4	104,1	88,6	202,5
Total	100,0	107,0	95,3	86,1	148,0

A massa salarial dos empregados da linha de produção cresceu 6,1% de P1 para P2, diminuiu 12,5% de P2 para P3 e 8% de P3 para P4 e voltou a aumentar 56% de P4 para P5. Ao se considerar todo o período de análise, de P1 para P5, a massa salarial dos empregados ligados à produção aumentou 33,3%.

A massa salarial dos empregados ligados à administração e vendas seguiu a mesma tendência da massa salarial da produção: aumentou 10,4% de P1 para P2, diminuiu 5,7% de P2 para P3 e 14,9% de P3 para P4 e voltou a crescer 128,6% de P4 para P5. De P1 para P5, a massa salarial desses empregados aumentou 102,5%.

A massa salarial total aumentou 7% de P1 para P2, diminuiu 11% de P2 para P3 e 9,6% de P3 para P4 e cresceu 71,8% de P4 para P5. Assim, a variação da massa salarial total de P1 a P5 foi positiva em 48%.

7.6 Do demonstrativo de resultado

7.6.1 Da receita líquida

A tabela a seguir apresenta a evolução da receita líquida de vendas do produto similar da indústria doméstica, como confirmado durante a verificação in loco. Ressalte-se que os valores das receitas líquidas obtidas pela indústria doméstica no mercado interno estão deduzidos dos valores de fretes incorridos sobre essas vendas.

Receita líquida das vendas da indústria doméstica (mil R$ atualizados)

Período	---	Mercado Interno	
	Receita Total	Valor	% total
P1	[CONF.]	100,0	[CONF.]
P2	[CONF.]	107,0	[CONF.]
P3	[CONF.]	95,4	[CONF.]
P4	[CONF.]	96,6	[CONF.]
P5	[CONF.]	212,6	[CONF.]

A receita líquida referente às vendas do produto similar, as quais são inteiramente destinadas ao mercado interno, registrou aumento de 7% de P1 para P2, seguida de queda de 10,9% de P2 para P3, e novos aumentos de 1,2% de P3 para P4 e de 120,2% P4 para P5. Ao se considerarem os extremos da série, notou-se crescimento de 112,6% da receita líquida de vendas no mercado interno.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800019

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

7.6.2 Dos preços médios ponderados

Os preços médios ponderados de venda, apresentados na tabela a seguir, foram obtidos pela razão entre as receitas líquidas e as respectivas quantidades vendidas apresentadas, respectivamente, nos itens 7.6.1 e 7.1 deste anexo. Deve-se ressaltar que os preços médios de venda no mercado interno apresentados referem-se a vendas de fabricação própria.

Preço médio da indústria doméstica (R$ atualizados/t)

Período	Venda no Mercado Interno
P1	100,0
P2	100,9
P3	101,9
P4	133,4
P5	131,6

Observou-se que o preço médio do produto similar doméstico vendido no mercado interno, com exceção de P5, aumentou em todos os períodos: 0,9% de P1 para P2, 1,0% de P2 para P3 e 30,8% de P3 para P4. No último período, entretanto, apresentou diminuição de 1,3% com relação a P4. Ao se considerar todos os períodos da série, de P1 a P5, verificou-se aumento de 31,6% do preço médio da indústria doméstica.

7.6.3 Dos resultados e margens

As tabelas a seguir apresentam a demonstração de resultados e as margens de lucro obtidas com a venda de magnésio metálico de fabricação própria no mercado interno, conforme informado pela peticionária e considerando o ajuste realizado durante os procedimentos de verificação in loco referente aos valores das devoluções líquidas.

Com o propósito de identificar os valores referentes às vendas de magnésio metálico, as despesas operacionais foram calculadas por meio de rateio. As despesas incorridas em Bocaiúva foram rateadas de acordo a proporção da quantidade produzida de magnésio metálico em relação à produção total dessa unidade, tendo em vista tratar-se de unidade fabril. Já as despesas incorridas em Belo Horizonte foram rateadas para o produto similar de acordo com a participação da receita líquida do magnésio metálico em relação à receita líquida total da empresa (receitas líquidas de tributos, devoluções, descontos e abatimentos).

Ressalte-se que não foram reportadas outras despesas (receitas) operacionais, tendo em vista que estão classificadas como outras despesas (receitas) operacionais apenas despesas relacionadas a arrendamento mercantil e sinistro de seguros, que não são relacionadas à atividade operacional da empresa e ao produto similar.

Cumpre ressaltar que a peticionária protocolou no SDD, após a realização da verificação in loco, manifestação na qual realizou a identificação e posterior exclusão do rateio das despesas da unidade de Belo Horizonte daquelas rubricas que não possuiriam relação com o produto similar (por exemplo, despesas de exportação e despesas de importação de matérias-primas que não seriam utilizadas na produção do produto similar). Tendo em vista, contudo, que nem todos os valores das contas contábeis individualmente identificadas pela RIMA foram validados por ocasião da verificação in loco, uma vez que os valores de cada grupo de despesas foram validados de forma consolidada, optou-se por excluir do rateio das despesas da unidade de Belo Horizonte apenas aquelas despesas que foram verificadas individualmente quando da realização da verificação in loco, quais sejam, despesas com exportação (conta contábil [CONFIDENCIAL]) e arrendamento mercantil (conta contábil [CONFIDENCIAL]).

A peticionária também apresentou, na manifestação referida anteriormente, nova DRE do produto similar, com a inclusão da receita obtida com a comercialização do corretivo de solo (subproduto gerado na etapa de fabricação do cristal de magnésio), após rateá-la para o produto similar em função da quantidade produzida. Destaque-se que, de acordo com informações fornecidas pela peticionária na verificação in loco, a venda desse subproduto não afeta o custo de produção do magnésio metálico. Dessa forma, tais receitas foram consideradas como receitas de outros produtos na totalização de vendas da indústria doméstica, não tendo impacto, portanto, sobre o produto similar doméstico. Além disso, os valores utilizados pela empresa no rateio não foram validados quando da verificação in loco, uma vez que os valores da venda desse subproduto não foram segregados das vendas de todos os outros produtos pela RIMA. Dessa forma, a receita com a venda do subproduto não foi incluída na DRE do produto similar.

Demonstração de resultados (mil R$ atualizados)

	P1	P2	P3	P4	P5
Receita Líquida	100,0	107,0	95,4	96,6	212,6
CPV	100,0	107,0	91,9	91,5	207,7
Resultado Bruto	100,0	107,8	137,7	157,6	272,6
Despesas Operacionais	100,0	124,0	125,0	138,8	258,7
Despesas gerais e administrativas	100,0	139,9	126,5	139,8	261,4
Despesas com vendas	100,0	111,7	113,2	138,8	246,1
Resultado financeiro (RF)	100,0	106,7	128,3	137,3	260,7
Outras despesas (receitas) operacionais (OD)	-	-	-	-	-
Resultado Operacional	(100,0)	(151,5)	(103,6)	(106,9)	(235,3)
Resultado Operacional (exceto RF)	(100,0)	(673,3)	183,6	246,6	60,9
Resultado Operacional (exceto RF e OD)	(100,0)	(673,3)	183,6	246,6	60,9

Margens de lucro (%)

	P1	P2	P3	P4	P5
Margem Bruta	100,0	100,7	144,3	163,3	128,2
Margem Operacional	(100,0)	(141,5)	(108,6)	(110,7)	(110,6)
Margem Operacional (exceto RF)	(100,0)	(628,9)	192,5	255,4	28,6
Margem Operacional (exceto RF e OD)	(100,0)	(628,9)	192,5	255,4	28,6

O resultado bruto da indústria doméstica auferido com a venda de magnésio metálico no mercado interno apresentou aumento em todos os períodos analisados: 7,8% de P1 para P2, 27,8% de P2 para P3, 14,5% de P3 para P4 e 72,9% de P4 para P5. Considerando o período como um todo, de P1 para P5, o resultado bruto registrou incremento de 172,6%.

O resultado operacional, o qual foi negativo em todos os períodos analisados, apresentou decréscimo de 51,5% de P1 para P2, aumento de 31,6% de P2 para P3, seguido de reduções de 3,2% de P3 para P4 e de 120,1% de P4 para P5. Considerando o período como um todo, de P1 para P5, o resultado operacional registrou retração de 135,3%.

Já o resultado operacional sem resultado financeiro, negativo nos dois primeiros períodos, apresentou redução de 573,3% de P1 para P2, recuperação de 127,3% de P2 para P3 e de 34,3% de P3 para P4, e nova diminuição de 75,3% de P4 para P5. Considerando o período como um todo, de P1 para P5, o resultado operacional sem resultado financeiro registrou aumento de 160,9%. Ressalte-se que o resultado operacional sem resultado financeiro e outras despesas é o mesmo do resultado operacional sem resultado financeiro, tendo em vista a ausência de outras despesas (receitas operacionais).

A margem bruta da indústria doméstica apresentou aumentos consecutivos de [CONFIDENCIAL] p.p. de P1 para P2, [CONFIDENCIAL] p.p. de P2 para P3 e [CONFIDENCIAL] p.p. de P3 para P4. Já no último período, diminuiu [CONFIDENCIAL] p.p. em relação a P4. Ao se analisarem os extremos da série, contatou-se que a margem bruta da indústria doméstica apresentou aumento de [CONFIDENCIAL] p.p.

Observou-se que a margem operacional, por sua vez, foi negativa em todos os períodos. Essa margem registrou queda de [CONFIDENCIAL] p.p. de P1 para P2 e aumento de [CONFIDENCIAL] p.p. de P2 para P3. De P3 para P4 apresentou queda de [CONFIDENCIAL] p.p. e de P4 para P5 manteve-se estável. A queda acumulada de P1 a P5 foi [CONFIDENCIAL] p.p.

A margem operacional sem o resultado financeiro, negativa nos dois primeiros períodos, diminuiu [CONFIDENCIAL] p.p. de P1 para P2, recuperou-se em [CONFIDENCIAL] p.p. de P2 para P3 e [CONFIDENCIAL] p.p. de P3 para P4, e apresentou nova queda de [CONFIDENCIAL] p.p. de P4 para P5. De P1 para P5, a margem operacional sem o resultado financeiro aumentou [CONFIDENCIAL] p.p. A margem operacional sem o resultado financeiro e outras despesas é a mesma da margem operacional sem o resultado financeiro.

A tabela a seguir, por sua vez, apresenta a demonstração de resultados por tonelada vendida.

Demonstração de resultados unitária (R$ atualizados/t)

	P1	P2	P3	P4	P5
Receita Líquida	100,0	100,9	101,9	133,4	131,6
CPV	100,0	100,9	98,2	126,4	128,6
Resultado Bruto	100,0	101,6	147,1	217,7	168,7
Despesas Operacionais	100,0	116,9	133,5	191,6	160,1
Despesas gerais e administrativas	100,0	131,9	135,2	193,0	161,8
Despesas com vendas	100,0	105,3	120,9	191,7	152,3
Resultado financeiro (RF)	100,0	100,6	137,0	189,6	161,4
Outras despesas (receitas) operacionais (OD)	-	-	-	-	-
Resultado Operacional	(100,0)	(142,8)	(110,7)	(147,7)	(145,6)
Resultado Operacional (exceto RF)	(100,0)	(634,7)	196,2	340,6	37,7
Resultado Operacional (exceto RF e OD)	(100,0)	(634,7)	196,2	340,6	37,7

O CPV unitário aumentou em quase todos os períodos: 0,9% de P1 para P2, 28,7% de P3 para P4 e 1,7% de P4 para P5. Apenas de P2 para P3 houve redução de 2,6%. Considerando todo o período de análise (P1 para P5), houve um aumento de 28,6%.

O resultado bruto unitário auferido com a venda do produto similar doméstico no mercado brasileiro apresentou aumentos sucessivos de 1,6% em P2, 44,8% em P3 e 48% em P4, sempre em relação ao período anterior. Já de P4 para P5 houve redução de 22,5%. Na análise do período como um todo, o resultado bruto unitário apresentou aumento de 68,7%.

O resultado operacional unitário, negativo em todos os períodos, oscilou ao longo do período analisado: diminuiu 42,8% de P1 para P2, aumentou 22,5% de P2 para P3, reduziu 33,4% de P3 para P4 e cresceu novamente 1,4% de P4 para P5. De P1 a P5, tal indicador apresentou diminuição de 45,6%.

O resultado operacional sem resultado financeiro por tonelada, negativo em P1 e P2, apresentou redução de 534,7% de P1 para P2, aumentos de 130,9% de P2 para P3 e de 73,6% de P3 para P4, e redução de 88,9% de P4 para P5. Ao se considerarem os extremos da série (P1 a P5), o aumento desse indicador foi equivalente a 137,7%. O resultado operacional sem resultado financeiro e sem outras despesas/receitas operacionais por tonelada foi o mesmo do resultado operacional sem resultado financeiro por tonelada.

7.7 Dos fatores que afetam os preços domésticos

7.7.1 Dos custos

A tabela a seguir apresenta os custos unitários de produção, associados à fabricação de magnésio metálico pela indústria doméstica, para cada período de investigação de dano. Os dados a seguir refletem as informações constantes da petição de início.

Após os esclarecimentos obtidos na verificação in loco, alterou-se a classificação da energia elétrica, dos "[CONFIDENCIAL]" e os " [CONFIDENCIAL]" de matéria-prima para utilidades.

Evolução do custo de produção (R$ corrigidos/t)

Período	P1	P2	P3	P4	P5
Custos variáveis (A)	100,0	100,5	96,7	129,7	143,7
Matéria-prima	100,0	104,4	103,5	82,6	94,0
Outros insumos	100,0	104,4	105,9	100,5	104,9
Utilidades	100,0	95,2	86,6	184,6	204,9
Custos fixos (B)	100,0	101,8	100,3	121,2	101,7

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800020

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Mão de obra direta	100,0	116,6	102,2	109,6	54,9
Depreciação	100,0	82,5	88,2	97,8	95,3
Outros custos fixos	100,0	101,7	104,3	137,1	129,8
Custo de produção (A+B)	100,0	100,9	98,0	126,6	128,3

Verificou-se que o custo de produção por tonelada do produto aumentou 0,9% de P1 para P2, diminuiu 2,9% de P2 para P3 e apresentou novos aumentos de 29,1% de P3 para P4 e de 1,4% de P4 para P5. Ao se considerar os extremos da série, de P1 para P5, o custo de produção por tonelada aumentou 28,3%.

7.7.2 Da relação custo/preço

A relação entre o custo de produção e o preço indica a participação desse custo no preço líquido de venda da indústria doméstica no mercado interno ao longo do período de investigação de dano. A tabela a seguir explicita essa relação:

Participação do custo de produção no preço de venda (R$ corrigidos/t)

Período	Custo de Produção (A)	Preço no Mercado Interno (B)	(A) / (B) (%)
P1	100,0	100,0	100,0
P2	100,9	100,9	100,0
P3	98,0	101,9	96,2
P4	126,6	133,4	94,9
P5	128,3	131,6	97,5

Observou-se que a relação entre o custo de produção e o preço de venda da indústria doméstica aumentou [CONFIDENCIAL] p.p. de P1 para P2, diminuiu [CONFIDENCIAL] p.p de P2 para P3 e [CONFIDENCIAL]p.p. de P3 para P4, e cresceu [CONFIDENCIAL] p.p. de P4 para P5. Ao se analisarem os extremos da série, de P1 a P5, a relação custo/preço reduziu [CONFIDENCIAL]p.p.

7.8 Do fluxo de caixa

A tabela a seguir mostra o fluxo de caixa da RIMA. Ressalte-se que os valores de caixa gerados no período correspondem à totalidade das operações da empresa, uma vez que não foi possível separar os valores relacionados somente ao produto similar doméstico.

Fluxo de caixa (mil R$ atualizados)

	P1	P2	P3	P4	P5
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	100,0	1.467,4	2.261,4	(101,7)	(31,6)
Caixa líquido das atividades de investimentos	100,0	(2.618,4)	(5.089,7)	1.216,1	(1.843,8)
Caixa líquido das atividades de financiamento	100,0	251,6	88,8	291,1	(55,5)
Aumento (redução) líquido(a) nas disponibilidades	100,0	277,8	132,7	282,6	(151,5)

Observou-se que o caixa líquido total gerado nas atividades da indústria doméstica apresentou valor negativo somente em P5, influenciado, principalmente, pelas atividades de investimentos e de financiamento. A variação líquida das disponibilidades oscilou ao longo dos períodos analisados: aumentou 177,8% de P1 para P2, seguido de contração de 52,2% de P2 para P3, novo aumento de 112,9% de P3 para P4 e redução de 153,6% de P4 para P5. Ao se analisar o período como um todo (P1 a P5), o caixa líquido total retraiu-se em 251,5%.

7.9 Do retorno sobre investimentos

A tabela a seguir apresenta o retorno sobre investimentos, apresentado na petição de início da revisão, considerando a divisão dos valores dos lucros líquidos da indústria doméstica pelos ativos totais no último dia de cada período, constantes das demonstrações financeiras. Ou seja, o cálculo se refere aos lucros e ativos da empresa como um todo, e não somente aos relacionados ao produto similar doméstico.

Retorno sobre investimentos (em mil R$ e em %)

	P1	P2	P3	P4	P5
Lucro líquido (A)	100,0	141,5	409,1	(76,5)	274,9
Ativo total (B)	100,0	111,7	120,0	119,6	134,9
Retorno sobre o investimento Total (A/B) (%)	100,0	126,6	340,9	(64,0)	203,7

O retorno sobre investimentos apresentou aumentos em quase todos os períodos: [CONFIDENCIAL] p.p. de P1 para P2, [CONFIDENCIAL] p.p. de P2 para P3 e [CONFIDENCIAL] de P4 para P5. Houve redução apenas de P3 para P4 da ordem de [CONFIDENCIAL] p.p. Por fim, analisando os extremos da série, de P1 a P5, o retorno sobre investimentos aumentou [CONFIDENCIAL] p.p.

7.10 Da capacidade de captar recursos ou investimentos

Para avaliar a capacidade de captar recursos, os índices de liquidez geral e corrente foram calculados a partir dos dados relativos à totalidade dos negócios da indústria doméstica, constantes de suas demonstrações financeiras.

O índice de liquidez geral indica a capacidade de pagamento das obrigações de curto e de longo prazo e o índice de liquidez corrente, a capacidade de pagamento das obrigações de curto prazo.

Capacidade de captar recursos ou investimentos

----	P1	P2	P3	P4	P5
Índice de liquidez geral	100,0	89,9	81,0	76,7	85,4
Índice de liquidez corrente	100,0	109,3	103,5	124,2	107,5

O índice de liquidez geral apresentou diminuições sucessivas: 10% de P1 para P2, 10% de P2 para P3 e 4,9% de P3 para P4. Já de P4 para P5, esse índice aumentou 11,7%. Ao se considerar todo o período de análise, de P1 para P5, esse indicador apresentou queda de 14%. O índice de liquidez corrente, por sua vez, oscilou ao longo do período: aumentou 9,7% de P1 para P2, diminuiu 5,7% de P2 para P3, cresceu 20,1% de P3 para P4 e recuou 13,4% de P4 para P5. Considerando os extremos da série, observou-se aumento de 7,6%.

7.11 Do crescimento da indústria doméstica

O volume de vendas da indústria doméstica para o mercado interno em P5 foi superior ao volume de vendas registrado em P1 (61,6%) e em P4 (123,1%).

Considerando que o crescimento da indústria doméstica se caracteriza pelo aumento do seu volume de vendas no mercado interno, pode-se constatar que a indústria doméstica cresceu, se considerado todo o período de revisão.

Cumpre ressaltar que a ampliação de 61,6% no volume de vendas da indústria doméstica no mercado interno foi acompanhada pelo crescimento de 14,8%, de P1 a P5, do mercado brasileiro. O crescimento absoluto das vendas da indústria doméstica no mercado interno levou a um crescimento da sua participação no mercado brasileiro em [CONFIDENCIAL] p.p. no mesmo período.

7.12 Da conclusão sobre os indicadores da indústria doméstica

Da análise dos indicadores da indústria doméstica, constatou-se que o volume de vendas internas aumentou 61,6% de P1 para P5, superior, portanto, ao crescimento do mercado brasileiro, o qual aumentou 14,8%. Com isso, a participação de tais vendas nesse mercado cresceu [CONFIDENCIAL] p.p. nesse mesmo período. Já de P4 para P5 as vendas internas cresceram 123,1% e o mercado brasileiro aumentou 1,7%, o que refletiu em ganho de participação de mercado de [CONFIDENCIAL] p.p. Cumpre observar, contudo, que antes de apresentar o aumento de vendas em P5, a indústria doméstica diminuiu em 27,6% suas vendas (P1 a P4), tendo perdido [CONFIDENCIAL] p.p. de participação no mercado brasileiro nesse período.

Acerca dos indicadores que medem a produção da peticionária, registrou-se aumento de 63,7% e de 122% na produção do produto similar de P1 a P5 e de P4 para P5, respectivamente, além do aumento de [CONFIDENCIAL] p.p. e [CONFIDENCIAL] p.p. no grau de ocupação da capacidade instalada nos mesmos períodos. Já de P1 a P4, observou-se movimento distinto da melhora evidenciada em P5: houve quedas de 26,2% na produção e de [CONFIDENCIAL] p.p. no grau de ocupação da capacidade instalada.

O aumento na produção (63,7%) aliado ao decréscimo do emprego (16%) de P1 a P5 justifica o aumento da produtividade por empregado envolvido na produção, a qual aumentou 94,5% em relação a P1. Já de P4 para P5, o aumento da produção (122%) em patamar superior ao crescimento do emprego no mesmo período (48,1%) levou ao aumento da produtividade em 49,5%. De P1 a P4, a diminuição na produção (26,2%) em patamar inferior à queda no emprego (43,3%) levou ao aumento da produtividade em 30,1%.

Ainda em relação às vendas internas, verificou-se que, de P1 para P5, a receita líquida cresceu de forma mais acentuada (112,6%) que o volume vendido (61,6%), devido ao incremento do preço médio de tais vendas nesse mesmo intervalo (31,6%). Já de P4 para P5, a receita líquida nas vendas internas se elevou (120,2%) em percentual ligeiramente menor que o volume de vendas internas (123,1%), em função da queda no preço médio das vendas do produto similar (-1,3%). Ao realizar a mesma análise de P1 a P4, observou-se que a receita líquida diminuiu menos acentuadamente (3,4%) do que a queda no volume vendido (27,6%), devido ao aumento de 33,4% no preço no mesmo período.

Analisando os extremos da série, de P1 a P5, a receita líquida apresentou melhora de 112,6%, enquanto o CPV aumentou em patamar inferior (107,7%), refletindo na elevação do resultado bruto (172,6%) e na margem bruta ([CONFIDENCIAL] p.p.). Ao passo que o preço se elevou 31,6% de P1 a P5, o CPV unitário diminuiu em um patamar inferior (28,6%), o que refletiu no resultado bruto por tonelada, que apresentou melhora no mesmo período (68,7%).

Na comparação de P5 com P4, muito embora a receita líquida tenha aumentado 120,2% e o CPV crescido 126,9%, o resultado bruto nesse mesmo período apresentou melhora de 72,9%. A margem bruta, contudo, apresentou decréscimo de [CONFIDENCIAL] p.p. O preço apresentou queda de 1,3% e o CPV unitário, em contrapartida, cresceu 1,7%. Com isso, o resultado bruto por tonelada apresentou uma piora de 22,5% nesse período.

Já quando a mesma análise é realizada de P1 a P4, observa-se que apesar de a receita líquida ter diminuído 3,4%, o CPV diminuiu em percentual superior (8,5%), levando à elevação do resultado bruto (57,6%) e da margem bruta ([CONFIDENCIAL] p.p.). O preço se elevou (33,4%) em patamar superior ao CPV unitário (26,4%), ocasionando o aumento do resulto bruto por tonelada em 117,7%.

Com relação ao resultado operacional e à margem operacional, verificou-se deterioração nesses indicadores de P1 a P5 (-135,3% e -[CONFIDENCIAL] p.p., respectivamente). Já o resultado e a margem operacional exceto resultado financeiro apresentaram aumento (160,9% e [CONFIDENCIAL] p.p., respectivamente), o que pode ser explicado, em parte, pelo aumento das despesas financeiras no período. Na comparação de P4 para P5, houve piora de 120,1% do resultado operacional, enquanto a margem operacional manteve-se estável. Já o resultado exceto resultado financeiro teve diminuição de 75,3% e a margem operacional exceto resultado financeiro apresentou piora de [CONFIDENCIAL] p.p,, o que pode ser explicado principalmente pelo aumento das despesas gerais e administrativas nesse período. Quando analisado o intervalo de P1 a P4, houve piora do resultado operacional (6,9%) e da margem operacional ([CONFIDENCIAL] p.p.), enquanto o resultado e a margem operacional exceto resultado financeiro apresentaram melhora (346,6% e [CONFIDENCIAL] p.p., respectivamente).

Observou-se, portanto, que os indicadores da indústria doméstica apresentaram comportamentos distintos se considerados, de maneira geral, os períodos de P1 a P4 e P4 a P5. De P1 a P4, a indústria doméstica elevou o preço do produto similar em patamar superior à elevação do CPV unitário e privilegiou o aumento da rentabilidade, obtendo incrementos nas margens bruta e operacional exceto resultado financeiro. Contudo, esse movimento foi acompanhado de queda no volume de vendas e perda de participação de mercado. Já de P4 para P5, para aumentar suas vendas e retomar a participação de mercado, a indústria doméstica diminuiu seu preço mesmo com o aumento do CPV unitário, retraindo suas margens, mas aumentando substancialmente o volume vendido, e com isso, recuperando a participação no mercado brasileiro.

Quando se considera o período completo de análise de dano (P1 a P5), observou-se que houve, de forma geral, recuperação dos indicadores da indústria doméstica, como crescimento das vendas e da produção, ganho de participação no mercado brasileiro, aumento da produtividade por empregado, crescimento da receita líquida, do resultado e margem bruta e do resultado e margem operacional exceto resultado financeiro.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800021

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

8. DA RETOMADA DO DANO

1. O art. 108 c/c o art. 104 do Decreto nº 8.058, de 2013, estabelece que a determinação de que a extinção do direito levará muito provavelmente à continuação ou à retomada do dano à indústria doméstica deverá basear-se no exame objetivo de todos os fatores relevantes, incluindo: a situação da indústria doméstica durante a vigência definitiva do direito; o impacto provável das importações objeto de dumping sobre a indústria doméstica; o comportamento das importações do produto objeto da revisão durante sua vigência e a provável tendência; o preço provável das importações objeto de dumping e o seu provável efeito sobre os preços do produto similar no mercado interno brasileiro; alterações nas condições de mercado no país exportador; e o efeito provável de outros fatores que não as importações objeto de dumping sobre a indústria doméstica.

1.1 Da situação da indústria doméstica durante a vigência definitiva do direito

O art. 108 c/c o inciso I do art. 104 do Decreto nº 8.058, de 2013, estabelecem que, para fins de determinação de probabilidade de continuação ou retomada de dano à indústria doméstica decorrente de importações sujeitas ao direito, deve ser examinada a situação da indústria doméstica durante a vigência do direito.

Conforme exposto no item 7 deste documento, no período analisado, de P1 a P5, houve crescimento do volume de vendas (61,6%), da produção (63,7%), do grau de ocupação ([CONFIDENCIAL] p.p.) e da participação no mercado brasileiro (18,4 p.p), incremento do preço (31,6%), da receita líquida (112,6%) e da margem bruta ([CONFIDENCIAL] p.p), bem como aumento da produtividade por empregado envolvido na produção (94,5%).

Entretanto, a despeito dessa evolução positiva, o resultado operacional (-135,3%) e a margem operacional (-[CONFIDENCIAL] p.p.) registraram retração no mesmo período. Já a o resultado operacional exceto resultado financeiro e a respectiva margem apresentaram aumentos de 160,9% e [CONFIDENCIAL] p.p., respectivamente.

A participação da indústria doméstica no mercado brasileiro cresceu 18,4 p.p (de 45,1% para 63,5%), tendo em vista que o crescimento do volume de vendas (61,6%) foi superior à expansão desse mercado (14,8%).

O grau de ocupação aumentou [CONFIDENCIAL] p.p. frente ao aumento da produção (63,7%) e à manutenção da capacidade instalada.

Considerando-se todos os comportamentos analisados, concluiu-se que houve, de maneira geral, melhora dos indicadores da indústria doméstica, a exceção do resultado e da margem operacional.

8.2 Do comportamento das importações

O art. 108 c/c o inciso II do art. 104 do Decreto nº 8.058, de 2013, estabelece que, para fins de determinação de probabilidade de continuação ou retomada de dano à indústria doméstica decorrente de importações sujeitas ao direito, deve ser examinado o volume dessas importações durante a vigência do direito e a provável tendência de comportamento dessas importações, em termos absolutos e relativos à produção ou ao consumo do produto similar no mercado interno brasileiro.

Conforme o exposto no item 6 deste documento, verificou-se que, de P1 a P5, o volume das importações objeto do direito antidumping reduziu-se consideravelmente, até se tornarem inexistentes a partir de P4. Com efeito, de P1 para P5, o volume destas importações declinou 100%, de modo que a sua participação no mercado brasileiro foi reduzida de 11,1%, em P1, para 0% em P5 e a relação entre o volume dessas importações e a produção nacional foi reduzida de 24,9% para 0% durante o mesmo período.

Isso não obstante, verificou-se que em P5 da investigação original (abril de 2010 a março de 2011) as importações de magnésio metálico originárias da Rússia somaram 5.481,9 toneladas, conforme consta do Parecer DECOM nº 32, de 2011, e a participação dessas importações no mercado brasileiro correspondeu a 76,3%.

Ademais, conforme analisado no item 5.3, observou-se que o potencial exportador da Rússia em 2015 foi, aproximadamente, 400% superior à demanda brasileira naquele ano.

Tendo em vista a aplicação do direito antidumping contra as importações da China e a existência de substancial potencial exportador do produto objeto por parte da Rússia, concluiu-se que, mesmo as importações dessa origem sendo inexistentes nos últimos períodos de análise, caso o direito antidumping em vigor seja extinto, muito provavelmente os produtores/exportadores dessa origem direcionariam suas exportações para o Brasil em quantidades substanciais e representativas, tanto em termos absolutos como em termos relativos quando comparados à produção e ao consumo.

8.3 Do preço provável das importações com indícios de dumping e o seu provável efeito sobre os preços do produto similar no mercado interno brasileiro

O art. 108 c/c o inciso II do art. 104 do Decreto nº 8.058, de 2013, estabelece que, para fins de determinação de probabilidade de continuação ou retomada de dano à indústria doméstica decorrente de importações sujeitas ao direito, deve ser examinado o preço provável das importações com indícios de dumping e o seu provável efeito sobre os preços do produto similar no mercado interno brasileiro.

Para esse fim, buscou-se avaliar, inicialmente, o efeito das importações sujeitas ao direito sobre o preço da indústria doméstica no período de revisão. De acordo com o disposto no § 2º do art. 30 do Decreto nº 8.058, de 2013, o efeito do preço das importações com indícios de dumping sobre o preço do produto similar nacional no mercado interno brasileiro deve ser avaliado sob três aspectos.

Inicialmente, deve ser verificada a existência de subcotação significativa do preço do produto importado em relação ao produto similar no Brasil, ou seja, se o preço internado do produto importado é inferior ao preço do produto brasileiro. Em seguida, examina-se eventual depressão de preço, isto é, se o preço do produto importado teve o efeito de rebaixar significativamente o preço da indústria doméstica. O último aspecto a ser analisado é a supressão de preço, verificada quando as importações sob análise impedem, de forma relevante, o aumento de preço, devido ao aumento de custos, que teria ocorrido na ausência de tais importações.

Haja vista a inexistência de importações originárias da Rússia em P5, foi realizada a comparação entre o preço provável das importações do produto objeto de dumping e o preço do produto similar nacional.

Para tal, de modo a estimar qual seria o preço provável das importações do produto objeto de dumping, caso a Rússia voltasse a exportar magnésio metálico para o Brasil, foi utilizada, como opção comparativa, a internalização, no mercado brasileiro, dos preços das exportações da Rússia praticados para o seu principal destino consumidor, qual seja os Países Baixos, em termos de volume e valor exportado. Ressalte-se que as exportações russas para os Países Baixos representaram 77% do total exportado pela Rússia em P5.

Os referidos preços foram obtidos a partir do volume e do valor das vendas, em dólares estadunidenses, na condição FOB, extraídos do sitio eletrônico Trade Map, em relação à subposição tarifária 8104.11 do Sistema Harmonizado, em cada um dos meses do último período da revisão (P5).

Os valores das exportações, em cada um dos meses do período, foram convertidos para real, utilizando-se a taxa de câmbio média mensal disponibilizada pelo Banco Central do Brasil. Em seguida, com base nos valores (em reais) e volumes (em toneladas) totais do período, foi obtido o preço médio de exportação da Rússia para os Países Baixos de R$ 6.430,60/tonelada.

Cabe esclarecer o ajuste realizado à metodologia proposta pela peticionária, que indicou o preço das exportações da Rússia para os Países Baixos, conforme obtido no Trade Map, adicionando valor equivalente de frete interno da fábrica ao porto na Rússia para obtenção do preço na condição FOB. Entendeu-se, no entanto, que os valores disponibilizados pelo Trade Map já incluem o frete interno, uma vez que, regra geral, as estatísticas de exportação são reportadas na condição FOB. Dessa forma, o cálculo do preço provável CIF internado no Brasil tomou por base o preço FOB conforme disponibilizado no Trade Map.

A fim de se obter o preço na condição CIF, foram estimados os percentuais referentes a frete e a seguro internacionais, conforme indicados pela peticionária a partir de cotações utilizadas para suas próprias operações. Cabe destacar que o frete internacional foi convertido utilizando-se a taxa de câmbio média de P5 disponibilizada pelo Banco Central do Brasil. Ressalte-se que houve alteração, para fins de determinação final, da taxa de câmbio utilizada para conversão do frete internacional, haja vista ter sido identificado erro material na taxa utilizada para fins de início de investigação. Dessa forma, a taxa utilizada foi de BRL-US$ 3,6198.

Após a obtenção do preço CIF, foram adicionados ainda: (i) o valor, em reais, do Imposto de Importação apurado em 6% para a Rússia; (ii) o valor do AFRMM, calculado aplicando-se o percentual de 25% sobre o valor do frete internacional; e (iii) os valores das despesas de internação, apurados aplicando-se o percentual de 2,68% sobre o valor CIF, conforme percentual apurado em resposta ao questionário de importador.

O preço de venda da indústria doméstica no mercado interno foi obtido pela razão entre a receita líquida e a quantidade vendida, em toneladas, líquida de devoluções, no mercado interno no último período de revisão.

Preço Médio CIF Internado e Subcotação (R$/t)

Rubrica	Preço Unitário (R$/t)
(A) Preço FOB (A+B)	6.430,60
(B) Frete internacional	141,82
(C) Seguro internacional (0,11% * A)	7,07
(D) Preço CIF (A+B+C)	6.579,49
(E) Imposto de Importação (6% * D)	394,77
(F) AFRMM (25% * B)	35,46
(G) Despesas de Internação (2,68% *D)	176,33
(H) Preço CIF Internado (D+E+F+G)	7.186,05
(I) Preço da Indústria Doméstica	[CONFID.]
(J) Subcotação (H-I)	[CONFID.]

Da tabela acima, depreende-se que, na hipótese de a Rússia voltar a exportar magnésio metálico a preços semelhantes aos praticados para o seu maior destino de exportação, suas importações entrariam no Brasil com preços subcotados em relação ao preço da indústria doméstica.

8.4 Do impacto das importações a preços com indícios de retomada do dumping sobre a indústria doméstica

Consoante art. 108 c/c o inciso IV do art. 104 do Decreto nº 8.058, de 2013, para fins de determinação de probabilidade de continuação ou retomada de dano à indústria doméstica decorrente de importações sujeitas ao direito antidumping, deve ser examinado o impacto provável das importações sobre a indústria doméstica, avaliado com base em todos os fatores e índices econômicos pertinentes definidos no § 2º e no § 3º do art. 30.

Assim, buscou-se avaliar inicialmente o impacto das importações sujeitas ao direito sobre a indústria doméstica durante o período de revisão. Conforme já analisado, constatou-se que houve melhora de maneira geral dos indicadores da indústria doméstica. Ademais, as importações originárias da Rússia não só diminuíram em termos absolutos ao longo do período de revisão, como tornaram-se inexistentes a partir de P4. Diante desse quadro, não se pode concluir que durante o período de revisão a indústria doméstica sofreu dano decorrente de tais importações.

No entanto, ao se examinar o potencial exportador da Rússia, explicitado no item 5.3 supra, bem como o preço provável conforme explicitado no item anterior, pode-se inferir que, caso o direito antidumping seja extinto, muito provavelmente o dano à indústria doméstica decorrente da prática de dumping, verificado na investigação original, será retomado.

8.5 Das alterações nas condições de mercado

O art. 108 c/c o inciso V do art. 104 do Decreto nº 8.058, de 2013, estabelece que, para fins de determinação de probabilidade de continuação ou retomada de dano à indústria doméstica decorrente de importações sujeitas ao direito, devem ser examinadas alterações nas condições de mercado no país exportador, no Brasil ou em terceiros mercados, incluindo alterações na oferta e na demanda do produto similar, em razão, por exemplo, da imposição de medidas de defesa comercial por outros países.

No que diz respeito a alterações em terceiros mercados quanto à imposição de medidas de defesa comercial por outros países, registre-se que não houve nova aplicação de medidas ao longo do período de revisão.

No tocante a alterações na oferta do produto em terceiros mercados, faz-se referência às informações do item 5.4 deste documento.

8.6 Do efeito provável de outros fatores que não as importações objeto de dumping sobre a indústria doméstica

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800022

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

O art. 108 c/c o inciso V do art. 104 do Decreto nº 8.058, de 2013, estabelece que, para fins de determinação de probabilidade de continuação ou retomada de dano à indústria doméstica decorrente de importações sujeitas ao direito, deve ser examinado o efeito provável de outros fatores que não as importações objeto de dumping sobre a indústria doméstica.

Com relação às importações das outras origens, o maior fornecedor estrangeiro de magnésio metálico para o Brasil, ao se considerar todo o período investigado, foi Israel. Em P5, as importações originárias de Israel representaram 96,9% do total de importações brasileiras de magnésio metálico. Os Estados Unidos da América, por sua vez, também exportaram quantidades significativas de magnésio metálico para o Brasil durante o período analisado, ainda que essas exportações tenham cessado a partir de P4. Em P2 e P3, as exportações estadunidenses chegaram a representar 35% e 27,4% do total de importações. Destaque-se que a China, objeto de medida antidumping aplicada desde 2004, exportou quantidades pouco significativas durante o período.

Com relação aos preços das exportações de Israel, o preço CIF das importações de origem israelense foi superior, em todos os períodos, ao preço médio CIF das importações totais, exceto as importações da Rússia. Se comparado aos preços das importações da origem analisada, os preços das importações de Israel foram superiores, exceto em P1, a esses preços. Cabe ressaltar, contudo, que as importações oriundas de Israel gozam de preferência tarifária de 100%, o que representa uma vantagem em relação aos preços praticados pelas demais origens. Dessa forma, não é possível afastar que essas importações possam ter impactado os indicadores da indústria doméstica ao longo do período de revisão.

Quanto ao desempenho exportador, esclarece-se que a indústria doméstica não exportou o produto similar durante o período de revisão. Dessa maneira, os indicadores da indústria doméstica não foram influenciados por esse fator.

A produtividade da indústria doméstica, calculada como o quociente entre a quantidade produzida e o número de empregados envolvidos na produção no período, considerando os extremos do período de análise, de P1 a P5, registrou aumento de 94,5%, e de 49,5% de P4 para P5.

No período em análise, não houve consumo cativo, importação ou revenda do produto objeto da revisão por parte da indústria doméstica.

Não houve alteração da alíquota do imposto de importação de 6% aplicada às importações brasileiras de magnésio metálico no período de investigação de indícios de dano, conforme se mostrou no item 3.3, de modo que a deterioração dos indicadores da indústria doméstica não pode ser atribuída ao processo de liberalização dessas importações.

No que concerne o mercado brasileiro, houve expansão da demanda entre P4 e P5 (1,7%) e ao longo do período. De P1 a P5, o mercado aumentou 44,8%. Deste modo, a deterioração dos indicadores da indústria doméstica não pode ser atribuída a esse fator.

Com relação ao padrão de consumo de magnésio metálico, sabe-se que não houve mudanças nesse padrão que ensejassem qualquer tipo de prejuízo à indústria doméstica.

Não foram identificadas práticas restritivas ao comércio de magnésio metálico tanto pelos produtores domésticos quanto pelos produtores estrangeiros. Tampouco houve fatores que afetassem a concorrência entre eles, nem houve adoção de evoluções tecnológicas que pudessem resultar na preferência do produto importado ao nacional. O produto importado e o fabricado no Brasil são, portanto, concorrentes entre si, disputando o mesmo mercado.

8.7 Das manifestações acerca da probabilidade de retomada do dano

A CBA, em manifestação protocolada em 8 de novembro de 2017, destacou a melhora na performance da RIMA, citando diversos indicadores econômicos em que a indústria doméstica apresentou resultados positivos entre P1 e P5, dentre os quais volume de vendas e aumento da participação no mercado brasileiro. Reconheceu que o resultado operacional e a margem operacional sofreram retração no período de análise, mas ponderou que tais retrações não poderiam estar relacionadas às importações do produto investigado.

De acordo com a CBA, não há efeitos sobre o preço do produto similar nem impactos sobre a indústria doméstica, uma vez que não há importação de magnésio metálico originária da Rússia em P4 e P5. Dessa forma, em se tratando de cenário de ausência de importações e de bom desempenho da indústria doméstica durante a vigência do direito, não haveria de se falar em existência de nexo de causalidade entre as importações russas e os alegados dumping e dano.

A CBA finaliza sua manifestação solicitando que o direito não seja prorrogado em um contexto no qual não estão preenchidos quaisquer dos requisitos para a revisão e continuidade da medida ora em vigor.

A ABAL, em manifestação protocolada no dia 13 de novembro de 2017, também ressaltou a recuperação dos indicadores da indústria doméstica, com ressalva para resultado e margem operacional. Nesse contexto, solicitou que não seja prorrogado o direito antidumping ora em vigor por considerar que este impede que empresas do setor de alumínio consumidoras de magnésio tenham acesso ao metal a preços competitivos e que a RIMA mascararia sua falta de competitividade por outros motivos que não o alegado dumping.

A peticionária, em manifestação protocolada em 13 de novembro de 2017, concordou que houve melhora em diversos indicadores de desempenho da empresa durante a vigência do direito ora sob revisão, mas ponderou que o dano será retomado caso a medida seja extinta, como poderia ser aferido pelo preço provável e pelo alto potencial exportador russo.

A RIMA destacou, ainda, que não foi apresentada por nenhuma parte interessada evidências contrárias à conclusão do Parecer nº 14/2017, de que haveria indícios suficientes de que, caso a medida antidumping não fosse prorrogada, as exportações da Rússia para o Brasil, realizadas provavelmente a preços de dumping, seriam retomadas em volumes substanciais, o que muito provavelmente levaria à retomada de dano à indústria doméstica, sendo apenas apresentados comentários pela CBA e ABAL.

A respeito da manifestação da CBA, a RIMA declarou que a presente investigação tem como fundamento a possível retomada do dumping e do dano dele decorrente, razão pela qual a inexistência de dumping, dano e nexo no período não é um fator relevante.

No que tange à manifestação da ABAL, a RIMA reiterou que a inexistência de importações em P4 e P5 não impedia a manutenção do direito, uma vez que a presente revisão baseia-se na probabilidade de retomada do dumping e do dano.

Segundo a RIMA, a assertiva da ABAL de que "os direitos antidumping ora aplicados estão impedindo que as empresas da indústria de alumínio consumidoras de magnésio tenham acesso ao metal a preços competitivos" usa o termo "preços competitivos" como referência a condutas desleais de comércio e seria indicativo de que a prática de dumping retornaria caso a vigência da medida não fosse estendida.

Ademais, a RIMA apontou para as importações originárias dos Estados Unidos da América e de Israel, este último responsável por 96,8% das importações brasileiras de magnésio metálico em P5, como evidência de que os consumidores domésticos não estão tendo acesso restringido a outras origens que não operem práticas desleais de comércio.

A CBA, em manifestação protocolada em 10 de janeiro de 2018, apresentou alegações no sentido de que: (i) a análise de probabilidade de retomada de dumping deveria levar em consideração fatores objetivos tais como a existência de dumping durante a vigência da medida; (ii) seria injustificável argumento de existência de dumping em um período no qual não houve importação da origem sujeita à medida antidumping; (iii) não haveria dumping ou indícios de retomada de dumping, haja vista sequer ter havido importações em P4 e P5; (iv) a indústria doméstica pôde recuperar seus indicadores econômicos durante o período e a própria RIMA teria concordado que houve melhora geral, sendo impossível argumentar existência de dano ou de probabilidade de dano; (v) acerca do potencial exportador da Rússia, não se poderia supor que as exportações russas seriam direcionadas ao mercado brasileiro; (vi) tendo em vista a tendência de crescimento do mercado nacional, haveria preocupação de que a RIMA não pudesse abastecer o mercado, que ficaria refém de um único produtor.

A RIMA, em manifestação protocolada no dia 10 de janeiro de 2018, destacou que as manifestações anteriores da CBA e da ABAL teriam sido desprovidas de qualquer suporte comprobatório e que não foram apresentados nos autos argumentos sobre a impossibilidade de retomado de dumping e de dano. Ademais, a empresa apresentou cenário no qual analisa a sequência de impactos que poderiam ser causados pela extinção da medida em vigor e comentários sobre os seguintes fatores, que julgou serem relevantes ao interesse nacional: (i) fornecimento de corretivo de solo, subproduto do processo produtivo de magnésio metálico, o qual possibilitaria reduzir a acidez do solo e adequá-lo ao desenvolvimento de culturas agrícolas; (ii) projeto de responsabilidade social na região norte do estado de Minas Gerais desenvolvido pela RIMA; (iii) projeto de mecanismo de desenvolvimento limpo, implementado pela empresa para redução das emissões de gases de efeito estufa; e (iv) a importância do magnésio metálico, considerado metal estratégico em diversos países.

8.8 Dos comentários acerca das manifestações

Acerca da solicitação da CBA e da ABAL para que o direito antidumping em vigor não seja prorrogado, tendo em vista a melhora dos indicadores econômicos da indústria doméstica, e do posicionamento da CBA de que não há impacto do produto objeto da revisão sobre a indústria doméstica, deve-se atentar para o fato de que o art. 106 do Regulamento Brasileiro não determina a necessidade de existência de dano de P1 a P5 ou, mesmo na existência de dano, que este seja causado pelas importações objeto da medida. O que se exige é uma análise do comportamento futuro provável dos indicadores da indústria doméstica, dentre outros fatores. Ou seja, deve-se avaliar se a retirada da medida antidumping levará, muito provavelmente, à continuação ou à retomada do dano.

Reforça-se que não é necessária a constatação de dano para que o direito seja prorrogado. O Acordo Antidumping é bastante claro quando dispõe no seu art. 11.3 que as autoridades devem examinar se o dano provavelmente continuaria ou se seria retomado caso o direito fosse removido. Neste contexto, foram estritamente seguidas a legislação multilateral e pátria.

No que concerne às alegação da CBA de que (i) a análise de probabilidade de retomada de dumping deveria levar em consideração a existência de dumping durante a vigência da medida; (ii) seria injustificável argumento de existência de dumping em um período no qual não houve importação da origem sujeita à medida antidumping; e (iii) não haveria dumping ou indícios de retomada de dumping, haja vista sequer ter havido importações em P4 e P5, deve-se atentar que, a respeito do dumping, existem dois cenários previstos pelo Artigo 11.3 do ADA que permitiriam a extensão da medida em vigor: continuação ou retomada.

Dessa forma, são insuficientes argumentos que se apoiem exclusivamente na impossibilidade de extensão de medida devido à inexistência de dumping decorrente do cessamento de importações no período de revisão. Se assim não fosse, restariam sem propósito as disposições, no texto do Artigo 11.3, acerca da retomada de dumping. Nesse sentido, deve-se destacar a decisão do Painel no caso US - DRAMS (DS99):

"We note that, with regard to dumping, the "sunset provision" in Article 11.3 of the AD Agreement envisages inter alia an examination of whether the expiry of an anti-dumping duty would be likely to lead to "continuation or recurrence" of dumping. If, as argued by Korea, an anti-dumping duty must be revoked as soon as present dumping is found to have ceased, the possibility (explicitly envisaged by Article 11.3) of the expiry of that duty causing dumping to recur could never arise. This is because the reference to "expiry" in Article 11.3 assumes that the duty is still in force, and the reference to "recurrence" of dumping assumes that dumping has ceased, but may "recur" as a result of revocation. (...) Korea's interpretation therefore renders part of Article 11.3 ineffective. As stated by the Appellate Body in Gasoline, "[a]n interpreter is not free to adopt a reading that would result in reducing whole clauses or paragraphs of a treaty to redundancy or inutility." (Grifo nosso) (WT/DS99/R. para. 6.31)

Some-se a essa interpretação a decisão do Appellate Body no contexto da disputa US Anti-Dumping Measures on Oil Country Tubular Goods (DS 282), referente à determinação de probabilidade de retomada de dano e de dumping:

"As we stated earlier, in a sunset review determination under Article 11.3, the nexus to be demonstrated is between "the expiry of the duty" on the one hand, and the likelihood of "continuation or recurrence of dumping and injury"on the other hand. We note that Article 11.3, in fact, expressly postulates that, at the time of a sunset review, dumping and injury, or either of them, may have ceased, but that expiration of the duty may be likely to lead to "recurrence of dumping and injury". Therefore, what is essential for an affirmative determination under Article 11.3 is proof of likelihood of continuation or recurrence of dumping and injury, if the duty expires. The nature and extent of the evidence required for such proof will vary with the facts and circumstances of the case under review." (Grifo nosso) (WT/DS282/AB/R, para. 123)

Acerca da argumentação da CBA de que não se poderia supor que todo o potencial exportador da Rússia seria direcionado para o mercado brasileiro em caso de extinção do direito em vigor, sobreleva notar que tal suposição não foi realizada na Nota Técnica nº 27, de 19 de dezembro de 2017. Esclarece-se que, de acordo com os parágrafos 240 e 241 da referida nota, não foi necessária a presunção de que todo o potencial exportador russo seria dirigido para o mercado brasileiro para se constatar o potencial dano que seria causado à indústria doméstica. Uma vez que o referido potencial em 2015 foi, aproximadamente, 400% superior à demanda brasileira naquele ano, é razoável considerar que poderia ser causado dano à indústria doméstica mesmo que apenas parcela das exportações fossem direcionadas para o mercado brasileiro a preços de dumping.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800023

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ademais, reitera-se que não houve participação dos produtores/exportadores russos, de modo que não há, nos autos, informações que permitissem chegar à conclusão distinta. Mais uma vez, salienta-se o entendimento do OSC :

"The likelihood determination is a prospective determination; authorities must undertake a forward-looking analysis and seek to resolve the issue of what would be likely to occur if the duty were terminated." (WT/DS244/AB/R, para. 105)

"A prospective analysis can be based on inferences drawn from the evidence on the record." (WT/DS282/AB/R, para. 158)

No que tange à alegação da CBA de tendência de crescimento do mercado nacional e preocupação com o abastecimento do mercado, como destacado pela própria empresa, o Brasil conta com outros fornecedores, tendo em vista as importações originárias da Áustria, China, EUA, Israel, Malásia e Suíça durante o período de revisão. Em P5, por exemplo, as importações responderam por 36,5% do mercado brasileiro, não havendo sentido a alegação de que os consumidores de magnésio metálico no Brasil ficariam "reféns" da indústria doméstica. Acerca da possibilidade de desabastecimento, impende lembrar que o grau de utilização da capacidade instalada da indústria doméstica, em P5, foi de apenas 54,6%. De qualquer maneira, não ficou clara a relação entre a preocupação com um suposto desabastecimento futuro e a probabilidade ou não de retomada de dano.

A respeito da manifestação da RIMA, esclarece-se que não serão teceridos comentários sobre os fatores apresentados a título de "relevantes ao interesse nacional", por estarem fora do escopo de análise da investigação.

8.9 Da conclusão sobre a probabilidade de retomada do dano

Ante o exposto, verificou-se que o direito antidumping imposto foi suficiente para neutralizar o dano causado pelas importações objeto do direito antidumping. Contudo, tendo em vista o elevado potencial exportador russo e as possíveis alterações de mercado decorrentes da instalação de novas fábricas de magnésio metálico em terceiros mercados, concluiu-se que, caso a medida antidumping não seja prorrogada, muito provavelmente as exportações de magnésio metálico da Rússia para o Brasil a preços de dumping serão retomadas em volumes substanciais, tanto em termos absolutos quanto em relação à produção e ao consumo, e com preços subcotados em relação ao da indústria doméstica. Isso, muito provavelmente, levará à retomada do dano à indústria doméstica.

1. DO CÁLCULO DO DIREITO ANTIDUMPING DEFINITIVO

Conforme dispõe o art. 106 do Decreto nº 8.058, de 2013, o prazo de aplicação de um direito antidumping poderá ser prorrogado, desde que demonstrado que a extinção desse direito levaria, muito provavelmente, à continuação ou retomada do dumping e do dano decorrente de tal prática.

No presente caso, ficou caracterizada a probabilidade de retomada de dumping nas exportações de magnésio metálico da Rússia para o Brasil, bem como a probabilidade de retomada do dano à indústria doméstica no caso de eliminação do direito em vigor.

Além disso, ante a redução das importações originárias da Rússia ao longo do período de revisão, considera-se que, no nível atual, o direito antidumping aplicado demonstra-se suficiente para neutralizar os efeitos danosos causados pela retomada das exportações russas a preços de dumping.

Assim, conforme estabelecido no art. 106 do Decreto nº 8.058, de 2013, recomenda-se a prorrogação do direito antidumping sem alteração das alíquotas.

2. DA RECOMENDAÇÃO

Consoante análise precedente, ficou demonstrado que a extinção dos direitos antidumping aplicados às importações brasileiras de magnésio metálico originárias da Rússia muito provavelmente levará à retomada/continuação do dumping e à retomada do dano à indústria doméstica dele decorrente.

Assim, nos termos do art. 106 do Regulamento Brasileiro, recomenda-se a prorrogação do direito antidumping em vigor aplicado às importações brasileiras de magnésio metálico originárias da Rússia, por um período de até cinco anos, na forma de alíquota específica de US$ 890,73/t.

RESOLUÇÃO Nº 19, DE 27 DE MARÇO DE 2018

Aplica direito **antidumping** provisório, por um prazo de até 6 (seis) meses, às importações brasileiras de chapas de gesso ou de composições à base de gesso revestidas e/ou reforçadas com papel ou cartão, originárias dos Estados Unidos Mexicanos

O COMITÊ EXECUTIVO DE GESTÃO DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR, tendo em vista a deliberação de sua 154ª reunião, realizada em 22 de março de 2018, no uso da atribuição que lhe confere o art. 5°, § 4°, inciso II do Decreto nº 4.732, de 10 de junho de 2003, e com fundamento no art. 6° da Lei n° 9.019, de 30 de março de 1995, no art. 2°, inciso XV do Decreto n° 4.732, de 10 de junho de 2003, e no art. 2°, inciso I do Decreto n° 8.058, de 26 de julho de 2013,

CONSIDERANDO o que consta dos autos do Processo MDIC/SECEX MDIC/SECEX 52272.000987/2017-12, resolve, **ad referendum** do Conselho:

Art. 1° Aplicar direito **antidumping** provisório, por um prazo de até 6 (seis) meses, às importações brasileiras de chapas de gesso ou de composições à base de gesso revestidas e/ou reforçadas com papel ou cartão, originárias dos Estados Unidos Mexicanos, comumente classificadas no subitem 6809.11.00 da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM, a ser recolhido sob a forma de alíquota específica fixada em dólares estadunidenses por tonelada, nos montantes abaixo especificados:

Origem	Produtor/Exportador	Direito Antidumping Provisório (em US$/t)
México	Panel Rey	29,45
	USG	105,68
	Demais	105,68

Art. 2° Tornar público o cálculo do direito antidumping provisório aplicado, conforme consta do Anexo.

Art. 3° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

YANA DUMARESQ
Presidente do Comitê
Interina

ANEXO

CÁLCULO DO DIREITO ANTIDUMPING PROVISÓRIO

Nos termos do art. 78 do Decreto nº 8.058, de 2013, direito antidumping significa um montante em dinheiro igual ou inferior à margem de dumping apurada. De acordo com os §§ 1º e 2º do referido artigo, o direito antidumping a ser aplicado será inferior à margem de dumping sempre que um montante inferior a essa margem for suficiente para eliminar o dano à indústria doméstica causado por importações objeto de dumping, não podendo exceder a margem de dumping apurada na investigação.

Conforme consta da Circular SECEX nº 9, de 16 de fevereiro de 2018, publicada em 19 de fevereiro de 2018, os cálculos desenvolvidos indicaram preliminarmente a existência de dumping nas exportações do México para o Brasil, de US$ 32,72/t e de US$ 117,42/t, respectivamente, para as empresas Panel Rey S.A. e USG México S.A. de C.V.

Com base nos §§ 1º e 3º, do dispositivo retro citado, a possibilidade de aplicação do direito antidumping em montante inferior à margem apurada só é cabível na presente investigação ao produtor mexicano Panel Rey S.A., tendo em vista que a empresa USG teve sua margem de dumping calculada com base na melhor informação disponível.

Cabe, então, verificar se a margem de dumping apurada foi inferior à subcotação observada nas exportações da Panel Rey para o Brasil, em P5. A subcotação é calculada com base na comparação entre o preço médio de venda da indústria doméstica no mercado interno brasileiro e o preço CIF das operações de exportação dessa empresa, internado no mercado brasileiro.

Com relação ao preço da indústria doméstica, considerou-se o preço **ex fabrica** (líquido de tributos, descontos, abatimentos e de despesas de frete e seguro interno). Esse valor foi convertido em dólares estadunidenses considerando a taxa de câmbio diária para cada operação de venda do produto similar nacional vendido no mercado interno, disponibilizada pelo Banco Central do Brasil.

Buscou-se ajustar os preços da indústria doméstica de modo a refletir um preço em um cenário de ausência de dano decorrente das importações a preços de dumping. Considerando que, durante o período de investigação, houve depressão e supressão do preço da indústria doméstica, realizou-se ajuste de forma que a margem operacional atingisse a margem operacional obtida pela indústria doméstica em P1, o qual alcançou *[confidencial]*%. Ressalte-se que a partir de P2 a indústria doméstica apresentou decréscimos consecutivos no seu resultado operacional.

Essa margem foi adicionada ao CPV e às despesas operacionais incorridas em P5 por meio da seguinte fórmula:

Preço médio ajustado da indústria doméstica em P5 = [(CPV de P5 + despesas operacionais de P5) ÷ (1 - margem de lucro de *[confidencial]*%)] ÷ quantidade vendida em P5

Obteve-se, dessa forma, preço médio ajustado de R$ *[confidencial]*/t. Dividindo-se o mencionado preço pelo preço médio de venda de P5 (R$ *[confidencial]*/t), obteve-se fator de ajuste equivalente a *[confidencial]*. Esse fator foi aplicado ao preço médio praticado em P5, já convertido para dólares estadunidenses, ponderado pelo volume vendido por tipo de produto e por categoria de cliente, de forma a refletir o preço na ausência do dano causado à indústria doméstica. Reitera-se que a conversão para dólares foi feita considerando a taxa de câmbio, disponibilizada pelo Banco Central do Brasil, do dia de cada venda.

Para o cálculo dos preços internados das chapas de gesso exportadas pela Panel Rey, por intermédio da empresa relacionada Abamax, foram considerados os preços de exportação na condição FOB, para cada tipo de produto e categoria de cliente, contidos na resposta ao questionário da Abamax. Para fins de neutralização dos efeitos da empresa relacionada sobre as operações de exportação do produto investigado, procedeu-se à reconstrução do preço de exportação. Nesse sentido, do preço FOB praticado pela Abamax ao primeiro comprador independente, líquido de "outros descontos", descontos de comissões bancárias e abatimentos, deduziram-se montantes referentes às despesas operacionais e à margem de lucro da Abamax. Após as referidas deduções, chegou-se então ao preço **FOB** da produtora (Panel Rey).

Posteriormente, ao preço **FOB** da produtora, foram então acrescidos valores de frete internacional, os quais, para fins de determinação preliminar, foram extraídos dos dados oficiais de importação da RFB. Ressalte-se, nesse sentido, que o valor unitário de frete internacional foi calculado a partir das operações de importação específicas da Abamax, disponíveis nos dados da RFB, e que não constam valores a título de seguro internacional nas referidas importações em P5.

Além de frete internacional, foi adicionado o valor do Imposto de Importação e das despesas de internação. O valor do imposto de importação foi calculado com base na aplicação do percentual de *[confidencial]*% sobre o preço CIF. Para determinar o percentual indicado, apurou-se o valor total do Imposto de Importação efetivamente pago nas operações de importação dos produtos exportados pela Abamax sobre o valor total em base CIF das mesmas operações, conforme os dados disponibilizados pela RFB. Já o percentual de despesas de internação (*[confidencial]*%) foi o mesmo utilizado no cálculo da subcotação do produto objeto da investigação no Brasil.

Com os preços CIF internados ponderados da Panel Rey obteve-se a subcotação média ponderada de US$ 126,45/t, cujo cálculo encontra-se demonstrado no quadro a seguir:

Concluiu-se, dessa forma, que a subcotação do preço da Panel Rey foi superior à margem de dumping.

Uma vez verificada, preliminarmente, a existência de dumping nas exportações de chapas de gesso para o Brasil, e de dano à indústria doméstica decorrente de tal prática, propõe-se a aplicação de medida antidumping provisória, por um período de até seis meses, na forma de alíquota específica, fixada em dólares estadunidenses por tonelada.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800024

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

A proposta de aplicação da medida antidumping provisória, nos termos do art. 66 do Decreto nº 8.058, de 2013, visa impedir a ocorrência de dano no curso da investigação, considerando que as importações a preços com dumping do produto objeto da investigação, subcotados em relação aos preços da indústria doméstica, continuaram ocorrendo.

Nos termos do § 1ª do art. 78 do Decreto no 8.058, de 2013 e tendo em conta que a subcotação da Panel Rey foi superior à margem de dumping calculada para esse produtor/exportador, sugere-se a aplicação da margem de dumping absoluta calculada para essa empresa.

Em relação à empresa USG, cujas informações relativas ao valor normal e ao preço de exportação não foram aceitas para fins de determinação preliminar, em atendimento ao estabelecido no §3º do art. 50 do Decreto nº 8.058, de 2013, o direito antidumping proposto se baseou na melhor informação disponível, qual seja, a margem de dumping apurada quando do início da investigação.

Em relação aos demais exportadores mexicanos não identificados, o direito antidumping proposto baseou-se também na margem de dumping calculada quando do início da investigação, considerando-se apenas que houve pequena alteração no preço de exportação em relação àquele apurado quando do início de investigação, tendo em vista as alterações na depuração dos dados de importação para fins de determinação preliminar.

Ressalte-se que, de forma a permitir a aplicação do direito antidumping provisório pelo prazo de seis meses, de acordo com o disposto no § 8º do art. 66 do Decreto nº 8.058, de 2013, o direito proposto com base na margem de dumping apurada nesta determinação preliminar e o direito baseado na melhor informação disponível foram calculados aplicando-se um redutor de 10% às respectivas margens de dumping.

Referência: Processo nº 52100.100595/2018-13 SEI nº 0296653

Criado por Marcelo.Reis, versão 3 por valeria.barbosa em 26/03/2018 16:17:44.

RESOLUÇÃO Nº 20, DE 27 DE MARÇO DE 2018

Instaura processo de avaliação de interesse público, pelo Grupo Técnico de Avaliação de Interesse Público - GTIP, referente à aplicação de direito **antidumping** definitivo sobre as importações brasileiras de eletrodos de grafite menores, originárias da República Popular da China.

O COMITÊ EXECUTIVO DE GESTÃO DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR, tendo em vista a deliberação de sua 154ª reunião, realizada em 22 de março de 2018, no uso da atribuição que lhe confere o art. 5°, § 4°, inciso II do Decreto nº 4.732, de 10 de junho de 2003, e com fundamento no art. 3°, § 5° do Decreto n° 8.058, de 26 de julho de 2013 e no art. 11 da Resolução CAMEX n° 29, de 7 de abril de 2017,

CONSIDERANDO o disposto na Resolução CAMEX nº 5, de 28 de janeiro de 2015, e o que consta do processo SAIN/MF n° 12120.100066/2018-59, resolve, **ad referendum** do Conselho:

Art. 1° Instaurar processo de avaliação de interesse público pelo Grupo Técnico de Avaliação de Interesse Público - GTIP, referente à aplicação de direito **antidumping** definitivo, por até 5 (cinco) anos, às importações brasileiras de eletrodos de grafite menores, com diâmetro de até 450mm (18 polegadas), de qualquer comprimento, usinados ou não usinados, montados ou desmontados, dos tipos utilizados em fornos elétricos, comumente classificados nos itens 8545.11.00 (eletrodos de grafite usinados) e 3801.10.00 (eletrodos de grafite não usinados) da Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM, originárias da República Popular da China.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

YANA DUMARESQ
Presidente do Comitê
Interina

RESOLUÇÃO Nº 21, DE 27 DE MARÇO DE 2018

Altera a Lista Brasileira de Exceções à Tarifa Externa Comum do Mercosul.

O COMITÊ EXECUTIVO DE GESTÃO DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 2º, inciso XIV, e 5º, § 4º, inciso II, do Decreto nº 4.732, de 10 de junho de 2003, e tendo em vista a deliberação de sua 154ª reunião, ocorrida em 22 de março de 2018, e o disposto nas Decisões nº 58/10 e nº 26/15 do Conselho Mercado Comum do MERCOSUL, na Resoluções nº 92, de 24 de setembro de 2015, e nº 125, de 15 de dezembro de 2016, da Câmara de Comércio Exterior, resolve, **ad referendum** do Conselho de Ministros:

Art. 1º O Ex-tarifário 001 relativo ao código 4703 .21.00 da Nomenclatura Comum do MERCOSUL, constante na Lista de Exceções à Tarifa Externa Comum de que trata o Anexo II da Resolução nº 125, de 2016, da Câmara de Comércio Exterior, inserido pela Resolução nº 137, de 28 de dezembro de 2016, da Câmara de Comércio Exterior, passa a vigorar com a seguinte alteração:

NCM	DESCRIÇÃO
4703.21.00	-- De coníferas
	Ex 001 - Qualquer produto classificado no código 4703.21.00, exceto pasta química de madeira, à soda ou ao sulfato, branqueada, tipo "fluff", de coníferas de fibras longas, em bobinas de 22 a 50 cm de largura, com umidade entre 3 e 8%.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

YANA DUMARESQ
Presidente do Comitê
Interina

RESOLUÇÃO Nº 22, DE 27 DE MARÇO DE 2018

Altera para 0% (zero por cento) as alíquotas do Imposto de Importação incidentes sobre os Bens de Informática e Telecomunicações, na condição de Ex-Tarifários.

O COMITÊ EXECUTIVO DE GESTÃO DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 2º, inciso XIV, e 5º, § 4º, inciso II, do Decreto nº 4.732, de 10 de junho de 2003, e tendo em vista a deliberação de sua 154ª reunião, ocorrida em 22 de março de 2018, e o disposto nas Decisões nºs 33/03, 39/05, 13/06, 27/06, 61/07, 58/08, 56/10, 57/10 e 25/15 do Conselho do Mercado Comum do Mercosul e na Resolução nº 66, de 14 de agosto de 2014, da Câmara de Comércio Exterior, resolve, **ad referendum** do Conselho de Ministros:

Art. 1º Fica alterada para 0% (zero por cento), até 31 de dezembro de 2019, as alíquotas **ad valorem** do Imposto de Importação incidentes sobre os seguintes Bens de Informática e Telecomunicação, na condição de Ex-Tarifários:

NCM	DESCRIÇÃO
8443.32.99	Ex 028 - Máquinas de impressão e de personalização de cartões plásticos para identificação de bens e pessoas em aplicações de alta segurança, por meio do processo de retransferência de difusão de corante, para impressão sem bordas colorida ou monocromática de cartões, por meio de fitas ("ribbons") com etiqueta RFID, e opcionalmente ultravioleta (UV), para evitar possíveis falsificações, com resolução de impressão de 304dpi, velocidade máxima de impressão de 190cartões/h (em uma face do cartão), velocidade máxima de impressão e laminação de 180cartões/h (frente e verso do cartão) e espessura máxima do cartão de 0,76 a 1,02mm, transferência térmica de resina sólida ("Dye Sublimation") para película de retransferência no sentido das bordas curtas do cartão, dotadas de alimentador de cartão com capacidade para 150 cartões (30mil), reservatório de cartão rejeitado com capacidade para 15 cartões (30mil), recipiente de saída de cartão com capacidade para 100 cartões (30mil) e tela do operador de LCD com 21 caracteres x 6 linhas e teclas programáveis configuráveis, e podendo conter um ou mais dos seguintes opcionais: módulo para laminação sem resíduos (com apenas um único rolo) de um lado ou dos dois lados do cartão plástico, em uma única passada, utilizando laminados transparente, fita magnética, "Smart Card", papel de parede holográfico (com posição aleatória) e holográfico com registros (posição fixa); codificação de cartões, por meio de porta USB e Ethernet, utilizando codificador de tarja magnética (AAMVA e ISO 7811), estação de contato para "Smart Card" (ISO 7816) e/ou codificador ISO 14443 A e B (13,56MHz) sem contato e ISO 7816 "Contact Encoder"; programas específicos para criação de cartões e de crachás; interface de comunicação sem fio 802.11b/g.
8443.32.99	Ex 029 - Máquinas de impressão e de personalização de cartões plásticos para identificação de bens e pessoas, por meio dos processos de sublimação de cores ("Dye Sublimation") e transferência térmica monocromática, de borda a borda do cartão, por meio de fitas ("ribbons") com etiqueta RFID, e opcionalmente ultravioleta (UV), para evitar possíveis falsificações, com resolução de impressão de 300dpi, capacidade de impressão monocromática máxima de 1.375cartões/h (em um lado do cartão), impressão a cores (YMCKO) máxima de 300cartões/h (em um lado do cartão) e de 270cartões/h (em um lado do cartão e com laminação) e espessura do cartão de 0,25mm a 1,27mm, com calibração automática da espessura, dotadas de alimentador de cartão com capacidade para 200 cartões (30 mil), recipiente de rejeição de cartão com capacidade para 15 cartões (30 mil), recipiente de saída de cartão com capacidade para 100 cartões (30 mil) e tela do operador de LCD com 21 caracteres x 6 linhas e teclas programáveis configuráveis, e podendo conter um ou mais dos seguintes opcionais: módulo para laminação sem resíduos (com apenas um único rolo) de um lado ou dos dois lados do cartão plástico, em uma única passada, utilizando laminados transparente, fita magnética, "Smart Card", papel de parede holográfico (com posição aleatória) e holográfico com registros (posição fixa); codificação de cartões, por meio de porta USB e Ethernet, utilizando codificador de tarja magnética (AAMVA e ISO 7811), estação de contato para "Smart Card" (ISO 7816), codificador ISO 14443 A e B (13,56MHz) sem contato e ISO 7816 "Contact Encoder" e/ou codificador RFID UHF; programas específicos para criação de cartões e de crachás; módulo empilhador automático de saída com capacidade para 200 cartões; interface de comunicação sem fio 802.11b/g.
8471.30.19	Ex 007 - Máquinas automáticas portáteis para processamento de dados utilizadas em controle de máquinas, indústria da construção, controle de produção e qualidade em terraplenagem, capazes de funcionar com bateria interna ou fonte de energia externa, capacidade de estabelecer comunicação de dados com ou sem fio, unidade processamento igual ou superior a 1,6GHz, memória interna superior a 128GB de estado sólido, tela colorida de 7,0" altamente visível em contraste com o sol, câmera digital de 5Mp e GPS integrado, interface de comunicação de HDMI, USB, botões programáveis e de direção.
8471.30.19	Ex 008 - Máquinas automáticas portáteis para processamento de dados utilizadas em controle de máquinas, indústria da construção, controle de produção e qualidade em terraplenagem, capazes de funcionar com bateria interna ou fonte de energia externa, capacidade de estabelecer comunicação de dados sem fio, unidade processamento igual ou superior a 800MHz, memória interna superior a 8GB, tela colorida de 4,2" altamente visível em contraste com o sol, câmera digital de 5Mp e GPS integrado, interface de comunicação de RS232, USB, teclado alfanumérico e botões programáveis e de direção.
8471.30.19	Ex 009 - Máquinas automáticas portáteis para processamento de dados utilizadas em controle de máquinas, indústria da construção, controle de produção e qualidade em terraplenagem, capazes de funcionar com fonte de energia externa, capacidade de estabelecer comunicação de dados com ou sem fio, unidade processamento e memória interna superior entre 450Mb e 3,7GB, tela colorida de entre 4,3 e 7,0" LCD, opção de barras de luzes indicadoras internas ou externa, interface de comunicação USB, botões programáveis e de direção e configuração.
8517.70.99	Ex 019 - Módulos para conversão de sinais de rádio frequência (RF) em sinais de fibra óptica, utilizados em estações base de telecomunicações (BTS) para transmissão ou recepção de sinais, com capacidade de gerenciar até 4 unidades remotas.
8517.70.99	Ex 020 - Pentaplexadores de sinais de Rádio Frequência, utilizados em estações base de telecomunicações (BTS) para compartilhamento de sinais de até 5 frequências simultâneas, entre 850, 1.800, 2.100 e 2.600MHz, em alumínio e com elementos de conexão.
8517.70.99	Ex 021 - Módulos Eletrônicos de Supervisão, para estações base de telecomunicações (BTS) com gerenciamento de cobertura de sinal de rádio frequência (RF), de 4 portas de entrada e 4 portas de saída (input e output) e suporte via SNMP v3 para monitoramento e gerenciamento da rede.
8517.70.99	Ex 022 - Triplexadores de sinais de Rádio Frequência, utilizados em estações base de telecomunicações (BTS) para compartilhamento de sinais de até 3 frequências simultâneas, entre 1.800 e 2.600MHz, em alumínio e com elementos de conexão.
8517.70.99	Ex 023 - Fontes de interface ativa (APOI), utilizadas para combinação de sinais de rádio frequência (RF), nas faixas de 850, 1.800, 2.100 ou 2.600MHz, dotados de elementos de conexão (4.3-10 Femea) e atenuadores remotos-controlados para "Downlink" e "Uplink".
8517.70.99	Ex 024 - Suportes de cartão NANO SIM, com ou sem encaixe para cartão MICRO SD, fabricados em plástico, moldados em formato específico para uso exclusivo em aparelhos portáteis de telefonia celular.
8517.70.99	Ex 025 - Apontadores montados para comando de telas sensíveis ao toque de terminais portáteis de telefonia celular, construídos a partir de materiais metálicos e plásticos e com ponteira de contato com material condutivo a base de silicone, em formato e dimensão específicos para integração em "smartphones".

8523.51.10	Ex 004 - Dispositivos de armazenamento não-volátil de dados a base de semicondutores, cartão microsd, destinados a câmeras de vídeo-vigilância com alta durabilidade, suportando 10.000 horas de gravação de vídeo e 128.000GBW para o tamanho de 64GB e 5.000 horas de gravação e 64.000GBW para o tamanho de 32GB, temperaturas de operação (-25 a +85°C), interface 3.0 de velocidade e desempenho de 20mb/s, cartão industrial de classe 10.
8529.90.20	Ex 004 - Painéis de LED FULL Color utilizados para formar telas ou telões de LED cuja finalidade é apresentar informações, imagens, instruções e procedimentos para fins de comunicação informativo ou visual, com distância entre pixel de 30mm a 1mm, respectivamente, dotados pelos seguintes elementos: diodos emissores de luz, componentes eletrônicos diversos, placas de circuito impresso, cabo de ligação.
8529.90.20	Ex 005 - Painéis sensíveis ao toque "Touch Panel", desenvolvidos para uso em telas de visualização de aparelhos reprodutores de áudio, obtidos a partir de tecnologia de filme fino transparente e condutor de Óxido Misto de Índio e Estanho (ITO) depositado sobre substrato de vidro, com filme anti-reflexo, operação por modo capacitivo, resolução com no mínimo 14 áreas sensíveis, transmitância igual ou superior a 88% e elemento de ligação na forma de cabo flexível com tecnologia de circuito impresso (FPC) com terminal na forma de pente de conexão.
8529.90.20	Ex 006 - Telas de visualização com tecnologia de diodo de luz orgânico (OLED), de grande área com diagonais superiores a 54,6 polegadas e resoluções de no mínimo 1.920 x 1.080 pontos de imagem, montadas com circuitos de acionamento dos pontos de imagem, elemento de conexão e carcaça de proteção, específicas para aparelho receptor de televisão.
8530.10.10	Ex 003 - Equipamentos de sinalização de bordo para controle automático de trens metroviários, baseados em comunicação por Rádio Vital, formados por controladores vitais, compostos de: "rack's" com gavetas-suportes e fiação, módulos de alimentação, processamento, armazenamento de dados, interconectores ("switch user" e/ou "ethernet repeater"), cartões processadores, de alimentação, de entradas e saídas digitais e analógicas, módulos de controle e interfaceamento, tacômetros/geradores de pulso ótico, antenas completas, leitor APR (baliza), rádio vital, fontes, itens de interconexão e montagem, para serem utilizados exclusivamente em sistema de sinalização "CBTC".
8530.10.10	Ex 017 - Intertravamentos modulares inteligentes para sistema de sinalização de bloco móvel, baseados em comunicação (CBTC), com capacidade de realizar operação sem condutor, para supervisão e controle de elementos externos instalados nas vias (máquinas de chaves e sinaleiros, por exemplo), com conexões por barramentos redundantes entre os principais subsistemas (ATS e unidades de via ATP/TTS, por exemplo), baseados em protocolo de segurança com nível CENELEC SIL4 e compostos de1 bastidor principal, 1 ou 2 bastidores de controle de elementos (ECC), 1 a 3 bastidores de terminação de cabos, 1 a 3 bastidores de distribuição de cabos e 1 a 4 bastidores de interfaces.
8536.50.90	Ex 008 - Seccionadores magnéticos para serem usados na fabricação de relés, sensores magnéticos, medidores de nível e sensores fim de curso com até 3 terminais de ligação, para tensões máximas de comutação que podem variar de 1 a 7.500V, com variação de amperagem de 0,01 a 3A com contato aberto ou contato reversível.
8536.50.90	Ex 020 - Chaves seletoras de 3 posições, com 2 posições fixas e 1 com retorno por mola com chave, para seleção dos painéis de comando de plataforma elevatória de pessoas.
8537.10.20	Ex 009 - Controladores lógicos programáveis redundantes PES-QMR ("Programmable Electronic System - Quad Modular Redundancy"), com cartões eletrônicos com quádruplo processamento de sinais, sistema de redundância "hot-standby", certificação SIL-03 ("Safety Integrity Level"), capacidade de processamento de 2.000 pontos em até 100 milissegundos e autodiagnose em todos os níveis para monitoramento do sistema instrumentado de segurança (SIS) da unidade de processo ou do sistema automatizado de produção.
8543.70.15	Ex 002 - Amplificadores para transmissão de sinais de micro-ondas de alta potência (HPA), provido de tecnologia TWT ("Traveling Wave Tube" - tubo de onda de viagem), para comunicação via satélite, com potência de saída superior a 100W e saída de sinal em guia de onda.
8543.70.99	Ex 084 - Digitalizadores de placas de fósforo, para processamento de imagens médicas radiológicas, no padrão DICOM ("Digital Imaging and Communication Medicine").
8543.70.99	Ex 105 - Conversores em bloco de baixo ruído com alimentador "Horn" (LNBF- "Low-Noise Block Downconverter Feedhorn") monoponto ou multiponto.
8543.70.99	Ex 109 - Unidades fixas de mesa, as quais realizam captura e verificação da imagem facial, impressões digitais, assinatura eletrônica e íris com os seguintes dispositivos na mesma unidade: câmera facial, almofada de assinatura, scanners para 2 impressões digitais, removedor automático do plano de fundo, iluminação dinâmica, ajuste automático de altura e CPU interna.
8543.70.99	Ex 110 - Unidades portáteis de cadastramento biométrico e verificação, para fins de segurança (ações de controle, desobstrução de campo, barreiras em estradas, inspeções em presídios, acompanhamento de licença de trabalho e residência) ou controle contingente em fronteiras.
8543.70.99	Ex 113 - Filtros cerâmicos passivos para radiofrequência, do tipo passa baixa ou passa alta ou passa banda ou rejeita banda, próprios para montagem em superfície (SMD).
8543.70.99	Ex 116 - Módulos de marcação para radionuclideo GA-68 (GALIO-68), para produção de radiofármaco, de aplicação em medicina nuclear, autoblindado, manual, com um ou mais cilindros de chumbo, com fonte de alimentação, com aquecimento de até 120°C, suporte para cassete para fluidos, com sistema de elevaçãodo recipiente de chumbo de coleta de resíduo e do radiofarmaco, com ou sem dispositivos de complexação, com aberturas para seringas (do peptídeo, do cartucho e do gerador), portas de chumbo para os frascos de produto e resíduos, com termopar para medição de temperatura.
8543.70.99	Ex 128 - Sensores piroelétricos com tecnologia de infravermelho passivo com 1 ou 2 lentes para detecção e contagem de pedestres e ciclistas, alcance de 1, 4, 10 ou 15m, autocalibração, memória de armazenamento de dados de 2 megabytes, vedação IP 68, faixa de temperatura de operação de -40 a +50°C, extração de dados manual por meio de conexão "bluetooth" ou transmissão automática via GSM.
8543.70.99	Ex 132 - Etiquetas eletrônicas passivas, tipo "transponders", com identificação por radiofrequência (RFID), revestidas com uma cápsula de proteção em polímero de alta resistência, contendo internamente um microchip para armazenamento de dados com um transmissor integrado, área de leitura de até 2m e funcionamento sem utilização de fontes de energia, utilizadas no rastreamento de minérios.
8543.70.99	Ex 133 - Módulos eletrônicos de controle submarino das válvulas de produção de petróleo e gás (árvore de natal molhada), "imux", operados por controles eletrohidráulicos, dotados de leitores dos sensores de temperatura e pressão de fundo de poço e transmissores de dados pelo padrão IWIS (Intelligent Well Interface Standardisation).
8543.70.99	Ex 134 - Aparelhos eletrônicos multiplexados para simulação e testes "on shore" das condições operacionais do SCM ("subsea control module"), dotados de console de operação virtual com placas de circuitos eletrônicos e programador lógico para tradução de sinais eletrônicos para o padrão IWIS ("intelligent well interface standardization") e conexão à estação de controle mestre (MCS).
8543.70.99	Ex 173 - Módulos de interface e prototipagem rápida, para simulação de aplicações em ECUs durante fase de desenvolvimento de sistemas automotivos, com interfaces de comunicação sendo 1 x ETK, 1 x XETK, 1 x Ethernet, 2 x LIN e 2 x CAN, com capacidade de memória de 512 MByte DDR2-RAM (400MHz clock), 64 MByte Flash e 128 kByte NVRAM.
8543.70.99	Ex 174 - Dispositivos acopladores para casamento de impedância e/ou direcionamento de sinais de radiofrequência (RF), com encapsulamento padrão, próprios para montagem em superfície (SMD).
9030.33.19	Ex 002 - Equipamentos para localização da ocorrência de curtos circuitos (corrente de falta) em redes de distribuição de energia elétrica subterrânea, dotados de 1 radiocomunicador portátil com indicadores visual para indicação do circuito subterrâneo sob defeito e 1 módulo concentrador transmissor wireless na faixa de frequência de 900MHz das mensagens criptografadas provenientes de até 12 sensores de faltas instalados nos cabos subterrâneos.
9030.40.90	Ex 032 - Sondas NGN para monitoramento do tráfego de dados na rede em múltiplas interfaces, com configurações mínimas de processador "high-end" incorporado "Quad-core" Q9400, 8GB de memória DDR, 800MHz, disco rígido de 1 a 6TB, comporta até 3 módulos de interface de linha (LIM - Line Interface Module) e um processador de sessão de 3 chips.
9030.90.90	Ex 001 - Dispositivos (Jig) para posicionamento e conexão da placa de circuito impresso de aparelho portátil de telefonia celular em equipamento que realiza testes elétricos dos circuitos de energia, verificação do consumo de corrente elétrica e gravação do número de identificação da placa na memória, fabricados em policarbonato antiestático na parte superior e baquelite na parte inferior.
9032.89.82	Ex 002 - Controladores de temperatura microprocessados, para uso em expositores comerciais verticais refrigerados de bebidas ou alimentos, com sistema de operação e controle baseado em programa de matriz retroalimentada de 48 linhas e 7 colunas, aptos a se ajustarem automaticamente às condições de local de instalação do refrigerador, adaptando-se a horários de funcionamento, frequência de abertura de portas e dotados de sensor de presença por infravermelho, painel de controle com "display" de LED de 3 dígitos e dotados ou não de módulos de alimentação de energia.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

YANA DUMARESQ
Presidente do Comitê
Interina

RESOLUÇÃO Nº 23, DE 27 DE MARÇO DE 2018

Altera para 0% (zero por cento) as alíquotas do Imposto de Importação incidentes sobre Bens de Capital, na condição de Ex-Tarifários.

O COMITÊ EXECUTIVO DE GESTÃO DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 2º, inciso XIV, e 5º, § 4º, inciso II, do Decreto nº 4.732, de 10 de junho de 2003, e tendo em vista a deliberação de sua 154ª reunião, ocorrida em 22 de março de 2018, e o disposto nas Decisões nºs 34/03, 40/05, 58/08, 59/08, 56/10, 57/10, 35/14 e 25/15 do Conselho do Mercado Comum do MERCOSUL, nos Decretos nºs 5.078, de 11 de maio de 2004, e 5.901, de 20 de setembro de 2006, e na Resolução nº 66, de 14 de agosto de 2014, da Câmara de Comércio Exterior, resolve, **ad referendum** do Conselho de Ministros:

Art. 1º Fica alterada para 0% (zero por cento), até 31 de dezembro de 2019, as alíquotas **ad valorem** do Imposto de Importação incidentes sobre os seguintes Bens de Capital, na condição de Ex-Tarifários:

NCM	DESCRIÇÃO
8207.30.00	Ex 027 - Punções intercambiáveis com a ponta cilíndrica, fabricadas de aço rápido ou de metal duro, temperados e revestidos ou não com tratamento superficial, com função de conformar e fixar chapas metálicas ao ser inserido em uma matriz com geometria adequada para o travamento e união permanente delas.
8207.30.00	Ex 039 - Ferramentas intercambiáveis de estampagem, cujas matrizes são fabricadas em aço duro, com a função de conformar, com tolerâncias máximas e restrita a 0,2mm, operações distintas sendo: "blank" - corte, repuxo, corte, calibração, furação, flangeamento, corte com calibração com ou sem a operação de separação, para estampagens de peças para carrocerias automotivas.
8207.30.00	Ex 040 - Ferramentas de estampagem progressiva cujas matrizes são fabricadas em aço duro, com a função de conformar, com tolerâncias máximas e restrita a 0,2mm, operações distintas sendo com 22 passos, nas sequencias: corte, apuração e finalização para estampagens de peças para carrocerias automotivas.
8207.30.00	Ex 041 - Conjuntos de ferramentais produzidos em ferro fundido e aço, para fabricação de painel do teto de veículos automotivos, com e sem abertura para teto solar, não simultaneamente, dotados de 3 ferramentas, com troca automática do modelo de teto mediante acionamento manual, para realização das operações sequenciais de repuxo, corte e flange e de flange com came, medindo 2.935 x 2.150 x 1.100mm, 3.060 x 1.830 x 1.000mm e 3.075 x 2.025 x 1.000mm, respectivamente.
8404.20.00	Ex 002 - Combinações de máquinas para recuperação de vapor e geração de condensado, utilizado em sistema ciclo-combinado água/vapor, compostas de: condensador de superfície de 2 passos, com vazão de vapor a condensar de 1.269t/h, capacidade térmica de 776.604kj/s, temperatura do condensado de 39,7°C, velocidade da água de resfriamento de 2,7m/s; bombas de alimentação de água com vazão de 635,7m^3/h; bombas de condensado com vazão de 597,2m^3/h; sistema de monitoramento de qualidade da água/vapor; unidade de compressão de ar; gerador de vapor auxiliar à gás; válvulas de controle; instrumentação; tubulação de condução, com ou sem dispositivos de proteção contra incêndio.
8407.90.00	Ex 005 - Motores de combustão interna de 2 tempos operados com mistura de gasolina e óleo 2T na proporção de 25.1, monocilindro, deslocamento do pistão de 64,7cc, diâmetro x curso do pistão de 48,5 x 35mm, potência de 3,89HP a 8.000rpm, torque máximo de 4,10Nm a 5.000rpm, com refrigeração por meio de ventilação forçada por ar, carburador de diafragma, partida manual por meio do cordel auto retrátil.
8408.10.90	Ex 116 - Motores marítimos de pistão, alternativos, de ignição por compressão (ciclo diesel), para propulsão de embarcações, de fixação interna ao casco, com 12 cilindros em "V", com potência entre 749 e 1.900HP, com rotação máxima em um ponto dentro do intervalo de 1.800 a 2.300rpm, com injeção direta de combustível do tipo mecânica ou eletrônica, e com ou sem sistema múltiplo de controle de comando eletrônico ou mecânico.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800026

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

8408.10.90	Ex 117 - Motores marítimos de pistão, alternativos, de ignição por compressão (ciclo diesel), para propulsão de embarcações, de fixação interna ao casco, com 6 cilindros em linha, com potência entre 200 e 900HP, com rotação máxima em um ponto dentro do intervalo de 1.800 a 2.300rpm, com injeção direta de combustível do tipo mecânica ou eletrônica e com turbo compressor.
8408.10.90	Ex 118 - Motores marítimos de pistão, alternativos, de ignição por compressão (ciclo diesel), para propulsão de embarcações, de fixação interna ao casco, com 8 cilindros em "V", com potência entre 600 e 1.200HP, com rotação máxima em um ponto dentro do intervalo de 1.800 a 2.300rpm, com injeção direta de combustível do tipo mecânica ou eletrônica.
8413.70.90	Ex 059 - Bombas centrífugas multiestágios, com mancais radiais de carbureto de tungstênio, para operação submersa em poços de petróleo em profundidade de até 4.000m, para vazão de operação de 40 até 24.000m^3/d.
8413.70.90	Ex 068 - Bombas centrífugas de superfície, multiestágios, com mancais radiais de carbureto de tungstênio, com vazões de operação entre 100 e 90.000BPD, dotadas de bomba, "skid" metálico de suporte, câmara de empuxo, acoplamento flexível, acessórios, admissão e descarga.
8413.70.90	Ex 094 - Bombas centrífugas, simples estágio, tipo "back-pull-out", para operarem com polpa de celulose em média consistência entre 8 e 18%, com produção de até 6.500admt/d (tonelada de celulose seca ao ar dia) com capacidade de até 750L/s, altura manométrica até 250m, pressão de até 25bar, com tamanho de descarga a partir de 50mm até 300mm, temperatura de até 180°C, velocidade de rotação até 1.800rpm, construídas em aço inoxidável, com vedação por selo mecânico, sistema de lubrificação à óleo, incluindo: base metálica com chumbadores, acoplamento com espaçador e proteção, dispositivo de controle de água de selagem, bomba de vácuo com base e acoplamento, válvula de alívio de vácuo, mangueiras, braçadeiras e válvula de controle da degasagem.
8413.70.90	Ex 097 - Bombas centrífugas de estágio único, com carcaça fabricada em ferro fundido, para serem montadas em viaturas para combate a incêndio, dotadas de: caixa multiplicadora por engrenagens, com engrenagens em aço em liga especial tratadas termicamente, capaz de suportar um torque nominal de 16.000lb x pé; rotor centrífugo (impulsor) em bronze com anéis de desgaste substituíveis, selo mecânico livre de manutenção, auto ajustável; eixo da bomba em aço inox tratado termicamente; peso inferior a 300kg e capacidade de vazão e pressão nominal a partir de: 500 até 3.000GPM quanto estiver a 150psi de pressão, atendem aos pontos de vazão e pressão nominal conforme preconizado pela NFPA 1901.
8413.70.90	Ex 103 - Bombas centrifugas especiais para processamento de biomassas sólidos de 8 a 15% com eixo horizontal bi-apoiado pendulado, rotor semiaberto, indutor na sucção e simples estagio, dotadas de partes molhadas em aço inoxidável superduplex, com diâmetro de sucção de 12" e de recalque de 8, referência de vazão de 190L/s e referência de altura manométrica 170m.c.a. com potência nominal instalada de 750CV.
8413.70.90	Ex 104 - Motobombas centrífugas, multiestágio, com intake (admissão), descarga e mancais radiais de carbureto de tungstênio, para operação submersa em poços de petróleo em profundidade de até 4.000m, com faixa de vazão compreendida entre 40 e 24.000m^3/d, com motor elétrico de indução trifásico com velocidade de 3.500rpm a 60Hz acionado por cabo chato para trabalho e temperaturas acima de 200°C e selo protetor.
8413.70.90	Ex 105 - Bombas de imersão para chopeiras residenciais, comercias e semi-industriais dotadas de hélice agitadora, em conformidade com as normas EN60335-1, acionadas por motor de rotor externo de corrente alternada apto a operar em 50 e 60Hz, sendo bomba para operação em 115V ou bomba para operação em 230V, com potência nominal máxima de operação entre 50 e 185W, com grau de proteção IP44 e bobinamento com isolação B e F, dotadas de protetor térmico interno, com vazão máxima entre 12 e 15 litros/min e com altura máxima de coluna de água entre 6 e 12,5m.
8414.90.39	Ex 007 - Rotores turbo-fan para bombeamento de ar através de sucção central e descarga em fluxo radial, disposto em pás aerodinâmicas com torção tridimensional, conformado através de injeção de precisão das partes (rotor-turbo + anel flange) e unidos através do processo de solda a laser, executada em atmosfera classificada com controle de partículas em suspensão, controle de humidade e controle de temperatura, para uso em unidades evaporadoras (indoor unit) de sistemas de ar condicionado com expansão direta de alta eficiência.
8415.90.90	Ex 010 - Módulos eletrônicos para controle da unidade condensadora do condicionador de ar tipo "Split-System" (sistema com elementos separados), com tecnologia "Inverter" e compostos de placa de circuito impresso montada com componentes elétricos e eletrônicos, cabos elétricos com conectores, dissipador de calor e gabinete plástico de proteção.
8419.32.00	Ex 011 - Secadoras montadas em estrutura de alumínio com vão livre de 17m, para secagem de madeira, com sistema de recuperação de energia e perdas de transmissão nas estruturas das paredes e exaustão, sistema de dispersão de água fria a alta pressão com HPS 100bar e medição da umidade da madeira por zonas de medição dentro da câmara.
8419.32.00	Ex 023 - Unidades secadoras de papel dotadas de câmara de aquecimento do ar, a gás, com chama controlada por válvulas automáticas especiais para gás, com velocidade de operação compreendida entre 300 e 1.000m/min, largura do papel compreendida entre 2.030 e 2.440mm e temperatura de 80°C, dotadas de ventilador para o ar de combustão, bicos de ar de insuflação tipo "faca de ar" (fendas), dispositivo hidráulico de abertura e fechamento da unidade, filtro de ar, rolo guia-papel, ventiladores para circulação e insuflação do ar quente, instalados no interior da unidade, com fixação tipo "em balanço" e painel de comando.
8419.39.00	Ex 065 - Secadores de ar por adsorção de tambor rotativo, com material de fibra de vidro impregnada de dessecante, interligados internamente ao SKID do compressor, com sistema de regeneração, HOC ("heat of compression"), potência máxima de 0,15kW, sistema de secagem 100% do ar, sem purga e com ponto de orvalho até -40°C.
8419.40.90	Ex 003 - combinações de maquinas para recuperação de componentes orgânicos voláteis tipo C3 (propeno e propano), contido na corrente gasosa de efluente vinda do processo produtivo, através de tecnologia de condensação criogênica por uso de nitrogênio, com vazão aproximada de efluente processado de 690kg/h, vazão de saída do produto tipo C3 de 173kg/h e taxa de recuperação de 97%, compostas de: 1 arrefecedor para pré resfriamento dos gases efluentes; 1 separador de H_20 contida no efluente; 2 leitos adsorvedores, com função de adsorver H_2O residual e produtos contaminantes presente no efluente, através de sistema de peneiras moleculares; 1 pré-resfriador; 1 coluna de condensação para recuperação dos componentes voláteis, por meio da condensação criogênica, que usa nitrogênio líquido com vazão de 365Nm^3/h e temperaturas de até -180°C como fluido refrigerante; 1 tanque para recolhimento das frações de condensado;1 bomba criogênica; 1 aquecedor elétrico
	para aquecimento do efluente purificado (nitrogênio) e 1 sistema de controle baseado em PLC que monitora e ajusta os parâmetros de processo, a fim de atingir a temperatura de operação necessária e 1 ciclo de trabalho estável e confiável.
8419.89.30	Ex 002 - Combinações de máquinas para processamento de amêndoas de cacau, compostas de: 1 torrador de amêndoas de cacau por fluxo de ar quente com capacidade de 100kg/ciclo com unidade de refrigeração a ar; 1 sistema de transporte pneumático a sucção; sistema de separação de cascas após a torrefação ("Winnwoer") com capacidade entre 50 e 100kg/h de amêndoas de cacau torradas; 1 moinho de construção em aço inoxidável com motor de 22kW, com moega de recepção com capacidade para 580 litros; tubulação de aço inoxidável de dupla camisa com circulação de agua quente para manter a temperatura do produto durante o transporte, composto de bombas para transporte do licor de cacau; sistema controlado por CLP.
8419.89.40	Ex 023 - Equipamentos para desalcoolização de cerveja por meio da tecnologia única de retificação e destilação a vácuo por sistema contínuo de evaporação e condensação que mantem as características essenciais de aroma e sabor das cervejas, com controle automático, capacidade de produção mínima de 2hL/h e máxima de 150hL/h, com concentração inicial de álcool na cerveja de 5% em volume, e concentração final de álcool na cerveja menor que 0,05% em volume, dotadas de placa trocadora de calor, desgasificador, coluna de retificação, evaporador, condensador e bombas de vácuo.
8419.89.99	Ex 142 - Equipamentos para umidificação controlada do papel por bocais com tecnologia de atomização de água, com o objetivo de controlar a umidade do papel no sentido transversal da produção de papel ou celulose, ou reduzir o efeito de "encanoamento" ("curling") do papel ou celulose, ou melhorar o processo de "calandragem" do papel ou celulose, compostos por estruturas de atomização de água, com ou sem gabinete de válvulas, com gabinetes de controle, com ou sem estação de operação (computador), com ou sem unidade de condicionamento de água, com unidade de suprimento de ar, com ou sem sistema de exaustão, com mecanismo de retração, com tubulações pertinentes, desmontados para transporte.
8419.89.99	Ex 222 - Equipamentos para controle da umidade da folha de papel ou celulose por meio de aquecimento através da aplicação de vapor na superfície da folha, dotados de: atuadores automáticos ou manuais, caixa metálica de aplicação de vapor, painel de sinais elétricos, painel de conexão de cabos, servidor para controle, estação de processo, com ou sem sistema de controle de temperatura do vapor e sistema de exaustão de ar.
8420.10.10	Ex 001 - Calandras para acabamento de papel, constituídas por um ou mais "nips" (par de rolos), sendo cada "nip" formado por um rolo térmico (coquilhado aquecido à água e óleo); e um rolo de abaulamento variável com revestimento macio.
8420.10.10	Ex 004 - Calandras para acabamento de papel, constituídas de um ou mais "nips" (par de rolos), sendo cada "nip" formado por um rolo térmico e um rolo de abaulamento variável.
8421.21.00	Ex 074 - Combinações de máquinas para tratamento de água, através do processo de dessalinização e ultradesmineralização, com condutividade menor que 0,08µs/cm, capacidade de produção de 15m^3/h, compostas de: 2 filtros para remoção de sólidos suspensos de agua bruta extraída do mar com vazão máxima de 90m^3/h cada; 2 filtros para descalcificação com vazão de 90m^3/h cada; 2 unidades de osmose reversa para pré-dessalinização, dotados de 60 cartuchos com vazão de permeado de 34,5m^3/h
	cada; 2 unidades de osmose reversa para dessalinização, dotados de 24 cartuchos com vazão de permeado de 31m^3/h cada; 2 unidade de deionização do permeado com vazão de 31m^3/h cada; 1 unidade de desgaseificação para redução de concentração de 2 com vazão de 15m^3/h; 1 unidade de tratamento UV, dotado de 16 lâmpadas para esterilização de permeado com vazão de 15m^3/h; 1 unidade de ultradeionização do permeado; 1 unidade de filtragem com membrana de 15µm para vazão de 15m^3/h;
	bombas; instrumentações; tubulações; tanques; sistema elétrico e de controle; com ou sem dispositivos de proteção contra incêndio.
8421.29.30	Ex 009 - Filtros-prensa tipo filtração direta, sem pré-separação, para filtração de fluido de usinagem proveniente de processo de retificação de tubos de aço, visando a produção de tubos-base para eixo e comando de válvulas; superfície de filtração de 0,9m^2 com capacidade de filtração de 650L/min; pressão de filtração de até 2,5bar com pressão de vedação de 8,0bar; porosidade melhor que 10 micras; dotados de tanque de emulsão com volume operacional de 5.500L com 2 compartimentos separados para coleta do líquido, com sistema de bombeamento de alimentação do filtro com desempenho de 650L/min a 2,7bar e sistema de bombeamento para o processo com desempenho de 600L/min a 6,5bar; sistema de controle de temperatura com capacidade de arrefecimento de 45kW a 42°C, temperatura ambiente, e estabilidade da temperatura de 0,5K/30min e 2K/24h; e mecanismo de inclinação para saída de bolo de material filtrado.
8421.39.90	Ex 070 - Cabines isoladoras, duplas, para retenção de particulados em processos de manipulação de insumos farmacêuticos ativos de alta potência, através de filtros HEPA, com nível de exposição ocupacional inferior a 1µg/m^3, dotadas de: 2 câmaras laterais para entrada e saída de produtos; 2 câmaras de trabalho independentes com 4 luvas para manipulação de produtos; filtros absolutos para proteção das válvulas de sobrepressão; ventiladores centrífugos com controle de velocidade; sistemas de
	limpeza interna com bico pulverizador e válvula de dreno para descarregamento de resíduo líquido; válvulas para injeção de nitrogênio; sensores de oxigênio, umidade, pressão e temperatura; CLPs com interface homem-máquina para controle de parâmetros de substâncias normais, tóxicas e explosivas; preparada para instalação de instrumentos de amostragem, pesagem ou análises.
8421.99.10	Ex 002 - Placas para precipitadores eletrostáticos (ESPs), para coleta de pó, fumos e névoas separados de correntes de gás; com espessuras de 18 ou 16 gauge, em aços carbono, inoxidável ou outros aços especiais, e com comprimento de até 14,63m.
8421.99.10	Ex 003 - Conjuntos de peças ("kit") de motor elétrico de máquina lavadora de gás (desintegrador), dotados de: rotor, estator, unidades de rolamentos, e cilindro de pulverização.
8422.30.10	Ex 075 - Máquinas automáticas capsuladoras e rotuladoras para garrafas, com sistema de lavagem, secagem e eliminação de condensação após engarrafamento a frio, com rotulagem efetuada em até 4 estações, sistema de distribuição da capsula dotado de agulhas e sistema de encapsulamento orientados por sensor óptico, com velocidade máxima de trabalho igual ou superior a 2.400garrafas/h, com painel eletrônico com tela "touchscreen".
8422.30.21	Ex 071 - Máquinas automáticas para ensacamento de ração para cães e gatos com capacidade produtiva de no máximo 1.200sacos/h, de boca aberta, com ou sem sanfonas laterais, para sacos de 0,5 até 20kg, controladas por 1 controlador lógico programável (CLP); 2 balanças eletrônicas com sistema de dosagem por gravidade e canal vibrante; tramoia de carga e descarga; estrutura de inspeção das balanças; alimentador automáticos dos sacos, com grupo de enchimento e translado dos sacos, com 2 estações de fechamento sendo cada uma com 2 barras para soldar a quente; estação de esfriamento; dispositivo empurrador giratório e esteira; detector de metal; com esteira de controle de peso com 1 balança até 20kg; dispositivo de alinhamento dos sacos; dispositivo de compactação das embalagens pequenas; dispositivo de eliminação do excesso de ar antes de selar a embalagem; grupo de enchimento e translação dos sacos até o sistema de fechamento e com a estação de esfriamento; dispositivo de alinhamento dos sacos; e dispositivo de compactação das embalagens.

8422.30.21	Ex 072 - Máquinas automáticas para embalagem de café em pó, a vácuo, para pacotes de 500g, em embalagens simples (single Wall), dotadas de filmes laminados de selagem a quente para manutenção do vácuo, com unidade formadora de pacotes com uma estação de entrada de filme, unidade de enchimento e selagem, com capacidade de produção de até 125pacotes/min.
8422.30.29	Ex 417 - Máquinas automáticas para dosagem e fechamento de latas com sistema abre-fácil (easy-peel), rotativas, com controlador lógico, operando em 2 fases: uma fase sendo dosadora de óleo comestível a vácuo, com 30 válvulas de enchimento, vácuo interno por lata de -0.3kg/cm², controle de temperatura automático, capacidade produtiva de 10latas/segundo e a outra fase sendo uma recravadeira com 6 cabeçotes para fechamento das latas com sistema abre-fácil (Easy-Peel) de diferentes tamanhos e formas, com capacidade de 500latas/min.
8422.40.90	Ex 535 - Combinações de máquinas formando uma unidade funcional para embalar medicamentos do tipo blíster, com controladores lógicos programáveis (CLPs), dotadas de painel de operação com tela tipo "touch screen", compostas de: máquina emblistadeira para formar, encher e selar cartelas de plástico/alumínio e/ou alumínio/alumínio para comprimidos e/ou cápsulas, munidas de um jogo de ferramental para um formato de comprimido, com capacidade máxima igual a 600 cartelas/min, com 1 módulo de formação de blíster com movimentos intermitente, placas verticais de pré aquecimento das bobinas, contendo um ou mais carrinhos para bobinas com um diâmetro máximo de 800mm e ajuste lateral com cone de aperto pneumático para tarugo de 76mm de diâmetro, sensor de quantidade mínima de bobina e mesa de emenda e corte de bobina, detecção automática de emenda da bobina inferior e superior, com parada automática na dosagem e zona de resfriamento, 1 módulo de movimento contínuo com área de dosagem, fechamento e selagem tipo rotativo contínuo por rolos de selagem, sistema de visão para controle do enchimento de todos os alvéolos do blíster, sistema automático para parada da máquina, sistema de refrigeração e sistema de compensação para transferência para a zona de carimbo e codificação com proteções laterais em material acrílico, trabalhando interligado com coluna de elevação estacionária para carregamento de comprimidos, 1 módulo denominado zona rápida com movimento intermitente de faca, com codificação e carimbo, estação de perfuração desativada automaticamente em caso de emenda de folha diminuindo o desgaste das facas de perfuração, estação de corte, podendo ser operado em sentidos opostos, transferência direta para a encartuchadeira por roda de sucção, com sistema de detecção e rejeição de blisters defeituosos e vazios por meio de sensor de controle; máquina encartuchadeira com desenho ergonômico, com alimentação de cartuchos retrátil, facilitando uma alta acessibilidade e fácil limpeza, dotada de sistema de transferência direta de blisters do tipo esteira de correia dentada, sistema de ajuste de altura acionado manualmente, armador de cartuchos, dobrador e colocador de bulas e insersor de cartelas, com proteção frontal em acrílico e sistema de rejeição de embalagens defeituosas, com capacidade máxima igual a 450cartuchos/min e comunicação feito por meio de painel eletrônico a quantidade de blísters; balança eletrônica dinâmica para controle em linha de peso com sistema de pesagem em movimento por esteiras de alta precisão com capacidade máxima igual a 450cartuchos/ min, tela tipo "touch screen", "software" de controle IHM, além de equipamento controlado via CLP, sistema de rejeição individual; máquina encaixotadeira automática tipo "Case Packer", com fechamento por fita adesiva, com capacidade máxima igual a 20caixas/min, controlada por servomotor, fechamento por fita de 2 polegadas, podendo aceitar sistema de rastreabilidade, estação de descarte para caixas defeituosas e etiquetagem automática.
8422.40.90	Ex 732 - Máquinas empacotadoras automáticas, tipo carrossel, para embalagem de pilhas, com 12 postos de alimentação manual, 3 estações de alimentação de bolhas, 1 estação de selagem do blister dotada de 2 cilindros opostos de 8 polegadas cada, 1 placa de selagem em alumínio de 3.900W de potência, temperatura de operação com alcance até 142°C, motor AC com velocidade variável, com capacidade produtiva superior a 9.000 embalagens/h.
8422.40.90	Ex 733 - Combinações de máquinas para o encaixotamento de bandejas de ovos em caixas de papelão ondulado, compostas de: 2 braços articulados compondo 2 linhas independentes com largura de até 1.100mm cada e capacidade de até 32.400ovos/h por linha com esteiras de entrada e saída.
8422.40.90	Ex 734 - Máquinas agrupadoras/encaixotadoras para embalagens contendo 8 cartuchos de cápsulas com café torrado e moído, chás em folha e bebidas instantâneas, operando em tensão elétrica de 380V/60Hz, com absorção máxima de energia elétrica de 12kW e pressão operacional 6bar, com velocidade de produção de até 6,5caixas/min e dimensões máximas de caixa 400 x 600 x 260mm (comprimento x largura x altura), incluindo transportadores, painéis de distribuição de energia elétrica, painel de controle com tela tipo "touchscreen", e controlador lógico programável (CLP).
8422.40.90	Ex 735 - Máquinas agrupadoras/encartuchadoras para cápsulas com café torrado e moído, chás em folha e bebidas instantâneas em caixas nos formatos de 10 unidades e 96 unidades, com capacidade de produção máxima de 500cápsulas/min, operando em tensão elétrica de 380V/60Hz, com absorção máxima de energia elétrica de 35kW e pressão operacional 6bar, incluindo transportadores, painéis de distribuição de energia elétrica e painel de controle com tela tipo "touch screen", e controlador lógico programável (CLP).
8422.40.90	Ex 736 - Máquinas para acondicionar pacotes de fitas auto-adesivas em caixas de papelão por meio de pinças auto-centrantes robotizadas, tipo portal, com velocidade máxima igual ou inferior a 10caixas/min, com sistema de fechamento automático por fita auto-adesiva e etiquetagem das caixas com respectivo controle de revisão da etiquetagem por meio de telecâmeras, dotadas de esteira de movimentação e paletização das caixas.
8422.40.90	Ex 737 - Máquinas automáticas para embalar rolos de fita auto-adesivas em filme de polietileno ou PVC, com sistema alimentador/divisor de 4 canais predisposto para fitas de 18, 24, 36, 48 e 69mm, e sistema de fechamento a quente por termoretração, com velocidade de 18fechamentos/min.
8422.40.90	Ex 738 - Máquinas automáticas horizontais eletrônicas, com controlador lógico programável (CLP), próprias para aplicação de embalagens flexíveis a base de polietileno de baixa densidade (filme plástico), dimensionadas dinamicamente conforme o tamanho do produto, com capacidade para embalar até 30pacotes/min, com capacidade de embalar produtos de até 356mm de largura, 178mm de altura, 2.134mm de comprimento e peso 9,07kg, dotadas de esteiras transportadoras de entrada com dimensões 407mm largura, x 1.829mm comprimento, 1.067mm de altura e esteiras transportadoras de saída com dimensões 508mm largura, x 2.134mm comprimento e 1.067mm de altura, ambas acionadas por servo-motores, com sensoriamento de produtos por meio de detecção fotoelétrica, unidade empacotamento, conjunto de escâneres omnidirecionais para leitura de códigos de barras, rotuladora automatizada com capacidade de impressão de até 30mm por segundo e resolução de até 300dpi, estação de fechamento e selagem individualizada dos pacotes e painel de controle com tela "touchscreen".
8422.40.90	Ex 739 - Máquinas para embalamento de peletes plásticos com capacidade de até 120sacos/h para sacarias abertas ou valvuladas de 25kg e de "big bags" de 1.000kg, com capacidade de 4.000kg/h, com silos de armazenamento, separador de partículas metálicas, com programa para preparação e impressão das etiquetas de identificação, comandadas por controlador lógico programável (CLP).
8423.30.19	Ex 004 - Sistemas de dosagem gravimétrica contínua para composição de formulações de ingredientes sólidos com densidade aparente compreendida entre 0,3 e 1,0kg/l, para alimentação do processo de extrusão de materiais termoplásticos, dotados de: 10 dosadores gravimétricos tipo "loss-in-weight" de diferentes geometrias, com rosca simples ou dupla e vazão compreendida entre 30 e 3.000kg/h, contendo funil alimentador com capacidade inferior ou igual a 450 litros, sistema de pesagem com uma ou mais células de carga digital com resolução de 1:4000000, módulo de controle de acionamento e de pesagem com duplo "loop", filtragem digital de peso, sensor de velocidade e controle inteligente de recarga e 1 controlador com capacidade para controle simultâneo de até 16 dosadores, com painel e tela sensível ao toque.
8423.30.19	Ex 005 - Sistemas de dosagem gravimétrica contínua para composição de formulações de ingredientes sólidos com densidade aparente compreendida entre 0,3 e 1,0kg/l, para alimentação do processo de extrusão de materiais termoplásticos, dotados de: 5 dosadores gravimétricos tipo "loss-in-weight" com rosca simples e vazão compreendida entre 30 e 3.000kg/h, contendo funil alimentador com capacidade compreendida entre 50 e 110 litros, sistema de pesagem com uma ou mais células de carga digital com resolução de 1:4000000, módulo de controle de acionamento e de pesagem com duplo "loop", filtragem digital de peso, sensor de velocidade e controle inteligente de recarga; e 1 controlador com capacidade para controle simultâneo de até 16 dosadores, com painel e tela sensível ao toque.
8424.30.10	Ex 050 - Máquinas horizontais para lavar e secar chapas de vidro, totalmente em aço inoxidável, com largura útil de trabalho de 1.610mm, velocidade de trabalho mínima de 2m/min e máxima igual ou inferior a 8m/min, dotadas de: pré-lavagem superior, seção de lavagem com 2 pares de escovas cilíndricas, com 2 tanques(quente e frio); seção de secagem com 2 pares de facas de ar, com 1 ventilador de alta pressão; bandeja removíveis de recolhimento dos fragmentos de vidro; com transportadores de entrada e saída com roletes motorizados revestidos de borracha.
8424.30.90	Ex 041 - Equipamentos para corte de folhas de papel por meio de jato de água, com pressão máxima de 1.500bar, para folhas com gramatura compreendida entre 40 e 500g/m², com largura de máquina (papel) compreendida entre 1.500 e 10.500mm, dotados de bicos de corte em zafira ou rubi de diâmetro compreendido entre 0,1 e 0,2mm, unidade hidráulica de alta pressão, unidade de aplicação de cola e dispositivo de movimentação dos bicos de jatos de água.
8424.89.90	Ex 231 - Máquinas para lavagem e secagem de latas metálicas, com capacidade para trabalhar latas com dimensões variadas, painel de controle e velocidade igual ou superior a 2.000latas/min.
8424.89.90	Ex 314 - Máquinas para aplicação de tinta a pó eletrostático, com central de tinta automática para troca de cor e abastecimento de tinta virgem, tempo total de troca da tinta de 5min, limpeza do circuito de aplicação eletrostática automático, limpeza externa das pistolas automáticas através de "blow-off", sistema automático anti-incêndio por injeção de CO_2, por detecção via sensores infravermelho, sistema de sucção dupla do "overspray" nas laterais do piso da cabina por sistema "twister efect", sistema automático de leitura da geometria das peças, barreira óptica para acionamento das pistolas automáticas; recuperação de pó através de sistema EPP com redução de consumo de energia; controle de aplicação de tinta por interface HDMI, pelas configurações dos parâmetros das pistolas de kV e µA, pelo controle dos reciprocadores, do filtro e do carregamento de tinta em pó, pelo peneiramento e troca de sinais por encoder do transportador; controle de fluxo de tinta em pó através de válvula proporcional com gestão automática do ar de dosagem e atomização.
8424.89.90	Ex 315 - Cabines para a aplicação e recuperação do esmalte em pó para reciclagem do pó com fluxo de ar através de centrais de controle eletrônicas com válvulas digitais e aplicadores com componentes de cerâmica antidesgaste; corpo da cabine em PVC sanduichado antiestático, fundo da cabine com sistema de aspiração longitudinal para aspirar o inteiro comprimento da cabine, sistemas de condicionamento do ar comprimido composto por desidratador criogênico para enviar à cabine ar comprimido e seco, sistema de aquecimento e umidificação do ar comprimido e painel de controle para gerenciar a temperatura e umidade do ar, painel de comando com PLC para armazenar dados de trabalho que contêm parâmetros de kV e µA; controle de aplicação de esmalte por interface HDMI, pelas configurações dos parâmetros das pistolas de kV e µA, pelo controle dos reciprocadores, do filtro e do carregamento da tinta em pó, pelo peneiramento e pela troca de sinais por encoder do transportador; aplicação do esmalte em pó por pistolas eletroestáticas com componentes em cerâmica e vidro antidesgaste e com bomba em metal temperado; filtro de sucção e recuperação com cartuchos de filtros anti-abrasão; sistema de peneiramento por peneiras planas ou rotativas; aplicação do esmalte através de reciprocadores e robôs de 3 ou 6 eixos gerenciados por PLC; controle de fluxo de esmalte em pó através de válvula proporcional com gestão automática do ar de dosagem e atomização; sistema de leitura de componentes através de fotocélulas que comandam as automatizações da cabine para interromper o fornecimento em ausência dos componentes através de fotocélulas que comandam as automatizações da cabine, alimentação do pó virgem com sistema de carga por meio de "Big Bag" de 1.000kg.
8424.89.90	Ex 316 - Máquinas para aplicação de junta líquida nas partes de junções de motores automotivos, dotadas de: mesa móvel com movimentação em 2 eixos, atuada por guias lineares e controlador; dispositivo para posicionamento da peça com precisão de retilinidade e planicidade de 0.2mm ou menos; 2 ou mais bombas de alta pressão para aplicação da junta líquida (saída 12MPa) para materiais altamente viscosos (de 50 a 120Paş) e razão de pressão 30:1, dotadas de comando bi manual de acionamento para proteção das mãos; painel de operação e painel de controle com CLP (controlador lógico programável) embutido a baixo do equipamento.
8424.89.90	Ex 317 - Máquinas para aplicação de películas de revestimento em comprimidos farmacêuticos, por pulverização, dotadas de: 1 caçamba de revestimento, totalmente perfurada, com diâmetro de 39" (990mm) e volume máximo de 150 litros; 1 caçamba de revestimento, totalmente perfurada, com diâmetro de 30" (760mm) e volume máximo de 40 litros; bomba peristáltica; barra de pulverização com 3 pistolas; sistema de recirculação da solução de revestimento; unidade de tratamento do ar de admissão com pré-filtro de alta eficiência, desumidificador, controle de vazão e temperatura; sistema de exaustão com coletor de pó e silenciador; com controlador lógico programável (CLP) e painel de interface homem-máquina.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800028

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

8424.89.90	Ex 318 - Máquinas lavadoras contínuas de resinas termoplásticas em escamas, por sistema de fricção em alta rotação, separação e remoção dos contaminantes por centrifugação e por fluxo contínuo de recirculação de água em altas vazões; com capacidade máxima de até 1.500kg/h; com rotor com 84 ou 87 pás aparafusadas e posicionadas em ângulo, diâmetro de 800mm, comprimento de 1.800mm, com rotação máxima de operação entre 900 e 1.000rpm; com motor de potência de 30 ou 37kW; com peneira metálica hexagonal com 1 ou 3 ou 5mm de abertura; com portas de acesso para inspeção e manutenção; com ou sem tanque de agitação; com ou sem válvula rotativa; com ou sem hidrociclone; com ou sem rosca de descarte para funcionamento com solução alcalina em alta temperatura; com ou sem peneira vibratória com tela de abertura de 350 a 500µm, equipadas com tanque e bomba de recirculação de água com motor elétrico de 2,0kW de potência; com controlador lógico programável.
8426.41.90	Ex 067 - Guindastes hidráulicos autopropelidos sobre pneus, para terreno irregular ("Roug Terrain"), acionados por motor de 6 cilindros a diesel, com 2 eixos direcionáveis e sistema caranguejo, eixos dianteiro e traseiro com tração, com limitador automático de momento de carga, lança telescópica principal com 5 seções, comprimento de lança totalmente retraída igual a 12m, totalmente estendida igual a 47m, velocidade de extensão de 35m em 160s, JIB treliçado e basculável, com comprimento de 10,1 e 17,7m e capacidade de içamento de carga de 90,7t a 2,4m de raio.
8426.41.90	Ex 070 - Guindastes hidráulicos autopropelidos sobre pneus, para terreno acidentado (Rough Terrain), acionados por motor de 6 cilindros a diesel, com 2 eixos direcionáveis, sistema caranguejo, eixos dianteiro e traseiro com tração, com limitador automático de momento de carga, lança telescópica de 4 seções, com comprimento de lança totalmente retraída igual a 10,2m, totalmente estendida igual a 33m e velocidade de extensão de 22,8m em 88s, JIB de 2 estágios com comprimento de 8 a 12,7m, capacidade máxima de içamento de 50t a 2,5m de raio.
8426.41.90	Ex 089 - Guindastes autopropulsados sobre pneumáticos do tipo "Reach Stacker", para movimentação e empilhamento de contêineres padrão ISO de 20 a 40 pés, acionados por motor a diesel com potência máxima igual ou superior a 300HP a 1.800rpm, contendo: capacidade para empilhar até 5 contêineres "HC" na primeira fila e até 5 contêineres "Standard" na segunda fila; capacidade de carga de 45, 31 e 15t nas primeira, segunda e terceira filas, respectivamente; lança telescópica hidráulica com "spreader"; sistema eletrônico de monitoramento e controle de carga; 6.500mm de distância entre-eixos.
8426.41.90	Ex 090 - Guindastes hidráulicos auto propelidos sobre pneus, para terreno acidentado (Rough Terrain), acionados por motor de 6 cilindros a diesel, com 2 eixos direcionáveis, sistema caranguejo, eixos dianteiro e traseiro com tração, com limitador automático de momento de carga, lança telescópica principal de 4 seções com sistema de sincronização por 2 cilindros, comprimento de lança totalmente retraída igual a 9,7m, totalmente estendida igual a 31m e velocidade de extensão de 21,3m em 91s, JIB de 2 seções, treliçado e basculável na extremidade, com comprimento de 7,2 e 12,8m e capacidade máxima de içamento de 31,8t a 2,4m de raio.
8427.20.10	Ex 126 - Empilhadeiras autopropulsadas sobre pneumáticos, acionadas por motor à diesel com potência nominal entre 160 e 201kW, sistema hidráulico "Power on Demand" com bombas de vazão variável, transmissão eletrônica de "Powershift" com 5 velocidades, capacidade de carga entre 22.000 e 32.000kg com centro de carga 900 e 1.200mm, entre-eixos entre 3.655 e 4.825mm, dotadas de torre hidráulica e cabine inclinável para manutenção.
8427.20.10	Ex 127 - Empilhadeiras autopropulsadas sobre pneumáticos, acionadas por motor à diesel com potência nominal entre 224 e 261kW, transmissão automática com 4 ou 5 velocidades, capacidade de carga entre 34.320 e 48.000kg, sendo o centro de carga entre 900 e 1.200mm, entre-eixos de 5.385 ou 5.900mm, dotadas de torre hidráulica e cabine inclinável para manutenção.
8428.20.90	Ex 011 - Despaletizadoras de embalagens cartonadas (composit can tipo Safetop) com capacidade de despaletizar até 350 latas/min de pallets de até 3,1m de altura, dotadas de: elevador de pallets cheios, robô cartesiano para desmontagem de quadro superior e de chapas divisórias, mesa acumuladora de latas; movimentador de camadas por meio de empurradores automáticos; esteiras de plataforma para saída e afunilamento em fila única de latas, controlador lógico programável e tela IHM.
8428.20.90	Ex 012 - Combinações de máquinas automáticas para movimentar, orientar, arrumar e sobrepor embalagens cartonadas ("Composit Can tipo Safe Top"), capacidade de produção de até 400 latas/min em pallets de até 3m de altura, compostas de: robô cartesiano; mesa acumuladora de latas; elevador de pallets; magazine para pallets vazios; sistema de seleção, separação e movimentação das camadas por meio de gabarito de pinos com controlador lógico programável e tela IHM; transportador de pallets acabados com sistema de movimentação e acumulo de pallets cheios por meio de correntes e rolos transportadores; sistema de transferência com capacidade para realizar curvas a 90° controladas por CLP e aplicadora automática de fitilhos nos pallets, com sistema de transporte de pallets, plataforma giratória com defasagem de 90° e munida de CLP.
8428.33.00	Ex 048 - Equipamentos para passagem de ponta de papel ou celulose, composto de esteira rolantes sobre caixas de vácuo e/ou elementos direcionadores de ar tipos "bandejas" e/ou "bico aspersor", com dispositivos auxiliares, utilizado em máquinas para fabricação de papel ou celulose.
8428.39.20	Ex 003 - Equipamentos para alimentação de cabeçotes de motores automotivos em células de usinagem, com capacidade de 32,4cabeçotes/h, dotados de estação de abastecimento manual de cabeçotes, transportadores de peças do tipo PZR ("Powered Zone Roller") com velocidade de 4,5m/min, estação de colocação de "parafuso de dados" dotada de apertadeira monofuso elétrica; estação de leitura e gravação de dados do sistema de identificação por radiofrequência ("RFID"); e controles eletroeletrônicos.
8428.39.90	Ex 185 - Combinações de máquinas para a classificação e separação de pacotes diversos, automáticas, com Controlador Lógico Programável (CLP), capacidade operacional de 4.500pacotes/h (pacotes com comprimento médio de 340mm e interdistância de 760mm), compostas de: 4 transportadores de alimentação com capacidade operacional máxima de 1.600pacotes/h (cada); 1 transportador/sincronizador com velocidade prévia à sincronização igual a 0,75m/s, e velocidade após a sincronização igual a 2m/s; 1 estação de identificação e classificação dos pacotes, com leitor de código de barras, scanner volumétrico de formas irregulares e balança de pesagem dinâmica; 1 estação de separação (sorter) de pacotes entre onze diferentes saídas, com velocidade igual a 2m/s.
8428.39.90	Ex 186 - Transportadores-classificadores de pedidos e/ou volumes diversos, computadorizados, tipo bandeja, acionados por motores, controlados por controlador lógico programável (CLP), utilizados para movimentar e classificar produtos acabados e/ou volumes diversos, visando a sua classificação e expedição automatizada ou não, dotados de sistema de separação mecânica com aproximadamente 33m de comprimento; estações de introdução/alimentação manual; bandejas com impulsor para separação dos artigos; calha de saída do separador; calha de rejeição, equipada com dispositivos de escaneamento para leitura de código de barras através de um servidor de OST, com capacidade de separação mecânica igual ou superior a 6.500bandejas/h com dimensões de 500 x 700mm.
8428.39.90	Ex 187 - Transportadores/Resfriadores de bisnagas em formato espiral com uma torre ascendente, consumo energético médio de 4kVA, eficiência de resfriamento de até 184.000pães/h, largura útil da esteira de 1,18m, sistema de recebimento de pães com aproximadamente 90°C e entrega com aproximadamente 30°, espirais em 16 níveis, sistema de transferência entre torres espirais impedindo o desalinhamento dos pães, sistema de controle eletrônico com PLC e interface com IHM.
8428.39.90	Ex 189 - Máquinas para realizar triagem e classificação de garrafas vazias, por meio de efeito óptico com sensores e câmeras CCD, dotadas de controle eletrônico e dispositivo automático de rejeição, capazes de atingir velocidades de inspeção menor ou igual a 1,5m/s.
8428.90.90	Ex 330 - Equipamentos destinados ao processamento e gerenciamento da distribuição dos tubos de amostras (sangue ou urina), para automatização de laboratórios de análises clínicas nas etapas pré e pós analíticas, para alta velocidade de triagem, dotados de: 1 esteira de 2 pistas para movimentação dos tubos e dispositivo tipo "pick & place" entre as estações e os módulos de processamento; 1 módulo de identificação consistindo de leitor de código de barras e câmera para identificação dos tubos de amostras; 4 estações fixas para o carregamento e descarregamento de tubos de amostras, podendo ser configurado com até 4 módulos para o processamento das amostras, tais como módulo de abertura de tubos primários e/ou módulo de preparação de tubos secundários e/ou módulo de fechamento dos tubos primários e/ou secundários; com painel de controle com tela tipo "touch screen".
8428.90.90	Ex 392 - Máquinas despaletizadora/transportadora de latas abre fácil ("Easy-peel") utilizadas no processo de envase de atum em conserva, com sistema de entrada de paletes, elevador para despaletização, transportador com rolos para a entrada e saída de paletes, interruptores de limite para levantar e abaixar o palete, deslocador de retirada da lata com guias de deslizamento laterais, transportador agrupos/mosaico, detector de acúmulo, transportador de descida mosaico com alinhadores, transpotador de saída de lata, unidade de acionamento pneumático de 180° para retirada de latas por fila, painel de comando com botão exterior liga/desliga e parada de emergência.
8428.90.90	Ex 462 - Máquinas paletizadoras por coluna com braço giratório automática para paletização de artigos de vidros, com capacidade de até 3 camadas/min, com flexibilidade de utilizar até 3 tipos de cabeçotes (mangueiras, vácuo e arraste) e dotada de dispositivo anti-trepidação na transferência dos artigos da mesa de formação para o cabeçote de arraste, controladas por PLC.
8428.90.90	Ex 463 - Equipamentos de armazenamento com carga e descarga por ventosas, para ladrilhos cerâmicos com dimensões máximas de 1.200 x 1.200mm e espessura compreendida de 6 a 16mm, pressão máxima de alimentação de 6bar, dotados de: transportador para conexão, transportador de formação de fila, roleira em baixo da superfície de aspiração de carga, transportador de correias (utilização em "by-pass"), robô, compartimentos de alojamento dos ladrilhos, quadro elétrico, superfície de aspiração, roleira em baixo da superfície de aspiração de descarga e transportador de reinserção na linha.
8428.90.90	Ex 464 - Máquinas automáticas para transferência e posicionamento de seringas semiacabadas, utilizadas para transferir seringas pré-envasadas posicionadas em conjuntos bandejas/nichos até a área de alinhamento e transporte para as subsequentes operações de montagem dos demais componentes das seringas, com capacidade produtiva máxima igual a 12.000 ou 24.000seringas/h (variáveis em função dos grupos de pré-alimentação instalados e das características e dimensões das seringas a serem processadas), para seringas com volumes compreendidos entre 0,5 e 20ml, transportador de alimentação dos conjuntos bandejas/nichos, estação de separação das seringas das bandejas/nichos com ponto de descarte de nichos, empilhador automático de bandejas, transportador de descarga de seringas alinhadas, PC industrial com interface homem-máquina (IHM) e "software" dedicado.
8428.90.90	Ex 465 - Sistemas para adição de pó fluxante no lingotamento contínuo com medição e controle automático da camada de pó dotados de: silo de alimentação com pressão mínima de 4bar, distribuidor de pó com 2 saídas, cabo flexível, conexões, painel elétrico, painel de operação, sensor eletromagnético com frequência de operação até 200Hz com "range" de leitura ajustável em 80 ou 160mm com precisão de 4mm e tempo de resposta na leitura de 50ms e computador com IHM.
8428.90.90	Ex 466 - Transportadores automáticos modulares para conjunto de motor e pallet com capacidade para 33motores/h, dotados de: 1 ou mais módulos de esteira de corrente de roletes livres tracionados por moto-redutor elétrico de alta eficiência com potência igual ou superior a 750W, 1 ou mais módulos de esteira de corrente de roletes livres tracionados por moto-redutor elétrico de alta eficiência com potência igual ou superior a 750W com elevadores para motor a combustão distribuídos, 1 ou mais módulos de rotação de 90° com giro atuado pneumaticamente e corrente de roletes atuada por moto-redutor de potência igual ou superior a 200W, 1 ou mais módulos de sistema de tração distribuída atuada por motores síncronos de torque uniforme mesmo em baixa frequência (inclusive em repouso) com velocidade síncrona de 72rpm e torque de partida de 0,7Nm mínimo, velocidade ajustável programada por driver.
8428.90.90	Ex 467 - Transportadores automáticos modulares, em circuito fechado, para conjunto de motor e pallet, com capacidade para 33motores/h, dotados de: 1 ou mais módulos de sistema de tração distribuída atuada por motores síncronos de torque uniforme mesmo em baixa frequência (inclusive em repouso) com velocidade síncrona de 72rpm e torque de partida de 0,7Nm mínimo, velocidade ajustável programada por "driver", 1 ou mais módulos de roletes livres, 1 ou mais módulos tracionadores para intervalo de roletes livres dotados de par de guias lineares motorizados coordenados com controlador de posição, tracionados por servomotor de corrente alternada dotado de encoder de alta resolução (17-bits, 131.072 passos), grau de proteção IP65, máxima velocidade igual ou superior a 5.000rpm, torque nominal (em regime) de 2,39Nm e torque máximo (partida) igual ou superior a 7Nm, 1 ou mais módulos de esteira de corrente de roletes livres tracionados por motorredutor elétrico de alta

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800029

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

	eficiência com potência igual ou superior a 750W, 1 ou mais módulos elevadores atuados por cilindro pneumático, 1 ou mais módulos bidirecionais capazes de girar seus motores sob o pallet em 90° e transportá-los nos sentidos longitudinal e transversal sem rotação, 1 ou mais módulos de ejeção transversal de pallets com elevador atuado por motorredutor trifásico de potência 90W ou mais e sistema mecânico, roletes livres, 1 ou mais módulos de rotação de 90° atuados por motorredutor.
8428.90.90	Ex 468 - Combinações de máquinas, compostas de: bandejas transportadoras nas dimensões de 500 x 650mm, que suportam até 15kg, velocidade de 0,5m/s e capacidade de 3.000bandejas/h, para classificação de caixas de papelão com produtos nas dimensões máximas de até 630 x 600 x 400mm (comprimento x largura x altura), alimentação do tipo indução automática, contendo 11 saídas duplas (do tipo Flipper) e 2 saídas normais, detectores de saída cheia e controlador lógico programável.
8428.90.90	Ex 469 - Equipamentos para transferência de cabeçotes de motores automotivos entre células de operação, com capacidade de 32,4cabeçotes/h, dotados de pórtico para elevação e descenso dos cabeçotes e transportador de entrada do tipo PZR ("Power Zone Roller") com velocidade de 4,5m/min.
8428.90.90	Ex 470 - Alimentadores robotizados de serras circulares em máquinas afiadoras, com comando numérico computadorizado (CNC), com 4 eixos controlados, sendo 2 eixos lineares e 2 eixos giratórios, com 2 ou mais carrinhos de carga para alimentação, em uma ou em até 3 máquinas.
8429.40.00	Ex 044 - Rolos compactadores de solo e/ou asfalto, autopropulsados, equipados com cilindros tandem vibratórios lisos na frente e traseira, ou equipados com pneus na traseira, com chassi articulado e peso operacional máximo entre 2.480 e 3.470kg, com estrutura (ROPS) de proteção contra capotamento, velocidade máxima de deslocamento para frente e ré de 9,4km/h, potência de superfície máxima compactada entre 9.400 e 11.280m²/h, com motor diesel de 3 cilindros refrigerado à água de 27,9kW (37,4HP) de 1.830cm³, com rotação de operação de 2.550rpm e potência operacional máxima em 2.700rpm.
8429.40.00	Ex 045 - Rolos compactadores de solo, valas e trincheiras, acionados por controle remoto via rádio ou por cabo, equipados com rolos bipartidos tipo pés de carneiro, sendo 1 dianteiro e 1 traseiro, autopropulsados, com sistema de vibração e propulsão, peso operacional entre 1.366 e 1.495kg, largura de trabalho entre 560mm e 820mm, frequência de 41,7Hz, força de compactação de 68,4kN (6.974,86kg), velocidade máxima para frente ou ré de 2,5km/h, capacidade de compactação de superfície de 990m²/h, com motor diesel de 3 cilindros com arranque elétrico refrigerado à agua, com cilindradas entre 898 e 1.028cm³, potência entre 14,8kW(19,8HP) e 15,5kW(20,7HP), com rotação em operação de 3.000rpm.
8429.40.00	Ex 046 - Rolos compactadores para solos e asfalto, autopropulsado, de duplo cilindro (tandem) vibratório e/ou com 4 pneus traseiros, com proteção contra capotamento (ROPS), dotado de motor diesel com potência mínima de 18kW, com largura de rolagem entre 1.070 e 1.200mm, raio de curva interno entre 2.570 e 2.700mm, diâmetro do cilindro máximo de 702mm, frequência de trabalho entre 61 e 66Hz, tanque de combustível com capacidade mínima de 45 litros e peso operacional entre 2.250 e 2.600kg.
8429.40.00	Ex 047 - Rolos compactadores para solos, autopropulsados, com peso operacional de 18.000kg, 5 velocidades de deslocamento, sendo 3 a frente e 2 a ré, sistema de vibração blindado com frequências de vibração de 35Hz e 2 amplitudes, baixa de 0,90mm e alta de 1,90mm, forças centrífugas de 190 e 365kN, respectivamente, e kit de conversão para "Rolo com Pata de Carneiro".
8429.59.00	Ex 050 - Máquinas para abertura de valas no solo, autopropulsadas, sobre esteiras ou pneus, com capacidade de abertura de valas com profundidade máxima de 1,83m e largura máxima de 46cm, com eixos direcionáveis independentes com bloqueio do diferencial hidráulico, velocidade máxima de transporte para a frente e para trás de 17,1km/h, motor de 120 a 130HP, sistema de freio de estacionamento aplicado por mola e liberado hidraulicamente, estrutura de proteção contra capotamento, com implemento de valetadeira, roda de corte ou lâmina de arado (plow), sistema inteligente de controle de velocidade do trator e giro do implemento para operação contínua, sistema CAN projetado em tela de diagnóstico multilíngue.
8430.41.90	Ex 053 - Máquinas perfuradoras de rochas, alimentadas a ar, dotadas de torre de perfuração com 3 martelos pneumáticos com 3,2m de altura e inclinação de -5 a 5°, carril para movimentação da torre com 4m de comprimento, com 4 macacos hidráulicos para movimentação transversal do carril e 1 macaco hidráulico centralizado no carro da torre para rotação do carril.
8430.69.90	Ex 024 - Rompedores hidráulicos para blocos de pedra, concreto ou escavação, para serem acoplados em carregadeiras compactas, retro-escavadeiras, escavadeiras ou mini-escavadeiras, câmara de energia com membrana tipo diafragma, com regulador automático de pressão, peso operacional (com suporte e ponteiro) de 65 a 5.589kg, dimensões da ferramenta/ponteiro de 37 a 202mm (diâmetro) x 270 a 795mm (comprimento útil), potência de entrada de 4 a 117kW, frequência de 870 a 1.700 golpes/min, vazão de operação de 12 a 420 litros/min, pressão de trabalho de 110 a 185bar.
8431.20.11	Ex 037 - Placas de circuito impresso para aplicação em empilhadeiras elétricas dotadas de conectores de interface TYCO, fusíveis, reles, sensor de corrente e contador, com estrutura plástica moldada e com tensão de 24VCC.
8431.20.11	Ex 038 - "Displays" de LCD para movimentação de paleteiras elétricas com painel de 7 polegadas e cabo mini USB para comunicação, dimensões de 188,5mm de comprimento e 139,8mm de altura.
8431.20.11	Ex 039 - Eixos diferenciais mecânicos para empilhadeiras autopropulsadas, com funções de transferência de torque da transmissão para as rodas, com "track" (distância entre centro técnico das rodas) de 1.000mm, semieixo estriado com módulo M=1,667, Z=25, á=20°, X=08 e guia para acoplamento da roda de 149mm, cavidade para fixação do eixo diferencial no chassi de 37,5mm de largura e 685mm de espaçamento entre face, cavidade para fixação da torre 35mm de largura e 600mm entre face, diâmetro do boltcicle para fixação do eixo diferencial na transmissão 365mm e roscas M12 x 1,25mm, sistema de frenagem acionado por meio hidráulico atuando um cilindro de roda e sapata e lona, com sistema de freio estacionário atuado por cabo autorregulável, boltcicle para acoplamento da roda de 200mm com parafusos cravados no conjunto cubo/tambor M20 x 1,5mm, cubo acoplado no tambor sustentado por 2 rolamentos cônicos e banhado a óleo, cubo selado por retentor 100 x 72 x 16mm.
8431.20.90	Ex 001 - Aro em aço para plataformas elevatórias de pessoas, com diâmetros de 16 e 12 polegadas, furo central de encaixe no flange e 5 furos para os parafusos de fixação.
8431.20.90	Ex 002 - Conjuntos de comando de plataformas para elevação de pessoas composto por alavanca em plástico acoplada a placa eletrônica, com chicote elétrico e plug de conexão.
8431.20.90	Ex 003 - Aro em aço para plataformas elevatórias de pessoas, roda em aço de 16 polegadas de diâmetro com furo central de encaixe no flange e 5 furos para os parafusos de fixação e aro traseiro para encaixe do pino do freio.
8431.20.90	Ex 004 - Lanças telescópicas com 4 estágios de avanço, próprias para aplicação em manipuladores telescópicos, dotadas de cilindro hidráulico de avanço, esteiras de avanço acionadas mecanicamente, cabeçote de acoplamento com cilindro hidráulico de compensação, com avanço máximo entre 14 e 18m e capacidade de elevação nominal de 4.100kg.
8431.41.00	Ex 008 - Garras mecânicas para aplicação em manipuladores de materiais de 18 a 45t com capacidade volumétrica de 0,6m³ e com capacidade máxima de içamento correspondente a 20t, medindo 2,15m, cuja pressão hidráulica máxima e a vazão máxima de óleo na abertura e no fechamento da garra são respectivamente de 36MPa e 250L/min e a pressão hidráulica máxima e a vazão máxima de giro da garra são respectivamente de 15MPa e 30L/min, dotadas de: 5 pinças, 5 cilindros hidráulicos, 1 mancal giratório e 1 motor hidráulico com torque de 1,73KNm.
8431.43.90	Ex 031 - Ferramentas de ligação de 2 a 7", conectoras de canhões de perfuração em poços de petróleo e gás, de aço carbono especial, maciças, com furo central para passagem de cordão detonante e 4 cavidades laterais para anéis de borracha para vedação.
8431.43.90	Ex 032 - Equipamentos para proteção e isolamento de motor elétrico submerso, instalados em poço para extração de petróleo, com vedação por câmaras ou selos e reservatório para equalização da pressão do motor.
8432.80.00	Ex 015 - Equipamentos revolvedores de leiras de composto orgânico (compostagem) para uso agrícola, autopropulsados (sistema de propulsão independente) por motor à diesel integrado ao equipamento, com cabine articulável e pressurizada com filtro de partículas e carvão ativado, utilizados para homogeneização de resíduos orgânicos por processo de revolvimento mecânico, dotados de: rotor de revolvimento com diâmetro de 1.200mm com aletas, túnel de revolvimento com largura de 5.000mm e altura de 2.200mm e sistema de propulsão com tecnologia hidráulica composto de reservatório próprio de óleo, 3 bombas hidrostáticas e 5 motores hidráulicos; sistema de tração composto por 4 rodas motrizes com tração independente, velocidade ajustável em contínuo, independente esquerda/direita, de 0 a 4km/h; sistema de transmissão hidrostático realizado por comandos hidráulicos; sistema de regulagem de altura do chassis do equipamento com capacidade de elevação independente frontal/traseiro e sistema de transporte realizado por meio de rodas e pneus, ajustável na altura máxima de transporte de até 3.284mm e altura máxima de operação de até 4.409mrn.
8433.30.00	Ex 014 - Enleiradores rebocados de 4 rotores acionados hidraulicamente, com largura de trabalho entre 8,4 e 14,7m, com formação central de leira e regulagem hidráulica da largura da leira e da altura dos garfos recolhedores, estrutura portadora dos rotores telescópica em formato de H, com aliviamento dos rotores através de molas, com monitor de controle gerenciamento da largura/altura de trabalho e acionamento dos rotores, dotados de braços portadores e posição hipertangencial para reduzir as impurezas na leira, com levante hidráulico dos rotores, com rodados largos 3D e eixo de transporte principal.
8433.59.90	Ex 041 - Colheitadeiras de tomate dotadas de selecionador eletrônico de 40, 45, 48, 50 ou 64 canais, agitador rotativo a raios vibratórios com movimento alternado para separação dos frutos, com rampa de descarregamento, capacidade de colheita entre 25 e 65t/h.
8436.29.00	Ex 038 - Combinações de máquinas para a quebra e filtragem de ovo liquido para a produção de ovo integral ou ovo separado em gema e clara, com capacidade máxima 201.600ovos/h, compostas de: carregador de ovos automático, dispositivo de elevação e tração para alimentação do carregador com pilhas de 6 bandejas de ovos, esteiras transportadoras, sanitizador, esteira inclinada de roletes, quebradora de ovos com saída para as cascas de ovos acoplada, por transportadores para cascas de ovos tipo rosca sem fim, centrifuga para cascas de ovos, sistema de bombeamento de ovo liquido com controle continuo de fluxo através de 2 bombas centrifugas e 1 bomba de lóbulo, sistema de filtragem de clara e painéis de controle.
8438.20.19	Ex 074 - Máquinas cortadoras longitudinais de placas de recheio de confeitos de chocolate, com capacidade produtiva máxima maior ou igual a 8,7t/h, 2 configurações de corte, uma para corte de 42 fileiras com 24,3mm de largura, e outra para corte de 60 fileiras com 13,5mm de largura, sistema de troca rápida de configuração de corte, comandadas por controlador lógico programável (CLP).
8438.20.19	Ex 075 - Máquinas para o reprocessamento e mistura de confeitos de chocolate acabados ou semi-acabados (aparas de placas de recheio, placas inteiras, barras acabadas etc), de duplo eixo, com capacidade de processamento igual a 1.000kg, mecanismo elevatório para alimentação dos produtos a serem processados, grades de proteção, sistema de aquecimento indireto, detector de metais, sistema de bombeamento do material processado até a área de reutilização, sistema de recirculação, comandadas por controlador lógico programável (CLP).
8438.40.00	Ex 013 - Combinações de máquinas para produção de extrato de mosto por meio da concentração do mosto entre 5°P - 80ºP, compostas de: evaporador de mosto com capacidade de até 1.500kg/h; tanque para recebimento de mosto concentrado com capacidade de até 700L; torre de resfriamento; trocadores de calor.
8438.80.90	Ex 083 - Máquinas fracionadoras de queijo em meia forma e em cunhas similares, do tipo "Grana Padano" e semelhantes, em número variável de 2 a 32 unidades, com uma superfície de separação irregular, equipadas com 2 facas, com velocidade de corte igual ou superior a 32meias formas/h, dotadas de "software" de gestão e programação de cortes.
8439.30.90	Ex 011 - Colchões de ar para passagem em curva sem contato de folha de papel, utilizados após a impregnação do papel com amido ou tinta, em substituição a rolos guia.
8439.99.90	Ex 020 - Camisas de aço inoxidável ou de bronze, com perfurações, para rolos de sucção de máquina para fabricação de papel ou de pasta de celulose.
8439.99.90	Ex 028 - Réguas cerâmicas com dispositivo de controle de ângulo e/ou de altura composto por barra de aço, eixo e dispositivos e, aço para o perfeito funcionamento, envolvidos ao tecido sintético (tipo lona) e com comando que pode ser operado manualmente por meio de alavanca, ou de forma automática (motor eletropneumático), para uso exclusivamente no processo fabril de papel e celulose.
8439.99.90	Ex 029 - Lamelas para caixa de entrada da máquina de fabricação de papel, constituídas de PPSU (termoplástico), CFK (plástico reforçado com fibra de vidro) ou TI (titânio), com largura de 207 a 708mm, comprimento de 546 a 7.315mm e espessura de 4mm, com função de distribuir homogeneamente o fluxo de massa, harmonizar a micro turbulência e diminuir os picos e vales na formação do papel.
8439.99.90	Ex 037 - Mantas para rolo hidráulico tipo sapata estendida utilizadas em máquinas para fabricação de papel e/ou celulose, com comprimento inferior ou igual a 15.000mm, diâmetro inferior ou igual a 1.800mm e espessura inferior ou igual a 6,5mm, fabricadas sobre um cilindro de aço polido em que se deposita, pelo lado externo do cilindro, uma camada única de poliuretano e reforço de fios de poliéster simultaneamente.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800030

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

8441.10.90	Ex 085 - Combinações de máquinas para colagem e laminação de capas de papel em colmeias, para formação de placas com largura máxima da 1.400mm, com velocidade de laminação de 5 m/min, compostas de: 2 desbobinadores com largura máxima da bobina de 1.450mm, 1 expansor aplicador de cola, 1 laminador secador, 1 máquina refiladora longitudinal por disco e 1 máquina de corte transversal.
8441.20.00	Ex 040 - Máquinas automáticas para confecção de sacolas de papel com alimentação por folhas (papel "kraft" ou "couchét", incluindo laminado), operando em uma só passagem, na produção de sacolas de 3 tipos, sendo: Tipo 1 - largura de 220 a 450mm, comprimento de 250 a 490mm; Tipo 2 largura de 200 a 450mm, comprimento de 250 a 490mm; Tipo 3 largura de 220 a 450mm, comprimento de 260 a 540mm, completas, com alimentador; sistema de posicionamento de guias frontais e laterais; sistema de refile de bordas; sistema de colagem reforçada de papel; sistema de colagem de alças; sistema de corte de papel servo reforçado; sistema de dobra superior; sistema automático de colagem de bordas; sistema automático de vincagem e furação; haste roscada de ajuste do sistema de presilha inferior e sistemas de alerta de sacolas caídas, com capacidade de produção igual ou superior a 40sacolas/min.
8441.20.00	Ex 041 - Máquinas automáticas para confecção de sacolas de papel com alimentador de folhas tipo "SOS", para produção de sacolas com largura de 180 a 350mm, com comprimento da sacola de 210 a 555mm, com comprimento do corte de 280 a 600mm, com unidade de formação de alça, unidade de inserção de alça e estação de formação, capacidade máxima de produção igual ou superior a 110unid./min.
8441.30.90	Ex 027 - Máquinas para auxiliar corte e colagem das folhas de papel em tubete a ser enrolado, dotadas de sistema de abertura da folha dotado de rolo para abertura da folha, unidade de perfuração acionada por moto redutor para perfurar a folha e transferir cola para a mesma, unidade de aplicação de cola com carro de deslocamento transversal, bico aplicador de cola, mangueira aquecida e unidade de cola para aplicação nos seguimentos com facas da unidade de perfuração, unidade de guia e fixação da folha, dotada de chapas e sopradores para guiar a folha desde o sistema de corte da rebobinadeira até por entre os rolos suporte.
8441.30.90	Ex 065 - Combinações de máquinas para a fabricação de embalagens tubulares para alimentos, tipo composite can "Safe Top", multifolhada, com miolo em tiras de papel, parte interna de alumínio (liner), parte externas com rótulo (label) e parte superior selada com membrana "Safe Top", com velocidade de produção ditada pela unidade de fechamento com membrana (prensa seladora) de até 400embalagens/min com diâmetro de 2,5590" (denominação americana 211), compostas de: 1 desbobinador duplo de papel com capacidade para 4 rolos de papel e 1 acumulador vertical de tiras de papel; 1 fresadora com 4 cabeçotes fresadores de papel; sistema tensionador duplo (freio) de papel, cada 1 com seu controlador lógico programável; 2 coladeiras de papel montadas uma sobre a outra; 1 desbobinador de membrana de alumínio (liner) com 2 estações de desbobinamento com acumulador vertical (pulmão); unidade de dobra, lubrificação e aquecimento do liner; 1 desbobinador de rótulo espiral com 2 estações de desbobinamento com sistema de controle de tensão e sistema de emenda automática; 1 coladeira de rótulo; unidade produtora dos tubos de papel (formadora do corpo das embalagens) com resfriador interno, da ferramenta de corte, por meio de água gelada, sistema de corte do tubo máster, controladas por controlador lógico programável e tela IHM; elevador de tubos; cortadeira de latas com CLP e tela IHM e 2 saídas munidas de esteiras; 2 separadores de embalagens (latas); 2 tombadores de latas (embalagens); mesa acumuladora com sensores e CLP; flangeadora; aplicadora de cera aquecida e prensa seladora de membrana Safe Top com CLP e tela IHM .

8441.30.90	Ex 066 - Combinações de máquinas para fabricação de caixas de papelão ondulado, com velocidade máxima igual ou inferior a 10.000chapas/h, com capacidade para chapas com espessura mínima de 1,4mm e máxima de 10mm, com dimensão mínima de 450 x 600mm e dimensão máxima de 1.540 x 3.290mm, compostas de: 1 pré-alimentador de chapas de papelão ondulado a vácuo; 1 unidade de corte e vinco com sistema de troca rápida de estampos; 4 unidades de impressão flexográfica com alta gráfica; 1 unidade de formação e ejeção dos pacotes e 1 unidade de paletização; e controle computadorizado.
8441.40.00	Ex 031 - Máquinas para moldagem e secagem de elementos isolantes em papel dielétrico (presspan) utilizado em transformadores elétricos de extra tensão, dotadas de refrigeração por fluxo de ar por meio de tubos de triodo metal-cerâmico, com controlador lógico programável (CLP), filtros elétricos, operação manual e automática, proteção contra sobrecargas e superaquecimento, com capacidade máxima de armazenamento de 1.000 programas de secagem por receitas de produção, espessura do papel compreendida entre 0,5 e 3mm, dimensões da mesa de 1.300 x 800mm, sistema de aquecimento para temperatura máxima de 120°C, cilindros hidráulicos com curso máximo de 400mm, pressão de prensagem compreendida entre 10 e 80kN, frequência de secagem de 27,12MHz +/-0,6%, potência instalada de 50kW.
8443.39.10	Ex 259 - Máquinas de impressão digital para tecidos de fibras têxteis, largura máxima de impressão de 1.800mm, largura máxima do tecido 1.820mm, com 4 filas/linhas de cabeças de impressão, cada fila/linha contendo 8 cabeças, totalizando 32 cabeças de impressão; podendo ser configurada para estampar com sistemas de até 16 cores, com resolução máxima de 600 x 600dpi, velocidade de impressão até 510m/h, com sistema de alimentação de corantes aberto, podendo utilizar qualquer corante a base de água que seja compatível com as cabeças de impressão, com secador de tecido alimentado a vapor em linha com a impressora; incluído os acessórios: exaustor de tinta, dispositivo de dobra na saída, sistema acumulador de tecido na entrada ("j-box") e "software" próprio.
8443.39.10	Ex 260 - Máquinas de impressão por jato de tinta com tecnologia "Thermal Inkjet" para impressão em papel comum ou fotográfico, com velocidade de impressão de até 28 segundos/página para o tamanho A1, resolução máxima de 2.400 x 1.200dpi, com 4 cores e 1 cabeça de impressão, capacidade de impressão de largura mínima de linha de 0,02mm, com alimentação por folhas ou rolo de até 914mm de largura e bandeja para folhas, possibilidade de impressão em mídias com até 0,3mm de espessura, capacidade de digitalização em cores com velocidade de até 3,81cm/segundo e em tons de cinza de até 11,43cm/segundo, resolução máxima de digitalização/cópia de 600dpi, largura máxima de digitalização de até 914mm e espessura máxima de digitalização de até 0,8mm, memória de 1GB, conexão USB para impressão a partir de pen drive e painel com tela sensível ao toque.

8443.39.10	Ex 261 - Máquinas de impressão por jato de tinta para impressão em papel comum ou fotográfico, com velocidade de impressão de até 28 páginas/segundos para o tamanho A1, resolução máxima de 2.400 x 1.200dpi, com 6 cores e 3 cabeças de impressão, impressão de largura mínima de linha de 0,02mm, com alimentação por folha ou rolos de até 1.118mm de largura, capacidade para até 2 rolos, memória virtual de 32GB baseada em 640MB de RAM e disco rígido de 160GB, conexão USB para impressão a partir de pen drive e painel com tela sensível ao toque, contendo "scanner" com velocidade de digitalização em cores até 15cm/s, tons de cinza até 33cm/s, resolução óptica 1.200dpi, largura máxima de digitalização 1.118mm, suporta mídias com espessura de até 2mm, memória de 2GB, 500GB de disco rígido com tela sensível ao toque.
8443.39.10	Ex 262 - Máquinas de impressão por jato de tinta com tecnologia "Thermal Inkjet" para impressão em papel comum fotográfico ou polipropileno, com velocidade de impressão de 53m^2/h, resolução máxima de 2.400 x 1.200dpi, com 6 tintas e 3 cabeças de impressão, impressão de largura mínima de linha de 0,04mm, com alimentação por folhas ou rolos de até 1.118mm de largura, capacidade para até 2 rolos, possibilidade de utilização de mídias com até 0,8mm de espessura, memória virtual de 64GB Virtual baseada em 768MB de RAM e disco rígido de 320GB, conexão USB para impressão a partir de "pen drive" e painel com tela sensível ao toque, contendo scanner com velocidade de digitalização em cores até 15cm/s, tons de cinza até 33cm/s, resoluçao óptica 1.200dpi, largura máxima de digitalização 1.067mm, suporta mídias de até 15mm, memória de 2GB, 500GB de disco rígido com tela sensível ao toque.
8443.39.10	Ex 263 - Máquinas de impressão por jato de tinta com tecnologia "thermal inkjet" para impressão em papel comum ou fotográfico, com velocidade de impressão de até 26 segundos para o tamanho A1, resolução máxima de 2.400 x 1.200dpi, com 6 cores e 3 cabeças de impressão, impressão de largura mínima de linha de 0,02mm, com alimentação por folha ou rolos de até 1.118mm de largura, capacidade para até 2 rolos, bandeja integrada para folhas tamanho A1, com cortador automático, capacidade de utilização de mídias com até 0,8mm de espessura, disco rígido de 500GB e 128GB virtual com base em 4GB de RAM DDR3, conexão para impressão direta a partir de unidade flash USB e painel com tela sensível ao toque.
8443.39.10	Ex 264 - Máquinas impressoras digitais, operando por jato de tinta, 4 ou mais cores, para a impressão de folhas de cartão e papelão, com ou sem laminação integrada, utilizadas no processo de manufatura de caixas, com resolução de 1.600 x 1.600dpi, velocidade máxima de impressão de 150 ou 300mm/s, largura máxima igual ou superior a 1.000mm.
8443.39.90	Ex 010 - Impressoras industriais de etiquetas de modelo de peça de motor automotivo, com método de impressão de transferência térmica; resolução de 300dpi ou mais; velocidade de impressão 152,4mm/s ou mais; leitor de código de barras a laser de longa distância com capacidade de leitura a uma distância de 200 a 1.200mm ou mais; transportador de roletes livres; saída para comunicação com o sistema de informação de controle da linha de produção; painel de controle com CLP (controlador lógico programável).
8444.00.10	Ex 001 - Combinações de máquinas para extrusão de resina de polipropileno, para produção de multifilamentos sintéticos têxteis, compostas de: estação de alimentação com balança gravimétrica, dispositivo de dosagem de aditivos, misturador estático e duto de transferência; extrusora monorrosca com capacidade de até 625kg/h, com dispositivo automático para troca de filtros, canais de distribuição de polímero de 8 posições de fiagem aquecidos eletricamente por vapor de óleo com potência de 60kW ; estação de fiagem com 8 câmaras de 4.755 furos cada com unidade de bombeamento; tracionador de filamento; estação de resfriamento com volume de ar de 12.000m^{3}h.
8445.90.90	Ex 006 - Máquinas para entrelaçamento de fios e filamentos por jato de ar, com possibilidade de utilização de "spandex", aplicável a filamentos artificias e sintéticos, automáticas, com até 120 posições, velocidade de bobinamento de 700 a 4.000m/min, potência por fuso de até 700W.
8445.90.90	Ex 007 - Máquinas automáticas, para revestir fios de pipa, com capacidade produtiva máxima de 150m/min, potência de 90kW e 130Amp, trifásica, dotadas de alimentador de fios, unidade de alongamento, imersão e compressão, forno de secagem (com infravermelho), além de bobinador final.
8445.90.90	Ex 008 - Máquinas automáticas bonderizadeiras dos cabos dos fios de poliéster ou nylon, com capacidade produtiva máxima de 150m/min, potência de 180kW e 260Amp, trifásica, dotadas de alimentador de linhas, unidade de alongamento, imersão e compressão, forno de secagem (com infravermelho), além de bobinador final.
8451.80.00	Ex 076 - Máquinas têxteis para secagem e termo fixação de tecidos planos ou de malharia, dotadas de 4 a 12 seções de tratamento térmico, cada uma de 3m comprimento e regulagem por seção individual através de células de carga, com sistemas de circulação do ar, tipo "dualflow", recuperador de calor em circuito fechado ar/água, tipo "smart-RC" e equalizador de ar quente tipo Fpe, com largura útil para tecidos até 3.200mm, dotadas de: endireitador de trama automático independente com comando em tela sensível ao toque ("touch screen"), grupo abridor e espremedor de entrada e saída com bobinamento dos tecidos sem parada ("non stop") e controlado eletronicamente (PLC).
8451.80.00	Ex 077 - Máquinas para pré-encolhimento de tecidos planos por meio do processo de sanforização, para tecidos de gramatura entre 170 a 500g/m^2 com velocidade máxima de processo até 70m/min, largura útil até 2.400mm, largura total até 2.600mm.
8454.30.10	Ex 069 - Máquinas injetoras horizontais sob pressão, para metais não ferrosos, tipo câmara fria, com peso igual ou superior a 5.700kg, força de fechamento igual ou superior a 1.450kN, com 3 estágios de pressão, plataforma hidráulica para ajuste de altura do sistema de injeção, mecanismo de ajuste do molde, controlador lógico programável com tela LCD, porta automática.
8454.30.90	Ex 058 - Equipamentos automáticos para vazamento de ferro fundido com comando numérico computadorizado (CNC), sistema de giro virtual na bica da panela e sistema de troca rápida de panelas, com capacidade igual ou superior a 2.500kg e velocidade máxima de vazamento igual ou superior a 25kg/s, com eixos independentes e velocidades no eixo transversal X, eixo longitudinal Y e no eixo vertical Z iguais ou superiores a 150mm/s, 870mm e curso no eixo vertical Z igual ou superior a 1.210mm, equipados com sensor para controle automático do enchimento dos moldes, sistema de pesagem para determinação do momento exato da finalização do enchimento, sistema ótico de medição de temperatura e sistema alimentador de inoculantes.
8454.30.90	Ex 072 - Combinações de máquinas para vazamento vertical de vergalhões de cobre com diâmetro de 8mm, com capacidade de produção de 10.000t/ano e velocidade de produção variável de 0 a 2.500mm/min, compostas de: 1 unidade de extração vertical de vergalhões com 20 cristalizadores, mecanismo de acionamento e unidade de controle de nível; 1 conjunto de guias de rolos; 1 controlador de velocidade com 10 cabeças; 5 bobinadores de cabeça dupla; 1 unidade de medição e controle de temperatura do metal derretido e da água de resfriamento; e 1 sistema de controle elétrico com controlador lógico programável.

8455.21.90	Ex 025 - Laminadores a quente de direção axial-radial, para produção de rolamentos e anéis sem costura, forjadas em aço carbono ou inoxidável, com diâmetro externo do anel compreendido entre 500 e 5.300mm, altura compreendida entre 80 e 1.000mm, peso máximo do anel de 10.000kg, diâmetro do cilindro principal de 1.150mm, diâmetro do mandril de 300mm, força radial de 315t, curso do cilindro principal de força axial de 300t, ciclo de processo de 10min/por anel, curso horizontal
	de cilindro axial de 5.200mm, constituídos de sistema hidráulico, sistema de lubrificação, rolo principal, mandril, rolo axial, dispositivo de centralização, sistema de medição dos anéis, motores, descarepador, cilindros, hidráulicos, sistema de refrigeração, mesa giratória, painel elétrico com controle lógico programável e painel de comando com HMI.
8455.90.00	Ex 036 - Combinações de máquinas para moldar e rolar, continuamente, a quente o alumínio de classe EC e ligas de alumínio AA-1120 em forma de vergalhão, para fabricação de cabos de transmissão de energia elétrica; taxa de produção máxima para vergalhão de alumínio de classe EC1370 de 4,5t/h e para condutores elétricos como AA1120 deverá estar na faixa de 15% menor, compostas de: 1 máquina de moldagem rotativa resfriada, do tipo roda automática, que converte o metal fundido
	em uma barra fundida sólida, contínua, projetada para despejar apenas na posição horizontal, conduzida por motor de corrente alternada, sistema de refrigeração através de bicos de pulverização, controle de fluxo armazenado no controlador lógico programável (CLP); 1 sensor e barra de suporte do rolete; 1 cisalhamento manual da barra com estação hidráulica; 1 cisalhamento automático da barra com 1 par de rolos de aperto, cabeça de cisalhamento, caminho do rolete e painel elétrico; 1 alinhador de barra moldada com defletor de barra, com 5 roletes; 1 pirômetro infravermelho; 2 laminadores para desbaste e acabamento; 1 unidade de produção orbital de vergalhão.
8456.11.90	Ex 018 - Equipamentos laser dotados de marcador "3 eixos" equipados com fonte CO_2, que permite corte e gravação em áreas de trabalho igual ou superior a 200 x 200mm², controlados por software, que permite importar arquivos de diferentes formatos gráficos (*.plt, *.dxf, *.PCX, *.BMP, *.MCL, *.JPEG, *.TIFF) com unidade resfriadora.
8456.50.00	Ex 004 - Máquinas de corte por jato de água puro ou com pó abrasivo, controlada por CNC - ICAM, com PLC - painel de controle e PLC - painel portátil e dotadas de 1 ou mais cabeças de corte, de 3 ou 5 eixos, com ou sem o controle dinâmico de quantidade de abrasivo JPC (Jet Performance Control), com ou sem o sistema apalpador para regulagem da distância entre a cabeça de corte e a superfície da peça a ser cortada, com ou sem eixo C giratório infinito (infinite rotating c - axis) que
	permite corte com inclinação de 0 a 60 graus, com ou sem braços basculantes para carregar as peças, velocidade máxima de posicionamento paralelo aos eixos x/y simultaneamente de até 45m/min, comprimento de corte de 2.000 até 6.000mm, largura de corte de 1.860 até 4.000mm, curso do eixo z de 200 até 250mm, distância entre eixos da (s) cabeça (s) de corte de 280 até 500mm, capacidade de peso da bancada de corte máxima de 1.000kg/m², potência da bomba intensificadora de 22
	até 75kW, pressão máxima de trabalho de 420MPa e vazão da água de 2,0 a 7,8 litros/min, com respectivo PLC - Painel de Comando e Programa ("software") de gestão, para uso independente da máquina.
8456.50.00	Ex 005 - Máquinas de corte por jato de água de alta pressão, de comando lógico programável, para corte de carpetes moldados com dimensões de até 2.750 x 1.200 x 900mm, dotadas de uma cabine a prova de ruído contendo 3 braços robóticos de corte, suspensos, 1 mesa giratória com 2 postos, sendo um de trabalho e um de alimentação, ambos com capacidade de carga de até 550kg cada, inclinação de até 45° por acionamento pneumático, sistema de sucção a vácuo e filtro para tratamento
	da água de corte e retenção de aparas, sem bomba pressurizadora.
8457.10.00	Ex 337 - Centros de usinagem vertical de dupla coluna e travessa fixa, com comando numérico computadorizado (CNC) com 3 eixos controlados simultaneamente, podendo conter um 4° eixo interpolado, capazes de fresar, furar, rosquear e mandrilar metais e não metais, com distância entre colunas de 1.350mm, com curso de trabalho no eixo X de 2.100mm, eixo Y de 1.200mm, eixo Z de 800mm, podendo opcionalmente ser de 1.000mm, precisão de posicionamento de +/-0,01mm no curso
	total do eixo, dimensões da mesa de 2.000 x 1.100mm, capacidade máxima de carga sobre a mesa de 4.000kg, velocidade do eixo árvore acionado por engrenagens ("Gear"), com 6.000rpm ou acionado diretamente ("Direct-driven") com 10.000rpm, avanço rápido nos eixos X, Y, Z de 20, 20, 15m/min respectivamente, avanço de corte nos eixos X, Y, Z de 10.000mm/min e magazine de ferramentas com sistema de troca automática (ATC) com capacidade para 30 ou 40 ou 60 ferramentas, com
	peso máximo da ferramenta de 20kg, com ou sem cabeçote manual angular e/ou cabeçote universal.
8457.10.00	Ex 338 - Centros de usinagem para perfis metálicos e de PVC, com comando numérico computadorizado (CNC), com 4 eixos controlados, curso do eixo X de 4.200 a 4.300mm ou 7.200 a 7.400mm, curso do eixo Y de 1.020 a 1.060mm, curso do eixo Z de 410 a 460mm, com porta-ferramentas de 7 posições, 4 a 10 morsas pneumáticas, velocidades de deslocamento em X de 90 a 110m/min Y 25 a 40m/min Z 10 a 15m/min; rotação máxima da ferramenta 19.000rpm, podendo opcionalmente
	trabalhar em 1 ou 2 áreas de trabalho independentes.
8458.11.99	Ex 186 - Tornos automáticos horizontais com design compacto para tornear, furar e rosquear peças metálicas, equipados com robô pórtico integrado, com capacidade de carga para 3kg x 2 garras por braço, e capacidade de usinagem simultânea, diâmetro torneável de até 165mm, especificação de corte nos eixos X (X 130mm, 24m/min) e Z (Z 145mm, 24m/min), com 2 torres porta ferramentas cilíndricas suportadas por mancais hidrostáticos com capacidade para 8 ou 12 ferramentas cada, potência
	máxima dos motores principais de, 7,5kW ou 11kW, controlados por único controlador numérico programável (CNC) com carga e descarga automáticas, conjunto de base do equipamento bipartida para evitar vibração harmônica.
8458.11.99	Ex 187 - Tornos automáticos horizontais com design compacto para tornear, furar e rosquear peças metálicas, equipados com robô pórtico integrado, com capacidade de carga para 15kg a 25kg com 2 garras por braço, e capacidade de usinagem simultânea, diâmetro torneável de até 350mm, especificação de corte nos eixos X (X 250mm, 20m/min) e Z (Z 265mm, 20m/min), com 2 torres porta ferramentas cilíndricas suportadas por mancais hidrostáticos com capacidade para 8 ou 12 ferramentas cada,
	potência máxima dos motores principais de, 22 ou 30kW, controlados por único controlador numérico programável (CNC) com carga e descarga automáticas.
8458.91.00	Ex 075 - Centros de torneamento vertical, com carga e descarga automática, comando numérico computadorizado (CNC), para tornear, furar, fresar e rosquear, com 2 cabeçotes revólveres com 11 estações cada, mais uma posição em cada pinça de trabalho, ferramentas acionadas com força de alimentação de 7,5kN em eixo X e 10kN em eixo Z, (eixo Y opcional), eixo C com resolução de 0,01° no fuso principal, cursos nos eixos X e Z iguais a 395mm (curso de trabalho) e 810mm respectivamente,
	com avanço rápido de 30m/min, os 2 cabeçotes dispostos a 180° para trabalho simultâneo de carga e descarga, e fuso principal com velocidade máxima de 4.500rpm.
8458.99.00	Ex 001 - Tornos portáteis computadorizados, próprios e exclusivos para torneamento de discos de freio já montados no veículo, para discos com diâmetro entre 101 e 435mm e espessura entre 5 e 44,4mm; equipados com motor monofásico de 1HP 220V 60Hz, velocidade de rotação do eixo 123rpm e avanço de 0,127mm/rotação; sistema eletrônico e mecânico de medição e compensação automática de excentricidade em relação ao paralelismo de discos de freio; montados sobre carrinho
	metálico com 4 rodízios e altura regulável entre 60cm a 100cm, com bandeja coletora de resíduos sólidos como limalha ou cavaco; 1 cabeça de corte com 2 insertos reguláveis por botões de ajuste (knobs), profundidade máxima de corte de 0,508mm; 1 caixa de passagens e conexões de fios; 1 cabo de alimentação de 7 metros com tomada de 3 pinos; 1 cabeça mecânica ajustável por comando mecânico e eletrônicos do computador; 2 caixas de transmissão de rotação e avanço; 1 sensor
	eletromecânico para desligamento de final de curso; 1 fuso para acoplamento da cabeça mecânica a flange do cubo de rodas; 1 sistema de freio para fixar a cabeça de corte e o torno na posição correta; incluindo seus acessórios de série: 5 adaptadores para cubos de rodas; 1 anel espaçador para adaptadores; 1 óculos de segurança; 1 capa protetora para o torno; 2 ganchos para suporte de pinças de freios; 1 conjunto contendo 5 jogos de 5 porcas com angulação exata e 3 jogos de 5 tubos de
	centralização para fixação dos adaptadores ao cubo de roda; 1 caixa de ferramentas contendo chaves para pequenas manutenções no torno portátil; 2 silenciadores para amortecimento da vibração; 1 conjunto contendo 5 pares de pontas de corte com parafusos de fixação.
8459.31.00	Ex 076 - Fresadoras com coluna móvel e estrutura monolítica, totalmente construídas em ferro fundido especial, com controle numérico (CNC), curso axial longitudinal de 8.000mm, eixo vertical de 2.500mm e eixo transversal de 1.500mm, velocidade de avanço de 35m/min, com eixos interpolados, 2 mesas das quais uma possui sistema hidrostático rotativo com dimensões de 2.000 x 2.500mm da superfície da mesa e uma capacidade de carga máxima na mesa de 30.000kg e 1.500mm de
	percurso de deslocamento; a outra mesa fixa de ferro fundido com dimensões de 2.500 x 3.000mm e capacidade de 15.000kg/m²; dotadas de: um sistema para a troca automática de 3 cabeças sendo uma cabeça universal com posicionamento de 2 corpos milesimal, potência de até 37kW, velocidade máxima de 5.000rpm, uma cabeça com eletromandril com eixo contínuo C e o eixo A + -115/97, velocidade dos 5 eixos contínuos de 8rpm e velocidade máxima do eletromandril de 18.000rpm e
	potência de 26/28kW, uma cabeça de extensão do mandril de 400mm e diâmetro de 200mm, potência de 42kW, rotação máxima de 5.000rpm; com troca automática da ferramenta com capacidade para 60 ferramentas, transportador de cavacos, tanque de refrigeração de 1.200 litros com pressão de até 40bar, sonda laser completa com "software" para controle do comprimento, diâmetro e ruptura das ferramentas, sonda para medição e alinhamento das peças.
8460.23.00	Ex 016 - Retificadoras de produção, com controle de trajetória CNC, para operações não circulares e circulares; movimento dos eixos X e Z acionados por servomotor e fuso de esferas, com menor deslocamento programável transversal dos eixos de 0,001mm e sistema de medição de posição linear com resolução de 0,1µm; eixo Z com guiamentos hidrodinâmicos, deslocamento transversal de 1.050mm e velocidade transversal máxima de 30m/min; eixo X com lubrificação permanente, guias de rolos
	pré-fixados (lubrificação permanente), deslocamento transversal de 310mm e velocidade transversal máxima de 15m/min; cabeçote porta-rebolo com potência de acionamento de 40kW, velocidade máxima do fuso de 8.000rpm, velocidade da superfície programável até no máximo 150m/s e unidade de balanceamento automático; sistema de coleta de névoa, preparação para sistema de filtração de refrigerante; sistema de automação interno com carregamento/descarregamento
	automatizado por meio de robô de 6 eixos, interface com sistema de controle de medição, ferramental (equipamento dependente de cada modelo de peça) e interface homem-máquina (IHM).
8460.31.00	Ex 168 - Máquinas automáticas para afiação de serra de fita, com comando numérico computadorizado (CNC), dotadas de 2 eixos, largura da lâmina igual ou inferior a 360mm, espessura da serra igual ou inferior a 2,8mm e velocidade de trabalho de 5 a 30dentes/min.
8460.31.00	Ex 169 - Máquinas automáticas para afiação das laterais dos dentes em serras de fita, serra de quadro e serras circulares, com comando numérico computadorizado (CNC), dotadas de 4 eixos, para serras de fita de largura maior ou igual a 9mm e inferior ou igual a 420mm, e de espessura maior ou igual a 0,6mm e inferior ou igual a 3mm; para serras circulares de diâmetro externo maior ou igual a 200mm e inferior ou igual a 600mm, e de espessura maior ou igual a 0,6mm e inferior ou igual a 3mm; para
	serras de quadro de largura maior ou igual a 80mm e inferior ou igual a 200mm.
8460.39.00	Ex 033 - Máquinas afiadoras automáticas (MDP) de cortadores esquerdos e direitos de corrente para motosserra, potência 20HP (15kW), frequência 50/60Hz, rotação de 2.361 a 7.083rpm, velocidade de produção de 20 a 60cortadores/min, eixos transversais rápidos X, Y e Z com cursos de 299,7, 400,3, e 430,28mm respectivamente, aceleração de 4,8m/s², incremento mínimo de 0,001016mm (0,00004"), força de retenção de 1.763 libras, precisão de posicionamento 0,005mm
	(0,0002"), precisão de repetibilidade 0,0025mm (0,00011").
8460.39.00	Ex 034 - Máquinas para afiação de serras circulares com insertos de metal duro, com diâmetro externo compreendido entre 80 e 650mm e espessura máxima de serra de 5mm, passo de dente compreendido entre 8 e 75mm, velocidade máxima de trabalho de 12dentes/min, com controle hidráulico para avanço de serras, morsa de fixação, recuo do rebolo para o movimento do cabeçote e potência máxima de 1,8kVA.
8460.90.19	Ex 062 - Máquinas automáticas para lixar pias de cozinha em aço inoxidável, controladas por comando numérico computadorizado (CNC), com capacidade para 3 tipos de lixas, coluna móvel, cabeçote de 4 eixos com alcance máximo de 1.600mm, sendo um dos eixos com 360° e liberdade e velocidade de 25rpm, altura de trabalho de até 800mm e velocidade máxima de 30m/min.
8460.90.90	Ex 095 - Equipamentos robotizados para rebarbação de cabeçotes automotivos com capacidade de 32,4 cabeçotes/h, dotados de: 2 fusos de rebarbação; robô com 6 graus de liberdade e capacidade de carga de 210kg para manuseio dos cabeçotes; transportadores do tipo PZR ("Powered Zone Roller") para entrada e saída dos cabeçotes com velocidade de 4,5m/min; estruturas e controles eletroeletrônicos.
8462.21.00	Ex 236 - Dobradeiras de tubos, de comando numérico, com 3 ou 5 eixos programáveis, resfriamento hidráulico por meio de trocador de calor óleo-ar, sistema central de lubrificação com irrigação a vários pontos de desgaste, mordente do braço móvel com movimento ascendente e descendente, braço de dobra com abertura angular até 190°, pedestal de acionamento por meio de 2 botões de ação síncrona, cortina de luz horizontal, sistema "vibra stop", totem com luzes de segurança, tela de
	controle colorida sensível ao toque em gabinete móvel ou pedestal, "software" com sistema de conversão de coordenadas de XYZ para YBC e vice-versa, painel de comando e de potência integrados a estrutura da máquina.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800032

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

8462.21.00	Ex 238 - Máquinas para conformar, enrolar e dobrar arame de metal, para a produção automática de molas, equipada com 8 ou mais eixos controlados, podendo ser configurada com até 24 eixos CNC, dotadas de: unidade de alimentação giratória de alta precisão com 3 pares de rolos de alimentação; guia de corte e condução de arame programável individualmente e unidade de enrolamento e dobra, para processar arame com diâmetros compreendidos entre 0,8 e 3,2mm, velocidade de alimentação do arame de até 100metros/min, controlada por 1 gabinete com CNC, com IHM com monitor de toque tipo "multi-touch screen Full HD", teclado e controle manual, dotada de conjuntos de ferramentais universais para enrolar e dobrar arame de diversos diâmetros diferentes.
8463.10.10	Ex 001 - Máquinas para conformação de tubos de aço, pelo processo de estiramento, com diâmetro externo do tubo de no mínimo 90mm e máximo de 140mm e diâmetro externo após estiramento de no mínimo 40mm, dotadas de: estrutura, cabeçote com mandril, unidade giratório, unidade de deslocamento, braçadeira de trabalho, motor de eixo, tampa da máquina, painel de controle, painel de operação, unidade hidráulica, unidade de posicionamento, unidade de auto-descarregamento e unidade de descarga e resíduos, para a fabricação de sistema de exaustão automotivos com conversores catalíticos.
8464.90.19	Ex 090 - Mesas de corte e destaque, com controle numérico computadorizado (CNC), para processamento de vidro laminado ou monolítico, com comprimento máximo de corte compreendido entre 3.700 e 4.600mm, com precisão de corte de mais ou menos 0,5mm, velocidade máxima de corte de 100m/min, dotadas de braço basculante eletromecânico, para carga e descarga de chapas, posicionamento automático da ponte de corte de acordo com as medidas das chapas, com corte e destaque do vidro e corte e separação do filme PVB automáticos.
8464.90.19	Ex 152 - Combinações de máquinas para transporte, inspeção, corte, separação, rejeição/quebra, retirada e empilhamento contínuos de chapas de vidro plano, compostas de: transportador de correia e de rolos para suporte e transporte das chapas de vidro; empilhamento robotizado com velocidade de 20 a 84m/min; máquina de corte automático das chapas de vidro, com velocidade máxima de corte de 25m/min, de dimensões entre 1.800 e 3.600mm de largura, 300 e 6.300mm de comprimento e 2,7 a 19mm de espessura, com pontes de corte longitudinais e transversais e com destacamento e separação automática; soprador de ar para limpeza do vidro; dispositivo automático para rotação da chapa de vidro; células automáticas e empilhadoras robotizadas para retirada das chapas de vidro dos transportadores e empilhamento por meio de ventosas de borracha a vácuo com módulos de posicionamento e alinhamento; cavaletes giratórios para recebimento dos pacotes de vidro; descarte automático de chapas de vidro com defeitos marcados ou dimensões incorretas; aplicador automático de pó separador nas chapas de vidro; dispositivo de aplicação de solução anti-irização do vidro; medidor de espessura automático da lâmina de vidro; câmeras de inspeção de qualidade computadorizadas para verificação dimensional das chapas de vidro cortadas e detecção de cantos quebrados e irregulares no corte; centro de comando de motores; controladores lógicos programáveis (CLP's) e sistema supervisório.
8464.90.19	Ex 153 - Mesas de corte e destaque, com controle numérico computadorizado (CNC), para processamento de vidro laminado ou monolítico, corte útil 3.710, com precisão de corte de +/-0,5mm, velocidade máxima de corte de 100m/min, dotadas de braço basculante eletromecânico, para carga e descarga de chapas, posicionamento automático da ponte de corte de acordo com as medidas das chapas, com corte e destaque do vidro e corte e separação do filme PVB automático.
8464.90.90	Ex 123 - Combinações de máquinas para acabamento fino em placas decorativas em concreto arquitetônico e concreto fotocatalítico (denox), utilizadas em revestimento e pisos, com capacidade de 200m²/h, com largura de trabalho de 300 a 1.200mm e espessura da placa de 10 a 100mm, compostas de: 1 unidade de descarga das placas; 1 máquina de polimento continuo dotado de 4 ou mais cabeças com rebolos diamantados com 1.320mm de diâmetro e potência de 55kW cada; 2 máquinas chanfradoras para retificação e bisotamento das bordas, dotadas de 2 cabeçotes com rebolos diamantados de 185mm de diâmetro, velocidade média de trabalho de 24m/min; 1 empilhador dotado de dispositivo de inserção para proteção entre as placas; transportadores de rolos motorizados; painéis elétricos com controlador lógico programável (CLP).
8464.90.90	Ex 124 - Máquinas para esquadrejar e biselar revestimento cerâmico sem a utilização de água, dotadas de: 2 unidades de esquadrejamento/biselamento, com ou sem ajuste automático da largura de trabalho, controle lógico programável, transportador de alimentação, trechos de interligação com virador, sistema coletor de pó, com capacidade para processar peças de dimensões iguais ou superiores a 300 x 300mm, capacidade máxima de produção igual ou superior a 9.000m²/dia quando operando com peças de dimensões 600 x 600mm.
8465.91.20	Ex 005 - Máquinas ferramentas para serrar madeiras maciças, de comando numérico, com otimizadora eletrônica de cortes transversais, com ou sem leitor óptico de defeitos, com ou sem carregador e descarregador automáticos.
8465.92.90	Ex 019 - Plainas para desbastar madeira equipadas com eixo porta-ferramentas munido de pastilhas de aço rápido (HSS) de 4 faces de corte, de formato quadrado e convexo, medindo de 13,8mm de largura e altura cada, alinhadas no eixo lado a lado, sem interrupção linear de cada linha helicoidal de corte, intercambiáveis entre si sem necessitar de regulagem da posição das pastilhas dentro da linha de corte do eixo porta-ferramentas, de largura de trabalho mínima de 260mm e máxima de 630mm.
8465.93.90	Ex 011 - Máquinas polidoras automáticas, controladas por CNC, para polimentos de lentes oftálmicas "free-form" de diâmetro de até 92mm e de diversos materiais orgânicos, tais como CR39, policarbonato ou "trivex", entre outros, com sistema de fixação de bloco com diâmetro de 43mm, para curvas côncavas de 0 a no mínimo -14dpt.
8466.94.90	Ex 001 - Corpo para mini-aplicadores mecânicos ou pneumáticos, para crimpagem de terminais elétricos, com passo máximo de até 35mm, dotados por carcaça em ferro fundido, cames com terminais presentes ou ausentes, contador de peças de 7 dígitos e disco de ajuste graduado, com curso de até 2,70mm e precisão de 0,01mm.
8468.20.00	Ex 002 - Máquinas de corte semiautomáticas para materiais ferrosos pelo processo de aquecimento e oxidação "oxicorte", dotadas de: 2 tochas de corte com sistema de ignição elétrico automático e sistema de adição de pó de ferro; capacidade de corte de espessuras de até 1.000mm, montadas em uma estrutura do tipo (cantiveler) cursos máximos dos eixos X 26.000mm, Y 4.000mm e Z 1.000mm, estação de controle de gás e oxigénio equipado com redutores de pressão, válvulas solenoides e válvulas de segurança, sistema de limpeza automático de baixa pressão, defagulhador e dutos de sucção, operadas por meio de cabine móvel ou controle remoto com (CLP) comando lógico programável, com vidros de segurança, sistema de ar condicionado e interface homem-máquina (IHM).
8474.80.10	Ex 028 - Máquinas sopradoras de machos por sistema de cura a frio, com cabeçote de sopro duplo e utilização de ferramentais com dimensões máximas de 1.200 x 1.400 x 950mm, com ciclo mecânico completo, em vazio de no máximo 24 segundos, capacidade de sopro de 100 litros (2 x 50litros), com capacidade de ferramentais de 3,5t.
8474.80.10	Ex 035 - Máquinas sopradoras de machos com sopro e gasagem para sistema de cura a frio controlada por controlador lógico programável (CLP), para trabalhar com 2 tipos de areia ao mesmo tempo com a utilização de ferramentais com divisão horizontal com dimensões máximas de 1.150 x 1.000 x 700mm, com ciclo mecânico completo, em vazio, de no máximo 23 segundos, capacidade do sopro de 50 litros, com capacidade para ferramentais de 2t e área de sopro de 1.000 x 900mm equipadas com sistema de troca rápida de molde, volume de sopro 2 x 25 litros e força de fechamento igual a 30.000daN.
8474.80.90	Ex 129 - Combinações de máquinas para fabricação de placas decorativas em concreto arquitetônico e concreto fotocatalítico (denox), utilizadas em revestimento e pisos, com dimensões mínimas de 300 x 300mm e máxima de 1.200 x 800mm, espessura de 30 a 100mm para placas de bicamadas e 10 a 30mm para placas de monocamadas, compostas de: 1 prensa hermética com mesa giratória dotada de 6 estações de trabalho com vibrador, frequência regulada, unidade de freio e unidade de centralização do movimento do quadro do molde, extrator hidráulico das placas, com pressão máxima de trabalho de 1.400t, diâmetro do pistão de 788mm, ciclo de trabalho de 10 a 20 segundos, com unidade hidráulica; 2 dosificadores automáticos para placas monocamadas com armazenamento de matéria prima de capacidade de 400 litros com misturador/agitador de motor de 5kW; 1 alimentador principal de concreto para placas bicamadas; 1 carro transportador de bandejas de placas com sistema de transferência; unidade de empilhamento; jogos de moldes; painéis elétricos com controlador lógico programável (CLP).
8477.10.99	Ex 073 - Máquinas verticais de vulcanização por injeção de peças com o sem insertos de materiais variados e processo de carregamento e extração automática, unidade de fechamento vertical com força igual ou superior a 2.500kN, formato do molde igual ou superior a 500 x 500mm, capacidade máxima de injeção igual ou superior a 1000cm³, pressão máxima de injeção igual ou superior a 1.750bar, controladas por 3 cilindros hidráulicos, com capacidade para injetar compostos diversos, com movimentos hidráulicos e elétricos controlados automaticamente, painel de controle insensível ao toque e com sequência de ciclos programáveis.
8477.10.99	Ex 074 - Máquinas de moldar por injeção, com fechamento vertical e injeção horizontal de materiais termoplásticos, para fabricação de solados de calçados, dotadas de: controlador lógico programável (CLP) e servomotor, com 8 estações de trabalho, capacidade de injeção de até 4 cores (quatro injetores) e força de fechamento do molde de 190t.
8477.20.10	Ex 223 - Combinações de máquinas para extrusão de chapas plásticas de poliestireno expandido (EPS), para a fabricação de produtos espumados (marmitex, bandejas, hamburgueiras, discos, pranchas etc.), com capacidade de até 550kg/h, compostas de: extrusora primária refrigerada a ar, com rosca de diâmetro 130mm e razão L/D 38:1; sistema de abastecimento e controle de gás, com cabeçote triplo de bombeamento de gás, com circuito eletrônico para controle de pressão e fluxo do gás; sistema de troca tela automático; extrusora secundária, com diâmetro de rosca de 170 milímetros e razão L/D 37:1; cabeçote para uniformidade da espessura e peso do produto, puxadores, embobinadores duplos.
8477.20.10	Ex 224 - Combinações de máquinas para produção de telhas onduladas de PVC rígido com comprimento de até 5m, largura de 1.100mm com espessura de 1mm ou largura de 1.025,75mm com espessura de 0,7mm, velocidade de produção nominal compreendida entre 2,5 e 2,8m/min, compostas de: 1 extrusora de dupla rosca com capacidade de produção nominal de 400kg/h, roscas com diâmetro nominal de 92mm e razão L/D de 28:1, contendo alimentador com rosca com diâmetro nominal de 68mm e funil com revestimento em epóxi, medidor de pressão e de temperatura e painel de termoregulagem digital de 15 zonas; 2 cabeçotes planos com conexão para a extrusora e limitadores laterais; 2 carrinhos de suporte para os cabeçotes; 2 sistemas de calibração para chapas com largura nominal de 1.100mm, a vácuo com controle térmico e sistema pneumático; 2 sistemas de calibração para chapas com largura nominal de 1.025,75mm, a vácuo com controle térmico e sistema pneumático; 1 bancada de apoio para o sistema de calibração, contendo dispositivo motorizado para ajuste dos eixos X-Y-Z e unidade diatérmica com 2 circuitos independentes; 1 puxador com força de pressão nominal de 3.000kg, velocidade variável de 0,25 a 5m/min, contendo 3 pares de rolos para perfis planos e 5 fileiras de rodas de pressão para perfis corrugados; 1 guilhotina de corte com conjunto de facas e carrinho acionado por motor "brushless" com sincronismo de velocidade; 1 conjunto de facas adicional; e 1 sistema de controle com painel instalado na extrusora e PC industrial.
8477.20.90	Ex 098 - Máquinas coextrusoras tipo balão, para produção de filmes barreira de 9 camadas, com capacidade máxima de produção de 1.390kg/h, largura máxima do filme de 1.600mm, com sistema "blow" de extrusão, bobinador duplo com velocidade máxima de 120m/min, diâmetro máximo da bobina de 1.200mm, matriz com 250mm de diâmetro e potência instalada de 820kVA.
8477.20.90	Ex 099 - Combinações de máquinas para produção de tiras de autogripante em forma de ganchos em polipropileno extrusado sobre não tecido, a uma velocidade máxima de 150m/min, com 250 ganchos por cm² e dimensões de cada gancho de 0,35mm de altura e 0,35mm de largura da cabeça, compostas de: 1 desbobinador de substrato de não tecido tipo spunbond com largura dos rolos de 70mm até 250mm, com regulação de tensão de 15 até 35N/cm com balancinho, eixo de 3 polegadas motorizado e mesa de emenda com fita dupla face; 1 extrusora com capacidade de 55kg/h e diâmetro da rosca de 50mm com 3 dosadores gravimétricos; 1 unidade de formação dos ganchos utilizando uma cinta de alta precisão com comprimento de 1.920mm e 250 furos por cm², com servo motor para os 3 motores de moldagem, de-moldagem e ajuste da cinta com regulagem individualizada, equipada com 2 rolos de resfriamento; 1 calandra formadora, com 3 rolos de motorização independente, controles de resfriamento e aquecimento individuais, com distância ajustável entre os rolos, por meio de sistema de alta precisão, de 200 a 2.000micra (com tolerância de +/-20micra) para a formação da cabeça do autogripante; 1 módulo de inspeção dimensional com sistema de alinhamento tipo "Fife", câmera de inspeção para verificação das dimensionais, faca circular para corte longitudinal e detector de metal; 1 rebobinador automático tipo revolver, com eixos expansivos de 6 polegadas, acumulador e sistema de balancinho na entrada e saída para controle da tensão durante aceleração e desaceleração, com regulagem de tensão entre 1 e 30N/cm; 1 painel eletrônico central que faz a interligação e comunicação entre todas as partes e cabines elétricas que armazenam os componentes elétricos.

8477.40.90	Ex 026 - Combinações de máquinas para fabricação de contra portas e caixas internas de refrigeradores e freezers por termoformagem, por meio de chapas plásticas, com capacidade de espessura máxima de 3,5mm e dimensão de moldes (Largura x Comprimento x Profundidade) 1.000 x 2.000 x 650mm, capacidade de produção horária para contra portas (baseado em espessura de 1,5mm) em torno de 144peças/h e para caixa interna (baseado em espessura de 3,2mm) em torno de 100peças/h; máquina, compostas de: 1 estação de alimentação de chapas através de ventosas, 1 estação de posicionamento de chapas para pré-aquecimento, 1 estação de pré-aquecimento, 1 estação de aquecimento, 1 estação de termoformagem, contendo 1 bomba de vácuo com capacidade de até 800 litros/min e 1 estação de esteira para saída do produto final com opção de giro em 180°.
8477.51.00	Ex 001 - Máquinas de moldar, por vulcanização, carcaças de borracha não endurecida para a fabricação de pneus radiais de engenharia civil, com diâmetro máximo do aro de 49 polegadas, diâmetro externo máximo de 2.750mm e altura máxima de 1.200mm, constituídas de: cinta de travamento; cuba de vulcanização; módulo de aprovisionamento com pinça de alçar a carcaça; eixo central de alimentação de fluidos; sistema de pulverização de produto anticolante; grupo hidráulico; armário de comando e sistema de gestão por automatismo a base de autômato programável.
8477.59.90	Ex 109 - Máquinas de prototipagem rápida tridimensional (impressora 3D), a partir de modelos virtuais, de próteses dentárias/auriculares ou modelos de joias, operando por deposição em camadas de resina fluida fotossensível, cura através de raios ultravioleta produzidos por LED, com comprimento de onda de 385 ou 405nm, formato do arquivo de entrada STL, SLC, STM, alimentação elétrica 12VDC 10A e com volume de construção de 119 x 67 x 76mm.
8477.59.90	Ex 110 - Máquinas de prototipagem rápida tridimensional (impressora 3D), a partir de modelos virtuais, de próteses dentárias/auriculares ou modelos de joias, operando por deposição em camadas de resina fluida fotossensível, cura através de raios ultravioleta produzidos por LED, com comprimento de onda de 385 ou 405nm, formato do arquivo de entrada STL, SLC, STM, alimentação elétrica 12VDC 10A e com volume de construção de 51,8 x 29 x 75mm ou 71,1 x 40 x 75mm.
8477.59.90	Ex 111 - Máquinas de prototipagem rápida tridimensional (impressora 3D), a partir de modelos virtuais, de próteses dentárias/auriculares ou modelos de joias, operando por deposição em camadas de resina fluida fotossensível, cura através de raios ultravioleta produzidos por LED, com comprimento de onda de 385 ou 405nm, formato do arquivo de entrada STL, SLC, STM, alimentação elétrica 12VDC 10A, e com volume de construção de 96 x 54 x 200mm, 119 x 67 x 200mm ou 144 x 81 x 200mm.
8477.59.90	Ex 112 - Máquinas de prototipagem rápida tridimensional (impressora 3D) a partir de modelos virtuais, de próteses dentárias/auriculares ou modelos de joias, operando por deposição em camadas de resina fluida fotossensível, cura através de raios ultravioleta produzidos por LED, com comprimento de onda de 385 ou 405nm, com volume de construção de 51,2 x 32 x 75mm ou 64 x 40 x 75mm.
8477.80.90	Ex 460 - Combinações de máquinas sequenciais e sincronizadas para alimentação, fabricação, transporte e aplicação de tiras de borrachas STW de 23mm de largura, compostas de: 1 unidade de aplicação de tiras de borracha sobre tambor dotadas de 1 braço aplicador com movimento triaxial variável; alimentado por 1 unidade de alimentação automática de borracha; 1 unidade de processamento e laminagem da tira de borracha com sistema de controle automático de pressão controle dimensional do perfil de borracha e de temperatura; controle de temperatura por aquecimento de água por meio de 1 a 3 controladores automáticos; 1 unidade tensionadora de tiras de borracha; 1 unidade acumuladora de tiras de borracha; 1 sistema de transporte de tiras de borracha composto de estrutura metálica esteira e rolos; 1 unidade pressionadora automática de tira de borracha; controlada por controlador lógico programável (CLP) e servomecanismos; e interface Homem-Máquina.
8477.80.90	Ex 461 - Combinações de máquinas sequenciais e sincronizadas para alimentação, fabricação, transporte e aplicação de tiras de borrachas STW de 23mm de largura, compostas de: 1 unidade pressionadora automática de tira de borracha, 1 unidade de recolhimento de tiras de borracha de descarte, 1 unidade de aplicação de tiras de borracha sobre tambor dotadas de 1 a 5 braços aplicadores com movimento triaxial variável sendo cada 1destes braços alimentados por 1 unidade de alimentação automática de borracha, 1 unidade de processamento e laminagem da tira de borracha com sistema de controle automático de pressão controle dimensional do perfil de borracha e de temperatura, controlador de temperatura por aquecimento de água através de 1 até 9 controladores automáticos, 1 unidade tensionadora de tira de borracha de aplicação, 1 unidade acumuladora de tiras de borracha, 1 sistema de transporte de tiras de borracha composto de estrutura metálica esteira e rolos, controlada por controlador lógico programável (CLP) e servomecanismos e interface Homem-Máquina.
8477.80.90	Ex 462 - Combinações de máquinas sequenciais e sincronizadas para alimentação, fabricação, transporte e aplicação de tiras de borrachas STW de 23mm de largura, compostas de: 2 unidades de aplicação de tiras de borracha sobre tambor dotadas de 3 braços aplicadores com movimento triaxial variável; sendo 1 destes braços alimentado por unidade de alimentação de tiras de borracha por carretel e rebobinamento do protetor e tensionamento da tira; e os demais braços alimentados por 2 unidades de alimentação automática de borracha; 2 unidades de processamento e laminagem da tira de borracha com sistema de controle automático de pressão controle dimensional do perfil de borracha e de temperatura; controle de temperatura por aquecimento de água através de 1 a 3 controladores automáticos; 2 unidades tensionadoras de tiras de borracha; 2 unidades acumuladoras de tiras de borracha; 2 sistemas de transporte de tiras de borracha composto de estrutura metálica esteira e rolos; 2 unidades pressionadoras automáticas de tiras de borracha; controlada por controlador lógico programável (CLP) e servomecanismos; e interface Homem-Máquina.
8477.80.90	Ex 463 - Combinações de máquinas para montagem de pneu cru com diâmetro compreendido entre 13 e 18 polegadas, compostas de: tambor duplo rotativo composto de 10 a 12 segmentos entre 750 e 900mm de largura e rotação de 88rpm para aplicação do primeiro estágio e manta têxtil emborrachada, tambor duplo rotativo composto de 18 segmentos de aço escovado entre 450 e 750mm de diâmetro e rotação de 200rpm para aplicação da banda de rodagem, tambor duplo rotativo composto de 18 segmentos magnéticos de aço escovado entre 450 e 750mm de diâmetro e rotação de 200rpm para aplicação da cinta metálica, unidade de aplicação e corte transversal de manta têxtil emborrachada com velocidade de giro de 78m/min na correia superior e 102,5m/min na correia inferior com velocidade dp corte de 15m/min e aplicação de tira de borracha através de 2 braços de aplicação, unidade de alimentação por carretel e rebobinamento do protetor da tira e tensionamento da tira,
	unidade pressionadora automática de manta e tira de borracha, unidade de aplicação de talão emborrachado com diâmetro de abertura regulável, unidade de aplicação de tira têxtil emborrachada, unidade de aplicação de cinta metálica emborrachada com velocidade de 80m/min e corte diagonal de carcaça de aço emborrachada com velocidade de 8m/min e ângulo de corte ajustável automaticamente entre 19 e 30°, anel duplo de transferência da carcaça do pneu com 6 segmentos em cada anel e movimento de avanço/recuo sobre guias lineares a 66,6m/min, unidade de conformação do pneu cru composto por 2 eixos de diâmetro de 115 ou 130mm com 1 par de bexigas pneumáticas com circunferência entre 330,2 e 457mm e rotação de 88rpm em cada eixo, anel de movimentação da banda de rodagem composto por 13 segmentos com movimento de avanço/recuo, anel de 13 segmentos magnetizados para movimentação da cinta com movimento de avanço/recuo, unidades de indicação luminosa com ajuste de ângulos de incidência, unidade de fechamento da parede lateral sobre banda de rodagem, compostas de: 2 pares; de pinças metálicas, unidade de retirada de pneu cru por pinça, sistema de automatismo com controlador lógico programável (CLP), central de sinais de comando e controle com interface homem-máquina.
8477.80.90	Ex 464 - Máquinas automáticas para produção de rolos de fitas-adesivas em filme plásticos BOPP e PVC, com largura de 18 a 69mm, a partir de bobinas jumbo com diâmetro igual ou inferior a 1.200mm e largura igual ou inferior de 2.040mm, velocidade máxima de produção igual ou inferior a 400m/min, sistema de corte longitudinal e transversal de lamina dupla e de ambos lados, rebobinador de estação superior e inferior controlados por servomotor, alimentador de tubetes, carregador descarregador do rolos cortados com sistema separador, painel de comendo com PLC "touch-screen".
8477.80.90	Ex 465 - Máquinas para produção de sacos laminados com dispositivo valvulado, de boca-aberta, soldados por ar quente a partir de tecido tubular de polipropileno laminado, com capacidade máxima de produção de até 60sacos/min, para sacos com fundo plano, nas com dimensões de larguras entre 100 a 400mm, comprimentos de 200 a 500mm e larguras da parte sanfonada 20 a 70mm de profundidade fechado e aberto 40 a 140mm.
8477.80.90	Ex 466 - Máquinas separadoras de resíduos para resinas termoplásticas em escamas, por fluxo de ar vertical em canal de separação do tipo "ziguezague", dotadas de ciclone, válvula rotativa de 15rpm e 2 ventiladores de alta vazão com motores elétricos de 2.900rpm e potência de 7,5 ou 10kW; com ou sem estação de enchimento automático de "big bags" com 2 ciclones, com 2 portas pneumáticas e com 2 válvulas rotativas de 15rpm; com painel de controle lógico programável.
8477.80.90	Ex 467 - Máquinas para corte simultâneo de 25 fios plásticos, em peletes, dos produtos PA6, PA 66, PBT e PA com fibra de vidro de 35 a 40%, densidade sólido mínimo de 1,14g/cm^3; dimensão dos peletes: diâmetro de 2,6 a 2,8mm por largura de 3mm, variação de +/-10%, com velocidade dos fios em processo de 30 até 85m/min.
8479.10.90	Ex 065 - Máquinas varredeiras com sistema centralizado de sucção, autopropelidas, acionadas com motor único à diesel, 4 cilindros, e potência máxima de 25kW, utilizadas para limpeza urbana tais como calçadas, sarjetas e ruas, com operador a bordo, com cabine pressurizada e sistema de ar condicionado, sistema de câmera traseira em tempo integral, sistema de sonorização, largura de acesso de 1.100mm, velocidade máxima de locomoção a frente de 30km/h e máxima de marcha ré de 26km/h, articuladas no eixo central e com diâmetro de giro de 6.300mm, projetadas para alta qualidade devido a seu sistema de varrição com pulverizador de água nas escovas frontais e no duto de sucção inibindo totalmente a poeira, tanque de água com capacidade de 200 litros, sistema de reciclagem de água com capacidade de 85 litros, escovas frontais acionadas hidraulicamente por 1 "joystick", com desempenho máximo de 22.000m^2/h, reservatório em aço inox com capacidade de 800 litros, acionadas por sistema hidráulico, altura máxima de descarregamento de 1.425mm, expansível tubo de sucção traseiro com 4.000mm e diâmetro de 4 polegadas.
8479.30.00	Ex 033 - Combinações de máquinas para fabricação de placas de fibra ou partículas de madeira, com densidade das placas igual ou superior 580kg/m^3, espessura compreendida entre 6 e 40,7mm e capacidade de produção igual ou superior a 1.103m^3/dia, compostas de: unidade de formação e prensagem de colchões encolados de madeira, com controle automático de distribuição de massa, espessura e detecção de bolhas, com velocidade igual ou superior a 152mm/s; estação de corte; estação de resfriamento de placas; estação de empilhamento e climatização de placas.
8479.81.90	Ex 428 - Máquinas automáticas para produção de bobinas de baixa tensão em lâmina aplicadas em transformadores elétricos industriais tipo encapsulados, com controle automático e computadorizado de tensão no isolamento de 500N e na lâmina compreendido entre 1.500 e 40.000N, independente do diâmetro dos rolos, velocidade de enrolamento de 30m/min com controle automático de alinhamento, largura do condutor compreendida entre 300 e 1.600mm, espessura compreendida entre 0,4 e 3mm, capacidade para enrolar bobinas de cobre ou alumínio e seção máxima de 6.400mm^2.
8479.81.90	Ex 429 - Máquinas automáticas para produção de bobinas de alta tensão em lâmina aplicadas em transformadores elétricos industriais tipo encapsulados, com controle automático e computadorizado de tensão no isolamento compreendida entre 10 e 80N, e na lâmina entre 30 e 1.500N, velocidade de enrolamento de 200m/min com controle automático de alinhamento, largura do condutor compreendida entre 20 e 200mm, espessura compreendida entre 0,15 e 3mm, capacidade para enrolar bobinas em lâminas de cobre ou alumínio e seção máxima de 600mm^2.
8479.82.10	Ex 179 - Combinações de máquinas, formando corpo único, para mistura de ingredientes para produção de PVC, com capacidade máxima de produção de 7.700kg/h de PVC rígido e 6.600kg/h de PVC soft, contendo 1 misturador aquecedor com válvula de injeção para líquidos, ferramenta de mistura de 5 estágios, volume total de 2.500 litros e capacidade de processamento de 1.100kg/batelada e de 7 a 8bateladas/h de PVC rígido aquecido a 115°C e 6bateladas/h de PVC soft: 1 misturador resfriador horizontal, com volume total de 5.500 litros e capacidade de 6 a 7bateladas/h: 4 amortecedores para redução de vibração: e sistema de controle elétrico com tela sensível ao toque e controlador lógico programável.
8479.89.11	Ex 098 - Máquinas de dosagem e prensagem de elementos de retardos para produção de detonadores não elétricos, com capacidade de 360 peças por hora dependendo da quantidade de dosagens, constituídas por uma estação de carregamento e descarregamento das cápsulas, dotadas por limpar e verificar a posição dos elementos de retardos, contempla uma Interface homem máquina suspensa em uma haste giratória no equipamento, possui sistema de coleta de pó por vácuo e sistema de separação por água, contempla sistema de ajuste de força à compressão por meio de transdutores de pressão, dotada com controlador lógico programável.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800034

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

8479.89.11	Ex 099 - Máquinas automáticas rotativas de dosagem e prensagem de elementos de retardos para produção de detonadores não elétricos, com capacidade de 9.000 ou 4.500peças/h dependendo da quantidade de dosagens, constituída por uma mesa giratória acionada por um motor principal com controle angular de posição, composta por 24 estações responsáveis por dosar, prensar, limpar e verificar a posição dos elementos de retardos, possui sistema automático de rejeito de peças defeituosas, equipamento com grau de proteção IP65 no equipamento e painel elétrico externo IP54, contempla uma Interface homem máquina suspensa em uma haste giratória no equipamento, possui sistema de coleta de pó por vácuo e sistema de separação por água, contempla sistema de ajuste de força à compressão através de transdutores de pressão, dotada com controlador de lógico programável.
8479.89.11	Ex 100 - Prensas para inserção dos tubos das velas de ignição de motor automotivo, com alimentação manual, dotadas de estrutura com roletes livres para movimentação da peça e retorno para pallet vazio; mesa móvel com movimentação pneumática; 1 ou mais sensores fotoelétrico para confirmação do modelo de peça a ser montado com capacidade de detecção de 1 a 15mm; 1 ou mais cilindros elétricos para bloqueio da peça em caso de anormalidade; 1 ou mais sensores de proximidade com distância de sensoriamento de 7mm ou menos; 1 ou mais células de carga com capacidade de medição de 2 a 20kN; 1 ou mais conversores de pressão de ar em pressão hidráulica; integradas ao sistema de informação da linha de produção; painel de operação e painel de controle com CLP (controlador lógico programável).
8479.89.12	Ex 107 - Dosadores de cobertura sólida para máquina de sorvete, dotados de 8 reservatórios de cobertura, com temperatura aproximada de 14ºC e potência de 110V.
8479.89.99	Ex 103 - Equipamentos para recuperação, armazenagem e filtragem de gás SF_6 (hexafluoreto de enxofre) utilizados como meio isolante em equipamentos elétricos de média e alta tensão: dotados de compressor isento de óleo (1,9m^3/h a 60Hz, 50bar), compressor de vácuo para recuperação de gás SF_6 (3,3m^3/h, vácuo final <5mbar), bomba de vácuo para ar (14m^3/h, duplo estágio, vácuo final <1mbar), filtro de umidade, filtro de partículas, redutor de pressão, balança eletrônica para garrafas de SF_6 (com função de desligamento ajustável), indicação em bar/mbar, psi/torr (configurável no painel de 3,5"), mangueira de borracha, conexão DN20 ou DN8, configurada para pequenos volumes de gás; ou dotados de compressor isento de óleo (3,8m^3/h a 60Hz, pressão final 50bar), bomba de sucção isenta de óleo para recuperação de SF6 (vazão de 3m^3/h, vácuo final <1mbar), bomba de vácuo para evacuação de ar (vazão de 16m^3/h, vácuo final <1mbar), operação e indicação dos principais parâmetros em 1 painel "touchscreen" de 3,5", evaporador, filtro de umidade, filtros de partícula, manômetros em bar/mbar, balança eletrônica para cilindros de SF6, mangueira de borracha, conexão DN20; ou dotado de compressor isento de óleo (6,8m^3/h a 60Hz, pressão final 50bar), bomba de sucção isenta de óleo para recuperação de SF6 (vazão de 15m^3/h, vácuo final <1mbar), bomba de vácuo para evacuação de ar (vazão de 40m^3/h, vácuo final <1mbar), operação e indicação dos principais parâmetros em 1 painel "touchscreen" de 10", evaporador, filtro de umidade, filtros de partícula, manômetros em bar/mbar, balança eletrônica para cilindros de SF_6, mangueira de borracha, conexão DN20; ou dotados de compressor isento de óleo (13m^3/h a 60Hz, pressão final 50bar), bomba de sucção isenta de óleo para recuperação de SF_6 (vazão de 35m^3/h, vácuo final <1mbar), bomba de vácuo para evacuação de ar (vazão de 63m^3/h, vácuo final <1mbar), operação e indicação dos principais parâmetros em 1 painel "touchscreen" de 10", mangueira de borracha, acoplamento DN20, acoplamento DN40, evaporador, filtro de umidade, filtros de partícula; instrumentos em bar/mbar; balança eletrônica para cilindros de SF_6; mangueira de borracha, conexão DN20 ou DN40, configurado para grandes volumes de gás, podendo conter, em todas as versões, controle automático com desligamento das funções individuais (recuperação, evacuação e enchimento) e controle do ponto de orvalho.
8479.89.99	Ex 353 - Obturadores infláveis para poços de petróleo e gás.
8479.89.99	Ex 380 - Combinações de máquinas para seleção de resíduos sólidos urbanos, com seguintes índices de eficiência de recuperação: plásticos (até 70% para PET, PE, PP), papéis (até 30% para Papelão, Branco, Misto e Jornal), (até 60% para embalagens cartonadas longa vida); metais (até 80% para ferrosos), (até 70% para não ferrosos), com capacidade de processamento de 40t/h, compostas de: 1 alimentador da planta com capacidade de 40t/h, comprimento horizontal de 10m e velocidade de 0,30m/s; 1 peneira rotativa com capacidade de 40t/h, com tambor cilíndrico de 2.500mm de diâmetro e 12.000mm de comprimento de malha de peneiramento, para resíduos com grânulos de 0 a 80mm e de 80 a 180mm; 1 plataforma de triagem de volumosos; 1 abre-sacos com tremonha de alimentação e "by pass" com capacidade superior a 15t/h; 1 separador balístico de 5.800mm de comprimento e 2.470mm de largura e potência de com 11kW; 2 separadores magnéticos de ferrosos com campo magnético de 400 Gauss a 480mm de distância; 2 separadores óticos com espelho rotativo infravermelho de plásticos, PET, PEAD, PP, não plásticos, tetra pack, papel e papelão ou filme, com largura de trabalho de 2.800mm; 1 plataforma de controle de qualidade; 1 plataforma de triagem manual; 8 baias para armazenamento de materiais recuperados; 1 alimentador com correntes para prensa multilateral com capacidade de 15t/h, comprimento horizontal de 15m e velocidade de 0,30m/s; 1 prensa multilateral com capacidade de 8 a 10t/h de material reciclável e potência de 45kW; componentes de sustentação, suporte e interligação do equipamento.

8479.89.99	Ex 381 - Equipamentos para aplicação de papéis decorativos tratados com resina melamínica, em painéis de fibras ou partículas de madeira de dimensões iguais ou superiores a 2.750 x 1.830mm e espessura de 3 a 50mm; prensa do tipo "prato" multi-pistões de até 40 cilindros e pressão de trabalho igual ou superior a 300N/cm², tempo de carga de até 20s e de despressurização até 5s, ciclos de prensagem igual ou superior a 100prensagens/h, barras de troca eletrostática para o papel e painel, com mesas de alimentação, transporte, empilhamento, inspeção de qualidade de placas e aparagem de papéis.
8479.89.99	Ex 382 - Combinações de máquinas para a fabricação de partes de motores para veículos automotivos, com capacidade de produção igual ou superior a 36peças/h, compostas de: forno de fusão e conservação do alumínio em estado líquido com capacidade de processamento igual ou superior a 900kg/h, com temperatura igual ou superior a 670°C; esteira para alimentação de lingotes no forno de fusão, com elevador integrado; injetora horizontal tipo câmara fria, servoacionada, com força de fechamento de 1.650t, com coletor de névoa; molde de injeção; dispositivo de fixação do molde de injeção; equipamento de troca automática de molde por comando, com capacidade igual ou superior a 6t, com velocidade igual ou superior a 330mm/s; sistema de resfriamento do molde, com vazão igual ou superior a 128 litros/min; sistema de descompressão do molde, com capacidade de descompressão igual a 46m^3/h; sistema de aplicação de desmoldante composto por: robô, com 6 graus de liberdade, capacidade de carga máxima igual a 165kg, com unidade de programação portátil, dispositivo para aplicação de desmoldante e circuito de alimentação do desmoldante; 2 robôs multifuncionais para alimentação de componentes e movimentação de peças entre operações, com 6 graus de liberdade, capacidade de carga máxima igual a 165kg, com unidade de programação portátil, dotados de dispositivos; equipamento para resfriamento da peça; equipamento para remoção de canais de alimentação e massalote; máquina para gravação do código de identificação da peça; 1 ou mais dispositivos para alimentação de componentes; equipamento para remoção automática de rebarbas das peças com capacidade de carga igual ou superior a 45kg e com velocidade de rotação igual ou superior a 15.000rpm; estação para inspeção; sistema de gerenciamento de qualidade; sistema de monitoramento da temperatura do molde; 1 ou mais painéis elétricos; 1 ou mais esteiras automatizadas e/ou 1 ou mais esteiras não automatizadas; sistema de segurança de operação; 1 ou mais painéis de controle.
8479.89.99	Ex 383 - Combinações de máquinas automáticas para limpeza de superfícies, com dupla escova giratória, sistema de verificação com escanerização em 3D de superfícies geométricas tridimensionais (com uma precisão: +/-0.005mm) permitindo detectar as diferenças em comparação a uma amostra pré-definida por triangulação de lâmina de luz a laser, com câmera de filmagem linear de peças em rotação, capotagem de peças para mostrar a outra face e retornar a orientação de origem, descarga controlada de peças para uma calha distinguindo peças falhas, com controlador numérico computadorizado (CNC), com funcionamento de uma unidade central supervisiona e controlam movimentos, com interface H/M intuitivo por painel "touchscreen", compostos de1quadro elétrico contendo todos componentes elétricos necessários para o funcionamento, sendo todos estes componentes sintetizados com tempo ciclo médios de produção de 3segundos/peça e taxa de rendimento de 100%, 1 transportador de entrada, 1 embaladora automática de peças, cadência máxima 2,2 segundos/peça capaz de usar caixas plásticas e caixas de papelão, 1 transportador de saída.
8479.89.99	Ex 384 - Combinações de máquinas para montagem de cabeçotes de motores automotivos, com capacidade de 74cabeçotes/h, compostas de: estação de alimentação dos cabeçotes e posicionamento nos paletes; estação automática de instalação dos retentores das válvulas; estação de instalação das válvulas de admissão; estação de instalação das válvulas de exaustão; estação de instalação de molas e velas de ignição; 2 estações automáticas para instalação de chavetas e retentores; estação automática para checagem das chavetas; estação automática para verificação de funcionamento das válvulas e remoção de materiais estranhos; estação automática para teste de vazamento das válvulas; estação de diagnósticos e reparo; estação de descarga dos cabeçotes; estações "vazias"; paletes de montagem; estruturas de sustentação e transportadores.
8479.89.99	Ex 385 - Máquinas para a montagem de componentes em bloco de motor automotivo, tempo de ciclo de 1,8min/unidade, sistema de alimentação direta de peças, sistema automático para posicionamento de peças, repetibilidade de posicionamento de 0.01mm, velocidade de 1 a 2.400mm/s, servo cilindro de 30kN de pressão, servo cilindro de 10kN de pressão, parafusadeira com 2 eixos de alta rotação e controlador de torque, sistema de segurança, painel de controle, painel operacional, duplo gerenciamento de profundidade.
8479.89.99	Ex 386 - Máquinas automáticas de aplicação de cola e inserção de tampa, com painel de controle CLP com sistema IHM (Interação Homem Máquina), potência de 6kW, prensa pneumática de 4bar com vazão Q <15m^3/h, sistema automático de aplicação da cola, câmera de verificação do fio de cola da face do FOR, deslizador de tampas, prensa elétrica de inserção da tampa, monitoramento por régua óptica e uma célula de carga, controle de excentricidade por meio de 1 transdutor para medição de deslocamento linear (LVDT) com tempo de ciclo de 20 segundos e tensão de 380V +/-5% - 25A - 60Hz.
8479.89.99	Ex 387 - Máquinas automáticas de inserção de pinos, com controle de posição e pressão do pino no FIR ("Flanged Inner Ring" - Anel Interno Flangeado) com diâmetro de 100 até 180mm, contendo 6 estações em uma mesa rotativa, estação 1 carregamento do FIR da esteira transportadora para posição inicial, estação 2 orientação da posição do FIR, estação 3 inserção automática dos pinos, estação 4 prensagem dos pinos no FIR, estação 5 controle de forças dos pinos, estação 6 controle de posição dos pinos e descarregamento do FIR para a esteira transportador, painel de controle CLP com sistema IHM (Interação Homem Máquina), potência de 6kW, prensa pneumática de 4bar com vazão Q <15m^3/h do sistema de fluxo de ar, sistema linear vibratório para fornecimento de pinos, controle por câmera de vídeo da posição para inserção dos pinos, robô para inserção de pinos, sistema automático de levantamento de pinos, prensa elétrica para pressionamento de pinos com monitoramento controlada por software, controle por 1 transdutor potenciométrico para detectar o comprimento correto dos pinos inseridos, com tempo de ciclo de 20 segundos e tensão de 380V +/-5% - 25A - 60Hz.
8479.89.99	Ex 388 - Máquinas automáticas para montagem e etiquetagem de seringas com sistema de blindagem de agulhas (dispositivo de segurança), com capacidade produtiva máxima igual a 12.000 ou 24.000seringas/h (variáveis em função dos grupos de alimentação instalados e das características e dimensões das seringas a serem processadas), para seringas com volumes compreendidos entre 0,5 e 3ml, transportador de alimentação das seringas pré-envasadas, alimentador de hastes de êmbolo, alimentador de dispositivos de segurança, estação de sincronização e acoplamento das hastes de êmbolo, estação de sincronização e acoplamento dos dispositivos de segurança, estação etiquetadora dos dispositivos de segurança com impressão e verificação de dados variáveis, PC industrial com interface homem-máquina (IHM) e "software" dedicado.
8479.89.99	Ex 389 - Máquinas para inserção de fios e cabos elétricos em terminais de contato de conectores (IDC- "Insulation Displacement Connector"), dotadas de mecanismo de movimento por servo-prensas de 0 a 670N e curso de 200mm; 3 ternos de ferramenta de perfuração superior e 3 ternos de ferramental de cavidade inferior com mudança rápida; sensor de pressão com monitoramento de força de inserção de 0 a 500N; sistema de visão (CCD) de 500 milhões de pixels; sistema de gerenciamento com PC industrial e "software" dedicado, ciclo de trabalho <60seg/peça.
8479.89.99	Ex 390 - Equipamentos semiautomáticos de montagem de parafusos em facas para anel de corte de picador de lascas de madeira, para parafusar e desparafusar as facas do anel, dotados de 2 conjuntos, sendo cada conjunto dotado de 3 servos parafusadeiras para a troca de facas no anel, com limite de torque automático controlado por CLP, encoders, transdutores de torque, servo motores e servo drives, operado por IHM (Interface Homem Máquina) e por tela "touchscreen".

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800035

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

8479.89.99	Ex 391 - Leitos fluidizados de escala industrial para serem utilizados para secar, granular e revestir pós e/ou grânulos, dotados de recipiente de produto com capacidade de 600L, distribuição do ar através de discos sobrepostos para movimentação orbital do produto, sistema integrado de bomba peristáltica e pistola de pulverização única em posição central e inferior, filtro de produto com dispositivo para limpeza utilizando ar do processo, unidade de tratamento de ar com filtros grossos, finos e absolutos, sistema de aquecimento de ar com sensor de temperatura de ar de entrada, sensor de ar de saída e sensor de temperatura de produto, sistema de limpeza interna do equipamento automática, carregamento e descarregamento de produto pneumático, painel de controle e monitoramento com tela sensível ao toque colorida, cabine elétrica e programa para visualização e controle do processo.
8479.89.99	Ex 392 - Equipamentos para montagem dos anéis de seguimento do conjunto de pistões de motor automotivo, dotados de 4 ou mais magazines para abastecimento dos anéis para montagem automática com capacidade de 100 peças ou mais; localizadores atendendo as especificações de 0,02mm ou menos de planicidade e paralelismo; 1 ou mais sensores de proximidade de amplificador com ajuste de potenciômetro; cortina de luz em 2 planos; integrados ao sistema de informação da linha de produção capaz de emitir sinal de saída; detecção automática de falta de operação; painel de operação e painel de controle com CLP (controlador lógico programável).
8479.89.99	Ex 393 - Lavadoras de peças de motor automotivo, com tecnologia de onda ultrassônica; separador de óleo por recirculação a moto bomba; com capacidade para 34 litros; feitas em material SUS 430 e SUS304; com resistência de aquecimento; controlador de temperatura e painel de controle com CLP (controlador lógico programável).
8479.89.99	Ex 394 - Dispositivos mecânicos manuais para inserção e inspeção dupla simultânea dos retentores e contra pinos das válvulas do cabeçote de motor automotivo, dotados de estrutura com roletes livres para movimentação da peça e retorno de pallet vazio; guia linear para movimentação dos manípulos do dispositivo, dispositivo para travamento manual da peça com rotação em 2 ou mais diferentes ângulos; 1 ou mais sensores fotoelétrico em miniatura com capacidade de detecção de 1 a 15mm; 1 ou mais cilindros elétrico para bloqueio da peça em caso de anormalidade; 1 ou mais micro interruptores para confirmação de posição com Ø de 8,35mm e êmbolo em aço inoxidável; 1 ou mais sensores digitais de medição por contato de alta precisão; dispositivo integrado ao sistema de informação da linha de produção capaz de emitir sinal de saída; painel de controle com CLP (controlador lógico programável).
8479.89.99	Ex 395 - Dispositivos mecânicos manuais para inserção e inspeção dupla simultânea dos retentores de óleo das válvulas do cabeçote de motor automotivo, dotados de estrutura com roletes livres para movimentação da peça e retorno de pallet vazio; guia linear para movimentação dos manípulos do dispositivo; dispositivo para travamento manual da peça com rotação em 2 ou mais diferentes ângulos; 1 ou mais sensores fotoelétrico em miniatura com capacidade de detecção de 1 a 15mm; 1 ou mais cilindros elétrico para bloqueio da peça em caso de anormalidade; 1 ou mais micro interruptores para confirmação de posição com Ø de 8,35mm e êmbolo em aço inoxidável; 1 ou mais sensores digitais de medição por contato de alta precisão; dispositivo integrado ao sistema de informação da linha de produção capaz de emitir sinal de saída; painel de controle com CLP (controlador lógico programável).
8479.89.99	Ex 396 - Estações para inserção e teste de estanqueidade no retentor de óleo traseiro de motor a combustão interna, dotadas de prensa de precisão com 2 ou mais fusos servo controlados para inserção do retentor de óleo, com capacidade de torque de 45Nm ou mais e rotação de 430rpm ou mais com detecção de torque por transdutor, aparelho para teste de estanqueidade por pressão entre 10 a 70kPa, guias lineares para movimentação do equipamento sincronizado à velocidade da linha produção, comando bi-manual, proteção de segurança, equipamento integrado ao sistema de informação da linha de produção capaz de emitir sinal de saída, bloqueador de peça em caso de anormalidade no processo, painel de operação e painel de controle com CPL (controlador lógico programável).
8479.89.99	Ex 397 - Máquinas para montagem automática dos contra pinos no retentor da mola do cabeçote de motor automotivo, com compartimento para abastecimento dos retentores com capacidade de 2.000 peças e de 4.000 peças para os contra pinos; ou mais mesas deslizantes a ar com velocidade de 50 a 500mm por segundo; 02 ou mais sensores a laser com capacidade de detecção de 35 a 500mm; 1 ou mais pinças de ar compacta com capacidade de operar com pressão de 0,1 a 0,7MPa; 2 ou mais sensores a laser com capacidade de detecção de 100 a 750mm; 1 ou mais sensores de visão monocromática com foco automático e iluminação em LED branco; 1 ou mais sensores a laser com capacidade de detecção de 55 a 130mm; 1 ou mais atuadores elétricos com capacidade de curso de 100 a 400mm; 1 ou mais pinças elétricas compactas com capacidade de força de agarramento de 11 a 28N; 2 ou mais sensores de fibra refletiva com raio de curvatura mínima de 25mm; 3 ou mais cilindros guias pneumáticos; 1 ou mais sensores de proximidade com capacidade de detecção de 5mm; 1 ou mais sensores de proximidade com capacidade de detecção de 3mm; 2 ou mais sensores de fibra óptica com raio de curvatura de 2mm; 2 ou mais sensores de proximidade com capacidade de detecção de 7mm; painel de operação e painel de controle com CLP (controlador lógico programável).
8479.89.99	Ex 398 - Insufladoras de ar quente para aquecimento dos pistões de motor automotivo, dotados de estrutura de roletes livres para alimentação manual; dispositivos mecânicos para posicionamento das peças; trava mecânica e anti-back; cobertura para prevenção de radiação de calor; aquecedor de ar quente com controle digital de temperatura; câmara de ar quente; 4 bicos de ar para aquecer 4 peças simultaneamente.
8479.89.99	Ex 399 - Máquinas para abastecimento semiautomático de óleo nas galerias da caixa de comando de válvulas do motor, com tempo de ciclo automático de 25 segundos ou menos, para aplicação de 150cc de óleo por ciclo por acionamento pneumático, reservatório com capacidade de 70L, estrutura de pórtico e dispositivo para encaixe na caixa de comando de válvulas do motor a combustão interna, equipamento integrado ao sistema de informação da linha de produção capaz de emitir sinal de saída e painel de controle com CLP (controlador lógico programável).
8479.89.99	Ex 400 - Estações para gravação automática de dados alfanuméricos no bloco de motor automotivo por puncionamento ou riscagem, alimentação manual; dispositivo automático de travamento da peça; transportador de roletes livres; unidade de gravação por acionamento pneumático; com pressão de vibração de 0,3MPa, pressão de comando de 0,3MPa, velocidade de gravação de 50mm/s; integradas ao sistema de informação da linha de produção capaz de emitir sinal de saída; painel de operação com CLP (controlador lógico programável).
8479.89.99	Ex 401 - Penetradores para acionamento de motor elétrico de bomba centrífuga submersa instalada dentro de cápsula.
8479.89.99	Ex 409 - Equipamentos sacudidores para vibrar transversalmente o rolo cabeceira em relação ao sentido de marcha da máquina de fabricação de papel ou celulose, com acionamento mecânico realizado por 2 servomotores para acionamento de pares de rolos girantes de maneira sincronizada, com capacidade máxima para massas rotativas com carga menor ou igual a 10.000kg, curso de oscilação axial menor ou igual a +/- 12,5mm à frequência de 10Hz.
8479.90.90	Ex 288 - Dispositivos guias (Jig) da máquina semiautomática de aparafusar aparelhos portáteis de telefonia celular, fabricados em acrílico na parte superior, UHMW (polietileno de ultra alto peso molecular) anti-arranhão na parte inferior e com tolerância de corte de mais ou menos 0,05mm.
8480.71.00	Ex 133 - Moldes de 96 cavidades para fabricação de tampas plásticas biinjeção/bi-componentes e disc-top, para embalagens de PE, PP e PET, dotados de dispositivo de extração com placa extratora com macho colapsível e sistema de gavetas, base sistema "side gate" para disco e bicos individuais com sensores térmicos, sistema de montagem automático do molde com tecnologia "In mold pick and place", sistema de refrigeração constituído por 29 circuitos de água com temperatura 11°C, pressão mínima de 6bar, capacidade de produção de até 11.500 tampas/h, ciclo de 15 segundos e dimensões de 976 x 3.374,5 x 638,6mm (largura x comprimento x altura).
8481.80.92	Ex 014 - Válvulas solenoides com diâmetro entre 1 e 6" para suportar radiação até 7,90Mrad, pressão até 175bar-g, temperaturas até 350ºC, operar em submersão de até 6 metros de profundidade (por 30 dias), resistente a operação continua durante e após abalos sísmicos, Grau IP-68, com classificação Mecânica Nuclear, CS-1 e CS-2, Classe de segurança Elétrica Nuclear 1E e Classificação Sísmica Nuclear SISM-1, classe de Pressão do corpo entre 150 e 2.500psi, corpo em aço inox 316/316L e Borneira em Dialil-Ftalato, KAPTON (materiais resistentes à radiação) para aplicação em plantas nucleares.
8481.80.95	Ex 002 - Válvulas de controle de fluxo ("Orbite") para isolamento e controle da produção de fluidos durante os intervalos produtores de poços a serem equipados com sistema de completação para instalação da "árvore de natal" molhada (ANM) a cabo.
8481.80.95	Ex 023 - Válvulas esfera de 20 ou 24 polegadas, passagem plena, classe 300#, construção conforme API 6D, corpo integralmente soldado, com ou sem sistema de injeção de selante nas sedes das vedações, extremidades biseladas para solda topo com 1m para cada lado, com "niple" api 5L grau B SCH 40, com acionamento por caixa de engrenagem, com prolongamento de 1,5m a partir do centro da válvula para manobrar (abertura e fechamento) por meio de volante lateral e 2 "vents" soldados nos "niples" um em cada lado da válvula.
8481.90.90	Ex 021 - Válvulas de retenção, com acionamento manual ou elétrico por solenoide, para cilindro de elevação aplicado em plataforma elevatória de pessoas.
8483.40.10	Ex 201 - Caixas de transmissão, exclusivas para aplicação em empilhadeiras autopropulsadas, assistidas por sistema hidráulico, com conversor de torque, semiautomáticas, com acionamento elétrico eletrônico, com embreagem de acionamento mecânico, eficiência de trabalho 0,8, maior eficiência de trabalho com 31Nm de torque, trabalho de "stall" com torque de 33,5Nm, relação de torque de "stall" k ³3, relação de transmissão frente-ré 18,94, fluxo de óleo da bomba de 27L/min e pressão do óleo dentro do conversor de torque de 0,5 a 0,7MPa, pressão de acoplamento do sistema de transmissão de 1,1 a 1,4MPa.
8483.40.10	Ex 202 - Redutores planetários combinados com motor hidráulico integrado de até 54cc, para acionamento de veículos de rodas e esteiras, possuindo múltiplos estágios planetários, com freio de estacionamento multiplicador de até 400Nm, prisioneiros de fixação da roda já montados, relação de redução até 1:36 e torque de saída de até 16.000Nm.
8483.90.00	Ex 027 - Coroas cônicas de 56 dentes inclinados (helicoidais), retificados para uma qualidade 6 conforme ISO 1328, com ângulo de inclinação da hélice à direita de 14° 03" 62", feito em Aço forjado (17CrNiMo6) com diâmetro externo igual ou superior a 1.800mm, altura igual ou superior a 380mm, e peso igual ou superior a 2.000kg, responsáveis pela transmissão de torque no conjunto de acionamento interno de britador giratório.
8514.10.10	Ex 082 - Combinações de máquinas para curvatura de vidros automotivos a serem laminados com altura entre 500 e 1.250mm, largura entre 1.100 e 1.800mm e espessura entre 1,6 e 3,0mm, com capacidade de produção de até 144peças/h, compostas de: transportadores de vidro; acumuladores; aplicador de pó separador; mesas de transferência, alinhamento e centralização; emparelhador; células robóticas de carregamento e descarregamento; máquina de visão de detecção de falhas/defeitos e inspeção da qualidade da pintura e logotipo; forno de curvatura de 18 zonas com aquecimento elétrico individual; dispositivo de retirada do vidro do molde de curvatura; transportador de retorno de molde; transportador de resfriamento; transportador de retirada de amostras; mesa de alinhamento e medição da curvatura; mesa de instalação de espaçadores; sensores e instrumentação; controladores lógicos programáveis; sistema supervisório; painéis de operação e centro de controle de motores (CCM).
8514.20.19	Ex 002 - Fornos de estado sólido, por indução elétrica, para secagem de composto em base aquosa aplicado em tampas de alumínio de latas de bebidas, com capacidade de secar até 2.500tampas/min, com controlador automático de temperatura de processo, codificador rotativo de tampas e sensor de movimento.
8515.80.90	Ex 100 - Máquinas de solda de topo pelo processo de faiscamento para serras de fita, para madeira, serra de fita inoxidáveis, serras bi-metálicas e ligas de tungstênio com largura igual ou superior a 3mm e igual ou inferior a 217mm, com ou sem pirômetro, com ou sem ferramenta hidráulica para retirar a rebarba, com ou sem carregamento pneumático, com fixação das lâminas manual, pneumática ou hidráulica.
8543.20.00	Ex 013 - Geradores de radiofrequência de 3,39MHz e potência de 10kW, transferência máxima de potência com carga resistiva de 50ohm, potência máxima dos amplificadores 16kW, refrigeração com água, "display" 20" x 2" alfanumérico, conector 25 pinos para controle.
8602.10.00	Ex 025 - Combinações de máquinas, de aplicação exclusivamente ferroviária de carga, para locomotivas diesel-elétricas com potência bruta de 6.000hp, compostas de: motor a diesel, 16 cilindros em "V", 4 tempos, com potência bruta de 6.000HP a 1.050rpm, com conduítes, filtros de óleo lubrificante, turbos e bombas de água e combustível; silenciador, fabricado em aço e telas de aço-liga, projetado para suportar gases de escape em altas temperaturas; dispositivo de transferência de partida de potência com 3 posições para inversão de circuitos de alimentação do alternador principal para partida do motor à diesel; conjunto de 2 baterias ferroviárias seladas de 500Ah de capacidade de carga; unidade eletrônica de controle do motor a diesel; conjunto integrado dotado de 1 alternador síncrono, 2 unidades auxiliares e seus respectivos sistemas de controle, com capacidade de 4,5MW, desenvolvido para aplicação ferroviária de carga; conjunto de diodos de potência, acompanhado de seu

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800036

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

	módulo de dissipação térmica, com corrente média direta de 3.900A e temperatura de junção de 175°C, destinado à conversão da corrente alternada em contínua; inversores de frequência destinados a locomotivas de carga com esforço trator de 90.900kgf, capazes de garantir torque e aderência roda-trilho compatíveis com perfil de vias utilizadas para movimentação ferroviária de minério de ferro; sistema de arrefecimento do motor à diesel dotado de banco de radiadores de fluxo dividido, janela de ventilação forçada de ar, válvulas direcionadoras de fluxo de água, sistema de troca térmica água-óleo e estrutura metálica de fixação/montagem; central de processamento de dados e rede sem fio, utilizada para processamento de aplicações ferroviárias específicas; painéis de gerenciamento de redes de dados e protocolos de comunicação entre os diferentes subsistemas da locomotiva; painel microprocessado, com sistema redundante de transmissão/recepção de sinais de rádio para controle e distribuição de potência e de frenagem aplicados em locomotivas intercaladas na composição do trem; dispositivo com função exclusiva de comunicação via rádio sobre as condições de acoplamento e integridade física da composição; painel microprocessado exclusivo para aplicação ferroviária de carga, concentrador de entradas e saídas de sinais digitais e analógicos para controle da locomotiva, com interface às redes ARCNET, serial e Ethernet; módulos inteligentes microprocessados "smart display", com interface homem-máquina integrada, destinados ao comando de subsistemas, visualização de dados e programação de parâmetros de monitoramento; sistema para registro de eventos funcionais da locomotiva (velocidade, aplicação de freios, acionamento de buzina e de sino de advertência, etc.), destinado à investigação de causas de acidentes, fabricado conforme norma FRA 229.135, capaz de resistir a colisões e acidentes, mantendo a integridade dos dados; sistema de monitoramento ultrassônico de nível de combustível nos tanques; console de controle constituído de estrutura metálica de fixação/montagem acompanhada de válvula de aplicação de freio, comando mestre de aceleração, reversor de sentido de marcha e elementos secundários de montagem; conjunto de sopradores de ar tipo centrífugo para arrefecimento do sistema de propulsão da locomotiva, integrado a 1 sistema de filtragem do ar; exaustor de ar do tipo centrífugo, projetado para remoção de impurezas dos filtros inerciais utilizados na propulsão da locomotiva; conjunto de componentes para montagem dos truques ferroviários de carga, incluindo estrutura física de ferro fundido, sistema de suspensão, rodeiros motorizados, amortecedores e cilindros de freio pneumático; compressor de ar para aplicação ferroviária de carga, com capacidade de até 180CFM a 140psi de pressão; secador de ar ativo com 2 torres de secagem e expurgo automático da umidade; unidade eletropneumática para interface entre os comandos do operador e as válvulas de atuação do sistema de freio; painel de processamento, monitoramento e diagnóstico do sistema de freio eletrônico da locomotiva; conjunto de subcomponentes utilizados para dissipação em forma de calor da energia cinética da frenagem dinâmica do sistema de propulsão; unidade de climatização da cabine do operador da locomotiva, alimentada por uma tensão contínua de 74V, resistente às vibrações e impactos inerentes à aplicação ferroviária de carga; unidade de refrigeração instalada na cabine do operador, alimentada por uma tensão contínua de 74V, resistente às vibrações e impactos inerentes à aplicação ferroviária de carga; assentos para tripulação, desenvolvidos de acordo com a norma de segurança ferroviária internacional, capazes de resistir a colisões e tombamentos da locomotiva; sistema de câmeras de protocolo proprietário, capazes de transmitir sons e imagens à central de processamento de dados; modem de transmissão e recepção de dados para diagnóstico remoto de falhas de funcionamento da locomotiva.
8607.30.00	Ex 009 - Amortecedores gás-hidráulicos para uso exclusivo para engate de veículos ferroviários, com força de partida igual ou superior a 50kN, força de absorção final igual ou superior a 500kN e curso de deslocamento compreendido entre 60 e 200mm.
8609.00.00	Ex 014 - Contêineres para transporte de medicamento com necessidade de controle de temperatura, entre -50 a 25°C, com 3 camadas distintas de isolamento térmico, com placas de mudança de fases (PCM) removíveis, para capacidade de 2 a 1.710 litros.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SECRETARIA EXECUTIVA

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL NO ESTADO DO PARANÁ

PORTARIAS DE 21 DE MARÇO DE 2018

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DA AGRICULTURA NO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições previstas no Artigo 44 do Regimento Interno das SFA, aprovado através da Portaria Ministerial nº 428 de 09 de junho de 2010, publicada no DOU de 14 de junho de 2010, Portaria SE/MAPA nº 326, de 09 de março de 2018, publicada no DOU nº 53 de 19 de março de 2018, e para fins de aplicação do disposto no Decreto-Lei nº 818, de 05 de setembro de 1969 e Instrução Normativa nº 22 de 20 de junho de 2013, resolve:

Nº 892-HABILITAR o Médico Veterinário RENAN WESLEY NUNES, CRMV-PR Nº10780, para fornecer GUIA DE TRÂNSITO ANIMAL das seguintes espécies (processo 21034.003871/2018-03):
1-EQUINOS, ASININOS E MUARES no Estado do Paraná;
2-BOVINOS, BUBALINOS, OVINOS E CAPRINOS exclusivamente para a saída de eventos agropecuários no Estado do Paraná, destinados aos municípios do Paraná;
3-REVOGAR a Portaria nº457 de 24/07/2012.

Nº 894-HABILITAR o Médico Veterinário VALDECIR LUIZ MAUERWERK, CRMV-PR Nº8742, para fornecer GUIA DE TRÂNSITO ANIMAL de SUINOS no Estado do Paraná (processo 21034.003869/2018-26).

Nº 895-HABILITAR o Médico Veterinário LUCIANA CLAUSEN DA SILVA, CRMV-PR Nº10595, para fornecer GUIA DE TRÂNSITO ANIMAL de EQUINA, ASININA E MUAR no Estado do Paraná (processo 21034.003873/2018-94).

Nº 897-HABILITAR o Médico Veterinário ANA PAULA WANCURA MARCUZ, CRMV-PR Nº11236, para fornecer GUIA DE TRÂNSITO ANIMAL de EQUINA, ASININA E MUAR no Estado do Paraná (processo 21034.003882/2018-85).

CLEVERSON FREITAS

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

RESOLUÇÃO Nº 3, DE 15 DE MARÇO DE 2018

O Secretário de Defesa Agropecuária, de acordo as atribuições que lhe confere o art. 18 do Anexo I do Decreto nº 8.852, de 20 de setembro de 2016, considerando o disposto no art. 10 da Instrução Normativa nº 37, de 5 de setembro de 2016, e o que consta do Processo nº 21044.007477/2017-36, resolve:

Art. 1º Reconhecer o Estado do Rio de Janeiro como Área com Praga Ausente para o Cancro Cítrico (Xanthomonas citri subsp citri).

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação

LUIS EDUARDO PACIFICI RANGEL

SECRETARIA DE MOBILIDADE SOCIAL, DO PRODUTOR RURAL E DO COOPERATIVISMO

DECISÃO Nº 1, DE 22 DE MARÇO DE 2018

O SECRETÁRIO SUBSTITUTO DE MOBILIDADE SOCIAL, DO PRODUTOR RURAL E COOPERATIVISMO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 8.852, de 20 de setembro de 2016, art. 25, item II, alínea "n" e com fundamento nas disposições do art. 11 da Lei nº 7.291, de 19 de dezembro de 1984, regulamentada pelo Decreto nº 96.993, de 17 de outubro de 1988, e o que consta nos documentos técnicos apensos aos Processos nºs 21014.002135/2013-50 (físico) e 21014.000589/2017-13 (SEI), decide:

Conceder a Carta Patente Provisória nº 001/2018, com validade de 180 (cento e oitenta) dias, ao Derby Clube Sobralense, CNPJ 07.823.842/0001-92, com sede na Avenida Gerardo Rangel, nº 403, Bairro Derby Clube, CEP nº 62.042-240, Telefone nº (88) 3611-1767, Sobral/CE, satisfeitas todas as formalidades das normativas vigentes.

Fica a Entidade Turfística autorizada a explorar apostas sobre corridas de cavalos por ela promovidas.

PEDRO ALVES CORRÊA NETO

MACHADO DE ASSIS



O autor de "Dom Casmurro", "Quincas Borba", entre outras obras, é patrono **in memoriam** da Imprensa Nacional desde janeiro de 1997.

Patrono da Imprensa Nacional

Machado de Assis, no início de sua carreira literária, trabalhou, de 1856 a 1858, como aprendiz de tipógrafo, usando o prelo que hoje está em exposição no Museu da Imprensa. Em 1867 regressa ao órgão oficial para trabalhar como ajudante do diretor de publicação do **Diário Oficial**, cargo que ocupou até 6 de janeiro de 1874.

IMPRENSA NACIONAL 1808

MACHADO DE ASSIS

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1.255/SEI, DE 15 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o art. 6º, parágrafo 2º do Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963, em combinação com o art. 27, inciso III, da Lei n.º 13.502, de 1 de novembro de 2017, e tendo em vista a Concorrência n.º 99/2000-SSR/MC e o que consta do Processo n.º 53790.000387/2000-10, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão a Fundação Navegantes de Porto Lucena, para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Porto Xavier, estado do Rio Grande do Sul.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após a deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição da República.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.426/SEI, DE 22 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, c/c a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 53000.052465/2011-73, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação Comunitária Logos, com sede à Travessa Manoel Cardoso nº 26 - Bairro Olímpico, na localidade de São Caetano do Sul / SP, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com utilização da frequência de 87,5 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Parágrafo único. A entidade deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o caput.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.429/SEI, DE 22 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, c/c a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 53900.038370/2016-16, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação Rádio Comunitária Monte Santo FM, com sede à Rua São Francisco, Quadra 21, Lote 01, S/Nº - Setor Carlos Gomes, na localidade de Monte Santo do Tocantins / TO, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com utilização da frequência de 104,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Parágrafo único. A entidade deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o caput.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 6.283/SEI, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º, § 2º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação dada pelo Decreto nº 7.670, de 16 de janeiro de 2012, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.059087/2011-59 e do Processo Administrativo nº 53000.049148/2011-70, resolve:

Art. 1º Tornar sem efeito, por desinteresse na outorga por parte da Universidade Federal do Pará, o Despacho do Ministro e a Portaria nº 3425, de 30 de julho de 2015, publicados no Diário Oficial da União em 10 de setembro de 2015, e a Exposição de Motivos 181/2016/MCTIC, de 22 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 6.284/SEI, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º, § 2º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação dada pelo Decreto nº 7.670, de 16 de janeiro de 2012, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.059717/2011-95, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), com fins exclusivamente educativos, localidade de Marabá/PA, por meio do canal 286E.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

DESPACHO Nº 363/SEI, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, resolve acolher o disposto no PARECER nº 00318/2017/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, constante do processo 53000.064685/2011-40, de sorte a não conhecer o recurso interposto pela Faculdade de Balsas (Unibalsas Educacional Ltda), participante do Aviso de Habilitação nº 16/2011, do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Balsas, estado do Maranhão, por meio do canal 219E, tendo em vista a ausência de formalidade exigida em lei.

GILBERTO KASSAB

DESPACHO Nº 1.802SEI, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, resolve acolher o disposto na NOTA TÉCNICA Nº 10314/2017/SEI-MCTIC e no PARECER nº 853/2017/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, constantes do processo 53000.049148/2011-70, de sorte a homologar o processo de seleção para outorga do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Marabá/PA, por meio do canal 286E, constante do Aviso de Habilitação nº 9, de 19/09/2011, e, devido ao desinteresse na outorga por parte da Universidade Federal do Pará, adjudicar o seu objeto ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará, de acordo com o resultado final constante do Anexo deste, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas pela Portaria nº 420, de 14 de setembro de 2011.

GILBERTO KASSAB

ANEXO

PROPONENTE	TIPO	PROCESSO	RECURSO	PROPOSTA	CLASSIFICAÇÃO/ RESULTADO	NÚMERO DE ALUNOS DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO
Universidade Federal do Pará - UFPA	I	53000.059087/2011-59	Não apresentado.	Habilitada	Desclassificação. Renúncia expressa da interessada.	44.939
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará	I	53000.059717/2011-95	Não apresentado.	Habilitada	1º lugar (Vencedor)	13.596
Fundação Educativa e Cultural Missão Amazônica	II	53000.059338/2011-03	Apresentado. Indeferido. Ausência de circunstâncias suscetíveis de rever a decisão.	Desconsiderada*	Indeferimento	3.000
Fundação Cultural e Educacional de Dom Eliseu	II	53000.062164/2011-58	Não apresentado.	Desconsiderada*	Indeferimento	105
Fundação Educacional e Cultural Nativa	II	53000.060062/2011-06	Não apresentado.	Desconsiderada*	Indeferimento	10.153
Fundação Educacional Rio Ondas	II	53000.059566/2011-75	Não apresentado.	Desconsiderada*	Indeferimento	460
Fundação Mãezinha Milagrosa de Nazaré de Comunicação	II	53000.060359/2011-63	Não apresentado.	Desconsiderada*	Indeferimento	290
Fundação Cultural Alzira da Silva Corrêa	II	53000.058967/2011-16	Não apresentado.	Desconsiderada*	Indeferimento	120
Fundação Regional de Radiodifusão Educativa	II	53000.060703/2011-14	Não apresentado.	Desconsiderada*	Indeferimento	31
Fundação de Comunicação Educativa de Radiodifusão	II	53000.059744/2011-68	Não apresentado.	Desconsiderada*	Indeferimento	-

Legenda: I - Pessoa Jurídica de Direito Público Interno; II - Pessoa Jurídica de Natureza Privada. *Art. 5º, § 1º, da Portaria nº 420/2011

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800038

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DESPACHO Nº 1.810/SEI, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, resolve:

Acolher o disposto no PARECER nº 14/2016/SEI-MC, constante do processo 53000.067389/2011-09, de sorte a denegar provimento aos recursos interpostos pela FUNDAÇÃO EDUCACIONAL REGIONAL JAGUARENSE, participante do Aviso de Habilitação nº 13/2011, do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Jaraguá do Sul, estado de Santa Catarina, por meio do canal 295E, tendo em vista a ausência de circunstâncias suscetíveis de rever a decisão.

GILBERTO KASSAB

DESPACHO Nº 1.811/SEI, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, resolve acolher o disposto no PARECER nº 01014/2017/CONJUR/MCTIC/CGU/AGU, constante do processo 53000.046341/2012-30, de sorte a declarar frustrado o processo de seleção para outorga do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Curitibanos/SC, por meio do canal 276E, constante do Aviso de Habilitação nº 04, de 12/07/2012, bem como encaminhar os processos das entidades inabilitadas ao Setor de Arquivo, de acordo com o resultado final constante do Anexo deste, nos termos da legislação vigente e, das normas estabelecidas pela Portaria nº 355, de 12 de julho de 2012.

GILBERTO KASSAB

ANEXO

PROPONENTE	TIPO	PROCESSO	RECURSO	PROPOSTA	CLASSIFICAÇÃO/ RESULTADO
FUNDAÇÃO EVANGÉLICA TRINDADE	II	53000.042948/2012-41	Não apresentado	Inabilitada	Indeferimento

Legenda: I - Pessoa Jurídica de Direito Público Interno; II - Pessoa Jurídica de Natureza Privada.

DESPACHO Nº 1.812/SEI, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, resolve:

Acolher o disposto no PARECER nº 00633/2017/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, constante do processo 53000.056609/2011-61, de sorte a declarar frustrado o processo de seleção para outorga do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Jaraguá do Sul/SC, por meio do canal 295E, constante do Aviso de Habilitação nº 13, de 28/10/2011, bem como encaminhar os processos das entidades inabilitadas ao Setor de Arquivo, de acordo com o resultado final constante do Anexo deste, nos termos da legislação vigente e, das normas estabelecidas pela Portaria nº 420, de 14/09/2011.

GILBERTO KASSAB

ANEXO

PROPONENTE	TIPO	PROCESSO	RECURSO	PROPOSTA	CLASSIFICAÇÃO/ RESULTADO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA	I	53000.066776/2011-10	Não apresentado.	Inabilitada	Indeferimento
FUNDAÇÃO EDUCACIONAL REGIONAL JARAGUAENSE	II	53000.067389/2011-09	Apresentado (Indeferido quanto a esta proposta - Ausência de circunstâncias suscetíveis de rever a decisão; Deferido no que concerne à mudança de decisão sobre resultado da outra proponente)	Inabilitada	Indeferimento

Legenda: I - Pessoa Jurídica de Direito Público Interno; II - Pessoa Jurídica de Natureza Privada.

DESPACHO Nº 1.814/SEI, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, resolve:

Acolher o disposto no PARECER nº 432/2015/SJL/DDRA/CGAJ/CONJUR-MC/CGU/AGU, constante do processo 53000.007465/2012-08, de sorte a não conhecer o recurso interposto pela Fundação Professor Luís Arruda Sousa, participante do Aviso de Habilitação nº 16/2011, do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Balsas, estado do Maranhão, por meio do canal 219E, tendo em vista a intempestividade da solicitação.

GILBERTO KASSAB

DESPACHO Nº 1.815/SEI, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, resolve:

Acolher o disposto na NOTA TÉCNICA Nº 25289/2015/SEI-MC e no PARECER nº 01028/2017/CONJUR -MCTIC/CGU/AGU, constante do processo 53000.064685/2011-40, de sorte a declarar frustrado o processo de seleção para outorga do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Balsas/MA, por meio do canal 219E, constante do Aviso de Habilitação nº 16, de 07/12/2011, bem como encaminhar os processos das entidades inabilitadas ao Setor de Arquivo, de acordo com o resultado final constante do Anexo deste, nos termos da legislação vigente, e das normas estabelecidas pela Portaria nº 420, de 14/09/2011.

GILBERTO KASSAB

ANEXO

PROPONENTE	TIPO	PROCESSO	RECURSO	PROPOSTA	CLASSIFICAÇÃO/ RESULTADO
UNIBALSAS EDUCACIONAL LTDA	II	53000.005528/2012-83	Apresentado. Ausência de formalidade legal. Não conhecido	Inabilitada	Indeferimento
FUNDAÇÃO FRANCISCO RODRIGUES SANCHO	II	53000.006749/2012-79	Não apresentado	Inabilitada	Indeferimento
FUNDAÇÃO PROFESSOR LUÍS ARRUDA SOUSA	II	53000.007465/2012-08	Apresentado. Intempestivo. Não conhecido	Inabilitada	Indeferimento

Legenda: I - Pessoa Jurídica de Direito Público Interno; II - Pessoa Jurídica de Natureza Privada.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800039

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO

GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

ATOS DE 15 DE MARÇO DE 2018

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado à(ao):

Nº 1.803 - CONDOMÍNIO CHACARAS MONTE BELO, CNPJ nº 48.988.364/0001-58;

Nº 1.818 - CONDOMÍNIO PORTO DE IBIÚNA, CNPJ nº 50.821.982/0001-50;

Expede autorização para exploração do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço à(ao):

Nº 1.805 - CONDOMÍNIO E EDIFÍCIO RESIDENCIAL PEDRA BRANCA, CNPJ nº 65.084.006/0001-30

SANDRO ALMEIDA RAMOS
Gerente

ATO Nº 1.873, DE 20 DE MARÇO DE 2018

Expede autorização à ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DE PARQUE DAS ARTES, CNPJ nº 03.844.524/0001-57 para exploração do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço.

SANDRO ALMEIDA RAMOS
Gerente

ATOS DE 21 DE MARÇO DE 2018

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado à(ao):

Nº 1.903 - DIANA BIOENERGIA AVANHANDAVA S.A., CNPJ nº 45.902.707/0001-21;

Expede autorização para exploração do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço à(ao):

Nº 1.929 - ASSOCIAÇÃO PARQUE RESIDENCIAL DAMHA IV, CNPJ nº 07.110.734/0001-72

SANDRO ALMEIDA RAMOS
Gerente

ATOS DE 23 DE MARÇO DE 2018

Expede autorização para exploração do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço à(ao):

Nº 2.102 - ASSOCIAÇÃO DO RESIDENCIAL JARDINS DE MONET, CNPJ nº 23.824.050/0001-99;

Nº 2.132 - JOSE GERALDO COIMBRA JACINTHO, CPF nº 301.494.078-07;
Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado à(ao):

Nº 2.097 - AGRO PECUÁRIA ZELIA BELLODI LTDA, CNPJ nº 08.299.263/0001-55

SANDRO ALMEIDA RAMOS
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DA BAHIA E SERGIPE

ATO Nº 1.833, DE 16 DE MARÇO DE 2018

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) CONCESSIONÁRIA BAHIA NORTE S/A, CNPJ nº 12.160.715/0001-90 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

HERMANO BARROS TERCIUS
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

ATOS DE 13 DE MARÇO DE 2018

Nº 1.629 - Processo nº 53500.008791/2018-89. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUAS DA PRATA, CNPJ 44.831.733/0001-43, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Águas da Prata/SP.

Nº 1.630 - Processo nº 53500.008792/2018-23. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TELEVISAO RECORD S.A, CNPJ 60.628.369/0001-75, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Águas da Prata/SP.

Nº 1.631 - Processo nº 53500.008793/2018-78. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, utilizando tecnologia digital, na localidade de Araras/SP.

Nº 1.632 - Processo nº 53500.008794/2018-12. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV STUDIOS DE RIBEIRAO PRETO LTDA, CNPJ 54.022.488/0001-87, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Araras/SP.

Nº 1.635 - Processo nº 53500.008797/2018-56. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SISTEMA M1 DE TELEDUCACAO LTDA, CNPJ 02.402.639/0001-29, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Itatiba/SP.

Nº 1.636 - Processo nº 53500.008798/2018-09. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, utilizando tecnologia digital, na localidade de Itu/SP.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATO Nº 1.849, DE 17 DE MARÇO DE 2018

Processo nº 53500.006668/2018-23. Declara extinta, por renúncia, a partir de 27/02/2018, a autorização outorgada à MCR TELECOM - EIRELI - ME, CNPJ/MF nº 23.884.788/0001-41, por intermédio do Ato n° 9025, de 25/05/2017, publicado no DOU de 07/06/2017, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATO Nº 1.897, DE 20 DE MARÇO DE 2018

Processo nº 53500.001010/2012-30. Extingue, por cassação, a autorização do Serviço de Comunicação Multimídia, expedida à Rodonir Paterno ME, inscrita no CNPJ/MF nº 08.976.809/0001-65, por meio do Ato nº 3820, de 05/07/2012, publicado no DOU de 13/07/2012, tendo em vista a perda de condição indispensável à manutenção da autorização, com fulcro nos arts. 133 e 139, da Lei nº 9.472, de 16/07/1997.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATO Nº 2.274, DE 27 DE MARÇO DE 2018

Altera o Plano Básico de Canais de Retransmissão de TV - PBRTV. Proc. 53500.066182/2017-63. Este Ato entra em vigor na data de publicação deste extrato no D.O.U, sua íntegra estará disponível no portal da Anatel.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

COMISSÃO TÉCNICA NACIONAL DE BIOSSEGURANÇA

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 5.836/2018

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 210ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em março/2018, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Este Processo POSSUI Informações Confidenciais (não presentes nesse parecer)

Processo: 01250.006303/2016-22

Requerente: Merck Sharp & Dohme Saúde Animal Ltda.

Assunto: Liberação Comercial de OGM

CQB: 013/97

Extrato Prévio: Extrato Prévio: 5444/17 publicado em 18/01/17

Decisão: DEFERIDO

A Merck Sharp & Dohme Saúde Animal Ltda. solicitou à CTNBio parecer técnico para as atividades de importação e comercialização do produto biológico de uso veterinário denomminado INNOVAX® ND-IBD - Vacina recombinante viva, contra as doenças de Marek, Newcastle e Gumboro.

No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a CTNBio concluiu que o presente pedido atende às normas e legislação pertinentes que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A CTNBio informa que o parecer na íntegra desse extrato consta do processo original e o público poderá solicitar informações complementares via SIC (Serviço de Informação ao Cidadão), disponível no sítio eletrônico do MCTIC.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 5.837/2018

Nº do Processo: 01250.068933/2017-71

Documento de Referência: Consulta sobre açúcar (2374483

Interessado: Associação das Empresas de Biotecnologia na Agricultura e Agroindústria - AGROBIO

Assunto: Consulta sobre o enquadramento legal do "açúcar" produzido a partir de cana de açúcar geneticamente modificada

Ementa: A AgroBio - Associação das Empresas de Biotecnologia na Agricultura e Agroindústria solicita manifestação técnica sobre o produto "açúcar" produzido a partir de cana de açúcar geneticamente modificada. Ante a aprovação do primeiro evento de cana de açúcar geneticamente modificada pela Comissão Técnica Nacional de Biossegurança, a AgroBio consulta a CTNBio para orientação legal de suas associadas quanto ao enquadramento legal do açúcar produzido pelas usinas a partir da matéria prima cana de açúcar GM. O presente documento examina o enquadramento técnico e legal do produto "açúcar" considerando as definições legais estabelecidas na Lei 11.105/2005 (Lei de Biossegurança).

Fundamentação Técnica:

A Associação das Empresas de Biotecnologia na Agricultura e Agroindústria - AgroBio, com sede na Rua Cubatão, nº 86, 9º andar - Conjunto 907, CEP 04013-000 - Vila Mariana, São Paulo/SP, apresenta, em nome dos seus associados, solicitação de "Decisão Técnica" da CTNBio sobre o entendimento quanto a aplicação da Lei de Biossegurança ao produto "açúcar", neste caso, produzido a partir de cana de açúcar geneticamente modificada CTC20BT, aprovada para uso comercial pela Comissão por meio do parecer técnico nº 5482/2017;

A AgroBio apresenta a caracterização do açúcar, denominado quimicamente como "sacarose" que se apresenta como um dissacarídeo; na consulta foi juntado laudo técnico comprovando a inexistência de ADN recombinante no açúcar produzido a partir da Cana CTC20BT;

A descrição do processo de produção do açúcar a partir de plantas de cana de açúcar, constante da consulta, reafirma a natureza comum da molécula de sacarose produzida;

Com base nos elementos técnicos apresentados na consulta, a AgroBio concluiu que o produto "açúcar", conforme caracterizado no documento, não apresenta as características de um Organismo Geneticamente Modificado ou de um derivado, devendo assim ser qualificado como uma "substância pura quimicamente definida", conforme estabelecido no parágrafo segundo do artigo 3º da Lei 11.105/2005.

Parecer Técnico:

A descrição do produto "açúcar" contido na consulta encaminhada, permite sua qualificação como "substância pura quimicamente definida", conforme estabelecido no parágrafo segundo do artigo terceiro da Lei 11.105/2005, pois se comprova a ausência do ADN recombinante e do organismo viável no produto;

Como consequência dessa qualificação, conclui-se que este produto "açúcar", não se enquadra no escopo da Lei de Biossegurança, estabelecido em seu artigo primeiro, e não é um organismo geneticamente modificado e nem um derivado deste, conforme estabelecido no artigo terceiro.

Na 210ª reunião ordinária, a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança concluiu, por unanimidade, que o produto "açúcar" produzido a partir de cana de açúcar geneticamente modificada é uma "substância pura, quimicamente definida", como estabelecido no parágrafo segundo do artigo terceiro da Lei de Biossegurança.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI
Presidente da Comissão

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800040

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CONSELHO NACIONAL DE CONTROLE DE EXPERIMENTAÇÃO ANIMAL

EXTRATO DE PARECER CONCEA Nº 18/2018

A Coordenadora do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal - CONCEA, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 5o, inc. II, da Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008; arts. 34 e 35 do Decreto nº 6.899, de 15 de julho de 2009; e Resolução Normativa nº 21, de 20 de março de 2015, torna público que o CONCEA apreciou e emitiu Parecer Técnico para o seguinte pedido de credenciamento:

Processo nº.: 01250.009382/2018-95 (570)

CNPJ: 08.814.347/0001-80 - MATRIZ

Razão Social: INSTITUTO METROPOLITANO DE EDUCAÇÃO E CULTURA LTDA.

Nome da Instituição: FACULDADE METROPOLITANA DE ANÁPOLIS - FAMA

Endereço da Instituição: Avenida Fernando Costa, n° 49 - Vila Jaiara - CEP: 75.064-780 - Anápolis/GO

Modalidade de solicitação: requerimento de credenciamento da instituição.

Decisão: DEFERIDO

CIAEP: 01.0514.2018

O CONCEA, após análise do pedido de credenciamento da instituição, concluiu pelo DEFERIMENTO, conforme o Parecer nº 18/2018/CONCEA/MCTIC.

A instituição apresentou todos os documentos conforme disposto na Resolução Normativa nº 21, de 20 de março de 2015, além de comprovar constituição de CEUA nos termos do art. 8° da Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008.

O CONCEA esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no País e das normas estabelecidas pelo CONCEA, aplicáveis ao objeto do requerimento.

MONICA L. ANDERSEN

EXTRATO DE PARECER CONCEA Nº 19/2018

A Coordenadora do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal - CONCEA, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 5o, inc. II, da Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008; arts. 34 e 35 do Decreto nº 6.899, de 15 de julho de 2009; e Resolução Normativa nº 21, de 20 de março de 2015, torna público que o CONCEA apreciou e emitiu Parecer Técnico para o seguinte pedido de credenciamento:

Processo nº.: 01250.015431/2018-29 (580)

CNPJ: 16.939.779/0001-45 - MATRIZ

Razão Social: LEMA BIOLOGIC DO BRASIL LTDA.

Nome da Instituição: ********

Endereço da Instituição: Avenida Mário Fonseca Viana, nº 800 - A; Lote 06, Quadra 01 - Angicos - CEP: 33.200-000 - Vespasiano/MG

Modalidade de solicitação: requerimento de credenciamento da instituição.

Decisão: DEFERIDO

CIAEP: 01.0515.2018

O CONCEA, após análise do pedido de credenciamento da instituição, concluiu pelo DEFERIMENTO, conforme o Parecer nº 19/2018/CONCEA/MCTIC.

A instituição apresentou todos os documentos conforme disposto na Resolução Normativa nº 21, de 20 de março de 2015, além de comprovar constituição de CEUA nos termos do art. 8° da Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008.

O CONCEA esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no País e das normas estabelecidas pelo CONCEA, aplicáveis ao objeto do requerimento.

MONICA L. ANDERSEN

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

DIRETORIA DE GESTÃO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHO DE 26 DE MARÇO DE 2018

716ª RELAÇÃO DE CREDENCIAMENTO - LEI 8.010/90

ENTIDADE	CREDENCIAMENTO	CNPJ
Fundação de Ciência e Tecnologia - CIENTEC	900.0026/1990	92.816.685/0001-67
Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ -	900.0060/1990	33.540.014/0001-57
Missão Salesiana de Mato Grosso/Universidade Católica Dom Bosco - UCDB	900.0328/1992	03.226.149/0015-87
Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento - LACTEC	900.0725/1998	01.715.975/0001-69

CLAUDIO DA SILVA LIMA
Diretor
Substituto

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

DESPACHO Nº 13/SEI-GES-ESTRATEGICO-DEJUR, DE 27 DE MARÇO DE 2018

O Presidente da EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, de acordo com suas atribuições legais, aprova e institui a prorrogação, por 90 (noventa) dias do PROGRAMA DE REALIZAÇÃO DE ACORDOS DA EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS (PRAECT - REFIS POSTAL), o qual foi publicado no DOU de 29/12/2017, Seção 1, e que possui o seguinte teor:

CAPÍTULO I

DO PROGRAMA DE REALIZAÇÃO DE ACORDOS DA EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS (PRAECT - REFIS POSTAL)

Art. 1° Fica instituído o Programa de Realização de Acordos da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (PRAECT - REFIS POSTAL), com observância das diretrizes expostas a seguir:

§1º Poderão ser objeto de Acordo, na forma do PRAECT, os créditos cíveis da ECT que estejam judicializados, cujos valores atualizados até o dia 06/04/2017 não ultrapassem a quantia de R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais).

§2º Não poderão ser objeto de Acordo, na forma do PRAECT, quaisquer valores pendentes de pagamento à ECT, vencidos ou vincendos, constituídos ou não, sejam decorrentes de contratos administrativos, comerciais ou quaisquer outras formas, inclusive títulos executivos, se ainda não judicializados.

§3º Não poderão ser objeto de Acordo, na forma do PRAECT, os créditos da ECT referentes a danos decorrentes de atos de improbidade administrativa, conforme dispõe o art. 17, §1º da Lei n° 8.429/92, bem como os valores cobrados pela ECT a título de legitimação extraordinária em ações civis cuja titularidade do direito seja de terceiros, ou ações que, de qualquer forma, a ECT atue como substituta processual ou interessada, inclusive Tomadas de Contas decorrentes de decisões proferidas pelo Tribunal de Contas da União.

§4º Não poderão ser objeto de Acordo, na forma do PRAECT, os créditos da ECT no âmbito tributário, previdenciário, inclusive os relativos a quaisquer discussões referentes a previdência privada (POSTALIS), bem como os créditos trabalhistas, inclusive os decorrentes de sanção disciplinar.

Art. 2º. O PRAECT terá vigência de 90 (noventa) dias contados a partir da publicação deste instrumento no Diário Oficial da União.

§1º. A área jurídica deverá ofertar o acordo nos casos elegíveis mediante comunicação dirigida as partes interessadas.

§2º. Na referida comunicação conterá cópia do inteiro teor deste programa, com advertência de que os interessados terão 15 (quinze dias) para aderir aos seus termos, mediante encaminhamento TERMO DE ADESÃO E INSTRUMENTO DE ACORDO devidamente preenchido (anexo I), indicando uma das modalidades de pagamento, conforme art. 3º.

§3º. A área de comunicação da ECT dará ampla divulgação ao PRAECT.

§4º. Qualquer interessado cujo processo seja elegível e que não tenha sido comunicado pela área jurídica da ECT poderá solicitar sua inclusão no PRAECT, mediante solicitação dirigida à área jurídica, com a indicação da modalidade de pagamento desejada, nos termos do art. 3º, dentro do prazo de vigência estabelecido no caput do art. 2º, sendo que referida solicitação será objeto de análise quanto a sua elegibilidade, podendo ser rejeitada caso não se enquadre nos critérios previstos no art. 1º.

§5º. Em nenhuma hipótese será aceito pedido de adesão formulado após o término da vigência do PRAECT.

§ 6º A adesão ao PRAECT implica:

I - a confissão irrevogável e irretratável dos débitos indicados para compor o PRAECT, nos termos dos art. 389 e art. 395 da Lei nº 13.105/15 (Código de Processo Civil), e a aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas neste Programa, bem como a renúncia expressa do direito de impugnar o crédito da ECT, solicitando o seu pagamento pela modalidade desejada;

II - o dever de pagar regularmente as parcelas dos débitos, sob pena de exclusão, conforme disposto no art. 9º.

CAPÍTULO II

DAS MODALIDADES DE LIQUIDAÇÃO DOS DÉBITOS

Art. 3° Os devedores poderão liquidar os débitos abrangidos pelo PRAECT mediante a opção por uma das seguintes modalidades:

I - pagamento à vista e em espécie do total do valor da dívida corrigida monetariamente, pelos índices da tabela da Justiça Federal, com redução de 90% (noventa por cento) dos juros de mora, acrescidos de honorários advocatícios de 10% (dez por cento);

II - parcelamento em até 60 (sessenta) vezes do valor da dívida corrigida monetariamente pelos índices da tabela da Justiça Federal, com redução de 50% (cinquenta por cento) dos juros de mora, acrescido de honorários advocatícios de 10% (dez por cento);

III - parcelamento em até 120 (cento e vinte) vezes do valor da dívida corrigida monetariamente pelos índices da tabela da Justiça Federal, com redução de 25% (vinte e cinco por cento) dos juros de mora, acrescido de honorários advocatícios de 10% (dez por cento).

§1° Poderá haver a isenção da cobrança da multa prevista nos contratos com clientes Estratégicos e Corporativos, desde que sejam atendidas as condições a seguir:

a) pedido formal do cliente solicitando a isenção da multa, com a apresentação de suas justificativas pelo atraso;

b) avaliação da solicitação e parecer conclusivo da área comercial em função do histórico de adimplência e perspectivas comerciais.

§2° não será concedido desconto de quaisquer outras multas que não aquelas previstas no §1° deste artigo.

§3° O valor das parcelas referentes aos incisos II e III será corrigido pela SELIC.

CAPÍTULO III

DA ADESÃO AO PRAECT

Art. 4° A adesão ao PRAECT dar-se-á mediante TERMO DE ADESÃO E INSTRUMENTO DE ACORDO (Anexo I) a ser protocolado pela parte interessada exclusivamente na respectiva sede Regional da ECT, localizada na correspondente jurisdição do Juízo em que tramite o feito, ou onde se encontra em tramite o processo administrativo em que haja sido constituída a dívida.

§1° Deverão ser formalizados TERMO DE ADESÃO E INSTRUMENTO DE ACORDO distintos para:

I - cada processo judicial.

§2º No TERMO DE ADESÃO E INSTRUMENTO DE ACORDO a parte interessada, ou seu representante legal com poderes específicos, deverá a confessar de forma irrevogável e irretratável os débitos, nos termos dos art. 389 e art. 395 da Lei nº 13.105/15 (Código de Processo Civil), bem como aceitar todas as condições estabelecidas neste Programa, além de renunciar expressamente o direito de impugnar o crédito da ECT, solicitando o seu pagamento pela modalidade desejada.

§3° Depois da formalização do requerimento de adesão, este será analisado pela área jurídica da respectiva regional, que deverá verificar sua conformidade com os termos do PRAECT, devendo aprová-lo ou rejeitá-lo e, no caso de aprovação, chancelar o TERMO DE ADESÃO E INSTRUMENTO DE ACORDO.

§4. A parte interessada que apresentar termo de adesão ao PRAECT autorizará, no próprio termo, sua homologação em Juízo, caso aprovado pela ECT, o que servirá como instrumento de acordo.

§5º No TERMO DE ADESÃO E INSTRUMENTO DE ACORDO a ECT será representada pelo advogado responsável pela ASJUR ou, na falta deste naqueles Estados em que não possuem ASJUR, pelo advogado com maior função, que deverá assinar o instrumento de acordo após a análise a que se refere o §3º deste artigo, levando-o para homologação em Juízo nos termos da alínea "c" do inciso III do art. 487 do CPC.

§6º Assinado o Termo de Acordo pela ECT, será expedido o boleto para pagamento, que deverá ser pago nas datas de vencimento, independentemente da data de homologação pelo Juízo.

§7º Caso rejeitado o requerimento, a parte interessada será comunicada pela área jurídica da ECT.

§8° No caso de pessoa jurídica, o requerimento de adesão deverá ser formulado em nome do estabelecimento matriz, pelo responsável perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

§9° A adesão ao PRAECT implica manutenção automática dos gravames decorrentes de arrolamento de bens, de medida cautelar ou qualquer outra ação judicial.

§10° A confissão e a renúncia de que trata o §2º não eximem os devedores que aderirem ao PRAECT ao pagamento de honorários aos advogados da ECT, conforme previsto no art. 3º.

§11º O pedido de adesão ao PRAECT, formulado pelos devedores, é irrevogável e irretratável.

§12º A ECT não pagará honorários aos advogados dos devedores que aderirem ao PRAECT.

§13º Os honorários advocatícios a que se referem o art. 3º, são devidos aos advogados empregados da ECT.

§14º Todas as despesas processuais ficarão a cargo dos devedores que aderirem ao PRAECT.

Art. 5° Os depósitos em espécie vinculados aos débitos a serem pagos ou parcelados na forma do PRAECT serão automaticamente transformados em pagamento definitivo ou convertidos em renda da ECT, até o montante necessário para quitação da dívida.

CAPÍTULO IV

DO PAGAMENTO

Art. 6° Para pagamento à vista ou parcelamento dos débitos relativos à adesão ao PRAECT deverá ser realizado mediante boletos a serem disponibilizados pela VIPAD/CEFIN.

§1º No caso de parcelamento, os honorários advocatícios também serão parcelados, incidindo no importe de 10% sobre cada um dos pagamentos.

§2º A VIPAD/CEFIN providenciará o depósito dos valores pagos a título de honorários em conta específica para esse fim, com destinação aos advogados empregados da ECT.

§3º A VIPAD/CEFIN controlará a adimplência dos pagamentos, comunicando a área jurídica regional responsável em caso de inadimplência para fins de rescisão nos termos do art. 9º.

CAPÍTULO V

DA CONSOLIDAÇÃO DOS DÉBITOS A SEREM PARCELADOS

Art. 7° A dívida a ser parcelada será consolidada na data do requerimento de adesão ao PRAECT, apurados conforme os respectivos créditos da ECT judicializados, com a consequente aplicação à modalidade a que o interessado se enquadre.

Art. 8° O valor mínimo de cada prestação mensal das modalidades de parcelamento previstas no art. 3º será de:

I - R$ 200,00 (duzentos reais), quando o devedor for pessoa física; e

II - R$ 1.000,00 (mil reais), quando o devedor for pessoa jurídica.

§1° A primeira prestação mensal vencerá no último dia útil do mês subsequente ao da adesão e, as demais parcelas mensais, vencerão no último dia útil de cada mês.

§2° O valor de cada prestação mensal, por ocasião do pagamento, será acrescido de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir do mês subsequente ao da adesão até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado.

CAPÍTULO VI

DA EXCLUSÃO DO PRAECT

Art. 9. A exclusão do devedor do PRAECT, implicará na exigibilidade imediata da totalidade do débito confessado e ainda não pago e automática execução da garantia prestada, quando ocorrer:

I - a falta de pagamento de 3 (três) parcelas;

II - a constatação de qualquer ato tendente ao esvaziamento patrimonial do interessado como forma de fraudar o cumprimento do parcelamento;

III - a decretação de recuperação judicial, falência ou extinção, pela liquidação, da pessoa jurídica optante;

Parágrafo único. Na hipótese de exclusão do devedor do PRAECT:

I - será apurado o valor original do débito corrigido monetariamente pelo índice da Justiça Federal, com incidência dos acréscimos legais, multa e juros, até a data da rescisão, cancelando-se todos os descontos concedidos e aplicando-se multa rescisória de 10%;

II - serão deduzidas do valor referido no inciso I as parcelas pagas em espécie, com acréscimos legais, até a data da rescisão.

III - O instrumento de acordo homologado servirá como título executivo judicial.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10. A inclusão de débitos nos parcelamentos de que trata esta Política de Acordo não implica novação de dívida.

Art. 11. A área de comunicação dará ampla divulgação do PRAECT nas mídias.

Art. 12. O prazo do art. 2º, §1º, poderá ser prorrogado por igual período por uma vez, salvo deliberação, por maior período, pela Diretoria Executiva.

Art. 13. O PRAECT entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT

ANEXO I

TERMO DE ADESÃO E INSTRUMENTO DE ACORDO

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA ADESÃO

1. _____, (qualificação completa), doravante denominada OPTANTE, requeiro minha adesão ao PROGRAMA DE REALIZAÇÃO DE ACORDOS (PRAECT - REFIS POSTAL) DA EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, doravante denominada ECT, Empresa Pública Federal, instituída nos moldes do Decreto-Lei n° 509/69, com estatuto social aprovado pelo Decreto nº 8.016/13, inscrita no CNPJ sob o n° 34.028.316/0001-03, com sede no SBN, Conjunto 3, Bloco A, Edifício Sede dos Correios, CEP: 70002-900, Brasília/DF.

1.1 O presente termo de adesão é irrenunciável e irretratável e servirá como instrumento de acordo para ser homologado em Juízo como acordo nos termos do art. 487, I, b, da Lei nº 13.105/15 (Código de Processo Civil) c/c Lei n° 9.469/97.

1.2 a OPTANTE declara que os signatários desde pedido tem poderes para confessar, transigir e renunciar o direito, conforme instrumento de procuração anexo (anexar procuração).

CLÁUSULA SEGUNDA - DO DÉBITO

2. A presente adesão refere-se ao débito de R$ _____ (indicar cobrado pela ECT), referente ao processo n°_____ (indicar o número do processo judicial, do processo administrativo, da carta de cobrança emitida pela ECT), em trâmite na _____ (indicar a Vara ou Tribunal em que o processo tramita ou área administrativa da ECT);

CLÁUSULA TERCEIRA - DA MODALIDADE DE PAGAMENTO

3. A OPTANTE solicita o pagamento do seu débito na modalidade abaixo indicada, bem como confessa irrevogável e irretratavelmente o valor devido, nos termos dos art. 389 e art. 395 da Lei nº 13.105/15 (Código de Processo Civil), aceitando todas as condições estabelecidas no PRAECT - REFIS POSTAL, nos termos do regulamento publicado em Diário Oficial, além de renunciar expressamente o direito de impugnar o crédito da ECT.

( ) I - pagamento à vista e em espécie do total do valor da dívida corrigida monetariamente, pelos índices da tabela da Justiça Federal, com redução de 90% (noventa por cento) dos juros de mora, acrescidos de honorários advocatícios de 10% (dez por cento);

( ) II - parcelamento em até ___ vezes (máximo de 60) do valor da dívida corrigida monetariamente pelos índices da tabela da Justiça Federal, com redução de 50% (cinquenta e cinco por cento) dos juros de mora, acrescido de honorários advocatícios de 10% (dez por cento);

( ) III - parcelamento em até ___ vezes (mínimo de 61 e máximo de 120) do valor da dívida corrigida monetariamente pelos índices da tabela da Justiça Federal, com redução de 25% (vinte e cinco por cento) dos juros de mora, acrescido de honorários advocatícios de 10% (dez por cento);

3.1 Poderá haver a isenção da cobrança da multa prevista nos contratos com clientes Estratégicos e Corporativos, desde que sejam atendidas as condições a seguir:

a) pedido formal do cliente solicitando a isenção da multa, com a apresentação de suas justificativas pelo atraso;

b) avaliação da solicitação e parecer conclusivo da área comercial em função do histórico de adimplência e perspectivas comerciais.

( ) solicito o desconto da multa por me enquadrar no item 3.1

3.1.1 Não será concedido desconto de quaisquer outras multas que não aquelas previstas no item 3.1

3.1.2 O valor de casa prestação mensal referentes às opções II e III, por ocasião do pagamento, será acrescido de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir do mês subsequente ao da adesão até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado.

3.1.3 No caso de parcelamento, os honorários advocatícios também serão parcelados, incidindo no importe de 10% sobre cada um dos pagamentos.

CLÁUSULA QUARTA - DA AUTORIZAÇÃO PARA CONSOLIDAÇÃO DO DÉBITO

4. A OPTANTE autoriza a ECT a consolidar a dívida, corrigindo-a monetariamente, conforme modalidade acima indicada, bem como acrescê-la do pagamento de honorários advocatícios;

4.1 A ECT não pagará honorários aos advogados da OPTANTE;

4.2 Todas as despesas processuais ficarão a cargo da OPTANTE;

4.3 A ECT expedirá boleto para pagamento da dívida consolidada, na modalidade escolhida, que deverá ser pago, desde já, pela OPTANTE, nas datas de vencimento que constarão do título, independentemente da data de homologação pelo Juízo.

CLÁUSULA QUINTA - DOS GRAVAMES E DEPÓSITOS

5.1 Caso existam, a OPTANTE requer a manutenção dos gravames decorrentes de arrolamento de bens, de medida cautelar ou qualquer outra ação judicial até a quitação da dívida.

5.2 Caso existam, a OPTANTE autoriza que os depósitos em espécie vinculados aos débitos a serem pagos ou parcelados na forma do PRAECT sejam automaticamente transformados em pagamento definitivo ou convertidos em renda da ECT, até o montante necessário para quitação da dívida;

CLÁUSULA SEXTA - DA EXCLUSÃO

6. A exclusão da OPTANTE, implicará na exigibilidade imediata da totalidade do débito confessado e ainda não pago, bem como a automática execução da garantia prestada, caso existente, quando ocorrer:

I - a falta de pagamento de 3 (três) parcelas;

II - a constatação de qualquer ato tendente ao esvaziamento patrimonial do interessado como forma de fraudar o cumprimento do parcelamento;

III - a decretação de recuperação judicial, falência ou extinção, pela liquidação, da pessoa jurídica optante;

6.1. Na hipótese de exclusão do OPTANTE do PRAECT:

I - será apurado o valor original do débito corrigido monetariamente pelo índica da Justiça Federal, com incidência dos acréscimos legais, multa e juros, até a data da rescisão, cancelando-se todos os descontos concedidos e aplicando-se multa rescisória de 10%;

II - serão deduzidas do valor referido no inciso I as parcelas pagas em espécie, com acréscimos legais até a data da rescisão.

III - o instrumento de acordo homologado servirá como título executivo judicial.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

7. O presente termo de adesão e instrumento de acordo não implica novação de dívida;

7.1 Aprovado o termo de adesão e instrumento de acordo pela ECT, consolidada a dívida e expedido o boleto, seus advogados o subscreverão, e o encaminharão para homologação no Juízo competente.

GUILHERME CAMPOS JÚNIOR

SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

PORTARIA Nº 1.411/SEI, DE 22 DE MARÇO DE 2018

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 74 do Capítulo IV do Anexo IV da Portaria nº 5.184, de 14 de novembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 16 de novembro de 2016, observado o disposto no art. 29 da Portaria nº 366, de 14 de agosto de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 15 de agosto de 2012, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53900.002465/2016-93, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 5480/2018/SEI-MCTIC, resolve:

Art. 1º Transferir à Kairós Comunicação Amazônia Legal Ltda., a autorização para executar o serviço de retransmissão de televisão, visando à retransmissão dos sinais gerados por Rede Mulher de Televisão Ltda, mediante utilização do canal 07+ (sete decalado para mais), em caráter primário, no município de Marabá, estado de Pará, autorização essa outorgada inicialmente à RTP - Rede de Televisão Paraense Ltda, nos termos da Portaria no 1057 de 6 de dezembro de 1994, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. de 15 de dezembro de 1994.

Parágrafo único. A execução do serviço, cuja transferência está sendo autorizada por esta Portaria, reger-se-á pelo Decreto no 5.371, de 17 de fevereiro de 2005.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MOISÉS QUEIROZ MOREIRA

DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO

COORDENAÇÃO-GERAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

PORTARIA Nº 1.118/SEI, DE 9 DE MARÇO DE 2018

A COORDENADORA-GERAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA, DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO, DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 76,parágrafo 6°, inciso VI, do Regimento Interno do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, aprovado pela Portaria nº 1729, de 31 de março de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 04 de abril de 2017 e considerando o Processo Administrativo nº 01250.007525/2018-24, resolve:

Art. 1º Autorizar a Agência de Desenvolvimento de Mallet, a transferir o local de instalação do sistema irradiante da Rua João Pessoa, n° 683 - Centro para a :Estrada do Parque Industrial, s/n° - Ronda, na localidade de Mallet / PR. A entidade foi autorizada pela Portaria de Autorização n° 566/2005 publicada no Diário Oficial da União em 23 de novembro de 2005, a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária. O referido ato de autorização foi deliberado pelo Congresso Nacional, conforme Decreto Legislativo nº 76/2008, publicado no Diário Oficial da União em 29 de fevereiro de 2008, conforme consta nos autos do Processo de Autorização n° 53000.025839/2003.

Parágrafo único. O sistema irradiante da estação transmissora da entidade, em razão do disposto no caput, localizar-se-á nas coordenadas geográficas com latitude em 25°52'22"S e longitude 50°49'32"W.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

INALDA CELINA MADIO

PORTARIA Nº 1.192/SEI, DE 9 DE MARÇO DE 2018

A COORDENADORA-GERAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA, DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO, DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 76,parágrafo 6°, inciso VI, do Regimento Interno do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, aprovado pela Portaria nº 1729, de 31 de março de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 04 de abril de 2017 e considerando o Processo Administrativo nº 01250.006914/2018-32, resolve:

Art. 1º Autorizar a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Marialva, a transferir o local de instalação do sistema irradiante da Avenida Cristóvão Colombo, n° 1088 - Centro para a Rua Papa João XXIII, n°355, Sala 04 - Centro, na localidade de Marialva / PR. A entidade foi autorizada pela Portaria de Autorização n° 2296/2002 publicada no Diário Oficial da União em 05 de novembro de 2002, a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária. O referido ato de autorização foi deliberado pelo Congresso Nacional, conforme Decreto Legislativo nº 790/2004, publicado no Diário Oficial da União em 08 de novembro de 2004, conforme consta nos autos do Processo de Autorização n° 53740.000053/1999.

Parágrafo único. O sistema irradiante da estação transmissora da entidade, em razão do disposto no caput, localizar-se-á nas coordenadas geográficas com latitude em 23°29'02"S e longitude 51°47'48"W.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

INALDA CELINA MADIO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800042

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL

DESPACHO Nº 477/SEI, DE 26 DE MARÇO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no artigo 10, § 2º, do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, com a redação dada pelo Decreto nº 8.061, de 29 de julho de 2013, e no artigo 2º da Portaria MCTIC nº 2.992, de 26 de maio de 2017, e considerando o que consta no Processo nº 01250.017135/2018-62, resolve:

Homologar o desligamento do sinal e a respectiva devolução do canal analógico 48 (quarenta e oito) à União, a partir de 26 de março de 2018, da entidade SISTEMA TV PAULISTA LTDA, autorizatária do serviço de retransmissão de televisão, em caráter primário, no município de SÃO LUÍS/MA. Após o desligamento da transmissão analógica, a programação da emissora deixará de ser exibida no canal analógico, podendo ser transmitida em seu lugar a cartela informativa, permanentemente, pelo prazo de 30 (trinta) dias a contar da data do desligamento, sendo que a programação concebida pela referida entidade, doravante, será transmitida, apenas, no canal digital 49 (quarenta e nove), consignado por intermédio da Portaria nº 509, de 23 de abril de 2012, publicada no Diário Oficial da União em 28 de maio de 2012.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

PORTARIA Nº 1.251/SEI, DE 13 DE MARÇO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 2º, da Portaria nº 1.862, de 6 de abril de 2017, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.003559/2013-81, resolve:

Art. 1º Consignar à FUNDAÇÃO PARAENSE DE RADIODIFUSÃO - FUNTELPA, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de Cachoeira do Arari/PA, o canal 42 (quarenta e dois), correspondente à faixa de frequência de 638 a 644 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

DESPACHO Nº 387/SEI, DE 27 DE MARÇO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso de suas atribuições, tendo em vista o que consta do processo n.º 01250.060075/2017-17, especialmente da Nota Técnica n.º 6007/2018/SEI-MCTIC, resolve:

Conhecer o recurso administrativo interposto pela RÁDIO CIDADE DE MARACAJU LTDA. - ME, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Maracaju, estado do Mato Grosso do Sul, contra a decisão de indeferimento do pedido de aprovação dos locais de instalação e autorização para utilização de equipamentos, para no mérito, negar-lhe provimento, em decorrência do não atendimento ao disposto no art. 109, inciso IV, da Portaria nº 957/GC3 de 9 de julho de 2015. do Ministério da Defesa - Comando da Aeronáutica.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

DESPACHO Nº 1.391/SEI, DE 4 DE AGOSTO DE 2016

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo IV, art. 72, § 1º, inciso V, da Portaria n.º 143, de 9 de março de 2012, e considerando o que consta no processo n.º 53900.015478/2015-41, resolve:

Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, da TERRA FM LTDA, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de São Geraldo do Araguaia-PA, utilizando o canal n.º 203 (duzentos e três), classe C, nos termos da Nota Técnica nº 11523/2016/SEI-MC.

AUGUSTO CESAR DA COSTA BARROS

COORDENAÇÃO-GERAL PÓS DE OUTORGAS

DESPACHO Nº 143/SEI, DE 6 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE PÓS-OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 4º, inciso III, da Portaria n.° 1.729, de 31 de março de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.000049/2018-11, resolve:

Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, da RÁDIO SEABRA FM LTDA., permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Seabra-BA, utilizando o canal n.º 270 (duzentos e setenta), classe B2, nos termos da Nota Técnica n.º 1908/2018/SEI-MCTIC.

ALTAIR DE SANTANA PEREIRA

DESPACHO Nº 456/SEI, DE 26 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE PÓS-OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 4º, inciso III, da Portaria n.° 1.729, de 31 de março de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.070849/2017-18, resolve:

Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, da CULTURA COMUNICAÇÕES LTDA, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de LINHARES/ES, utilizando o canal n.º 277 (duzentos e setenta e sete), classe A2, nos termos da Nota Técnica n.º 6293/2018/SEI-MCTIC.

ALTAIR DE SANTANA PEREIRA

DESPACHO Nº 460/SEI, DE 26 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE PÓS-OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 4º, inciso III, da Portaria n.° 1.729, de 31 de março de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.066429/2017-37, resolve:

Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, da FUNDAÇÃO CULTURAL NOSSA SENHORA DA GUIA, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de PATOS/PB, utilizando o canal n.º 250 (duzentos e cinquenta), classe A4, nos termos da Nota Técnica n.º 6396/2018/SEI-MCTIC.

ALTAIR DE SANTANA PEREIRA

Ministério da Cultura

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA

DIRETORIA COLEGIADA

SUPERINTENDÊNCIA DE FOMENTO

COORDENAÇÃO DE ANÁLISE DE DIREITOS

DESPACHO Nº 930-E, DE 27 DE MARÇO DE 2018

A COORDENADORA DE ANÁLISE DE DIREITOS da ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria n° 01-E, publicada em D.O.U. em 21/02/2018; e em cumprimento ao disposto na Lei n o 8.685, de 20 de julho de 1993, na Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, no Decreto nº 4.456, de 04 de novembro de 2002, e considerando o inciso II do art. 31 da Resolução de Diretoria Colegiada nº 59 da ANCINE, decide:

Art. 1º Aprovar os projetos audiovisuais relacionados abaixo, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos das leis indicadas, cujo prazo de captação se encerra em 31/12/2019.

18-0196 OPERAÇÃO BATOM NA CUECA.
Processo: 01416.002272/2018-62
Proponente: ESCARLATE CONTEÚDO AUDIOVISUAL E EXPERIENCIAS CRIATIVAS LTDA - ME.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 13.029.754/0001-16
Valor total aprovado: R$ 4.902.000,00
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 212.000,00
Banco: 001 - agência: 525-8 conta corrente: 34679-9
18-0197 VITRINE: ARTE E CULTURA.
Processo: 01416.002368/2018-21
Proponente: OXIDAR PRODUCOES LTDA.
Cidade/UF: Caxias do Sul / RS
CNPJ: 27.945.974/0001-02
Valor total aprovado: R$ 270.000,00
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 256.500,00
Banco: 001 - agência: 1801-5 conta corrente: 36179-8
18-0199 BERNA, CHICA, TÊRA, RITA E A RAINHA.
Processo: 01416.002599/2018-34
Proponente: CHÁ CINEMATOGRÁFICO DE SP LTDA - ME.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 15.316.382/0001-34
Valor total aprovado: R$ 699.460,00
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 664.487,00
Banco: 001 - agência: 7003-3 conta corrente: 8006-3
18-0200 O FUTURO DA MODA.
Processo: 01416.002693/2018-93
Proponente: SAMBAQUI CULTURAL CINE VÍDEO LTDA.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 00.508.766/0001-81
Valor total aprovado: R$ 1.268.570,40
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.205.141,88
Banco: 001 - agência: 3100-3 conta corrente: 10307-1
18-0201 #CULTURADAAMAMENTACAO.
Processo: 01416.002724/2018-14
Proponente: CÁ ENTRE NÓS PRODUÇÕES.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 10.748.799/0001-52
Valor total aprovado: R$ 512.831,60
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 300.000,00
Banco: 001 - agência: 3560-2 conta corrente: 26942-5
18-0203 CLUBE DA GULA.
Processo: 01416.002728/2018-94
Proponente: TRANSBORDA PRODUÇÕES CULTURAIS LTDA - ME.
Cidade/UF: Brasília / DF
CNPJ: 21.102.411/0001-68
Valor total aprovado: R$ 4.920.550,00
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.674.500,00
Banco: 001 - agência: 3477-0 conta corrente: 55437-5
18-0204 ÁGUA DE MINAS.
Processo: 01416.002802/2018-72
Proponente: RGB FILMES LTDA - ME.
Cidade/UF: Poços de Caldas / MG
CNPJ: 07.591.442/0001-07
Valor total aprovado: R$ 980.100,00
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 931.095,00
Banco: 001 - agência: 0309-3 conta corrente: 63740-8
18-0205 MÃES OBSCURAS DE TODAS NÓS.
Processo: 01416.002157/2018-98
Proponente: QUEROQUERO CINEMA LTDA.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 15.242.888/0001-46
Valor total aprovado: R$ 441.842,00
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 419.749,90
Banco: 001 - agência: 0598-3 conta corrente: 47590-4
18-0206 A FENDA - MULHERES EM UMA TERCEIRA PÁTRIA.
Processo: 01416.001663/2018-60
Proponente: ELO AUDIOVISUAL SERVIÇOS LTDA.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 07.700.630/0001-18
Valor total aprovado: R$ 812.152,00
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 771.544,40
Banco: 001 - agência: 4328-1 conta corrente: 2944-0
18-0207 BM EM AÇÃO.
Processo: 01416.028655/2017-80
Proponente: CASA DE CRIAÇÃO COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA.
Cidade/UF: Porto Alegre / RS
CNPJ: 04.274.789/0001-20
Valor total aprovado: R$ 108.080,00
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 102.080,00
Banco: 001 - agência: 2822-3 conta corrente: 33680-7
18-0208 LUA CRESCENTE.
Processo: 01416.002246/2018-34
Proponente: GIROS PROJETOS AUDIOVISUAIS LTDA.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 04.661.796/0001-84
Valor total aprovado: R$ 6.047.466,21
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 4.000.000,00
Banco: 001 - agência: 3519-X conta corrente: 23925-9
Valor aprovado no Art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.745.092,89
Banco: 001 - agência: 3519-X conta corrente: 23926-7
18-0209 RETRATO DE FAMÍLIA.
Processo: 01416.002709/2018-68
Proponente: CINESTROIKA PRODUÇÕES CINEMATOGRÁFICAS LTDA.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 24.867.084/0001-23
Valor total aprovado: R$ 80.000,00
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 76.000,00
Banco: 001 - agência: 4328-1 conta corrente: 2943-2

Art. 2º Aprovar o projeto audiovisual relacionado abaixo, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos nos termos das leis indicadas, cujo prazo de captação se encerra em 31/12/2020.

18-0202 ATLETAS DE TERNO E GRAVATA.
Processo: 01416.002726/2018-03
Proponente: TRATOR FILMES LTDA.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 08.164.917/0001-33
Valor total aprovado: R$ 460.000,00
Valor aprovado no Art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 437.000,00
Banco: 001 - agência: 4306-0 conta corrente: 15394-X

Art. 3º Aprovar a troca de titularidade de "ACERE PRODUÇÃO ARTÍSTICA E CULTURAL LTDA." para "FILMES DO INTERIOR PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS LTDA-ME" do projeto audiovisual relacionado abaixo, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos nos termos dos artigos indicados.

17-0128 - Os Bacaninhas
Processo: 01416.010097/2016-15
Proponente: FILMES DO INTERIOR PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS LTDA-ME
Cidade/UF: Goiânia/GO
CNPJ: 27.795.226/0001-82
Valor total aprovado: R$ 6.999.870,57
Valor aprovado no Art. 1ºA da Lei nº. 8.685/93: de R$ 4.000.000,00 para R$ 3.649.870,57
Banco: 001- agência: 4148-3 conta corrente: 23925-9
Prazo de captação: até 31/12/2019

Art. 4º Este Despacho Decisório entra em vigor na data de sua publicação.

CAROLINA BRASIL ROMÃO E SILVA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800043

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL

PORTARIA Nº 38, DE 27 DE MARÇO DE 2018

A PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto da Entidade, aprovado pelo Decreto nº 8.297, de 15 de agosto de 2014, publicado no Diário Oficial da União de 18 de agosto de 2014, e o disposto no Decreto nº. 7.133, de 19 de março de 2010, publicado no Diário Oficial da União de 22 de março de 2010. Resolve:

Art. 1º Publicar o atingimento das metas globais, consideradas no oitavo ciclo de avaliação institucional, na conformidade do art. 5º, § 8º do Decreto nº. 7.133 de 2010, na forma do Anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELENA SEVERO

Metas Institucionais Alcançadas
8º Ciclo

Exercício: 2017

Metas Globais	Indicadores	Unidade de Medida	Quantitativo de Referência	% Previsto p/GDAC	Quantitativo Alcançado	% Alcançado
Cultura: Preservação, Promoção e Acesso						
Preservação de Acervos Culturais	Preservação, Identificação e Inventário de Acervos Culturais	Bem Preservado	1.400.000	75%	1.592.926	113%
	Fórmula de Cálculo: Percentual de bens preservados.					
Fomento à Criação e Difusão Literária e Científica	Fomento à Criação e Difusão Literária e Científica da Biblioteca Nacional	Projeto Apoiado	50	70%	85	179%
	Fórmula de Cálculo: Percentual de projetos apoiados					

OBSERVAÇÃO:
O percentual previsto para avaliação da GDAC, em cada Meta Global foi atingido.

SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 220, DE 27 DE MARÇO DE 2018

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Aprovar o(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
180746 - I TERTULHÃO CULTURAL, E XIII ENCONTRO DE GAITEIROS
INSTITUTO HUMANIZA
CNPJ/CPF: 14.164.259/0001-82
Processo: 01400004735201808
Cidade: Barracão - RS;
Valor Aprovado: R$ 134.125,00
Prazo de Captação: 28/03/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O projeto prevê a realização de festival com apresentação de escolas de danças tradicionalista da região, representando diversas culturas como: polonesa, italiana e gaúcha. Além disso, a apresentação da orquestra Sanfoclássica de Campos Novos, e a realização de encontro de Gaiteiros, pelo qual reúne gaiteiros da região sul do país, demonstrando a arte da música instrumental.
180757 - A Arte de Contar História
LUSIRENE MENDES DOS SANTOS NASCIMENTO 16199360893
CNPJ/CPF: 28.998.703/0001-70
Processo: 01400004748201879
Cidade: Santa Cruz do Rio Pardo - SP;
Valor Aprovado: R$ 223.721,00
Prazo de Captação: 28/03/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O projeto consiste em uma proposta de contação de histórias em escolas para alunos de diferentes faixas etárias.
180712 - A Floresta Desencantada
Ricardo Gamba ME
CNPJ/CPF: 24.904.089/0001-89
Processo: 01400004657201833
Cidade: Santo André - SP;
Valor Aprovado: R$ 3.703.538,56
Prazo de Captação: 28/03/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: A Floresta Desencantanda é um projeto de montagem e temporada de três meses de espetáculo teatral musical infanto juvenil. O Espetáculo trata do tema Meio Ambiente e o papel social do ser humano diante do desmatamento e aquecimento global. Através de elementos lúdicos discutir temas transversais sobre preservação e sustentabilidade.
180743 - Atos e PalhaÇos ArteHumanizAÇÃO
Aldo Hayrton Dezan
CNPJ/CPF: 109.492.048-70
Processo: 01400004732201866
Cidade: Votuporanga - SP;
Valor Aprovado: R$ 141.355,00
Prazo de Captação: 28/03/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Realizaremos espetáculos de Teatro/ circo, com muita música, dança, mimica, malabares, contos e principalmente cloWns, utilizando a linguagem do palhaço circense,as quais estudo e sou pesquisador desde 2003 quando ainda morava em São Paulo, capital. De volta pra casa (interior), segui este mesmo formato em quatro hospitais públicos na região de Votuporanga-São José do Rio Preto-Barretos/SP, desde dezembro de 2008, sempre com uma excelente resposta, aceitação econfiança das crianças internadas, familiares e acompanhantes e de toda equipe de profissionais que nos assistem nas instituições onde atuamos. Em 2018, faremos 10 anos que levantamos trabalhos na região noroeste do estado de São Paulo.
180736 - Carnaval de São Leopoldo 2019 - Desfile de Rua
DOWNLOAD PRODUTORA DE EVENTOS E MARKETING LTDA. EEP
CNPJ/CPF: 17.603.449/0001-47
Processo: 01400004725201864
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Aprovado: R$ 400.281,60
Prazo de Captação: 28/03/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O Projeto Carnaval de São Leopoldo 2019 - Desfile de Rua, busca a estruturação do maior espetáculo carnavalesco do vale dos sinos, no Estadodo Rio Grande do Sul, têm buscado um crescimento sustentado ao longo dos anos, desprendendo-se cada vez mais da dependência do poder público municipal, do ponto de vista do fomento. Uma vez que a cada ano as escolas de samba da cidade tem buscado dialogar com um carnaval para além do espetáculo, construindo um conjunto de ações que estruturam a cadeia produtiva que gira em torno do espetáculo. Por isso nosso projeto tem buscado investir diretamente nas entidades carnavalescas para a confecção de alegorias e fantasias e ainda ajudar na infraestrutura do evento.
180750 - DE CÁ PRÁ LÁ - Los Lobos Bobos - Pescadora de Ilusão - NA RUA.
NELCI DA ROSA
CNPJ/CPF: 616.431.228-00
Processo: 01400004740201811
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 299.494,67
Prazo de Captação: 28/03/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Diante de um mundo em transformação, a EDUCAÇÃO é uma ferramenta que nos auxilia a refletir e melhorar a realidade ao redor. É nisso que o projeto aposta ao promover itinerância de (02) espetáculos musicais de alto valor cultural por (10) dez cidades do interior do Estado de São Paulo com o objetivo de educar através da arte teatral. O espetáculo adulto "LOS LOBOS BOBOS" homenageia o poeta Adoniram Barbosa e o infantil "PESCADORA DE ILUSÃO" homenageia Clarice Lispector. Antes de cada récita uma "Palestra Educativa" irá introduzi os espectadores no universo dos ARTISTAS homenageados. A oficina "A Arte do Fazer Arte, Viver e Rir" é oferecida pela trupe para os artistas de todas as cidades que acolherem o projeto. Os espetáculos serão apresentados em praça pública e com ingressos gratuitos. Teremos tradutor de libras para ajudar na acessibilidade.
180725 - Festival Hip Hop Intensive Manaus
Edgar
CNPJ/CPF: 218.904.488-00
Processo: 01400004675201815
Cidade: Manaus - AM;
Valor Aprovado: R$ 269.727,20
Prazo de Captação: 28/03/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O Festival Hip Hop Intensive Manaus é um festival de danças urbanas de caratér competitivo e não competitivo. Foi idealizado em 2013 com a intensão de promover eventos voltados exclusivamente as danças urbanas. Com o crescimento dessa arte em vários lugares do Brasil, tivemos a ideia de proporcionar um evento desse estilo e também trazendo os melhores profissionais do Brasil, fazendo assim o crescimento dessa modalidade no estado do Amazonas.
180758 - MORLA, um nome para ser escrito em Neon
Purpurina Produções Cinematográficas Ltda ME
CNPJ/CPF: 04.797.730/0001-16
Processo: 01400004749201813
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 259.811,00
Prazo de Captação: 28/03/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Exececução, montagem, manutenção de temporada do espetáculo teatral"MORLA, um nome para ser escrito em neon".O projeto prevê dois meses de temporada na cidade de São Paulo em teatro a definir, no segundo semestre de 2018.
180737 - Mostra Internacional , Residência Artística e Intercambio Cultural no FIT-BH 2018
CIRC - Centro Internacional de Referência do Circo
CNPJ/CPF: 12.157.714/0001-97
Processo: 01400004726201817
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 1.073.406,00
Prazo de Captação: 28/03/2018 à 23/09/2018
Resumo do Projeto: O Festival Internacional de Teatro Palco & Rua de Belo Horizonte, publicamente reconhecido como uma das mais importantes ações voltadas para o setor de Artes Cênicas na capital mineira, chega em 2018 à sua 14ª edição. Com uma programação descentralizada, o FIT-BH 2018 será conceitualmente estruturado sobre quatro eixos principais: difusão, formação, reflexão e intercâmbio. Este projeto específico é uma parte integrante da programação do FIT-BH como um todo. Este recorte comprende a Mostra Internacional, o Residencia Artística e o Intercambio Cultural dentro da programação geral do FIT-BH 2018.
180742 - SE ESSA PRAÇA FOSSE MINHA
PE DE VENTO PRODUCOES LTDA - ME
CNPJ/CPF: 18.796.399/0001-24
Processo: 01400004731201811
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 140.509,00
Prazo de Captação: 28/03/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Se Essa Praça Fosse Minha é um festival artístico multilinguagem que acontece nas praças e tem como proposta valorizar e fortalecer a cultura regional. O evento irá circular por 5 diferentes praças de cidades da Baixada Fluminense do Rio de Janeiro. Em cada cidade, serão convidados 9 artistas/grupos da região que pra compor a programação de um dia de atividades com apresentações de teatro, música, dança, contação de histórias, exibição de curtas e oficinas.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800044

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
180708 - 9º Festival Nacional da Cultura
FENAC PROMOCOES E EVENTOS LTDA - EPP
CNPJ/CPF: 05.950.230/0001-35
Processo: 01400004652201819
Cidade: Boa Esperança - MG;
Valor Aprovado: R$ 1.187.632,50
Prazo de Captação: 28/03/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Realização do 9º Festival Nacional da Cultura com apresentações de música instrumental, ópera, teatro, circo e dança no interior de Minas. O evento é gratuito, realizado em espaços abertos e atinge a todas as esferas sociais.
180703 - Alma Brasileira
INSTITUTO POLYPHONIA
CNPJ/CPF: 04.771.027/0001-39
Processo: 01400004639201851
Cidade: Florianópolis - SC;
Valor Aprovado: R$ 202.781,28
Prazo de Captação: 28/03/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Realizar em três cidade do Estado de Santa Catarina uma turnê com o espetáculo Alma Brasileira com o Polyphonia Khoros, solistas e com a regencia da maestrina Mercia Mafra Ferreira.
180740 - CHORO NA PRAÇA
DOIS POR QUATRO EVENTOS ARTISTICOS LTDA
CNPJ/CPF: 16.384.875/0001-74
Processo: 01400004729201842
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 316.468,20
Prazo de Captação: 28/03/2018 à 29/12/2018
Resumo do Projeto: Reapresentação PRONAC 151939 -Projeto CHORO NA PRAÇA - O Choro de Calado a Altamiro - vai realizar shows, aos sábados, das 12h às 13h30m, no município do Rio de Janeiro, gratuitos e abertos ao público em geral. O septeto Choro na Praça, apresentará a história do Choro - nosso gênero mais genuíno, berço da música popular brasileira - desde o seu surgimento em meados do século XIX até seus expoentes mais contemporâneos: Severino Araújo e Altamiro Carrilho,recentemente falecidos. Vídeo sobre o show: http://www.choronapraca.com Vídeo sobre o projeto: https://www.youtube.com/watch?v=GLLnfi5g918. Informações detalhadas: www.choronapraca.com/historiadochoro.html
180748 - Conexão Instrumental - Renato Borghetti & Yamandu Costa
MARCOS BORGHETTI - ME
CNPJ/CPF: 08.676.570/0001-08
Processo: 01400004738201833
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Aprovado: R$ 473.427,95
Prazo de Captação: 28/03/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O projeto, "Conexão Instrumental - Renato Borghetti e Yamandu Costa", apresentará através de shows o repertório destes dois músicos ícones da música instrumental brasileira regional, abordando as suas influências absorvidas do extremo sul do Brasil.
180713 - Educando pelos caminhos da Musica
Instituto de Arte e Cultura maestro Mauro Messias
CNPJ/CPF: 16.899.153/0001-52
Processo: 01400004658201888
Cidade: Jacareí - SP;
Valor Aprovado: R$ 304.439,40
Prazo de Captação: 28/03/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Manutenção e formação de músicos do projeto Educando pelos caminhos da musica.Realizar apresentações diferenciadas com grupos formados pelo projeto, Orquestra Sinfônica Jovem de Jacareí,Banda Sinfônica Jovem de Jacareí e a Jazz Combo, em espaços público como teatro e parques incentivando músicos a desenvolver o seu talento,oferecendo assim oportunidade de aperfeiçoamento e vivência profissional a estes jovens. Distribuição de 120 bolsa/incentivo aos jovens musicos do projeto após avaliação especifica.
180655 - Festival Ambienta - Música, Arte e Meio Ambiente II
SONIQUE PRODUÇÕES DE EVENTOS LTDA. - ME
CNPJ/CPF: 10.602.556/0001-01
Processo: 01400004429201863
Cidade: Belém - PA;
Valor Aprovado: R$ 340.342,95
Prazo de Captação: 28/03/2018 à 30/11/2018
Resumo do Projeto: Realização de um festival de música instrumental em consonância com o meio ambiente com oficinas, pocket shows, desfile de moda e fórum de discussão.
180714 - Orquestra Sinfônica Municipal de Curitiba
Batuta Produções Artísticas LTDA
CNPJ/CPF: 10.799.207/0001-21
Processo: 01400004661201800
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Aprovado: R$ 3.662.440,00
Prazo de Captação: 28/03/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Criar e manter a Orquestra Sinfônica Municipal de Curitiba para oportunizar jovens estudantes de Música a participarem de grupo de prática coletiva musical, realizando concertos periódicos mensais pelo período de 12(doze) meses. Paralelamente será criada a Escola Comunitária de Música, onde os integrantes da Orquestra Sinfônica Municipal serão responsáveis pela instrução de crianças e jovens de baixa renda e situações de exclusão social.
180753 - Popular Gospel Music
Isaias Salustiano Bezerra
CNPJ/CPF: 104.600.598-74
Processo: 01400004743201846
Cidade: Osasco - SP;
Valor Aprovado: R$ 169.934,70
Prazo de Captação: 28/03/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Popular Gospel Music, são mostra de música instrumental formado por um quinteto de músicos profissionais e liderado pelo músico saxofonista Isaias Bezerra, tocando o melhor da música instrumental gospel em estilo e formato musicais variados como: ritmo&blues, soul tradicional gospel emusica popular gospel, fomentando e valorizando a cultura na sociedade de modo geral. Serão realizadas 10 (dez) mostras no período de 10 (dez) meses,o Projeto Gospel Music acontecera em praças e parques da cidade de São Paulo, com intuito de alcançar o maior numero de público possível o projeto,aconteceram em horários estratégicos, levando a cultura ao alcance da população paulistana.
180728 - SIMCLASS - SEMANA INTERNACIONAL DE MÚSICA CLÁSSICA (PARATY-RJ)
PIU-MOSSO PROMOCAO E GESTAO CULTURAL SOCIEDADE SIMPLES LTDA - ME
CNPJ/CPF: 08.058.613/0001-91
Processo: 01400004679201801
Cidade: Poços de Caldas - MG;
Valor Aprovado: R$ 182.931,90
Prazo de Captação: 28/03/2018 à 11/08/2018
Resumo do Projeto: Realização da SIMCLASS - Semana Internacional de Música Clássica de Paraty - RJ, que tem como objetivo incentivar e promover a música erudita no país, através de oficinas para estudantes de música, bem como para leigos, e de concertos diários, gratuitos, voltados para a comunidade, contribuindo para a formação de público, assim como para que o interior do Rio de Janeiro se consagre como polo irradiador de música de qualidade e referência cultural para o país.
180745 - XIV Festival Música na Ibiapaba | Festival Mi 2018
Fundação Amigos Theatro José de Alencar
CNPJ/CPF: 41.303.132/0001-70
Processo: 01400004734201855
Cidade: Fortaleza - CE;
Valor Aprovado: R$ 649.996,90
Prazo de Captação: 28/03/2018 à 24/09/2018
Resumo do Projeto: O Festival Mi | Música da Ibiapaba é o principal evento de formação musical no Ceará e responsável por revelar várias gerações de novos artistas. Com 13 edições realizadas no período de férias escolares na região da Serra da Ibiapaba e sede em Viçosa do Ceará, o Festival Mi é referência em formação e difusão musical e tem como público-alvo estudantes, educadores e profissionais da área da música. Em sua 14ª edição, realizada no período de 21 a 28 de julho, o Festival oferecerá atividades de formação, além de atrações artísticas compostas por convidados locais e nacionais durante oito dias de programação, em Viçosa do Ceará. Consolidado no Estado, o Festival atende às diretrizes da política estadual de cultura de promoção e democratização do acesso aos bens e serviços culturais, dinamizando a cena musical do estado, contemplando a diversidade da expressão musical e destacando a musicalidade nordestina por meio de ações formativas e apresentações artísticas.
ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)
180755 - Caminho da Paz - 9a. Edição
INICIATIVA O CAMINHO DE ABRAAO
CNPJ/CPF: 09.153.525/0001-31
Processo: 01400004746201880
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 1.178.280,08
Prazo de Captação: 28/03/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O projeto tem por objetivo realizar uma exposição de artes visuais ao ar livre, que transmite e promove uma forte reflexão sobre valores de cultura de paz.
180744 - Circuito Internacional de Arte Brasileira
Colege Arte - Organização de Eventos LTDA ME
CNPJ/CPF: 01.767.693/0001-05
Processo: 01400004733201819
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 2.646.526,00
Prazo de Captação: 28/03/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Realização de exposições de 160 artistas Brasileiros, que representarão oficialmente 35 cidades de 16 Estados de todas as regiões brasileiras, dando a eles a oportunidade de alavancar suas carreiras artísticas . Contribuindo para divulgar a arte brasileira no cenário nacional e internacional, valorizando suas raízes e abrindo o mercado internacional de forma direta e legalizada.
180697 - Crônica de Sentimentos - Exposição de Sérgio Stein
Oficina de Imagens Cinema & Tv Ltda.
CNPJ/CPF: 00.379.343/0001-09
Processo: 01400004630201841
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Aprovado: R$ 122.528,78
Prazo de Captação: 28/03/2018 à 19/11/2018
Resumo do Projeto: Exposição de estreia do artísta naifi Sérgio Stein, gaúcho radicado em Porto Alegre e autor de mais de oitenta trabalhos inéditos no gênero. O projeto compreende a realização de uma exposição de quarenta e cinco dias em no Museu Aldo Malagoli, em Porto Alefgre, RS Publicação de
ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL (Artigo 18 , § 1º)
180440 - Inventário da Arquidiocese do Rio Janeiro - Vicariatos Episcopais Oeste e Santa Cruz
Associação Cultural da Arquidiocese de São Sebastião do Rio de Janeiro
CNPJ/CPF: 32.208.670/0001-94
Processo: 01400003304201816
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 739.530,00
Prazo de Captação: 28/03/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Realização da primeira etapa do inventário da arte sacra arquidiocesana, contemplando os Vicariatos Episcopais Oeste e Santa Cruz. Será disponibilizadas todas as informações pertinentes a este inventário, incluindo a publicação de um catálogo (cuja programação visual e impressão estãocontempladas) e de uma plataforma virtual de consulta, que será hospedada no portal da Arquidiocese (http://arqrio.org/), democratizando o acesso ea pesquisa acerca do patrimônio cultural de mais de seis milhões de munícipes da Capital Fluminense.
180756 - Territórios: Baía de Guanabara
URCA INSTITUTE
CNPJ/CPF: 28.551.589/0001-35
Processo: 01400004747201824
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 803.963,20
Prazo de Captação: 28/03/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Realização de seminário e sítio de internet para preservação, salvaguarda e promoção da paisagem cultural da Baía de Guanabara a partir de pesquisa, mapeamento, diagnóstico e divulgação da memória, relações sociais e simbólicas, lugares, saberes, fazeres e celebrações do bairro da Urca, onde foi fundada a cidade do Rio de Janeiro.
ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
180738 - A HISTÓRIA DO BRASIL CONTADA PELOS TRANSPORTES
TARSIA DE CASTRO GONZALEZ
CNPJ/CPF: 642.153.186-53
Processo: 01400004727201853
Cidade: Nova Lima - MG;
Valor Aprovado: R$ 346.190,08
Prazo de Captação: 28/03/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Este projeto propõe a edição de um livro, em formato arte, sobre a História do Brasil nos últimos 70 anos, contada pelo Transporte.
180739 - Costa Literária de Camaçari
CALI CACHOEIRA LITERARIA PRODUCOES E EDICOES LTDA - ME
CNPJ/CPF: 18.561.412/0001-66
Processo: 01400004728201806
Cidade: Cachoeira - BA;
Valor Aprovado: R$ 2.989.465,72
Prazo de Captação: 28/03/2018 à 15/10/2018
Resumo do Projeto: Realizar a primeira edição da Costa Literária de Camaçari. O projeto, com programação completamente gratuita e projeção nacional, visa incentivar o gosto pela leitura e aproximar o público baiano de quem faz literatura no Brasil e no mundo. A Costa Literária de Camaçari promove o encontro de autores internacionais, nacionais e locais em mesas temáticas, divididas em programação principal e infantil, além de uma rica programação paralela, feita pela organização, de forma espontânea ou por ações de patrocinadores, que envolve diversas expressões artísticas e educacionais. A parte principal da programação estará sediada na praia-bairro de Arembepe, distrito de Abrantes.
180723 - Livro - Sinopse de um Crime
HELENA LAGE DINIZ
CNPJ/CPF: 708.967.556-49
Processo: 01400004672201881
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 221.006,00
Prazo de Captação: 28/03/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O projeto consiste na produção e publicação do livro "Sinopses de um Crime", de Irene Chesman, pseudônimo da autora Helena Lage Diniz.
180722 - Livro Família Giusti- 140 anos de Brasil
GRACIANO FRANCISCO PIRONDI
CNPJ/CPF: 027.813.489-02
Processo: 01400004671201837
Cidade: Criciúma - SC;
Valor Aprovado: R$ 547.400,00
Prazo de Captação: 28/03/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O projeto consiste na produção e publicação do livro Família Giusti- 140 anos no Brasil, em versões física e eletrônica. Uma família com 30 mil descendentes, que tem relevante papel histórico-cultural para a demografia brasileira.
180747 - Llewellyn Ivor Price: o pai dos dinossauros brasileiros
CARLOS EDUARDO CHEREM 37446541687
CNPJ/CPF: 26.590.226/0001-83
Processo: 01400004736201844
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 156.292,00
Prazo de Captação: 28/03/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Elaboração e edição de livro de 160 páginas, com textos e imagens do paleontólogo gaúcho Llewellyn Ivor Price (1905-1980) e de suas atividades profissionais e científicas. A publicação vai contemplar a vida pessoal e a trajetória profissional de um dos mais brilhantes cientistas brasileiros do século 20, considerado o "pai da paleontologia brasileira".
180700 - Pindorama modernista - A influência indígena no Art Déco e na arte moderna brasileira
Bazar do tempo Produções e empreendimentos Culturais Ltda - ME
CNPJ/CPF: 03.763.864/0001-53
Processo: 01400004634201829
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 461.609,50
Prazo de Captação: 28/03/2018 à 31/12/2018

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800045

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Resumo do Projeto: Publicação de um livro que abordará, através de fotos e textos, a influência indígena no Art Déco e na arte moderna brasileira entre 1900 e 1950, com ênfase em artistas e realizações que tiveram o Rio de Janeiro como cenário nesta rica época das artes e da arquitetura.
180760 - Reconto de Leitura - Segunda Edição
Educare Produções Ltda- Me
CNPJ/CPF: 09.395.505/0001-77
Processo: 01400004751201892
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 2.071.270,00
Prazo de Captação: 28/03/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O projeto Reconto de Leitura - Segunda Edição tem como finalidade reestruturar 12 espaços literários que precisem de suporte e melhorias para atender as comunidades do Brasil. Ao reformular seus espaços e agregar seus acervos o projeto possibilitará o crescimento sociocultural das comunidades escolhidas.

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 26)
180761 - Cantando e Encantando Pelos Caminhos Mágicos da Música
José Mercedo Mallmann
CNPJ/CPF: 213.450.740-34
Processo: 01400004752201837
Cidade: Santo Cristo - RS;
Valor Aprovado: R$ 691.407,00
Prazo de Captação: 28/03/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O Projeto em tela denominado "Cantando e Encantando Pelos Caminhos Mágicos da Música" tem como eixo central viabilizar a realização de uma turnê, com Espetáculos instrumentais e oficinas de canto e música pelo Sul do Brasil.
180711 - Circuito Carioca - Música Boa
VF PRODUCOES E EVENTOS ARTISTICOS LTDA ME
CNPJ/CPF: 08.767.093/0001-96
Processo: 01400004656201899
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 1.099.328,00
Prazo de Captação: 28/03/2018 à 31/07/2018
Resumo do Projeto: O projeto consiste em três temporadas anuais de shows de música popular brasileira, apresentando novos cantores e compositores, bem como nomes consgrados da MPB.
180754 - Memorável Samba
EMERSON APARECIDO NICOLAU
CNPJ/CPF: 117.975.378-06
Processo: 01400004744201891
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 221.131,25
Prazo de Captação: 28/03/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O projeto consiste na realização de rodas de samba raíz. A programação busca abarcar também feira afro, grafites do samba e exposição de fotos e vídeos relacionados ao tema.
180715 - SÃO JOÃO DA ZONA PORTUÁRIA
INSTITUTO SAMBA E SOLIDARIEDADE
CNPJ/CPF: 22.427.680/0001-67
Processo: 01400004663201891
Cidade: Duque de Caxias - RJ;
Valor Aprovado: R$ 546.255,55
Prazo de Captação: 28/03/2018 à 31/08/2018
Resumo do Projeto: O São João da Zona Portuária tem como objetivo a realização de 02 eventos populares, em comemoração às tradicionais Festas Juninas de 2018, ocupando o Largo da Prainha, na Praça Mauá, como um espaço cultural da identidade brasileira, tendo como foco a representatividade da nossa música popular, produzindo uma Feira de produtos de consumo e culinária típicos (com um Auto de Celebração dos Festejos de São João e um desfile de Quadrilha), um workshop gratuito de percussão para os alunos da rede pública de ensino e um show de encerramento do grupo Batucadas Brasileiras, com a participação de um artista convidado de expressão nacional.
ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 26)
180702 - Fórum BH Design Festival
ELABORAR PROJETOS E MARKETING LTDA - ME
CNPJ/CPF: 15.359.272/0001-50
Processo: 01400004637201862
Cidade: Betim - MG;
Valor Aprovado: R$ 409.690,00
Prazo de Captação: 28/03/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O BH DESIGN FESTIVAL é um festival urbano de design inspirado e realizado nos moldes de festivais internacionais que acontecem em grandes cidades do mundo. Pretende-se selecionar e divulgar durante uma semana, em Belo Horizonte diversos eventos relacionados à cultura do design que serão apresentados de forma simultânea e independente, sendo cada evento realizado por seu próprio organizador.Ex:Palestras, workshops, exposições, feiras, lançamentos de produtos, intervenções urbanas, visitas guiadas, e outros. O objetivo com a lei é realizar o Fórum do festival além do material de divulgação (Guia, App e site) da programação oficial que integra várias exposições artisiticas realizadas por parceiros.

PORTARIA N° 221, DE 27 DE MARÇO DE 2018

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria n° 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art.1° - Prorrogar o prazo de captação de recursos do(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSE PAULO SOARES MARTINS

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18, § 1º)
17 9018 - Brasilusão
DIOGO MAROJA RIBEIRO
CNPJ/CPF: 20.923.627/0001-21
GO - Goiânia
Período de captação: 01/01/2018 a 31/12/2018
17 9119 - A COMÉDIA DOS DEFUNTOS SEM COVA
Heloisa Helena Duarte Vargas
CNPJ/CPF: 315.098.006-20
MG - Belo Horizonte
Período de captação: 01/01/2018 a 31/12/2018
17 8745 - O Nosso Villa: Um Musical Villa-Lobos
ASSOCIAÇÃO ÁRIA SOCIAL ESPAÇO DE DANÇA E ARTE
CNPJ/CPF: 07.041.925/0001-20
PE - Jaboatão dos Guararapes
Período de captação: 01/01/2018 a 31/12/2018
ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18, § 1º)
16 1644 - Orquestra de Espetáculos: Serie Musique-se
Fabrícia Piva
CNPJ/CPF: 792.200.109-68
SC - Joinville
Período de captação: 01/01/2018 a 31/12/2018
17 0331 - Festival Sou
Por do Som Produções Artísticas Ltda.
CNPJ/CPF: 04.491.146/0001-38
SP - São Paulo
Período de captação: 01/01/2018 a 31/12/2018
ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18, § 1º)
15 10056 - Choque Educultural
EDUQATIVO - INSTITUTO CHOQUE CULTURAL
CNPJ/CPF: 15.335.222/0001-32
SP - São Paulo
Período de captação: 01/04/2018 a 31/12/2018
17 7383 - EXPOSIÇÃO SUSTENTABILIDADE E ARTE
INSTITUTO FOCUS TÊXTIL
CNPJ/CPF: 18.843.398/0001-93
SP - São Paulo
Período de captação: 01/01/2018 a 31/12/2018
15 9499 - Centro Histórico 360
PARAHYBOLICA AGENCIA E PRODUCAO CULTURAL EIRELI -
ME
CNPJ/CPF: 20.306.831/0001-01
PB - João Pessoa
Período de captação: 01/01/2018 a 31/12/2018

PORTARIA Nº 222, DE 27 DE MARÇO DE 2018

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Aprovar a redução de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual (is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
173901 - Achadouros
Dois de Ouro
CNPJ/CPF: 03.283.255/0001-05
Cidade: Brasília - DF;
Valor Reduzido: R$ 15.779,00
Valor total atual: R$ 190.779,00
175862 - Gota D´Água [a seco] - Circulação
AGAPA CRIAÇÃO E PRODUÇÃO CULTURAL LTDA ME
CNPJ/CPF: 04.737.083/0001-57
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Reduzido: R$ 7.490,00
Valor total atual: R$ 1.505.307,40
ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)
177114 - Plano Anual 2018 - Fundação Bienal de São Paulo
Fundação Bienal de São Paulo
CNPJ/CPF: 60.991.585/0001-80
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 743.083,00
Valor total atual: R$ 40.049.879,64

RETIFICAÇÃO

Na portaria nº 0184 de 14/03/2018, publicada no D.O.U. de 15/03/2018, Seção 1, referente ao Projeto JOGO FINAL - Pronac: 18 0414

Onde se lê: Laranjeira - Agência de Notícias Ltda - EPP
Leia-se: Laranjeira Cultural Ltda - EPP

Ministério da Defesa

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA NORMATIVA Nº 13/MD, DE 23 DE MARÇO DE 2018

Aprova a Doutrina de Alimentação e Nutrição - MD42-M-05 (2ª Edição/2018).

O MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA, Interino, no uso da atribuição que lhe conferem o Decreto de 26 de fevereiro de 2018, o inciso I do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, considerando o disposto nos incisos III, IV e IX do art. 1º do Anexo I ao Decreto nº 8.978, de 1º de fevereiro de 2017, e tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 60080.000130/2017-88, resolve:

Art.1º Fica aprovada a Doutrina de Alimentação e Nutrição - MD42-M-05 (2ª Edição/2018), na forma do Anexo a esta Portaria Normativa.

Art. 2º Esta Portaria Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogada a Portaria nº 996/SC-5, de 23 de abril de 1990.

JOAQUIM SILVA E LUNA

ANEXO

DOUTRINA DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO
CAPÍTULO I
INTRODUÇÃO
1.1 Finalidade e aplicação

Apresentar os fundamentos doutrinários para o planejamento e a execução da função logística de suprimento Classe I.

Sua aplicação ocorrerá no âmbito do Ministério da Defesa e dos Comandos das Forças Singulares como base doutrinária para o desenvolvimento da alimentação e da nutrição, especialmente nas atividades relacionadas ao preparo e ao emprego das Forças Armadas.

1.2 Descrição

Esta Doutrina difunde um conjunto de princípios, postulados e recomendações na busca da obtenção da excelência da alimentação militar e da otimização dos recursos alimentares no País, em consonância com a cultura alimentar regional e com os princípios científicos e tecnológicos das Ciências dos Alimentos e da Nutrição.

1.3 Princípios Básicos da Doutrina de Alimentação e Nutrição

a) Zelo com o bem-estar do militar, no desempenho de sua missão.

b) Uniformidade de ações gerais comuns às Forças Armadas visando à coordenação do planejamento logístico de operações conjuntas ou combinadas, na paz ou em operações, no que se refere à alimentação.

c) Garantia da saúde alimentar e nutricional da tropa, especialmente dos militares jovens, cuja parcela é de elevada proporção, algumas vezes em fase final de formação biológica.

d) Estímulo à ciência e à tecnologia de alimentos, bem como ao crescimento e ao desenvolvimento de indústrias de alimentos nacionais.

e) Economia de numerário e de meios, mediante a modernização de ações.

f) Prevenção de maus hábitos alimentares, contribuindo para a educação alimentar de parcela do povo brasileiro, pelos exemplos administrativo e operativo.

g) Conjugação de esforços para facilitar a coordenação logística nos planos de emprego conjunto das Forças Singulares.

h) Consonância com o Sistema de Logística de Defesa (SISLOGD).

i) Atenção às recomendações das comunidades científicas de alimentação, nutrição e médica.

1.4 Referências

a) Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN - com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências.

b) Portaria Normativa nº 456/ MD, de 20 de maio de 2003, que institui a Comissão de Estudos de Alimentação para as Forças Armadas.

c) Portaria nº 494/SELOM, de 6 de maio de 2004, que aprova o Regimento Interno da Comissão de Estudos de Alimentação para as Forças Armadas.

d) Portaria nº 2.715/MS, de 17 de novembro de 2011, que atualiza a Política Nacional de Alimentação e Nutrição.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800046

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

e) Guia Alimentar para a População Brasileira - Promovendo a Alimentação Saudável, elaborado pelo Departamento de Atenção Básica da Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde, 2ª edição, 2014 (disponível em http://bvsms.saude.gov.br/mwginternal/de5fs23hu73ds/progress?id=P6xDD9TC3OkOk75nBsRUZbsPFdxN-6SlGTO6WqvJRgA,).

CAPÍTULO II

ALIMENTAÇÃO MILITAR

2.1 Considerações iniciais

A alimentação engloba os processos de preparação e ingestão de alimentos e reveste-se de importância para a saúde humana. A alimentação militar é o processo pelo qual os efetivos militares, conscientemente, realizam práticas alimentares adequadas e nutricionalmente balanceadas, capazes de suprir suas necessidades e envolve as etapas de aquisição, transporte, armazenamento, preparo, distribuição e consumo dos alimentos.

2.2 Princípios gerais da alimentação militar

a) Todo militar tem direito à alimentação harmônica em quantidade e qualidade, com garantia de acesso permanente e regular, de modo a atender à necessidade requerida pelo seu esforço no cumprimento de seus encargos profissionais.

b) A Administração Militar deve assegurar a excelência da alimentação militar, quer nos quartéis, quer nos navios, quer nos acampamentos e bivaques, quer nos deslocamentos de Unidade ou Subunidade, em situação de paz e de conflito.

c) Medidas a serem adotadas:

- utilização de produtos que ofereçam qualidade;

- adoção do consumo conforme safras agrícolas, pecuárias, bem como de produtos granjeiros;

- priorização do consumo de alimentos in natura ou minimamente processados, quando possível;

- aproveitamento integral dos alimentos, evitando o desperdício;

- promoção da integração entre as Forças Armadas e universidades, laboratórios credenciados, centros de ensino e pesquisa e a indústria nacional, no sentido de desenvolver soluções tecnológicas para a alimentação;

- incentivo à pesquisa e ao desenvolvimento de novos produtos alimentares, com vistas à elevação do padrão alimentar por meio de cardápios balanceados, inclusive para rações operacionais;

- aprimoramento técnico-profissional de militares das áreas técnica e logística, que atuam na atividade de subsistência; e

- especificações de alimentos, segundo os Padrões de Identidade e Qualidade (PIQ) para Serviços e Produtos na Area de Alimentos.

CAPÍTULO III

NUTRIÇÃO MILITAR

3.1 Considerações iniciais

A nutrição é um conjunto de processos biológicos por meio dos quais os nutrientes são assimilados para a manutenção das funções vitais. A nutrição militar visa à manutenção e ao aprimoramento do desempenho físico e moral dos efetivos militares, contribuindo para o cumprimento de suas respectivas missões.

3.2 Princípios gerais da nutrição militar

a) Adotar cardápios balanceados, variados, saudáveis e seguros como instrumento de manutenção da saúde dos militares, uma vez que uma boa nutrição representa a primeira linha de defesa para o combate a doenças.

b) Avaliar periodicamente os métodos de aquisição de gêneros, considerando valor nutricional e identificando itens potencialmente danosos à saúde.

c) Observar os hábitos alimentares regionais, para preservar tradições, porém sem prejuízo do balanceamento nutricional, resgatando práticas e valores alimentares culturalmente referenciados.

d) Conscientizar os efetivos sobre a relação entre práticas nutricionais adequadas e a capacidade do corpo humano para enfrentar desafios, uma vez que o consumo adequado de água e alimentos influenciam a saúde e o desempenho do militar.

e) Considerar as condições ambientais para a elaboração de cardápios capazes de suprir as necessidades nutricionais requeridas dos militares, durante os treinamentos e as operações, a fim de repor as perdas e manter a hidratação (reposição hídrica e eletrolítica - sais minerais), especialmente em ambientes inóspitos.

CAPÍTULO IV

DEFESA ALIMENTAR

4.1 Considerações iniciais

A Defesa Alimentar compreende um conjunto de medidas a serem adotadas para prevenir a contaminação acidental ou intencional dos alimentos servidos aos militares, a fim de assegurar o emprego operacional oportuno.

4.2 Princípios gerais de Defesa Alimentar

a) Consumir, em operações, somente água potável e alimentos distribuídos por organização militar das Forças Armadas Brasileiras ou de Forças de Nações Aliadas.

b) Dispor obrigatoriamente de equipes capacitadas em boas práticas na manipulação de alimentos, como primeira etapa das ações de defesa alimentar, quando se tratar de confecção de refeições para efetivos militares.

c) Realizar análises laboratoriais dos alimentos adquiridos, quando possível, por amostragem, a fim de assegurar a inocuidade da matéria prima empregada na elaboração das refeições servidas aos militares.

d) Destruir alimentos sob evidente suspeita de contaminação radiológica, microbiológica ou química, quando não houver recursos técnicos para assegurar a sua inocuidade.

e) Realizar o monitoramento microbiológico, parasitológico e dermatológico periódico de manipuladores de alimentos.

f) Realizar o monitoramento microbiológico periódico de instalações, equipamentos, utensílios e refeições produzidas.

g) Empregar somente produtos com registro nos órgãos oficiais para a higienização de instalações, equipamentos e utensílios.

h) Providenciar o acompanhamento higiênico-sanitário das obras de modernização das áreas de alimentação, visando à verificação do cumprimento dos padrões exigidos em edificação e infraestrutura para a atividade, assim como os aspectos funcionais dessas áreas.

i) Observar os procedimentos adequados para o descarte e a destinação de resíduos orgânicos e inorgânicos.

j) Considerar água e alimentos nativos/locais como potenciais transmissores de Doenças Transmitidas por Alimentos (DTA), por esta razão, o consumo da água deve ser precedido de tratamento adequado enquanto os alimentos devem ser minuciosamente inspecionados e, sempre que possível, submetidos a análise laboratorial, a fim de assegurar sua inocuidade.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1 Os Comandos das Forças Singulares deverão produzir, ou rever, suas orientações, normas e currículos escolares, sobre alimentação e nutrição, de forma a adequá-los a esta Doutrina.

5.2 Com a finalidade de propiciar o aprimoramento desta Doutrina, as sugestões para seu aperfeiçoamento são estimuladas e deverão ser encaminhadas ao Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, via cadeia de comando, para o seguinte endereço:

MINISTÉRIO DA DEFESA
Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas
Assessoria de Doutrina e Legislação
Esplanada dos Ministérios - Bloco Q - 7º Andar
Brasília - DF
CEP 70049-900
adl1.emcfa@defesa.gov.br

5.3 Propostas de alterações poderão, ainda, ser apresentadas em sessões plenárias da Comissão de Defesa Alimentar das Forças Armadas, mediante solicitação da Força Singular interessada, ou por iniciativa da Comissão.

5.4 A presente Doutrina possui ciclo de revisão de cinco anos.

PORTARIA NORMATIVA Nº 14/MD, DE 23 DE MARÇO DE 2018

Dispõe sobre o estabelecimento de Requisitos Operacionais Conjuntos para Produtos de Defesa Comuns às Forças Armadas.

O MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA, Interino, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II, do parágrafo único, do art. 87 da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no inciso XVII, do art. 1º, do Anexo I do Decreto nº 8.978, de 1º de fevereiro de 2017, e o que consta do Processo nº 60310.000493/2017-62, resolve:

Art. 1º Ficam aprovados os Requisitos Operacionais Conjuntos (ROC) para capacete balístico, colete balístico, colete balístico de flutuabilidade positiva, placas balísticas para utilização em conjunto com os painéis balísticos e placas balísticas stand alone, na forma dos Anexos a esta Portaria Normativa, considerando a necessidade requerida pela estrutura de apoio logístico dos meios navais, aéreos e terrestres.

Parágrafo único. Os Anexos I a V desta Portaria Normativa estarão disponíveis, em seus inteiros teores, no Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas e no sítio eletrônico do Ministério da Defesa.

Art. 2º Esta Portaria Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

JOAQUIM SILVA E LUNA

ANEXO I

REQUISITOS OPERACIONAIS CONJUNTOS (ROC) PARA CAPACETE BALÍSTICO

(ROC Nº 47/2017)

TÍTULO

CAPACETE BALÍSTICO

DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS

Os requisitos abaixo, para Capacete Balístico, foram obtidos pela consolidação das características operacionais e técnicas comuns de emprego da Marinha, do Exército e da Força Aérea, constantes principalmente em suas documentações orientadoras e normativas ora em vigor, compatibilizados em reuniões de coordenação realizadas neste Ministério, ao longo do ano de 2017.

Os requisitos estão divididos em absolutos, desejáveis e complementares. Os absolutos são obrigatórios nos Produtos de Defesa (PRODE) e seus acessórios. Os desejáveis devem ser buscados para o incremento da operacionalidade, podendo já estar implementados de forma a valorizar o PRODE, e poderão, a depender das condicionantes operativas específicas da missão onde serão empregados e das demandas particulares de cada Força, tornarem-se obrigatórios. Os complementares são aqueles não obrigatórios ou desejáveis, valorizam a melhor escolha.

I) Requisitos Absolutos (RA)

1) deve possuir proteção balística para os calibres .44 Magnum SJSP e 9 x 19 mm Luger, segundo normas NIJ 0106.01 e NIJ 0108.01.

2) o capacete deve ser composto de casco, carneira e sistemas de sustentação por almofadas.

3) deve ser fabricado em materiais de baixa flamabilidade e que não sustentem a chama.

4) deve permitir proteção e conforto para o militar equipado, de maneira que a eventual redução de mobilidade não prejudique sua função de combate e nem os movimentos naturais da cabeça.

5) deve possuir resistência suficiente para resistir a quedas e impactos que não comprometam seu desempenho durante toda sua vida útil.

6) deve ser empregado em combate sob quaisquer condições ambientais, devendo manter seu nível de proteção: após imersão em água doce ou em água salgada, em condições de propensão a abrasão, decorrentes da progressão do militar por terrenos irregulares, sob condições adversas.

7) deve ser ergonômico e de fácil utilização, com apoio interno composto por sistema de almofadas.

8) deve estar disponível nas cores verde, azul (ONU) e preta.

9) deve possuir acabamento que permita manutenção simples feita pelo usuário, conforme recomendação do fabricante, sem que se reduza sua capacidade de proteção.

10) deve ser fabricado em pelo menos quatro tamanhos, P, M, G e GG, considerando o biótipo do combatente (usuário) brasileiro.

11) o peso máximo do capacete balístico deve atender ao discriminado na tabela abaixo:

Tamanho	Peso máximo (g)
P	1.300
M	1.400
G	1.500
GG	1.700

12) o capacete modular de combate deve permitir a utilização conjunta de máscara contra gases e de equipamentos de proteção química, biológica e nuclear (QBN).

13) deve possuir um dispositivo de soltura rápida com trava de segurança.

14) os meios orgânicos do capacete, quando armazenados, devem manter as suas condições ideais, para satisfazer as exigências contidas neste ROC, quando submetido a faixa de variação de temperatura, de umidade, de pressão, de salinidade e de choque mecânico, de acordo com as condições determinadas em seu manual.

15) deve ser fabricado com materiais que inibam o desenvolvimento de bactérias, fungos e outros microrganismos em condições favoráveis à procriação dos mesmos.

II) Requisitos Desejáveis (RD)

1) é desejável que o modelo seja o Advanced Combat Helmet (ACH), sendo mais leve e operacional, em corte padrão Standard Cut, na altura da orelha, ou High Cut, integrado com proteção auricular modular.

2) é desejável que possua dispositivo de adaptação universal com equipamentos optrônicos rebatíveis, tais como monóculo de visão noturna, monóculo de visão digital fundida, monóculo de visão termal e visor de observação indireta de tiro.

3) é desejável que possua dispositivo de adaptação universal com equipamentos de comunicações.

4) é desejável que permita a fixação de viseira, o uso de contrapeso e de óculos de proteção.

5) é desejável que permita a fixação de lanterna de combate e microcâmera de filmagem.

6) é desejável que o capacete possua dispositivo de ajustagem da carneira com travamento por torção, singular, de fácil acesso e que não prejudique a mobilidade do combatente.

7) é desejável que permita adoção de acabamentos voltados à camuflagem ativa, referente a comprimentos de onda do espectro visível e não visível.

8) é desejável que o material empregado no capacete seja passível de reciclagem, tanto para atender a questões ambientais, quanto para minimizar demandas de estocagem e guarda de material inservível.

9) é desejável que a ergonomia seja otimizada por meio de materiais, configurações e geometrias inovadoras.

10) é desejável que o espaçamento interno do capacete balístico permita ventilação adequada da cabeça, em especial para situações de intensa exposição solar.

11) é desejável que admita substituição rápida, e sem necessidade de ferramentas especiais, da suspensão, do sistema de fixação, das interfaces com os acessórios e com os módulos de proteção adicional.

12) é desejável que possua dispositivo amovível que dê proteção balística à nuca nos mesmos níveis do capacete.

13) é desejável que possua dispositivo acessório com resistência balística para o Modelo High Cut, com o objetivo de proteção adicional do pavilhão auricular e do maxilar.

14) é desejável que permita o emprego de proteção adicional, oferecendo solução integrada que possibilite elevar o nível de proteção balística contra impactos de projéteis 7,62 x 39 mm MSC (M43) a 100 m de distância.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800047

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

15) é desejável considerar a posição e massa dos acessórios, equipamentos de visão noturna e comunicações na estabilidade e ajuste do capacete à cabeça e movimento do combatente.

16) é desejável permitir a utilização de dispositivo para atenuação de ruídos e dispositivos de comunicações.

17) é desejável que o capacete balístico tenha, no mínimo, cinco anos de garantia, mantida as características originais de fabricação.

III) Requisito Complementar (RC)

Para fins de camuflagem ou de padronização, os capacetes balísticos poderão ser cobertos por coifas na estampagem adequada ao ambiente operacional e às demais especificidades de seu emprego. A utilização da coifa não deverá prejudicar a operacionalidade e funcionalidade do item.

ANEXO II

REQUISITOS OPERACIONAIS CONJUNTOS (ROC) PARA COLETE BALÍSTICO

(ROC Nº 48/2017)

TÍTULO

COLETE BALÍSTICO

DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS

Os requisitos abaixo, para Colete Balístico, foram obtidos pela consolidação das características operacionais e técnicas comuns de emprego da Marinha, do Exército e da Força Aérea, constantes principalmente em suas documentações orientadoras e normativas ora em vigor, compatibilizados em reuniões de coordenação realizadas neste Ministério, ao longo do ano de 2017.

Os requisitos estão divididos em absolutos e desejáveis. Os absolutos são obrigatórios nos Produtos de Defesa (PRODE) e seus acessórios. Os desejáveis devem ser buscados para o incremento da operacionalidade, podendo já estar implementados de forma a valorizar o PRODE, e poderão, a depender das condicionantes operativas específicas da missão onde serão empregados e das demandas particulares de cada Força, tornarem-se obrigatórios.

I) Requisitos Absolutos (RA)

1) deve possuir proteção balística para no mínimo os calibres .44 Magnum SJSP e 9 x 19 mm Luger quando utilizado somente com os painéis balísticos flexíveis.

2) deve possuir proteção balística, quando utilizada em conjunto com a placa balística, na área da placa balística, prevendo proteção contra disparo dos seguintes calibres no mínimo:

- 5,56 x 45 mm (M193) (núcleo de chumbo);
- 7,62 x 39 mm FMJ (núcleo de chumbo); e
- 7,62 x 51mm FMJ (M80).

3) deve proteger contra fragmentos e estilhaços, bem como das ondas de choque resultante do impacto do projétil.

4) deve permitir proteção, ajustagem ao corpo do combatente e conforto para o militar equipado, de forma que a eventual redução de mobilidade não prejudique sua função de combate.

5) deve possuir em sua veste compartimentos frontal, lateral e costal, que servirão de alojamentos para as placas balísticas.

6) os componentes do colete balístico devem ser todos confeccionados com materiais sintéticos de alto desempenho e robustos o suficiente para suportar o emprego militar.

7) deve ser empregado em combate sob quaisquer condições climáticas e ambientais, devendo manter seu nível de proteção.

8) deve ser empregado em condições de propensão ao rasgo e abrasão, decorrentes da progressão do militar por terrenos irregulares sob condições adversas.

9) deve conter acabamento que possibilite que usuário efetue a limpeza e a correção, segundo recomendação do fabricante, sem redução de sua capacidade de proteção.

10) deve conter sistema que permita o militar ser alçado/puxado por seu companheiro, sem que haja desagregação de partes ou comprometimento de seu funcionamento.

11) deve proporcionar proteção à área frontal e dorsal do combatente, a fim de proteger área de órgãos vitais do tronco e manter nível de proteção próprio homogêneo em toda superfície de cada subsistema balístico.

12) deve possuir inscrições, em componentes do próprio subsistema, com informações mínimas relacionadas ao uso e segurança.

13) deve permitir a interface, agregação e emprego conjunto com demais equipamentos, acessórios de combate e armamento.

14) deve possuir etiqueta informativa, resistente a abrasão, tanto no painel balístico quanto na capa, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

- nome do fabricante;
- lote e data de fabricação;
- número de série;
- validade;
- expressão "superfície de impacto" ou "superfície vestida;
- norma e nível de proteção, utilização e manutenção; e
- tamanho.

15) os coletes balísticos e seus acessórios devem permitir a utilização conjunta de máscara contra gases e de equipamentos de proteção química, biológica e nuclear (QBN).

16) os tecidos dos coletes e das capas devem inibir o desenvolvimento de bactéria, fungos e outros microrganismos em condições favoráveis à procriação dos mesmos.

17) deve ser fabricado em pelo menos cinco tamanhos, PP, P, M, G e GG, considerando o biótipo e a segmentação de gênero do combatente (usuário) brasileiro.

18) o peso máximo do colete balístico deve atender ao discriminado na tabela abaixo:

Tamanho	Colete Balístico (com painéis e placas frontais e dorsais) (g)
PP	5.600
P	5.800
M	6.200
G	6.600
GG	7.000

19) os meios orgânicos do colete, quando armazenados, devem manter as suas condições ideais, para satisfazer as exigências contidas neste ROC, quando submetido à faixa de variação de temperatura, de umidade, de pressão, de salinidade e de choque mecânico, de acordo com as condições de armazenamento determinadas em seu manual.

20) o tecido da capa do colete deve ser feito com materiais retardantes às chamas, quando em contato com o fogo.

II) Requisitos Desejáveis (RD)

1) é desejável, além dos calibres estabelecidos nos RA, possuir proteção balística o calibre .357 SIG quando utilizado somente com os painéis balísticos flexíveis.

2) é desejável possuir proteção balística, quando utilizada em conjunto com a placa balística, na área da placa balística, prevendo proteção contra disparo dos seguintes calibres além dos definidos no RA:

- 5,56 x 45 mm SS109; e
- 7,62 x 39 mm MSC (M43).

3) é desejável possuir proteção balística, quando utilizada em conjunto com a placa balística, na área da placa balística, prevendo proteção contra disparo do seguinte calibre além dos definidos no RA e no RD.02:

- 7,62 x 51 mm AP.

4) é desejável que permita adoção de acabamentos voltados à camuflagem ativa, referente a comprimentos de onda do espectro visível e não visível.

5) é desejável que a ergonomia seja otimizada por meio de materiais, configurações e geometrias inovadoras.

6) é desejável que o tecido do colete balístico reduza a assinatura no infravermelho nos espectros próximos e distantes.

7) é desejável que possua dispositivo de soltura rápida, de forma que o militar possa desacoplar o equipamento do seu corpo de forma simples e rápida, devendo ainda, a montagem do material após o acionamento do dipositivo de soltura rápida, ser realizada de forma simples.

8) é desejável que possua painel balístico único na parte frontal e único na parte dorsal.

9) é desejável que dentro do conceito de modularidade, o colete permita o encaixe rápido, sem ferramentas, das proteções adicionais para o pescoço, lateral das costelas, deltoide, glúteos, pélvis e coxas sem comprometimento do movimento das articulações envolvidas.

10) é desejável que o material de fabricação seja passível de reciclagem, tanto para atender a questões ambientais, quanto para minimizar demandas de estocagem e guarda de material inservível.

11) é desejável atender aos segmentos feminino e masculino com as adaptações específicas para cada segmento.

12) é desejável que o colete balístico tenha, no mínimo, cinco anos de garantia, mantida as características originais de fabricação.

ANEXO III

REQUISITOS OPERACIONAIS CONJUNTOS (ROC) PARA COLETE BALÍSTICO DE FLUTUABILIDADE POSITIVA

(ROC Nº 49/2017)

TÍTULO

COLETE BALÍSTICO DE FLUTUABILIDADE POSITIVA

DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS

Os requisitos abaixo, para Colete Balístico de Flutuabilidade Positiva, foram obtidos pela consolidação das características operacionais e técnicas comuns de emprego da Marinha, do Exército e da Força Aérea, constantes principalmente em suas documentações orientadoras e normativas ora em vigor, compatibilizados em reuniões de coordenação realizadas neste Ministério, ao longo do ano de 2017.

Os requisitos estão divididos em absolutos e desejáveis. Os absolutos são obrigatórios nos Produtos de Defesa (PRODE) e seus acessórios. Os desejáveis devem ser buscados para o incremento da operacionalidade, podendo já estar implementados de forma a valorizar o PRODE, e poderão, a depender das condicionantes operativas específicas da missão onde serão empregados e das demandas particulares de cada Força, tornarem-se obrigatórios.

I) Requisitos Absolutos (RA)

1) deve permitir que um combatente flutue confortavelmente em situações adversas.

2) deve fazer com que o militar caso esteja desacordado, permaneça com a face fora d'água.

3) deve possuir proteção balística para no mínimo os calibres .44 Magnum SJSP e 9 x 19 mm Luger quando utilizado somente com os painéis balísticos flexíveis.

4) deve possuir proteção balística, quando utilizada em conjunto com a placa balística, na área da placa balística, prevendo proteção contra disparo dos seguintes calibres no mínimo:

- 5,56 x 45 mm (M193) (núcleo de chumbo);
- 7,62 x 39 mm FMJ (núcleo de chumbo); e
- 7,62 x 51mm FMJ (M80).

5) deve possuir em sua veste compartimentos frontal e costal, que servirão de alojamentos para as placas balísticas.

6) deve ser facilmente montado e desmontado, para limpeza ou correção, conforme recomendação do fabricante.

7) deve ser de emprego individual.

8) deve possuir ajuste lateral e na altura dos ombros, sendo que a ajustagem dos ombros deve ter um curso de 4 cm aproximadamente, provendo adequada adaptação do equipamento ao militar.

9) deve possuir alça de transporte/salvamento reforçada na parte cervical posterior.

10) deve possuir o sistema Modular Lightweight Load-Carrying Equipment (M.O.L.L.E.) na parte frontal e costal.

11) deve ser fabricado em pelo menos cinco tamanhos, PP, P, M, G e GG, considerando o biótipo e segmentação de gênero do combatente (usuário) brasileiro.

12) o peso máximo do colete balístico deve atender ao discriminado na tabela abaixo:

Tamanho	Peso do colete com painéis balísticos e painéis de flutualibilidade (g)	Peso do colete com painéis balísticos, painéis de flutualibilidade e placas balísticas (g)
PP	4.200	7.500
P	4.400	7.700
M	4.600	7.900
G	5.000	8.300
GG	5.400	8.700

13) deve possuir elementos balísticos em separado para parte frontal e dorsal.

14) deve proteger contra fragmentos e estilhaços, bem como das ondas de choque resultante do impacto.

15) o tecido da capa do colete deve ser feito com materiais retardantes às chamas, quando em contato com o fogo.

16) deve possuir partes internas de material flutuante, frente e costas, protegidos por uma cobertura de poliamida em conformidade com o SABS 146 classe 1.

17) deve possuir as seguintes capacidades de flutuação:

- tamanho PP - mínimo de 70 kg;
- tamanho P - mínimo de 80 kg;
- tamanho M - mínimo de 90 kg;
- tamanho G - mínimo de 100 kg; e
- tamanho GG - mínimo de 120 kg.

18) deve possuir coeficiente de absorção de água menor que 3%, quando submetido à avaliação técnica específica.

19) deve possuir etiqueta informativa, resistente à abrasão, tanto no elemento balístico quanto na capa, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

- nome do fabricante;
- lote e data de fabricação;
- número de série;
- validade;
- expressão "superfície de impacto" ou "superfície vestida";
- norma e nível de proteção, utilização e manutenção; e
- tamanho.

20) os coletes balísticos e seus acessórios devem permitir a utilização conjunta de máscara contra gases e de equipamentos de proteção química, biológica e nuclear (QBN).

21) os tecidos dos coletes e das capas devem inibir o desenvolvimento de bactéria, fungos e outros microrganismos em condições favoráveis à procriação dos mesmos.

22) os meios orgânicos do colete, quando armazenados, devem manter as suas condições ideais, para satisfazer as exigências contidas neste ROC, quando submetido à faixa de variação de temperatura, de umidade, de pressão, de salinidade e de choque mecânico, de acordo com as condições de armazenamento determinadas em seu manual.

II) Requisitos Desejáveis (RD)

1) é desejável, além dos calibres estabelecidos nos RA, possuir proteção balística o calibre .357 SIG quando utilizado somente com os painéis balísticos flexíveis.

2) é desejável possuir proteção balística, quando utilizada em conjunto com a placa balística, na área da placa balística, prevendo proteção contra disparo dos seguintes calibres além dos definidos no RA:

- 5,56 x 45 mm SS109; e
- 7,62 x 39 mm MSC (M43).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800048

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

3) é desejável possuir proteção balística, quando utilizada em conjunto com a placa balística, na área da placa balística, prevendo proteção contra disparo do seguinte calibre além dos definidos no RA e no RD.02:

- 7,62 x 51 mm AP.

4) é desejável que o colete de flutuabilidade positiva possua bolso frontal para permitir o usuário levar consigo mapas, anotações, manuais e outros.

5) é desejável que o colete balístico possua um dispositivo de soltura rápida, de forma que o militar possa desacoplar o equipamento do seu corpo de forma simples e rápida, devendo ainda, a montagem do material, após o acionamento do dipositivo de soltura rápida, ser realizada de forma simples.

6) é desejável que o material de fabricação seja passível de reciclagem, tanto para atender a questões ambientais, quanto para minimizar demandas de estocagem e guarda de material inservível.

7) é desejável atender aos segmentos feminino e masculino com as adaptações específicas para cada segmento.

8) é desejável que o colete balístico de flutuabilidade positiva tenha, no mínimo, cinco anos de garantia, mantida as características originais de fabricação.

ANEXO IV

REQUISITOS OPERACIONAIS CONJUNTOS (ROC) DE PLACAS BALÍSTICAS PARA UTILIZAÇÃO EM CONJUNTO COM OS PAINÉIS BALÍSTICOS

(ROC Nº 50/2017)

TÍTULO

PLACAS BALÍSTICAS PARA UTILIZAÇÃO EM CONJUNTO COM OS PAINÉIS BALÍSTICOS

DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS

Os requisitos abaixo, referentes a Placas Balísticas para Utilização em Conjunto com os Painéis Balísticos, foram obtidos pela consolidação das características operacionais e técnicas comuns de emprego da Marinha, do Exército e da Força Aérea, constantes principalmente em suas documentações orientadoras e normativas ora em vigor, compatibilizados em reuniões de coordenação realizadas neste Ministério, ao longo do ano de 2017.

Os requisitos estão divididos em absolutos e desejáveis. Os absolutos são obrigatórios nos Produtos de Defesa (PRODE) e seus acessórios. Os desejáveis devem ser buscados para o incremento da operacionalidade, podendo já estar implementados de forma a valorizar o PRODE, e poderão, a depender das condicionantes operativas específicas da missão onde serão empregados e das demandas particulares de cada Força, tornarem-se obrigatórios.

I) Requisitos Absolutos (RA)

1) deve proporcionar proteção balística quando utilizada em conjunto com os painéis balísticos contra disparos dos seguintes calibres no mínimo:

- 5,56 x 45 mm (M193) (núcleo de chumbo);
- 7,62 x 39 mm FMJ (núcleo de chumbo); e
- 7,62 x 51 mm FMJ (M80).

2) deve possuir flutuabilidade positiva.

3) deve possuir capa confeccionada em tecido de poliamida impermeável, para proteger a placa em contato com água, poeira ou umidade e que inibam o desenvolvimento de bactérias, fungos e outros microrganismos em condições favoráveis à procriação dos mesmos.

4) a placa balística frontal deve possuir as seguintes características:

- Comprimento - 300 mm (+ /- 5 mm);
- Largura - 250 mm (+ /- 5 mm);
- Espessura - 20 mm (22 mm máx.);
- Forma - curva com raio de cerca de 400 mm;
- Peso - não deve exceder 1,65 kg (máx); e
- A placa frontal deve possuir cortes laterais superiores top cut corner.

5) a placa balística dorsal deve possuir as seguintes características:

- Comprimento - 300 mm (+ /- 5 mm);
- Largura - 250 mm (+ /- 5 mm);
- Espessura - 20 mm (22 mm máx.);
- Forma - curva com raio de cerca de 400 mm; e
- Peso - não deve exceder 1,65 kg (máx).

6) a placa balística lateral deve possuir as seguintes características:

- Comprimento - 230 mm (+ /- 5 mm);
- Largura - 150 mm (+ /- 5 mm);
- Espessura - 20 mm (22 mm máx.);
- Forma - curva com raio de cerca de 400 mm; e
- Peso - não deve exceder 800 g (máx).

7) deve possuir etiqueta informativa, resistente à abrasão, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

- nome do fabricante;
- lote e data de fabricação;
- número de série;
- validade;
- expressão "superfície de impacto" ou "superfície vestida";
- norma e nível de proteção, utilização e manutenção; e
- esse material só pode ser utilizado em conjunto com os painéis balísticos.

II) Requisitos Desejáveis (RD)

1) é desejável proporcionar proteção balística, quando utilizada em conjunto com os painéis balísticos, prevendo proteção contra disparos dos seguintes calibres, além dos definidos no RA:

- 5,56 x 45 mm SS109; e
- 7,62 x 39 mm MSC (M43).

2) é desejável proporcionar proteção balística, quando utilizada em conjunto com os painéis balísticos, prevendo proteção contra disparos dos seguintes calibres, além dos definidos no RA e no RD.01:

- 7,62 x 51 mm AP.

3) é desejável que o material de fabricação seja passível de reciclagem, tanto para atender a questões ambientais, quanto para minimizar demandas de estocagem e guarda de material inservível.

4) é desejável atender aos segmentos feminino e masculino com as adaptações específicas para cada segmento.

5) é desejável que as placas balísticas para utilização em conjunto com os painéis balísticos possuam, no mínimo, cinco anos de garantia, mantida as características originais de fabricação.

ANEXO V

REQUISITOS OPERACIONAIS CONJUNTOS (ROC) PARA PLACAS BALÍSTICAS "STAND ALONE"

(ROC Nº 51/2017)

TÍTULO

PLACAS BALÍSTICAS STAND ALONE

DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS

Os requisitos abaixo, para Placas Balísticas Stand Alone, foram obtidos pela consolidação das características operacionais e técnicas comuns de emprego da Marinha, do Exército e da Força Aérea, constantes principalmente em suas documentações orientadoras e normativas ora em vigor, compatibilizados em reuniões de coordenação realizadas neste Ministério, ao longo do ano de 2017.

Os requisitos estão divididos em absolutos e desejáveis. Os absolutos são obrigatórios nos Produtos de Defesa (PRODE) e seus acessórios. Os desejáveis devem ser buscados para o incremento da operacionalidade, podendo já estar implementados de forma a valorizar o PRODE, e poderão, a depender das condicionantes operativas específicas da missão onde serão empregados e das demandas particulares de cada Força, tornarem-se obrigatórios.

I) Requisitos Absolutos (RA)

1) deve proporcionar proteção balística quando utilizada isoladamente (tipo stand alone) contra disparos dos seguintes calibres no mínimo:

- 5,56 x 45 mm (M193) (núcleo de chumbo);
- 7,62 x 39 mm FMJ (núcleo de chumbo); e
- 7,62 x 51mm FMJ (M80).

2) deve possuir flutuabilidade positiva.

3) deve possuir capa confeccionada em tecido de poliamida impermeável, para proteger a placa em contato com água, poeira ou umidade e que inibam o desenvolvimento de bactérias, fungos e outros microrganismos em condições favoráveis à procriação dos mesmos.

4) a placa balística frontal deve possuir as seguintes características:

- Comprimento - 300 mm (+ /- 5 mm);
- Largura - 250 mm (+ /- 5 mm);
- Espessura - 20 mm (22 mm máx.);
- Forma - curva com raio de cerca de 400 mm;
- Peso - não deve exceder 1,65 kg (máx); e
- A placa frontal deve possuir cortes laterais superiores top cut corner.

5) a placa balística dorsal deve possuir as seguintes características:

- Comprimento - 300 mm (+ /- 5 mm);
- Largura - 250 mm (+ /- 5 mm);
- Espessura - 20 mm (22 mm máx.);
- Forma - curva com raio de cerca de 400 mm; e
- Peso - não deve exceder 1,65 kg (máx).

6) a placa balística lateral deve possuir as seguintes características:

- Comprimento - 230 mm (+ /- 5 mm);
- Largura - 150 mm (+ /- 5 mm);
- Espessura - 20 mm (22 mm máx.);
- Forma - curva com raio de cerca de 400 mm; e
- Peso - não deve exceder 800 g (máx).

7) deve possuir etiqueta informativa, resistente à abrasão, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

- nome do fabricante;
- lote e data de fabricação;
- número de série;
- validade;
- expressão "superfície de impacto" ou "superfície vestida; e
- norma e nível de proteção, utilização e manutenção.

II) Requisitos Desejáveis (RD)

1) é desejável proporcionar proteção balística quando utilizada isoladamente (tipo stand alone), proteja contra disparos dos seguintes calibres, além dos definidos no RA:

- 5,56 x 45 mm SS109; e
- 7,62 x 39 mm MSC (M43).

2) é desejável proporcionar proteção balística, quando utilizada isoladamente (tipo stand alone), prevendo proteção contra disparos do seguinte calibre, além dos definidos no RA e no RD.01:

- 7,62 x 51 mm AP.

3) é desejável que o material de fabricação seja passível de reciclagem, tanto para atender a questões ambientais, quanto para minimizar demandas de estocagem e guarda de material inservível.

4) é desejável atender aos segmentos feminino e masculino com as adaptações específicas para cada segmento.

5) é desejável que as placas balísticas stand alone possuam, no mínimo, cinco anos de garantia, mantida as características originais de fabricação.

COMANDO DA MARINHA

SECRETARIA-GERAL

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 31 /DADM, DE 21 DE MARÇO DE 2018

Inscrição de Organização Militar (OM) no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DA MARINHA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 13 da Instrução Normativa nº 1.634, de 06 de maio de 2016, da Receita Federal do Brasil (RFB), resolve:

Art. 1º Requisitar a inscrição no CNPJ, na condição de filial, do Centro de Distribuição de Uniformes do Comando do 1º Distrito Naval CDU-COM1ºDN, Natureza Jurídica 101-5 Órgão Público do Poder Executivo Federal, Código e Descrição da Atividade Econômica Principal (CNAE - Fiscal Principal) 84.22-1/00 - Defesa, Código e Descrição da Atividade Econômica Secundária (CNAE-Fiscal Secundária) 84.11-6/00 - Administração Pública em Geral, sediado na Praça Barão de Ladário, s/nº, Centro, Rio de Janeiro - RJ- Edifício Almirante Renato Guillobel, CEP: 20091-000.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

C Alte (IM) LUIZ ROBERTO BASSO

PORTARIA Nº 34 /DADM, DE 26 DE MARÇO DE 2018

Alteração de dados cadastrais de Organização Militar (OM) no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DA MARINHA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 13 da Instrução Normativa nº 1.634, de 06 de maio de 2016, da Receita Federal do Brasil (RFB), resolve:

Art. 1º Alterar os dados Cadastrais do CNPJ nº 00.394.502/0324-29,

pertencente ao Navio de Desembarque de Carros de Combate Garcia D'Avilla, conforme abaixo

descrito:

- Navio de Desembarque de Carros de Combate Garcia D'Avila;
- Ilha de Mocanguê Pequeno, s/nº CEP: 24.040-305; e
- Incluir o telefone (21) 2189-1509.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

C Alte (IM) LUIZ ROBERTO BASSO

PORTARIA Nº 35/DADM, DE 26 DE MARÇO DE 2018

Inscrição de Organização Militar (OM) no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DA MARINHA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 13 da Instrução Normativa nº 1.634, de 06 de maio de 2016, da Receita Federal do Brasil (RFB), resolve:

Art. 1º Requisitar a inscrição no CNPJ, na condição de filial, da Agência Fluvial de Caracaraí, Natureza Jurídica 101-5 Órgão Público do Poder Executivo Federal, Código e Descrição da Atividade Econômica Principal (CNAE - Fiscal Principal) 84.22-1/00 - Defesa, Código e Descrição da Atividade Econômica Secundária (CNAE- Fiscal Secundária) 84.11-6/00 - Administração Pública em Geral, sediado na Avenida Dr. Zany, s/nº, Centro, Municipio de Caracaraí - RR, CEP: 69360-000.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

C ALTE (IM) LUIZ ROBERTO BASSO

DIRETORIA-GERAL DE NAVEGAÇÃO

DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS

PORTARIA Nº 94/DPC, DE 23 DE MARÇO DE 2018

Remanejamento de Prático da Zona de Praticagem de Ilhéus - BA (ZP-13) para a Zona de Praticagem da Lagoa dos Patos, Rios, Portos e Terminais Interiores (ZP-20).

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria no 156, do Comandante da Marinha, de 3 de junho de 2004, de acordo com o contido no Art. 3o, Art.4º, Inciso II e art. 14, Parágrafo único, Inciso I, da Lei no 9.537, de 11 de dezembro de 1997 (LESTA), item 0248, alínea a) e item 0405 da NORMAM-12/DPC (1a Revisão),

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800049

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CONSIDERANDO ser atribuição da Autoridade Marítima estabelecer as Zonas de Praticagem (ZP) em que a utilização do Serviço de Praticagem é obrigatória;

CONSIDERANDO que o Serviço de Praticagem, atividade essencial, deve estar permanentemente disponível nas ZP estabelecidas e que, para assegurar essa disponibilidade, a Autoridade Marítima pode estabelecer o número de Práticos necessário para cada ZP;

CONSIDERANDO que o prático poderá ser remanejado pelo DPC para outra ZP, em caráter excepcional, no caso de extinção de uma ZP;

CONSIDERANDO que a ZP de Ilhéus-BA (ZP-13) será extinta; resolve:

Art. 1º Promover o remanejamento do Prático DANIEL ANDRE MAYKOT COSTA, CIR no 282P2009000038, da Zona de Praticagem de Ilhéus - BA (ZP-13) para a Zona de Praticagem da Lagoa dos Patos, Rios, Portos e Terminais Interiores (ZP-20).

Art. 2º O período mínimo e máximo para a adaptação e habilitação na ZP-20 será de nove e doze meses, respectivamente.

Art. 3º O remanejamento somente se efetivará após a habilitação do Prático, conforme estabelecido no Artigo 2o, quando, então, será cancelado em definitivo o seu Certificado de Habilitação de Prático da ZP-13.

Parágrafo Único. O Prático poderá exercer as atividades atinentes ao Serviço de Praticagem em sua atual ZP, concomitantemente com o período de adaptação na ZP-20, e nesta será considerado, para todos os efeitos, Praticante de Prático.

Art. 4º O Capitão dos Portos do Rio Grande do Sul editará portaria estabelecendo os procedimentos necessários à adaptação/habilitação do referido Prático.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU.

WILSON PEREIRA DE LIMA FILHO
Vice-Almirante

PORTARIA Nº 95/DPC, DE 23 DE MARÇO DE 2018

Remanejamento de Prático da Zona de Praticagem de Ilhéus - BA (ZP-13) para a Zona de Praticagem de São Francisco do Sul (ZP-18).

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria no 156, do Comandante da Marinha, de 3 de junho de 2004, de acordo com o contido no Art. 3o, Art.4o, Inciso II e Art. 14, Parágrafo único, Inciso I, da Lei no 9.537, de 11 de dezembro de 1997 (LESTA), item 0248, alínea a) e item 0405 da NORMAM-12/DPC (1a Revisão),

CONSIDERANDO ser atribuição da Autoridade Marítima estabelecer as Zonas de Praticagem (ZP) em que a utilização do Serviço de Praticagem é obrigatória;

CONSIDERANDO que o Serviço de Praticagem, atividade essencial, deve estar permanentemente disponível nas ZP estabelecidas e que, para assegurar essa disponibilidade, a Autoridade Marítima pode estabelecer o número de Práticos necessário para cada ZP;

CONSIDERANDO que o prático poderá ser remanejado pelo DPC para outra ZP, em caráter excepcional, no caso de extinção de uma ZP;

CONSIDERANDO que a ZP de Ilhéus-BA (ZP-13) será extinta; resolve:

Art. 1º Promover o remanejamento do Prático JELMIRES JOSÉ GALINDO JÚNIOR, CIR no 282P2009000038, da Zona de Praticagem de Ilhéus - BA (ZP-13) para a Zona de Praticagem de São Francisco do Sul - SC (ZP-18).

Art. 2º O período mínimo e máximo para a adaptação e habilitação na ZP-18 será de nove e doze meses, respectivamente.

Art. 3º O remanejamento somente se efetivará após a habilitação do Prático, conforme estabelecido no Artigo 2o, quando, então, será cancelado em definitivo o seu Certificado de Habilitação de Prático da ZP-13.

Parágrafo Único. O Prático poderá exercer as atividades atinentes ao Serviço de Praticagem em sua atual ZP, concomitantemente com o período de adaptação na ZP-18, e nesta será considerado, para todos os efeitos, Praticante de Prático.

Art. 4º O Capitão dos Portos de Santa Catarina editará portaria estabelecendo os procedimentos necessários à adaptação/habilitação do referido Prático.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU.

WILSON PEREIRA DE LIMA FILHO
Vice-Almirante

PORTARIA Nº 96/DPC, DE 23 DE MARÇO DE 2018

Remanejamento de Prático da Zona de Praticagem de Ilhéus - BA (ZP-13) para a Zona de Praticagem de Salvador, Portos e Terminais da baía de Todos os Santos - BA (ZP-12).

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria no 156, do Comandante da Marinha, de 3 de junho de 2004, de acordo com o contido no Art. 3o, Art.4o, Inciso II e Art. 14, Parágrafo único, Inciso I, da Lei no 9.537, de 11 de dezembro de 1997 (LESTA), item 0248, alínea a) e item 0405 da NORMAM-12/DPC (1a Revisão),

CONSIDERANDO ser atribuição da Autoridade Marítima estabelecer as Zonas de Praticagem (ZP) em que a utilização do Serviço de Praticagem é obrigatória;

CONSIDERANDO que o Serviço de Praticagem, atividade essencial, deve estar permanentemente disponível nas ZP estabelecidas e que, para assegurar essa disponibilidade, a Autoridade Marítima pode estabelecer o número de Práticos necessário para cada ZP;

CONSIDERANDO que o prático poderá ser remanejado pelo DPC para outra ZP, em caráter excepcional, no caso de extinção de uma ZP;

CONSIDERANDO que a ZP de Ilhéus-BA (ZP-13) será extinta; resolve:

Art. 1º Promover o remanejamento dos Práticos GUSTAVO DIAS DE MEDEIROS, CIR no 282P2001016554 e LEONARDO ALMEIDA JOSÉ SEGUNDO, CIR no 282P2001022287, da Zona de Praticagem de Ilhéus - BA (ZP-13) para a Zona de Praticagem de Salvador, Portos e Terminais da Baía de Todos os Santos - BA (ZP-12).

Art. 2º O período mínimo e máximo para a adaptação e habilitação na ZP-12 será de nove e doze meses, respectivamente.

Art. 3º O remanejamento somente se efetivará após a habilitação dos Práticos, conforme estabelecido no Artigo 2o, quando, então, serão cancelados em definitivo os seus Certificados de Habilitação de Prático da ZP-13.

Parágrafo Único. Os Práticos poderão exercer as atividades atinentes ao Serviço de Praticagem em suas atuais ZP, concomitantemente com o período de adaptação na ZP-12, e nesta serão considerados, para todos os efeitos, Praticante de Prático.

Art. 4º O Capitão dos Portos da Bahia editará portaria estabelecendo os procedimentos necessários à adaptação/habilitação dos referidos Práticos.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU.

WILSON PEREIRA DE LIMA FILHO
Vice-Almirante

Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 273, DE 27 DE MARÇO DE 2018

Homologa o Parecer CNE/CES nº 149/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, que versa a respeito do credenciamento por aditamento do campus fora de sede da Universidade Federal da Bahia.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, e o art. 49 do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e tendo em vista o disposto no Parecer nº 149/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, e do Parecer nº 00363/2018/CONJUR-MEC/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Educação, proferido nos autos do Processo nº 23000.045184/2017-99, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer CNE/CES nº 149/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, e devidamente credenciado o campus fora de sede da Universidade Federal da Bahia - UFBA, sediado no município de Camaçari, estado da Bahia, mantido pela UFBA, nos termos do art. 10 do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, com a oferta inicial do curso de bacharelado interdisciplinar em Ciência, Tecnologia e Inovação, com trezentas vagas totais anuais.

Art. 2º Nos termos do § 1º do art. 32 do Decreto nº 9.235, de 2017, o campus ora credenciado integrará o conjunto da Universidade e gozará de prerrogativas de autonomia, desde que observado o disposto nos incisos I e II do caput do art. 17 do referido Decreto.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MENDONÇA FILHO

PORTARIA Nº 274, DE 27 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, publicado no DOU de 18 de dezembro de 2017, considerando as determinações contidas na Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, na Portaria Normativa nº 7, de 24 de março de 2017, alterada pela Portaria Normativa nº 13, de 20 de julho de 2017, e tendo em vista o Parecer SERES/DISUP/CGMES constante do Processo e-MEC nº 201710849, do Ministério da Educação, e dos demais normativos aplicáveis, resolve:

Art. 1º Fica credenciada a Faculdade Estácio de Alagoinhas (código e-MEC 22076), localizada à Avenida Linha Verde s/nº, Bairro Alagoinhas Velha, no Município de Alagoinhas, Estado da Bahia, mantida pelo Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda, com sede à Rua do Bispo, nº 83, Bairro Rio Comprido, no Município do Rio de Janeiro/RJ (CNPJ 34.075.739/0001-84).

Art. 2º O credenciamento de que trata o art. 1º é válido pelo prazo de 3 (três) anos.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MENDONÇA FILHO

PORTARIA Nº 275, DE 27 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, publicado no DOU de 18 de dezembro de 2017, considerando o disposto na Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, e considerando as determinações contidas na Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, na Portaria Normativa nº 7, de 24 de março de 2017, alterada pela Portaria Normativa nº 13, de 20 de julho de 2017, e tendo em vista o Parecer SERES/DISUP/CGMES constante do Processo e-MEC nº 201710846, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Fica credenciada a Faculdade Estácio de Juazeiro (código e-MEC 22202), localizada à Rodovia BR 407, s/nº, Lotes 10-57 e 69-100, Km13, Distrito Industrial, no município de Juazeiro, estado da Bahia, mantida pela IREP Sociedade de Ensino Superior, Médio e Fundamental LTDA (código e-MEC 545), com sede à Rua Promotor Gabriel Netuzzi Perez, nº 108, Bairro Santo Amaro, no município do São Paulo/SP (CNPJ 02.608.755/0001-07).

Art. 2º O credenciamento de que trata o art. 1º é válido pelo prazo de 3 (três) anos.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MENDONÇA FILHO

DESPACHOS DE 27 DE MARÇO DE 2018

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer CNE/CES nº 36/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, que conheceu do recurso interposto pela Unidades de Ensino Superior da Bahia Ltda. - Unirb, para, no mérito, dar-lhe provimento, reformando os efeitos da Portaria nº 1.253, de 7 de dezembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União em 11 de dezembro de 2017, para autorizar o funcionamento do curso de Fonoaudiologia, bacharelado, a ser oferecido pela Faculdade Regional de Alagoinhas - Faral, com sede na Rua Manoel Romão, s/n, Espaço Clube de Campo, bairro Alagoinhas Velha, no município de Alagoinhas, no estado da Bahia, mantida pela Unirb, com sede no município de Salvador, no estado da Bahia, com duzentas vagas totais anuais, conforme consta do Processo nº 00732.000403/2018-21 (e-MEC nº 201607870).

No uso de sua atribuição e em cumprimento à decisão proferida pelo Superior Tribunal de Justiça - STJ, nos autos do Mandado de Segurança nº 22.245 - DF (2015/0300647-5), o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer CNE/CES nº 94/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, que conheceu do recurso interposto pela Fundação Comunitária Tricordiana de Educação - FCTE, para, no mérito, negar-lhe provimento, para manter os efeitos do Despacho SERES/MEC nº 35/2013, que determinou a desativação do curso de Medicina, bacharelado, ministrado pela Universidade Vale do Rio Verde - Unincor, localizada na Rua Gentius, nº 1.350, bairro Luxemburgo, no município de Belo Horizonte, no estado de Minas Gerais, mantida pela Fundação Comunitária Tricordiana de Educação, com sede na Av. Castelo Branco, nº 82, bairro Chácara das Rosas, no município de Três Corações, no estado de Minas Gerais, conforme consta do Processo nº 00732.003138/2017-52.

MENDONÇA FILHO

RETIFICAÇÃO

No Diário Oficial da União nº 94, de 18 de maio de 2017, Seção 1, página 58, na Portaria MEC nº 638, de 17 de maio de 2017, onde se lê: "com sede na Rua Ciomara Amaral de Paula, nº 167, bairro Medicina, no mesmo município e estado", leia-se: "com sede no mesmo município e estado", conforme Nota Técnica nº 19/2018/CGCIES/DIREG/SERES/MEC, de 22/03/2018. (Registro e-MEC nº 201116832).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800050

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS

PORTARIA N° 711, DE 22 DE MARÇO DE 2018

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS, usando das atribuições estatutárias, conferidas por Decreto de 14 de junho de 2017, publicado no Diário Oficial da União de 16 de junho de 2017, resolve:

I - RETIFICAR os termos da Portaria GR nº. 670, de 16/03/2018, publicada no DOU em 22/03/2018, que trata da homologação do resultado do Concurso Público, objeto do Edital nº. 82, de 20/10/2017, publicado no DOU em 25/10/2017, destinado ao provimento de cargos para a Carreira do Magistério Superior, conforme segue:

Onde se lê:

I - HOMOLOGAR o resultado do Concurso Público para provimento de cargos da Carreira de Magistério Superior da Fundação Universidade do Amazonas, objeto do o Edital n.º 047, de 29/06/2017, publicado no DOU em 03/07/2017, retificado no DOU em 06/07/2017, 02/08/2017 e 23/08/2017, destinado ao provimento de cargos para a Carreira do Magistério Superior, por Unidade, Área de Conhecimento, Classe/Padrão, Carga Horária e Ordem de Classificação dos candidatos, conforme abaixo:

Leia-se corretamente:

I - HOMOLOGAR o resultado do Concurso Público para provimento de cargos da Carreira de Magistério Superior da Fundação Universidade do Amazonas, objeto do o Edital n.º 082, de 20/10/2017, publicado no DOU em 25/10/2017, destinado ao provimento de cargos para a Carreira do Magistério Superior, por Unidade, Área de Conhecimento, Classe/Padrão, Carga Horária e Ordem de Classificação dos candidatos, conforme abaixo:

Onde se lê:

Unidade	Área	Cargo/Classe/ Nível	Regime de Trabalho	Candidato	Classificação
Faculdade de Tecnologia - FT	Engenharia e Segurança do Trabalho	Adjunto A, Nível 1.	Dedicação Exclusiva	Não houve candidatos aprovados	

Leia-se corretamente:

Unidade	Área	Cargo/Classe/ Nível	Regime de Trabalho	Candidato	Classificação
Faculdade de Tecnologia - FT	Engenharia de Produção	Adjunto A, Nível 1.	Dedicação Exclusiva	Não houve candidatos aprovados	

SYLVIO MÁRIO PUGA FERREIRA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS

PORTARIA Nº 618-GR, DE 27 DE MARÇO DE 2018

O REITOR do INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS - IFAM, no uso de suas atribuições legais e estatutárias que lhe conferem o Decreto Presidencial de 10/03/2015, publicado no DOU Nº 47, de 11/03/2015, Seção 2, pág. 2, resolve:

PRORROGAR, por 12 (doze) meses a partir de 02/04/2018, o prazo de validade da Homologação do Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2017-Campus Maués, para Professor Substituto, publicado através do DOU nº 64, de 03/04/2017, seção 3, pág. 34.

ANTONIO VENANCIO CASTELO BRANCO

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA

PORTARIA Nº 1.082, DE 27 DE MARÇO DE 2018

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Homologar o resultado final do Processo Seletivo Simplificado, de que trata o Edital nº. 01, de 26/01/2018, publicado no Diário Oficial da União nº. 25, Seção 3, páginas 58 a 63, de 05/02/2018, conforme disposição abaixo:

LOTAÇÃO: EUNÁPOLIS
ÁREA DE CONHECIMENTO: ECONOMIA
REGIME DE TRABALHO: 20 HORAS

NOME DO CANDIDATO	PROVA DIDÁTICA	PROVA TÍTULOS	NOTA FINAL	CLASSIF.
FILIPE PRADO MACEDO DA SILVA	9,13	6,00	8,19	1º
NÁDIA BATISTA DE CARVALHO	6,70	2,70	5,50	2º
LEANDRO BATISTA DUARTE	6,87	1,50	5,25	3º

LOTAÇÃO: EUNÁPOLIS
ÁREA DE CONHECIMENTO: DESENHO GEOMÉTRICO
REGIME DE TRABALHO: 40 HORAS

NOME DO CANDIDATO	PROVA DIDÁTICA	PROVA TÍTULOS	NOTA FINAL	CLASSIF.
MÁRCIO ADRIANO DE OLIVEIRA PITANGUEIRA	6,20	0,90	4,60	1º

LOTAÇÃO: EUNÁPOLIS
ÁREA DE CONHECIMENTO: INGLÊS
REGIME DE TRABALHO: 40 HORAS

NOME DO CANDIDATO	PROVA DIDÁTICA	PROVA TÍTULOS	NOTA FINAL	CLASSIF.
FÉLIX VALENTIM ZANIBONI	9,70	3,30	7,78	1º

LOTAÇÃO: EUNÁPOLIS
ÁREA DE CONHECIMENTO: ARTES
REGIME DE TRABALHO: 40 HORAS

NOME DO CANDIDATO	PROVA DIDÁTICA	PROVA TÍTULOS	NOTA FINAL	CLASSIF.
ANDRÉ SILVA DOS SANTOS	9,00	0,50	6,45	1º

LOTAÇÃO: EUNÁPOLIS
ÁREA DE CONHECIMENTO: DIREITO
REGIME DE TRABALHO: 20 HORAS

NOME DO CANDIDATO	PROVA DIDÁTICA	PROVA TÍTULOS	NOTA FINAL	CLASSIF.
CEILA SALES DE ALMEIDA	9,70	4,00	7,99	1º
ALEXANDRE MONTANHA DE CASTRO SETUBAL	9,97	2,90	7,85	2º
CLEBER WILLIAM DA SILVA	9,37	4,20	7,82	3ª
ROSENDO NETO SILVA ALVES	9,13	1,00	6,69	4ª
DANIELLE FERREIRA M. DA SILVA DE ARAÚJO	8,53	1,00	6,27	5º
ROOSEWELT SALUSTIANO SANTOS	7,80	2,00	6,06	6º

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800051

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

LOTAÇÃO: PORTO SEGURO
ÁREA DE CONHECIMENTO: ENGENHARIA QUÍMICA
REGIME DE TRABALHO: 40 HORAS

NOME DO CANDIDATO	PROVA DIDÁTICA	PROVA TÍTULOS	NOTA FINAL	CLASSIF.
ALDAVILMA CARDOSO LIMA	9,13	1,50	6,84	1º
VANESSA ALVIM BARBERINO DOS SANTOS	8,83	0,10	6,21	2º
THAIS CALIMAN CATELMAN	8,56	0,00	5,99	3ª

LOTAÇÃO: PORTO SEGURO
ÁREA DE CONHECIMENTO: INFORMÁTICA
REGIME DE TRABALHO: 40 HORAS

NOME DO CANDIDATO	PROVA DIDÁTICA	PROVA TÍTULOS	NOTA FINAL	CLASSIF.
JANAÍNA MOTA FONSECA PORTELA	8,20	1,30	6,15	1º
SILVIA CRISTINA HOROCHOSKI	8,40	0,00	5,88	2º
ALLAN SÉRGIO GONÇALVES	7,70	1,50	5,86	3ª
WANDER GOMES DE OLIVEIRA FILHO	7,40	0,00	5,16	4ª
ANA CRISTINA OLIVEIRA LINHARES	6,70	0,00	4,69	5º
GIULIA DE OLIVEIRA PINHEIRO	6,50	0,00	4,55	6º

LOTAÇÃO: PORTO SEGURO
ÁREA DE CONHECIMENTO: MATEMÁTICA
REGIME DE TRABALHO: 40 HORAS

NOME DO CANDIDATO	PROVA DIDÁTICA	PROVA TÍTULOS	NOTA FINAL	CLASSIF.
JADSON DE SOUZA CONCEIÇÃO	8,23	2,00	6,36	1º
PABLO JOSÉ SOUZA SANTOS	7,87	0,60	5,69	2º
JAIR PEREIRA DOS SANTOS	7,30	0,50	5,26	3ª
CAIO VINÍCIUS GHIL SEGUCHI	6,03	0,00	4,22	4ª

LOTAÇÃO: PORTO SEGURO
ÁREA DE CONHECIMENTO: QUÍMICA ANALÍTICA
REGIME DE TRABALHO: 40 HORAS

NOME DO CANDIDATO	PROVA DIDÁTICA	PROVA TÍTULOS	NOTA FINAL	CLASSIF.
RAMON KENNED DE SOUZA ALMEIDA	9,20	4,10	7,70	1º
MIRELA DE JESUS SANTOS	8,80	2,20	6,80	2º
ANA LUISA SANTOS DE CARVALHO	8,60	0,50	6,20	3ª

LOTAÇÃO: PORTO SEGURO
ÁREA DE CONHECIMENTO: ENSINO DE QUÍMICA
REGIME DE TRABALHO: 40 HORAS

NOME DO CANDIDATO	PROVA DIDÁTICA	PROVA TÍTULOS	NOTA FINAL	CLASSIF.
ANDRESSA TAVARES SILVA	9,20	0,80	6,68	1º

LOTAÇÃO: PORTO SEGURO
ÁREA DE CONHECIMENTO: FILOSOFIA
REGIME DE TRABALHO: 40 HORAS

NOME DO CANDIDATO	PROVA DIDÁTICA	PROVA TÍTULOS	NOTA FINAL	CLASSIF.
LUCIANE MARTINS RIBEIRO	8,87	4,40	7,53	1º

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO

CAMPUS CENTRO SERRANO

PORTARIA Nº 64-GDG, DE 27 DE MARÇO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DO CAMPUS CENTRO-SERRANO, DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria nº 1.070, de 05.06.2014, da Reitoria-Ifes, e considerando o Processo de nº 23544.000074/2017-51, resolve:

Prorrogar, a partir de 30.03.2018, por 01 (um) ano, a validade do Processo Seletivo Simplificado referente ao Edital nº 02/2017, de 03 de março de 2017, homologado no DOU no dia 30.03.2017, e publicado no DOU de 30.03.2017.

WAGNER POLTRONIERE ENTRINGER

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO

PORTARIA Nº 1.463, DE 26 DE MARÇO DE 2018

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO, nomeado nos termos do Decreto Presidencial de 02 de setembro de 2016, publicado no DOU de 05 de setembro de 2016, no uso de suas atribuições legais; e, considerando o que consta no Artigo 12 da Portaria nº 450 de 06.11.2002 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, publicada no DOU de 07.02.2002; e, considerando o Edital de Inscrição nº 21/2008, publicada no DOU de 08.07.2008, o que dispõe o Inciso III, Artigo 37 da CF/88 associado com o Art. 12 da Lei nº 8.112/90, e a solicitação constante no Processo nº 23249.014747/2018-75, resolve:

Prorrogar por mais 01 (um) ano a validade do Processo Seletivo para Professor Substituto no âmbito do IFMA - Campus Santa Inês, conforme quadro em anexo.

FRANCISCO ROBERTO BRANDÃO FERREIRA

ANEXO

Edital de Homologação	Validade	Prorrogação Validade
Edital nº 25, de 05/04/2017, publicado no DOU de 07/04/2017 - Processo Seletivo para Professor Substituto, Campus Santa Inês.	01 ano de 07/04/2017 a 07/04/2018.	01 ano, até 07/04/2019.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

RETIFICAÇÃO

Na Portaria Conjunta nº 30, de 19/03/2018, publicada no DOU de 20/03/2018, Seção 1, página 21, onde se lê: "Art. 1º... para atuar como Fundação de Apoio à Universidade Federal de Goiás - UFG..." leia-se: "Art. 1º... para atuar como Fundação de Apoio à Universidade de Brasília - UNB...".

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800052

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA Nº 220, DE 27 DE MARÇO DE 2018

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, considerando o disposto no Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, considerando as determinações contidas na Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, na Portaria Normativa nº 7, de 24 de março de 2017, alterada pela Portaria Normativa nº 13, de 20 de julho de 2017, o Parecer SERES/DISUP/CGMES, e nos termos do que consta do Processo e-MEC n° 201710905, referente à proposta selecionada pelo Edital nº 6/2014/SERES/MEC, do Ministério da Educação, e nos demais normativos aplicáveis, resolve:

Art.1° Fica autorizado o curso de Medicina (código e-MEC 1399618), bacharelado, com 55 (cinquenta e cinco) vagas totais anuais e prazo mínimo para integralização de 6 (seis) anos, a ser ministrado à Rodovia BR 407, s/n°, Lotes 10-57 e 69-100, Km13, Distrito Industrial, no município de Juazeiro, Estado da Bahia, pela Faculdade Estácio de Juazeiro (código e-MEC 22202), mantida pela IREP Sociedade de Ensino Superior, Médio e Fundamental LTDA (código e-MEC 545), com sede à Rua Promotor Gabriel Netuzzi Perez, n° 108, Bairro Santo Amaro, no município do São Paulo/SP.

Parágrafo único. A autorização a que se refere esta Portaria é válida exclusivamente para o curso ofertado no endereço citado neste artigo.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

PORTARIA Nº 221, DE 27 DE MARÇO DE 2018

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, , no uso da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, considerando o disposto no Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, considerando as determinações contidas na Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, na Portaria Normativa nº 7, de 24 de março de 2017, alterada pela Portaria Normativa nº 13, de 20 de julho de 2017, o Parecer SERES/DISUP/CGMES, e nos termos do que consta do Processo e-MEC n° 201710903, referente à proposta selecionada pelo Edital nº 6/2014/SERES/MEC, do Ministério da Educação, e nos demais normativos aplicáveis, resolve:

Art.1° Fica autorizado o curso de Medicina (código e-MEC 1399614), bacharelado, com 65 (sessenta e cinco) vagas totais anuais e prazo mínimo para integralização de 6 (seis) anos, a ser ministrado à Avenida Linha Verde s/n, Bairro Alagoinhas Velha, no município de Alagoinhas, estado da Bahia, pela Faculdade Estácio de Alagoinhas (código e-MEC 22076), mantida pelo Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá (código e-MEC 119), com sede à Rua do Bispo, n° 83, Bairro Rio Comprido, no município do Rio de Janeiro/RJ.

Parágrafo único. A autorização a que se refere esta Portaria é válida exclusivamente para o curso ofertado no endereço citado neste artigo.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

PORTARIA N° 342, DE 26 DE MARÇO DE 2018

A PRÓ-REITORA DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS, no uso de suas atribuições previstas na Portaria de Delegação de Competência nº 448, de 17/05/2011, resolve:

Prorrogar por 01 (um) ano, a partir de 07/04/2018, o prazo legal do Concurso Público para Docente da Carreira do Magistério Superior, realizado por esta Universidade, objeto do Edital nº 01/2016, DOU de 25/02/2016, cuja homologação foi publicada, conforme Portaria nº 459, DOU de 07/04/2017.

ESCOLA DE MEDICINA VETERINÁRIA E ZOOTECNIA

Departamento: DEPTO. DE ANAT, PATOLOGIA E CLÍNICAS VETERINÁRIA

Área de Conhecimento: Clínica de Ruminantes

Classe: ADJUNTO A Regime de Trabalho: DE

LORENE LOUISE SILVA PINTO

COORDENAÇÃO DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA N° 343, DE 27 DE MARÇO DE 2018

A PRÓ-REITORA DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS, no uso de suas atribuições previstas na Portaria de Delegação de Competência nº 448, de 17/05/2011, resolve:

Prorrogar por 01 (um) ano, a partir de 07/04/2018, o prazo legal do Concurso Público para Docente da Carreira do Magistério Superior, realizado por esta Universidade, objeto do Edital nº 01/2016, DOU de 25/02/2016, cuja homologação foi publicada, conforme Portaria nº 459, DOU de 07/04/2017.

ESCOLA POLITÉCNICA

Departamento: DEPTO. DE ENGENHARIA AMBIENTAL

Área de Conhecimento: Qualidade e Controle da Poluição da Água e do Ar

Classe: ADJUNTO A Regime de Trabalho: DE

Departamento: DEPTO. DE ENGENHARIA DE TRANSPORTES E GEODÉSIA

Área de Conhecimento: Fotogrametria e Cartografia

Classe: ASSISTENTE A Regime de Trabalho: DE

LORENE LOUISE SILVA PINTO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE PESSOAS

DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

PORTARIA N° 235, DE 27 DE MARÇO DE 2018

A Diretora do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.066165/2017-53, homologa o resultado do concurso público aprovado pelo Conselho de Unidade do Centro de Ciências Rurais, para a carreira do Magistério Superior, realizado pelo Centro de Ciências Rurais, objeto do Edital nº 106/2017/DDP, publicado no Diário Oficial da União de 25 de outubro de 2017, Seção 3, página 71.

Campo de Conhecimento: Cirurgia/Anatomia Humana/Ensino Tutorial/Habilidades Cirúrgicas /Medicina Legal/Preceptoria de Internato

Regime de Trabalho: 20h

Vagas: 01 (uma) sendo esta, preferencialmente, reservada para candidatos negros conforme prevê a seção 4 deste Edital

Classe/Denominação/Nível: A/Auxiliar A/1

Lista geral:

Classificação	Candidato	Média final
1º	ODAIR COMIN	7,67

Lista de Pessoas com Deficiência:
NÃO HOUVE CANDIDATO INSCRITO
Lista de Pessoas Negras:
NÃO HOUVE CANDIDATO INSCRITO

ELIETE WARQUEN BAHIA COSTA

PORTARIA N° 236, DE 27 DE MARÇO DE 2018

A Diretora do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.037470/2017-38, homologa o resultado do concurso público aprovado pelo Conselho de Unidade do Centro de Blumenau, para a carreira do Magistério Superior, realizado pelo Departamento de Engenharias , objeto do Edital nº 035/DDP/ 2017, publicado no Diário Oficial da União de 31 de julho de 2017, Seção 3, página 85.

Campo de Conhecimento: Ciência da Computação/Linguagens de Programação

Regime de Trabalho: Dedicação Exclusiva/DE

Vagas: 1 (uma) sendo esta, preferencialmente, reservada para candidatos com deficiência conforme prevê a seção 4 deste Edital

Classe/Denominação/Nível: A/Adjunto A/1

Lista geral:

Classificação	Candidato	Média final
1º	MARTIN AUGUSTO GAGLIOTTI VIGIL	8,63
2º	MAIQUEL DE BRITO	8,52
3º	CARLOS ROBERTO MORATELLI	8,17
4º	ANTONIO CARLOS SOBIERANSKI	8,10
5º	ÉRICK OLIVEIRA RODRIGUES	7,58

Lista de Pessoas com Deficiência:
NÃO HOUVE CANDIDATO INSCRITO
Lista de Pessoas Negras:
NÃO HOUVE CANDIDATO APROVADO

ELIETE WARQUEN BAHIA COSTA

Ministério da Fazenda

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA N° 101, DE 27 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 6º-G da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, alterada pela Lei nº 13.530, de 7 de dezembro de 2017, e no art. 10 do Decreto nº 9.305, de 13 de março de 2018, resolve:

Art. 1º Fica autorizada a integralização de cotas pela União, em moeda corrente, no Fundo Garantidor do Fundo de Financiamento Estudantil - FG-Fies, de que trata a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, no montante de R$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE DE CAMPOS MEIRELLES

PORTARIA N° 102, DE 27 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 8º, inciso III, do Decreto nº 9.276, de 2 de fevereiro de 2018, resolve:

Art. 1º Remanejar os limites de pagamento de que trata o Anexo II do Decreto no 9.276, de 2 de fevereiro de 2018, na forma dos Anexos I e II desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE DE CAMPOS MEIRELLES

ANEXO I

REDUÇÃO DOS LIMITES DE PAGAMENTO RELATIVOS A DOTAÇÕES CONSTANTES DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2018 E AOS RESTOS A PAGAR DAS FONTES ESPECIFICADAS - ANEXO II DO DECRETO Nº 9.276, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2018

R$ mil

ÓRGÃOS E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	Até Mar	Até Abr	Até Mai	Até Jun	Até Jul	Até Ago	Até Set	Até Out	Até Nov	Até Dez
26000 Ministério da Educação	-	55.556	111.112	166.668	222.224	277.780	333.336	388.892	444.448	500.004

1. Fontes: Todas as fontes, exceto as fontes 150, 163, 180, 181, 194, 195, 196, 250, 263, 280, 281, 294, 295, 296 e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.
2. Exclui PAC e emendas impositivas individuais (RP6) e emendas impositivas de bancada (RP7).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800053

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO II

ACRÉSCIMO DOS LIMITES DE PAGAMENTO RELATIVOS A DOTAÇÕES CONSTANTES DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2018 E AOS RESTOS A PAGAR DAS FONTES ESPECIFICADAS - ANEXO II DO DECRETO Nº 9.276, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2018

R$ mil

ÓRGÃOS E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	Até Mar	Até Abr	Até Mai	Até Jun	Até Jul	Até Ago	Até Set	Até Out	Até Nov	Até Dez
74000 Operações Oficiais de Crédito	500.004	500.004	500.004	500.004	500.004	500.004	500.004	500.004	500.004	500.004

1. Fontes: Todas as fontes, exceto as fontes 150, 163, 180, 181, 194, 195, 196, 250, 263, 280, 281, 294, 295, 296 e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.
2. Exclui PAC e emendas impositivas individuais (RP6) e emendas impositivas de bancada (RP7).

DESPACHO DE 27 DE MARÇO DE 2018

Processo SEI nº: 17944.000618/2017-79.
Interessado: Estado do Amazonas.
Assunto: Contrato de Garantia, a ser firmado entre a União e o Estado do Amazonas, com a interveniência do Banco do Brasil S/A, e Contrato de Vinculação de Receitas e de Cessão e Transferência de Crédito, em Contragarantia, a ser firmado entre a União e o Estado do Amazonas, com a interveniência do Banco Bradesco S/A e do Banco do Brasil S/A, ambos relativos ao Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 20/02017-1, celebrado entre o Estado do Amazonas e o Banco do Brasil S/A, no valor de R$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), cujos recursos serão destinados à execução do Programa de Apoio às Despesas de Capital - PRODECAP.

Tendo em vista as manifestações da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional quanto ao cumprimento dos requisitos legais aplicáveis, autorizo as contratações, observadas as normas e formalidades legais e regulamentares pertinentes.

HENRIQUE DE CAMPOS MEIRELLES

DESPACHO DE 27 DE MARÇO DE 2018

Processo nº: 17944.001257/2012-73.
Interessado: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.
Assunto: Liquidação Antecipada do saldo devedor do Contratos nº 755/PGFN/CAF, celebrado entre a União e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, em 15 de outubro de 2012.

Tendo em vista as manifestações da Secretaria do Tesouro Nacional, da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional e o Acórdão nº 2975/2016 - TCU - Plenário, do Tribunal de Contas da União, publicado no Diário Oficial da União em 21 de dezembro de 2016, autorizo a liquidação antecipada do referido Contrato, observadas as formalidades legais.

HENRIQUE DE CAMPOS MEIRELLES

DESPACHO DE 27 DE MARÇO DE 2018

Processo nº: 17944.001502/2012-42.
Interessado: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.
Assunto: Liquidação Antecipada do saldo devedor do Contrato nº 807/PGFN/CAF, celebrado entre a União e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, em 28 de dezembro de 2012.

Tendo em vista as manifestações da Secretaria do Tesouro Nacional, da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional e o Acórdão nº 2975/2016 - TCU - Plenário, do Tribunal de Contas da União, publicado no Diário Oficial da União em 21 de dezembro de 2016, autorizo a liquidação antecipada do referido Contrato, observadas as formalidades legais.

HENRIQUE DE CAMPOS MEIRELLES

DESPACHO DE 27 DE MARÇO DE 2018

Processo SEI nº 17944.102547/2018-29.
Interessado: Ministério da Educação.
Assunto: Portaria de remanejamento de limites de pagamento de que trata o Anexo II do Decreto nº 9.276, de 2 de fevereiro de 2018. Art. 87, parágrafo único da Constituição da República, art. 8º, inciso III, do Decreto nº 9.276, de 2 de fevereiro de 2018, art. 6º, §3º Portaria MF nº 495, de 13 de novembro de 2017.

Tendo em vista as manifestações da Secretaria do Tesouro Nacional, por intermédio da Nota Técnica SEI nº 19/2018/GEPLA/COFIN/SUPOF/STN-MF e da Nota Técnica SEI nº 20/2018/GEPLA/COFIN/SUPOF/STN-MF, no sentido da relevância e urgência do pleito, e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, por meio do Parecer SEI nº 95/2018/CAF/PGACFFS/PGFN-MF, pela ausência de óbices jurídicos, com fundamento no § 3º do art. 6º da Portaria MF nº 495, de 13 de novembro de 2017, delibero pela revisão do entendimento da Secretaria do Tesouro Nacional e pela edição da Portaria de remanejamento dos limites de pagamento proposta.

HENRIQUE DE CAMPOS MEIRELLES

DESPACHO DE 27 DE MARÇO DE 2018

Processo nº: 17944.001741/2013-83.
Interessado: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.
Assunto: Liquidação antecipada relativa à parcela do saldo devedor do Contrato nº 904/PGFN/CAF, celebrado entre a União e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, em 5 de dezembro de 2013.

Tendo em vista as manifestações da Secretaria do Tesouro Nacional, da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional e o Acórdão nº 2975/2016 - TCU - Plenário, do Tribunal de Contas da União, publicado no Diário Oficial da União em 21 de dezembro de 2016, autorizo a liquidação parcial antecipada do referido Contrato, observadas as formalidades legais.

HENRIQUE DE CAMPOS MEIRELLES

RETIFICAÇÃO

Na Portaria MF nº 94 de 26 de março de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 27 de março de 2018, Seção 1, página 25, onde se lê: "...VII. Secretaria de Promoção da Produtividade, Concorrência e Inovação... ", leia-se: "VII. Secretaria de Promoção da Produtividade e Advocacia da Concorrência. "

CONSELHO ADMINISTRATIV DE RECURSOS FISCAIS

2ª SEÇÃO

2ª CÂMARA

1ª TURMA ORDINÁRIA

ATA DE JULGAMENTO

Ata de julgamento dos recursos das sessões ordinárias da 1ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 2ª Seção

A íntegra das decisões proferidas - acórdãos e resoluções - serão publicadas no sítio do CARF em https://carf.fazenda.gov.br, podendo ser pesquisadas pelo número do acórdão ou da resolução, pelo número do processo ou pelo nome do contribuinte.

Os processos administrativos poderão ser acompanhados pelo sítio do CARF https://carf.fazenda.gov.br mediante cadastramento no sistema PUSH.

06 DE MARÇO DE 2018 A 08 DE MARÇO DE 2018

Aos seis dias do mês de março do ano de dois mil e dezoito, às nove horas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Sala 301, Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os membros da 1ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 2ª Seção, estando presentes os conselheiros Carlos Henrique de Oliveira (Presidente), José Alfredo Duarte Filho, Douglas Kakazu Kushiyama, Marcelo Milton da Silva Risso, Dione Jesabel Wasilewski, Carlos Alberto do Amaral Azeredo, Daniel Melo Mendes Bezerra e Rodrigo Monteiro Loureiro Amorim, a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária.

Processo: 19515.002149/2010-31 - CONTAX-MOBITEL S.A. - Acórdão: 2201-004.162
Processo: 19515.002151/2010-19 - MOBITEL S.A. - Acórdão: 2201-004.163
Processo: 19515.002153/2010-08 - CONTAX-MOBITEL S.A. - Acórdão: 2201-004.263
Processo: 19515.002154/2010-44 - CONTAX-MOBITEL S.A. - Acórdão: 2201-004.166
Processo: 19515.002157/2010-88 - CONTAX-MOBITEL S.A. - Acórdão: 2201-004.167
Processo: 19515.002158/2010-22 - MOBITEL S.A. - Acórdão: 2201-004.168
Processo: 19515.002159/2010-77 - CONTAX-MOBITEL S.A. - Acórdão: 2201-004.169
Processo: 19515.002160/2010-00 - CONTAX-MOBITEL S.A. - Acórdão: 2201-004.170
Processo: 19515.002161/2010-46 - CONTAX-MOBITEL S.A. - Acórdão: 2201-004.171
Processo: 19515.002162/2010-91 - CONTAX-MOBITEL S.A. - Acórdão: 2201-004.172
Processo: 19515.002163/2010-35 - CONTAX-MOBITEL S.A. - Acórdão: 2201-004.173
Processo: 19515.002164/2010-80 - CONTAX-MOBITEL S.A. - Acórdão: 2201-004.174
Processo: 19515.002165/2010-24 - CONTAX-MOBITEL S.A. - Acórdão: 2201-004.175
Processo: 19515.002166/2010-79 - CONTAX-MOBITEL S.A. - Acórdão: 2201-004.176
Processo: 19515.002167/2010-13 - CONTAX-MOBITEL S.A. - Acórdão: 2201-004.177
Processo: 19515.002168/2010-68 - CONTAX-MOBITEL S.A. - Acórdão: 2201-004.178
Processo: 19515.002169/2010-11 - CONTAX-MOBITEL S.A. - Acórdão: 2201-004.179
Processo: 19515.002170/2010-37 - MOBITEL S.A. - Acórdão: 2201-004.180
Processo: 19515.002171/2010-81 - CONTAX-MOBITEL S.A. - Acórdão: 2201-004.181
Processo: 19515.002172/2010-26 - CONTAX-MOBITEL S.A. - Acórdão: 2201-004.182
Processo: 19515.002173/2010-71 - CONTAX-MOBITEL S.A. - Acórdão: 2201-004.183
Processo: 19515.002174/2010-15 - CONTAX-MOBITEL S.A. - Acórdão: 2201-004.184
Processo: 19515.002175/2010-60 - CONTAX-MOBITEL S.A. - Acórdão: 2201-004.185
Processo: 19515.002176/2010-12 - CONTAX-MOBITEL S.A. - Acórdão: 2201-004.186
Processo: 19515.002177/2010-59 - CONTAX-MOBITEL S.A. - Acórdão: 2201-004.187
Processo: 19515.002178/2010-01 - CONTAX-MOBITEL S.A. - Acórdão: 2201-004.188
Processo: 19515.002179/2010-48 - CONTAX-MOBITEL S.A. - Acórdão: 2201-004.189
Processo: 19515.002180/2010-72 - CONTAX-MOBITEL S.A. - Acórdão: 2201-004.190
Processo: 19515.002181/2010-17 - CONTAX-MOBITEL S.A. - Acórdão: 2201-004.191
Processo: 19515.002182/2010-61 - CONTAX-MOBITEL S.A. - Acórdão: 2201-004.192
Processo: 19515.002183/2010-14 - CONTAX-MOBITEL S.A. - Acórdão: 2201-004.193
Processo: 19515.002184/2010-51 - CONTAX-MOBITEL S.A. - Acórdão: 2201-004.194
Processo: 19515.002185/2010-03 - CONTAX-MOBITEL S.A. - Acórdão: 2201-004.195
Processo: 19515.002186/2010-40 - CONTAX-MOBITEL S.A. - Acórdão: 2201-004.196
Processo: 19515.002187/2010-94 - CONTAX-MOBITEL S.A. - Acórdão: 2201-004.197
Processo: 19515.002188/2010-39 - CONTAX-MOBITEL S.A. - Acórdão: 2201-004.198
Processo: 19515.002189/2010-83 - CONTAX-MOBITEL S.A. - Acórdão: 2201-004.199
Processo: 19515.002190/2010-16 - CONTAX-MOBITEL S.A. - Acórdão: 2201-004.200
Processo: 19515.002191/2010-52 - CONTAX-MOBITEL S.A. - Acórdão: 2201-004.201
Processo: 19515.002192/2010-05 - CONTAX-MOBITEL S.A. - Acórdão: 2201-004.202
Processo: 19515.002193/2010-41 - CONTAX-MOBITEL S.A. - Acórdão: 2201-004.203
Processo: 19515.002194/2010-96 - CONTAX-MOBITEL S.A. - Acórdão: 2201-004.204
Processo: 19515.002195/2010-31 - CONTAX-MOBITEL S.A. - Acórdão: 2201-004.205
Processo: 19515.002196/2010-85 - CONTAX-MOBITEL S.A. - Acórdão: 2201-004.206
Processo: 19515.002197/2010-20 - CONTAX-MOBITEL S.A. - Acórdão: 2201-004.207
Processo: 19515.002198/2010-74 - CONTAX-MOBITEL S.A. - Acórdão: 2201-004.208
Processo: 19515.002199/2010-19 - CONTAX-MOBITEL S.A. - Acórdão: 2201-004.209
Processo: 19515.002200/2010-13 - CONTAX-MOBITEL S.A. - Acórdão: 2201-004.210
Processo: 19515.002201/2010-50 - CONTAX-MOBITEL S.A. - Acórdão: 2201-004.211
Processo: 19515.002202/2010-02 - CONTAX-MOBITEL S.A. - Acórdão: 2201-004.212
Processo: 19515.002203/2010-49 - CONTAX-MOBITEL S.A. - Acórdão: 2201-004.213
Processo: 19515.002204/2010-93 - CONTAX-MOBITEL S.A. - Acórdão: 2201-004.214
Processo: 19515.002205/2010-38 - CONTAX-MOBITEL S.A. - Acórdão: 2201-004.215
Processo: 19515.002206/2010-82 - CONTAX-MOBITEL S.A. - Acórdão: 2201-004.216

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800054

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Processo: 19515.002207/2010-27 - CONTAX-MOBITEL S.A. - Acórdão: 2201-004.217
Processo: 19515.002208/2010-71 - CONTAX-MOBITEL S.A. - Acórdão: 2201-004.218
Processo: 19515.002209/2010-16 - CONTAX-MOBITEL S.A. - Acórdão: 2201-004.219
Processo: 19515.002210/2010-41 - CONTAX-MOBITEL S.A. - Acórdão: 2201-004.220
Processo: 19515.002211/2010-95 - CONTAX-MOBITEL S.A. - Acórdão: 2201-004.221
Processo: 19515.002212/2010-30 - CONTAX-MOBITEL S.A. - Acórdão: 2201-004.222
Processo: 19515.002213/2010-84 - CONTAX-MOBITEL S.A. - Acórdão: 2201-004.223
Processo: 19515.002214/2010-29 - CONTAX-MOBITEL S.A. - Acórdão: 2201-004.224
Processo: 19515.002215/2010-73 - CONTAX-MOBITEL S.A. - Acórdão: 2201-004.225
Processo: 19515.002216/2010-18 - CONTAX-MOBITEL S.A. - Acórdão: 2201-004.226
Processo: 19515.002217/2010-62 - CONTAX-MOBITEL S.A. - Acórdão: 2201-004.227
Processo: 19515.002218/2010-15 - CONTAX-MOBITEL S.A. - Acórdão: 2201-004.228
Processo: 19515.002219/2010-51 - CONTAX-MOBITEL S.A. - Acórdão: 2201-004.229
Processo: 19515.002220/2010-86 - CONTAX-MOBITEL S.A. - Acórdão: 2201-004.230
Processo: 19515.002221/2010-21 - CONTAX-MOBITEL S.A. - Acórdão: 2201-004.231
Processo: 19515.002222/2010-75 - CONTAX-MOBITEL S.A. - Acórdão: 2201-004.232
Processo: 19515.002223/2010-10 - CONTAX-MOBITEL S.A. - Acórdão: 2201-004.233
Processo: 19515.002224/2010-64 - CONTAX-MOBITEL S.A. - Acórdão: 2201-004.234
Processo: 19515.002225/2010-17 - CONTAX-MOBITEL S.A. - Acórdão: 2201-004.235
Processo: 19515.002226/2010-53 - CONTAX-MOBITEL S.A. - Acórdão: 2201-004.236
Processo: 37342.000524/2005-52 - MARABA PREFEITURA MUNICIPAL - Acórdão: 2201-004.237
Processo: 37342.000532/2005-07 - MARABA PREFEITURA MUNICIPAL - Acórdão: 2201-004.238
Processo: 37342.000533/2005-43 - MARABA PREFEITURA MUNICIPAL - Acórdão: 2201-004.239
Processo: 37342.000534/2005-98 - MARABA PREFEITURA MUNICIPAL - Acórdão: 2201-004.240
Processo: 37342.000535/2005-32 - MARABA PREFEITURA MUNICIPAL - Acórdão: 2201-004.241
Processo: 37342.000536/2005-87 - MARABA PREFEITURA MUNICIPAL - Acórdão: 2201-004.242
Processo: 37342.000539/2005-11 - MARABA PREFEITURA MUNICIPAL - Acórdão: 2201-004.243
Processo: 37342.000540/2005-45 - MARABA PREFEITURA MUNICIPAL - Acórdão: 2201-004.244
Processo: 37342.000542/2005-34 - MARABA PREFEITURA MUNICIPAL - Acórdão: 2201-004.245
Processo: 37342.000543/2005-89 - MARABA PREFEITURA MUNICIPAL - Acórdão: 2201-004.246
Processo: 37342.000546/2005-12 - MARABA PREFEITURA MUNICIPAL - Acórdão: 2201-004.247
Processo: 37342.000548/2005-10 - MARABA PREFEITURA MUNICIPAL - Acórdão: 2201-004.248
Processo: 37342.000549/2005-56 - MARABA PREFEITURA MUNICIPAL - Acórdão: 2201-004.249
Processo: 37342.000550/2005-81 - MARABA PREFEITURA MUNICIPAL - Acórdão: 2201-004.250
Processo: 37342.000551/2005-25 - MARABA PREFEITURA MUNICIPAL - Acórdão: 2201-004.251
Processo: 37342.000554/2005-69 - MARABA PREFEITURA MUNICIPAL - Acórdão: 2201-004.252
Processo: 37342.000557/2005-01 - MARABA PREFEITURA MUNICIPAL - Acórdão: 2201-004.253
Processo: 37342.000561/2005-61 - MARABA PREFEITURA MUNICIPAL - Acórdão: 2201-004.254
Processo: 37342.000562/2005-13 - MARABA PREFEITURA MUNICIPAL - Acórdão: 2201-004.255
Processo: 37342.000565/2005-49 - MARABA PREFEITURA MUNICIPAL - Acórdão: 2201-004.256
Processo: 37342.000566/2005-93 - MARABA PREFEITURA MUNICIPAL - Acórdão: 2201-004.257
Processo: 37342.000567/2005-38 - MARABA PREFEITURA MUNICIPAL - Acórdão: 2201-004.258
Processo: 37342.000568/2005-82 - MARABA PREFEITURA MUNICIPAL - Acórdão: 2201-004.259
Processo: 37342.000570/2005-51 - MARABA PREFEITURA MUNICIPAL - Acórdão: 2201-004.260
Processo: 37342.000571/2005-04 - MARABA PREFEITURA MUNICIPAL - Acórdão: 2201-004.261
Processo: 37342.000579/2005-62 - MARABA PREFEITURA MUNICIPAL - Acórdão: 2201-004.262
Processo: 10380.001833/2009-61 - CORPVS - CORPO DE VIGILANTES PARTICULARES LTDA - Acórdão: 2201-004.164
Processo: 10380.001843/2009-04 - CORPVS - CORPO DE VIGILANTES PARTICULARES LTDA - Acórdão: 2201-004.264
Processo: 10380.001831/2009-71 - CORPVS - CORPO DE VIGILANTES PARTICULARES LTDA - Acórdão: 2201-004.265
Processo: 10380.001835/2009-50 - CORPVS - CORPO DE VIGILANTES PARTICULARES LTDA - Acórdão: 2201-004.266
Processo: 10380.001834/2009-13 - CORPVS - CORPO DE VIGILANTES PARTICULARES LTDA - Acórdão: 2201-004.267
Processo: 10380.001832/2009-16 - CORPVS - CORPO DE VIGILANTES PARTICULARES LTDA - Acórdão: 2201-004.268
Processo: 10380.001836/2009-02 - CORPVS - CORPO DE VIGILANTES PARTICULARES LTDA - Acórdão: 2201-004.269
Processo: 10380.001844/2009-41 - CORPVS - CORPO DE VIGILANTES PARTICULARES LTDA - Acórdão: 2201-004.270
Processo: 10380.001837/2009-49 - CORPVS - CORPO DE VIGILANTES PARTICULARES LTDA - Acórdão: 2201-004.271
Processo: 10380.001824/2009-70 - CORPVS CORPO VIGILANTES PARTICULARES LTD - Acórdão: 2201-004.272
Processo: 10380.001826/2009-69 - CORPVS CORPO VIGILANTES PARTICULARES LTD - Acórdão: 2201-004.273
Processo: 10380.001825/2009-14 - CORPVS CORPO VIGILANTES PARTICULARES LTD - Acórdão: 2201-004.274
Processo: 10380.001820/2009-91 - CORPVS - CORPO DE VIGILANTES PARTICULARES LTDA - Acórdão: 2201-004.275
Processo: 12448.728280/2013-77 - LOG-IN - LOGISTICA INTERMODAL S/A - Acórdão: 2201-004.276
Processo: 15586.001685/2009-91 - BRAZSHIPPING MARITIMA LTDA - Acórdão: 2201-004.277
Processo: 10166.722229/2009-14 - DEPOSITO AVATAR LTDA - Acórdão: 2201-004.278
Processo: 15758.000007/2010-26 - FUNDACAO DO ABC - Resolução: 2201-000.301
Processo: 10935.003389/2010-38 - OLECARGAS CARGA DESGAR PROD AGRIC LTDA - Acórdão: 2201-004.279
Processo: 12268.000573/2008-47 - TMT DO BRASIL LTDA - Acórdão: 2201-004.280
Processo: 11065.725079/2013-70 - IBROWSE - CONSULTORIA & INFORMATICA LTDA - Acórdão: 2201-004.281
Processo: 13936.000370/2008-01 - BRASFIBRA INDUSTRIA E COMERCIO DE CHAPAS DE MADEIRA - EIRELI - Acórdão: 2201-004.282
Processo: 13936.000371/2008-48 - VALDIR LUIZ ROSSONI - Acórdão: 2201-004.283
Processo: 13936.000372/2008-92 - BRASFIBRA INDUSTRIA E COMERCIO DE CHAPAS DE MADEIRA - EIRELI - Acórdão: 2201-004.284
Processo: 37005.009015/2006-05 - MRS LOGISTICA S/A - Pedido de vista.
Processo: 37005.001742/2007-05 - MRS LOGISTICA S/A - Pedido de vista.
Processo: 35564.002760/2006-54 - RISEL TRANSPORTES, LOGISTICA E LOCACAO DE EQUIPAMENTOS LTDA - Acórdão: 2201-004.285

CARLOS HENRIQUE DE OLIVEIRA
Presidente da 1ª Turma Ordinária

Aos seis dias do mês de março do ano de dois mil e dezoito, às quatorze horas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Sala 301, Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os membros da 1ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 2ª Seção, estando presentes os conselheiros Carlos Henrique de Oliveira (Presidente), José Alfredo Duarte Filho, Douglas Kakazu Kushiyama, Marcelo Milton da Silva Risso, Dione Jesabel Wasilewski, Carlos Alberto do Amaral Azeredo, Daniel Melo Mendes Bezerra e Rodrigo Monteiro Loureiro Amorim, a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária.
Processo: 19515.720082/2014-44 - MARFRIG GLOBAL FOODS S.A. - Acórdão: 2201-004.286
Processo: 13654.001163/2008-22 - FOCUS REALITY ASSESSORIA EM RH EIRELI - ME - Acórdão: 2201-004.287
Processo: 36802.000092/2007-14 - COMERCIO MATERIAIS CONSTRUCAO LORENZETTI - Resolução: 2201-000.302
Processo: 15983.000934/2008-68 - MONAVI SERVICOS ADMINISTRATIVOS LTDA - ME - Resolução: 2201-000.303
Processo: 10469.000155/2008-68 - IMOBILIARIA TERTULIANO REGO LTDA - EPP - Acórdão: 2201-004.288
Processo: 12963.000278/2007-62 - PLANO - EMPREENDIMENTOS E CONSTRUCOES LT - Acórdão: 2201-004.289
Processo: 12963.000277/2007-18 - PLANO - EMPREENDIMENTOS E CONSTRUCOES LT - Acórdão: 2201-004.290
Processo: 12963.000276/2007-73 - PLANO - EMPREENDIMENTOS E CONSTRUCOES LT - Acórdão: 2201-004.291
Processo: 12963.000273/2007-30 - PLANO - EMPREENDIMENTOS E CONSTRUCOES LT - Acórdão: 2201-004.292
Processo: 12963.000279/2007-15 - PLANO - EMPREENDIMENTOS E CONSTRUCOES LT - Acórdão: 2201-004.293
Processo: 15504.020567/2009-45 - MUNICIPIO DE NOVA LIMA - Acórdão: 2201-004.294
Processo: 15504.020569/2009-34 - MUNICIPIO DE NOVA LIMA - Acórdão: 2201-004.295
Processo: 15504.020568/2009-90 - MUNICIPIO DE NOVA LIMA - Acórdão: 2201-004.296
Processo: 16045.000483/2009-11 - OFICIAL DE REGISTRO IMOVEIS, TITULOS DOCUMENTOS, CIVIL PESSOA JURIDICA E TABELIAO DE PROTESTO LETRAS E TITULOS - Acórdão: 2201-004.297
Processo: 10830.012693/2010-44 - M-CAMP CONCESSIONARIA DE VEICULOS LTDA - Acórdão: 2201-004.298
Processo: 10830.012692/2010-08 - M-CAMP CONCESSIONARIA DE VEICULOS LTDA - Acórdão: 2201-004.299
Processo: 18108.000978/2007-13 - TERRAVAL TERRAPLENAGEM E SERVICOS LTDA - ME - Acórdão: 2201-004.300

CARLOS HENRIQUE DE OLIVEIRA
Presidente da 1ª Turma Ordinária

Aos sete dias do mês de março do ano de dois mil e dezoito, às nove horas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Sala 301, Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os membros da 1ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 2ª Seção, estando presentes os conselheiros Carlos Henrique de Oliveira (Presidente), José Alfredo Duarte Filho, Douglas Kakazu Kushiyama, Marcelo Milton da Silva Risso, Dione Jesabel Wasilewski, Carlos Alberto do Amaral Azeredo, Daniel Melo Mendes Bezerra e Rodrigo Monteiro Loureiro Amorim, a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária.
Processo: 10140.720723/2010-68 - SERGIO CARLOS DE GODOY HIDALGO - Acórdão: 2201-004.301
Processo: 12448.732154/2013-17 - DAMIR VRCIBRADIC - Acórdão: 2201-004.302
Processo: 12448.727251/2013-98 - EDMAR LELIO VIEIRA FARIA SOARES - Acórdão: 2201-004.303
Processo: 12448.722206/2014-28 - VICENTE DE PAULO PIRES - Acórdão: 2201-004.304
Processo: 12448.727315/2013-51 - PAULO GUILHERME BARROSO ROMANO - Acórdão: 2201-004.305
Processo: 11060.724059/2011-60 - HERMINDO FRACAO - Pedido de vista.
Processo: 10530.723475/2011-02 - LORENI LUIZ COMPARIN - Acórdão: 2201-004.306
Processo: 10805.002663/2002-27 - FLORIANO RIBEIRO FILHO - Acórdão: 2201-004.307
Processo: 10166.721564/2014-54 - LUIZ ESTEVAO DE OLIVEIRA - Acórdão: 2201-004.308
Processo: 18471.000367/2007-27 - DANIELLE STIPP - Pedido de vista.
Processo: 18471.000366/2007-82 - HENRY STIPP - Pedido de vista.
Processo: 19515.003238/2008-81 - DAVY LEVY - Acórdão: 2201-004.309

CARLOS HENRIQUE DE OLIVEIRA
Presidente da 1ª Turma Ordinária

Aos sete dias do mês de março do ano de dois mil e dezoito, às quatorze horas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Sala 301, Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os membros da 1ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 2ª Seção, estando presentes os conselheiros Carlos Henrique de Oliveira (Presidente), José Alfredo Duarte Filho, Douglas Kakazu Kushiyama, Marcelo Milton da Silva Risso, Dione Jesabel Wasilewski, Carlos Alberto do Amaral Azeredo, Daniel Melo Mendes Bezerra e Rodrigo Monteiro Loureiro Amorim, a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária.
Processo: 10073.720132/2007-36 - SOCIEDADE INDUSTRIAL AGRICOLA FAZENDA NOVA GRATAU LTDA - ME - Acórdão: 2201-004.310
Processo: 10880.679886/2009-51 - TIM CELULAR S.A. - Acórdão: 2201-004.311
Processo: 10880.679870/2009-48 - TIM CELULAR S.A. - Acórdão: 2201-004.312
Processo: 10880.679879/2009-59 - TIM CELULAR S.A. - Acórdão: 2201-004.313
Processo: 10880.679915/2009-84 - TIM CELULAR S.A. - Acórdão: 2201-004.314
Processo: 10880.679838/2009-62 - TIM CELULAR S.A. - Acórdão: 2201-004.315
Processo: 10880.679883/2009-17 - TIM CELULAR S.A. - Acórdão: 2201-004.316
Processo: 10880.679792/2009-81 - TIM CELULAR S.A. - Acórdão: 2201-004.317
Processo: 10880.679849/2009-42 - TIM CELULAR S.A. - Acórdão: 2201-004.318
Processo: 10880.679839/2009-15 - TIM CELULAR S.A. - Acórdão: 2201-004.319
Processo: 10880.679871/2009-92 - TIM CELULAR S.A. - Acórdão: 2201-004.320
Processo: 10880.679898/2009-85 - TIM CELULAR S.A. - Acórdão: 2201-004.321
Processo: 10880.679884/2009-61 - TIM CELULAR S.A. - Acórdão: 2201-004.322
Processo: 10880.679897/2009-31 - TIM CELULAR S.A. - Acórdão: 2201-004.323

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800055

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Processo: 10880.920504/2009-80 - TIM CELULAR S.A. - Acórdão: 2201-004.324
Processo: 10880.679813/2009-69 - TIM CELULAR S.A. - Acórdão: 2201-004.325
Processo: 10880.679859/2009-88 - TIM CELULAR S.A. - Acórdão: 2201-004.326
Processo: 10880.679894/2009-05 - TIM CELULAR S.A. - Acórdão: 2201-004.327
Processo: 10880.679803/2009-23 - TIM CELULAR S.A. - Acórdão: 2201-004.328
Processo: 10880.679850/2009-77 - TIM CELULAR S.A. - Acórdão: 2201-004.329
Processo: 10880.679878/2009-12 - TIM CELULAR S.A. - Acórdão: 2201-004.330
Processo: 10880.679893/2009-52 - TIM CELULAR S.A. - Acórdão: 2201-004.331
Processo: 10880.679875/2009-71 - TIM CELULAR S.A. - Acórdão: 2201-004.332
Processo: 10880.679912/2009-41 - TIM CELULAR S.A. - Acórdão: 2201-004.333
Processo: 10880.679834/2009-84 - TIM CELULAR S.A. - Acórdão: 2201-004.334
Processo: 10880.679869/2009-13 - TIM CELULAR S.A. - Acórdão: 2201-004.335
Processo: 10880.679881/2009-28 - TIM CELULAR S.A. - Acórdão: 2201-004.336
Processo: 10880.679896/2009-96 - TIM CELULAR S.A. - Acórdão: 2201-004.337
Processo: 10880.920502/2009-91 - TIM CELULAR S.A. - Acórdão: 2201-004.338
Processo: 10880.679791/2009-37 - TIM CELULAR S.A. - Acórdão: 2201-004.339
Processo: 10880.679841/2009-86 - TIM CELULAR S.A. - Acórdão: 2201-004.340
Processo: 10880.679874/2009-26 - TIM CELULAR S.A. - Acórdão: 2201-004.341
Processo: 10880.679885/2009-14 - TIM CELULAR S.A. - Acórdão: 2201-004.342
Processo: 10880.679899/2009-20 - TIM CELULAR S.A. - Acórdão: 2201-004.343
Processo: 10480.915727/2009-38 - TIM NORDESTE S/A - Acórdão: 2201-004.344
Processo: 10480.913055/2009-26 - TIM NORDESTE S/A - Acórdão: 2201-004.345
Processo: 10480.913051/2009-48 - TIM NORDESTE S/A - Acórdão: 2201-004.346
Processo: 10480.915731/2009-04 - TIM NORDESTE S/A - Acórdão: 2201-004.347
Processo: 10480.915733/2009-95 - TIM NORDESTE S/A - Acórdão: 2201-004.348
Processo: 16327.902312/2006-19 - BANCO SANTANDER BRASIL S/A - Acórdão: 2201-004.349
Processo: 16327.902314/2006-08 - BANCO SANTANDER BRASIL S/A - Acórdão: 2201-004.350
Processo: 16327.902315/2006-44 - BANCO SANTANDER BRASIL S/A - Acórdão: 2201-004.351
Processo: 16327.902320/2006-57 - BANCO SANTANDER BRASIL S/A - Acórdão: 2201-004.352
Processo: 16327.902321/2006-00 - BANCO SANTANDER BRASIL S/A - Acórdão: 2201-004.353
Processo: 16327.902323/2006-91 - BANCO SANTANDER BRASIL S/A - Acórdão: 2201-004.354

CARLOS HENRIQUE DE OLIVEIRA
Presidente da 1ª Turma Ordinária

Aos oito dias do mês de março do ano de dois mil e dezoito, às nove horas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Sala 301, Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os membros da 1ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 2ª Seção, estando presentes os conselheiros Carlos Henrique de Oliveira (Presidente), José Alfredo Duarte Filho, Douglas Kakazu Kushiyama, Marcelo Milton da Silva Risso, Dione Jesabel Wasilewski, Carlos Alberto do Amaral Azeredo, Daniel Melo Mendes Bezerra e Rodrigo Monteiro Loureiro Amorim, a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária.

Processo: 10380.005472/2008-41 - VIACAO CIDADE LUZ LTDA - Acórdão: 2201-004.355
Processo: 10530.722223/2010-77 - JOAO AUGUSTO MOURA DA PAIXAO - Acórdão: 2201-004.356
Processo: 10218.000352/2007-58 - EULER AIRES MARQUES - Acórdão: 2201-004.357
Processo: 19515.003877/2003-31 - ANTONIO CARLOS ROMA - Acórdão: 2201-004.358
Processo: 10830.004372/2007-71 - JOSE EDUARDO FERREIRA JUNIOR - Acórdão: 2201-004.359
Processo: 18471.001786/2005-14 - NORBERTO RODRIGUES DUARTE - Acórdão: 2201-004.360
Processo: 13830.000832/2001-94 - SINARA MESQUITA SERVA - Acórdão: 2201-004.361
Processo: 10166.730593/2012-45 - HUMBERTO DE SOUZA FERRO JUNIOR - Acórdão: 2201-004.362
Processo: 18471.000746/2007-17 - INSTITUTO METODISTA BENNETT - Acórdão: 2201-004.363
Processo: 10980.724165/2010-18 - COSTANTINO ROBERTO COSTANTINI - Acórdão: 2201-004.364

CARLOS HENRIQUE DE OLIVEIRA
Presidente da 1ª Turma Ordinária

Aos oito dias do mês de março do ano de dois mil e dezoito, às quatorze horas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Sala 301, Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os membros da 1ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 2ª Seção, estando presentes os conselheiros Carlos Henrique de Oliveira (Presidente), José Alfredo Duarte Filho, Douglas Kakazu Kushiyama, Marcelo Milton da Silva Risso, Dione Jesabel Wasilewski, Carlos Alberto do Amaral Azeredo, Daniel Melo Mendes Bezerra e Rodrigo Monteiro Loureiro Amorim, a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária.

Processo: 10640.001478/2007-50 - EVARISTO CELINO - Acórdão: 2201-004.365
Processo: 10410.004514/2005-89 - JOAO BARBOSA NETO - Acórdão: 2201-004.366
Processo: 13161.720097/2007-54 - CELSO CORTADA CORDENONSSI - Acórdão: 2201-004.367

CARLOS HENRIQUE DE OLIVEIRA
Presidente da 1ª Turma Ordinária

2ª TURMA ORDINÁRIA

ATA DE JULGAMENTO

Ata de julgamento dos recursos das sessões ordinárias da 2ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 2ª Seção

A íntegra das decisões proferidas - acórdãos e resoluções - serão publicadas no sítio do CARF em https://carf.fazenda.gov.br, podendo ser pesquisadas pelo número do acórdão ou da resolução, pelo número do processo ou pelo nome do contribuinte.

Os processos administrativos poderão ser acompanhados pelo sítio do CARF https://carf.fazenda.gov.br mediante cadastramento no sistema PUSH.

05 DE MARÇO DE 2018 A 09 DE MARÇO DE 2018

Aos cinco dias do mês de março do ano de dois mil e dezoito, às nove horas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Sala 401, Brasília, Distrito Federal, constatada a ausência de quórum regimental de que trata o art. 54 do Anexo II do RICARF, em razão da paralisação das atividades dos integrantes do cargo de Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil, que integram este Conselho na condição de Conselheiros representantes da Fazenda Nacional, conforme comunicação publicada no sítio do CARF, declara-se a impossibilidade de instalação da sessão desta 2ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 2ª Seção, motivo pelo qual todos os processos abaixo listados serão retirados de pauta.

Processo: 11080.728718/2014-41 - CENTRO CLINICO GAUCHO LTDA - Retirado de pauta.
Processo: 11080.729059/2015-41 - CENTRO CLINICO GAUCHO LTDA - Retirado de pauta.
Processo: 11516.722854/2013-80 - A. ANGELONI & CIA. LTDA - Retirado de pauta.
Processo: 11330.001357/2007-74 - PLANAVE S A ESTUDOS E PROJETOS DE ENGENHARIA - Retirado de pauta.
Processo: 11330.000723/2007-78 - SOCIEDADE EDUCACIONAL PROFESSOR JOSE DE S HERDY LTDA - Retirado de pauta.
Processo: 14474.000298/2007-71 - ETHICOMPANY SERVICOS TEMPORARIOS LTDA - Retirado de pauta.
Processo: 16024.000184/2008-35 - FIORELLA PRODUTOS TEXTEIS LTDA - Retirado de pauta.
Processo: 17988.000002/2008-09 - SANTA MARIA AGRICOLA LTDA - Retirado de pauta.
Processo: 10830.004550/2007-63 - HEWLETT PACKARD COMPUTADORES LTDA - Retirado de pauta.
Processo: 16707.006585/2009-09 - CONSTRUTORA A GASPAR S/A - Retirado de pauta.
Processo: 16707.005909/2008-01 - CONSTRUTORA A GASPAR S/A - Retirado de pauta.
Processo: 16707.006597/2009-25 - CONSTRUTORA A GASPAR S/A - Retirado de pauta.
Processo: 16707.006591/2009-58 - CONSTRUTORA A GASPAR S/A - Retirado de pauta.
Processo: 16707.006588/2009-34 - CONSTRUTORA A GASPAR S/A - Retirado de pauta.
Processo: 16707.002135/2009-39 - CONSTRUTORA A GASPAR S/A - Retirado de pauta.
Processo: 16707.002132/2009-03 - CONSTRUTORA A GASPAR S/A - Retirado de pauta.
Processo: 16707.002130/2009-14 - CONSTRUTORA A GASPAR S/A - Retirado de pauta.
Processo: 16707.002129/2009-81 - CONSTRUTORA A GASPAR S/A - Retirado de pauta.
Processo: 16707.005907/2008-11 - CONSTRUTORA A GASPAR S/A - Retirado de pauta.
Processo: 16707.005905/2008-14 - CONSTRUTORA A GASPAR S/A - Retirado de pauta.
Processo: 16707.006590/2009-11 - CONSTRUTORA A GASPAR S/A - Retirado de pauta.
Processo: 16707.005903/2008-25 - CONSTRUTORA A GASPAR S/A - Retirado de pauta.
Processo: 16707.006589/2009-89 - CONSTRUTORA A GASPAR S/A - Retirado de pauta.
Processo: 16707.005901/2008-36 - CONSTRUTORA A GASPAR S/A - Retirado de pauta.
Processo: 16707.006586/2009-45 - CONSTRUTORA A GASPAR S/A - Retirado de pauta.
Processo: 11052.000578/2010-57 - SERES SERVICOS DE RECRUTAMENTO E SELECAO DE PESSOAL LTDA. - Retirado de pauta.

MARIA HELENA COTTA CARDOZO
Presidente da 2ª Câmara da 2ª Seção

Aos cinco dias do mês de março do ano de dois mil e dezoito, às quatorze horas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Sala 401, Brasília, Distrito Federal, constatada a ausência de quórum regimental de que trata o art. 54 do Anexo II do RICARF, em razão da paralisação das atividades dos integrantes do cargo de Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil, que integram este Conselho na condição de Conselheiros representantes da Fazenda Nacional, conforme comunicação publicada no sítio do CARF, declara-se a impossibilidade de instalação da sessão desta 2ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 2ª Seção, motivo pelo qual todos os processos abaixo listados serão retirados de pauta.

Processo: 13855.002707/2007-26 - ACEF S/A - Retirado de pauta.
Processo: 13855.002706/2007-81 - ACEF S/A - Retirado de pauta.
Processo: 13855.002661/2007-45 - ACEF S/A - Retirado de pauta.
Processo: 13855.002704/2007-92 - ACEF S/A SUC DE ACEF CULT E EDUC FCA LTD - Retirado de pauta.
Processo: 13855.002697/2007-29 - ACEF S/A SUC DE ACEF CULT E EDUC FCA LTD - Retirado de pauta.
Processo: 13855.002591/2007-25 - ACEF S/A SUC DE ACEF CULT EDUC DE FCA LT - Retirado de pauta.
Processo: 13855.002666/2007-78 - ACEF S/A SUCES DE ACEF CULT EDUC FCA LTD - Retirado de pauta.
Processo: 13855.002721/2007-20 - ACEF S/A. - Retirado de pauta.
Processo: 13855.002709/2007-15 - ACEF S/A. - Retirado de pauta.
Processo: 18088.720063/2012-71 - PAMIRO COMERCIO E PARTICIPACOES LTDA - Retirado de pauta.
Processo: 18088.720062/2012-26 - PAMIRO COMERCIO E PARTICIPACOES LTDA - Retirado de pauta.
Processo: 10380.722693/2016-97 - ANTONIO CARLOS LIMA DA COSTA - Retirado de pauta.
Processo: 15463.722800/2015-08 - HELIO JOAO SOARES - Retirado de pauta.
Processo: 16696.720721/2014-01 - JOAO LUIZ DOS SANTOS FERREIRA - Retirado de pauta.
Processo: 10283.721709/2015-61 - JORGE TENORIO LUCCHESI - Retirado de pauta.
Processo: 10140.720035/2016-93 - ALICE FETTER TORRACA - Retirado de pauta.
Processo: 13605.000388/2007-66 - ANTONIO CARLOS RIBEIRO MOREIRA - Retirado de pauta.
Processo: 12448.722136/2016-70 - CARLOS HENRIQUE MORENA - Retirado de pauta.
Processo: 10840.002719/2006-41 - FRANCISCO JOSE RESENDE - Retirado de pauta.
Processo: 11610.723695/2014-43 - GUIDO AMILCAR OROZCO DURAN - Retirado de pauta.
Processo: 12448.728932/2015-35 - KADIA DE MOURA GONCALVES - Retirado de pauta.

MARIA HELENA COTTA CARDOZO
Presidente da 2ª Câmara da 2ª Seção

Aos seis dias do mês de março do ano de dois mil e dezoito, às nove horas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Sala 401, Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os membros da 2ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 2ª Seção, estando presentes os conselheiros Waltir de Carvalho (Presidente), Junia Roberta Gouveia Sampaio, Dilson Jatahy Fonseca Neto, Rosy Adriane da Silva Dias, Paulo Sergio Miranda Gabriel Filho e Martin da Silva Gesto, a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária.

Processo: 36918.000052/2005-11 - FIAT AUTOMOVEIS SA - Retirado de pauta.
Processo: 17546.001007/2007-69 - FRIGORIFICO CAMPOS DE SAO JOSE LTDA - ME - Retirado de pauta.
Processo: 37048.291300/2006-55 - CSN - CIA. SIDERURGICA NACIONAL - Retirado de pauta.
Processo: 37048.331600/2006-84 - CSN - CIA. SIDERURGICA NACIONAL - Retirado de pauta.
Processo: 35570.005723/2006-19 - COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL - Retirado de pauta.
Processo: 35570.005721/2006-20 - COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL - Retirado de pauta.
Processo: 37048.267000/2006-55 - COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL - Retirado de pauta.
Processo: 17883.000208/2010-13 - COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL - Retirado de pauta.
Processo: 10073.001986/2007-10 - COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL - Retirado de pauta.
Processo: 10073.001989/2007-53 - COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL - Retirado de pauta.
Processo: 10073.001985/2007-75 - COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL - Retirado de pauta.
Processo: 10073.001983/2007-86 - COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL - Retirado de pauta.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800056

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Processo: 10073.001990/2007-88 - CSN - Retirado de pauta.
Processo: 10073.001967/2007-93 - COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL - Retirado de pauta.
Processo: 17883.000261/2010-14 - COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL - Retirado de pauta.
Processo: 10120.723266/2014-25 - COLEGIO OLIMPO LTDA - Retirado de pauta.
Processo: 35387.000566/2005-41 - COMPANHIA SIDERURGICA PAULISTA - COSIPA - Pedido de vista.
Processo: 10120.722232/2014-13 - ENGEFORT CONSTRUTORA LTDA EM RECUPERACAO JUDICIAL - Retirado de pauta.
Processo: 16682.720534/2011-25 - CONTAX S.A. - Retirado de pauta.
Processo: 10540.720239/2010-26 - MUNICIPIO DE GUANAMBI - Retirado de pauta.
Processo: 10530.721159/2014-31 - MUNICIPIO DE PAULO AFONSO - Acórdão: 2202-004.329
Processo: 35011.001095/2007-19 - JOAO SOCORRO CAVALCANTE DA COSTA - Retirado de pauta.

WALTIR DE CARVALHO
Presidente da 2ª Turma Ordinária

Aos seis dias do mês de março do ano de dois mil e dezoito, às quatorze horas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Sala 401, Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os membros da 2ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 2ª Seção, estando presentes os conselheiros Waltir de Carvalho (Presidente), Junia Roberta Gouveia Sampaio, Dilson Jatahy Fonseca Neto, Rosy Adriane da Silva Dias, Paulo Sergio Miranda Gabriel Filho e Martin da Silva Gesto, a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária.
Processo: 15586.000299/2008-00 - COOPERATIVA CENTRAL DE CREDITO DO ESPIRITO SANTO - Retirado de pauta.
Processo: 15586.000297/2008-11 - COOPERATIVA CENTRAL DE CREDITO DO ESPIRITO SANTO - Retirado de pauta.
Processo: 16327.720335/2013-28 - BANCO BRADESCO SA - Acórdão: 2202-004.330
Processo: 16327.720960/2014-51 - BANCO BRADESCO SA - Pedido de vista.
Processo: 15211.720029/2014-15 - LUIZ CARLOS CHAGAS - Retirado de pauta.
Processo: 19515.720432/2012-19 - EDISON SCROBACK - Retirado de pauta.
Processo: 10950.004608/2007-11 - CARLOS DE OLIVEIRA BELLI - Retirado de pauta.
Processo: 10940.720237/2011-13 - DARI ARAUJO FILHO - Retirado de pauta.
Processo: 10746.720616/2013-63 - RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO - Retirado de pauta.
Processo: 13984.000819/2009-39 - VALDOMIRO LEOPOLDO SCHONS - Retirado de pauta.
Processo: 10945.001103/2009-27 - CLAUDINEI SIQUEIRA MARTINS - Retirado de pauta.
Processo: 10935.005610/2009-59 - MARIONILCE GATTO - Retirado de pauta.
Processo: 11080.732355/2015-20 - GUNTHER WOLFGANG PLANGG - Retirado de pauta.
Processo: 10183.726963/2015-84 - ELDEMIR PEREIRA DE OLIVEIRA - Retirado de pauta.
Processo: 16095.000394/2006-28 - ENEDINA DOS SANTOS TORRES - Retirado de pauta.
Processo: 12448.728371/2015-74 - JOSE ASSARUHY FRANCO DE MORAES - Retirado de pauta.
Processo: 15504.724180/2011-86 - JOSE MARIA DE CASTRO TOLEDO - Retirado de pauta.
Processo: 15504.724221/2011-34 - MARIA OLGA DOS SANTOS - Retirado de pauta.
Processo: 15504.720939/2011-51 - NELSON FURTADO DE AZEVEDO - Retirado de pauta.
Processo: 12897.000264/2009-41 - OLIMPIO UCHOA VIANNA - Retirado de pauta.

WALTIR DE CARVALHO
Presidente da 2ª Turma Ordinária

Aos sete dias do mês de março do ano de dois mil e dezoito, às nove horas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Sala 401, Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os membros da 2ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 2ª Seção, estando presentes os conselheiros Waltir de Carvalho (Presidente), Junia Roberta Gouveia Sampaio, Dilson Jatahy Fonseca Neto, Rosy Adriane da Silva Dias, Paulo Sergio Miranda Gabriel Filho e Martin da Silva Gesto, a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária.
Processo: 10945.001103/2009-27 - CLAUDINEI SIQUEIRA MARTINS - Acórdão: 2202-004.331
Processo: 12897.000264/2009-41 - OLIMPIO UCHOA VIANNA - Pedido de vista.
Processo: 15504.720939/2011-51 - NELSON FURTADO DE AZEVEDO - Acórdão: 2202-004.332
Processo: 10166.723117/2010-14 - VIA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S/A - Retirado de pauta.
Processo: 10166.723121/2010-74 - VIA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S/A - Retirado de pauta.
Processo: 10166.723123/2010-63 - VIA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S/A - Retirado de pauta.
Processo: 10166.723122/2010-19 - VIA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S/A - Retirado de pauta.
Processo: 10166.723124/2010-16 - VIA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S/A - Retirado de pauta.
Processo: 10166.723118/2010-51 - VIA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S/A - Retirado de pauta.
Processo: 10580.722326/2010-41 - UNIBAHIA - UNIDADE BAIANA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSAO LTDA - Retirado de pauta.
Processo: 10580.722324/2010-52 - UNIBAHIA - UNIDADE BAIANA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSAO LTDA - Retirado de pauta.
Processo: 10580.722331/2010-54 - UNIBAHIA - UNIDADE BAIANA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSAO LTDA - Retirado de pauta.
Processo: 10580.722322/2010-63 - UNIBAHIA - UNIDADE BAIANA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSAO LTDA - Retirado de pauta.
Processo: 10580.722328/2010-31 - UNIBAHIA - UNIDADE BAIANA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSAO LTDA - Retirado de pauta.
Processo: 10580.722325/2010-05 - UNIBAHIA - UNIDADE BAIANA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSAO LTDA - Retirado de pauta.
Processo: 10580.722323/2010-16 - UNIBAHIA - UNIDADE BAIANA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSAO LTDA - Retirado de pauta.
Processo: 10580.722330/2010-18 - UNIBAHIA - UNIDADE BAIANA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSAO LTDA - Retirado de pauta.
Processo: 10580.722329/2010-85 - UNIBAHIA - UNIDADE BAIANA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSAO LTDA - Retirado de pauta.
Processo: 10580.732469/2012-23 - UNIBAHIA - UNIDADE BAIANA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSAO LTDA - Retirado de pauta.
Processo: 10580.732468/2012-89 - UNIBAHIA - UNIDADE BAIANA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSAO LTDA - Retirado de pauta.
Processo: 10580.722327/2010-96 - UNIBAHIA - UNIDADE BAIANA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSAO LTDA - Retirado de pauta.
Processo: 10140.720479/2010-33 - SERVANGIO SERVICOS MEDICOS S/S - EPP - Retirado de pauta.
Processo: 11080.728038/2014-28 - LPS SUL - CONSULTORIA DE IMOVEIS LTDA. - Resolução: 2202-000.810
Processo: 10580.723145/2012-02 - PROMEDICA PATRIMONIAL S A PROPAT - Retirado de pauta.
Processo: 17613.720604/2015-55 - PAULO WEIMAR PERDIGAO MAGALHAES - Retirado de pauta.
Processo: 19985.720633/2015-14 - CLAUDIO GOBETTI - Retirado de pauta.
Processo: 10855.722347/2015-02 - OSWALDO FERREIRA DE ALENCAR - Retirado de pauta.

WALTIR DE CARVALHO
Presidente da 2ª Turma Ordinária

Aos sete dias do mês de março do ano de dois mil e dezoito, às quatorze horas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Sala 401, Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os membros da 2ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 2ª Seção, estando presentes os conselheiros Waltir de Carvalho (Presidente), Junia Roberta Gouveia Sampaio, Dilson Jatahy Fonseca Neto, Rosy Adriane da Silva Dias, Paulo Sergio Miranda Gabriel Filho e Martin da Silva Gesto, a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária.
Processo: 13629.720397/2011-85 - MARCIO MORAES DE CASTRO - Retirado de pauta.
Processo: 12448.726572/2013-75 - RONALDO CAVALIERI VARGES - Retirado de pauta.
Processo: 10730.005255/2001-67 - LUIZ CARLOS MENEZES JUNIOR - Retirado de pauta.
Processo: 10508.720556/2013-91 - ARILDO SILVA DE ALMEIDA - Retirado de pauta.
Processo: 14751.720063/2011-69 - AFONSO NUNES DOS SANTOS - Retirado de pauta.
Processo: 11060.000247/2011-07 - ALFREDO WILLIAM LOSCO SOUTHALL - Retirado de pauta.
Processo: 13603.723511/2011-17 - ANGELA SEMAAN - Retirado de pauta.
Processo: 11080.006349/2005-41 - ANGELO GARBARSKI - Pedido de vista.
Processo: 10940.720326/2011-51 - CARLOS ALBERTO BUCH PEREIRA - Retirado de pauta.
Processo: 11080.003381/2005-75 - CERILO PILAN - Retirado de pauta.
Processo: 10830.722254/2011-24 - ORLANDO RUFO GONZALEZ - Pedido de vista.
Processo: 19515.720155/2012-36 - IARA GALVAO GUAZZO - Resolução: 2202-000.813
Processo: 12448.725761/2013-21 - JOSE ROBERTO ZIMMERMAN - Retirado de pauta.
Processo: 10980.724547/2015-56 - NEWTON ALVES DE REZENDE - Retirado de pauta.
Processo: 13305.720033/2015-81 - OSVALDINO ROCHA - Retirado de pauta.
Processo: 10580.726983/2014-91 - ROBERTO ALEXANDRE SCHLAEPFER FADUL - Retirado de pauta.
Processo: 12448.721320/2013-50 - RUY CARLOS BIZARRO WANDERLEY - Retirado de pauta.
Processo: 17335.720070/2016-74 - VICENTE DIAS SANTANA - Retirado de pauta.
Processo: 17335.720069/2016-40 - VICENTE DIAS SANTANA - Retirado de pauta.
Processo: 17335.720068/2016-03 - VICENTE DIAS SANTANA - Retirado de pauta.
Processo: 19515.002133/2010-29 - VICENTE RENATO PAOLILLO - Resolução: 2202-000.811
Processo: 19515.003240/2005-15 - VICENTE RENATO PAOLILLO - Resolução: 2202-000.812

WALTIR DE CARVALHO
Presidente da 2ª Turma Ordinária

Aos oito dias do mês de março do ano de dois mil e dezoito, às nove horas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Sala 401, Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os membros da 2ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 2ª Seção, estando presentes os conselheiros Waltir de Carvalho (Presidente), Junia Roberta Gouveia Sampaio, Dilson Jatahy Fonseca Neto, Rosy Adriane da Silva Dias, Paulo Sergio Miranda Gabriel Filho e Martin da Silva Gesto, a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária.
Processo: 19311.000019/2010-51 - ANA TOME MAMPRIN - Pedido de vista.
Processo: 19311.000018/2010-14 - ANTONIO ROMILDO ROVERE - Pedido de vista.
Processo: 19311.000017/2010-61 - ELINOR CELIA MAMPRIN - Pedido de vista.
Processo: 19311.000016/2010-17 - IVETE ROVERE CHIQUETTO - Pedido de vista.
Processo: 19311.000013/2010-83 - IVONE ROVERE - Pedido de vista.
Processo: 19311.000015/2010-72 - JOSE CESAR TRIVELLATO - Pedido de vista.
Processo: 19311.000014/2010-28 - VALMIK ANTONIO MAMPRIN - Pedido de vista.
Processo: 10380.011704/2007-19 - MARIA CARMELIA FERNANDES MONTEIRO - Retirado de pauta.
Processo: 10660.722837/2012-35 - MARIANNA DOS REIS TEIXEIRA TIBURCIO - Retirado de pauta.
Processo: 13839.723414/2015-94 - MARLI DA SILVA FARCIC - Retirado de pauta.
Processo: 13706.000349/2009-92 - MERCEDES CORREA DA SILVA AMARAL - Retirado de pauta.
Processo: 15504.723802/2011-59 - MOISES DO SOCORRO DE OLIVEIRA - Retirado de pauta.
Processo: 10140.720817/2013-80 - OROZINA FERREIRA LIMA - Retirado de pauta.
Processo: 13771.720279/2013-95 - REYNALDO LUIZ FASSARELLA - Retirado de pauta.
Processo: 13706.006678/2008-66 - SEBASTIANA BANDEIRA ARANTES - Retirado de pauta.
Processo: 13637.720372/2015-14 - SEBASTIAO SILVANO DA SILVA FILHO - Retirado de pauta.
Processo: 11065.724088/2015-13 - VENANCIO AGUIAR CEZAR - Retirado de pauta.
Processo: 13749.720115/2013-45 - WALTER SARMENTO - Retirado de pauta.
Processo: 11543.720370/2014-50 - CARLOS FERREIRA NUNES - Retirado de pauta.
Processo: 10980.725971/2010-11 - QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA - Retirado de pauta.
Processo: 10980.725977/2010-81 - QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA - Retirado de pauta.

WALTIR DE CARVALHO
Presidente da 2ª Turma Ordinária

Aos oito dias do mês de março do ano de dois mil e dezoito, às quatorze horas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Sala 401, Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os membros da 2ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 2ª Seção, estando presentes os conselheiros Waltir de Carvalho (Presidente), Junia Roberta Gouveia Sampaio, Dilson Jatahy Fonseca Neto, Rosy Adriane da Silva Dias, Paulo Sergio Miranda Gabriel Filho e Martin da Silva Gesto, a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária.
Processo: 15504.723802/2011-59 - MOISES DO SOCORRO DE OLIVEIRA - Acórdão: 2202-004.333
Processo: 10830.001556/2005-17 - ALFREDO DE ALCANTARA - Retirado de pauta.
Processo: 10930.001606/2007-08 - SANTINO GONCALVES - Retirado de pauta.
Processo: 10930.005828/2008-72 - SANTINO GONCALVES - Retirado de pauta.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800057

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Processo: 10735.723186/2013-61 - MARIA HELENA HORTA DE ALVARENGA - Acórdão: 2202-004.334

Processo: 10735.723185/2013-16 - MARIA HELENA HORTA DE ALVARENGA - Acórdão: 2202-004.335

Processo: 10980.011229/2008-01 - ZM SA - Pedido de vista.

Processo: 10183.721797/2009-81 - JOSE WILIAM GONCALVES - Retirado de pauta.

Processo: 10183.721768/2009-10 - JOSE WILIAM GONCALVES - Retirado de pauta.

Processo: 10183.721822/2009-27 - JOSE WILIAM GONCALVES - Retirado de pauta.

Processo: 10872.720069/2015-32 - PGS INVESTIGACAO PETROLIFERA LTDA - Retirado de pauta.

Processo: 16561.720011/2015-89 - VANGUARDA AGRO S.A. - Pedido de vista.

Processo: 10840.002715/2004-09 - MAURO TODESCHINI - Retirado de pauta.

Processo: 13971.720402/2011-50 - RUI ALTENBURG - Retirado de pauta.

Processo: 19515.002963/2009-12 - TAM LINHAS AEREAS S/A. - Retirado de pauta.

Processo: 13005.722221/2013-67 - AUGUSTINHO GERVASIO GOTTEMS TELOKEN - Retirado de pauta.

Processo: 10730.006926/2005-31 - JOSE CARLOS PIRES COUTINHO - Acórdão: 2202-004.336

Processo: 10730.001863/2006-15 - JOSE CARLOS PIRES COUTINHO - Acórdão: 2202-004.337

Processo: 10730.001844/2007-61 - JOSE CARLOS PIRES COUTINHO - Pedido de vista.

Processo: 15586.002317/2008-80 - BELINE JOSE SALLES RAMOS - Retirado de pauta.

WALTIR DE CARVALHO
Presidente da 2ª Turma Ordinária

Aos nove dias do mês de março do ano de dois mil e dezoito, às nove horas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Sala 401, Brasília, Distrito Federal, constatada a ausência de quórum regimental de que trata o art. 54 do Anexo II do RICARF, em razão da paralisação das atividades dos integrantes do cargo de Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil, que integram este Conselho na condição de Conselheiros representantes da Fazenda Nacional, conforme comunicação publicada no sítio do CARF, declara-se a impossibilidade de instalação da sessão desta 2ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 2ª Seção, motivo pelo qual todos os processos abaixo listados serão retirados de pauta.

Processo: 16327.001378/2010-68 - BANCO J. P. MORGAN S.A. - Retirado de pauta.

Processo: 16327.001377/2010-13 - BANCO J. P. MORGAN S.A. - Retirado de pauta.

Processo: 16327.001376/2010-79 - BANCO J. P. MORGAN S.A. - Retirado de pauta.

Processo: 11634.001025/2009-37 - CENTRO ÍNTEGRADO DE APOIO PROFISSIONAL - Retirado de pauta.

Processo: 10380.014208/2007-17 - ASSOCIACAO CEARENSE DO MINISTERIO PUBLICO - Retirado de pauta.

Processo: 19839.002868/2009-66 - CEMAPE TRANSPORTES S A - Retirado de pauta.

Processo: 13840.000427/2007-42 - CONSTRUTORA SIMOSO LTDA - Retirado de pauta.

Processo: 16832.000712/2009-12 - RADIO GLOBO ELDORADO LTDA - Retirado de pauta.

Processo: 16832.000713/2009-67 - RADIO GLOBO ELDORADO LTDA - Retirado de pauta.

Processo: 16832.000714/2009-10 - RADIO GLOBO ELDORADO LTDA - Retirado de pauta.

Processo: 16832.000715/2009-56 - RADIO GLOBO ELDORADO LTDA - Retirado de pauta.

Processo: 16832.000716/2009-09 - RADIO GLOBO ELDORADO LTDA - Retirado de pauta.

Processo: 16832.000718/2009-90 - RADIO GLOBO ELDORADO LTDA - Retirado de pauta.

Processo: 15758.000497/2010-61 - SAMPACOOPER COOPERATIVA DE TRANSPORTES - Retirado de pauta.

Processo: 15758.000498/2010-13 - SAMPACOOPER COOPERATIVA DE TRANSPORTES - Retirado de pauta.

Processo: 15758.000499/2010-50 - SAMPACOOPER COOPERATIVA DE TRANSPORTES - Retirado de pauta.

Processo: 15758.000501/2010-91 - SAMPACOOPER COOPERATIVA DE TRANSPORTES - Retirado de pauta.

Processo: 15758.000500/2010-46 - SAMPACOOPER COOPERATIVA DE TRANSPORTES - Retirado de pauta.

Processo: 12448.720381/2010-57 - MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDENCIA S/A - Retirado de pauta.

Processo: 12448.720379/2010-88 - MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDENCIA S/A - Retirado de pauta.

Processo: 12448.720380/2010-11 - MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDENCIA S/A - Retirado de pauta.

Processo: 12448.720382/2010-00 - MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDENCIA S/A - Retirado de pauta.

Processo: 12448.720383/2010-46 - MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDENCIA S/A - Retirado de pauta.

Processo: 10580.730878/2010-23 - HOSPITAL DA BAHIA S/A - Retirado de pauta.

Processo: 10580.730879/2010-78 - HOSPITAL DA BAHIA S/A - Retirado de pauta.

Processo: 10580.730877/2010-89 - HOSPITAL DA BAHIA S/A - Retirado de pauta.

Processo: 10580.730874/2010-45 - HOSPITAL DA BAHIA S/A - Retirado de pauta.

Processo: 10580.730873/2010-09 - HOSPITAL DA BAHIA S/A - Retirado de pauta.

Processo: 10580.730883/2010-36 - HOSPITAL DA BAHIA S/A - Retirado de pauta.

Processo: 10580.730882/2010-91 - HOSPITAL DA BAHIA S/A - Retirado de pauta.

Processo: 10580.730880/2010-01 - HOSPITAL DA BAHIA S/A - Retirado de pauta.

MARIA HELENA COTTA CARDOZO
Presidente da 2ª Câmara da 2ª Seção

Aos nove dias do mês de março do ano de dois mil e dezoito, às quatorze horas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Sala 401, Brasília, Distrito Federal, constatada a ausência de quórum regimental de que trata o art. 54 do Anexo II do RICARF, em razão da paralisação das atividades dos integrantes do cargo de Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil, que integram este Conselho na condição de Conselheiros representantes da Fazenda Nacional, conforme comunicação publicada no sítio do CARF, declara-se a impossibilidade de instalação da sessão desta 2ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 2ª Seção, motivo pelo qual todos os processos abaixo listados serão retirados de pauta.

Processo: 10872.720069/2015-32 - PGS INVESTIGACAO PETROLIFERA LTDA - Retirado de pauta.

Processo: 10830.006989/2009-92 - FABIO FERREIRA ALBIERI - Retirado de pauta.

Processo: 10830.006988/2009-48 - ROGERIO FERREIRA ALBIERI - Retirado de pauta.

Processo: 11070.721605/2011-91 - LEOCLIDES MOACIR QUINZZANI - Retirado de pauta.

Processo: 18088.000356/2008-51 - EDUARDO DE MORAES URQUIZA - Retirado de pauta.

Processo: 11080.721630/2010-75 - DORIS REVERBEL DA SILVEIRA - Retirado de pauta.

Processo: 13855.000651/2011-51 - FRANCISCO BERNARDINO BARBOSA - Retirado de pauta.

Processo: 11040.720574/2011-17 - LUIS ROBERTO SILVA DA SILVA - Retirado de pauta.

Processo: 10675.002952/2007-63 - MARCOS DE MELO GONTIJO - Retirado de pauta.

Processo: 12963.000006/2010-68 - OLYNTHO PAULINO DA COSTA - Retirado de pauta.

Processo: 11516.720185/2014-92 - PAULO HENRIQUE MATTOS - Retirado de pauta.

Processo: 13839.002357/2004-53 - ANTONIO ROBERTO BEVILACQUA - Retirado de pauta.

Processo: 15868.720177/2012-45 - CARLOS ALBERTO DENARDI - Retirado de pauta.

Processo: 10830.008387/2009-70 - EDUARDO PECINI VALVERDE RODRIGUES - Retirado de pauta.

Processo: 15956.720124/2013-16 - GERALDO ALBERTO BORGES DE OLIVEIRA JUNIOR - Retirado de pauta.

Processo: 10830.722253/2012-61 - HIGINO DE VASCONCELLOS - Retirado de pauta.

Processo: 10835.000809/2003-23 - JOSE JORGE ROMAO - Retirado de pauta.

Processo: 10830.008386/2009-25 - JULIANA PECINI VALVERDE RODRIGUES - Retirado de pauta.

Processo: 13893.000698/2003-59 - MIGUEL GOMES DOS PASSOS - Retirado de pauta.

Processo: 15889.000282/2008-30 - NELSON PASCHOALOTTO - Retirado de pauta.

Processo: 15868.720175/2012-56 - PEDRO DENARDI JUNIOR - Retirado de pauta.

Processo: 15868.001150/2009-54 - ROSILENE RAHAL - Retirado de pauta.

Processo: 19515.002512/2006-32 - SERGIO ROBERTO GONCALVES BARBATO - Retirado de pauta.

MARIA HELENA COTTA CARDOZO
Presidente da 2ª Câmara da 2ª Seção

CONSELHO DE CONTROLE DE ATIVIDADES FINANCEIRAS

SECRETARIA EXECUTIVA

DECISÃO Nº 36, DE 7 DE MARÇO DE 2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO PUNITIVO Nº 11893.000087/2015-19

INTERESSADOS: STERN COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA., CNPJ Nº 07.226.527/0001-88; LUCIANO TEIXEIRA CERNY, CPF Nº 142.380.388-43; e WALTER FREDERICO RAUCCI JÚNIOR, CPF Nº 100.867.158-44

PROCURADOR: DANTE PERES SEVERO, OAB/SP Nº 203.030.

SESSÃO DE JULGAMENTO: 7 DE MARÇO DE 2018.

RELATOR: CONSELHEIRO ANDRÉ LUIZ CARNEIRO ORTEGAL

FINALIDADE: Tornar pública a Decisão COAF nº 36, de 7/3/2018, e intimar as partes do processo em epígrafe para ciência da mesma Decisão.

EMENTA: Comércio de Bens de Luxo ou de Alto Valor - Não comunicação de operações passíveis de comunicação ao COAF (infração caracterizada).

DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em epígrafe, o Plenário do Conselho de Controle de Atividades Financeiras decidiu, por unanimidade, acolher o voto do Relator pela responsabilidade administrativa de Stern Comércio de Veículos Ltda. e dos sócios administradores Luciano Teixeira Cerny e Walter Frederico Raucci Junior, aplicando-lhes as penalidades a seguir individualizadas:

a) para Stern Comércio de Veículos Ltda.: multa pecuniária, de acordo com o artigo 12, § 2º, inciso IV, da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, no valor de R$ 33.480,00 (trinta e três mil, quatrocentos e oitenta reais), equivalente a 10% (dez por cento) do montante das operações não comunicadas, por infração ao disposto no artigo 11, inciso II, alínea "a", da mesma Lei, combinado com o artigo 4º, inciso I, da Resolução COAF nº 25 de 16 de janeiro de 2013;

b) para Luciano Teixeira Cerny: multa pecuniária, de acordo com o artigo 12, § 2º, inciso IV, da Lei nº 9.613, de 1998, no valor de R$ 20.088,00 (vinte mil e oitenta e oito reais), equivalente a 6% (seis por cento) do montante das operações não comunicadas, por infração ao disposto no artigo 11, inciso II, alínea "a", da mesma Lei, combinado com o artigo 4º, inciso I, da Resolução COAF nº 25, de 2013; e

c) para Walter Frederico Raucci Júnior: multa pecuniária, de acordo com o artigo 12, § 2º, inciso IV, da Lei nº 9.613, de 1998, no valor de R$ 13.392,00 (treze mil, trezentos e noventa e dois reais), equivalente a 4% (quatro por cento) do montante das operações não comunicadas, por infração ao disposto no artigo 11, inciso II, alínea "a", da mesma Lei, combinado com o artigo 4º, inciso I, da Resolução COAF nº 25, de 2013.

Para a decisão, foram ponderadas a dosimetria acolhida pelo Plenário do COAF em julgamentos recentes, o grau de perigo de lesão inerente ao setor em questão, a capacidade econômica do infrator, o valor das operações e a disposição demonstrada pelos Interessados para colaborar com o COAF.

Votou, também, pelo estabelecimento do prazo de 30 (trinta) dias para saneamento das infrações apontadas.

Além do Presidente do Conselho e do Relator, estiveram presentes os conselheiros Sérgio Djundi Taniguchi, Flávia Maria Valente Carneiro, Marlene Alves de Albuquerque, Marcus Vinicius de Carvalho, Gustavo da Silva Dias, Luiz Roberto Ungaretti de Godoy, Gustavo Leal de Albuquerque e Tomás de Almeida Vianna.

No prazo de 15 (quinze) dias a contar da ciência da decisão, os interessados: (a) deverão efetuar o recolhimento das multas, o que, não ocorrendo, acarretará a inscrição dos débitos em Dívida Ativa da União e sua execução judicial; e (b) poderão interpor recurso em petição dirigida ao Presidente do Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional - CRSFN, a ser protocolizado no COAF, localizado no Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Lote C, Centro Empresarial CNC - Torre D - 2º andar, CEP 70040-250, Brasília (DF), nos dias úteis, das 9h30 às 11h30 e das 14h30 às 17h30.

O Processo Administrativo Punitivo, em cujo prosseguimento são assegurados o contraditório e a ampla defesa, terá continuidade independentemente do comparecimento ou manifestação dos intimados e encontra-se à disposição das partes ou de procurador devidamente constituído, na sede do COAF.

RICARDO LIÁO
Secretário Executivo

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800058

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA

SECRETARIA EXECUTIVA

ATO COTEPE/ICMS Nº 23, DE 27 DE MARÇO DE 2018

Divulga a relação dos contribuintes beneficiados no cumprimento de obrigações tributárias relativas ao ICMS na prestação de serviço de transporte e na armazenagem de Etanol Hidratado Combustível - EHC e Etanol Anidro Combustível - EAC pelo sistema dutoviário.

O Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 12, XIII, do Regimento da Comissão Técnica Permanente do ICMS - COTEPE/ICMS, de 12 de dezembro de 1997, torna público que a Comissão, na sua 171ª reunião ordinária, realizada nos dias 13 a 15 de março de 2018, em Brasília, DF, nos termos do § 1º da cláusula primeira do Protocolo ICMS 2/14, de 17 de fevereiro de 2014 e do Protocolo ICMS 5/14, de 21 de março de 2014, decidiu:

Art. 1º Divulgar a relação dos contribuintes beneficiados com a concessão de tratamento diferenciado no cumprimento de obrigações tributárias relativas ao ICMS na prestação de serviço de transporte e na armazenagem de etanol combustível pelo sistema dutoviário.

Relação dos contribuintes beneficiados no cumprimento de obrigações tributárias relativas ao ICMS na prestação de serviço de transporte e na armazenagem de Etanol Combustível no sistema dutoviário.

Unidade Federada: BAHIA

ITEM	UF	TIPO DE ETANOL		CNPJ	INSCRIÇÃO ESTADUAL	RAZÃO SOCIAL
		EAC	EHC			
1	BA	SIM	SIM	01349764001040	052309777	ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETROLEO S.A.
2	BA	SIM	SIM	01349764002365	073294430	ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETROLEO S.A.
3	BA	SIM	SIM	01349764003418	140370825	ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETROLEO S.A.
4	BA	SIM	SIM	01387400000830	063603708	SP INDUSTRIA E DISTRIBUIDORA DE PETROLEO LTDA
5	BA	SIM	SIM	01387400000911	064882835	SP INDUSTRIA E DISTRIBUIDORA DE PETROLEO LTDA
6	BA	SIM	SIM	01387400001802	074138253	SP INDUSTRIA E DISTRIBUIDORA DE PETROLEO LTDA
7	BA	SIM	SIM	02368373000579	011267788	DISTRIBUIDORA DE COMBUSTIVEIS MASUT LTDA.
8	BA	SIM	SIM	05759383000604	080566645	TOBRAS DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA.
9	BA	SIM	SIM	23314594002235	063155805	ALESAT COMBUSTIVEIS S/A
10	BA	SIM	SIM	23314594002316	065049144	ALESAT COMBUSTIVEIS S/A
11	BA	SIM	SIM	23314594002405	067121500	ALESAT COMBUSTIVEIS S/A
12	BA	SIM	SIM	23314594004106	073481442	ALESAT COMBUSTIVEIS S/A
13	BA	SIM	SIM	23314594004955	074899846	ALESAT COMBUSTIVEIS S/A
14	BA	SIM	SIM	33337122007130	009010316	IPIRANGA PRODUTOS DE PETRÓLEO S/A .
15	BA	SIM	SIM	33337122009850	133268025	IPIRANGA PRODUTOS DE PETRÓLEO S/A .
16	BA	SIM	SIM	33337122017607	010305317	IPIRANGA PRODUTOS DE PETRÓLEO S/A .
17	BA	SIM	SIM	33337122022104	042938509	IPIRANGA PRODUTOS DE PETRÓLEO S/A .
18	BA	SIM	SIM	33337122022600	044135968	IPIRANGA PRODUTOS DE PETRÓLEO S/A .
19	BA	SIM	SIM	33453598002509	073788812	RAÍZEN COMBUSTÍVEIS S.A.
20	BA	SIM	SIM	33453598009341	101121932	RAÍZEN COMBUSTÍVEIS S.A.
21	BA	SIM	SIM	33453598009937	101823951	RAÍZEN COMBUSTÍVEIS S.A.
22	BA	SIM	SIM	33453598013969	009092280	RAÍZEN COMBUSTÍVEIS S.A.
23	BA	SIM	SIM	33453598044414	043180185	RAÍZEN COMBUSTÍVEIS S.A.
24	BA	SIM	SIM	34274233008006	009011883	PETROBRAS DISTRIBUIDORA S/A
25	BA	SIM	SIM	34274233019032	084884918	PETROBRAS DISTRIBUIDORA S/A
26	BA	SIM	SIM	34274233027213	001718247	PETROBRAS DISTRIBUIDORA S/A
27	BA	SIM	SIM	34274233028457	010307685	PETROBRAS DISTRIBUIDORA S/A
28	BA	SIM	SIM	34274233037014	043200858	PETROBRAS DISTRIBUIDORA S/A
29	BA	SIM	SIM	34274233037103	043142097	PETROBRAS DISTRIBUIDORA S/A

Unidade Federada: GOIÁS

ITEM	UF	TIPO DE ETANOL		CNPJ	INSCRIÇÃO ESTADUAL	RAZÃO SOCIAL
		EAC	EHC			
1	GO	SIM	SIM	07603999000293	103944125	USINA BOA VISTA S/A
2	GO	SIM	SIM	08070566001173	105044032	BRENCO - COMPANHIA BRASILEIRA DE ENERGIA RENOVÁVEL
3	GO	SIM	SIM	08070566001254	104321911	BRENCO - COMPANHIA BRASILEIRA DE ENERGIA RENOVÁVEL
4	GO	SIM	SIM	08195806000194	104030135	BP BIOENERGIA TROPICAL S.A.
5	GO	SIM	SIM	08517600000133	104075724	BP BIOENERGIA ITUMBIARA S.A
6	GO	SIM	SIM	08598391000108	104079010	RIO CLARO AGROINDUSTRIAL S.A.
7	GO	SIM	SIM	08619844000399	104162414	RAIZEN CENTROOESTE AÇÚCAR E ALCOOL LTDA

Unidade Federada: MATO GROSSO DO SUL

ITEM	UF	TIPO DE ETANOL		CNPJ	INSCRIÇÃO ESTADUAL	RAZÃO SOCIAL
		EAC	EHC			
1	MS	SIM	SIM	05620523000235	283269480	USINA ELDORADO S/A
2	MS	SIM	SIM	08070566001688	283539976	BRENCO - COMPANHIA BRASILEIRA DE ENERGIA RENOVÁVEL
3	MS	SIM	SIM	08906558000142	283446773	AGRO ENERGIA SANTA LUZIA S/A
4	MS	SIM	SIM	00143381000168	283412666	MONTEVERDE AGRO-ENERGETICA S.A

Unidade Federada: MINAS GERAIS

ITEM	UF	TIPO DE ETANOL		CNPJ	INSCRIÇÃO ESTADUAL	RAZÃO SOCIAL
		EAC	EHC			
1	MG	SIM	SIM	00647154000170	7019342040013	ZEMA CIA DE PETRÓLEO LTDA.
2	MG	SIM	SIM	00647154000331	7029342040188	ZEMA CIA DE PETRÓLEO LTDA.
3	MG	SIM	SIM	00647154000684	0679342040259	ZEMA CIA DE PETRÓLEO LTDA.
4	MG	SIM	SIM	00647154001575	7019342041001	ZEMA CIA DE PETRÓLEO LTDA.
5	MG	SIM	SIM	00756149000367	7017000130165	RUFF CJ DISTRIBUIDORA DE PETROLEO LTDA
6	MG	SIM	SIM	00756149000790	3677000130378	RUFF CJ DISTRIBUIDORA DE PETROLEO LTDA
7	MG	SIM	SIM	00756149001096	3677000130459	RUFF CJ DISTRIBUIDORA DE PETROLEO LTDA
8	MG	SIM	SIM	00756149001762	3677000130785	RUFF CJ DISTRIBUIDORA DE PETROLEO LTDA
9	MG	SIM	SIM	01083568000186	7026464250001	LIDERPETRO DISTRIBUIDORA DE PETROLEO LTDA.
10	MG	SIM	SIM	01083568000267	7026464250184	LIDERPETRO DISTRIBUIDORA DE PETROLEO LTDA.
11	MG	SIM	SIM	01256137000174	7013343880087	DISTRIBUIDORA RIO BRANCO DE PETROLEO LTDA.
12	MG	SIM	SIM	01256137000506	7013343880168	DISTRIBUIDORA RIO BRANCO DE PETROLEO LTDA.
13	MG	SIM	SIM	01256137000689	7013343880249	DISTRIBUIDORA RIO BRANCO DE PETROLEO LTDA.
14	MG	SIM	SIM	01349764000907	7027104710133	ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETROLEO S.A.
15	MG	SIM	SIM	01349764001989	0677104710468	ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETROLEO S.A.
16	MG	SIM	SIM	01349764002101	7027104710540	ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETROLEO S.A.
17	MG	SIM	SIM	01387400001489	1954284930223	SP INDUSTRIA E DISTRIBUIDORA DE PETROLEO LTDA
18	MG	SIM	SIM	01387400001560	1954284930304	SP INDUSTRIA E DISTRIBUIDORA DE PETROLEO LTDA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800059

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

19	MG	SIM	SIM	01387400001640	1954284930142	SP INDUSTRIA E DISTRIBUIDORA DE PETROLEO LTDA
20	MG	SIM	SIM	01466091000894	0010491680317	CIAPETRO DISTRIBUIDORA DE COMBUSTIVEIS LTDA
21	MG	SIM	SIM	01466091001270	0010491680490	CIAPETRO DISTRIBUIDORA DE COMBUSTIVEIS LTDA
22	MG	SIM	SIM	01466091002323	0010491681062	CIAPETRO DISTRIBUIDORA DE COMBUSTIVEIS LTDA
23	MG	SIM	SIM	01902563000804	2463222470364	DISTRIBUIDORA DE COMBUSTIVEL TORRAO LTDA.
24	MG	SIM	SIM	01911853000148	4317061990060	DISTRIBUIDORA MONTEPETRO DE PETROLEO LTDA.
25	MG	SIM	SIM	01911853000300	7027061990245	DISTRIBUIDORA MONTEPETRO DE PETROLEO LTDA.
26	MG	SIM	SIM	01911853000571	4317061990302	DISTRIBUIDORA MONTEPETRO DE PETROLEO LTDA.
27	MG	SIM	SIM	02368373000145	7029857120009	DISTRIBUIDORA DE COMBUSTIVEIS MASUT LTDA.
28	MG	SIM	SIM	02913444001204	0010608980110	REDE SOL FUEL DISTRIBUIDORA LTDA.
29	MG	SIM	SIM	05759383001767	0016148780488	TOBRAS DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA.
30	MG	SIM	SIM	05980986000127	5772619830048	AGROINDUSTRIAL SANTA JULIANA S/A
31	MG	SIM	SIM	06044698000808	3252742550230	SADA BIO-ENERGIA E AGRICULTURA LTDA
32	MG	SIM	SIM	06059962000100	3342698200045	USINA ITAPAGIPE AÇÚCAR E ÁLCOOL LTDA
33	MG	SIM	SIM	07013489000185	0403373220044	ACOL DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA.
34	MG	SIM	SIM	07013489000266	0403373220125	ACOL DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA.
35	MG	SIM	SIM	07455944000100	2713636900015	USINA FRUTAL AÇÚCAR E ÁLCOOL LTDA
36	MG	SIM	SIM	07459492000127	4703547720075	DESTILARIA VALE DO PARACATÚ - AGROENERGIA LTDA
37	MG	SIM	SIM	07674341000191	7013999710030	USINA UBERABA S/A
38	MG	SIM	SIM	07752894000115	0010032180047	CENTRAL ENERGÉTICA PARAÍSO S/A
39	MG	SIM	SIM	07930999000206	0010037140108	BAMBUÍ BIOENERGIA S.A.
40	MG	SIM	SIM	08056257000177	0010095490060	USINA CERRADÃO LTDA.
41	MG	SIM	SIM	08057019000186	0010094490090	VALE DO PONTAL AÇÚCAR E ÁLCOOL LTDA
42	MG	SIM	SIM	08164344000148	0010123130026	BP BIOENERGIA ITUIUTABA LTDA
43	MG	SIM	SIM	08215996000164	0010299510000	COMPANHIA ENERGÉTICA VALE DO SÃO SIMÃO
44	MG	SIM	SIM	08355201000113	0010511820038	BIOENERGÉTICA AROEIRA LTDA
45	MG	SIM	SIM	08493354000127	0010286390027	VALE DO TIJUCO AÇÚCAR E ÁLCOOL S. A.
46	MG	SIM	SIM	08793343000162	0010588940062	BIOENERGÉTICA VALE DO PARACATÚ S/A
47	MG	SIM	SIM	09584935000803	0022153870003	LOGUM LOGÍSTICA S. A. FILIAL UBERABA
48	MG	SIM	SIM	10452413000160	0010978550005	DESTILARIA VEREDAS INDÚSTRIA DE AÇÚCAR E ÁLCOOL LTDA
49	MG	SIM	SIM	12229415001001	3448766990054	S/A USINA CORURIPE AÇÚCAR E ÁLCOOL
50	MG	SIM	SIM	12229415001435	1148766990292	S/A USINA CORURIPE AÇÚCAR E ÁLCOOL
51	MG	SIM	SIM	12229415001605	7428766990371	S/A USINA CORURIPE AÇÚCAR E ÁLCOOL
52	MG	SIM	SIM	13537735000281	0017624660180	USINA DELTA S.A.
53	MG	SIM	SIM	13537735000362	0017624660261	USINA DELTA S.A.
54	MG	SIM	SIM	15527906002937	0010399310002	BIOSEV S.A.
55	MG	SIM	SIM	16617789000164	5203169280026	AGROPEU - AGRO INDUSTRIAL DE POMPEU S/A
56	MG	SIM	SIM	18054379000188	6683890770021	DASA- DESTILARIA DE ÁLCOOL SERRA DOS AIMORES S/A
57	MG	SIM	SIM	19537471000161	5073780710036	U.S.A. - USINA SANTO ÂNGELO LTDA
58	MG	SIM	SIM	22587687000146	4300613290090	USINA MONTE ALEGRE LTDA
59	MG	SIM	SIM	23314594000453	7026156930346	ALESAT COMBUSTIVEIS S/A
60	MG	SIM	SIM	23314594000534	7016156930435	ALESAT COMBUSTIVEIS S/A
61	MG	SIM	SIM	23314594003045	0676156930255	ALESAT COMBUSTIVEIS S/A
62	MG	SIM	SIM	23314594003711	676156931995	ALESAT COMBUSTIVEIS S/A
63	MG	SIM	SIM	23314594005412	676156932312	ALESAT COMBUSTIVEIS S/A
64	MG	SIM	SIM	23796998000188	7050671620062	COMPANHIA AGRÍCOLA PONTENOVENSE
65	MG	SIM	SIM	23796998002202	7050671622120	COMPANHIA AGRÍCOLA PONTENOVENSE
66	MG	SIM	SIM	33337122004700	7020109933690	IPIRANGA PRODUTOS DE PETRÓLEO S/A .
67	MG	SIM	SIM	33337122004971	7020109933770	IPIRANGA PRODUTOS DE PETRÓLEO S/A .
68	MG	SIM	SIM	33337122006168	2770109930594	IPIRANGA PRODUTOS DE PETRÓLEO S/A .
69	MG	SIM	SIM	33337122007997	7020109934432	IPIRANGA PRODUTOS DE PETRÓLEO S/A .
70	MG	SIM	SIM	33337122009183	0670109930796	IPIRANGA PRODUTOS DE PETRÓLEO S/A .
71	MG	SIM	SIM	33337122021124	0670109931520	IPIRANGA PRODUTOS DE PETRÓLEO S/A .
72	MG	SIM	SIM	33337122023178	7020109933444	IPIRANGA PRODUTOS DE PETRÓLEO S/A .
73	MG	SIM	SIM	33453598003653	0670128444869	RAÍZEN COMBUSTÍVEIS S.A.
74	MG	SIM	SIM	33453598007055	0670128444788	RAÍZEN COMBUSTÍVEIS S.A.
75	MG	SIM	SIM	33453598007993	0670128444940	RAÍZEN COMBUSTÍVEIS S.A.
76	MG	SIM	SIM	33453598010862	0670128440804	RAÍZEN COMBUSTÍVEIS S.A.
77	MG	SIM	SIM	33453598013616	0670128440987	RAÍZEN COMBUSTÍVEIS S.A.
78	MG	SIM	SIM	33453598027838	4330128441031	RAÍZEN COMBUSTÍVEIS S.A.
79	MG	SIM	SIM	33453598045143	7020128444127	RAÍZEN COMBUSTÍVEIS S.A.
80	MG	SIM	SIM	34274233002571	0670590230025	PETROBRAS DISTRIBUIDORA S/A
81	MG	SIM	SIM	34274233002652	0670590230106	PETROBRAS DISTRIBUIDORA S/A
82	MG	SIM	SIM	34274233010086	0670590234403	PETROBRAS DISTRIBUIDORA S/A
83	MG	SIM	SIM	34274233020804	0670590235078	PETROBRAS DISTRIBUIDORA S/A
84	MG	SIM	SIM	34274233029429	4330590231085	PETROBRAS DISTRIBUIDORA S/A
85	MG	SIM	SIM	34274233037448	7010590233689	PETROBRAS DISTRIBUIDORA S/A
86	MG	SIM	SIM	34274233037529	7020590233590	PETROBRAS DISTRIBUIDORA S/A
87	MG	SIM	SIM	34274233038762	0670590235310	PETROBRAS DISTRIBUIDORA S/A
88	MG	SIM	SIM	61149589005148	7254668540509	COPERSUCAR COOPERATIVA PRODUTORES DE CANA-DE-AÇÚCAR E ÁLCOOL DO ESTADO DE SÃO PAULO
89	MG	SIM	SIM	61149589005229	7254668540681	COPERSUCAR COOPERATIVA PRODUTORES DE CANA-DE-AÇÚCAR E ÁLCOOL DO ESTADO DE SÃO PAULO
90	MG	SIM	SIM	80795727000656	0010457890045	POTENCIAL PETROLEO LTDA
91	MG	SIM	SIM	80795727001466	0010457890380	POTENCIAL PETROLEO LTDA

Unidade Federada: RIO DE JANEIRO

ITEM	UF	TIPO DE ETANOL		CNPJ	INSCRIÇÃO ESTADUA L	RAZÃO SOCIAL
		EAC	EHC			
1	RJ	SIM	SIM	00647154001141	86683555	ZEMA CIA DE PETRÓLEO LTDA.
2	RJ	SIM	SIM	01387400001721	78925019	SP INDUSTRIA E DISTRIBUIDORA DE PETROLEO LTDA
3	RJ	SIM	SIM	05759383000108	77823298	TOBRAS DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA.
4	RJ	SIM	SIM	09584935000722	79916820	LOGUM LOGÍSTICA S. A. FILIAL DUQUE DE CAXIAS
5	RJ	SIM	SIM	09584935001109	86759276	LOGUM LOGÍSTICA S. A. FILIAL VOLTA REDONDA
6	RJ	SIM	SIM	23314594000887	75960352	ALESAT COMBUSTIVEIS S/A
7	RJ	SIM	SIM	33337122000127	81216509	IPIRANGA PRODUTOS DE PETRÓLEO S/A .
8	RJ	SIM	SIM	33337122006834	79368016	IPIRANGA PRODUTOS DE PETRÓLEO S/A .
9	RJ	SIM	SIM	33337122007300	81005346	IPIRANGA PRODUTOS DE PETRÓLEO S/A .
10	RJ	SIM	SIM	33337122021396	84807044	IPIRANGA PRODUTOS DE PETRÓLEO S/A .
11	RJ	SIM	SIM	33453598000123	81306141	RAÍZEN COMBUSTÍVEIS S.A.
12	RJ	SIM	SIM	33453598000980	81037345	RAÍZEN COMBUSTÍVEIS S.A.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800060

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

13	RJ	SIM	SIM	33453598001014	80182929	RAÍZEN COMBUSTÍVEIS S.A.
14	RJ	SIM	SIM	33453598005273	79148342	RAÍZEN COMBUSTÍVEIS S.A.
15	RJ	SIM	SIM	34274233000102	81293279	PETROBRAS DISTRIBUIDORA S/A
16	RJ	SIM	SIM	34274233009584	80175442	PETROBRAS DISTRIBUIDORA S/A
17	RJ	SIM	SIM	34274233012372	80537085	PETROBRAS DISTRIBUIDORA S/A
18	RJ	SIM	SIM	34274233028880	81044171	PETROBRAS DISTRIBUIDORA S/A
Unidade Federada: SÃO PAULO						
ITEM	UF	TIPO DE ETANOL		CNPJ	INSCRIÇÃO ESTADUAL	RAZÃO SOCIAL
		EAC	EHC			
1	SP	SIM	SIM	00372496000124	511004897115	CENTRAL ENERGÉTICA VALE DO SAPUCAI LTDA
2	SP	SIM	SIM	00647154000846	513460979118	ZEMA CIA DE PETRÓLEO LTDA.
3	SP	SIM	SIM	00647154000927	582812408118	ZEMA CIA DE PETRÓLEO LTDA.
4	SP	SIM	SIM	00647154001222	796191927119	ZEMA CIA DE PETRÓLEO LTDA.
5	SP	SIM	SIM	00647154001303	645664260110	ZEMA CIA DE PETRÓLEO LTDA.
6	SP	SIM	SIM	00756149000103	513033964110	RUFF CJ DISTRIBUIDORA DE PETROLEO LTDA
7	SP	SIM	SIM	00756149000529	645461759110	RUFF CJ DISTRIBUIDORA DE PETROLEO LTDA
8	SP	SIM	SIM	00756149000600	336736152116	RUFF CJ DISTRIBUIDORA DE PETROLEO LTDA
9	SP	SIM	SIM	00756149001177	582723308118	RUFF CJ DISTRIBUIDORA DE PETROLEO LTDA
10	SP	SIM	SIM	00756149001410	177152924114	RUFF CJ DISTRIBUIDORA DE PETROLEO LTDA
11	SP	SIM	SIM	00756149001509	647350165114	RUFF CJ DISTRIBUIDORA DE PETROLEO LTDA
12	SP	SIM	SIM	00756149001681	209455146119	RUFF CJ DISTRIBUIDORA DE PETROLEO LTDA
13	SP	SIM	SIM	00942246000182	415136500119	SIMARELLI DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA.
14	SP	SIM	SIM	00942246000263	513031819117	SIMARELLI DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA.
15	SP	SIM	SIM	01256137000336	513464237110	DISTRIBUIDORA RIO BRANCO DE PETROLEO LTDA.
16	SP	SIM	SIM	01256137000760	582862673119	DISTRIBUIDORA RIO BRANCO DE PETROLEO LTDA.
17	SP	SIM	SIM	01349764000150	115704427114	ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETROLEO S.A.
18	SP	SIM	SIM	01349764000400	513033389114	ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETROLEO S.A.
19	SP	SIM	SIM	01349764001474	336664310112	ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETROLEO S.A.
20	SP	SIM	SIM	01349764001555	645420885110	ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETROLEO S.A.
21	SP	SIM	SIM	01349764002527	582816430118	ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETROLEO S.A.
22	SP	SIM	SIM	01349764003175	209551702111	ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETROLEO S.A.
23	SP	SIM	SIM	01466091000541	513449140110	CIAPETRO DISTRIBUIDORA DE COMBUSTIVEIS LTDA
24	SP	SIM	SIM	01466091000622	336831527119	CIAPETRO DISTRIBUIDORA DE COMBUSTIVEIS LTDA
25	SP	SIM	SIM	01466091000703	645526007113	CIAPETRO DISTRIBUIDORA DE COMBUSTIVEIS LTDA
26	SP	SIM	SIM	01466091001513	582575424110	CIAPETRO DISTRIBUIDORA DE COMBUSTIVEIS LTDA
27	SP	SIM	SIM	01466091001785	330025653111	CIAPETRO DISTRIBUIDORA DE COMBUSTIVEIS LTDA
28	SP	SIM	SIM	01466091001866	209475174110	CIAPETRO DISTRIBUIDORA DE COMBUSTIVEIS LTDA
29	SP	SIM	SIM	01595949000144	513039810115	ATLANTA DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA.
30	SP	SIM	SIM	01595949000225	797110016116	ATLANTA DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA.
31	SP	SIM	SIM	01787793001418	513451083110	IDAZA DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA
32	SP	SIM	SIM	01902563000138	645627550112	DISTRIBUIDORA DE COMBUSTIVEL TORRAO LTDA.
33	SP	SIM	SIM	01902563000219	513460560119	DISTRIBUIDORA DE COMBUSTIVEL TORRAO LTDA.
34	SP	SIM	SIM	01902563000308	336915127116	DISTRIBUIDORA DE COMBUSTIVEL TORRAO LTDA.
35	SP	SIM	SIM	01902563000480	645299108118	DISTRIBUIDORA DE COMBUSTIVEL TORRAO LTDA.
36	SP	SIM	SIM	01902563000995	797019055110	DISTRIBUIDORA DE COMBUSTIVEL TORRAO LTDA.
37	SP	SIM	SIM	01902563001029	513077943111	DISTRIBUIDORA DE COMBUSTIVEL TORRAO LTDA.
38	SP	SIM	SIM	01966325000196	177128094113	NOROESTE DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA.
39	SP	SIM	SIM	01966325000277	513111282114	NOROESTE DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA.
40	SP	SIM	SIM	02123223000171	513035503110	PETRONAC DISTRIBUIDORA NACIONAL DE DERIVADOS DE PETRÓLEO E ÁLCOOL S.A.
41	SP	SIM	SIM	02123223000252	336918710118	PETRONAC DISTRIBUIDORA NACIONAL DE DERIVADOS DE PETRÓLEO E ÁLCOOL S.A.
42	SP	SIM	SIM	02123223000333	582664028118	PETRONAC DISTRIBUIDORA NACIONAL DE DERIVADOS DE PETRÓLEO E ÁLCOOL S.A.
43	SP	SIM	SIM	02368373000307	513452568113	DISTRIBUIDORA DE COMBUSTIVEIS MASUT LTDA.
44	SP	SIM	SIM	02913444000143	399078659111	REDE SOL FUEL DISTRIBUIDORA LTDA.
45	SP	SIM	SIM	02913444000496	513451491110	REDE SOL FUEL DISTRIBUIDORA LTDA.
46	SP	SIM	SIM	02913444001034	513062078115	REDE SOL FUEL DISTRIBUIDORA LTDA.
47	SP	SIM	SIM	02924588000103	515031347114	PETROEXPRESS DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS E DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA.
48	SP	SIM	SIM	02924588000286	513057827117	PETROEXPRESS DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS E DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA.
49	SP	SIM	SIM	02924588000952	645381115111	PETROEXPRESS DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS E DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA.
50	SP	SIM	SIM	02924588001096	209478466118	PETROEXPRESS DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS E DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA.
51	SP	SIM	SIM	02924588001177	797258101117	PETROEXPRESS DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS E DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA.
52	SP	SIM	SIM	03016811000250	513440987110	PETROLUZ DISTRIBUIDORA LTDA
53	SP	SIM	SIM	03016811000500	336820836112	PETROLUZ DISTRIBUIDORA LTDA
54	SP	SIM	SIM	03445208000455	603055910110	UMOE BIOENERGY S.A.
55	SP	SIM	SIM	03565937000100	513448170118	D´MAIS DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA.
56	SP	SIM	SIM	03980754000305	582758412110	REDEPETRO DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA.
57	SP	SIM	SIM	03980754000496	796509021116	REDEPETRO DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA.
58	SP	SIM	SIM	04171382000177	462064121112	CENTRAL ENERGÉTICA MORENO DE MONTE APRAZÍVEL AÇÚCAR E ÁLCOOL LTDA
59	SP	SIM	SIM	04839268000253	221051886118	IBERIA INDUSTRIAL E COMERCIAL LTDA
60	SP	SIM	SIM	04969941000199	550000018111	USINA BELA VISTA S/A
61	SP	SIM	SIM	05242560000176	327057130110	USINA VERTENTE LTDA.
62	SP	SIM	SIM	05266880000166	268064576114	COMPANHIA ENERGÉTICA SÃO JOSÉ
63	SP	SIM	SIM	05553456000100	791052228118	USINA OUROESTE - AÇÚCAR E ÁLCOOL LTDA
64	SP	SIM	SIM	05594763000393	336858620118	PETROMAIS DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA.
65	SP	SIM	SIM	05759383000795	147591549110	TOBRAS DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA.
66	SP	SIM	SIM	05759383001171	796008919112	TOBRAS DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA.
67	SP	SIM	SIM	05759383001252	513068759116	TOBRAS DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA.
68	SP	SIM	SIM	05759383001333	513068777118	TOBRAS DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA.
69	SP	SIM	SIM	05759383001686	797024003115	TOBRAS DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA.
70	SP	SIM	SIM	05928246000141	544054476110	COPLASA - AÇÚCAR E ÁLCOOL LTDA
71	SP	SIM	SIM	05938884000143	762054290117	VALE DO PARANÁ S/A - ÁLCOOL E AÇÚCAR
72	SP	SIM	SIM	06046699000107	434059154114	SANTA MARIA INDÚSTRIA DE ÁLCOOL LTDA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800061

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

73	SP	SIM	SIM	06252818003446	536145704110	ABENGOA BIOENERGIA AGROINDÚSTRIA LTDA
74	SP	SIM	SIM	06252818003799	639266150115	ABENGOA BIOENERGIA AGROINDÚSTRIA LTDA
75	SP	SIM	SIM	06315338002324	660058989118	COFCO BRASIL S.A.
76	SP	SIM	SIM	06315338002405	444060545117	COFCO BRASIL S.A.
77	SP	SIM	SIM	06315338015060	556013690112	COFCO BRASIL S.A.
78	SP	SIM	SIM	06315338015140	260104550115	COFCO BRASIL S.A.
79	SP	SIM	SIM	06983874000192	177145858119	GOL COMBUSTÍVEIS LTDA.
80	SP	SIM	SIM	06983874000354	513070994113	GOL COMBUSTÍVEIS LTDA.
81	SP	SIM	SIM	06983874000516	796605509116	GOL COMBUSTÍVEIS LTDA.
82	SP	SIM	SIM	07013489000690	582808084119	ACOL DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA.
83	SP	SIM	SIM	07024792000183	405074920116	AÇUCAREIRA VIRGOLINO DE OLIVEIRA S/A
84	SP	SIM	SIM	07024792000264	458053713117	AÇUCAREIRA VIRGOLINO DE OLIVEIRA S/A
85	SP	SIM	SIM	07280328000158	339058340112	USINA IACANGA DE AÇÚCAR E ÁLCOOL S.A.
86	SP	SIM	SIM	07280328001715	453074448118	IPIRANGA AGROINDUSTRIAL S.A
87	SP	SIM	SIM	07280328001804	285038490116	IPIRANGA AGROINDUSTRIAL S.A
88	SP	SIM	SIM	07298800000180	450084061110	USINA CONQUISTA DO PONTAL S.A.
89	SP	SIM	SIM	07398533000112	551052990116	USINA GUARIROBA LTDA.
90	SP	SIM	SIM	07458537000149	440068782110	ATENA - TECNOLOGIAS EM ENERGIA NATURAL LTDA
91	SP	SIM	SIM	07723581000139	513055480114	CRUZ DE MALTA DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA.
92	SP	SIM	SIM	07723581000210	513101533114	CRUZ DE MALTA DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA.
93	SP	SIM	SIM	07825834000185	289076110116	CEREALE BRASIL AGROINDUSTRIAL LTDA
94	SP	SIM	SIM	07914230000377	217066758118	TONON BIOENERGIA S.A.
95	SP	SIM	SIM	07914230001420	228021333119	TONON BIOENERGIA S.A.
96	SP	SIM	SIM	07964642000150	724006724114	USINA JJ - ETANOL E AÇÚCAR LTDA
97	SP	SIM	SIM	07969961000239	509061994115	PARAPUÃ AGROINDUSTRIAL S/A
98	SP	SIM	SIM	08046650000180	422068933116	BIOENERGIA DO BRASIL S/A
99	SP	SIM	SIM	08070508000330	202097661112	RAIZEN ENERGIA S.A
100	SP	SIM	SIM	08070508006532	334075530119	RAIZEN ENERGIA S.A
101	SP	SIM	SIM	08070508006613	177259695116	RAIZEN ENERGIA S.A
102	SP	SIM	SIM	08070508006702	710066960114	RAIZEN ENERGIA S.A
103	SP	SIM	SIM	08070508006885	170116755113	RAIZEN ENERGIA S.A
104	SP	SIM	SIM	08070508006966	357060733112	RAIZEN ENERGIA S.A
105	SP	SIM	SIM	08070508007261	289083923113	RAIZEN ENERGIA S.A
106	SP	SIM	SIM	08070508008314	211054109111	RAIZEN ENERGIA S.A
107	SP	SIM	SIM	08070508009477	588014052119	RAIZEN ENERGIA S.A
108	SP	SIM	SIM	08070508009558	401098727114	RAIZEN ENERGIA S.A
109	SP	SIM	SIM	08070508009710	449017443118	RAIZEN ENERGIA S.A
110	SP	SIM	SIM	08070508012001	253030174110	RAIZEN ENERGIA S.A
111	SP	SIM	SIM	08070508012184	535257207113	RAIZEN ENERGIA S.A
112	SP	SIM	SIM	08070508012265	569007295116	RAIZEN ENERGIA S.A
113	SP	SIM	SIM	08070508012427	349020940114	RAIZEN ENERGIA S.A
114	SP	SIM	SIM	08070508012508	341013786112	RAIZEN ENERGIA S.A
115	SP	SIM	SIM	08110543000173	710063730110	DA MATA S.A. - AÇÚCAR E ÁLCOOL
116	SP	SIM	SIM	08391345000206	317008606114	FIGUEIRA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A
117	SP	SIM	SIM	08391345000397	177146915111	FIGUEIRA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A
118	SP	SIM	SIM	08614277000116	776053440117	REVATI S.A. AÇÚCAR E ÁLCOOL
119	SP	SIM	SIM	08657268000102	263069296113	USINA RIO PARDO S/A
120	SP	SIM	SIM	08842690000138	149912324110	ODEBRECHT AGROINDUSTRIAL PARTICIPAÇÕES S.A.
121	SP	SIM	SIM	08842690000308	450022330112	ODEBRECHT AGROINDUSTRIAL PARTICIPAÇÕES S.A.
122	SP	SIM	SIM	08892436000225	513466684116	FLEXPETRO DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA.
123	SP	SIM	SIM	08892436000306	513081899110	FLEXPETRO DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA.
124	SP	SIM	SIM	08892436000497	796252971115	FLEXPETRO DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA.
125	SP	SIM	SIM	08892436000578	513081904116	FLEXPETRO DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA.
126	SP	SIM	SIM	09584935000480	513056811114	LOGUM LOGÍSTICA S. A. FILIAL PAULÍNIA
127	SP	SIM	SIM	09584935000560	582913366117	LOGUM LOGÍSTICA S. A. FILIAL RIBEIRÃO PRETO
128	SP	SIM	SIM	09584935000641	206309060114	LOGUM LOGÍSTICA S. A. FILIAL BARUERI
129	SP	SIM	SIM	09584935001290	331026760116	LOGUM LOGÍSTICA S. A. FILIAL GUARAREMA
130	SP	SIM	SIM	09584935001370	796342794115	LOGUM LOGÍSTICA S. A. FILIAL GUARULHOS
131	SP	SIM	SIM	10204914000128	582780231115	COPERCANA DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA.
132	SP	SIM	SIM	10265949000258	182180268114	COPERSUCAR S.A.
133	SP	SIM	SIM	10265949000339	265101504113	COPERSUCAR S.A.
134	SP	SIM	SIM	10265949000410	606221315112	COPERSUCAR S.A.
135	SP	SIM	SIM	10265949000509	664165682119	COPERSUCAR S.A.
136	SP	SIM	SIM	10265949000681	622080313113	COPERSUCAR S.A.
137	SP	SIM	SIM	10265949000762	663086158113	COPERSUCAR S.A.
138	SP	SIM	SIM	10265949000843	483106542117	COPERSUCAR S.A.
139	SP	SIM	SIM	10265949001068	391136241110	COPERSUCAR S.A.
140	SP	SIM	SIM	10265949001149	205072057118	COPERSUCAR S.A.
141	SP	SIM	SIM	10265949001220	565065592116	COPERSUCAR S.A.
142	SP	SIM	SIM	10265949001300	522098249119	COPERSUCAR S.A.
143	SP	SIM	SIM	10265949001572	428070692114	COPERSUCAR S.A.
144	SP	SIM	SIM	10265949001653	480055636117	COPERSUCAR S.A.
145	SP	SIM	SIM	10265949001734	649096381110	COPERSUCAR S.A.
146	SP	SIM	SIM	10265949001815	470055800110	COPERSUCAR S.A.
147	SP	SIM	SIM	10265949002030	285094902118	COPERSUCAR S.A.
148	SP	SIM	SIM	10265949002200	416124950112	COPERSUCAR S.A.
149	SP	SIM	SIM	10265949002382	208117186117	COPERSUCAR S.A.
150	SP	SIM	SIM	10265949002463	664165957110	COPERSUCAR S.A.
151	SP	SIM	SIM	10265949002544	231060985112	COPERSUCAR S.A.
152	SP	SIM	SIM	10265949002625	339063247118	COPERSUCAR S.A.
153	SP	SIM	SIM	10265949002897	495162275113	COPERSUCAR S.A.
154	SP	SIM	SIM	10265949002978	503103729113	COPERSUCAR S.A.
155	SP	SIM	SIM	10265949003001	419130385110	COPERSUCAR S.A.
156	SP	SIM	SIM	10265949003192	453149234116	COPERSUCAR S.A.
157	SP	SIM	SIM	10265949003273	194158713110	COPERSUCAR S.A.
158	SP	SIM	SIM	10265949003940	536144354115	COPERSUCAR S.A.
159	SP	SIM	SIM	10265949004083	670063805119	COPERSUCAR S.A.
160	SP	SIM	SIM	10265949004326	603058050119	COPERSUCAR S.A.
161	SP	SIM	SIM	10265949005136	259010635113	COPERSUCAR S.A.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800062

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

162	SP	SIM	SIM	10265949005217	543017559118	COPERSUCAR S.A.
163	SP	SIM	SIM	10265949005306	664071377110	COPERSUCAR S.A.
164	SP	SIM	SIM	10265949005489	543017568119	COPERSUCAR S.A.
165	SP	SIM	SIM	10265949005802	513067441110	COPERSUCAR S.A.
166	SP	SIM	SIM	10767247000191	582808109116	RUMOS DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA.
167	SP	SIM	SIM	11428668000150	513469104111	REALCOOL DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA.
168	SP	SIM	SIM	11428668000231	513100769114	REALCOOL DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA.
169	SP	SIM	SIM	12282034001762	512057113110	USINA CAETÉ S/A
170	SP	SIM	SIM	13485658000182	513062096117	BIOPETRÓLEO DO BRASIL DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA.
171	SP	SIM	SIM	13485658000425	513080146111	BIOPETRÓLEO DO BRASIL DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA.
172	SP	SIM	SIM	14546191000104	209451595114	STOCK DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA.
173	SP	SIM	SIM	15527906003666	415140970111	BIOSEV S.A.
174	SP	SIM	SIM	23314594000968	636039481112	ALESAT COMBUSTIVEIS S/A
175	SP	SIM	SIM	23314594001263	513039926117	ALESAT COMBUSTIVEIS S/A
176	SP	SIM	SIM	23314594001697	336810663117	ALESAT COMBUSTIVEIS S/A
177	SP	SIM	SIM	23314594001930	645448520113	ALESAT COMBUSTIVEIS S/A
178	SP	SIM	SIM	23314594002073	647428990110	ALESAT COMBUSTIVEIS S/A
179	SP	SIM	SIM	23314594002154	283108400113	ALESAT COMBUSTIVEIS S/A
180	SP	SIM	SIM	23314594004793	209395046114	ALESAT COMBUSTIVEIS S/A
181	SP	SIM	SIM	23314594005099	582749050118	ALESAT COMBUSTIVEIS S/A
182	SP	SIM	SIM	23314594005331	495157848118	ALESAT COMBUSTIVEIS S/A
183	SP	SIM	SIM	33337122002090	636010251116	IPIRANGA PRODUTOS DE PETRÓLEO S/A .
184	SP	SIM	SIM	33337122002251	209016737115	IPIRANGA PRODUTOS DE PETRÓLEO S/A .
185	SP	SIM	SIM	33337122002766	562002260119	IPIRANGA PRODUTOS DE PETRÓLEO S/A .
186	SP	SIM	SIM	33337122002928	647000527114	IPIRANGA PRODUTOS DE PETRÓLEO S/A .
187	SP	SIM	SIM	33337122003738	495166234117	IPIRANGA PRODUTOS DE PETRÓLEO S/A .
188	SP	SIM	SIM	33337122005358	513467885117	IPIRANGA PRODUTOS DE PETRÓLEO S/A .
189	SP	SIM	SIM	33337122005609	647569742118	IPIRANGA PRODUTOS DE PETRÓLEO S/A .
190	SP	SIM	SIM	33337122008969	513079802117	IPIRANGA PRODUTOS DE PETRÓLEO S/A .
191	SP	SIM	SIM	33337122012990	206005210112	IPIRANGA PRODUTOS DE PETRÓLEO S/A .
192	SP	SIM	SIM	33337122014691	283010302113	IPIRANGA PRODUTOS DE PETRÓLEO S/A .
193	SP	SIM	SIM	33337122017950	645052715114	IPIRANGA PRODUTOS DE PETRÓLEO S/A .
194	SP	SIM	SIM	33337122018174	582120738115	IPIRANGA PRODUTOS DE PETRÓLEO S/A .
195	SP	SIM	SIM	33337122019499	336163695116	IPIRANGA PRODUTOS DE PETRÓLEO S/A .
196	SP	SIM	SIM	33453598001790	209336420118	RAÍZEN COMBUSTÍVEIS S.A.
197	SP	SIM	SIM	33453598004625	495003317113	RAÍZEN COMBUSTÍVEIS S.A.
198	SP	SIM	SIM	33453598004978	562005631110	RAÍZEN COMBUSTÍVEIS S.A.
199	SP	SIM	SIM	33453598007721	177149621114	RAÍZEN COMBUSTÍVEIS S.A.
200	SP	SIM	SIM	33453598008965	336570556117	RAÍZEN COMBUSTÍVEIS S.A.
201	SP	SIM	SIM	33453598012059	108002379114	RAÍZEN COMBUSTÍVEIS S.A.
202	SP	SIM	SIM	33453598016631	513001803119	RAÍZEN COMBUSTÍVEIS S.A.
203	SP	SIM	SIM	33453598017794	206004988115	RAÍZEN COMBUSTÍVEIS S.A.
204	SP	SIM	SIM	33453598017875	283007037116	RAÍZEN COMBUSTÍVEIS S.A.
205	SP	SIM	SIM	33453598018766	582069867119	RAÍZEN COMBUSTÍVEIS S.A.
206	SP	SIM	SIM	33453598021635	647004763114	RAÍZEN COMBUSTÍVEIS S.A.
207	SP	SIM	SIM	33453598042802	645183155116	RAÍZEN COMBUSTÍVEIS S.A.
208	SP	SIM	SIM	34274233005910	108670450115	PETROBRAS DISTRIBUIDORA S/A
209	SP	SIM	SIM	34274233006488	206005130116	PETROBRAS DISTRIBUIDORA S/A
210	SP	SIM	SIM	34274233006569	513002127110	PETROBRAS DISTRIBUIDORA S/A
211	SP	SIM	SIM	34274233010167	283007808110	PETROBRAS DISTRIBUIDORA S/A
212	SP	SIM	SIM	34274233016360	209036589119	PETROBRAS DISTRIBUIDORA S/A
213	SP	SIM	SIM	34274233016440	647047922111	PETROBRAS DISTRIBUIDORA S/A
214	SP	SIM	SIM	34274233017412	562032727115	PETROBRAS DISTRIBUIDORA S/A
215	SP	SIM	SIM	34274233026080	495020230117	PETROBRAS DISTRIBUIDORA S/A
216	SP	SIM	SIM	34274233028023	645052593112	PETROBRAS DISTRIBUIDORA S/A
217	SP	SIM	SIM	34274233029500	582131456114	PETROBRAS DISTRIBUIDORA S/A
218	SP	SIM	SIM	34274233030788	336155007115	PETROBRAS DISTRIBUIDORA S/A
219	SP	SIM	SIM	43533819000399	751000218117	USINA ITAJOBI LTDA - AÇÚCAR E ÁLCOOL
220	SP	SIM	SIM	43545284000104	304017285117	ALCOESTE DESTILARIA FERNANDÓPOLIS S/A
221	SP	SIM	SIM	43619832001760	150010190110	BRANCO PERES AÇÚCAR E ÁLCOOL S/A
222	SP	SIM	SIM	43932102000581	564005959112	RENUKA DO BRASIL S.A.
223	SP	SIM	SIM	43960335000164	181013395113	RAIZEN ARARAQUARA AÇÚCAR E ÁLCOOL LTDA
224	SP	SIM	SIM	44207249000148	182001460116	USINA SANTA LÚCIA S.A.
225	SP	SIM	SIM	44209336003583	182000604118	U.S.J. - AÇÚCAR E ÁLCOOL S/A
226	SP	SIM	SIM	44330975000153	186000014116	USINA COLOMBO S/A - AÇÚCAR E ÁLCOOL
227	SP	SIM	SIM	44330975002288	498057366111	USINA COLOMBO S/A - AÇÚCAR E ÁLCOOL
228	SP	SIM	SIM	44330975002520	605055713119	USINA COLOMBO S/A - AÇÚCAR E ÁLCOOL
229	SP	SIM	SIM	44346583000182	322009271119	USINA AÇUCAREIRA GUAIRA LIMITADA
230	SP	SIM	SIM	44373108000103	503007428110	COCAL COMÉRCIO INDÚSTRIA CANAA AÇÚCAR E ÁLCOOL LTDA
231	SP	SIM	SIM	44373108000600	470053570113	COCAL COMÉRCIO INDÚSTRIA CANAA AÇÚCAR E ÁLCOOL LTDA
232	SP	SIM	SIM	44691236000197	201001058118	DELLA COLETTA BIOENERGIA S/A
233	SP	SIM	SIM	44836856000177	371027136115	AGRO INDUSTRIAL VISTA ALEGRE LTDA
234	SP	SIM	SIM	45281813000135	477000541111	USINA SANTA FÉ S/A
235	SP	SIM	SIM	45483146000173	219000346110	USINA SANTA ROSA LTDA
236	SP	SIM	SIM	45483450000110	267000797110	CLEALCO AÇÚCAR E ÁLCOOL S/A
237	SP	SIM	SIM	45483450000200	521070020111	CLEALCO AÇÚCAR E ÁLCOOL S/A
238	SP	SIM	SIM	45483450002164	566051683117	CLEALCO AÇÚCAR E ÁLCOOL S/A
239	SP	SIM	SIM	45765914000181	424000885114	CENTRAL ENERGÉTICA MORENO AÇÚCAR E ÁLCOOL LTDA
240	SP	SIM	SIM	45902707000121	193001670112	DIANA DESTILARIA DE ÁLCOOL NOVA AVANHANDAVA LTDA
241	SP	SIM	SIM	46448270000403	690005712110	DESTILARIA ALCÍDIA S/A
242	SP	SIM	SIM	47063128000168	260005288110	USINA SÃO DOMINGOS - AÇÚCAR E ÁLCOOL S/A
243	SP	SIM	SIM	47080619000974	666000013112	GUARANI S/A
244	SP	SIM	SIM	47080619001199	487007761118	GUARANI S/A
245	SP	SIM	SIM	47080619003051	681088850110	GUARANI S/A
246	SP	SIM	SIM	47080619003302	322027590112	GUARANI S/A
247	SP	SIM	SIM	47233416000113	263000630115	TGM INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ÁLCOOL E AGUARDENTE LTDA
248	SP	SIM	SIM	47254396000167	265000674116	J. PILON S/A AÇÚCAR E ÁLCOOL
249	SP	SIM	SIM	47524632000118	483005728116	USINA SANTA ISABEL S/A
250	SP	SIM	SIM	47524632000894	443053800110	USINA SANTA ISABEL S/A

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800063

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

251	SP	SIM	SIM	48295562001108	562145016113	USINA ALTO ALEGRE S/A - AÇÚCAR E ÁLCOOL
252	SP	SIM	SIM	48708267046156	716000215114	NARDINI AGROINDUSTRIAL LTDA
253	SP	SIM	SIM	49213747000117	467000200111	BIOSEV BIOENERGIA S.A.
254	SP	SIM	SIM	49213747011585	467084469116	BIOSEV BIOENERGIA S.A.
255	SP	SIM	SIM	49213747011828	664158250118	BIOSEV BIOENERGIA S.A.
256	SP	SIM	SIM	49213747012980	269007089117	BIOSEV BIOENERGIA S.A.
257	SP	SIM	SIM	49381734000157	545000022118	DESTILARIA PYLES LTDA
258	SP	SIM	SIM	49605157000210	366000224113	DESTILARIA LONDRA LTDA
259	SP	SIM	SIM	49911589000179	186000380110	VIRGOLINO DE OLIVEIRA S/A - AÇÚCAR E ÁLCOOL
260	SP	SIM	SIM	49911589000411	374004926118	VIRGOLINO DE OLIVEIRA S/A - AÇÚCAR E ÁLCOOL
261	SP	SIM	SIM	49972326000170	490000365114	USINA MOEMA AÇÚCAR E ÁLCOOL LTDA
262	SP	SIM	SIM	49976251000103	375001113119	MALOSSO BIOENERGIA S.A
263	SP	SIM	SIM	50227255000160	731001088110	DESTILARIA ÁGUA BONITA LTDA
264	SP	SIM	SIM	50376938000189	391002779114	USINA SANTA ADÉLIA S/A
265	SP	SIM	SIM	50376938000936	522095160110	USINA SANTA ADÉLIA S/A
266	SP	SIM	SIM	50749399000186	401001495112	DESTILARIA GRIZZO LTDA
267	SP	SIM	SIM	51086080000180	760000021118	ARALCO S/A - INDÚSTRIA E COMÉRCIO
268	SP	SIM	SIM	51096477000153	670001303118	PIONEIROS BIOENERGIA S/A
269	SP	SIM	SIM	51422921001236	416001237119	USINA BARRA GRANDE DE LENÇÓIS S/A
270	SP	SIM	SIM	51422988002161	428000018116	ACUCAREIRA ZILLO LORENZETTI S A
271	SP	SIM	SIM	51466860000156	557061801119	SÃO MARTINHO S/A
272	SP	SIM	SIM	51466860002957	362068604114	SÃO MARTINHO S/A
273	SP	SIM	SIM	51466860005034	166026728112	SÃO MARTINHO S/A
274	SP	SIM	SIM	51843514000140	505000323110	ANTÔNIO RUETTE AGROINDUSTRIAL LTDA
275	SP	SIM	SIM	51843514009600	765052980115	ANTÔNIO RUETTE AGROINDUSTRIAL LTDA
276	SP	SIM	SIM	51990778000126	322009110112	AÇÚCAR E ÁLCOOL OSWALDO RIBEIRO DE MENDONÇA LTDA
277	SP	SIM	SIM	52189420000161	503008790116	RAIZEN PARAGUAÇÚ LTDA
278	SP	SIM	SIM	52189420000919	731018246118	RAIZEN PARAGUAÇÚ LTDA
279	SP	SIM	SIM	52189420001052	436020005119	RAIZEN PARAGUAÇÚ LTDA
280	SP	SIM	SIM	53009825000133	642012865116	USINA ALTA MOGIANA S/A - AÇÚCAR E ÁLCOOL
281	SP	SIM	SIM	53172300000114	483002808113	USINA SÃO JOSÉ DA ESTIVA S/A AÇÚCAR E ÁLCOOL
282	SP	SIM	SIM	53408860000125	495000790117	USINA SÃO LUIZ S/A
283	SP	SIM	SIM	53800207000107	501000490110	DESTILARIA TIROLLI LTDA
284	SP	SIM	SIM	53811006000105	543006246112	VIRALCOOL - AÇÚCAR E ÁLCOOL LTDA.
285	SP	SIM	SIM	53811006000296	259058805110	VIRALCOOL - AÇÚCAR E ÁLCOOL LTDA.
286	SP	SIM	SIM	54470679000101	208014261118	USINA BATATAIS S/A AÇÚCAR E ÁLCOOL
287	SP	SIM	SIM	54470679001183	419112067110	USINA BATATAIS S/A AÇÚCAR E ÁLCOOL
288	SP	SIM	SIM	54846951000105	536005080117	FERRARI AGROINDÚSTRIA S/A
289	SP	SIM	SIM	54929021000115	543000577118	ANDRADE AÇÚCAR E ÁLCOOL S/A
290	SP	SIM	SIM	55090971000161	237004907110	CAFEALCOOL AÇÚCAR E ÁLCOOL LTDA
291	SP	SIM	SIM	55109565000101	550001032115	USINA BAZAN S/A
292	SP	SIM	SIM	56624174000180	266003418110	USINA GRANELLI LTDA
293	SP	SIM	SIM	56723257000126	606003967117	USINA AÇUCAREIRA FURLAN SOCIEDADE ANÔNIMA
294	SP	SIM	SIM	56723257000207	194142463110	USINA AÇUCAREIRA FURLAN SOCIEDADE ANÔNIMA
295	SP	SIM	SIM	60329174000124	649000134114	USINA AÇUCAREIRA SÃO MANOEL S/A
296	SP	SIM	SIM	60855574001307	565000765119	AÇUCAREIRA QUATA S/A
297	SP	SIM	SIM	60892098000160	276000280115	USINA AÇUCAREIRA ESTER SA
298	SP	SIM	SIM	61149589002041	503091215111	COPERSUCAR COOPERATIVA PRODUTORES DE CANA-DE-AÇÚCAR E ÁLCOOL DO ESTADO DE SÃO PAULO
299	SP	SIM	SIM	61149589003285	522095365110	COPERSUCAR COOPERATIVA PRODUTORES DE CANA-DE-AÇÚCAR E ÁLCOOL DO ESTADO DE SÃO PAULO
300	SP	SIM	SIM	61149589003447	419123315110	COPERSUCAR COOPERATIVA PRODUTORES DE CANA-DE-AÇÚCAR E ÁLCOOL DO ESTADO DE SÃO PAULO
301	SP	SIM	SIM	61149589003870	339061750111	COPERSUCAR COOPERATIVA PRODUTORES DE CANA-DE-AÇÚCAR E ÁLCOOL DO ESTADO DE SÃO PAULO
302	SP	SIM	SIM	61149589004176	480055380111	COPERSUCAR COOPERATIVA PRODUTORES DE CANA-DE-AÇÚCAR E ÁLCOOL DO ESTADO DE SÃO PAULO
303	SP	SIM	SIM	61149589004257	194155351110	COPERSUCAR COOPERATIVA PRODUTORES DE CANA-DE-AÇÚCAR E ÁLCOOL DO ESTADO DE SÃO PAULO
304	SP	SIM	SIM	61149589004680	470055712117	COPERSUCAR COOPERATIVA PRODUTORES DE CANA-DE-AÇÚCAR E ÁLCOOL DO ESTADO DE SÃO PAULO
305	SP	SIM	SIM	61149589004842	536143748110	COPERSUCAR COOPERATIVA PRODUTORES DE CANA-DE-AÇÚCAR E ÁLCOOL DO ESTADO DE SÃO PAULO
306	SP	SIM	SIM	61149589004923	670063762110	COPERSUCAR COOPERATIVA PRODUTORES DE CANA-DE-AÇÚCAR E ÁLCOOL DO ESTADO DE SÃO PAULO
307	SP	SIM	SIM	61149589005490	603058060113	COPERSUCAR COOPERATIVA PRODUTORES DE CANA-DE-AÇÚCAR E ÁLCOOL DO ESTADO DE SÃO PAULO
308	SP	SIM	SIM	61149589006462	543017381111	COPERSUCAR COOPERATIVA PRODUTORES DE CANA-DE-AÇÚCAR E ÁLCOOL DO ESTADO DE SÃO PAULO
309	SP	SIM	SIM	61149589006543	664071882113	COPERSUCAR COOPERATIVA PRODUTORES DE CANA-DE-AÇÚCAR E ÁLCOOL DO ESTADO DE SÃO PAULO
310	SP	SIM	SIM	61149589009569	543017726114	COPERSUCAR COOPERATIVA PRODUTORES DE CANA-DE-AÇÚCAR E ÁLCOOL DO ESTADO DE SÃO PAULO
311	SP	SIM	SIM	61149589009720	208018026112	COPERSUCAR COOPERATIVA PRODUTORES DE CANA-DE-AÇÚCAR E ÁLCOOL DO ESTADO DE SÃO PAULO
312	SP	SIM	SIM	61149589010222	565003295114	COPERSUCAR COOPERATIVA PRODUTORES DE CANA-DE-AÇÚCAR E ÁLCOOL DO ESTADO DE SÃO PAULO
313	SP	SIM	SIM	61149589010494	416016527110	COPERSUCAR COOPERATIVA PRODUTORES DE CANA-DE-AÇÚCAR E ÁLCOOL DO ESTADO DE SÃO PAULO
314	SP	SIM	SIM	61149589011202	663007160117	COPERSUCAR COOPERATIVA PRODUTORES DE CANA-DE-AÇÚCAR E ÁLCOOL DO ESTADO DE SÃO PAULO
315	SP	SIM	SIM	61149589011466	606036299110	COPERSUCAR COOPERATIVA PRODUTORES DE CANA-DE-AÇÚCAR E ÁLCOOL DO ESTADO DE SÃO PAULO
316	SP	SIM	SIM	61149589011547	285011714111	COPERSUCAR COOPERATIVA PRODUTORES DE CANA-DE-AÇÚCAR E ÁLCOOL DO ESTADO DE SÃO PAULO
317	SP	SIM	SIM	61149589012438	391024772116	COPERSUCAR COOPERATIVA PRODUTORES DE CANA-DE-AÇÚCAR E ÁLCOOL DO ESTADO DE SÃO PAULO
318	SP	SIM	SIM	61149589012861	182037907111	COPERSUCAR COOPERATIVA PRODUTORES DE CANA-DE-AÇÚCAR E ÁLCOOL DO ESTADO DE SÃO PAULO
319	SP	SIM	SIM	61149589013086	265008230112	COPERSUCAR COOPERATIVA PRODUTORES DE CANA-DE-AÇÚCAR E ÁLCOOL DO ESTADO DE SÃO PAULO
320	SP	SIM	SIM	61149589013329	453024859111	COPERSUCAR COOPERATIVA PRODUTORES DE CANA-DE-AÇÚCAR E ÁLCOOL DO ESTADO DE SÃO PAULO
321	SP	SIM	SIM	61149589013590	664027396117	COPERSUCAR COOPERATIVA PRODUTORES DE CANA-DE-AÇÚCAR E ÁLCOOL DO ESTADO DE SÃO PAULO
322	SP	SIM	SIM	61149589013914	664027387116	COPERSUCAR COOPERATIVA PRODUTORES DE CANA-DE-AÇÚCAR E ÁLCOOL DO ESTADO DE SÃO PAULO
323	SP	SIM	SIM	61149589014481	428002873111	COPERSUCAR COOPERATIVA PRODUTORES DE CANA-DE-AÇÚCAR E ÁLCOOL DO ESTADO DE SÃO PAULO
324	SP	SIM	SIM	61149589014562	483011045118	COPERSUCAR COOPERATIVA PRODUTORES DE CANA-DE-AÇÚCAR E ÁLCOOL DO ESTADO DE SÃO PAULO
325	SP	SIM	SIM	61149589014643	495040514113	COPERSUCAR COOPERATIVA PRODUTORES DE CANA-DE-AÇÚCAR E ÁLCOOL DO ESTADO DE SÃO PAULO
326	SP	SIM	SIM	61149589014805	649012578119	COPERSUCAR COOPERATIVA PRODUTORES DE CANA-DE-AÇÚCAR E ÁLCOOL DO ESTADO DE SÃO PAULO
327	SP	SIM	SIM	61149589017740	205007450115	COPERSUCAR COOPERATIVA PRODUTORES DE CANA-DE-AÇÚCAR E ÁLCOOL DO ESTADO DE SÃO PAULO
328	SP	SIM	SIM	61149589020376	231001757118	COPERSUCAR COOPERATIVA PRODUTORES DE CANA-DE-AÇÚCAR E ÁLCOOL DO ESTADO DE SÃO PAULO
329	SP	SIM	SIM	61149589025688	259011241118	COPERSUCAR COOPERATIVA PRODUTORES DE CANA-DE-AÇÚCAR E ÁLCOOL DO ESTADO DE SÃO PAULO
330	SP	SIM	SIM	68316801000102	408074470119	GLENCANE BIOENERGIA S.A.
331	SP	SIM	SIM	71304687000105	663000095119	PEDRA AGROINDUSTRIAL S/A
332	SP	SIM	SIM	71304687001845	231001604119	PEDRA AGROINDUSTRIAL S/A
333	SP	SIM	SIM	71304687002817	480052326117	PEDRA AGROINDUSTRIAL S/A
334	SP	SIM	SIM	71321566000163	664000363113	IRMÃOS TONIELLO LTDA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800064

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

335	SP	SIM	SIM	71322523000100	664003646110	DELOS DESTILARIA LOPES DA SILVA LTDA
336	SP	SIM	SIM	71324784000151	664002905119	USINA SANTO ANTÔNIO S/A
337	SP	SIM	SIM	71324792000440	205007334115	USINA SÃO FRANCISCO S/A
338	SP	SIM	SIM	72455876000133	692002250112	ZAMBIANCO - AÇÚCAR E ÁLCOOL LTDA.
339	SP	SIM	SIM	80795727000737	336922443115	POTENCIAL PETROLEO LTDA
340	SP	SIM	SIM	80795727000818	513460542117	POTENCIAL PETROLEO LTDA
341	SP	SIM	SIM	80795727001202	797125263118	POTENCIAL PETROLEO LTDA

Art. 2º Esse ato entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União.

BRUNO PESSANHA NEGRIS

RETIFICAÇÃO

No Convênio ICMS 13/18, de 27 de fevereiro de 2018, publicado no DOU de 28 de fevereiro de 2018, Seção 1, página 25,

onde se lê: "Cláusula segunda O Estado do Rio de Janeiro fica autorizado ...

Cláusula terceira Este convênio entra em vigor..."

leia-se: "Cláusula terceira O Estado do Rio de Janeiro fica autorizado ...

Cláusula quarta Este convênio entra em vigor..."

EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 2017

Mensagem da Diretoria Executiva

Facilitar o acesso a serviços públicos do Governo Federal. É com esse intuito que a Dataprev se estruturou em 2017 para aprimorar o relacionamento entre os principais órgãos do governo e o cidadão. E, mesmo com instabilidade no cenário econômico brasileiro, a empresa continuou apresentando resultados financeiros bastante satisfatórios em um ano marcado por uma nova gestão.

O lançamento de aplicativos como Sine Fácil, CTPS Digital, Meu INSS, INSS Digital e Cidadao.Br melhoram o fluxo de atendimento e facilitam o dia a dia do usuário e trazem também vantagens para a Administração Pública, pois ajudam a desonerar a estrutura de atendimento em um momento de contingenciamento de recursos.

Além de soluções que suportam principalmente as atividades da Previdência e do Ministério do Trabalho, a Dataprev tem investido em infraestrutura e segurança da informação para executar as ações e projetos da Estratégia de Governança Digital do Governo Federal.

A plataforma para o compartilhamento de informações entre os órgãos públicos federais, ou GovData, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, marca o início de uma nova era na gestão de Tecnologia da Informação na Administração Federal. A Dataprev será uma das provedoras do serviço.

No ambiente especializado para processamento de grandes volumes de informação estarão reunidas as principais bases de dados estruturantes do governo. A proposta é que elas possam auxiliar gestores no desenvolvimento de políticas públicas, além de reduzir os gastos públicos.

Outra iniciativa nesse sentido é a Plataforma de Reconhecimento Digital do Cidadão (Predic), que proverá infraestrutura e qualificação de dados a partir da utilização de Master Data Management, ou Gerenciamento de Dados Mestres.

Paralelamente, a empresa estuda atuar em outras frentes para atender às necessidades de um público cada vez mais exigente, ágil e conectado. Novas oportunidades com base em outros modelos de negócios e em tecnologias digitais, como Analytics, Computação em Nuvem e Inteligência Artificial, ajudarão a romper com o padrão tradicional de oferta de serviços. Além disso, devem potencializar as soluções já existentes, gerar novas atividades para integrar o portfólio da empresa e ampliar a receita.

Quanto à gestão, processos de eficiência financeira e ações de redução de custos permaneceram como prioritários em 2017, incluindo o aperfeiçoamento de metodologias de aferição de custos e de análise de investimentos, seguindo as melhores práticas de mercado. Outra iniciativa que teve como objetivo aprimorar o modelo de gestão foi a aprovação, em dezembro, do novo Plano de Governança Corporativa para o triênio 2018-2020.

É por esse compromisso com o avanço tecnológico e de gestão que a Dataprev chega aos seus 43 anos tendo sido eleita, pela terceira vez, em 2017, a melhor empresa do setor Indústria Digital pela publicação Melhores e Maiores da Exame, da Editora Abril. A empresa foi campeã ainda na categoria Serviços Públicos da 15ª edição da "As Melhores da IstoÉ Dinheiro", da Editora Três. E, durante o DCD Awards Latin America 2017, recebeu o prêmio internacional de Melhor Prestação de Serviço Digital no Setor Público.

Os motivos de orgulho vão além: a nossa equipe de gestão de data centers está entre as melhores do mundo. A empresa foi indicada como uma das quatro finalistas nesta categoria, segundo o DCD Global Awards 2017, maior premiação para data centers do mundo.

Outra conquista foi a certificação Operational Sustainability no nível ouro para os Data Centers Rio de Janeiro e São Paulo - última do sistema de classificação Tier III - que reconhece o nosso padrão de prestação de serviço digital.

É inquestionável que esses resultados refletem o comprometimento de nossos empregados e colaboradores em servir cada vez melhor o nosso país. Que os novos desafios nos impulsionem a continuar fazendo o nosso melhor.

Diretoria Executiva

Relatório de Administração

A Diretoria Executiva da Dataprev apresenta o Relatório de Administração, as Demonstrações Contábeis e as notas explicativas relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017. O relatório atende os dispositivos legais e estatutários.

O conteúdo abrange informações sobre o perfil da empresa, sua estrutura organizacional e de governança, seu desempenho econômico-financeiro, social e ambiental, além de um resumo de temas como perspectiva dos negócios, principais investimentos, gestão de pessoas, principais eventos de incentivo à inovação e a interligação dessas dimensões no desempenho do negócio.

É com o intuito de compartilhar com a sociedade as principais conquistas e desafios da empresa que este relatório foi elaborado. Mais do que uma prestação de contas, a finalidade é manter um diálogo de forma ética e transparente com os seus públicos.

Perfil

A Dataprev é uma empresa pública, vinculada ao Ministério da Fazenda e com mais de 40 anos de experiência na gestão e no desenvolvimento de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação. Com sede em Brasília, possui estrutura para atendimento a seus clientes e aos cidadãos brasileiros em todo país. Conta, ainda, com unidades de desenvolvimento em cinco estados - Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro e Santa Catarina - e três data centers - localizados no Distrito Federal, no Rio de Janeiro e em São Paulo - projetados para promover alta disponibilidade e segurança dos sistemas.

Para cumprir a sua missão de fornecer soluções que colaborem para execução e o aprimoramento de políticas sociais do Estado brasileiro, a Dataprev conta com infraestrutura tecnológica avançada, profissionais capacitados e cultura voltada à entrega de serviços com qualidade e inovação.

Após a conclusão da modernização de seu parque de TI em 2014, com valores que ultrapassaram a marca dos R$ 400 milhões em três anos e aumentaram a segurança, a capacidade energética e a disponibilidade dos ambientes de produção, a empresa investiu em certificações que atestam o atendimento a requisitos específicos de segurança e disponibilidade da infraestrutura de TIC.

Os Data Centers Rio de Janeiro e São Paulo, que já tinham a certificação Tier III Design desde 2016, receberam, em 2017, os selos Facility e Operational Sustainability no nível ouro, a última do sistema de classificação Tier III. Com o reconhecimento do UpTime Institute, a Dataprev se tornou a primeira empresa pública do país a receber este selo e completar o ciclo Tier III.

A Dataprev está presente na vida do cidadão brasileiro, provendo a tecnologia necessária para os programas estratégicos do governo. Guardiã dos dados sociais brasileiros, processa, por exemplo, o pagamento mensal de cerca de 34,5 milhões de benefícios previdenciários, sem um dia de atraso. Também desenvolve e faz a manutenção dos sistemas utilizados nas Agências da Previdência Social e nos postos conveniados do Sistema Nacional do Emprego (Sine).

Entre seus principais clientes estão o Ministério do Trabalho, o Instituto Nacional do Seguro Social, o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, a Secretaria da Receita Federal, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar e as instituições financeiras.

A Dataprev oferece um conjunto de serviços especializados na produção de informações estratégicas, capazes de gerar valor para o negócio do cliente. São tecnologias que permitem a integração ou cruzamento de dados de diferentes fontes, tornando-os mais confiáveis para apoiar a tomada de decisão.

As equipes de engenharia de software atuam em conjunto com analistas de negócio para criar sistemas ou desenvolver novas funcionalidades, de acordo com as necessidades dos clientes. Além de hospedar, manter, gerir e proteger informações e sistemas, a capacidade computacional e logística da empresa permite analisar e qualificar dados, antecipar demandas de parceiros, prestar serviços de consultoria, apoiar a elaboração e a realização de projetos.

Missão

Fornecer soluções de Tecnologia da Informação e da Comunicação para a execução e o aprimoramento das políticas sociais do Estado brasileiro.

Visão

Ser o principal provedor de soluções tecnológicas para a gestão das informações previdenciárias, trabalhistas, sociais e de registros civis da população brasileira.

Estrutura Organizacional

Estrutura atualizada em março de 2018

A estrutura organizacional da Dataprev é constituída pela presidência, pelas diretorias de Desenvolvimento, Relacionamento e Informações (DRD), Tecnologia e Operações (DIT), Finanças e Serviços Logísticos (DFS) e Pessoas (DPE), que juntas formam a Diretoria Executiva, e pelos Conselhos de Administração e Fiscal. Essas estruturas atuam de forma integrada com atribuições pautadas pela Lei 6.125, de 04/11/1975, e pelo Estatuto Social da empresa.

O exercício de 2017 foi marcado por algumas adequações importantes para atender a normativos e fortalecer a governança. Um dos exemplos foi a criação da Superintendência de Governança e Gestão Estratégica, que passa a ter, entre suas atribuições, o desafio de consolidar o controle sobre ações estratégicas.

Também com o intuito de atender às melhores práticas de governança corporativa, a Dataprev passou a contar em 2017 com uma Assembleia Geral. Prevista no artigo 72, inciso IV, do Decreto nº 8.945/2016, que regulamenta a Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais), a assembleia é uma das estruturas de controle e transparência obrigatórias para todas as empresas estatais.

A Assembleia Geral pode ser ordinária ou extraordinária e é o órgão pelo qual se manifestam os acionistas. Tem o poder de decidir sobre todos os negócios da empresa e tomar as medidas que julgar pertinentes à sua defesa e desenvolvimento.

Novos Negócios

Reconhecida por sua capacidade de processamento de grandes volumes de dados e por sua gestão eficiente, a Dataprev deu início em 2017 à elaboração de um novo Plano de Negócios para o período 2018-2020.

Os novos desafios, alinhados à Lei das Estatais e ao planejamento da empresa, incluem uma estratégia de longo prazo e a análise de viabilidade das oportunidades para os próximos 5 anos. O documento estabelece também a visão da Dataprev para seu portfólio atual de serviços e para novos negócios, com base em outros modelos e em tecnologias digitais.

A expectativa é que os serviços decorrentes dessas novas tecnologias digitais - aplicativos para dispositivos móveis, Analytics, computação em nuvem e inteligência artificial - estejam adequadas às necessidades dos clientes e cidadãos e, consequentemente, tenham repercussão positiva nos resultados financeiros da empresa.

Além disso, novos serviços como Empréstimo Consignado Online (ECO) e disponibilização de bases de dados também devem impulsionar as receitas da Dataprev.

Mais do que promover a sustentabilidade financeira, os novos negócios devem contribuir para que a Dataprev mantenha sua missão de prover serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação para apoiar as políticas sociais no país.

Governança Corporativa

A Dataprev tem aprimorado o seu modelo de gestão nos últimos anos, com foco no aumento do investimento para a estruturação da Governança Corporativa e no alinhamento do planejamento estratégico com os demais instrumentos utilizados na empresa.

Nesse sentido, os orientadores estratégicos da organização foram estabelecidos com a Roda da Estratégia, presente no Planejamento Estratégico 2016-2019, e as ações e as atividades operacionais estabelecidas no Plano de Ação.

Na esfera governamental, as recomendações do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, as orientações dos órgãos de controle e a promulgação da Lei 13.303/2016, conhecida como Lei das Estatais, reforçam a necessidade de investir na Governança Corporativa e servem como amparo para a formulação de um modelo de governança para a Dataprev.

Com o advento da lei e apoiada pelas orientações da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR), a Dataprev intensificou as ações para se adequar aos mecanismos de governança previstos em normativos e nas orientações do Governo Federal.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800065

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Por conta do novo cenário, a empresa estabeleceu resultado específico no Plano de Ação de 2017 para atender aos dispositivos da Lei das Estatais; ao decreto regulamentador da lei; e às resoluções da CGPAR. Além disso, criou, no decorrer do ano, uma unidade interna para tratar da Governança Corporativa na empresa. A Superintendência de Governança e de Gestão Estratégica (SUGV) tem como objetivo alinhar ações estratégicas, otimizar os processos de negócios, promover a integridade corporativa, acompanhar e controlar projetos e programas, promover a segurança da informação e a gestão de riscos corporativos e acompanhar o desempenho organizacional.

A preocupação da Governança Corporativa é criar um conjunto eficiente de mecanismos, tanto de incentivo quanto de monitoramento, com a finalidade de assegurar que o comportamento dos administradores esteja sempre alinhado com os propósitos e interesses da empresa.

Em 2017, a Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, lançou o Indicador de Governança (IG-SEST), um instrumento de acompanhamento contínuo da governança nas empresas estatais federais de controle direto da União. O objetivo do Indicador é avaliar o cumprimento dos requisitos exigidos pela Lei das Estatais. A Dataprev alcançou a nota 4,23, ficando acima da média de pontuação entre as estatais avaliadas.

O modelo de Governança Corporativa para Dataprev

Nos últimos anos, a Dataprev tem avançado em termos de estrutura de governança. Entre as ações adotadas, destacam-se a criação da Assembleia Geral; a estruturação de comissão para atender transitoriamente as atribuições do Comitê de Elegibilidade Estatutário; a aprovação pelo Conselho de Administração do calendário de ações que independem de alteração no Estatuto Social; a aprovação da Política de Gestão de Riscos; e a revisão do Manual de Compras, que está em fase de conclusão.

Em novembro de 2017, foi aprovada, na 3ª Assembleia Geral Extraordinária, a versão para adaptação integral do Estatuto Social da Dataprev aos dispositivos da Lei 13.303/2016, do Decreto 8.945/2016 e das resoluções CGPAR. No mesmo mês, o estatuto foi publicado no Diário Oficial da União, atendendo a uma parte considerável do que foi objeto de avaliação pelo IG-SEST.

Para alcançar seus objetivos, a Dataprev começou a desenvolver um programa na empresa e definiu as diretrizes para criação do Plano Diretor de Governança Corporativa, devidamente alinhado com a Roda da Estratégia, Plano de Negócios e a Cadeia de Valor.

O documento foi analisado e aprovado pela Diretoria Executiva e, posteriormente, submetido ao Conselho de Administração que, após avaliação, instaurou o primeiro Plano de Governança Corporativa da Dataprev, para o ciclo 2018-2020.

A implantação do modelo de Governança Corporativa gera mudanças organizacionais, que passam pelo próprio Conselho de Administração até as instâncias operacionais da empresa. Essas mudanças precisam ser coordenadas com a estrutura, as políticas, os processos e os métodos de trabalho da organização.

O modelo desdobra-se em eixos de atuação, na criação do Programa de Governança, na estruturação de comitês, subcomitês, diretrizes, políticas e no Plano de Trabalho, que possibilitam a efetiva implantação da Governança Corporativa na empresa.

O programa será desenvolvido por completo num período de três anos, chegando à fase final em 2020, quando a empresa pretende alcançar grau de excelência em Governança Corporativa no setor público.

No decorrer de cada ano, um conjunto de etapas estão pré-definidas, dentre as quais se destacam:

I.No início de 2018, desenvolver o Programa Diretor de Governança Corporativa da Dataprev;

II.Revisar anualmente o Plano Diretor de Governança Corporativa (PDGC);

III.Em 2018, elaborar no início do exercício, o detalhamento das ações previstas para o ano corrente, com prioridade para os itens previstos no IG-SEST e no PDGC;

IV.No final de 2018, elaborar a revisão e o detalhamento das ações previstas para o ano de 2019;

V.No final de 2019, elaborar a revisão e o detalhamento das ações previstas para o ano de 2020;

VI.No final de 2020, elaborar a avaliação do Plano de Governança vigente e elaborar o Plano de Governança para o triênio 2021-2023.

Desempenho Econômico-Financeiro

Mesmo com um cenário econômico restritivo, a Dataprev conseguiu manter em 2017 um bom desempenho econômico. O indicador de Rentabilidade Sobre o Patrimônio Líquido foi de 13,4%. Embora esteja 3,7 pontos percentuais abaixo de 2016, trata-se de um importante alcance em face da queda significativa da inflação. Destaca-se que essa é uma taxa favorável frente as oportunidades de retorno reais de ativos de mercado.

O lucro líquido da empresa em 2017 foi de R$ 136,7 milhões. Apesar de ser 25,7% inferior ao registrado no exercício de 2016 (R$ 184,0 milhões), o valor, somado às demais alterações no balanço patrimonial e na demonstração de resultados, fez com que a Dataprev mantivesse os principais indicadores econômicos acima da média do mercado de atuação de TI, de acordo com os dados disponíveis de 2016.

O principal fator que influenciou a queda do resultado foi o crescimento do passivo trabalhista, fato não recorrente e que se não tivesse ocorrido teria permitido a empresa manter o patamar de lucratividade. A receita operacional bruta totalizou R$ 1,501 bilhão, um crescimento de 4,6% em relação a 2016. Já a receita líquida (R$ 1,221 bilhão) cresceu 4,5%.

A variação dos Custos e Despesas Operacionais aumentou 10,0% e o Resultado Financeiro cresceu 121,7%. O Resultado Operacional fechou com queda de 22,8% em relação ao ano anterior. A margem operacional foi de 15,8%, uma queda de 26,1%, e a margem líquida foi de 11,2%, uma queda de 28,9%. O EBITDA (lucro antes dos juros, impostos, depreciações e amortizações) foi de R$ 230,3 milhões. A empresa apresentou margem positiva de 18,9% do EBTIDA sobre a receita líquida, demonstrando possuir boa capacidade de geração de caixa com recursos próprios. A margem EBTIDA caiu 30,7% e, mesmo com queda na rentabilidade, demonstrou capacidade para proteger o caixa da empresa.

Do ponto de vista financeiro, ao contrário do que aconteceu ao longo do exercício, houve uma melhoria no fluxo de recebimentos no último mês do ano. Mais de 24% dos recebimentos em 2017 se concentraram em dezembro. Ao final de 2017, o estoque do Contas a Receber caiu para R$ 468,2 milhões. A evolução dos níveis de recebimentos possibilitou a obtenção de boa liquidez durante o exercício, permitindo a empresa manter regularmente os seus compromissos. Com a recuperação do caixa, a Dataprev efetuou o pagamento dos Dividendos e de Juros Sobre Capital Próprio (JSCP) de seus acionistas referentes ao ano de 2016.

O Prazo Médio de Recebimento de Vendas (PMRV), em dezembro de 2017, foi de 95 dias, apresentando significativa melhora em relação a 2016, que foi de 210 dias. Houve também uma redução de 11,0% no Prazo Médio de Pagamentos (PMP): o ciclo financeiro passou de 56 dias, em 2016, para 50 dias, ao final de 2017. A Necessidade de Capital de Giro foi aliviada em 2017: era de R$ 197,1 milhões em dezembro de 2016, reduzindo para R$ 87,8 milhões ao final de dezembro de 2017.

Em relação à gestão financeira, foi aprovada, em 2017, pela Diretoria Executiva, a Política de Estruturação de Capital, e validada em janeiro de 2018 pelo Conselho de Administração. Trata-se de um importante marco que define a busca de metas relevantes de alocação de capital, com o estabelecimento de meta de proporção entre capital de terceiros e capital próprio, regulando a tomada de créditos de longo prazo para investimentos, quando necessário.

Além disso, foi implantado, com apoio de uma consultoria, um novo processo de avaliação de investimentos e gestão de portfólio para avaliação de retorno, com indicadores aderentes ao mercado, integrado aos planos de negócio da empresa. Com a mesma consultoria, houve avanços significativos no novo modelo de apuração de custos e resultados por cliente e por serviço, estruturado em informações das áreas finalísticas, que possibilitará, sobretudo, uma simplificação do processo de precificação. Destaca-se, ainda, o aprofundamento no monitoramento de riscos financeiros com a implantação de três indicadores: Risco de Crédito (ou Risco de Contraparte), Risco de Liquidez e Risco de Passivo Atuarial, conforme anexo I deste relatório.

Participação nos Resultados

De acordo com o que dispõe o Estatuto Social da empresa, a Dataprev registrou como remuneração aos acionistas, relativa ao exercício de 2017, o montante de R$ 31,0 milhões, a título de JSCP, atribuídos integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios. Os dividendos apurados foram registrados em conta do passivo circulante para pagamento após aprovação do resultado do exercício de 2017 pelo Ministério da Fazenda. Em agosto de 2016, a Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST) aprovou o Programa de Participação nos Lucros e Resultados (PPLR) da Dataprev. Desse modo, o montante registrado atingiu R$ 8,2 milhões, representando 25% dos dividendos atribuídos aos acionistas e 5,94% do lucro líquido do exercício. A distribuição desse valor depende do cumprimento das metas corporativas estabelecidas para 2017, e da aprovação da distribuição do resultado pelo Conselho de Administração, além de outras condições estabelecidas no próprio programa.

Investimentos

Cresce em perspectiva o volume de contratações que se enquadrariam no mercado de Tecnologia da Informação e Comunicação no conceito de OPEX, ou despesas operacionais. Esta conversão tem sido responsável por um montante cada vez maior de recursos, sendo também um dos responsáveis pelo baixo nível de investimentos em CAPEX, que são gastos para o ativo imobilizado, em 2017.

Nessa perspectiva, as contratações como OPEX atingiram um universo de medições contratuais de cerca de R$ 60 milhões. A grande maioria foi objeto de análise sob diversos aspectos financeiros, como: benefícios tributários, tomada de crédito e dedução no lucro fiscal, possibilidade de negociação de desembolsos financeiros graduais, além de maior flexibilidade operacional, inclusive para descarte do ativo e da substituição da mão-de-obra residente para o uso dos recursos.

Foram contratações que consumiram recursos nessa modalidade, o Oracle Exadata, o outsourcing de comunicação unificada e a contratação dos serviços de processamento em Mainframe Unisys 8380. Este último acompanhado de instalação, configuração, migração de base e dados, suporte técnico, atualização de versão, com serviços de manutenção e suporte ao ambiente de hardware do mainframe.

A continuidade da contratação do outsourcing de comunicação unificada ajuda a economizar com viagens e vem sendo estrategicamente mantida pela empresa. Trata-se de salas de videoconferência em diversas unidades da federação para reuniões de caráter interno e externo, além de comunicação direta a partir dos postos de trabalho (função Jabber) dos empregados nas dependências da empresa.

Também na modalidade OPEX foram feitas contratações de licenças temporárias de suíte da IBM para desenvolvimento com foco na Engenharia de Software. Além desses contratos, também figura como OPEX a ALM para desenvolvimento, que abrange os seguintes componentes: Gerência de Requisitos (RDNG), Gerência de Configuração (GIT), Gerência de Tarefas e Equipes (RTC), Gestão de Dados (IDA), Gerência de Testes (RQM), testes funcionais automatizados (Selenium), testes de desempenho (RPT), testes Integrados (RIT), Virtualização de Serviços (RTVS) e Entrega Contínua (UCD).

Em se tratando de CAPEX, a maioria dos investimentos ficou concentrada na Diretoria de Tecnologia e Operações, com participação de 64,72% do total dos investimentos, sendo a Licença de Uso - CA Clarity PPM - a de maior impacto, representando R$ 2,4 milhões. Além desta aquisição, influenciam também as aquisições de Cofre de Senhas (R$ 1,97 milhão) e Software - EMC Network (R$ 1,6 milhão).

Os investimentos em CAPEX em 2017 atingiram R$ 13 milhões.

Gestão de Pessoas

Em 2017, o investimento da Dataprev em ações de capacitação superou o patamar dos anos anteriores. Em relação a 2016, houve aumento de cerca de 30%, e foram priorizados os treinamentos com temas relacionados à área finalística da empresa.

No segmento Soluções de TIC, os destaques foram: Desenvolvimento de Software (Suite ALM Rational), Medição de Software (SNAP - Medição de Requisitos Não Funcionais e Análise de Pontos de Função), Gestão de Informações (Ciência de Dados e Ferramentas de Qlikview e WebFocus), Automação de Infraestrutura e Desenvolvimento (PUPPET, ALM UrbanCode e Ferramentas da VMware), Redes e Telecomunicações (Rede de Acesso - Roteadores) e Banco de Dados (Oracle).

No caso de Gestão Estratégica, o foco foi o treinamento voltado às áreas de Arquitetura de Sistemas, Processos e Tecnologia (Arquitetura Orientada a Serviço - SOA), Gestão de Data Center (Certificação Tier), Gestão de Processos e de Projetos e Processo de Negócio (Análise de Negócio e Business Design).

Em termos de Governança, as prioridades foram as áreas de Segurança da Informação (Cofre de Senhas, Licenciamento de Software, Certified Secure Software Lifecycle Professional - CSSLP, Security Officer Advanced, Fundamentals Of Incident Handling e Business Continuiy Professional), Secretaria Executiva (Secretaria de Governança Corporativa), Controle Interno, Auditoria e Gestão de Riscos (Gestão de Risco, Auditoria Intermediária, Controle Interno e Análise de Risco na Gestão de Processos).

Já os segmentos de Gestão de Recursos Financeiros e Logístico e Gestão de Pessoas direcionaram recursos para capacitar gestores das áreas de Finanças e Tributária, Compras e Contratações, Logística Pública Sustentável e Sistemas de Aterramento Elétrico e Proteção contra Descargas Atmosféricas, Avaliação de Resultados de Treinamento, NR17 Ergonomia e e-Social.

Em 2017, a metodologia de Educação a Distância (EaD), disponibilizada para todos os empregados da empresa, também foi intensificada, com destaque para temas como Segurança da Informação, Desenvolvimento Seguro, Certificação Digital, Gestão Documental (e-Doc), Gestão de Projetos e ferramentas do Microsoft Office (Excel Básico e Intermediário).

Essa modalidade de ensino também foi utilizada em conteúdos direcionados a públicos específicos, como Marketing Digital, Gestão, Relacionamento com o Cliente (Curso de Desenvolvimento de Chatbots) e Auditoria (Resolução GPAR 09/2016 - Controles Internos em Fundos de Pensão).

Com o objetivo de repassar o conhecimento das soluções desenvolvidas pela empresa, como SIRC, Painel de Monitoramento do INSS, Gerid, Portal Emprega Brasil, CTPS Digital e as ferramentas de uso interno - Qlikview, CA PAM, CA SOI, CA Introscope e Protheus 12 -, também foram realizados eventos internos de capacitação.

A Dataprev encerrou o ano de 2017 com 3.693 pessoas em seu quadro funcional, entre empregados, requisitados e extra-quadros. Em 2016, eram 3.804 empregados. O número, que não inclui estagiários e jovens aprendizes, varia conforme as admissões e os desligamentos na empresa, seja por motivo de falecimento, demissão ou adesão ao Programa de Desligamento Incentivado (PDI). No ano, 139 aposentados, ainda em atividade, estavam aptos a deixar a empresa após adesão ao PDI 2017.

As áreas-fins da empresa continuam tendo o maior percentual de empregados, sendo 45% na Diretoria de Relacionamento, Desenvolvimento e Informações e 24% na Diretoria de Tecnologia e Operações. Nas demais diretorias - de Finanças e Serviços Logísticos e de Pessoas - e na presidência, os percentuais são 19%, 7% e 5%, respectivamente.

Inovação

Um aplicativo para dispositivos móveis que permite aos beneficiários do INSS a possibilidade de realizar o processo anual de prova de vida sem a necessidade de deslocamento até uma agência bancária foi o grande vencedor do II Hackathon Dataprev, maratona de 43 horas ininterruptas de programação que aconteceu em outubro de 2017 no Rio de Janeiro. O projeto vencedor, Prova de Vida, foi desenvolvido com uso de tecnologia avançada de reconhecimento facial e de voz.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800066

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Este foi o segundo ano consecutivo da maratona de desenvolvimento, que tem objetivo de impulsionar a busca de soluções inovadoras e incentivar o compartilhamento de conhecimento no uso de novas tecnologias. Em regime de imersão em ambiente especialmente preparado para este fim, os participantes são estimulados a interagir, compartilhar conhecimento e entregar resultados que agreguem valor para os negócios da empresa.

Em 2017, foram 79 propostas inscritas, representando uma elevação de mais de 100% em relação à quantidade de inscrições de 2016.

Na etapa seguinte, 20 projetos finalistas foram selecionados por uma comissão interna multidisciplinar, que avalia critérios como criatividade, inovação, compatibilidade da solução com o tema escolhido e viabilidade de implementação. Desses, cinco foram selecionados pela Diretoria Executiva da Dataprev para serem desenvolvidos ao longo da maratona.

Assim como na etapa anterior, os projetos finalistas foram avaliados por uma comissão multidisciplinar que, além dos critérios acima, também levou em conta fatores como qualidade técnica do protótipo e da documentação e complexidade de implementação.

Integridade

A Dataprev fortaleceu em 2017 suas ações de integridade corporativa, alinhadas ao objetivo estratégico de consolidação de uma cultura de gestão de risco, de ética e transparência em toda a empresa. Uma unidade organizacional foi estruturada para operacionalizar as ações do Programa de Integridade Corporativa, ligada à Superintendência de Governança e Gestão Estratégica.

Foi estabelecido ainda um novo processo de Gestão de Denúncias, com o objetivo de aprimorar a apuração de desvios éticos, possibilitando a correção de atos ilegais e total anonimato do denunciante. Como elemento central deste processo - que envolveu a definição de fluxos e aprovação de normativos internos pelas instâncias envolvidas - foi iniciado o processo licitatório para contratação de empresa especializada na prestação de serviço de canal de denúncia independente e externo.

O canal de denúncias externo amplia a capacidade de detecção de irregularidades, além de ser considerada uma boa prática de mercado. A iniciativa aumenta ainda o grau de confiança do denunciante, com garantia do anonimato e proteção contra retaliações, em consonância com a Lei das Estatais e o Decreto nº 8.945/2016, que a regulamenta.

Em 2017, a Dataprev aprimorou ainda seus controles internos destinados a prevenir, detectar e corrigir desvios éticos e de integridade, por meio da gestão integrada de seus instrumentos normativos. O Código de Conduta Ética e Integridade foi revisto e aprovado pelo Conselho de Administração, em dezembro de 2017, com a finalidade de reforçar a responsabilização em caso de transgressões éticas e incluir a orientação da possibilidade de registro de denúncias nas ouvidorias do Ministério da Fazenda e na Ouvidoria Geral da União.

Já a Política de Gestão de Riscos Corporativos, instituída em outubro pelo Conselho de Administração, explicita princípios, diretrizes, responsabilidades e conceitos que devem nortear as iniciativas associadas à gestão de riscos no âmbito da Dataprev.

O processo de transparência ativa, por sua vez, foi avaliado internamente e ações foram iniciadas para reforçar os procedimentos de gestão das informações divulgadas. Um normativo interno foi elaborado, com vistas a regulamentar as ações de publicação, na internet, das informações com exigência legal.

Já a participação da empresa no Programa Pró-Ética 2017, promovido pelo Ministério da Transparência e pela Controladoria-Geral da União, possibilitou um diagnóstico do sistema de integridade da Dataprev e oportunidades de melhorias. Todas as indicações de aprimoramento foram avaliadas e serviram de base para o planejamento das ações de integridade da empresa para o ano de 2018.

Integrantes da equipe participaram de treinamentos, eventos, congressos e seminários, cujos temas trouxeram conhecimentos sob aspectos da gestão e apuração da ética pública, da prevenção e resolução de conflito de interesses, da implementação da Gestão de Riscos na Administração Pública, do tratamento de denúncias e Ouvidoria.

A empresa promoveu ainda um Fórum de TIC com o tema Ética e Integridade, que contou com a participação de representantes de diversas empresas estatais, da Comissão de Ética Pública e do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União. Já no segundo semestre foi realizado o Workshop Canal de Denúncias Externo como Mecanismo de Integridade, aberto para participação de todos os empregados da Dataprev, com transmissão on-line por videoconferência.

As ações realizadas ao longo de 2017 contribuem para o aprimoramento e fortalecimento dos pilares e mecanismos do Programa de Integridade Corporativa da Dataprev, tanto na melhoria dos processos de relacionamento com o cidadão, nos controles internos, como também na melhoria das informações estratégicas para a tomada de decisão e para o aumento da conformidade com a legislação em vigor, fortalecendo a governança corporativa da Dataprev.

Reconhecimento

A Dataprev continuou se destacando em 2017 no ranking das melhores empresas públicas e privadas do país. Foi eleita a melhor empresa do setor Indústria Digital pela publicação "Melhores e Maiores da Exame", da Editora Abril*. Desde 2012, a Dataprev vem se posicionando entre as três melhores empresas no setor Indústria Digital, tendo sido eleita a melhor em três anos - 2013, 2014 e 2017. Ainda segundo a revista, a Dataprev tem se posicionado entre as melhores empresas estatais do país.

Também pela terceira vez foi reconhecida como a melhor empresa categoria Serviços Públicos da publicação "As Melhores da IstoÉ Dinheiro", da Editora Três. São avaliados critérios como as boas práticas de gestão financeira, governança corporativa, responsabilidade social, recursos humanos, inovação e qualidade.

Na 17ª edição do anuário "Valor 1000", publicado pelo jornal Valor Econômico, a Dataprev ocupou, em 2017, o 11º lugar na categoria TI e Telecom. Considerando somente as empresas de TI, a Dataprev ocuparia a terceira colocação. A empresa é ainda a estatal que obteve a melhor colocação na categoria, de acordo com a avaliação do anuário. No ranking que abrange o Norte e Centro-Oeste do país, a Dataprev foi classificada como a melhor empresa de TI e Telecom.

Já o guia Época Negócios 360º elegeu a Dataprev como a terceira melhor empresa do setor de Tecnologia da Informação: Software e Serviços. O destaque foi a dimensão "Desempenho Financeiro", na qual a empresa conquistou o primeiro lugar. Na região Centro-Oeste, foi apontada como a terceira melhor empresa. Ainda no setor de TI, a Dataprev alcançou o primeiro lugar na avaliação das ações de responsabilidade socioambiental, que avalia os cuidados tomados para diminuir riscos e impactos ambientais. Na dimensão "Governança Corporativa", a empresa ficou em terceiro lugar do setor de TI e em 17º na classificação global.

Já a equipe de gestão de data centers da Dataprev está entre as melhores do mundo. Em dezembro deste ano, a Dataprev foi indicada como uma das quatro finalistas nesta categoria, segundo o DCD Global Awards 2017, maior premiação para data centers do mundo. Em setembro, a empresa já havia recebido o Prêmio de Melhor Prestação de Serviço Digital no Setor Público, na edição latino-americana do DCD Awards 2017. A premiação internacional é promovida pela empresa Datacenter Dynamics para destacar iniciativas de inovação, eficiência e os melhores projetos da indústria de data centers na América Latina.

Pelo terceiro ano consecutivo, a Dataprev recebeu o certificado de Empresa Cidadã, concedido pelo Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro (CRC-RJ). A certificação atesta que as informações contábeis alcançaram os requisitos de qualidade estabelecidos, e reconhece e valoriza suas ações socioambientais e suas práticas de responsabilidade social.

A empresa recebeu também o prêmio Ser Humano, na categoria Organizações Públicas, com o case "Hackathon: inovação e conhecimento, com foco no cidadão", baseado nas maratonas de programação que têm como objetivo o desenvolvimento de novas soluções para o apoio a políticas públicas e sociais. A premiação, promovida pela Associação Brasileira de Recursos Humanos do Rio de Janeiro, busca premiar empresas que dão atenção diferenciada ao setor de gestão de pessoas.

ANDRÉ LEANDRO MAGALHÃES
Presidente da Dataprev

ANTÔNIO RICARDO DE OLIVEIRA JUNQUEIRA
Diretor de Finanças e Serviços Logísticos Substituto

EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - DATAPREV

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 COMPARATIVO COM 2016
(Em milhares de R$)

ATIVO

	NOTA	2017	2016
ATIVO CIRCULANTE			
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	06	635.537	565.552
CLIENTES	09	468.180	485.491
ESTOQUES		94	236
OUTROS CRÉDITOS			
Contas a Receber de Empregados		7.143	7.743
Adiantamentos a Terceiros		485	590
Contas a Receber de Convênios		130	10
Impostos a Recuperar	10	23.843	39.609

Valores Recuperáveis		2.609	2.876
Outras Contas a Receber	11	28.529	26.580
Total de Outros Créditos		62.738	77.408
DESPESAS DE EXERCÍCIOS SEGUINTES		3.220	3.299
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		1.169.771	1.131.986
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			
Provisão Imposto de Renda Diferido	12	55.252	49.753
Provisão Contribuição Social Diferida		19.899	17.920
Depósitos Judiciais		14.040	12.720
Títulos e Valores Mobiliários		1.065	583
TOTAL DO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		90.257	80.976
INVESTIMENTOS			
Imobilizado	14	371.933	443.963
Intangível	15	40.195	62.005
TOTAL DE INVESTIMENTOS		412.128	505.968
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		502.385	586.944
TOTAL DO ATIVO		1.672.155	1.718.930

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - DATAPREV
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 COMPARATIVO COM 2016
(Em milhares de R$)

PASSIVO

	NOTA	2017	2016
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores	16	39.602	84.060
Empréstimos e Financiamentos	17	6.414	309
Contas a Pagar		2.294	2.093
Salários e Encargos		21.282	16.262
Provisão para Encargos Trabalhistas		85.532	88.587
Provisão para Reclamações Trabalhistas	18	132.817	27.034
Impostos e Taxas a Recolher		63.455	50.204
Déficit Técnico Contratado	23	48.169	47.625
Juros S/ Capital Próprio e Dividendos Propostos		32.471	153.375
Provisão para Participação nos Resultados	25	12.078	26.132
Outros Débitos		28.359	26.715
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE		472.473	522.398
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Fornecedores		574	1.693
Empréstimos e Financiamentos	17	13.861	19.960
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos	13	24.419	33.868
Provisão para Reclamações Trabalhistas	18	1.901	45.539
Provisão para Litígios Fiscais	19	3.515	3.437
Déficit Técnico Contratado	23	30.513	71.384
TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE		74.783	175.882
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE		547.256	698.280
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	20		
Capital Social		750.000	650.000
Reservas de Lucros		374.899	370.650
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.124.899	1.020.650

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800068

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

TOTAL DO PASSIVO	1.672.155	1.718.930

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - DATAPREV
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
(Em milhares de R$)

FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017, COMPARATIVO COM 2016

		NOTA	2017	2016
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA			1.221.384	1.168.324
CSP	Custos dos Serviços Prestados		(798.218)	(712.884)
LUCRO BRUTO			423.166	455.440
	DESPESAS OPERACIONAIS			
RDO1	Honorários da Diretoria		(2.388)	(2.334)
RDO2	Despesas Estruturais		(260.785)	(250.004)
			(263.173)	(252.338)
	OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
ORO	Outras Receitas Operacionais		66.761	62.698
ODO	Outras Despesas Operacionais		(93.448)	(34.775)
PPR	Provisão para Participação nos Resultados		(8.651)	(11.459)
			(35.338)	16.464
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO			124.656	219.566
	RESULTADO FINANCEIRO			
RF	Receitas Financeiras		114.474	129.470
DF	Despesas Financeiras		(45.565)	(98.388)
			68.909	31.083
LUCRO OPERACIONAL			193.565	250.648
OR	OUTROS RESULTADOS		(51)	(462)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			193.514	250.186
PCSC	Provisão para Contribuição Social Corrente		(17.797)	(18.174)
PCSD	Provisão para Contribuição Social Diferida	12	2.487	385
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA			178.204	232.397
PIRC	Provisão para Imposto de Renda Corrente		(48.394)	(49.451)
PIRD	Provisão para Imposto de Renda Diferido	12	6.910	1.070
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		21.1	136.720	184.016

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800069

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - DATAPREV
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
(Em milhares de R$)

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017, COMPARATIVO COM 2016

	2017	%	2016	%
1 - RECEITAS	1.567.304		1.499.047	
1.1 - Serviços Prestados	1.501.703		1.436.349	
1.2 - Outras Receitas Operacionais	4		24.984	
1.3 - Reversão de Provisões	37.488		37.714	
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	281.794		213.550	
2.1 - Custos de Produtos e Serviços Vendidos	221.526		166.526	
2.2 - Materiais Consumidos	1.057		1.086	
2.3 - Energia, Serv. de Terceiros e Outras Desp. Operacionais	59.159		45.476	
2.4 - Perda na Realização de Ativos	51		462	
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO	1.285.510		1.285.498	
4 - DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	105.615		98.055	
4.1 - Depreciação	78.346		67.640	
4.2 - Amortização	27.269		30.415	
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	1.179.895		1.187.443	
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	83.164		85.767	
6.1 - Dividendos				
6.2 - Receitas Financeiras	83.160		85.767	
6.3 - Aluguéis	4			
7 - VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	1.263.059		1.273.210	
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	1.263.059	100,00	1.273.210	100,00
8.1 - Pessoal	725.067	57,41	650.645	51,10
8.1.1 - Remuneração Direta	589.675	46,69	520.483	40,88
8.1.2 - Benefícios	98.299	7,78	93.491	7,34
8.1.3 - FGTS	37.093	2,94	36.671	2,88
8.2 - Impostos, Taxas e Contribuições	379.803	30,07	377.104	29,62
8.2.1 - Federais	301.109	23,84	302.107	23,73
8.2.2 - Municipais	78.694	6,23	74.998	5,89
8.3 - Remuneração de Capitais de Terceiros	21.468	1,70	61.444	4,83
8.3.1 - Juros	12.877	1,02	53.117	4,17
8.3.2 - Aluguéis	8.591	0,68	8.327	0,65
8.4 - Remuneração de Capitais Próprios	136.720	10,82	184.016	14,45
8.4.1 - Juros Sobre Capital Próprio	32.471	2,57	43.704	3,43
8.4.2 - Dividendos		0,00		0,00
8.4.3 - Lucros Retidos	104.249	8,25	140.313	11,02

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - DATAPREV
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de R$)

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017, COMPARATIVO COM 2016

	2017	2016
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro Líquido do Exercício	136.720	184.016
Juros e correção monetária realizável a longo prazo	-	(181)
Imposto de renda e contribuições diferidos	(9.397)	(1.455)
Depreciações / Amortizações	105.615	98.055
Provisões (Reversões) constituídas - Parcelas a longo prazo	2.272	8.076
Atualização do déficit técnico contratado	7.673	17.578
Resultado das baixas do imobilizado	51	462

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800070

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Reversão de provisões	(37.488)	(37.714)
Baixas de valores irrecuperáveis	15.087	-
Ganho na venda de imobilizado	(1.157)	-
VARIAÇÕES DOS ATIVOS E PASSIVOS OPERACIONAIS		
(Redução) aumento do contas a receber de clientes	17.311	431.169
(Redução) aumento dos estoques	142	62
(Redução) aumento do contas a receber de empregados	601	(599)
(Redução) aumento de adiantamentos a terceiros	105	(52)
(Redução) aumento do contas a receber convênios	(120)	52
(Redução) aumento dos impostos a recuperar	15.767	(4.575)
(Redução) aumento de valores recuperáveis	289	(372)
(Redução) aumento de outras contas a receber	(1.971)	(1.587)
(Redução) aumento de despesas antecipadas	78	(238)
(Redução) aumento de depósitos judiciais - longo prazo	(1.320)	(4.062)
(Redução) aumento de títulos e valores mobiliários	296	-
(Redução) aumento de Valores a receber de longo prazo	(778)	-
(Aumento) redução de fornecedores	(26.237)	(18.381)
(Aumento) redução de contas a pagar	201	(152)
(Aumento) redução de salários e encargos	5.149	(14.375)
(Aumento) redução de empréstimos e financiamentos	6.105	-
(Aumento) redução de impostos e taxas a recolher	13.251	21.026
(Aumento) redução de outros débitos	1.567	5.456
(Aumento) redução de Juros s/ capital próprio e dividendos	(120.904)	(41.863)
(Aumento) redução provisão para participação no resultado (PPLR)	(11.214)	2.754
(Aumento) redução déficit técnico contratado (curto prazo)	544	(447)
(Aumento) redução provisão p/ reclamações trabalhistas (curto prazo)	105.783	10.359
(Aumento) redução provisão p/ encargos trabalhistas	(3.055)	12.219
(Aumento) redução Contribuições Sociais Diferidas	(7.530)	(17.927)
(Aumento) redução déficit técnido contratado (longo prazo)	(48.544)	(43.909)
(Aumento) redução provisão p/ reclamações trabalhistas (longo prazo)	(45.742)	-
(Aumento) redução provisão p/ litígios fiscais (longo prazo)	78	-
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	119.225	603.394
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de Imobilizado	(7.546)	(69.475)
Aquisição de Intangível	(5.459)	(15.583)
Venda de Imobilizado	2.335	-
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(10.670)	(85.058)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Empréstimos de Longo Prazo	(6.099)	19.960
Juros Sobre Capital Próprio e Dividendos Propostos	(32.471)	(43.704)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(38.570)	(23.744)
(Aumento) redução DAS DISPONIBILIDADES	69.985	494.592
SALDO DAS DISPONIBILIDADES		
AC10 No início do exercício	565.552	70.961
AC10 No fim do exercício	635.537	565.552
(Aumento) redução DAS DISPONIBILIDADES	69.985	494.592

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - DATAPREV

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de R$)

FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

		Reserva de Lucros					
	Capital Social Realizado	Reserva Legal	Reserva de Retenção de Lucros	Reserva Especial de Dividendos	Reserva de Reaparelha-mento Técnico	Lucros Prejuízos Acumulados	Total
	4						
	240101	240403	240404	240402	240401	240501	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	550.000	53.137	217.569	195.239	59.632	-	1.075.576
Lucro Líquido do Exercício						184.016	184.016
Transferência - Aumento de Capital	100.000	-	(80.000)		(20.000)		-

Transferência - Resultado do Exercício		9.201	104.889		26.222	(140.313)	-
Juros Sobre Capital Próprio				43.704		(43.704)	-
Dividendos Propostos				(259.382)			(259.382)
Reserva Especial de Dividendos (2012)				4.408			4.408
Reserva Especial de Dividendos (2013)				5.095			5.095
Reserva Especial de Dividendos (2014)				4.910			4.910
Reserva Especial de Dividendos (2015)				6.028			6.028
						240602	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	650.000	62.338	242.459	-	65.854	-	1.020.650
Lucro Líquido do Exercício						136.720	136.720
Transferência - Aumento de Capital	100.000	-	(80.000)		(20.000)		-
Transferência - Resultado do Exercício		6.836	97.413			(104.249)	-
Juros Sobre Capital Próprio						(32.471)	(32.471)
Dividendos Propostos						-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	750.000	69.174	259.872	-	45.854	-	1.124.899

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

André Leandro Magalhães
Presidente

Antonio Ricardo de O. Junqueira
Diretor DRD

Marcos Oliveira de Souza
Contador - CRC RJ-065527/O-8

Matheus Belin
Diretor DPE Interino

Matheus Belin
Diretor DIT

Antonio Ricardo O. Junqueira
Diretor DFS Substituto

1 2 EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA
DATAPREV
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

3 NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência - DATAPREV foi criada segundo a Lei n.º 6.125, de 04 de novembro de 1974, como empresa pública atualmente vinculada ao Ministério da Fazenda, com personalidade jurídica de direito privado, patrimônio próprio, autonomia administrativa e financeira. É regida pelas Leis nº 13.303, de 30 de junho de 2016 e Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, pelo Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016 e demais legislações aplicáveis.

A DATAPREV tem sede e foro em Brasília, Distrito Federal, prazo de duração indeterminado e atuação em todo o território nacional, podendo estabelecer dependências administrativas e operacionais onde julgar necessárias ao bom desempenho de suas finalidades.

A DATAPREV tem por objetivo a análise de sistemas, a programação e execução de serviços de tratamento na informação e o processamento de dados através de computação eletrônica, bem como a prestação de outros serviços correlatos. Sem prejuízo de suas atividades principais e em harmonia com a política governamental, poderá prestar serviços a terceiros.

Sua visão é ser o principal provedor de soluções tecnológicas para gestão das informações previdenciárias, trabalhistas, sociais e de registros civis da população brasileira.

NOTA 2 - BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A escrituração e as demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com os critérios contábeis, a partir das diretrizes emanadas da Lei n.º 6.404/76 (Lei das S/A), com a nova redação dada pelas Leis n.º 11.638/07 e 11.941/09 (arts. 37 e 38), atendem plenamente os Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, e as Normas Brasileiras de Contabilidade do Conselho Federal de Contabilidade - CFC, dentro de nosso contexto operacional observando a adequação às Normas Internacionais de Contabilidade emitidas pelo "International Accouting Standards Board (IASB)", implantados no Brasil e basearam-se nos fatos econômicos, identificados na documentação, informações e declarações fornecidas pela administração da Empresa.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico e apresentadas em milhares de reais (exceto quando mencionado de outra forma).

NOTA 3 - MOEDA FUNCIONAL

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma

NOTA 4 - USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A preparação das demonstrações contábeis, de acordo com os pronunciamentos do CPC, exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e valores reportados a ativos, passivos, receitas e despesas. Os valores definitivos das transações envolvendo estas estimativas somente serão conhecidos por ocasião da sua liquidação

NOTA 5 - SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis estão descritas a seguir:

a) Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, saldos bancários positivos em contas bancárias e aplicações financeiras de liquidez imediata, e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado, classificados na categoria de ativos financeiros avaliados ao valor justo com contrapartida no resultado. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço. As aplicações financeiras são efetuadas no Banco do Brasil S.A. e na Caixa Econômica Federal, nos termos da legislação específica para empresas estatais, emanada do Decreto-lei n.º 1.290, de 03 de dezembro de 1973, Resolução do Banco Central n.º 3.284 de 25 de maio de 2005, alterada pela Resolução n.º 4.034 de 30 de novembro de 2011 e legislação subsequente;

b) Faturas a receber

As Faturas a receber estão diretamente relacionadas com as receitas da Empresa e apresentadas de acordo com os valores de realização;

c) Estoques

Os materiais em almoxarifado estão registrados ao custo médio de aquisição e não excedem os valores de realização ou de mercado;

d) Impostos a Recuperar

O saldo de impostos a recuperar é o crédito que constitui moeda de pagamento de tributos da mesma espécie ou não e estão sendo tecnicamente movimentados de acordo com a legislação vigente aplicada à matéria;

e) Imobilizado

O ativo imobilizado está registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção atualizado monetariamente com base na legislação em vigor até 31 de dezembro de 1995 e deduzido das depreciações acumuladas. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas que contemplam a vida útil econômica dos bens.

Todo o Grupo de Ativos Tangíveis passou no teste de recuperabilidade (Impairment Test), desse modo, não há quaisquer indícios de perda por desvalorização ou necessidade de ajustes em atendimento as normas vigentes;

f) Intangível

O ativo intangível está registrado pelo custo de aquisição ou formação, deduzido das amortizações acumuladas.

Todo Grupo de Ativos Intangíveis passou no teste de recuperabilidade (Impairment Test), desse modo, os bens intangíveis controlados na contabilidade estão registrados quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica e tecnológica e não há quaisquer indícios de perda por desvalorização ou necessidade de ajustes em atendimento as normas vigentes;

g) Contingências trabalhistas, fiscais e cíveis.

A provisão para riscos trabalhistas fiscais e cíveis é constituída com base em parecer jurídico e avaliação da Administração sobre processos conhecidos na data do balanço patrimonial, para os riscos prováveis de perda;

h) Benefícios a empregados

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800072

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Os compromissos atuariais decorrentes das operações da Sociedade de Previdência Complementar da DATAPREV - PREVDATA são reconhecidos pelo regime de competência e com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente contratado pela Patrocinadora DATAPREV;

i) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda (IR) e a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) diferidos, são calculados com base nas alíquotas efetivas, vigentes na data da elaboração das demonstrações contábeis, em função de prejuízos fiscais, bases negativas e das diferenças intertemporais;

j) Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda (IR) é calculado pelo regime de apuração do lucro real anual, sendo utilizada a alíquota de 15% e adicional de 10% sobre o excedente de R$ 240.000,00 do lucro real. A contribuição social s/o lucro líquido (CSLL) é calculada aplicando-se a alíquota de 9% sobre o lucro ajustado;

k) Imposto sobre serviços de qualquer natureza

O imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISS) está registrado pelo regime de competência, tendo como base de cálculo o preço do serviço, sendo utilizadas alíquotas que variam de 2% a 5%, de acordo com o serviço prestado e o município onde ocorreu o fato gerador;

l) Contribuição para o financiamento da seguridade social e formação do patrimônio do servidor público

A contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS) e formação do patrimônio do servidor público (PASEP) estão registradas pelo regime da cumulatividade para os serviços de desenvolvimento e suporte técnico às alíquotas de 3% e 0,65%, da não-cumulatividade para os serviços de processamento às alíquotas de 7,6% e 1,65%, e a partir de julho de 2015, conforme Decreto nº 8.426 de 01 de abril de 2015 sobre as receitas financeiras, sendo aplicadas sobre a base de cálculo as alíquotas de 4% e 0,65%, respectivamente;

m) Contribuição previdenciária sobre o faturamento

A contribuição previdenciária sobre o faturamento, instituída pela Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, alterada pela Medida Provisória nº 563, de 03 de abril de 2012, convertida na Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012 e, posteriormente pela Lei nº 13.161, de 31 de agosto de 2015 está registrada pelo regime de competência, tendo como base de cálculo o valor dos serviços prestados com a aplicação da alíquota de 2% até novembro de 2015 e de 4,5% a partir de dezembro de 2015;

n) Uso de estimativas

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da DATAPREV faça o registro de transações que afetam os ativos e passivos e as receitas e despesas, com base em estimativas, bem como a divulgação de informações sobre dados de suas demonstrações contábeis. Os resultados finais dessas transações e informações podem diferir dessas estimativas, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes. As principais estimativas relacionadas às demonstrações contábeis utilizadas pela DATAPREV, referem-se ao registro da provisão para contingências trabalhistas, fiscais e cíveis, provisão para participações nos lucros ou resultados e realização dos impostos e contribuições sociais diferidos;

o) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos e passivos circulantes e não circulantes quando sujeitos à variação monetária por força de legislação ou cláusulas contratuais, estão registrados e corrigidos com base em índices previstos nos respectivos dispositivos, de forma a refletir os valores atualizados até a data das demonstrações contábeis;

p) Apuração do resultado

Na apuração do resultado as receitas, custos e despesas são reconhecidas e registradas segundo o regime contábil de competência de cada exercício apresentado.

NOTA 6 - CAIXA E BANCOS

Referem-se a saldo bancário em conta corrente e a realização de direitos a receber de clientes através de aviso de créditos reconhecidos pela instituição financeira sem a efetiva disponibilização dos recursos até o encerramento do exercício, registrados em conta de valores em trânsito que corresponde a 99,9% do grupo.

	2017	2016
DISPONÍVEL	635.537	565.552
Caixa e Bancos	79	520
Aplicações Financeiras	552.068	420.747
Títulos em Trânsito	82.916	136.157
Bloqueios Judiciais	377	209
Bloqueios Bancários	97	7.919

NOTA 7 - APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Em conformidade com a legislação vigente as aplicações das disponibilidades resultantes das receitas próprias da DATAPREV estão sendo efetuadas no Banco do Brasil S.A. (BB - Extra Mercado) e na Caixa Econômica Federal (Caixa FI - Extra Mercado).

Descrição	2017	2016
Aplicações Financeiras	552.068	420.747
	552.068	420.747

Detalhamento:

Banco	Saldo inicial	Saldo Final	Juros	IR	IOF	Rendimento (%)
CEF	12.425	20.252	1.743	356	-	11,10%
BB	408.323	531.816	41.501	8.845	210	11,04%

NOTA 8 - BLOQUEIOS JUDICIAIS E BANCÁRIOS

Referem-se aos registros dos bloqueios de numerários em conta corrente sofridos pela DATAPREV, relativos aos depósitos judiciais, de natureza trabalhista, ordenados pela justiça e aos depósitos espontâneos, referentes à alienação do terreno localizado à Rua Barão de Iguape nº 985, Praça Nina Rodrigues, Glicério, São Paulo - SP, realizados pelos mutuários da Caixa Econômica Federal, responsáveis pela aquisição de 278 lotes daquele bem. O terreno foi alienado conforme deliberação do Conselho de Administração da empresa em sua 307ª Reunião Ordinária. De acordo com sua Consultoria Jurídica para o reconhecimento do ganho desta operação, a DATAPREV deverá aguardar a finalização do processo, o qual se concretizará com a assinatura do último contrato e com a celebração da escritura pública de venda do bem.

Composição dos Valores	2017	2016
Bloqueios Judiciais	377	209
Bloqueios Bancários	97	7.919
	474	8.128

NOTA 9 - FATURAS A RECEBER

Os saldos das contas a receber podem ser apresentados como segue:

Descrição	2017	2016
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	12.420	58.114
Secretaria da Receita Federal do Brasil - SRFB	26.316	12.895
Ministério da Previdência Social - MPS	2.788	3.602
Ministério do Trabalho e Emprego - MTE	115.769	140.244
Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	11.635	6.266
Superintendência Nacional Prev. Complementar - PREVIC	481	576

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800073

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério do Planejamento e Gestão - MPOG	1.272	1.252
Consignações	43.486	40.869
Encargos sobre faturas em atraso	252.562	220.732
Outros	1.451	941
	468.180	485.491

9.1) Idade do saldo de faturas a receber
Resumo do Contas a Receber em 31/12/2017:

Cliente	Vencido há mais de 365 dias	Vencido até 365 dias	Vencido até 90 dias	A vencer	Total em 31/12/2017
INSS	9.444		2.226	750	12.420
SRFB	12.736			13.580	26.316
MF	2.532		23	1.076	1.076
MPS				233	2.788
MTE	68.981	7.708	28.254	10.826	115.769
PGFN	2.687	13	5.980	2.955	11.635
PREVIC				481	481
MPOG			1.025	247	1.272
Consignações				43.486	43.486
Encargos	240.897	10.574	1.092		252.563
Outros			4	370	374
	337.277	18.295	38.604	74.004	468.180

31 9.2). Principais contratos
Contrato de Prestação de Serviços de Tecnologia de Informação e Comunicação em Infraestrutura, Suporte e Manutenção sob o nº 03/2016, assinado em 26 de janeiro de 2016, com o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, prorrogado através do 8º Termo Aditivo, com vigência até 26 de janeiro de 2018.
Contrato de Prestação de Serviços de Tecnologia e Informações nº 12/2013, assinado em 22 de janeiro de 2013 com a Secretaria da Receita Federal do Brasil - SRFB, prorrogado através do 6º Termo Aditivo, com vigência até 21 de janeiro de 2018.
Contrato de Prestação Contínua e Ininterrupta dos Serviços de Produção de Sistemas, Desenvolvimento e Manutenção de Sistemas e Diagnósticos e Proposição de Soluções nº 09/2016, assinado em 01 de outubro de 2016 com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN, prorrogado através do 2º Termo Aditivo, com vigência até 30 de setembro de 2018.

Em 24 de abril de 2012 foi assinado Contrato de Prestação de Serviços Especializados em Tecnologia da Informação com o Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, sob o nº 19/2012, com vigência até 17 de janeiro de 2013, sendo prorrogado através do 7º Termo Aditivo, com vigência até 18 de setembro de 2017.

Contrato de Prestação de Serviços de Tecnologia e Informações nº 27/2013, assinado em 24 de dezembro de 2013 com o Ministério da Previdência Social - MPS, prorrogado através do 5º Termo Aditivo, com vigência até 23 de dezembro de 2018.

Contrato de Prestação de Serviços de Sustentação de Sistemas Corporativos sob o nº 12/2013 com a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, assinado em 10 de junho de 2013, sendo prorrogado através do 4º Termo Aditivo até 31 de dezembro de 2017.

Contrato de Prestação de Serviços de Internalização e Hospedagem do Sistema de Complementação de Aposentadorias e Pensões - SICAP, firmado em 28 de junho de 2013 com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, com vigência até 27 de junho de 2018.

Contrato de Prestação de Serviços Especializados em Tecnologia da Informação, provendo Serviços Integrados de Solução Previdenciária sob o nº 13/2014 com a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo - FUNPRESP, assinado em 11 de agosto de 2014 e prorrogado através do 3º Termo Aditivo, com vigência até 10 de agosto de 2017.

Contrato de Prestação de Serviços em TI e Consultoria Técnica sob o nº 52/2013 com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, firmado em 20 de dezembro de 2013 e prorrogado através do 4º Termo Aditivo, com vigência até 20 de dezembro de 2018.

As faturas a receber relativas as consignações referem-se a serviços prestados pela DATAPREV a instituições financeiras que tem por objetivo a operacionalização de empréstimos consignados.

32 9.3) Encargos sobre faturas recebidas com atraso

A DATAPREV registra na rubrica contas a receber os encargos incidentes sobre faturas vencidas e sobre faturas recebidas com atraso. Estes registros são efetuados por força contratual aderente ao artigo 177 da Lei nº 6.404/76 e também com base no Acórdão nº 44/2003 proferido pela 2ª Câmara do Tribunal de Contas da União em sessão realizada no dia 06 de fevereiro de 2003.

Durante o exercício de 2017 a DATAPREV dedicou esforços junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), visando a regularização de estoque de faturas em atraso tendo recebido somente no mês de dezembro o valor nominal de R$ 316.367. O saldo do contas a receber passou de 58.114 em 2016 para 12.420 em 2017.

Para o exercício de 2018 a DATAPREV continuará a efetuar cobrança e intensificará esforços para o recebimento dos respectivos encargos.

A DATAPREV e o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), seu principal cliente, estão trabalhando em conjunto para a conciliação e regularização da dívida.

Em dezembro de 2017 o valor dos encargos sobre faturas recebidas com atraso montava em R$ 252.562 e em 2016 R$ 220.732 como segue:

Descrição	2017	2016
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	183.516	168.597
Secretaria da Receita Federal do Brasil - SRFB	11.399	10.767
Ministério da Previdência Social - MPS	1.981	1.865
Ministério do Trabalho e Emprego - MTE	52.442	36.650
Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	2.267	2.021
Superintendência Nacional Prev. Complementar - PREVIC	623	604
Ministério do Planejamento e Gestão - MPOG	318	213
Presidência da República - PR	14	13
Outros	2	2
	252.562	220.732

33 9.4) Provisão para Perdas Estimadas de Créditos de Liquidação Duvidosa - (PECLD)

A DATAPREV não constitui Provisão para Perdas Estimadas de Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) devido ao histórico de não possuir prejuízos significativos em seu Contas a Receber e principalmente pelo fato do Cliente de maior faturamento ser acionista da DATAPREV e da maioria de seus demais clientes serem órgãos governamentais, minimizando os riscos para o recebimento das faturas de serviços prestados. No mês de dezembro foram recebidos R$ 450.309 de faturas do próprio exercício e anteriores reduzindo o valor do Contas a Receber do seu principal cliente em aproximadamente 78,63%. Reforçando assim, a decisão da administração em não constituir tal provisão.

4 5 NOTA 10 - IMPOSTOS A RECUPERAR

Essa conta registra os valores recolhidos ou antecipados a qualquer título, passíveis de ressarcimento ou compensação futura. O imposto de renda (IR) e a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) antecipados correspondem principalmente, aos valores recolhidos quando das apurações tributárias mensais, em conformidade com o artigo 2º da Lei nº 9.430/96, das antecipações de aplicações financeiras e das retenções na fonte referente a serviços prestados a Órgãos Públicos. Os saldos de impostos a recuperar podem ser apresentados como segue:

Descrição	2017	2016
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IR	12.833	24.842
Contribuição Social - CSLL	-	2.876
INSS	20	387
ISS	114	118

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800074

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PASEP a recuperar	1.757	1.847
COFINS a recuperar	8.286	8.693
Outros	832	846
	23.842	39.609

O imposto de renda (IR), a contribuição social (CSLL), a contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS) e formação do patrimônio do servidor público (PASEP) são relativos aos exercícios de 2016 e 2017 e estão sendo utilizados para compensação de impostos e contribuições através do Pedido Eletrônico de Restituição, Ressarcimento ou Reembolso e Declaração de Compensação - PER/DCOMP, disponibilizado pela Secretaria da Receita Federal e estão sendo atualizados mensalmente pela taxa SELIC. Os valores da COFINS e do PASEP que não puderem ser compensados serão objetos de pedido de restituição via processo a ser protocolado junto a Secretaria da Receita Federal.

6 NOTA 11 - OUTRAS CONTAS A RECEBER

Referem-se basicamente aos gastos incorridos com o projeto DELEPREV no período de fevereiro de 2000 a agosto de 2007, atualizados até 31/12/2017, as despesas contraídas pela DATAPREV, junto ao fornecedor Banking Solutions, na contratação de gerenciadores de filas a serem ressarcidos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), conforme determinado pelo Tribunal de Contas da União - TCU, no Acórdão nº 44/2003 da 2ª Câmara e também por valores a receber com a venda a prazo do imóvel localizado em Salvador-Bahia (24 parcelas), registrada em Outubro/2017 no valor total de R$ 2.235, sendo R$ 1.167 no curto prazo.

Quanto aos gastos com a DELEPREV a Administração está aguardando o resultado de arbitramento da Câmara de Conciliação e Arbitramento Federal da Advocacia Geral da União (AGU) relativo a pertinência da cobrança e do valor a ser ressarcido a DATAPREV.

Com relação aos gastos com Q-Matic foi constituído grupo de trabalho pela DATAPREV e Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) com objetivo de definir o valor a ser ressarcido por esta Autarquia.

Descrição	2017 2009	2016 2009
Ressarcimento gastos DELEPREV - INSS	11.006	10.691
Ressarcimento gastos gerenciadores de fila Q-Matic	16.348	15.881
Recebimento parcelado referente a Venda Imóvel Bahia	1.167	-
Outros	8	8
	28.529	26.580

NOTA 12 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS - ATIVOS

A contabilização do imposto de renda (IR) e da contribuição social (CSLL) diferidos ativos foi efetuada considerando as consequências fiscais atuais e futuras, incluindo o reconhecimento de ativo fiscal diferido, decorrentes de diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis no futuro e os efeitos financeiros destes ativos ocorrerão no momento da realização.

Em 31 de dezembro de 2017, a Empresa possuía créditos tributários de imposto de renda (IR) e contribuição social (CSLL) diferidos, considerando as alíquotas vigentes, como segue:

	2017	2016
Base de cálculo do imposto de renda (IR) diferido:		
Déficit técnico contratado	78.681	119.009
Provisão para passivo atuarial	-	-
Provisão para contingências	140.803	78.160
Provisão para honorários de êxito	1.747	1.747
Provisão para perdas (ativo circulante)	-	191
Provisão para rescisões complementares	(128)	-
Base de cálculo	221.103	199.107
Total do imposto de renda diferido	55.252	49.753

	2017	2016
Base de cálculo da contribuição social (CSLL) diferida:		
Déficit técnico contratado	78.681	119.009
Provisão para passivo atuarial	-	-
Provisão para contingências	140.803	78.160
Provisão para honorários de êxito	1.747	1.747
Provisão para perdas (ativo circulante)	-	191
Provisão para rescisões complementares	(128)	-
Base de cálculo	221.103	199.107
Total da contribuição social diferida	19.899	17.920

NOTA 13 - ADOÇÃO DO DIFERIMENTO DE RECEITAS SOBRE SERVIÇOS PRESTADOS A ÓRGÃOS PÚBLICOS E IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DIFERIDOS - PASSIVOS

A DATAPREV no ano de 2015 adotou procedimento para diferimento do lucro por faturas referentes a serviços prestados de acordo com os artigos 407, 408 e 409 do Decreto nº 3.000 de 26 de março de 1999 (Regulamento do Imposto de Renda), e para COFINS, PASEP e CPRB conforme Lei Federal nº 9.718 de 27 de novembro de 1998, Instruções Normativas 247/2002 e 1.436/2013.

Por se tratar de exclusão temporária da base de cálculo desses tributos e considerando que os efeitos financeiros desses passivos ocorrerão no momento dos recebimentos das faturas referentes a serviços prestados a órgãos públicos e o procedimento de lançamento das faturas geradas, objeto do diferimento, a DATAPREV constituiu provisão para impostos e contribuições diferidos, registrados no passivo não circulante, conforme abaixo:

Descrição	2017	2016
Imposto de renda diferido	10.437	11.847
Contribuição social diferida	3.766	4.274
COFINS não cumulativa diferida	5.094	9.491
PASEP não cumulativo diferido	1.192	2.057
Contribuição previdenciária sobre receita bruta diferida	3.931	6.199
	24.419	33.868

7 NOTA 14 - IMOBILIZADO

O valor dos ativos imobilizados está composto da seguinte forma:

71113 Descrição	Taxa anual de Depreciação	2017	2016
711131 Terrenos	-	72	72
Edifícios	4%	58.669	60.376

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800075

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Instalações	10%	280.404	263.342
Benfeitorias em propriedades de terceiros	20%	15.368	15.368
Benfeitorias em propriedades de acionistas	4%	58.980	29.766
Obras em andamento	-	-	44.900
Veículos	20%	-	-
Móveis e equipamentos diversos	10%	16.341	16.223
Equip. de microfilmagem	10%	5	8
Equip. tecnologia, informação e comunicação	20%	404.661	391.223
Imobilização em andamento	-	5.892	15.261
Total do custo corrigido		840.392	836.539
Depreciações acumuladas		(468.459)	(392.576)
Total do imobilizado líquido		371.933	443.963

As aquisições montaram em R$ 7.546 no exercício de 2017 e R$ 69.475 no exercício de 2016, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Resumo das Aquisições do Imobilizado	2017	2016
Modernização tecnológica	5.642	62.494
Reforma de instalações	1.379	6.057
Aquisição de móveis e equipamentos diversos	524	924
	7.546	69.475

Segue a movimentação do imobilizado no exercício:

71114 Descrição	Saldo inicial em 12/2016	Aquisi-ções	Depre-ciação	Baixas e Transfe-rências	Saldo final em 12/2017
Terrenos	72	-	-	-	72
Edifícios	37.875	-	(2.110)	(1.178)	34.587
Instalações	180.595	1.100	(22.401)	15.965	175.260
Benf. em propr. de terceiros	339	-	(159)	-	180
Benf. em propr. de acionistas	24.865	-	(2.165)	29.214	51.914
Obras em andamento	44.900	279	-	(45.179)	-
Móveis e equipamentos diversos	7.674	525	(1.447)	(30)	6.722
Equip. téc. info. e comunicação	132.381	5.642	(50.065)	9.348	97.306
Imobilização em andamento	15.262	-	-	(9.370)	5.892
Total do Imobilizado	443.963	7.546	(78.346)	(1.229)	371.933

Atendendo ao estabelecido no Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao valor Recuperável dos Ativos (teste de impairment), a DATAPREV efetuou revisão dos ativos imobilizados com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda do seu valor recuperável. Com base nas análises preparadas não foram necessárias provisões para recuperação de ativos em 31 de dezembro de 2017.
O total de depreciações do imobilizado (R$78.346) e amortizações do intangível (Nota 13) R$ 27.269) somam R$ 105.615 em 2017.
8 9 10 11 NOTA 15 - INTANGÍVEL
O intangível está composto da seguinte forma:

8 9 10 111111 Descrição	Taxa anual de Depreciação	2017	2016
Software	20%	307.806	302.509
Total do custo		307.806	302.509
Amortizações acumuladas		(267.612)	(240.504)
Total do intangível líquido		40.195	62.005

Os ativos intangíveis com vida útil definida representada por direitos de utilização de software são amortizados a taxa de 20% ao ano com base na vida útil estimada ou prazos de licenças.
Os investimentos realizados no intangível no exercício de 2017 montaram em R$ 5.459 e R$ 15.583 no exercício de 2016.
Segue movimentação do intangível realizada no exercício:

8 9 10 111112 Descrição	Saldo inicial em 12/2016	Aquisições	Amorti-zação	Baixas e Transfe-rências	Saldo final em 12/2017
Software	62.005	5.459	(27.269)	-	40.195
Total do Intangível	62.005	5.459	(27.269)	-	40.195

Atendendo ao estabelecido no Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao valor Recuperável dos Ativos (teste de impairment), a DATAPREV efetuou revisão dos ativos intangíveis com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda do seu valor recuperável. Com base nas análises preparadas não foi identificada a necessidade do reconhecimento de desvalorização por meio de constituição de provisão para perdas em 31 de dezembro de 2017.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800076

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

12 13 NOTA 16 - FORNECEDORES

A DATAPREV no ano de 2017 reverteu provisões realizadas na integração do sistema de gestão de obrigações com fornecedores em 2010 na ordem de R$ 7.817, ressaltamos que se tratam de valores prescritos definidos pelos artigos 205 e 206 do Código Civil que ensejam perda do direito de qualquer cobrança à DATAPREV. Após os ajustes realizados, as obrigações com fornecedores neste exercício montam R$ 39.602 no passivo circulante e R$ 574 no não circulante.

A empresa não apresenta registros de títulos protestados, nem reclamações de fornecedores por falta de pagamentos. Os procedimentos de circularização foram realizados e os saldos conciliados com o Contas a Pagar.

14 15 NOTA 17 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

No exercício de 2016 a DATAPREV firmou contrato de crédito FINAME (Financiamento de máquinas e equipamentos do BNDES), cujo investimento possibilitou adquirir 225 servidores de arquitetura X86. O financiamento foi adquirido à taxa pré-fixada de 9,5% ao ano, pagamento de juros trimestrais, com carência de 24 meses em relação ao principal. No exercício de 2017, o valor principal da dívida permaneceu em R$ 19.960, com previsão de pagamentos de R$6.099 de amortização e R$305 de juros remanescentes totalizando R$6.414 no passivo circulante.

Descrição		2017	2016
Passivo Circulante	2018	6.414	309
Passivo Não Circulante	2018	-	6.099
	2019	6.653	6.653
	2020	6.653	6.653
	2021	555	555
		13.861	19.960
Total Geral		20.275	20.269

NOTA 18 - PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS

A provisão para contingências trabalhistas foi constituída, em valor considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas, de acordo com as informações prestadas pela sua Consultoria Jurídica da Empresa, quanto à probabilidade de êxito nas diversas demandas judiciais. Os montantes provisionados para contingências trabalhistas, onde há obrigação presente que provavelmente requer uma saída de recursos, estão classificadas no passivo circulante e não circulante, conforme a previsão de ocorrência de saída de recursos no exercício seguinte a 31 de dezembro de 2017 ou após o final do exercício seguinte ao encerramento do balanço patrimonial. Os valores provisionados para contingências trabalhistas estão apresentados como seguem:

Descrição	2017	2016
Passivo Circulante	132.817	27.034
Passivo não Circulante	1.901	45.539
	134.718	72.573

COMPOSIÇÃO SALDO 2017

Provisões Litígios Trabalhistas - Circulante

Saldo anterior	(Reversões/Pagamentos)	Transferências Não Circulante	Provisões Correntes	Saldo Atual
27.034	(11.335)	52.861	64.257	132.817

Provisões Litígios Trabalhistas - Não Circulante

Saldo Anterior	Transferências Circulante	Transferências	Provisões/Atualizações Correntes	Saldo Atual
45.539	(52.861)	-	9.224	1.901

As variações de incremento de custo se deram em função do ingresso de novas ações judiciais, totalizando 881 processos, bem como da revisão do provisionamento do processo nº 0009100-52.2004.5.01.0012, no importe de R$85.406, em virtude do agravamento do risco processual, e da incidência dos juros de mora e da correção monetária sobre os valores já provisionados.

A DATAPREV é parte em outros processos cujos riscos foram classificados como de perda possível, classificados pela sua Consultoria Jurídica, nenhuma provisão foi constituída para tais processos. Os valores de estimativas atribuídos àqueles processos trabalhistas, sem a implementação do percentual de análise de risco, perfazem, em 31 de dezembro de 2017, o total de R$ 76.526.

NOTA 19 - PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS FISCAIS E CÍVEIS

A DATAPREV atualizou, em 31 de dezembro de 2017, o valor provisionado para contingências fiscais e cíveis, passando este para R$ 6.085 (2016 = R$ 5.587), julgado suficiente para cobrir prováveis perdas decorrentes de vários autos de infração e litígios cíveis, que estão sendo discutidos, em esferas administrativas e judiciais, junto a diversos órgãos, consubstanciada na opinião de sua Consultoria Jurídica. Os montantes provisionados para contingências fiscais e cíveis, onde há obrigação presente que provavelmente requer uma saída de recursos, estão classificadas no passivo circulante e não circulante, conforme a previsão de ocorrência de saída de recursos no exercício seguinte a 31 de dezembro de 2017 ou após o final do exercício seguinte ao encerramento do balanço patrimonial e estão apresentados como segue:

Descrição	2017	2016
Contingências Fiscais	3.515	3.437
Contingências Cíveis	2.570	2.150
	6.085	5.587

A DATAPREV é parte em outros processos cujos riscos foram classificados como de perda possível, baseada na opinião de sua Consultoria Jurídica, nenhuma provisão foi constituída para tais processos. Os valores de estimativas atribuídos àqueles processos cíveis, sem a implementação do percentual de análise de risco, perfazem, em 31 de dezembro de 2017, o total de R$ 8.586.

NOTA 20 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio Líquido está composto da seguinte forma:

14 151 20.1) Capital Social

O capital social, subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2017, é de R$ 750.000 (2016 = R$ 650.000), sendo 51% pertencentes à União Federal e 49% ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

No exercício de 2017 o capital social foi aumentado para R$ 750.000, mediante a incorporação de parte das reservas de lucros, sendo R$ 20.000 da Reserva de Reaparelhamento Técnico e R$ 80.000 da Reserva de Retenção de Lucros, conforme aprovado em reunião conjunta dos conselhos de administração e fiscal de número 335 em 21/03/2017.

14 152 20.2) Reserva Legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício, até o limite de 20% do capital social, conforme artigo 193 da Lei nº 6.404/1976 e Inciso I, do artigo 40, do Estatuto Social. A companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182, exceder 30% (trinta por cento) do capital social, conforme artigo §1º do art. 193 da lei 6.404/76. O saldo da reserva em 31 de dezembro de 2017 montou em R$ 69.174.

14 153 20.3) Reaparelhamento Técnico

Refere-se à parcela do lucro destinada à manutenção e renovação dos sistemas operacionais e equipamentos de tecnologia da informação e comunicação, proporcionando o melhor desempenho no tratamento das informações. Esta reserva deixou de ser constituída com a publicação do novo Estatuto Social publicado no DOU em 21/11/2017. O saldo da reserva em 31 de dezembro de 2017 montou em R$ 45.854.

14 154 20.4) Reserva de Retenção de Lucros

Esta reserva destina-se à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital. Na proposta de destinação do resultado do exercício está prevista retenção de lucros no montante de R$ 97.413, destinados a financiar parcialmente o programa anual de investimentos. O saldo da reserva em 31 de dezembro de 2017 montou em R$ 259.872.

14 158 20.5) Saldos do Patrimônio Líquido

Os saldos do Patrimônio Líquido podem ser apresentados como se segue:

Patrimônio Líquido	2017	2016
Capital Social	750.000	650.000
Reservas de Lucros	374.899	370.650
	1.124.899	1.020.650

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800077

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

16 17 18 19 NOTA 21 - Resultado do Exercício

O resultado da DATAPREV é o conjunto da movimentação econômica das operações realizadas através da prestação de serviços com a execução das operações lastreadas em contratos.

No exercício de 2017 a DATAPREV apurou lucro líquido de R$ 136.720 (2016 = R$ 184.016), conforme segue:

Descrição	2017	2016
Receita Operacional Bruta	1.501.703	1.436.349
Receita Operacional Líquida	1.221.384	1.168.324
Custos dos Serviços Prestados	(798.218)	(712.884)
Lucro Bruto	423.166	455.440
Despesas Operacionais	(263.173)	(252.338)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(35.338)	16.464
Lucro Operacional Antes do Resultado Financeiro	124.656	219.566
Resultado Financeiro	68.909	31.083
Lucro Operacional	193.565	250.648
Outros Resultados	(51)	(462)
Lucro Líquido Antes da Contribuição Social	193.514	250.186
Contribuição Social Corrente e Diferida	(15.309)	(17.789)
Lucro Líquido Antes do Imposto de Renda	178.204	232.397
Imposto de Renda Corrente e Diferido	(41.485)	(48.381)
Lucro Líquido do Exercício	136.720	184.016

16 17 18 193 21.1) Lucro Líquido do Exercício

O lucro líquido foi de R$ 136.720, inferior em 25,70% registrado no exercício de 2016 (R$ 184.016). Para este resultado contribuíram o aumento de 4,55% na receita operacional bruta que totalizou R$ 1.501.703. A variação dos custos e despesas operacionais aumentaram em 9,96%, enquanto os outros resultados operacionais apresentaram queda de 314,64% e os resultados financeiros apresentaram aumento de 121,70%.

20 NOTA 22 - REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

De acordo com o inciso II, do artigo 40 do Estatuto Social, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido ajustado nos termos da legislação societária.

A DATAPREV registrou, como remuneração aos acionistas em dezembro de 2017, juros sobre o capital próprio no valor de R$ 32.471, imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios de R$ 32.471, de acordo com o disposto no parágrafo 3º do artigo 40 do Estatuto Social, gerando economia tributária no montante de R$ 13.557. A seguir, está demonstrado o lucro líquido ajustado, para efeito do cálculo da remuneração proposta aos acionistas:

Descrição	2017	2016
Lucro líquido do exercício	136.720	184.016
Absorção de prejuízos acumulados	-	-
Lucro líquido ajustado	136.720	184.016
Reserva Legal	6.836	9.201
Lucro líquido ajustado para cálculo da remuneração	129.884	174.815
Dividendos mínimos (25%)	32.471	43.703
- Juros sobre o capital próprio imputados aos dividendos	32.471	43.703

Em cumprimento à Deliberação CVM nº 207, de 13 de dezembro de 1996, e para fins de atendimento às normas fiscais, a DATAPREV contabilizou os juros sobre o capital próprio em contrapartida de despesas financeiras, revertendo-os em conta específica, optando por não lhes apresentar, na demonstração de resultado, tendo em vista não produzir efeito no lucro líquido do exercício, mas, tão somente, nas rubricas contribuição social e imposto de renda.

21 NOTA 23 - ENTIDADE FECHADA DE PREVIDÊNCIA PRIVADA E PASSIVO ATUARIAL

212 23.1) Plano de Renda Vinculada - PRV

A DATAPREV é patrocinadora e garantidora das operações da Sociedade de Previdência Complementar da DATAPREV - PREVDATA, entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, com patrimônio próprio, autonomia administrativa e financeira. O objetivo da PREVDATA é a suplementação de benefícios previdenciários aos participantes, através de um plano de benefícios definidos, denominado Plano de Renda Vinculada - PRV. Para consecução de seus objetivos, a PREVDATA recebeu, até 16 de dezembro de 2000, contribuições mensais da patrocinadora, equivalente a 9,37% da folha de pagamento mensal dos empregados participantes, independentemente da parcela de contribuição dos próprios. A partir de 17 de dezembro de 2000, a contribuição da patrocinadora passou a ser na paridade de 1/1, em cumprimento aos artigos 5º e 6º da Emenda Constitucional nº 20.

Em 23 de dezembro de 2008, a DATAPREV e a PREVDATA assinaram um Termo de Compromisso de Recomposição Patrimonial, no valor de R$ 252.578, para cobertura da reserva a amortizar do Plano de Renda Vinculada - PRV para fins de saldamento, e a adesão da DATAPREV como Patrocinadora do novo plano de benefícios na modalidade de contribuição variável, batizado como CV - PREVDATA II. O acordo prevê a cobertura de reserva para equacionamento do Plano de Renda Vinculada e ainda o pagamento do valor atualizado do chamado "Serviço Passado" pela DATAPREV, conforme abaixo:

Descrição	Valor	%	Parcelas
Serviço Passado	157.411	62	120
Saldamento	95.167	38	240
TOTAL	252.578	100	-

Em 2017 a DATAPREV efetuou amortização no montante de R$ 48.000 e atualização de R$ 7.673, restando um saldo de R$ 78.682. Abaixo apresentamos os valores do Termo de Compromisso posicionados em 31 de dezembro de 2017.

Descrição	Valor	%	Parcelas
Serviço Passado	34.088	43	12
Saldamento	44.594	57	132
TOTAL	78.682	100	145

214 23.2) Plano de Contribuição Variável - PREVDATA II

O plano CV - PREVDATA II foi instituído pela Portaria SPC/MPS nº 2.666, publicada no Diário Oficial da União no dia 23 de dezembro de 2008, estruturado na modalidade de "Contribuição Variável", com a finalidade de proporcionar benefícios adicionais aos da Previdência Social, para os empregados da DATAPREV e da PREVDATA.

Na qualidade de Patrocinadora a DATAPREV, no exercício de 2017, contabilizou o valor das parcelas relativas as contribuições mensais na paridade de 1/1, no montante de R$ 25.185 (2016 = R$ 21.861), não excedendo a contribuição dos participantes, conforme previsto no parágrafo 1º, do artigo 6º, da Lei Complementar nº 108/2001.

O plano CV - PREVDATA II encerrou o exercício de 2017 com uma massa de 3.320 pessoas sendo: 3.136 participantes ativos, 90 aposentados e 94 pensionistas.

218 23.3) Avaliação Atuarial

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800078

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

a) Plano de Renda Vinculada - PRV

Com base na avaliação atuarial, elaborada por atuários independentes, com resultados e valores posicionados para a data base de 31 de dezembro de 2017, considerando a metodologia determinada pelo Pronunciamento Técnico CPC nº 33 (R1) - Benefícios a Empregados, aprovado pela Deliberação CVM nº 695, de 13 de dezembro de 2012, bem como os efeitos do Termo de Compromisso de Recomposição Patrimonial para Cobertura de Déficit Atuarial, o passivo atuarial apurado são apresentados como segue:

Descrição	2017	2016
Valor presente das obrigações atuariais	886.821	926.286
Valor justo dos ativos do plano	(839.663)	(813.375)
Passivo atuarial líquido	47.158	112.911

As principais premissas atuariais, utilizadas em 2017 e 2016, para determinação da obrigação atuarial, foram as seguintes:

Hipóteses atuariais	2017	2016
Taxa de rendimento esperada sobre os ativos do plano	9,91%	11,05%
Taxa real anual de juros	5,80%a.a	5,80%a.a
Taxa de inflação estimada	3,93%a.a	4,96%a.a
Capacidade salarial	100%	100%
Capacidade de benefício	100%	100%
Taxa de rotatividade (ativos)	0%	0%
Taxa de crescimento salarial	2,00%a.a	0%a.a
Taxa de crescimento de benefícios (assistidos)	0%a.a	0%a.a
Tábua de sobrevivência de válidos	AT-83	AT-83
Tábua de mortalidade geral	AT-83	AT-83
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-49	IAPB-57 forte
Tábua de entrada em invalidez	LIGHT MEDIA	IAPB-57 fraca
Composição familiar de ativos e aposentados	Família Real	Família Real

2182 INFORMAÇÕES ADICIONAIS:

1) Os ativos do plano estão posicionados em 31 de dezembro de 2017 conforme mencionado no laudo de avaliação atuarial.

2) O Plano de Renda Vinculado - PRV encerrou o exercício de 2017 com uma massa de 2.991 pessoas sendo: 1.412 participantes ativos, 1.261 aposentados e 318 pensionistas.

3) Os dados cadastrais individuais utilizados são de dezembro de 2017.

4) A avaliação do plano de custeio da PREVDATA é procedida por atuário independente, sob o Regime Financeiro de Capitalização. Este regime possibilita a acumulação progressiva das reservas necessárias à manutenção das rendas previstas no regulamento até a data que o participante cumprir os requisitos para a aquisição do benefício. Para os Auxílios, Despesas Administrativas e Resgates o regime utilizado foi o de Repartição Simples, neste regime, o custo normal é fixado com base no valor das despesas ocorridas no exercício anterior, e não há geração de reservas.

5) A avaliação da DATAPREV foi efetuada por atuário independente, contratado especificamente para esse fim. Conforme determinação do item 67 do pronunciamento CPC-33 (R1) - Benefícios a Empregados, foi aplicado o Método da Unidade de Crédito Projetado para calcular todas as obrigações atuariais.

6) A DATAPREV, mantém registrado em seu passivo, R$ 78.682 relativo ao termo de compromisso de saldamento do plano PRV. Mesmo tendo apresentado um passivo atuarial de R$ 47.158, a DATAPREV não necessita contabilizar provisão adicional, uma vez que os valores atualmente contratados somam R$ 78.682, sendo superiores ao passivo atuarial identificado na reavaliação.

7) A PREVDATA aplica os recursos financeiros do Plano de Renda Vinculada - PRV e PREVDATA II em conformidade com as respectivas Políticas de Investimentos para o quinquênio 2017-2021, com revisão anual.

Os princípios, metodologias e parâmetros estabelecidos na Política de Investimentos buscam garantir a segurança, solvência, liquidez e rentabilidade adequadas e suficientes ao equilíbrio entre ativos patrimoniais e passivo do Plano, bem como evitar exposição excessiva a riscos para os quais os prêmios pagos pelo mercado não sejam atraentes ou adequados aos objetivos de cada Plano de Benefícios.

A Política de Investimentos segue os ditames da Resolução CMN nº 3792/09, tendo como benchmarks o indexador do Plano, INPC-IBGE acrescido de 5,80% ao ano, referente aos juros reais, para o Plano de Renda Vinculada - PRV.

Para o exercício de 2017, a política de investimentos analisou todos os riscos e adotou as melhores práticas na gestão dos recursos financeiros dos Planos.

Os valores decorrentes do passivo atuarial estão demonstrados, como segue:

Descrição	Passivo atuarial		IR e CSLL diferidos	
	2017	2016	2017	2016
Passivo Circulante	48.169	47.625	-	-
Passivo Não Circulante	30.513	71.384	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-	26.752	40.363
	78.682	119.009	26.752	40.363

b) Plano de Contribuição Variável - CV PREVDATA II

As obrigações atuariais em relação a este plano de Contribuição Variável encontram-se integralmente cobertas e por se tratar de um plano estruturado na modalidade de contribuição variável, com benefícios pagos sob a forma de rendas temporárias e recalculados anualmente de forma ajustá-los aos saldos de conta do assistido, os atuários são de opinião que o plano de benefícios não traz quaisquer riscos atuariais para a patrocinadora DATAPREV e, portanto, não há passivo de benefícios pós-emprego a ser reconhecido.

2117 23.4) Contribuições em atraso

Em 31/12/2017 não existem parcelas de contribuições extraordinárias (saldamento) e de contribuições normais em atraso.

22 23 NOTA 24 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A divulgação de transações com partes relacionadas, objetiva fornecer subsídios de informações sobre as transações ocorridas entre as partes.

22 231 24.1) Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)

Cerca de 40% das operações da DATAPREV referem-se às transações com o acionista Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. Durante os exercícios de 2017 e 2016, as transações com o referido acionista resultaram nos seguintes saldos patrimoniais e de resultado:

Descrição	2017	2016
Receitas por prestação de serviços	597.854	584.077
Contas a receber por prestação de serviços	12.420	58.114
Encargos s/faturas em atraso	183.517	168.597
Ressarcimento gastos DELEPREV - INSS	11.006	10.690
Ressarcimento gastos gerenciadores de fila Q-matic	16.348	15.881
Contas a receber por convênio	130	10

22 233 24.2) Sociedade de Previdência Complementar da DATAPREV - PREVDATA

As operações realizadas com a PREVDATA estão descritas na NOTA 20 - ENTIDADE FECHADA DE PREVIDÊNCIA PRIVADA E PASSIVO ATUARIAL

22 234 24.3) - Remuneração aos Dirigentes e Empregados

A maior e a menor remuneração pagas aos dirigentes e empregados, bem como o salário médio no mês de dezembro de 2017 e 2016, consoante o que determina a letra "e" do art. 1º da Resolução nº 3, de 31 de dezembro de 2010, editada pela Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União - CGPAR, foram:

	Dirigentes		Empregados	
	2017	2016	2017	2016
Maior - R$	36.939,86	36.939,86	30.573,46	29.835,34
Menor - R$	35.180,82	35.180,82	3.051,67	2.972,58
Salário médio - R$	-	-	6.076,88	6.024,62

Para apuração dos valores da maior e menor remuneração dos empregados, foram consideradas as remunerações, nelas computadas as vantagens e benefícios efetivamente percebidos, procedimento idêntico ao adotado em 2016. Para apuração dos valores da maior e menor remuneração dos diretores foi considerada a opção de cada dirigente, prevista na Portaria do Ministério do Trabalho e Previdência Social - MTPS n° 245, de 21 de dezembro de 2015.

Para obtenção do salário médio dos empregados, foi utilizada a média ponderada, ou seja, levou-se em conta a quantidade de empregados posicionados em cada nível da tabela salarial.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800079

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

24 NOTA 25 - PROGRAMA DE PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS

241 25.1) PPLR - Programa de Participações nos Lucros ou Resultados

Em 02/08/2017, por intermédio do Ofício nº 58.367/2017, a Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST) aprovou o Programa de Participações nos Lucros ou Resultados (PPLR) da DATAPREV, para o exercício de 2017.

O montante provisionado foi de R$ 8.118 representando 25% dos dividendos atribuídos aos acionistas e corresponde a 5,94% do lucro líquido do exercício. Sua distribuição sujeitar-se-á ao atingimento das metas constantes no referido Programa.

242 25.2) RVA - Remuneração Variável de Administradores

Como o Programa de Remuneração Variável de Administradores (RVA) para o exercício de 2018 encontra-se em processo de aprovação na Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST, a administração da DATAPREV decidiu efetuar a provisão considerando os parâmetros dos Programas aprovados em exercícios anteriores. O montante provisionado foi de R$ 533 e sua distribuição sujeitar-se-á ao atingimento das metas constantes no Programa em processo de aprovação.

25 26 NOTA 26 - PRESSUPOSTO DE CONTINUIDADE

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas com base na Continuidade Operacional (norma internacional IAS1 e NBC TA 570) validando a capacidade da DATAPREV em continuar em operação, levando em consideração toda a informação disponível sobre o futuro.

Confirmamos que não temos conhecimento de incertezas significativas relacionados com eventos ou condições que possam gerar dúvidas sobre a capacidade de a Empresa continuar em operação.

ANDRÉ LEANDRO MAGALHÃES
Presidente

ANTÔNIO RICARDO DE OLIVEIRA JUNQUEIRA
Diretor de Finanças e Serviços Logísticos
Substituto

ANTÔNIO RICARDO DE OLIVEIRA JUNQUEIRA
Diretor de Relacionamento, Desenvolvimento e Informações

MATHEUS BELIN
Diretor de Tecnologia e Operações

MATHEUS BELIN
Diretor de Pessoas
Interino

MARCOS OLIVEIRA DE SOUZA
Gerente do Departamento de Gestão Contábil
Contador CRC-RJ- 065527/O-8
CPF. 841.915.707-49

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Acionistas, Conselheiros e Diretores da

EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA DATAPREV

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÃO DA PREVIDÊNCIA DATAPREV ("Companhia"), que compreende o balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética do Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidencia de auditoria é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Encargos sobre faturas recebas em atraso

Conforme a nota explicativa Nº.9.3, o montante a receber de encargos sobre faturas com atraso é de R$ 252.562 dos quais, R$ 220.732 referem-se a valores pendentes de recebimento de exercícios anteriores. Desse montante a receber de exercícios anteriores, cerca de 83% é proveniente de operações com seu acionista, Instituto Nacional do Seguro Social, por esse motivo, não constituindo provisão para fazer frente a eventuais perdas. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de NBC TG 09, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da COMPANHIA é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração, quando ele nos for disponibilizado, e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

São Paulo, 16 de março de 2018.
MACIEL AUDITORES S/S
2CRC RS 5.460/O-0 "T" SP

ROGER MACIEL DE OLIVEIRA
1CRC/RS 71.505/O-3 "T" SP - S - RJ
Sócio Responsável Técnico

LUCIANO GOMES DOS SANTOS
1CRC RS 059.628/O-2 - S - RJ
Sócio Responsável Técnico

SECRETARIA DE PREVIDÊNCIA

PORTARIA Nº 11, DE 27 DE MARÇO DE 2018

O SECRETÁRIO DE PREVIDÊNCIA DO MINISTÉRIO DA FAZENDA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria GMF nº 94, de 26 de março de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 27 de março de 2018, seção 1, página 25, resolve:

Art. 1º Subdelegar competência ao Subsecretário de Gestão da Previdência para declarar interrupção de férias de servidores, por necessidade do serviço, no âmbito desta Secretaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Portaria SPREV nº 14, de 12 de dezembro de 2017, publicada no DOU de 13 de dezembro de 2017, seção 1, página 66.

MARCELO ABI-RAMIA CAETANO

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.802, DE 27 DE MARÇO DE 2018

Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.415, de 4 de dezembro de 2013, que dispõe sobre o regime aduaneiro especial de exportação e importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro).

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos III e XXV do art. 327 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto no art. 89 do Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966, nos arts. 9º e 10 do Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, no art. 10 do Decreto-Lei nº 2.472, de 1º de setembro de 1988, no parágrafo único do art. 79 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, no art. 6º da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, no § 1º do art. 59 e nos arts. 61, 62 e 92 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, no art. 14 da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, no art. 6º da Lei nº 12.276, de 30 de junho de 2010, no art. 61 da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, na Lei nº 13.586, de 28 de dezembro de 2017, nos arts. 372, 377, 426 e 462 do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, e no art. 2º do Decreto nº 9.128, de 17 de agosto de 2017, resolve:

Art. 1º A Instrução Normativa RFB nº 1.415, de 4 de dezembro de 2013, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 3º .....

I - aos bens principais relacionados no Anexo I desta Instrução Normativa, exceto equipamentos submarinos, dutos, linhas e tubos;

II - às partes e peças a serem incorporadas aos bens referidos no inciso I ou para garantir sua operacionalidade nas atividades previstas no art. 1º;

III - às ferramentas utilizadas diretamente na manutenção dos bens principais referidos no inciso I; e

IV - às partes e peças de embarcações ou plataformas já admitidas no Repetro.

§ 1º Nas hipóteses previstas nos incisos II a IV, é vedada a aplicação do regime aos bens:

..... " (NR)

Art. 2º O Anexo I da Instrução Normativa RFB nº 1.415, de 2013, fica substituído pelo Anexo Único desta Instrução Normativa.

Art. 3º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JORGE ANTONIO DEHER RACHID

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800080

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO ÚNICO

BENS PRINCIPAIS QUE PODERÃO SER SUBMETIDOS AO REPETRO
(Anexo I da Instrução Normativa RFB nº 1.415, de 4 de dezembro de 2013.)

Item	Bem principal
1	Máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, cujo valor aduaneiro unitário seja superior a US$ 25.000,00 (vinte e cinco mil dólares dos Estados Unidos da América), destinados a atividades de exploração, avaliação, desenvolvimento e produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos.

SUBSECRETARIA DE TRIBUTAÇÃO E CONTENCIOSO

COORDENAÇÃO-GERAL DE TRIBUTAÇÃO

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 10, DE 8 DE MARÇO DE 2018

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO - CSLL

EMENTA: INCIDÊNCIA NA FONTE. OPERADORAS DE SEGURO SAÚDE. PAGAMENTOS A COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO.

Os pagamentos efetuados por pessoas jurídicas de direito privado, operadoras de seguro saúde, a cooperativas de trabalho em decorrência dos serviços profissionais de medicina e correlatos de que tratam os itens 3, 20, 21, 24, 32 e 34, do § 1º do art. 647 do RIR/1999, por essas últimas prestados ao segurados daquelas, sujeitam-se à retenção na fonte da CSLL, devendo as cooperativas de trabalho médico discriminarem em suas faturas ou apresentarem faturas segregadas dos valores a serem pagos a cada prestador de serviço, sob pena de a retenção recair sobre o valor total da fatura emitida pela cooperativa, observando-se o seguinte:

a) valores relativos aos serviços profissionais de medicina e correlatos de que tratam os itens 3, 20, 21, 24, 32 e 34, do § 1º do art. 647 do RIR/1999 prestados por cooperados, pessoas físicas, que estarão sujeitos à retenção na fonte, em nome da cooperativa, da CSLL de que trata o art. 30, da Lei nº 10.833, de 2003, à alíquota de 1% (um por cento);

b) valores relativos aos serviços profissionais de medicina ou correlatos ao exercício da medicina, de que tratam os itens 3, 20, 21, 24, 32 e 34, do § 1º do art. 647 do RIR/1999, prestados por ambulatório, banco de sangue, casa de saúde, casa de recuperação ou repouso sob orientação médica, hospitais e pronto-socorro, cooperados ou credenciados, quando os atendimentos ocorrerem nas dependências dos estabelecimentos, e desde que presente a subordinação técnica e administrativa, ou seja, que o serviço seja prestado pelo profissional de medicina em nome da pessoa jurídica titular do estabelecimento e não em seu próprio nome, os quais não sofrerão retenção na fonte da CSLL, de que trata o art. 30, da Lei nº 10.833, de 2003;

c) valores relativos aos serviços profissionais de medicina ou correlatos ao exercício da medicina, de que tratam os itens 3, 20, 21, 24, 32 e 34, do § 1º do art. 647 do RIR/1999, executados por profissionais de medicina, mediante intervenção de sociedades, cooperadas ou credenciadas, realizados nas dependências dos mesmos estabelecimentos, citados na alínea "b", acima, sem subordinação técnica e administrativa a estes estabelecimentos, os quais estão sujeitos à retenção na fonte da CSLL, de que trata o art. 30, da Lei nº 10.833, de 2003, à alíquota de 1% (um por cento), em nome de cada estabelecimento prestador do serviço;

d) valores relativos aos serviços profissionais de medicina ou correlatos ao exercício da medicina, de que tratam os itens 3, 20, 21, 24, 32 e 34, do § 1º do art. 647 do RIR/1999, que poderiam ser prestados em caráter individual e de forma autônoma, mas que, por conveniência empresarial, são executados mediante a intervenção de sociedades, cooperadas ou credenciadas, os quais estão sujeitos à retenção na fonte da CSLL, de que trata o art. 30, da Lei nº 10.833, de 2003, à alíquota de 1% (um por cento), em nome de cada estabelecimento prestador do serviço.

Dispositivos Legais: Lei nº 10.833, de 2003, art. 30; IN SRF nº 459, de 2004, art. 1º, § 2º, inciso IV, art. 5º; RIR/1999, art. 647; Parecer Normativo CST nº 8, de 1986, itens 15 a 16 e 22 a 26. ADI RFB nº 9, de 2014, art. 2º.

ASSUNTO: NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO

EMENTA: PROCESSO DE CONSULTA. INEFICÁCIA PARCIAL.

É ineficaz, por não versar sobre dúvida na interpretação da legislação tributária, a parte dos questionamentos referente à restituição.

Dispositivos Legais: Instrução Normativa RFB nº 1.396, de 2013, art. 18, II.

FERNANDO MOMBELLI
Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 11, DE 8 DE MARÇO DE 2018

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF

EMENTA:Sujeitam-se à incidência do imposto sobre a renda retido na fonte, à alíquota de 1,5% (um e meio por cento), as importâncias pagas ou creditadas por pessoas jurídicas a outras pessoas jurídicas a título de remuneração pelo encaminhamento de hóspedes, sendo da agência de turismo a responsabilidade pela retenção e recolhimento do imposto.

Sujeitam-se à incidência do imposto sobre a renda retido na fonte, à alíquota de 1,5% (um e meio por cento), as importâncias pagas ou creditadas por pessoas jurídicas a outras pessoas jurídicas a título de remuneração pela intermediação de negócios voltados para a realização de feiras, exposições de negócios, congressos, convenções e congêneres, sendo da fonte pagadora a responsabilidade pela retenção e recolhimento do imposto.

SOLUÇÃO DE CONSULTA PARCIALMENTE VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 22, DE 16 DE JANEIRO DE 2017.

Dispositivos Legais: Lei nº 7.450, de 1985, art. 53, inciso I; Dec. nº 3.000, de 1999, art. 651, inciso I; IN SRF nº 153, de 1987; IN RFB nº 1.757, de 2017, art. 16.

FERNANDO MOMBELLI
Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 17, DE 20 DE MARÇO DE 2018

ASSUNTO: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ

EMENTA: CONSULTA CONHECIDA EM PARTE. ADOÇÃO DO VALOR JUSTO COMO CUSTO ATRIBUÍDO ("DEEMED COST") DO ATIVO IMOBILIZADO. NEUTRALIDADE FISCAL DOS AJUSTES.

Por via de regra, os ganhos e perdas de avaliação a valor justo não repercutirão efeitos tributários, desde que atendidas as exigências constantes dos arts. 13 e 14 da Lei nº 12.973, de 2014, regulamentados pelos arts. 97 a 104 da Instrução Normativa RFB nº 1.700, de 2017.

Dispositivos Legais: Lei nº 6.404, de 1976, arts. 177, 182 e 183, e alterações posteriores; Lei nº 11.638, de 2007, art. 6º.

ASSUNTO: Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL

EMENTA: CONSULTA CONHECIDA EM PARTE. ADOÇÃO DO VALOR JUSTO COMO CUSTO ATRIBUÍDO ("DEEMED COST") DO ATIVO IMOBILIZADO. NEUTRALIDADE FISCAL DOS AJUSTES.

Por via de regra, os ganhos e perdas de avaliação a valor justo não repercutirão efeitos tributários, desde que atendidas as exigências constantes dos arts. 13 e 14 da Lei nº 12.973, de 2014, regulamentados pelos arts. 97 a 104 da Instrução Normativa RFB nº 1.700, de 2017.

Dispositivos Legais: Lei nº 6.404, de 1976, arts. 177, 182 e 183, e alterações posteriores; Lei nº 11.638, de 2007, art. 6º.

ASSUNTO: Processo Administrativo Fiscal

EMENTA: CONSULTA PARCIALMENTE CONHECIDA.

É ineficaz a parte da consulta que não preenche os requisitos de admissibilidade pertinentes.

Dispositivos Legais: Decreto nº 70.235, de 1972, arts. 46 e 52, I; Instrução Normativa RFB nº 1.396, de 2013, art. 18, I, II, XIII e XIV.

FERNANDO MOMBELLI
Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 18, DE 22 DE MARÇO DE 2018

ASSUNTO: REGIMES ADUANEIROS

EMENTA:.O manifesto eletrônico denominado Baldeação de Carga Nacional (BCN) e a Declaração de Trânsito de Transferência (DTT) não servem de amparo à operação de transporte de cargas nacionais em que, por motivos comerciais e operacionais, o navio efetue passagem pelo exterior entre o carregamento e o descarregamento da carga em porto nacional.

Dispositivos Legais: Decreto-Lei nº 37, de 1966, art. 92; Lei nº 9.432, de 1997, art. 2º; Decreto nº 6.759, de 2009, Capítulo IX; Instrução Normativa RFB nº 800, de 2007, art. 2º, § 1º, inciso III, alínea "a" item 3; Instrução Normativa SRF nº 248, de 2002, art. 5º, inciso IV, alínea "g" e.

FERNANDO MOMBELLI
Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 23, DE 22 DE MARÇO DE 2018

ASSUNTO: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins

EMENTA : RECOB. ALTERAÇÃO NO COEFICIENTE DE REDUÇÃO. MAJORAÇÃO DA ALÍQUOTA ESPECÍFICA. DECRETO Nº 7.997, DE 2013. APLICABILIDADE NO TEMPO. ANTINOMIA APARENTE COM O ART. 4º DO DECRETO Nº 6.573, DE 2008. APLICAÇÃO DO CRITÉRIO DA ESPECIALIDADE.

A majoração da alíquota específica da Cofins incidente sobre a receita bruta auferida na venda de álcool por produtor ou importador optante pelo Recob, decorrente da alteração do coeficiente de redução promovida pelo art. 1º do Decreto nº 7.997, de 2013, entrou em vigor em 1º de setembro de 2013, devendo ser aplicada a partir dessa data, nos termos do seu art. 2º, inciso I.

Dispositivos Legais: Decreto-Lei nº 4.657, de 1942, art. 2º, § 2º; Decreto nº 6.573, de 2008; Decreto nº 7.997, de 2013.

ASSUNTO: Contribuição para o PIS/Pasep

EMENTA : RECOB. ALTERAÇÃO NO COEFICIENTE DE REDUÇÃO. MAJORAÇÃO DA ALÍQUOTA ESPECÍFICA. DECRETO Nº 7.997, DE 2013. APLICABILIDADE NO TEMPO. ANTINOMIA APARENTE COM O ART. 4º DO DECRETO Nº 6.573, DE 2008. APLICAÇÃO DO CRITÉRIO DA ESPECIALIDADE.

A majoração da alíquota específica da Contribuição para o PIS/Pasep incidente sobre a receita bruta auferida na venda de álcool por produtor ou importador optante pelo Recob, decorrente da alteração do coeficiente de redução promovida pelo art. 1º do Decreto nº 7.997, de 2013, entrou em vigor em 1º de setembro de 2013, devendo ser aplicada a partir dessa data, nos termos do seu art. 2º, inciso I.

Dispositivos Legais: Decreto-Lei nº 4.657, de 1942, art. 2º, § 2º, Decreto nº 6.573, de 2008; Decreto nº 7.997, de 2013.

ASSUNTO: Processo Administrativo Fiscal

EMENTA : : INEFICÁCIA PARCIAL. É ineficaz a parte da consulta que não preenche os requisitos de admissibilidade pertinentes.

Dispositivos Legais: Instrução Normativa RFB nº 1.396, de 2013; Parecer Normativo CST nº 342, de 1970.

FERNANDO MOMBELLI
Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 25, DE 23 DE MARÇO DE 2018

ASSUNTO: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins

EMENTA : Continuam sujeitos à tributação concentrada prevista na Lei nº 10.485, de 2002, os produtos compreendidos no código NCM 8413.91.00, Ex 01, constante de seu Anexo I, atualmente classificados no código 8413.91.90, Ex 01, da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (Tipi) aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 2016.

Dispositivos Legais: Lei nº 10.485, de 2002, art. 3º; Ato Declaratório Executivo SRF nº 1, de 2006.

ASSUNTO: Contribuição para o PIS/Pasep

EMENTA : Continuam sujeitos à tributação concentrada prevista na Lei nº 10.485, de 2002, os produtos compreendidos no código NCM 8413.91.00, Ex 01, constante de seu Anexo I, atualmente classificados no código 8413.91.90, Ex 01, da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (Tipi) aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 2016.

Dispositivos Legais: Lei nº 10.485, de 2002, art. 3º; Ato Declaratório Executivo SRF nº 1, de 2006

FERNANDO MOMBELLI
Coordenador-Geral

CENTRO DE CLASSIFICAÇÃO FISCAL DE MERCADORIAS

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.037, DE 2 DE MARÇO DE 2018

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 8426.19.00 Mercadoria: Descarregador de navios, do tipo pórtico de descarga, sobre trilhos, utilizado para descarga de fertilizantes e enxofre do navio para uma correia transportadora através de um grab (garra), com capacidade máxima nominal de 1.200 toneladas por hora, a ser instalado em terminais portuários com movimentação longitudinal ao longo do píer de atracação.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (texto da posição 84.26) e RGI 6 (textos da subposição de 1º nível 8426.1 e da subposição de 2º nível 8426.19) da NCM constante da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 15 de dezembro de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 29 de dezembro de 2016; e em subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 27 de janeiro de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 1.788, de 8 de fevereiro de 2018.

DANIELLE CARVALHO DE LACERDA
Presidente da 3ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.040, DE 2 DE MARÇO DE 2018

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 8202.99.90 Mercadoria: Lâmina (folha) de aço dentada para serra elétrica manual tico-tico, com 75 mm de comprimento, utilizada para cortar madeira, plástico e compensado, apresentada em blister contendo duas unidades.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800081

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (texto da posição 82.02), RGI 6 (textos das subposições 8202.9 e 8202.99) e RGC 1 (texto do item 8202.99.90) da NCM constante da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 2016, e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto no 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB º 1.788, de 2018.

DANIELLE CARVALHO DE LACERDA
Presidente da 3ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.041, DE 5 DE MARÇO DE 2018

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 1905.90.90 Mercadoria: Pão assado, congelado ou não, à base de farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, água, açúcar/dextrose, gordura vegetal, fermento, sal, complemento enzimático, aditivos alimentares (melhorador de farinha, emulsificante e conservador), aroma, cúrcuma em percentual inferior a 0,02% do peso total e mistura de brilho para dourar o pão (água, proteína vegetal, óleo de girassol, dextrose e amido modificado) em formato arredondado e achatado, pesando 30g, embalado em filme plástico em pacotes com 9 unidades.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (texto da posição 19.05), RGI 6 (texto da subposição 1905.90) e RGC 1 (texto do item 1905.90.90) da NCM constante da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 15 de dezembro de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 29 de dezembro de 2016; e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 27 de janeiro de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 1788, de 8 de fevereiro de 2018.

DANIELLE CARVALHO DE LACERDA
Presidente da 3ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.042, DE 5 DE MARÇO DE 2018

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 8421.91.99

Mercadoria: Tela perfurada de níquel para separação de sólidos e líquidos existentes em uma massa, principalmente para instalação em centrífugas contínuas para açúcar, com furos de 0,09 mm, área aberta de 9,6%, espessura de 0,28 mm, com peso unitário de 2,7 kg.

Mercadoria: Tela perfurada de níquel para separação de sólidos e líquidos existentes em uma massa, principalmente para instalação em centrífugas contínuas para açúcar, com furos de 0,09 mm, área aberta de 14,6%, espessura de 0,33 mm, com peso unitário de 2,8 kg.

Mercadoria: Tela perfurada de níquel para separação de sólidos e líquidos existentes em uma massa, principalmente para instalação em centrífugas contínuas para açúcar, com furos de 0,09 mm, área aberta de 13,5%, espessura de 0,42 mm, com peso unitário de 3,7 kg.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (textos da Nota 2.- b) da Seção XVI e da posição 84.21), RGI 6 (textos da subposição de 1º nível 8421.9 e da subposição de 2o nível 8421.91) e RGC 1 (textos do item 8421.91.9 e do subitem 8421.91.99) da NCM constante da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 15 de dezembro de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 29 de dezembro de 2016; e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 27 de janeiro de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 1.788, de 8 de fevereiro de 2018.

DANIELLE CARVALHO DE LACERDA
Presidente da 3ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.043, DE 5 DE MARÇO DE 2018

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 8202.99.90 Mercadoria: Lâmina (folha) de aço dentada para serra elétrica manual tipo sabre, com 75 mm de comprimento, utilizada para cortar diversos materiais, como plástico, madeira com prego, metais não ferrosos e metal espesso, apresentada em embalagem individual blister.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (texto da posição 82.02), RGI 6 (textos das subposições 8202.9 e 8202.99) e RGC 1 (texto do item 8202.99.90) da NCM constante da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 2016, e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto no 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB º 1.788, de 2018.

DANIELLE CARVALHO DE LACERDA
Presidente da 3ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.044, DE 6 DE MARÇO DE 2018

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 3004.90.59 Mercadoria: Medicamento para o tratamento do câncer de mama, tendo como princípio ativo o mesilato de eribulina, apresentado em frasco com uma dose de 2 ml como solução injetável, contendo 1 mg de mesilato de eribulina, equivalente a 0,88 mg de eribulina, em mistura de etanol e água, acondicionado em cartucho de papelão.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (texto da posição 30.04), RGI 6 (texto da subposição 3004.90) e RGC 1 (textos do item 3004.90.5 e do subitem 3004.90.59) da NCM, constante da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 2016, e em subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 1.788, de 2018.

MARCO ANTÔNIO RODRIGUES CASADO
Presidente da 5ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.045, DE 6 DE MARÇO DE 2018

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 3005.90.90 Mercadoria: Penso (curativo) líquido à base de biocelulose, na forma de hidrogel, acondicionado em bisnagas de plástico, com peso variando de 8 g a 100 g, para ser aplicado sobre feridas na pele, auxiliando o processo de cicatrização.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (texto da posição 30.05), RGI 6 (texto da subposição 3005.90) e RGC 1 (texto do item 3005.90.90) da NCM, constante da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 2016, e em subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 1.788, de 2018.

MARCO ANTÔNIO RODRIGUES CASADO
Presidente da 5ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.046, DE 6 DE MARÇO DE 2018

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 8527.21.00 Mercadoria: Aparelho multifuncional destinado a veículos automotores, alimentado por fonte externa de energia, com tela de cristal líquido (LCD) de 7" sensível ao toque contendo, num mesmo corpo, receptor de radiodifusão (AM/FM), reprodutor de som por suporte semicondutor com entrada USB, comunicação sem fio via bluetooth, navegador por GPS e monitoramento de tráfego, exposição de imagens transmitidas pela câmera de ré; comercialmente denominado "aparelho multimídia automotivo".

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (texto da posição 85.27), RGI 3 c) e RGI 6 (textos da subposição de primeiro nível 8527.2 e da subposição de segundo nível 8527.21) da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto n.º 8.950, de 2016, e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 1.788, 2018.

LUIZ HENRIQUE DOMINGUES
Presidente da 4ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.047, DE 6 DE MARÇO DE 2018

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 8479.10.90 Mercadoria: Máquina auxiliar para construção de pontes e viadutos com sistemas hidráulicos por acionamento elétrico para o movimento automático de abertura e fechamento das fôrmas para moldagem dos tabuleiros em concreto armado e protendido, com sistema de movimentação e avanço autônomo, comercialmente denominada "Sistema de fôrma viajante inferior".

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI/SH 1 (texto da posição 84.79), RGI/SH 6 (texto da subposição 8479.10) e RGC/NCM 1 (texto do item 8479.10.90), da TEC, aprovada pela Resolução Camex n.º 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto n.º 8.950, de 2016, e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 1.788, de 2018.

LUIZ HENRIQUE DOMINGUES
Presidente da 4ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.048, DE 7 DE MARÇO DE 2018

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 9504.50.00 Ex 01 da Tipi Mercadoria: Controlador destinado principalmente a console de jogos de vídeo, acompanhado de um dispositivo USB que permite a comunicação sem fio com o aparelho.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI/SH 1 (Nota 3 do Capítulo 95 e texto da posição 95.04) e RGI/SH 6 (Nota 3 do Capítulo 95, Nota de subposição 1 a) do Capítulo 95 e texto da subposição 9504.50), da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), constante da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 2016, RGC/TIPI-1 (texto do Ex 01 do código 9504.50.00), e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 807, de 2008, e alterações posteriores.

LUIZ HENRIQUE DOMINGUES
Presidente da 4ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.049, DE 13 DE MARÇO DE 2018

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 8421.21.00 Mercadoria: Aparelho para filtrar água da chuva, para uso não potável, com corpo de aço inox contendo uma tela em malha de fios de aço inox como elemento filtrante, utilizado em edificações residenciais, comerciais e industriais.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI/SH 1 (texto da posição 84.21) e RGI/SH 6 (textos das subposições 8421.2 e 8421.21) da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto n.º 8.950, de 2016, e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 1.788, de 2018.

LUIZ HENRIQUE DOMINGUES
Presidente da 4ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.050, DE 13 DE MARÇO DE 2018

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 8421.21.00 Mercadoria: Aparelho para filtrar água da chuva, para uso não potável, com corpo de plástico contendo uma tela em malha de fios de aço inox como elemento filtrante, utilizado em edificações residenciais, comerciais e industriais.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI/SH 1 (texto da posição 84.21) e RGI/SH 6 (textos das subposições 8421.2 e 8421.21) da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto n.º 8.950, de 2016, e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 1.788, de 2018.

LUIZ HENRIQUE DOMINGUES
Presidente da 4ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.051, DE 14 DE MARÇO DE 2018

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 8537.10.90 Mercadoria: Módulo de controle eletrônico de abertura e fechamento de porta de veículo de transporte coletivo, que emite anúncios sonoros para alertar os passageiros sobre a movimentação da porta controlada.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI/SH 1 (Nota 2 f) da Seção XVII, Nota 3 da Seção XVI e texto da posição 85.37), RGI/SH 6 (texto da subposição 8537.10) e RGC/NCM 1 (texto do item 8537.10.90), da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), constante da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 2016, e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 1.788, de 2018.

LUIZ HENRIQUE DOMINGUES
Presidente da 4ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.052, DE 14 DE MARÇO DE 2018

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 9032.89.89 Mercadoria: Módulo para controle eletrônico do sistema que ajusta automaticamente a altura e a inclinação da plataforma de corte de colheitadeira. É instalado na cabine da máquina agrícola e, ligado a sensores e atuadores elétricos/hidráulicos, analisa a altura instantânea da plataforma em relação ao solo e comanda o ajuste necessário para mantê-la conforme estabelecido pelo operador.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI/SH 1 (texto da posição 90.32, Nota 1 "m" da Seção XVI e Nota 7 do Capítulo 90), RGI/SH 2 a), RGI/SH 6 (texto das subposições 9032.8 e 9032.89) e RGC/NCM 1 (texto do item 9032.89.8 e subitem 9032.89.89), da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), constante da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 2016, e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 1.788, de 2018.

LUIZ HENRIQUE DOMINGUES
Presidente da 4ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.053, DE 14 DE MARÇO DE 2018

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 8537.10.90 Mercadoria: Módulo de controle eletrônico com a função de bloquear a abertura da porta quando o veículo estiver em movimento e impedir o movimento do veículo quando a porta estiver aberta, utilizado em veículos de transporte de passageiros.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI/SH 1 (Nota 2 f) da Seção XVII, Nota 3 da Seção XVI e texto da posição 85.37), RGI/SH 6 (texto da subposição 8537.10) e RGC/NCM 1 (texto do item 8537.10.90), da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), constante da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 2016, e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 1.788, de 2018.

LUIZ HENRIQUE DOMINGUES
Presidente da 4ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.054, DE 14 DE MARÇO DE 2018

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 6307.90.90 Mercadoria: Artigo confeccionado em neoprene (policloropreno) revestido com tecido 100% poliamida, com fechamento através de velcro, com função de fixador multiuso. É utilizado na mão ou no antebraço por pessoas com dificuldade de preensão e amputados de membro superior, possibilitando segurar objetos de diferentes tipos para a realização de suas atividades cotidianas.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800082

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI/SH 1 (Nota 6 do Capítulo 90, Nota 4 "a" do Capítulo 59 e texto da posição 63.07), RGI/SH 6 (texto da subposição 6307.90) e RGC/NCM 1 (texto do item 6307.90.90), da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), constante da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 2016, e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 1.788, de 2018.

LUIZ HENRIQUE DOMINGUES
Presidente da 4ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.055, DE 14 DE MARÇO DE 2018

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 8537.10.90 Mercadoria: Módulo de controle eletrônico de abertura e fechamento de porta com a função de antiesmagamento com sensibilidade ajustável, podendo emitir anúncios sonoros para alertar os passageiros sobre a movimentação da porta controlada, próprio para veículo de transporte coletivo.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI/SH 1 (Nota 2 f) da Seção XVII, Nota 3 da Seção XVI e texto da posição 85.37), RGI/SH 6 (texto da subposição 8537.10) e RGC/NCM 1 (texto do item 8537.10.90), da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), constante da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 2016, e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 1.788, de 2018.

LUIZ HENRIQUE DOMINGUES
Presidente da 4ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.056, DE 14 DE MARÇO DE 2018

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 8537.10.90 Mercadoria: Módulo de controle eletrônico de abertura e fechamento de porta e rampa de acesso em veículo de transporte coletivo, que emite anúncios sonoros para alertar os passageiros sobre a movimentação da porta controlada.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI/SH 1 (Nota 2 f) da Seção XVII, Nota 3 da Seção XVI e texto da posição 85.37), RGI/SH 6 (texto da subposição 8537.10) e RGC/NCM 1 (texto do item 8537.10.90), da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), constante da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 2016, e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 1.788, de 2018.

LUIZ HENRIQUE DOMINGUES
Presidente da 4ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.057, DE 15 DE MARÇO DE 2018

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 2106.90.90 Mercadoria: Preparação composta congelada, cremosa, não alcoólica, de polpa de açaí e xarope de guaraná, com adição de água, xarope de glicose, estabilizantes e aroma idêntico ao natural de guaraná, pronta para consumo na alimentação humana no estado em que se encontra, apresentada em embalagens de plástico de 200 g, 500 g, 1,02 kg, 3,6 kg, 5,0 kg e 10 kg, comercialmente denominada "creme de açaí original".

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI-1 (texto da posição 21.06), RGI-6 (texto das subposição 2106.90) e RGC-1 (texto do item 2106.90.90) da NCM/SH, constante da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 2016, com alterações posteriores, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 2016, com alterações posteriores. Subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992, e consolidadas pela IN RFB nº 1.788, de 2018.

ÁLVARO A. DE VASCONCELOS LEITE RIBEIRO
Presidente da 1ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.058, DE 15 DE MARÇO DE 2018

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 2106.90.90 Mercadoria: Preparação composta congelada, cremosa, não alcoólica, de polpa de açaí, xarope de guaraná e polpa de morango, com adição de água, xarope de glicose, estabilizantes e aroma idêntico ao natural de guaraná, pronta para consumo na alimentação humana no estado em que se encontra, apresentada em embalagens de plástico de 200 g, 500 g, 1,02 kg, 3,6 kg, 5,0 kg e 10 kg, comercialmente denominada "creme de açaí e morango".

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI-1 (texto da posição 21.06), RGI-6 (texto das subposição 2106.90) e RGC-1 (texto do item 2106.90.90) da NCM/SH, constante da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 2016, com alterações posteriores, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 2016, com alterações posteriores. Subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992, e consolidadas pela IN RFB nº 1.788, de 2018.

ÁLVARO A. DE VASCONCELOS LEITE RIBEIRO
Presidente da 1ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.059, DE 15 DE MARÇO DE 2018

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 2106.90.90 Mercadoria: Preparação composta congelada, cremosa, não alcoólica, de polpa de açaí, xarope de guaraná e polpa de banana, com adição de água, xarope de glicose, estabilizante e aroma idêntico ao natural de guaraná, acompanhada de cereal integral à base de aveia, pronta para consumo na alimentação humana no estado em que se encontra, apresentada em embalagem de plástico de 220 g, comercialmente denominada "creme de açaí e banana com granola".

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI-1 (texto da posição 21.06), RGI-6 (texto das subposição 2106.90) e RGC-1 (texto do item 2106.90.90) da NCM/SH, constante da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 2016, com alterações posteriores, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 2016, com alterações posteriores. Subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992, e consolidadas pela IN RFB nº 1.788, de 2018.

ÁLVARO A. DE VASCONCELOS LEITE RIBEIRO
Presidente da 1ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.060, DE 15 DE MARÇO DE 2018

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 2106.90.90 Mercadoria: Preparação composta congelada, cremosa, não alcoólica, de polpa de açaí e xarope de guaraná, com adição de água, xarope de glicose, estabilizante e aroma idêntico ao natural de guaraná, acompanhada de cereal integral à base de aveia, pronta para consumo na alimentação humana no estado em que se encontra, apresentada em embalagem de plástico de 220 g, comercialmente denominada "creme de açaí original com granola".

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI-1 (texto da posição 21.06), RGI-6 (texto das subposição 2106.90) e RGC-1 (texto do item 2106.90.90) da NCM/SH, constante da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 2016, com alterações posteriores, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 2016, com alterações posteriores. Subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992, e consolidadas pela IN RFB nº 1.788, de 2018.

ÁLVARO A. DE VASCONCELOS LEITE RIBEIRO
Presidente da 1ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.062, DE 15 DE MARÇO DE 2018

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 7018.20.00 Mercadoria: Microsferas de vidro com diâmetros inferiores a 300 mícrons (0,3 mm), próprias para serem usadas por máquinas de jateamento abrasivo, para limpeza, eliminação de ferrugem ou retirada de tinta, dentre outros, em peças de metal.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (texto da posição 70.18) e RGI 6 (texto da subposição 7018.20), da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125/2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 8.950/2016, e alterações posteriores.

ÁLVARO A. DE VASCONCELOS LEITE RIBEIRO
Presidente da 1ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.063, DE 15 DE MARÇO DE 2018

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 8480.71.00 Mercadoria: Parte destinada a molde para plástico, para moldagem por injeção, constituída de aço, medindo 4 cm de diâmetro e 29 cm de altura, denominada "macho interno".

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (texto da posição 84.80 e Nota 2-b da Seção XVI), RGI 6 (texto das subposições 8480.7 e 8480.71), da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125/2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 8.950/2016, e alterações posteriores.

ÁLVARO A. DE VASCONCELOS LEITE RIBEIRO
Presidente da 1ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.064, DE 15 DE MARÇO DE 2018

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 8480.71.00 Mercadoria: Parte destinada a molde para plástico, para moldagem por injeção, constituída de aço, medindo 4,6 cm de diâmetro e 18,5 cm de altura, denominada "macho da rosca".

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (texto da posição 84.80 e Nota 2-b da Seção XVI), RGI 6 (texto das subposições 8480.7 e 8480.71), da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125/2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 8.950/2016, e alterações posteriores.

ÁLVARO A. DE VASCONCELOS LEITE RIBEIRO
Presidente da 1ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.065, DE 15 DE MARÇO DE 2018

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 8480.71.00 Mercadoria: Parte destinada a molde para plástico, para moldagem por injeção, constituída de aço, medindo 12,6 cm de diâmetro e 31,8 cm de altura, denominada "gaveta".

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (texto da posição 84.80 e Nota 2-b da Seção XVI), RGI 6 (texto das subposições 8480.7 e 8480.71), da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125/2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 8.950/2016, e alterações posteriores.

ÁLVARO A. DE VASCONCELOS LEITE RIBEIRO
Presidente da 1ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.066, DE 15 DE MARÇO DE 2018

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 8480.79.00 Mercadoria: Parte destinada a molde para plástico, para moldagem por sopro, constituída de aço ou alumínio, medindo 56 x 8 x 2 cm, denominada "gargalo".

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (texto da posição 84.80 e Nota 2-b da Seção XVI), RGI 6 (texto das subposições 8480.7 e 8480.71), da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125/2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 8.950/2016, e alterações posteriores.

ÁLVARO A. DE VASCONCELOS LEITE RIBEIRO
Presidente da 1ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.067, DE 15 DE MARÇO DE 2018

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 8480.71.00 Mercadoria: Parte destinada a molde para plástico, para moldagem por injeção, constituída de aço, medindo 4,7 cm de diâmetro e 4 cm de altura, denominada "gate insert".

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (texto da posição 84.80 e Nota 2-b da Seção XVI), RGI 6 (texto das subposições 8480.7 e 8480.71), da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125/2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 8.950/2016, e alterações posteriores.

ÁLVARO A. DE VASCONCELOS LEITE RIBEIRO
Presidente da 1ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.068, DE 15 DE MARÇO DE 2018

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 8480.79.00 Mercadoria: Parte destinada a molde para plástico, para moldagem por sopro, constituída de aço, medindo 10,4 cm de diâmetro e 1,0 cm de altura, denominada "inserto do gargalo".

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (texto da posição 84.80 e Nota 2-b da Seção XVI), RGI 6 (texto das subposições 8480.7 e 8480.71), da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125/2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 8.950/2016, e alterações posteriores.

ÁLVARO A. DE VASCONCELOS LEITE RIBEIRO
Presidente da 1ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.069, DE 15 DE MARÇO DE 2018

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 8480.79.00 Mercadoria: Parte destinada a molde para plástico, para moldagem por sopro, constituída de aço ou alumínio, medindo 56 x 8 cm, denominada "base (fundo)".

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (texto da posição 84.80 e Nota 2-b da Seção XVI), RGI 6 (texto das subposições 8480.7 e 8480.71), da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125/2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 8.950/2016, e alterações posteriores.

ÁLVARO A. DE VASCONCELOS LEITE RIBEIRO
Presidente da 1ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.070, DE 15 DE MARÇO DE 2018

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 8480.71.00 Mercadoria: Parte destinada a molde para plástico, para moldagem por injeção, constituída de aço, medindo 7 cm de diâmetro e 6,3 cm de altura, denominada "bucha extratora".

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (texto da posição 84.80 e Nota 2-b da Seção XVI), RGI 6 (texto das subposições 8480.7 e 8480.71), da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125/2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 8.950/2016, e alterações posteriores.

ÁLVARO A. DE VASCONCELOS LEITE RIBEIRO
Presidente da 1ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.071, DE 15 DE MARÇO DE 2018

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 8480.71.00 Mercadoria: Parte destinada a molde para plástico, para moldagem por injeção, constituída de aço, medindo 8 cm de diâmetro e 5,6 cm de altura, denominada "cavidade".

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800083

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (texto da posição 84.80 e Nota 2-b da Seção XVI), RGI 6 (texto das subposições 8480.7 e 8480.71), da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125/2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 8.950/2016, e alterações posteriores.

ÁLVARO A. DE VASCONCELOS LEITE RIBEIRO
Presidente da 1ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.072, DE 15 DE MARÇO DE 2018

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias
EMENTA: Código NCM: 8480.79.00 Mercadoria: Parte destinada a molde para plástico, para moldagem por sopro, constituída de aço ou alumínio, medindo 56 x 26,6 x 8,1 cm, denominada "bloco do molde".
DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (texto da posição 84.80 e Nota 2-b da Seção XVI), RGI 6 (texto das subposições 8480.7 e 8480.71), da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125/2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 8.950/2016, e alterações posteriores.

ÁLVARO A. DE VASCONCELOS LEITE RIBEIRO
Presidente da 1ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.074, DE 16 DE MARÇO DE 2018

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias
EMENTA: Código NCM: 1806.10.00 Mercadoria: Cacau em pó, com adição de açúcar e lecitina de soja, mesmo aromatizado com baunilha, acondicionado em embalagens plásticas com peso líquido de 200 g, 500 g ou 1 kg, denominado comercialmente "Chocolate em pó solúvel".
DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (Notas 1 e 2 do Capítulo 18 e o texto da posição 18.06) e RGI 6 (texto da subposição 1806.10) constantes da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto n.º 8.950, de 2016, e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992 e atualizadas pela IN RFB nº 1.788, de 2018.

CARLOS HUMBERTO STECKEL
Presidente da 2ª Turma

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 1ª REGIÃO FISCAL

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASÍLIA-PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 27, DE 23 DE MARÇO DE 2018

O DELEGADO ADJUNTO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASILIA - PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK, no uso de suas atribuições e de acordo com a competência conferida pelo art. 11, § 3º da Instrução Normativa SRF nº 338, de 7 de julho de 2003, atendendo ao que consta do processo nº 10111.720212/2018-41, e com fundamento no art. 131 combinado com o art. 124 do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº 6.759, de 05/02/2009, declara:

Face à dispensa do pagamento de tributos, por efeito de depreciação, e após a publicação do presente ato no Diário Oficial da União, acha-se liberado, para fins de transferência, o veículo marca Honda, modelo Odyssey EX-L, ano 2008, cor prata, chassi 5FNRL38759B021202, desembaraçada pela Declaração de Importação nº 14/1998326-3, de 16/10/2014, pela Alfândega no Porto do Rio de Janeiro, de propriedade do Sr. Andrew Cook Gately, CPF nº 706.476.061-43.

Este Ato Declaratório somente produzirá efeitos perante o Departamento de Trânsito quando acompanhado de cópia da sua publicação no Diário Oficial da União.

LUIS EMILIO VINUEZA MARTINS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 29, DE 23 DE MARÇO DE 2018

O DELEGADO ADJUNTO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASILIA - PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK, no uso de suas atribuições e de acordo com a competência conferida pelo art. 11, § 3º da Instrução Normativa SRF nº 338, de 7 de julho de 2003, atendendo ao que consta do processo nº 10111.720220/2018-97 e com fundamento no art. 131 combinado com o art. 124 do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº 6.759, de 05/02/2009, declara:

Face à dispensa do pagamento de tributos, por efeito de depreciação, e após a publicação do presente ato no Diário Oficial da União, acha-se liberado, para fins de transferência, o veículo marca Audi, modelo A3 Cabriolet, ano 2014, cor cinza, chassi WAU6CM8V3F1088373, desembaraçada pela Declaração de Importação nº 15/0295244-2, de 13/02/2015, pela Alfândega no Porto Vitória, de propriedade do Sr. Abdullah H.J.M. Alharbi, CPF nº 085.371.251-48.

Este Ato Declaratório somente produzirá efeitos perante o Departamento de Trânsito quando acompanhado de cópia da sua publicação no Diário Oficial da União.

LUIS EMILIO VINUEZA MARTINS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CUIABÁ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 32, DE 19 DE MARÇO DE 2018

Aplica a pena de perdimento de mercadorias objeto do processo que especifica.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CUIABÁ-MT, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do artigo 336 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430 de 09 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto nos artigos 23 a 27 do Decreto-Lei nº 1.455 de 7 de abril de 1976, suas alterações e regulamentos, resolve:

Art. 1º Considerar findo administrativamente o processo 14108.720089/2016-14.

Art. 2º Aplicar a pena de perdimento às mercadorias objeto do mesmo processo tornando-as disponíveis para destinação na forma da legislação vigente.

OLDESIO SILVA ANHESINI

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 3ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FORTALEZA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 15, DE 26 DE MARÇO DE 2018

Reconhecimento do benefício de redução do imposto de renda e adicionais não restituíveis calculados com base no lucro da exploração.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FORTALEZA - CE, no uso das atribuições que lhe conferem o §7º do art. 270, atividade "de benefícios fiscais", c/c com o inciso VIII do art. 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil- RFB, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no DOU de 11.10.2017, seção 1, página 22, e de acordo com os arts. 59 e 60 da Instrução Normativa SRF nº 267 de 23 de dezembro de 2002, e considerando, ainda, o contido no processo nº 10380.720.719/2015-81, declara:

Art. 1º Que a empresa SOFTIUM INFORMATICA LTDA, CNPJ: 01.171.589/0001-53, com domicílio fiscal R Dona Leopoldina, 1242, Sala 107 e 108, Centro, FORTALEZA-CE, CEP: 60110-001, faz jus à redução do imposto de renda, e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, relativamente ao empreendimento de que trata o Laudo Constitutivo nº 0211/2014, expedido pelo Ministério da Integração Nacional, na forma a seguir discriminada:

I - Pessoa Jurídica beneficiária da redução: SOFTIUM INFORMATICA LTDA;

II - CNPJ da unidade produtiva: 01.171.589/0001-53;

III - Endereço da Unidade Produtora: R Dona Leopoldina, 1242, Sala 107 e 108, Centro;

IV - Fundamento legal para reconhecimento do direito: art. 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, com nova redação dada pelo art. 32 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, em conformidade com o estabelecido no Decreto nº 4.213, de 26 de abril de 2002;

V - Condição onerosa atendida: Modernização Total do empreendimento na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE;

VI - Setor prioritário considerado: Informática, Decreto 4.213, art. 2º, inciso VII;

VII - Atividade objeto da redução: Fabricação de Software;

VIII - Capacidade Incentivada (anual): Indeterminada;

IX - Percentual de redução do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis: 75%

(setenta e cinco por cento);

X - Início do prazo de fruição do benefício: 01/01/2014;

XI - Prazo total de fruição: 10 anos;

XII - Término do prazo de fruição do benefício:31/12/2023.

Art. 2º A fruição do benefício fica submetida ao cumprimento pela empresa das exigências relacionadas no Laudo Constitutivo nº 0211/2014, Anexo I, bem assim, das obrigações constantes do Anexo II e das demais normas regulamentares.

Art. 3º Publique-se no Diário Oficial da União e Cientifique-se a interessada do presente ADE.

CLÁUDIO HENRIQUE GOMES DE OLIVEIRA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 4ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NATAL

SEÇÃO DE ORIENTAÇÃO E ANÁLISE TRIBUTÁRIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 2, DE 20 DE MARÇO DE 2018

Reconhece Direito ao Benefício de Redução do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e Adicionais Não Restituíveis calculados com base no Lucro da Exploração.

O CHEFE DA SEÇÃO DE ORIENTAÇÃO E ANÁLISE TRIBUTÁRIA, DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE NATAL/RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos II e VIII, do art. 4º, da Portaria DRF/Natal nº 92, de 29 de agosto de 2012, publicada no DOU de 31 de agosto de 2012; tendo em vista o disposto no art. 60, caput, da Instrução Normativa SRF nº 267, de 23 de dezembro de 2002, e considerando, ainda, o contido no processo nº 10469.726552/2017-54, declara:

Art. 1º RECONHECER o direito da pessoa jurídica GUARARAPES CONFECÇÕES S/A, CNPJ nº 08.402.943/0001-52, à redução do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica e adicionais não restituíveis,

calculados com base no lucro da exploração, relativamente ao empreendimento de que trata o Laudo Constitutivo nº 0127/2017, expedido pelo Ministério da Integração Nacional - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, na forma a seguir discriminada:

I - CNPJ da Unidade Produtora: 08.402.943/0014-77;

II - Endereço da Unidade Produtora: Av. Sargento Hermínio, 4760 a 5100, Antônio Bezerra,

Fortaleza/CE;

III - Fundamentação Legal para o reconhecimento do direito: art. 1º da Medida Provisória nº 2.199-

14, de 24 de agosto de 2001, Decreto nº 4.213, de 26 de abril de 2002 e Decreto nº 6.539, de 18 de

agosto de 2008;

IV - Condição Onerosa Atendida: modernização total de empreendimento na área de atuação da

Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE;

V - Percentual de Redução do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis: 75%.

Art 2º Os produtos/serviços objeto do benefício fiscal são os relacionados no ANEXO deste Ato Declaratório.

Art. 3º A fruição do benefício fica submetida ao cumprimento pela empresa das exigências relacionadas no Laudo Constitutivo nº 0127/2017, bem assim, das demais normas regulamentares.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MANOEL ALENCAR DOS SANTOS

ANEXO

PRODUTOS/SERVIÇOS OBJETO DO BENEFÍCIO FISCAL			
1 - Jeans, sarja e camisaria			
Capacidade instalada atual	12.600.000 peça/ano		
Capacidade incentivada	100% da capacidade instalada		
Descrição da atividade	Produção de itens de vestuário		
Enquadramento do setor prioritário	Indústria de Transformação - Artigos de Vestuário (Decreto 4.213, art. 2º, inciso VI, alínea a)		
Ano em que entrou em operação	2014	Prazo de vigência do benefício	10 anos
Período de fruição (ano calendário)	01/01/2017 a 31/12/2026		

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 5ª REGIÃO FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 2, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 5ª REGIÃO FISCAL, no uso da competência estabelecida nos artigos 5º e 15 da IN SRF nº 85, de 11 de outubro de 2001, e em vista do que consta nos autos do Processo nº 10580.002845/2001-07 e no Parecer SEFAZ/BA nº 11.438/2017, resolve:

Excluir do regime especial de que trata o ADE nº 22, de 15 de agosto de 2001, o seguinte estabelecimento:

VISTEON SISTEMAS AUTOMOTIVOS LTDA, CNPJ n° 03.509.521/0002-48

FRANCISCO LESSA RIBEIRO JÚNIOR

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800084

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ARACAJU

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 1, DE 26 DE MARÇO DE 2018

Exclusão de pessoa jurídica do Regime Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) de que trata a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ARACAJU(SE), no uso das atribuições que lhe conferem os incisos II e VIII do art. 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, publicada no Diário Oficial da União em 11 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto no art. 33 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e no art. 75 da Resolução Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN) nº 94, de 29 de novembro de 2011, declara:

Art. 1º Fica excluída, de ofício, do Regime Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) a pessoa jurídica SAMBARYNHO COMÉRCIO DE CALÇADOS E ACESSÓRIOS LTDA - ME, CNPJ nº 12.012.287/0001-59, por incorrer em hipótese de vedação para ingresso no aludido Regime Tributário, uma vez que foi constatada a participação em seu capital social de pessoa física que figura como sócio de outra empresa que também usufrui do mesmo tratamento jurídico diferenciado e considerando que a receita bruta global ultrapassou o limite legal previsto para permanência, consoante art. 3º, inciso II e § 4º, inciso III, art. 30, inciso II e § 1º, inciso II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, e, ainda, por ter sido verificada a falta de comunicação de exclusão obrigatória, a teor do art. 29, inciso I, do referido Diploma Legal, observados os termos do Despacho Decisório DRF/AJU nº 49/2018 e os demais documentos constantes do processo administrativo nº 10510.721738/2016-83.

Art. 2º Os efeitos da exclusão dar-se-ão a partir do dia 1º de agosto de 2011, mês subseqüente ao do excesso da receita bruta, para o período de opção de 01/01/2011 a 31/12/2015, e a partir de 1º de janeiro de 2016, para o período de opção iniciado nessa mesma data (01/01/2016), de acordo com o disposto pelo art. 73, inciso II, alínea "c", e art. 76, incisos I e III, alínea "a", da Resolução CGSN nº 94, de 2011, observada a disposição constante do art. 31, inciso II, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

Art. 3º A pessoa jurídica poderá apresentar manifestação de inconformidade contra a presente exclusão, no prazo de trinta dias, contado da data de ciência deste Ato Declaratório Executivo, dirigida à Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento em Salvador/BA, nos termos do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, e conforme dispõe o art. 39 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

Art. 4º Não havendo apresentação de manifestação de inconformidade no prazo previsto no artigo anterior, a exclusão do Simples Nacional tornar-se-á definitiva.

MARLTON CALDAS DE SOUZA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 2, DE 26 DE MARÇO DE 2018

Exclusão de pessoa jurídica do Regime Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) de que trata a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ARACAJU(SE), no uso das atribuições que lhe conferem os incisos II e VIII do art. 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, publicada no Diário Oficial da União em 11 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto no art. 33 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e no art. 75 da Resolução Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN) nº 94, de 29 de novembro de 2011, declara:

Art. 1º Fica excluída, de ofício, do Regime Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) a pessoa jurídica SAMBARY COMÉRCIO DE CALÇADOS E ACESSÓRIOS LTDA - ME, CNPJ nº 12.012.083/0001-18, por incorrer em hipótese de vedação para ingresso no aludido Regime Tributário, uma vez que foi constatada a participação em seu capital social de pessoa física que figura como sócio de outra empresa que também usufrui do mesmo tratamento jurídico diferenciado e considerando que a receita bruta global ultrapassou o limite legal previsto para permanência, consoante art. 3º, inciso II e § 4º, inciso III, art. 30, inciso II e § 1º, inciso II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, e, ainda, por ter sido verificada a falta de comunicação de exclusão obrigatória, a teor do art. 29, inciso I, do referido Diploma Legal, observados os termos do Despacho Decisório DRF/AJU nº 50/2018 e os demais documentos constantes do processo administrativo nº 10510.721739/2016-28.

Art. 2º Os efeitos da exclusão dar-se-ão a partir do dia 1º de agosto de 2011, mês subseqüente ao do excesso da receita bruta, para o período de opção de 01/01/2011 a 31/12/2015, e a partir de 1º de janeiro de 2016, para o período de opção iniciado nessa mesma data (01/01/2016), de acordo com o disposto pelo art. 73, inciso II, alínea "c", e art. 76, incisos I e III, alínea "a", da Resolução CGSN nº 94, de 2011, observada a disposição constante do art. 31, inciso II, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

Art. 3º A pessoa jurídica poderá apresentar manifestação de inconformidade contra a presente exclusão, no prazo de trinta dias, contado da data de ciência deste Ato Declaratório Executivo, dirigida à Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento em Salvador/BA, nos termos do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, e conforme dispõe o art. 39 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

Art. 4º Não havendo apresentação de manifestação de inconformidade no prazo previsto no artigo anterior, a exclusão do Simples Nacional tornar-se-á definitiva.

MARLTON CALDAS DE SOUZA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 6ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE

PORTARIA Nº 16, DE 1º DE MARÇO DE 2018

Exclui pessoa jurídica do REFIS

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE/MG, tendo em vista a competência delegada pela Resolução do Comitê Gestor do REFIS nº 37, de 31 de agosto de 2011, por sua vez constituído pela Portaria Interministerial MF/MPAS nº 21, de 31 de janeiro de 2000, no uso da competência estabelecida no § 1º do art. 1º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, e no inciso IV do art. 2º do Decreto nº 3.431, de 24 de abril de 2000, tendo em vista o disposto no inciso XIV do art. 79 da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, resolve:

Art. 1º Excluir a pessoa jurídica COMERCIAL INFORMATICA LTDA., CNPJ: 71.256.136/0001-60, do Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, de acordo com o inciso XI do art. 5º da Lei 9.964/2000: "Suspensão de suas atividades", conforme registrado no processo administrativo n° 10695.001326/2017-93.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MAURO LUIZ DE OLIVEIRA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM GOVERNADOR VALADARES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 4, DE 16 DE MARÇO DE 2018.

Habilita pessoa jurídica ao Programa Mais Leite Saudável instituído pelo Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM GOVERNADOR VALADARES-MG, em observância ao disposto no art. 16 da Instrução Normativa RFB nº 1.590, de 5 de novembro de 2015, tendo em vista o disposto no Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015, e considerando o que consta do e-dossiê nº 10010.033868/0817-81, declara:

Art. 1º- Habilitada a pessoa jurídica abaixo identificada no Programa Mais Leite Saudável, instituído pelo Decreto nº 8.533/2015.

Nome Empresarial: COOPERATIVA MISTA DOS PRODUTORES RURAIS DE CONSELHEIRO PENA LTDA.
CNPJ: 19.767.078/0001-64
Edital de Aprovação de Projeto emitido pela Secretaria de Mobilidade Social, do Produtor Rural e Cooperativismo, subordinada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, publicado no DOU Nº 142, de 26 de julho de 2017, seção 3, pág. 5.
Período de vigência do Projeto: 29/12/2016 a 31/11/2019.

Art. 2º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

WELINGTON OLIVEIRA SOARES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 5, DE 21 DE MARÇO DE 2018

Concede, à pessoa jurídica que menciona, co-habilitação para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI) de que trata a Instrução Normativa SRF nº 758/.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM GOVERNADOR VALADARES/MG, no uso da atribuição que lhe conferem os incisos II e III do artigo 340, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430/2017, e com base no art. 4º do Decreto nº 6.144 de 03 de julho de 2007, e no art. 11 da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, e tendo em vista o que consta do processo administrativo n° 13631.720054/2018-48, declara:

Art. 1º Co-habilitada a empresa abaixo identificada a operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144/2007, consoante o disposto no artigo 11 da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, publicada no D.O.U. de 27 de julho de 2007, considerando sua contratação pela empresa EDP TRANSMISSÃO S.A, inscrita no CNPJ sob o n°04.705.039/0001-65, para execução do projeto abaixo nominado, já habilitado do REIDE por meio do ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO N° 110, DE 6 DE OUTUBRO DE 2017, publicado no DOU nº 196, página 78, de 11 de outubro de 2017, emitido pela DRF/Vitória.

Nome empresarial: ENGELMIG ELÉTRICA LTDA

Nº Inscrição no CNPJ: 21.066.139/0001-08.

Matrícula CEI Nº: 512417293978.

Projeto: Transmissão de Energia Elétrica, relativo ao Lote 24 do Leilão nº 13/2015 - ANEEL - Segunda Etapa.

Ato de aprovação do projeto: Portaria Nº 191, de 04 de julho 2017, do Ministério de Minas e Energia, (DOU de 06/07/2017, Seção 1, nº 128).

Setor favorecido: Energia: a) geração, cogeração, transmissão e distribuição de energia elétrica.

Prazo de execução: Prazo estimado de 698 dias (09/02/2017 a 07/01/2019).

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de publicação.

WELINGTON OLIVEIRA SOARES

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUIZ DE FORA

SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 2, DE 26 DE MARÇO DE 2018

Atualiza as capacidades dos recipientes, relativo ao Registro Especial nº 06104/112.

O CHEFE DA SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUIZ DE FORA-MG, por delegação de competência conferida através do artigo 5º da Portaria DRF/JFA/MG nº 59, de 14 de junho de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 19 de junho de 2012, e tendo em vista o disposto no art. 3º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, e de acordo com o processo administrativo nº 10640.001469/2009-21, declara:

Art. 1º - O estabelecimento da empresa E M D CASTRO FURTADO - ME, CNPJ 08.208.376/0001-06, situado na Fazenda São Luiz, s/nº, Zona Rural, Distrito de Taruaçu, São João Nepomuceno - MG, está inscrito no Registro Especial sob o nº 06104/111 e 06104/112, como produtor e engarrafador, conforme Atos Declaratórios Executivos nº 56 e 57, ambos de 24 de junho de 2009, da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Juiz de Fora - MG.

Art. 2º - O estabelecimento supra citado está autorizado a produzir, engarrafar e comercializar os produtos abaixo discriminados:

MARCA COMERCIAL	CAPACIDADE DO RECIPIENTE (ml)
KAYANA	600 e 1000
TARUANA OURO (Toneis de Castanheira)	50, 160 e 700
TARUANA PRATA (Toneis de Jequitibá Rosa)	50, 160 e 700

Art. 3º - A presente autorização poderá ser cancelada a qualquer tempo em caso de inobservância, pela beneficiária, de qualquer dos requisitos que condicionaram a concessão do Registro Especial.

Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

DIOGO RAMALHO VASCONCELOS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MONTES CLAROS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 3, DE 26 DE MARÇO DE 2018

Concede inscrição no Registro Especial de Bebidas - IPI para empresa que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MONTES CLAROS, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos II e III do art. 340 e o art. 270 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto no art. o disposto na Instrução Normativa RFB nº 1432, de 26 de dezembro de 2013, e ainda o que consta do processo administrativo fiscal nº 10670.720.482/2018-16, declara:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800085

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 1º INSCRITA no Registro Especial sob o nº 06108/00001/2018 a empresa CACHAÇA TAIÓ INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, CNPJ nº 24.678.295/0001-18, não alcançando este registro qualquer outro estabelecimento da mesma empresa. A referida empresa exerce as atividades de engarrafadora do produto Cachaça, Marca Cachaça Taió, código TIPI 2208.40.00, marca comercial que será vendida em recipientes de 670 ml, 500 ml, 275 ml, 375 ml, 700 ml, 600 ml, 160 ml.

Art. 2º O estabelecimento interessado deverá cumprir as obrigações citadas na Instrução Normativa RFB nº 1432, de 26 de dezembro de 2013, sob pena de cancelamento desta inscrição.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FILIPE ARAÚJO FLORENCIO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 7ª REGIÃO FISCAL

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE VITÓRIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 1, DE 27 DE MARÇO DE 2018

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO PORTO DE VITÓRIA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministro da Fazenda nº 430, de 09 de outubro de 2017 e de acordo com o disposto nos artigos 135 e 199 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966; na Lei nº 5.614, de 05 de outubro de 1970; no art. 2º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990; no inciso II do art. 37 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995; na Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002; no Convênio ICMS nº 8, de 22 de março de 1996; no art. 60 da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002 e de acordo com o que disciplina a Instrução Normativa RFB nº 1.634/2016, em seu artigo 40, Inciso III e considerando o que consta no processo administrativo nº 10783.723058/2011-80, declara:

Art. 1º INAPTA a inscrição nº 07.717.814/0001-90 no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ da empresa EASY SERVIÇOS E COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIP LTDA, por se enquadrar na situação prevista no artigo 40, Inciso III da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016, a partir de 26/05/2011, obedecendo ao disposto no artigo 43, §§ 2º e 3º da citada Instrução Normativa.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FABRICIO BETTO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VITÓRIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 6, DE 26 DE MARÇO DE 2018

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VITÓRIA, Estado do Espírito Santo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, e ainda, considerando os autos de processo administrativo nº 10783.720159/2018-75, resolve:

Art. 1º - DECLARAR NULO o CNPJ 27.990.927/0001-72, da pessoa jurídica denominada TELMAR BATISTA DE MEDEIROS, por indício de ocorrência de irregularidade no ato de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, nos termos do item II, § 1º e 2º do artigo 35, da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Art. 2º O presente Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ ANTONIO BOSSER

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BAURU

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 8, DE 26 DE MARÇO DE 2018

Concede à pessoa jurídica habilitação para operar no Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras (RECAP).

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BAURU/SP, com fundamento no artigo 340, inciso III da Portaria MF n° 430 de 09 de outubro de 2017, bem como no artigo 10 da Instrução Normativa SRF n° 605/2006, resolve:

Habilitar a empresa indicada abaixo ao Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras (RECAP), com efeitos a partir da data de publicação deste ADE no Diário Oficial da União (DOU).

PROCESSO: 10825.723430/2017-18

LWARCEL CELULOSE LTDA.

CNPJ: 53.943.098/0001-87

LUIZ CARLOS APARECIDO ANÉZIO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 9ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BLUMENAU

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 9, DE 26 DE MARÇO DE 2018

Cancela o Registro Especial para operação com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BLUMENAU/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 224, c/c o inciso IX do artigo 302 e o inciso VI do artigo 314 do Anexo aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de Maio de 2012, publicada no DOU de 17 de Maio de 2012, e considerando o disposto na alínea "d" do inciso VI do artigo 150 da Constituição Federal de 1988, e artigos 1º e 2º da Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, e Instrução Normativa RFB nº 976, de 7 de dezembro de 2009 e suas alterações, declara:

Art. 1º - Cancelada, a pedido, a inscrição no Registro Especial de Papel Imune - nº GP-09204/0055 (Gráfica - GP), deferida no ADE nº 59/2011 de 17/06/2011, do estabelecimento GRÁFICA E EDITORA MORAES LTDA, inscrito no CNPJ sob o nº 02.278.531/0001-76, com endereço na Rua Caiçara, nº 116 - Térreo - Bairro Garcia - Blumenau/SC - CEP: 89. 022-290, conforme solicitação do requerente, contida na folha 77 do Processo de nº 13971.001465/2001-31.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL CARLOS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CASCAVEL

SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 16, DE 27 DE MARÇO DE 2018

Declara Nulidade de Ato Alterador no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica.

O CHEFE DA SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CASCAVEL - PR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts. 270 e 284 do Regimento Interno da RFB, aprovado pela Portaria MF nº 430 de 09 de outubro de 2017 (DOU de 11/10/2017), delegada nos termos do art. 5º da Portaria DRF/CVL/PR nº 33, de 07/07/2016 (DOU de 13/07/2016), e tendo em vista o disposto nos artigos 35, parágrafo 1º da Instrução Normativa RFB nº 1.634 de 06 de maio de 2016, em face ao constante no processo administrativo nº 10935.725177/2017-81, resolve:

Art. 1º Declarar nulas por vício as alterações no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ nº 08.432.129/0001-80, CENTRAL VEICULOS LTDA - ME promovidas pela Primeira Alteração Contratual registrada na Junta Comercial do Paraná - JUCEPAR em 14/10/2008 conforme previsto no artigo 35, caput, inciso II e parágrafos 1º e 2º da Instrução Normativa RFB nº 1.634 de 06 de maio de 2016.

Art. 2º O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos a 14/10/2008, termo inicial de vigência do ato alterador declarado nulo.

ALI MOHAMAD JAHA

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE PARANAGUÁ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 4, DE 23 DE MARÇO DE 2018

Declara inapta inscrição, no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), de pessoa jurídica.

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO PORTO DE PARANAGUÁ, tendo em vista o disposto no artigo 37, inciso III, artigo 40, inciso III, artigo 43, parágrafo 2º, e artigo 47, parágrafo 3º, inciso II, da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016, que regulamentam o art. 81, § 1º, da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e, ainda, considerando os documentos constantes processo administrativo nº 10907.720680/2017-88, declara:

Art. 1° Inapta a inscrição CNPJ nº 08.841.004/0001-04 no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) da empresa SONGHE TOOLS - COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA, por falta de comprovação da origem dos recursos empregados em operações de comércio exterior.

Art. 2° Os documentos emitidos pela empresa são considerados inidôneos desde janeiro de 2016.

Art. 3° Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

GERSON ZANETTI FAUCZ

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 10ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAXIAS DO SUL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 11, DE 27 DE MARÇO DE 2018

Exclui pessoas jurídicas do Parcelamento Especial (Paes), de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

O AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL abaixo identificado, em exercício na DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAXIAS DO SUL - RS, no uso da competência delegada pela Portaria DRF/CXL nº 43, de 16 de julho de 2012, publicada no DOU de 17 de julho de 2012, e tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, no art. 12 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, nos arts. 9º a 17 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004, e na Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 4, de 20 de setembro de 2004, declara:

Art. 1º Ficam excluídos do Parcelamento Especial (Paes) de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, de acordo com seu art. 7º, os sujeitos passivos relacionados no Anexo Único a este Ato Declaratório Executivo (ADE), tendo em vista que foi constatada a ocorrência de três meses consecutivos ou seis alternados sem recolhimento das parcelas do Paes e/ou inadimplência nos tributos com vencimento posterior a 28 de fevereiro de 2003.

Art. 2º O detalhamento do motivo da exclusão poderá ser obtido mediante consulta à página da Receita Federal do Brasil (RFB) na internet, no endereço <www.receita.fazenda.gov.br>, com a utilização da Senha Paes.

Art. 3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contado da data de publicação deste Ato Declaratório Executivo, apresentar recurso administrativo dirigido ao Delegado da Receita Federal do Brasil em Caxias do Sul, na Rua Desembargador Armando Azambuja, nº 150, Bairro Rio Branco, Caxias do Sul - RS, CEP: 95010-902.

Art. 4º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º, a exclusão do Paes será definitiva.

Art. 5º Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ MACKE ROESE

ANEXO ÚNICO

Relação dos CNPJs e CPFs dos sujeitos passivos excluídos do Parcelamento Especial (Paes):

72.559.792/0001-40	87.836.128/0001-78	91.979.179/0001-26

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

DIRETORIA DE LICENCIAMENTO

PORTARIA Nº 221, DE 19 DE MARÇO DE 2018

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I, alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo SEI nº 44011.008140/2017-29 e Juntada 0106915, resolve:

Art. 1º Aprovar o convênio de adesão das empresas Banco Itaú BBA S/A., CNPJ nº 17.298.092/0001-30, dentre outras, na condição de patrocinadoras do Plano de Aposentadoria Suplementar Citibank, CNPB nº 1985.0016-83, e a entidade Citiprevi - Entidade Fechada de Previdência Complementar.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800086

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 241, DE 22 DE MARÇO DE 2018

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001 e art. 22, inciso I, alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.000808/2018-71 e Documento SEI nº 0105136, resolve:

Art. 1º Aprovar as alterações propostas ao regulamento do Plano de Benefícios CEMAT - OP, CNPB nº 1998.0067-19, administrado pela ENERGISAPREV - Fundação Energisa de Previdência.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

PORTARIA Nº 242, DE 22 DE MARÇO DE 2018

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001 e art. 22, inciso I, alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.000879/2018-73 e Documento SEI nº 0104528, resolve:

Art. 1º Aprovar as alterações propostas ao regulamento do Plano de Benefícios R, CNPB nº 2006.0066-65, administrado pela ENERGISAPREV - Fundação Energisa de Previdência.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

PORTARIA Nº 249, DE 26 DE MARÇO DE 2018

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo SEI nº 44011.004528/2017-51 e Juntada nº 0106500, e, ainda, o disposto no parágrafo único do art. 3º da Instrução Previc nº 33, de 1º de novembro de 2016, resolve:

Aprovar, com vigência a partir da emissão do protocolo pelo sistema informatizado da Previc, o convênio de adesão celebrado entre a empresa Vale Cubatão Fertilizantes Ltda., CNPJ nº 11.403.023/0001-63, na condição de patrocinadora do Plano de Benefícios Vale Mais - CNPB nº 1999.0052-11, e a entidade Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - VALIA.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

PORTARIA Nº 250, DE 26 DE MARÇO DE 2018

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I, alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo SEI nº 44011.008150/2017-64 e Juntada nº 0106809, resolve:

Art. 1º Aprovar o 1º termo aditivo ao convênio de adesão da empresa ACCS Administradora e Corretora de Seguros Ltda., CNPJ nº 63.058.648/0001-39, dentre outras, na condição de patrocinadoras do Plano de Aposentadoria Citibank, CNPB nº 1985.0015-19, e a entidade Citiprevi - Entidade Fechada de Previdência Complementar.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

PORTARIA Nº 251, DE 26 DE MARÇO DE 2018

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I, alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo SEI nº 44011.004528/2017-51 e Juntada 0106832, resolve:

Art. 1º Aprovar o convênio de adesão das empresas Banco Itaú BBA S/A., CNPJ nº 17.298.092/0001-30, dentre outras, na condição de patrocinadoras do Plano de Aposentadoria Citibank, CNPB nº 1985.0015-19, e a entidade Citiprevi - Entidade Fechada de Previdência Complementar.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

PORTARIA Nº 253, DE 26 DE MARÇO DE 2018

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I, alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo SEI nº 44011.008141/2017-73 e Juntada 0106905, resolve:

Art. 1º Aprovar o 1º termo aditivo ao convênio de adesão da empresa ACCS Administradora e Corretora de Seguros Ltda., CNPJ nº 63.058.648/0001-39, dentre outras, na condição de patrocinadora do Plano de Aposentadoria Suplementar Citibank, CNPB nº 1985.0016-83, e a entidade Citiprevi - Entidade Fechada de Previdência Complementar.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

PORTARIA Nº 7.089, DE 26 DE MARÇO DE 2018

O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI, do art. 73, do Regimento Interno de que trata a Resolução CNSP nº 346, de 02 de maio de 2017, e o que consta do Processo Susep Nº 15414.617652/2017-40, resolve:

Art. 1º Prorrogar, por 90 (noventa) dias, o prazo estabelecido pelo Artigo 1°, da Portaria Susep nº 7019, de 24 de outubro de 2017, publicada no DOU de 29 de dezembro de 2017, pág. 85, seção 1.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO DOS SANTOS

DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS

PORTARIA Nº 839, DE 27 DE MARÇO 2018

O DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto na alínea a do artigo 36 do Decreto-Lei n 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susep 15414.604145/2018-27, resolve:

Art. 1º Aprovar a eleição de administrador de AIG SEGUROS BRASIL S.A., CNPJ n. 33.040.981/0001-50, com sede na cidade de São Paulo - SP, conforme deliberado na assembleia geral extraordinária realizada em 22 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO AUGUSTO CAMACHO ROCHA

PORTARIA Nº 840, DE 27 DE MARÇO DE 2018

O DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto na alínea a do artigo 36 do Decreto-Lei n 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susep 15414.607217/2018-98, resolve:

Art. 1º Aprovar a destituição e eleição de administradores de PREVIMIL VIDA E PREVIDÊNCIA S.A., CNPJ n. 95.619.003/0001-14, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, conforme deliberado na assembleia geral ordinária realizada em 16 de março de 2018.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO AUGUSTO CAMACHO ROCHA

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

GABINETE DO MINISTRO

RETIFICAÇÃO

No Art. 3º da Portaria Interministerial MDIC/MCTIC nº 10, de 10/01/2018, referente ao processo nº 52001.100377/2017-16, publicada no Diário Oficial da União de 12/01/2018, Seção 1, pág. 31,

Onde se lê:

Art. 3º Os circuitos integrados ou microchips tipo memória não volátil (utilizada na montagem das placas) deverão atender ao respectivo Processo Produtivo Básico, nos percentuais da produção, no ano calendário, conforme cronograma abaixo:

Leia-se:

Art. 3º As unidades de armazenamento de dados módulo SSD (Solid State Drive), utilizadas na montagem das placas, deverão atender ao respectivo Processo Produtivo Básico, nos percentuais da produção, no ano-calendário, conforme o seguinte cronograma:

RETIFICAÇÃO

No Art. 3º da Portaria Interministerial MDIC/MCTIC nº 11, de 10/01/2018, referente ao processo nº 52001.100377/2017-16, publicada no Diário Oficial da União de 12/01/2018, Seção 1, pág. 31,

Onde se lê:

Art. 3º Os circuitos integrados ou microchips tipo memória não volátil (utilizada na montagem das placas) deverão atender ao respectivo Processo Produtivo Básico, nos percentuais da produção, no ano calendário, conforme cronograma abaixo:

Leia-se:

Art. 3º As unidades de armazenamento de dados módulo SSD (Solid State Drive), utilizadas na montagem das placas, deverão atender ao respectivo Processo Produtivo Básico, nos percentuais da produção, no ano-calendário, conforme o seguinte cronograma:

Ministério da Integração Nacional

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 125, DE 26 DE MARÇO DE 2018

Autoriza a transferência de recursos ao Município de Lauro Muller/SC, para execução de ações de Defesa Civil.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição Federal, e o art. 45, inciso VIII, da Lei n. 13.502, de 1º de novembro de 2017, e tendo em vista o disposto na Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º Autorizar o repasse de recursos ao Município de Lauro Muller/SC, no valor de R$ 547.534,50 (quinhentos e quarenta e sete mil quinhentos e trinta e quatro reais e cinquenta centavos), para a execução de ações de recuperação, descritas no Plano de Trabalho integrante do processo n. 59053.000264/2017-47.

Art. 2º Os recursos necessários para a execução do objeto, a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no Orçamento Geral da União, para o Ministério da Integração Nacional, Notas de Empenho n. 2017NE000400 e n. 2018NE000087, Programa de Trabalho: 06.182.2040.22BO.0001; Natureza de Despesa: 4.4.40.42; Fonte: 0100; UG: 530012.

Art. 3º O Plano de Trabalho foi analisado e aprovado pela área técnica competente, com cronograma de desembolso previsto para liberação dos recursos em uma parcela nos termos do art. 14 da Portaria 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 4º A liberação dos recursos da União somente será efetuada após atendimento, pelo ente federado, do disposto no § 2º do art. 13 da Portaria MI n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 5º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 365 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 6º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada, exclusivamente, à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria e no Plano de Trabalho aprovado, devendo obedecer ao disposto no Decreto n. 7.983, de 8 de abril de 2013.

Art. 7º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias contados do término da vigência ou do último pagamento efetuado, quando este ocorrer em data anterior ao encerramento da vigência, nos termos do art. 21 da Portaria MI n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELDER BARBALHO

PORTARIA Nº 126, DE 26 DE MARÇO DE 2018

Autoriza a transferência de recursos ao Município de Rolante/RS, para execução de ações de Defesa Civil.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição Federal, e o art. 45, inciso VIII, da Lei n. 13.502, de 1º de novembro de 2017, e tendo em vista o disposto na Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º Autorizar o repasse de recursos ao Município de Rolante/RS, no valor de R$ 821.856,21 (oitocentos e vinte e um mil, oitocentos e cinquenta e seis reais e vinte e um centavos), para a execução de ações de recuperação, descritas no Plano de Trabalho integrante do processo n. 590007.000006/2017-16.

Art. 2º Os recursos necessários para a execução do objeto, a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no Orçamento Geral da União, para o Ministério da Integração Nacional, Notas de Empenho n. 2017NE000377 e 2018NE000085, Programa de Trabalho: 06.182.2040.22BO.0001; Natureza de Despesa: 4.4.40.42; Fonte: 0100; UG: 530012.

Art. 3º O Plano de Trabalho foi analisado e aprovado pela área técnica competente, com cronograma de desembolso previsto para liberação dos recursos em parcela única, nos termos do art. 14 da Portaria 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 4º A liberação dos recursos da União somente será efetuada após atendimento, pelo ente federado, do disposto no § 2º do art. 13 da Portaria MI n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 5º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 365 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 6º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada, exclusivamente, à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria e no Plano de Trabalho aprovado, devendo obedecer ao disposto no Decreto n. 7.983, de 8 de abril de 2013.

Art. 7º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias contados do término da vigência ou do último pagamento efetuado, quando este ocorrer em data anterior ao encerramento da vigência, nos termos do art. 21 da Portaria MI n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELDER BARBALHO

DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS

PORTARIA Nº 379, DE 23 DE AGOSTO DE 2017

Ata de Reuniao nº 6/2018

O Diretor-Geral do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, no uso de suas atribuições legais e por força de decisão da Diretoria Colegiada deste Departamento, em Reunião Extraordinária realizada no dia 15 de março de 2018, em conformidade com o Processo Administrativo nº 59400.000995/2018-86; resolve:

Aprovar a Tabela de Preços de Terra Nua, Benfeitorias e Cobertura do Ceará.

ANGELO JOSÉ DE NEGREIROS GUERRA

ANEXO

TABELA DE PREÇOS - TERRA NUA, BENFEITORIAS E COBERTURA VEGETAL.

MARÇO / 2018

N.º de Ordem UNID. PREÇOS

A) TERRA NUA R$ R$

1 SOLOS IRRIGAVEIS - Compreende terras com relevo plano, profundas, de granulometria variada, com ausência de pedregosidade/rochosidade ha 1.582,18 -

2 SOLOS NAO IRRIGAVEI S - Compreende terras rasas de relevo movimentado, com ocorrência de pedregosidade/rochosidade ha 504,60 -

3 TERRENO EM AREA URBANA - Distritos de Poty, Assis e Curral Velho m2 58,33 -

4 TERRENO EM AREA URBANA- Periferia da sede do município de Crateús m2 94,72 -

B) BENFEITORIAS

1 CASA DE TIJOLO BOM REGULAR

1.1 Rebocada, interna e externamente, pintada a cal ou hidracor, coberta de telha comum (c/mad. serrada), esquadrias de madeira da região, piso de cimento m2 280,26 140,13

1.2 Idem, idem, piso de tijolo m2 280,58 140,29

1.3 idem, idem, piso de barro m2 258,90 129,45

1.4 Idem, idem, rebocada interna ou externamente, piso de cimento. m2 243,57 121,78

1.5 ldem, idem piso de tijolo m2 243,89 121,94

1.6 ldem, idem, sem reboco, piso de cimento. m2 206,88 103,44

1.7 idem, idem, sem reboco, piso de tijolo m2 207,20 103,60

1.8 Idem 1.1 coberta com telha francesa, esquadria de m2 249,02 124,51,

1.9 Idem 1.7, sem reboco, piso de barro m2 180,95 90,48

1.10 Rebocada, interna e externamente, pintada a cal ou hidracor, coberta de telha comum(c/mad. da região), esquadrias de madeira, piso de cimento m2 207,50 103,75

1.11 Idem, idem, piso de tijolo m2 207,82 103,91

1.12 Idem, idem, piso de barro m2 186,13 93,07

1.13 Idem, idem, rebocada interna ou externamente, piso de cimento. m2 170,81 85,40

1.14 Idem, idem piso de tijolo m2 171,13 85,56

1.15 idem, idem, sem reboco, piso de cimento. m2 134,12 67,06

1.16 ldem, idem, sem reboco, piso de tijolo m2 134,44 67,22

1.17 idem 1.1 coberta com telha francesa, esquadria de ferro m2 176,26 88,13

1.18 Idem 1.15, sem reboco, piso de barro m2 108,19 54,09

2 CASA DE PEDRA

2.1 coberta com telha comum(c /mad. serrada),esquadria de madeira da região, piso em cimento m2 222,99 111,49

2.2 Idem,idem, piso tijolo m2 223,31 111,65

2.3 ldem,idem,piso terra batida m2 197,06 98,53

2.4 Coberta com telha comum(c /mad.da região),esquadria de madeira da região, piso cimento m2 150,22 75,11

2.5 Idem,idem, piso tijolo m2 150,54 75,27

2.6 ldem,idem,piso terra batida m2 124,29 62,15

3 CASA DE TAIPA

3.1 Rebocada, interna e externamente, pintada a cal ou hidracor,-coberta de telha comum(c/mad.região) e esquadrias com madeira da região, piso de cimento. m2 195,25 97,62

3.2 Idem, idem, piso de tijolo m2 195,57 97,79

3.3 Idem, idem, piso de barro batido. m2 179,86 89,93

3.4 Idem, idem, sem reboco com piso de cimento m2 129,47 64,90

3.5 Idem, idem, piso de tijolo m2 129,79 64,90

3.6 Idem, idem, piso de barro batido m2 114,09 57,04

3.7 Idem, idem, rebocada interna ou externamente, piso de barro batido m2 146,98 73,49

4 CASA COM PAREDE DE TRONCO DE CARNAUBA

4.1 coberta com telha comum(c/mad.região) e esquadrias com madeira da região piso em cimento m2 129,47 64,74

4.2 ldem, idem, piso de tijolo m2 129,79 64,90

4.3 idem, idem, piso de barro batido. m2 114,09 57,04

5 ALVENARIA

5.1 Alvenaria de tijolo(simples) com argamassa de cal e areia. m3 179,72 88,36

5.2 ldem, idem, com argamassa de cimento e areia. m3 175,89 87,94

5.3 Alvenaria de pedra com argamassa de cal e areia.

5.4 Idem, idem, com argamassa de cimento e areia. m3 138,40 69,20

5.5 Concreto simples. m3 180,22 90,11

5.6 Concreto armado (175 kg/m3) m3 966,49 483,24

5.7 Alvenaria de adôbe m3 70,34 35,17

6 PISO

6.1 Piso de tijolo. m2 26,25 13,12

6.2 Piso de cimento. m2 25,93 12,96

6.3 Piso de pedra rejuntada. m2 27,31 13,65

6.4 Piso de taco. m2 107,37 53,68

6.5 Piso de cerâmica. m2 41,94 20,97

6.6 Piso de mosaico m2 39,35 19,67

6.7 Piso ou revestimento de mármore. m2 146,84 73,42

6.8 Piso ou revestimento de granito m2 163,24 81,62

6.9 Piso em chão batido. m2 10,54 5,27

6.10 Piso de pedra seca. m2 23,54 11,77

6.11 Piso com base de concreto revestido com cimento m2 21,01 10,51

7 REBOCO

7.1 Reboco com argamassa de cal e areia. m2 15,59 7,79

7.2 Reboco com argamassa de cimento e areia. m2 15,01 7,50

7.3 Reboco com argamassa de barro batido m2 11,04 5,52

8 PINTURA

8.1 Pintura a cal ou hidracor. m2 8,50 4,25

8.2 Pintura a óleo. m2 16,32 8,16

8.3 Pintura latex m2 16,32 8,16

9 COBERTA

9.1 Coberta de telha comum. m2 41,39 20,70

9.2 Coberta de telha colonial. m2 44,03 22,02

9.3 Coberta de telha de amianto. m2 48,59 24,30

9.4 Coberta de telha p/casa de taipa m2 29,46 14,73

9.5 Coberta de telha de amianto tipo canalete. m2 89,90 44,95

9.6 Coberta de telha francesa m2 46,23 23,12

9.7 Coberta de telha de alumínio m2 75,89 37,95

10 INSTALAÇAO ELETRICA

10.1 Ponto Elétrico ponto 80,82 40,41

10.2 Centro de distribuição de energia unid. 178,02 89,01

10.3 Poste de cimento unid. 139,02 69,51

10.4 Linha de Baixa tensão (trifásica) m 29,07 14,53

10.5 Linha de Baixa tensão (bifásica) m 27,68 13,84

10.6 Linha de Baixa tensão (monofásica) m 22,20 11,10

10.7 Eletroduto rígido 3/ " L m 2,56 1,28

10.8 Eletroduto rígido 1" m 3,40 1,70

10.9 Quadro disjuntor und. 99,14 49,57

10.10 Quadro de medição und. 194,34 97,17

10.11 Haste de ferro para aterramento und. 9,52 4,76

11 INSTALAÇAO HIDRAULICA/SANITARIA

11.1 Ponto Hidráulico ponto 81,50 40,75

11.2 Chuveiro (plástico) und. 5,20 2,60

11.3 Chuveiro (metal) und. 60,50 30,25

11.4 Torneira inox. und. 35,12 17,56

11.5 Torneira especial ou chuveiro especial. und. 36,96 18,48

11.6 Torneira de plástico und. 7,46 3,73

11.7 Pia de granito (1,20 x 0,50)/cuba inox und. 368,97 184,48

11.8 Pia de mármore (1,6 x 0,50)/cuba inox unid 228,00 114,00

11.9 Pia de marmorite (1,5 x 0,65) und. 111,60 55,80

11.10 Pia de aço inoxidável (1,6 x 0,57) und. 150,80 75,40

11.111 Lavanderia em marmorite (1,1 x 0,60) l und. 111,60 55,80

11.12 Lavatório de louça und. 57,85 28,92

11.13 Bacia sanitária und. 88,64 44,32

11.14 Bacia sanitária de louça com caixa acoplada und. 191,76 95,88

11.15 Esgoto ponto 123,69 61,85

11.16 Pia de cimento (1,00 x 0,50) und. 52,00 26,00

11.17 Cuba de louça de sobrepor und. 116,72 58,36

11.18 Cuba de louca de embutir und. 45,95 22,98

11.19Bancada em mármore branco m2 144,34 72,17

11.20 Bancada em granito m2 183,32 91,66

12 OBRAS ESPECIAIS

12.1 Fossas e sumidouros m3 338,83 169,42

12.2 Cisterna de alvenaria m3 349,00 174,50

12.3 Anel de cimento (1,20 x 0,50) um 96,00 48,00

12.4 Cacimbão em alvenaria m3 62,80 31,40

12.5 Escavação em terra ordinária m3 9,81 4,91

12.6 Escavação em piçarra m3 20,38 10,19

12.7 Escavação em material de 3ª. Categoria m3 25,23 12,62

12.8 Aterro m3 17,53 8,76

12.9 Corte e aterro compensado para sistematização

12.10 com movimento de terra médio de 500 m3/ha m3 5,84 2,92

12.11 Acabamento de Sistematização ha 668,75 334,38

12.12 Barragem de terra m3 17,53 8,76

12.13 Barragem de alvenaria de tijolo com argamassa de cimento, cal e areia m3 388,71 194,35

12.14 Barragem de pedra com argamassa de cimento, cal e areia m3 256,09 128,04

12.15 Cocho ou cocheira de alvenaria m3 114,51 57,26

12.16 Mata-burro de trilho m2 567,16 283,58

12.17 Mata-burro de madeira m2 380,58 190,29

13 ESQUADRIAS

13.1 Porta ou janela trabalhada. m2 172,06 86,03

13.2 Basculante de ferro e vidro m2 257,14 128,57

133 Portão ou grade de ferro chato m2 181,38 90,69

13.4 Porta de enrolar em chapa de ferro m2 183,31 91,66

13.5 Esquadria de alumínio com vidro m2 257,35 128,67

13.6 Janela em veneziana fixa m2 102,40 51,20

13.7 Janela em veneziana móvel m2 128,00 64,00

13.8 Esquadria de ferro m2 86,88 43,44

13.9 Portão de alumínio m2 255,28 127,64

13.10 Portão chapa reforçada moldura tubo3" m2 232,32 116,16

13.11 Esquadria de zinco m2 73,60 36,80

13.12 Porteira de madeira serrada m2 92,06 46,03

13.13 Portão de madeira trabalhada m2 235,06 117,53

13.14 Portão misto madeira e arame m2 150,79 75,40

14 FORROS

14.1 Forro de PVC m2 28,80 14,40

14.2 Forro de PM m2 65,84 32,92

14.3 Forro de gesso m2 19,52 9,76

14.4 Forro de madeira m2 70,23 35,12

14.5 Forro ou laje de concreto m2 60,45 30,23

15 MATERIAIS DIVERSOS - SERVIÇO

15.1 Azulejo branco m2 40,53 20,26

15.2 Azulejo colorido ou decorado m2 48,64 24,32

15.3 Revestimento cerâmico m2 37,94 18,97

15.4 Combogó de cimento m2 39,82 19,91

15.5 Combogó de cerâmica m2 57,74 28,87

15.6 Combogó de louça m2 139,74 69,87

15.7 Combogó de vidro m2 384,47 192,24

15.8 Soleira em mármore 15 cm m 21,32 10,66

15.9 Soleira em granito 15 cm m 37,08 18,54

15.10|So!eira em marmorite 15 cm m 6,95 3,47

15.11 Peitoril em mármore 15 cm m 21,32 10,66

15.12 Peitoril em granito 15 cm m 37,08 18,54

15.13 Peitoril em marmorite 15 cm m 7,72 3,86

15.14 Cantoneira de aluminio m 13,59 6,80

15.15 Tubo Rosc. PVC 1" m 9,18 4,59

15.16 Tubo Roso. PVC 2" m 22,94 11,47

15.177Tubo Rosc. PVC 3" m 41,94 20,97

15.18 Tubo Rosc. PVC 4" m 51,74 25,87

15.19 Rodateto de gesso m 1,41 0,70

16 POÇOS

16.1 Poço profundo em revestimento de tubos geomecânico de 4" m 160,11 80,06

16.2 Poço profundo em revestimento de tubos geomecânico de 6" m 188,37 94,18

16.3 Poço profundo em revestimento de tubos geomecânico de 8" m 216,62 108,31

17 CERCAS

17.1 Cerca de madeira com 01 (um) fio de arame farpado m 4,92 2,46

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800088

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

17.2 Idem, idem, com 2 (dois) fio de arame farpado m 5,44 2,72
17.3 Idem, idem, com 3 (três) fios de arame farpado m 5,96 2,98
17.4 Idem, idem, com 4 (quatro) fios de arame farpado m 6,47 3,24
17.5 Idem, idem, com 5 (cinco) fios de arame farpado m 6,99 3,49
17.6 Idem, idem, com 6 (seis) fios de arame farpado m 7,51 3,75
17.7 Idem, idem, com 7 (sete) fios de arame farpado m 8,02 4,01
17.8 Idem, idem, com 8 (oito) fios de arame farpado m 8,54 4,27
17.9 Idem, idem, com 9 (nove) fios de arame farpado m 9,05 4,53
17.10 Idem, idem, com 10 (dez) fios de arame farpado m 9,57 4,79
17.11 Idem, idem, com 11 (onze) fios de arame farpado m 10,09 5,04
17.12 Idem, idem, com 12 (doze) fios de arame farpado m 10,60 5,30
17.13 Idem, idem, com 13 (treze) fios de arame farpado m 11,12 5,56
17.14 Idem, idem, com 14 (quatorze) fios de arame farpado
m 11,64 5,82
17.15 Idem, idem, com 15 (quinze) fios de arame farpado m 12,15 6,08
17.16 Cerca de pau a pique (estaca fina) com 01 fio de arame
m 7,66 3,83
17.17 Cerca de pau a pique (estaca fina) com 02 fio de arame
m 8,22 4,11
17.18 Cerca de pau a pique (estaca fina)-com 03in de arame
m 8,77 4,39
17.19 Cerca de pau a pique (estaca fina) com-04 fio de. Arame
m 9,33 4,67
17.20 Cerca de pau a pique (estaca fina) com 05 fio de arame
m 9,89 4,95
17.21 Cerca de estacote com 01 fio de arame m 12,29 6,14
17.22 idem, idem, com 02 fios de arame m 12,80 6,40
17.23 idem, idem, com 03 fios de arame m 13,32 6,66
17.24 idem, idem, com 04 fios de arame m, 13,84 6,92
17.25 Idem,.idem, com 05 fios de arame m 14,35 7,18
17.26 Idem, idem, com 06 fios de arame m 14,89 7,44
17.27 Idem, idem, com 07 fios de arame m 15,39 7,69
17.28 Cerca c/ rodapé de madeira, faxina ou vara trançada com 01 fio de arame m 5,49 2,74
17.29 Cerca c/ rodapé de madeira, faxina ou vara trançada sem fio de arame m 5,16 2,58
17.30 Idem, idem, idem, idem, com 02 fios de arame m 6,00 3,00
17.31 idem, idem, idem, idem, com 03 fios de arame m 6,52 3,26
17.32 idem, idem, idem idem, com 04 fios de arame m 7,04 3,52
17.33 Idem, idem, idem, idem, com 05 fios de arame m 7,55 3,78
17.34 Cerca de madeira serrada para curral m 77,66 38,83
17.35 Estaca de concreto reta (2,20m) und. 13,31 6,66
17.36 Estaca de concreto curva (2,50m) unid. 23,76 11,88
17.37 Cerca de estaca de concreto com 04 fios de arame
m 17,42 8,71
17.38 Cerca de estaca de concreto com 05 tios de arame
m 17,93 8,97
17.39 Cerca de estaca de concreto com 06 fios de arame
m 18,45 9,22
17.40 Cerca de estaca de concreto com 07 fios de arame
m 18,97 9,48
17.41 Cerca de estaca de concreto com 08 fios de arame
m 19,48 9,74
17.42 Cerca de estaca de concreto com 09 fios de arame
m 20,00 10,00
17.43 Cerca de estaca de concreto com 10 fios de arame
m 20,52 10,26
17.44 Cerca de estaca de concreto com 15 tios de arame
m 23,10 11,55
17.45 Cerca de estaca deconcreto curva com 09 fios de arame
m 30,65 15,33
17.46 Cerca de estaca de concreto curva com 15 fios de arame
m 33,75 16,88
17.47 Curral de madeira serrada m 77,66 38,83
17.48 Brete de madeira serrada m 294,01 147,00
17.49 Mourão de madeira unid. 13,60 6,80
17.50 Muro de alvenaria de adobe m2 70,34 35,17
17.51 Cerca de arame liso com 8 (oito) fios m 12,89 6,44
17.52 Cerca de arame liso com 7 (sete) fios m 11,72 5,86
17.53 Cerca de arame liso com 6 (seis) fios m 10,54 5,27
17.54 Cerca de arame liso com 5 (cinco) fios m 9,37 4,69
17.55Cerca de arame liso com 4 (quatro) fios m 8,20 4,10
17.56 Cerca de arame liso com 3 (três) fios m 7,03 3,51
17.57 Cerca de arame liso com 2 (dois) fios m 5,85 2,93
17.58 Cerca de madeira deitada (brauna) m 11,62 5,81
17.59 Cerca de tela de plástico m 2,88 1,44
17.60 Cerca de tela para galinheiro m 4,91 2,45
18 ARMAZEM, DEPÓSITO, GARAGEM
18.1 Rebocada, interna e externamente, pintada a cal ou hidracor, coberta de telha
comum(c/mad. serrada), esquadrias de madeira da região, piso de cimento m2 196,18 98,09
18.2 idem, idem, piso de tijolo m2 196,40 98,20
18.3 Idem, idem, piso de barro m2 181,23 90,61
18.4 ldem, idem, rebocada interna ou externamente, piso de cimento.
m2 170,50 85,25
18.5 Idem, idem piso de tijolo m2 170,72 85,36
18.6 Idem, idem, sem reboco, piso de cimento.
m2 144,82 72,41
18.7 Idem, idem, sem reboco, piso de tijolo
m2 145,04 72,52
18.8 Idem 1.1 coberta com telha francesa, esquadria de ferro
m2 174,32 87,16
18.9 Idem 1.7, sem reboco, piso de barro m2 126,67 63,33
18.10 Rebocada, interna e externamente, pintada a cal ou hidracor, coberta de telha comum(c/mad. da região), esquadrias de madeira, piso de cimento m2 145,25 72,62
18.11 Idem, idem, piso de tijolo m2 145,47 72,74
18.12 Idem, idem, piso de barro m2 130,29 65,15
18.13 Idem, idem, rebocada interna ou externamente, piso de cimento. m2 119,56 59,78
18.14 Idem, idem piso de tijolo m2 119,79 59,89
18.15 ldem, idem, sem reboco, piso de cimento.
m2 93,88 46,94
18.16 Idem, idem, sem reboco, piso de tijolo m2 94,11 47,05
18.17 Idem 1.1 coberta com telha francesa, esquadria de ferro
m2 123,38 61,69
18.18 Idem 1.7, sem reboco, piso de barro m2 75,73 37,87
] .
19 DESMATAMENTO.
19.01 Desmatamento stestocamento (mecânico)
ha 2.285,71 1.142,86
19.02 Desmatamento c\ destocamento (mecânico)
ha 2.560,00 1.280,00
19.03 Desmatamento stestocamento (manual)
ha 702,81 351,40
19.04 Desmatamento c\ destocamento (manual)
ha 1.616,46 808,23
C) COBERTURA VEGETAL
1. N|M
Plantas isoladas
Em produção pé 7,50
2. SABIA
Plantas isoladas
Em produção pé 9,00
Em produção ha 225,00
3T|MBAUBA,
Plantas isoladas
Em produção pé 7,50
4. JUREMA
Plantas isoladas
Em produção pé 7,50
Em produção . ha 187,50
5. PEREIRO
Plantas isoladas
Em produção pé 7,50
6. PAU-BRANCO
Plantas isoladas
Em produção pé 7,50
7. JUCA
Plantas isoladas
Em produção pé 7,50
8. CANAFISTULA
Plantas isoladas
Em produção pé 7,50
9. CAJARANA, CAJA, SERIGUELA, JABOTICABA, SAPOTIZEIRO
Em crescimento pé 29,99
Em produção pé 43,19
10. CEREJA, GROSELHA
Plantas isoladas
Em produção pé 8,88
11. TAMARINDO, PITOMBA
Plantas isoladas
em crescimento pé 25,00
em produção pé 45,00
12." GOIABEIRA
Plantas isoladas
em crescimento pé 20,74
em produção pé 95,79
13. AMEIXA
Plantas isoladas
em crescimento pé 13,51
em produção pé 77,81
em produção pé 23,00
22, AROEIRA
Plantas isoladas
em produção pé 23,00
23. INGAZEIRA
Plantas isoladas
em produção pé 23,00
24. JATOBA
Plantas isoladas
em produção pé 23,00
25. ABACATEIRO .
Plantas isoladas
em crescimento pé 53,62
em produção pé
26. BANANEIRA
Plantas isoladas
em crescimento cova 4,32
em produção cova 24,27
Página
27. CAJU
Plantas isoladas
em crescimento pé 25,29
em produção pé 89,59
28. COCO
Plantas isolada
em crescimento pé 29,43
em produção pé 47,49
29. GRAVIOLA
Plantas isoladas
em crescimento pé 28,07
em produção pé 67,15
30. CITRUS
Plantas isoladas
em crescimento pé. 25,74
em produção pé 72,99
31. MAMOEIRO
Plantas isoladas
em crescimento pé 3,63
em produção pé 19,50
32. MANGUEIRA
Plantas isoladas
em crescimento pé 30,05
em produção pé 96,59
33. JACA
Plantas isoladas
em crescimento pé 25,11
em produção pé 34,81
l
34. PINHA '
Plantas isoladas
em crescimento pé 17,65
em produção pé 36,21
35. ACEROLA
Plantas isoladas
em crescimento pé 12,46
em produção pé 36,00
36. VIDEIRA
Plantas isoladas
em crescimento pé 11,90
em produção pé 94,46
37. ABACAXI
Plantas isoladas
em crescimento pé 0,43
em produção pé 1,90
38. MARACUJA
Plantas isoladas
em crescimento pé 6,05
em produção pé 15,02
39. ROMA'
Plantas isoladas
em crescimento pé 7,67
em produção pé 16,12
40. OITICICA
em produção plantas isoladas pé 36,60
em produção ha 1.440,00
41. ALGODAO
Plantios regulares
em crescimento ha 839,50
em produção ha 2.040,00
em produção pé 29,01
42. MAMONA
em crescimento ha 718,50
em produção ha 2.330,00
em produção plantas isoladas pé 25,39
43. CANA DE AÇUCAR
Plantios regulares
em produção ha 3.807,40
em produção pé 0,25
44. PALMA FORRAGEIRA
Plantios regulares
em produção ha 2.058,21
em produção pé 0,90
CARNAUBEIRA
Plantas isoladas pé 9,64
46. URUCUM
Plantas isoladas
em produção pé 16,12

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800089

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

14. CAPIM ELEFANTE, CAPIM COLONIÃO, CAPIM SEMPRE VERDE E CANA FORRAGEIRA
em crescimento ha 1.151,08
em produção ha 3.831,00
15. CAPIM BRACHIARIA, CAPIM CORRENTINHA ANDROPOGÓN-E SIMILARES
Plantios regulares ha 1.026,00
16. LEUCENA, EUCALIPTO, ALGAROBA
Plantas isoladas
em produção pé 36,58
17.IMBURANA
Plantas isoladas
em produção pé 18,00
18. CARAIBA
Plantas isoladas
em produção pé 18,00
19. ANJICO
Plantas isoladas
em produção pé 25,00
20. TAMBORIL
Plantas isoladas
em produção pé 25,00
21. IPE (PAU D'ARCO
Plantas isoladas

Ministério da Justiça

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 327, DE 26 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe confere o art. 202 do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08704.000966/2015-16, do Ministério da Justiça, resolve:

EXPULSAR

do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, inciso II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, ANDREJS GALAJEVS, de nacionalidade letão, filho de Sraidra Minina e de Sergejs Galajevs, nascido em Valmiera, Letônia, em 28 de maio de 1985, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 9 (nove) anos, 8 (oito) meses e 20 (vinte) dias, a partir de sua saída.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 328, DE 26 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe confere o art. 202 do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.002437/2017-57, do Ministério da Justiça, resolve:

EXPULSAR

do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, inciso II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, PABLO ALEJANDRO SORZANO, de nacionalidade boliviana, filho de Eloisa Souza, nascido em Irupana, Bolívia, em 19 de novembro de 1996, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 8 (oito) anos, a partir de sua saída.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 329, DE 26 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe confere o art. 202 do Decreto 9.199, de 20 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.012606/2011-71, do Ministério da Justiça, resolve:

EXPULSAR

do território nacional, em conformidade com o art. 54, §1º, inciso II e §2º, da Lei nº 13.445 de 24 de maio de 2017, ANA RAQUEL SELAS DINIS, de nacionalidade portuguesa, filha de Pedro Miguel Andrade Dinis e Madalena Rodrigues Selas, nascida na República Portuguesa, em 1º de novembro de 1986, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 8 (oito) anos, 6 (seis) meses e 20 (vinte) dias, a partir de sua saída.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 330, DE 26 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe confere o art. 202 do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.001737/2017-19, do Ministério da Justiça, resolve:

EXPULSAR

do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, inciso II, e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, CHARLES ZAKRIA, de nacionalidade australiana, filho de Anthony Laki Zakria e de Charisten Zakria, nascido em Sidney, Austrália, em 10 de junho de 1985, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 14 (quatorze) anos, a partir de sua saída.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 331, DE 26 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe confere o art. 202 do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.001775/2017-71, do Ministério da Justiça, resolve:

EXPULSAR

do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, inciso II, e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, FRANK STEVE MARIN PARRA, de nacionalidade colombiana, filho de Frades Alberto Marin Moncada e de Gladys Parra Ospina, nascido em Pereira, Risaralda, Colômbia, em 2 de outubro de 1985, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 36 (trinta e seis) anos, a partir de sua saída.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 332, DE 26 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe confere o art. 202 do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.006414/2009-10, do Ministério da Justiça, resolve:

EXPULSAR

do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, inciso II, e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, CIPRIAN PLESCA, de nacionalidade romena, filho de Constantine Plesca e de Mariana Plesca, nascido em Dorohoi, Romênia, em 9 de janeiro de 1989, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 8 (oito) anos, 7 (sete) meses e 20 (vinte) dias, a partir de sua saída.

TORQUATO JARDIM

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

COORDENAÇÃO-GERAL PROCESSUAL

ATA DE DISTRIBUIÇÃO ORDINÁRIA Nº 166, REALIZADA EM 27 DE MARÇO DE 2018

Dia: 27.03.2018
Hora: 10:13
Presidente: Alexandre Barreto de Souza
Secretário do Plenário: Paulo Eduardo Silva de Oliveira
Foi redistribuído por prevenção com base no artigo 64, inciso V, do Regimento Interno do CADE, o seguinte feito:
Processo Administrativo nº 08012.007011/2006-97
Representante: HAPVIDA Assistência Médica Ltda.
Representados: Associação dos Hospitais do Estado do Ceará (AHECE), Clínica São Carlos Ltda., Otoclínica S/C Ltda., Hospital São Mateus S/C Ltda., Hospital Geral e Maternidade Angeline, Wilka e Ponte Ltda. (Hospital Gênesis), Casa de Saúde e Maternidade São Raimundo S.A., Hospital Cura D'ars Sociedade Beneficente São Camilo, Uniclinic - União das Clínicas do Ceará, Hospital e Maternidade Gastroclínica - Clínica de Endoscopia e Cirurgia Digestiva Dr. Edgard Nadra Ary Ltda., Hospital Monte Klinikum, Sociedade de Assistência e Proteção à Infância de Fortaleza - SOPAI, Hospital Infantil Luis França, Instituto do Câncer do Ceará - ICC e Luiz França Serviços Hospitalares Ltda.
Advogados: Elano Rodrigues de Figueirêdo, Nara Almeida Marques, Rogério Scarabel Barbosa, Jarbas José Silva Alves, Rachel Pinheiro de Andrade Mendonça, Joaquim Guilherme Rosário Fusco Pessoa de Oliveira, Lucas Esteves Borges, Adriano do Almo Mesquita, Maria Imaculada Gordiano Oliveira Barbosa, Bruno Romero Pedrosa Monteiro, Fábio de Godoy Penteado, Ana Carolina Ferreira Vianna, Rafael Pereira de Souza, João Paulo Fernandes, Armando Hélio Almeida Monteiro de Moraes, Sérgio Augusto Abreu de Miranda Junior, Marco Aurélio de Oliveira, Juliana de Abreu Teixeira, Gilmara Maria de Oliveira Barbosa e outros.
Relator: João Paulo de Resende

ALEXANDRE BARRETO DE SOUZA
Presidente

PAULO EDUARDO SILVA DE OLIVEIRA
Secretário do Plenário

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

DESPACHOS DE 27 DE MARÇO DE 2018

Nº 402 - Ato de Concentração nº 08700.001575/2018-00. Requerentes: General Electric Company e Sibintek LLC. Advogados: Francisco Ribeiro Todorov, Adriana Franco Giannini e outros. Decido pela aprovação, sem restrições.

Nº 409 - Ato de Concentração nº 08700.001774/2018-18. Requerentes: Eneva S.A. e Uniper Holding GmbH. Advogados: Joyce Midori Honda, Ricardo Lara Gaillard, José Carlos Berardo e Paulo Eduardo Lilla. Decido pela aprovação, sem restrições.

Nº 411 - Ato de Concentração nº 08700.001771/2018-76. Requerentes: Atlas Energia Renovável S.A e Steelcons Empreiteira Construção Civil Ltda. Advogados: Lauro Celidonio Gomes dos Reis Neto, Renata Fonseca Zuccolo Giannella, Rodrigo Martinez Nunes Mello e Fernanda Cristina Barros da Silva Passos. Decido pela aprovação sem restrições.

Nº 412 - Processo Administrativo nº 08012.006377/2010-25
Representante: Associação Brasileira das Indústrias de Medicamentos Genéricos Pró-Genéricos
Advogado(s): Arystóbulo de Oliveira Freitas, Ricardo Brito Costa, Fabio Andresa Bastos e outros.
Representados: H. Lundbeck A/S e Lundbeck Brasil Ltda.
Advogados: José Del Chiaro Ferreira da Rosa, Maria Augusta Fidalgo, Maurílio Monteiro de Abreu, Ademir Antonio Pereira Júnior, Maria Fernanda Alves Pallerosi, Luis Felipe Rosa Ramos, Mario André Machado Cabral, Lidiane Neiva Martins LAgo, Maria Gabriela Castanheira Bacha e outros.

Decido pelo encerramento da fase instrutória, ficando os Representados notificados para a apresentação de novas alegações em 05 (cinco) dias úteis nos termos do art. 73 da Lei nº 12.529/2011 c.c. art. 196 do Regimento Interno do Cade, a fim de que, em seguida, a Superintendência-Geral profira suas conclusões definitivas acerca dos fatos.

ALEXANDRE CORDEIRO MACEDO
Superintendente-Geral

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA

DESPACHOS

Nº 592/2018/GAB-SNJ/SNJ
Assunto: Migrações: Pedido de Naturalização
Processo: 08444.002664/2017-52
Interessado(a): YVES MONARQUE

No uso da competência a mim atribuída, por meio da Portaria nº 570, de 11 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União, de 12 de maio de 2016, indefiro o pedido, tendo em vista que o requerente não comprovou saber ler e escrever português, nos termos do inciso III do Art. 65 Lei 13.445/17.

Nº 661/2018/GAB-SNJ/SNJ
Assunto: Migrações: Pedido de Naturalização
Processo: 08505.320250/2016-60
Interessado(a): APHATAIN DUPLAIR KAKO, Departamento da Polícia Federal - DPF

No uso da competência a mim atribuída, por meio da Portaria nº 570, de 11 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União, de 12 de maio de 2016, INDEFIRO o pedido, tendo em vista que o requerente não comprovou saber ler e escrever português, nos ternos do inciso III do Art. 65 da Lei 13.445/2017.

Nº 662/2018/GAB-SNJ/SNJ
Assunto: Migrações: Pedido de Naturalização
Processo: 08460028337/2010-56
Interessado(a): JAMES THOMAS DEVARENNES

No uso da competência a mim atribuída, por meio da Portaria nº 570, de 11 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União, de 12 de maio de 2016, INDEFIRO o pedido, tendo em vista que o requerente não cumpriu com às condições previstas nos termos do Art. 65 da Lei 13.445/2017.

Nº 663/2018/GAB-SNJ/SNJ
Assunto: Migrações: Pedido de Naturalização
Destino: 08505.067172/2017-41
Interessado(a): SUNDAY LOTECHI OKECHUKWU

No uso da competência a mim atribuída, por meio da Portaria nº 570, de 11 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União, de 12 de maio de 2016, INDEFIRO o pedido, tendo em vista que o requerente não cumpriu com às condições previstas nos termos da Lei 13.445/2017.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800090

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Nº 664/2018/GAB-SNJ/SNJ
Assunto: Migrações: Pedido de Naturalização
Processo: 08505.062234/2017-28
Interessado(a): AHMED MUZHAR ALAHMED, DPF - DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL

No uso da competência a mim atribuída, por meio da Portaria nº 570, de 11 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União, de 12 de maio de 2016, INDEFIRO o pedido, tendo em vista que o requerente não cumpriu com às exigências do incisos II e III, do artigo 65, da Lei 13.445/2017.

Nº 665/2018/GAB-SNJ/SNJ
Assunto: Migrações: Pedido de Naturalização
Processo: 08505.071210/2017-60
Interessado(a): JALAL ABED ISMAIL ALHANASH

No uso da competência a mim atribuída, por meio da Portaria nº 570, de 11 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União, de 12 de maio de 2016, INDEFIRO o pedido, tendo em vista que o requerente não comprovou saber ler e escrever português, nos ternos do inciso III do Art. 65 da Lei 13.445/2017.

Nº 666/2018/GAB-SNJ/SNJ
Assunto: Pedido de Naturalização
Processo: 08444.003009/2017-11
Interessado(a): AGUEYE GNING

No uso da competência a mim atribuída, por meio da Portaria nº 570, de 11 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União, de 12 de maio de 2016, INDEFIRO o pedido, tendo em vista que o requerente não atende à exigência do inciso III, do artigo 65, da Lei 13.445/2017.

Nº 667/2018/GAB-SNJ/SNJ
Assunto: Pedido de Naturalização
Processo: 08505.089701/2014-14
Interessado(a): CHOU MIN JUNG

No uso da competência a mim atribuída, por meio da Portaria nº 570, de 11 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União, de 12 de maio de 2016, INDEFIRO o pedido, por falta de interesse, bem assim pela falta de cumprimento de exigências.

Nº 671/2018/GAB-SNJ/SNJ
Assunto: Pedido de Naturalização
Processo: 08505066773201574
Interessado(a): TUNDE OKE ADEYEMI

No uso da competência a mim atribuída, por meio da Portaria nº 570, de 11 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União, de 12 de maio de 2016, INDEFIRO o pedido, tendo em vista que o requerente não atende à exigência do inciso III, do artigo 65, da Lei 13.445/2017.

Nº 672/2018/GAB-SNJ/SNJ
Assunto: Pedido de Naturalização
Processo: 08505044505201682
Interessado(a): OLALEKAN SARAFA AKINOLA

No uso da competência a mim atribuída, por meio da Portaria nº 570, de 11 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União, de 12 de maio de 2016, INDEFIRO o pedido, por falta de interesse, bem assim pela falta de cumprimento de exigência.

Nº 673/2018/GAB-SNJ/SNJ
Assunto: Pedido de Naturalização
Processo: 08505108126201547
Interessado(a): WISSAM KASSEM HAMDOUN

No uso da competência a mim atribuída, por meio da Portaria nº 570, de 11 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União, de 12 de maio de 2016, INDEFIRO o pedido, por falta de interesse, bem assim pela falta de cumprimento de exigência.

Nº 674/2018/GAB-SNJ/SNJ
Assunto: Pedido de Naturalização
Processo: 08444.003010/2017-46
Interessado(a): AWA FAYE

No uso da competência a mim atribuída, por meio da Portaria nº 570, de 11 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União, de 12 de maio de 2016, INDEFIRO o pedido, tendo em vista que o requerente não atende à exigência do inciso III, do artigo 65, da Lei 13.445/2017.

Nº 675/2018/GAB-SNJ/SNJ
Assunto: Pedido de Naturalização
Processo: 08505032165201566
Interessado(a): RUBEN DAVID NINA CHAMBI

No uso da competência a mim atribuída, por meio da Portaria nº 570, de 11 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União, de 12 de maio de 2016, INDEFIRO o pedido, tendo em vista que o requerente não atende à exigência do inciso III, do artigo 65, da Lei 13.445/2017.

LUIZ PONTEL DE SOUZA
Secretário

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA N° 3.239, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017

(Publicada no DOU de 4-12-2017)

ANEXO (*)

Unidades Móveis (SAMU 192)

UF	Município	IBGE	CNES	Descrição	NUP-SEI	Gestão	Código	Proposta	Valor anual a ser incorporado
SP	Altinópolis	3501004	7256159	01 USB	25000.090168/2014-33	Municipal	82.51	14875	R$ 105.528,00
SP	Barrinha	3505609	7304463	01 USB	25000.090168/2014-33	Municipal	82.51	14875	R$ 105.528,00
SP	Batatais	3505906	7051972	01 USB	25000.090168/2014-33	Municipal	82.51	14875	R$ 105.528,00
SP	Batatais	3505906	7051964	01 USA	25000.090168/2014-33	Municipal	82.51	14875	R$ 116.652,00
SP	Brodowski	3507803	7176848	01 USB	25000.090168/2014-33	Municipal	82.51	14875	R$ 105.528,00
SP	Cravinhos	3513108	7260997	01 USB	25000.090168/2014-33	Municipal	82.51	14875	R$ 105.528,00
SP	Dumont	3514601	7505744	01 USB	25000.090168/2014-33	Municipal	82.51	14875	R$ 105.528,00
SP	Guariba	3518602	7262809	01 USB	25000.090168/2014-33	Municipal	82.51	14875	R$ 105.528,00
SP	Jaboticabal	3524303	7034903	01 USB	25000.090168/2014-33	Municipal	82.51	14875	R$ 105.528,00
SP	Jardinópolis	3525102	7506120	01 USB	25000.090168/2014-33	Municipal	82.51	14875	R$ 105.528,00
SP	Luís Antônio	3527603	7256183	01 USB	25000.090168/2014-33	Municipal	82.51	14875	R$ 105.528,00
SP	Monte Alto	3531308	7268157	01 USB	25000.090168/2014-33	Municipal	82.51	14875	R$ 105.528,00
SP	Pitangueiras	3539509	7129602	01 USB	25000.090168/2014-33	Municipal	82.51	14875	R$ 105.528,00
SP	Pontal	3540200	7333242	01 USB	25000.090168/2014-33	Municipal	82.51	14875	R$ 105.528,00
SP	Pradópolis	3540903	7287895	01 USB	25000.090168/2014-33	Municipal	82.51	14875	R$ 105.528,00
SP	Santa Cruz da Esperança	3546256	7505264	01 USB	25000.090168/2014-33	Municipal	82.51	14875	R$ 105.528,00
SP	Santa Rita do Passa Quatro	3547502	7277970	01 USB	25000.090168/2014-33	Municipal	82.51	14875	R$ 105.528,00
SP	Santa Rosa de Viterbo	3547601	7254857	01 USB	25000.090168/2014-33	Municipal	82.51	14875	R$ 105.528,00
SP	Santo Antônio da Alegria	3547908	7237758	01 USB	25000.090168/2014-33	Municipal	82.51	14875	R$ 105.528,00
SP	São Simão	3550902	7253028	01 USB	25000.090168/2014-33	Municipal	82.51	14875	R$ 105.528,00
SP	Serra Azul	3551405	7273991	01 USB	25000.090168/2014-33	Municipal	82.51	14875	R$ 105.528,00
SP	Serrana	3551504	7242026	01 USB	25000.090168/2014-33	Municipal	82.51	14875	R$ 105.528,00
	TOTAL/ ANO								R$ 2.332.740,00

(*)Republicado por ter saído no Diário Oficial da União nº 231, de 4 de dezembro de 2017, Seção 1, página 35, com incorreção no original.

PORTARIA Nº 329, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2018

Altera a opção e o valor da habilitação/qualificação da Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h, Porte II, nova), para (UPA 24h, nova, Opção VIII) e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC do Estado de São Paulo e Município de Catanduva.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 562/GM/MS, de 11 de abril de 2014, que estabelece recursos para custeio de Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h, Porte II), localizada no Município de Catanduva (SP), componente do Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar.

Considerando a Portaria nº 2.425/GM/MS, de 11 de novembro de 2014, que altera o anexo da Portaria nº 2.136/GM/MS, de 30 de setembro de 2014, que estabelece recursos para custeio, qualificação, ampliação e qualificação de Unidades de Pronto Atendimento (UPA 24h), componente do Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar;

Considerando o art. 2º da Portaria nº 1.535/SAS/MS, de 25 de setembro de 2017, que redefine os incentivos relacionados a Unidades de Pronto Atendimento da Rede de Atenção às Urgências no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES);

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800091

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Considerando o Título VIII, Capítulo II da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema único de Saúde;

Considerando o art. 889, Anexo LXVIII, e o art. 894 da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Nota Técnica nº 127-SEI/2017, da Coordenação-Geral de Urgência e Emergência/ CGUE/DAHU/SAS/MS, resolve:

Art. 1º Fica alterada a Opção e o valor da Habilitação/Qualificação da Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h, Porte II, nova) para (UPA 24h, nova, Opção VIII), localizada no Município de Catanduva (SP), nos termos da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017.

Parágrafo único. A qualificação será válida por três anos, podendo ser renovada mediante novo processo de avaliação pela CGUE/DAHU/SAS/MS, conforme §1º do Inciso V do art. 83 do Anexo III da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017.

Art. 2º Fica estabelecido recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde no montante anual de R$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais), a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC do Estado de São Paulo e Município de Catanduva, conforme o montante discriminado no Anexo I e II a esta Portaria.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 2º, ao Fundo Municipal de Saúde de Catanduva/SP, em parcelas mensais, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção à Saúde.

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Parágrafo único. O recurso relativo ao estabelecimento consignado ao programa de trabalho de que trata o caput tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de média e alta complexidade para atenção à saúde da população, desde que garantida a manutenção da unidade.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 3ª (terceira) parcela de 2018.

RICARDO BARROS

ANEXO I

Habilitação

UF	Município	IBGE	CNES	Portaria de Habilitação	Classificação anterior da Habilitação	Nova Classificação da Habilitação	Valor do acréscimo anual no Teto MAC	SIPAR	Gestão	Proposta SAIPS
SP	Catanduva	351110	7340885	Nº 562 de 11/4/2014	UPA 24h Porte II	UPA 24h Opção VIII	R$ 900.000,00	25000.011061/2014-37	Municipal	17759
	TOTAL IMPACTO ANUAL						R$ 900.000,00			

ANEXO II

Qualificação

UF	Município	IBGE	CNES	Portaria de Qualificação	Classificação anterior da Qualificação	Nova Classificação da Qualificação	Valor do acréscimo anual no Teto MAC	SIPAR	Gestão	Proposta SAIPS
SP	Catanduva	351110	7340885	Nº 2.425 de 11/11/2014	UPA 24h Porte II	UPA 24h Opção VIII	R$ 1.500.000,00	25000.011061/2014-37	Municipal	17131
	TOTAL IMPACTO ANUAL						R$ 1.500.000,00			

(*)Republicada por ter saído DOU nº 36, de 22 de fevereiro de 2018, Seção 1, página 54, com incorreções no original.

PORTARIA Nº 445, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2018
(Publicada no DOU de 2-3-2018)

ANEXO II (*)

UF	IBGE	NOME DO MUNICÍPIO	POPULAÇÃO ESTIMADA (IBGE 2017)	VALOR
AC	120040	Rio Branco	383.443	R$ 35.000,00
AL	270030	Arapiraca	234.185	R$ 30.000,00
AL	270430	Maceió	1.029.129	R$ 80.000,00
AM	130260	Manaus	2.130.264	R$ 80.000,00
AP	160030	Macapá	474.706	R$ 40.000,00
BA	290070	Alagoinhas	155.979	R$ 20.000,00
BA	290320	Barreiras	157.638	R$ 20.000,00
BA	290570	Camaçari	296.893	R$ 30.000,00
BA	291080	Feira de Santana	627.477	R$ 60.000,00
BA	291360	Ilhéus	176.341	R$ 20.000,00
BA	291480	Itabuna	221.046	R$ 30.000,00
BA	291800	Jequié	162.209	R$ 20.000,00
BA	291840	Juazeiro	221.773	R$ 30.000,00
BA	291920	Lauro de Freitas	197.636	R$ 20.000,00
BA	292740	Salvador	2.953.986	R$ 100.000,00
BA	293135	Teixeira de Freitas	161.690	R$ 20.000,00
BA	293330	Vitória da Conquista	348.718	R$ 35.000,00
CE	230370	Caucaia	362.223	R$ 35.000,00
CE	230440	Fortaleza	2.627.482	R$ 100.000,00
CE	230730	Juazeiro do Norte	270.383	R$ 30.000,00
CE	230765	Maracanaú	224.804	R$ 30.000,00
CE	231290	Sobral	205.529	R$ 30.000,00
ES	320120	Cachoeiro de Itapemirim	211.649	R$ 30.000,00
ES	320130	Cariacica	387.368	R$ 35.000,00
ES	320320	Linhares	169.048	R$ 20.000,00
ES	320500	Serra	502.618	R$ 50.000,00
ES	320520	Vila Velha	486.388	R$ 40.000,00
ES	320530	Vitória	363.140	R$ 35.000,00
GO	520025	Águas Lindas de Goiás	195.810	R$ 20.000,00
GO	520110	Anápolis	375.142	R$ 35.000,00
GO	520140	Aparecida de Goiânia	542.090	R$ 50.000,00
GO	520870	Goiânia	1.466.105	R$ 80.000,00
GO	521250	Luziânia	199.615	R$ 20.000,00
GO	521880	Rio Verde	217.048	R$ 30.000,00
GO	522185	Valparaíso de Goiás	159.500	R$ 20.000,00
MA	210300	Caxias	162.657	R$ 20.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800092

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MA	210530	Imperatriz	254.569	R$ 30.000,00
MA	211120	São José de Ribamar	176.418	R$ 20.000,00
MA	211130	São Luís	1.091.868	R$ 80.000,00
MA	211220	Timon	167.619	R$ 20.000,00
MG	310620	Belo Horizonte	2.523.794	R$ 100.000,00
MG	310670	Betim	427.146	R$ 40.000,00
MG	311860	Contagem	658.580	R$ 60.000,00
MG	312230	Divinópolis	234.937	R$ 30.000,00
MG	312770	Governador Valadares	280.901	R$ 30.000,00
MG	312980	Ibirité	177.475	R$ 20.000,00
MG	313130	Ipatinga	261.203	R$ 30.000,00
MG	313670	Juiz de Fora	563.769	R$ 50.000,00
MG	314330	Montes Claros	402.027	R$ 40.000,00
MG	314800	Patos de Minas	150.893	R$ 20.000,00
MG	315180	Poços de Caldas	166.085	R$ 20.000,00
MG	315460	Ribeirão das Neves	328.871	R$ 35.000,00
MG	315780	Santa Luzia	218.897	R$ 30.000,00
MG	316720	Sete Lagoas	236.228	R$ 30.000,00
MG	317010	Uberaba	328.272	R$ 35.000,00
MG	317020	Uberlândia	676.613	R$ 60.000,00
MS	500270	Campo Grande	874.210	R$ 60.000,00
MS	500370	Dourados	218.069	R$ 30.000,00
MT	510340	Cuiabá	590.118	R$ 50.000,00
MT	510760	Rondonópolis	222.316	R$ 30.000,00
MT	510840	Várzea Grande	274.013	R$ 30.000,00
PA	150010	Abaetetuba	153.380	R$ 20.000,00
PA	150080	Ananindeua	516.057	R$ 50.000,00
PA	150140	Belém	1.452.275	R$ 80.000,00
PA	150240	Castanhal	195.253	R$ 20.000,00
PA	150420	Marabá	271.594	R$ 30.000,00
PA	150553	Parauapebas	202.356	R$ 30.000,00
PA	150680	Santarém	296.302	R$ 30.000,00
PB	250400	Campina Grande	410.332	R$ 40.000,00
PB	250750	João Pessoa	811.598	R$ 60.000,00
PE	260290	Cabo de Santo Agostinho	204.653	R$ 30.000,00
PE	260345	Camaragibe	156.361	R$ 20.000,00
PE	260410	Caruaru	356.128	R$ 35.000,00
PE	260790	Jaboatão dos Guararapes	695.956	R$ 60.000,00
PE	260960	Olinda	390.771	R$ 35.000,00
PE	261070	Paulista	328.353	R$ 35.000,00
PE	261110	Petrolina	343.219	R$ 35.000,00
PE	261160	Recife	1.633.697	R$ 80.000,00
PI	220770	Parnaíba	150.547	R$ 20.000,00
PI	221100	Teresina	850.198	R$ 60.000,00
PR	410480	Cascavel	319.608	R$ 35.000,00
PR	410580	Colombo	237.402	R$ 30.000,00
PR	410690	Curitiba	1.908.359	R$ 80.000,00
PR	410830	Foz do Iguaçu	264.044	R$ 30.000,00
PR	410940	Guarapuava	180.364	R$ 20.000,00
PR	411370	Londrina	558.439	R$ 50.000,00
PR	411520	Maringá	406.693	R$ 40.000,00
PR	411820	Paranaguá	152.975	R$ 20.000,00
PR	411990	Ponta Grossa	344.332	R$ 35.000,00
PR	412550	São José dos Pinhais	307.530	R$ 35.000,00
RJ	330010	Angra dos Reis	194.619	R$ 20.000,00
RJ	330040	Barra Mansa	179.451	R$ 20.000,00
RJ	330045	Belford Roxo	495.783	R$ 40.000,00
RJ	330070	Cabo Frio	216.030	R$ 30.000,00
RJ	330100	Campos dos Goytacazes	490.288	R$ 40.000,00
RJ	330170	Duque de Caxias	890.997	R$ 60.000,00
RJ	330190	Itaboraí	232.394	R$ 30.000,00
RJ	330240	Macaé	244.139	R$ 30.000,00
RJ	330250	Magé	237.420	R$ 30.000,00
RJ	330270	Maricá	153.008	R$ 20.000,00
RJ	330285	Mesquita	171.280	R$ 20.000,00
RJ	330320	Nilópolis	158.329	R$ 20.000,00
RJ	330330	Niterói	499.028	R$ 40.000,00
RJ	330340	Nova Friburgo	185.381	R$ 20.000,00
RJ	330350	Nova Iguaçu	798.647	R$ 60.000,00
RJ	330390	Petrópolis	298.235	R$ 30.000,00
RJ	330455	Rio de Janeiro	6.520.266	R$ 100.000,00
RJ	330490	São Gonçalo	1.049.826	R$ 80.000,00
RJ	330510	São João de Meriti	460.461	R$ 40.000,00
RJ	330580	Teresópolis	176.060	R$ 20.000,00
RJ	330630	Volta Redonda	265.201	R$ 30.000,00
RN	240800	Mossoró	295.619	R$ 30.000,00
RN	240810	Natal	885.180	R$ 60.000,00
RN	240325	Parnamirim	254.709	R$ 30.000,00
RO	110020	Porto Velho	519.436	R$ 50.000,00
RR	140010	Boa Vista	332.020	R$ 35.000,00
RS	430060	Alvorada	208.177	R$ 30.000,00
RS	430460	Canoas	343.853	R$ 35.000,00
RS	430510	Caxias do Sul	483.377	R$ 40.000,00
RS	430920	Gravataí	275.146	R$ 30.000,00
RS	431340	Novo Hamburgo	249.508	R$ 30.000,00
RS	431410	Passo Fundo	198.799	R$ 20.000,00
RS	431440	Pelotas	344.385	R$ 35.000,00
RS	431490	Porto Alegre	1.484.941	R$ 80.000,00
RS	431560	Rio Grande	209.378	R$ 30.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800093

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RS	431690	Santa Maria	278.445	R$ 30.000,00
RS	431870	São Leopoldo	230.914	R$ 30.000,00
RS	432300	Viamão	253.717	R$ 30.000,00
SC	420240	Blumenau	348.513	R$ 35.000,00
SC	420420	Chapecó	213.279	R$ 30.000,00
SC	420460	Criciúma	211.369	R$ 30.000,00
SC	420540	Florianópolis	485.838	R$ 40.000,00
SC	420820	Itajaí	212.615	R$ 30.000,00
SC	420890	Jaraguá do Sul	170.835	R$ 20.000,00
SC	420910	Joinville	577.077	R$ 50.000,00
SC	420930	Lages	158.508	R$ 20.000,00
SC	421190	Palhoça	164.926	R$ 20.000,00
SC	421660	São José	239.718	R$ 30.000,00
SE	280030	Aracaju	650.106	R$ 60.000,00
SE	280480	Nossa Senhora do Socorro	181.928	R$ 20.000,00
SP	350160	Americana	233.868	R$ 30.000,00
SP	350280	Araçatuba	194.874	R$ 20.000,00
SP	350320	Araraquara	230.770	R$ 30.000,00
SP	350570	Barueri	267.534	R$ 30.000,00
SP	350600	Bauru	371.690	R$ 35.000,00
SP	350760	Bragança Paulista	164.163	R$ 20.000,00
SP	350950	Campinas	1.182.429	R$ 80.000,00
SP	351060	Carapicuíba	396.587	R$ 35.000,00
SP	351300	Cotia	237.750	R$ 30.000,00
SP	351380	Diadema	417.869	R$ 40.000,00
SP	351500	Embu das Artes	267.054	R$ 30.000,00
SP	351570	Ferraz de Vasconcelos	188.868	R$ 20.000,00
SP	351620	Franca	347.237	R$ 35.000,00
SP	351630	Francisco Morato	171.602	R$ 20.000,00
SP	351870	Guarujá	315.563	R$ 35.000,00
SP	351880	Guarulhos	1.349.113	R$ 80.000,00
SP	351907	Hortolândia	222.186	R$ 30.000,00
SP	352050	Indaiatuba	239.602	R$ 30.000,00
SP	352220	Itapecerica da Serra	170.927	R$ 20.000,00
SP	352230	Itapetininga	160.070	R$ 20.000,00
SP	352250	Itapevi	229.502	R$ 30.000,00
SP	352310	Itaquaquecetuba	360.657	R$ 35.000,00
SP	352390	Itu	170.157	R$ 20.000,00
SP	352440	Jacareí	229.851	R$ 30.000,00
SP	352590	Jundiaí	409.497	R$ 40.000,00
SP	352690	Limeira	300.911	R$ 35.000,00
SP	352900	Marília	235.234	R$ 30.000,00
SP	352940	Mauá	462.005	R$ 40.000,00
SP	353060	Mogi das Cruzes	433.901	R$ 40.000,00
SP	353440	Osasco	697.886	R$ 60.000,00
SP	353800	Pindamonhangaba	164.000	R$ 20.000,00
SP	353870	Piracicaba	397.322	R$ 35.000,00
SP	354100	Praia Grande	310.024	R$ 35.000,00
SP	354140	Presidente Prudente	225.271	R$ 30.000,00
SP	354340	Ribeirão Preto	682.302	R$ 60.000,00
SP	354390	Rio Claro	202.952	R$ 30.000,00
SP	354580	Santa Bárbara d'Oeste	191.889	R$ 20.000,00
SP	354780	Santo André	715.231	R$ 60.000,00
SP	354850	Santos	434.742	R$ 40.000,00
SP	354870	São Bernardo do Campo	827.437	R$ 60.000,00
SP	354880	São Caetano do Sul	159.608	R$ 20.000,00
SP	354890	São Carlos	246.088	R$ 30.000,00
SP	354980	São José do Rio Preto	450.657	R$ 40.000,00
SP	354990	São José dos Campos	703.219	R$ 60.000,00
SP	355030	São Paulo	12.106.920	R$ 100.000,00
SP	355100	São Vicente	360.380	R$ 35.000,00
SP	355220	Sorocaba	659.871	R$ 60.000,00
SP	355240	Sumaré	273.007	R$ 30.000,00
SP	355250	Suzano	290.769	R$ 30.000,00
SP	355280	Taboão da Serra	279.634	R$ 30.000,00
SP	355410	Taubaté	307.953	R$ 35.000,00
TO	170210	Araguaína	175.960	R$ 20.000,00
TO	172100	Palmas	286.787	R$ 30.000,00
TOTAL		193	-	R$ 7.235.000,00

(*)Republicado por ter saído no Diário Oficial da União nº 42, de 2 de março de 2018, Seção 1, pág 167, com incorreções na original.

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 384, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018

Altera a Portaria Interministerial nº 1.369/MS/MEC, de 8 de julho de 2013, para dispor sobre o valor da bolsa-formação concedida ao médico participante do Projeto Mais Médicos para o Brasil.

OS MINISTROS DE ESTADO DA SAÚDE E DA EDUCAÇÃO e no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, considerando o disposto no § 3º do art. 13 e no § 3º do art. 19 da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, resolvem:

Art. 1º A Portaria Interministerial nº 1.369/MS/MEC, de 8 de julho de 2013, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 22. .....

.....

§ 1º Ao médico participante será concedida bolsa-formação com valor mensal de R$ 11.865,60 (onze mil oitocentos e sessenta e cinco reais e sessenta centavos), que poderá ser paga pelo prazo máximo de 36 (trinta e seis) meses, prorrogáveis apenas na hipótese prevista no § 1º do art. 14 da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013." (NR)

"Art. 22-A. O valor da bolsa-formação será revisto anualmente, tendo como referência o mês de junho do exercício financeiro em curso, mediante indexação pelo incremento da inflação no Brasil nos 12 (doze) meses anteriores à data de cálculo da revisão, com efeitos financeiros a partir de janeiro do ano subsequente.

§ 1º Para fins do disposto no caput, será adotado como índice de reajuste o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo IPCA, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ou outro índice que vier a substituí-lo.

....." (NR)

RICARDO BARROS

Art. 2º O novo valor da bolsa-formação previsto no § 1º do art. 22 da Portaria Interministerial nº 1.369/MS/MEC, de 2013, com a redação dada por esta Portaria, será calculado desde janeiro de 2018, em razão do disposto no art. 22-A daquela Portaria.

Art. 3º As despesas decorrentes do disposto nesta Portaria serão oneradas na rubrica orçamentária do Programa de Trabalho 10.301.2015.214U.0001 - Implementação do Programa Mais Médico, no orçamento do Ministério da Saúde.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS
Ministro de Estado da Saúde

MENDONÇA ILHO
Ministro de Estado da Educação

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800094

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 737, DE 27 DE MARÇO DE 2018

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal, descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos desta Portaria são de natureza de capital, com execução orçamentária e financeira plurianual, devendo onerar o Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 3º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para a modalidade de transferência fundo a fundo.

Art. 5º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos deverá ser realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	PROGRAMA ORÇAMENTÁRIO	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
PR	CAMPO MOURAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	09253109000118001	340.000,00	0000	10302201585350001
PR	PALOTINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PALOTINA	08878760000118003	499.970,00	0000	10302201585350001
TOTAL			2 PROPOSTAS	839.970,00		

PORTARIA Nº 738, DE 27 DE MARÇO DE 2018

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal, descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos desta Portaria são de natureza de capital, com execução orçamentária e financeira plurianual, devendo onerar o Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 3º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para a modalidade de transferência fundo a fundo.

Art. 5º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos deverá ser realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	PROGRAMA ORÇAMENTÁRIO	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
SC	JOACABA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE JOACABA - FMS	10594533000117003	399.920,00	0000	10302201585350001
TOTAL			1 PROPOSTAS	399.920,00		

PORTARIA Nº 739, DE 27 DE MARÇO DE 2018

Altera a Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para atualizar os valores de referência dos medicamentos do Programa Aqui Tem Farmácia Popular para o tratamento de hipertensão arterial, diabetes mellitus e asma.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, resolve:

Art. 1º O Anexo 1 do Anexo LXXVII à Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, passa a vigorar na forma do Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor no dia 30 de abril de 2018.

RICARDO BARROS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800095

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO

(Anexo 1 do Anexo LXXVII à Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017)

ELENCO DE MEDICAMENTOS DO AQUI TEM FARMÁCIA POPULAR PARA O TRATAMENTO DE HIPERTENSÃO ARTERIAL, DIABETES MELLITUS E ASMA

Medicamento	Unidade Farmacotécnica	Valor de referência e Valor máximo para pagamento pelo MS por Unidade da Federação																										
Hipertensão arterial		AC	AL	AM	AP	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SE	SP	TO
Atenolol 25 mg	1 (um) comprimido	0,10	0,11	0,09	0,11	0,10	0,11	0,10	0,10	0,11	0,11	0,10	0,10	0,09	0,11	0,11	0,11	0,11	0,12	0,11	0,10	0,10	0,10	0,10	0,09	0,11	0,08	0,10
Captopril 25 mg	1 (um) comprimido	0,10	0,11	0,09	0,12	0,11	0,11	0,10	0,10	0,10	0,12	0,09	0,10	0,08	0,13	0,10	0,11	0,11	0,12	0,11	0,10	0,10	0,11	0,10	0,09	0,10	0,08	0,10
Cloridrato de Propranolol 40 mg	1 (um) comprimido	0,07	0,08	0,07	0,08	0,07	0,08	0,07	0,07	0,08	0,08	0,07	0,07	0,07	0,08	0,08	0,07	0,08	0,08	0,08	0,08	0,07	0,07	0,08	0,07	0,08	0,06	0,07
Hidroclorotiazida 25 mg	1 (um) comprimido	0,06	0,06	0,05	0,06	0,06	0,06	0,06	0,06	0,06	0,06	0,05	0,06	0,05	0,06	0,06	0,06	0,06	0,06	0,06	0,06	0,06	0,06	0,06	0,05	0,06	0,05	0,06
Losartana Potássica 50 mg	1 (um) comprimido	0,17	0,18	0,17	0,17	0,16	0,18	0,20	0,16	0,19	0,19	0,16	0,16	0,14	0,19	0,16	0,18	0,19	0,20	0,21	0,17	0,16	0,15	0,18	0,16	0,18	0,15	0,16
Maleato Enalapril 10 mg	1 (um) comprimido	0,16	0,18	0,17	0,18	0,17	0,19	0,18	0,17	0,17	0,19	0,15	0,17	0,14	0,20	0,16	0,19	0,19	0,20	0,18	0,17	0,18	0,17	0,17	0,14	0,19	0,13	0,17
Diabetes mellitus		AC	AL	AM	AP	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SE	SP	TO
Cloridrato de Metformina 500 mg	1 (um) comprimido	0,14	0,14	0,13	0,14	0,14	0,14	0,14	0,14	0,14	0,14	0,13	0,13	0,13	0,14	0,14	0,14	0,14	0,15	0,14	0,14	0,14	0,13	0,14	0,13	0,14	0,13	0,14
Cloridrato de Metformina 500 mg - Ação Prolongada	1 (um) comprimido	0,23	0,24	0,22	0,23	0,23	0,24	0,23	0,23	0,23	0,25	0,23	0,23	0,24	0,24	0,24	0,24	0,24	0,25	0,25	0,23	0,24	0,23	0,23	0,22	0,23	0,22	0,23
Cloridrato de Metformina 850 mg	1 (um) comprimido	0,15	0,16	0,14	0,17	0,15	0,16	0,15	0,16	0,16	0,16	0,15	0,15	0,14	0,16	0,16	0,15	0,16	0,17	0,16	0,16	0,15	0,14	0,15	0,15	0,16	0,14	0,15
Glibenclamida 5mg	1 (um) comprimido	0,07	0,08	0,07	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,09	0,07	0,07	0,07	0,08	0,08	0,08	0,08	0,09	0,08	0,08	0,08	0,07	0,08	0,07	0,08	0,07	0,08
Insulina Humana NPH 100 UI/ml - suspensão injetável, frasco-ampola 10 ml	1 (um) frasco/ampola 10ml	21,40	21,80	20,10	21,80	21,60	21,70	22,60	22,00	22,00	23,50	22,40	22,40	19,60	22,50	22,20	21,80	21,60	23,90	25,70	21,80	22,10	21,20	22,20	20,00	21,80	20,30	21,70
Insulina Humana NPH 100 UI/ml - suspensão injetável, frasco-ampola 5 ml	1 (um) frasco/ampola 5ml	10,70	10,90	10,05	10,90	10,80	10,85	11,30	11,00	11,00	11,75	11,20	11,20	9,80	11,25	11,10	10,90	10,80	11,95	12,85	10,90	11,05	10,60	11,10	10,00	10,90	10,15	10,85
Insulina Humana NPH 100 UI/ml - suspensão injetável, refil 1,5ml (carpule)	1 (um) refil 1,5ml	3,21	3,27	3,02	3,27	3,24	3,26	3,39	3,30	3,30	3,53	3,36	3,36	2,94	3,38	3,33	3,27	3,24	3,59	3,86	3,27	3,32	3,18	3,33	3,00	3,27	3,05	3,26
Insulina Humana NPH 100 UI/ml - suspensão injetável, refil 3ml (carpule)	1 (um) refil 3ml	6,42	6,54	6,03	6,54	6,48	6,51	6,78	6,60	6,60	7,05	6,72	6,72	5,88	6,75	6,66	6,54	6,48	7,17	7,71	6,54	6,63	6,36	6,66	6,00	6,54	6,09	6,51
Insulina humana NPH 100UI/mL	1 (um) mililitro	2,14	2,18	2,01	2,18	2,16	2,17	2,26	2,20	2,20	2,35	2,24	2,24	1,96	2,25	2,22	2,18	2,16	2,39	2,57	2,18	2,21	2,12	2,22	2,00	2,18	2,03	2,17
Insulina Humana Regular 100 UI/ml, solução injetável, frasco-ampola 10 ml	1 (um) frasco/ampola 10ml	21,50	21,80	19,90	22,00	21,60	21,80	22,50	22,00	22,00	23,70	22,30	22,30	19,70	22,20	21,70	21,90	21,70	23,70	25,60	21,90	22,40	21,40	22,30	20,20	21,80	20,40	21,80
Insulina Humana Regular 100 UI/ml, solução injetável, frasco-ampola 5 ml	1 (um) frasco/ampola 5ml	10,75	10,90	9,95	11,00	10,80	10,90	11,25	11,00	11,00	11,85	11,15	11,15	9,85	11,10	10,85	10,95	10,85	11,85	12,80	10,95	11,20	10,70	11,15	10,10	10,90	10,20	10,90
Insulina humana regular 100UI/mL	1 (um) mililitro	2,15	2,18	1,99	2,20	2,16	2,18	2,25	2,20	2,20	2,37	2,23	2,23	1,97	2,22	2,17	2,19	2,17	2,37	2,56	2,19	2,24	2,14	2,23	2,02	2,18	2,04	2,18
Insulina Humana Regular 100UI/ml, solução injetável, refil 1,5ml (carpules)	1 (um) refil 1,5ml	3,23	3,27	2,99	3,30	3,24	3,27	3,38	3,30	3,30	3,56	3,35	3,35	2,96	3,33	3,26	3,29	3,26	3,56	3,84	3,29	3,36	3,21	3,35	3,03	3,27	3,06	3,27
Insulina Humana Regular 100UI/ml, solução injetável, refil 3ml (carpules)	1 (um) refil 3ml	6,45	6,54	5,97	6,60	6,48	6,54	6,75	6,60	6,60	7,11	6,69	6,69	5,91	6,66	6,51	6,57	6,51	7,11	7,68	6,57	6,72	6,42	6,69	6,06	6,54	6,12	6,54
Asma		AC	AL	AM	AP	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SE	SP	TO
Brometo de Ipratrópio 0,02 mg	1 (uma) dose	0,14	0,13	0,14	0,14	0,13	0,14	0,13	0,13	0,13	0,14	0,13	0,13	0,14	0,13	0,13	0,13	0,14	0,14	0,14	0,14	0,14	0,14	0,13	0,13	0,13	0,13	0,14
Brometo de Ipratrópio 0,25 mg	1 (um) mililitro	0,42	0,46	0,42	0,42	0,44	0,47	0,45	0,45	0,46	0,48	0,43	0,47	0,42	0,49	0,45	0,45	0,49	0,48	0,47	0,44	0,45	0,45	0,45	0,44	0,45	0,43	0,44
Dipropionato de Beclometasona 200 mcg/cápsula - Administração pulmonar, cápsulas inalantes	1 (uma) cápsula	0,35	0,35	0,34	0,35	0,35	0,35	0,35	0,35	0,35	0,36	0,35	0,35	0,37	0,35	0,36	0,35	0,35	0,37	0,38	0,35	0,36	0,35	0,36	0,35	0,35	0,36	0,35
Dipropionato de Beclometasona 200 mcg/dose - Administração pulmonar, inalador doseado	1 (uma) dose	0,35	0,35	0,34	0,35	0,35	0,35	0,35	0,35	0,35	0,36	0,35	0,35	0,37	0,35	0,36	0,35	0,35	0,37	0,38	0,35	0,36	0,35	0,36	0,35	0,35	0,36	0,35
Diproprionato de Beclometasona 250 mcg	1 (uma) dose	0,21	0,21	0,20	0,21	0,21	0,21	0,21	0,21	0,21	0,22	0,21	0,21	0,22	0,21	0,21	0,21	0,21	0,23	0,23	0,21	0,21	0,21	0,21	0,20	0,21	0,20	0,21
Diproprionato de Beclometasona 50 mcg	1 (uma) dose	0,16	0,16	0,15	0,16	0,16	0,16	0,16	0,16	0,16	0,17	0,16	0,16	0,15	0,16	0,15	0,16	0,16	0,17	0,18	0,16	0,14	0,16	0,16	0,16	0,16	0,16	0,15
Sulfato de Salbutamol 100 mcg	1 (uma) dose	0,09	0,09	0,08	0,09	0,09	0,09	0,09	0,09	0,09	0,10	0,09	0,09	0,09	0,09	0,09	0,09	0,09	0,10	0,10	0,09	0,09	0,09	0,09	0,09	0,09	0,09	0,09
Sulfato de Salbutamol 5 mg	1 (um) mililitro	1,55	1,56	1,50	1,56	1,56	1,56	1,55	1,56	1,56	1,60	1,56	1,56	1,61	1,56	1,57	1,56	1,56	1,63	1,64	1,56	1,56	1,54	1,56	1,53	1,56	1,54	1,56

PORTARIA Nº 740, DE 27 DE MARÇO DE 2018

Altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento da construção de Ponto de Apoio para Atendimento.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando o Anexo XXII à Portaria de Consolidação n° 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que trata da Política Nacional de Atenção Básica; e

Considerando o Capítulo II do Título VII da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que trata da construção e ampliação das Unidades Básicas de Saúde, resolve:

Art. 1º A Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 706-A. Poderá ser financiada a construção de Ponto de Apoio para Atendimento, de que trata o item 3.1 do Anexo 1 do Anexo XXII (Política Nacional de Atenção Básica - PNAB) à Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017.

§ 1º O Ponto de Apoio para Atendimento deve estar vinculado a uma UBS e contemplar, no mínimo, 36 m² de área física, não podendo ultrapassar a área física mínima prevista para uma UBS Porte I.

§ 2º À construção de Pontos de Apoio para Atendimento aplicam-se, no que couber, as normas e procedimentos existentes para construção de UBS.

§ 3º Serão disponibilizadas, no portal do Sistema de Monitoramento de Obras Fundo a Fundo - SISMOB, orientações complementares sobre o financiamento da construção de Pontos de Atendimento." (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

RICARDO BARROS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800096

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 747, DE 21 DE MARÇO DE 2018

Redefine a Câmara de Assessoramento da Política Nacional de Sangue, Componentes e Derivados no âmbito do Sistema Nacional de Sangue, Componentes e Derivados - SINASAN.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei nº 10.205, de 21 de março de 2001, que regulamenta o § 4º do art. 199 da Constituição Federal, relativo à coleta, processamento, estocagem, distribuição e aplicação do sangue, seus componentes e derivados, estabelece o ordenamento institucional indispensável à execução adequada dessas atividades, e dá outras providências; e

Considerando o Decreto nº 3.990, de 30 de outubro de 2001, que regulamenta o art. 26 da Lei nº 10.205, de 2001, que dispõe sobre a coleta, processamento, estocagem, distribuição e aplicação do sangue, seus componentes e derivados, e estabelece o ordenamento institucional indispensável à execução adequada dessas atividades, resolve:

Art. 1º O art. 2º da Portaria de Consolidação nº 4/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

"Art. 2º .....

.....

Parágrafo único. A direção do SINASAN será assessorada pela Câmara de Assessoramento à Política Nacional de Sangue, Componentes e Derivados, para a formulação da Política Nacional de Sangue, Componentes e Derivados e políticas setoriais de hematologia e hemoterapia, conforme o art. 7º do Decreto nº 3.990, de 30 de outubro de 2001, observado o disposto no Anexo IX."

Art. 2º A Portaria de Consolidação nº 4/GM/MS, de 2017, passa a vigorar acrescida do Anexo IX, nos termos do Anexo a esta Portaria.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas:

I - a Portaria n° 2.700/GM/MS, de 23 de dezembro de 2004, publicada no Diário Oficial da União (DOU) nº 247, Seção 1, do dia seguinte, p. 49;

II - a Portaria nº 2.107/GM/MS, de 7 de outubro de 2008, publicada no DOU nº 195, Seção 1, do dia seguinte, p. 34; e

III - a Portaria nº 2.508/GM/MS, de 22 de outubro de 2008, publicada no DOU nº 206, Seção 2, do dia seguinte, p. 31.

RICARDO BARROS

ANEXO

Anexo IX

Da Câmara de Assessoramento à Política Nacional de Sangue, Componentes e Derivados no âmbito do Sistema Nacional de Sangue, Componentes e Derivados

Art. 1º Fica redefinida a Câmara de Assessoramento à Política Nacional de Sangue, Componentes e Derivados no âmbito do Sistema Nacional de Sangue, Componentes e Derivados - SINASAN.

Art. 2º A Câmara de Assessoramento à Política Nacional de Sangue, Componentes e Derivados, doravante referenciada como Câmara de Assessoramento, tem por finalidade assessorar a direção do SINASAN para a formulação da Política Nacional de Sangue, Componentes e Derivados e políticas setoriais de hematologia e hemoterapia, conforme art. 7º do Decreto nº 3.990, de 30 de outubro 2001.

Art. 3º Compete à Câmara de Assessoramento:

I - assessorar a direção SINASAN quanto ao planejamento, coordenação e avaliação da Política Nacional de Sangue, Componentes e Derivados;

II - apoiar a formulação e implementação de propostas para o desenvolvimento da Política Nacional de Sangue, Componentes e Derivados, conforme princípios e diretrizes preconizados na legislação regulamentar de referência do Sistema Único de Saúde - SUS e do SINASAN; e

III - apoiar a formulação de propostas de planos e estruturação de programas, assim como a elaboração de metas voltadas para a Política Nacional de Sangue, Componentes e Derivados.

Parágrafo único. À Câmara de Assessoramento de que trata esta Portaria não compete substituir as atribuições nem representar as instâncias do Ministério da Saúde encarregadas pela direção da Política Nacional de Sangue, Componente e Derivados.

Art. 4º A Câmara de Assessoramento será composta por representantes dos seguintes órgãos e entidades:

I - 1 (um) representante da Secretaria de Atenção à Saúde - SAS/MS;

II - 5 (cinco) representantes da hemorrede pública nacional, sendo 1 (um) representante pode Região Geoeconômica, preferencialmente especialistas em hematologia e/ou hemoterapia;

III - 1 (um) representante do Departamento de Regulação, Avaliação e Controle - DRAC/SAS/MS;

IV - 1 (um) representante da Coordenação Geral de Planejamento e Orçamento - CGPO/SAS/MS;

V - 1 (um) representante da Secretaria de Vigilância em Saúde - SVS/MS;

VI - 1 (um) representante da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos - SCTIE/MS; e

VII - 1 (um) representante da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA.

§ 1º Poderão ser convidados a apresentar representantes para a Câmara de Assessoramento os seguintes órgãos e entidades:

I - 1 (um) representante da Associação Brasileira de Hematologia, Hemoterapia e Terapia Celular - ABHH;

II - 3 (três) representante dos usuários do SUS das seguintes entidades de representação nacional de pacientes hematológicos:

a) Federação Brasileira de Hemofilia;

b) Associação Brasileira de Talassemia; e

c) Federação Nacional das Associações de Pessoas com Doença Falciforme;

III - 1 (um) representante da Frente Parlamentar da Hemofilia da Câmara dos Deputados; e

IV - 1 (um) representante da Frente Parlamentar da Indústria Pública de Medicamentos da Câmara dos Deputados.

§ 2º A coordenação da Câmara de Assessoramento ficará a cargo do representante da Secretaria de Atenção à Saúde, descrito no inciso I do "caput".

§ 3º Os membros da Câmara de Assessoramento à Política Nacional de Sangue, Componentes e Derivados serão indicados pelos titulares dos respectivos órgãos e entidades e nomeados por ato da SAS/MS.

§ 4º Cada membro da Câmara de Assessoramento terá um suplente obedecendo a mesma representação e indicação.

§ 5º A representação na Câmara de Assessoramento será revisada a cada 2 (dois) anos, ou a qualquer tempo, conforme conveniência e necessidade para substituição das indicações.

§ 6º A representação de que trata o inciso II do § 1º deverá se manifestar em conjunto no respectivo segmento de representantes, nas discussões da Câmara de Assessoramento.

§ 7º É facultado ao coordenador da Câmara de Assessoramento solicitar aos órgãos e entidades representados na Câmara a substituição de seus representantes, no caso de conflito de natureza ético-profissional, ou ainda por ausência do titular e suplente, sem justificativa, a 2 (duas) reuniões consecutivas.

§ 8º Em caso de pauta de discussão relativa à produção industrial de hemoderivados e demais produtos hemoterápicos, poderá ser requerida a participação ad hoc de até 3 (três) representantes dos laboratórios públicos oficiais, previamente definidos na forma do § 3º deste artigo.

§ 9º Os participantes de que trata o § 8º deverão se manifestar em conjunto no respectivo segmento de representantes.

Art. 5º A participação na Câmara de Assessoramento será considerada como ato de relevante interesse para a saúde pública e seus participantes não serão remunerados.

Art. 6º Os membros representantes na Câmara de Assessoramento subscreverão as seguintes declarações, por ocasião do início de suas atividades:

I - declaração de conflito de interesse, conforme modelo constante do Anexo 1; e

II - declaração de confidencialidade, conforme modelo constante do Anexo 2.

§ 1º Em caso de conflito de interesse por qualquer dos representantes, sejam titulares ou suplentes, cabe à Câmara de Assessoramento, por maioria simples, avaliar a conveniência ou não da manutenção do representante na Câmara, com posterior comunicação do fato à Coordenação-Geral de Sangue e Hemoderivados - CGSH/DAET/SAS/MS, para emissão de parecer e submissão à SAS/MS para deliberação.

§ 2º Em caso de quebra de confidencialidade por qualquer dos membros da Câmara de Assessoramento, sejam titulares ou suplentes, cabe à CGSH/DAET/SAS/MS efetuar a imediata suspensão do representante das atividades da Câmara de Assessoramento, com posterior emissão de parecer e submissão à SAS/MS, para deliberar quanto à exclusão do referido representante.

Art. 7º A Câmara de Assessoramento reunir-se-á ordinariamente 2 (duas) vezes ao ano, ou extraordinariamente, sempre por convocação da coordenação da Câmara.

§ 1º Compete à coordenação da Câmara de Assessoramento a convocação dos membros, a organização das reuniões, a elaboração e divulgação da pauta e atas de reunião e o arquivo dos documentos elaborados.

§ 2º Os temas a serem incluídos na pauta de reunião serão propostos pela Coordenação da Câmara de Assessoramento, com antecedência não inferior a 5 (cinco) dias úteis da data de início da reunião.

§ 3º O Ministério da Saúde custeará despesas de passagens e diárias para participação de membros ou convidados nas reuniões da Câmara de Assessoramento, observado o disposto no § 1º do art. 3º-A do Decreto nº 5.992, de 19 de dezembro de 2006.

Art. 8º A Câmara de Assessoramento poderá constituir grupos de trabalho, de estudos e de pesquisa para a execução de atividades pontuais, bem como convidar consultores "ad hoc", profissionais e/ou entidades de saúde de outros órgãos da Administração Pública, de entidades não governamentais, bem como especialistas em assunto relacionadas às áreas de hematologia e hemoterapia e afins, sempre que entender necessária a sua colaboração para o pleno alcance das suas finalidades.

Parágrafo único. A estruturação dos grupos de trabalho citados no "caput" ficará a cargo da SAS/MS, que o fará por meio de ato específico para este fim.

Anexo 1 do Anexo IX

Declaração de conflito de interesse (modelo)

Eu, <nome completo>, <nacionalidade>, <estado civil>, <profissão>, inscrito (a) no CPF/MF sob o nº < nº do CPF>, declaro junto ao Ministério da Saúde, para fins de atuação como membro colaborador na Câmara de Assessoramento de que trata a Portaria GM/MS _____, que possuo os potenciais conflitos de interesse, entre outras condições relevantes, as seguintes:

( ) Vínculo empregatício com instituição de natureza privada: (citar) _____ .

( ) Consultoria técnica em andamento: (citar) _____ .

( ) Membro de comitê técnico assessor de empresas produtoras de medicamentos, vacinas, exames laboratoriais ou outros equipamentos e tecnologias que integrem ou possam vir a integrar protocolos utilizados nas atividades da área de sangue e hemoderivados: (citar) _____ .

( ) Vínculo de emprego, contrato de consultoria ou ações de organização(ões) civis que, de alguma forma, possam ter benefícios ou prejuízos com a sua participação no Câmara de Assessoramento: (citar) _____ .

( ) Outro: (especificar) _____ .

( ) não possuo conflitos de interesses relevantes para a atuação nas atividades da área de sangue e hemoderivados desenvolvidas pelo Ministério da Saúde.

Por fim, comprometo-me a informar à CGSH/DAET/SAS/MS a ocorrência de qualquer alteração posterior em minha situação de conflito de interesse, para conhecimento e avaliação.

Em ___/ ___/ ____

_____

Assinatura

Anexo 2 do Anexo IX

Declaração de Confidencialidade (modelo)

Eu, <nome completo>, <nacionalidade>, <estado civil>, <profissão>, inscrito (a) no CPF/MF sob o nº < nº do CPF>, assumo o compromisso de manter confidencialidade e sigilo sobre todas as informações técnicas e outras a que tiver acesso, relacionadas à Câmara de Assessoramento de que trata a Portaria GM/MS _____.

Por este Termo de Confidencialidade comprometo-me a:

1. Não utilizar as informações confidenciais a que tiver acesso para gerar benefício próprio exclusivo e/ou unilateral, presente ou futuro, ou para uso de terceiros;

2. Não efetuar nenhuma gravação ou cópia da documentação confidencial a que tiver acesso relacionada ao programa mencionado, a não ser aquelas necessárias à atividade, e com autorização da CGSH/MS ou da direção dos serviços de saúde sob os quais há a atuação da Câmara de Assessoramento;

3. Não me apropriar ou para outrem de material confidencial e/ou sigiloso que venha a ser disponível através do programa mencionado;

4. Não repassar o conhecimento das informações confidenciais e/ou estratégicas do Ministério da Saúde, responsabilizando-me por todas as pessoas que vierem a ter acesso às informações por meu intermédio.

A vigência da obrigação de confidencialidade, assumida pela minha pessoa por meio deste termo, será por tempo indeterminado, ou enquanto a informação não for tornada de conhecimento público por qualquer outra pessoa, ou ainda, mediante autorização escrita, concedida à minha pessoa pelas partes interessadas neste termo.

Pelo não cumprimento do presente Termo de Confidencialidade, fico ciente de todas as sanções judiciais que poderão advir.

Em ___/ ___/ ____

_____

Assinatura

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800097

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA N° 748, DE 27 DE MARÇO DE 2018

Dispõe sobre a prestação de apoio financeiro pelo Ministério da Saúde aos entes federativos que recebem o Fundo de Participação dos Municípios - FPM, no exercício de 2018, nos termos da Medida Provisória nº 815, de 29 de dezembro de 2017.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando o que determina a Medida Provisória nº 815, de 29 de dezembro de 2017, que dispõe sobre a prestação de apoio financeiro pela União aos entes federativos que recebem o Fundo de Participação dos Municípios - FPM, no exercício de 2018;

Considerando a Lei nº 13.633, de 12 de março de 2018, que abriu, em favor do Ministério da Saúde, crédito especial no valor de R$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), para prestar o apoio financeiro a que se refere a Medida Provisória nº 815, de 2017;

Considerando o Ofício SEI nº 5/2018/GERED/COINT/SURIN/STN-MF, enviado pela Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda ao Ministério da Saúde, que informa a relação da distribuição do apoio financeiro por município segundo os critérios estabelecidos para o FPM, nos termos do parágrafo único do art. 1º da Medida Provisória nº 815, de 2017, resolve:

Art. 1º Esta Portaria dispõe sobre a prestação de apoio financeiro pelo Ministério da Saúde, no valor de R$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), aos entes federativos que recebem o Fundo de Participação dos Municípios - FPM, no exercício de 2018, nos termos da Medida Provisória nº 815, de 29 de dezembro de 2017, com o objetivo de superar dificuldades financeiras emergenciais na área de saúde.

Art. 2º O cálculo do valor do apoio financeiro previsto nesta Portaria que caberá a cada um dos municípios observará as mesmas proporções aplicáveis ao FPM para o ano de 2018.

§ 1º Os valores que serão repassados a cada município, a título de apoio financeiro, são os constantes no Anexo.

§ 2º O apoio financeiro será repassado aos municípios e ao Distrito Federal na modalidade fundo a fundo, em parcela única, e compõe os recursos referentes ao Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde.

§ 3º Os municípios relacionados no Anexo encontram-se habilitados a receber o repasse do apoio financeiro previsto nesta Portaria.

Art. 3º O apoio financeiro de que trata esta Portaria deverá ser destinado ao custeio da:

I - Atenção Básica;

II - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar;

III - Assistência Farmacêutica;

IV - Vigilância em Saúde; ou

V - Gestão do SUS.

Art. 4º A prestação de contas sobre a aplicação do recursos relativos ao apoio financeiro previsto nesta Portaria será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do ente federativo beneficiado, nos termos do art. 1.147 da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para os repasses previstos nesta Portaria mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção à Saúde.

Art. 6º Os recursos de que trata esta Portaria deverão onerar a funcional programática 10.845.0903.00QR.001 - Apoio financeiro pela União aos entes federativos que recebem o Fundo de Participação dos Municípios - FPM (Medida Provisória nº 815, de 29/12/2017).

Art. 7º Os repasses do apoio financeiro previsto nesta Portaria ficam condicionados à prévia disponibilidade orçamentária e financeira.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

UF	Código IBGE	MUNICÍPIO	FAVORECIDO	CNPJ	Apoio financeiro - Lei 13.633/18 - Min. Saúde/FNS
AC	1200013	Acrelândia	Fundo Municipal de Saúde	11738889000125	92.370,73
AC	1200054	Assis Brasil	Fundo Municipal de Saúde	12442124000106	55.422,44
AC	1200104	Brasiléia	Fundo Municipal de Saúde	09622055000108	129.319,02
AC	1200138	Bujari	Fundo Municipal de Saúde	19916625000126	55.422,44
AC	1200179	Capixaba	Fundo Municipal de Saúde	12456144000136	73.896,58
AC	1200203	Cruzeiro do Sul	Fundo Municipal de Saúde	11370229000134	258.638,05
AC	1200252	Epitaciolândia	Fundo Municipal de Saúde	19023249000140	110.844,88
AC	1200302	Feijó	Fundo Municipal de Saúde	12477601000179	147.793,17
AC	1200328	Jordão	Fundo Municipal de Saúde	11373970000159	55.422,44
AC	1200336	Mâncio Lima	Fundo Municipal de Saúde	12158466000107	110.844,88
AC	1200344	Manoel Urbano	Fundo Municipal de Saúde	12289482000120	55.422,44
AC	1200351	Marechal Thaumaturgo	Fundo Municipal de Saúde	11428461000186	110.844,88
AC	1200385	Plácido de Castro	Fundo Municipal de Saúde	11794838000110	110.844,88
AC	1200807	Porto Acre	Fundo Municipal de Saúde	11812868000102	110.844,88
AC	1200393	Porto Walter	Fundo Municipal de Saúde	11803737000169	73.896,58
AC	1200401	Rio Branco	Fundo Municipal de Saúde	84317205000195	3.102.111,24
AC	1200427	Rodrigues Alves	Fundo Municipal de Saúde	11591240000124	110.844,88
AC	1200435	Santa Rosa do Purus	Fundo Municipal de Saúde	12462454000163	55.422,44
AC	1200500	Sena Madureira	Fundo Municipal de Saúde	12415300000110	166.267,32
AC	1200450	Senador Guiomard	Fundo Municipal de Saúde	02296124000191	110.844,88
AC	1200609	Tarauacá	Fundo Municipal de Saúde	11507430000110	166.267,32
AC	1200708	Xapuri	Fundo Municipal de Saúde	12465477000121	110.844,88
AL	2700102	Água Branca	Fundo Municipal de Saúde	11502413000190	182.867,35
AL	2700201	Anadia	Fundo Municipal de Saúde	12306877000194	182.867,35
AL	2700300	Arapiraca	Fundo Municipal de Saúde	21013754000156	987.609,84
AL	2700409	Atalaia	Fundo Municipal de Saúde	11301685000122	304.778,92
AL	2700508	Barra de Santo Antônio	Fundo Municipal de Saúde	11347540000162	152.389,46
AL	2700607	Barra de São Miguel	Fundo Municipal de Saúde	12550426000106	91.433,67
AL	2700706	Batalha	Fundo Municipal de Saúde	19085920000188	182.867,35
AL	2700805	Belém	Fundo Municipal de Saúde	11185950000154	91.433,67
AL	2700904	Belo Monte	Fundo Municipal de Saúde	11338070000170	91.433,67
AL	2701001	Boca da Mata	Fundo Municipal de Saúde	11323039000166	213.345,24
AL	2701100	Branquinha	Fundo Municipal de Saúde	11159820000147	121.911,57
AL	2701209	Cacimbinhas	Fundo Municipal de Saúde	11330865000132	121.911,57
AL	2701308	Cajueiro	Fundo Municipal de Saúde	11436366000124	182.867,35
AL	2701357	Campestre	Fundo Municipal de Saúde	11272240000161	91.433,67
AL	2701407	Campo Alegre	Fundo Municipal de Saúde	19296278000186	335.256,81
AL	2701506	Campo Grande	Fundo Municipal de Saúde	11169951000105	91.433,67
AL	2701605	Canapi	Fundo Municipal de Saúde	12091467000173	182.867,35
AL	2701704	Capela	Fundo Municipal de Saúde	11203936000136	182.867,35
AL	2701803	Carneiros	Fundo Municipal de Saúde	12657662000118	91.433,67
AL	2701902	Chã Preta	Fundo Municipal de Saúde	11401087000125	91.433,67
AL	2702009	Coité do Nóia	Fundo Municipal de Saúde	11407477000102	121.911,57
AL	2702108	Colônia Leopoldina	Fundo Municipal de Saúde	11475162000100	182.867,35
AL	2702207	Coqueiro Seco	Fundo Municipal de Saúde	11463225000109	91.433,67
AL	2702306	Coruripe	Fundo Municipal de Saúde	11970318000111	335.256,81
AL	2702355	Craíbas	Fundo Municipal de Saúde	11343711000185	213.345,24
AL	2702405	Delmiro Gouveia	Fundo Municipal de Saúde	11261089000166	335.256,81
AL	2702504	Dois Riachos	Fundo Municipal de Saúde	11415703000105	121.911,57
AL	2702553	Estrela de Alagoas	Fundo Municipal de Saúde	11193150000185	182.867,35
AL	2702603	Feira Grande	Fundo Municipal de Saúde	11235511000109	182.867,35
AL	2702702	Feliz Deserto	Fundo Municipal de Saúde	11759854000172	91.433,67
AL	2702801	Flexeiras	Fundo Municipal de Saúde	11895474000165	121.911,57

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800098

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

AL	2702900	Girau do Ponciano	Fundo Municipal de Saúde	11277599000121	274.301,03
AL	2703007	Ibateguara	Fundo Municipal de Saúde	11260658000159	152.389,46
AL	2703106	Igaci	Fundo Municipal de Saúde	11297443000102	213.345,24
AL	2703205	Igreja Nova	Fundo Municipal de Saúde	11197813000130	213.345,24
AL	2703304	Inhapi	Fundo Municipal de Saúde	11183264000144	182.867,35
AL	2703403	Jacaré dos Homens	Fundo Municipal de Saúde	12342368000117	91.433,67
AL	2703502	Jacuípe	Fundo Municipal de Saúde	12584054000120	91.433,67
AL	2703601	Japaratinga	Fundo Municipal de Saúde	14029232000187	91.433,67
AL	2703700	Jaramataia	Fundo Municipal de Saúde	22012932000197	91.433,67
AL	2703759	Jequiá da Praia	Fundo Municipal de Saúde	11926143000145	121.911,57
AL	2703809	Joaquim Gomes	Fundo Municipal de Saúde	11991357000103	213.345,24
AL	2703908	Jundiá	Fundo Municipal de Saúde	11351867000108	91.433,67
AL	2704005	Junqueiro	Fundo Municipal de Saúde	11768552000160	213.345,24
AL	2704104	Lagoa da Canoa	Fundo Municipal de Saúde	09056075000169	182.867,35
AL	2704203	Limoeiro de Anadia	Fundo Municipal de Saúde	11269277000130	213.345,24
AL	2704302	Maceió	Fundo Municipal de Saúde	07792137000175	4.308.487,83
AL	2704401	Major Isidoro	Fundo Municipal de Saúde	12907233000151	182.867,35
AL	2704906	Mar Vermelho	Fundo Municipal de Saúde	11594727000160	91.433,67
AL	2704500	Maragogi	Fundo Municipal de Saúde	11781909000140	243.823,14
AL	2704609	Maravilha	Fundo Municipal de Saúde	11402479000109	91.433,67
AL	2704708	Marechal Deodoro	Fundo Municipal de Saúde	11294109000103	335.256,81
AL	2704807	Maribondo	Fundo Municipal de Saúde	11264135000180	121.911,57
AL	2705002	Mata Grande	Fundo Municipal de Saúde	19707059000142	213.345,24
AL	2705101	Matriz de Camaragibe	Fundo Municipal de Saúde	13164739000180	213.345,24
AL	2705200	Messias	Fundo Municipal de Saúde	11292555000170	182.867,35
AL	2705309	Minador do Negrão	Fundo Municipal de Saúde	11206753000174	91.433,67
AL	2705408	Monteirópolis	Fundo Municipal de Saúde	13079412000100	91.433,67
AL	2705507	Murici	Fundo Municipal de Saúde	11120699000140	213.345,24
AL	2705606	Novo Lino	Fundo Municipal de Saúde	11272216000122	121.911,57
AL	2705705	Olho d'Água das Flores	Fundo Municipal de Saúde	11438291000110	182.867,35
AL	2705804	Olho d'Água do Casado	Fundo Municipal de Saúde	13890745000115	91.433,67
AL	2705903	Olho d'Água Grande	Fundo Municipal de Saúde	11207613000110	91.433,67
AL	2706000	Olivença	Fundo Municipal de Saúde	11248030000138	121.911,57
AL	2706109	Ouro Branco	Fundo Municipal de Saúde	14188779000125	121.911,57
AL	2706208	Palestina	Fundo Municipal de Saúde	13870154000186	91.433,67
AL	2706307	Palmeira dos Índios	Fundo Municipal de Saúde	11185701000169	396.212,60
AL	2706406	Pão de Açúcar	Fundo Municipal de Saúde	09687192000120	213.345,24
AL	2706422	Pariconha	Fundo Municipal de Saúde	12092124000123	121.911,57
AL	2706448	Paripueira	Fundo Municipal de Saúde	11432702000160	121.911,57
AL	2706505	Passo de Camaragibe	Fundo Municipal de Saúde	11408429000139	152.389,46
AL	2706604	Paulo Jacinto	Fundo Municipal de Saúde	11224453000118	91.433,67
AL	2706703	Penedo	Fundo Municipal de Saúde	11286018000118	365.734,71
AL	2706802	Piaçabuçu	Fundo Municipal de Saúde	11277335000178	182.867,35
AL	2706901	Pilar	Fundo Municipal de Saúde	11405124000173	243.823,14
AL	2707008	Pindoba	Fundo Municipal de Saúde	11243983000103	91.433,67
AL	2707107	Piranhas	Fundo Municipal de Saúde	11197317000186	213.345,24
AL	2707206	Poço das Trincheiras	Fundo Municipal de Saúde	11252928000180	152.389,46
AL	2707305	Porto Calvo	Fundo Municipal de Saúde	11312579000144	213.345,24
AL	2707404	Porto de Pedras	Fundo Municipal de Saúde	11652985000156	91.433,67
AL	2707503	Porto Real do Colégio	Fundo Municipal de Saúde	11698613000160	182.867,35
AL	2707602	Quebrangulo	Fundo Municipal de Saúde	07543773000163	121.911,57
AL	2707701	Rio Largo	Fundo Municipal de Saúde	11615319000148	396.212,60
AL	2707800	Roteiro	Fundo Municipal de Saúde	11408057000140	91.433,67
AL	2707909	Santa Luzia do Norte	Fundo Municipal de Saúde	09664964000109	91.433,67
AL	2708006	Santana do Ipanema	Fundo Municipal de Saúde	19433048000111	304.778,92
AL	2708105	Santana do Mundaú	Fundo Municipal de Saúde	10254294000131	121.911,57
AL	2708204	São Brás	Fundo Municipal de Saúde	11259289000184	91.433,67
AL	2708303	São José da Laje	Fundo Municipal de Saúde	11538959000100	213.345,24
AL	2708402	São José da Tapera	Fundo Municipal de Saúde	11314682000123	243.823,14
AL	2708501	São Luís do Quitunde	Fundo Municipal de Saúde	11940419000140	243.823,14
AL	2708600	São Miguel dos Campos	Fundo Municipal de Saúde	11891087000150	365.734,71
AL	2708709	São Miguel dos Milagres	Fundo Municipal de Saúde	11334531000137	91.433,67
AL	2708808	São Sebastião	Fundo Municipal de Saúde	10013384000130	243.823,14
AL	2708907	Satuba	Fundo Municipal de Saúde	13232096000165	152.389,46
AL	2708956	Senador Rui Palmeira	Fundo Municipal de Saúde	11348088000153	152.389,46
AL	2709004	Tanque d'Arca	Fundo Municipal de Saúde	11498699000188	91.433,67
AL	2709103	Taquarana	Fundo Municipal de Saúde	12876649000150	182.867,35
AL	2709152	Teotônio Vilela	Fundo Municipal de Saúde	11780685000152	304.778,92
AL	2709202	Traipu	Fundo Municipal de Saúde	22148724000110	213.345,24
AL	2709301	União dos Palmares	Fundo Municipal de Saúde	11120612000134	365.734,71
AL	2709400	Viçosa	Fundo Municipal de Saúde	11418299000115	213.345,24
AM	1300029	Alvarães	Fundo Municipal de Saúde	12489986000194	118.747,55
AM	1300060	Amaturá	Fundo Municipal de Saúde	12747906000153	94.998,04
AM	1300086	Anamã	Fundo Municipal de Saúde	11874490000171	94.998,04
AM	1300102	Anori	Fundo Municipal de Saúde	12185080000186	142.497,06
AM	1300144	Apuí	Fundo Municipal de Saúde	12834320000126	142.497,06
AM	1300201	Atalaia do Norte	Fundo Municipal de Saúde	97531081000198	142.497,06
AM	1300300	Autazes	Fundo Municipal de Saúde	11622855000170	213.745,59
AM	1300409	Barcelos	Fundo Municipal de Saúde	13706157000189	166.246,57
AM	1300508	Barreirinha	Fundo Municipal de Saúde	11911964000108	189.996,08
AM	1300607	Benjamin Constant	Fundo Municipal de Saúde	12507101000132	213.745,59
AM	1300631	Beruri	Fundo Municipal de Saúde	12795862000137	142.497,06

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800099

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

AM	1300680	Boa Vista do Ramos	Fundo Municipal de Saúde	11874038000100	142.497,06
AM	1300706	Boca do Acre	Fundo Municipal de Saúde	12750099000128	189.996,08
AM	1300805	Borba	Fundo Municipal de Saúde	10471924000120	213.745,59
AM	1300839	Caapiranga	Fundo Municipal de Saúde	11639967000134	94.998,04
AM	1300904	Canutama	Fundo Municipal de Saúde	09601841000129	118.747,55
AM	1301001	Carauari	Fundo Municipal de Saúde	14090756000183	166.246,57
AM	1301100	Careiro	Fundo Municipal de Saúde	12698436000185	213.745,59
AM	1301159	Careiro da Várzea	Fundo Municipal de Saúde	13701515000160	166.246,57
AM	1301209	Coari	Fundo Municipal de Saúde	11510924000154	332.493,14
AM	1301308	Codajás	Fundo Municipal de Saúde	13885137000112	166.246,57
AM	1301407	Eirunepé	Fundo Municipal de Saúde	12135459000181	189.996,08
AM	1301506	Envira	Fundo Municipal de Saúde	13882761000166	142.497,06
AM	1301605	Fonte Boa	Fundo Municipal de Saúde	12993727000104	142.497,06
AM	1301654	Guajará	Fundo Municipal de Saúde	11751227000195	118.747,55
AM	1301704	Humaitá	Fundo Municipal de Saúde	11813811000128	261.244,61
AM	1301803	Ipixuna	Fundo Municipal de Saúde	13709333000136	166.246,57
AM	1301852	Iranduba	Fundo Municipal de Saúde	12699291000137	237.495,10
AM	1301902	Itacoatiara	Fundo Municipal de Saúde	13639469000117	356.242,65
AM	1301951	Itamarati	Fundo Municipal de Saúde	13968738000199	71.248,53
AM	1302009	Itapiranga	Fundo Municipal de Saúde	11620280000157	71.248,53
AM	1302108	Japurá	Fundo Municipal de Saúde	12245586000133	71.248,53
AM	1302207	Juruá	Fundo Municipal de Saúde	12150282000192	118.747,55
AM	1302306	Jutaí	Fundo Municipal de Saúde	11636170000183	118.747,55
AM	1302405	Lábrea	Fundo Municipal de Saúde	07783123000195	237.495,10
AM	1302504	Manacapuru	Fundo Municipal de Saúde	12334812000152	356.242,65
AM	1302553	Manaquiri	Fundo Municipal de Saúde	12125608000121	189.996,08
AM	1302603	Manaus	Fundo Municipal de Saúde	07583812000156	5.428.694,67
AM	1302702	Manicoré	Fundo Municipal de Saúde	13583393000155	261.244,61
AM	1302801	Maraã	Fundo Municipal de Saúde	13342490000156	142.497,06
AM	1302900	Maués	Fundo Municipal de Saúde	11793392000100	284.994,12
AM	1303007	Nhamundá	Fundo Municipal de Saúde	11700992000186	142.497,06
AM	1303106	Nova Olinda do Norte	Fundo Municipal de Saúde	11880009000150	189.996,08
AM	1303205	Novo Airão	Fundo Municipal de Saúde	13889703000164	142.497,06
AM	1303304	Novo Aripuanã	Fundo Municipal de Saúde	14136159000142	166.246,57
AM	1303403	Parintins	Fundo Municipal de Saúde	11429713000191	379.992,16
AM	1303502	Pauini	Fundo Municipal de Saúde	12726459000156	142.497,06
AM	1303536	Presidente Figueiredo	Fundo Municipal de Saúde	12804343000198	189.996,08
AM	1303569	Rio Preto da Eva	Fundo Municipal de Saúde	13284015000170	189.996,08
AM	1303601	Santa Isabel do Rio Negro	Fundo Municipal de Saúde	12975668000133	166.246,57
AM	1303700	Santo Antônio do Içá	Fundo Municipal de Saúde	12404982000166	166.246,57
AM	1303809	São Gabriel da Cachoeira	Fundo Municipal de Saúde	12797479000118	237.495,10
AM	1303908	São Paulo de Olivença	Fundo Municipal de Saúde	12093683000158	213.745,59
AM	1303957	São Sebastião do Uatumã	Fundo Municipal de Saúde	12446725000197	94.998,04
AM	1304005	Silves	Fundo Municipal de Saúde	13764128000173	71.248,53
AM	1304062	Tabatinga	Fundo Municipal de Saúde	12629603000136	284.994,12
AM	1304104	Tapauá	Fundo Municipal de Saúde	13851846000187	142.497,06
AM	1304203	Tefé	Fundo Municipal de Saúde	07807682000198	284.994,12
AM	1304237	Tonantins	Fundo Municipal de Saúde	12462308000138	142.497,06
AM	1304260	Uarini	Fundo Municipal de Saúde	13865904000121	118.747,55
AM	1304302	Urucará	Fundo Municipal de Saúde	14991355000102	142.497,06
AM	1304401	Urucurituba	Fundo Municipal de Saúde	11863309000121	142.497,06
AP	1600105	Amapá	Fundo Municipal de Saúde	11739074000160	43.470,66
AP	1600204	Calçoene	Fundo Municipal de Saúde	11694812000109	57.960,86
AP	1600212	Cutias	Fundo Municipal de Saúde	12008067000151	43.470,66
AP	1600238	Ferreira Gomes	Fundo Municipal de Saúde	11850721000107	43.470,66
AP	1600253	Itaubal	Fundo Municipal de Saúde	13750982000180	43.470,66
AP	1600279	Laranjal do Jari	Fundo Municipal de Saúde	11707402000147	144.902,17
AP	1600303	Macapá	Fundo Municipal de Saúde	18604334000130	2.757.432,21
AP	1600402	Mazagão	Fundo Municipal de Saúde	11347306000135	86.941,30
AP	1600501	Oiapoque	Fundo Municipal de Saúde	12250723000128	101.431,52
AP	1600154	Pedra Branca do Amapari	Fundo Municipal de Saúde	11831471000168	72.451,08
AP	1600535	Porto Grande	Fundo Municipal de Saúde	11844616000165	86.941,30
AP	1600550	Pracuúba	Fundo Municipal de Saúde	11894261000119	43.470,66
AP	1600600	Santana	Fundo Municipal de Saúde	11193442000118	246.333,69
AP	1600055	Serra do Navio	Fundo Municipal de Saúde	11840565000101	43.470,66
AP	1600709	Tartarugalzinho	Fundo Municipal de Saúde	13991993000152	72.451,08
AP	1600808	Vitória do Jari	Fundo Municipal de Saúde	12456167000140	72.451,08
BA	2900108	Abaíra	Fundo Municipal de Saúde	09688176000152	89.919,70
BA	2900207	Abaré	Fundo Municipal de Saúde	10235493000100	179.839,40
BA	2900306	Acajutiba	Fundo Municipal de Saúde	13601234000136	149.866,17
BA	2900355	Adustina	Fundo Municipal de Saúde	11650248000114	179.839,40
BA	2900405	Água Fria	Fundo Municipal de Saúde	13900292000160	179.839,40
BA	2900603	Aiquara	Fundo Municipal de Saúde	13009299000197	89.919,70
BA	2900702	Alagoinhas	Fundo Municipal de Saúde	11325698000131	909.738,24
BA	2900801	Alcobaça	Fundo Municipal de Saúde	11431690000150	179.839,40
BA	2900900	Almadina	Fundo Municipal de Saúde	11599197000143	89.919,70
BA	2901007	Amargosa	Fundo Municipal de Saúde	97553416000179	269.759,10
BA	2901106	Amélia Rodrigues	Fundo Municipal de Saúde	12426325000110	209.812,64
BA	2901155	América Dourada	Fundo Municipal de Saúde	13813887000189	149.866,17
BA	2901205	Anagé	Fundo Municipal de Saúde	11076656000104	179.839,40
BA	2901304	Andaraí	Fundo Municipal de Saúde	11690819000144	149.866,17

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800100

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

BA	2901353	Andorinha	Fundo Municipal de Saúde	11413442000186	149.866,17
BA	2901403	Angical	Fundo Municipal de Saúde	09306394000185	149.866,17
BA	2901502	Anguera	Fundo Municipal de Saúde	12755472000133	119.892,93
BA	2901601	Antas	Fundo Municipal de Saúde	11454934000110	179.839,40
BA	2901700	Antônio Cardoso	Fundo Municipal de Saúde	12461746000181	119.892,93
BA	2901809	Antônio Gonçalves	Fundo Municipal de Saúde	10645987000155	119.892,93
BA	2901908	Aporá	Fundo Municipal de Saúde	11257998000120	179.839,40
BA	2901957	Apuarema	Fundo Municipal de Saúde	11398234000155	89.919,70
BA	2902054	Araças	Fundo Municipal de Saúde	11533245000109	119.892,93
BA	2902005	Aracatu	Fundo Municipal de Saúde	11656635000168	149.866,17
BA	2902104	Araci	Fundo Municipal de Saúde	09291555000104	329.705,57
BA	2902203	Aramari	Fundo Municipal de Saúde	13768532000115	119.892,93
BA	2902252	Arataca	Fundo Municipal de Saúde	13813192000105	119.892,93
BA	2902302	Aratuípe	Fundo Municipal de Saúde	11412421000146	89.919,70
BA	2902401	Aurelino Leal	Fundo Municipal de Saúde	11493886000179	119.892,93
BA	2902500	Baianópolis	Fundo Municipal de Saúde	11283327000134	149.866,17
BA	2902609	Baixa Grande	Fundo Municipal de Saúde	11573200000150	179.839,40
BA	2902658	Banzaê	Fundo Municipal de Saúde	11303247000101	149.866,17
BA	2902708	Barra	Fundo Municipal de Saúde	10444584000148	329.705,57
BA	2902807	Barra da Estiva	Fundo Municipal de Saúde	10601785000101	179.839,40
BA	2902906	Barra do Choça	Fundo Municipal de Saúde	11242110000186	239.785,87
BA	2903003	Barra do Mendes	Fundo Municipal de Saúde	11662191000173	149.866,17
BA	2903102	Barra do Rocha	Fundo Municipal de Saúde	10790994000140	89.919,70
BA	2903201	Barreiras	Fundo Municipal de Saúde	08595187000125	939.711,48
BA	2903235	Barro Alto	Fundo Municipal de Saúde	11429756000177	149.866,17
BA	2903300	Barro Preto	Fundo Municipal de Saúde	11516078000180	89.919,70
BA	2903276	Barrocas	Fundo Municipal de Saúde	13859767000112	149.866,17
BA	2903409	Belmonte	Fundo Municipal de Saúde	12162235000169	209.812,64
BA	2903508	Belo Campo	Fundo Municipal de Saúde	09355344000198	179.839,40
BA	2903607	Biritinga	Fundo Municipal de Saúde	11850491000186	149.866,17
BA	2903706	Boa Nova	Fundo Municipal de Saúde	11896996000181	149.866,17
BA	2903805	Boa Vista do Tupim	Fundo Municipal de Saúde	13862190000106	179.839,40
BA	2903904	Bom Jesus da Lapa	Fundo Municipal de Saúde	11096167000114	359.678,81
BA	2903953	Bom Jesus da Serra	Fundo Municipal de Saúde	11834940000100	119.892,93
BA	2904001	Boninal	Fundo Municipal de Saúde	13066068000115	149.866,17
BA	2904050	Bonito	Fundo Municipal de Saúde	11323301000172	179.839,40
BA	2904100	Boquira	Fundo Municipal de Saúde	11527599000132	179.839,40
BA	2904209	Botuporã	Fundo Municipal de Saúde	11352889000192	119.892,93
BA	2904308	Brejões	Fundo Municipal de Saúde	11426748000177	149.866,17
BA	2904407	Brejolândia	Fundo Municipal de Saúde	11235482000185	119.892,93
BA	2904506	Brotas de Macaúbas	Fundo Municipal de Saúde	11419963000140	119.892,93
BA	2904605	Brumado	Fundo Municipal de Saúde	13759150000125	359.678,81
BA	2904704	Buerarema	Fundo Municipal de Saúde	13558360000155	179.839,40
BA	2904753	Buritirama	Fundo Municipal de Saúde	12308501000119	179.839,40
BA	2904803	Caatiba	Fundo Municipal de Saúde	12091398000106	89.919,70
BA	2904852	Cabaceiras do Paraguaçu	Fundo Municipal de Saúde	11463377000101	179.839,40
BA	2904902	Cachoeira	Fundo Municipal de Saúde	11318061000118	239.785,87
BA	2905008	Caculé	Fundo Municipal de Saúde	12419478000130	209.812,64
BA	2905107	Caém	Fundo Municipal de Saúde	10280549000130	89.919,70
BA	2905156	Caetanos	Fundo Municipal de Saúde	12646157000178	149.866,17
BA	2905206	Caetité	Fundo Municipal de Saúde	11418640000132	329.705,57
BA	2905305	Cafarnaum	Fundo Municipal de Saúde	13770489000122	179.839,40
BA	2905404	Cairu	Fundo Municipal de Saúde	11406106000106	179.839,40
BA	2905503	Caldeirão Grande	Fundo Municipal de Saúde	13832465000150	149.866,17
BA	2905602	Camacan	Fundo Municipal de Saúde	09466021000171	239.785,87
BA	2905701	Camaçari	Fundo Municipal de Saúde	11432780000165	939.711,48
BA	2905800	Camamu	Fundo Municipal de Saúde	11514326000153	239.785,87
BA	2905909	Campo Alegre de Lourdes	Fundo Municipal de Saúde	11920484000103	209.812,64
BA	2906006	Campo Formoso	Fundo Municipal de Saúde	11629975000108	389.652,04
BA	2906105	Canápolis	Fundo Municipal de Saúde	12442432000131	89.919,70
BA	2906204	Canarana	Fundo Municipal de Saúde	11457534000168	209.812,64
BA	2906303	Canavieiras	Fundo Municipal de Saúde	12744741000166	239.785,87
BA	2906402	Candeal	Fundo Municipal de Saúde	13713947000191	89.919,70
BA	2906501	Candeias	Fundo Municipal de Saúde	10869131000163	419.625,28
BA	2906600	Candiba	Fundo Municipal de Saúde	11634059000158	149.866,17
BA	2906709	Cândido Sales	Fundo Municipal de Saúde	12244652000150	209.812,64
BA	2906808	Cansanção	Fundo Municipal de Saúde	11722278000199	239.785,87
BA	2906824	Canudos	Fundo Municipal de Saúde	12033998000100	179.839,40
BA	2906857	Capela do Alto Alegre	Fundo Municipal de Saúde	11286393000168	119.892,93
BA	2906873	Capim Grosso	Fundo Municipal de Saúde	11390971000101	239.785,87
BA	2906899	Caraíbas	Fundo Municipal de Saúde	10410738000180	89.919,70
BA	2906907	Caravelas	Fundo Municipal de Saúde	11480871000176	179.839,40
BA	2907004	Cardeal da Silva	Fundo Municipal de Saúde	11367682000191	89.919,70
BA	2907103	Carinhanha	Fundo Municipal de Saúde	11747165000148	209.812,64
BA	2907202	Casa Nova	Fundo Municipal de Saúde	11696710000114	389.652,04
BA	2907301	Castro Alves	Fundo Municipal de Saúde	11077024000165	209.812,64
BA	2907400	Catolândia	Fundo Municipal de Saúde	11281576000190	89.919,70
BA	2907509	Catu	Fundo Municipal de Saúde	12313047000194	329.705,57
BA	2907558	Caturama	Fundo Municipal de Saúde	11454947000199	89.919,70
BA	2907608	Central	Fundo Municipal de Saúde	17332026000130	179.839,40
BA	2907707	Chorrochó	Fundo Municipal de Saúde	13938013000158	119.892,93
BA	2907806	Cícero Dantas	Fundo Municipal de Saúde	11642796000100	239.785,87
BA	2907905	Cipó	Fundo Municipal de Saúde	11268456000153	179.839,40
BA	2908002	Coaraci	Fundo Municipal de Saúde	11361260000109	179.839,40

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800101

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

BA	2908101	Cocos	Fundo Municipal de Saúde	11951872000151	179.839,40
BA	2908200	Conceição da Feira	Fundo Municipal de Saúde	12022576000139	179.839,40
BA	2908309	Conceição do Almeida	Fundo Municipal de Saúde	12697713000135	179.839,40
BA	2908408	Conceição do Coité	Fundo Municipal de Saúde	11734182000140	359.678,81
BA	2908507	Conceição do Jacuípe	Fundo Municipal de Saúde	11322978000196	239.785,87
BA	2908606	Conde	Fundo Municipal de Saúde	11498835000130	209.812,64
BA	2908705	Condeúba	Fundo Municipal de Saúde	11740512000100	179.839,40
BA	2908804	Contendas do Sincorá	Fundo Municipal de Saúde	11430861000126	89.919,70
BA	2908903	Coração de Maria	Fundo Municipal de Saúde	11805839000113	209.812,64
BA	2909000	Cordeiros	Fundo Municipal de Saúde	11342536000101	89.919,70
BA	2909109	Coribe	Fundo Municipal de Saúde	11254491000113	149.866,17
BA	2909208	Coronel João Sá	Fundo Municipal de Saúde	11230759000187	179.839,40
BA	2909307	Correntina	Fundo Municipal de Saúde	11392190000156	239.785,87
BA	2909406	Cotegipe	Fundo Municipal de Saúde	10413214000143	149.866,17
BA	2909505	Cravolândia	Fundo Municipal de Saúde	11496506000150	89.919,70
BA	2909604	Crisópolis	Fundo Municipal de Saúde	11125012000169	179.839,40
BA	2909703	Cristópolis	Fundo Municipal de Saúde	09551251000139	149.866,17
BA	2909802	Cruz das Almas	Fundo Municipal de Saúde	11429927000168	359.678,81
BA	2909901	Curaçá	Fundo Municipal de Saúde	11485866000156	239.785,87
BA	2910008	Dário Meira	Fundo Municipal de Saúde	11383499000180	119.892,93
BA	2910057	Dias d'Ávila	Fundo Municipal de Saúde	12284122000136	389.652,04
BA	2910107	Dom Basílio	Fundo Municipal de Saúde	97551413000104	119.892,93
BA	2910206	Dom Macedo Costa	Fundo Municipal de Saúde	11258678000195	89.919,70
BA	2910305	Elísio Medrado	Fundo Municipal de Saúde	12084013000175	89.919,70
BA	2910404	Encruzilhada	Fundo Municipal de Saúde	11550476000112	179.839,40
BA	2910503	Entre Rios	Fundo Municipal de Saúde	13612531000187	269.759,10
BA	2900504	Érico Cardoso	Fundo Municipal de Saúde	11243801000102	119.892,93
BA	2910602	Esplanada	Fundo Municipal de Saúde	11367465000100	269.759,10
BA	2910701	Euclides da Cunha	Fundo Municipal de Saúde	13830236000105	359.678,81
BA	2910727	Eunápolis	Fundo Municipal de Saúde	13879364000135	479.571,74
BA	2910750	Fátima	Fundo Municipal de Saúde	11484552000139	179.839,40
BA	2910776	Feira da Mata	Fundo Municipal de Saúde	11373944000120	89.919,70
BA	2910800	Feira de Santana	Fundo Municipal de Saúde	08576590000107	939.711,48
BA	2910859	Filadélfia	Fundo Municipal de Saúde	10736471000116	179.839,40
BA	2910909	Firmino Alves	Fundo Municipal de Saúde	11417885000145	89.919,70
BA	2911006	Floresta Azul	Fundo Municipal de Saúde	11581218000101	119.892,93
BA	2911105	Formosa do Rio Preto	Fundo Municipal de Saúde	09505077000198	209.812,64
BA	2911204	Gandu	Fundo Municipal de Saúde	11392658000102	239.785,87
BA	2911253	Gavião	Fundo Municipal de Saúde	12798363000101	89.919,70
BA	2911303	Gentio do Ouro	Fundo Municipal de Saúde	11902441000103	119.892,93
BA	2911402	Glória	Fundo Municipal de Saúde	11555139000118	149.866,17
BA	2911501	Gongogi	Fundo Municipal de Saúde	12769464000146	89.919,70
BA	2911600	Governador Mangabeira	Fundo Municipal de Saúde	11285204000132	179.839,40
BA	2911659	Guajeru	Fundo Municipal de Saúde	10725277000135	89.919,70
BA	2911709	Guanambi	Fundo Municipal de Saúde	11926843000130	419.625,28
BA	2911808	Guaratinga	Fundo Municipal de Saúde	09676159000103	179.839,40
BA	2911857	Heliópolis	Fundo Municipal de Saúde	11510687000121	149.866,17
BA	2911907	Iaçu	Fundo Municipal de Saúde	12287402000106	209.812,64
BA	2912004	Ibiassucê	Fundo Municipal de Saúde	11421459000185	89.919,70
BA	2912103	Ibicaraí	Fundo Municipal de Saúde	10796695000113	179.839,40
BA	2912202	Ibicoara	Fundo Municipal de Saúde	11510414000187	179.839,40
BA	2912301	Ibicuí	Fundo Municipal de Saúde	13884435000198	149.866,17
BA	2912400	Ibipeba	Fundo Municipal de Saúde	11457129000140	179.839,40
BA	2912509	Ibipitanga	Fundo Municipal de Saúde	11500259000118	149.866,17
BA	2912608	Ibiquera	Fundo Municipal de Saúde	11194798000176	89.919,70
BA	2912707	Ibirapitanga	Fundo Municipal de Saúde	12184475000164	209.812,64
BA	2912806	Ibirapuã	Fundo Municipal de Saúde	13111837000150	89.919,70
BA	2912905	Ibirataia	Fundo Municipal de Saúde	11415500000100	179.839,40
BA	2913002	Ibitiara	Fundo Municipal de Saúde	11390964000100	149.866,17
BA	2913101	Ibititá	Fundo Municipal de Saúde	12918197000121	179.839,40
BA	2913200	Ibotirama	Fundo Municipal de Saúde	10556184000124	209.812,64
BA	2913309	Ichu	Fundo Municipal de Saúde	12671904000128	89.919,70
BA	2913408	Igaporã	Fundo Municipal de Saúde	10421872000187	149.866,17
BA	2913457	Igrapiúna	Fundo Municipal de Saúde	11474820000131	149.866,17
BA	2913507	Iguaí	Fundo Municipal de Saúde	11188079000142	209.812,64
BA	2913606	Ilhéus	Fundo Municipal de Saúde	08663203000170	939.711,48
BA	2913705	Inhambupe	Fundo Municipal de Saúde	12092015000106	269.759,10
BA	2913804	Ipecaetá	Fundo Municipal de Saúde	13883049000181	149.866,17
BA	2913903	Ipiaú	Fundo Municipal de Saúde	11208165000170	299.732,34
BA	2914000	Ipirá	Fundo Municipal de Saúde	10657240000117	359.678,81
BA	2914109	Ipupiara	Fundo Municipal de Saúde	12211436000109	89.919,70
BA	2914208	Irajuba	Fundo Municipal de Saúde	11394867000195	89.919,70
BA	2914307	Iramaia	Fundo Municipal de Saúde	11280990000185	89.919,70
BA	2914406	Iraquara	Fundo Municipal de Saúde	11343822000191	209.812,64
BA	2914505	Irará	Fundo Municipal de Saúde	11300002000112	209.812,64
BA	2914604	Irecê	Fundo Municipal de Saúde	13799700000130	389.652,04
BA	2914653	Itabela	Fundo Municipal de Saúde	11413577000141	239.785,87
BA	2914703	Itaberaba	Fundo Municipal de Saúde	11202063000147	359.678,81
BA	2914802	Itabuna	Fundo Municipal de Saúde	08218991000195	939.711,48
BA	2914901	Itacaré	Fundo Municipal de Saúde	13030899000137	209.812,64
BA	2915007	Itaeté	Fundo Municipal de Saúde	11245691000100	149.866,17
BA	2915106	Itagi	Fundo Municipal de Saúde	11743353000106	119.892,93
BA	2915205	Itagibá	Fundo Municipal de Saúde	11343380000183	149.866,17
BA	2915304	Itagimirim	Fundo Municipal de Saúde	14010629000127	89.919,70
BA	2915353	Itaguaçu da Bahia	Fundo Municipal de Saúde	11958928000108	149.866,17
BA	2915403	Itaju do Colônia	Fundo Municipal de Saúde	11861365000127	89.919,70
BA	2915502	Itajuípe	Fundo Municipal de Saúde	10324373000171	179.839,40
BA	2915601	Itamaraju	Fundo Municipal de Saúde	10694906000107	359.678,81

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800102

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

BA	2915700	Itamari	Fundo Municipal de Saúde	11734504000151	89.919,70
BA	2915809	Itambé	Fundo Municipal de Saúde	11850239000177	209.812,64
BA	2915908	Itanagra	Fundo Municipal de Saúde	13603920000146	89.919,70
BA	2916005	Itanhém	Fundo Municipal de Saúde	11874277000160	179.839,40
BA	2916104	Itaparica	Fundo Municipal de Saúde	13838688000125	179.839,40
BA	2916203	Itapé	Fundo Municipal de Saúde	11449521000147	89.919,70
BA	2916302	Itapebi	Fundo Municipal de Saúde	10887185000151	119.892,93
BA	2916401	Itapetinga	Fundo Municipal de Saúde	11068339000146	389.652,04
BA	2916500	Itapicuru	Fundo Municipal de Saúde	13797498000107	239.785,87
BA	2916609	Itapitanga	Fundo Municipal de Saúde	11353036000175	119.892,93
BA	2916708	Itaquara	Fundo Municipal de Saúde	11153875000140	89.919,70
BA	2916807	Itarantim	Fundo Municipal de Saúde	13952632000105	179.839,40
BA	2916856	Itatim	Fundo Municipal de Saúde	12635854000123	149.866,17
BA	2916906	Itiruçu	Fundo Municipal de Saúde	11342595000180	119.892,93
BA	2917003	Itiúba	Fundo Municipal de Saúde	12377521000141	269.759,10
BA	2917102	Itororó	Fundo Municipal de Saúde	11228937000135	179.839,40
BA	2917201	Ituaçu	Fundo Municipal de Saúde	10444410000185	179.839,40
BA	2917300	Ituberá	Fundo Municipal de Saúde	11240999000162	209.812,64
BA	2917334	Iuiú	Fundo Municipal de Saúde	10540906000152	119.892,93
BA	2917359	Jaborandi	Fundo Municipal de Saúde	11428493000181	89.919,70
BA	2917409	Jacaraci	Fundo Municipal de Saúde	11901856000154	149.866,17
BA	2917508	Jacobina	Fundo Municipal de Saúde	09567134000163	419.625,28
BA	2917607	Jaguaquara	Fundo Municipal de Saúde	11119733000166	329.705,57
BA	2917706	Jaguarari	Fundo Municipal de Saúde	11135974000107	239.785,87
BA	2917805	Jaguaripe	Fundo Municipal de Saúde	13166501000194	179.839,40
BA	2917904	Jandaíra	Fundo Municipal de Saúde	12183378000157	119.892,93
BA	2918001	Jequié	Fundo Municipal de Saúde	09436466000109	939.711,48
BA	2918100	Jeremoabo	Fundo Municipal de Saúde	13150314000112	269.759,10
BA	2918209	Jiquiriçá	Fundo Municipal de Saúde	11760271000161	149.866,17
BA	2918308	Jitaúna	Fundo Municipal de Saúde	11862485000149	119.892,93
BA	2918357	João Dourado	Fundo Municipal de Saúde	12072479000150	209.812,64
BA	2918407	Juazeiro	Fundo Municipal de Saúde	11145615000122	939.711,48
BA	2918456	Jucuruçu	Fundo Municipal de Saúde	13060978000190	89.919,70
BA	2918506	Jussara	Fundo Municipal de Saúde	13771930000190	149.866,17
BA	2918555	Jussari	Fundo Municipal de Saúde	11471886000178	89.919,70
BA	2918605	Jussiape	Fundo Municipal de Saúde	11245338000120	89.919,70
BA	2918704	Lafaiete Coutinho	Fundo Municipal de Saúde	11393744000130	89.919,70
BA	2918753	Lagoa Real	Fundo Municipal de Saúde	11258922000110	149.866,17
BA	2918803	Laje	Fundo Municipal de Saúde	11714799000102	209.812,64
BA	2918902	Lajedão	Fundo Municipal de Saúde	11236209000175	89.919,70
BA	2919009	Lajedinho	Fundo Municipal de Saúde	10473852000150	89.919,70
BA	2919058	Lajedo do Tabocal	Fundo Municipal de Saúde	12202782000120	89.919,70
BA	2919108	Lamarão	Fundo Municipal de Saúde	11373791000111	89.919,70
BA	2919157	Lapão	Fundo Municipal de Saúde	11339813000127	209.812,64
BA	2919207	Lauro de Freitas	Fundo Municipal de Saúde	13881550000109	939.711,48
BA	2919306	Lençóis	Fundo Municipal de Saúde	09616406000178	119.892,93
BA	2919405	Licínio de Almeida	Fundo Municipal de Saúde	12424121000140	119.892,93
BA	2919504	Livramento de Nossa Senhora	Fundo Municipal de Saúde	10435056000122	299.732,34
BA	2919553	Luís Eduardo Magalhães	Fundo Municipal de Saúde	11101542000177	419.625,28
BA	2919603	Macajuba	Fundo Municipal de Saúde	12203107000116	119.892,93
BA	2919702	Macarani	Fundo Municipal de Saúde	11400472000158	179.839,40
BA	2919801	Macaúbas	Fundo Municipal de Saúde	10931270000170	329.705,57
BA	2919900	Macururé	Fundo Municipal de Saúde	12360866000192	89.919,70
BA	2919926	Madre de Deus	Fundo Municipal de Saúde	13884527000178	179.839,40
BA	2919959	Maetinga	Fundo Municipal de Saúde	09431080000104	89.919,70
BA	2920007	Maiquinique	Fundo Municipal de Saúde	11426972000169	119.892,93
BA	2920106	Mairi	Fundo Municipal de Saúde	10830605000163	179.839,40
BA	2920205	Malhada	Fundo Municipal de Saúde	10561674000119	179.839,40
BA	2920304	Malhada de Pedras	Fundo Municipal de Saúde	09565660000194	89.919,70
BA	2920403	Manoel Vitorino	Fundo Municipal de Saúde	11913984000118	149.866,17
BA	2920452	Mansidão	Fundo Municipal de Saúde	11363476000103	149.866,17
BA	2920502	Maracás	Fundo Municipal de Saúde	11339111000143	179.839,40
BA	2920601	Maragogipe	Fundo Municipal de Saúde	11388207000100	299.732,34
BA	2920700	Maraú	Fundo Municipal de Saúde	12162890000117	179.839,40
BA	2920809	Marcionílio Souza	Fundo Municipal de Saúde	11068261000160	119.892,93
BA	2920908	Mascote	Fundo Municipal de Saúde	10950522000108	149.866,17
BA	2921005	Mata de São João	Fundo Municipal de Saúde	11144137000136	299.732,34
BA	2921054	Matina	Fundo Municipal de Saúde	10420907000163	119.892,93
BA	2921104	Medeiros Neto	Fundo Municipal de Saúde	10831179000182	179.839,40
BA	2921203	Miguel Calmon	Fundo Municipal de Saúde	12596729000151	209.812,64
BA	2921302	Milagres	Fundo Municipal de Saúde	11876019000112	119.892,93
BA	2921401	Mirangaba	Fundo Municipal de Saúde	11042920000199	179.839,40
BA	2921450	Mirante	Fundo Municipal de Saúde	11707498000143	89.919,70
BA	2921500	Monte Santo	Fundo Municipal de Saúde	11481390000185	329.705,57
BA	2921609	Morpará	Fundo Municipal de Saúde	11484644000119	89.919,70
BA	2921708	Morro do Chapéu	Fundo Municipal de Saúde	10822771000118	239.785,87
BA	2921807	Mortugaba	Fundo Municipal de Saúde	10535009000150	119.892,93
BA	2921906	Mucugê	Fundo Municipal de Saúde	11398359000185	89.919,70
BA	2922003	Mucuri	Fundo Municipal de Saúde	11481404000160	269.759,10
BA	2922052	Mulungu do Morro	Fundo Municipal de Saúde	12465010000181	119.892,93
BA	2922102	Mundo Novo	Fundo Municipal de Saúde	11221723000137	209.812,64
BA	2922201	Muniz Ferreira	Fundo Municipal de Saúde	11371157000140	89.919,70
BA	2922250	Muquém de São Francisco	Fundo Municipal de Saúde	10489279000172	119.892,93
BA	2922300	Muritiba	Fundo Municipal de Saúde	11453233000166	239.785,87
BA	2922409	Mutuípe	Fundo Municipal de Saúde	11802538000136	179.839,40

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800103

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

BA	2922508	Nazaré	Fundo Municipal de Saúde	11354455000121	209.812,64
BA	2922607	Nilo Peçanha	Fundo Municipal de Saúde	13809285000158	149.866,17
BA	2922656	Nordestina	Fundo Municipal de Saúde	11235617000102	149.866,17
BA	2922706	Nova Canaã	Fundo Municipal de Saúde	11264174000188	179.839,40
BA	2922730	Nova Fátima	Fundo Municipal de Saúde	11757436000146	89.919,70
BA	2922755	Nova Ibiá	Fundo Municipal de Saúde	11398875000100	89.919,70
BA	2922805	Nova Itarana	Fundo Municipal de Saúde	12420226000120	89.919,70
BA	2922854	Nova Redenção	Fundo Municipal de Saúde	11657462000100	89.919,70
BA	2922904	Nova Soure	Fundo Municipal de Saúde	13901361000150	209.812,64
BA	2923001	Nova Viçosa	Fundo Municipal de Saúde	11756421000163	269.759,10
BA	2923035	Novo Horizonte	Fundo Municipal de Saúde	11429746000131	119.892,93
BA	2923050	Novo Triunfo	Fundo Municipal de Saúde	11278662000144	149.866,17
BA	2923100	Olindina	Fundo Municipal de Saúde	12300484000173	209.812,64
BA	2923209	Oliveira dos Brejinhos	Fundo Municipal de Saúde	13848041000184	179.839,40
BA	2923308	Ouriçangas	Fundo Municipal de Saúde	13837791000150	89.919,70
BA	2923357	Ourolândia	Fundo Municipal de Saúde	10469110000150	179.839,40
BA	2923407	Palmas de Monte Alto	Fundo Municipal de Saúde	11453571000106	179.839,40
BA	2923506	Palmeiras	Fundo Municipal de Saúde	11675755000102	89.919,70
BA	2923605	Paramirim	Fundo Municipal de Saúde	11358503000150	179.839,40
BA	2923704	Paratinga	Fundo Municipal de Saúde	11840537000186	239.785,87
BA	2923803	Paripiranga	Fundo Municipal de Saúde	11651488000133	209.812,64
BA	2923902	Pau Brasil	Fundo Municipal de Saúde	11276452000117	119.892,93
BA	2924009	Paulo Afonso	Fundo Municipal de Saúde	08704475000170	509.544,98
BA	2924058	Pé de Serra	Fundo Municipal de Saúde	10651489000115	149.866,17
BA	2924108	Pedrão	Fundo Municipal de Saúde	11774420000141	89.919,70
BA	2924207	Pedro Alexandre	Fundo Municipal de Saúde	13830297000164	179.839,40
BA	2924306	Piatã	Fundo Municipal de Saúde	12097818000153	179.839,40
BA	2924405	Pilão Arcado	Fundo Municipal de Saúde	12001666000143	239.785,87
BA	2924504	Pindaí	Fundo Municipal de Saúde	11384729000125	149.866,17
BA	2924603	Pindobaçu	Fundo Municipal de Saúde	10695688000125	179.839,40
BA	2924652	Pintadas	Fundo Municipal de Saúde	13527054000151	119.892,93
BA	2924678	Piraí do Norte	Fundo Municipal de Saúde	11362960000118	119.892,93
BA	2924702	Piripá	Fundo Municipal de Saúde	11825467000197	119.892,93
BA	2924801	Piritiba	Fundo Municipal de Saúde	11412164000142	209.812,64
BA	2924900	Planaltino	Fundo Municipal de Saúde	11394887000166	89.919,70
BA	2925006	Planalto	Fundo Municipal de Saúde	11402446000169	209.812,64
BA	2925105	Poções	Fundo Municipal de Saúde	11113324000152	299.732,34
BA	2925204	Pojuca	Fundo Municipal de Saúde	12130393000137	269.759,10
BA	2925253	Ponto Novo	Fundo Municipal de Saúde	11462047000193	149.866,17
BA	2925303	Porto Seguro	Fundo Municipal de Saúde	08257417000146	909.738,24
BA	2925402	Potiraguá	Fundo Municipal de Saúde	11008558000130	89.919,70
BA	2925501	Prado	Fundo Municipal de Saúde	01408177000194	209.812,64
BA	2925600	Presidente Dutra	Fundo Municipal de Saúde	13786304000178	149.866,17
BA	2925709	Presidente Jânio Quadros	Fundo Municipal de Saúde	11748562000134	119.892,93
BA	2925758	Presidente Tancredo Neves	Fundo Municipal de Saúde	11694694000120	209.812,64
BA	2925808	Queimadas	Fundo Municipal de Saúde	12782605000160	209.812,64
BA	2925907	Quijingue	Fundo Municipal de Saúde	10411656000150	209.812,64
BA	2925931	Quixabeira	Fundo Municipal de Saúde	12761477000179	89.919,70
BA	2925956	Rafael Jambeiro	Fundo Municipal de Saúde	12303694000115	179.839,40
BA	2926004	Remanso	Fundo Municipal de Saúde	10513863000116	269.759,10
BA	2926103	Retirolândia	Fundo Municipal de Saúde	11377650000177	149.866,17
BA	2926202	Riachão das Neves	Fundo Municipal de Saúde	11246331000122	179.839,40
BA	2926301	Riachão do Jacuípe	Fundo Municipal de Saúde	10732526000110	239.785,87
BA	2926400	Riacho de Santana	Fundo Municipal de Saúde	13885912000130	239.785,87
BA	2926509	Ribeira do Amparo	Fundo Municipal de Saúde	11358853000116	149.866,17
BA	2926608	Ribeira do Pombal	Fundo Municipal de Saúde	11839421000127	329.705,57
BA	2926657	Ribeirão do Largo	Fundo Municipal de Saúde	12821960000100	89.919,70
BA	2926707	Rio de Contas	Fundo Municipal de Saúde	10613120000118	149.866,17
BA	2926806	Rio do Antônio	Fundo Municipal de Saúde	13081046000124	149.866,17
BA	2926905	Rio do Pires	Fundo Municipal de Saúde	11507805000142	119.892,93
BA	2927002	Rio Real	Fundo Municipal de Saúde	11218298000127	269.759,10
BA	2927101	Rodelas	Fundo Municipal de Saúde	13879773000131	89.919,70
BA	2927200	Ruy Barbosa	Fundo Municipal de Saúde	10896489000185	239.785,87
BA	2927309	Salinas da Margarida	Fundo Municipal de Saúde	11334416000162	149.866,17
BA	2927408	Salvador	Fundo Municipal de Saúde	08086458000117	7.755.278,10
BA	2927507	Santa Bárbara	Fundo Municipal de Saúde	12082480000166	179.839,40
BA	2927606	Santa Brígida	Fundo Municipal de Saúde	11107939000176	149.866,17
BA	2927705	Santa Cruz Cabrália	Fundo Municipal de Saúde	13879097000104	209.812,64
BA	2927804	Santa Cruz da Vitória	Fundo Municipal de Saúde	08931049000170	89.919,70
BA	2927903	Santa Inês	Fundo Municipal de Saúde	11344270000136	119.892,93
BA	2928059	Santa Luzia	Fundo Municipal de Saúde	12417771000168	119.892,93
BA	2928109	Santa Maria da Vitória	Fundo Municipal de Saúde	11170660000137	269.759,10
BA	2928406	Santa Rita de Cássia	Fundo Municipal de Saúde	11366643000170	209.812,64
BA	2928505	Santa Teresinha	Fundo Municipal de Saúde	11671933000127	119.892,93
BA	2928000	Santaluz	Fundo Municipal de Saúde	11046939000103	269.759,10
BA	2928208	Santana	Fundo Municipal de Saúde	11204987000182	209.812,64
BA	2928307	Santanópolis	Fundo Municipal de Saúde	13613883000157	89.919,70
BA	2928604	Santo Amaro	Fundo Municipal de Saúde	12278378000130	359.678,81
BA	2928703	Santo Antônio de Jesus	Fundo Municipal de Saúde	11795661000177	479.571,74
BA	2928802	Santo Estêvão	Fundo Municipal de Saúde	11996804000109	329.705,57
BA	2928901	São Desidério	Fundo Municipal de Saúde	11206254000187	239.785,87
BA	2928950	São Domingos	Fundo Municipal de Saúde	12463245000134	89.919,70
BA	2929107	São Felipe	Fundo Municipal de Saúde	11734348000129	179.839,40
BA	2929008	São Félix	Fundo Municipal de Saúde	08924528000169	149.866,17
BA	2929057	São Félix do Coribe	Fundo Municipal de Saúde	11418700000117	149.866,17
BA	2929206	São Francisco do Conde	Fundo Municipal de Saúde	12773821000140	269.759,10
BA	2929255	São Gabriel	Fundo Municipal de Saúde	13816024000165	179.839,40

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800104

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

BA	2929305	São Gonçalo dos Campos	Fundo Municipal de Saúde	11241655000178	269.759,10
BA	2929354	São José da Vitória	Fundo Municipal de Saúde	12446034000193	89.919,70
BA	2929370	São José do Jacuípe	Fundo Municipal de Saúde	11429695000148	119.892,93
BA	2929404	São Miguel das Matas	Fundo Municipal de Saúde	13777097000195	119.892,93
BA	2929503	São Sebastião do Passé	Fundo Municipal de Saúde	13167503000106	299.732,34
BA	2929602	Sapeaçu	Fundo Municipal de Saúde	11368512000121	179.839,40
BA	2929701	Sátiro Dias	Fundo Municipal de Saúde	11333458000189	179.839,40
BA	2929750	Saubara	Fundo Municipal de Saúde	11388786000182	119.892,93
BA	2929800	Saúde	Fundo Municipal de Saúde	12345078000127	119.892,93
BA	2929909	Seabra	Fundo Municipal de Saúde	11235051000119	299.732,34
BA	2930006	Sebastião Laranjeiras	Fundo Municipal de Saúde	10839453000160	119.892,93
BA	2930105	Senhor do Bonfim	Fundo Municipal de Saúde	08546934000135	389.652,04
BA	2930204	Sento Sé	Fundo Municipal de Saúde	12353167000115	269.759,10
BA	2930154	Serra do Ramalho	Fundo Municipal de Saúde	11231067000153	239.785,87
BA	2930303	Serra Dourada	Fundo Municipal de Saúde	11230366000173	179.839,40
BA	2930402	Serra Preta	Fundo Municipal de Saúde	12442702000104	149.866,17
BA	2930501	Serrinha	Fundo Municipal de Saúde	10984916000187	419.625,28
BA	2930600	Serrolândia	Fundo Municipal de Saúde	11324599000135	149.866,17
BA	2930709	Simões Filho	Fundo Municipal de Saúde	11186974000128	539.518,21
BA	2930758	Sítio do Mato	Fundo Municipal de Saúde	11352483000100	119.892,93
BA	2930766	Sítio do Quinto	Fundo Municipal de Saúde	12363858000108	119.892,93
BA	2930774	Sobradinho	Fundo Municipal de Saúde	11340977000174	179.839,40
BA	2930808	Souto Soares	Fundo Municipal de Saúde	10367025000181	179.839,40
BA	2930907	Tabocas do Brejo Velho	Fundo Municipal de Saúde	10567623000102	119.892,93
BA	2931004	Tanhaçu	Fundo Municipal de Saúde	13860869000158	179.839,40
BA	2931053	Tanque Novo	Fundo Municipal de Saúde	11293682000194	179.839,40
BA	2931103	Tanquinho	Fundo Municipal de Saúde	13032954000128	89.919,70
BA	2931202	Taperoá	Fundo Municipal de Saúde	11959776000150	179.839,40
BA	2931301	Tapiramutá	Fundo Municipal de Saúde	11410111000192	179.839,40
BA	2931350	Teixeira de Freitas	Fundo Municipal de Saúde	13843896000112	939.711,48
BA	2931400	Teodoro Sampaio	Fundo Municipal de Saúde	13843929000124	89.919,70
BA	2931509	Teofilândia	Fundo Municipal de Saúde	12404015000102	179.839,40
BA	2931608	Teolândia	Fundo Municipal de Saúde	11996187000141	149.866,17
BA	2931707	Terra Nova	Fundo Municipal de Saúde	11449996000133	119.892,93
BA	2931806	Tremedal	Fundo Municipal de Saúde	11318543000178	179.839,40
BA	2931905	Tucano	Fundo Municipal de Saúde	13320152000113	329.705,57
BA	2932002	Uauá	Fundo Municipal de Saúde	13492241000147	209.812,64
BA	2932101	Ubaíra	Fundo Municipal de Saúde	11242996000168	179.839,40
BA	2932200	Ubaitaba	Fundo Municipal de Saúde	11418672000138	179.839,40
BA	2932309	Ubatã	Fundo Municipal de Saúde	12780708000191	209.812,64
BA	2932408	Uibaí	Fundo Municipal de Saúde	11302140000130	149.866,17
BA	2932457	Umburanas	Fundo Municipal de Saúde	13102378000148	179.839,40
BA	2932507	Una	Fundo Municipal de Saúde	12006019000124	179.839,40
BA	2932606	Urandi	Fundo Municipal de Saúde	11229565000161	179.839,40
BA	2932705	Uruçuca	Fundo Municipal de Saúde	10540361000184	179.839,40
BA	2932804	Utinga	Fundo Municipal de Saúde	11524969000188	179.839,40
BA	2932903	Valença	Fundo Municipal de Saúde	11159883000101	449.598,51
BA	2933000	Valente	Fundo Municipal de Saúde	12237485000110	209.812,64
BA	2933059	Várzea da Roça	Fundo Municipal de Saúde	11477284000128	149.866,17
BA	2933109	Várzea do Poço	Fundo Municipal de Saúde	11311168000134	89.919,70
BA	2933158	Várzea Nova	Fundo Municipal de Saúde	11337134000119	119.892,93
BA	2933174	Varzedo	Fundo Municipal de Saúde	11734374000157	89.919,70
BA	2933208	Vera Cruz	Fundo Municipal de Saúde	07769310000114	269.759,10
BA	2933257	Vereda	Fundo Municipal de Saúde	12508926000171	89.919,70
BA	2933307	Vitória da Conquista	Fundo Municipal de Saúde	13822397000149	939.711,48
BA	2933406	Wagner	Fundo Municipal de Saúde	10454009000126	89.919,70
BA	2933455	Wanderley	Fundo Municipal de Saúde	11331128000154	119.892,93
BA	2933505	Wenceslau Guimarães	Fundo Municipal de Saúde	11317931000134	179.839,40
BA	2933604	Xique-Xique	Fundo Municipal de Saúde	11366678000109	299.732,34
CE	2300101	Abaiara	Fundo Municipal de Saúde	11417684000148	119.267,10
CE	2300150	Acarape	Fundo Municipal de Saúde	11979758000130	149.083,88
CE	2300200	Acaraú	Fundo Municipal de Saúde	11278643000118	357.801,32
CE	2300309	Acopiara	Fundo Municipal de Saúde	11836824000112	327.984,55
CE	2300408	Aiuaba	Fundo Municipal de Saúde	13537713000130	178.900,66
CE	2300507	Alcântaras	Fundo Municipal de Saúde	12138360000133	119.267,10
CE	2300606	Altaneira	Fundo Municipal de Saúde	11457093000102	89.450,33
CE	2300705	Alto Santo	Fundo Municipal de Saúde	12041368000187	149.083,88
CE	2300754	Amontada	Fundo Municipal de Saúde	11872404000191	268.350,99
CE	2300804	Antonina do Norte	Fundo Municipal de Saúde	11108202000178	89.450,33
CE	2300903	Apuiarés	Fundo Municipal de Saúde	11901982000109	149.083,88
CE	2301000	Aquiraz	Fundo Municipal de Saúde	11426115000169	387.618,10
CE	2301109	Aracati	Fundo Municipal de Saúde	09650719000142	387.618,10
CE	2301208	Aracoiaba	Fundo Municipal de Saúde	09625350000118	208.717,44
CE	2301257	Ararendá	Fundo Municipal de Saúde	11203156000196	119.267,10
CE	2301307	Araripe	Fundo Municipal de Saúde	11431964000100	178.900,66
CE	2301406	Aratuba	Fundo Municipal de Saúde	02417466000112	119.267,10
CE	2301505	Arneiroz	Fundo Municipal de Saúde	11319375000135	89.450,33
CE	2301604	Assaré	Fundo Municipal de Saúde	12696967000139	178.900,66
CE	2301703	Aurora	Fundo Municipal de Saúde	11356903000126	208.717,44
CE	2301802	Baixio	Fundo Municipal de Saúde	11402261000154	89.450,33
CE	2301851	Banabuiú	Fundo Municipal de Saúde	11397753000107	178.900,66
CE	2301901	Barbalha	Fundo Municipal de Saúde	11740887000170	327.984,55
CE	2301950	Barreira	Fundo Municipal de Saúde	11285561000109	178.900,66
CE	2302008	Barro	Fundo Municipal de Saúde	12675634000123	178.900,66
CE	2302057	Barroquinha	Fundo Municipal de Saúde	10145676000127	149.083,88
CE	2302107	Baturité	Fundo Municipal de Saúde	10241072000184	238.534,21
CE	2302206	Beberibe	Fundo Municipal de Saúde	10366729000130	327.984,55
CE	2302305	Bela Cruz	Fundo Municipal de Saúde	11394149000119	238.534,21
CE	2302404	Boa Viagem	Fundo Municipal de Saúde	12147522000108	327.984,55

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800105

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CE	2302503	Brejo Santo	Fundo Municipal de Saúde	11352025000170	298.167,77
CE	2302602	Camocim	Fundo Municipal de Saúde	11395055000164	357.801,32
CE	2302701	Campos Sales	Fundo Municipal de Saúde	11430761000108	208.717,44
CE	2302800	Canindé	Fundo Municipal de Saúde	11422579000105	387.618,10
CE	2302909	Capistrano	Fundo Municipal de Saúde	10365809000170	178.900,66
CE	2303006	Caridade	Fundo Municipal de Saúde	11267917000173	178.900,66
CE	2303105	Cariré	Fundo Municipal de Saúde	11260394000133	178.900,66
CE	2303204	Caririaçu	Fundo Municipal de Saúde	10559556000176	208.717,44
CE	2303303	Cariús	Fundo Municipal de Saúde	11345723000149	178.900,66
CE	2303402	Carnaubal	Fundo Municipal de Saúde	13832199000166	178.900,66
CE	2303501	Cascavel	Fundo Municipal de Saúde	11412197000192	357.801,32
CE	2303600	Catarina	Fundo Municipal de Saúde	10245720000170	178.900,66
CE	2303659	Catunda	Fundo Municipal de Saúde	11419138000146	119.267,10
CE	2303709	Caucaia	Fundo Municipal de Saúde	11777761000170	974.387,53
CE	2303808	Cedro	Fundo Municipal de Saúde	11432076000102	208.717,44
CE	2303907	Chaval	Fundo Municipal de Saúde	11911270000170	119.267,10
CE	2303931	Choró	Fundo Municipal de Saúde	11407837000176	119.267,10
CE	2303956	Chorozinho	Fundo Municipal de Saúde	11420962000116	178.900,66
CE	2304004	Coreaú	Fundo Municipal de Saúde	11870244000141	178.900,66
CE	2304103	Crateús	Fundo Municipal de Saúde	11341165000143	387.618,10
CE	2304202	Crato	Fundo Municipal de Saúde	11737471000101	536.701,99
CE	2304236	Croatá	Fundo Municipal de Saúde	11463735000178	178.900,66
CE	2304251	Cruz	Fundo Municipal de Saúde	11990450000195	208.717,44
CE	2304269	Deputado Irapuan Pinheiro	Fundo Municipal de Saúde	10247269000120	89.450,33
CE	2304277	Ererê	Fundo Municipal de Saúde	11418461000103	89.450,33
CE	2304285	Eusébio	Fundo Municipal de Saúde	11339077000107	327.984,55
CE	2304301	Farias Brito	Fundo Municipal de Saúde	10243406000159	178.900,66
CE	2304350	Forquilha	Fundo Municipal de Saúde	11398545000114	208.717,44
CE	2304400	Fortaleza	Fundo Municipal de Saúde	11621453000151	8.616.975,66
CE	2304459	Fortim	Fundo Municipal de Saúde	10295311000189	149.083,88
CE	2304509	Frecheirinha	Fundo Municipal de Saúde	11416323000187	149.083,88
CE	2304608	General Sampaio	Fundo Municipal de Saúde	11411267000198	89.450,33
CE	2304657	Graça	Fundo Municipal de Saúde	11429047000191	149.083,88
CE	2304707	Granja	Fundo Municipal de Saúde	11622451000187	327.984,55
CE	2304806	Granjeiro	Fundo Municipal de Saúde	11422373000177	89.450,33
CE	2304905	Groaíras	Fundo Municipal de Saúde	11408007000163	119.267,10
CE	2304954	Guaiúba	Fundo Municipal de Saúde	09662953000190	208.717,44
CE	2305001	Guaraciaba do Norte	Fundo Municipal de Saúde	13858795000115	268.350,99
CE	2305100	Guaramiranga	Fundo Municipal de Saúde	11413042000170	89.450,33
CE	2305209	Hidrolândia	Fundo Municipal de Saúde	11137147000144	178.900,66
CE	2305233	Horizonte	Fundo Municipal de Saúde	07557784000100	357.801,32
CE	2305266	Ibaretama	Fundo Municipal de Saúde	11419241000196	119.267,10
CE	2305308	Ibiapina	Fundo Municipal de Saúde	10175160000125	208.717,44
CE	2305332	Ibicuitinga	Fundo Municipal de Saúde	10297282000194	119.267,10
CE	2305357	Icapuí	Fundo Municipal de Saúde	11418377000181	178.900,66
CE	2305407	Icó	Fundo Municipal de Saúde	11896777000100	357.801,32
CE	2305506	Iguatu	Fundo Municipal de Saúde	11979908000105	477.068,43
CE	2305605	Independência	Fundo Municipal de Saúde	11430883000196	208.717,44
CE	2305654	Ipaporanga	Fundo Municipal de Saúde	11924674000107	119.267,10
CE	2305704	Ipaumirim	Fundo Municipal de Saúde	12003262000199	119.267,10
CE	2305803	Ipu	Fundo Municipal de Saúde	11385157000107	268.350,99
CE	2305902	Ipueiras	Fundo Municipal de Saúde	11172188000171	268.350,99
CE	2306009	Iracema	Fundo Municipal de Saúde	11937201000136	149.083,88
CE	2306108	Irauçuba	Fundo Municipal de Saúde	10830042000103	208.717,44
CE	2306207	Itaiçaba	Fundo Municipal de Saúde	11410188000162	89.450,33
CE	2306256	Itaitinga	Fundo Municipal de Saúde	09122687000102	268.350,99
CE	2306306	Itapagé	Fundo Municipal de Saúde	11901900000126	327.984,55
CE	2306405	Itapipoca	Fundo Municipal de Saúde	11402517000123	506.885,21
CE	2306504	Itapiúna	Fundo Municipal de Saúde	11428360000105	178.900,66
CE	2306553	Itarema	Fundo Municipal de Saúde	11660998000177	268.350,99
CE	2306603	Itatira	Fundo Municipal de Saúde	11335738000126	178.900,66
CE	2306702	Jaguaretama	Fundo Municipal de Saúde	11285246000173	178.900,66
CE	2306801	Jaguaribara	Fundo Municipal de Saúde	09687509000129	119.267,10
CE	2306900	Jaguaribe	Fundo Municipal de Saúde	10383249000187	238.534,21
CE	2307007	Jaguaruana	Fundo Municipal de Saúde	12040122000190	238.534,21
CE	2307106	Jardim	Fundo Municipal de Saúde	11346916000114	208.717,44
CE	2307205	Jati	Fundo Municipal de Saúde	11196390000133	89.450,33
CE	2307254	Jijoca de Jericoacoara	Fundo Municipal de Saúde	11422633000104	178.900,66
CE	2307304	Juazeiro do Norte	Fundo Municipal de Saúde	11422073000198	974.387,53
CE	2307403	Jucás	Fundo Municipal de Saúde	10222732000180	208.717,44
CE	2307502	Lavras da Mangabeira	Fundo Municipal de Saúde	11922843000161	238.534,21
CE	2307601	Limoeiro do Norte	Fundo Municipal de Saúde	11906403000110	327.984,55
CE	2307635	Madalena	Fundo Municipal de Saúde	11413402000134	178.900,66
CE	2307650	Maracanaú	Fundo Municipal de Saúde	10553026000110	974.387,53
CE	2307700	Maranguape	Fundo Municipal de Saúde	11807618000184	506.885,21
CE	2307809	Marco	Fundo Municipal de Saúde	11365150000115	208.717,44
CE	2307908	Martinópole	Fundo Municipal de Saúde	11707151000109	119.267,10
CE	2308005	Massapê	Fundo Municipal de Saúde	11414057000153	268.350,99
CE	2308104	Mauriti	Fundo Municipal de Saúde	11421453000108	298.167,77
CE	2308203	Meruoca	Fundo Municipal de Saúde	10343117000121	149.083,88
CE	2308302	Milagres	Fundo Municipal de Saúde	11258425000111	208.717,44
CE	2308351	Milhã	Fundo Municipal de Saúde	10626250000195	119.267,10
CE	2308377	Miraíma	Fundo Municipal de Saúde	11787063000156	119.267,10
CE	2308401	Missão Velha	Fundo Municipal de Saúde	11867762000106	238.534,21
CE	2308500	Mombaça	Fundo Municipal de Saúde	12063849000193	268.350,99
CE	2308609	Monsenhor Tabosa	Fundo Municipal de Saúde	11415416000197	178.900,66
CE	2308708	Morada Nova	Fundo Municipal de Saúde	11415567000145	357.801,32
CE	2308807	Moraújo	Fundo Municipal de Saúde	11447587000106	89.450,33
CE	2308906	Morrinhos	Fundo Municipal de Saúde	11407938000147	178.900,66
CE	2309003	Mucambo	Fundo Municipal de Saúde	11413562000183	149.083,88
CE	2309102	Mulungu	Fundo Municipal de Saúde	11401584000123	119.267,10

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800106

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CE	2309201	Nova Olinda	Fundo Municipal de Saúde	02437268000110	149.083,88
CE	2309300	Nova Russas	Fundo Municipal de Saúde	11372601000141	238.534,21
CE	2309409	Novo Oriente	Fundo Municipal de Saúde	11389692000128	208.717,44
CE	2309458	Ocara	Fundo Municipal de Saúde	10321417000100	208.717,44
CE	2309508	Orós	Fundo Municipal de Saúde	11782445000197	178.900,66
CE	2309607	Pacajus	Fundo Municipal de Saúde	11980518000155	357.801,32
CE	2309706	Pacatuba	Fundo Municipal de Saúde	09664082000143	417.434,88
CE	2309805	Pacoti	Fundo Municipal de Saúde	11210130000175	119.267,10
CE	2309904	Pacujá	Fundo Municipal de Saúde	11410012000100	89.450,33
CE	2310001	Palhano	Fundo Municipal de Saúde	11857544000190	89.450,33
CE	2310100	Palmácia	Fundo Municipal de Saúde	10671239000147	119.267,10
CE	2310209	Paracuru	Fundo Municipal de Saúde	10248365000193	238.534,21
CE	2310258	Paraipaba	Fundo Municipal de Saúde	11977291000199	238.534,21
CE	2310308	Parambu	Fundo Municipal de Saúde	12773829000106	238.534,21
CE	2310407	Paramoti	Fundo Municipal de Saúde	11418581000100	119.267,10
CE	2310506	Pedra Branca	Fundo Municipal de Saúde	06041881000175	268.350,99
CE	2310605	Penaforte	Fundo Municipal de Saúde	11417651000106	89.450,33
CE	2310704	Pentecoste	Fundo Municipal de Saúde	11835948000183	238.534,21
CE	2310803	Pereiro	Fundo Municipal de Saúde	11265959000175	149.083,88
CE	2310852	Pindoretama	Fundo Municipal de Saúde	11419498000148	178.900,66
CE	2310902	Piquet Carneiro	Fundo Municipal de Saúde	13848618000158	149.083,88
CE	2310951	Pires Ferreira	Fundo Municipal de Saúde	11495872000194	119.267,10
CE	2311009	Poranga	Fundo Municipal de Saúde	11461991000126	119.267,10
CE	2311108	Porteiras	Fundo Municipal de Saúde	11428532000140	149.083,88
CE	2311207	Potengi	Fundo Municipal de Saúde	10250171000122	119.267,10
CE	2311231	Potiretama	Fundo Municipal de Saúde	11874976000100	89.450,33
CE	2311264	Quiterianópolis	Fundo Municipal de Saúde	11656523000107	178.900,66
CE	2311306	Quixadá	Fundo Municipal de Saúde	10652262000194	417.434,88
CE	2311355	Quixelô	Fundo Municipal de Saúde	11406224000114	149.083,88
CE	2311405	Quixeramobim	Fundo Municipal de Saúde	12035183000160	387.618,10
CE	2311504	Quixeré	Fundo Municipal de Saúde	11910265000143	178.900,66
CE	2311603	Redenção	Fundo Municipal de Saúde	12640339000131	208.717,44
CE	2311702	Reriutaba	Fundo Municipal de Saúde	11417035000147	178.900,66
CE	2311801	Russas	Fundo Municipal de Saúde	11734352000197	387.618,10
CE	2311900	Saboeiro	Fundo Municipal de Saúde	11403448000172	149.083,88
CE	2311959	Salitre	Fundo Municipal de Saúde	11423560000175	149.083,88
CE	2312205	Santa Quitéria	Fundo Municipal de Saúde	11419244000120	268.350,99
CE	2312007	Santana do Acaraú	Fundo Municipal de Saúde	11416444000129	238.534,21
CE	2312106	Santana do Cariri	Fundo Municipal de Saúde	11431917000167	178.900,66
CE	2312304	São Benedito	Fundo Municipal de Saúde	11099832000123	298.167,77
CE	2312403	São Gonçalo do Amarante	Fundo Municipal de Saúde	12045640000105	298.167,77
CE	2312502	São João do Jaguaribe	Fundo Municipal de Saúde	11886589000193	89.450,33
CE	2312601	São Luís do Curu	Fundo Municipal de Saúde	12015253000118	119.267,10
CE	2312700	Senador Pompeu	Fundo Municipal de Saúde	02132200000123	208.717,44
CE	2312809	Senador Sá	Fundo Municipal de Saúde	11893974000168	89.450,33
CE	2312908	Sobral	Fundo Municipal de Saúde	11407563000115	974.387,53
CE	2313005	Solonópole	Fundo Municipal de Saúde	10734149000158	178.900,66
CE	2313104	Tabuleiro do Norte	Fundo Municipal de Saúde	11428432000114	208.717,44
CE	2313203	Tamboril	Fundo Municipal de Saúde	11795650000197	208.717,44
CE	2313252	Tarrafas	Fundo Municipal de Saúde	11696573000118	89.450,33
CE	2313302	Tauá	Fundo Municipal de Saúde	11393992000180	327.984,55
CE	2313351	Tejuçuoca	Fundo Municipal de Saúde	11780781000109	178.900,66
CE	2313401	Tianguá	Fundo Municipal de Saúde	12410840000101	387.618,10
CE	2313500	Trairi	Fundo Municipal de Saúde	11421654000105	327.984,55
CE	2313559	Tururu	Fundo Municipal de Saúde	11848798000142	149.083,88
CE	2313609	Ubajara	Fundo Municipal de Saúde	10158494000190	238.534,21
CE	2313708	Umari	Fundo Municipal de Saúde	11423095000172	89.450,33
CE	2313757	Umirim	Fundo Municipal de Saúde	11886102000172	178.900,66
CE	2313807	Uruburetama	Fundo Municipal de Saúde	11394331000170	178.900,66
CE	2313906	Uruoca	Fundo Municipal de Saúde	11423060000133	149.083,88
CE	2313955	Varjota	Fundo Municipal de Saúde	11422767000125	178.900,66
CE	2314003	Várzea Alegre	Fundo Municipal de Saúde	10237604000100	268.350,99
CE	2314102	Viçosa do Ceará	Fundo Municipal de Saúde	11787351000100	327.984,55
DF	5300108	Brasília	Fundo de Saúde do Distrito Federal	12116247000157	1.723.395,13
ES	3200102	Afonso Cláudio	Fundo Municipal de Saúde	13966711000167	219.129,08
ES	3200169	Água Doce do Norte	Fundo Municipal de Saúde	14813806000103	109.564,54
ES	3200136	Águia Branca	Fundo Municipal de Saúde	14877890000129	82.173,40
ES	3200201	Alegre	Fundo Municipal de Saúde	13571334000167	219.129,08
ES	3200300	Alfredo Chaves	Fundo Municipal de Saúde	14808407000154	136.955,67
ES	3200359	Alto Rio Novo	Fundo Municipal de Saúde	14395805000196	82.173,40
ES	3200409	Anchieta	Fundo Municipal de Saúde	14051123000166	191.737,95
ES	3200508	Apiacá	Fundo Municipal de Saúde	14764137000127	82.173,40
ES	3200607	Aracruz	Fundo Municipal de Saúde	10429253000139	410.867,03
ES	3200706	Atilio Vivacqua	Fundo Municipal de Saúde	14355640000129	109.564,54
ES	3200805	Baixo Guandu	Fundo Municipal de Saúde	11682696000108	219.129,08
ES	3200904	Barra de São Francisco	Fundo Municipal de Saúde	14700048000117	273.911,35
ES	3201001	Boa Esperança	Fundo Municipal de Saúde	11431661000198	136.955,67
ES	3201100	Bom Jesus do Norte	Fundo Municipal de Saúde	14073463000198	109.564,54
ES	3201159	Brejetuba	Fundo Municipal de Saúde	14485952000157	109.564,54
ES	3201209	Cachoeiro de Itapemirim	Fundo Municipal de Saúde	09288947000114	736.848,71
ES	3201308	Cariacica	Fundo Municipal de Saúde	13917136000102	736.848,71
ES	3201407	Castelo	Fundo Municipal de Saúde	14830853000165	246.520,22
ES	3201506	Colatina	Fundo Municipal de Saúde	14578805000121	465.649,30
ES	3201605	Conceição da Barra	Fundo Municipal de Saúde	10690604000160	219.129,08
ES	3201704	Conceição do Castelo	Fundo Municipal de Saúde	14733777000170	109.564,54
ES	3201803	Divino de São Lourenço	Fundo Municipal de Saúde	10593310000110	82.173,40
ES	3201902	Domingos Martins	Fundo Municipal de Saúde	13959466000160	219.129,08
ES	3202009	Dores do Rio Preto	Fundo Municipal de Saúde	10666803000133	82.173,40

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800107

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ES	3202108	Ecoporanga	Fundo Municipal de Saúde	14798479000168	191.737,95
ES	3202207	Fundão	Fundo Municipal de Saúde	14884701000145	164.346,81
ES	3202256	Governador Lindenberg	Fundo Municipal de Saúde	13927758000111	109.564,54
ES	3202306	Guaçuí	Fundo Municipal de Saúde	11423181000185	219.129,08
ES	3202405	Guarapari	Fundo Municipal de Saúde	11770182000104	465.649,30
ES	3202454	Ibatiba	Fundo Municipal de Saúde	10486394000193	191.737,95
ES	3202504	Ibiraçu	Fundo Municipal de Saúde	14635944000140	109.564,54
ES	3202553	Ibitirama	Fundo Municipal de Saúde	14699505000109	82.173,40
ES	3202603	Iconha	Fundo Municipal de Saúde	10700073000140	136.955,67
ES	3202652	Irupi	Fundo Municipal de Saúde	10873273000102	109.564,54
ES	3202702	Itaguaçu	Fundo Municipal de Saúde	14726175000195	136.955,67
ES	3202801	Itapemirim	Fundo Municipal de Saúde	10491556000181	219.129,08
ES	3202900	Itarana	Fundo Municipal de Saúde	14492062000172	109.564,54
ES	3203007	Iúna	Fundo Municipal de Saúde	10700103000118	191.737,95
ES	3203056	Jaguaré	Fundo Municipal de Saúde	11822633000100	191.737,95
ES	3203106	Jerônimo Monteiro	Fundo Municipal de Saúde	15626810000125	109.564,54
ES	3203130	João Neiva	Fundo Municipal de Saúde	10585650000108	164.346,81
ES	3203163	Laranja da Terra	Fundo Municipal de Saúde	14790251000121	109.564,54
ES	3203205	Linhares	Fundo Municipal de Saúde	10414835000141	736.848,71
ES	3203304	Mantenópolis	Fundo Municipal de Saúde	14426494000185	136.955,67
ES	3203320	Marataízes	Fundo Municipal de Saúde	14758660000140	246.520,22
ES	3203346	Marechal Floriano	Fundo Municipal de Saúde	14499229000127	136.955,67
ES	3203353	Marilândia	Fundo Municipal de Saúde	14945650000114	109.564,54
ES	3203403	Mimoso do Sul	Fundo Municipal de Saúde	10551277000166	191.737,95
ES	3203502	Montanha	Fundo Municipal de Saúde	14829961000118	164.346,81
ES	3203601	Mucurici	Fundo Municipal de Saúde	11923601000192	82.173,40
ES	3203700	Muniz Freire	Fundo Municipal de Saúde	14674999000169	164.346,81
ES	3203809	Muqui	Fundo Municipal de Saúde	15396287000198	136.955,67
ES	3203908	Nova Venécia	Fundo Municipal de Saúde	14785598000186	301.302,49
ES	3204005	Pancas	Fundo Municipal de Saúde	11125915000140	164.346,81
ES	3204054	Pedro Canário	Fundo Municipal de Saúde	10554621000170	191.737,95
ES	3204104	Pinheiros	Fundo Municipal de Saúde	10836927000110	191.737,95
ES	3204203	Piúma	Fundo Municipal de Saúde	14801768000179	164.346,81
ES	3204252	Ponto Belo	Fundo Municipal de Saúde	14721287000153	82.173,40
ES	3204302	Presidente Kennedy	Fundo Municipal de Saúde	10427499000171	109.564,54
ES	3204351	Rio Bananal	Fundo Municipal de Saúde	11429173000146	164.346,81
ES	3204401	Rio Novo do Sul	Fundo Municipal de Saúde	14004319000108	109.564,54
ES	3204500	Santa Leopoldina	Fundo Municipal de Saúde	13959501000141	109.564,54
ES	3204559	Santa Maria de Jetibá	Fundo Municipal de Saúde	13917262000167	246.520,22
ES	3204609	Santa Teresa	Fundo Municipal de Saúde	14491945000168	191.737,95
ES	3204658	São Domingos do Norte	Fundo Municipal de Saúde	13953742000183	82.173,40
ES	3204708	São Gabriel da Palha	Fundo Municipal de Saúde	13932227000117	246.520,22
ES	3204807	São José do Calçado	Fundo Municipal de Saúde	15041835000167	109.564,54
ES	3204906	São Mateus	Fundo Municipal de Saúde	11356696000100	465.649,30
ES	3204955	São Roque do Canaã	Fundo Municipal de Saúde	14734122000116	109.564,54
ES	3205002	Serra	Fundo Municipal de Saúde	14814026000188	736.848,71
ES	3205010	Sooretama	Fundo Municipal de Saúde	11400251000180	191.737,95
ES	3205036	Vargem Alta	Fundo Municipal de Saúde	14645035000192	164.346,81
ES	3205069	Venda Nova do Imigrante	Fundo Municipal de Saúde	14744834000116	191.737,95
ES	3205101	Viana	Fundo Municipal de Saúde	14587933000131	356.084,76
ES	3205150	Vila Pavão	Fundo Municipal de Saúde	10906131000196	82.173,40
ES	3205176	Vila Valério	Fundo Municipal de Saúde	14019295000152	136.955,67
ES	3205200	Vila Velha	Fundo Municipal de Saúde	12157728000100	736.848,71
ES	3205309	Vitória	Fundo Municipal de Saúde	14792165000158	1.723.395,13
GO	5200050	Abadia de Goiás	Fundo Municipal de Saúde	08654446000141	79.090,97
GO	5200100	Abadiânia	Fundo Municipal de Saúde	08278171000199	158.181,94
GO	5200134	Acreúna	Fundo Municipal de Saúde	11328700000126	158.181,94
GO	5200159	Adelândia	Fundo Municipal de Saúde	11270640000138	79.090,97
GO	5200175	Água Fria de Goiás	Fundo Municipal de Saúde	05509720000109	79.090,97
GO	5200209	Água Limpa	Fundo Municipal de Saúde	11879542000100	79.090,97
GO	5200258	Águas Lindas de Goiás	Fundo Municipal de Saúde	07460294000183	754.104,34
GO	5200308	Alexânia	Fundo Municipal de Saúde	11254840000105	184.545,60
GO	5200506	Aloândia	Fundo Municipal de Saúde	11232665000147	79.090,97
GO	5200555	Alto Horizonte	Fundo Municipal de Saúde	11154875000164	79.090,97
GO	5200605	Alto Paraíso de Goiás	Fundo Municipal de Saúde	07720960000175	79.090,97
GO	5200803	Alvorada do Norte	Fundo Municipal de Saúde	10701551000136	79.090,97
GO	5200829	Amaralina	Fundo Municipal de Saúde	11208239000178	79.090,97
GO	5200852	Americano do Brasil	Fundo Municipal de Saúde	08624711000149	79.090,97
GO	5200902	Amorinópolis	Fundo Municipal de Saúde	11306532000178	79.090,97
GO	5201108	Anápolis	Fundo Municipal de Saúde	06169881000155	754.104,34
GO	5201207	Anhanguera	Fundo Municipal de Saúde	11795359000119	79.090,97
GO	5201306	Anicuns	Fundo Municipal de Saúde	03587269000104	158.181,94
GO	5201405	Aparecida de Goiânia	Fundo Municipal de Saúde	11809185000104	754.104,34
GO	5201454	Aparecida do Rio Doce	Fundo Municipal de Saúde	11207314000186	79.090,97
GO	5201504	Aporé	Fundo Municipal de Saúde	10884360000157	79.090,97
GO	5201603	Araçu	Fundo Municipal de Saúde	24810277000148	79.090,97
GO	5201702	Aragarças	Fundo Municipal de Saúde	10465644000109	158.181,94
GO	5201801	Aragoiânia	Fundo Municipal de Saúde	11327382000189	79.090,97
GO	5202155	Araguapaz	Fundo Municipal de Saúde	11238287000109	79.090,97
GO	5202353	Arenópolis	Fundo Municipal de Saúde	11664440000160	79.090,97
GO	5202502	Aruanã	Fundo Municipal de Saúde	12213549000143	79.090,97
GO	5202601	Aurilândia	Fundo Municipal de Saúde	11291065000150	79.090,97
GO	5202809	Avelinópolis	Fundo Municipal de Saúde	37382116000142	79.090,97
GO	5203104	Baliza	Fundo Municipal de Saúde	11328999000119	79.090,97
GO	5203203	Barro Alto	Fundo Municipal de Saúde	11633598000172	105.454,62
GO	5203302	Bela Vista de Goiás	Fundo Municipal de Saúde	08083086000175	184.545,60

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800108

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

GO	5203401	Bom Jardim de Goiás	Fundo Municipal de Saúde	11283491000141	79.090,97
GO	5203500	Bom Jesus de Goiás	Fundo Municipal de Saúde	05858247000167	184.545,60
GO	5203559	Bonfinópolis	Fundo Municipal de Saúde	11213822000177	79.090,97
GO	5203575	Bonópolis	Fundo Municipal de Saúde	11280020000180	79.090,97
GO	5203609	Brazabrantes	Fundo Municipal de Saúde	13902557000160	79.090,97
GO	5203807	Britânia	Fundo Municipal de Saúde	09332615000190	79.090,97
GO	5203906	Buriti Alegre	Fundo Municipal de Saúde	11267244000151	79.090,97
GO	5203939	Buriti de Goiás	Fundo Municipal de Saúde	08418330000103	79.090,97
GO	5203962	Buritinópolis	Fundo Municipal de Saúde	11534361000134	79.090,97
GO	5204003	Cabeceiras	Fundo Municipal de Saúde	08351513000159	79.090,97
GO	5204102	Cachoeira Alta	Fundo Municipal de Saúde	08288700000135	105.454,62
GO	5204201	Cachoeira de Goiás	Fundo Municipal de Saúde	11208318000189	79.090,97
GO	5204250	Cachoeira Dourada	Fundo Municipal de Saúde	07445626000150	79.090,97
GO	5204300	Caçu	Fundo Municipal de Saúde	03381462000194	131.818,28
GO	5204409	Caiapônia	Fundo Municipal de Saúde	07877310000138	158.181,94
GO	5204508	Caldas Novas	Fundo Municipal de Saúde	05593119000139	369.091,20
GO	5204557	Caldazinha	Fundo Municipal de Saúde	12225915000184	79.090,97
GO	5204607	Campestre de Goiás	Fundo Municipal de Saúde	11301112000107	79.090,97
GO	5204656	Campinaçu	Fundo Municipal de Saúde	11313891000152	79.090,97
GO	5204706	Campinorte	Fundo Municipal de Saúde	11276589000171	105.454,62
GO	5204805	Campo Alegre de Goiás	Fundo Municipal de Saúde	05106805000138	79.090,97
GO	5204854	Campo Limpo de Goiás	Fundo Municipal de Saúde	11211269000133	79.090,97
GO	5204904	Campos Belos	Fundo Municipal de Saúde	10462799000191	158.181,94
GO	5204953	Campos Verdes	Fundo Municipal de Saúde	11263318000181	79.090,97
GO	5205000	Carmo do Rio Verde	Fundo Municipal de Saúde	11335591000174	79.090,97
GO	5205059	Castelândia	Fundo Municipal de Saúde	11343271000166	79.090,97
GO	5205109	Catalão	Fundo Municipal de Saúde	03532661000156	421.818,51
GO	5205208	Caturaí	Fundo Municipal de Saúde	04815319000126	79.090,97
GO	5205307	Cavalcante	Fundo Municipal de Saúde	11271704000115	79.090,97
GO	5205406	Ceres	Fundo Municipal de Saúde	11111771000172	158.181,94
GO	5205455	Cezarina	Fundo Municipal de Saúde	08678243000195	79.090,97
GO	5205471	Chapadão do Céu	Fundo Municipal de Saúde	07729810000122	79.090,97
GO	5205497	Cidade Ocidental	Fundo Municipal de Saúde	11332874000162	316.363,88
GO	5205513	Cocalzinho de Goiás	Fundo Municipal de Saúde	11337362000199	158.181,94
GO	5205521	Colinas do Sul	Fundo Municipal de Saúde	11381097000146	79.090,97
GO	5205703	Córrego do Ouro	Fundo Municipal de Saúde	11319184000173	79.090,97
GO	5205802	Corumbá de Goiás	Fundo Municipal de Saúde	11378898000152	105.454,62
GO	5205901	Corumbaíba	Fundo Municipal de Saúde	11170888000127	79.090,97
GO	5206206	Cristalina	Fundo Municipal de Saúde	11290797000125	290.000,23
GO	5206305	Cristianópolis	Fundo Municipal de Saúde	13356264000124	79.090,97
GO	5206404	Crixás	Fundo Municipal de Saúde	11688879000122	131.818,28
GO	5206503	Cromínia	Fundo Municipal de Saúde	11435485000162	79.090,97
GO	5206602	Cumari	Fundo Municipal de Saúde	11608994000140	79.090,97
GO	5206701	Damianópolis	Fundo Municipal de Saúde	11354232000164	79.090,97
GO	5206800	Damolândia	Fundo Municipal de Saúde	08325807000106	79.090,97
GO	5206909	Davinópolis	Fundo Municipal de Saúde	07791947000107	79.090,97
GO	5207105	Diorama	Fundo Municipal de Saúde	10523857000140	79.090,97
GO	5208301	Divinópolis de Goiás	Fundo Municipal de Saúde	11726671000150	79.090,97
GO	5207253	Doverlândia	Fundo Municipal de Saúde	11259476000168	79.090,97
GO	5207352	Edealina	Fundo Municipal de Saúde	11520287000105	79.090,97
GO	5207402	Edéia	Fundo Municipal de Saúde	08033825000114	105.454,62
GO	5207501	Estrela do Norte	Fundo Municipal de Saúde	11331930000144	79.090,97
GO	5207535	Faina	Fundo Municipal de Saúde	11256865000130	79.090,97
GO	5207600	Fazenda Nova	Fundo Municipal de Saúde	11396858000133	79.090,97
GO	5207808	Firminópolis	Fundo Municipal de Saúde	11324516000108	105.454,62
GO	5207907	Flores de Goiás	Fundo Municipal de Saúde	11479852000120	131.818,28
GO	5208004	Formosa	Fundo Municipal de Saúde	09105181000195	448.182,17
GO	5208103	Formoso	Fundo Municipal de Saúde	11661424000113	79.090,97
GO	5208152	Gameleira de Goiás	Fundo Municipal de Saúde	11270838000111	79.090,97
GO	5208400	Goianápolis	Fundo Municipal de Saúde	08832592000110	105.454,62
GO	5208509	Goiandira	Fundo Municipal de Saúde	06129491000151	79.090,97
GO	5208608	Goianésia	Fundo Municipal de Saúde	36975571000199	316.363,88
GO	5208707	Goiânia	Fundo Municipal de Saúde	37623352000103	3.102.111,24
GO	5208806	Goianira	Fundo Municipal de Saúde	07343110000103	237.272,91
GO	5208905	Goiás	Fundo Municipal de Saúde	11152150000137	184.545,60
GO	5209101	Goiatuba	Fundo Municipal de Saúde	01814099000128	210.909,25
GO	5209150	Gouvelândia	Fundo Municipal de Saúde	11331708000141	79.090,97
GO	5209200	Guapó	Fundo Municipal de Saúde	08887558000142	131.818,28
GO	5209291	Guaraíta	Fundo Municipal de Saúde	11284175000194	79.090,97
GO	5209408	Guarani de Goiás	Fundo Municipal de Saúde	11310264000168	79.090,97
GO	5209457	Guarinos	Fundo Municipal de Saúde	11568184000107	79.090,97
GO	5209606	Heitoraí	Fundo Municipal de Saúde	11284701000116	79.090,97
GO	5209705	Hidrolândia	Fundo Municipal de Saúde	11320964000133	158.181,94
GO	5209804	Hidrolina	Fundo Municipal de Saúde	13844517000109	79.090,97
GO	5209903	Iaciara	Fundo Municipal de Saúde	11336696000148	131.818,28
GO	5209937	Inaciolândia	Fundo Municipal de Saúde	11474036000123	79.090,97
GO	5209952	Indiara	Fundo Municipal de Saúde	11457539000190	131.818,28
GO	5210000	Inhumas	Fundo Municipal de Saúde	07222467000125	290.000,23
GO	5210109	Ipameri	Fundo Municipal de Saúde	07777639000127	184.545,60
GO	5210158	Ipiranga de Goiás	Fundo Municipal de Saúde	11202928000175	79.090,97
GO	5210208	Iporá	Fundo Municipal de Saúde	07861703000153	210.909,25
GO	5210307	Israelândia	Fundo Municipal de Saúde	10564533000150	79.090,97
GO	5210406	Itaberaí	Fundo Municipal de Saúde	07241129000130	237.272,91
GO	5210562	Itaguari	Fundo Municipal de Saúde	11200941000195	79.090,97
GO	5210604	Itaguaru	Fundo Municipal de Saúde	11352368000135	79.090,97
GO	5210802	Itajá	Fundo Municipal de Saúde	11475739000176	79.090,97
GO	5210901	Itapaci	Fundo Municipal de Saúde	11179871000130	158.181,94

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800109

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

GO	5211008	Itapirapuã	Fundo Municipal de Saúde	11239210000153	79.090,97
GO	5211206	Itapuranga	Fundo Municipal de Saúde	11321092000128	184.545,60
GO	5211305	Itarumã	Fundo Municipal de Saúde	11196842000187	79.090,97
GO	5211404	Itauçu	Fundo Municipal de Saúde	07804588000185	79.090,97
GO	5211503	Itumbiara	Fundo Municipal de Saúde	04394796000165	421.818,51
GO	5211602	Ivolândia	Fundo Municipal de Saúde	11463194000188	79.090,97
GO	5211701	Jandaia	Fundo Municipal de Saúde	10472663000162	79.090,97
GO	5211800	Jaraguá	Fundo Municipal de Saúde	10550278000196	263.636,57
GO	5211909	Jataí	Fundo Municipal de Saúde	12053489000149	395.454,85
GO	5212006	Jaupaci	Fundo Municipal de Saúde	08097819000120	79.090,97
GO	5212055	Jesúpolis	Fundo Municipal de Saúde	10411406000110	79.090,97
GO	5212105	Joviânia	Fundo Municipal de Saúde	11889477000196	79.090,97
GO	5212204	Jussara	Fundo Municipal de Saúde	10514375000123	158.181,94
GO	5212253	Lagoa Santa	Fundo Municipal de Saúde	11390064000162	79.090,97
GO	5212303	Leopoldo de Bulhões	Fundo Municipal de Saúde	11268671000154	79.090,97
GO	5212501	Luziânia	Fundo Municipal de Saúde	07556717000163	754.104,34
GO	5212600	Mairipotaba	Fundo Municipal de Saúde	01933462000124	79.090,97
GO	5212709	Mambaí	Fundo Municipal de Saúde	07784414000106	79.090,97
GO	5212808	Mara Rosa	Fundo Municipal de Saúde	11905198000179	105.454,62
GO	5212907	Marzagão	Fundo Municipal de Saúde	11877880000103	79.090,97
GO	5212956	Matrinchã	Fundo Municipal de Saúde	11223381000194	79.090,97
GO	5213004	Maurilândia	Fundo Municipal de Saúde	11483837000155	105.454,62
GO	5213053	Mimoso de Goiás	Fundo Municipal de Saúde	11326817000170	79.090,97
GO	5213087	Minaçu	Fundo Municipal de Saúde	10589186000110	210.909,25
GO	5213103	Mineiros	Fundo Municipal de Saúde	11924138000101	316.363,88
GO	5213400	Moiporá	Fundo Municipal de Saúde	11804208000180	79.090,97
GO	5213509	Monte Alegre de Goiás	Fundo Municipal de Saúde	09526201000100	79.090,97
GO	5213707	Montes Claros de Goiás	Fundo Municipal de Saúde	07816633000111	79.090,97
GO	5213756	Montividiu	Fundo Municipal de Saúde	11269276000196	105.454,62
GO	5213772	Montividiu do Norte	Fundo Municipal de Saúde	08013657000103	79.090,97
GO	5213806	Morrinhos	Fundo Municipal de Saúde	11870726000100	263.636,57
GO	5213855	Morro Agudo de Goiás	Fundo Municipal de Saúde	11271785000153	79.090,97
GO	5213905	Mossâmedes	Fundo Municipal de Saúde	10714800000128	79.090,97
GO	5214002	Mozarlândia	Fundo Municipal de Saúde	11271688000160	131.818,28
GO	5214051	Mundo Novo	Fundo Municipal de Saúde	11515073000132	79.090,97
GO	5214101	Mutunópolis	Fundo Municipal de Saúde	11470270000182	79.090,97
GO	5214408	Nazário	Fundo Municipal de Saúde	03130778000103	79.090,97
GO	5214507	Nerópolis	Fundo Municipal de Saúde	12008540000109	184.545,60
GO	5214606	Niquelândia	Fundo Municipal de Saúde	10480867000145	263.636,57
GO	5214705	Nova América	Fundo Municipal de Saúde	04487022000189	79.090,97
GO	5214804	Nova Aurora	Fundo Municipal de Saúde	05628919000148	79.090,97
GO	5214838	Nova Crixás	Fundo Municipal de Saúde	11307617000170	105.454,62
GO	5214861	Nova Glória	Fundo Municipal de Saúde	11237287000194	79.090,97
GO	5214879	Nova Iguaçu de Goiás	Fundo Municipal de Saúde	12097489000140	79.090,97
GO	5214903	Nova Roma	Fundo Municipal de Saúde	11692044000146	79.090,97
GO	5215009	Nova Veneza	Fundo Municipal de Saúde	08868932000162	79.090,97
GO	5215207	Novo Brasil	Fundo Municipal de Saúde	11260263000156	79.090,97
GO	5215231	Novo Gama	Fundo Municipal de Saúde	10936853000193	421.818,51
GO	5215256	Novo Planalto	Fundo Municipal de Saúde	11038582000111	79.090,97
GO	5215306	Orizona	Fundo Municipal de Saúde	04013318000168	131.818,28
GO	5215405	Ouro Verde de Goiás	Fundo Municipal de Saúde	13872416000141	79.090,97
GO	5215504	Ouvidor	Fundo Municipal de Saúde	05169884000126	79.090,97
GO	5215603	Padre Bernardo	Fundo Municipal de Saúde	10593919000190	210.909,25
GO	5215652	Palestina de Goiás	Fundo Municipal de Saúde	10842697000100	79.090,97
GO	5215702	Palmeiras de Goiás	Fundo Municipal de Saúde	11168270000122	184.545,60
GO	5215801	Palmelo	Fundo Municipal de Saúde	12028647000100	79.090,97
GO	5215900	Palminópolis	Fundo Municipal de Saúde	11366503000100	79.090,97
GO	5216007	Panamá	Fundo Municipal de Saúde	11244505000118	79.090,97
GO	5216304	Paranaiguara	Fundo Municipal de Saúde	11204871000143	79.090,97
GO	5216403	Paraúna	Fundo Municipal de Saúde	11171868000170	105.454,62
GO	5216452	Perolândia	Fundo Municipal de Saúde	11317932000189	79.090,97
GO	5216809	Petrolina de Goiás	Fundo Municipal de Saúde	10839115000128	105.454,62
GO	5216908	Pilar de Goiás	Fundo Municipal de Saúde	11827279000106	79.090,97
GO	5217104	Piracanjuba	Fundo Municipal de Saúde	01753396000100	184.545,60
GO	5217203	Piranhas	Fundo Municipal de Saúde	02441185000103	105.454,62
GO	5217302	Pirenópolis	Fundo Municipal de Saúde	11409678000149	184.545,60
GO	5217401	Pires do Rio	Fundo Municipal de Saúde	07752031000148	210.909,25
GO	5217609	Planaltina	Fundo Municipal de Saúde	04394880000189	369.091,20
GO	5217708	Pontalina	Fundo Municipal de Saúde	11166368000140	158.181,94
GO	5218003	Porangatu	Fundo Municipal de Saúde	11113201000111	263.636,57
GO	5218052	Porteirão	Fundo Municipal de Saúde	11517053000109	79.090,97
GO	5218102	Portelândia	Fundo Municipal de Saúde	22732193000108	79.090,97
GO	5218300	Posse	Fundo Municipal de Saúde	07892711000167	210.909,25
GO	5218391	Professor Jamil	Fundo Municipal de Saúde	11275251000103	79.090,97
GO	5218508	Quirinópolis	Fundo Municipal de Saúde	04752947000100	263.636,57
GO	5218607	Rialma	Fundo Municipal de Saúde	10459591000113	105.454,62
GO	5218706	Rianápolis	Fundo Municipal de Saúde	10383544000133	79.090,97
GO	5218789	Rio Quente	Fundo Municipal de Saúde	08278113000165	79.090,97
GO	5218805	Rio Verde	Fundo Municipal de Saúde	06190522000180	754.104,34
GO	5218904	Rubiataba	Fundo Municipal de Saúde	11279755000193	158.181,94
GO	5219001	Sanclerlândia	Fundo Municipal de Saúde	00463568000149	79.090,97
GO	5219100	Santa Bárbara de Goiás	Fundo Municipal de Saúde	11307015000113	79.090,97
GO	5219209	Santa Cruz de Goiás	Fundo Municipal de Saúde	11549446000196	79.090,97
GO	5219258	Santa Fé de Goiás	Fundo Municipal de Saúde	05322181000196	79.090,97
GO	5219308	Santa Helena de Goiás	Fundo Municipal de Saúde	11315213000129	237.272,91
GO	5219357	Santa Isabel	Fundo Municipal de Saúde	11375512000159	79.090,97
GO	5219407	Santa Rita do Araguaia	Fundo Municipal de Saúde	11704447000168	79.090,97
GO	5219456	Santa Rita do Novo Destino	Fundo Municipal de Saúde	11983133000141	79.090,97
GO	5219506	Santa Rosa de Goiás	Fundo Municipal de Saúde	11087455000102	79.090,97
GO	5219605	Santa Tereza de Goiás	Fundo Municipal de Saúde	06070954000157	79.090,97

GO	5219704	Santa Terezinha de Goiás	Fundo Municipal de Saúde	11899105000140	79.090,97
GO	5219712	Santo Antônio da Barra	Fundo Municipal de Saúde	11479560000197	79.090,97
GO	5219738	Santo Antônio de Goiás	Fundo Municipal de Saúde	11319564000108	79.090,97
GO	5219753	Santo Antônio do Descoberto	Fundo Municipal de Saúde	07429190000106	342.727,54
GO	5219803	São Domingos	Fundo Municipal de Saúde	08645875000152	105.454,62
GO	5219902	São Francisco de Goiás	Fundo Municipal de Saúde	11335530000107	79.090,97
GO	5220058	São João da Paraúna	Fundo Municipal de Saúde	10579668000199	79.090,97
GO	5220009	São João d'Aliança	Fundo Municipal de Saúde	04244525000123	105.454,62
GO	5220108	São Luís de Montes Belos	Fundo Municipal de Saúde	10581764000171	210.909,25
GO	5220157	São Luíz do Norte	Fundo Municipal de Saúde	11203159000120	79.090,97
GO	5220207	São Miguel do Araguaia	Fundo Municipal de Saúde	11433328000118	158.181,94
GO	5220264	São Miguel do Passa Quatro	Fundo Municipal de Saúde	11223157000100	79.090,97
GO	5220280	São Patrício	Fundo Municipal de Saúde	12260233000102	79.090,97
GO	5220405	São Simão	Fundo Municipal de Saúde	11078437000164	158.181,94
GO	5220454	Senador Canedo	Fundo Municipal de Saúde	09097711000109	421.818,51
GO	5220504	Serranópolis	Fundo Municipal de Saúde	12251090000172	79.090,97
GO	5220603	Silvânia	Fundo Municipal de Saúde	10476288000129	158.181,94
GO	5220686	Simolândia	Fundo Municipal de Saúde	11603021000118	79.090,97
GO	5220702	Sítio d'Abadia	Fundo Municipal de Saúde	11422700000190	79.090,97
GO	5221007	Taquaral de Goiás	Fundo Municipal de Saúde	10496025000181	79.090,97
GO	5221080	Teresina de Goiás	Fundo Municipal de Saúde	11350044000168	79.090,97
GO	5221197	Terezópolis de Goiás	Fundo Municipal de Saúde	11306530000189	79.090,97
GO	5221304	Três Ranchos	Fundo Municipal de Saúde	05446297000137	79.090,97
GO	5221403	Trindade	Fundo Municipal de Saúde	11329685000130	448.182,17
GO	5221452	Trombas	Fundo Municipal de Saúde	11344805000179	79.090,97
GO	5221502	Turvânia	Fundo Municipal de Saúde	10713187000124	79.090,97
GO	5221551	Turvelândia	Fundo Municipal de Saúde	11211433000102	79.090,97
GO	5221577	Uirapuru	Fundo Municipal de Saúde	11833497000145	79.090,97
GO	5221601	Uruaçu	Fundo Municipal de Saúde	04755973000191	237.272,91
GO	5221700	Uruana	Fundo Municipal de Saúde	11163358000151	131.818,28
GO	5221809	Urutaí	Fundo Municipal de Saúde	11675013000187	79.090,97
GO	5221858	Valparaíso de Goiás	Fundo Municipal de Saúde	04786328000136	754.104,34
GO	5221908	Varjão	Fundo Municipal de Saúde	11336606000119	79.090,97
GO	5222005	Vianópolis	Fundo Municipal de Saúde	11918033000131	131.818,28
GO	5222054	Vicentinópolis	Fundo Municipal de Saúde	11258723000101	79.090,97
GO	5222203	Vila Boa	Fundo Municipal de Saúde	11839890000146	79.090,97
GO	5222302	Vila Propício	Fundo Municipal de Saúde	11304444000137	79.090,97
MA	2100055	Açailândia	Fundo Municipal de Saúde	11816419000132	396.118,45
MA	2100105	Afonso Cunha	Fundo Municipal de Saúde	12040373000175	74.272,20
MA	2100154	Água Doce do Maranhão	Fundo Municipal de Saúde	13053338000153	99.029,61
MA	2100204	Alcântara	Fundo Municipal de Saúde	11673733000103	148.544,41
MA	2100303	Aldeias Altas	Fundo Municipal de Saúde	11238442000197	173.301,82
MA	2100402	Altamira do Maranhão	Fundo Municipal de Saúde	97521808000156	74.272,20
MA	2100436	Alto Alegre do Maranhão	Fundo Municipal de Saúde	10687470000129	173.301,82
MA	2100477	Alto Alegre do Pindaré	Fundo Municipal de Saúde	13892620000124	198.059,22
MA	2100501	Alto Parnaíba	Fundo Municipal de Saúde	11743691000130	99.029,61
MA	2100550	Amapá do Maranhão	Fundo Municipal de Saúde	13990405000166	74.272,20
MA	2100600	Amarante do Maranhão	Fundo Municipal de Saúde	11394580000165	222.816,62
MA	2100709	Anajatuba	Fundo Municipal de Saúde	12607392000130	173.301,82
MA	2100808	Anapurus	Fundo Municipal de Saúde	11927361000102	123.787,01
MA	2100832	Apicum-Açu	Fundo Municipal de Saúde	12492783000157	148.544,41
MA	2100873	Araguanã	Fundo Municipal de Saúde	11394258000136	123.787,01
MA	2100907	Araioses	Fundo Municipal de Saúde	11756002000121	247.574,03
MA	2100956	Arame	Fundo Municipal de Saúde	10509059000163	198.059,22
MA	2101004	Arari	Fundo Municipal de Saúde	97552407000163	173.301,82
MA	2101103	Axixá	Fundo Municipal de Saúde	13654382000119	99.029,61
MA	2101202	Bacabal	Fundo Municipal de Saúde	07186334000140	396.118,45
MA	2101251	Bacabeira	Fundo Municipal de Saúde	11304010000137	148.544,41
MA	2101301	Bacuri	Fundo Municipal de Saúde	97546561000122	148.544,41
MA	2101350	Bacurituba	Fundo Municipal de Saúde	14115387000136	74.272,20
MA	2101400	Balsas	Fundo Municipal de Saúde	11236050000199	371.361,04
MA	2101509	Barão de Grajaú	Fundo Municipal de Saúde	13911405000123	148.544,41
MA	2101608	Barra do Corda	Fundo Municipal de Saúde	10452044000106	346.603,64
MA	2101707	Barreirinhas	Fundo Municipal de Saúde	11513081000140	297.088,83
MA	2101772	Bela Vista do Maranhão	Fundo Municipal de Saúde	11629135000137	99.029,61
MA	2101731	Belágua	Fundo Municipal de Saúde	13985434000130	74.272,20
MA	2101806	Benedito Leite	Fundo Municipal de Saúde	13011532000176	74.272,20
MA	2101905	Bequimão	Fundo Municipal de Saúde	11489260000199	148.544,41
MA	2101939	Bernardo do Mearim	Fundo Municipal de Saúde	11424507000199	74.272,20
MA	2101970	Boa Vista do Gurupi	Fundo Municipal de Saúde	13932149000150	74.272,20
MA	2102002	Bom Jardim	Fundo Municipal de Saúde	11447484000138	222.816,62
MA	2102036	Bom Jesus das Selvas	Fundo Municipal de Saúde	11886594000104	198.059,22
MA	2102077	Bom Lugar	Fundo Municipal de Saúde	13879837000102	123.787,01
MA	2102101	Brejo	Fundo Municipal de Saúde	12512462000177	198.059,22
MA	2102150	Brejo de Areia	Fundo Municipal de Saúde	13898730000101	74.272,20
MA	2102200	Buriti	Fundo Municipal de Saúde	11463289000100	173.301,82
MA	2102309	Buriti Bravo	Fundo Municipal de Saúde	12086778000144	148.544,41
MA	2102325	Buriticupu	Fundo Municipal de Saúde	12036458000180	321.846,24
MA	2102358	Buritirana	Fundo Municipal de Saúde	11476841000196	123.787,01
MA	2102374	Cachoeira Grande	Fundo Municipal de Saúde	13886121000124	74.272,20
MA	2102408	Cajapió	Fundo Municipal de Saúde	14180612000118	99.029,61
MA	2102507	Cajari	Fundo Municipal de Saúde	11258677000140	148.544,41
MA	2102556	Campestre do Maranhão	Fundo Municipal de Saúde	11402239000104	123.787,01
MA	2102606	Cândido Mendes	Fundo Municipal de Saúde	13062303000180	148.544,41
MA	2102705	Cantanhede	Fundo Municipal de Saúde	11344175000132	148.544,41
MA	2102754	Capinzal do Norte	Fundo Municipal de Saúde	10584052000106	99.029,61
MA	2102804	Carolina	Fundo Municipal de Saúde	12157543000104	173.301,82
MA	2102903	Carutapera	Fundo Municipal de Saúde	13715002000109	148.544,41
MA	2103000	Caxias	Fundo Municipal de Saúde	09239491000100	967.713,05

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800111

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MA	2103109	Cedral	Fundo Municipal de Saúde	12097487000151	99.029,61
MA	2103125	Central do Maranhão	Fundo Municipal de Saúde	11914760000120	74.272,20
MA	2103158	Centro do Guilherme	Fundo Municipal de Saúde	11317251000110	99.029,61
MA	2103174	Centro Novo do Maranhão	Fundo Municipal de Saúde	12452858000176	148.544,41
MA	2103208	Chapadinha	Fundo Municipal de Saúde	11844664000153	321.846,24
MA	2103257	Cidelândia	Fundo Municipal de Saúde	11827194000110	123.787,01
MA	2103307	Codó	Fundo Municipal de Saúde	11781256000108	420.875,85
MA	2103406	Coelho Neto	Fundo Municipal de Saúde	10747944000180	247.574,03
MA	2103505	Colinas	Fundo Municipal de Saúde	11296379000145	222.816,62
MA	2103554	Conceição do Lago-Açu	Fundo Municipal de Saúde	13792203000100	123.787,01
MA	2103604	Coroatá	Fundo Municipal de Saúde	10767573000107	297.088,83
MA	2103703	Cururupu	Fundo Municipal de Saúde	11395730000155	198.059,22
MA	2103752	Davinópolis	Fundo Municipal de Saúde	12013889000120	99.029,61
MA	2103802	Dom Pedro	Fundo Municipal de Saúde	11415535000140	148.544,41
MA	2103901	Duque Bacelar	Fundo Municipal de Saúde	11310542000187	99.029,61
MA	2104008	Esperantinópolis	Fundo Municipal de Saúde	11338224000124	123.787,01
MA	2104057	Estreito	Fundo Municipal de Saúde	11245566000108	222.816,62
MA	2104073	Feira Nova do Maranhão	Fundo Municipal de Saúde	13120165000149	74.272,20
MA	2104081	Fernando Falcão	Fundo Municipal de Saúde	11163577000130	99.029,61
MA	2104099	Formosa da Serra Negra	Fundo Municipal de Saúde	12125211000130	148.544,41
MA	2104107	Fortaleza dos Nogueiras	Fundo Municipal de Saúde	12658017000110	99.029,61
MA	2104206	Fortuna	Fundo Municipal de Saúde	11771395000142	123.787,01
MA	2104305	Godofredo Viana	Fundo Municipal de Saúde	13936145000140	99.029,61
MA	2104404	Gonçalves Dias	Fundo Municipal de Saúde	11825568000168	148.544,41
MA	2104503	Governador Archer	Fundo Municipal de Saúde	11415540000152	99.029,61
MA	2104552	Governador Edison Lobão	Fundo Municipal de Saúde	13877696000180	148.544,41
MA	2104602	Governador Eugênio Barros	Fundo Municipal de Saúde	13931425000166	123.787,01
MA	2104628	Governador Luiz Rocha	Fundo Municipal de Saúde	11386348000185	74.272,20
MA	2104651	Governador Newton Bello	Fundo Municipal de Saúde	11282911000175	74.272,20
MA	2104677	Governador Nunes Freire	Fundo Municipal de Saúde	02130473000139	173.301,82
MA	2104701	Graça Aranha	Fundo Municipal de Saúde	13892442000131	74.272,20
MA	2104800	Grajaú	Fundo Municipal de Saúde	11354569000171	297.088,83
MA	2104909	Guimarães	Fundo Municipal de Saúde	11291712000123	99.029,61
MA	2105005	Humberto de Campos	Fundo Municipal de Saúde	11436956000157	173.301,82
MA	2105104	Icatu	Fundo Municipal de Saúde	11523226000193	173.301,82
MA	2105153	Igarapé do Meio	Fundo Municipal de Saúde	12040308000140	123.787,01
MA	2105203	Igarapé Grande	Fundo Municipal de Saúde	11423116000150	99.029,61
MA	2105302	Imperatriz	Fundo Municipal de Saúde	00939023000166	967.713,05
MA	2105351	Itaipava do Grajaú	Fundo Municipal de Saúde	11243194000172	123.787,01
MA	2105401	Itapecuru Mirim	Fundo Municipal de Saúde	11129938000122	297.088,83
MA	2105427	Itinga do Maranhão	Fundo Municipal de Saúde	13863418000174	173.301,82
MA	2105450	Jatobá	Fundo Municipal de Saúde	12086790000159	99.029,61
MA	2105476	Jenipapo dos Vieiras	Fundo Municipal de Saúde	13848108000180	123.787,01
MA	2105500	João Lisboa	Fundo Municipal de Saúde	11939565000155	148.544,41
MA	2105609	Joselândia	Fundo Municipal de Saúde	11261444000105	123.787,01
MA	2105658	Junco do Maranhão	Fundo Municipal de Saúde	13847763000114	74.272,20
MA	2105708	Lago da Pedra	Fundo Municipal de Saúde	97550981000182	247.574,03
MA	2105807	Lago do Junco	Fundo Municipal de Saúde	12127037000164	99.029,61
MA	2105948	Lago dos Rodrigues	Fundo Municipal de Saúde	11423168000126	74.272,20
MA	2105906	Lago Verde	Fundo Municipal de Saúde	10790117000170	123.787,01
MA	2105922	Lagoa do Mato	Fundo Municipal de Saúde	11304970000105	99.029,61
MA	2105963	Lagoa Grande do Maranhão	Fundo Municipal de Saúde	12263201000160	99.029,61
MA	2105989	Lajeado Novo	Fundo Municipal de Saúde	11550115000176	74.272,20
MA	2106003	Lima Campos	Fundo Municipal de Saúde	11423292000191	99.029,61
MA	2106102	Loreto	Fundo Municipal de Saúde	11790670000175	99.029,61
MA	2106201	Luís Domingues	Fundo Municipal de Saúde	12408302000182	74.272,20
MA	2106300	Magalhães de Almeida	Fundo Municipal de Saúde	11250882000160	148.544,41
MA	2106326	Maracaçumé	Fundo Municipal de Saúde	11452644000137	148.544,41
MA	2106359	Marajá do Sena	Fundo Municipal de Saúde	11771351000112	74.272,20
MA	2106375	Maranhãozinho	Fundo Municipal de Saúde	11317262000109	123.787,01
MA	2106409	Mata Roma	Fundo Municipal de Saúde	11990341000178	123.787,01
MA	2106508	Matinha	Fundo Municipal de Saúde	11463523000190	148.544,41
MA	2106607	Matões	Fundo Municipal de Saúde	12671254000110	198.059,22
MA	2106631	Matões do Norte	Fundo Municipal de Saúde	11513052000188	123.787,01
MA	2106672	Milagres do Maranhão	Fundo Municipal de Saúde	14145677000122	74.272,20
MA	2106706	Mirador	Fundo Municipal de Saúde	12250370000166	148.544,41
MA	2106755	Miranda do Norte	Fundo Municipal de Saúde	11321235000100	173.301,82
MA	2106805	Mirinzal	Fundo Municipal de Saúde	11516236000100	123.787,01
MA	2106904	Monção	Fundo Municipal de Saúde	14042781000191	198.059,22
MA	2107001	Montes Altos	Fundo Municipal de Saúde	11753150000192	74.272,20
MA	2107100	Morros	Fundo Municipal de Saúde	11471515000196	148.544,41
MA	2107209	Nina Rodrigues	Fundo Municipal de Saúde	11304502000122	123.787,01
MA	2107258	Nova Colinas	Fundo Municipal de Saúde	11848497000119	74.272,20
MA	2107308	Nova Iorque	Fundo Municipal de Saúde	13984382000187	74.272,20
MA	2107357	Nova Olinda do Maranhão	Fundo Municipal de Saúde	13845115000129	148.544,41
MA	2107407	Olho d'Água das Cunhãs	Fundo Municipal de Saúde	13970763000107	148.544,41
MA	2107456	Olinda Nova do Maranhão	Fundo Municipal de Saúde	11261506000170	123.787,01
MA	2107506	Paço do Lumiar	Fundo Municipal de Saúde	12650786000171	967.713,05
MA	2107605	Palmeirândia	Fundo Municipal de Saúde	12006517000177	148.544,41
MA	2107704	Paraibano	Fundo Municipal de Saúde	13890788000109	148.544,41
MA	2107803	Parnarama	Fundo Municipal de Saúde	11340821000193	198.059,22
MA	2107902	Passagem Franca	Fundo Municipal de Saúde	12009188000118	148.544,41
MA	2108009	Pastos Bons	Fundo Municipal de Saúde	11885239000102	148.544,41
MA	2108058	Paulino Neves	Fundo Municipal de Saúde	12504949000108	123.787,01
MA	2108108	Paulo Ramos	Fundo Municipal de Saúde	11244671000114	148.544,41
MA	2108207	Pedreiras	Fundo Municipal de Saúde	10432389000106	222.816,62
MA	2108256	Pedro do Rosário	Fundo Municipal de Saúde	12109949000103	173.301,82
MA	2108306	Penalva	Fundo Municipal de Saúde	12148948000178	222.816,62

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800112

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MA	2108405	Peri Mirim	Fundo Municipal de Saúde	11465089000188	123.787,01
MA	2108454	Peritoró	Fundo Municipal de Saúde	12253549000177	148.544,41
MA	2108504	Pindaré-Mirim	Fundo Municipal de Saúde	11146975000149	198.059,22
MA	2108603	Pinheiro	Fundo Municipal de Saúde	11782162000145	346.603,64
MA	2108702	Pio XII	Fundo Municipal de Saúde	97522972000188	148.544,41
MA	2108801	Pirapemas	Fundo Municipal de Saúde	13660636000101	148.544,41
MA	2108900	Poção de Pedras	Fundo Municipal de Saúde	11869862000171	148.544,41
MA	2109007	Porto Franco	Fundo Municipal de Saúde	14391512000130	148.544,41
MA	2109056	Porto Rico do Maranhão	Fundo Municipal de Saúde	12029307000102	74.272,20
MA	2109106	Presidente Dutra	Fundo Municipal de Saúde	11379508000169	247.574,03
MA	2109205	Presidente Juscelino	Fundo Municipal de Saúde	12115932000169	99.029,61
MA	2109239	Presidente Médici	Fundo Municipal de Saúde	11706509000170	74.272,20
MA	2109270	Presidente Sarney	Fundo Municipal de Saúde	11480077000122	148.544,41
MA	2109304	Presidente Vargas	Fundo Municipal de Saúde	14014359000122	99.029,61
MA	2109403	Primeira Cruz	Fundo Municipal de Saúde	13872365000158	123.787,01
MA	2109452	Raposa	Fundo Municipal de Saúde	14049707000105	198.059,22
MA	2109502	Riachão	Fundo Municipal de Saúde	11982875000152	148.544,41
MA	2109551	Ribamar Fiquene	Fundo Municipal de Saúde	11163522000120	74.272,20
MA	2109601	Rosário	Fundo Municipal de Saúde	11830560000190	222.816,62
MA	2109700	Sambaíba	Fundo Municipal de Saúde	11866700000180	74.272,20
MA	2109759	Santa Filomena do Maranhão	Fundo Municipal de Saúde	13891785000181	74.272,20
MA	2109809	Santa Helena	Fundo Municipal de Saúde	11877090000110	222.816,62
MA	2109908	Santa Inês	Fundo Municipal de Saúde	12684909000195	346.603,64
MA	2110005	Santa Luzia	Fundo Municipal de Saúde	11487015000142	321.846,24
MA	2110039	Santa Luzia do Paruá	Fundo Municipal de Saúde	08999023000163	173.301,82
MA	2110104	Santa Quitéria do Maranhão	Fundo Municipal de Saúde	13851179000132	173.301,82
MA	2110203	Santa Rita	Fundo Municipal de Saúde	11191658000144	198.059,22
MA	2110237	Santana do Maranhão	Fundo Municipal de Saúde	11426957000110	99.029,61
MA	2110278	Santo Amaro do Maranhão	Fundo Municipal de Saúde	14079278000100	123.787,01
MA	2110302	Santo Antônio dos Lopes	Fundo Municipal de Saúde	11745309000127	123.787,01
MA	2110401	São Benedito do Rio Preto	Fundo Municipal de Saúde	14016482000182	148.544,41
MA	2110500	São Bento	Fundo Municipal de Saúde	11418184000120	247.574,03
MA	2110609	São Bernardo	Fundo Municipal de Saúde	13956238000137	173.301,82
MA	2110658	São Domingos do Azeitão	Fundo Municipal de Saúde	13951441000110	74.272,20
MA	2110708	São Domingos do Maranhão	Fundo Municipal de Saúde	11331341000166	198.059,22
MA	2110807	São Félix de Balsas	Fundo Municipal de Saúde	12052741000103	74.272,20
MA	2110856	São Francisco do Brejão	Fundo Municipal de Saúde	14001532000158	99.029,61
MA	2110906	São Francisco do Maranhão	Fundo Municipal de Saúde	12122155000180	99.029,61
MA	2111003	São João Batista	Fundo Municipal de Saúde	13299539000135	148.544,41
MA	2111029	São João do Carú	Fundo Municipal de Saúde	11753503000154	123.787,01
MA	2111052	São João do Paraíso	Fundo Municipal de Saúde	14588101000130	99.029,61
MA	2111078	São João do Soter	Fundo Municipal de Saúde	11285716000107	148.544,41
MA	2111102	São João dos Patos	Fundo Municipal de Saúde	10547447000139	173.301,82
MA	2111201	São José de Ribamar	Fundo Municipal de Saúde	12281734000175	967.713,05
MA	2111250	São José dos Basílios	Fundo Municipal de Saúde	13889929000165	74.272,20
MA	2111300	São Luís	Fundo Municipal de Saúde	13816886000198	5.385.609,79
MA	2111409	São Luís Gonzaga do Maranhão	Fundo Municipal de Saúde	11462572000109	148.544,41
MA	2111508	São Mateus do Maranhão	Fundo Municipal de Saúde	13829344000150	222.816,62
MA	2111532	São Pedro da Água Branca	Fundo Municipal de Saúde	11517066000170	99.029,61
MA	2111573	São Pedro dos Crentes	Fundo Municipal de Saúde	12124231000196	74.272,20
MA	2111607	São Raimundo das Mangabeiras	Fundo Municipal de Saúde	11417081000146	148.544,41
MA	2111631	São Raimundo do Doca Bezerra	Fundo Municipal de Saúde	11372872000105	74.272,20
MA	2111672	São Roberto	Fundo Municipal de Saúde	11419994000100	74.272,20
MA	2111706	São Vicente Ferrer	Fundo Municipal de Saúde	11700183000174	148.544,41
MA	2111722	Satubinha	Fundo Municipal de Saúde	11344002000114	123.787,01
MA	2111748	Senador Alexandre Costa	Fundo Municipal de Saúde	14058692000133	99.029,61
MA	2111763	Senador La Rocque	Fundo Municipal de Saúde	14091765000199	123.787,01
MA	2111789	Serrano do Maranhão	Fundo Municipal de Saúde	14173958000199	99.029,61
MA	2111805	Sítio Novo	Fundo Municipal de Saúde	13911662000165	148.544,41
MA	2111904	Sucupira do Norte	Fundo Municipal de Saúde	13823998000176	99.029,61
MA	2111953	Sucupira do Riachão	Fundo Municipal de Saúde	12095429000199	74.272,20
MA	2112001	Tasso Fragoso	Fundo Municipal de Saúde	97551531000104	74.272,20
MA	2112100	Timbiras	Fundo Municipal de Saúde	11654042000162	173.301,82
MA	2112209	Timon	Fundo Municipal de Saúde	11410879000166	967.713,05
MA	2112233	Trizidela do Vale	Fundo Municipal de Saúde	11424417000106	148.544,41
MA	2112274	Tufilândia	Fundo Municipal de Saúde	11283666000110	74.272,20
MA	2112308	Tuntum	Fundo Municipal de Saúde	10476850000114	222.816,62
MA	2112407	Turiaçu	Fundo Municipal de Saúde	13866588000102	198.059,22
MA	2112456	Turilândia	Fundo Municipal de Saúde	13937584000178	173.301,82
MA	2112506	Tutóia	Fundo Municipal de Saúde	11241578000156	272.331,43
MA	2112605	Urbano Santos	Fundo Municipal de Saúde	11855915000103	198.059,22
MA	2112704	Vargem Grande	Fundo Municipal de Saúde	11400133000171	272.331,43
MA	2112803	Viana	Fundo Municipal de Saúde	12913408000133	272.331,43
MA	2112852	Vila Nova dos Martírios	Fundo Municipal de Saúde	13844558000103	99.029,61
MA	2112902	Vitória do Mearim	Fundo Municipal de Saúde	14070963000176	198.059,22
MA	2113009	Vitorino Freire	Fundo Municipal de Saúde	97535309000118	198.059,22
MA	2114007	Zé Doca	Fundo Municipal de Saúde	10807724000103	272.331,43
MG	3100104	Abadia dos Dourados	Fundo Municipal de Saúde	12498121000194	86.713,40
MG	3100203	Abaeté	Fundo Municipal de Saúde	11943989000193	173.426,81
MG	3100302	Abre Campo	Fundo Municipal de Saúde	13954517000161	144.522,34
MG	3100401	Acaiaca	Fundo Municipal de Saúde	13656532000123	86.713,40
MG	3100500	Açucena	Fundo Municipal de Saúde	14731550000195	86.713,40
MG	3100609	Água Boa	Fundo Municipal de Saúde	11639303000175	144.522,34
MG	3100708	Água Comprida	Fundo Municipal de Saúde	12647550000186	86.713,40
MG	3100807	Aguanil	Fundo Municipal de Saúde	13353761000179	86.713,40

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800113

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MG	3100906	Águas Formosas	Fundo Municipal de Saúde	11481957000113	173.426,81
MG	3101003	Águas Vermelhas	Fundo Municipal de Saúde	11547202000174	115.617,87
MG	3101102	Aimorés	Fundo Municipal de Saúde	97520031000105	202.331,28
MG	3101201	Aiuruoca	Fundo Municipal de Saúde	13081164000132	86.713,40
MG	3101300	Alagoa	Fundo Municipal de Saúde	13038190000188	86.713,40
MG	3101409	Albertina	Fundo Municipal de Saúde	13820031000130	86.713,40
MG	3101508	Além Paraíba	Fundo Municipal de Saúde	19306957000199	231.235,74
MG	3101607	Alfenas	Fundo Municipal de Saúde	11436319000180	375.758,09
MG	3101631	Alfredo Vasconcelos	Fundo Municipal de Saúde	11445817000190	86.713,40
MG	3101706	Almenara	Fundo Municipal de Saúde	11486972000154	260.140,21
MG	3101805	Alpercata	Fundo Municipal de Saúde	12438791000115	86.713,40
MG	3101904	Alpinópolis	Fundo Municipal de Saúde	11970098000126	173.426,81
MG	3102001	Alterosa	Fundo Municipal de Saúde	10544842000168	144.522,34
MG	3102050	Alto Caparaó	Fundo Municipal de Saúde	13008416000106	86.713,40
MG	3153509	Alto Jequitibá	Fundo Municipal de Saúde	13024945000195	86.713,40
MG	3102100	Alto Rio Doce	Fundo Municipal de Saúde	11242596000152	115.617,87
MG	3102209	Alvarenga	Fundo Municipal de Saúde	22727202000172	86.713,40
MG	3102308	Alvinópolis	Fundo Municipal de Saúde	12824692000171	144.522,34
MG	3102407	Alvorada de Minas	Fundo Municipal de Saúde	11949145000150	86.713,40
MG	3102506	Amparo do Serra	Fundo Municipal de Saúde	13050914000109	86.713,40
MG	3102605	Andradas	Fundo Municipal de Saúde	11412071000118	260.140,21
MG	3102803	Andrelândia	Fundo Municipal de Saúde	00161822000154	115.617,87
MG	3102852	Angelândia	Fundo Municipal de Saúde	11405397000118	86.713,40
MG	3102902	Antônio Carlos	Fundo Municipal de Saúde	10546524000136	115.617,87
MG	3103009	Antônio Dias	Fundo Municipal de Saúde	13534517000102	86.713,40
MG	3103108	Antônio Prado de Minas	Fundo Municipal de Saúde	13421104000111	86.713,40
MG	3103207	Araçaí	Fundo Municipal de Saúde	11728277000151	86.713,40
MG	3103306	Aracitaba	Fundo Municipal de Saúde	13325430000125	86.713,40
MG	3103405	Araçuaí	Fundo Municipal de Saúde	11956460000104	260.140,21
MG	3103504	Araguari	Fundo Municipal de Saúde	19250765000108	491.375,96
MG	3103603	Arantina	Fundo Municipal de Saúde	13915452000145	86.713,40
MG	3103702	Araponga	Fundo Municipal de Saúde	11431652000105	86.713,40
MG	3103751	Araporã	Fundo Municipal de Saúde	11409354000100	86.713,40
MG	3103801	Arapuá	Fundo Municipal de Saúde	11503809000152	86.713,40
MG	3103900	Araújos	Fundo Municipal de Saúde	21441367000110	86.713,40
MG	3104007	Araxá	Fundo Municipal de Saúde	12046773000198	462.471,49
MG	3104106	Arceburgo	Fundo Municipal de Saúde	11422799000120	115.617,87
MG	3104205	Arcos	Fundo Municipal de Saúde	02666567000127	260.140,21
MG	3104304	Areado	Fundo Municipal de Saúde	11316261000131	144.522,34
MG	3104403	Argirita	Fundo Municipal de Saúde	12991331000110	86.713,40
MG	3104452	Aricanduva	Fundo Municipal de Saúde	11325162000116	86.713,40
MG	3104502	Arinos	Fundo Municipal de Saúde	12111691000180	173.426,81
MG	3104601	Astolfo Dutra	Fundo Municipal de Saúde	11431781000195	144.522,34
MG	3104700	Ataléia	Fundo Municipal de Saúde	11491439000180	144.522,34
MG	3104809	Augusto de Lima	Fundo Municipal de Saúde	12041959000154	86.713,40
MG	3104908	Baependi	Fundo Municipal de Saúde	11391585000134	173.426,81
MG	3105004	Baldim	Fundo Municipal de Saúde	12670009000199	86.713,40
MG	3105103	Bambuí	Fundo Municipal de Saúde	21505966000150	202.331,28
MG	3105202	Bandeira	Fundo Municipal de Saúde	12509104000105	86.713,40
MG	3105301	Bandeira do Sul	Fundo Municipal de Saúde	12361991000117	86.713,40
MG	3105400	Barão de Cocais	Fundo Municipal de Saúde	11569465000184	231.235,74
MG	3105509	Barão de Monte Alto	Fundo Municipal de Saúde	12352382000100	86.713,40
MG	3105608	Barbacena	Fundo Municipal de Saúde	14675553000159	520.280,43
MG	3105707	Barra Longa	Fundo Municipal de Saúde	19355269000119	86.713,40
MG	3105905	Barroso	Fundo Municipal de Saúde	11260914000108	173.426,81
MG	3106002	Bela Vista de Minas	Fundo Municipal de Saúde	11900204000103	115.617,87
MG	3106101	Belmiro Braga	Fundo Municipal de Saúde	12380322000192	86.713,40
MG	3106200	Belo Horizonte	Fundo Municipal de Saúde	11728239000107	5.170.185,40
MG	3106309	Belo Oriente	Fundo Municipal de Saúde	12066257000125	202.331,28
MG	3106408	Belo Vale	Fundo Municipal de Saúde	13481854000189	86.713,40
MG	3106507	Berilo	Fundo Municipal de Saúde	11461867000160	115.617,87
MG	3106655	Berizal	Fundo Municipal de Saúde	13018562000104	86.713,40
MG	3106606	Bertópolis	Fundo Municipal de Saúde	13080578000147	86.713,40
MG	3106705	Betim	Fundo Municipal de Saúde	13064113000100	804.920,56
MG	3106804	Bias Fortes	Fundo Municipal de Saúde	11422285000175	86.713,40
MG	3106903	Bicas	Fundo Municipal de Saúde	11668831000152	144.522,34
MG	3107000	Biquinhas	Fundo Municipal de Saúde	19258087000120	86.713,40
MG	3107109	Boa Esperança	Fundo Municipal de Saúde	11434342000136	260.140,21
MG	3107208	Bocaina de Minas	Fundo Municipal de Saúde	13821953000162	86.713,40
MG	3107307	Bocaiúva	Fundo Municipal de Saúde	11274221000174	289.044,68
MG	3107406	Bom Despacho	Fundo Municipal de Saúde	00390877000136	289.044,68
MG	3107505	Bom Jardim de Minas	Fundo Municipal de Saúde	13786574000189	86.713,40
MG	3107604	Bom Jesus da Penha	Fundo Municipal de Saúde	14926619000136	86.713,40
MG	3107703	Bom Jesus do Amparo	Fundo Municipal de Saúde	12533595000120	86.713,40
MG	3107802	Bom Jesus do Galho	Fundo Municipal de Saúde	13309424000184	144.522,34
MG	3107901	Bom Repouso	Fundo Municipal de Saúde	12005513000174	115.617,87
MG	3108008	Bom Sucesso	Fundo Municipal de Saúde	12781322000102	173.426,81
MG	3108107	Bonfim	Fundo Municipal de Saúde	12021377000106	86.713,40
MG	3108206	Bonfinópolis de Minas	Fundo Municipal de Saúde	18222648000178	86.713,40
MG	3108255	Bonito de Minas	Fundo Municipal de Saúde	12729061000173	115.617,87
MG	3108305	Borda da Mata	Fundo Municipal de Saúde	11303623000150	173.426,81
MG	3108404	Botelhos	Fundo Municipal de Saúde	12899280000109	144.522,34
MG	3108503	Botumirim	Fundo Municipal de Saúde	12556107000108	86.713,40

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800114

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MG	3108701	Brás Pires	Fundo Municipal de Saúde	11328974000115	86.713,40
MG	3108552	Brasilândia de Minas	Fundo Municipal de Saúde	11993669000148	144.522,34
MG	3108602	Brasília de Minas	Fundo Municipal de Saúde	11385910000156	231.235,74
MG	3108909	Brasópolis	Fundo Municipal de Saúde	11919724000150	144.522,34
MG	3108800	Braúnas	Fundo Municipal de Saúde	11517350000146	86.713,40
MG	3109006	Brumadinho	Fundo Municipal de Saúde	14208587000133	260.140,21
MG	3109105	Bueno Brandão	Fundo Municipal de Saúde	11408949000141	115.617,87
MG	3109204	Buenópolis	Fundo Municipal de Saúde	11568217000119	115.617,87
MG	3109253	Bugre	Fundo Municipal de Saúde	11309666000142	86.713,40
MG	3109303	Buritis	Fundo Municipal de Saúde	11638768000101	202.331,28
MG	3109402	Buritizeiro	Fundo Municipal de Saúde	12134901000155	202.331,28
MG	3109451	Cabeceira Grande	Fundo Municipal de Saúde	11969673000170	86.713,40
MG	3109501	Cabo Verde	Fundo Municipal de Saúde	16774380000151	144.522,34
MG	3109600	Cachoeira da Prata	Fundo Municipal de Saúde	19123862000130	86.713,40
MG	3109709	Cachoeira de Minas	Fundo Municipal de Saúde	11300562000177	115.617,87
MG	3102704	Cachoeira de Pajeú	Fundo Municipal de Saúde	12795145000105	86.713,40
MG	3109808	Cachoeira Dourada	Fundo Municipal de Saúde	11454019000124	86.713,40
MG	3109907	Caetanópolis	Fundo Municipal de Saúde	13029783000188	115.617,87
MG	3110004	Caeté	Fundo Municipal de Saúde	11348416000111	289.044,68
MG	3110103	Caiana	Fundo Municipal de Saúde	11382631000139	86.713,40
MG	3110202	Cajuri	Fundo Municipal de Saúde	23166271000117	86.713,40
MG	3110301	Caldas	Fundo Municipal de Saúde	13893601000112	144.522,34
MG	3110400	Camacho	Fundo Municipal de Saúde	13716392000131	86.713,40
MG	3110509	Camanducaia	Fundo Municipal de Saúde	10677325000167	173.426,81
MG	3110608	Cambuí	Fundo Municipal de Saúde	14575035000163	202.331,28
MG	3110707	Cambuquira	Fundo Municipal de Saúde	11721277000120	115.617,87
MG	3110806	Campanário	Fundo Municipal de Saúde	11396281000160	86.713,40
MG	3110905	Campanha	Fundo Municipal de Saúde	11398095000160	144.522,34
MG	3111002	Campestre	Fundo Municipal de Saúde	11939987000120	173.426,81
MG	3111101	Campina Verde	Fundo Municipal de Saúde	13932309000161	173.426,81
MG	3111150	Campo Azul	Fundo Municipal de Saúde	11286446000140	86.713,40
MG	3111200	Campo Belo	Fundo Municipal de Saúde	10582086000161	317.949,15
MG	3111309	Campo do Meio	Fundo Municipal de Saúde	11192210000145	115.617,87
MG	3111408	Campo Florido	Fundo Municipal de Saúde	11277550000179	86.713,40
MG	3111507	Campos Altos	Fundo Municipal de Saúde	13075110000164	144.522,34
MG	3111606	Campos Gerais	Fundo Municipal de Saúde	11399269000109	202.331,28
MG	3111903	Cana Verde	Fundo Municipal de Saúde	11565259000104	86.713,40
MG	3111705	Canaã	Fundo Municipal de Saúde	11312448000167	86.713,40
MG	3111804	Canápolis	Fundo Municipal de Saúde	13699286000197	115.617,87
MG	3112000	Candeias	Fundo Municipal de Saúde	11898726000100	144.522,34
MG	3112059	Cantagalo	Fundo Municipal de Saúde	13164548000119	86.713,40
MG	3112109	Caparaó	Fundo Municipal de Saúde	12244189000147	86.713,40
MG	3112208	Capela Nova	Fundo Municipal de Saúde	13577141000113	86.713,40
MG	3112307	Capelinha	Fundo Municipal de Saúde	11349523000164	260.140,21
MG	3112406	Capetinga	Fundo Municipal de Saúde	12010253000125	86.713,40
MG	3112505	Capim Branco	Fundo Municipal de Saúde	11540262000165	86.713,40
MG	3112604	Capinópolis	Fundo Municipal de Saúde	13064891000191	144.522,34
MG	3112653	Capitão Andrade	Fundo Municipal de Saúde	11263416000119	86.713,40
MG	3112703	Capitão Enéas	Fundo Municipal de Saúde	11350235000120	144.522,34
MG	3112802	Capitólio	Fundo Municipal de Saúde	12302245000152	86.713,40
MG	3112901	Caputira	Fundo Municipal de Saúde	13933936000117	86.713,40
MG	3113008	Caraí	Fundo Municipal de Saúde	12453634000189	202.331,28
MG	3113107	Caranaíba	Fundo Municipal de Saúde	13500458000151	86.713,40
MG	3113206	Carandaí	Fundo Municipal de Saúde	12099136000180	202.331,28
MG	3113305	Carangola	Fundo Municipal de Saúde	12041234000166	231.235,74
MG	3113404	Caratinga	Fundo Municipal de Saúde	14716711000171	433.567,03
MG	3113503	Carbonita	Fundo Municipal de Saúde	11855266000132	86.713,40
MG	3113602	Careaçu	Fundo Municipal de Saúde	11323191000149	86.713,40
MG	3113701	Carlos Chagas	Fundo Municipal de Saúde	03023174000168	173.426,81
MG	3113800	Carmésia	Fundo Municipal de Saúde	02860311000156	86.713,40
MG	3113909	Carmo da Cachoeira	Fundo Municipal de Saúde	10431175000107	115.617,87
MG	3114006	Carmo da Mata	Fundo Municipal de Saúde	02968198000127	115.617,87
MG	3114105	Carmo de Minas	Fundo Municipal de Saúde	13081107000153	144.522,34
MG	3114204	Carmo do Cajuru	Fundo Municipal de Saúde	12196097000139	173.426,81
MG	3114303	Carmo do Paranaíba	Fundo Municipal de Saúde	11926064000134	231.235,74
MG	3114402	Carmo do Rio Claro	Fundo Municipal de Saúde	13751757000169	173.426,81
MG	3114501	Carmópolis de Minas	Fundo Municipal de Saúde	14301644000124	173.426,81
MG	3114550	Carneirinho	Fundo Municipal de Saúde	19315093000171	86.713,40
MG	3114600	Carrancas	Fundo Municipal de Saúde	13240059000107	86.713,40
MG	3114709	Carvalhópolis	Fundo Municipal de Saúde	21457298000133	86.713,40
MG	3114808	Carvalhos	Fundo Municipal de Saúde	13519240000149	86.713,40
MG	3114907	Casa Grande	Fundo Municipal de Saúde	13603989000170	86.713,40
MG	3115003	Cascalho Rico	Fundo Municipal de Saúde	12202496000165	86.713,40
MG	3115102	Cássia	Fundo Municipal de Saúde	19420183000122	173.426,81
MG	3115300	Cataguases	Fundo Municipal de Saúde	19035546000106	375.758,09
MG	3115359	Catas Altas	Fundo Municipal de Saúde	13360265000142	86.713,40
MG	3115409	Catas Altas da Noruega	Fundo Municipal de Saúde	13376313000190	86.713,40
MG	3115458	Catuji	Fundo Municipal de Saúde	12264161000171	86.713,40
MG	3115474	Catuti	Fundo Municipal de Saúde	13939058000147	86.713,40
MG	3115508	Caxambu	Fundo Municipal de Saúde	13081140000183	173.426,81
MG	3115607	Cedro do Abaeté	Fundo Municipal de Saúde	11615858000187	86.713,40
MG	3115706	Central de Minas	Fundo Municipal de Saúde	11826574000130	86.713,40
MG	3115805	Centralina	Fundo Municipal de Saúde	12225481000112	115.617,87
MG	3115904	Chácara	Fundo Municipal de Saúde	11898295000181	86.713,40
MG	3116001	Chalé	Fundo Municipal de Saúde	12067324000126	86.713,40
MG	3116100	Chapada do Norte	Fundo Municipal de Saúde	13426444000135	144.522,34
MG	3116159	Chapada Gaúcha	Fundo Municipal de Saúde	11472181000175	115.617,87
MG	3116209	Chiador	Fundo Municipal de Saúde	12572766000120	86.713,40
MG	3116308	Cipotânea	Fundo Municipal de Saúde	11212190000127	86.713,40
MG	3116407	Claraval	Fundo Municipal de Saúde	11284081000115	86.713,40
MG	3116506	Claro dos Poções	Fundo Municipal de Saúde	12846844000137	86.713,40

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800115

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MG	3116605	Cláudio	Fundo Municipal de Saúde	11802697000130	202.331,28
MG	3116704	Coimbra	Fundo Municipal de Saúde	11311894000157	86.713,40
MG	3116803	Coluna	Fundo Municipal de Saúde	21401430000195	86.713,40
MG	3116902	Comendador Gomes	Fundo Municipal de Saúde	97519773000110	86.713,40
MG	3117009	Comercinho	Fundo Municipal de Saúde	12763383000139	86.713,40
MG	3117108	Conceição da Aparecida	Fundo Municipal de Saúde	14237444000150	115.617,87
MG	3115201	Conceição da Barra de Minas	Fundo Municipal de Saúde	21676599000158	86.713,40
MG	3117306	Conceição das Alagoas	Fundo Municipal de Saúde	11221104000142	202.331,28
MG	3117207	Conceição das Pedras	Fundo Municipal de Saúde	11459892000100	86.713,40
MG	3117405	Conceição de Ipanema	Fundo Municipal de Saúde	13268575000131	86.713,40
MG	3117504	Conceição do Mato Dentro	Fundo Municipal de Saúde	12485323000100	173.426,81
MG	3117603	Conceição do Pará	Fundo Municipal de Saúde	64479876000145	86.713,40
MG	3117702	Conceição do Rio Verde	Fundo Municipal de Saúde	10547111000176	144.522,34
MG	3117801	Conceição dos Ouros	Fundo Municipal de Saúde	13936593000144	115.617,87
MG	3117836	Cônego Marinho	Fundo Municipal de Saúde	13412801000106	86.713,40
MG	3117876	Confins	Fundo Municipal de Saúde	19065681000102	86.713,40
MG	3117900	Congonhal	Fundo Municipal de Saúde	12667981000104	115.617,87
MG	3118007	Congonhas	Fundo Municipal de Saúde	02566543000104	317.949,15
MG	3118106	Congonhas do Norte	Fundo Municipal de Saúde	14713586000146	86.713,40
MG	3118205	Conquista	Fundo Municipal de Saúde	11182803000120	86.713,40
MG	3118304	Conselheiro Lafaiete	Fundo Municipal de Saúde	10720208000139	491.375,96
MG	3118403	Conselheiro Pena	Fundo Municipal de Saúde	13516376000103	173.426,81
MG	3118502	Consolação	Fundo Municipal de Saúde	10678196000121	86.713,40
MG	3118601	Contagem	Fundo Municipal de Saúde	14237130000157	804.920,56
MG	3118700	Coqueiral	Fundo Municipal de Saúde	11248794000123	86.713,40
MG	3118809	Coração de Jesus	Fundo Municipal de Saúde	11268861000171	202.331,28
MG	3118908	Cordisburgo	Fundo Municipal de Saúde	12472459000177	86.713,40
MG	3119005	Cordislândia	Fundo Municipal de Saúde	11396057000178	86.713,40
MG	3119104	Corinto	Fundo Municipal de Saúde	11505370000105	202.331,28
MG	3119203	Coroaci	Fundo Municipal de Saúde	15389140000170	115.617,87
MG	3119302	Coromandel	Fundo Municipal de Saúde	12157307000180	202.331,28
MG	3119401	Coronel Fabriciano	Fundo Municipal de Saúde	15248034000177	462.471,49
MG	3119500	Coronel Murta	Fundo Municipal de Saúde	11493471000103	86.713,40
MG	3119609	Coronel Pacheco	Fundo Municipal de Saúde	13889387000120	86.713,40
MG	3119708	Coronel Xavier Chaves	Fundo Municipal de Saúde	13656338000148	86.713,40
MG	3119807	Córrego Danta	Fundo Municipal de Saúde	13787405000163	86.713,40
MG	3119906	Córrego do Bom Jesus	Fundo Municipal de Saúde	15143349000150	86.713,40
MG	3119955	Córrego Fundo	Fundo Municipal de Saúde	12005741000144	86.713,40
MG	3120003	Córrego Novo	Fundo Municipal de Saúde	11299745000110	86.713,40
MG	3120102	Couto de Magalhães de Minas	Fundo Municipal de Saúde	11966986000175	86.713,40
MG	3120151	Crisólita	Fundo Municipal de Saúde	12441072000153	86.713,40
MG	3120201	Cristais	Fundo Municipal de Saúde	11898637000163	115.617,87
MG	3120300	Cristália	Fundo Municipal de Saúde	12105295000140	86.713,40
MG	3120409	Cristiano Otoni	Fundo Municipal de Saúde	13465230000178	86.713,40
MG	3120508	Cristina	Fundo Municipal de Saúde	12367137000168	115.617,87
MG	3120607	Crucilândia	Fundo Municipal de Saúde	11238884000133	86.713,40
MG	3120706	Cruzeiro da Fortaleza	Fundo Municipal de Saúde	13608436000100	86.713,40
MG	3120805	Cruzília	Fundo Municipal de Saúde	13639161000171	144.522,34
MG	3120839	Cuparaque	Fundo Municipal de Saúde	19076176000155	86.713,40
MG	3120870	Curral de Dentro	Fundo Municipal de Saúde	11399952000146	86.713,40
MG	3120904	Curvelo	Fundo Municipal de Saúde	11346878000108	375.758,09
MG	3121001	Datas	Fundo Municipal de Saúde	11598276000130	86.713,40
MG	3121100	Delfim Moreira	Fundo Municipal de Saúde	11865220000102	86.713,40
MG	3121209	Delfinópolis	Fundo Municipal de Saúde	11901729000155	86.713,40
MG	3121258	Delta	Fundo Municipal de Saúde	11796088000116	86.713,40
MG	3121308	Descoberto	Fundo Municipal de Saúde	13401308000190	86.713,40
MG	3121407	Desterro de Entre Rios	Fundo Municipal de Saúde	11904310000157	86.713,40
MG	3121506	Desterro do Melo	Fundo Municipal de Saúde	15288637000100	86.713,40
MG	3121605	Diamantina	Fundo Municipal de Saúde	11291295000119	289.044,68
MG	3121704	Diogo de Vasconcelos	Fundo Municipal de Saúde	12625748000169	86.713,40
MG	3121803	Dionísio	Fundo Municipal de Saúde	19439879000109	86.713,40
MG	3121902	Divinésia	Fundo Municipal de Saúde	09301041000192	86.713,40
MG	3122009	Divino	Fundo Municipal de Saúde	21792560000104	173.426,81
MG	3122108	Divino das Laranjeiras	Fundo Municipal de Saúde	11412875000117	86.713,40
MG	3122207	Divinolândia de Minas	Fundo Municipal de Saúde	21366909000138	86.713,40
MG	3122306	Divinópolis	Fundo Municipal de Saúde	19166979000109	804.920,56
MG	3122355	Divisa Alegre	Fundo Municipal de Saúde	11796765000104	86.713,40
MG	3122405	Divisa Nova	Fundo Municipal de Saúde	11843944000147	86.713,40
MG	3122454	Divisópolis	Fundo Municipal de Saúde	11936334000198	115.617,87
MG	3122470	Dom Bosco	Fundo Municipal de Saúde	13317364000141	86.713,40
MG	3122504	Dom Cavati	Fundo Municipal de Saúde	19405762000104	86.713,40
MG	3122603	Dom Joaquim	Fundo Municipal de Saúde	12058768000103	86.713,40
MG	3122702	Dom Silvério	Fundo Municipal de Saúde	14863755000124	86.713,40
MG	3122801	Dom Viçoso	Fundo Municipal de Saúde	11926583000100	86.713,40
MG	3122900	Dona Eusébia	Fundo Municipal de Saúde	11460563000189	86.713,40
MG	3123007	Dores de Campos	Fundo Municipal de Saúde	13443816000131	86.713,40
MG	3123106	Dores de Guanhães	Fundo Municipal de Saúde	12019361000169	86.713,40
MG	3123205	Dores do Indaiá	Fundo Municipal de Saúde	19082097000157	144.522,34
MG	3123304	Dores do Turvo	Fundo Municipal de Saúde	11918063000148	86.713,40
MG	3123403	Doresópolis	Fundo Municipal de Saúde	13589190000176	86.713,40
MG	3123502	Douradoquara	Fundo Municipal de Saúde	12495608000113	86.713,40
MG	3123528	Durandé	Fundo Municipal de Saúde	12921146000159	86.713,40
MG	3123601	Elói Mendes	Fundo Municipal de Saúde	18286057000164	202.331,28
MG	3123700	Engenheiro Caldas	Fundo Municipal de Saúde	97549976000150	115.617,87
MG	3123809	Engenheiro Navarro	Fundo Municipal de Saúde	11401575000132	86.713,40
MG	3123858	Entre Folhas	Fundo Municipal de Saúde	22386118000132	86.713,40
MG	3123908	Entre Rios de Minas	Fundo Municipal de Saúde	11940403000137	144.522,34
MG	3124005	Ervália	Fundo Municipal de Saúde	11610289000187	173.426,81
MG	3124104	Esmeraldas	Fundo Municipal de Saúde	21432290000112	346.853,62
MG	3124203	Espera Feliz	Fundo Municipal de Saúde	14482595000173	202.331,28
MG	3124302	Espinosa	Fundo Municipal de Saúde	10540610000131	231.235,74
MG	3124401	Espírito Santo do Dourado	Fundo Municipal de Saúde	11944623000139	86.713,40
MG	3124500	Estiva	Fundo Municipal de Saúde	11330419000128	115.617,87

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800116

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MG	3124609	Estrela Dalva	Fundo Municipal de Saúde	97548749000100	86.713,40
MG	3124708	Estrela do Indaiá	Fundo Municipal de Saúde	19162154000108	86.713,40
MG	3124807	Estrela do Sul	Fundo Municipal de Saúde	12496531000104	86.713,40
MG	3124906	Eugenópolis	Fundo Municipal de Saúde	11986806000117	115.617,87
MG	3125002	Ewbank da Câmara	Fundo Municipal de Saúde	11910990000111	86.713,40
MG	3125101	Extrema	Fundo Municipal de Saúde	12662158000106	231.235,74
MG	3125200	Fama	Fundo Municipal de Saúde	13835664000112	86.713,40
MG	3125309	Faria Lemos	Fundo Municipal de Saúde	12152387000180	86.713,40
MG	3125408	Felício dos Santos	Fundo Municipal de Saúde	11344590000196	86.713,40
MG	3125606	Felisburgo	Fundo Municipal de Saúde	12210345000159	86.713,40
MG	3125705	Felixlândia	Fundo Municipal de Saúde	11386929000117	144.522,34
MG	3125804	Fernandes Tourinho	Fundo Municipal de Saúde	19230170000190	86.713,40
MG	3125903	Ferros	Fundo Municipal de Saúde	14814326000167	115.617,87
MG	3125952	Fervedouro	Fundo Municipal de Saúde	11211673000107	115.617,87
MG	3126000	Florestal	Fundo Municipal de Saúde	13689284000117	86.713,40
MG	3126109	Formiga	Fundo Municipal de Saúde	01155430000145	346.853,62
MG	3126208	Formoso	Fundo Municipal de Saúde	13582860000122	86.713,40
MG	3126307	Fortaleza de Minas	Fundo Municipal de Saúde	11788739000126	86.713,40
MG	3126406	Fortuna de Minas	Fundo Municipal de Saúde	14298515000124	86.713,40
MG	3126505	Francisco Badaró	Fundo Municipal de Saúde	11422552000104	115.617,87
MG	3126604	Francisco Dumont	Fundo Municipal de Saúde	11440496000130	86.713,40
MG	3126703	Francisco Sá	Fundo Municipal de Saúde	11382738000187	202.331,28
MG	3126752	Franciscópolis	Fundo Municipal de Saúde	11402809000166	86.713,40
MG	3126802	Frei Gaspar	Fundo Municipal de Saúde	11366162000164	86.713,40
MG	3126901	Frei Inocêncio	Fundo Municipal de Saúde	11966243000103	86.713,40
MG	3126950	Frei Lagonegro	Fundo Municipal de Saúde	11921104000155	86.713,40
MG	3127008	Fronteira	Fundo Municipal de Saúde	10481002000101	173.426,81
MG	3127057	Fronteira dos Vales	Fundo Municipal de Saúde	12992580000120	86.713,40
MG	3127073	Fruta de Leite	Fundo Municipal de Saúde	14585883000153	86.713,40
MG	3127107	Frutal	Fundo Municipal de Saúde	10428106000144	317.949,15
MG	3127206	Funilândia	Fundo Municipal de Saúde	11305622000144	86.713,40
MG	3127305	Galiléia	Fundo Municipal de Saúde	11464145000160	86.713,40
MG	3127339	Gameleiras	Fundo Municipal de Saúde	19043102000112	86.713,40
MG	3127354	Glaucilândia	Fundo Municipal de Saúde	12367731000159	86.713,40
MG	3127370	Goiabeira	Fundo Municipal de Saúde	97550158000177	86.713,40
MG	3127388	Goianá	Fundo Municipal de Saúde	11253597000100	86.713,40
MG	3127404	Gonçalves	Fundo Municipal de Saúde	13594756000158	86.713,40
MG	3127503	Gonzaga	Fundo Municipal de Saúde	13005010000161	86.713,40
MG	3127602	Gouveia	Fundo Municipal de Saúde	11389903000122	115.617,87
MG	3127701	Governador Valadares	Fundo Municipal de Saúde	73964934000117	804.920,56
MG	3127800	Grão Mogol	Fundo Municipal de Saúde	11376492000130	144.522,34
MG	3127909	Grupiara	Fundo Municipal de Saúde	11492660000153	86.713,40
MG	3128006	Guanhães	Fundo Municipal de Saúde	13287740000100	231.235,74
MG	3128105	Guapé	Fundo Municipal de Saúde	11553340000166	144.522,34
MG	3128204	Guaraciaba	Fundo Municipal de Saúde	14216419000190	115.617,87
MG	3128253	Guaraciama	Fundo Municipal de Saúde	11708051000199	86.713,40
MG	3128303	Guaranésia	Fundo Municipal de Saúde	12356128000171	173.426,81
MG	3128402	Guarani	Fundo Municipal de Saúde	13702562000129	86.713,40
MG	3128501	Guarará	Fundo Municipal de Saúde	11969454000191	86.713,40
MG	3128600	Guarda-Mor	Fundo Municipal de Saúde	12320877000149	86.713,40
MG	3128709	Guaxupé	Fundo Municipal de Saúde	19111832000103	317.949,15
MG	3128808	Guidoval	Fundo Municipal de Saúde	11855041000186	86.713,40
MG	3128907	Guimarânia	Fundo Municipal de Saúde	11224321000196	86.713,40
MG	3129004	Guiricema	Fundo Municipal de Saúde	23328831000192	86.713,40
MG	3129103	Gurinhatã	Fundo Municipal de Saúde	12028440000136	86.713,40
MG	3129202	Heliodora	Fundo Municipal de Saúde	11714781000100	86.713,40
MG	3129301	Iapu	Fundo Municipal de Saúde	11284293000100	115.617,87
MG	3129400	Ibertioga	Fundo Municipal de Saúde	13386787000113	86.713,40
MG	3129509	Ibiá	Fundo Municipal de Saúde	11409503000131	202.331,28
MG	3129608	Ibiaí	Fundo Municipal de Saúde	11429429000115	86.713,40
MG	3129657	Ibiracatu	Fundo Municipal de Saúde	13840678000124	86.713,40
MG	3129707	Ibiraci	Fundo Municipal de Saúde	18652424000104	115.617,87
MG	3129806	Ibirité	Fundo Municipal de Saúde	02914038000103	804.920,56
MG	3129905	Ibitiúra de Minas	Fundo Municipal de Saúde	19136669000133	86.713,40
MG	3130002	Ibituruna	Fundo Municipal de Saúde	04052607000176	86.713,40
MG	3130051	Icaraí de Minas	Fundo Municipal de Saúde	13288187000112	115.617,87
MG	3130101	Igarapé	Fundo Municipal de Saúde	11206845000154	260.140,21
MG	3130200	Igaratinga	Fundo Municipal de Saúde	11482141000104	115.617,87
MG	3130309	Iguatama	Fundo Municipal de Saúde	11821317000105	86.713,40
MG	3130408	Ijaci	Fundo Municipal de Saúde	12275241000122	86.713,40
MG	3130507	Ilicínea	Fundo Municipal de Saúde	13892440000142	115.617,87
MG	3130556	Imbé de Minas	Fundo Municipal de Saúde	17636876000121	86.713,40
MG	3130606	Inconfidentes	Fundo Municipal de Saúde	21579770000100	86.713,40
MG	3130655	Indaiabira	Fundo Municipal de Saúde	20659985000179	86.713,40
MG	3130705	Indianópolis	Fundo Municipal de Saúde	13228565000172	86.713,40
MG	3130804	Ingaí	Fundo Municipal de Saúde	13611585000128	86.713,40
MG	3130903	Inhapim	Fundo Municipal de Saúde	11914796000104	202.331,28
MG	3131000	Inhaúma	Fundo Municipal de Saúde	13417547000139	86.713,40
MG	3131109	Inimutaba	Fundo Municipal de Saúde	14156100000116	86.713,40
MG	3131158	Ipaba	Fundo Municipal de Saúde	12009720000105	173.426,81
MG	3131208	Ipanema	Fundo Municipal de Saúde	21590243000105	173.426,81
MG	3131307	Ipatinga	Fundo Municipal de Saúde	11817068000184	804.920,56
MG	3131406	Ipiaçu	Fundo Municipal de Saúde	12463443000106	86.713,40
MG	3131505	Ipuiúna	Fundo Municipal de Saúde	13893638000140	86.713,40
MG	3131604	Iraí de Minas	Fundo Municipal de Saúde	13601247000105	86.713,40
MG	3131703	Itabira	Fundo Municipal de Saúde	11672050000131	491.375,96
MG	3131802	Itabirinha	Fundo Municipal de Saúde	13920005000184	115.617,87
MG	3131901	Itabirito	Fundo Municipal de Saúde	19195982000142	289.044,68

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800117

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MG	3132008	Itacambira	Fundo Municipal de Saúde	11458511000178	86.713,40
MG	3132107	Itacarambi	Fundo Municipal de Saúde	11456098000102	173.426,81
MG	3132206	Itaguara	Fundo Municipal de Saúde	13701950000195	115.617,87
MG	3132305	Itaipé	Fundo Municipal de Saúde	11423338000172	115.617,87
MG	3132404	Itajubá	Fundo Municipal de Saúde	11433888000172	433.567,03
MG	3132503	Itamarandiba	Fundo Municipal de Saúde	11322163000107	231.235,74
MG	3132602	Itamarati de Minas	Fundo Municipal de Saúde	12816164000170	86.713,40
MG	3132701	Itambacuri	Fundo Municipal de Saúde	11190703000146	173.426,81
MG	3132800	Itambé do Mato Dentro	Fundo Municipal de Saúde	15469011000192	86.713,40
MG	3132909	Itamogi	Fundo Municipal de Saúde	14432445000155	115.617,87
MG	3133006	Itamonte	Fundo Municipal de Saúde	19364150000102	144.522,34
MG	3133105	Itanhandu	Fundo Municipal de Saúde	13260601000185	144.522,34
MG	3133204	Itanhomi	Fundo Municipal de Saúde	11807318000103	115.617,87
MG	3133303	Itaobim	Fundo Municipal de Saúde	12440839000120	173.426,81
MG	3133402	Itapagipe	Fundo Municipal de Saúde	10412213000184	144.522,34
MG	3133501	Itapecerica	Fundo Municipal de Saúde	11516928000140	173.426,81
MG	3133600	Itapeva	Fundo Municipal de Saúde	11407911000154	86.713,40
MG	3133709	Itatiaiuçu	Fundo Municipal de Saúde	02920909000193	115.617,87
MG	3133758	Itaú de Minas	Fundo Municipal de Saúde	15334692000181	144.522,34
MG	3133808	Itaúna	Fundo Municipal de Saúde	19344044000167	433.567,03
MG	3133907	Itaverava	Fundo Municipal de Saúde	13545797000154	86.713,40
MG	3134004	Itinga	Fundo Municipal de Saúde	12936294000147	144.522,34
MG	3134103	Itueta	Fundo Municipal de Saúde	11826699000160	86.713,40
MG	3134202	Ituiutaba	Fundo Municipal de Saúde	97529530000163	462.471,49
MG	3134301	Itumirim	Fundo Municipal de Saúde	11679752000147	86.713,40
MG	3134400	Iturama	Fundo Municipal de Saúde	11290560000144	260.140,21
MG	3134509	Itutinga	Fundo Municipal de Saúde	11875650000105	86.713,40
MG	3134608	Jaboticatubas	Fundo Municipal de Saúde	19119185000186	173.426,81
MG	3134707	Jacinto	Fundo Municipal de Saúde	11649398000108	115.617,87
MG	3134806	Jacuí	Fundo Municipal de Saúde	19174262000109	86.713,40
MG	3134905	Jacutinga	Fundo Municipal de Saúde	11984501000176	202.331,28
MG	3135001	Jaguaraçu	Fundo Municipal de Saúde	11594813000173	86.713,40
MG	3135050	Jaíba	Fundo Municipal de Saúde	97552158000106	260.140,21
MG	3135076	Jampruca	Fundo Municipal de Saúde	13621027000143	86.713,40
MG	3135100	Janaúba	Fundo Municipal de Saúde	15462027000173	375.758,09
MG	3135209	Januária	Fundo Municipal de Saúde	13374367000117	346.853,62
MG	3135308	Japaraíba	Fundo Municipal de Saúde	11226652000165	86.713,40
MG	3135357	Japonvar	Fundo Municipal de Saúde	11409840000129	86.713,40
MG	3135407	Jeceaba	Fundo Municipal de Saúde	10665494000187	86.713,40
MG	3135456	Jenipapo de Minas	Fundo Municipal de Saúde	11422618000166	86.713,40
MG	3135506	Jequeri	Fundo Municipal de Saúde	23172555000116	115.617,87
MG	3135605	Jequitaí	Fundo Municipal de Saúde	11695652000104	86.713,40
MG	3135704	Jequitibá	Fundo Municipal de Saúde	14257664000145	86.713,40
MG	3135803	Jequitinhonha	Fundo Municipal de Saúde	10425217000105	202.331,28
MG	3135902	Jesuânia	Fundo Municipal de Saúde	02875274000150	86.713,40
MG	3136009	Joaíma	Fundo Municipal de Saúde	13552581000116	144.522,34
MG	3136108	Joanésia	Fundo Municipal de Saúde	11602494000109	86.713,40
MG	3136207	João Monlevade	Fundo Municipal de Saúde	12500774000160	375.758,09
MG	3136306	João Pinheiro	Fundo Municipal de Saúde	12136070000150	289.044,68
MG	3136405	Joaquim Felício	Fundo Municipal de Saúde	11410927000116	86.713,40
MG	3136504	Jordânia	Fundo Municipal de Saúde	11917297000170	115.617,87
MG	3136520	José Gonçalves de Minas	Fundo Municipal de Saúde	13592889000195	86.713,40
MG	3136553	José Raydan	Fundo Municipal de Saúde	12447913000130	86.713,40
MG	3136579	Josenópolis	Fundo Municipal de Saúde	13632766000130	86.713,40
MG	3136652	Juatuba	Fundo Municipal de Saúde	19373467000105	202.331,28
MG	3136702	Juiz de Fora	Fundo Municipal de Saúde	17783226000109	804.920,56
MG	3136801	Juramento	Fundo Municipal de Saúde	23087035000105	86.713,40
MG	3136900	Juruaia	Fundo Municipal de Saúde	11274817000174	115.617,87
MG	3136959	Juvenília	Fundo Municipal de Saúde	11498184000188	86.713,40
MG	3137007	Ladainha	Fundo Municipal de Saúde	13064633000105	173.426,81
MG	3137106	Lagamar	Fundo Municipal de Saúde	13199207000189	86.713,40
MG	3137205	Lagoa da Prata	Fundo Municipal de Saúde	13539516000150	317.949,15
MG	3137304	Lagoa dos Patos	Fundo Municipal de Saúde	11305322000165	86.713,40
MG	3137403	Lagoa Dourada	Fundo Municipal de Saúde	13884294000103	115.617,87
MG	3137502	Lagoa Formosa	Fundo Municipal de Saúde	11333479000102	173.426,81
MG	3137536	Lagoa Grande	Fundo Municipal de Saúde	19406553000177	86.713,40
MG	3137601	Lagoa Santa	Fundo Municipal de Saúde	14460308000124	346.853,62
MG	3137700	Lajinha	Fundo Municipal de Saúde	14311855000148	173.426,81
MG	3137809	Lambari	Fundo Municipal de Saúde	11467084000194	173.426,81
MG	3137908	Lamim	Fundo Municipal de Saúde	02577737000105	86.713,40
MG	3138005	Laranjal	Fundo Municipal de Saúde	12563245000106	86.713,40
MG	3138104	Lassance	Fundo Municipal de Saúde	11338725000100	86.713,40
MG	3138203	Lavras	Fundo Municipal de Saúde	01417029000136	462.471,49
MG	3138302	Leandro Ferreira	Fundo Municipal de Saúde	12565124000101	86.713,40
MG	3138351	Leme do Prado	Fundo Municipal de Saúde	11371746000128	86.713,40
MG	3138401	Leopoldina	Fundo Municipal de Saúde	02162856000199	317.949,15
MG	3138500	Liberdade	Fundo Municipal de Saúde	14066895000171	86.713,40
MG	3138609	Lima Duarte	Fundo Municipal de Saúde	13570143000180	144.522,34
MG	3138625	Limeira do Oeste	Fundo Municipal de Saúde	12034527000116	86.713,40
MG	3138658	Lontra	Fundo Municipal de Saúde	11905263000166	86.713,40
MG	3138674	Luisburgo	Fundo Municipal de Saúde	13891675000110	86.713,40
MG	3138682	Luislândia	Fundo Municipal de Saúde	11567992000150	86.713,40
MG	3138708	Luminárias	Fundo Municipal de Saúde	13500127000111	86.713,40
MG	3138807	Luz	Fundo Municipal de Saúde	10413019000113	173.426,81

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800118

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MG	3138906	Machacalis	Fundo Municipal de Saúde	12330652000173	86.713,40
MG	3139003	Machado	Fundo Municipal de Saúde	10521537000150	260.140,21
MG	3139102	Madre de Deus de Minas	Fundo Municipal de Saúde	11890482000119	86.713,40
MG	3139201	Malacacheta	Fundo Municipal de Saúde	11483828000164	173.426,81
MG	3139250	Mamonas	Fundo Municipal de Saúde	11407741000108	86.713,40
MG	3139300	Manga	Fundo Municipal de Saúde	12050997000173	173.426,81
MG	3139409	Manhuaçu	Fundo Municipal de Saúde	00996849000167	404.662,56
MG	3139508	Manhumirim	Fundo Municipal de Saúde	21489972000161	173.426,81
MG	3139607	Mantena	Fundo Municipal de Saúde	11769125000105	202.331,28
MG	3139805	Mar de Espanha	Fundo Municipal de Saúde	11992763000182	115.617,87
MG	3139706	Maravilhas	Fundo Municipal de Saúde	12005446000198	86.713,40
MG	3139904	Maria da Fé	Fundo Municipal de Saúde	11923567000156	144.522,34
MG	3140001	Mariana	Fundo Municipal de Saúde	04249011000160	317.949,15
MG	3140100	Marilac	Fundo Municipal de Saúde	14792453000102	86.713,40
MG	3140159	Mário Campos	Fundo Municipal de Saúde	13289580000120	144.522,34
MG	3140209	Maripá de Minas	Fundo Municipal de Saúde	19045626000142	86.713,40
MG	3140308	Marliéria	Fundo Municipal de Saúde	19286882000121	86.713,40
MG	3140407	Marmelópolis	Fundo Municipal de Saúde	13848286000101	86.713,40
MG	3140506	Martinho Campos	Fundo Municipal de Saúde	00468576000188	115.617,87
MG	3140530	Martins Soares	Fundo Municipal de Saúde	12584844000106	86.713,40
MG	3140555	Mata Verde	Fundo Municipal de Saúde	13468885000108	86.713,40
MG	3140605	Materlândia	Fundo Municipal de Saúde	13553792000173	86.713,40
MG	3140704	Mateus Leme	Fundo Municipal de Saúde	03704943000193	231.235,74
MG	3171501	Mathias Lobato	Fundo Municipal de Saúde	14731032000171	86.713,40
MG	3140803	Matias Barbosa	Fundo Municipal de Saúde	19605683000139	144.522,34
MG	3140852	Matias Cardoso	Fundo Municipal de Saúde	14039601000112	115.617,87
MG	3140902	Matipó	Fundo Municipal de Saúde	13452475000160	173.426,81
MG	3141009	Mato Verde	Fundo Municipal de Saúde	14575987000187	115.617,87
MG	3141108	Matozinhos	Fundo Municipal de Saúde	14018529000147	231.235,74
MG	3141207	Matutina	Fundo Municipal de Saúde	14350922000133	86.713,40
MG	3141306	Medeiros	Fundo Municipal de Saúde	11260730000148	86.713,40
MG	3141405	Medina	Fundo Municipal de Saúde	11641767000116	173.426,81
MG	3141504	Mendes Pimentel	Fundo Municipal de Saúde	11563099000156	86.713,40
MG	3141603	Mercês	Fundo Municipal de Saúde	11840379000164	115.617,87
MG	3141702	Mesquita	Fundo Municipal de Saúde	13566066000195	86.713,40
MG	3141801	Minas Novas	Fundo Municipal de Saúde	97535949000128	231.235,74
MG	3141900	Minduri	Fundo Municipal de Saúde	11272311000126	86.713,40
MG	3142007	Mirabela	Fundo Municipal de Saúde	12144510000111	144.522,34
MG	3142106	Miradouro	Fundo Municipal de Saúde	11330471000184	115.617,87
MG	3142205	Miraí	Fundo Municipal de Saúde	12243423000111	144.522,34
MG	3142254	Miravânia	Fundo Municipal de Saúde	23119602000168	86.713,40
MG	3142304	Moeda	Fundo Municipal de Saúde	13152474000109	86.713,40
MG	3142403	Moema	Fundo Municipal de Saúde	11302335000180	86.713,40
MG	3142502	Monjolos	Fundo Municipal de Saúde	12567141000170	86.713,40
MG	3142601	Monsenhor Paulo	Fundo Municipal de Saúde	12287999000180	86.713,40
MG	3142700	Montalvânia	Fundo Municipal de Saúde	14008187000184	144.522,34
MG	3142809	Monte Alegre de Minas	Fundo Municipal de Saúde	13940171000142	173.426,81
MG	3142908	Monte Azul	Fundo Municipal de Saúde	11467043000106	173.426,81
MG	3143005	Monte Belo	Fundo Municipal de Saúde	14034085000133	115.617,87
MG	3143104	Monte Carmelo	Fundo Municipal de Saúde	17490085000136	289.044,68
MG	3143153	Monte Formoso	Fundo Municipal de Saúde	11339661000162	86.713,40
MG	3143203	Monte Santo de Minas	Fundo Municipal de Saúde	19040703000171	173.426,81
MG	3143401	Monte Sião	Fundo Municipal de Saúde	11875540000135	173.426,81
MG	3143302	Montes Claros	Fundo Municipal de Saúde	11495687000108	804.920,56
MG	3143450	Montezuma	Fundo Municipal de Saúde	11267314000171	86.713,40
MG	3143500	Morada Nova de Minas	Fundo Municipal de Saúde	12476788000196	86.713,40
MG	3143609	Morro da Garça	Fundo Municipal de Saúde	14803378000138	86.713,40
MG	3143708	Morro do Pilar	Fundo Municipal de Saúde	13515604000112	86.713,40
MG	3143807	Munhoz	Fundo Municipal de Saúde	11762976000118	86.713,40
MG	3143906	Muriaé	Fundo Municipal de Saúde	11273981000167	462.471,49
MG	3144003	Mutum	Fundo Municipal de Saúde	12404848000165	202.331,28
MG	3144102	Muzambinho	Fundo Municipal de Saúde	11997245000151	173.426,81
MG	3144201	Nacip Raydan	Fundo Municipal de Saúde	14093387000182	86.713,40
MG	3144300	Nanuque	Fundo Municipal de Saúde	11385745000132	260.140,21
MG	3144359	Naque	Fundo Municipal de Saúde	21650849000180	86.713,40
MG	3144375	Natalândia	Fundo Municipal de Saúde	12335878000167	86.713,40
MG	3144409	Natércia	Fundo Municipal de Saúde	12019222000135	86.713,40
MG	3144508	Nazareno	Fundo Municipal de Saúde	22860174000167	86.713,40
MG	3144607	Nepomuceno	Fundo Municipal de Saúde	11930935000193	202.331,28
MG	3144656	Ninheira	Fundo Municipal de Saúde	15080364000104	115.617,87
MG	3144672	Nova Belém	Fundo Municipal de Saúde	12819020000178	86.713,40
MG	3144706	Nova Era	Fundo Municipal de Saúde	10421210000107	173.426,81
MG	3144805	Nova Lima	Fundo Municipal de Saúde	11181004000130	433.567,03
MG	3144904	Nova Módica	Fundo Municipal de Saúde	11345575000162	86.713,40
MG	3145000	Nova Ponte	Fundo Municipal de Saúde	12702343000187	144.522,34
MG	3145059	Nova Porteirinha	Fundo Municipal de Saúde	11472021000126	86.713,40
MG	3145109	Nova Resende	Fundo Municipal de Saúde	11997485000156	144.522,34
MG	3145208	Nova Serrana	Fundo Municipal de Saúde	00456832000117	433.567,03
MG	3136603	Nova União	Fundo Municipal de Saúde	13434627000100	86.713,40
MG	3145307	Novo Cruzeiro	Fundo Municipal de Saúde	11628794000159	231.235,74
MG	3145356	Novo Oriente de Minas	Fundo Municipal de Saúde	12365004000152	115.617,87
MG	3145372	Novorizonte	Fundo Municipal de Saúde	11740219000143	86.713,40
MG	3145406	Olaria	Fundo Municipal de Saúde	15182490000161	86.713,40

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800119

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MG	3145455	Olhos-d'Água	Fundo Municipal de Saúde	11682032000130	86.713,40
MG	3145505	Olímpio Noronha	Fundo Municipal de Saúde	13544047000168	86.713,40
MG	3145604	Oliveira	Fundo Municipal de Saúde	14033330000198	260.140,21
MG	3145703	Oliveira Fortes	Fundo Municipal de Saúde	21450736000131	86.713,40
MG	3145802	Onça de Pitangui	Fundo Municipal de Saúde	11240582000108	86.713,40
MG	3145851	Oratórios	Fundo Municipal de Saúde	11984330000185	86.713,40
MG	3145877	Orizânia	Fundo Municipal de Saúde	21792433000105	86.713,40
MG	3145901	Ouro Branco	Fundo Municipal de Saúde	14210754000180	260.140,21
MG	3146008	Ouro Fino	Fundo Municipal de Saúde	11323084000110	231.235,74
MG	3146107	Ouro Preto	Fundo Municipal de Saúde	18435647000101	375.758,09
MG	3146206	Ouro Verde de Minas	Fundo Municipal de Saúde	13080566000112	86.713,40
MG	3146255	Padre Carvalho	Fundo Municipal de Saúde	11333493000106	86.713,40
MG	3146305	Padre Paraíso	Fundo Municipal de Saúde	12231708000132	173.426,81
MG	3146552	Pai Pedro	Fundo Municipal de Saúde	11316956000113	86.713,40
MG	3146404	Paineiras	Fundo Municipal de Saúde	13552264000108	86.713,40
MG	3146503	Pains	Fundo Municipal de Saúde	11193359000149	86.713,40
MG	3146602	Paiva	Fundo Municipal de Saúde	13512542000195	86.713,40
MG	3146701	Palma	Fundo Municipal de Saúde	21423797000100	86.713,40
MG	3146750	Palmópolis	Fundo Municipal de Saúde	12941232000123	86.713,40
MG	3146909	Papagaios	Fundo Municipal de Saúde	11836265000140	144.522,34
MG	3147105	Pará de Minas	Fundo Municipal de Saúde	02884794000129	433.567,03
MG	3147006	Paracatu	Fundo Municipal de Saúde	20583431000135	433.567,03
MG	3147204	Paraguaçu	Fundo Municipal de Saúde	13423958000137	173.426,81
MG	3147303	Paraisópolis	Fundo Municipal de Saúde	12153728000132	173.426,81
MG	3147402	Paraopeba	Fundo Municipal de Saúde	12809552000124	202.331,28
MG	3147600	Passa Quatro	Fundo Municipal de Saúde	11428122000108	144.522,34
MG	3147709	Passa Tempo	Fundo Municipal de Saúde	13491387000178	86.713,40
MG	3147501	Passabém	Fundo Municipal de Saúde	12543141000130	86.713,40
MG	3147808	Passa-Vinte	Fundo Municipal de Saúde	11330523000112	86.713,40
MG	3147907	Passos	Fundo Municipal de Saúde	12163368000150	462.471,49
MG	3147956	Patis	Fundo Municipal de Saúde	13024576000130	86.713,40
MG	3148004	Patos de Minas	Fundo Municipal de Saúde	13918415000190	776.016,10
MG	3148103	Patrocínio	Fundo Municipal de Saúde	11350366000107	404.662,56
MG	3148202	Patrocínio do Muriaé	Fundo Municipal de Saúde	11285052000178	86.713,40
MG	3148301	Paula Cândido	Fundo Municipal de Saúde	21486703000141	86.713,40
MG	3148400	Paulistas	Fundo Municipal de Saúde	14061141000129	86.713,40
MG	3148509	Pavão	Fundo Municipal de Saúde	11331925000131	86.713,40
MG	3148608	Peçanha	Fundo Municipal de Saúde	11676062000134	173.426,81
MG	3148707	Pedra Azul	Fundo Municipal de Saúde	11538441000168	202.331,28
MG	3148756	Pedra Bonita	Fundo Municipal de Saúde	11301376000152	86.713,40
MG	3148806	Pedra do Anta	Fundo Municipal de Saúde	11890198000142	86.713,40
MG	3148905	Pedra do Indaiá	Fundo Municipal de Saúde	10881967000183	86.713,40
MG	3149002	Pedra Dourada	Fundo Municipal de Saúde	11247992000172	86.713,40
MG	3149101	Pedralva	Fundo Municipal de Saúde	11300293000149	115.617,87
MG	3149150	Pedras de Maria da Cruz	Fundo Municipal de Saúde	11918381000109	115.617,87
MG	3149200	Pedrinópolis	Fundo Municipal de Saúde	19439808000106	86.713,40
MG	3149309	Pedro Leopoldo	Fundo Municipal de Saúde	12237669000180	346.853,62
MG	3149408	Pedro Teixeira	Fundo Municipal de Saúde	13587255000144	86.713,40
MG	3149507	Pequeri	Fundo Municipal de Saúde	12923384000101	86.713,40
MG	3149606	Pequi	Fundo Municipal de Saúde	11257174000150	86.713,40
MG	3149705	Perdigão	Fundo Municipal de Saúde	12287933000190	115.617,87
MG	3149804	Perdizes	Fundo Municipal de Saúde	12426141000150	144.522,34
MG	3149903	Perdões	Fundo Municipal de Saúde	11910370000182	173.426,81
MG	3149952	Periquito	Fundo Municipal de Saúde	19180511000160	86.713,40
MG	3150000	Pescador	Fundo Municipal de Saúde	11922801000120	86.713,40
MG	3150109	Piau	Fundo Municipal de Saúde	12773270000114	86.713,40
MG	3150158	Piedade de Caratinga	Fundo Municipal de Saúde	19103450000138	86.713,40
MG	3150208	Piedade de Ponte Nova	Fundo Municipal de Saúde	13240860000144	86.713,40
MG	3150307	Piedade do Rio Grande	Fundo Municipal de Saúde	12471027000141	86.713,40
MG	3150406	Piedade dos Gerais	Fundo Municipal de Saúde	11248925000172	86.713,40
MG	3150505	Pimenta	Fundo Municipal de Saúde	10449004000105	86.713,40
MG	3150539	Pingo-d'Água	Fundo Municipal de Saúde	12650931000114	86.713,40
MG	3150570	Pintópolis	Fundo Municipal de Saúde	11346711000139	86.713,40
MG	3150604	Piracema	Fundo Municipal de Saúde	11938333000182	86.713,40
MG	3150703	Pirajuba	Fundo Municipal de Saúde	11294369000170	86.713,40
MG	3150802	Piranga	Fundo Municipal de Saúde	11973165000166	173.426,81
MG	3150901	Piranguçu	Fundo Municipal de Saúde	11431622000190	86.713,40
MG	3151008	Piranguinho	Fundo Municipal de Saúde	11398023000112	86.713,40
MG	3151107	Pirapetinga	Fundo Municipal de Saúde	11342716000193	115.617,87
MG	3151206	Pirapora	Fundo Municipal de Saúde	01122139000170	317.949,15
MG	3151305	Piraúba	Fundo Municipal de Saúde	11980583000180	115.617,87
MG	3151404	Pitangui	Fundo Municipal de Saúde	16938580000100	202.331,28
MG	3151503	Piumhi	Fundo Municipal de Saúde	10420068000183	231.235,74
MG	3151602	Planura	Fundo Municipal de Saúde	11642955000169	115.617,87
MG	3151701	Poço Fundo	Fundo Municipal de Saúde	10502158000113	144.522,34
MG	3151800	Poços de Caldas	Fundo Municipal de Saúde	13702294000145	804.920,56
MG	3151909	Pocrane	Fundo Municipal de Saúde	21443249000141	86.713,40
MG	3152006	Pompéu	Fundo Municipal de Saúde	12448012000162	231.235,74
MG	3152105	Ponte Nova	Fundo Municipal de Saúde	02926388000181	317.949,15
MG	3152131	Ponto Chique	Fundo Municipal de Saúde	12014686000159	86.713,40
MG	3152170	Ponto dos Volantes	Fundo Municipal de Saúde	11331987000143	115.617,87
MG	3152204	Porteirinha	Fundo Municipal de Saúde	13661594000123	260.140,21
MG	3152303	Porto Firme	Fundo Municipal de Saúde	11679054000141	115.617,87
MG	3152402	Poté	Fundo Municipal de Saúde	13160378000102	144.522,34
MG	3152501	Pouso Alegre	Fundo Municipal de Saúde	11290305000100	776.016,10
MG	3152600	Pouso Alto	Fundo Municipal de Saúde	11526815000125	86.713,40
MG	3152709	Prados	Fundo Municipal de Saúde	13414387000174	86.713,40
MG	3152808	Prata	Fundo Municipal de Saúde	14179123000146	202.331,28
MG	3152907	Pratápolis	Fundo Municipal de Saúde	14166883000119	86.713,40
MG	3153004	Pratinha	Fundo Municipal de Saúde	11905183000100	86.713,40
MG	3153103	Presidente Bernardes	Fundo Municipal de Saúde	11504837000194	86.713,40

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800120

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MG	3153202	Presidente Juscelino	Fundo Municipal de Saúde	19188584000107	86.713,40
MG	3153301	Presidente Kubitschek	Fundo Municipal de Saúde	13884924000140	86.713,40
MG	3153400	Presidente Olegário	Fundo Municipal de Saúde	11585781000140	173.426,81
MG	3153608	Prudente de Morais	Fundo Municipal de Saúde	14184393000145	115.617,87
MG	3153707	Quartel Geral	Fundo Municipal de Saúde	12641436000149	86.713,40
MG	3153806	Queluzito	Fundo Municipal de Saúde	13540246000106	86.713,40
MG	3153905	Raposos	Fundo Municipal de Saúde	11317524000127	144.522,34
MG	3154002	Raul Soares	Fundo Municipal de Saúde	12073624000118	202.331,28
MG	3154101	Recreio	Fundo Municipal de Saúde	11944441000168	115.617,87
MG	3154150	Reduto	Fundo Municipal de Saúde	13860665000117	86.713,40
MG	3154200	Resende Costa	Fundo Municipal de Saúde	13776308000175	115.617,87
MG	3154309	Resplendor	Fundo Municipal de Saúde	14025844000100	173.426,81
MG	3154408	Ressaquinha	Fundo Municipal de Saúde	11371282000150	86.713,40
MG	3154457	Riachinho	Fundo Municipal de Saúde	13029419000118	86.713,40
MG	3154507	Riacho dos Machados	Fundo Municipal de Saúde	13264333000170	86.713,40
MG	3154606	Ribeirão das Neves	Fundo Municipal de Saúde	01122377000186	804.920,56
MG	3154705	Ribeirão Vermelho	Fundo Municipal de Saúde	13874373000133	86.713,40
MG	3154804	Rio Acima	Fundo Municipal de Saúde	11348417000166	86.713,40
MG	3154903	Rio Casca	Fundo Municipal de Saúde	12856524000168	144.522,34
MG	3155108	Rio do Prado	Fundo Municipal de Saúde	11437273000114	86.713,40
MG	3155009	Rio Doce	Fundo Municipal de Saúde	21456134000191	86.713,40
MG	3155207	Rio Espera	Fundo Municipal de Saúde	13407368000110	86.713,40
MG	3155306	Rio Manso	Fundo Municipal de Saúde	13693314000169	86.713,40
MG	3155405	Rio Novo	Fundo Municipal de Saúde	02216796000140	86.713,40
MG	3155504	Rio Paranaíba	Fundo Municipal de Saúde	11482116000120	115.617,87
MG	3155603	Rio Pardo de Minas	Fundo Municipal de Saúde	13939029000185	231.235,74
MG	3155702	Rio Piracicaba	Fundo Municipal de Saúde	14706282000151	144.522,34
MG	3155801	Rio Pomba	Fundo Municipal de Saúde	13530438000123	173.426,81
MG	3155900	Rio Preto	Fundo Municipal de Saúde	12930967000151	86.713,40
MG	3156007	Rio Vermelho	Fundo Municipal de Saúde	11931527000156	115.617,87
MG	3156106	Ritápolis	Fundo Municipal de Saúde	02990309000100	86.713,40
MG	3156205	Rochedo de Minas	Fundo Municipal de Saúde	97541713000102	86.713,40
MG	3156304	Rodeiro	Fundo Municipal de Saúde	12366830000116	86.713,40
MG	3156403	Romaria	Fundo Municipal de Saúde	12747797000174	86.713,40
MG	3156452	Rosário da Limeira	Fundo Municipal de Saúde	13465118000137	86.713,40
MG	3156502	Rubelita	Fundo Municipal de Saúde	11759447000165	86.713,40
MG	3156601	Rubim	Fundo Municipal de Saúde	12354326000104	115.617,87
MG	3156700	Sabará	Fundo Municipal de Saúde	11462882000123	520.280,43
MG	3156809	Sabinópolis	Fundo Municipal de Saúde	11263461000173	144.522,34
MG	3156908	Sacramento	Fundo Municipal de Saúde	10547985000123	202.331,28
MG	3157005	Salinas	Fundo Municipal de Saúde	23164660000103	260.140,21
MG	3157104	Salto da Divisa	Fundo Municipal de Saúde	11910757000139	86.713,40
MG	3157203	Santa Bárbara	Fundo Municipal de Saúde	12669664000127	231.235,74
MG	3157252	Santa Bárbara do Leste	Fundo Municipal de Saúde	15249387000191	86.713,40
MG	3157278	Santa Bárbara do Monte Verde	Fundo Municipal de Saúde	13533440000156	86.713,40
MG	3157302	Santa Bárbara do Tugúrio	Fundo Municipal de Saúde	13273199000173	86.713,40
MG	3157336	Santa Cruz de Minas	Fundo Municipal de Saúde	14155474000117	86.713,40
MG	3157377	Santa Cruz de Salinas	Fundo Municipal de Saúde	13021239000190	86.713,40
MG	3157401	Santa Cruz do Escalvado	Fundo Municipal de Saúde	12783628000190	86.713,40
MG	3157500	Santa Efigênia de Minas	Fundo Municipal de Saúde	22557371000101	86.713,40
MG	3157609	Santa Fé de Minas	Fundo Municipal de Saúde	11910532000182	86.713,40
MG	3157658	Santa Helena de Minas	Fundo Municipal de Saúde	11366026000174	86.713,40
MG	3157708	Santa Juliana	Fundo Municipal de Saúde	13129005000160	115.617,87
MG	3157807	Santa Luzia	Fundo Municipal de Saúde	11285036000185	804.920,56
MG	3157906	Santa Margarida	Fundo Municipal de Saúde	12267573000165	144.522,34
MG	3158003	Santa Maria de Itabira	Fundo Municipal de Saúde	14764768000146	115.617,87
MG	3158102	Santa Maria do Salto	Fundo Municipal de Saúde	11917219000176	86.713,40
MG	3158201	Santa Maria do Suaçuí	Fundo Municipal de Saúde	11837034000151	144.522,34
MG	3159209	Santa Rita de Caldas	Fundo Municipal de Saúde	13865293000111	86.713,40
MG	3159407	Santa Rita de Ibitipoca	Fundo Municipal de Saúde	11405804000197	86.713,40
MG	3159308	Santa Rita de Jacutinga	Fundo Municipal de Saúde	13953367000171	86.713,40
MG	3159357	Santa Rita de Minas	Fundo Municipal de Saúde	13803092000190	86.713,40
MG	3159506	Santa Rita do Itueto	Fundo Municipal de Saúde	14172334000157	86.713,40
MG	3159605	Santa Rita do Sapucaí	Fundo Municipal de Saúde	11402231000148	260.140,21
MG	3159704	Santa Rosa da Serra	Fundo Municipal de Saúde	11303821000113	86.713,40
MG	3159803	Santa Vitória	Fundo Municipal de Saúde	12125124000182	173.426,81
MG	3158300	Santana da Vargem	Fundo Municipal de Saúde	12825100000136	86.713,40
MG	3158409	Santana de Cataguases	Fundo Municipal de Saúde	11451426000188	86.713,40
MG	3158508	Santana de Pirapama	Fundo Municipal de Saúde	13338604000194	86.713,40
MG	3158607	Santana do Deserto	Fundo Municipal de Saúde	13768626000194	86.713,40
MG	3158706	Santana do Garambéu	Fundo Municipal de Saúde	13487498000100	86.713,40
MG	3158805	Santana do Jacaré	Fundo Municipal de Saúde	21570667000108	86.713,40
MG	3158904	Santana do Manhuaçu	Fundo Municipal de Saúde	13613210000105	86.713,40
MG	3158953	Santana do Paraíso	Fundo Municipal de Saúde	11350715000190	231.235,74
MG	3159001	Santana do Riacho	Fundo Municipal de Saúde	13669880000135	86.713,40
MG	3159100	Santana dos Montes	Fundo Municipal de Saúde	13534371000103	86.713,40
MG	3159902	Santo Antônio do Amparo	Fundo Municipal de Saúde	11092425000194	173.426,81
MG	3160009	Santo Antônio do Aventureiro	Fundo Municipal de Saúde	11373094000160	86.713,40
MG	3160108	Santo Antônio do Grama	Fundo Municipal de Saúde	19361800000166	86.713,40
MG	3160207	Santo Antônio do Itambé	Fundo Municipal de Saúde	12057077000187	86.713,40
MG	3160306	Santo Antônio do Jacinto	Fundo Municipal de Saúde	11802504000141	115.617,87
MG	3160405	Santo Antônio do Monte	Fundo Municipal de Saúde	02595012000131	202.331,28
MG	3160454	Santo Antônio do Retiro	Fundo Municipal de Saúde	13975130000191	86.713,40
MG	3160504	Santo Antônio do Rio Abaixo	Fundo Municipal de Saúde	12371311000146	86.713,40
MG	3160603	Santo Hipólito	Fundo Municipal de Saúde	11492400000188	86.713,40
MG	3160702	Santos Dumont	Fundo Municipal de Saúde	86926136000142	289.044,68
MG	3160801	São Bento Abade	Fundo Municipal de Saúde	11417993000118	86.713,40
MG	3160900	São Brás do Suaçuí	Fundo Municipal de Saúde	11263187000132	86.713,40
MG	3160959	São Domingos das Dores	Fundo Municipal de Saúde	19095040000192	86.713,40
MG	3161007	São Domingos do Prata	Fundo Municipal de Saúde	11456395000158	173.426,81
MG	3161056	São Félix de Minas	Fundo Municipal de Saúde	11606907000115	86.713,40
MG	3161106	São Francisco	Fundo Municipal de Saúde	13512168000128	317.949,15
MG	3161205	São Francisco de Paula	Fundo Municipal de Saúde	13860736000181	86.713,40
MG	3161304	São Francisco de Sales	Fundo Municipal de Saúde	11344309000115	86.713,40

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800121

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MG	3161403	São Francisco do Glória	Fundo Municipal de Saúde	13103736000137	86.713,40
MG	3161502	São Geraldo	Fundo Municipal de Saúde	14073730000127	115.617,87
MG	3161601	São Geraldo da Piedade	Fundo Municipal de Saúde	11267738000136	86.713,40
MG	3161650	São Geraldo do Baixio	Fundo Municipal de Saúde	11718829000140	86.713,40
MG	3161700	São Gonçalo do Abaeté	Fundo Municipal de Saúde	11814989000193	86.713,40
MG	3161809	São Gonçalo do Pará	Fundo Municipal de Saúde	11845432000110	115.617,87
MG	3161908	São Gonçalo do Rio Abaixo	Fundo Municipal de Saúde	12371347000120	115.617,87
MG	3125507	São Gonçalo do Rio Preto	Fundo Municipal de Saúde	11325971000128	86.713,40
MG	3162005	São Gonçalo do Sapucaí	Fundo Municipal de Saúde	11274174000169	202.331,28
MG	3162104	São Gotardo	Fundo Municipal de Saúde	11283282000106	231.235,74
MG	3162203	São João Batista do Glória	Fundo Municipal de Saúde	11109004000129	86.713,40
MG	3162252	São João da Lagoa	Fundo Municipal de Saúde	13260067000107	86.713,40
MG	3162302	São João da Mata	Fundo Municipal de Saúde	11330738000133	86.713,40
MG	3162401	São João da Ponte	Fundo Municipal de Saúde	11266445000134	202.331,28
MG	3162450	São João das Missões	Fundo Municipal de Saúde	11633167000106	115.617,87
MG	3162500	São João del Rei	Fundo Municipal de Saúde	13875318000168	404.662,56
MG	3162559	São João do Manhuaçu	Fundo Municipal de Saúde	14296477000170	115.617,87
MG	3162575	São João do Manteninha	Fundo Municipal de Saúde	12373674000110	86.713,40
MG	3162609	São João do Oriente	Fundo Municipal de Saúde	21577484000106	86.713,40
MG	3162658	São João do Pacuí	Fundo Municipal de Saúde	13532653000163	86.713,40
MG	3162708	São João do Paraíso	Fundo Municipal de Saúde	20025041000140	173.426,81
MG	3162807	São João Evangelista	Fundo Municipal de Saúde	11881288000177	144.522,34
MG	3162906	São João Nepomuceno	Fundo Municipal de Saúde	13593898000109	202.331,28
MG	3162922	São Joaquim de Bicas	Fundo Municipal de Saúde	11146771000108	202.331,28
MG	3162948	São José da Barra	Fundo Municipal de Saúde	11275904000146	86.713,40
MG	3162955	São José da Lapa	Fundo Municipal de Saúde	13611913000196	173.426,81
MG	3163003	São José da Safira	Fundo Municipal de Saúde	12070154000139	86.713,40
MG	3163102	São José da Varginha	Fundo Municipal de Saúde	13001332000132	86.713,40
MG	3163201	São José do Alegre	Fundo Municipal de Saúde	11930178000158	86.713,40
MG	3163300	São José do Divino	Fundo Municipal de Saúde	11676118000150	86.713,40
MG	3163409	São José do Goiabal	Fundo Municipal de Saúde	13681931000144	86.713,40
MG	3163508	São José do Jacuri	Fundo Municipal de Saúde	11506936000105	86.713,40
MG	3163607	São José do Mantimento	Fundo Municipal de Saúde	11917793000124	86.713,40
MG	3163706	São Lourenço	Fundo Municipal de Saúde	11367641000103	289.044,68
MG	3163805	São Miguel do Anta	Fundo Municipal de Saúde	13604395000183	86.713,40
MG	3163904	São Pedro da União	Fundo Municipal de Saúde	11257340000119	86.713,40
MG	3164100	São Pedro do Suaçuí	Fundo Municipal de Saúde	12899273000107	86.713,40
MG	3164001	São Pedro dos Ferros	Fundo Municipal de Saúde	23411997000178	86.713,40
MG	3164209	São Romão	Fundo Municipal de Saúde	13337591000139	115.617,87
MG	3164308	São Roque de Minas	Fundo Municipal de Saúde	14164659000198	86.713,40
MG	3164407	São Sebastião da Bela Vista	Fundo Municipal de Saúde	11819672000140	86.713,40
MG	3164431	São Sebastião da Vargem Alegre	Fundo Municipal de Saúde	11688335000160	86.713,40
MG	3164472	São Sebastião do Anta	Fundo Municipal de Saúde	12740484000194	86.713,40
MG	3164506	São Sebastião do Maranhão	Fundo Municipal de Saúde	11832765000104	115.617,87
MG	3164605	São Sebastião do Oeste	Fundo Municipal de Saúde	13420810000149	86.713,40
MG	3164704	São Sebastião do Paraíso	Fundo Municipal de Saúde	15595397000189	346.853,62
MG	3164803	São Sebastião do Rio Preto	Fundo Municipal de Saúde	13530644000133	86.713,40
MG	3164902	São Sebastião do Rio Verde	Fundo Municipal de Saúde	12237572000178	86.713,40
MG	3165206	São Thomé das Letras	Fundo Municipal de Saúde	11434421000147	86.713,40
MG	3165008	São Tiago	Fundo Municipal de Saúde	10784264000137	115.617,87
MG	3165107	São Tomás de Aquino	Fundo Municipal de Saúde	14444600000153	86.713,40
MG	3165305	São Vicente de Minas	Fundo Municipal de Saúde	12495460000117	86.713,40
MG	3165404	Sapucaí-Mirim	Fundo Municipal de Saúde	12977648000100	86.713,40
MG	3165503	Sardoá	Fundo Municipal de Saúde	13677165000144	86.713,40
MG	3165537	Sarzedo	Fundo Municipal de Saúde	11284561000186	231.235,74
MG	3165560	Sem-Peixe	Fundo Municipal de Saúde	12824631000104	86.713,40
MG	3165578	Senador Amaral	Fundo Municipal de Saúde	11398549000100	86.713,40
MG	3165602	Senador Cortes	Fundo Municipal de Saúde	11785577000172	86.713,40
MG	3165701	Senador Firmino	Fundo Municipal de Saúde	12140595000160	86.713,40
MG	3165800	Senador José Bento	Fundo Municipal de Saúde	12530400000198	86.713,40
MG	3165909	Senador Modestino Gonçalves	Fundo Municipal de Saúde	13591965000148	86.713,40
MG	3166006	Senhora de Oliveira	Fundo Municipal de Saúde	11995051000117	86.713,40
MG	3166105	Senhora do Porto	Fundo Municipal de Saúde	14061236000142	86.713,40
MG	3166204	Senhora dos Remédios	Fundo Municipal de Saúde	12458069000142	115.617,87
MG	3166303	Sericita	Fundo Municipal de Saúde	21433583000114	86.713,40
MG	3166402	Seritinga	Fundo Municipal de Saúde	11488811000108	86.713,40
MG	3166501	Serra Azul de Minas	Fundo Municipal de Saúde	11371753000120	86.713,40
MG	3166600	Serra da Saudade	Fundo Municipal de Saúde	13914836000143	86.713,40
MG	3166808	Serra do Salitre	Fundo Municipal de Saúde	11272506000176	115.617,87
MG	3166709	Serra dos Aimorés	Fundo Municipal de Saúde	13374148000138	86.713,40
MG	3166907	Serrania	Fundo Municipal de Saúde	11402407000161	86.713,40
MG	3166956	Serranópolis de Minas	Fundo Municipal de Saúde	13697986000142	86.713,40
MG	3167004	Serranos	Fundo Municipal de Saúde	12825231000113	86.713,40
MG	3167103	Serro	Fundo Municipal de Saúde	11275102000136	173.426,81
MG	3167202	Sete Lagoas	Fundo Municipal de Saúde	00634997000131	804.920,56
MG	3165552	Setubinha	Fundo Municipal de Saúde	11513409000128	115.617,87
MG	3167301	Silveirânia	Fundo Municipal de Saúde	13536915000168	86.713,40
MG	3167400	Silvianópolis	Fundo Municipal de Saúde	11330764000161	86.713,40
MG	3167509	Simão Pereira	Fundo Municipal de Saúde	13551556000118	86.713,40
MG	3167608	Simonésia	Fundo Municipal de Saúde	11776849000178	173.426,81
MG	3167707	Sobrália	Fundo Municipal de Saúde	13846271000104	86.713,40
MG	3167806	Soledade de Minas	Fundo Municipal de Saúde	13503561000155	86.713,40
MG	3167905	Tabuleiro	Fundo Municipal de Saúde	13337236000160	86.713,40
MG	3168002	Taiobeiras	Fundo Municipal de Saúde	13640871000111	231.235,74
MG	3168051	Taparuba	Fundo Municipal de Saúde	14863699000128	86.713,40
MG	3168101	Tapira	Fundo Municipal de Saúde	12065714000167	86.713,40
MG	3168200	Tapiraí	Fundo Municipal de Saúde	11904191000132	86.713,40
MG	3168309	Taquaraçu de Minas	Fundo Municipal de Saúde	12402366000176	86.713,40

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800122

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MG	3168408	Tarumirim	Fundo Municipal de Saúde	13751793000122	144.522,34
MG	3168507	Teixeiras	Fundo Municipal de Saúde	11454435000122	115.617,87
MG	3168606	Teófilo Otoni	Fundo Municipal de Saúde	09277189000139	520.280,43
MG	3168705	Timóteo	Fundo Municipal de Saúde	10654076000194	404.662,56
MG	3168804	Tiradentes	Fundo Municipal de Saúde	97528928000185	86.713,40
MG	3168903	Tiros	Fundo Municipal de Saúde	12827212000126	86.713,40
MG	3169000	Tocantins	Fundo Municipal de Saúde	19081365000116	144.522,34
MG	3169059	Tocos do Moji	Fundo Municipal de Saúde	13766018000140	86.713,40
MG	3169109	Toledo	Fundo Municipal de Saúde	11405102000103	86.713,40
MG	3169208	Tombos	Fundo Municipal de Saúde	01425266000149	86.713,40
MG	3169307	Três Corações	Fundo Municipal de Saúde	13759512000188	375.758,09
MG	3169356	Três Marias	Fundo Municipal de Saúde	11084358000166	231.235,74
MG	3169406	Três Pontas	Fundo Municipal de Saúde	11132325000144	317.949,15
MG	3169505	Tumiritinga	Fundo Municipal de Saúde	11955740000106	86.713,40
MG	3169604	Tupaciguara	Fundo Municipal de Saúde	14819606000168	202.331,28
MG	3169703	Turmalina	Fundo Municipal de Saúde	11288532000192	173.426,81
MG	3169802	Turvolândia	Fundo Municipal de Saúde	11407892000166	86.713,40
MG	3169901	Ubá	Fundo Municipal de Saúde	15582382000186	462.471,49
MG	3170008	Ubaí	Fundo Municipal de Saúde	11852956000138	115.617,87
MG	3170057	Ubaporanga	Fundo Municipal de Saúde	17654276000196	115.617,87
MG	3170107	Uberaba	Fundo Municipal de Saúde	13809927000119	804.920,56
MG	3170206	Uberlândia	Fundo Municipal de Saúde	13996274000124	804.920,56
MG	3170305	Umburatiba	Fundo Municipal de Saúde	11415909000127	86.713,40
MG	3170404	Unaí	Fundo Municipal de Saúde	20597480000127	404.662,56
MG	3170438	União de Minas	Fundo Municipal de Saúde	09230081000190	86.713,40
MG	3170479	Uruana de Minas	Fundo Municipal de Saúde	14369724000111	86.713,40
MG	3170503	Urucânia	Fundo Municipal de Saúde	13051030000179	115.617,87
MG	3170529	Urucuia	Fundo Municipal de Saúde	11472045000185	144.522,34
MG	3170578	Vargem Alegre	Fundo Municipal de Saúde	13334072000117	86.713,40
MG	3170602	Vargem Bonita	Fundo Municipal de Saúde	13609666000193	86.713,40
MG	3170651	Vargem Grande do Rio Pardo	Fundo Municipal de Saúde	20826697000161	86.713,40
MG	3170701	Varginha	Fundo Municipal de Saúde	11234223000130	520.280,43
MG	3170750	Varjão de Minas	Fundo Municipal de Saúde	11920340000157	86.713,40
MG	3170800	Várzea da Palma	Fundo Municipal de Saúde	11491247000174	260.140,21
MG	3170909	Varzelândia	Fundo Municipal de Saúde	11196500000167	173.426,81
MG	3171006	Vazante	Fundo Municipal de Saúde	13199188000190	173.426,81
MG	3171030	Verdelândia	Fundo Municipal de Saúde	13210353000168	86.713,40
MG	3171071	Veredinha	Fundo Municipal de Saúde	11359532000136	86.713,40
MG	3171105	Veríssimo	Fundo Municipal de Saúde	13765401000184	86.713,40
MG	3171154	Vermelho Novo	Fundo Municipal de Saúde	14275692000195	86.713,40
MG	3171204	Vespasiano	Fundo Municipal de Saúde	13440895000127	491.375,96
MG	3171303	Viçosa	Fundo Municipal de Saúde	12457838000198	375.758,09
MG	3171402	Vieiras	Fundo Municipal de Saúde	12127000000136	86.713,40
MG	3171600	Virgem da Lapa	Fundo Municipal de Saúde	11501565000179	144.522,34
MG	3171709	Virgínia	Fundo Municipal de Saúde	15238149000180	86.713,40
MG	3171808	Virginópolis	Fundo Municipal de Saúde	11648919000102	115.617,87
MG	3171907	Virgolândia	Fundo Municipal de Saúde	14620241000148	86.713,40
MG	3172004	Visconde do Rio Branco	Fundo Municipal de Saúde	15826980000153	260.140,21
MG	3172103	Volta Grande	Fundo Municipal de Saúde	14038148000120	86.713,40
MG	3172202	Wenceslau Braz	Fundo Municipal de Saúde	11675445000198	86.713,40
MS	5000203	Água Clara	Fundo Municipal de Saúde	11443806000170	144.038,40
MS	5000252	Alcinópolis	Fundo Municipal de Saúde	11955273000106	86.423,04
MS	5000609	Amambaí	Fundo Municipal de Saúde	13823697000142	259.269,12
MS	5000708	Anastácio	Fundo Municipal de Saúde	11332999000192	201.653,76
MS	5000807	Anaurilândia	Fundo Municipal de Saúde	11444651000197	86.423,04
MS	5000856	Angélica	Fundo Municipal de Saúde	11343940000108	115.230,72
MS	5000906	Antônio João	Fundo Municipal de Saúde	11208632000161	86.423,04
MS	5001003	Aparecida do Taboado	Fundo Municipal de Saúde	11291694000180	201.653,76
MS	5001102	Aquidauana	Fundo Municipal de Saúde	04589955000187	288.076,80
MS	5001243	Aral Moreira	Fundo Municipal de Saúde	13865216000161	115.230,72
MS	5001508	Bandeirantes	Fundo Municipal de Saúde	18229151000181	86.423,04
MS	5001904	Bataguassu	Fundo Municipal de Saúde	10836939000144	172.846,08
MS	5002001	Batayporã	Fundo Municipal de Saúde	15337701000198	115.230,72
MS	5002100	Bela Vista	Fundo Municipal de Saúde	12457020000175	201.653,76
MS	5002159	Bodoquena	Fundo Municipal de Saúde	11094233000117	86.423,04
MS	5002209	Bonito	Fundo Municipal de Saúde	11803371000128	172.846,08
MS	5002308	Brasilândia	Fundo Municipal de Saúde	10411736000106	115.230,72
MS	5002407	Caarapó	Fundo Municipal de Saúde	97536097000193	201.653,76
MS	5002605	Camapuã	Fundo Municipal de Saúde	13846658000160	144.038,40
MS	5002704	Campo Grande	Fundo Municipal de Saúde	11228564000100	1.551.055,62
MS	5002803	Caracol	Fundo Municipal de Saúde	11812857000122	86.423,04
MS	5002902	Cassilândia	Fundo Municipal de Saúde	14540893000172	172.846,08
MS	5002951	Chapadão do Sul	Fundo Municipal de Saúde	14004655000142	201.653,76
MS	5003108	Corguinho	Fundo Municipal de Saúde	14016980000125	86.423,04
MS	5003157	Coronel Sapucaia	Fundo Municipal de Saúde	13022375000102	144.038,40
MS	5003207	Corumbá	Fundo Municipal de Saúde	05443851000122	460.922,89
MS	5003256	Costa Rica	Fundo Municipal de Saúde	13996218000190	172.846,08
MS	5003306	Coxim	Fundo Municipal de Saúde	11970135000104	230.461,44
MS	5003454	Deodápolis	Fundo Municipal de Saúde	12270817000169	115.230,72
MS	5003488	Dois Irmãos do Buriti	Fundo Municipal de Saúde	11394413000114	115.230,72
MS	5003504	Douradina	Fundo Municipal de Saúde	15309267000132	86.423,04
MS	5003702	Dourados	Fundo Municipal de Saúde	13896863000130	746.277,01

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800123

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MS	5003751	Eldorado	Fundo Municipal de Saúde	11109890000190	115.230,72
MS	5003801	Fátima do Sul	Fundo Municipal de Saúde	11968869000140	172.846,08
MS	5003900	Figueirão	Fundo Municipal de Saúde	13893544000171	86.423,04
MS	5004007	Glória de Dourados	Fundo Municipal de Saúde	11334680000104	86.423,04
MS	5004106	Guia Lopes da Laguna	Fundo Municipal de Saúde	11417787000108	86.423,04
MS	5004304	Iguatemi	Fundo Municipal de Saúde	11169389000110	144.038,40
MS	5004403	Inocência	Fundo Municipal de Saúde	11095923000190	86.423,04
MS	5004502	Itaporã	Fundo Municipal de Saúde	11749846000145	172.846,08
MS	5004601	Itaquiraí	Fundo Municipal de Saúde	11867105000169	172.846,08
MS	5004700	Ivinhema	Fundo Municipal de Saúde	11112312000103	172.846,08
MS	5004809	Japorã	Fundo Municipal de Saúde	11179976000190	86.423,04
MS	5004908	Jaraguari	Fundo Municipal de Saúde	12021434000157	86.423,04
MS	5005004	Jardim	Fundo Municipal de Saúde	11891451000182	201.653,76
MS	5005103	Jateí	Fundo Municipal de Saúde	11913745000168	86.423,04
MS	5005152	Juti	Fundo Municipal de Saúde	10566814000141	86.423,04
MS	5005202	Ladário	Fundo Municipal de Saúde	15363895000104	172.846,08
MS	5005251	Laguna Carapã	Fundo Municipal de Saúde	10570099000110	86.423,04
MS	5005400	Maracaju	Fundo Municipal de Saúde	00282872000190	288.076,80
MS	5005608	Miranda	Fundo Municipal de Saúde	13140956000130	201.653,76
MS	5005681	Mundo Novo	Fundo Municipal de Saúde	11306864000152	172.846,08
MS	5005707	Naviraí	Fundo Municipal de Saúde	11221619000142	316.884,48
MS	5005806	Nioaque	Fundo Municipal de Saúde	11352312000180	144.038,40
MS	5006002	Nova Alvorada do Sul	Fundo Municipal de Saúde	10474017000134	172.846,08
MS	5006200	Nova Andradina	Fundo Municipal de Saúde	10711980000194	316.884,48
MS	5006259	Novo Horizonte do Sul	Fundo Municipal de Saúde	11334651000134	86.423,04
MS	5006275	Paraíso das Águas	Fundo Municipal de Saúde	17518565000168	86.423,04
MS	5006309	Paranaíba	Fundo Municipal de Saúde	11353020000162	259.269,12
MS	5006358	Paranhos	Fundo Municipal de Saúde	11864713000110	144.038,40
MS	5006408	Pedro Gomes	Fundo Municipal de Saúde	10693916000128	86.423,04
MS	5006606	Ponta Porã	Fundo Municipal de Saúde	11084263000142	403.307,53
MS	5006903	Porto Murtinho	Fundo Municipal de Saúde	11160486000141	144.038,40
MS	5007109	Ribas do Rio Pardo	Fundo Municipal de Saúde	17701982000141	201.653,76
MS	5007208	Rio Brilhante	Fundo Municipal de Saúde	12237028000126	230.461,44
MS	5007307	Rio Negro	Fundo Municipal de Saúde	12144238000170	86.423,04
MS	5007406	Rio Verde de Mato Grosso	Fundo Municipal de Saúde	16656280000120	172.846,08
MS	5007505	Rochedo	Fundo Municipal de Saúde	13559485000108	86.423,04
MS	5007554	Santa Rita do Pardo	Fundo Municipal de Saúde	12022274000160	86.423,04
MS	5007695	São Gabriel do Oeste	Fundo Municipal de Saúde	13659627000109	201.653,76
MS	5007802	Selvíria	Fundo Municipal de Saúde	10530745000116	86.423,04
MS	5007703	Sete Quedas	Fundo Municipal de Saúde	11404044000101	115.230,72
MS	5007901	Sidrolândia	Fundo Municipal de Saúde	09290533000120	316.884,48
MS	5007935	Sonora	Fundo Municipal de Saúde	10381732000122	172.846,08
MS	5007950	Tacuru	Fundo Municipal de Saúde	11195874000168	115.230,72
MS	5007976	Taquarussu	Fundo Municipal de Saúde	11330525000101	86.423,04
MS	5008008	Terenos	Fundo Municipal de Saúde	11161074000126	172.846,08
MS	5008305	Três Lagoas	Fundo Municipal de Saúde	13034603000156	489.730,57
MS	5008404	Vicentina	Fundo Municipal de Saúde	12459740000170	86.423,04

MT	5100102	Acorizal	Fundo Municipal de Saúde	14553312000137	69.470,73
MT	5100201	Água Boa	Fundo Municipal de Saúde	11802719000162	162.098,38
MT	5100250	Alta Floresta	Fundo Municipal de Saúde	11241006000177	231.569,11
MT	5100300	Alto Araguaia	Fundo Municipal de Saúde	12545842000108	138.941,46
MT	5100359	Alto Boa Vista	Fundo Municipal de Saúde	11747427000174	69.470,73
MT	5100409	Alto Garças	Fundo Municipal de Saúde	15196951000155	92.627,64
MT	5100508	Alto Paraguai	Fundo Municipal de Saúde	11762431000101	92.627,64
MT	5100607	Alto Taquari	Fundo Municipal de Saúde	12096224000128	92.627,64
MT	5100805	Apiacás	Fundo Municipal de Saúde	11273341000157	69.470,73
MT	5101001	Araguaiana	Fundo Municipal de Saúde	14378410000185	69.470,73
MT	5101209	Araguainha	Fundo Municipal de Saúde	11107897000173	69.470,73
MT	5101258	Araputanga	Fundo Municipal de Saúde	14272559000185	115.784,55
MT	5101308	Arenápolis	Fundo Municipal de Saúde	11344687000107	69.470,73
MT	5101407	Aripuanã	Fundo Municipal de Saúde	13868636000100	138.941,46
MT	5101605	Barão de Melgaço	Fundo Municipal de Saúde	13945166000122	69.470,73
MT	5101704	Barra do Bugres	Fundo Municipal de Saúde	11228118000198	185.255,29
MT	5101803	Barra do Garças	Fundo Municipal de Saúde	11930883000155	254.726,02
MT	5101852	Bom Jesus do Araguaia	Fundo Municipal de Saúde	13817332000105	69.470,73
MT	5101902	Brasnorte	Fundo Municipal de Saúde	14018343000198	138.941,46
MT	5102504	Cáceres	Fundo Municipal de Saúde	11394626000146	324.196,76
MT	5102603	Campinápolis	Fundo Municipal de Saúde	14492863000138	115.784,55
MT	5102637	Campo Novo do Parecis	Fundo Municipal de Saúde	14476859000186	185.255,29
MT	5102678	Campo Verde	Fundo Municipal de Saúde	97519225000190	208.412,20
MT	5102686	Campos de Júlio	Fundo Municipal de Saúde	11381070000153	69.470,73
MT	5102694	Canabrava do Norte	Fundo Municipal de Saúde	14117983000155	69.470,73
MT	5102702	Canarana	Fundo Municipal de Saúde	13978186000108	138.941,46
MT	5102793	Carlinda	Fundo Municipal de Saúde	12095491000180	69.470,73
MT	5102850	Castanheira	Fundo Municipal de Saúde	13995526000109	69.470,73
MT	5103007	Chapada dos Guimarães	Fundo Municipal de Saúde	11730899000114	138.941,46
MT	5103056	Cláudia	Fundo Municipal de Saúde	13665242000146	92.627,64
MT	5103106	Cocalinho	Fundo Municipal de Saúde	13915490000106	69.470,73
MT	5103205	Colíder	Fundo Municipal de Saúde	13861260000101	185.255,29

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800124

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MT	5103254	Colniza	Fundo Municipal de Saúde	14089404000108	185.255,29
MT	5103304	Comodoro	Fundo Municipal de Saúde	13925505000109	138.941,46
MT	5103353	Confresa	Fundo Municipal de Saúde	13963182000148	162.098,38
MT	5103361	Conquista D'Oeste	Fundo Municipal de Saúde	13891305000182	69.470,73
MT	5103379	Cotriguaçu	Fundo Municipal de Saúde	13964502000184	138.941,46
MT	5103403	Cuiabá	Fundo Municipal de Saúde	12063872000188	1.551.055,62
MT	5103437	Curvelândia	Fundo Municipal de Saúde	11708596000103	69.470,73
MT	5103452	Denise	Fundo Municipal de Saúde	13749397000160	69.470,73
MT	5103502	Diamantino	Fundo Municipal de Saúde	11939906000192	138.941,46
MT	5103601	Dom Aquino	Fundo Municipal de Saúde	11676981000108	69.470,73
MT	5103700	Feliz Natal	Fundo Municipal de Saúde	12941827000189	92.627,64
MT	5103809	Figueirópolis D'Oeste	Fundo Municipal de Saúde	11413204000170	69.470,73
MT	5103858	Gaúcha do Norte	Fundo Municipal de Saúde	14063286000169	69.470,73
MT	5103908	General Carneiro	Fundo Municipal de Saúde	13968133000106	69.470,73
MT	5103957	Glória D'Oeste	Fundo Municipal de Saúde	14320209000147	69.470,73
MT	5104104	Guarantã do Norte	Fundo Municipal de Saúde	13817611000179	185.255,29
MT	5104203	Guiratinga	Fundo Municipal de Saúde	11402238000160	115.784,55
MT	5104500	Indiavaí	Fundo Municipal de Saúde	14533874000119	69.470,73
MT	5104526	Ipiranga do Norte	Fundo Municipal de Saúde	11412642000114	69.470,73
MT	5104542	Itanhangá	Fundo Municipal de Saúde	13925320000102	69.470,73
MT	5104559	Itaúba	Fundo Municipal de Saúde	13871816000132	69.470,73
MT	5104609	Itiquira	Fundo Municipal de Saúde	11458793000103	92.627,64
MT	5104807	Jaciara	Fundo Municipal de Saúde	11422534000122	162.098,38
MT	5104906	Jangada	Fundo Municipal de Saúde	14323714000145	69.470,73
MT	5105002	Jauru	Fundo Municipal de Saúde	14168593000104	69.470,73
MT	5105101	Juara	Fundo Municipal de Saúde	97538388000110	185.255,29
MT	5105150	Juína	Fundo Municipal de Saúde	14003786000105	208.412,20
MT	5105176	Juruena	Fundo Municipal de Saúde	14010521000134	115.784,55
MT	5105200	Juscimeira	Fundo Municipal de Saúde	12197647000134	92.627,64
MT	5105234	Lambari D'Oeste	Fundo Municipal de Saúde	13887705000114	69.470,73
MT	5105259	Lucas do Rio Verde	Fundo Municipal de Saúde	11386056000142	277.882,93
MT	5105309	Luciára	Fundo Municipal de Saúde	14127128000125	69.470,73
MT	5105580	Marcelândia	Fundo Municipal de Saúde	13658344000134	92.627,64
MT	5105606	Matupá	Fundo Municipal de Saúde	97537980000106	115.784,55
MT	5105622	Mirassol d'Oeste	Fundo Municipal de Saúde	11240344000194	162.098,38
MT	5105903	Nobres	Fundo Municipal de Saúde	13890891000140	115.784,55
MT	5106000	Nortelândia	Fundo Municipal de Saúde	13869864000196	69.470,73
MT	5106109	Nossa Senhora do Livramento	Fundo Municipal de Saúde	12708239000108	92.627,64
MT	5106158	Nova Bandeirantes	Fundo Municipal de Saúde	12102434000181	115.784,55
MT	5106208	Nova Brasilândia	Fundo Municipal de Saúde	11940918000137	69.470,73
MT	5106216	Nova Canaã do Norte	Fundo Municipal de Saúde	13889874000193	92.627,64
MT	5108808	Nova Guarita	Fundo Municipal de Saúde	12449572000131	69.470,73
MT	5106182	Nova Lacerda	Fundo Municipal de Saúde	13840464000158	69.470,73
MT	5108857	Nova Marilândia	Fundo Municipal de Saúde	11465066000173	69.470,73
MT	5108907	Nova Maringá	Fundo Municipal de Saúde	13845059000122	69.470,73
MT	5108956	Nova Monte Verde	Fundo Municipal de Saúde	13889924000132	69.470,73
MT	5106224	Nova Mutum	Fundo Municipal de Saúde	12524034000164	208.412,20
MT	5106174	Nova Nazaré	Fundo Municipal de Saúde	11394499000185	69.470,73
MT	5106232	Nova Olímpia	Fundo Municipal de Saúde	11385751000190	138.941,46
MT	5106190	Nova Santa Helena	Fundo Municipal de Saúde	97523172000181	69.470,73
MT	5106240	Nova Ubiratã	Fundo Municipal de Saúde	14043594000122	92.627,64
MT	5106257	Nova Xavantina	Fundo Municipal de Saúde	10523136000130	138.941,46
MT	5106273	Novo Horizonte do Norte	Fundo Municipal de Saúde	14170331000184	69.470,73
MT	5106265	Novo Mundo	Fundo Municipal de Saúde	15042624000149	69.470,73
MT	5106315	Novo Santo Antônio	Fundo Municipal de Saúde	13847151000121	69.470,73
MT	5106281	Novo São Joaquim	Fundo Municipal de Saúde	11106800000108	69.470,73
MT	5106299	Paranaíta	Fundo Municipal de Saúde	13898131000180	92.627,64
MT	5106307	Paranatinga	Fundo Municipal de Saúde	12031426000191	138.941,46
MT	5106372	Pedra Preta	Fundo Municipal de Saúde	11465260000159	115.784,55
MT	5106422	Peixoto de Azevedo	Fundo Municipal de Saúde	11279048000105	185.255,29
MT	5106455	Planalto da Serra	Fundo Municipal de Saúde	13608687000194	69.470,73
MT	5106505	Poconé	Fundo Municipal de Saúde	11975531000116	185.255,29
MT	5106653	Pontal do Araguaia	Fundo Municipal de Saúde	12265816000126	69.470,73
MT	5106703	Ponte Branca	Fundo Municipal de Saúde	11386077000168	69.470,73
MT	5106752	Pontes e Lacerda	Fundo Municipal de Saúde	04330355000108	208.412,20
MT	5106778	Porto Alegre do Norte	Fundo Municipal de Saúde	14362357000124	92.627,64
MT	5106802	Porto dos Gaúchos	Fundo Municipal de Saúde	12477872000124	69.470,73
MT	5106828	Porto Esperidião	Fundo Municipal de Saúde	11406770000155	92.627,64
MT	5106851	Porto Estrela	Fundo Municipal de Saúde	14144721000180	69.470,73
MT	5107008	Poxoréo	Fundo Municipal de Saúde	11343473000108	115.784,55
MT	5107040	Primavera do Leste	Fundo Municipal de Saúde	14140751000118	254.726,02
MT	5107065	Querência	Fundo Municipal de Saúde	14033383000109	115.784,55
MT	5107156	Reserva do Cabaçal	Fundo Municipal de Saúde	12300664000155	69.470,73
MT	5107180	Ribeirão Cascalheira	Fundo Municipal de Saúde	11404669000165	69.470,73
MT	5107198	Ribeirãozinho	Fundo Municipal de Saúde	13994248000167	69.470,73
MT	5107206	Rio Branco	Fundo Municipal de Saúde	13864358000104	69.470,73
MT	5107578	Rondolândia	Fundo Municipal de Saúde	13150233000112	69.470,73
MT	5107602	Rondonópolis	Fundo Municipal de Saúde	05543314000154	633.261,62
MT	5107701	Rosário Oeste	Fundo Municipal de Saúde	11412592000175	115.784,55
MT	5107750	Salto do Céu	Fundo Municipal de Saúde	14014083000182	69.470,73
MT	5107248	Santa Carmem	Fundo Municipal de Saúde	13022743000104	69.470,73
MT	5107743	Santa Cruz do Xingu	Fundo Municipal de Saúde	11669254000113	69.470,73
MT	5107768	Santa Rita do Trivelato	Fundo Municipal de Saúde	12987349000148	69.470,73
MT	5107776	Santa Terezinha	Fundo Municipal de Saúde	11860994000132	69.470,73
MT	5107263	Santo Afonso	Fundo Municipal de Saúde	13892961000108	69.470,73
MT	5107792	Santo Antônio do Leste	Fundo Municipal de Saúde	11945325000163	69.470,73
MT	5107800	Santo Antônio do Leverger	Fundo Municipal de Saúde	11756180000152	138.941,46
MT	5107859	São Félix do Araguaia	Fundo Municipal de Saúde	97530840000106	92.627,64
MT	5107297	São José do Povo	Fundo Municipal de Saúde	11345366000119	69.470,73
MT	5107305	São José do Rio Claro	Fundo Municipal de Saúde	12271662000185	138.941,46

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800125

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MT	5107354	São José do Xingu	Fundo Municipal de Saúde	14221522000128	69.470,73
MT	5107107	São José dos Quatro Marcos	Fundo Municipal de Saúde	14602737000199	138.941,46
MT	5107404	São Pedro da Cipa	Fundo Municipal de Saúde	11377586000124	69.470,73
MT	5107875	Sapezal	Fundo Municipal de Saúde	13401375000105	162.098,38
MT	5107883	Serra Nova Dourada	Fundo Municipal de Saúde	14117825000103	69.470,73
MT	5107909	Sinop	Fundo Municipal de Saúde	13539745000175	416.824,40
MT	5107925	Sorriso	Fundo Municipal de Saúde	10601346000107	324.196,76
MT	5107941	Tabaporã	Fundo Municipal de Saúde	14416015000140	69.470,73
MT	5107958	Tangará da Serra	Fundo Municipal de Saúde	11381496000107	347.353,67
MT	5108006	Tapurah	Fundo Municipal de Saúde	14152307000112	92.627,64
MT	5108055	Terra Nova do Norte	Fundo Municipal de Saúde	13817957000177	92.627,64
MT	5108105	Tesouro	Fundo Municipal de Saúde	11465035000112	69.470,73
MT	5108204	Torixoréu	Fundo Municipal de Saúde	14023004000108	69.470,73
MT	5108303	União do Sul	Fundo Municipal de Saúde	13579576000105	69.470,73
MT	5108352	Vale de São Domingos	Fundo Municipal de Saúde	11569714000131	69.470,73
MT	5108402	Várzea Grande	Fundo Municipal de Saúde	11364895000160	633.261,62
MT	5108501	Vera	Fundo Municipal de Saúde	97538013000150	92.627,64
MT	5105507	Vila Bela da Santíssima Trindade	Fundo Municipal de Saúde	11540349000132	115.784,55
MT	5108600	Vila Rica	Fundo Municipal de Saúde	11310662000184	162.098,38
PA	1500107	Abaetetuba	Fundo Municipal de Saúde	12282048000119	775.733,41
PA	1500131	Abel Figueiredo	Fundo Municipal de Saúde	11562805000145	68.761,04
PA	1500206	Acará	Fundo Municipal de Saúde	11750869000170	252.123,83
PA	1500305	Afuá	Fundo Municipal de Saúde	19396243000119	206.283,13
PA	1500347	Água Azul do Norte	Fundo Municipal de Saúde	07331783000135	160.442,43
PA	1500404	Alenquer	Fundo Municipal de Saúde	12278544000107	252.123,83
PA	1500503	Almeirim	Fundo Municipal de Saúde	11372925000180	183.362,78
PA	1500602	Altamira	Fundo Municipal de Saúde	10467921000112	366.725,57
PA	1500701	Anajás	Fundo Municipal de Saúde	13715424000184	160.442,43
PA	1500800	Ananindeua	Fundo Municipal de Saúde	11948192000189	798.653,76
PA	1500859	Anapu	Fundo Municipal de Saúde	11180067000171	160.442,43
PA	1500909	Augusto Corrêa	Fundo Municipal de Saúde	12381567000134	229.203,48
PA	1500958	Aurora do Pará	Fundo Municipal de Saúde	11850438000185	160.442,43
PA	1501006	Aveiro	Fundo Municipal de Saúde	17838403000107	114.601,74
PA	1501105	Bagre	Fundo Municipal de Saúde	13888332000104	160.442,43
PA	1501204	Baião	Fundo Municipal de Saúde	17545698000123	229.203,48
PA	1501253	Bannach	Fundo Municipal de Saúde	11381413000180	68.761,04
PA	1501303	Barcarena	Fundo Municipal de Saúde	12710978000126	389.645,92
PA	1501402	Belém	Fundo Municipal de Saúde	11305777000180	4.653.166,86
PA	1501451	Belterra	Fundo Municipal de Saúde	11186410000195	137.522,09
PA	1501501	Benevides	Fundo Municipal de Saúde	13707794000170	252.123,83
PA	1501576	Bom Jesus do Tocantins	Fundo Municipal de Saúde	11695769000198	114.601,74
PA	1501600	Bonito	Fundo Municipal de Saúde	11759577000106	114.601,74
PA	1501709	Bragança	Fundo Municipal de Saúde	18017671000120	389.645,92

PORTARIA Nº 749, DE 27 DE MARÇO DE 2018

Estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde a ser disponibilizado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar-MAC do Estado do Paraná.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições que lhe conferem os incisos I e II do Parágrafo único do art. 87 da Constituição,

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Ofício nº 65/2017, de 27 de dezembro de 2017, da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná; e

Considerando a Deliberação nº 334, de 27 de dezembro de 2017, da Comissão Intergestores Bipartite do Estado do Paraná, que aprova a alocação de recurso a União Paranaense de Estudos e Combate ao Câncer/UOPECAN, resolve:

Art. 1º Fica estabelecido recurso no montante de R$ 6.600.000,00 (seis milhões e seiscentos mil reais) do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde do Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar-MAC a ser disponibilizado ao Estado do Paraná.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência do montante estabelecido no art. 1º ao Fundo Estadual de Saúde do Paraná, em 12 (doze) parcelas mensais de R$ 550.000,00 (quinhentos e cinquenta mil reais), mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria responsável pelo programa de trabalho.

Art. 3º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

RICARDO BARROS

PORTARIA Nº 750, DE 27 DE MARÇO DE 2018

Habilita Municípios para realizar os procedimentos específicos previstos na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde - SUS e estabelece recurso do Bloco de Média e Alta Complexidade a ser incorporado ao Limite Financeiro Anual de Média e Alta Complexidade do Estado de Minas Gerais e Municípios.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei nº 10.216, de 06 de abril de 2001, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo de atenção em saúde mental;

Considerando a Portaria nº 664/GM/MS, de 23 de abril de 2013, que aprova o Plano de Ação da Rede de Atenção Psicossocial do Estado de Minas Gerais e Municípios;

Considerando o Anexo V, Título I da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde, incluindo a Rede de Atenção Psicossocial;

Considerando o Anexo V, Título V da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde, incluindo a Rede de Atenção Psicossocial;

Considerando o Anexo 5 do Anexo V da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde, incluindo a Rede de Atenção Psicossocial;

Considerando o Título III da Portaria nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e serviços de saúde do Sistema Único de Saúde, e regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento, com o respectivo monitoramento e controle;

Considerando que os Serviços Residenciais Terapêuticos se configuram como Ponto de Atenção do componente desinstitucionalização, sendo estratégicos no processo de desospitalização e reinserção social de pessoas com internação de longa permanência nos hospitais psiquiátricos ou em hospitais de custódia; e

Considerando a necessidade de acelerar a estruturação e a consolidação da rede extra-hospitalar de atenção psicossocial em todas as unidades da Federação, com a implementação de diretrizes de melhoria de qualidade da atenção à saúde mental, resolve:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800126

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 1º Ficam habilitados os Municípios relacionados no Anexo a esta Portaria, para realizar os procedimentos específicos previstos na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde - SUS, conforme Portaria nº 857/SAS/MS, de 22 de agosto de 2012.

Art. 2º Fica estabelecido recurso no montante anual de R$ 3.075.000,00 (três milhões setenta e cinco mil reais) a ser incorporado ao Limite Financeiro de Média e Alta Complexidade do Estado de Minas Gerais e Municípios, conforme Anexo a esta Portaria.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência regular e automática do montante estabelecido no art. 2º, em parcelas mensais, para os Fundos Municipais de Saúde, conforme Anexo a esta Portaria, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria responsável pelo programa de trabalho.

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 000F.

Parágrafo único. Os recursos relativos aos estabelecimentos consignados ao programa de trabalho de que trata o caput tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de média e alta complexidade para atenção à saúde da população, desde que garantida a manutenção das unidades.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

UF	Município	Especificação do Plano	Código do IBGE	CNES do Serviço de Saúde de Referência	CNPJ do Fundo	Gestão do serviço	Tipo	Código	Nº SAIPS	Nº de Moradores	Recurso de Custeio Anual R$
MG	Barbacena	RSM-RSME	310560	2178087	14.675.553/0001-59	Municipal	SRT Tipo II	82.27	7913	10	240.000,00
MG	Barbacena	RSM-RSME	310560	2178087	14.675.553/0001-59	Municipal	SRT Tipo II	82.27	13681	9	216.000,00
MG	Barbacena	RSM-RSME	310560	2178087	14.675.553/0001-59	Municipal	SRT Tipo II	82.27	13684	10	240.000,00
MG	Belo Horizonte	RSM-RSME	310620	2695537	11.728.239/0001-07	Municipal	SRT Tipo II	82.27	5035	9	216.000,00
MG	Belo Horizonte	RSM-RSME	310620	7602782	11.728.239/0001-07	Municipal	SRT Tipo II	82.27	18764	5	75.000,00
MG	Belo Horizonte	RSM-RSME	310620	7286848	11.728.239/0001-07	Municipal	SRT Tipo II	82.27	18775	6	90.000,00
MG	Belo Horizonte	RSM-RSME	310620	22837	11.728.239/0001-07	Municipal	SRT Tipo II	82.27	18779	5	75.000,00
MG	Belo Horizonte	RSM-RSME	310620	2695707	11.728.239/0001-07	Municipal	SRT Tipo II	82.27	18780	6	90.000,00
MG	Capelinha	RSM-RSME	311230	7472838	11.349.523/0001-64	Municipal	SRT Tipo II	82.27	14903	9	216.000,00
MG	Capelinha	RSM-RSME	311230	7472838	11.349.523/0001-64	Municipal	SRT Tipo II	82.27	14906	9	216.000,00
MG	Juiz de Fora	RSM-RSME	313670	2153378	17.783.226/0001-09	Municipal	SRT Tipo II	82.27	7976	10	240.000,00
MG	Juiz de Fora	RSM-RSME	313670	2153378	17.783.226/0001-09	Municipal	SRT Tipo II	82.27	7977	10	240.000,00
MG	Juiz de Fora	RSM-RSME	313670	2153378	17.783.226/0001-09	Municipal	SRT Tipo II	82.27	7973	10	240.000,00
MG	Lavras	RSM-RSME	313820	3204960	01.417.029/0001-36	Municipal	SRT Tipo I	82.27	9760	7	105.000,00
MG	Lavras	RSM-RSME	313820	3204960	01.417.029/0001-36	Municipal	SRT Tipo I	82.27	9792	8	120.000,00
MG	Leopoldina	RSM-RSME	313840	7945663	02.162.856/0001-99	Municipal	SRT Tipo II	82.27	15492	10	240.000,00
MG	Senador Firmino	RSM-RSME	316570	7782357	12.140.595/0001-60	Municipal	SRT Tipo II	82.27	18346	9	216.000,00
Total											3.075.000,00

PORTARIA Nº 751, DE 27 DE MARÇO DE 2018

Estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC do Estado e Município de São Paulo.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Ofício s/nº de 5 de janeiro de 2018, da Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo;

Considerando a Deliberação nº 29/2018 de 20 de março de 2018, da Comissão Intergestores Bipartite do Estado de São Paulo; e

Considerando a NOTA TÉCNICA Nº 102/2018-CGPAS/DRAC/SAS/MS, resolve:

Art. 1º Fica estabelecido recurso no montante anual de R$ 3.408.000,00 (três milhões quatrocentos e oito mil reais), a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC do Estado e Município de São Paulo, para custeio do Hospital Cruz Verde da Associação Cruz Verde.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência do montante estabelecido no art. 1º ao Fundo Municipal de Saúde de São Paulo, de forma regular e automática, em parcelas mensais, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria responsável pelo programa de trabalho.

Art. 3º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 5ª (quinta) parcela de 2018.

RICARDO BARROS

PORTARIA Nº 752, DE 27 DE MARÇO DE 2018

Habilita o município de Duque de Caxias (RJ) a receber o Incentivo para Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o §3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá providências;

Considerando o Decreto nº1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando o art. 11, inciso VI do Título II da Portaria de Consolidação nº 06/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que apresenta o Componente PAB Variável destinado ao financiamento de estratégias, realizadas no âmbito da atenção básica em saúde - Incentivo para a Atenção Integral à Saúde do Adolescente em Conflito com a Lei, em regime de internação e internação provisória;

Considerando a necessidade de um financiamento federal diferenciado para a implementação da Atenção à Saúde dos Adolescentes em conflito com a Lei, conforme Anexo XVII, da Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, e Seção V, capitulo II da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde.

Considerando o art. 129 da Seção V, capitulo II da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que institui o incentivo financeiro de custeio para o desenvolvimento de ações de atenção integral à Saúde de adolescentes em privação de liberdade, a ser repassado pelo Ministério da Saúde, com o objetivo de complementar o financiamento das ações de atenção integral à saúde dessa população; e

Considerando o preenchimento dos requisitos e o envio de documentação previsto no art. 25 do Anexo XVII, da Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde; resolve:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800127

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 1º Fica habilitado o município de Duque de Caxias (RJ) até o teto físico/financeiro constante no Anexo a esta Portaria, a receber o Incentivo para Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei, conforme indicado no Plano Operativo Municipal.

§ 1º A transferência de recursos será baseada no limite financeiro correspondente ao número de adolescentes por unidade de internação, internação provisória e semiliberdade, conforme os critérios previstos no art. 130 da Seção V, Capítulo II da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017.

§2º Os recursos serão repassados mensalmente conforme Art. 130 da Seção V, capitulo II da Portaria consolidada nº 6, de 3 de outubro de 2017.

Art. 2º Os recursos orçamentários de que trata a presente Portaria serão plurianuais e correrão à conta do orçamento do Ministério da Saúde, onerando o programa de trabalho 10.301.2015.219A - Promoção da Atenção Básica em Saúde PO: 0001.

Art. 3° O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência regular e automática dos recursos para o Fundo Municipal de Saúde de Duque de Caxias (RJ)

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

RICARDO BARROS

ANEXO

INCENTIVOS FINANCEIROS PARA A ATENÇÃO À SAÚDE DE ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI, EM REGIME DE INTERNAÇÃO, INTERNAÇÃO PROVISÓRIA E SEMILIBERDADE.

UF	Município	Unidade	Gestão	Total de Adolescentes	Valor mensal por Unidade	Valor total a ser repassado mensalmente
RJ	Duque de Caxias	CRIAAD Duque de Caxias	Municipal	32	R$ 3.208,50	R$ 3.208,50

PORTARIA Nº 753, DE 27 DE MARÇO DE 2018

Habilita o município de São Gonçalo (RJ) a receber o Incentivo para Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do Art. 87 da Constituição Federal de 1988, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993;

Considerando o Decreto nº1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a necessidade de um financiamento federal diferenciado para a implementação da Atenção à Saúde dos Adolescentes em conflito com a Lei, conforme Anexo XVII, da Portaria Consolidada nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando o inciso VI - Componente PAB Variável destinado ao financiamento de estratégias, realizadas no âmbito da atenção básica em saúde - Incentivo para a Atenção Integral à Saúde do Adolescente em Conflito com a Lei, em regime de internação e internação provisória - do art. 11 do Título II da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Seção V, Capitulo II da Portaria Consolidada nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando o art. 129 - institui o incentivo financeiro de custeio para o desenvolvimento de ações de atenção integral à Saúde de adolescentes em privação de liberdade, a ser repassado pelo Ministério da Saúde, com o objetivo de complementar o financiamento das ações de atenção integral à saúde dessa população - da Seção V, capitulo II da Portaria Consolidada nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o preenchimento dos requisitos e o envio de documentação previsto no art. 25 do Anexo XVII, da Portaria consolidada nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o município de São Gonçalo (RJ) até o teto físico/financeiro constante no Anexo a esta Portaria, a receber o Incentivo para Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei, conforme indicado no Plano Operativo Municipal.

§ 1º A transferência de recursos será baseada no limite financeiro correspondente ao número de adolescentes por unidade de internação, internação provisória e semiliberdade, conforme os critérios previstos no art. 130 da Seção V, capítulo II da Portaria Consolidada nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017.

§2º Os recursos serão repassados mensalmente conforme art. 130 da Seção V, capítulo II da Portaria Consolidada nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017.

Art. 2º Os recursos orçamentários de que trata a presente Portaria serão plurianuais e correrão à conta do orçamento do Ministério da Saúde, onerando o programa de trabalho 10.301.2015.219A - Promoção da Atenção Básica em Saúde PO: 0001.

Art. 3° O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência regular e automática dos recursos para o Fundo Municipal de Saúde de São Gonçalo (RJ).

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

RICARDO BARROS

ANEXO

INCENTIVOS FINANCEIROS PARA A ATENÇÃO À SAÚDE DE ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI, EM REGIME DE INTERNAÇÃO, INTERNAÇÃO PROVISÓRIA E SEMILIBERDADE.

UF	Município	Unidade	Gestão	Total de Adolescentes	Valor mensal por Unidade	Valor total a ser repassado mensalmente
RJ	São Gonçalo	CRIAAD São Gonçalo (semiliberdade)	Municipal	41	R$ 3.208,50	R$ 3.208,50

PORTARIA Nº 754, DE 27 DE MARÇO DE 2018

Habilita o município de Camaçari (BA) a receber o Incentivo para Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá providências;

Considerando o Decreto nº1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando o art. 11, inciso VI do Título II da Portaria de Consolidação nº 06/GM/MS, de 28 de setembro 2017, que apresenta o Componente PAB Variável destinado ao financiamento de estratégias, realizadas no âmbito da atenção básica em saúde - Incentivo para a Atenção Integral à Saúde do Adolescente em Conflito com a Lei, em regime de internação e internação provisória;

Considerando a necessidade de um financiamento federal diferenciado para a implementação da Atenção à Saúde dos Adolescentes em conflito com a Lei, conforme Anexo XVII, da Portaria de Consolidação nº 02/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde, e Seção V, capitulo II da Portaria de Consolidação nº 06/GM/MS, de 28 de setembro 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando o art. 129 da Seção V, capitulo II da Portaria de Consolidação nº 06/GM/MS, de 28 de setembro 2017; que institui o incentivo financeiro de custeio para o desenvolvimento de ações de atenção integral à Saúde de adolescentes em privação de liberdade, a ser repassado pelo Ministério da Saúde, com o objetivo de complementar o financiamento das ações de atenção integral à saúde dessa população; e

Considerando o preenchimento dos requisitos e o envio de documentação previsto no art. 25 do Anexo XVII, da Portaria de Consolidação nº 02/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o município de Camaçari (BA) até o teto físico/financeiro constante no Anexo a esta Portaria, a receber o Incentivo para Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei, conforme indicado no Plano Operativo Municipal.

§ 1º A transferência de recursos será baseada no limite financeiro correspondente ao número de adolescentes por unidade de internação, internação provisória e semiliberdade, conforme os critérios previstos no art. 130 da Seção V, capitulo II da Portaria de Consolidação nº 06/GM/MS, de 28 de setembro de 2017.

§2º Os recursos serão repassados mensalmente conforme art. 130 da Seção V, capitulo II da Portaria de Consolidação nº 06/GM/MS, de 28 de setembro de 2017.

Art. 2º Os recursos orçamentários de que trata a presente Portaria serão plurianuais e correrão à conta do orçamento do Ministério da Saúde, onerando o programa de trabalho 10.301.2015.219A - Promoção da Atenção Básica em Saúde PO: 0001.

Art. 3° O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência regular e automática dos recursos para o Fundo Municipal de Saúde de Camaçari (BA)

RICARDO BARROS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800128

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO

INCENTIVOS FINANCEIROS PARA A ATENÇÃO À SAÚDE DE ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI, EM REGIME DE INTERNAÇÃO, INTERNAÇÃO PROVISÓRIA E SEMILIBERDADE.

UF	Município	Unidade	Gestão	Total de Adolescentes	Valor mensal por Unidade	Valor total a ser repassado mensalmente
BA	Camaçari	CASE Irmã Dulce	Municipal	72	R$ 8.556,00	R$ 8.556,00

PORTARIA Nº 756, DE 27 DE MARÇO DE 2018

Habilita o município de Sena Madureira (AC) a receber o Incentivo para Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nºs 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993;

Considerando o Decreto nº1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a necessidade de um financiamento federal diferenciado para a implementação da Atenção à Saúde dos Adolescentes em conflito com a Lei, conforme Anexo XVII, da Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017;

Considerando o inciso VI - Componente PAB Variável destinado ao financiamento de estratégias, realizadas no âmbito da atenção básica em saúde - Incentivo para a Atenção Integral à Saúde do Adolescente em Conflito com a Lei, em regime de internação e internação provisória - do art. 11 do Título II da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Seção V do Capítulo II da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando o art. 129 - institui o incentivo financeiro de custeio para o desenvolvimento de ações de atenção integral à Saúde de adolescentes em privação de liberdade, a ser repassado pelo Ministério da Saúde, com o objetivo de complementar o financiamento das ações de atenção integral à saúde dessa população - da Seção V do Capítulo II da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o preenchimento dos requisitos e o envio de documentação previsto no art. 25 do Anexo XVII, da Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o município de Sena Madureira (AC) até o teto físico/financeiro constante do Anexo a esta Portaria, a receber o Incentivo para Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei, conforme indicado no Plano Operativo Municipal.

§ 1º A transferência de recursos será baseada no limite financeiro correspondente ao número de adolescentes por unidade de internação, internação provisória e semiliberdade, conforme os critérios previstos no art. 130 da Seção V, Capítulo II da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017.

§2º Os recursos serão repassados mensalmente conforme art. 130 da Seção V, capítulo II da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017.

Art. 2º Os recursos orçamentários de que trata a presente Portaria serão plurianuais e correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, onerando o programa de trabalho 10.301.2015.219A - Promoção da Atenção Básica em Saúde PO: 0001.

Art. 3° O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, dos recursos para o Fundo Municipal de Saúde de Sena Madureira (AC).

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

INCENTIVOS FINANCEIROS PARA A ATENÇÃO À SAÚDE DE ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI, EM REGIME DE INTERNAÇÃO, INTERNAÇÃO PROVISÓRIA E SEMILIBERDADE.

UF	Município	Unidade	Gestão	Total de Adolescentes	Valor mensal por Unidade	Valor total a ser repassado mensalmente
AC	Sena Madureira	Instituto Socioeducativo PURUS	Municipal	42	R$ 8.556,00	R$ 8.556,00

PORTARIA Nº 757, DE 27 DE MARÇO DE 2018

Habilita o município Rio do Sul/SC a receber o Incentivo para Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá providências;

Considerando o Decreto nº1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando o Art. 11, inciso VI do Título II da Portaria de Consolidação nº 06/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que apresenta o Componente PAB Variável destinado ao financiamento de estratégias, realizadas no âmbito da atenção básica em saúde - Incentivo para a Atenção Integral à Saúde do Adolescente em Conflito com a Lei, em regime de internação e internação provisória;

Considerando a necessidade de um financiamento federal diferenciado para a implementação da Atenção à Saúde dos Adolescentes em conflito com a Lei, conforme Anexo XVII, da Portaria de Consolidação nº 02/GM/MS, de 28 de setembro de 2017 e Seção V, capítulo II da Portaria de Consolidação nº 06/GM/MS, de 28 de setembro de 2017;

Considerando o Art. 129 da Seção V, capitulo II da Portaria de Consolidação nº 06/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que institui o incentivo financeiro de custeio para o desenvolvimento de ações de atenção integral à Saúde de adolescentes em privação de liberdade, a ser repassado pelo Ministério da Saúde, com o objetivo de complementar o financiamento das ações de atenção integral à saúde dessa população; e

Considerando o preenchimento dos requisitos e o envio de documentação previsto no Art. 25 do Anexo XVII, da Portaria de Consolidação nº 02/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o município de Rio do Sul (SC) até o teto físico/financeiro constante no Anexo a esta Portaria, a receber o Incentivo para Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei, conforme indicado no Plano Operativo Municipal.

§ 1º A transferência de recursos será baseada no limite financeiro correspondente ao número de adolescentes por unidade de internação, internação provisória e semiliberdade, conforme os critérios previstos no Art. 130 da Seção V, capítulo II da Portaria de Consolidação nº 06/GM/MS, de 28 de setembro de 2017.

§2º Os recursos serão repassados mensalmente conforme Art. 130 da Seção V, capítulo II da Portaria de Consolidação nº 06/GM/MS, de 28 de setembro de 2017.

Art. 2º Os recursos orçamentários de que trata a presente Portaria serão plurianuais e correrão à conta do orçamento do Ministério da Saúde, onerando o programa de trabalho 10.301.2015.219A - Promoção da Atenção Básica em Saúde PO: 0001.

Art. 3° O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência regular e automática dos recursos para o Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul (SC).

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

INCENTIVOS FINANCEIROS PARA A ATENÇÃO À SAÚDE DE ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI, EM REGIME DE INTERNAÇÃO, INTERNAÇÃO PROVISÓRIA E SEMILIBERDADE.

UF	Município	Unidade	Tipo de medida socioeducativa	Gestão	Total de Adolescentes	Valor total a ser repassado mensalmente
SC	Rio do Sul	CASEP Rio do Sul	Internação provisória	Municipal	05	R$ 7.486,50

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800129

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 758, DE 27 DE MARÇO DE 2018

Habilita o município de Vitória de Santo Antão (PE) a receber o Incentivo para Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá providências;

Considerando o Decreto nº1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando o art. 11, inciso VI do Título II da Portaria de Consolidação nº 06/GM/MS, de 28 de outubro de 2017, que apresenta o Componente PAB Variável destinado ao financiamento de estratégias, realizadas no âmbito da atenção básica em saúde - Incentivo para a Atenção Integral à Saúde do Adolescente em Conflito com a Lei, em regime de internação e internação provisória;

Considerando a necessidade de um financiamento federal diferenciado para a implementação da Atenção à Saúde dos Adolescentes em conflito com a Lei, conforme Anexo XVII, da Portaria de Consolidação nº 02/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde, e Seção V, capítulo II da Portaria consolidação nº 06/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde.

Considerando o art. 129 da Seção V, capitulo II da Portaria de Consolidação nº 06/GM/MS, de 28 de setembro, que institui o incentivo financeiro de custeio para o desenvolvimento de ações de atenção integral à Saúde de adolescentes em privação de liberdade, a ser repassado pelo Ministério da Saúde, com o objetivo de complementar o financiamento das ações de atenção integral à saúde dessa população; e

Considerando o preenchimento dos requisitos e o envio de documentação previsto no art. 25 do Anexo XVII, da Portaria de Consolidação nº 02/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o município de Vitória de Santo Antão (PE) até o teto físico/financeiro constante no Anexo a esta Portaria, a receber o Incentivo para Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei, conforme indicado no Plano Operativo Municipal.

§ 1º A transferência de recursos será baseada no limite financeiro correspondente ao número de adolescentes por unidade de internação, internação provisória e semiliberdade, conforme os critérios previstos no art. 130 da Seção V, capítulo II da Portaria de Consolidação nº 06/GM/MS, de 03 de Outubro de 2017.

§2º Os recursos serão repassados mensalmente conforme art. 130 da Seção V, capítulo II da Portaria de Consolidação nº 06/GM/MS, de 03 de Outubro de 2017.

Art. 2º Os recursos orçamentários de que trata a presente Portaria serão plurianuais e correrão à conta do orçamento do Ministério da Saúde, onerando o programa de trabalho 10.301.2015.219A - Promoção da Atenção Básica em Saúde PO: 0001.

Art. 3° O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência regular e automática dos recursos para o Fundo Municipal de Saúde de Vitória de Santo Antão (PE)

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

INCENTIVOS FINANCEIROS PARA A ATENÇÃO À SAÚDE DE ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI, EM REGIME DE INTERNAÇÃO, INTERNAÇÃO PROVISÓRIA E SEMILIBERDADE.

UF	Município	Unidade	Gestão	Total de Adolescentes	Valor mensal por Unidade	Valor total a ser repassado mensalmente
PE	Vitória de Santo Antão	CASE Vitória de Santo Antão	Municipal	72	R$ 8.556,00	R$ 8.556,00

PORTARIA Nº 759, DE 27 DE MARÇO DE 2018

Habilita o município de Campos dos Goytacazes (RJ) a receber o Incentivo para Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a necessidade de um financiamento federal diferenciado para a implementação da Atenção à Saúde dos Adolescentes em conflito com a Lei, conforme Anexo XVII, da Portaria Consolidada nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando o inciso VI - Componente PAB Variável destinado ao financiamento de estratégias, realizadas no âmbito da atenção básica em saúde - Incentivo para a Atenção Integral à Saúde do Adolescente em Conflito com a Lei, em regime de internação e internação provisória - do art. 11 do Título II da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Seção V, Capitulo II da Portaria Consolidada nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando o art. 129 - institui o incentivo financeiro de custeio para o desenvolvimento de ações de atenção integral à Saúde de adolescentes em privação de liberdade, a ser repassado pelo Ministério da Saúde, com o objetivo de complementar o financiamento das ações de atenção integral à saúde dessa população - da Seção V, capitulo II da Portaria Consolidada nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o preenchimento dos requisitos e o envio de documentação previsto no art. 25 do Anexo XVII, da Portaria consolidada nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o município de Campos dos Goytacazes (RJ) até o teto físico/financeiro constante no Anexo a esta Portaria, a receber o Incentivo para Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei, conforme indicado no Plano Operativo Municipal.

§ 1º A transferência de recursos será baseada no limite financeiro correspondente ao número de adolescentes por unidade de internação, internação provisória e semiliberdade, conforme os critérios previstos no art. 130 da Seção V, capitulo II da Portaria consolidada nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017.

§2º Os recursos serão repassados mensalmente conforme art. 130 da Seção V, capitulo II da Portaria consolidada nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017.

Art. 2º Os recursos orçamentários de que trata a presente Portaria serão plurianuais e correrão à conta do orçamento do Ministério da Saúde, onerando o programa de trabalho 10.301.2015.219A - Promoção da Atenção Básica em Saúde PO: 0001.

Art. 3° O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, dos recursos para o Fundo Municipal de Saúde de Campos dos Goyatacazes.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

RICARDO BARROS

ANEXO

INCENTIVOS FINANCEIROS PARA A ATENÇÃO À SAÚDE DE ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI, EM REGIME DE INTERNAÇÃO, INTERNAÇÃO PROVISÓRIA E SEMILIBERDADE.

UF	Município	Unidade	Gestão	Total de Adolescentes	Valor mensal por Unidade	Valor total a ser repassado mensalmente
RJ	Campos dos Goytacazes	CRIAAD Campos dos Goytacazes (Semiliberdade)	Municipal	26	R$ 3.208,50	R$ 21.390,00
		CENSE PMHA/ Campos (Internação Provisória)		36	R$ 7.486,50	
		CENSE PMHA/ Campos (Internação)		247	R$ 10.695,00	

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800130

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 760, DE 27 DE MARÇO DE 2018

Habilita o município de Feira de Santana (BA) a receber o Incentivo para Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a necessidade de um financiamento federal diferenciado para a implementação da Atenção à Saúde dos Adolescentes em conflito com a Lei, conforme Anexo XVII da Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017;

Considerando o inciso VI - Componente PAB Variável destinado ao financiamento de estratégias, realizadas no âmbito da atenção básica em saúde - Incentivo para a Atenção Integral à Saúde do Adolescente em Conflito com a Lei, em regime de internação e internação provisória - do art. 11 do Título II da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Seção V do Capítulo II da Portaria consolidada nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando o art. 129 - institui o incentivo financeiro de custeio para o desenvolvimento de ações de atenção integral à Saúde de adolescentes em privação de liberdade, a ser repassado pelo Ministério da Saúde, com o objetivo de complementar o financiamento das ações de atenção integral à saúde dessa população - da Seção V do Capitulo II da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o preenchimento dos requisitos e o envio de documentação previsto no art. 25 do Anexo XVII, da Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de e 28 de setembro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o município de Feira de Santana (BA) até o teto físico/financeiro constante no Anexo a esta Portaria, a receber o Incentivo para Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei, conforme indicado no Plano Operativo Municipal.

§ 1º A transferência de recursos será baseada no limite financeiro correspondente ao número de adolescentes por unidade de internação, internação provisória e semiliberdade, conforme os critérios previstos no art. 130 da Seção V, capítulo II da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017.

§2º Os recursos serão repassados mensalmente conforme art. 130 da Seção V, capítulo II da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017.

Art. 2º Os recursos orçamentários de que trata a presente Portaria serão plurianuais e correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, onerando o programa de trabalho 10.301.2015.219A - Promoção da Atenção Básica em Saúde PO: 0001.

Art. 3° O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, dos recursos para o Fundo Municipal de Saúde de Feira de Santana (BA)

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

INCENTIVOS FINANCEIROS PARA A ATENÇÃO À SAÚDE DE ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI, EM REGIME DE INTERNAÇÃO, INTERNAÇÃO PROVISÓRIA E SEMILIBERDADE.

UF	Município	Unidade	Gestão	Total de Adolescentes	Valor mensal por Unidade	Valor total a ser repassado mensalmente
BA	Feira de Santana	Case Zilda Arns	Municipal	90	R$ 8.556,00	R$ 16.042,50
		Case Juiz Melo Matos		10	R$ 7.486,50	

PORTARIA Nº 761, DE 27 DE MARÇO DE 2018

Altera a Opção e o valor de custeio da Habilitação/Qualificação da Unidade de Pronto Atendimento, para (UPA 24h, nova, Opção VIII) e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC do Estado de São Paulo e Município de São Jose do Rio Preto.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 838/GM/MS, de 14 de maio de 2013, que estabelece recurso a ser incorporado ao Município São José do Rio Preto (SP) para custeio de Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h), componente do Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar;

Considerando a Portaria nº 555/GM/MS, de 11 de abril de 2014, que qualifica Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h Dr. Domingo Marcolino Braile - Jaguaré, Porte II) do Município de São José do Rio Preto (SP), componente do Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar;

Considerando o Art. 2º da Portaria nº 1.535/SAS/MS, de 25 de setembro de 2017, que redefine os incentivos relacionados a Unidades de Pronto Atendimento da Rede de Atenção às Urgências no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES);

Considerando o Título VIII, Capítulo II da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema único de Saúde;

Considerando o Art. 889, Anexo LXVIII, e Art. 894 da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Nota Técnica nº 164-SEI/2017, da Coordenação-Geral de Urgência e Emergência/ CGUE/DAHU/SAS/MS, resolve:

Art. 1º Fica alterada a Opção e o valor de custeio da Habilitação/Qualificação da Unidade de Pronto Atendimento para (UPA 24h, nova, Opção VIII), localizada no Município de São José do Rio Preto (SP), nos termos da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, conforme especificados nos anexos I e II.

Parágrafo único. A qualificação será válida por três anos, podendo ser renovada mediante novo processo de avaliação pela CGUE/DAHU/SAS/MS, conforme § 1º do Inciso V do Art. 83 do Anexo III da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017.

Art. 2º Fica estabelecido recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde no montante anual de R$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais), a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC do Estado de São Paulo e Município de São Jose do Rio Preto, conforme o montante discriminado no anexo I e II desta Portaria.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no Art. 2º, ao Fundo Municipal de Saúde de São Jose do Rio Preto /SP, em parcelas mensais, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção à Saúde.

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Parágrafo único. O recurso relativo ao estabelecimento consignado ao programa de trabalho de que trata o caput tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de média e alta complexidade para atenção à saúde da população, desde que garantida a manutenção da unidade.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 4ª (quarta) parcela de 2018.

RICARDO BARROS

ANEXO I

1. HABILITAÇÃO

UF	Município	IBGE	CNES	Portaria de Habilitação	Classificação anterior da Habilitação	Nova Classificação da Habilitação	Valor do acréscimo anual no Teto MAC	SIPAR	Gestão	Nº Proposta SAIPS
SP	São José do Rio Preto	354980	6270131	Nº 838 de 14/05/2013	UPA 24h Porte II	UPA 24h Opção VIII	R$ 900.000,00	25000.034812/2013-11	Municipal	17090
	TOTAL IMPACTO ANUAL						R$ 900.000,00			

ANEXO II

2. QUALIFICAÇÃO

UF	Município	IBGE	CNES	Portaria de Qualificação	Classificação anterior da Qualificação	Nova Classificação da Qualificação	Valor do acréscimo anual no Teto MAC	SIPAR	Gestão	Nº Proposta SAIPS
SP	São José do Rio Preto	354980	6270131	Nº 555 de 11/04/2014	UPA 24h Porte II	UPA 24h Opção VIII	R$ 1.500.000,00	25000.220168/2013-93	Municipal	17982
	TOTAL IMPACTO ANUAL						R$ 1.500.000,00			

PORTARIA Nº 767, DE 27 DE MARÇO DE 2018

Renova a qualificação da Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h) e mantém os recursos destinados ao Estado do Rio Grande do Sul e Município Venâncio Aires (RS).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 2.425/GM/MS, de 11 de novembro de 2014, que altera o anexo da Portaria nº 2.136/GM/MS, de 30 de setembro de 2014, que estabelece recursos para custeio, qualificação, ampliação e qualificação de Unidades de Pronto Atendimento (UPA 24h), componente do Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar;

Considerando o art. 2º da Portaria nº 1.535/SAS/MS, de 25 de setembro de 2017, que redefine os Incentivos relacionados a Unidades de Pronto Atendimento da Rede de Atenção às Urgências no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES);

Considerando o Anexo III, Título IV e Capítulo V da Qualificação da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Anexo LXVIII da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde; resolve:

Art. 1º Fica renovada a qualificação da Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h), localizada no Venâncio Aires (RS).

Art. 2º Ficam mantidos os recursos do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde no montante anual de R$ 840.000,00 (oitocentos e quarenta mil reais) a serem incorporados ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC do Estado do Rio Grande do Sul e Município de Venâncio Aires (RS), para o custeio da qualificação da Unidade prevista no art. 1º, conforme anexo a esta Portaria.

Parágrafo único. A renovação de qualificação será válida por três anos, podendo ser renovada mediante novo processo de avaliação pela CGUE/DAHU/SAS/MS, conforme §1º do Inciso V do art. 83, do Capitulo V, da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 2º desta Portaria, em parcelas mensais, para o Fundo Municipal de Saúde de Venâncio Aires (RS).

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585.0043 (RS) - Atenção à Saúde da População para procedimentos de Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000 (UPA 24h).

Parágrafo único. O recurso relativo ao estabelecimento consignado ao programa de trabalho de que trata o caput tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de média e alta complexidade para atenção à saúde da população, desde que garantida a manutenção da unidade.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

UF	Município	IBGE	CNES	Custeio	Nº de Profissionais Médicos 24h	CÓD	SIPAR	Valor anual de renovação	Gestão	Proposta
RS	Venâncio Aires	432260	7499914	Opção III	4 (quatro)	82.01	25000.162216/2014-01	R$ 840.000,00	Municipal	17292

PORTARIA Nº 763, DE 27 DE MARÇO DE 2018

Habilita o Hospital Geral de Itapevi no Município de Itapevi - SP, como Referência Hospitalar na Atenção à Saúde em Gestação de Alto Risco Tipo 2 e estabelece recursos do Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar a serem incorporados ao Componente Limite Financeiro da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar do Estado de São Paulo.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 1.594/GM/MS, de 2 de agosto de 2013, que aprova a Etapa V do Plano de Ação da Rede Cegonha do Estado de São Paulo e Municípios e aloca recursos financeiros para sua implementação - Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar; e

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Hospital Geral de Itapevi, CNES 2078104, IBGE 3522505, no Município de Itapevi, Estado de São Paulo, como Referência Hospitalar na Atenção à Saúde em Gestação de Alto Risco Tipo 2 (Cód. Habilitação 14.14), conforme descrito a seguir:

UF	IBGE	Município	CNES	Estabelecimento	Gestão	Nº de leitos	Valor anual
SP	3522505	Itapevi	2078104	Hospital Geral de Itapevi	Estadual	8	1.191.360,00

Art. 2º Ficam estabelecidos recursos do Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar a serem incorporados ao Componente Limite Financeiro da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar do Estado de São Paulo, no montante anual de R$ 1.191.360,00 (um milhão, cento e noventa e um mil e trezentos e sessenta reais).

Art. 3º Os recursos financeiros estabelecidos no art. 2° referem-se ao custeio de leitos de Gestação de Alto Risco do Hospital Geral de Itapevi, CNES 2078104, localizado no Município de Itapevi (RS), previstos no Plano de Ação da Rede Cegonha do Estado de São Paulo, conforme Portaria nº 1.594/GM/MS, de 2 de agosto de 2013.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 2º, em parcelas mensais, ao Fundo Estadual de Saúde de São Paulo.

Art. 5º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585- 0035 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade - Rede Cegonha - Plano Orçamentário 0004.

Parágrafo único. O recurso relativo ao estabelecimento consignado ao programa de trabalho de que trata o caput tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de média e alta complexidade para atenção à saúde da população, desde que garantida a manutenção da unidade.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

RICARDO BARROS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800132

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 764, DE 27 DE MARÇO DE 2018

Habilita estabelecimentos de saúde para realizar serviços de Oficina Ortopédica Fixa e estabelece recursos do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC do Estado de Alagoas e Município de Maceió.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições que lhe conferem os incisos I e II do Parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e da Lei nº 8.689, de 27 de julho de 1993;

Considerando a Portaria nº 971/SAS/MS, de 13 de setembro de 2012, que adequá o Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES) e inclui Procedimentos de Manutenção e Adaptação de Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPM) da Tabela de Procedimentos do SUS;

Considerando o Anexo VI da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitada a Associação de Amigos e Pais de Pessoas Especiais - AAPPE e a Associação dos Deficientes Físicos de Alagoas - ADEFAL, descritas nesta Portaria, para realizar serviços de Oficina Ortopédica Fixa, conforme Anexo VI da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017.

UF	Município	Número da Proposta SAIPS	Estabelecimento	CNES	Gestão	Código e Descrição das Habilitações	Código e Descrição dos Incentivos	Custeio anual	Custeio mensal	CNPJ do Fundo de Saúde
AL	Maceió	16946	Assoc. de Amigos e Pais de Pessoas Especiais - AAPPE	9391614	Municipal	-	82.34 - Oficina Ortopédica Fixa	R$ 648.000,00	R$ 54.000,00	07.792137/0001-75
AL	Maceió	16940	Associação dos Deficientes Físicos de Alagoas - ADEFAL	2006928	Municipal	-	82.34 - Oficina Ortopédica Fixa	R$ 648.000,00	R$ 54.000,00	
Total								R$ 1.296.000,00	R$ 108.000,00	

Art. 2º Fica estabelecido recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde no montante anual de R$ 1.296.000,00 (Um milhão, duzentos e noventa e seis mil reais), a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC do Estado do Alagoas e Município de Maceió.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no Art. 2º, ao Fundo Municipal de Saúde de Maceió, em parcelas mensais, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção à Saúde.

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, corrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Parágrafo único. O recurso relativo ao estabelecimento consignado ao programa de trabalho de que trata o caput tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de Média e Alta complexidade para atenção à saúde da população, desde que garantida a manutenção da unidade.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 5ª (quinta) parcela de 2018.

RICARDOS BARROS

PORTARIA Nº 765, DE 27 DE MARÇO DE 2018

Habilita o Distrito Federal (DF) a receber o Incentivo para Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando o art. 11, inciso VI do Título II da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a necessidade de um financiamento federal diferenciado para a implementação da Atenção à Saúde dos Adolescentes em conflito com a Lei, conforme Anexo XVII, da Portaria Consolidação nº 2/GM/MS, de de 28 de setembro de 2017; que consolida as normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Seção V, capítulo II da Portaria consolidada nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando o art. 129 da Seção V, capitulo II da Portaria consolidada nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o preenchimento dos requisitos e o envio de documentação previsto no art. 25 do Anexo XVII, da Portaria consolidada nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Distrito Federal (DF) até o teto físico/financeiro constante no Anexo a esta Portaria, a receber o Incentivo para Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei, conforme indicado no Plano Operativo.

§ 1º A transferência de recursos será baseada no limite financeiro correspondente ao número de adolescentes por unidade de internação, internação provisória e semiliberdade, conforme os critérios previstos no art. 130 da Seção V, capítulo II da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017

§2º Os recursos serão repassados mensalmente conforme art. 130 da Seção V, capítulo II da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017.

Art. 2º Os recursos orçamentários de que trata a presente Portaria são oriundos do Bloco de Custeio das Ações de Serviços Públicos de Saúde, conforme os art. 4º, 9º e 11 da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017.

Art. 3º Os recursos orçamentários de que trata a presente serão plurianuais e correrão à conta do orçamento do Ministério da Saúde, onerando o programa de trabalho 10.301.2015.219A - Piso de Atenção Básica em Saúde PO: 0001.

Art. 4° O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência regular e automática dos recursos para o Fundo de Saúde do Distrito Federal (DF)

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

INCENTIVOS FINANCEJROS PARA A ATENÇÃO À SAÚDE DE ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI, EM REGIME DE INTERNAÇÃO, INTERNAÇÃO PROVISÓRIA E SEMILIBERDADE.

UF	Unidade	Tipo de medida socioeducativa	Região Administrativa	Gestão	Total de Adolescentes	Valor mensal por Unidade	Valor total a ser repassado mensalmente
DF	UNIRE - Unidade de Internação de Recanto das Emas	Internação	Recanto das Emas	Distrital	250	10.695,00	85.560,00
	UNISS - Unidade de Internação de Saída Sistemática	Internação Saída Sistemática	Recanto das Emas		40	7486,50	
	UIPSS - Unidade de Internação Provisória em Saúde	Internação provisória	São Sebastião		250	10.695,00	
	UISS - Unidade de Internação de São Sebastião	Internação	São Sebastião		120	10.695,00	
	UIP - Unidade de Internação de Planaltina	Internação	Planaltina		100	10.695,00	
	UISM - Unidade de Internação de Santa Maria	Internação e internação provisória	Santa Maria		180	10.695,00	
	UIBRA - Unidade de Internação de Brazlândia.	Internação	Brazlândia		60	8556,00	
	Semiliberdade Guará	Semiliberdade	Guará		20	3.208,50	
	Semiliberdade Gama	Semiliberdade	Gama		20	3.208,50	
	Semiliberdade Recanto das Emas	Semiliberdade	Recanto das Emas		20	3.208,50	
	Semiliberdade Santa Maria	Semiliberdade	Santa Maria		20	3.208,50	
	Semiliberdade Taguatinga	Semiliberdade	Taguatinga		40	3.208,50	

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800133

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 766, DE 27 DE MARÇO DE 2018

Habilita a Clínica Professor Heitor Carrilho como Centro Especializado em Reabilitação - CER e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC do Estado do Rio Grande do Norte e Município de Natal.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e da Lei nº 8.689, de 27 de julho de 1993;

Considerando a Portaria nº 971/SAS/MS, de 13 de setembro de 2012, que adequa o Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES) e inclui Procedimentos de Manutenção e Adaptação de Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPM) da Tabela de Procedimentos do SUS;

Considerando o Anexo VI da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que institui a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência, por meio da criação, ampliação e articulação de pontos de atenção à saúde para pessoas com deficiência temporária ou permanente; progressiva, regressiva ou estável; intermitente ou contínua, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitada a Clínica Professor Heitor Carrilho, como Centro Especializado em Reabilitação (CER), para realizar os serviços previstos na Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, ANEXO VI, conforme descrito a seguir.

UF	Município	Número da Proposta SAIPS	Estabelecimento	CNES	Gestão	Código e Descrição das Habilitações	Código e Descrição dos Incentivos	Custeio anual	Custeio mensal
RN	Natal	25913	Clínica Professor Heitor Carrilho	2408988	Municipal	22.08 - Física 22.09 - Intelectual	82.23 CER II	R$ 1.680.000,00	R$ 140.000,00

Art. 2º Fica estabelecido recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde no montante anual de R$ 1.680.000,00 (Um milhão e seiscentos e oitenta mil reais), a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC do Estado do Rio Grande do Norte e Município de Natal.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no Art. 2º, ao Fundo Municipal de Saúde de Natal, em parcelas mensais, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção à Saúde.

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Parágrafo único. O recurso relativo ao estabelecimento consignado ao programa de trabalho de que trata o caput tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de média e alta complexidade para atenção à saúde da população, desde que garantida a manutenção da unidade.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 5ª (quinta) parcela de 2018.

RICARDO BARROS

PORTARIA Nº 767, DE 27 DE MARÇO DE 2018

Habilita o Município de Itabuna (BA) a receber incentivo financeiro de custeio, referente à Motolância para a Base Descentralizada, pertencente a Central de Regulação das Urgências (CRU), e autoriza a transferência de custeio mensal ao Município.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando o art. 2º da Portaria nº 1.535/SAS/MS, de 25 de setembro de 2017, que redefine os Incentivos relacionados a Unidades de Pronto Atendimento da Rede de Atenção às Urgências no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES);

Considerando o Título IV da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Título VIII, Capítulo II da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a proposta aprovada e cadastrada no SAIPS nº 14960, de 19 de outubro de 2017, Coordenação-Geral de Urgência e Emergência/CGUE/DAHU/SAS/MS, resolve:

Art. 1º Fica habilitada a Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h UPA 24h opção, VIII) localizada no município de São Paulo (SP).

Art. 2º Fica estabelecido recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde no montante anual de R$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC do Estado de São Paulo e Município de São Paulo, conforme anexo a esta Portaria.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 2º, ao Fundo Municipal de Saúde de São Paulo (SP), em parcelas mensais, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção à Saúde.

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Parágrafo único. O recurso relativo ao estabelecimento consignado ao programa de trabalho de que trata o caput tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de média e alta complexidade para atenção à saúde da população, desde que garantida a manutenção da unidade.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 4ª (quarta) parcela de 2018.

RICARDO BARROS

ANEXO

UF	Município	IBGE	CNES	Custeio	Nº de Profissionais Médicos 24h	CÓD	NUP SEI	Valor repassado anualmente	Gestão	Proposta
SP	São Paulo	355030	9051422	Opção VIII	9 (nove)	82.43	25000.418148/2017-84	3.000.000,00	Municipal	14960

PORTARIA Nº 768, DE 27 DE MARÇO DE 2018

Qualifica a Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h) e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC do Estado da Bahia e Município de Guanambi.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 2.528/GM/MS, de 22 de novembro de 2016, que habilita a Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h, Porte I nova), no Município de Guanambi (BA) e estabelece recursos a serem destinados ao Estado da Bahia e Município de Guanambi (BA);

Considerando a Portaria nº 1.535/SAS/MS, de 25 de setembro de 2017, que redefine os incentivos relacionados a Unidades de Pronto Atendimento da Rede de Atenção às Urgências no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde;

Considerando o Anexo III, Título IV e Capítulo V da Qualificação da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Anexo LXVIII da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica qualificada a Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h), localizada no Município de Guanambi (BA), conforme anexo a esta Portaria.

Parágrafo único. A qualificação será válida por três anos, podendo ser renovada mediante novo processo de avaliação pela CGUE/DAHU/SAS/MS, conforme § 1º do Inciso V do Art. 83, do Capitulo V, da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde.

Art. 2º Fica estabelecido recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde no montante anual de R$ 840.000,00 (oitocentos e quarenta mil reais), a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC do Estado da Bahia e Município de Guanambi.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no Art. 2º, ao Fundo Municipal de Saúde de Guanambi/BA, em parcelas mensais, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção à Saúde.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800134

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Parágrafo único. O recurso relativo ao estabelecimento consignado ao programa de trabalho de que trata o caput tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de média e alta complexidade para atenção à saúde da população, desde que garantida a manutenção da unidade.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 4ª (quarta) parcela de 2018.

RICARDO BARROS

ANEXO

UF	Município	IBGE	CNES	Proposta	Custeio	Nº de Profissionais Médicos 24h	CÓD	SIPAR	Valor Anual de Qualificação	Gestão

PORTARIA Nº 769, DE 27 DE MARÇO DE 2018

Habilita a Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h, Satélite, nova) e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC do Estado do Rio Grande do Norte e Município de Natal.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições que lhe conferem os incisos I e II do Parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando o art. 2º da Portaria nº 1.535/SAS/MS, de 25 de setembro de 2017, que redefine os Incentivos relacionados a Unidades de Pronto Atendimento da Rede de Atenção às Urgências no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES);

Considerando o Título IV da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Título VIII, Capítulo II da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a proposta cadastrada no SAIPS nº 18.497, e aprovada em 19 de dezembro de 2017, a Coordenação-Geral de Urgência e Emergência/CGUE/DAHU/SAS/MS, resolve:

Art. 1º Fica habilitada a Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h Satélite, nova) localizada no Município de Natal (RN) , conforme anexo a esta Portaria.

Art. 2º Fica estabelecido recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde no montante anual de R$ 2.100.000,00 (dois milhões e cem mil reais), a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC do Estado do Rio Grande do Norte e Município de Natal.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 2º, ao Fundo Municipal de Saúde de Natal (RN), em parcelas mensais, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção à Saúde.

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585.0024 (RN) - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Parágrafo único. O recurso relativo ao estabelecimento consignado ao programa de trabalho de que trata o caput tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de média e alta complexidade para atenção à saúde da população, desde que garantida a manutenção da unidade.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 5ª (quinta) parcela de 2018.

RICARDO BARROS

ANEXO

UF	Município	IBGE	CNES	Custeio	Nº de Profissionais Médicos 24h	CÓD	NUP SEI	Valor repassado anualmente	Gestão	Proposta
RN	Natal	240810	9361936	Opção V	6 (seis)	82.42	25000.018062/2018-36	R$ 2.100.000,00	Municipal	18497

PORTARIA Nº 770, DE 27 DE MARÇO DE 2018

Habilita o Município de Toledo (PR) a receber o Incentivo para Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá providências;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando o Art. 11, inciso VI do Título II da Portaria de Consolidação nº 06/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que apresenta o Componente PAB Variável destinado ao financiamento de estratégias, realizadas no âmbito da atenção básica em saúde - Incentivo para a Atenção Integral à Saúde do Adolescente em Conflito com a Lei, em regime de internação e internação provisória;

Considerando a necessidade de um financiamento federal diferenciado para a implementação da Atenção à Saúde dos Adolescentes em conflito com a Lei, conforme Anexo XVII, da Portaria de Consolidação nº 02/GM/MS, de 03 de Outubro de 2017 e Seção V, capítulo II da Portaria de Consolidação nº 06/GM/MS, de 03 de Outubro de 2017;

Considerando o Art. 129 da Seção V, capítulo II da Portaria de Consolidação nº 06/GM/MS, de 03 de Outubro de 2017, que institui o incentivo financeiro de custeio para o desenvolvimento de ações de atenção integral à Saúde de adolescentes em privação de liberdade, a ser repassado pelo Ministério da Saúde, com o objetivo de complementar o financiamento das ações de atenção integral à saúde dessa população; e

Considerando o preenchimento dos requisitos e o envio de documentação previsto no Art. 25 do Anexo XVII, da Portaria de Consolidação nº 02/GM/MS, de 03 de Outubro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Município de Toledo (PR) até o teto físico/financeiro constante no Anexo a esta Portaria, a receber o Incentivo para Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei, conforme indicado no Plano Operativo Municipal.

§ 1º A transferência de recursos será baseada no limite financeiro correspondente ao número de adolescentes por unidade de internação, internação provisória e semiliberdade, conforme os critérios previstos no Art. 130 da Seção V, capítulo II da Portaria de Consolidação nº 06/GM/MS, de 03 de Outubro de 2017.

§2º Os recursos serão repassados mensalmente conforme Art. 130 da Seção V, capítulo II da Portaria de Consolidação nº 06/GM/MS, de 03 de Outubro de 2017.

Art. 2º Os recursos orçamentários de que trata a presente Portaria são oriundos do Bloco de Custeio das Ações de Serviços Públicos de Saúde, conforme os art. 4º, 9º e 11 da Portaria de Consolidação nº 06/GM/MS, de 03 de Outubro de 2017.

Art. 3º Os recursos orçamentários de que trata a presente serão plurianuais e correrão à conta do orçamento do Ministério da Saúde, onerando o programa de trabalho 10.301.2015.219A - Piso de Atenção Básica em Saúde PO: 0001.

Art. 4° O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência regular e automática dos recursos para o Fundo Municipal de Saúde de Toledo (PR).

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

INCENTIVOS FINANCEIROS PARA A ATENÇÃO À SAÚDE DE ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI, EM REGIME DE INTERNAÇÃO, INTERNAÇÃO PROVISÓRIA E SEMILIBERDADE.

UF	Município	Unidade	Gestão	Total de Adolescentes	Valor mensal por Unidade	Valor total a ser repassado mensalmente
PR	Toledo	CENSE Toledo	Municipal	60 adolescentes	R$ 8.556,00	R$ 8.556,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800135

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 771, DE 27 DE MARÇO DE 2018

Habilita a Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h Paulista, nova), e estabelece recursos do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC do Estado de São Paulo e Município de Guarulhos.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando o art. 2º da Portaria nº 1.535/SAS/MS, de 25 de setembro de 2017, que redefine os Incentivos relacionados a Unidades de Pronto Atendimento da Rede de Atenção às Urgências no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES);

Considerando o Título IV da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que Consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Título VIII, Capítulo II da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que Consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a proposta cadastrada no SAIPS nº 16032, e aprovada em 22 de janeiro de 2018, a Coordenação-Geral de Urgência e Emergência/CGUE/DAHU/SAS/MS, resolve:

Art. 1º Fica habilitada a Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h Paulista, nova) localizada no Município de Guarulhos (SP), conforme anexo.

Art. 2º Fica estabelecido recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde no montante anual de R$ 2.100.000,00 (dois milhões e cem mil reais), a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC do Estado de São Paulo e Município de Guarulhos.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no Art. 2º, ao Fundo Municipal de Guarulhos (SP), em parcelas mensais, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção à Saúde.

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585.0035 (SP) - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Parágrafo único. O recurso relativo ao estabelecimento consignado ao programa de trabalho de que trata o caput tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de média e alta complexidade para atenção à saúde da população, desde que garantida a manutenção da unidade.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 5ª (parcela) parcela de 2018.

RICARDO BARROS

ANEXO

UF	Município	IBGE	CNES	Custeio	Nº de Profissionais Médicos 24h	CÓD	NUP SEI	Valor repassado anualmente	Gestão	Proposta
SP	Guarulhos	351880	9242295	Opção V	6 (seis)	82.42	25000.012123/2018-51	R$ 2.100.000,00	Municipal	16032

PORTARIA Nº 772, DE 27 DE MARÇO DE 2018

Qualifica a Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h nova, Dr. Mauro Abrantes Sobrinho) e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC do Estado Paraíba e Município de Sousa.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 2.649/GM/MS, de 09 de outubro de 2017, que habilita a Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h, nova) e estabelece recursos a serem destinados ao Estado da Paraíba e Município de Sousa (PB);

Considerando o art. 2º da Portaria nº 1.535/MS/SAS, de 25 de setembro de 2017, que redefine os incentivos relacionados a Unidades de Pronto Atendimento da Rede de Atenção às Urgências no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES);

Considerando o Anexo III, Título IV e Capítulo V da Qualificação da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Anexo LXVIII da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica qualificada a Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h nova, Dr. Mauro Abrantes Sobrinho), localizada no Município de Sousa (PB), conforme anexo.

Parágrafo único. A qualificação será válida por três anos, podendo ser renovada mediante novo processo de avaliação pela CGUE/DAHU/SAS/MS, conforme § 1º do Inciso V do Art. 83 do Capítulo V da Portaria de Consolidação Nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017.

Art. 2º Ficam estabelecidos recursos do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde no montante anual de R$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) a serem incorporados ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC ao Estado da Paraíba e Município de Sousa.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 2º ao Fundo Municipal de Saúde de Sousa/PB, em parcelas mensais, mediante processos autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção a Saúde.

Art. 4º Os recursos financeiros, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585. - Atenção à Saúde da População para procedimentos de Média e Alta Complexidade - Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000 (UPA 24h).

Parágrafo único. O recurso relativo ao estabelecimento consignado ao programa de trabalho de que trata o caput e tem finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de média e alta complexidade para atenção á saúde da população, desde que garantida a manutenção da unidades.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 5ª (quinta) parcela de 2018.

RICARDO BARROS

ANEXO

UF	Município	IBGE	CNES	Proposta	Custeio	Nº de Profissionais Médicos 24h	CÓD	NUP - SEI	Valor Anual de Qualificação	Gestão
PB	Sousa	251620	9104658	18743	Opção V	6 (seis)	82.02	25000.032077/2018-15	R$ 1.500.000,00	Municipal

PORTARIA Nº 773, DE 27 DE MARÇO DE 2018

Qualifica a Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h Vila Santa Catarina, nova) e estabelece recursos a serem destinados ao Estado e Município de São Paulo (SP).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições que lhe conferem os incisos I e II do Parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 1.639/GM/MS, de 1º de outubro de 2015, que estabelece recursos de incentivo para custeio e qualificação de Unidades de Pronto Atendimento (UPA 24h), componente do Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar;

Considerando o Anexo III, Título IV e Capítulo V - da Qualificação - da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Anexo LXVIII da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica qualificada a Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h Vila Santa Catarina, nova), localizada no Município de São Paulo - SP e , conforme Anexo.

Parágrafo único. A qualificação será válida por três anos, podendo ser renovada mediante novo processo de avaliação pela CGUE/DAHU/SAS/MS, conforme o § 1º do art. 83 da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017.

Art. 2º Fica estabelecido recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde no montante anual de R$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC do Estado e Município de São Paulo.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 2º, ao Fundo Municipal de Saúde de São Paulo-SP, em parcelas mensais, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção à Saúde.

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Parágrafo único. O recurso relativo ao estabelecimento consignado ao programa de trabalho de que trata o caput tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de Média e Alta Complexidade para atenção à saúde da população, desde que garantida a manutenção da unidade.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 5ª (quinta) parcela de 2018.

RICARDO BARROS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800136

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO

UF	Município	IBGE	CNES	Proposta	Custeio	Nº de Profissionais Médicos 24h	CÓD	SIPAR	Valor Anual de Qualificação	Gestão
SP	São Paulo	355030	7638698	15418	Opção VIII	9 (médicos)	82.03	25000.418142/2017-15	R$ 3.000.000,00	Municipal

PORTARIA Nº 774, DE 27 DE MARÇO DE 2018

Qualifica a Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h Dr. Charles Antunes Bechara, nova) e estabelece recursos a serem destinados ao Estado de São Paulo e Município de Praia Grande (SP).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição; e

Considerando a Portaria nº 679/GM/MS, de 24 de abril de 2013, que estabelece recurso a ser incorporado ao Limite Financeiro de Média e Alta Complexidade do Estado de São Paulo, Município de Praia Grande (SP), para custeio de Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h), componente do Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar;

Considerando o art. 2º da Portaria nº 1.535/SAS/MS, de 25 de setembro de 2017, que redefine os incentivos relacionados a Unidades de Pronto Atendimento da Rede de Atenção às Urgências no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES);

Considerando o Anexo III, Título IV e Capítulo V da Qualificação da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Anexo LXVIII da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde, e

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica qualificada a Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h opção VIII Dr. Charles Antunes Bechara, nova), localizada no Município de Praia Grande (SP), conforme Anexo.

Parágrafo único. A qualificação será válida por três anos, podendo ser renovada mediante novo processo de avaliação pela CGUE/DAHU/SAS/MS, conforme o § 1º do art. 83 da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017.

Art. 2º Fica estabelecido recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde no montante anual de R$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC do Estado de São Paulo e Município de Praia Grande.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 2º, ao Fundo Municipal de Saúde de Praia Grande/SP, em parcelas mensais, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção à Saúde.

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Parágrafo único. O recurso relativo ao estabelecimento consignado ao programa de trabalho de que trata o caput tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de média e alta complexidade para atenção à saúde da população, desde que garantida a manutenção da unidade.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 5ª (quinta) parcela de 2018.

RICARDO BARROS

ANEXO

UF	Município	IBGE	CNES	Proposta	Custeio	Nº de Profissionais Médicos 24h	CÓD	NUP - SEI	Valor Anual de Qualificação	Gestão
SP	Praia Grande	354100	7070713	15597	Opção VIII	9 (nove)	82.03	25000.013286/2018-51	R$ 3.000.000,00	Municipal

PORTARIA Nº 775, DE 27 DE MARÇO DE 2018

Habilita a Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h Jurema, nova) e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC do Estado do Ceará e Município de Caucaia.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando o Art. 2º da Portaria nº 1.535/SAS/MS, de 25 de setembro de 2017, que redefine os Incentivos relacionados a Unidades de Pronto Atendimento da Rede de Atenção às Urgências no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES);

Considerando o Título IV da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Título VIII, Capítulo II da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a proposta cadastrada no SAIPS nº 18088, e aprovada em 12 de dezembro de 2017, a Coordenação-Geral de Urgência e Emergência/CGUE/DAHU/SAS/MS, resolve:

Art. 1º Fica habilitada a Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h Jurema, nova) localizada no município de Caucaia (CE).

Art. 2º Fica estabelecido recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde no montante anual de R$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC do Estado do Ceará e Município de Caucaia, conforme anexo a esta Portaria.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no Art. 2º, ao Fundo Municipal de Saúde de Caucaia (CE), em parcelas mensais, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção à Saúde.

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Parágrafo único. O recurso relativo ao estabelecimento consignado ao programa de trabalho de que trata o caput tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de média e alta complexidade para atenção à saúde da população, desde que garantida a manutenção da unidade.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 5ª (quinta) parcela de 2018.

RICARDO BARROS

ANEXO

UF	Município	IBGE	CNES	Custeio	Nº de Profissionais Médicos 24h	CÓD	NUP SEI	Valor repassado anualmente	Gestão	Proposta
CE	Caucaia	230370	93463092	Opção VIII	9 (nove)	82.43	25000.017593//2018-10	3.000.000,00	Municipal	18088

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800137

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 776, DE 27 DE MARÇO DE 2018

Qualifica a Unidade de Pronto Atendimento (UPA nova 24h,opção V- Dr. Nailson Tenório Ferreira) e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC do Estado de Alagoas e Município de São Miguel dos Campos.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 1.267/GM/MS, de 25 de maio de 2017, que habilita a Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h), e estabelece recursos a serem destinados ao Estado de Alagoas e Município de São Miguel dos Campos (AL);

Considerando o art. 2º da Portaria nº 1.535/SAS/MS, de 25 de setembro de 2017, que redefine os incentivos relacionados a Unidades de Pronto Atendimento da Rede de Atenção às Urgências no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES);

Considerando o Anexo III, Título IV e Capítulo V da Qualificação da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Anexo LXVIII da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica qualificada a Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h Nova Dr. Nailson Tenório Ferreira), localizada no Município de São Miguel dos Campos (AL), conforme anexo.

Parágrafo único. A qualificação será válida por três anos, podendo ser renovada mediante novo processo de avaliação pela CGUE/DAHU/SAS/MS, conforme §1º do Inciso V do art. 83 do Capítulo V da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017.

Art. 2º Fica estabelecido recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde no montante anual de R$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC do Estado de Alagoas e Município de São Miguel dos Campos.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 2º, ao Fundo Municipal de Saúde de São Miguel dos Campos (AL), em parcelas mensais, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção à Saúde.

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Parágrafo único. O recurso relativo ao estabelecimento consignado ao programa de trabalho de que trata o caput tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de média e alta complexidade para atenção à saúde da população, desde que garantida a manutenção da unidade.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 5ª (quinta) parcela de 2018.

RICARDO BARROS

ANEXO

UF	Município	IBGE	CNES	Custeio	Nº de Profissionais Médicos 24h	CÓD	NUP SEI	Valor repassado anualmente	Gestão	Proposta
AL	São Miguel dos Campos	270860	7996314	Opção V	6 (seis)	82.02	25000.030315/2018-40	1.500.000,00	Municipal	17125

PORTARIA Nº 777, DE 27 DE MARÇO DE 2018

Qualifica a Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h Dr. Akira Tada, nova) e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC do Estado de São Paulo e Município de Taboão da Serra.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 615/GM/MS, de 26 de maio de 2015, que estabelece recursos de incentivo para custeio de Unidades de Pronto Atendimento (UPA 24h), componente do Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar;

Considerando o art. 2º da Portaria nº 1.535/SAS/MS, de 25 de setembro de 2017, que redefine os incentivos relacionados a Unidades de Pronto Atendimento da Rede de Atenção às Urgências no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES);

Considerando o Anexo III, Título IV e Capítulo V da Qualificação da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Anexo LXVIII da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica qualificada a Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h Dr. Akira Tada, nova), localizada no Município de Taboão da Serra (SP).

Parágrafo único. A qualificação será válida por três anos, podendo ser renovada mediante novo processo de avaliação pela CGUE/DAHU/SAS/MS, conforme §1º do Inciso V do Art. 83 do Capítulo V da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017.

Art. 2º Ficam estabelecidos recursos do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde no montante anual de R$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC do Estado de São Paulo e Município de Taboão da Serra (SP).

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 2º, ao Fundo Municipal de Saúde de Taboão da Serra/SP, em parcelas mensais, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção à Saúde.

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585.0035 (SP) - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Parágrafo único. O recurso relativo ao estabelecimento consignado ao programa de trabalho de que trata o caput tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de média e alta complexidade para atenção à saúde da população, desde que garantida a manutenção da unidade.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 5ª (quinta) parcela de 2018.

RICARDO BARROS

ANEXO

UF	Município	IBGE	CNES	Proposta	Custeio	Nº de Profissionais Médicos 24h	CÓD	NUP - SEI	Valor Anual de Qualificação	Gestão
SP	Taboão da Serra	355280	7429991	17002	Opção VIII	9 (nove)	82.03	25000.027175/2018-22	R$ 3.000.000,00	Municipal

PORTARIA Nº 778, DE 27 DE MARÇO DE 2018

Habilita a Unidade de Pronto Atendimento (UPA nova 24h) e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC do Estado do Rio Janeiro e Município de São Gonçalo.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando o art. 2º da Portaria nº 1.535/SAS/MS, de 25 de setembro de 2017, que redefine os Incentivos relacionados a Unidades de Pronto Atendimento da Rede de Atenção às Urgências no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES);

Considerando o Título IV da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Título VIII, Capítulo II da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a proposta aprovada e cadastrada no SAIPS nº 16276, de 09 de janeiro de 2017, Coordenação-Geral de Urgência e Emergência/CGUE/DAHU/SAS/MS, resolve:

Art. 1º Fica habilitada a Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h Opção V) localizada no município de São Gonçalo (RJ), conforme anexo.

Art. 2º Fica estabelecido recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde no montante anual de R$ 2.100.000,00 (dois milhões e cem mil reais), a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC do Estado do Rio de Janeiro e Município de São Gonçalo.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800138

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 2º, ao Fundo Municipal de Saúde de São Gonçalo (RJ), em parcelas mensais, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção à Saúde.
Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.
Parágrafo único . O recurso relativo ao estabelecimento consignado ao programa de trabalho de que trata o caput tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de média e alta complexidade para atenção à saúde da população, desde que garantida a manutenção da unidade.
Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 5ª (quinta) parcela de 2018.

RICARDO BARROS

ANEXO

UF	Município	IBGE	CNES	Custeio	Nº de Profissionais Médicos 24h	CÓD	NUP SEI	Valor repassado anualmente	Gestão	Proposta
RJ	São Gonçalo	3304900	7992122	Opção V	6 (seis)	82.42	25000.004612/2018-30	2.100.000,00	Municipal	16276

PORTARIA Nº 779, DE 27 DE MARÇO DE 2018

Habilita a Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h, Coelho Neto, nova) e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC do Estado do Maranhão e Município de Coelho Neto.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e
Considerando o Art. 2º da Portaria nº 1.535/SAS/MS, de 25 de setembro de 2017, que redefine os incentivos relacionados a Unidades de Pronto Atendimento da Rede de Atenção às Urgências no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES);
Considerando o Título IV da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;
Considerando o Título VIII, Capítulo II da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;
Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde; e
Considerando a proposta cadastrada no SAIPS nº 16828 e aprovada em 02 de fevereiro de 2018, a Coordenação-Geral de Urgência e Emergência/CGUE/DAHU/SAS/MS, resolve:
Art. 1º Fica habilitada a Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h Coelho Neto, nova) localizada no Coelho Neto (MA), conforme anexo.
Art. 2º Fica estabelecido recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde no montante anual de R$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC do Estado do Maranhão e Município de Coelho Neto.
Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no Art. 2º, ao Fundo Municipal de Saúde de Coelho Neto (MA), em parcelas mensais, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção à Saúde.
Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.
Parágrafo único. O recurso relativo ao estabelecimento consignado ao programa de trabalho de que trata o caput tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de média e alta complexidade para atenção à saúde da população, desde que garantida a manutenção da unidade.
Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 5ª (quinta) parcela de 2018.

RICARDO BARROS

ANEXO

UF	Município	IBGE	CNES	Custeio	Nº de Profissionais Médicos 24h	CÓD	NUP SEI	Valor do repasse anual	Gestão	Proposta
MA	Coelho Neto	210340	9005064	Opção I	02 (médicos)	82.66	25000.036761/2018-68	R$ 600.000,00	Municipal	16828

PORTARIA Nº 780, DE 27 DE MARÇO DE 2018

Altera a Classificação e o valor do custeio da Habilitação da Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h, Porte I, nova), para (UPA 24h, nova, Opção V) e estabelece recursos do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC do Estado de Goiás e Município de Mineiros.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e
Considerando a Portaria nº 3.150/GM/MS, de 28 de dezembro de 2016, que habilita a Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24 h, Porte I, nova) no Município Mineiros (GO) e estabelece recursos a serem destinados ao Estado de Goias e Municípios de Mineiros;
Considerando o Art. 2º da Portaria nº 1.535/SAS/MS, de 25 de setembro de 2017, que redefine os incentivos relacionados a Unidades de Pronto Atendimento da Rede de Atenção às Urgências no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES);
Considerando o Título IV da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;
Considerando o Título VIII, Capítulo II da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema único de Saúde; e
Considerando a Nota Técnica nº 703-SEI/2017, da Coordenação-Geral de Urgência e Emergência/ CGUE/DAHU/SAS/MS, resolve:
Art. 1º Fica alterada a classificação e o valor do custeio da Habilitação da Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h, Porte I, nova), para (UPA 24h, nova, Opção V), localizada no Município de Mineiros (GO), nos termos da Portarias de Consolidação nº 3/GM/MS e 6/GM/MS, conforme o montante discriminado no anexo a esta Portaria.
Art. 2º Fica estabelecido recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde no montante anual de R$ 900.000,00 (novecentos mil reais), a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC do Estado do Goiás e Município de Mineiros.
Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no Art. 2º, ao Fundo Municipal de Saúde de Mineiros/GO, em parcelas mensais, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção à Saúde.
Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.
Parágrafo único. O recurso relativo ao estabelecimento consignado ao programa de trabalho de que trata o caput tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de média e alta complexidade para atenção à saúde da população, desde que garantida a manutenção da unidade.
Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 5ª (quinta) parcela de 2018.

RICARDO BARROS

ANEXO

UF	Município	IBGE	CNES	Portaria de Habilitação	Classificação anterior da Habilitação	Nova Classificação da Habilitação	CÓD	Valor do acréscimo anual no Teto MAC	SIPAR	Gestão	Proposta
GO	Mineiros	521310	7813767	Nº 3.150/GM/MS, de 28/12/2016	UPA 24h Porte I	UPA 24h Opção V (6 médicos)	82.42	R$ 900.000,00	25000.480133/2017-35	Municipal	17644

TOTAL IMPACTO ANUAL R$ 900.000,00

PORTARIA Nº 781, DE 27 DE MARÇO DE 2018

Habilita o município de Paranavaí (PR) a receber o Incentivo para Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá providências;

Considerando o Decreto nº1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando o art. 11, inciso VI do Título II da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que apresenta o Componente PAB Variável destinado ao financiamento de estratégias, realizadas no âmbito da atenção básica em saúde - Incentivo para a Atenção Integral à Saúde do Adolescente em Conflito com a Lei, em regime de internação e internação provisória;

Considerando a necessidade de um financiamento federal diferenciado para a implementação da Atenção à Saúde dos Adolescentes em conflito com a Lei, conforme Anexo XVII, da Portaria de Consolidadação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde e Seção V, capitulo II da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando o art. 129 da Seção V, capitulo II da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que institui o incentivo financeiro de custeio para o desenvolvimento de ações de atenção integral à Saúde de adolescentes em privação de liberdade, a ser repassado pelo Ministério da Saúde, com o objetivo de complementar o financiamento das ações de atenção integral à saúde dessa população; e

Considerando o preenchimento dos requisitos e o envio de documentação previsto no art. 25 do Anexo XVII, da Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que consolida as normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde; resolve:

Art. 1º Fica habilitado o município de Paranavaí (PR) até o teto físico/financeiro constante no Anexo a esta Portaria, a receber o Incentivo para Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei, conforme indicado no Plano Operativo Municipal.

§ 1º A transferência de recursos será baseada no limite financeiro correspondente ao número de adolescentes por unidade de internação, internação provisória e semiliberdade, conforme os critérios previstos no art. 130 da Seção V, capitulo II da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017.

§2º Os recursos serão repassados mensalmente conforme art. 130 da Seção V, capitulo II da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017.

Art. 2º Os recursos orçamentários de que trata a presente Portaria são oriundos do Bloco de Custeio das Ações de Serviços Públicos de Saúde, conforme os art. 4º, 9º e 11 da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017.

Art. 3º Os recursos orçamentários de que trata a presente serão plurianuais e correrão à conta do orçamento do Ministério da Saúde, onerando o programa de trabalho 10.301.2015.219A - Piso de Atenção Básica em Saúde PO: 0001.

Art. 4° O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência regular e automática dos recursos para o Fundo Municipal de Saúde de Paranavaí (PR)

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

INCENTIVOS FINANCEIROS PARA A ATENÇÃO À SAÚDE DE ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI, EM REGIME DE INTERNAÇÃO, INTERNAÇÃO PROVISÓRIA E SEMILIBERDADE.

UF	Município	Unidade	Gestão	Total de Adolescentes	Valor mensal por Unidade	Valor total a ser repassado mensalmente
PR	Paranavaí	CENSE Paranavaí	Municipal	28	R$ 7.486,50	R$ 10.695,00
		Casa de Semiliberdade		12	R$ 3.208,50	

PORTARIA Nº 782, DE 27 DE MARÇO DE 2018

Habilita o Hospital Santa Isabel - Associação Congregação de Santa Catarina como Centro de Atendimento de Urgência Tipo III aos Pacientes com AVC e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC do Estado de Santa Catarina e Município de Blumenau.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 664/GM/MS, de 12 de abril de 2012, que Aprova o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas - Trombólise no Acidente Vascular Cerebral Isquêmico Agudo;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, de consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a manifestação da Secretaria Estadual de Saúde de Santa Catarina, bem como a aprovação no âmbito da Comissão Intergestores Bipartite, por meio da Deliberação 131/CIB/2017 - de 22 de junho de 2017; e

Considerando a avaliação técnica da Coordenação-Geral de Atenção Especializada- DAET/SAS/MS, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o estabelecimento de saúde abaixo relacionado como Centro de Atendimento de Urgência Tipo III aos Pacientes com AVC - código 16.17:

Estabelecimento/ Município/UF	CNES	CNPJ
HOSPITAL SANTA ISABEL - ASSOCIACAO CONGREGACAO DESANTA CATARINA	2558246	60.922.168/0052-26
Número de Leitos	10 leitos (integrais)	
Código da habilitação	16.17 - Centro de Atendimento de Urgência Tipo III aos Pacientes com AVC	

Art. 2º Fica determinada que a referida unidade poderá ser submetida à avaliação por técnicos da Secretaria de Atenção à Saúde/MS, e, no caso de descumprimento dos requisitos estabelecidos na Portaria de Consolidação nº 03/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde, terão suspensos os efeitos de seu cadastramento.

Art. 3º Fica estabelecido recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde no montante anual de R$ 1.099,786,10 (um milhão, noventa e nove mil, setecentos e oitenta e seis reais e dez centavos), a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC do Estado de Santa Catarina e Município de Blumenau

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no Art. 3º, ao Fundo Municipal de Saúde de Blumenau/SC, em parcelas mensais, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção à Saúde.

Art. 5º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Parágrafo único. O recurso relativo ao estabelecimento consignado ao programa de trabalho de que trata o caput tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de média e alta complexidade para atenção à saúde da população, desde que garantida a manutenção da unidade.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 5ª (quinta) parcela de 2018.

RICARDO BARROS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800140

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 783, DE 27 DE MARÇO DE 2018

Altera a opção de habilitação, qualifica Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h, nova) e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC do Estado de São Paulo e Município de Franco da Rocha.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 2.267/GM/MS, de 06 de setembro de 2017, que habilita a Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h Dr. Franco da Rocha, nova), e estabelece recursos a serem destinados ao Estado de São Paulo e Município de Franco da Rocha (SP);

Considerando o Art. 2º da Portaria nº 1.535/SAS/MS, de 25 de setembro de 2017, que redefine os incentivos relacionados a Unidades de Pronto Atendimento da Rede de Atenção às Urgências no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES);

Considerando o Título VIII, Capítulo II da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema único de Saúde;

Considerando o Art. 889, Anexo LXVIII, e Art. 894 da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Nota Técnica nº 41-SEI/2018, da Coordenação-Geral de Urgência e Emergência/ CGUE/DAHU/SAS/MS, resolve:

Art. 1º Fica alterada a opção de habilitação em custeio e qualifica a Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h, nova), localizada no município de Franco da Rocha (SP), conforme anexo.

Parágrafo único. A qualificação será válida por três anos, podendo ser renovada mediante novo processo de avaliação pela CGUE/DAHU/SAS/MS, conforme § 1º do Inciso V do Art. 83 do Anexo III da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017.

Art. 2º Fica estabelecido recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde no Montante anual de R$ 3.900.000,00 (três milhões e novecentos mil reais), a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC do Estado de São Paulo e Município de Franco da Rocha.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no Art.2º, ao Fundo Municipal de Saúde de Franco da Rocha/SP, em parcelas mensais, mediante processo autorizativo encaminhado pela secretaria de Atenção á Saúde .

Art. 4º Os recursos financeiros, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População para procedimentos de Média e Alta Complexidade - Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Parágrafo único. O recurso relativo ao estabelecimento consignado ao programa de trabalho de que trata o caput tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de média e alta complexidade para atenção à saúde da população, desde que garantida a manutenção da unidade.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 5ª (quinta) parcela de 2018.

RICARDO BARROS

ANEXO I

HABILITAÇÃO

UF	Município	IBGE	CNES	Portaria de Habilitação	Classificação anterior da Habilitação	Nova Classificação da Habilitação	Valor do acréscimo anual no Teto MAC	SIPAR	Gestão	CÓD	Proposta SAIPS
SP	Franco da Rocha	351640	9093931	Nº 2.267 de 06/09/2017	UPA 24h Opção V	UPA 24h Opção VIII	R$ 900.000,00	25000.411263/ 2017-28	Municipal	82.43	16541
	TOTAL IMPACTO ANUAL						R$ 900.000,00				

ANEXO II

QUALIFICAÇÃO

UF	Município	IBGE	CNES	Classificação da Qualificação	Nº de Profissionais Médicos 24h	Valor do acréscimo anual no Teto MAC	SIPAR	Gestão	CÓD	Proposta SAIPS
SP	Franco da Rocha	351640	9093931	UPA 24h Opção VIII	09 (nove)	R$ 3.000.000,00	25000.028868/ 2018-32	Municipal	82.03	17846
	TOTAL IMPACTO ANUAL					R$ R$ 3.000.000,00				

PORTARIA Nº 784, DE 27 DE MARÇO DE 2018

Habilita leitos da Unidade de Tratamento Intensivo Pediátrica Tipo II do Hospital Regional do Oeste - Associação Hospitalar Lenoir Vargas Ferreira - Chapecó/SC e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar-MAC do Estado de Santa Catarina e Município de Chapecó.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando o Título X - Do cuidado progressivo ao Paciente Crítico ou Grave da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde.

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a avaliação técnica da Coordenação-Geral de Atenção Hospitalar - DAHU/SAS/MS, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o número de leitos da Unidade de Tratamento Intensivo Pediátrica, Tipo II, do hospital a seguir relacionado:

Proposta SAIPS: 18.717	Hospital	Nº leitos
CNES: 2537788	Hospital Regional do Oeste - Associação Hospitalar Lenoir Vargas Ferreira - Chapecó/SC	
Leito: 26.03 Pediátrica		05

Art. 2º A referida unidade poderá ser submetida à avaliação por técnicos da Secretaria de Atenção à Saúde/MS, e, no caso de descumprimento dos requisitos estabelecidos noTítulo X da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, terão suspensos os efeitos de seu cadastramento.

Art. 3º Ficam estabelecido recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde no montante anual de R$ 698.931,20 (seiscentos e noventa e oito mil, novecentos e trinta e um reais e vinte centavos), a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar-MAC do Estado de Santa Catarina e Município de Chapecó.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 3º, ao Fundo Municipal de Saúde de Chapecó-SC, em parcelas mensais, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção à Saúde.

Art. 5º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Parágrafo único. O recurso relativo ao estabelecimento consignado ao programa de trabalho de que trata o caput tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de média e alta complexidade para atenção à saúde da população, desde que garantida a manutenção da unidade

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 5ª (quinta) parcela de 2018.

RICARDO BARROS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800141

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 785, DE 27 DE MARÇO DE 2018

Habilita a Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h Abaeté, nova), e estabelece recursos do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC do Estado de Minas Gerais e Município de Abaeté.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando o art. 2º da Portaria nº 1.535/SAS/MS, de 25 de setembro de 2017, que Redefine os Incentivos relacionados a Unidades de Pronto Atendimento da Rede de Atenção às Urgências no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES);

Considerando o Título IV da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Título VIII, Capítulo II da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a proposta cadastrada no SAIPS nº 19137, e aprovada em 19 de fevereiro de 2018, a Coordenação-Geral de Urgência e Emergência/CGUE/DAHU/SAS/MS, resolve:

Art. 1º Fica habilitada a Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h, nova) localizada no Município de Abaeté (MG), conforme anexo.

Art. 2º Fica estabelecido recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde no montante anual de R$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais), a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC do Estado de Minas Gerais e Município de Abaeté.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no Art. 2º, ao Fundo Municipal de Abaeté (MG), em parcelas mensais, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção à Saúde.

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 (MG) - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Parágrafo único. O recurso relativo ao estabelecimento consignado ao programa de trabalho de que trata o caput tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de média e alta complexidade para atenção à saúde da população, desde que garantida a manutenção da unidade.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 5ª (parcela) parcela de 2018.

RICARDO BARROS

ANEXO

UF	Município	IBGE	CNES	Custeio	Nº de Profissionais Médicos 24h	CÓD	NUP SEI	Valor repassado anualmente	Gestão	Proposta
MG	Abaeté	310020	93895395	Opção III	4 (quatro)	82.41	25000.042433/2018-09	R$ 1.200.000,00	Municipal	19137

PORTARIA Nº 786, DE 27 DE MARÇO 2018

Estabelece recursos do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde a serem incorporados ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar do Estado de Santa Catarina e do Município de Blumenau.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 3.408/GM/MS, de 29 de dezembro de 2016, que aprova aditivo ao Componente Hospitalar do Plano de Ação Regional da Rede de Atenção às Urgências e Emergências do Estado e Municípios de Santa Catarina e, para sua implementação, estabelece recursos do Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar a serem incorporados ao Componente Limite Financeiro da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar;

Considerando a Portaria 3.344/GM/MS, de 07 de dezembro de 2017, que altera o número de leitos da Unidade de Tratamento Intensivo - UTI Tipo II do Hospital Santo Antônio e estabelece recurso do Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar a ser incorporado ao Componente Limite Financeiro da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar do Estado de Santa Catarina e Município de Blumenau;

Considerando o Anexo III da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que institui a Rede de Atenção às Urgências no Sistema Único de Saúde;

Considerando o Capítulo II - do Financiamento da Rede de Atenção às Urgências e Emergências da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017; e

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde; resolve:

Art. 1º Ficam estabelecidos recursos no montante anual de R$ 615.068,80 (seiscentos e quinze mil e sessenta e oito reais e oitenta centavos) do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde a serem incorporados ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar do Estado de Santa Catarina e do Município de Blumenau.

Art. 2º Os recursos financeiros estabelecidos no art. 1° desta Portaria referem-se à qualificação de 05 (cinco) leitos novos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI), Adulto Tipo II, do Hospital Santo Antônio, CNES 2558254, localizado no Município de Blumenau/SC, previstos no termo aditivo ao Componente Hospitalar do Plano de Ação Regional da Rede de Atenção às Urgências e Emergências do Estado e Municípios de Santa Catarina, aprovado pela Portaria nº 3.408/GM/MS, de 29 de dezembro de 2016.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 2º, ao Fundo Municipal de Saúde de Blumenau/SC, em parcelas mensais, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção à Saúde.

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Parágrafo único. O recurso relativo ao estabelecimento consignado ao programa de trabalho de que trata o caput tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de média e alta complexidade para atenção à saúde da população, desde que garantida a manutenção da unidade.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 5ª (quinta) parcela de 2018.

RICARDO BARROS

ANEXO I

UF	IBGE	Município	Estabelecimento	CNES	Gestão	N° de leitos
SC	4202404	Blumenau	Hospital Santo Antônio	2558254	Municipal	05

PORTARIA Nº 787, DE 27 DE MARÇO DE 2018

Adequa Equipes de Saúde da Família Ribeirinhas (ESFR) às regras instituídas pela Seção III do Capítulo II - das Equipes de Saúde da Família - do Anexo XXII da Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando o Anexo XXII da Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para organização da atenção básica;

Considerando a Portaria nº 941/SAS/MS, de 22 de dezembro de 2011, que estabelece normas para o cadastramento, no SCNES, de estabelecimentos as equipes que farão parte da População Ribeirinha e Fluvial;

Considerando a Seção III Das Equipes de Saúde da Família Ribeirinha e Fluvial dos Municípios da Amazônia Legal e do Pantanal Sul-Mato-Grossense, do Capítulo II das Equipes, do Anexo XXII da Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolidação das normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Seção IX do Capítulo I do Título II do Custeio da Atenção Básica da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, referente ao Incentivo Financeiro Mensal de Custeio das Equipes de Saúde da Família Ribeirinhas (ESFR), das Equipes de Saúde da Família Fluvial (ESFF) e das Unidades Básicas de Saúde Fluviais (UBSF);

Considerando a Portaria nº 311/GM/MS, de 4 de março de 2016, que credencia Municípios a receber os incentivos de custeio às Equipes de Saúde da Família que possuem profissionais médicos do Projeto Mais Médicos para o Brasil;

Considerando a Portaria nº 1.962/GM/MS, de 12 de setembro ne 2014, que credencia Municípios a receberem os incentivos referentes às Equipes de Saúde da Família Ribeirinhas (ESFR);

Considerando a Portaria nº 1.985/GM/MS, de 12 de Setembro de 2014, que credencia Municípios a receberem os incentivos referentes às Equipes de Saúde da Família Ribeirinhas (ESFR);

Considerando a Portaria nº 2.301/GM/MS, de 23 de Outubro de 2014, que credencia Municípios a receberem os incentivos referentes às Equipes de Saúde da Família Ribeirinhas (ESFR); e

Considerando a redefinição do arranjo organizacional das ESFR, com necessidade de embarcações de pequeno porte para o deslocamento dos profissionais de saúde no atendimento as comunidades e a possibilidade de acréscimo de profissionais à composição mínima da equipe, além das unidades de apoio para atenção de forma descentralizada, resolve:

Art. 1º Ficam adequadas as Equipes de Saúde da Família Ribeirinhas (ESFR) às regras instituídas pela Seção III do Capítulo II das Equipes de Saúde da Família do Anexo XXII da Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, de acordo a redefinição do arranjo organizacional da ESFR, que necessita de embarcação de pequeno porte para o deslocamento dos profissionais de saúde no atendimento as comunidades e pode agregar profissionais à composição mínima da equipe, além das unidades de apoio para atenção de forma descentralizada.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800142

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 2º As ESFR descritas no Anexo I desta Portaria encontram-se aptas ao recebimento mensal dos incentivos financeiros de acordo a redefinição do arranjo organizacional das ESFR.

I - As embarcações credenciadas ao recebimento do incentivo financeiro às ESFR estão listadas no Anexo II desta Portaria.

II - As unidades de apoio credenciadas ao recebimento do incentivo financeiro às ESFR estão listadas no Anexo II desta Portaria.

III - A relação do número de profissionais acrescidos à composição mínima das ESFR para fins de recebimento dos repasses consta do Anexo III desta Portaria.

Art. 3º O repasse dos incentivos financeiros dispostos nos incisos do art. 2º dependerá da efetivação do cadastramento dos respectivos dados no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES), vinculando-os às respectivas ESFR.

Art. 4º As ESFR listadas nesta Portaria devem se submeter às normas legais vigentes e especialmente ao disposto na Seção III do Capítulo II das Equipes de Saúde da Família do Anexo XXII da Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para fins de manutenção dos repasses dos incentivos financeiros e execução das ações a que se destinam.

Art. 5º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar a Funcional Programática 10.301.2015.219A - Piso de Atenção Básica em Saúde, no seguinte plano orçamentário PO - 0001 - Piso de Atenção Básica Variável.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO I

Municípios com adequação de ESFR

UF	IBGE	Município	ESFR
AM	1303106	Nova Olinda do Norte	3
AM	1300300	Autazes	1
AM	1302108	Japurá	1
Total	-	3	5

ANEXO II

Embarcação e Unidades de Apoio credenciadas ao recebimento de incentivo financeiro mensal à ESFR

UF	IBGE	Município	ESFR	INE	Número de Unidade de Apoio	Número de Embarcação
AM	1303106	Nova Olinda do Norte	1	0000013188	3	2
AM	1303106	Nova Olinda do Norte	1	0000013102	3	2
AM	1303106	Nova Olinda do Norte	1	0000013218	3	2
AM	1300300	Autazes	1	0000007153	3	3
AM	1302108	Japurá	1	0000009776	4	2

ANEXO III

Número de profissionais acrescidos à composição mínima da ESFR para recebimento de incentivo financeiro mensal

UF	IBGE	Município	ESFR	INE	Agente Comunitário de Saúde	Microscopista	Auxiliar ou Técnico (Enfermagem)	Auxiliar ou Técnico (Saúde Bucal)	Profissional de nível superior
AM	1303106	Nova Olinda do Norte	1	0000013188	-	-	3	-	1
AM	1303106	Nova Olinda do Norte	1	0000013102	-	-	3	-	1
AM	1303106	Nova Olinda do Norte	1	0000013218	-	-	3	-	1
AM	1300300	Autazes	1	0000007153	-	-	6	-	2
AM	1302108	Japurá	1	0000009776	-	-	1	1	2

PORTARIA Nº 788, DE 27 DE MARÇO DE 2018

Habilita a Santa Casa de Misericórdia de Barretos (SP) como Unidade Especializada em Doença Renal Crônica - DRC, e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, do Componente Fundo de Ações Estratégicas e Compensação-FAEC, destinado ao custeio da Nefrologia do Estado de São Paulo e Município de Barretos.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Resolução - RDC nº. 11, de 13 de março de 2014, que dispõe sobre os requisitos de boas práticas para o funcionamento dos serviços de diálise;

Considerando a manifestação da Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo, bem como a aprovação da Comissão Intergestores Bipartite (CIB) de SP - Deliberação CIB nº 33, de 17/06/2016, ratificada no D.O. de 07/12/2017 - seção 1 - p.79; e

Considerando a avaliação da Secretaria de Atenção à Saúde do Departamento de Atenção Especializada e Temática - Coordenação-Geral de Atenção Especializada, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o estabelecimento de saúde a seguir descrito, como Unidade Especializada em DRC com TRS/Diálise tipo IV com hemodiálise e como Unidade Especializada em DRC com TRS/Diálise tipo IV com diálise peritoneal, códigos 15.13 e 15.14:

CNPJ	CNES	Nome /Razão Social/Município/UF
44.782.779/0001-10	2092611	SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE BARRETOS/BARRETOS/ SP

Art. 2º Fica estabelecido recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, do Componente Fundo de Ações Estratégicas e Compensação-FAEC no montante anual de R$ 794.678,04 (setecentos e noventa e quatro mil, seiscentos e setenta e oito reais e quatro centavos), ao Estado de São Paulo e Município de Barretos (SP), destinado ao custeio da Nefrologia.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 2º, em parcelas mensais, para o Fundo Municipal de Saúde de Barretos/SP (IBGE 350550), após apuração da produção no Banco de Dados do Sistema de Informação Ambulatorial, observando o limite financeiro mensal estabelecido.

Art. 4º Os recursos orçamentários objeto desta Portaria correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Plano Orçamentário 0005 - Atenção à Saúde da População para procedimentos em Média e Alta Complexidade.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência abril de 2018.

RICARDO BARROS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800143

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 789, DE 27 DE MARÇO DE 2018

Habilita o Hospital de São Vicente de Paulo - Associação Caridade São Vicente de Paulo - Mafra(SC) como Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Neurocirurgia e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC do Estado de Santa Catarina.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 756/SAS/MS, de 27 de dezembro de 2005, que regulamenta e define as Redes Estaduais e/ou Regionais de Assistência ao Paciente Neurológico na Alta Complexidade;

Considerando a Portaria nº 646/SAS/MS, de 10 de novembro de 2008, que trata dos atributos dos procedimentos relacionados à neurocirurgia na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses/Próteses e Materiais Especiais do SUS e da habilitação dos estabelecimentos nas Redes de Assistência ao Paciente Neurológico;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a manifestação da Secretaria de Saúde do Estado de Santa Catarina, bem como a aprovação no âmbito da Comissão Intergestores Bipartite, por meio da Deliberação 132/CIB/2017 de 22 de junho de 2017; e

Considerando a avaliação da Secretaria de Atenção à Saúde - Departamento de Atenção Especializada e Temática - Coordenação-Geral Atenção Especializada, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o estabelecimento de saúde abaixo relacionado como Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Neurocirurgia, código da fase 1601, para realizar procedimentos nos seguintes códigos de serviço/classificação - 105/001, 105/002 e 105/003:

CNPJ	CNES	ESTABELECIMENTO
85.131.993/0001-93	2379333	HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO-ASSOCIAÇÃO CARIDADE SÃO VICENTE DE PAULO

Art. 2º Fica estabelecido recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde no montante anual de R$ 779.922,00 (setecentos e setenta e nove mil, novecentos e vinte e dois reais), a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar-MAC do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no Art. 2º, ao Fundo Estadual de Saúde de Santa Catarina, em parcelas mensais, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção à Saúde.

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Parágrafo único. O recurso relativo ao estabelecimento consignado ao programa de trabalho de que trata o caput tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de média e alta complexidade para atenção à saúde da população, desde que garantida a manutenção da unidade.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 5ª (quinta) parcela de 2018.

RICARDO BARROS

PORTARIA Nº 790, DE 27 DE MARÇO DE 2018

Estabelece recursos do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde a serem incorporados ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar-MAC do Estado de Santa Catarina.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 3.408/GM/MS, de 29 de dezembro de 2016, que aprova aditivo ao Componente Hospitalar do Plano de Ação Regional da Rede de Atenção às Urgências e Emergências do Estado e Municípios de Santa Catarina e, para sua implementação, estabelece recursos do Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar a serem incorporados ao Componente Limite Financeiro da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar;

Considerando o Anexo III da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que institui a Rede de Atenção às Urgências no Sistema Único de Saúde;

Considerando o Capítulo II - do Financiamento da Rede de Atenção às Urgências e Emergências da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017;

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a deliberação CIB/SC nº 197, 27 de setembro de 2016, que aprova o Termo Aditivo da RUE, da Macrorregião Sul do Estado de Santa Catarina;

Considerando a deliberação CIB/SC nº 008, 22 de janeiro de 2018, que aprova habilitação e qualificação de 4 leitos novos e 4 leitos existentes de Retaguarda Clínica para o Hospital São Sebastião, em Treze de Maio/SC, e estabelece este recurso financeiro no Teto Livre do Estado de Santa Catarina; e

Considerando a inserção de leitos de enfermaria clínica de retaguarda no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), resolve:

Art. 1º Ficam estabelecidos recursos do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde a serem incorporados ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial - MAC do Estado de Santa Catarina, no montante anual de R$ 620.500,00 (seiscentos e vinte mil e quinhentos reais).

Art. 2º Os recursos financeiros estabelecidos no art. 1° desta Portaria referem-se à habilitação de 04 (quatro) leitos novos de enfermaria clínica de retaguarda e qualificação de 04 (quatro) leitos existentes, disponíveis ao SUS, do Hospital São Sebastião, CNES 2778858, localizada no Município de Treze de Maio (SC), previstos no Plano de Ação Regional da Rede de Atenção às Urgências e Emergências do Estado e Municípios de Santa Catarina, conforme Portaria nº 3.408 GM/MS, de 29 de dezembro de 2016.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 2º, ao Fundo Estadual de Saúde de Santa Catarina, em parcelas mensais, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção à Saúde.

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Parágrafo único. O recurso relativo ao estabelecimento consignado ao programa de trabalho de que trata o caput tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de média e alta complexidade para atenção à saúde da população, desde que garantida a manutenção da unidade.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 5ª (quinta) parcela de 2018.

RICARDO BARROS

ANEXO

UF	IBGE	Município	CNES	Estabelecimento	Gestão	Leitos de enfermaria clínica de retaguarda		Valor anual
						Novos	Qualificados	
SC	421840	Treze de Maio	2778858	Hospital São Sebastião	Estadual	4	4	R$ 620.500,00
	Total					R$ 372.300,00	R$ 248.200,00	

PORTARIA Nº 791, DE 27 DE MARÇO DE 2018

Habilita leitos de Unidade de Cuidado Intermediário Neonatal Convencional -UCINCo do Hospital do Rocio - Maternidade e Cirurgia Nossa Senhora do Rocio S/A - Campo Largo/PR e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC do Estado do Paraná.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando o Título IV - define os critérios de classificação e habilitação de leitos de Unidades Neonatal e a Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a avaliação técnica da Coordenação-Geral de Atenção Hospitalar - DAHU/SAS/MS, resolve:

Art.1º Fica habilitado o número de leitos da Unidade de Cuidado Intermediário Neonatal Convencional - UCINCo, do hospital a seguir relacionado:

Proposta SAIPS: 21.348	Hospital	Nº leitos
CNES: 0013846	Hospital do Rocio - Maternidade e Cirurgia Nossa Senhora do Rocio S A - Campo Largo/PR	
Leito: 28.02 UCINCo		08

Art. 2º Fica determinada a referida unidade poderá ser submetida à avaliação por técnicos da Secretaria de Atenção à Saúde/MS, e, no caso de descumprimento dos requisitos estabelecidos na Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017 - Título IV, terão suspensos os efeitos de seu cadastramento.

Art. 3º Fica estabelecido recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde no montante anual no montante anual de R$ 420.480,00 (quatrocentos e vinte mil, quatrocentos e oitenta reais), a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC do Estado do Paraná.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no Art. 5º, ao Fundo Estadual de Saúde do Paraná, em parcelas mensais, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção à Saúde.

Art. 5º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Parágrafo único. O recurso relativo ao estabelecimento consignado ao programa de trabalho de que trata o caput tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de média e alta complexidade para atenção à saúde da população, desde que garantida a manutenção da unidade.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 5ª (quinta) parcela de 2018.

RICARDO BARROS

PORTARIA Nº 792, DE 27 DE MARÇO DE 2018

Credencia Município a receber incentivo financeiro referente a equipe de Consultório na Rua (eCR).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os fundos de saúde estaduais, municipais e do Distrito Federal, e dá outras Providências;

Considerando o Decreto nº 9.285 de 15 de fevereiro de 2018, que reconhece a situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária na República Bolivariana da Venezuela;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3o do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências;

Considerando o Título I e II da Portaria de Consolidação nº 6/ GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Anexo XXII da Portaria de Consolidação nº 2/ GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para organização da atenção básica;

Considerando o Anexo XVI do Capítulo I e II da Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, das diretrizes de organização e funcionamento das equipes de consultório na rua; e dos critérios de cálculo do número máximo de equipes de consultório na rua por município;

Considerando a Seção XI do Capítulo I do Título II da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, do Incentivo Financeiro de Custeio Mensal para as Equipes de Consultório na Rua; e

Considerando a Portaria nº 160/SAS/MS, de 1º de março de 2012, que estabelece normas para o cadastramento, no SCNES, das equipes que farão parte do Movimento Nacional População em Situação de Rua, resolve:

Art. 1º Fica credenciado o Município descrito no Anexo a esta Portaria a receber o incentivo de custeio referente a equipe de Consultório na Rua (eCR), com periodicidade da transferência mensal, caso não exista nenhuma irregularidade que motive a suspensão.

Parágrafo único. Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar a Funcional Programática 10.301.2015.219A - Piso de Atenção Básica em Saúde, no seguinte plano orçamentário PO - 0001 - Piso de Atenção Básica Variável.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde (FNS) adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em conformidade com os processos de pagamento instruídos.

Art. 3 º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

MUNICÍPIOS CREDENCIADOS - EQUIPE DE CONSULTÓRIO NA RUA

UF	IBGE	Município	ECnRI		ECnRII		ECnRIII	
			ECRI Novo Credenciamento	Total CR I*	ECRII Novo Credenciamento	Total CnR II*	ECRIII NovoCredenciamento	Total CR III*
RR	1400100	Boa Vista	0	0	0	0	1	1
RR Total		1	0	0	0	0	1	**1**

* Considera o credenciamento autorizado na respectiva Portaria somado aos credenciamentos anteriormente publicados pelo Ministério da Saúde.

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR

RETIFICAÇÕES

No Anexo I da Resolução Normativa - RN nº 428, de 7 de novembro de 2017, disponibilizado no site da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, onde se lê: "Testes de Contato (Bateria Padrão, Cosméticos, Capilar, Regional, Medicamentos e Alérgenos Ocupacionais)"; e "Testes de Contato por Fotossensibilização (Bateria Padrão, Cosméticos, Capilar, Regional, Medicamentos e Alérgenos Ocupacionais)", leia-se: "Testes de Contato (Bateria Padrão, Cosméticos, Capilar, Unhas, Regional, Medicamentos e Alérgenos Ocupacionais)"; e "Testes de Contato por Fotossensibilização (Bateria Padrão, Cosméticos Capilar, Unhas, Regional, Medicamentos e Alérgenos Ocupacionais)".

E no Anexo II da Resolução Normativa - RN nº 428, de 7 de novembro de 2017, disponibilizado no site da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, onde se lê: "É obrigatória a cobertura da cirurgia refrativa em ambos os olhos, nos casos em que apenas um olho possui o grau de miopia ou hipermetropia dentro dos limites estabelecidos na DUT", leia-se: "É obrigatória a cobertura da cirurgia refrativa em ambos os olhos, nos casos em que apenas um olho possui o grau de miopia ou hipermetropia dentro dos limites estabelecidos na DUT, desde que o limite de segurança superior seja respeitado para ambos os olhos".

DIRETORIA COLEGIADA

RETIFICAÇÃO

Na Decisão de 20 de março de 2018, processo n.º 33902.226326/2012-01, publicada no DOU nº 55, em 21 de março de 2018, Seção 1, página 39: onde se lê: "Valor da Multa (R$) 10.000,00 (dez mil reais)", leia-se: "Valor da Multa (R$) 200.000,00 (duzentos mil reais)".

DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO
GERÊNCIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO

DESPACHOS

A Gerente de Processos Sancionadores, Julgamento e Intervenção, no uso das atribuições delegadas pela Portaria da Diretoria de Fiscalização nº 64, de 16/02/2016, publicada no DOU de 17/02/2016, seção 1, fl. 47 c/c Portaria nº 8.503 de 19/10/2016, publicada na DOU nº 203, de 21/10/2016, seção 2, fl. 29 pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 28, inciso V, da RN nº 388/15, vem por meio deste dar ciência e intimar:

DESPACHO Nº 1510, de 21 de março de 2018.

PROCESSO 33902.259164/2015-21

À operadora PLANO DE AUTOGESTÃO EM SAÚDE DOS SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO, CNPJ nº 03.261.478/0001-63, com endereço desconhecido e não sabido pela ANS, da lavratura do Auto de Infração nº 22286 na data de 10/04/2017, pela constatação da conduta: Prevista no artigo 77 da RN 124/2006, por deixar de garantir cobertura obrigatória à CCGF, em abril/2015, infringindo o art. 12, inciso II, da Lei nº 9.656/98. A autuada poderá apresentar defesa administrativa ao auto de infração lavrado ou, em substituição à apresentação de defesa, requerer concessão de pagamento antecipado à vista com desconto de 40% (quarenta por cento); ou ainda, na própria defesa, requerer o reconhecimento de Reparação Posterior, a fim de fazer jus ao desconto de 80% (oitenta por cento) sobre o valor da multa, nos termos dos artigos 31, 33 e 34 da RN nº 388/15, no prazo de 10 (dez) dias, a ser protocolizada na Gerência de Processos Sancionadores, Julgamento e Intervenção - GEPJI, situada na Avenida Augusto Severo, 84, 11º andar, Glória, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20021-040.

DESPACHO Nº 1511, de 21 de março de 2018.

PROCESSO 25772.004715/2014-35

À operadora ADMPLAN ADMINISTRADORA DE BENEFICIOS LTDA, CNPJ nº 17.646.584/0001-70, com endereço desconhecido e não sabido pela ANS, da lavratura do Auto de Infração nº 26502 na data de 20/06/2017, pela constatação da conduta: Prevista no artigo 78 da RN 124/2006 por deixar de garantir à JLOM, inclusão no plano de saúde coletivo por adesão, descumprindo obrigação de natureza contratual; e ao cobrar indevidamente contraprestação pecuniária, em janeiro e fevereiro de 2014, sem que o plano de saúde contratado fosse efetivamente implantado, infringindo o Art. 25 da Lei nº 9.656/98. A autuada poderá apresentar defesa administrativa ao auto de infração lavrado ou, em substituição à apresentação de defesa, requerer concessão de pagamento antecipado à vista com desconto de 40% (quarenta por cento); ou ainda, na própria defesa, requerer o reconhecimento de Reparação Posterior, a fim de fazer jus ao desconto de 80% (oitenta por cento) sobre o valor da multa, nos termos dos artigos 31, 33 e 34 da RN nº 388/15, no prazo de 10 (dez) dias, a ser protocolizada na Gerência de Processos Sancionadores, Julgamento e Intervenção - GEPJI, situada na Avenida Augusto Severo, 84, 11º andar, Glória, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20021-040.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800145

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DESPACHO Nº 1513, de 21 de março de 2018.
PROCESSO 33903.025870/2015-61
À operadora ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO DISTRITO FEDERAL, CNPJ nº 07.858.564/0001-09, com endereço desconhecido e não sabido pela ANS, da lavratura do Auto de Infração nº 26084 na data de 08/06/2017, pela constatação da conduta: Prevista no artigo 18 da RN 124/2006: devido a autuada exercer atividade de administradora de benefícios de assistência à saúde sem autorização da ANS, em 12/11/2013, conforme processo em epígrafe, infringindo o seguinte dispositivo legal: Artigo 9, inciso II, da Lei nº 9.656/98 c/c artigos 2 e 10 da RN 196/09. A autuada poderá apresentar defesa administrativa ao auto de infração lavrado ou, em substituição à apresentação de defesa, requerer concessão de pagamento antecipado à vista com desconto de 40% (quarenta por cento); ou ainda, na própria defesa, requerer o reconhecimento de Reparação Posterior, a fim de fazer jus ao desconto de 80% (oitenta por cento) sobre o valor da multa, nos termos dos artigos 31, 33 e 34 da RN nº 388/15, no prazo de 10 (dez) dias, a ser protocolizada na Gerência de Processos Sancionadores, Julgamento e Intervenção - GEPJI, situada na Avenida Augusto Severo, 84, 11º andar, Glória, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20021-040.
DESPACHO Nº 1514, de 21 de março de 2018.
PROCESSO 33902.538999/2016-26
Ao Sr. GMMJ, CPF nº 003.270.618-98, com endereço desconhecido e não sabido pela ANS, da anulação do Auto de Infração nº 16887/2016, nos termos do Despacho 8038/2017/GEPJI e lavratura de novo Auto de Infração nº 30400, na data de 05/10/2017, pela constatação da conduta: Prevista no artigo 25 da RN 124/2006: devido a pratica de alienar parcialmente a carteira de beneficiários da operadora MAIMELL SAÚDE EMPRESARIAL S/C LTDA, na condição de seu administrador, para a operadora ASSISTÊNCIA MÉDICA SÃO MIGUEL LTDA, infringindo o Art. 4º, inciso XXXV, da Lei nº 9.961/00 c/c artigos 3º e 5º da RN 112/2005, podendo o autuado alegar o que entender, a bem de seus direitos, no prazo de 10 (dez) dias via correspondência a ser protocolizada na Gerência de Processos Sancionadores, Julgamento e Intervenção - GEPJI, situada na Avenida Augusto Severo, 84, 11º andar, Glória, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20021-040, conforme Artigo 31 da RN nº 388/15.

ALEXANDRA CERQUEIRA CAMPOS

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

DIRETORIA COLEGIADA

DESPACHO Nº 55, DE 26 DE MARÇO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 15, III e IV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, aliado ao art. 53, IX, §§ 1º e 3º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve aprovar proposta de iniciativa em Anexo bem como dar conhecimento e publicidade ao processo de elaboração de proposta de atuação regulatória da Agência, conforme fluxo aprovado em reunião realizada em 11 de abril de 2017 e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

JARBAS BARBOSA DA SILVA JR.

ANEXO

Processo nº 25351.905889/2018-00
Agenda Regulatória 2017-2020: Não é Tema da Agenda
Assunto: Guia Sanitário de Transporte Terrestre
Diretor-Relator: William Dib
Área Responsável: GIMTV/GGPAF/DIMON

DIRETORIA DE AUTORIZAÇÃO E REGISTRO SANITÁRIOS

PORTARIA Nº 390, DE 23 DE MARÇO DE 2018

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 44, IV, e o art. 54, III, § 1° e § 3° do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016 e tendo em vista o disposto nos arts. 12 e 14, §1° da Lei n° 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no art. 2° da Portaria n° 856, de 8 de abril de 2016, resolve:
Art. 1° Delegar ao Gerente-Geral de Medicamentos, e na sua ausência ao seu substituto, competência específica para:
I - expedir Resoluções (RE) referentes à concessão, alteração, revalidação, caducidade, e cancelamento de registros de medicamentos e de insumos farmacêuticos ativos;
II - expedir Resoluções (RE) para prorrogação de prazos de petição de registro e de mudanças pós-registro de medicamentos e de insumos farmacêuticos ativos;
III - expedir Resoluções (RE) referente à anuência de ensaios clínicos de medicamentos;
IV - expedir Resoluções (RE) referentes à anuência prévia de pedidos de patente de produtos e processos farmacêuticos, depositados junto ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial, vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior;
V - expedir Resoluções (RE) referentes à concessão, renovação, alteração e cancelamento de certificados de Boas Práticas em Biodisponibilidade e Bioequivalência.
VI - expedir Resoluções (RE) referentes à concessão, alteração, renovação e cancelamento de Habilitação de Centros de Equivalência Farmacêutica;
Art. 2º Subdelegar ao Gerente-Geral de Medicamentos, e na sua ausência ao seu substituto, competência específica para:
I - expedir notificações decorrentes de processos administrativo-sanitários na sua área de competência.
Art. 3° Dos atos praticados pelo Gerente-Geral no exercício da presente delegação caberá recurso à Diretoria Colegiada, como última instância administrativa.
Art. 4° Esta Portaria tem vigência até 30 de março de 2020 a partir de sua publicação.
Art. 5º Fica revogada a Portaria nº 600, de 10 de abril de 2017.
Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO MENDES GARCIA NETO

DIRETORIA DE CONTROLE E MONITORAMENTO SANITÁRIOS

DESPACHO Nº 53, DE 26 DE MARÇO DE 2018

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram delegadas por meio do Despacho do Diretor-Presidente n° 48, publicado no Diário Oficial da União, em 10 de julho de 2017, e em razão da reorganização administrativa que se encontra em andamento visando o adequado cumprimento da Lei nº 13.411, de 2016, bem como diante do aguardo de julgamento de recursos similares em outras diretorias para consenso, resolve prorrogar por até noventa dias, nos termos do art. 15, §§ 4º e 5º, da Lei nº 9.782/99, o(s) prazo(s) para publicação de decisão referente ao(s) recurso(s) administrativo(s) listado(s) abaixo:

WILLIAM DIB

ANEXO

COREC/COSAN/GHCOS
PROTELIM INDUSTRIA QUIMICA DE PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA LTDA - ME - 01.178.126/0001-13
PROT ALV CLOR
25351.468498/2017-10
2267970177 06/12/2017
06/6/2018
COREA/GGALI
NUTRIGOLD DO BRASIL SUPLEMENTOS ALIMENTICIOS LTDA EPP - 06.609.348/0001-66
FÓRMULA SB 18 GOJI BERRY EM COMPRIMIDOS E FÓRMULA SB 16 GOJI BERRY PÓ
25351.025798/2017-86
0078169/18-0 29/1/2018
29/7/2018
NUTRIGOLD DO BRASIL SUPLEMENTOS ALIMENTICIOS LTDA EPP - 06.609.348/0001-66
FÓRMULA SB 17 CHÁ VERDE
25351.025725/2017-76
0078194/18-1 29/1/2018
29/7/2018

DIRETORIA DE GESTÃO INSTITUCIONAL

GERÊNCIA-GERAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA DE INFRAÇÕES SANITÁRIAS

DESPACHO Nº 54, DE 26 DE MARÇO DE 2018

O Coordenador Administrativo de Infrações Sanitárias, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo inciso IV, do art. 184, do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n. 61 da ANVISA, de 03 de fevereiro de 2016, publicado na seção 1, do DOU n. 25, de 05 de fevereiro 2016, vem tornar públicas as decisões administrativas referentes aos processos abaixo relacionados:
AUTUADO: ARKTUS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA. CNPJ/CPF: 01.417.367/0001-78
25743.309487/2013-97 - AIS:0434718/13-8 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 18.000,00 (DEZOITO MIL REAIS).
AUTUADO: GIANCARLO PINCELI CNPJ/CPF:
25759.469538/2011-64 - AIS:657284/11-7 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 2.000,00 (DOIS MIL REAIS).
AUTUADO: VALDECIR PRIMAO CNPJ/CPF:
25759.441584/2012-27 - AIS:0633117/12-3 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 2.000,00 (DOIS MIL REAIS).
AUTUADO: MARCELO PAULA COUTINHO CNPJ/CPF: 909.676.667-91
25759.348311/2011-58 - AIS:485142/11-1 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 2.000,00 (DOIS MIL REAIS).
AUTUADO: MARGITA DRECHLER CNPJ/CPF:
25759.418442/2011-50 - AIS:584734/11-6 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 2.000,00 (DOIS MIL REAIS).
AUTUADO: MENEZES E COSTA LTDA CNPJ/CPF: 05.192.576/0001-11
25351.737087/2010-64 - AIS: 432429/10-3 - GGPAF/ANVISA
ARQUIVAMENTO IMPOSSIBILIDADE JURIDICA DE PROSSEGUIMENTO
AUTUADO: ACTAVIS FARMACEUTICA LTDA. CNPJ/CPF: 33.150.764/0001-12
25752.343086/2012-11 - AIS:0491414/12-7 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 6.000,00 (SEIS MIL REAIS).
AUTUADO: DERONDONIA FARMACEUTICA LTDA - ME CNPJ/CPF: 10.141.335/0001-83
25351.751004/2013-10 - AIS:1080725/13-0 - GGFIS1/ANVISA
ARQUIVAMENTO IMPOSIBILIDADE JURIDICA DE PROSSEGUIMENTO.
AUTUADO: DEVINTEX COSMETICOS LTDA CNPJ/CPF: 01.773.518/0001-20
25351.485330/2014-75 - AIS:0675948/14-3 - GGFIS1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 20.000,00 (VINTE MIL REAIS).
AUTUADO: DIASORIN LTDA CNPJ/CPF: 01.896.764/0001-70
25759.047434/2009-92 - AIS:058504/09-1 - PA-Guarulhos-SP/ANVISA
ARQUIVAMENTO PRESCRIÇÃO PRETENSÃO PUNITIVA.
AUTUADO: DIASORIN LTDA CNPJ/CPF: 01.896.764/0001-70
25759.055783/2009-71 - AIS:068867/09-3 - PA-Guarulhos-SP/ANVISA
ARQUIVAMENTO PRESCRIÇÃO PRETENSÃO PUNITIVA.
AUTUADO: DIASORIN LTDA CNPJ/CPF: 01.896.764/0001-70
25759.090416/2009-66 - AIS:113877/09-4 - GGPAF1/ANVISA
ARQUIVAMENTO PRESCRIÇÃO PRETENSÃO PUNITIVA.
AUTUADO: DIASORIN LTDA CNPJ/CPF: 01.896.764/0001-70
25759.090972/2009-10 - AIS:114682/09-3 - PA-Guarulhos-SP/ANVISA
ARQUIVAMENTO PRESCRIÇÃO PRETENSÃO PUNITIVA.
AUTUADO: FUNDAÇÃO EZEQUIEL DIAS - FUNED CNPJ/CPF: 17.503.475/0001-01
25351.602226/2014-47 - AIS:0894026/14-6 - GGFIS1/ANVISA
PENALIDADE DE ADVERTENCIA.
AUTUADO: HYPERMARCAS S/A CNPJ/CPF: 02.932.074/0001-91
25351.148908/2014-83 - AIS:0201774/14-1 - GFIMP/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 40.000,00 (QUARENTA MIL REAIS).
AUTUADO: LBH BRASIL AGENCIAMENTO MARÍTIMO LTDA CNPJ/CPF: 32.396.632/0015-08
25748.146155/2013-10 - AIS:0207186/13-0 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 4.000,00 (QUATRO MIL REAIS).
AUTUADO: SANOFI-AVENTIS FARMACÊUTICA LTDA CNPJ/CPF: 02.685.377/0001-57
25351.426816/2014-02 - AIS:0592814/14-1 - GFIMP/ANVISA
ARQUIVAMENTO PRESCRIÇÃO PRETENSÃO PUNITIVA.
AUTUADO: SAGA TRADE COEMRCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA CNPJ/CPF: 07.062.827/0001-79
25741.274626/2012-18 - AIS:0394095/12-1 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MUL TA NO VALOR DE R$ 6.000,00 (SEIS MIL REAIS).
AUTUADO: TANK CLEAN SOLUTION LIMPEZA DE TANQUES LTDA CNPJ/CPF: 05.974.255/0001-79
25752.534025/2012-53 - AIS:0764175/12-3 - GGPAF1/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR NULIDADE.
AUTUADO: WYETH INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA CNPJ/CPF: 61.072.393/0001-33
25351.533707/2014-70 - AIS:0743730/14-7 - GGFIS1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 40.000,00 (QUARENTA MIL REAIS).
AUTUADO: C ALVES DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA CNPJ/CPF: 09.455.222/0001-73
25351.398939/2014-83 - AIS:0552883/14-6 - GGFIS1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 4.000,00 (QUATRO MIL REAIS).

RODRIGO JOSÉ VIANA OTTONI

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800146

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SECRETARIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE

PORTARIA Nº 120, DE 26 DE MARÇO DE 2018

Altera o Anexo da Portaria nº 101/SGTES/MS, de 26 de abril de 2017, que divulga a lista dos nomes e respectivos registros únicos de médicos intercambistas participantes do Projeto Mais Médicos para o Brasil.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 56, do Anexo I do Decreto nº 8.901, de 10 de novembro de 2016, e das atribuições pertinentes ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, do art. 1º, § 1º, do Decreto nº 8.126, de 22 de outubro de 2013, e dos arts. 6º e 7º da Portaria nº 2.477/GM/MS, de 22 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º O Anexo da Portaria nº 101/SGTES/MS, de 26 de abril de 2017, passa a vigorar com as alterações constantes no anexo desta portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA

ANEXO

PROCESSO	NOME	RMS	UF	MUNICÍPIO
25000.054370/2017-44	DORA INÊS FLORES DE NAVARRO	1400227	RR	BOA VISTA

Ministério das Cidades

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 225, DE 27 DE MARÇO DE 2018

Dá nova redação à Portaria nº 570, de 29 de novembro de 2016, que dispõe sobre as operações de crédito com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, contratadas no âmbito do Programa Nacional de Habitação Urbana - PNHU, integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV, para os fins que especifica.

O MINISTRO DE ESTADO DAS CIDADES, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 10 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, e o art. 11 do Decreto nº 7.499, de 16 de junho de 2011, resolve:

Art. 1º Os artigos 4º e 5º da Portaria nº 570, de 29 de novembro de 2016, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º ...

(...)

II - aquisição ou produção ou requalificação de imóveis residenciais, destinados a famílias com renda mensal bruta limitada a R$ 4.000,00 (quatro mil reais);

(...)

§ 3º Para a concessão de descontos nos financiamentos a pessoas físicas, o Agente Operador do FGTS deverá observar, como limite, os recursos alocados para a ação de subvenção econômica destinada à implementação de projetos de interesse social em áreas urbanas pelas Leis Orçamentárias Anuais.

"Art. 5º ...

(...)

Parágrafo único. ...

(...)

III - acima de R$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais) e até R$ 2.600,00 (dois mil e seiscentos reais); e

IV - acima de R$ 2.600,00 (dois mil e seiscentos reais) e até R$ 4.000,00 (quatro mil reais)."

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE BALDY

SECRETARIA EXECUTIVA

DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO

PORTARIA Nº 54, DE 26 DE MARÇO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO (DENATRAN), no uso das atribuições legais, e, considerando o disposto na Resolução nº 632, de 30 de novembro de 2016, do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), e na Portaria nº 27, de 25 de janeiro de 2017, do Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN), bem como o que consta do Processo Administrativo nº 80000.028454/2015-79, resolve:

Art. 1º Alterar o art. 1º da Portaria DENATRAN nº 09, de 09 de janeiro de 2017, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Conceder, por quatro anos, a partir da data de publicação desta Portaria, nos termos do §1º do art. 8º da Resolução nº 632, de 01 de dezembro de 2016, do CONTRAN, renovação da licença de funcionamento à pessoa jurídica ATIVE OSASCO INSPEÇÕES VEICULARES LTDA - ME, CNPJ nº 06.056.985/0001-53, situada no Município de Osasco - SP, Rua Licinio de Castro, nº 55, Vila Quitauna, CEP: 06.192-020 para atuar como Instituição Técnica Licenciada - ITL."

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

PORTARIA Nº 55, DE 26 DE MARÇO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO (DENATRAN), no uso das atribuições legais, e, considerando o disposto na Resolução nº 632, de 30 de novembro de 2016, do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), e na Portaria nº 27, de 25 de janeiro de 2017, do Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN), bem como o que consta do Processo Administrativo nº 80000.038250/2017-16, resolve:

Art. 1º Conceder, por quatro anos, a partir da data de publicação desta Portaria, nos termos do §1º do art. 8º da Resolução nº 632, de 30 de novembro de 2016, do CONTRAN, renovação da licença de funcionamento à pessoa jurídica FERREIRA & MARTINS INSPEÇÕES VEICULARES LTDA, CNPJ nº 06.001.144/0001-49, situada no Município de Campinas - SP, Avenida José Carlos do Amaral Galvão, nº 381, Jardim São Jose, CEP: 13.051-160 para atuar como Instituição Técnica Licenciada - ITL.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

PORTARIA Nº 60, DE 26 DE MARÇO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições legais que lhe conferem os incisos I e II do art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, e conforme o disposto no §1º do art. 4º da Resolução CONTRAN Nº 560, de 15 de outubro de 2015, bem como o que consta no Processo Administrativo nº 80000.006443/2018-81, resolve:

Art. 1º Integrar o Município de Paço do Lumiar no Estado do Maranhão, por meio da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Urbanismo, Transporte e Trânsito, ao Sistema Nacional de Trânsito - SNT.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

PORTARIA Nº 62, DE 26 DE MARÇO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições legais, e, considerando o disposto na Resolução nº 632, de 30 de novembro de 2016, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, e na Portaria nº 27, de 25 de janeiro de 2017, do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, bem como o que consta do Processo Administrativo nº 80000.001906/2018-18, resolve:

Art. 1º Conceder, por um ano, a partir da data de publicação desta Portaria, nos termos do §2º do art. 8º da Resolução nº 632, de 30 de novembro de 2016, do CONTRAN, renovação da licença de funcionamento à pessoa jurídica INSTITUTO DE INSPEÇÃO VEICULAR, CNPJ nº 19.255.171/0001-90, situada no Município de Três Lagoas - RS, na Avenida Ranulpho Marques Leal, nº 217, Jardim Alvorada, CEP 79.610-100, para atuar como Entidade Técnica Pública ou Paraestatal - ETP.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

Ministério de Minas e Energia

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

RETIFICAÇÃO

Na íntegra da RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 6.900, de 13 de março de 2018, publicada em resumo no Diário Oficial da União de 19 de março de 2018, Seção 1, p. 66, v. 155, n. 53, onde se lê: "que interligará a Subestação Sarandi à Subestação Paranavaí Norte", leia-se: "que interligará a Subestação Guaíra à Subestação Sarandi". A íntegra desta Resolução e de seus anexos estão juntados aos autos e disponíveis no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHO Nº 657, DE 23 DE MARÇO DE 2018

Processo nº 48500.006171/2005-25. Interessado: Apiúna Energia Ltda. Decisão: registrar a adequabilidade aos estudos de inventário e ao uso do potencial hidráulico do Sumário Executivo (DRS-PCH) da PCH Apiúna, com 27.000 kW de Potência Instalada, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) PCH.PH.SC.035382-5.01, localizada no rio Itajaí-Açu, integrante da sub-bacia 83, na bacia hidrográfica do Atlântico Sudoeste, no município de Apiúna, estado de Santa Catarina. A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

HÉLVIO NEVES GUERRA
Superintendente

DESPACHO Nº 658, DE 23 DE MARÇO DE 2018

Processo nº 48500.003442/2016-79. Interessado: Maturati Participações S.A. e Meta Serviços e Projetos Ltda. Decisão: registrar a adequabilidade aos estudos de inventário e ao uso do potencial hidráulico do Sumário Executivo (DRS-PCH) da PCH Angatu II Montante, com 19.890 kW de Potência Instalada, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) PCH.PH.MT.035520-8.01, localizada no rio Cuiabá, integrante da sub-bacia 66, na bacia hidrográfica do Rio Paraná, no município de Cuiabá, estado de Mato Grosso. A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

HÉVIO NEVES GUERRA
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHO Nº 692, DE 27 DE MARÇO DE 2018

Processo nº 48500.006231/2014-26. Interessado: Central Eólica Aventura I S.A. Decisão: Liberar as unidades geradoras para início da operação comercial partir de 28 de março de 2018. Usina EOL Aventura I. Unidades Geradoras: UG1 a UG12, de 2.350 kW cada, totalizando 28.200 kW de capacidade instalada. Localização: Município de João Câmara, Estado do Rio Grande do Norte. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ALESSANDRO D'AFONSECA CANTARINO
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

DESPACHO Nº 641, DE 23 DE MARÇO DE 2018

Processo nº: 48500.001213/2018-81. Interessados: Ampla Energia e Serviços S.A. - AMPLA, atual ENEL DISTRIBUIÇÃO RIO. Decisão: (i) reconhecer o total de R$ 11.204.190,18 (onze milhões, duzentos e quatro mil, cento e noventa reais e dezoito centavos), referente à realização do Projeto de Eficiência Energética, código PE-0383-0088/2013; e (ii) declarar o encerramento deste projeto. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

AILSON DE SOUZA BARBOSA
Superintendente

DESPACHO Nº 645, DE 23 DE MARÇO DE 2018

Processo nº: 48500.000960/2018-01. Interessados: Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S.A. Decisão: (i) reconhecer o total de R$ 151.557,72 (cento e cinquenta e um mil, quinhentos e cinquenta e sete reais e setenta e dois centavos) referente à realização do Projeto de Eficiência Energética, código PE-6585-0028/2015; e (ii) declarar o encerramento deste projeto. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

AILSON DE SOUZA BARBOSA
Superintendente

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800147

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DESPACHO Nº 668, DE 27 DE MARÇO DE 2018

Processo nº: 48500.001220/2018-83. Interessados: Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S.A.. Decisão: (i) reconhecer o total de R$ 2.921.671,20 (dois milhões, novecentos e vinte e um mil, seiscentos e setenta e um reais e vinte centavos), referente à realização do Projeto de Eficiência Energética, código PE-6585-0024/2013; e (ii) declarar o encerramento deste projeto. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

AILSON DE SOUZA BARBOSA
Superintendente

DESPACHO Nº 671, DE 27 DE MARÇO DE 2018

Processo nº: 48500.001219/2018-59. Interessados: Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. Decisão: (i) reconhecer o total de R$ 3.341.656,12 (três milhões, trezentos e quarenta e um mil, seiscentos e cinquenta e seis reais e doze centavos), referente à realização do Projeto de Eficiência Energética, código PE-0390-1026/2012; e (ii) declarar o encerramento deste projeto. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

AILSON DE SOUZA BARBOSA
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHO Nº 687, DE 27 DE MARÇO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas mediante a Portaria nº 4.163, de 30 de agosto de 2016, e de acordo com o que consta do processo nº 48500.005822/2017-29, decide: anuir às recomendações da Carta ONS 0107/DPL/2017, de 21 de março de 2018, relativas à representação da operação hidráulica das usinas hidrelétricas da bacia do rio São Francisco, propostas pelo Operado Nacional do Sistema Elétrico no âmbito dos estudos de planejamento e de programação do Sistema Interligado Nacional, a partir do Programa Mensal da Operação de maio de 2018.

CHRISTIANO VIEIRA DA SILVA

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

DIRETORIA II

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA E MOVIMENTAÇÃO

AUTORIZAÇÃO Nº 264, DE 27 DE MARÇO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA E MOVIMENTAÇÃO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 64 de 1º de março de 2012 e tendo em vista o constante no Processo nº 48610.000164/2018-12, resolve:

Fica a empresa Vitória Tugs Navegação Marítima e Portuária Ltda., CNPJ nº 17.026.474/0001-05, autorizada a exercer a atividade de transporte a granel de petróleo, seus derivados e biocombustíveis por meio aquaviário, nas navegações de apoio portuário e de apoio marítimo, exclusivamente com embarcações sem propulsão ou com propulsão com potência de até 2.000 HP.

A íntegra desta autorização consta nos autos e estará disponível na página de legislação (www.anp.gov.br/wwwanp/legislacao) do portal da ANP.

HELIO DA CUNHA BISAGGIO

DIRETORIA IV

SUPERINTENDÊNCIA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA

DESPACHO Nº 401, DE 26 DE MARÇO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, com base na Resolução ANP n°41 de 06 de novembro de 2013, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
PR/AM0186098	ALDILENE NOGUEIRA DE SOUZA.	22.626.283/0001-14	48610.002659/2018-86
PR/BA0186091	AUTO POSTO BG LTDA	26.427.155/0001-00	48610.002189/2018-51
PR/GO0186073	AUTO POSTO CRISTO REDENTOR EIRELI	27.083.947/0001-60	48610.002295/2018-34
PR/SP0186052	AUTO POSTO E CONVENIENCIA MAGNOLIA EIRELI	27.547.502/0001-93	48610.002656/2018-42
PR/SP0186076	AUTO POSTO G-10 LTDA	22.526.341/0001-38	48610.002510/2018-05
PR/CE0186071	AUTO POSTO JUCAS LTDA	26.267.675/0001-95	48610.002282/2018-65
PR/BA0186077	AUTO POSTO MERCES LTDA	28.790.480/0001-50	48610.002614/2018-10
PR/MS0186072	AUTO POSTO NOSSA SENHORA APARECIDA LTDA	12.069.401/0001-87	48610.002507/2018-83
PR/MG0186081	AUTO POSTO PETROCAP LTDA	27.349.021/0001-73	48610.002304/2018-97
PR/GO0186096	AUTO POSTO PROSPERE LTDA	26.519.069/0001-10	48610.007257/2017-97
PR/SP0186074	AUTO POSTO SAKITA LTDA	28.722.525/0001-50	48610.002508/2018-28
PR/SP0186078	AUTO POSTO TRADICAO NOVA EUROPA - EIRELI	27.839.656/0001-59	48610.002289/2018-87
PR/SP0186080	AVENIDA AUTO POSTO ORINDIUVA LTDA	28.595.042/0001-31	48610.002604/2018-76
PR/MG0186082	COMERCIO DE COMBUSTIVEIS PRIMAVERA LTDA	29.203.147/0001-60	48610.002612/2018-12
PR/SC0186100	COMERCIO DE COMBUSTIVEIS WITMARSUM LTDA	29.237.592/0001-41	48610.002660/2018-19
PR/PB0186102	EXPRESSAO TORRE COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	28.633.737/0001-60	48610.002661/2018-55
PR/MA0186094	FRANCIMAR BESERRA OLIVEIRA	21.617.872/0001-73	48610.002300/2018-17
PR/SC0186101	GILCEMAR PIVOVAR EIRELI	29.247.258/0001-79	48610.000693/2018-16
PR/MS0186093	JJ COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	29.285.472/0001-10	48610.002657/2018-97
PR/SP0186083	JOAQUIM FERREIRA VIEIRA NETO EIRELI	29.017.490/0001-10	48610.001649/2018-23
PR/RS0186075	LAMBARI ESTACAO DE ABASTECIMENTO LTDA	23.776.855/0001-04	48610.001646/2018-90
PR/PE0186085	MARCELO ALBERTO P. MELO	26.089.088/0001-53	48610.002465/2018-81
PR/PA0186095	N CANDIDA QUEIROZ SILVA COMERCIO EIRELI	26.953.545/0001-06	48610.002658/2018-31
PR/GO0186099	POSTO AMIGOS LTDA	04.026.685/0001-04	48610.002359/2018-05
PR/DF0186097	POSTO DE SERVICOS PEDRO RIBEIRO LTDA	03.578.089/0001-66	48610.008490/2017-97
PR/MG0186051	POSTO TRES BARRAS LTDA	02.973.900/0001-40	48610.002126/2018-02
PR/MA0186079	R A SILVA FILHO COMERCIO	13.754.843/0001-25	48610.002602/2018-87
PR/SC0186084	RONNIE IVA VALDUGA E CIA LTDA	02.380.281/0001-80	48610.002370/2018-67
PR/SP0186092	SAO BENTO AUTO POSTO LTDA	27.411.766/0001-15	48610.002287/2018-98

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO Nº 402, DE 26 DE MARÇO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, com base na Resolução ANP nº 51, de 02 de dezembro de 2016, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo - GLP, observado:

I) as instalações dos revendedores ora autorizados foram vistoriadas por instituições de bombeiros, atendendo os requisitos de segurança, e se encontram limitadas às quantidades máximas de armazenamento de GLP, conforme certificado expedido pelo corpo de bombeiros competente; e

II) a manutenção da presente Autorização fica condicionada ao atendimento aos requisitos constantes no certificado que trata o item anterior e à Norma NBR 15514:2007, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, adotada pela resolução ANP n° 05, de 26 de fevereiro de 2008.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
GLP/RN0244476	A M DA SILVA - ME	29.133.409/0001-68	48610.002577/2018-31
GLP/GO0244477	ADRIANO A PERES - EL SHADAY GAS - ME	29.277.804/0001-14	48610.002446/2018-54
GLP/RN0244478	ALCIONE TARGINO PEREIRA	29.565.450/0001-03	48610.002422/2018-03
GLP/MG0244479	ALESSANDRO DE CASTRO COMERCIO DE GAS	29.501.788/0001-00	48610.002530/2018-78
GLP/SP0244480	ALORA GAS EIRELI ME	29.005.123/0001-05	48610.002442/2018-76
GLP/ES0244481	AQUAFAST DISTRIBUIDORA LTDA - ME	23.157.325/0001-88	48610.014485/2017-13
GLP/RJ0244482	ASS COMERCIO DE GAS EIRELI - ME	28.539.160/0001-22	48610.012230/2017-16
GLP/SP0244483	AUGUSTO & RUIZ COMERCIO DE GAS LTDA - ME	10.762.943/0002-96	48610.002585/2018-88
GLP/PR0244484	AUTO POSTO CAMP LTDA	78.083.144/0001-46	48610.002597/2018-11
GLP/SP0244485	CAROLINE SANCEVINI DE FREITAS 45569577882	29.438.974/0001-33	48610.002404/2018-13
GLP/MT0244486	CLEIDEMAR ALVES ELIZARIO - ME	28.251.911/0001-00	48610.002419/2018-81
GLP/BA0244487	COMERCIAL SILVA NETO LTDA	28.757.762/0001-56	48610.002875/2018-21
GLP/RO0244488	COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO NOVA ERA LTDA - EPP	19.044.807/0001-54	48610.002588/2018-11
GLP/ES0244489	COMERCIO DE GAS CASTELO BRANCO LTDA	29.251.168/0001-51	48610.002595/2018-13
GLP/MG0244490	COMERCIO DE GAS DUARTE LTDA	29.484.154/0001-88	48610.002443/2018-11
GLP/AL0244491	D M DA SILVA GAS - ME	28.918.250/0001-24	48610.002456/2018-90
GLP/PR0244492	D. NERE SANTANA	01.507.501/0002-02	48610.002447/2018-07
GLP/GO0244493	DEUZENI DE SOUSA TOMAZ 71230521100	15.340.739/0001-10	48610.002434/2018-20
GLP/MG0244494	DIOGO GERALDO COSTA EIRELI ME	28.879.902/0001-69	48610.002433/2018-85
GLP/ES0244495	DISK ALTAS HORAS LTDA	26.248.527/0001-23	48610.002409/2018-46
GLP/PA0244496	E.D. BERTINO DA MOTA - ME	13.771.751/0001-53	48610.002598/2018-57
GLP/SP0244497	ELISANGELA RODRIGUES DE SOUZA OLIVEIRA 26775846894	22.266.821/0001-07	48610.015257/2017-61
GLP/BA0244498	ERENILTON NASCIMENTO DOS SANTOS	24.015.535/0001-02	48610.002437/2018-63
GLP/RS0244499	ERMINDA KOCH	28.579.083/0001-34	48610.002587/2018-77
GLP/PE0244500	F MACHADO DE FARIAS ME	23.901.165/0001-30	48610.002259/2018-71
GLP/ES0244501	FELIPE FALTZ COUTINHO 12818511755	13.859.123/0001-24	48610.002263/2018-39
GLP/MG0244502	FRANCIELLE KAINE CARDOSO DA SILVA	28.860.004/0001-69	48610.002450/2018-12
GLP/RN0244503	FRANCISCO ALVES DE SOUSA 02148130455	29.493.239/0001-22	48610.002575/2018-42
GLP/SP0244504	FRANCISCO ROGERIO BAPTISTA 10997301805	29.002.907/0001-71	48610.002412/2018-60
GLP/PR0244505	GÁS AVENIDA LTDA.	08.473.105/0004-12	48610.002629/2018-70
GLP/SP0244506	GESLEI FLAVIO PEDROZA DOS SANTOS 39726424828	28.482.525/0001-20	48610.002570/2018-10
GLP/MG0244507	IGUATEMY AUTO POSTO LTDA	17.043.351/0001-82	48610.002418/2018-37
GLP/ES0244508	IRIS PEREIRA MAIA 85937940504	28.954.654/0001-73	48610.002592/2018-80
GLP/AL0244509	J SILVA ROCHA GAS - ME	21.958.821/0001-05	48610.002458/2018-89
GLP/BA0244510	JABRIOS TRANSPORTES EIRELI - ME	22.933.255/0001-40	48610.001366/2018-81
GLP/BA0244511	JOSE CARLOS DE ALMEIDA CARDOZO JUNIOR - ME	28.763.876/0003-70	48610.002596/2018-68
GLP/SC0244512	JOSIELY COSTA VALLE 09346923946	28.993.667/0001-51	48610.002589/2018-66
GLP/BA0244513	JULIANO ALMEIDA PINTO - ME	28.539.223/0001-40	48610.002594/2018-79
GLP/RS0244514	JURACIR NEVES ME	18.964.860/0001-00	48610.000098/2018-81
GLP/MG0244515	KAMILA NUNES DA SILVA	26.326.192/0001-14	48610.014060/2017-12
GLP/PE0244516	L W LUNA DE CASTRO ME	28.051.801/0001-03	48610.002423/2018-40
GLP/RS0244517	LECI INES DE M AZAMBUJA EIRELI - ME	28.705.131/0001-93	48610.002449/2018-98
GLP/PR0244518	LUCAS DA SILVA WINTER 12767494905	29.416.163/0001-31	48610.002435/2018-74
GLP/RJ0244520	M Q PINHEIRO COMERCIO DE GAS - ME	28.572.893/0001-69	48610.000791/2018-53
GLP/SP0244521	MAIRIPORÃ COMÉRCIO DE GÁS E AGUA LTDA	19.239.910/0001-50	48610.002586/2018-22
GLP/AL0244522	MARIA VALDELANE DA SILVA 05251328486	23.799.453/0001-25	48610.002600/2018-98
GLP/PA0244523	MC COMERCIO VAREJISTA DE GAS LIQUEFEITO DE PETROLEO GLP EIRELI EPP	25.534.327/0002-55	48610.001098/2018-06
GLP/PR0244524	NAYARA PAULA SAKAMOTO 10844218952	27.707.838/0001-76	48610.002271/2018-85
GLP/RS0244525	PACHECO & ANDRADE LTDA - ME	10.344.834/0001-78	48610.015051/2017-31
GLP/SC0244526	POSTO AGRICOPEL LTDA.	83.488.882/0051-72	48610.002562/2018-73
GLP/DF0244527	POSTO COMERCIAL NORTE LTDA	05.084.588/0001-22	48610.000368/2018-53
GLP/PA0244528	R. N. FILHO COMERCIO DE GAS - ME	28.175.253/0001-15	48610.000701/2018-24
GLP/ES0244529	RAFAEL MARTINS 00813545765	28.976.159/0001-65	48610.002406/2018-11
GLP/MT0244530	RENE KERBER - EPP	03.121.282/0005-05	48610.002444/2018-65
GLP/PA0244531	RONALD LIMA RODRIGUES	29.348.453/0001-95	48610.002457/2018-34
GLP/BA0244532	RUDIVAL PRAZERES FERREIRA - ME	17.911.842/0001-06	48610.000853/2018-27

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800148

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

GLP/ES0244533	SHEILA VIEIRA CEZAR 07977458748	28.578.059/0001-80	48610.002591/2018-35
GLP/SP0244534	SOLANGE CAMPOS DE ALMEIDA YANASE DEPOSITO DE GAS - ME	29.152.069/0001-12	48610.002453/2018-56
GLP/SP0244535	TAMIRIS LIGIA RODRIGUES 36286894810	27.352.653/0001-96	48610.002414/2018-59
GLP/SP0244536	ULTRAPARK COMERCIO DE GAS EIRELI - ME	26.193.439/0001-71	48610.002580/2018-55
GLP/MG0244537	VICTOR MOURÃO GOULART 13834964638	29.714.773/0001-11	48610.002583/2018-99
GLP/SP0244538	VINICIUS DE JESUS RIBEIRO - ME	26.053.024/0001-00	48610.002454/2018-09
GLP/SP0244539	WILLIAN HERNANI DA ROCHA CONDE EIRELI EPP	29.077.169/0001-21	48610.001598/2018-30

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO Nº 405, DE 27 DE MARÇO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004,com base no Art. 7°, IV, da Resolução ANP n°41 de 05 de novembro de 2013, torna público o cancelamento, POR SUCESSÃO EMPRESARIAL, das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
PR/SP0171881	AUTO POSTO BETOVINO LTDA.	06.130.382/0001-54	48620.000139/2004-14
PR/MS0177749	AUTO POSTO COSTA MATOS LTDA	03.433.188/0003-11	48610.010689/2004-61
PR/SP0031378	AUTO POSTO ESCALADA LTDA - EPP	44.240.273/0001-89	48610.002026/2003-91
PR/AM0029427	AUTO POSTO OZIVAL LTDA	04.643.904/0013-20	48610.013607/2002-78
PR/SP0174994	AUTO POSTO 156 LTDA	06.376.039/0001-94	48610.007962/2004-71
PR/SP0171109	AUTO POSTRO EXPRESSCAR LTDA - ME.	19.748.122/0001-99	48610.006692/2015-32
PR/MS0159679	GOMES & BAZZO LTDA	05.036.273/0001-00	48610.004193/2003-77
PR/PB0105905	INTERMODAL COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.	04.972.542/0001-87	48610.015662/2011-93
PR/SC0181237	MWS COMERCIO DE COMBUSTIVEIS EIRELI - EPP	26.599.602/0001-09	48610.004538/2017-98
PR/PA0003246	O. P. SANTOS & CIA LTDA.	04.025.444/0001-32	48610.000156/2001-28
PR/SC0175387	POSTO CAIOBA LTDA	23.345.058/0001-72	48610.003916/2016-35

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO Nº 406, DE 27 DE MARÇO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004,com base na Resolução ANP n°41 de 05 de novembro de 2013, tendo em vista a previsão legal inscrita em seu Art. 30, inciso I, alínea c, torna público o cancelamento, por requerimento, das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
PR/SC0076462	ADEMIR ANTONIO KRETZLER & CIA LTDA - EPP	82.939.950/0002-21	48610.011987/2009-82
PR/SE0174892	ALPHA COMERCIAL DE COMBUSTÍVEIS LTDA.	08.297.710/0008-03	48610.002542/2016-31
PR/RJ0014805	AUTO ABASTECIMENTO IMPORTACAO E COMERCIO LIMITADA	33.123.381/0001-55	48610.005841/2000-61
PR/MS0016984	AUTO POSTO IPACARAI LTDA	00.930.107/0001-39	48610.017754/2001-36
PR/GO0005492	AUTO POSTO ITANHANGA LTDA	03.415.599/0001-12	48610.006330/2000-65
PR/SP0022220	AUTO POSTO ZAGAL LTDA	02.621.630/0001-09	48610.018358/2001-26
PR/SP0010748	CENTRO AUTOMOTIVO NOTAVEL LTDA	02.189.583/0001-76	48610.007581/2000-67
PR/SP0078126	CRGV2 COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS DE RIBEIRÃO PRETO LTDA.	11.074.965/0001-45	48610.013748/2009-67
PR/MG0026141	DANIEL ROMUALDO RIBEIRO	66.352.535/0001-30	48610.008479/2002-41
PR/PR0026442	FRÍSIA COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL	76.107.770/0005-23	48610.009249/2002-15
PR/PE0178799	JMAP COMERCIO DE COMBUSTIVEL LTDA	25.213.367/0001-14	48610.014461/2016-83
PR/SP0212891	MARCELLE - REVENDEDORA DE COMBUSTIVEIS LTDA	08.703.451/0001-05	48610.007218/2007-18
PR/PR0107045	MEZZOMO E MEZZOMO LTDA - EPP.	14.100.973/0001-07	48610.000672/2012-13
PR/MG0176478	NACIONAL AUTO POSTO DE UBERLÂNDIA LTDA	06.266.444/0001-50	48610.009445/2004-35
PR/RN0190524	PARELHAS GAS LTDA	24.206.617/0033-03	48610.008157/2005-44
PR/PE0107069	PETRO MIX LTDA	05.684.913/0002-79	48610.000581/2012-70
PR/TO0211735	PETROPARAÍSO COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA	08.647.303/0001-02	48610.006171/2007-75
PR/MG0230319	POSTO BALTAZAR LTDA.	64.326.507/0001-12	48610.006291/2008-53
PR/MG0084771	POSTO BEM STAR COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA - EPP	05.818.603/0001-19	48610.009737/2010-16
PR/GO0216577	POSTO DA MATA LTDA.	07.845.071/0001-34	48610.010808/2007-28
PR/SP0097482	POSTO DE COMBUSTIVEIS VINIALE LTDA.	13.686.180/0001-59	48610.008224/2011-79
PR/GO0095442	POSTO DE GASOLINA COPACABANA	11.369.325/0001-62	48610.006653/2011-10
PR/RS0009193	POSTO DE SERVIÇOS AGROMAITA LTDA	90.374.356/0001-88	48610.007092/2001-96
PR/SP0007078	POSTO DE SERVICOS JOMAR LTDA	47.083.175/0001-73	48610.005112/2001-94
PR/AL0000570	POSTO LIVRAMENTO LTDA.	03.716.970/0001-86	48610.002886/2001-63
PR/PA0018346	POSTO MONTE SINAI LTDA	01.037.414/0001-58	48610.019843/2001-17
PR/PE0061243	POSTO MONTEVIDEU COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA.	09.656.756/0001-68	48610.009886/2008-61
PR/GO0024801	POSTO PASSARELA LTDA.	04.924.706/0001-09	48610.005407/2002-41
PR/GO0003433	POSTO SANTA MARIA LTDA	01.679.216/0001-98	48610.002513/2001-92
PR/BA0166822	PROGRESSO II COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	20.277.366/0001-10	48610.010993/2014-80
PR/PA0171046	S K 13 - COMERCIO VAREJISTA DE COMBUSTIVEL E LUBRIFICANTES LTDA	16.888.925/0001-50	48610.006683/2015-41
PR/RS0084532	SANDRIN COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA.	11.342.740/0001-22	48610.009425/2010-11
PR/MG0076183	USINA UBERABA S/A	07.674.341/0005-15	48610.011732/2009-10

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO Nº 407, DE 27 DE MARÇO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004,com base no Art. 30, da Resolução ANP n°51 de 30 de novembro de 2016, torna público o cancelamento, POR SUCESSÃO EMPRESARIAL, das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de GLP.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
001/GLP/PR0000334	AGUA E GÁS SANTA LUZIA EIRELI - ME	00.069.457/0001-52	48610.002805/2004-78
GLP/MS0057908	ALBINO DE SOUSA ME.	09.326.518/0001-94	48610.007755/2008-49
001/GLP/MG0001706	ANGEL GAS LTDA	06.036.643/0001-71	48610.007621/2004-11
GLP/GO0230195	AURELIANO JOAQUIM DE OLIVEIRA FILHO EIRELI ME	22.034.955/0001-00	48610.006241/2015-03
GLP/BA0176220	BRASILGAS REPRESENTAÇÕES LTDA ME	74.031.154/0001-87	48610.015136/2008-28
GLP/MT0237290	CLAUDEMIR LOPES DA SILVA - ME	19.391.621/0001-71	48610.011422/2016-24
GLP/MT0207621	CONCORDIA GAS LTDA - ME	12.984.061/0001-10	48610.006264/2011-86
GLP/RS0215139	COOPERATIVA AGROPECUÁRIA ALTO URUGUAI LTDA.	98.042.120/0074-01	48610.005683/2012-81
GLP/RJ0183426	DOIS MARCOS DEPOSITO DE GAS LTDA	00.424.559/0001-49	48610.001350/2010-11
001/GLP/PR0005444	E. DE OLIVEIRA GARCIA & CIA LTDA	07.466.371/0001-02	48610.007276/2005-81
GLP/MG0203363	GILMAR JARDIM DE JESUS	11.391.970/0001-81	48610.017025/2010-71
001/GLP/SP0014163	IVONE CAMPANELLI ROSA - ME	08.507.742/0001-10	48610.005478/2007-59
GLP/RS0206882	JAIRO J ZIMERMANN FILHO	08.257.649/0001-02	48610.004822/2011-79
GLP/SP0208665	JULIANA CRISTINA CYBIS - ME	13.027.472/0001-80	48610.006932/2011-75
GLP/SC0239591	KARINE KRUEGER 06133812974	26.024.971/0001-65	48610.004663/2017-06
001/GLP/RS0010233	LEONILDA PACHECO DE ANDRADE	00.932.405/0001-68	48610.012553/2006-57
GLP/AL0225790	MANOEL TENORIO CABRAL 06244886402	19.274.170/0001-92	48610.005938/2014-78
GLP/PB0242700	MARIA CLEONICE CUSTODIO MEDEIROS 68893981491	28.452.039/0001-69	48610.012392/2017-54
GLP/CE0203066	MONDUBIM COMÉRCIO DE GLP LTDA - ME	11.602.121/0001-20	48610.016359/2010-27
GLP/PR0210800	N SRA APARECIDA DISTRIBUIDORA DE GAS LTDA - ME	13.217.540/0001-73	48610.012632/2011-25
GLP/SC0224629	POSTO PEROLA DO VALE LTDA	79.004.933/0002-98	48610.002091/2014-70
GLP/SP0173125	PROGAS COMÉRCIO DE GÁS LTDA - ME	05.309.518/0001-25	48610.011147/2007-58
GLP/MG0181937	ROSILENE DE FATIMA BUENO	07.185.346/0001-50	48610.015198/2009-11
GLP/AC0204717	SILVA & FILHO LTDA	04.754.643/0001-81	48610.000239/2011-99
001/GLP/PR0020725	T M COMERCIO DE GAS LTDA - ME	08.283.690/0002-26	48610.004420/2008-79
GLP/PA0188572	T SANTOS & K ALVES LTDA - ME	11.280.618/0001-79	48610.011678/2010-46
GLP/MT0224822	V. DA SILVA TELES - ME	18.828.091/0001-13	48610.002594/2014-45
001/GLP/MT0020971	VERDE GAS COMERCIO DE GAS LIQUEFEITO DE PETROLEO LTDA	09.206.273/0001-61	48610.004847/2008-77
001/GLP/PA0005697	W M A DE REZENDE & CIA LTDA-ME	02.216.126/0001-23	48610.008467/2005-69

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO Nº 408, DE 27 DE MARÇO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004,com base na Resolução ANP n°51 de 30 de novembro de 2016, tendo em vista a previsão legal inscrita em seu Art. 30, I, c, torna público o cancelamento, por requerimento, das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de GLP.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
GLP/DF0178304	GARCIA E GARCIA COMERCIO E TRANSPORTE DE GLP LTDA - ME	10.609.053/0001-68	48610.006964/2009-56
GLP/SP0203878	JULI GÁS ITARARÉ LTDA- ME	11.440.900/0001-76	48610.017879/2010-57
001/GLP/PB0021355	PARELHAS GAS LTDA	24.206.617/0021-70	48610.006025/2008-21
GLP/AM0232188	RAMON ALVARES DRUMOND - ME	12.408.916/0001-64	48610.012476/2015-26

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO Nº 409, DE 27 DE MARÇO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, com base na Resolução ANP n°51 de 30 de novembro de 2016, tendo em vista a previsão legal inscrita em seu Art. 30, inciso I, alínea d, item 2, torna público o cancelamento das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de GLP.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
GLP/MG0210236	ANANI COMERCIO DE GAS LTDA	07.667.556/0001-85	48610.011590/2011-13
GLP/SP0230913	DISTRIBUIDORA SALESGÁS LTDA. ME.	09.212.262/0001-94	48610.003069/2015-28
GLP/AM0212601	G. R. DAMASCENO - ME	04.187.977/0001-10	48610.016607/2011-11
GLP/AM0202307	KELLY DA S. CUNHA	11.971.386/0001-03	48610.014136/2010-25
GLP/SP0201399	MINARINI COMÉRCIO DE GÁS LTDA. - ME	11.750.666/0001-83	48610.012268/2010-12

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800149

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

GLP/RJ0180636	OR REVENDEDORA DE GÁS GL LTDA.	09.333.737/0001-09	48610.010551/2009-76
001/GLP/SP0001946	PAULA DE OLIVEIRA GÁS E ÁGUA LTDA - ME	67.814.962/0001-55	48610.008684/2004-78
GLP/SP0172801	R & S MAUA COMERCIO DE GAS LTDA. - ME.	09.172.666/0001-00	48610.009492/2008-11
001/GLP/PA0005601	S. M. BARATA COMERCIO DE GAS LTDA. - ME.	07.265.476/0001-01	48610.007917/2005-12
GLP/AM0180159	T L DOS SANTOS MESQUITA ME.	09.284.204/0001-76	48610.011244/2009-11
001/GLP/BA0019865	WAGNER ALEXANDRE OLIVEIRA	03.240.840/0001-10	48610.002106/2008-51

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO Nº 410, DE 27 DE MARÇO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, com base na Resolução ANP nº 51, de 02 de dezembro de 2016, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo - GLP, observado:

I) as instalações dos revendedores ora autorizados foram vistoriadas por instituições de bombeiros, atendendo os requisitos de segurança, e se encontram limitadas às quantidades máximas de armazenamento de GLP, conforme certificado expedido pelo corpo de bombeiros competente; e

II) a manutenção da presente Autorização fica condicionada ao atendimento aos requisitos constantes no certificado que trata o item anterior e à Norma NBR 15514:2007, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, adotada pela resolução ANP n° 05, de 26 de fevereiro de 2008.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
GLP/PR0244541	A. CARVALHO REGOLIN - COMERCIO DE GÁS	28.808.072/0001-89	48610.002636/2018-71
GLP/GO0244542	ADRIANO DE OLIVEIRA NEVES 72169753168	27.035.776/0001-01	48610.014427/2017-90
GLP/ES0244543	ALVIMAR HENRIQUE BRANDAO	29.540.171/0001-95	48610.002694/2018-03
GLP/MG0244544	AM COMERCIO E VAREJO EIRELI - ME	21.821.899/0001-83	48610.008097/2017-01
GLP/SP0244545	ANTONIO LIMEIRA DE SOUZA 06235122896	28.899.299/0001-87	48610.002569/2018-95
GLP/AL0244546	ARTHUR BEZERRA DA SILVA 08516860442	24.147.500/0001-19	48610.001628/2018-16
GLP/SP0244547	BRITO & GASPARINI LTDA - ME	26.492.723/0001-49	48610.002531/2018-12
GLP/PB0244548	CARLOS ROBERTO RIBEIRO DO NASCIMENTO 13159682404	29.456.085/0001-07	48610.002523/2018-76
GLP/SP0244549	COFESA-COMÉRCIAL FERREIRA SANTOS LTDA	50.052.000/0027-42	48610.002565/2018-15
GLP/SC0244550	COMERCIAL VILA LTDA	28.346.159/0001-81	48610.001293/2018-28
GLP/PR0244551	COMERCIO DE GAS VAI LEVANDO LTDA	29.015.076/0001-72	48610.002698/2018-83
GLP/CE0244552	COPA COMERCIAL DE GAS LTDA ME	28.931.647/0001-56	48610.001059/2018-09
GLP/SP0244553	DELIESTER LEONCINI 07743287890	11.605.822/0001-12	48610.001278/2018-80
GLP/BA0244554	DIGÁS DISTRIBUIDORA DE GÁS LTDA.	02.437.047/0006-57	48610.003106/2018-41
GLP/MG0244555	DISTRIBUIDORA OURO VERDE PL LTDA	28.374.315/0001-18	48610.014810/2017-48
GLP/CE0244556	EDGLEISON LIMA FERREIRA - ME	27.425.951/0001-69	48610.002573/2018-53
GLP/MT0244557	ERIKA TOMAZ SOUZA 02720319171	28.130.539/0001-84	48610.002528/2018-07
GLP/GO0244558	ERIKIS SILVA RODRIGUES	26.225.089/0001-88	48610.002637/2018-16
GLP/MA0244559	ERLANDIO PEREIRA DOS SANTOS 31592171168	22.275.103/0001-05	48610.004480/2017-82
GLP/PE0244560	EVA VILMA NOVAES DE SÁ TORRES - ME	28.091.531/0001-56	48610.002568/2018-41
GLP/RN0244561	FABIANO DANTAS DE OLIVEIRA 06320209461	28.900.021/0001-82	48610.000351/2018-04
GLP/BA0244562	FLAVIO DOS SANTOS LOPES - ME	28.488.076/0001-27	48610.014580/2017-17
GLP/MG0244563	GERALDO RIBEIRO PEREIRA 83726047620	28.704.788/0001-36	48610.002695/2018-40
GLP/AL0244564	GILSON ANTONIO DE OLIVEIRA	11.889.285/0001-80	48610.002758/2018-68
GLP/MT0244565	HIPER GAS COMERCIO LTDA - ME	21.419.814/0001-35	48610.013292/2017-45
GLP/MG0244566	IMPERIO DO GAS COMÉRCIO LTDA - ME	29.102.652/0001-19	48610.002563/2018-18
GLP/MG0244567	J. C. ALVES E CIA LTDA - ME	10.478.994/0002-90	48610.013020/2017-45
GLP/MA0244568	J. CARDOSO ALVES - ME	15.027.648/0001-29	48610.000730/2018-96
GLP/PR0244569	JAQUELINE BERTON COMERCIO DE GAS E BEBIDAS - ME	29.153.381/0001-20	48610.002520/2018-32
GLP/MT0244570	JARLISON ERMELINDO SILVA DE JESUS 02130218113	23.288.443/0001-25	48610.001081/2018-41
GLP/GO0244571	JEAN ALEX PASSOS DA SILVA 03289395103	28.926.589/0001-72	48610.001107/2018-51
GLP/SC0244572	JENNIFER CRISTIANE DE SOUZA 08487085989	18.662.800/0001-33	48610.002682/2018-71
GLP/SP0244573	JESIEL R DA SILVA MERCADORIAS ME	28.200.314/0001-57	48610.002686/2018-59
GLP/PR0244574	JOANIN FOGACA 06857220905	27.077.449/0001-04	48610.000338/2018-47
GLP/PA0244575	JORGE AUGUSTO MIRANDA DOS SANTOS 67135811291	28.739.474/0001-79	48610.013753/2017-80
GLP/PB0244576	JOSE DE ANDRADE SILVA - ME	29.056.729/0001-61	48610.000784/2018-51
GLP/BA0244577	JOSE HOMERO BARROS NETO - ME	05.672.721/0002-42	48610.003038/2018-10
GLP/RS0244578	JOSE SOMAVILA 02431713075	19.867.813/0001-01	48610.002524/2018-11
GLP/GO0244579	JOSE WALDEIR DA SILVA EIRELI - ME	29.259.658/0001-02	48610.002526/2018-18
GLP/MT0244580	JOSEANE DE OLIVEIRA IORI CAMPOS 03511768101	27.383.886/0001-56	48610.002529/2018-43
GLP/RN0244581	KAIO VICTOR BARBOZA DE MORAIS 70207833419	24.291.386/0001-04	48610.002564/2018-62
GLP/MG0244582	KEILA VASCONCELOS DOMINGUES 06486661666	22.654.153/0001-95	48610.013110/2017-36
GLP/TO0244583	L SANTOS LOPES	13.523.180/0001-38	48610.002566/2018-51
GLP/RO0244584	LECI SOBRINHO PEREIRA 84742879287	29.389.199/0001-73	48610.002730/2018-21
GLP/RJ0244585	LEITE & PINHEIRO DO PORTO DISTRIBUIDORA DE GAS LTDA - ME	27.906.761/0001-63	48610.001193/2018-00
GLP/GO0244586	LIMA E AZEVEDO GAS LTDA - ME	28.732.388/0001-34	48610.001053/2018-23
GLP/MT0244587	LINDOMAR ALVES DE SOUSA 56487044104	26.947.560/0001-41	48610.002687/2018-01
GLP/BA0244588	LUCAS GABRIEL SANTOS DE SANTANA	29.579.038/0001-42	48610.003037/2018-75
GLP/MG0244589	LUCAS PASSOS DA SILVA 702392224663	29.128.539/0001-02	48610.002638/2018-61
GLP/ES0244590	LUCIANO CHAVES DOS SANTOS 15758587702	28.112.271/0001-58	48610.002408/2018-00
GLP/PE0244519	LUCINEIDE CORREIA DE ALBUQUERQUE SILVA 06576335423	29.100.000/0001-45	48610.002440/2018-87
GLP/MT0244591	M. DOS SANTOS SILVA EIRELI - ME	28.802.471/0001-32	48610.001038/2018-85
GLP/MT0244592	MARCELO ALENCAR ROCHA	29.027.803/0001-11	48610.002733/2018-64
GLP/MG0244593	MARCOS CAMPOS FERREIRA 01888670665	28.358.446/0001-01	48610.000052/2018-61
GLP/MG0244594	MARIA DA PENHA DE SOUZA - ME	29.125.650/0001-45	48610.002727/2018-15
GLP/RS0244595	MATHEUS RAFAEL DAL PONTE & CIA LTDA	29.555.479/0001-04	48610.002769/2018-48
GLP/SE0244596	MATHEUS SALES DE MENDONÇA - ME	28.776.332/0001-81	48610.002522/2018-21
GLP/AM0244597	MAURICIO TAVARES VERCOSA 91388042263	22.557.376/0002-15	48610.002635/2018-27
GLP/PR0244598	N FARIAS ANTUNES COMERCIO E DISTRIBUICAO NOSSOGAS	29.169.963/0001-03	48610.002683/2018-15
GLP/AM0244599	N GONCALVES AREVALO - ME	16.864.364/0001-50	48610.015317/2017-45
GLP/PB0244600	NIELSON JOSE PONTES DA SILVA ME	28.889.073/0001-03	48610.001291/2018-39
GLP/MT0244601	OSMAR A DE OLIVEIRA - GAS E AGUA - ME	27.617.403/0001-30	48610.002633/2018-38
GLP/MA0244602	P. H. A. DA CRUZ	26.512.177/0001-60	48610.002693/2018-51
GLP/RS0244603	P. MARQUES DA SILVA COMERCIO - ME	28.029.683/0001-29	48610.000384/2018-46
GLP/PA0244604	PINHEIRO & SANTOS COMERCIO DE PRODUTOS DE PETROLEO LTDA	10.840.785/0001-64	48610.000268/2018-27
GLP/SP0244605	PRANCHA COMERCIO DE GAS LTDA	27.385.650/0001-59	48610.002692/2018-14
GLP/MG0244606	R. DE MOURA CAMPOS GAS - ME	29.082.185/0001-02	48610.015378/2017-11
GLP/BA0244607	REINALDO PORTELA DA CONCEICAO	21.241.561/0001-52	48610.001165/2018-84
GLP/SE0244608	RGM REVENDEDORA DE GAS EIRELI - ME	28.695.981/0001-58	48610.000882/2018-99
GLP/AM0244609	RICARDO J FRANCO DA SILVA - ME	24.464.516/0002-36	48610.002527/2018-54
GLP/PA0244610	ROMULO AILTON DOS SANTOS PEREIRA 03894556285	26.739.742/0001-27	48610.012922/2017-64
GLP/MT0244611	ROSE PEREIRA 00543549194	28.315.048/0001-08	48610.002689/2018-92
GLP/MG0244612	ROSILANDE JOAQUINA HENRIQUE DE MOURA 11394713681	26.782.662/0001-54	48610.000124/2018-71
GLP/MG0244613	RUTH MARIA DE OLIVEIRA COMERCIO DE GAS - ME	20.458.878/0001-82	48610.015403/2017-58
GLP/MA0244614	S. V. PETROLEO E DERIVADOS LTDA	28.861.014/0001-19	48610.001097/2018-53
GLP/PR0244615	SUPERMERCADO GRALHA AZUL EIRELI - ME	12.940.403/0001-08	48610.000103/2018-55
GLP/CE0244616	THAIGO NOGUEIRA PINTO ME	26.706.780/0001-83	48610.011865/2017-04
GLP/MG0244617	WILZA PESSOA PASSOS FILHA	26.738.865/0001-43	48610.013316/2017-66
GLP/GO0244618	ZILMAR BATISTA DE SOUSA LEMES 70114838100	27.360.039/0001-76	48610.000067/2018-20

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO Nº 412, DE 27 DE MARÇO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, com base na Resolução ANP n°41 de 06 de novembro de 2013, torna público o restabelecimento da autorização para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos a POSTO CHICO MACHADO LTDA, CNPJ nº 83.890.392/0001-39.

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO Nº 413, DE 27 DE MARÇO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, com base na Resolução ANP n°41 de 06 de novembro de 2013, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
PR/RN0186212	A. DA C. NOBREGA	27.162.255/0001-07	48610.002717/2018-71
PR/MA0186186	A N DUTRA COMBUSTIVEL	22.898.598/0001-10	48610.002603/2018-21
PR/RS0186218	ABASTECEDORA DE COMBUSTIVEIS LUX LTDA	19.825.731/0002-85	48610.002784/2018-96
PR/PB0186192	ALTO DA SERRA COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	26.798.877/0001-63	48610.002815/2018-17
PR/MG0186155	ARAUJO COMERCIO DERIVADOS DE PETROLEO LTDA	04.775.850/0001-12	48610.012336/2017-10
PR/BA0186179	AUTO POSTO BORGES & LOBO LTDA	18.358.529/0001-47	48610.002787/2018-20
PR/MG0186175	AUTO POSTO BRASIL GV LTDA	27.567.496/0001-36	48610.002783/2018-41
PR/GO0186222	AUTO POSTO BUZINA EIRELI	23.614.546/0001-38	48610.003110/2018-17
PR/PR0186112	AUTO POSTO CASIL LTDA.	28.239.223/0001-25	48610.015017/2017-66
PR/PB0186114	AUTO POSTO CATINGUEIRA LTDA	21.769.396/0001-06	48610.002226/2018-21
PR/GO0186156	AUTO POSTO CERRADO LTDA	27.189.437/0001-71	48610.001668/2018-50
PR/SC0186217	AUTO POSTO CUNHATAI EIRELI	28.444.322/0001-49	48610.002227/2018-75
PR/GO0186223	AUTO POSTO FX LTDA	26.472.037/0001-06	48610.002360/2018-21
PR/MG0186111	AUTO POSTO GARCIA LTDA	05.806.338/0001-59	48610.001154/2018-02
PR/TO0186199	AUTO POSTO GUARACY LTDA	27.883.566/0001-65	48610.002509/2018-72
PR/SP0186185	AUTO POSTO INTERNACIONAL RACING - EIRELI	28.822.011/0001-76	48610.001887/2018-39
PR/SC0186194	AUTO POSTO LCL LTDA	29.491.757/0001-07	48610.002610/2018-23
PR/GO0186188	AUTO POSTO MENDONCA LTDA	37.389.772/0001-77	48610.002190/2018-85
PR/MT0186219	AUTO POSTO MORITA LTDA	27.300.674/0001-68	48610.014693/2017-12
PR/RS0186198	AUTO POSTO PORTEIRINHA LTDA	28.949.945/0001-73	48610.000366/2018-64
PR/MG0186213	AUTO POSTO RODASUL II LTDA	29.437.830/0001-62	48610.003010/2018-82
PR/GO0186233	AUTO POSTO TANGARA EIRELI	27.072.291/0001-80	48610.002928/2018-12
PR/SC0186151	AUTO POSTO TERCEIRA AVENIDA LTDA	29.181.957/0001-63	48610.002468/2018-14
PR/SC0186184	AUTO POSTO THERESIENS LTDA	13.281.713/0001-12	48610.001816/2018-36
PR/BA0186203	AUTO POSTO TRES ESTRELAS LTDA	13.461.627/0001-91	48610.002935/2018-14
PR/SC0186172	AUTO POSTO TUNAS EIRELI	29.656.522/0001-28	48610.002780/2018-16
PR/GO0186201	AUTO POSTO 040 LTDA	28.502.066/0001-07	48610.002666/2018-88
PR/PB0186195	AUTO POSTO 3 MARIAS LTDA.	20.862.382/0001-70	48610.002488/2018-95
PR/RN0186231	CENTER OIL COMERCIO DE LUBRIFICANTES LTDA	07.492.224/0001-07	48610.001800/2018-23
PR/SP0186116	CENTRO AUTOMOTIVO CENTER PAES DE BARROS LTDA	29.183.828/0001-04	48610.002471/2018-38
PR/BA0186154	COMERCIAL DE COMBUSTIVEIS ALIANCA LTDA	28.810.024/0001-25	48610.002481/2018-73
PR/RS0186202	COMERCIAL DE COMBUSTIVEIS SAPUCAIA DO SUL LTDA	28.985.204/0001-48	48610.002663/2018-44

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800150

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PR/PR0186178	COMERCIO DE COMBUSTIVEIS STANG LTDA	14.169.763/0004-18	48610.000699/2018-93
PR/SP0186153	COOPERATIVA DE CONSUMO DOS PLANTADORES DE CANA DO MEDIO TIETE	19.061.459/0001-23	48610.000357/2018-73
PR/SP0186206	EUROPA EMPREENDIMENTOS LTDA.	67.964.429/0004-12	48610.002943/2018-52
PR/MA0186183	F DE A LEDA COMBUSTIVEIS	25.533.405/0001-16	48610.002791/2018-98
PR/PA0186180	FAMA COMERCIO DE COMBUSTIVEL LTDA	19.934.882/0001-90	48610.001452/2018-94
PR/PB0186189	FECHINE & FECHINE LTDA	02.797.218/0002-25	48610.002469/2018-69
PR/MA0186158	G N G COMERCIO DE COMBUSTIVEL EIRELI	27.550.170/0001-04	48610.002723/2018-29
PR/MA0186193	G SILVA SOARES & CIA LTDA	25.147.769/0001-68	48610.002615/2018-56
PR/PB0186132	GIRO COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	22.355.884/0001-30	48610.002715/2018-82
PR/SP0186208	GM4 AUTO POSTO LTDA	29.297.186/0001-74	48610.002480/2018-29
PR/BA0186187	GONGOGI DERIVADOS DE PETROLEO LTDA	26.289.995/0002-27	48610.002506/2018-39
PR/CE0186215	H M COMBUSTIVEIS EIRELI	24.556.460/0001-69	48610.002718/2018-16
PR/PI0186220	I & E COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	29.266.868/0001-10	48610.003116/2018-86
PR/RS0186236	J A LIMA & CIA LTDA	87.540.225/0009-76	48610.002782/2018-05
PR/AM0186232	J. EDINALDO CARVALHO DA SILVA EIRELI	15.493.049/0001-09	48610.002606/2018-65
PR/AL0186131	J L A FERREIRA	07.724.080/0001-77	48610.002475/2018-16
PR/RN0186173	J R GOMES DE FREITAS	25.118.120/0001-19	48610.002781/2018-52
PR/RO0186211	JARU COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA	29.516.822/0001-01	48610.002502/2018-51
PR/RS0186209	JCR COMERCIO DE COMBUSTIVEIS EIRELI	29.196.715/0001-43	48610.002665/2018-33
PR/PI0186113	J.J. BATISTA COM. VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO COMBUSTIVEL E SERVICOS IMOBILIARIOS LTDA	14.407.988/0003-84	48610.001809/2018-34
PR/MG0186159	JOAO TENORIO PITA	64.455.694/0001-34	48610.002778/2018-39
PR/MA0186176	L K SILVA DA SILVA	21.960.922/0001-10	48610.002286/2018-43
PR/GO0186115	NDM COMERCIO DE PETROLEO LTDA	28.941.685/0001-90	48610.001338/2018-64
PR/PA0186234	NE & OLIVEIRA COMERCIO LTDA	27.957.474/0001-82	48610.002487/2018-41
PR/AL0186197	OLIVEIRA E CALDAS LTDA	26.718.857/0001-35	48610.002485/2018-51
PR/PE0186207	PAULO FLORENCIO DE SOUZA COMBUSTIVEIS	10.502.730/0001-44	48610.002363/2018-65
PR/RR0186210	PEREIRA & SOUSA COMERCIO LTDA	11.486.854/0001-46	48610.002923/2018-81
PR/RS0186177	PETROPARQUE COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E DERIVADOS LTDA	17.376.243/0002-02	48610.014671/2017-52
PR/MG0186196	POSTO COROACI LTDA	28.578.539/0001-41	48610.002608/2018-54
PR/RJ0186204	POSTO DE ABASTECIMENTO SAVERIO LTDA	02.277.833/0001-20	48610.002498/2018-21
PR/RS0186214	POSTO DE COMBUSTIVEIS SAO PATRICIO LTDA	27.381.363/0001-70	48610.002046/2018-49
PR/DF0186216	POSTO DE COMBUSTIVEIS 208 SUL LTDA	20.473.943/0001-49	48610.015181/2017-73
PR/BA0186205	POSTO PARADA 242 LTDA	24.055.556/0001-43	48610.002939/2018-94
PR/RS0186174	POSTO PARATI TUPA LTDA	29.451.566/0001-11	48610.002292/2018-09
PR/PE0186182	POSTO VENUS ARAUJO LTDA	21.071.375/0001-12	48610.000900/2018-32
PR/BA0186235	REDE HG COMBUSTIVEIS LTDA.	13.569.064/0032-56	48610.002664/2018-99
PR/TO0186200	RIBEIRO & MORAES LTDA	03.790.679/0001-58	48610.000276/2018-73
PR/MA0186152	ROMARIO MACHADO COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA	22.346.972/0002-56	48610.002716/2018-27
PR/PR0186117	SAFRAO EXPRESS POSTO E CONVENIENCIA LTDA	25.231.675/0001-72	48610.002477/2018-13
PR/PA0186157	T S DA SILVA COMBUSTIVEIS EIRELI	28.472.334/0001-87	48610.002303/2018-42
PR/MG0186237	VF COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA.	26.751.499/0001-62	48610.002944/2018-05
PR/RN0186191	VM COMERCIO VAREJISTA DE COMBUSTIVEIS EIRELI	27.221.071/0001-70	48610.015204/2017-40
PR/SP0186190	WAGNER LUIS CHIARAPPA EIRELI	29.117.261/0001-78	48610.002283/2018-18
PR/BA0186181	WELLISON DE SOUZA & CIA LTDA	29.484.723/0001-95	48610.002505/2018-94

CEZAR CARAM ISSA

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL
RELAÇÃO Nº 17/2018/SE

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

2314/2018-878.052/2017-MARCIO MENDES DA SILVA-

VICTOR HUGO FRONER BICCA

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL
RELAÇÃO Nº 63/2018/DF

Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira

Autorizo a indisponibilidade dos direitos minerários(1811)

850.505/2015-RAFAEL LUIS CARRARD-REQUERIMENTO DE LAVRA GARIMPEIRA

850.506/2015-RAFAEL LUIS CARRARD-REQUERIMENTO DE LAVRA GARIMPEIRA

Fase de Requerimento de Lavra

Aprova atos de Incorporação de Empresa/ Direitos minerários e determina sua averbação(1950)

Incorporadora:GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA. - CNPJ00.264.528/0001-78 - Direitos incorporados:

DNPM 896.140/2001-MINERAÇÃO VALE DU GRANITO LTDA. - REQUERIMENTO DE LAVRA

Fase de Concessão de Lavra

Aprova atos de Incorporação de Empresa/ Direitos minerários e determina sua averbação(1950)

Incorporadora:GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA. - CNPJ00.264.528/0001-78 - Direitos incorporados:

DNPM 896.511/2005-MINERAÇÃO VALE DU GRANITO LTDA. - PORTARIA DE LAVRA Nº 120/2017

Incorporadora:GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA. - CNPJ00.264.528/0001-78 - Direitos incorporados:

DNPM 896.592/2005-MINERAÇÃO VALE DU GRANITO LTDA. - PORTARIA DE LAVRA Nº 121/2017

Fase de Autorização de Pesquisa

Aprova atos de Incorporação de Empresa/ Direitos minerários e determina sua averbação(1950)

Incorporadora:PHOSFAZ FERTILIZANTES LTDA. - CNPJ22.957.955/0001-74 - Direitos incorporados:

DNPM 878.174/2009-B&A POTÁSSIO MINERAÇÃO LTDA - Alvará de Pesquisa nº 1986/2010

Incorporadora:PHOSFAZ FERTILIZANTES LTDA. - CNPJ22.957.955/0001-74 - Direitos incorporados:

DNPM 878.155/2010-B&A POTÁSSIO MINERAÇÃO LTDA - Alvará de Pesquisa nº 17.458/2010

Incorporadora:PHOSFAZ FERTILIZANTES LTDA. - CNPJ22.957.955/0001-74 - Direitos incorporados:

DNPM 851.214/2011-B&A POTÁSSIO MINERAÇÃO LTDA - Alvará de Pesquisa nº 17.090/2015

Incorporadora:PHOSFAZ FERTILIZANTES LTDA. - CNPJ22.957.955/0001-74 - Direitos incorporados:

DNPM 878.095/2011-B&A POTÁSSIO MINERAÇÃO LTDA - Alvará de Pesquisa nº 3987/2012

Incorporadora:PHOSFAZ FERTILIZANTES LTDA. - CNPJ22.957.955/0001-74 - Direitos incorporados:

DNPM 878.113/2011-B&A POTÁSSIO MINERAÇÃO LTDA - Alvará de Pesquisa nº 16.047/2015

Incorporadora:PHOSFAZ FERTILIZANTES LTDA. - CNPJ22.957.955/0001-74 - Direitos incorporados:

DNPM 878.114/2011-B&A POTÁSSIO MINERAÇÃO LTDA - Alvará de Pesquisa nº 12.817/2016

Incorporadora:PHOSFAZ FERTILIZANTES LTDA. - CNPJ22.957.955/0001-74 - Direitos incorporados:

DNPM 878.115/2011-B&A POTÁSSIO MINERAÇÃO LTDA - Alvará de Pesquisa nº 12.818/2016

Incorporadora:PHOSFAZ FERTILIZANTES LTDA. - CNPJ22.957.955/0001-74 - Direitos incorporados:

DNPM 878.161/2011-B&A POTÁSSIO MINERAÇÃO LTDA - Alvará de Pesquisa nº 3709/2017

Incorporadora:GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA. - CNPJ00.264.528/0001-78 - Direitos incorporados:

DNPM 871.616/2012-MINERAÇÃO VALE DU GRANITO LTDA. - Alvará de Pesquisa nº 7023/2012

Incorporadora:OWENS-ILLINOIS DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A. - CNPJ08.910.541/0001-69 - Direitos incorporados:

DNPM 800.317/2013-COMPANHIA INDUSTRIAL DE VIDROS CIV - Alvará de Pesquisa nº 5432/13

Incorporadora:OWENS-ILLINOIS DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A. - CNPJ08.910.541/0001-69 - Direitos incorporados:

DNPM 800.318/2013-COMPANHIA INDUSTRIAL DE VIDROS CIV - Alvará de Pesquisa nº 5433/13

Incorporadora:OWENS-ILLINOIS DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A. - CNPJ08.910.541/0001-69 - Direitos incorporados:

DNPM 800.320/2013-COMPANHIA INDUSTRIAL DE VIDROS CIV - Alvará de Pesquisa nº 5434/13

Incorporadora:OWENS-ILLINOIS DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A. - CNPJ08.910.541/0001-69 - Direitos incorporados:

DNPM 800.321/2013-COMPANHIA INDUSTRIAL DE VIDROS CIV - Alvará de Pesquisa nº 5435/13

Incorporadora:OWENS-ILLINOIS DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A. - CNPJ08.910.541/0001-69 - Direitos incorporados:

DNPM 800.322/2013-COMPANHIA INDUSTRIAL DE VIDROS CIV - Alvará de Pesquisa nº 5436/13

Incorporadora:GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA. - CNPJ00.264.528/0001-78 - Direitos incorporados:

DNPM 872.402/2016-MINERAÇÃO VALE DU GRANITO LTDA. - Alvará de Pesquisa nº 3998/2017

Incorporadora:GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA. - CNPJ00.264.528/0001-78 - Direitos incorporados:

DNPM 872.475/2016-MINERAÇÃO VALE DU GRANITO LTDA. - Alvará de Pesquisa nº 2265/2017

Incorporadora:GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA. - CNPJ00.264.528/0001-78 - Direitos incorporados:

DNPM 896.219/2016-MINERAÇÃO VALE DU GRANITO LTDA. - Alvará de Pesquisa nº 13.814/2016

Incorporadora:GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA. - CNPJ00.264.528/0001-78 - Direitos incorporados:

DNPM 896.222/2016-MINERAÇÃO VALE DU GRANITO LTDA. - Alvará de Pesquisa nº 12.412/2016

Incorporadora:GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA. - CNPJ00.264.528/0001-78 - Direitos incorporados:

DNPM 896.225/2016-MINERAÇÃO VALE DU GRANITO LTDA. - Alvará de Pesquisa nº 12.415/2016

Incorporadora:GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA. - CNPJ00.264.528/0001-78 - Direitos incorporados:

DNPM 896.226/2016-MINERAÇÃO VALE DU GRANITO LTDA. - Alvará de Pesquisa nº 12.416/2016

Incorporadora:GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA. - CNPJ00.264.528/0001-78 - Direitos incorporados:

DNPM 896.230/2016-MINERAÇÃO VALE DU GRANITO LTDA. - Alvará de Pesquisa nº 13.817/2016

Incorporadora:GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA. - CNPJ00.264.528/0001-78 - Direitos incorporados:

DNPM 896.227/2017-MINERAÇÃO VALE DU GRANITO LTDA. - Alvará de Pesquisa nº 340/2018

Fase de Requerimento de Pesquisa

Aprova atos de Incorporação de Empresa/ Direitos minerários e determina sua averbação(1950)

Incorporadora:PHOSFAZ FERTILIZANTES LTDA. - CNPJ22.957.955/0001-74 - Direitos incorporados:

DNPM 878.175/2011-B&A POTÁSSIO MINERAÇÃO LTDA - REQUERIMENTO DE PESQUISA

Incorporadora:GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA. - CNPJ00.264.528/0001-78 - Direitos incorporados:

DNPM 868.031/2017-MINERAÇÃO VALE DU GRANITO LTDA. - REQUERIMENTO DE PESQUISA

Incorporadora:GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA. - CNPJ00.264.528/0001-78 - Direitos incorporados:

DNPM 868.032/2017-MINERAÇÃO VALE DU GRANITO LTDA. - REQUERIMENTO DE PESQUISA

Incorporadora:GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA. - CNPJ00.264.528/0001-78 - Direitos incorporados:

DNPM 868.033/2017-MINERAÇÃO VALE DU GRANITO LTDA. - REQUERIMENTO DE PESQUISA

Incorporadora:GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA. - CNPJ00.264.528/0001-78 - Direitos incorporados:

DNPM 868.034/2017-MINERAÇÃO VALE DU GRANITO LTDA. - REQUERIMENTO DE PESQUISA

Incorporadora:GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA. - CNPJ00.264.528/0001-78 - Direitos incorporados:

DNPM 868.035/2017-MINERAÇÃO VALE DU GRANITO LTDA. - REQUERIMENTO DE PESQUISA

Incorporadora:GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA. - CNPJ00.264.528/0001-78 - Direitos incorporados:

DNPM 868.036/2017-MINERAÇÃO VALE DU GRANITO LTDA. - REQUERIMENTO DE PESQUISA

VICTOR HUGO FRONER BICCA

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL
RELAÇÃO Nº 64/2018/DF

Fase de Requerimento de Pesquisa

Indefere pedido de reconsideração(181)

846.073/2017-COMPECC ENGENHARIA, COMERCIO E CONSTRUÇÕES LTDA.

Fase de Autorização de Pesquisa

Nega provimento ao recurso apresentado(244)

830.754/2000-RICARDO NORBERTO RIBEIRO

864.600/2010-CRISTINA EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA E PEDRA LTDA

864.601/2010-CRISTINA EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA E PEDRA LTDA

Da provimento ao recurso interposto(245)

846.295/2009-DBM-DECANTAMENTO BENEFICIAMENTO E COMÉRCIO DE MINERAIS LTDA

Despacho publicado(256)

886.416/2013-DELTA DO BRASIL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE MINÉRIOS LTDA.-Consoante o reestudo efetivado nestes autos, e acolhendo a proposta contida no parecer acostado à fl. retro, ANULO o Alvará de pesquisa nº 9.876, publicado no Diário Oficial da União de 22/10/2014, por ter sido outorgado, indevidamente, em área de faixa de fronteira, sem a anuência prévia do Conselho de Defesa Nacional-CDN e, o despacho publicado no Diário Oficial da União de 13/11/2014, que concedeu prévia anuência aos atos de cessão de direitos e autorizou à averbação dos atos de transferência pertinentes ao precitado Diploma Legal.

Aprova o relatório de Pesquisa(317)

846.295/2009-DBM-DECANTAMENTO BENEFICIAMENTO E COMÉRCIO DE MINERAIS LTDA-BENTONITA

Declara caduco o direito de requerer a lavra(399)

810.253/1992-ELDORADO GEOLOGIA E MINERAÇÃO LTDA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800151

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

896.103/2005-MNERAÇÃO OFRANTI LTDA ME
Indefere pedido de prorrogação do prazo para requerer concessão de lavra(561)
872.256/2013-MARGRAMAR MINERAÇÃO LTDA.
Fase de Concessão de Lavra
Prorroga o prazo para o início dos trabalhos de lavra(402)
826.013/1988-MINERAÇÃO RIO BRANCO DO SUL LTDA.- Prazo:a contar de 20/12/2011 e com término em 20/12/2018
826.415/1991-PEDREIRA BRITAFOZ LTDA EPP- Prazo:a contar de 24/09/2015 e com término em 24/12/2018
826.114/1995-G.R.EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA- Prazo:a contar de 14/10/2016 e com término em 14/12/2018
826.206/1995-G.R.EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA- Prazo:a contar de 14/10/2016 e com término em 14/12/2018
826.620/1996-G.R.EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA- Prazo:a contar de 06/10/2015 e com término em 12/03/2019
826.621/1996-G.R.EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA- Prazo:a contar de 06/10/2015 e com término em 12/03/2019
826.623/1996-G.R.EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA- Prazo:a contar de 06/10/2015 e com término em 12/03/2019
826.395/1998-BASALTO MINERAÇÃO LTDA- Prazo:a contar de 06/09/2012 e com término em 06/09/2018
826.104/1999-L.A. COMÉRCIO E EXTRAÇÃO E AREIA ARAUCÁRIA LTDA- Prazo:a contar de 10/05/2017 e com término em 29/12/2018
826.416/2000-BASALTO MINERAÇÃO LTDA- Prazo:a contar de 02/04/2012 e com término em 02/10/2018
826.055/2001-G.R.EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA- Prazo:a contar de 14/10/2016 e com término em 14/12/2018
826.100/2001-G.R.EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA- Prazo:a contar de 11/09/2015 e com término em 12/12/2018
826.637/2001-L.A. COMÉRCIO E EXTRAÇÃO E AREIA ARAUCÁRIA LTDA- Prazo:a contar de 17/11/2016 e com término em 29/12/2018
826.869/2001-L.A. COMÉRCIO E EXTRAÇÃO E AREIA ARAUCÁRIA LTDA- Prazo:a contar de 17/11/2016 e com término em 29/12/2018
826.479/2003-MINERAÇÃO PIANARO LTDA- Prazo:a contar de 29/12/2016 e com término em 29/12/2018
826.068/2004-CHIMELLI & GHELLER LTDA- Prazo:a contar de 20/02/2018 e com término em 20/02/2020
861.430/2007-MINERAÇÃO DE CALCÁRIO MONTIVIDIU LTDA.- Prazo:a contar de 24/02/2018 e com término em 24/02/2019
826.792/2010-PEDREIRA CAMPINA GRANDE DO SUL LTDA.- Prazo:a contar de 12/09/2016 e com término em 11/07/2019

VICTOR HUGO FRONER BICCA

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL
RELAÇÃO Nº 65/2018/DF

Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito despacho de não aprovação do Relatório de Pesquisa(191)
846.295/2009-DBM-DECANTAMENTO BENEFICIAMENTO E COMÉRCIO DE MINERAIS LTDA- Publicado DOU de 02/06/2016
Torna sem efeito a publicação de despachos em duplicidade.(1984)
Relação n° 58/2018/DF-Publicada no DOU de 15/03/2018, Seção 1, Página 62- Processo nº 830.639/2017 - Evento nº 176
Victor Hugo Froner Bicca

SUPERINTENDÊNCIA EM ALAGOAS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 12/2018/AL

Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
844.208/2001-MARCUS MAIMONE RAMOS DE SENA PEREIRA ME-OF. N°046/2018
844.152/2010-BRITEX MINERACOES LTDA-OF. N°044/2018
844.025/2012-TAICOCA MINERAÇÃO TRANSPORTES LTDA-OF. N°052/2018
844.076/2012-VIA GRANITO COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA. ME-OF. N°056/2018
844.080/2012-MINERAÇÃO PORTOBELLO LTDA-OF. N°048/2018
844.124/2013-MARGRAMAR MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°049/2018
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)
844.152/2010-BRITEX MINERACOES LTDA-OF. N°045/2018
844.025/2012-TAICOCA MINERAÇÃO TRANSPORTES LTDA-OF. N°053/2018
844.076/2012-VIA GRANITO COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA. ME-OF. N°057/2018
844.124/2013-MARGRAMAR MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°050/2018
Auto de Infração multa - RAL /prazo para defesa ou pagamento: 30 dias(1692)
844.025/2012-TAICOCA MINERAÇÃO TRANSPORTES LTDA- AI N°017/2018
Determina cumprimento de exigência- RAL /Prazo 30 dias(1727)
844.025/2012-TAICOCA MINERAÇÃO TRANSPORTES LTDA-OF. N°055/2018
Fase de Licenciamento
Indefere pedido de prorrogação do Licenciamento(744)
844.187/2011-CERÂMICA NOGUEIRA LTDA
844.014/2016-MINERAÇÃO TATUASSU LTDA
Fase de Requerimento de Licenciamento
Indefere requerimento de Licenciamento - área onerada(2095)
844.069/2017-WASHINGTON CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE LACERDA JÚNIOR
Indefere requerimento de Licenciamento- área sem oneração(2096)
844.062/2017-GREENVILLE EMPREENDIMENTOS EIRELI EPP
844.068/2017-SILVIO PAIVA & FILHOS LTDA

BRUNO FEIJÓ TEIXEIRA

SUPERINTENDÊNCIA NO CEARÁ

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 44/2018/CE

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(Vistoria)/prazo 10(dez) dias (6.87)
Coreaú Calcário Ltda - 800127/06 - Not.55/2018 - R$ 753,23
e. k. Cerâmica LTDA. me - 800807/10 - Not.57/2018 - R$ 769,82
Indaiá Brasil Águas Minerais Ltda - 805362/75 - Not.58/2018 - R$ 769,82, 800799/12 - Not.62/2018 - R$ 513,23
Mont Granitos s a - 800043/01 - Not.59/2018 - R$ 756,74
Pedraleza Pedreira Fortaleza LTDA. - 800003/07 - Not.63/2018 - R$ 516,30
Terrativa Minerais S.A. - 800870/10 - Not.61/2018 - R$ 769,82

PEDRO VALBER MONTENEGRO PONTES

SUPERINTENDÊNCIA EM GOIÁS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 53/2018/GO

Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
861.225/2014-MINASGOIAS MINERAÇÃO BERGAMO LTDA-OF. N°169/2018/DTM-GO
861.226/2014-MINASGOIAS MINERAÇÃO BERGAMO LTDA-OF. N°169/2018/DTM-GO
861.227/2014-MINASGOIAS MINERAÇÃO BERGAMO LTDA-OF. N°169/2018/DTM-GO
861.228/2014-MINASGOIAS MINERAÇÃO BERGAMO LTDA-OF. N°169/2018/DTM-GO
861.229/2014-MINASGOIAS MINERAÇÃO BERGAMO LTDA-OF. N°169/2018/DTM-GO
861.230/2014-MINASGOIAS MINERAÇÃO BERGAMO LTDA-OF. N°169/2018/DTM-GO
860.039/2016-AREIA SÃO JOSE EXTRAÇÃO, COMÉRCIO E TRANSPORTE LTDA ME-OF. N°153/2018/DTM-GO
860.040/2016-AREIA SÃO JOSE EXTRAÇÃO, COMÉRCIO E TRANSPORTE LTDA ME-OF. N°153/2018/DTM-GO
860.041/2016-AREIA SÃO JOSE EXTRAÇÃO, COMÉRCIO E TRANSPORTE LTDA ME-OF. N°153/2018/DTM-GO
860.042/2016-AREIA SÃO JOSE EXTRAÇÃO, COMÉRCIO E TRANSPORTE LTDA ME-OF. N°153/2018/DTM-GO
860.043/2016-AREIA SÃO JOSE EXTRAÇÃO, COMÉRCIO E TRANSPORTE LTDA ME-OF. N°154/2018/DTM-GO
860.044/2016-AREIA SÃO JOSE EXTRAÇÃO, COMÉRCIO E TRANSPORTE LTDA ME-OF. N°154/2018/DTM-GO

DAGOBERTO PEREIRA SOUZA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 54/2018/GO

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
860.010/2018-JANINNE SCANDIUZZI CREMONES GONCALVES 00838345166
860.043/2018-REGINA CÉLIA SEIXO DE BRITO DE FLEURY
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
861.016/2017-RUITER FELIX BADICO-OF. N°090/2018
861.051/2017-RIO DOCE AREIA E MINERAÇÃO LTDA-OF. N°065/2018
861.076/2017-JHONATAN FERNANDES BRETA-OF. N°068/2018
861.078/2017-CENTRO MINERAÇÃO LTDA-OF. N°069/2018
861.079/2017-CENTRO MINERAÇÃO LTDA-OF. N°069/2018
861.080/2017-CENTRO MINERAÇÃO LTDA-OF. N°069/2018
860.001/2018-JESSICA LEMES PIRES-OF. N°074/2018
860.004/2018-CONSTRUTORA TRIUNFO SA-OF. N°075/2018
860.023/2018-EMS EMPRESA DE RECURSOS NATURAIS E SERVIÇOS LTDA.-OF. N°076/2018
860.041/2018-GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA.-OF. N°077/2018
860.049/2018-CONSTRUTORA QUEIROZ GALVÃO S A-OF. N°073/2018
860.050/2018-CONSTRUTORA QUEIROZ GALVÃO S A-OF. N°073/2018
860.051/2018-CALCARIO URUAÇU LTDA-OF. N°079/2018
860.061/2018-MINERAÇÃO GNB LTDA-OF. N°085/2018
860.072/2018-UARIAN FERREIRA DA SILVA-OF. N°086/2018
860.073/2018-RIO DOURADO MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°087/2018
860.075/2018-FRANCISCA LEILA MARTINS DOS SANTOS SILVA-OF. N°088/2018
860.078/2018-GOYAZ BRITAS LTDA-OF. N°089/2018
Fase de Requerimento de Registro de Extração
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(825)
860.102/2018-PREFEITURA MUNICIPAL GUARINOS-OF. N°080/2018

DAGOBERTO PEREIRA SOUZA

SUPERINTENDÊNCIA NO MATO GROSSO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 22/2018/MT

Fase de Requerimento de Pesquisa
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 60 dias(133)
866.072/1991-MINERAÇÃO SANTA ELINA INDUSTRIA E COMERCIO S A-OF. N°06/2018
866.234/1992-MINERAÇÃO SANTA ELINA INDUSTRIA E COMERCIO S A-OF. N°06/2018
866.235/1992-MINERAÇÃO SANTA ELINA INDUSTRIA E COMERCIO S A-OF. N°07/2018
867.145/1993-MINERAÇÃO SILVANA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA-OF. N°04/2018
866.190/1994-MINERAÇÃO SILVANA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA-OF. N°03/2018
866.364/1994-MINERAÇÃO SILVANA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA-OF. N°03/2018
867.058/1994-MINERAÇÃO SILVANA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA-OF. N°03/2018
866.504/1995-MINERAÇÃO SILVANA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA-OF. N°03/2018
867.241/1995-MINERAÇÃO SILVANA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA-OF. N°03/2018
766.026/1996-MINERAÇÃO SILVANA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA-OF. N°05/2018
866.298/2007-MINERAÇÃO SANTA ELINA INDUSTRIA E COMERCIO S A-OF. N°06/2018
866.381/2010-MINERAÇÃO APOENA S A-OF. N°08/2018
Fase de Autorização de Pesquisa
Auto de Infração lavrado / Prazo para defesa ou pagamento 30 dias.(224)
866.496/2015-GDMBRASIL GEOLOGIA E DESENVOLVIMENTO MINERAL LTDA- AI N°122/2018
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)
866.256/2012-MINERAÇÃO J.E DIAMANTE LTDA-PONTAL DO ARAGUAIA/MT - Guia n° 03 - 04 e 05/2018-50.000 - 8.500 e 50.00toneladas-Areia - Cascalho e Diamante-Validade:12/12/2019
Fase de Concessão de Lavra
Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)
805.414/1974-ÁGUAS LEBRINHA LTDA- Nossa Senhora de Santana - Águas Lebrinha Ltda - 497ml, 500ml (fitness), 500ml (com gás), 1l (premium), 1l (premium com gás), 200ml, 300ml, 1,5l, 6l, 10l e 20l- CHAPADA DOS GUIMARÃES/MT

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800152

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Fase de Disponibilidade
Determina arquivamento Auto Infração - TAH(637)
866.152/1986-MINERAÇÃO MARAJOARA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA-AI N°107/2016
Determina o arquivamento imposição de multa(1810)
866.152/1986-MINERAÇÃO MARAJOARA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA- DOU de 14/06/2016
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
866.137/2014-AGROPECUARIA J. E. B. LTDA.-OF. N°047/2018-SR
Autoriza averbação da Prorrogação do Licenciamento(742)
866.154/2004-CERÂMICA SANTA ROSA LTDA EPP-Licenciamento N°:487/2005 - Prorrogado por (Indeterminado) ano(s)
866.025/2014-INDÚSTRIA REUNIDA DE ARTEFATOS DE CIMENTO E PRODUTOS CERÂMICOS LTDA ME-Licenciamento N°:046/2014 - Prorrogado por 03 ano(s)
866.190/2014-LOURIVAL TOMELIN- Licenciamento N°:067/2014 - Prorrogado por 02 ano(s)
Homologa renúncia do licenciamento(784)
867.237/2013-VANDERLINO PINTO DE SÁ ME
Fase de Requerimento de Registro de Extração
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(825)
866.001/2018-MUNICIPIO DE CLAUDIA-OF. N°92/2018-SR
866.002/2018-MUNICIPIO DE CLAUDIA-OF. N°93/2018-SR
Fase de Registro de Extração
Autoriza prorrogação do prazo do Registro de Extração por 03 anos(941)
866.823/2014-MUNICIPIO DE NOVO MUNDO-Registro de Extração N°16/2014 de 22/12/2014
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(954)
866.718/2010-PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES-OF. N°049/208-SR
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
866.906/2016-ITAMAR LOCKS-OF. N°94/2018-SR
Indefere requerimento de Licenciamento- área sem oneração(2096)
866.110/2015-PRENCON CONSTRUTORA LTDA

SERAFIM CARVALHO MELO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 23/2018/MT

Fase de Licenciamento
Despacho de retificação do Licenciamento(741)
867.094/2014-MINERAÇÃO AMERICA LTDA EPP-Licenciamento N°04/2016-Onde se lê: "...com prazo de validade até 17/11/2017..." - Leia-se:"...com prazo de validade até 02/10/2044..."
867.095/2014-MINERAÇÃO AMERICA LTDA EPP-Licenciamento N°05/2016-Onde se lê: "...com prazo de validade até 17/11/2017..." - Leia-se:"...com prazo de validade até 02/10/2044..."
867.096/2014-MINERAÇÃO AMERICA LTDA EPP-Licenciamento N°06/2016-Onde se lê: "...com prazo de validade até 17/11/2017..." - Leia-se:"...com prazo de validade até 02/10/2044..."
867.097/2014-MINERAÇÃO AMERICA LTDA EPP-Licenciamento N°07/2016-Onde se lê: "...com prazo de validade até 17/11/2017..." - Leia-se:"...com prazo de validade até 02/10/2044..."
Fase de Lavra Garimpeira
Retificação de despacho(1393)
866.115/2009-MOACYR DE CAMPOS - Publicado DOU de 02/02/2018, Relação n° 07/2018, Seção 1, pág. 56- Onde se lê:"...Cessionário: Rafael de Oliveira Cotrim Dias-CNPJ 015.655.899-84..." - Leia-se:"....Cessionário: Rafael de Oliveira Cotrim Dias-CNPJ 015.688.899-84 ..."
Torna sem efeito a publicação de despachos em duplicidade.(1984)
Relação n° 15/2018-Publicada no DOU de 12/03/2018-Processo nº 866.115/2009 - Evento nº 571

SERAFIM CARVALHO MELO

SUPERINTENDÊNCIA EM MINAS GERAIS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 96/2018/MG

Fase de Concessão de Lavra
Torna sem efeito Auto de Infração(608)
831.947/1988-União Boscatti Participação e Administração SA- AI N°2561 e 2562/2013;514;515;516;517;518 e 519/2014
Fase de Autorização de Pesquisa
Retificação de despacho(1387)
830.806/2003-SEBASTIÃO INÁCIO DE SOUZA ALVES - Publicado DOU de 05/09/2017, Relação n° 391/2017, Seção 1, pág. 37- Onde se lê:"...Cessionária:"Granwold Granitos Mundial Mineração e Exportação Ltda ME - CNPJ:07.733.145-0001-14..." Leia se:"'Granwold Granitos Mundial Mineração e Exportação Ltda ME - CNPJ:07.733.045-0001-14 "

PABLO CESAR DE SOUZA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 97/2018

Fase de Disponibilidade
Indefere requerimento de habilitação por não cumprimento de intimação(2108)
832.322/2007-Mírian Rodrigues da Cunha
834.396/2007-Danilo F Martins Me
834.727/2007-Minera Pesquisa Geológica Ltda
832.525/2008-Congonhas Minérios S.A
832.526/2008-Congonhas Minérios S.a
833.976/2008-Gilmar Andrade de Faria
834.157/2008-Gamelas Indústria & Comércio Ltda Me
830.443/2009-Transporte Fluvial Moura Ltda EPP
831.130/2009-Santa Rita Empreendimentos,Invest e Participações Ltda
831.550/2009-Areião São Luiz Ltda
832.155/2009-Congonhas Minérios S.a
832.156/2009-Congonhas Minérios S.a
832.210/2009-Mineradora Montes Claros Ltda
830.964/2010-Agrícola Rio Pardo Ltda
831.154/2010-Shinobu Kuribayashi
834.429/2010-Santa Rita Empreendimentos,Invest e Participações Ltda
834.973/2010-Vicer Transporte Fluvial Moura Ltda EPP
831.052/2011-M.Brasile Mineração Ltda
833.849/2011-Cmt Materiais de Construção Ltda
834.505/2011-Mineração Porto Nacional Ltda
830.182/2012-Areião São Luiz Ltda Me
830.214/2012-Dragagem e Transportes Itauna Ltda ME
833.789/2012-Mineração Trindade Ltda
830.908/2013-Embramine Empresa Brasileira de Perfurações e Sondagens Me
831.221/2013-Chevel Construtora Ltda

PABLO CESAR DE SOUZA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 98/2018/MG

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
830.521/2013-NADSON TORRES SARMENTO ME-OF. N°323/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
831.029/2016-AIR DE SOUZA RESENDE-OF. N°309/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
832.484/2016-RAFAEL DE ARAUJO CAMPANHÃ-OF. N°321/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
830.183/2017-SAUL CHAVES JARDIM-OF. N°322/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
830.200/2017-BRASIL PEDRAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA-OF. N°324/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
830.202/2017-BRASIL PEDRAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA-OF. N°326/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
830.251/2017-JULIA CALDAS NIQUINI-OF. N°300/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
830.279/2017-COSTA E VITA LTDA ME-OF. N°315/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
830.332/2017-HERMANNE FRANKLIN DAMASCENO ROCHA-OF. N°314/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
830.333/2017-JKM GRANITOS LTDA ME-OF. N°332/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
830.359/2017-DEPÓSITO SAARA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA-OF. N°316/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
830.367/2017-ROGERIO GUIMARÃES LIMA-OF. N°319/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
830.575/2017-CONSTRUTORA MINAS BRASIL LTDA EPP-OF. N°331/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
830.576/2017-CONSTRUTORA MINAS BRASIL LTDA EPP-OF. N°330/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
830.577/2017-CONSTRUTORA MINAS BRASIL LTDA EPP-OF. N°325/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
830.584/2017-CONSTRUTORA MINAS BRASIL LTDA EPP-OF. N°328/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
830.585/2017-CONSTRUTORA MINAS BRASIL LTDA EPP-OF. N°329/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
830.586/2017-CONSTRUTORA MINAS BRASIL LTDA EPP-OF. N°327/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
830.587/2017-CONSTRUTORA MINAS BRASIL LTDA EPP-OF. N°385/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
830.590/2017-MILÊNIO MINERADORA COMÉRCIO E INDUSTRIA LTDA.-OF. N°320/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
830.592/2017-JKM GRANITOS LTDA ME-OF. N°308/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
830.616/2017-THALES DE OLIVEIRA NASSER-OF. N°313/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
830.635/2017-DIONE SOUZA LOURIANO-OF. N°318/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
830.637/2017-EDUARDO CHAMONE DE OLIVEIRA-OF. N°317/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
830.680/2017-MJ GRANITOS LTDA ME-OF. N°369/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
830.684/2017-SAND MINERAÇÃO-OF. N°370/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
830.685/2017-JACINTO JÚNIOR BARBOSA SARAIVA ME-OF. N°312/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
830.720/2017-JOSÉ RONALDO RODRIGUES-OF. N°368/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
830.727/2017-THALES DE OLIVEIRA NASSER-OF. N°305/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
830.734/2017-MINERAÇÃO PRANDO LTDA-OF. N°311/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
830.735/2017-MINERAÇÃO PRANDO LTDA-OF. N°310/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
830.768/2017-NILVANE CESARIO DA SILVA ME-OF. N°333/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
830.811/2017-MARCELO DE MORAIS COSTA-OF. N°364/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
830.829/2017-FORMOSA MINERAÇÃO LTDA-OF. N°306/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
830.890/2017-HUGO FLORES FERNANDES-OF. N°374/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
830.922/2017-BEM VIVER EMPREENDIMENTOS LTDA-OF. N°375/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
830.950/2017-BIBOM MINERAÇÃO LTDA ME-OF. N°307/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
830.961/2017-MANOELZITO JOSÉ BOTELHO-OF. N°366/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
830.971/2017-MINERAÇÃO E TRANSPORTE ROSA DO VALE LTDA.-OF. N°367/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
831.059/2017-JORGE LUIZ RODRIGUES MOSER-OF. N°375/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
831.060/2017-JORGE LUIZ RODRIGUES MOSER-OF. N°375/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
831.517/2017-RAIMUNDO SECUNDINO HELENO SILVA EPP-OF. N°340/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
831.532/2017-ALMIR ROGÉRIO RODRIGUES SOUTO-OF. N°379/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
831.537/2017-MARIA MARTA CARVALHO-OF. N°335/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
831.555/2017-RODRIGO RODRIGUES DE MENEZES-OF. N°365/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
831.575/2017-JOSE RENAN DA CUNHA MELO-OF. N°334/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
832.049/2002-AXM INDUSTRÍA E COMERCIO DE PEDRAS LTDA-OF. N°371/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
Prorroga prazo para cumprimento de exigência(364)
806.243/1976-INTERCEMENT BRASIL S A-OF. N°401/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG-180 dias
834.589/2007-C.H.V. MAIA AREIA EIRELI ME-OF. N°302/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG-60 dias
Fase de Concessão de Lavra
Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)
831.947/1988-UNIAO BOSCATTI PARTICIPAÇAO E ADMINISTRAÇÃO SA- Fonte Midas - Marca Igarapé Gold - Embalagem 1,26L, com gás e sem gás.- IGARAPÉ/MG
830.838/2000-ÁGUA MINERAL AGUAÍ LTDA- Fonte: Dolores - Marca: Acqua Dora - Embalagem: 20L,sem gás - Fonte: da Mata - Marca: Acqua Dora - Embalagem: 20L, sem gás- SÃO JOAQUIM DE BICAS/MG
Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)
831.947/1988-UNIAO BOSCATTI PARTICIPAÇAO E ADMINISTRAÇÃO SA- AI N° 133;134;135;136 e 137/2018-FISC-DNPM/MG
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
831.947/1988-UNIAO BOSCATTI PARTICIPAÇAO E ADMINISTRAÇÃO SA-OF. N°203/2018-FISC-DNPM/MG
Nega prorrogação prazo para cumprimento de exigência(1104)
831.947/1988-UNIAO BOSCATTI PARTICIPAÇAO E ADMINISTRAÇÃO SA-OF. N°217/2017-FISC-DNPM/MG
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1738)
831.947/1988-UNIAO BOSCATTI PARTICIPAÇAO E ADMINISTRAÇÃO SA-OF. N°205/2018-FISC-DNPM/MG
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1799)
833.278/2015-MINERAÇÃO VILAS BÔAS LTDA-OF. N°178/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
831.044/2009-S P DA SILVA COUTO EXTRAÇÃO ME-OF. N°380/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
831.218/2012-ALBUQUERQUE E CIA LTDA ME-OF. N°268/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
Fase de Disponibilidade
Determina arquivamento definitivo do processo(1678)
830.627/2008-MINERAÇÃO POR DO SOLL EIRELI EPP
831.207/2010-AGUIA METAIS LTDA

PABLO CESAR DE SOUZA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 101/2018/MG

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina arquivamento definitivo do processo(155)
831.552/2017-JOÃO PAULO BARBOSA ME
Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(175)

832.663/2009-JKS MINERAÇÂO LTDA- Alvará n°11464/2013 - Cessionario:833.046/2014-JKS PARTICIPAÇÕES LTDA- CPF ou CNPJ 18.957.153/0001-97

832.025/2015-FRANCISCO HUMBERTO PAULINO- Alvará n°10082/2016 - Cessionario:831.773/2017 832.222/2017 832.223/2017,832.224/2017,832.225/2017.-FLAVIO DO PRADO DOMINGOS JONAS MATHEUS ARDUINI PAULINO RODOLFO ROCHA ARDUINI- CPF ou CNPJ 08.078.267/0001-03 087.101.976-05 114.224.626-41

Nega a anuência prévia aos atos de cessão parcial de autorização de pesquisa(194)

830.984/2015-HAMILTON BARBOSA PINTO- Cessionário:831.552/2017-João Paulo Barbosa ME

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)

834.007/2011-BEST WORK DO BRASIL CONSULTORIA EMPRESARIAL S S LTDA-OF. N°33/2018-CESD/SUPRIN/DNPM/MG-LAC Mineração Estrela Ltda ME

Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)

831.584/2012-LEANDRO PEREIRA DA SILVA- Cessionário:MINERAÇÃO SIMBRAEX LTDA ME- CPF ou CNPJ 24.742.803/0001-80- Alvará n°6184/2012

830.158/2013-HUGO DA SILVA- Cessionário:MIVAL MINERAÇÃO VALE DO RIO TIJUCAS LTDA- CPF ou CNPJ 83.471.722/0001-51- Alvará n°7295/2013

830.869/2014-RIVA COSTA DUTRA- Cessionário:TRANSPORTADORA BORBOREMA LTDA- CPF ou CNPJ 07.637.402/0001-40- Alvará n°4280/2015

Fase de Requerimento de Lavra

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)

831.192/1985-BETIMBRITA LTDA-OF. N°32/2018-CESD/SUPRIN/DNPM/MG Usibrita Ltda

831.837/1999-EZANON LUIZ DE FARIA-OF. N°31/2018-CESD/SUPRIN/DNPM/MG-LAC Carmelo &Filhos Minerais e Transportes Ltda

Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do requerimento de Lavra(1043)

831.759/2006-REUBI LUIZ DE MATOS- n° 9388/2008 - Cessionário: MINERAÇÃO DUCAL INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA- CNPJ 22.623.490/0001-15

832.314/2012-JORDANO ANTÔNIO BATISTA- n° 481/2013 - Cessionário: JORDANO ANTONIO BATISTA E CIA LTDA ME- CNPJ 18.137.115/0001-98

Fase de Licenciamento

Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)

830.188/2011-JORGE RAMOS VIERA-OF. N°34/2018-CESD/SUPRIN/DNPM/MG-LAC Emanuel de Carvalho Moura ME

Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(749)

835.772/1993-JOVIAL MINERAÇÃO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA ME- Cessionário:ALTO DA BOA VISTA MINERAÇÃO LTDA- CNPJ 01.774.668/0001-59- Licenciamento n°1176/2000- Vencimento do Licenciamento: Indeterminado

830.254/2016-C. ROBERTO MARTINS ME- Cessionário:CERÂMICA LAGOA DO CURRAL EMPREENDIMENTOS EIRELI- CNPJ 24.281.808/0001-52- Licenciamento n°4766/2016- Vencimento do Licenciamento: 19/01/2021

PABLO CESAR DE SOUZA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 102/2018/MG

Fase de Autorização de Pesquisa

Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)

831.356/2007-GIACAMPOS DIAMOND LTDA- Área de 500,00 hectares para 364,33 hectares-Diamante (beneficiado)

831.403/2015-RODRIGO CAMPOS PIEDADE- Área de 417,47 ha para 50 ha-Granito

Aprova o relatório de Pesquisa(317)

831.294/2014-PEDRO ANTONIO SALUMI-Granito

PABLO CESAR DE SOUZA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 103/2018/MG

Fase de Autorização de Pesquisa

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)

832.441/2014-MINAS GEMA MINERAÇÃO, COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.-OF. N°66/2018-ERPM-Superindetência-DNPM/MG

Fase de Requerimento de Lavra

Despacho publicado(356)

834.684/2008-GABI EXPLORAÇÃO E COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA-Determina a apresentação de licença ambiental e outros conforme Of. Nº042/2018-ERPC-Superintendência do DNPM/MG

834.055/2011-MINERAÇÃO JAJA LTDA ME-Determina a apresentação de licença ambiental conforme Of. Nº022/2018-ERPC-Superintendência do DNPM/MG

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)

831.050/1988-SUAÇUÍ MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°29/2018-ERGV-Superindetência-DNPM/MG

830.474/2000-INDÚSTRIA DE CAL SN LTDA.-OF. N°040/2018-ERPC-Superindetência-DNPM/MG

831.714/2003-GRANITOS VALE DO JEQUITINHONHA EIRELI-OF. N°26/2018-ERGV-Superindetência-DNPM/MG

830.111/2004-MINAS GEMA MINERAÇÃO, COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.-OF. N°69/2018-ERPM-Superindetência-DNPM/MG

832.122/2009-MINERAÇÃO ARCO IRIS LTDA. ME-OF. N°041/2018-ERPC-Superindetência-DNPM/MG

833.544/2010-MINERADORA BELO VALE LTDA-OF. N°039/2018-ERPC-Superindetência-DNPM/MG

833.217/2013-AREIA VOLTA GRANDE LTDA.-OF. N°64/2018-ERPM-Superindetência-DNPM/MG

PABLO CESAR DE SOUZA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 105/2018/MG

Fase de Autorização de Pesquisa

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)

832.893/2012-VALE S A-OF. N°63/2018-ERPM-Superindetência-DNPM/MG

Multa aplicada (Relatório de Pesquisa)/ Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(644)

833.875/2006-MINERAÇÃO JCJL LTDA ME - AI N°814/2017-FISC-DNPM/MG

833.984/2007-MANOEL DE MATOS JUNIOR - AI N°128/2015-FISC-DNPM/MG

834.411/2007-PEDREIRA UM VALEMIX LTDA. - AI N°129/2015-FISC-DNPM/MG

832.718/2008-BRAZMINCO LTDA - AI N°478/2017-FISC-DNPM/MG

833.389/2008-MARCELO LUIZ DE SOUZA ALVES - AI N°816/2017-FISC-DNPM/MG

834.890/2008-CELSO TAVARES - AI N°823/2017-FISC-DNPM/MG

832.593/2010-MARCOS ROBERTO MAIA - AI N°826/2017-FISC-DNPM/MG

832.869/2010-THIAGO NUNES DE SOUZA - AI N°829/2017-FISC-DNPM/MG

832.961/2010-JOSÉ GARCIA DA SILVA - AI N°830/2017-FISC-DNPM/MG

833.380/2010-TECTON COMERCIO EXTERIOR LTDA. - AI N°832/2017-FISC-DNPM/MG

833.713/2010-PAULO JOSÉ DA MOTA - ME - AI N°856/2017-FISC-DNPM/MG

834.439/2010-JADIR RIBEIRO DA MOTA - AI N°859/2017-FISC-DNPM/MG

Fase de Requerimento de Lavra

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)

832.278/1987-INDÚSTRIA E COMÉRCIO E MINERAÇÃO NANTES LTDA.-OF. N°404/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG

832.219/2001-COOPERATIVA DOS MINERADORES AMBIENTALISTAS DE MINAS GERAIS COOPERMAMG-OF. N°84/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG

830.144/2005-MINERAÇÃO DO MOINHO LTDA-OF. N°396/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG

830.145/2005-MINERAÇÃO DO MOINHO LTDA-OF. N°395/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG

830.146/2005-MINERAÇÃO DO MOINHO LTDA-OF. N°391/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG

830.402/2005-TAQUARIL MINERAÇÃO S A-OF. N°386/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG

831.242/2005-COELHO COMÉRCIO DE MINERAIS E SERVIÇOS DE MÁQUINAS LTDA-OF. N°301/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG

830.706/2007-CAC EMPREENDIMENTOS LTDA-OF. N°304/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG

830.774/2007-PEDRO JOSE DE BARROS FI-OF. N°387/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG

830.380/2008-VILMAR MARCELINO MENDES ME-OF. N°390 e 393/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG

831.250/2008-RAJ MINÉRIOS LTDA ME-OF. N°303/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG

834.857/2008-LA PIETÁ MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°372/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG

830.371/2012-EDGAR ANTONIO VILELA ME-OF. N°045/2018-ERPC-Superindetência-DNPM/MG

831.788/2012-GRANSENA EXPORTAÇÃO E COMÉRCIO LTDA.-OF. N°338/2018-ANAPRO/DGTM/SUPRIN/DNPM/MG

Nega prorrogação prazo para cumprimento de exigência(363)

830.361/2001-MINERAÇÃO CURIMBABA LTDA-OF. N°2286/2015-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG

832.345/2002-HINDALCO DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALUMINA LTDA.-OF. N°243/2013-DGTM/DNPM/MG

831.926/2003-GRANITO PRETO MINAS LTDA ME-OF. N°2349/2016-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG

Prorroga prazo para cumprimento de exigência(364)

830.921/1997-BRITACAL IND E COM DE BRITA E CALCARIO BRASILIA LTDA-OF. N°402/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG-180 dias

830.738/2000-CERÂMICA FUNDÃO LTDA EPP-OF. N°403/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG-180 dias

830.774/2007-PEDRO JOSE DE BARROS FI-OF. N°388/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG-180 dias

Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)

831.133/1980-GRANITOS SOLEDADE LTDA ME-OF. N°337/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG

830.874/1985-MINERAÇÃO AGUA LIMPA LTDA ME-OF. N°392/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG

830.002/1993-FOCUS MINERAÇÃO LTDA-OF. N°276/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG

832.303/1996-ICE MINERACAO LTDA-OF. N°284/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG

831.853/1998-MAGBAN - MÁRMORES E GRANITOS AQUIDABAN LTDA-OF. N°336/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG

832.011/2006-J & F MINERAÇÃO LTDA ME-OF. N°394/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG

834.857/2008-LA PIETÁ MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°373/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG

831.277/2009-TRA MINERAÇÃO LTDA-OF. N°62/2018-ERPM-Superindetência-DNPM/MG

831.788/2012-GRANSENA EXPORTAÇÃO E COMÉRCIO LTDA.-OF. N°339/2018-ANAPRO/DGTM/SUPRIN/DNPM/MG

Fase de Requerimento de Licenciamento

Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)

832.169/2006-ARVEL DRAGAGEM COMERCIO E TRANSPORTES LTDA ME-OF. N°343/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG

830.754/2016-ELENITA SILVA BERGAMO ME-OF. N°349/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG

830.119/2017-ALEIR BARROZO CORDEIRO-OF. N°352/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG

830.232/2017-MERCEARIA ROCHA MARTINS LTDA ME-OF. N°362/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG

830.245/2017-CARLOS BATISTA DOS ANJOS-OF. N°350/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG

830.407/2017-AREAL OCIDENTE LTDA-OF. N°360/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG

830.487/2017-PAULO CESER RIBEIRO ME-OF. N°358/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG

830.540/2017-MÁRCIO AUGUSTO DE MAGALHÃES VIANA ME-OF. N°357/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG

830.604/2017-VALTER GOMES FILHO AREIA ME-OF. N°356/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG

830.613/2017-HÉLIO BERNARDINO RODRIGUES ME-OF. N°355/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG

830.614/2017-CERÂMICA E FILITO SAGRADA FAMÍLIA LTDA-OF. N°354/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG

830.651/2017-USINA DELTA S.A.-OF. N°353/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG

Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 30 dias(1166)

832.847/2016-ARNALDO ORLANDO DE MENDONÇA-OF. N°270/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(1801)

830.193/2017-GILBERTO PAIVA PROCÓPIO FILHO ME-OF. N°351/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG

830.223/2017-AREEIRO MARROCOS LTDA-OF. N°363/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG

830.355/2017-TRENA CONSTRUCOES E REFORMAS LTDA - ME-OF. N°358/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG

830.483/2017-CERÂMICA MURILO GONZAGA RIBEIRO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA-OF. N°359/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG

PABLO CESAR DE SOUZA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 106/2018/MG

Fase de Autorização de Pesquisa

Determina arquivamento Auto Infração - TAH(637)

833.240/2014-PAVÃO ROCHAS ORNAMENTAIS LTDA.-AI N°132/2018-Superindetência-DNPM/MG

831.861/2015-GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA.-AI N°201/2018-Superindetência-DNPM/MG

831.927/2015-GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA.-AI N°210/2018-Superindetência-DNPM/MG

831.928/2015-GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA.-AI N°211/2018-Superindetência-DNPM/MG

831.987/2015-ECO STONE MINERAÇÃO LTDA.-AI N°214/2018-Superindetência-DNPM/MG

831.988/2015-ECO STONE MINERAÇÃO LTDA.-AI N°215/2018-Superindetência-DNPM/MG

831.989/2015-GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA.-AI N°216/2018-Superindetência-DNPM/MG

831.990/2015-ECO STONE MINERAÇÃO LTDA.-AI N°217/2018-Superindetência-DNPM/MG

831.992/2015-ECO STONE MINERAÇÃO LTDA.-AI N°218/2018-Superindetência-DNPM/MG

831.993/2015-ECO STONE MINERAÇÃO LTDA.-AI N°219/2018-Superindetência-DNPM/MG

831.998/2015-GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA.-AI N°221/2018-Superindetência-DNPM/MG

832.134/2015-ECO STONE MINERAÇÃO LTDA.-AI N°256/2018-Superindetência-DNPM/MG

832.136/2015-ECO STONE MINERAÇÃO LTDA.-AI N°257/2018-Superindetência-DNPM/MG

832.192/2015-ECO STONE MINERAÇÃO LTDA.-AI N°261/2018-Superindetência-DNPM/MG

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800154

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

832.193/2015-ECO STONE MINERAÇÃO LTDA.-AI N°262/2018-Superindetência-DNPM/MG
832.597/2015-GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA.-AI N°179/2018-Superindetência-DNPM/MG
832.599/2015-GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA.-AI N°280/2018-Superindetência-DNPM/MG
832.600/2015-GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA.-AI N°281/2018-Superindetência-DNPM/MG
832.601/2015-GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA.-AI N°282/2018-Superindetência-DNPM/MG
832.678/2015-ECO STONE MINERAÇÃO LTDA.-AI N°287/2018-Superindetência-DNPM/MG
832.682/2015-GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA.-AI N°291/2018-Superindetência-DNPM/MG
832.683/2015-ECO STONE MINERAÇÃO LTDA.-AI N°292/2018-Superindetência-DNPM/MG
832.684/2015-ECO STONE MINERAÇÃO LTDA.-AI N°293/2018-Superindetência-DNPM/MG
832.771/2015-MINERAÇÃO PANCIERI MINAS LTDA ME-AI N°304/2018-Superindetência-DNPM/MG
832.772/2015-MINERAÇÃO PANCIERI MINAS LTDA ME-AI N°305/2018-Superindetência-DNPM/MG
832.792/2015-MINERAÇÃO JUPARANÁ LTDA.-AI N°307/2018-Superindetência-DNPM/MG
832.825/2015-GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA.-AI N°309/2018-Superindetência-DNPM/MG
832.913/2015-ECO STONE MINERAÇÃO LTDA.-AI N°312/2018-Superindetência-DNPM/MG
832.914/2015-ECO STONE MINERAÇÃO LTDA.-AI N°313/2018-Superindetência-DNPM/MG
832.915/2015-ECO STONE MINERAÇÃO LTDA.-AI N°314/2018-Superindetência-DNPM/MG
832.916/2015-ECO STONE MINERAÇÃO LTDA.-AI N°315/2018-Superindetência-DNPM/MG
832.966/2015-ECO STONE MINERAÇÃO LTDA.-AI N°318/2018-Superindetência-DNPM/MG
832.967/2015-ECO STONE MINERAÇÃO LTDA.-AI N°319/2018-Superindetência-DNPM/MG
832.969/2015-ECO STONE MINERAÇÃO LTDA.-AI N°320/2018-Superindetência-DNPM/MG
832.970/2015-ECO STONE MINERAÇÃO LTDA.-AI N°321/2018-Superindetência-DNPM/MG
832.971/2015-ECO STONE MINERAÇÃO LTDA.-AI N°322/2018-Superindetência-DNPM/MG
832.972/2015-ECO STONE MINERAÇÃO LTDA.-AI N°323/2018-Superindetência-DNPM/MG
832.973/2015-ECO STONE MINERAÇÃO LTDA.-AI N°324/2018-Superindetência-DNPM/MG
832.974/2015-ECO STONE MINERAÇÃO LTDA.-AI N°325/2018-Superindetência-DNPM/MG
832.975/2015-ECO STONE MINERAÇÃO LTDA.-AI N°326/2018-Superindetência-DNPM/MG
832.976/2015-ECO STONE MINERAÇÃO LTDA.-AI N°327/2018-Superindetência-DNPM/MG
832.977/2015-ECO STONE MINERAÇÃO LTDA.-AI N°328/2018-Superindetência-DNPM/MG
832.978/2015-ECO STONE MINERAÇÃO LTDA.-AI N°329/2018-Superindetência-DNPM/MG
832.979/2015-ECO STONE MINERAÇÃO LTDA.-AI N°330/2018-Superindetência-DNPM/MG
833.012/2015-ECO STONE MINERAÇÃO LTDA.-AI N°332/2018-Superindetência-DNPM/MG
833.013/2015-ECO STONE MINERAÇÃO LTDA.-AI N°333/2018-Superindetência-DNPM/MG
830.103/2016-ECO STONE MINERAÇÃO LTDA.-AI N°341/2018-Superindetência-DNPM/MG
830.185/2016-ECO STONE MINERAÇÃO LTDA.-AI N°157/2018-Superindetência-DNPM/MG
832.301/2016-ITAPORÉ MINERAÇÃO LTDA. ME-AI N°370/2018-Superindetência-DNPM/MG
832.315/2016-GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA.-AI N°371/2018-Superindetência-DNPM/MG
832.735/2016-CATTEGRAN GRANITOS DO BRASIL EIRELI ME.-AI N°389/2018-Superindetência-DNPM/MG
832.799/2016-ECO STONE MINERAÇÃO LTDA.-AI N°392/2018-Superindetência-DNPM/MG
832.800/2016-ECO STONE MINERAÇÃO LTDA.-AI N°393/2018-Superindetência-DNPM/MG
832.801/2016-ECO STONE MINERAÇÃO LTDA.-AI N°394/2018-Superindetência-DNPM/MG
832.802/2016-ECO STONE MINERAÇÃO LTDA.-AI N°395/2018-Superindetência-DNPM/MG
Multa aplicada (Relatório de Pesquisa)/ Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(644)
832.514/2008-ITASIDER USINA SIDERURGICA ITAMINAS S A - AI N°841/2017-FISC-DNPM/MG
830.363/2009-TRANSPORTE E COMÉRCIO SÃO TOMÉ LTDA - AI N°852/2017-FISC-DNPM/MG
832.315/2009-DIOGO PATRICK ORNELAS CHAVES - AI N°854/2017-FISC-DNPM/MG
830.147/2010-CENTER POÇOS MINERAÇÃO LTDA. - AI N°824/2017-FISC-DNPM/MG
831.374/2010-GERALDO GONÇALVES DA SILVA - AI N°855/2017-FISC-DNPM/MG

PABLO CESAR DE SOUZA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 108/2018/MG

Fase de Autorização de Pesquisa
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
831.698/2004-COMPANHIA BRASILEIRA DE METALURGIA E MINERAÇÃO -Alvará N°7346/2004
831.718/2004-COMPANHIA BRASILEIRA DE METALURGIA E MINERAÇÃO -Alvará N°8632/2004
Fase de Licenciamento
Indefere pedido de prorrogação do Licenciamento(744)
834.003/2012-FRANCISCO XAVIER FRANÇA

PABLO CESAR DE SOUZA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 109/2018/MG

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
831.469/2013-DORIMAR MÁRMORES E GRANITOS LTDA ME-OF. N°25/2018-ERGV-Superindetência-DNPM/MG
833.165/2013-ROBERTO MOREIRA DE CARVALHO ME-OF. N°31/2018-FISC-DNPM/MG

PABLO CESAR DE SOUZA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 110/2018/MG

Fase de Requerimento de Lavra
Determina o cancelamento da Guia de utilização(1778)
836.115/1994-MINERAÇÃO CALDENSE LTDA- Guia de Utilização N°184/2016

PABLO CESAR DE SOUZA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 111/2018/MG

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
834.592/2011-PAULO CÉLIO DE FIGUEIREDO ME-OF. N°30/2018-ERGV-Superindetência-DNPM/MG
Prorroga por 03 (três) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(326)
831.665/1998-S.A.M. SUL AMÉRICA MINERAÇÃO LTDA.-ALVARÁ N°992/2000
834.592/2011-PAULO CÉLIO DE FIGUEIREDO ME-ALVARÁ N°11170/2014

PABLO CESAR DE SOUZA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 112/2018/MG

Fase de Autorização de Pesquisa
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
830.685/2003-MINAS GEMA MINERAÇÃO, COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.
833.177/2008-REDE GUSA MINERAÇÕES LTDA
833.985/2010-EXTRAÇAO E TRANSPORTE DE AREIA VALE DO TIJUCO NOSSA SENHORA APARECIDA LTDA
830.211/2014-GRANITOS LITORAL LTDA

PABLO CESAR DE SOUZA

SUPERINTENDÊNCIA NO PARÁ

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 36/2018/PA

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
850.919/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.
850.925/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.
850.926/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.
850.934/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.
850.935/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.
851.217/2017-PEDRO ARLAN CABRAL OLIVEIRA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
850.781/2017-SBM SISTEMA BRASILEIRO DE MINÉRIOS LTDA EPP-OF. N°1646/2018
851.289/2017-YARA MARIA TEIXEIRA FERREIRA-OF. N°1647/2018
851.342/2017-R M N N RECURSOS MINERAIS NORTE E NORDESTE EIRELI ME-OF. N°1648/2017
851.343/2017-R M N N RECURSOS MINERAIS NORTE E NORDESTE EIRELI ME-OF. N°1648/2017
Fase de Autorização de Pesquisa
Indefere requerimento de prorrogação de prazo do alvará de Pesquisa(197)
850.100/2009-XSTRATA BRASIL EXPLORAÇÃO MINERAL LTDA.
851.554/2013-PEDRO & VIANA LTDA EPP
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
850.301/2006-ABIMAEL BARBOSA DA ROCHA-OF. N°1665/2018
851.135/2007-COBREX PROSPECÇÃO MINERAL S.A.-OF. N°1386/2018
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
850.584/2009-COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO- Cessionário:VOTORANTIM CIMENTOS S/A- CPF ou CNPJ 01.637.895/0001-32- Alvará n°8.094/2015
850.025/2016-XSTRATA BRASIL EXPLORAÇÃO MINERAL LTDA.- Cessionário:Recursos Minerais do Brasil S.a-CPF ou CNPJ 09.277.745/0001-77- Alvará n°2.301/2016
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
851.661/2011-BRASIL RECURSOS NATURAIS INTERNACIONAL LTDA. -Alvará N°7.628/2016
851.727/2011-JOSÉ APARECIDO DA SILVA MINERAÇÃO -Alvará N°10.965/2015
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Indefere Requerimento de PLG(335)
850.204/2013-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA
850.632/2016-COOPA COOPERATIVA MISTA DE EXPL. MIN. AGROP. E COLONIZADORA DE PATROCINIO LTDA
850.950/2016-JÚLIO CEZAR DAL MAGRO
851.120/2016-COOPERATIVA DE PEQUENOS MINERADORES DE OURO E PEDRAS PRECIOSAS DE ALTA FLORESTA
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 60 dias(346)
851.985/2013-LEO STEINER-OF. N°Declaração de Aptidão recebida em 10/08/15.
851.986/2013-LEO STEINER-OF. N°Declaração de Aptidão recebida em 10/08/15.
Nega prorrogação prazo para cumprimento de exigência(347)
850.204/2013-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA-OF. N°1947/2015
851.120/2016-COOPERATIVA DE PEQUENOS MINERADORES DE OURO E PEDRAS PRECIOSAS DE ALTA FLORESTA-OF. N°2124/2017
Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
801.472/1968-INDAIÁ BRASIL ÁGUAS MINERAIS LTDA-OF. N°1.387/2018 - DNPM/PA
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Licenciamento com vigência a partir dessa publicação:(730)
850.332/2016-CERÂMICA N. S. APARECIDA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA-Licenciamento N°31/2018 - Prazo: 05/05/2025 ano(s)
850.532/2017-CAL REIS COMÉRCIO DE CALCÁRIO E DERIVADOS LTDA-Licenciamento N°30/2018 - Prazo: 03/11/2020 ano(s)
850.734/2017-PEDRO TAVARES E SILVA-Licenciamento N°29/2018 - Prazo: 04 (Quatro) ano(s)
850.092/2018-TARCISIO S PANTOJA ME-Licenciamento N°26/2018 - Prazo: 21/12/2019 ano(s)
850.111/2018-E MIRANDAPINHEIRO EPP-Licenciamento N°28/2018 - Prazo: 26/06/2019 ano(s)
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
851.071/2016-MARCOS MONTEIRO CRIVELLAR-OF. N°1641/2018
Indefere requerimento de Licenciamento- área sem oneração(2096)
850.053/2018-DENISAR M.SAMPAIO COMERCIO ME
850.065/2018-JOSÉ SANDES FERREIRA FILHO
850.066/2018-JOSÉ AUGUSTO FERREIRA E SILVA JÚNIOR
850.078/2018-OLIVAL SILVA DA CRUZ CUNHA
Fase de Requerimento de Registro de Extração
Indefere de Plano o Requerimento de Registro de Extração(821)
850.089/2018-EDINO CUNHA RODRIGUES
Fase de Disponibilidade
Determina arquivamento definitivo do processo(1678)
850.319/2005-XSTRATA BRASIL EXPLORAÇÃO MINERAL LTDA.

CARLOS BOTELHO DA COSTA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800155

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SUPERINTENDÊNCIA NA PARAÍBA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 28/2018/PB

Fase de Autorização de Pesquisa
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
846.059/2008-PAULO RODRIGUES DANTAS -Alvará N°4.892/2008
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
846.221/2013-PEDRA SERIDÓ MINERAÇÃO LTDA
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
846.216/2006-VON ROLL DO BRASIL LTDA-OF. N°385/2018
846.237/2006-VON ROLL DO BRASIL LTDA-OF. N°386/2018

FREDERICO EINSTEIN DE MIRANDA

SUPERINTENDÊNCIA NO PIAUÍ

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 15/2018/PI

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)

a. Neto Almeida de Andrade - 803053/11 - Not.112/2018 - R$ 50,34

Adelino Barbosa Ribeiro Neto - 803526/07 - Not.13/2018 - R$ 3.141,55

Adriano Medeiros Netto Ribeiro - 803188/11 - Not.114/2018 - R$ 6.872,46, 803188/11 - Not.115/2018 - R$ 356,34

Alceu Freire de Andrade - 803072/09 - Not.39/2018 - R$ 1.663,85

Ambientar Mineração Ltda me - 804224/08 - Not.24/2018 - R$ 1.981,07

Audeides Aguiar da Silva - 803316/09 - Not.59/2018 - R$ 12,54, 803283/10 - Not.101/2018 - R$ 135,01

Camaleão Mineração Ltda me - 803343/07 - Not.12/2018 - R$ 2.004,09

Candido da Silveira Quinderé - 803016/10 - Not.86/2018 - R$ 3.938,43

Cândido de Almeida Athayde Neto - 803292/09 - Not.57/2018 - R$ 156,47

Carvalho Meneses e CIA. LTDA. - 804359/08 - Not.92/2018 - R$ 3.213,36

Ceramica Alvorada Ltda (M.A.GL. Gonçalves) - 803419/10 - Not.106/2018 - R$ 200,55

Cibra Mineração e Industria Ltda - 803107/13 - Not.120/2018 - R$ 3.182,39

Cláudio Abrahamian Asfora - 803752/08 - Not.17/2018 - R$ 325,98, 803752/08 - Not.15/2018 - R$ 1.745,31

Conagro Ltda - 803395/10 - Not.103/2018 - R$ 356,34, 803395/10 - Not.104/2018 - R$ 185,20

Construmax Industria e Comercio Ltda - 803397/10 - Not.105/2018 - R$ 356,34, 803392/10 - Not.102/2018 - R$ 356,34

Cooperativa de Mineradores de Areia da Grande Teresina - 803565/12 - Not.119/2018 - R$ 158,61

Cristiano Dos Santos Araujo - 803123/07 - Not.16/2018 - R$ 6.981,23

D10 Mineração Ltda - 803202/07 - Not.9/2018 - R$ 7.665,52

Davi Prim - 803813/08 - Not.18/2018 - R$ 360,37

dm Mineração LTDA. - 803403/09 - Not.80/2018 - R$ 8.110,97, 803404/09 - Not.81/2018 - R$ 7.783,52

Ejovel Contrução, Engenharia e Serviços Ltda - 803056/11 - Not.113/2018 - R$ 5.014,83, 803536/10 - Not.111/2018 - R$ 346,35

Erggeo Geologia e Consultoria Ltda - 803199/09 - Not.93/2018 - R$ 6.837,90, 803226/09 - Not.94/2018 - R$ 3.295,76, 804179/08 - Not.88/2018 - R$ 6.927,02, 804180/08 - Not.89/2018 - R$ 6.895,29, 804181/08 - Not.90/2018 - R$ 6.945,03, 804182/08 - Not.91/2018 - R$ 8.179,90, 803330/09 - Not.61/2018 - R$ 3.414,02, 803221/09 - Not.51/2018 - R$ 2.887,50, 803222/09 - Not.52/2018 - R$ 3.286,49

Fck Industria e Comercio de Materiais de Construção Ltda - 803314/09 - Not.58/2018 - R$ 50,88

Flavio Gomes Ferreira Lima - 803347/09 - Not.62/2018 - R$ 1.104,57, 803421/09 - Not.82/2018 - R$ 3.929,14

Francinaldo Resende de Sousa - 804107/08 - Not.87/2018 - R$ 33,61

Francisco Alves Mendes - 803213/07 - Not.10/2018 - R$ 698,12

Francisco Fernandes Dos Santos me - 803039/09 - Not.38/2018 - R$ 192,72

Gildo Vila Machado - 804411/08 - Not.30/2018 - R$ 3.463,62

Gilson Veríssimo do Carmo - 804467/08 - Not.34/2018 - R$ 6.827,92

gm Rocha IND. COM. SERV. Ltda - 803215/09 - Not.45/2018 - R$ 6,91

Investmine Mineração Ltda - 804494/08 - Not.37/2018 - R$ 6.946,63, 803080/09 - Not.40/2018 - R$ 6.724,02, 803400/09 - Not.79/2018 - R$ 6.701,81

Itaoeste Serviços e Participações Ltda, - 803383/09 - Not.78/2018 - R$ 979,34, 803121/09 - Not.41/2018 - R$ 3.907,46, 803122/09 - Not.42/2018 - R$ 3.500,37, 803020/10 - Not.96/2018 - R$ 8.120,13, 803021/10 - Not.97/2018 - R$ 8.120,27, 803022/10 - Not.98/2018 - R$ 8.108,64, 803023/10 - Not.99/2018 - R$ 8.097,41, 803024/10 - Not.100/2018 - R$ 8.091,44

Ivan de Andrade Santos - 803612/08 - Not.14/2018 - R$ 174,53

José Alves de Sousa - 803440/09 - Not.84/2018 - R$ 38,04

José Edvan de Lima Oliveira - 803162/07 - Not.8/2018 - R$ 415,74

Laterra Mineração Ltda - 803427/10 - Not.107/2018 - R$ 356,34, 803428/10 - Not.108/2018 - R$ 356,34

Luis Coelho da Luz Filho - 803008/10 - Not.85/2018 - R$ 8.030,08

M.C.S. Salsa Ltda - 803017/01 - Not.3/2018 - R$ 3.884,68

Márcio Barbosa Pessoa - 803363/09 - Not.70/2018 - R$ 1.904,23, 803364/09 - Not.71/2018 - R$ 3.670,03, 803365/09 - Not.72/2018 - R$ 4.048,68, 803366/09 - Not.73/2018 - R$ 3.977,07, 803369/09 - Not.74/2018 - R$ 2.859,82, 803370/09 - Not.75/2018 - R$ 3.775,04, 803371/09 - Not.76/2018 - R$ 4.046,86, 803372/09 - Not.77/2018 - R$ 4.060,21

Minera Britagem e Energia Renovavel Ltda - 803416/12 - Not.118/2018 - R$ 96,32

Mineração Cristal Ltda - 803020/07 - Not.4/2018 - R$ 1.745,31

Mineração Loghi LTDA. - 803297/07 - Not.11/2018 - R$ 1.410,87, 804464/08 - Not.31/2018 - R$ 306,59, 804465/08 - Not.32/2018 - R$ 1.383,33

Npc Mineradora - 803249/14 - Not.64/2018 - R$ 3.971,01

Otavio Bentes de Oliveira Guimarães Neto - 803254/09 - Not.56/2018 - R$ 56,19

Pedro Ilgenfritz - 804410/08 - Not.29/2018 - R$ 3.511,30

Rafael Narita de Barros Nunes - 803494/10 - Not.109/2018 - R$ 356,34, 803495/10 - Not.110/2018 - R$ 356,34

Raimunda Maria Lima da Silva - 803124/07 - Not.6/2018 - R$ 6.981,23, 803126/07 - Not.7/2018 - R$ 6.981,23

Salinas Mineração e Pesquisa LTDA. - 803228/09 - Not.95/2018 - R$ 6.233,69

Simplício Ferreira de Carvalho Neto - 803160/09 - Not.43/2018 - R$ 4,78

Staff de Construções e Dragagem Ltda - 803247/11 - Not.116/2018 - R$ 3.712,72

Tecnominas Ltda - 803435/09 - Not.83/2018 - R$ 360,37

Tigre Geologia & Mineração Ltda - 803329/09 - Not.60/2018 - R$ 3.101,92, 803239/09 - Not.55/2018 - R$ 3.400,89, 803216/09 - Not.46/2018 - R$ 3.400,19, 803217/09 - Not.47/2018 - R$ 3.393,92, 803218/09 - Not.48/2018 - R$ 3.401,62, 803219/09 - Not.49/2018 - R$ 3.400,89, 803220/09 - Not.50/2018 - R$ 3.266,79, 803469/11 - Not.117/2018 - R$ 360,37

Usi Beton Locação de Equipamentos e PREST. Serviços Ltda me - 803280/16 - Not.69/2018 - R$ 3.971,01

Valmir Claudio Cruz - 804472/08 - Not.35/2018 - R$ 1.648,23, 804473/08 - Not.36/2018 - R$ 6.705,08

Wallasse Guedes Correia - 804389/08 - Not.27/2018 - R$ 8.183,29, 804390/08 - Not.28/2018 - R$ 8.149,07

ELISEU EMÍDIO NEVES CAVALCANTI
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA EM RORAIMA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 6/2018/RR

Fase de Autorização de Pesquisa
Auto de Infração lavrado / Prazo para defesa ou pagamento 30 dias.(224)
884.018/2013-VALMIR PEREIRA DE MELO- AI N°041/2018
884.056/2016-WALDISIO MOREIRA JUNIOR- AI N°042/2018
884.097/2016-GIBERTO MITSUYOSHI YUKI- AI N°043/2018
Fase de Concessão de Lavra
Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)
884.034/2003-NORTE MINERAÇÃO IND.COM.IMP.E EXPORTAÇÃO LTDA- Fonte Serra do Cumaru, Marca Diamante,Tipo de Embalagem 350mL, 600mL com Gás,350mL,600mL,2L,10L e 20L sem gás.- CANTÁ/RR
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Homologa desistência do requerimento de PLG(613)
884.095/2016-G. WOHLENBERG ME
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Licenciamento(742)
884.011/2014-ANTONIO ELISVALDO MARTINS SANTANA- Licenciamento N°:142 - Prorrogado por 04 ano(s)

EUGÊNIO PACELLI TAVARES

SUPERINTENDÊNCIA EM SÃO PAULO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 28/2018/SP

Fase de Concessão de Lavra
Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)
809.167/1974-MINERAÇÃO DESCALVADO LTDA- AI N° 338/2018-DFISC/DNPM/SP, 339/2018-DFISC/DNPM/SP, 340/2018-DFISC/DNPM/SP, 341/2018-DFISC/DNPM/SP, 342/2018-DFISC/DNPM/SP, 343/2018-DFISC/DNPM/SP, 344/2018-DFISC/DNPM/SP, 345/2018-DFISC/DNPM/SP e 346/2018-DFISC/DNPM/SP
820.291/1981-COMÉRCIO E PESQUISA DE MINERAL DIAVELIN LTDA ME- AI N° 334/2018-DFISC/DNPM/SP
820.528/1987-MINERBASE MINERAÇÃO LTDA- AI N° 347/18-DFISC/DNPM/SP - 22.03.18
820.815/2002-FONTE ÀGUA MINERAL RIO VELHO LTDA ME- AI N° 335/2018-DFISC/DNPM/SP e 336/2018-DFISC/DNPM/SP
820.080/2008-ADRIVANA CARGO LTDA.- AI N° 337/2018-DFISC/DNPM/SP

VICENTE ROSOLIA

SUPERINTENDÊNCIA EM SERGIPE

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 14/2018/SE

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
878.006/2018-SAN MARCOS REVEST CERAMICOS LTDA
878.007/2018-SAN MARCOS REVEST CERAMICOS LTDA
Fase de Autorização de Pesquisa
Nega a anuência prévia aos atos de cessão total de direitos(193)
878.010/2017-JC SERVIÇOS INTEGRADOS DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E MEIO AMBIENTE LTDA
Multa aplicada/ prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(225)
878.076/2014-ELIZABETH MINERAÇÃO LTDA -AI N°116/2017
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
878.101/2017-JC SERVIÇOS INTEGRADOS DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E MEIO AMBIENTE LTDA-Cessionário:Companhia Siderúrgica Nacional- CPF ou CNPJ 33.042.730/0001-04- Alvará n°9480/2017
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
878.171/2014-SANTANA E FILHOS LTDA-AI N°34/2018
878.138/2015-SAN MARCOS REVEST CERAMICOS LTDA-AI N°36/2018

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800156

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

878.015/2016-JOSELITA BRASILEIRO MORAIS AREIA ME-AI N°35/2018
Fase de Requerimento de Lavra
Homologa desistência do requerimento de Concessão de Lavra(352)
878.132/2009- VALE S A
878.133/2009- VALE S A
Fase de Licenciamento
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(749)
878.136/2014-MULTI MINERAÇÃO E COMPOSTAGEM LTDA ME- Cessionário:Jundu Nordeste Mineração Ltda- CNPJ 20.332.852/0001-93- Licenciamento n°57/2014- Vencimento do Licenciamento: 31/03/2018
Nega a anuência prévia aos atos de cessão total de licenciamento(750)
878.136/2014-MULTI MINERAÇÃO E COMPOSTAGEM LTDA ME
Determina arquivamento do Auto de Infração(762)
878.103/2007-SÃO ROQUE EXTRAÇÃO DE MINERAIS E COMERCIO LTDA- AI N°137/2017
Aceita a defesa apresentada(1192)
878.103/2007-SÃO ROQUE EXTRAÇÃO DE MINERAIS E COMERCIO LTDA
Fase de Requerimento de Licenciamento
Indefere requerimento de Licenciamento - área onerada(2095)
878.136/2016-ALBERTO ALVES LIMA

GEORGE EUSTAQUIO SILVA

SECRETARIA DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL

PORTARIA Nº 49, DE 22 DE MARÇO DE 2018

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 432, de 9 de agosto de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 7º e 43, do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, e o que consta do Processo DNPM nº 48403.832216/2002, resolve:

Art. 1° Outorgar à Go4 Participações e Empreendimentos S. A., concessão para lavrar Minério de Ferro, nos Municípios de Antônio Dias e Jaguaraçu, Estado de Minas Gerais, numa área de 1.137,20 hectares, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 19°33'17,826"S / 42°42'44,642"W; 19°33'54,226"S / 42°42'44,643"W; 19°33'54,226"S / 42°42'47,003"W; 19°33'54,253"S/42°42'47,003"W; 19°33'54,253"S/42°42'47,013"W; 19°34'16,026"S/42°42'47,013"W; 19°34'16,026"S/42°43'13,474"W; 19°34'33,778"S/42°43'13,474"W; 19°34'33,778"S/42°43'35,240"W; 19°34'44,485"S/42°43'35,240"W; 19°34'44,485"S/42°43'51,516"W; 19°35'00,560"S/42°43'51,516"W; 19°35'00,560"S/42°45'25,105"W; 19°34'10,399"S/42°45'25,105"W; 19°34'10,399"S/42°44'58,437"W; 19°33'45,687"S/42°44'58,437"W; 19°33'45,687"S/42°44'58,427"W; 19°33'17,826"S/42°44'58,427"W; 19°33'17,826"S/42°44'58,431"W; 19°33'17,826"S/42°43'49,886"W; 19°33'45,894"S/42°43'49,886"W; 19°33'45,894"S/42°43'42,270"W; 19°33'45,671"S/42°43'42,270"W; 19°33'45,671"S/42°43'42,258"W; 19°33'17,826"S/42°43'42,258"W; 19°33'17,826"S/42°42'44,642"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 19°33'17,826"S e Long. 42°42'44,642"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 1119,3m-S; 68,8m-W; 0,8m-S; 0,3m-W; 669,5m-S; 771,3m-W; 545,9m-S; 634,5m-W; 329,2m-S; 474,4m-W; 494,3m-S; 2727,8m-W; 1542,4m-N; 777,2m-E; 759,9m-N; 0,3m-E; 856,7m-N; 1997,9m-E; 863,1m-S; 222,0m-E; 6,9m-N; 0,3m-E; 856,2m-N; 1679,3m-E, conforme consta do Processo DNPM nº 48403.832216/2002, firma, como condição de eficácia para a outorga a ser concedida, o presente Termo de Compromisso no sentido de desempenhar suas atividades em conformidade com a legislação setorial, observando especialmente o seguinte:

I) A outorga de concessão de lavra fica condicionada à reserva lavrável de 28,6 milhões de toneladas de minério de ferro, sendo 19,2 milhões de toneladas de minério hematítico com teor médio de 62,27% Fe e 9,4 milhões de toneladas de minério itabirítico rico com teor médio de 51,38% Fe. e à produção média de 2,8 milhões toneladas/ano (ROM), que será concentrado para atingir as especificações de mercado sendo que os testes industriais realizados indicaram uma recuperação em massa de 71%, com isto, a quantidade de produto prevista será de 2.000,00 t/ano, conforme informações do Plano de Aproveitamento Econômico da Jazida, aprovado pelo Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM;

II) Qualquer alteração de especificações e metas do Plano de Aproveitamento Econômico da jazida ficarão submetidos à avaliação e à aprovação do DNPM, para, posteriormente, serem objeto de nova Portaria Ministerial autorizando sua efetiva implementação;

III) O titular da outorga deve iniciar os trabalhos previstos no plano de lavra no prazo de seis meses, contados da data da publicação da Portaria Ministerial de Concessão, sob pena de caracterização de abandono formal da jazida. Após iniciados os trabalhos de lavra, estes não poderão ser interrompidos por mais de seis meses consecutivos, nos termos do art. 49 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967; e

IV) A outorga de concessão de lavra e sua exploração pelo respectivo titular devem atender às condições estabelecidas por lei ou regulamentação setorial superveniente.

Assinatura, nome e CPF do representante da empresa

PORTARIA Nº 51/SGM, DE 22 DE MARÇO DE 2018

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 432, de 9 de agosto de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 7º e 43, do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, e o que consta do Processo DNPM nº 48412.866177/2014, resolve:

Art. 1° Outorgar à Vitória Régia Água Mineral Ltda., concessão para lavrar Água Mineral, no Município de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, numa área de 49,46 hectares, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 15°36'22,704"S / 54°54'55,080"W; 15°36'22,704"S / 54°55'06,935"W; 15°35'59,934"S / 54°55'06,935"W; 15°35'59,934"S / 54°54'43,215"W; 15°36'22,704"S / 54°54'43,215"W; 15°36'22,704"S / 54°54'55,070"W; 15°36'22,704"S / 54°54'55,080"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 15°36'22,704"S e Long. 54°54'55,080"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 353,2m-W; 699,9m-N; 706,6m-E; 699,9m-S; 353,2m-W; 0,3m-W.

Art. 2º Fica estabelecida a área de proteção desta Fonte, com extensão de 1189,19 hectares, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 15°36'18,370"S/54°55'03,310"W; 15°36'09,100"S/54°54'52,120"W; 15°36'09,100"S/54°54'52,120"W; 15°35'55,200"S/54°54'52,120"W; 15°35'55,200"S/54°54'46,520"W; 15°35'41,310"S/54°54'46,520"W; 15°35'41,310"S/54°54'40,930"W; 15°35'27,410"S/54°54'40,930"W; 15°35'27,410"S/54°54'35,330"W; 15°35'18,140"S/54°54'35,330"W; 15°35'18,140"S/54°54'24,140"W; 15°35'08,880"S/54°54'24,140"W; 15°35'08,880"S/54°54'12,950"W; 15°35'04,240"S/54°54'12,950"W; 15°35'04,240"S/54°54'01,770"W; 15°34'59,610"S/54°54'01,770"W; 15°34'59,610"S/54°53'44,980"W; 15°34'50,350"S/54°53'44,980"W; 15°34'50,350"S/54°53'39,390"W; 15°34'41,080"S/54°53'39,390"W; 15°34'41,080"S/54°53'33,790"W; 15°34'36,450"S/54°53'33,790"W; 15°34'36,450"S/54°53'28,200"W; 15°34'31,810"S/54°53'28,200"W; 15°34'31,810"S/54°53'22,600"W; 15°34'27,180"S/54°53'22,600"W; 15°34'27,180"S/54°53'17,010"W; 15°34'17,920"S/54°53'17,010"W; 15°34'17,920"S/54°53'05,820"W; 15°34'08,650"S/54°53'05,820"W; 15°34'08,650"S/54°53'00,220"W; 15°33'59,390"S/54°53'00,220"W; 15°33'59,390"S/54°52'49,030"W; 15°34'22,550"S/54°52'49,030"W; 15°34'22,550"S/54°52'43,440"W; 15°34'50,350"S/54°52'43,440"W; 15°34'50,350"S/54°52'37,840"W; 15°35'13,510"S/54°52'37,840"W; 15°35'13,510"S/54°52'32,250"W; 15°35'22,780"S/54°52'32,250"W; 15°35'22,780"S/54°52'26,650"W; 15°35'36,670"S/54°52'26,650"W; 15°35'36,670"S/54°52'21,060"W; 15°35'50,570"S/54°52'21,060"W; 15°35'50,570"S/54°52'15,460"W; 15°36'18,370"S/54°52'15,460"W; 15°36'18,370"S/54°55'03,310"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 15°36'18,370"S e Long. 54°55'03,310"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 284,9m-N; 333,3m-E; 427,3m-N; 166,8m-E; 426,9m-N; 166,5m-E; 427,3m-N; 166,8m-E; 284,9m-N; 333,4m-E; 284,6m-N; 333,4m-E; 142,6m-N; 333,1m-E; 142,3m-N; 500,2m-E; 284,6m-N; 166,5m-E; 284,9m-N; 166,8m-E; 142,3m-N; 166,5m-E; 142,6m-N; 166,8m-E; 142,3m-N; 166,5m-E; 284,6m-N; 333,4m-E; 284,9m-N; 166,8m-E; 284,6m-N; 333,4m-E; 711,9m-S; 166,5m-E; 854,5m-S; 166,8m-E; 711,9m-S; 166,5m-E; 284,9m-S; 166,8m-E; 426,9m-S; 166,5m-E; 427,3m-S; 166,8m-E; 854,5m-S; 5000,4m-W.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

VICENTE HUMBERTO LÔBO CRUZ

PORTARIA Nº 52, DE 22 DE MARÇO DE 2018

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 432, de 9 de agosto de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 7º e 43, do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, e o que consta do Processo DNPM nº 27214.848111/2000, resolve:

Art. 1° Outorgar à Mineração e Comércio Itaobi Ltda., concessão para lavrar Quartzito, nos Municípios de Caiçara do Rio do Vento e Lajes, Estado do Rio Grande do Norte, numa área de 800,81 hectares, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 05°49'18,029"S / 36°06'42,686"W; 05°49'11,824"S/36°06'42,686"W; 05°49'11,824"S/36°06'11,377"W; 05°47'55,292"S/36°06'11,378"W; 05°47'55,292"S/36°06'25,114"W; 05°47'40,366"S/36°06'25,115"W; 05°47'40,366"S/36°06'37,044"W; 05°47'56,992"S/36°06'37,044"W; 05°47'56,992"S/36°07'16,141"W; 05°47'40,366"S/36°07'16,141"W; 05°47'40,365"S/36°07'48,889"W; 05°49'18,028"S/36°07'48,892"W; 05°49'18,029"S/36°06'42,686"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 05°49'18,029"S e Long. 36°06'42,686"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 190,6m-N; 963,2m-E; 2350,9m-N; 422,6m-W; 458,5m-N; 367,0m-W; 510,7m-S; 1202,8m-W; 510,7m-N; 1007,5m-W; 3000,0m-S; 2036,7m-E.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

VICENTE HUMBERTO LÔBO CRUZ

PORTARIA Nº 53, DE 22 DE MARÇO DE 2018

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 432, de 9 de agosto de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 7º e 43, do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, e o que consta do Processo DNPM nº 48406.861979/2005, resolve:

Art. 1° Outorgar à Companhia Brasileira de Alumínio, concessão para lavrar Minério de Alumínio, nos Municípios de Barro Alto e Santa Rita do Novo Destino, Estado de Goiás, numa área de 574,67 hectares, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 15°03'27,689"S/48°59'41,916"W; 15°02'38,890"S/48°59'41,916"W; 15°02'38,889"S/48°59'18,481"W; 15°02'47,354"S/48°59'18,480"W; 15°03'27,689"S/48°59'18,479"W; 15°03'27,689"S/48°59'41,916"W; 15°02'47,353"S/48°58'59,250"W; 15°02'38,856"S/48°58'59,250"W; 15°02'38,856"S/49°00'21,878"W; 15°04'08,455"S/49°00'21,882"W; 15°04'08,455"S/48°58'59,245"W; 15°02'47,353"S/48°58'59,250"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 15°03'27,689"S e Long. 48°59'41,916"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 1499,9m-NW 00°00'11"002; 700,0m-NE 89°59'48"214; 260,2m-SE 00°00'07"928; 1239,7m-SE 00°00'09"983; 700,0m-SW 89°59'48"213; 1777,9m-NE 45°47'13"549;261,2m-NW 00°00'07"898; 2468,0m-SW 89°59'49"135; 2753,9m-SE 00°00'10"486; 2468,0m-NE 89°59'49"135; 2492,7m-NW 00°00'10"757.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

VICENTE HUMBERTO LÔBO CRUZ

PORTARIA Nº 54, DE 22 DE MARÇO DE 2018

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 432, de 9 de agosto de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 7º e 43, do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, e o que consta do Processo DNPM nº 27214.848092/2001, resolve:

Art. 1° Outorgar à Mineração Coto Comércio Importação e Exportação Ltda., concessão para lavrar Conglomerado e Granito, nos Municípios de Equador e Parelhas, Estado do Rio Grande do Norte, numa área de 993,03 hectares, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 06°46'02,252"S/36°38'32,876"W; 06°46'47,806"S/36°38'32,876"W; 06°46'47,806"S/36°38'42,641"W; 06°47'42,925"S/36°38'42,641"W;

06°47'42,925"S/36°39'09,096"W; 06°49'33,976"S/36°39'09,096"W; 06°49'33,976"S/36°39'45,569"W; 06°48'26,914"S/36°39'45,569"W; 06°48'26,914"S/36°39'35,000"W; 06°45'35,269"S/36°39'35,000"W; 06°45'35,269"S/36°38'45,642"W; 06°46'02,147"S/36°38'45,642"W; 06°46'02,147"S/36°38'48,164"W; 06°46'01,622"S/36°38'48,164"W; 06°46'01,622"S/36°39'04,407"W; 06°46'08,129"S/36°39'04,407"W; 06°46'08,129"S/36°38'48,164"W; 06°46'02,252"S/36°38'48,164"W; 06°46'02,252"S/36°38'32,876"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 06°46'02,252"S e Long. 36°38'32,876"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 1399,4m-S; 299,9m-W; 1693,2m-S; 812,4m-W; 3411,4m-S; 1119,9m-W; 2060,1m-N; 324,5m-E; 5272,8m-N; 1515,7m-E; 825,7m-S; 77,4m-W; 16,1m-N; 498,8m-W; 199,9m-S; 498,8m-E; 180,5m-N; 469,4m-E.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

VICENTE HUMBERTO LÔBO CRUZ

PORTARIA Nº 55, DE 22 DE MARÇO DE 2018

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 432, de 9 de agosto de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 7º e 43, do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, e o que consta do Processo DNPM nº 48407.871158/2008, resolve:

Art. 1° Outorgar à Gransena Exportação e Comércio Ltda., concessão para lavrar Granito, no Município de Caetanos, Estado da Bahia, numa área de 443,48 hectares, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 14°12'41,998"S/40°58'16,758"W; 14°12'41,998"S/40°56'28,125"W; 14°13'14,528"S/40°56'28,125"W; 14°13'14,528"S/40°57'30,528"W; 14°13'30,217"S/40°57'30,528"W; 14°13'30,217"S/40°57'47,205"W; 14°13'48,960"S/40°57'47,205"W; 14°13'48,960"S/40°58'16,758"W; 14°12'41,998"S/40°58'16,758"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 14°12'41,998"S e Long. 40°58'16,758"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 3256,9m-E; 999,8m-S; 1870,9m-W; 482,2m-S; 500,0m-W; 576,0m-S; 886,0m-W; 2058,0m-N.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

VICENTE HUMBERTO LÔBO CRUZ

Ministério do Desenvolvimento Social

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 967, DE 22 DE MARÇO DE 2018

Altera a Portaria nº 36, de 25 de abril de 2014, e a Portaria nº 113, de 10 de dezembro de 2015, do Ministério do Desenvolvimento Social, e dá outras providências.

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 87, parágrafo único, incisos I e II da Constituição Federal, o art. 33 da Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017, o art. 1º do Anexo I do Decreto nº 8.949, de 29 de dezembro de 2016, e o art. 13 do Decreto nº 7.788, de 15 de agosto de 2012, e considerando o disposto na Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, no Decreto nº 7.788, de 2012, e na Resolução nº 33, de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Assistência Social, que aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS, resolve:

Art. 1º A Portaria nº 36, de 25 de abril de 2014, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 3º.....

III - priorizar o repasse de recursos, conforme a disponibilidade financeira, aos entes federativos que estiverem com menor saldo nas contas dos respectivos fundos de assistência social, observando os saldos individualizados dos Programas, Projetos e dos Blocos de Financiamento da Proteção Social Básica, da Proteção Social Especial e da Gestão do SUAS.

§ 1º A apuração, a suspensão e o restabelecimento serão realizados separadamente nos Blocos de Financiamento da Proteção Social Básica e da Proteção Social Especial.

....." (NR)

Art. 2º A Portaria nº 113, de 10 de dezembro de 2015, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 7º.....

.....

II - Bloco da Proteção Social Especial;

....."

Art. 8º São componentes dos Blocos de Financiamento da Proteção Social Básica e da Proteção Social Especial os serviços já instituídos e tipificados e os que venham a ser criados no âmbito de cada Proteção." (NR)

Art. 22.....

§ 2º O percentual será apurado, separadamente, nos Blocos da Proteção Social Básica e da Proteção Social Especial e para cada Programa ou Projeto.

....."

Art. 33. Os recursos dos Blocos de Financiamento da Proteção Social Básica, Proteção Social Especial, dos Programas e dos Projetos terão suas prestações de contas registradas em instrumento denominado Demonstrativo Sintético Anual de Execução Físico Financeira, contido no sistema informatizado SUASWeb, cujos dados deverão ser lançados pelos gestores estaduais, municipais e do Distrito Federal e submetidos à manifestação do Conselho de Assistência Social competente, quanto ao cumprimento das finalidades dos recursos.

....."

Art. 43.....

§1º.....

I- para a conta do Bloco de Financiamento correspondente da Proteção Social Básica e da Proteção Social Especial, quando se tratar de recursos referentes aos serviços das respectivas Proteções".

....."(NR)

Art. 3º O Fundo Nacional de Assistência Social providenciará a abertura de conta corrente específica e vinculada ao fundos estaduais, municipais e do Distrito Federal para o Bloco de Financiamento da Proteção Social Especial, demandando ao gestor dos respectivos fundos realizar transferência dos saldos das contas vinculadas aos Blocos de Financiamento da Proteção Social de Média e Alta Complexidade para a nova conta corrente, observados os prazos e procedimentos estabelecidos em ato da Secretaria Nacional de Assistência Social.

Parágrafo único. Após a abertura das novas contas, os recursos do cofinanciamento federal referentes à Proteção Social Especial serão depositados na conta específica do Bloco de Financiamento da Proteção Social Especial.

Art. 4º Revoga-se o inciso III do art. 7º da Portaria nº 113, de 10 de dezembro de 2015.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSMAR GASPARINI TERRA

(*)Republicada por ter saído, no DOU, Nº 58, de 26-3-2018, Seção 1, pag. 184, com incorreção no original

PORTARIA Nº 1.324, DE 27 DE MARÇO DE 2018

Dispõe sobre a prestação de apoio financeiro pelo Ministério do Desenvolvimento Social aos entes federativos que recebem o Fundo de Participação dos Municípios - FPM no exercício de 2018.

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, inciso II, parágrafo único, da Constituição Federal, o art. 33 da Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017, e tendo em vista o disposto na Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e no Decreto nº 7.788, de 15 de agosto de 2012,

Considerando a Medida Provisória nº 815, de 29 de dezembro de 2017, que dispõe sobre a prestação de apoio financeiro pela União aos entes federativos que recebem o Fundo de Participação dos Municípios - FPM, no exercício de 2018;

Considerando a Lei nº 13.633, de 12 de março de 2018, que abriu, em favor do Ministério do Desenvolvimento Social, crédito especial no valor de R$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais), para prestar o apoio financeiro a que se refere a Medida Provisória nº 815, de 2017;

Considerando a Portaria nº 113, de 10 de dezembro de 2015, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, que regulamenta o cofinanciamento federal do Sistema Único de Assistência Social - SUAS e a transferência de recursos na modalidade fundo a fundo e dá outras providências; e

Considerando a Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009, do Conselho Nacional de Assistência Social, que aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, resolve:

Art. 1º Esta Portaria dispõe sobre a prestação de apoio financeiro pelo Ministério do Desenvolvimento Social, no valor de R$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais), aos entes federativos que recebem o Fundo de Participação dos Municípios - FPM no exercício de 2018, nos termos da Medida Provisória nº 815, de 29 de dezembro de 2017, com o objetivo de superar dificuldades financeiras na área de assistência social.

Art. 2º O valor do apoio financeiro aos municípios e ao Distrito Federal foi calculado em observância aos mesmos critérios aplicáveis ao FPM para o exercício de 2018.

Parágrafo único. O apoio financeiro compõe as parcelas referentes aos Blocos de Financiamento de Serviços e Gestão do Sistema Único de Assistência Social - SUAS e será repassado na modalidade fundo a fundo.

Art. 3º A execução financeira dos recursos repassados deve ser compatível com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, com os respectivos Plano de Assistência Social e Plano de Ação, e demais normativos que os regem.

Parágrafo único. Os recursos vinculados aos Blocos de Financiamento de Serviços e Gestão do Sistema Único de Assistência Social - SUAS podem ser utilizados para pagamento de despesas de qualquer um dos serviços do respectivo Bloco, desde que sejam asseguradas as ofertas das ações pactuadas, dentro dos padrões e condições normatizadas.

Art. 4º Os recursos de que trata esta Portaria deverão onerar a funcional programática 08.845.0903.00QR.001 - Apoio financeiro pela União aos entes federativos que recebem o Fundo de Participação dos Municípios - FPM, categoria econômica custeio.

Art. 5º O valor destinado a cada município e ao Distrito Federal será repassado pelo Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS de uma única vez, independentemente da quantidade de ordens bancárias que forem emitidas em favor dos fundos municipais de assistência social ou fundo de assistência social do Distrito Federal.

Art. 6º Os recursos repassados ficam sujeitos às normas legais e regulamentares que regem a execução orçamentária e financeira dos recursos oriundos do FNAS.

Art. 7º A prestação de contas dos recursos recebidos dar-se-á na forma da Portaria nº 113, de 10 de dezembro de 2015, do MDS.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

OSMAR GASPARINI TERRA

DESPACHOS DE 26 DE MARÇO DE 2018

O CHEFE DE GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria MDS nº 133, de 24 de dezembro de 2014, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, e no § 4º do art. 14 do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, resolve abrir prazo de quinze dias para a manifestação da sociedade civil, no sítio www.mds.gov.br, referente ao seguinte processo:

Nome da entidade: ASSOCIAÇÃO ALFASOL
CNPJ: 02.871.771/0001-80
Município: São Paulo/SP
Processo nº: 71000.020486/2011-10

O CHEFE DE GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria MDS nº 133, de 24 de dezembro de 2014, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, e no § 4º do art. 14 do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, resolve abrir prazo de quinze dias para a manifestação da sociedade civil, no sítio www.mds.gov.br, referente ao seguinte processo:

Nome da entidade: ASSOCIAÇÃO PALAS ATHENA DO BRASIL
CNPJ: 43.310.283/0001-80
Município: São Paulo/SP
Processo nº: 71000.113037/2015-30

O CHEFE DE GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria MDS nº 133, de 24 de dezembro de 2014, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, e no § 4º do art. 14 do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, resolve abrir prazo de quinze dias para a manifestação da sociedade civil, no sítio www.mds.gov.br, referente ao seguinte processo:

Nome da entidade: ASSOCIAÇÃO REDES DE DESENVOLVIMENTO DA MARÉ
CNPJ: 08.934.089/0001-75
Município: Rio de Janeiro/RJ
Processo nº: 71000.001358/2016-73

O CHEFE DE GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria MDS nº 133, de 24 de dezembro de 2014, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, e no § 4º do art. 14 do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, resolve abrir prazo de quinze dias para a manifestação da sociedade civil, no sítio www.mds.gov.br, referente ao seguinte processo:

Nome da entidade: CONGREGAÇÃO E BENEFICÊNCIA SEFARDI PAULISTA
CNPJ: 60.958.238/0001-56
Município: São Paulo/SP
Processo nº: 71010.001077/2006-20

O CHEFE DE GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria MDS nº 133, de 24 de dezembro de 2014, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, e no § 4º do art. 14 do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, resolve abrir prazo de quinze dias para a manifestação da sociedade civil, no sítio www.mds.gov.br, referente ao seguinte processo:

Nome da entidade: OBRAS SOCIAIS DA DIOCESE DE GOIÁS
CNPJ: 00.028.217/0001-00
Município: Goiás/GO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800158

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Processo nº: 71000.134990/2014-31

DESPACHOS DE 27 DE MARÇO DE 2018.

O CHEFE DE GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria MDS nº 133, de 24 de dezembro de 2014, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, e no § 4º do art. 14 do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, resolve abrir prazo de quinze dias para a manifestação da sociedade civil, no sítio www.mds.gov.br, referente ao seguinte processo:

Nome da entidade: LAR ASSISTENCIAL OSÓRIO MACIEL DE FARIA

CNPJ: 44.844.447/0001-12

Município: Tapiratiba/SP

Processo nº: 71000.054831/2016-15

O CHEFE DE GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria MDS nº 133, de 24 de dezembro de 2014, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, e no § 4º do art. 14 do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, resolve abrir prazo de quinze dias para a manifestação da sociedade civil, no sítio www.mds.gov.br, referente ao seguinte processo:

Nome da entidade: CRECHE E BERÇÁRIO CRIANÇA FELIZ

CNPJ: 45.424.728/0001-89

Município: Botucatu/SP

Processo nº: 71000.062204/2012-24

JOSÉ HENRIQUE MEDEIROS PIRES

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 638, DE 27 DE MARÇO DE 2018

Dispõe sobre localização de Agências da Previdência Social.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:
Decreto nº 9.104, de 24 de julho de 2017.
Portaria MPS nº 16, de 20 de janeiro de 2009;
Portaria MPS nº 547, de 9 de setembro de 2011; e
Resolução nº 173/INSS/PRES, de 19 de janeiro de 2012.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 9.104, de 24 de julho de 2017, e considerando o Projeto de Expansão da Rede de Atendimento da Previdência Social, bem como a necessidade de sua adequação, resolve:

Art. 1º Ficam localizadas as seguintes Agências da Previdência Social, todas vinculadas à Gerência-Executiva Juazeiro, Estado da Bahia:

I - Agência da Previdência Social Curaça - APSCRC, tipo D, código 04.024.24.0;

II - Agência da Previdência Social Pilão Arcado - APSPAD, tipo D, código 04.024.25.0;

III - Agência da Previdência Social João Dourado - APSJDO, tipo D, código 04.024.26.0; e

IV - Agência da Previdência Social Capim Grosso - APSCPG, tipo D, código 04.024.27.0.

Art. 2º Caberá aos Órgãos Seccionais, Órgãos Específicos, Órgãos Descentralizados e à Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência - Dataprev, adotar as providências de caráter técnico e administrativo para a concretização deste Ato.

Art. 3º Esta Resolução altera o Anexo III da Resolução nº 173/INSS/PRES, de 19 de janeiro de 2012, e entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO PAULO SOARES LOPES

SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PORTARIA Nº 56, DE 22 DE MARÇO DE 2018

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, no uso das atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010 e no Parecer nº 38/2017/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS constante do Processo de Supervisão Extraordinária nº 71000.065965/2017-42, resolve:

Art. 1º Abrir prazo de 30 (trinta) dias para a entidade Associação de Assistência Social Monte das Oliveiras, CNPJ: 02.561.439/0001-19, com sede em Brasília/DF, apresentar recurso contra a decisão de procedência da Supervisão Extraordinária, com base no nos artigos 3º e 19, I da Lei nº 12.101/2009 e artigos 3º e 39, II do Decreto nº 8.242/2014; bem como o cancelamento da Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS, concedida por meio do Processo de Concessão nº 71010.002522/2007-50, para o período: 03/12/2012 a 02/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO CARMO BRANT DE CARVALHO

PORTARIA Nº 57, DE 22 DE MARÇO DE 2018

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, no uso das atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010 e no Despacho n° 710/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS constante do Processo de Supervisão Extraordinária nº 71000.066074/2017-11, resolve:

Art. 1º Abrir prazo de 30 (trinta) dias para a entidade Fundação Jaime Câmaras, CNPJ: 86.864.204/0001-96, com sede em Goiânia/GO, apresentar defesa em Processo de Supervisão Extraordinária nº 71000.066074/2017-11, instaurada em seu desfavor, em razão de não possuir inscrição junto ao Conselho de Assistência Social do Distrito Federal - CAS/DF, bem como estar com seu CNPJ baixado junto à Receita Federal do Brasil.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO CARMO BRANT DE CARVALHO

PORTARIA Nº 64, DE 27 DE MARÇO DE 2018

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710 de 30 de setembro de 2010, considerando o constante dos autos do processo nº 71000.082058/2017-68, resolve:

Art. 1º Anular o item 111, art. 1º da Portaria nº 62 de 26/03/2018, publicada no Diário Oficial da União de 27/03/2018, Seção 1, página 71, CNPJ: 76.610.591/0001-80, referente a entidade CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA DO ESTADO DO PARANÁ, CURITIBA/PR, em razão de publicação indevida.

Art. 2º Indeferir o pedido de Renovação da certificação de entidade beneficente de assistência social, considerando os fundamentos contantes no parecer técnico nº 53062/2018 do CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA DO ESTADO DO PARANÁ, CURITIBA/PR, CNPJ 76.610.591/0001-80, por contrariarem os requisitos legais constantes na Lei 12.101/2009. A entidade não apresentou documento(s) obrigatório(s); Não atua preponderantemente no âmbito da assistência social; Não demonstrou continuidade nas ofertas; Não demonstrou planejamento nas ofertas.

Art. 3º Abrir prazo de 30 (trinta) dias, a contar desta publicação, para que a entidade apresente recurso contra a decisão, sem efeito suspensivo.

Art. 4º Cientifique-se a Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO CARMO BRANT DE CARVALHO

SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

PORTARIA Nº 20, DE 27 DE MARÇO DE 2018

Estabelece a metodologia utilizada para a definição da meta de execução e do limite financeiro a ser disponibilizado ao Município que aderiu ao Programa de Aquisição de Alimentos, e propõe metas, limite financeiro e prazo para a implementação da modalidade de execução Compra com Doação Simultânea.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 1º, § 1º, II, da Portaria MDS nº 199, de 27 de setembro de 2012, com a redação dada pela Portaria MDS nº 29, de 4 de abril de 2014, e

CONSIDERANDO a adesão dos municípios ao Programa de Aquisição de Alimentos, em conformidade com a Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, o Decreto nº 8.293, de 12 de agosto de 2014, e a Resolução nº 45, de 13 de abril de 2012, do Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos, bem como a necessidade de subsidiar a elaboração dos planos operacionais, resolve:

Art. 1º Propor aos municípios que aderiram ao Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, relacionados no Anexo I, metas e limites financeiros para a implementação do Programa, na modalidade Compra com Doação Simultânea, no prazo de 12 (doze) meses a partir de sua pactuação.

Parágrafo único. O prazo dos planos operacionais, por iniciativa da unidade gestora, poderá ser prorrogado em função do desempenho da Unidade Executora.

Art. 2º Para a efetivação da modalidade de execução Compra com Doação Simultânea, o Ministério do Desenvolvimento Social - MDS realizará pagamentos a beneficiários fornecedores ou a organizações fornecedoras, observados os limites por Unidade Familiar e demais normas do programa, por Unidade da Federação, dentro dos limites financeiros indicados no Anexo I.

Parágrafo único. Os recursos destinados ao pagamento de que trata o caput serão alocados no orçamento do MDS, UO 55.101, consignados no Programa de Trabalho nº 08.306.2069.2798.0001 - Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar.

Art. 3º Para a definição dos limites de recursos financeiros a serem disponibilizados, a metodologia a ser utilizada pelo MDS basear-se-á em critérios necessários à fixação de limites de referência e de parâmetros de expansão, observadas as regras a seguir:

I - os municípios serão distribuídos, de acordo com o tamanho da população, em três grupos:

a) grupo A - até 15.000 habitantes;

b) grupo B - de 15.001 a 500.000 habitantes; e

c) grupo C - acima de 500.000 habitantes;

II - os limites de referência serão:

a) para os municípios dos grupos A e C, fixos e equivalentes, respectivamente, a R$ 90.000,00 (noventa mil reais) e R$ 3.000.000,00 (três milhões de reais); e

b) obtidos pela multiplicação do número de habitantes do município por seis, no caso dos municípios do grupo B;

III - após o estabelecimento do limite de referência, será definido um parâmetro para a sua expansão, baseado no número de estabelecimentos da agricultura familiar no município, a partir do cálculo do percentual de habitantes vinculados à agricultura familiar, considerando-se cada unidade familiar composta por quatro indivíduos, frente ao total de habitantes no município, de forma que:

a) o teto dos municípios cujo percentual relativo à população vinculada à agricultura familiar situe-se entre 10% (dez por cento) e 30% (trinta por cento) seja expandido em 10% (dez por cento); e

b) o teto dos municípios cujo percentual relativo à população vinculada à agricultura familiar supere 30% (trinta por cento) seja expandido em 20% (vinte por cento);

IV - após a expansão de que trata o inciso III, os limites de referência serão novamente expandidos, de acordo com categorização a ser estabelecida com base na relação entre o percentual de habitantes extremamente pobres no município e o percentual brasileiro de população extremamente pobre, de forma que os municípios tenham seus tetos de referência expandidos de 5% (cinco por cento) a 30% (trinta por cento), de acordo com seus percentuais de extrema pobreza, conforme o Anexo II;

V - agrega-se ao limite obtido para cada município o valor correspondente ao percentual de insegurança alimentar grave no Estado no qual o município está inserido, em conformidade com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD/IBGE; e

VI - para a definição dos limites financeiros, confronta-se a demanda de recursos financeiros apresentada pelos municípios, por meio de uma ficha de levantamento de demanda, com o limite de referência calculado para cada município, adotando-se como limite o menor valor.

Art. 4º As metas de execução são definidas com base no limite financeiro calculado por município, dividido pelo limite anual por unidade familiar chegando-se assim à proposta de metas de número mínimo de beneficiários fornecedores.

Art. 5° São propostos, como parâmetros adicionais de execução, os percentuais mínimos de:

I - 40% (quarenta por cento), para beneficiários fornecedores prioritários, buscando atender as metas do Plano Brasil sem Miséria, e para beneficiárias fornecedoras mulheres, conforme a Resolução GGPAA nº 44, de 16 de agosto de 2011; e

II - 5% (cinco por cento) para beneficiários fornecedores de produtos orgânicos ou agroecológicos.

Art. 6º Os municípios elencados no Anexo I devem confirmar o interesse em executar a modalidade em até 30 (trinta) dias após a publicação desta Portaria, por meio da aceitação das metas apresentadas e do preenchimento de informações complementares para a elaboração e aprovação do plano operacional no Sistema de Informações do PAA - SISPAA.

Art. 7º O plano operacional poderá prever, com base no limite financeiro total disponibilizado no Anexo I, estimativa de recursos por trimestre.

Art. 8º O início da operação de aquisição de alimentos está condicionado à aprovação pela Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional da proposta de participação registrada pelo ente no SISPAA, conforme previsto no plano operacional, e à emissão dos cartões bancários de cada beneficiário fornecedor.

Art. 9º O desempenho na execução física e financeira poderá implicar a revisão, por iniciativa do MDS, dos limites previstos, com a sua ampliação ou redução, conforme o caso.

Art. 10. Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

CAIO TIBÉRIO DORNELLES DA ROCHA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800159

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO I

Estado	Município	Código do IBGE	METAS DE EXECUÇÃO	Limite financeiro de pagamentos a fornecedores pelo Governo Federal	PARÂMETROS ADICIONAIS DE EXECUÇÃO		
			Número Minimo de Beneficiários Fornecedores		Percentual mínimo de Beneficiários Fornecedores Prioritários	Percentual mínimo de Beneficiárias Fornecedoras mulheres	Percentual mínimo de Beneficiários Fornecedores de produtos orgânicos ou agroecológicos
SC	JOINVILLE	4209102	47	R$ 300.000,00	40%	40%	5%
RS	SAPIRANGA	4319901	31	R$ 200.000,00	40%	40%	5%
	2		78	R$ 500.000,00			

ANEXO II

Grupos	Percentuais de extrema pobreza para enquadramento no grupo	Valor agregado ao limite de referência
Grupo I	Acima de 17,06	30%
Grupo II	Acima de 12,79 a 17,06	20%
Grupo III	Acima de 8,53 a 12,79	15%
Grupo IV	Acima de 4,26 a 8,53	10%
Grupo V	De 0 a 4,26	5%

Ministério do Meio Ambiente

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 73, DE 26 DE MARÇO DE 2018

Altera a Portaria nº 445, de 17 dezembro de 2014.

O MINISTRO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017, no Decreto nº 8.975, de 24 de janeiro de 2017, e na Portaria nº 445, de 17 de dezembro de 2014, e o que consta no processo nº02000.002782/2014-51, resolve:

Art. 1º A Portaria nº 445, de 17 dezembro de 2014, publicada no Diário Oficial da União de 18 de dezembro de 2014, Seção 1, página 126, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 3º Para as espécies ameaçadas constantes no Anexo I desta Portaria, poderá ser permitido o manejo sustentável, desde que:

I - seja reconhecida a possibilidade de uso da espécie, através de ato do Ministério do Meio Ambiente; e

II - o manejo seja regulamentado por norma específica de ordenamento, nos termos § 2º, art. 12, da Lei nº 13.502, de 01 de novembro de 2017.

§ 1º O reconhecimento da possibilidade de uso de cada espécie dependerá de avaliação específica, conduzida pelo Ministério do Meio Ambiente, em articulação com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico mendes e com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, podendo realizar consulta a especialistas para esta finalidade.

§ 2º A avaliação específica a que se refere o § 1º deverá considerar:

I - aspectos da biologia e ecologia de cada espécie;

II - os principais impactos sobre a espécie e a vulnerabilidade da mesma a estes impactos;

III - a categoria de ameaça registrada em listas oficiais;

IV - recomendações indicadas em Planos de Ação Nacionais para Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção - PANs publicados, quando existentes; e

V - dados de pesquisa ou monitoramento que subsidiem a tomada de decisão sobre o uso e conservação da espécie na área a ser autorizada.

§ 3º No caso de Unidades de Conservação Federais, a autorização de que trata o caput será de responsabilidade do Instituto Chico Mendes, observando o plano de manejo da unidade, nos termos dos arts. 18 e 20, da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.

§ 4º As espécies referidas no caput serão consideradas prioritárias por ocasião da edição de atos normativos de ordenamento pesqueiro pelos órgãos federais competentes.

§ 5º A pesca realizada em conformidade com a regulamentação e autorização definidas pelos órgãos federais competentes, não será caracterizada, para fins de fiscalização, como infração."(NR)

Art. 2º Fica revogado o §3º, do artigo 2º da Portaria nº 445, de 17 dezembro de 2014, publicada no Diário Oficial da União de 18 de dezembro de 2014, Seção 1, página 126.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SARNEY FILHO

PORTARIA Nº 75, DE 26 DE MARÇO DE 2018

Dispõe sobre a instituição do Programa Nacional de Conectividade de Paisagens, no âmbito do Ministério do Meio Ambiente.

O MINISTRO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV da Constituição, e nos termos da Portaria nº 229, de 23 de junho de 2017 e da Portaria nº 106, de 3 de julho de 2017, e o que consta no Processo nº 02000.000143/2017-01, resolve:

Art. 1º Instituir o Programa Nacional de Conectividade de Paisagens - CONECTA, no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, com o objetivo de promover a conectividade de ecossistemas e a gestão das paisagens no território brasileiro, por meio de políticas públicas integradas, proporcionando o desenvolvimento sustentável, estimulando a sinergia entre a conservação da natureza, a manutenção dos processos ecológicos e a prosperidade social econômica e cultural e contribuindo para a redução dos efeitos das mudanças climáticas sobre o ambiente.

§ 1º O documento do Programa, contemplando o conteúdo, os elementos estruturantes, as linhas de atuação, a seleção de territórios, e demais diretrizes referentes aos arranjos institucionais, modelo de gestão, fontes de financiamento e estratégias de comunicação compõe o Anexo desta portaria, e será disponibilizado na página eletrônica do Ministério do Meio Ambiente na rede mundial de computadores.

§ 2º O Programa CONECTA deverá ser implementado de maneira a fortalecer a atuação integrada entre as unidades do Ministério do Meio Ambiente, buscando a adesão dos demais Ministérios em conformidade com as linhas temáticas do programa, e ou com as áreas de atuação dos projetos e subprojetos.

§ 3º Os órgãos e entidades vinculadas ao Ministério do Meio Ambiente deverão considerar as orientações e diretrizes, definidas na presente portaria, no planejamento das suas ações voltadas à implementação do programa.

Art. 2º São objetivos específicos do Programa CONECTA:

I - ampliar e fortalecer a gestão do Sistema de Unidades de Conservação e de outras áreas protegidas, de modo a assegurar conectividade por meio de corredores ecológicos;

II - reduzir a degradação e a fragmentação, mantendo ou restaurando a conectividade da paisagem e facilitando o fluxo genético entre as populações;

III - estimular a adoção de práticas de produção e consumo sustentáveis, criando oportunidades de negócios e incentivos a atividades que promovam a conservação ambiental e o uso sustentável;

IV - promover a gestão integrada de paisagens por meio do uso sustentável do território, favorecendo o desenvolvimento socioambiental dos povos e comunidades tradicionais e dos povos indígenas e quilombolas; e

V - contribuir para o cumprimento dos compromissos nacionais e internacionais.

Art. 3º As linhas gerais de atuação do Programa CONECTA contemplam os seguintes Eixos Temáticos:

I - conservação ambiental;

II - recuperação ambiental;

III - gestão territorial; e

IV - produção sustentável.

Parágrafo único. O detalhamento do conteúdo programático e da metodologia de concepção das linhas de atuação, bem como os instrumentos que a compõem, constam do Anexo desta Portaria.

Art. 4º O Programa CONECTA será coordenado por um Comitê, presidido pelo Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente, tendo como membros (titulares e suplentes) representantes de cada uma das unidades integrantes da estrutura do Ministério do Meio Ambiente e entidades vinculadas:

I - Ministério do Meio Ambiente:

a) Secretaria-Executiva;

b) Secretaria de Mudanças do Clima Climáticas e Florestas;

c) Secretaria de Biodiversidade;

d) Secretaria de Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental;

e) Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável;

f) Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental; e

g) Serviço Florestal Brasileiro - SFB;

II - entidades vinculadas:

a) Agência Nacional de Águas - ANA;

b) Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA;

c) Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes; e

d) Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro - JBRJ;

III - órgãos convidados:

a) Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

b) Ministério das Relações Exteriores;

c) Ministério da Defesa;

d) Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações; e

e) Fundação Nacional do Índio - FUNAI.

§ 1º O Comitê poderá instituir Grupos Técnicos, quando necessário, para desenvolvimentos de ações, projetos e subprojetos específicos, ou para promover a revisão ou atualização do documento do Programa.

§ 2º Representantes de outros órgãos e entidades governamentais e não-governamentais poderão ser convidados a participar dos trabalhos, caso o Comitê entenda pertinente e necessário.

§ 3º As deliberações do Comitê deverão ser registradas em atas e disponibilizadas no site do programa;

§ 4º As atividades de Secretaria-Executiva do Comitê serão exercida por uma das instituições membro, conforme deliberação do comitê registrada em ata.

Art. 5º O Comitê do Programa se reunirá, no mínimo, uma vez por ano, para aprovar o Relatório Anual das Atividades e o Planejamento para os doze meses subsequentes.

Parágrafo único. No prazo de noventa dias, contado da data de publicação desta Portaria, o Comitê aprovará o plano de trabalho do Programa para os primeiros 12 meses.

Art. 6º Ao Comitê do Programa compete:

I - estabelecer procedimentos, diretrizes, critérios e prioridades para a implementação do programa;

II - desenvolver e promover mecanismos para captação de recursos para o programa;

III - acompanhar, avaliar e revisar o programa, bem como orientar e acompanhar as ações, projetos e subprojetos;

IV - apoiar a articulação e participação dos órgãos da administração pública federal e dos governos estaduais e municipais, e orientar a articulação junto as representações da sociedade, do setor privado e entidades não governamentais no Programa;

Art. 7º Para o desenvolvimento do Programa CONECTA, o Comitê, com o apoio operacional da Secretaria-Executiva do Ministério do Meio Ambiente, desenvolverá mecanismos e planejará a captação de recursos, que poderão advir de:

I - a captação de recursos de doação nacional e internacional;

II- a destinação de recursos decorrentes de obrigações legais como a conversão de multas e a compensação ambiental;

III - o aporte de bens e serviços por parte de entidades públicas ou privadas; e

IV - a destinação de recursos oriundos de instrumentos econômicos, tais como pagamento por serviços ambientais e outros.

Art. 8º A participação no Comitê e nos eventuais Grupos Técnicos será considerada serviço público relevante, não remunerada.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SARNEY FILHO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800160

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 76, DE 26 DE MARÇO DE 2018

Institui o Programa Nacional para Conservação da Linha de Costa.

O MINISTRO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto nº 8.975, de 24 de janeiro de 2017 e tendo em vista o disposto na Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988, que institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro e dá outras providências, e o que consta no Processo Administrativo nº 02000.002784/2018-73, resolve:

Art. 1º Fica instituído o Programa Nacional para Conservação da Linha de Costa, que visa promover a gestão integrada da linha de costa, seu conhecimento técnico-científico, suas variações conforme os eventos extremos e mudanças do clima, usos múltiplos e proteção dos ecossistemas marinhos e costeiros.

Art. 2º O Programa Nacional para Conservação da Linha de Costa é composto por 04 (quatro) projetos:

I - compatibilização da altimetria com a batimetria, também conhecido como Projeto Alt-Bat;

II - Projeção de Linhas de Costa Futuras e Identificação de Perigos;

III - Risco Costeiros e Estratégias de Adaptação; e

IV - Monitoramento e Gestão para a Conservação da Linha de Costa.

Art. 3º O Programa Nacional para Conservação da Linha de Costa será implementado pelo Ministério do Meio Ambiente e poderá contar com o apoio dos Estados, Municípios, empresas públicas, organizações da sociedade civil e entidades do setor privado.

Parágrafo único. A Coordenação-Geral de Gerenciamento Costeiro conduzirá as ações do Programa no âmbito deste Ministério do Meio Ambiente.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SARNEY FILHO

PORTARIA Nº 79, DE 26 DE MARÇO DE 2018

Reconhece o Pato-mergulhão (Mergus octosetaceus) como símbolo das Águas Brasileiras.

O MINISTRO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Decreto nº 8.975, de 24 de janeiro de 2017, e o que consta no Processo nº 02000.004337/2018-59 resolve:

Art. 1º Fica reconhecido o Pato-mergulhão (Mergus octosetaceus) como símbolo das Águas Brasileiras.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SARNEY FILHO

CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS

RESOLUÇÃO Nº 193, DE 8 DE MARÇO DE 2018

Define os procedimentos de indicação de representantes titulares e suplentes dos Ministérios e de Secretarias Especiais da Presidência da República, dos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos, dos usuários e das organizações civis de recursos hídricos no Conselho Nacional de Recursos Hídricos e institui o Cadastro de Organizações Civis de Recursos Hídricos-COREH.

O CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS-CNRH, no uso das competências que lhe são conferidas pelas Leis nºs 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e 9.984, de 17 de julho de 2000, e tendo em vista o disposto em seu Regimento Interno, anexo à Portaria MMA nº 437, de 8 de novembro de 2013, e

Considerando o fundamento da Política Nacional de Recursos Hídricos, instituída pela Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, segundo o qual a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades;

Considerando o Decreto nº 4.613, de 11 de março de 2003, que regulamenta o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, e dá outras providências; e o art. 4º do Regimento Interno do CNRH que define a composição do plenário;

Considerando a necessidade do aprimoramento das Resoluções do CNRH nº 106, de 2010 e 159, de 2014, resolve:

Art. 1º Os procedimentos de indicação de representantes titulares e suplentes dos Ministérios e Secretarias Especiais da Presidência da República com atuação no gerenciamento ou no uso de recursos hídricos, dos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos - CERHs, dos usuários e das organizações civis de recursos hídricos no Conselho Nacional de Recursos Hídricos deverão atender ao disposto nesta Resolução.

§ 1º Os representantes indicados dos CERHs, dos usuários e das organizações civis de recursos hídricos terão mandato de três anos e serão designados pelo Presidente do Conselho Nacional de Recursos Hídricos.

§ 2º Os representantes dos CERHs serão escolhidos em reuniões, mediante articulação entre si, e os dos usuários e das organizações civis de recursos hídricos indicados em assembleias setoriais, promovidas pela Secretaria-Executiva do CNRH exclusivamente com essa finalidade.

Art. 2º Os representantes do Governo Federal e seus suplentes serão indicados dentro do prazo estabelecido pela Secretaria-Executiva do CNRH pelos titulares dos respectivos órgãos e entidades.

Art. 3º Os Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos escolherão seus representantes mediante articulação de seus conselheiros, dentro do prazo estabelecido pela Secretaria-Executiva do CNRH.

§ 1º Os suplentes dos CERHs deverão, obrigatoriamente, ser de Estado diverso do Estado do titular.

§ 2º Somente poderão habilitar-se à representação no CNRH os CERHs que estejam regulares em seu funcionamento, com no mínimo duas reuniões plenárias realizadas anualmente, comprovada pela apresentação das respectivas de atas, nos últimos dois anos.

Art. 4º Poderão ser habilitados, como representantes dos usuários de recursos hídricos no CNRH, pessoas jurídicas, admitindo-se também as caracterizadas como entidades de representação, tais como associações, instituições, federações e confederações, devendo a representação ser exercida por meio de indicação de seu representante legal.

§ 1º Nos casos em que a outorga é legalmente exigida, as pessoas jurídicas serão habilitadas para representarem as instituições detentoras de outorga ou outro certificado de mesma natureza.

§ 2º Os usuários de recursos hídricos escolherão as entidades que os representarão, em cada um dos setores abaixo relacionados:

I - irrigação;

II - prestação de serviço público de abastecimento de água e esgotamento sanitário;

III - concessionárias e autorizadas de geração hidrelétrica;

IV - hidroviário;

V - industrial; e

VI - pescadores e usuários de recursos hídricos com finalidade de lazer ou turismo.

§ 3º O setor das concessionárias e autorizadas de geração hidrelétrica deverá garantir, de modo equitativo, a representação das geradoras de grande porte e das de pequeno e médio porte.

§ 4º O setor de prestação de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário poderá se fazer representar por concessionárias detentoras de concessão vigente.

§ 5º O setor hidroviário deverá garantir a representação do setor portuário.

§ 6º O setor da indústria deverá garantir a representação do setor minero-metalúrgico.

Art. 5º Para os fins de representação no âmbito do CNRH, são reconhecidas como organizações civis de recursos hídricos entidades sem fins lucrativos em cujos objetivos sociais, previstos em seus estatutos, conste ao menos uma das seguintes atividades e atribuições:

I - defesa, preservação e conservação de recursos hídricos;

II - promoção do desenvolvimento sustentável em ações de gestão de recursos hídricos;

III - produção e divulgação de informações, desenvolvimento de conhecimento e de tecnologias relacionados com recursos hídricos; ou

IV - defesa de interesses difusos e coletivos da sociedade relacionados com recursos hídricos.

Parágrafo único. O requisito de não ter fins lucrativos não se aplica às organizações de ensino e pesquisa.

Art. 6º As organizações civis de recursos hídricos escolherão seus representantes, indicando cada um dos setores abaixo relacionados:

I - comitês, consórcios e associações intermunicipais de bacia hidrográfica;

II - organizações técnicas e instituições de ensino e pesquisa com interesse na área de recursos hídricos; e

III - organizações não-governamentais com objetivos de defesa de interesses difusos e coletivos da sociedade com atuação na área de recursos hídricos.

Parágrafo único. As organizações listadas nos incisos II e III do caput deverão comprovar atuação na área de recursos hídricos e mais de cinco anos de existência legal.

Art. 7º Cada instituição de representação de usuários e organizações civis de recursos hídricos somente poderá ser habilitada em um único segmento, de acordo com a atividade principal prevista em seu estatuto ou regimento.

Art. 8º As assembleias setoriais promovidas com a finalidade de escolher os representantes referidos nos artigos 4º e 6º serão convocadas por edital publicado pela Secretaria-Executiva do CNRH, que deverá conter, no mínimo:

I - local e prazo de inscrição para habilitação;

II - local e data de divulgação dos resultados da habilitação;

III - prazo de recurso relacionado com o resultado da habilitação;

IV - local e prazo da divulgação final dos habilitados;

V - local e data das assembleias deliberativas de cada setor; e

VI - prazo de entrega das atas das assembleias setoriais à Secretaria-Executiva do CNRH, com a indicação dos respectivos representantes.

§ 1º As assembleias setoriais serão amplamente divulgadas no Diário Oficial da União, em pelo menos um jornal de grande circulação nacional, no site do CNRH, e por outras mídias eletrônicas, como e-mail e páginas da Internet.

§ 2º Os resultados de cada etapa do processo de escolha dos representantes serão disponibilizados e publicados na página eletrônica do CNRH (http://www.cnrh.gov.br) e afixados na sede da Secretaria de Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, em Brasília-DF.

Art. 9º Os usuários de recursos hídricos e as organizações civis de recursos hídricos interessados em habilitar-se para participar das respectivas assembleias setoriais deverão inscrever-se mediante a apresentação à Secretaria-Executiva do CNRH dos seguintes documentos:

I - "Formulário de inscrição para habilitação dos usuários e organizações civis no CNRH", Anexo I desta Resolução, devidamente preenchido;

II - Cópia da Carteira de Identidade do representante legal da entidade interessada;

III - Cópia do estatuto social e do regimento devidamente registrados em cartório ou, no caso de comitês de bacia, do regimento publicado;

IV - Cópia da ata de eleição da atual diretoria, e posse, devidamente registrada em cartório ou publicada em diário oficial;

V - As organizações civis, exceto comitês, consórcios e associações intermunicipais, deverão apresentar memorial descritivo com os comprovantes do desenvolvimento de atividades relacionadas com recursos hídricos nos últimos três anos; e

VI - No caso de comitês de bacia hidrográfica e consórcios intermunicipais, comprovante do efetivo funcionamento nos últimos doze meses, por meio de atas de pelo menos duas reuniões ocorridas nesse período.

§ 1º A habilitação é condicionada ao recebimento e análise, pela Secretaria-Executiva do CNRH, de todos os documentos mencionados no caput deste artigo, no prazo previsto no respectivo edital.

§ 2º As entidades poderão se fazer representar nas respectivas assembleias setoriais por pessoa física portadora de procuração assinada por representante legal, aquele indicado na Ficha de Inscrição constante no Anexo I desta Resolução, nos termos do estatuto da entidade outorgante.

§ 3º A entidade habilitada no processo eleitoral participará somente com um representante devidamente credenciado.

§ 4º As entidades habilitadas no processo eleitoral imediatamente anterior estarão isentas de apresentar os documentos exigidos no inciso III, caso não tenham ocorrido quaisquer alterações, mediante declaração na ficha de inscrição.

§ 5º As entidades que são membros de comitês de bacia e se enquadram nos termos desta Resolução, poderão, no ato da habilitação, apresentar uma declaração do seu respectivo comitê de bacia para o cumprimento do inciso V.

§ 6º As organizações civis, exceto comitês, consórcios e associações intermunicipais deverão estar com a inscrição atualizada no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas - CNPJ do Ministério da Fazenda.

Art. 10. A coordenação e a relatoria dos procedimentos de escolha dos representantes de cada um dos setores listados nos artigos 4º e 6º, durante a assembleia setorial deliberativa, caberá aos seus respectivos representantes, titulares ou suplentes, em exercício no CNRH.

§ 1º No caso de ausência ou impedimento dos respectivos representantes em exercício, os presentes escolherão entre si o coordenador e o relator.

§ 2º O resultado da assembleia deliberativa deverá ser registrado em ata, devidamente assinada pelo coordenador e pelo relator, acompanhada de lista de presença da reunião, devendo ser encaminhadas à Secretaria-Executiva do CNRH.

Art. 11. A metodologia de escolha será objeto de decisão dos habilitados durante a respectiva assembleia.

Art. 12. Os representantes dos diferentes setores citados nos artigos 4º e 6º desta Resolução poderão, quando da Assembleia Setorial Pública de caráter deliberativo, indicar dois representantes para efeito de substituição progressiva no caso de vacância do titular e suplente do respectivo setor.

Art. 13. Os recursos administrativos, protocolados na Secretaria-Executiva do CNRH, referidos no art. 8º, serão analisados em fase preliminar pela referida Secretaria e em fase definitiva pelo Plenário da assembleia setorial do grupo em questão.

Art. 14. Os eleitos para representar os usuários e as organizações civis de recursos hídricos, na qualificação de titular e suplente, se comprometem a divulgar, em suas respectivas páginas da internet ou em outras mídias disponíveis, as seguintes informações sobre sua participação no CNRH:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800161

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

I - identificação do segmento que representa;
II - identificação do nome do profissional que exerce essa representação;
III - e-mail e telefone para contato direto com o conselheiro; e
IV - câmaras técnicas nas quais têm assento, com identificação do representante e contatos.

Art. 15. Incumbe à Secretaria-Executiva do CNRH conduzir e oferecer apoio administrativo durante todo o processo de escolha dos representantes de usuários e de organizações civis de recursos hídricos.

Art. 16. Em caso de mudança do conselheiro de órgão ou entidade detentora da representação, esta deverá fazer a nova indicação, por comunicação formal à Secretaria-Executiva do CNRH, com antecedência de quinze dias da realização de reunião plenária.

Parágrafo único. O disposto no caput não implica novo processo de habilitação.

Art. 17. Os requisitos que permitiram a habilitação das entidades que representam os usuários e as organizações civis de recursos hídricos devem manter-se durante todo o período do respectivo mandato, sob pena de perda do mandato.

Art. 18. Fica instituído o Cadastro de Organizações Civis de Recursos Hídricos - COREH com o objetivo de manter, em banco de dados, o registro de organizações civis de recursos hídricos para fins de habilitação para representação no Conselho Nacional de Recursos Hídricos.

§ 1º O COREH será implementado e gerenciado pela Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos.

§ 2º As organizações civis de recursos hídricos registradas no COREH estarão automaticamente habilitadas a participar das assembleias destinadas a escolher as entidades representantes do segmento Organizações Civis de Recursos Hídricos no CNRH.

§ 3º Participarão dos processos eleitorais do CNRH somente as organizações civis de recursos hídricos cadastradas do COREH.

§ 4º Em caso de inoperância do COREH a documentação prevista para fins de habilitação nas respectivas assembleias deverá ser apresentada à Secretaria-Executiva do CNRH.

Art. 19. A Secretaria-Executiva é responsável por aprovar o cadastramento, recadastramento e descadastramento das entidades no COREH.

Parágrafo único. A Secretaria-Executiva, após a instalação do sistema COREH, no prazo de noventa dias, deverá estabelecer os procedimentos de cadastramento, recadastramento, descadastramento e atualização cadastral das organizações civis de recursos hídricos.

Art. 20. A solicitação de cadastramento será efetuada mediante o preenchimento da ficha de cadastro constante do Anexo II desta Resolução, encaminhada à Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, devidamente assinada pelo respectivo representante legal da entidade interessada, e acompanhada dos documentos listados no Artigo 9º desta Resolução.

§ 1º Caso seja constatada necessidade de complementação da documentação, a Secretaria-Executiva solicitará à entidade pleiteante que o faça em até trinta dias.

§ 2º A Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos convocará as entidades cadastradas no COREH, no prazo de até 6 meses antes do início do processo eleitoral do Conselho, mediante edital publicado no Diário Oficial da União e por meio de correspondência, via email, para atualização e/ou validação das informações.

Art. 21. O registro no cadastro terá validade por tempo indeterminado, devendo o dirigente da entidade cadastrada manter os dados atualizados.

§ 1º A atualização deverá ocorrer sempre que houver mudança em alguma das informações constantes do Anexo II desta Resolução.

§ 2º A organização que não atualizar as informações constantes do Anexo II será descadastrada.

§ 3º A organização descadastrada poderá solicitar novo cadastramento desde que sanadas as circunstâncias que o motivaram.

Art. 22. Fica instituída a Comissão Permanente do COREH com a finalidade de avaliar pedidos de recursos referentes às decisões da Secretaria-Executiva relativamente ao cadastramento, recadastramento ou descadastramento.

Parágrafo único. Os recursos mencionados no caput deste artigo deverão ser encaminhados no prazo de 15 dias, a partir da divulgação da decisão da Secretaria-Executiva.

Art. 23. A Comissão Permanente será integrada:
I - pelos conselheiros titulares do Conselho Nacional de Recursos Hídricos representantes das organizações civis de recursos hídricos referidas no artigo 6º desta Resolução; e
II - por um representante titular da Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, o qual será substituído nas suas ausências e impedimentos por um suplente.

§ 1º O Conselheiro Titular será substituído, nas suas ausências e impedimentos, pelo respectivo Conselheiro Suplente.

§ 2º A Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos indicará seus representantes e prestará apoio administrativo, técnico e financeiro à Comissão.

Art. 24. Ficam revogadas as Resoluções CNRH nº 106, de 26 de março de 2010; nº 159, de 23 de setembro de 2014; e nº 142, de 10 de julho de 2012.

Art. 25. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

SARNEY FILHO
Presidente do Conselho

JAIR VIEIRA TANNÚS JUNIOR
Secretário Executivo

ANEXO I

FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO PARA HABILITAÇÃO DOS USUÁRIOS E ORGANIZAÇÕES CIVIS NO CNRH

1. NOME DA ENTIDADE:

2. SEGMENTO AO QUAL PRETENDE SE HABILITAR:

A) USUÁRIOS:

	Irrigantes
	Instituições Encarregadas da Prestação de Serviço Público de Água e Esgotamento Sanitário
	Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica
	Hidroviários
	Indústrias
	Pescadores e Usuários de Recursos Hídricos com Finalidade de Lazer ou Turismo

B) ORGANIZAÇÕES CIVIS:

	Comitês, Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas
	Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa com Interesse e Atuação na Área de Recursos Hídricos
	Organizações Não-Governamentais com Objetivos, Interesses e Atuação na Área de Recursos Hídricos

3. REGIÃO GEOGRÁFICA DE ATUAÇÃO:

4. OBJETO SOCIAL:

5. ENDEREÇO DA ENTIDADE:

Rua/Av:		nº:
CEP:	Município:	UF:
Telefone (S):	E-mail:	
CNPJ:		
Nome do Representante Legal:		
Assinatura do Representante Legal:		

6. A INSTITUIÇÃO É REGISTRADA EM CARTÓRIO?

( )Sim ( ) Não	Data do Registro:

7. OUTRO REPRESENTANTE PARA CONTATO:

Nome:		
Rua/Av:		nº:
CEP:	Município:	UF:
Telefone (s):	E-mail:	

8. OBSERVAÇÕES:

ANEXO II

FORMULÁRIO PARA CADASTRAMENTO NO COREH - CADASTRO NACIONAL DE ORGANIZAÇÕES CIVIS DE RECURSOS HÍDRICOS

I - IDENTIFICAÇÃO RAZÃO SOCIAL: _____ SIGLA: _____
II - ENDEREÇO RUA: _____ BAIRRO: _____ MUNICÍPIO: _____ UF: _____ CEP: _____ FONE: _____ FAX: _____ CAIXA POSTAL: _____ E-MAIL: _____ PÁGINA NA INTERNET: _____
III - REGISTRO DATA DA FUNDAÇÃO: _____/_____/_____ Nº CNPJ: _____ Nº E DATA DO REGISTRO DE CONSTITUIÇÃO: _____ Nº E DATA DO REGISTRO DO ESTATUTO: _____
IV - OBJETIVO E FINALIDADE PREVISTOS NO ESTATUTO _____
V - PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO ÚLTIMO ANO E ORIGEM DOS RESPECTIVOS RECURSOS FINANCEIROS. _____
VI - DECLARO, SOB AS PENAS DA LEI, QUE OS DOCUMENTOS APRESENTADOS, EM ATENDIMENTO, CONSTITUEM CÓPIAS AUTÊNTICAS DOS ORIGINAIS _____ ASSINATURA DO RESPONSÁVEL LEGAL DATA: _____
RESPONSÁVEL(EIS) LEGAL(IS) PELA ENTIDADE: _____ CARGO: _____ ENDEREÇO: _____ TELEFONE(S): _____

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800162

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 36, DE 27 DE MARÇO DE 2018

Divulga o resultado parcial da avaliação de desempenho institucional do Ministério do Meio Ambiente para o período de 1º de junho de 2017 a 31 de maio de 2018, e, altera o Anexo da Portaria nº 119, de 21 de julho de 2017, com base na avaliação institucional parcial.

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, no uso da competência que lhe foi conferida pela Portaria nº 12, de 14 de janeiro de 2013, e tendo em vista o que consta no Decreto nº 7.133, de 19 de março de 2010, na avaliação institucional parcial e no Processo Administrativo nº 02000.200162/2017-28, resolve:

Art. 1º Divulgar o resultado parcial da Avaliação de Desempenho Institucional do Ministério do Meio Ambiente para o período de 1º de junho de 2017 a 31 de maio de 2018, na forma do Anexo I desta Portaria.

Art. 2º O Anexo da Portaria nº 119, de 21 de julho de 2017, que fixou as metas institucionais do Ministério do Meio Ambiente para o período de 1º de junho de 2017 a 31 de maio de 2018, passa a vigorar com as alterações constantes do Anexo II desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDSON GONÇALVES DUARTE

ANEXO I

AVALIAÇÃO PARCIAL DE DESEMPENHO INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
Período: De 1º de junho de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

	NOME DO INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	META PARA O PERÍODO	ALCANÇADO 31/12/2016
01	Redução do consumo de substâncias que destroem a camada de ozônio	Percentual	10	34,05
02	Número de municípios com vulnerabilidade à mudança do clima identificada	Unidade	400	1020
03	Número de adesões à A3P pelas instituições públicas	Unidade	25	26
04	Número de educadores e gestores formados	Unidade	10.000	14.838
05	Instrumentos de planejamento, monitoramento e gestão ambiental e territorial para conservação dos recursos naturais em: (a) Territórios de povos e comunidades tradicionais e (b) Mitigação dos efeitos da seca nas áreas suscetíveis à desertificação	Unidade	68	44
06	Manutenção de famílias beneficiárias no programa Bolsa Verde	Unidade	48.000	48.133
07	Espécies ameaçadas de extinção com planos de ação ou outros instrumentos para a recuperação e conservação	Percentual	77,6	77,3
08	Instrumentos de gestão para conservação e uso sustentável da biodiversidade	Unidade	18	21
09	Sistemas de dessalinização implantados e/ou recuperados	Unidade	60	22
10	Cobertura do Território nacional com diretrizes de uso e ocupação em bases sustentáveis definidas por meio de iniciativas de zoneamento ecológico-econômico, ZEE, (federais e estaduais) concluídas	Percentual	80	84,89
11	Inventário Florestal Nacional	Hectare	60.000.000	43.000.000

*Fonte: MMA

ANEXO II

REPACTUAÇÃO DAS METAS DE DESEMPENHO INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
Período: De 1º de junho de 2017 a 31 de maio de 2018.

	NOME DO INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	META PARA O PERÍODO
01	...		
02	Número de municípios com vulnerabilidade à mudança do clima identificada	Unidade	1020
03	Número de adesões à A3P pelas instituições públicas	Unidade	35
04	...		
05	Instrumentos de planejamento, monitoramento e gestão ambiental e territorial para conservação dos recursos naturais em: (a) Territórios de povos e comunidades tradicionais e (b) Mitigação dos efeitos da seca nas áreas suscetíveis à desertificação	Unidade	44
06	...		
07	Espécies ameaçadas de extinção com planos de ação ou outros instrumentos para a recuperação e conservação	Percentual	77,3
08	...		
09	...		
10	...		
11	...		

*Fonte: MMA

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS
ÁREA DE REGULAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO

ATOS DE 26 DE MARÇO DE 2018

O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE REGULAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA torna público que, com fundamento no art. 12, V, da Lei nº 9.984, de 17/07/2000, e com base na delegação que lhe foi conferida por meio da Resolução ANA nº 1.942, de 30/10/2017, resolveu outorgar à:

Nº 314 - IZABEL FERREIRA DOS SANTOS, UHE Água Vermelha, Município de SÃO FRANCISCO DE SALES/MG, irrigação.

Nº 315 - CLESIO NUNES PEREIRA, Rio São Francisco, Município de JUAZEIRO/BA, irrigação.

Nº 316 - ASSOCIACAO DE DESENVOLVIMENTO DA FAZ NOVA JATOBA, Rio São Francisco, Município de CURAÇÁ/BA, irrigação.

Nº 317 - ALDINEIA DE JESUS FERREIRA, rio Jequitinhonha, Município de SALTO DA DIVISA/MG, irrigação.

Nº 318 - HERMINA FILOMENA DE SA, UHE Luiz Gonzaga, Município de FLORESTA/PE, irrigação.

Nº 319 - CANIONS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA, UHE Xingó, Município de PIRANHAS/AL, irrigação.

Nº 320 - ANTONIO ALMEIDA DE SOUZA, rio São Francisco, Município de JUAZEIRO/BA, irrigação.

Nº 321 - ISMAR RODRIGUES DE MORAIS, rio Preto, Município de UNAÍ/MG, irrigação.

Nº 322 - EDVALDOGOMES BRANDAO, rio São Francisco, Município de SANTA MARIA DA BOA VISTA/PE, irrigação.

Nº 323 - LUIZ FERNANDO DE SOUZA PADILHA, rio Muriaé, Município de ITAPERUNA/RJ, irrigação.

Nº 324 - CARMELINDA CARNEIRO DE ARAUJO, rio Urucuia, Município de ARINOS/MG, irrigação.

Nº 325 - ORLANDO JUNG, UHE Estreito, Município de PALMEIRAS DO TOCANTINS/TO, irrigação.

Nº 326 - JOSE MARIO BARBOSA SILVA, UHE Luiz Gonzaga, Município de GLÓRIA/BA, irrigação.

Nº 328 - GERALDO MAGELA BORGES, rio Carangola, Município de TOMBOS/MG, irrigação.

O inteiro teor das Outorgas e seus Anexos, bem como as demais informações pertinentes estarão disponíveis no site www.ana.gov.br.

PATRICK THOMAS

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

PORTARIA Nº 819, DE 26 DE MARÇO DE 2018

Autoriza o Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais - Prevfogo contratar brigadistas para as atividades de Manejo Integrado do Fogo nas cidades listadas, com foco de atuação em Terras Indígenas, Projetos de Assentamento e Áreas Quilombolas.

A PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA), nomeada pelo Decreto s/n de 02 de junho de 2016, publicado no Diário Oficial da União de 03 de junho de 2016, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 23 do Anexo I, do Decreto nº 8.973, de 24 de janeiro de 2017, que aprovou a Estrutura Regimental do Ibama, publicado no Diário Oficial da União do dia subsequente e art. 130 do Regimento Interno aprovado pela Portaria IBAMA nº 14, de 29 de junho de 2017, publicada no Diário Oficial da União do dia subsequente, e;

CONSIDERANDO a Portaria nº 155, de 16 de junho de 2008, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que autoriza o IBAMA a contratar brigadistas;

CONSIDERANDO o Art. 18 do Decreto nº 2.661 de 08 de julho de 1998, que cria o Sistema Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais - Prevfogo;

CONSIDERANDO que a Portaria nº 47, de 07 de março de 2018 do Ministério do Meio Ambiente, que declara em estado de emergência ambiental os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rondônia, Roraima e Tocantins;

CONSIDERANDO a seleção de áreas críticas feita pelo Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais - Prevfogo, que envolvem critérios técnicos como as detecções de focos de calor registrados pelo INPE, no período de 2013 a 2017, a presença de unidades de conservação federais, de terras indígenas e de projetos de assentamento rurais e a cobertura de remanescentes florestais;

CONSIDERANDO a Lei nº 8.745/1993, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público e;

CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº 02001.002447/2008-02, resolve:

Art. 1º Autorizar o Prevfogo a contratar Brigadas Federais temporárias com a estrutura de um Brigadista Chefe de Brigada, dois Brigadistas Chefes de Esquadrão e doze Brigadistas para a prevenção e combate aos incêndios florestais nos seguintes municípios:

I - Sena Madureira e Brasiléia, no Acre;

II - Apuí, no Amazonas;

III - Oiapoque, Tartarugalzinho e Amapá, no Amapá;

IV - Porto Seguro e Serra do Ramalho, na Bahia;

V - Alto Paraíso, Cavalcante (3 brigadas), Minaçú e Teresina de Goiás, em Goiás;

VI - Amarante do Maranhão (3 brigadas), Bom Jardim, Grajaú e Fernando Falcão, no Maranhão;

VII - Carmésia, em Minas Gerais;

VIII - Aquidauana (2 brigadas) e Porto Murtinho (2 brigadas), no Mato Grosso do Sul;

IX - Poconé, Cáceres, Cotriguaçú, Conquista D'Oeste, Campo Novo dos Parecis, Tangará da Serra, Paranatinga, Comodoro e Feliz Natal (2 brigadas), no Mato Grosso;

X - Novo Progresso, Altamira (2 brigadas), Oriximiná , Monte Alegre, Mojú, São Geraldo do Araguaia, Pau D'Arco e São Félix do Xingu, no Pará;

XI - Petrolina, em Pernambuco;

XII - Uruçuí, Curimatá, Floriano e Alvorada do Gurguéia, no Piauí;

XIII - Porto Velho, Machadinho D'Oeste e Nova Mamoré, em Rondônia;

XIV - Normandia, Uiramutã, Amajari, Cantá e Boa Vista, em Roraima.

Art. 2º Autorizar o Prevfogo a contratar Brigadas Federais temporárias com a estrutura de um Brigadista Chefe de Brigada, quatro Brigadistas Chefes de Esquadrão e vinte e quatro Brigadistas para a prevenção e combate aos incêndios florestais, nos seguintes municípios:

I - Humaitá, no Amazonas;

II - Barreiras e Itaetê, na Bahia;

III - Grajaú, no Maranhão;

IV - São João das Missões, em Minas Gerais;

V - Corumbá, no Mato Grosso do Sul;

VI - Serra Nova Dourada e Canarana, no Mato Grosso;

VII - Itaituba, no Pará;

VIII - Serra Talhada, em Pernambuco;

IX - Pacaraima, em Roraima;

X - Tocantínia, Formoso do Araguaia, Lagoa da Confusão, Itacajá e Tocantinópolis, no Tocantins.

Art. 3º Autorizar o Prevfogo a contratar Brigadas Federais temporárias com a estrutura de dois Brigadistas Chefes de Brigada, quatro Brigadistas Chefes de Esquadrão e vinte e quatro Brigadistas para a prevenção e combate aos incêndios florestais, nos seguintes municípios:

I - Quixeramobim, no Ceará;

II - Rio de Janeiro, no estado do Rio de Janeiro;

III - Porto Velho, em Rondônia;

IV - Tocantínia, no Tocantins.

Art. 4º Autorizar o Prevfogo a contratar Brigadas Federais temporárias com a estrutura de dois Brigadistas Chefes de Brigada, seis Brigadistas Chefes de Esquadrão, trinta e seis Brigadistas para a prevenção e combate aos incêndios florestais no Distrito Federal.

Art. 5º Autorizar o Prevfogo a contratar Brigadistas de Manejo Integrado do Fogo, nas seguintes condições e quantidades por Estados:

I - um gerente do fogo, um chefe de brigada e dois chefes de esquadrão no Distrito Federal;

II - dois brigadistas em Cavalcante, em Goiás;

III - dois brigadistas em Amarante do Maranhão, Grajaú e Fernando Falcão, no Maranhão;

IV - dois brigadistas em Conquista D´Oeste, Tangará da Serra e Paranatinga, no Mato Grosso;

V - três brigadistas em Canarana e Serra Nova Dourada, no Mato Grosso;

VI - dois brigadistas em Normandia, Uiramutã, Pacaraima, Amajari e Cantá, em Roraima;

VII - dois brigadistas em Tocantínia, Itacajá e Tocantinópolis, em Tocantins;

VIII - quatro brigadistas em Formoso do Araguaia, no Tocantins.

Art. 6º Autorizar o Prevfogo a contratar Brigadistas Gerente do Fogo para apoio às Coordenações Estaduais do Prevfogo, nas seguintes quantidades por estados:

I - um no estado do Acre;

II - um no estado do Amazonas;

III - um no estado do Amapá;

IV - dois no estado da Bahia;

V - um no estado do Ceará,

VI - três no Distrito Federal;

VII - dois no estado de Goiás;

VIII - três no estado do Maranhão;

IX - um no estado de Minas Gerais;

X - cinco no estado do Mato Grosso;

XI - dois no estado do Mato Grosso do Sul;

XII - três no estado do Pará;

XIII - um no estado de Pernambuco;

XIV - dois no estado do Piauí;

XV - dois no estado do Rio de Janeiro;

XVI - dois no estado de Rondônia;

XVII - dois no estado de Roraima;

VIII - quatro no estado do Tocantins.

Art. 7º Fica o Centro Especializado Prevfogo responsável pela seleção, contratação, administração e gerenciamento das atividades das brigadas.

Art. 8º Esta Minuta de Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SUELY ARAÚJO

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 58, DE 26 DE MARÇO DE 2018

OS MINISTROS DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO E DA SAÚDE, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o disposto no art. 5º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, c/c o contido a Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017, resolvem:

Art. 1º Autorizar a contratação, nos termos desta Portaria, do quantitativo máximo de três mil e quinhentos e noventa e dois profissionais de nível médio e superior, por tempo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, na forma do inciso I do art. 2º da Lei n° 8.745, de 1993, a partir de março de 2018, conforme detalhado no Anexo.

Parágrafo único. Os profissionais de que trata o caput serão contratados para atuar nas atividades de assistência e apoio à assistência à saúde de unidades hospitalares do Rio de Janeiro.

Art. 2º O prazo de validade dos contratos será de seis meses, conforme previsto no art. 4º, inciso I, da Lei nº 8.745, de 1993, com possibilidade de prorrogação nos termos do art. 4º, parágrafo único, inciso VI da citada Lei, desde que devidamente justificada pelo Ministro de Estado da Saúde.

Parágrafo único. Decorrido o período de dois anos a partir da primeira contratação, não mais poderão viger os contratos firmados com base na autorização contida nesta Portaria.

Art. 3º As contratações de que trata o art. 1º somente serão formalizadas mediante disponibilidade de dotações orçamentárias específicas, observando-se os demais procedimentos previstos na Lei nº 8.745, de 1993.

Art. 4º As despesas com as contratações autorizadas por esta Portaria correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas no Grupo de Natureza de Despesa - GND "1 - Pessoal e Encargos Sociais", tendo em vista que visam à substituição de servidores e empregados públicos, nos termos do inciso II do parágrafo 11 do art. 98 da Lei nº 13.473, de 2017.

Art. 5º O Ministério da Saúde definirá a remuneração dos profissionais a serem contratados em conformidade com o inciso II do art. 7° da Lei nº 8.745, de 1993.

Art. 6º O Ministério da Saúde deverá informar, ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, o efetivo de pessoal contratado com os respectivos empregos, quantitativos, distribuição e recursos alocados.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA
Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

RICARDO BARROS
Ministro de Estado da Saúde

ANEXO

Contratações autorizadas com fundamento no inciso I do art. 2º da Lei nº 8.745, de 1993, a partir de março de 2018.

Escolaridade	Classificação da Atividade	Vagas
NS	Enfermagem	831
NI	Técnico de Enfermagem	230
NS	Médico Especializado	1.340
NS	Atividades de Gestão e Manutenção Hospitalar (Superior)	832
NI	Atividades de Gestão e Manutenção Hospitalar (Intermediário)	359
Total		3.592

COMITÊ BRASIL-CHINA DE COOPERAÇÃO PARA A EXPANSÃO DA CAPACIDADE PRODUTIVA

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 1, DE 26 DE MARÇ DE 2018

Divulga os critérios eliminatórios e qualificatórios a serem adotados pela Secretaria Executiva e pelos membros brasileiros do Grupo de Trabalho Técnico do Comitê Brasil-China de Cooperação para a Expansão da Capacidade Produtiva (CBC-FUNDO) para analisar e propor a classificação das Cartas-Consulta ao Comitê Diretivo.

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DO COMITÊ BRASIL-CHINA DE COOPERAÇÃO PARA A EXPANSÃO DA CAPACIDADE PRODUTIVA - CBC-FUNDO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 10 do Decreto nº 9.063, de 30 de maio de 2017, e o art. 28 do Regimento Interno do CBC-Fundo, divulgado pela Portaria nº 01, de 22 de novembro de 2017, do Secretário Executivo do CBC-Fundo;

CONSIDERANDO as Diretrizes do CBC-FUNDO, aprovadas pelo seu Comitê Diretivo, conforme previsto no art. 6º, inciso II, do Decreto nº 9.063 de 2017, que autorizam cada parte do Grupo de Trabalho Técnico a adotar seus próprios critérios específicos para analisar e propor a classificação das Cartas-Consulta ao Comitê Diretivo;

CONSIDERANDO que os membros brasileiros do Comitê Diretivo aprovaram, em reunião realizada em 15 de março de 2018, conforme previsto no art. 6º, inciso V, do Decreto nº 9.063, de 2017, os critérios eliminatórios e qualificatórios a serem utilizados pela Secretaria Executiva e pelos membros brasileiros do Grupo de Trabalho Técnico para analisar e propor a classificação das Cartas-Consulta ao Comitê Diretivo, resolve:

Art. 1º Divulgar os critérios eliminatórios e qualificatórios a serem adotados pela Secretaria Executiva e pelos membros brasileiros do Grupo de Trabalho Técnico do CBC-Fundo para analisar e propor a classificação das Cartas-Consulta ao Comitê Diretivo.

Art. 2º Na submissão de Cartas-Consulta ao CBC-Fundo, as entidades proponentes deverão observar os critérios eliminatórios de que tratam os arts. 3 º a 6º, sob pena de rejeição da Carta-Consulta pela Secretaria Executiva.

Art. 3º A Carta-Consulta deverá ser corretamente preenchida, conforme previsto no Anexo I do Regimento Interno do CBC-Fundo, e o valor total de investimento do projeto objeto da Carta-Consulta deverá ser igual ou superior a US$ 100 milhões (cem milhões de dólares americanos).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800164

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Parágrafo único. Os projetos com valor total de investimento estabelecido em Real (R$) terão o valor mínimo verificado por meio da conversão para o dólar americano (US$), com base na cotação da moeda na data da submissão da Carta-Consulta, conforme divulgada pelo Banco Central do Brasil.

Art. 4º A Carta-Consulta deverá ser acompanhada dos seguintes documentos:

I - documentos societários que comprovem:

a) a constituição e regular funcionamento da entidade;

b) a nomeação dos membros dos seus órgãos de direção;

II - Declaração de Ciência e Adesão às Condições do Regimento Interno do CBC-Fundo, conforme modelo previsto no Anexo I;

III - Declaração de Regularidade, conforme modelo previsto no Anexo II;

IV - Declaração e Compromisso Anticorrupção e de Prevenção de Conflito de Interesses, conforme modelo previsto no Anexo III; e

V - Declaração de Implantação de Políticas, Processos e Procedimentos Internos para Assegurar o Cumprimento da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, e do Decreto nº 8.420, de 18 de março de 2015, conforme modelo previsto no Anexo IV.

Parágrafo único. As entidades proponentes estrangeiras ainda sem atuação no território nacional:

I - deverão apresentar apenas os documentos listados nos incisos I a IV do caput; e

II - em relação ao documento de que trata o inciso II do caput, as entidades ficam dispensadas de declarar a regularidade cadastral junto à Receita Federal, à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

Art. 5º A Carta-Consulta referente a projeto federal, estadual ou municipal que esteja vinculado a processo licitatório deverá ser necessariamente submetida pelo vencedor do certame.

Art. 6º A Carta-Consulta deverá ser acompanhada de manifestações positivas de pelo menos um financiador potencial brasileiro e de pelos menos um financiador potencial chinês considerando o projeto potencialmente financiável.

§ 1º Caso a Carta-Consulta não esteja acompanhada das manifestações positivas de que trata o caput, a Secretaria Executiva:

I - comunicará à entidade proponente que as manifestações deverão ser encaminhadas no prazo máximo de 12 (doze) meses, contados da data da comunicação, sob pena de rejeição automática da Carta-Consulta; e

II - encaminhará a Carta-Consulta para a análise dos membros brasileiros do Grupo de Trabalho Técnico.

§ 2º Os membros brasileiros do Grupo de Trabalho Técnico somente submeterão a proposta de classificação da Carta-Consulta ao Comitê-Diretivo após o encaminhamento das manifestações positivas de que trata o caput.

Art. 7º Os critérios qualificatórios a serem utilizados pelos membros brasileiros do Grupo de Trabalho Técnico para analisar e propor a classificação das Cartas-Consulta ao Comitê Diretivo são os previstos no Anexo V.

Art. 8º Os projetos que sejam objeto de contrato de concessão já celebrado com órgãos e entidades da administração pública federal serão automaticamente considerados prioritários pelos membros brasileiros do Grupo de Trabalho Técnico, ficando dispensada a aplicação dos critérios eliminatórios de que trata o art. 4º e a aplicação dos critérios qualificatórios de que trata o art. 7º.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS EDUARDO LAMPERT COSTA

ANEXO I

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E ADESÃO ÀS CONDIÇÕES DO REGIMENTO INTERNO DO CBC-FUNDO

Pelo presente instrumento particular,

A "COMPANHIA" Razão Social, sociedade anônima, com sede na Endereço, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. CNPJ, representada na forma do seu contrato social, (doravante denominada "PROPONENTE"), neste ato representada por Nome, na função de Cargo; na condição de PROPONENTE do Comitê Brasil-China de Cooperação para Expansão da Capacidade Produtiva (doravante denominado "FUNDO"), instituído pelo Decreto nº 9.063, de 30 de maio de 2017, declara:

I.Que submeteu Carta-Consulta ao FUNDO referente ao projeto Descrever projeto (doravante denominado "Projeto");

II.Estar ciente de que a submissão de Carta-Consulta não representa qualquer direito, preferência ou dever de exclusividade do FUNDO em relação ao Projeto, bem como não representa obrigação do FUNDO e de qualquer Potencial Financiador em investir no Projeto;

III.Estar ciente de que não há interesse do FUNDO em receber informações confidenciais acerca das oportunidades envolvendo o Projeto, entendidas como todos os documentos, presentes e futuros, e outros materiais referentes a informações técnicas dos Projetos ou em relação à consecução dos objetivos da PROPONENTE, bem como qualquer informação, escrita ou verbal, ou documento escrito, relacionados ao Projeto e à PROPONENTE e/ou qualquer direito de propriedade intelectual que a PROPONENTE venham a obter no futuro cuja divulgação possa comprometer de qualquer forma o projeto ou os negócios da PROPONENTE;

IV.Estar ciente de que a classificação das informações como de caráter público para submissão ao FUNDO é de responsabilidade da PROPONENTE;

V.Estar ciente que o disposto nesta Declaração não implica qualquer restrição, limitação ou impedimento do direito das Partes de revelar informações:

1. que já eram de domínio público no momento de sua transmissão;

2. que passarem a ser de domínio público, após sua revelação, contanto que a divulgação não tenha sido efetuada em violação à legislação em vigor;

3. que sejam divulgadas ou requeridas em cumprimento às exigências legais ou por ordem ou obrigação de prestação de informações a agências reguladoras ou aos Órgãos de Fiscalização Federal, "Órgãos de Fiscalização Federal" entendidos como, mas sem se limitar a, o Tribunal de Contas da União e o Ministério da Transparência Fiscalização e Controle;

4. que devam ser divulgadas pelo FUNDO, caso a oportunidade de investimento relativa ao Projeto receba a classificação e certificado do FUNDO.

VI.Reconhecer e concordar que o FUNDO não poderá ser responsabilizado caso alguma agência reguladora ou Órgãos de Fiscalização Federal revele Informação Confidencial.

VII.Estar ciente de que:

1.Sem prejuízo de outras que possam ser solicitadas ao longo do processo de análise, as informações de habilitação, de qualificação e outras informações solicitadas na Carta-Consulta deverão ser apresentadas pela PROPONENTE ao FUNDO.

2.Toda informação recebida pelo FUNDO tem como objetivo possibilitar a análise do Projeto, não representando, portanto, qualquer obrigação de manifestação, concordância ou vinculação ao Projeto.

3.O FUNDO não será responsável, de maneira alguma ou sob qualquer título, por quaisquer custos ou despesas relacionadas ao Projeto, tais como custos com serviços de assessorias, consultorias, agentes fiduciários, bancos mandatários, agências de rating, registros nos órgãos competentes, entre outros, já incorridas, ou que venham a ser incorridas ou contratadas pela PROPONENTE e/ou por seus acionistas.

4.Ainda que o Projeto seja classificado pelas instâncias deliberativas do FUNDO, a conversão do Projeto em efetivo investimento estará sujeita à aprovação pelos Potenciais Financiadores, que seguirão suas próprias normas para a avaliação dos projetos e na determinação de condições de financiamento ou investimento.

VIII.Ser entidade regularmente constituída e devidamente registrada ao abrigo das leis aplicáveis;

IX.A assinatura da presente Declaração e o cumprimento de todas as obrigações dele decorrentes não necessitam de qualquer autorização, interna ou externa, que não tenha sido devidamente obtida;

X.Toda a informação prestada no presente instrumento é verdadeira; e

XI.Não está pendente contra a PROPONENTE, nem se prevê que venha a estar, qualquer processo de insolvência ou de recuperação de empresas;

XII.Ter pleno conhecimento do Regimento Interno do FUNDO, bem como da obrigatoriedade de divulgação, pelo FUNDO, de determinadas informações relativas à PROPONENTE e ao Projeto, sendo certo que a divulgação de tais informações pela FUNDO, nos termos da legislação em vigor, não configurará qualquer infração, servindo esta declaração como autorização expressa para a divulgação de tais informações;

XIII.Em relação aos representantes listados na Carta-Consulta:

(i) que se responsabiliza integralmente por todas as informações prestadas por estes representantes;

(ii) que as pessoas ou empresas foram exclusivamente contratadas pela PROPONENTE;

(iii) que garante, sob as penas da Lei, que as informações prestadas por estes representantes são fidedignas, autênticas e verdadeiras.

XIV.Estar ciente de que a submissão de Carta-Consulta ao Fundo não implica vedação para que qualquer das Partes celebre outro termo, contrato ou participe de qualquer outra negociação com terceiros, bem como não representa obrigação, para qualquer das Partes, de viabilizar a implantação do Projeto.

XV.Os propósitos manifestados nesta Declaração não geram direitos ou deveres financeiros para as Partes, exceto aqueles previstos nesta Declaração, nem qualquer direito ou obrigação de investimento, senão apenas deveres de cooperação mútua no sentido de viabilizar a classificação do Projeto pelo FUNDO.

XVI.Caso o processo de análise não se converta em efetivo investimento, o FUNDO não poderá ser responsabilizado por quaisquer custos ou despesas incorridas no decorrer do processo de estruturação.

XVII.Estar ciente de que quaisquer comunicações, contatos telefônicos, envio de correspondências, notificações e reuniões, com relação aos assuntos inerentes ao presente instrumento deverão ser realizados exclusivamente pelos representantes indicados na Carta-Consulta, os quais obrigatoriamente tomarão ciência do inteiro teor desta Declaração pela PROPONENTE.

XVIII.O FUNDO e seus representantes não tratarão com empresas contratadas pela PROPONENTE, salvo se por solicitação formal da PROPONENTE.

XIX.O FUNDO desde já informa e a PROPONENTE se declara ciente de que não há necessidade de contratar quaisquer consultores para atuar como intermediários em nome da PROPONENTE perante o FUNDO.

XX.Estar ciente de que a PROPONENTE deverá apresentar Declaração e Compromisso Anticorrupção e de Prevenção de Conflito de Interesses, na forma prevista no "Anexo III - Declaração e Compromisso Anticorrupção e Prevenção de Conflito de Interesses".

E, por se declarar assim ciente, assina o presente instrumento, na presença das duas testemunhas abaixo assinadas.

Cidade, Dia de Mês de Ano.

Representante legal:_____

CPF: _____

Assinatura: _____

Nome da testemunha 1:_____

CPF: _____

Assinatura: _____

Nome da testemunha 2:_____

CPF: _____

Assinatura: _____

[O restante da página foi intencionalmente deixado em branco, segue continuação da página de assinaturas]

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE

O (A) ....., inscrito no CNPJ n°....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade no..... e do CPF no ....., DECLARA, para os devidos fins que:

1.Encontra-se em situação cadastral regular junto à Receita Federal;

2.Está em condição regular junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;

3.Encontra-se em situação regular junto ao FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço);

4.Não pratica ou aceita o trabalho escravo e não possui inscrição no Cadastro de Empregadores que tenham mantido trabalhadores em condições análogas à de escravo;

5.Não pratica ou aceita a exploração de mão de obra infantil e adolescentes, a não ser na condição de menor aprendiz, a partir de quatorze anos.

6.Não se encontra inscrita no cadastro de empresas inidôneas ou impedidas de contratar com a União (CEIS), divulgado no site: www.portaldatransparencia.gov.br/ceis

(Cidade), ___ de _____de 2018.

_____

Representante Legal

ANEXO III

DECLARAÇÃO E COMPROMISSO ANTICORRUPÇÃO E DE PREVENÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSES

("Empresa"), inscrita no CNPJ sob o número _____, por seus representantes, vem, pela presente, declarar ter conhecimento da Lei Federal 12.846/13 ("Lei Anticorrupção") e da Lei Federal 12.813/13 ("Lei de Conflito de Interesses") atestar que:

a. conduz seus negócios em contínua e estrita conformidade com a legislação anticorrupção aplicável, e possui mecanismos e procedimentos internos de integridade, prevenção de conflito de interesses, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e a aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta.

b.seus conselheiros, diretores, procuradores, representantes, colaboradores, agentes ou qualquer pessoa agindo em seu nome ou das pessoas anteriormente especificadas não realizaram e comprometem-se a não realizar atos lesivos assim definidos na Lei Anticorrupção, bem como não participaram e comprometem-se não participar de situações previstas na Lei de Conflito de Interesses, seja em benefício próprio, da Empresa ou ainda, em benefício do Comitê Brasil-China de Cooperação para Expansão da Capacidade Produtiva (doravante denominado "FUNDO"), representado por seu Grupo Técnico de Trabalho, Comitê Diretivo e sua Secretaria-Executiva, bem como seus funcionários ("Obrigação Anticorrupção" e "Obrigação de Prevenção de Conflito de Interesses").

c.Não se encontra no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) mantido pelo Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União (CGU).

d.tem ciência de que o FUNDO não admitirá ou tolerará de nenhuma forma atos lesivos ou situações que desrespeitem as Leis citadas e, desta forma, qualquer ato lesivo jamais terá aprovação/consentimento do FUNDO.

e.informará ao FUNDO, por meio de sua Secretaria-Executiva, imediatamente, por escrito, detalhes de qualquer violação relativa à Obrigação Anticorrupção e as situações que suscitem potencial conflito de interesses previstas na legislação supracitada, que eventualmente venha a ocorrer, sendo que esta obrigação perdurará até o término do processo de análise para classificação da(s) Cartas-Consulta(s) submetidas ao FUNDO.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800165

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

f.tem ciência e concorda que o não cumprimento da Obrigação Anticorrupção ou da Obrigação de Prevenção de Conflito de Interesses, firmadas neste compromisso, pela Empresa pode causar o imediato término do processo de análise para classificação da(s) Cartas-Consulta(s) submetidas ao FUNDO.

, de de (Cidade, dia/mês/Ano)

_____

_____

Nome: Nome:

CPF: CPF:

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO OU IMPLANTAÇÃO DE POLÍTICAS, PROCESSOS E PROCEDIMENTOS INTERNOS

Indicar grau de sigilo deste documento:_____

Nome	
CNPJ	
NIRE	
Endereço	
Atividade	
Data de Constituição	
Representante	

Declara, por seus bastantes procuradores, para todos os fins de direito e sob as penas da lei de que tem em vigor ou está implantando na Proponente, seu(s) Controlador(es) e/ou Patrocinador(es) do Projeto, políticas, processos e procedimentos internos que visam a assegurar integralmente o cumprimento da Lei nº 12.846/2013 e do Decreto nº 8.420/2015.

A Proponente, seu(s) Controlador(es) e/ou Patrocinador(es) do Projeto se compromete(m) de forma irretratável e irrevogável a encaminhar ao FUNDO as provas da conclusão do processo tão logo tenha sido concluída a implementação.

Cidade, Dia de Mês de Ano

_____

Nome

Cargo

CPF

_____

Nome

Cargo

CPF

ANEXO V

CRITÉRIOS QUALIFICATÓRIOS PARA A ANÁLISE DOS PROJETOS PELOS MEMBROS BRASILEIROS DO GTT

CRITÉRIOS QUALIFICATÓRIOS

1) Região geográfica do Investimento

Verifica-se se o projeto será desenvolvido em regiões geográficas prioritárias de desenvolvimento para o Brasil.

a.Norte: 5 pontos

b.Nordeste: 5 pontos

c.Centro-Oeste: 4 pontos

d.Sul: 3 pontos

e.Sudeste: 3 pontos

2) Setor e enquadramento no Plano de Trabalho Anual

Verifica-se se a proposta de projeto está classificada nos setores abaixo.

Observação: estes são setores listados no Plano de Trabalho Anual como prioritários para o Fundo.

a.Infraestrutura: 5 pontos

Rodovia

Ferrovia

Porto e aeroporto

Saneamento

Energia

b.Outros: 2 pontos

3) Integração à cadeia de exportação

Verifica-se se o projeto prevê a produção de bens/serviços destinados à exportação ou se o projeto visa facilitar o processo de exportação.

a.Sim: 3 pontos

b.Não: 0 ponto

4) Grau de novidade do Projeto relacionado a Produto e/ou Processo

Verifica-se o grau de novidade do Projeto relacionado a Produto e/ou Processo.

a.Não há novidade ou apenas aprimoramento de um existente: 0 ponto

b.Novo para a empresa, mas já existente no mercado nacional: 1 ponto

c.Novo para o mercado nacional, mas já existente no mercado mundial: 2 pontos

d.Novo para o mercado mundial: 3 pontos

5) Tecnologia

Verifica-se se o projeto absorverá ou desenvolverá novas tecnologias.

a.Sim: 3 pontos

b.Não: 0 ponto

6) Impactos ambientais

Verifica-se o risco dos impactos ambientais do projeto.

a.Possui impactos ambientais e não prevê formas de mitigação: 0 ponto

b.Possui impactos ambientais e prevê formas de mitigação: 1 ponto

c.Não possui impacto ambiental: 2 pontos

7) Entraves Legais

Verifica-se se há riscos relacionados à necessidade de aprovação ou alteração de normas para a execução do projeto.

a.Não há riscos: 2 pontos

b.Há riscos gerenciáveis de competência da União: 1 ponto

c.Há riscos relacionados a competências de outros entes federados: 0 ponto

8) Participação do capital próprio do proponente no volume total do investimento

Verifica-se o volume da participação acionista, com capital próprio, no volume total do investimento.

a. maior igual a 40%: 5 pontos

b. maior igual a 30% até < menor que 40%: 4 pontos

c. maior igual a 20% até menor que 30%: 3 pontos

d.menor que 20%: 0 ponto

9) Experiência da empresa proponenteVerifica-se a experiência prévia da empresa proponente no setor.

a.Experiência acima de 20 anos: 3 pontos

b.Experiência entre 10 a 20 anos: 2 pontos

c.Experiência entre 5 a 10 anos: 1 ponto

d.Experiência inferior a 5 anos: 0 ponto

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

PORTARIA Nº 3.207, DE 26 DE MARÇO DE 2018

Portaria de Auto de Demarcação visando a reterritorialização das comunidades ribeirinhas atingidas pela instalação da UHE Belo Monte no rio Xingu - Área 01

O SECRETÁRIO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, no uso das suas atribuições e com fundamento no disposto nos arts. 31 e 33 do Anexo I do Decreto nº 9.035, de 20 de abril de 2017, considerando o dispositivo do Art. 18-A do Decreto-Lei 9.760 de 5 de setembro de 1946, com redação dada pela Lei 11.481 de 31 de maio de 2007, lavra o presente AUTO DE DEMARCAÇÃO de área sobreposta à Gleba Pública Federal Certificada, localizada na margem esquerda do rio Xingu, no município de Vitória do Xingu/PA, com área total de aproximadamente 10.208 hectares, visando seu registro em nome da União para fins de regularização fundiária de interesse social, conforme processo administrativo nº 04905.000469/2018-43, com base no levantamento da situação da área, que se descreve e caracteriza com os seguintes limites e confrontações:

Art. 1º A aludida área, que está situada à margem esquerda do rio Xingu, com área total de 10.208 ha (dez mil duzentos e oito hectares), assim se descreve e caracteriza - CARACTERÍSTICAS E CONFRONTAÇÕES:

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice Pt0, de coordenadas N 9649413.0 m e E 381194.2 m, Datum SIRGAS 2000 com Meridiano Central -51, localizado a , Código INCRA ; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:99°22'30.01" e 392.07; até o vértice Pt1, de coordenadas N 9649349.2 m e E 381581.0 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:108°45'0.00" e 261.61; até o vértice Pt2, de coordenadas N 9649265.1 m e E 381828.7 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:116°15'0.04" e 261.61; até o vértice Pt3, de coordenadas N 9649149.4 m e E 382063.4 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:125°37'30.01" e 392.07; até o vértice Pt4, de coordenadas N 9648921.0 m e E 382382.1 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:131°57'22.10" e 627.72; até o vértice Pt5, de coordenadas N 9648501.3 m e E 382848.9 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:140°37'30.03" e 392.07; até o vértice Pt6, de coordenadas N 9648198.3 m e E 383097.6 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:150°06'24.70" e 266.66; até o vértice Pt7, de coordenadas N 9647967.1 m e E 383230.5 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:103°56'44.78" e 321.78; até o vértice Pt8, de coordenadas N 9647889.5 m e E 383542.8 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:112°29'59.93" e 261.61; até o vértice Pt9, de coordenadas N 9647789.4 m e E 383784.5 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:120°00'0.06" e 261.61; até o vértice Pt10, de coordenadas N 9647658.6 m e E 384011.0 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:127°29'59.98" e 261.61; até o vértice Pt11, de coordenadas N 9647499.3 m e E 384218.6 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:135°00'0.00" e 261.61; até o vértice Pt12, de coordenadas N 9647314.4 m e E 384403.6 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:142°30'0.02" e 261.61; até o vértice Pt13, de coordenadas N 9647106.8 m e E 384562.8 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:149°59'59.94" e 261.61; até o vértice Pt14, de coordenadas N 9646880.2 m e E 384693.6 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:157°30'0.07" e 261.61; até o vértice Pt15, de coordenadas N 9646638.5 m e E 384793.8 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:167°29'14.48" e 728.95; até o vértice Pt16, de coordenadas N 9645926.9 m e E 384951.7 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:176°14'59.98" e 261.61; até o vértice Pt17, de coordenadas N 9645665.9 m e E 384968.8 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:183°45'0.02" e 261.61; até o vértice Pt18, de coordenadas N 9645404.8 m e E 384951.7 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:191°15'0.02" e 261.61; até o vértice Pt19, de coordenadas N 9645148.2 m e E 384900.7 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:200°37'30.01" e 392.07; até o vértice Pt20, de coordenadas N 9644781.3 m e E 384762.5 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:209°59'59.95" e 261.61; até o vértice Pt21, de coordenadas N 9644554.7 m e E 384631.7 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:218°53'36.14" e 347.51; até o vértice Pt22, de coordenadas N 9644284.2 m e E 384413.5 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:190°18'4.66" e 272.44; até o vértice Pt23, de coordenadas N 9644016.2 m e E 384364.8 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:176°02'47.06" e 271.41; até o vértice Pt24, de coordenadas N 9643745.4 m e E 384383.5 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:183°45'0.02" e 261.61; até o vértice Pt25, de coordenadas N 9643484.4 m e E 384366.4 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:191°14'59.95" e 261.61; até o vértice Pt26, de coordenadas N 9643227.8 m e E 384315.4 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:199°58'40.61" e 334.46; até o vértice Pt27, de coordenadas N 9642913.5 m e E 384201.1 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:148°07'29.99" e 118.96; até o vértice Pt28, de coordenadas N 9642812.4 m e E 384263.9 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:127°22'26.79" e 39.40; até o vértice Pt29, de coordenadas N 9642788.5 m e E 384295.3 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:101°42'0.68" e 871.57; até o vértice Pt30, de coordenadas N 9642611.8 m e E 385148.7 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:109°33'19.24" e 336.05; até o vértice Pt31, de coordenadas N 9642499.3 m e E 385465.4 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:42°04'40.93" e 200.36; até o vértice Pt32, de coordenadas N 9642648.0 m e E 385599.7 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:135°58'55.15" e 401.56; até o vértice Pt33, de coordenadas N 9642359.2 m e E 385878.7 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:82°31'7.76" e 259.02; até o vértice Pt34, de coordenadas N 9642393.0 m e E 386135.5 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:89°37'2.43" e 505.51; até o vértice Pt35, de coordenadas N 9642396.3 m e E 386641.0 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:97°30'0.02" e 261.61; até o vértice Pt36, de coordenadas N 9642362.2 m e E 386900.4 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:104°59'60.00" e 261.61; até o vértice Pt37, de coordenadas N 9642294.5 m e E 387153.1 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:114°11'15.48" e 379.05; até o vértice Pt38, de coordenadas N 9642139.2 m e E 387498.8 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:123°31'6.10" e 277.78; até o vértice Pt39, de coordenadas N 9641985.8 m e E 387730.4 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:133°07'30.00" e 392.07; até o vértice Pt40, de coordenadas N 9641717.8 m e E 388016.6 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:143°13'36.29" e 300.31; até o vértice Pt41, de coordenadas N 9641477.2 m e E 388196.4 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:112°52'9.69" e 115.52; até o vértice Pt42, de coordenadas N 9641432.3 m e E 388302.8 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:58°06'41.53" e 113.03; até o vértice Pt43, de coordenadas N 9641492.0 m e E 388398.8 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:89°47'19.16" e 524.78; até o vértice Pt44, de coordenadas N 9641494.0 m e E 388923.6 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:152°45'16.47" e 444.13; até o vértice Pt45, de coordenadas N 9641099.1 m e E 389126.9 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:149°08'35.08" e 264.50; até o vértice Pt46, de coordenadas N 9640872.1 m e E 389262.5 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:133°15'13.60" e 383.12; até o vértice Pt47, de coordenadas N 9640609.5 m e E 389541.6 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:144°22'29.99" e 392.07; até o vértice Pt48, de coordenadas N 9640290.8 m e E 389769.9 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:155°37'30.03" e 392.07; até o vértice Pt49, de coordenadas N 9639933.7 m e E 389931.8 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:166°37'17.57" e 449.06; até o vértice Pt50, de coordenadas N 9639496.8 m e E 390035.7 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:178°07'30.01" e 392.07; até o vértice Pt51, de coordenadas N 9639105.0 m e E 390048.5 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:189°04'25.79" e 420.57; até o vértice Pt52, de coordenadas N 9638689.7 m e E 389982.2 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:200°37'30.01" e 392.07; até o vértice Pt53, de coordenadas N 9638322.7 m e E 389844.1 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:212°58'37.84" e 462.38; até o vértice Pt54, de coordenadas N 9637934.9 m e E 389592.4 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:189°19'44.71" e 263.93; até o vértice Pt55, de coordenadas N 9637674.4 m e E 389549.6 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:124°34'30.62" e 377.21; até o vértice Pt56, de coordenadas N 9637460.4 m e E 389860.2 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:132°15'33.01" e 318.64; até o vértice Pt57, de coordenadas N 9637246.1 m e E 390096.0 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:99°35'19.89" e 144.03; até o vértice Pt58, de coordenadas N 9637222.1 m e E 390238.0 m;

deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:86°59'26.93" e 486.95; até o vértice Pt59, de coordenadas N 9637247.6 m e E 390724.3 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:97°30'0.01" e 261.61; até o vértice Pt60, de coordenadas N 9637213.5 m e E 390983.7 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:106°52'30.01" e 392.07; até o vértice Pt61, de coordenadas N 9637099.7 m e E 391358.9 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:118°07'29.98" e 392.07; até o vértice Pt62, de coordenadas N 9636914.9 m e E 391704.7 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:127°30'0.06" e 261.61; até o vértice Pt63, de coordenadas N 9636755.6 m e E 391912.2 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:135°51'53.26" e 325.44; até o vértice Pt64, de coordenadas N 9636522.0 m e E 392138.8 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:144°48'0.28" e 362.53; até o vértice Pt65, de coordenadas N 9636225.8 m e E 392347.8 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:154°01'5.33" e 274.67; até o vértice Pt66, de coordenadas N 9635978.9 m e E 392468.1 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:116°19'41.11" e 605.65; até o vértice Pt67, de coordenadas N 9635710.3 m e E 393011.0 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:123°45'0.07" e 261.61; até o vértice Pt68, de coordenadas N 9635564.9 m e E 393228.5 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:131°14'59.99" e 261.61; até o vértice Pt69, de coordenadas N 9635392.4 m e E 393425.2 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:138°45'0.01" e 261.61; até o vértice Pt70, de coordenadas N 9635195.8 m e E 393597.7 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:146°14'59.93" e 261.61; até o vértice Pt71, de coordenadas N 9634978.2 m e E 393743.0 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:155°37'30.03" e 392.07; até o vértice Pt72, de coordenadas N 9634621.1 m e E 393904.8 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:165°00'0.00" e 261.61; até o vértice Pt73, de coordenadas N 9634368.4 m e E 393972.5 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:172°37'7.32" e 305.63; até o vértice Pt74, de coordenadas N 9634065.3 m e E 394011.8 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:182°51'5.70" e 466.65; até o vértice Pt75, de coordenadas N 9633599.2 m e E 393988.6 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:193°23'31.11" e 373.51; até o vértice Pt76, de coordenadas N 9633235.9 m e E 393902.1 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:203°53'49.69" e 347.82; até o vértice Pt77, de coordenadas N 9632917.9 m e E 393761.2 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:184°30'33.15" e 228.51; até o vértice Pt78, de coordenadas N 9632690.1 m e E 393743.2 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:191°09'27.65" e 384.17; até o vértice Pt79, de coordenadas N 9632313.2 m e E 393668.9 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:201°43'15.79" e 458.82; até o vértice Pt80, de coordenadas N 9631886.9 m e E 393499.1 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:151°05'35.88" e 1440.71; até o vértice Pt81, de coordenadas N 9630625.7 m e E 394195.5 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:155°58'59.79" e 946.49; até o vértice Pt82, de coordenadas N 9629761.2 m e E 394580.7 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:186°47'24.13" e 1523.35; até o vértice Pt83, de coordenadas N 9628248.5 m e E 394400.6 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:212°52'25.21" e 882.86; até o vértice Pt84, de coordenadas N 9627507.0 m e E 393921.4 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:299°26'9.56" e 366.85; até o vértice Pt85, de coordenadas N 9627687.3 m e E 393601.9 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:272°35'53.15" e 390.08; até o vértice Pt86, de coordenadas N 9627705.0 m e E 393212.2 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:249°35'20.39" e 56.29; até o vértice Pt87, de coordenadas N 9627685.4 m e E 393159.4 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:271°15'3.29" e 272.95; até o vértice Pt88, de coordenadas N 9627691.3 m e E 392886.6 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:284°09'17.08" e 184.08; até o vértice Pt89, de coordenadas N 9627736.3 m e E 392708.1 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:291°55'32.63" e 342.46; até o vértice Pt90, de coordenadas N 9627864.2 m e E 392390.4 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:284°55'14.66" e 348.06; até o vértice Pt91, de coordenadas N 9627953.8 m e E 392054.1 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:304°24'32.65" e 163.56; até o vértice Pt92, de coordenadas N 9628046.3 m e E 391919.1 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:329°36'42.88" e 381.11; até o vértice Pt93, de coordenadas N 9628375.0 m e E 391726.3 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:286°27'27.18" e 201.78; até o vértice Pt94, de coordenadas N 9628432.2 m e E 391532.8 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:296°32'17.59" e 151.60; até o vértice Pt95, de coordenadas N 9628499.9 m e E 391397.2 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:247°20'22.98" e 147.98; até o vértice Pt96, de coordenadas N 9628442.9 m e E 391260.6 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:272°47'56.77" e 98.83; até o vértice Pt97, de coordenadas N 9628447.7 m e E 391161.9 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:301°38'51.21" e 329.76; até o vértice Pt98, de coordenadas N 9628620.7 m e E 390881.2 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:332°38'38.41" e 207.74; até o vértice Pt99, de coordenadas N 9628805.3 m e E 390785.7 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:313°50'54.49" e 213.95; até o vértice Pt100, de coordenadas N 9628953.5 m e E 390631.4 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:278°05'32.09" e 282.58; até o vértice Pt101, de coordenadas N 9628993.2 m e E 390351.7 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:289°13'14.48" e 228.81; até o vértice Pt102, de coordenadas N 9629068.6 m e E 390135.6 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:338°16'22.68" e 336.45; até o vértice Pt103, de coordenadas N 9629381.1 m e E 390011.1 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:38°08'40.48" e 51.61; até o vértice Pt104, de coordenadas N 9629421.7 m e E 390042.9 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:9°02'8.51" e 107.30; até o vértice Pt105, de coordenadas N 9629527.7 m e E 390059.8 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:348°30'55.48" e 141.11; até o vértice Pt106, de coordenadas N 9629666.0 m e E 390031.7 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:309°13'58.12" e 35.53; até o vértice Pt107, de coordenadas N 9629688.4 m e E 390004.2 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:14°30'16.71" e 63.16; até o vértice Pt108, de coordenadas N 9629749.6 m e E 390020.0 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:348°21'18.32" e 168.25; até o vértice Pt109, de coordenadas N 9629914.4 m e E 389986.0 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:38°54'0.33" e 128.13; até o vértice Pt110, de coordenadas N 9630014.1 m e E 390066.5 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:4°00'14.28" e 43.88; até o vértice Pt111, de coordenadas N 9630057.9 m e E 390069.6 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:99°15'57.75" e 36.29; até o vértice Pt112, de coordenadas N 9630052.0 m e E 390105.4 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:53°01'46.39" e 127.34; até o vértice Pt113, de coordenadas N 9630128.6 m e E 390207.1 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:15°07'13.99" e 155.00; até o vértice Pt114, de coordenadas N 9630278.2 m e E 390247.5 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:353°42'50.57" e 111.68; até o vértice Pt115, de coordenadas N 9630389.2 m e E 390235.3 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:336°16'35.28" e 290.70; até o vértice Pt116, de coordenadas N 9630655.4 m e E 390118.4 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:297°36'31.88" e 111.69; até o vértice Pt117, de coordenadas N 9630707.1 m e E 390019.4 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:275°46'24.69" e 80.88; até o vértice Pt118, de coordenadas N 9630715.3 m e E 389938.9 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:312°53'42.80" e 121.52; até o vértice Pt119, de coordenadas N 9630798.0 m e E 389849.9 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:344°28'58.79" e 91.80; até o vértice Pt120, de coordenadas N 9630886.4 m e E 389825.3 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:9°35'39.17" e 132.46; até o vértice Pt121, de coordenadas N 9631017.0 m e E 389847.4 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:324°06'22.15" e 296.43; até o vértice Pt122, de coordenadas N 9631257.2 m e E 389673.6 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:309°59'46.39" e 94.09; até o vértice Pt123, de coordenadas N 9631317.7 m e E 389601.5 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:295°39'44.26" e 284.27; até o vértice Pt124, de coordenadas N 9631440.8 m e E 389345.3 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:332°07'35.43" e 112.89; até o vértice Pt125, de coordenadas N 9631540.6 m e E 389292.5 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:311°31'23.12" e 240.63; até o vértice Pt126, de coordenadas N 9631700.1 m e E 389112.4 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:37°19'0.57" e 46.92; até o vértice Pt127, de coordenadas N 9631737.4 m e E 389140.8 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:122°09'20.77" e 33.58; até o vértice Pt128, de coordenadas N 9631719.5 m e E 389169.2 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:2°34'38.70" e 158.69; até o vértice Pt129, de coordenadas N 9631878.0 m e E 389176.4 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:25°19'36.32" e 175.52; até o vértice Pt130, de coordenadas N 9632036.7 m e E 389251.5 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:3°36'49.01" e 92.56; até o vértice Pt131, de coordenadas N 9632129.1 m e E 389257.3 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:336°11'6.81" e 122.19; até o vértice Pt132, de coordenadas N 9632240.9 m e E 389208.0 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:309°45'9.22" e 186.37; até o vértice Pt133, de coordenadas N 9632360.0 m e E 389064.7 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:339°46'29.10" e 127.98; até o vértice Pt134, de coordenadas N 9632480.1 m e E 389020.4 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:317°14'52.40" e 182.52; até o vértice Pt135, de coordenadas N 9632614.2 m e E 388896.5 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:354°51'4.18" e 63.37; até o vértice Pt136, de coordenadas N 9632677.3 m e E 388890.8 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:23°07'31.18" e 136.92; até o vértice Pt137, de coordenadas N 9632803.2 m e E 388944.6 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:359°59'56.40" e 97.83; até o vértice Pt138, de coordenadas N 9632901.0 m e E 388944.6 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:316°54'15.48" e 83.59; até o vértice Pt139, de coordenadas N 9632962.1 m e E 388887.5 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:288°03'21.19" e 189.57; até o vértice Pt140, de coordenadas N 9633020.8 m e E 388707.3 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:357°07'48.08" e 97.19; até o vértice Pt141, de coordenadas N 9633117.9 m e E 388702.4 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:17°04'26.47" e 231.43; até o vértice Pt142, de coordenadas N 9633339.1 m e E 388770.4 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:353°04'48.03" e 153.76; até o vértice Pt143, de coordenadas N 9633491.7 m e E 388751.8 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:69°47'16.55" e 69.97; até o vértice Pt144, de coordenadas N 9633515.9 m e E 388817.5 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:16°45'57.87" e 47.00; até o vértice Pt145, de coordenadas N 9633560.9 m e E 388831.0 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:322°35'7.11" e 313.89; até o vértice Pt146, de coordenadas N 9633810.2 m e E 388640.3 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:310°43'36.11" e 127.98; até o vértice Pt147, de coordenadas N 9633893.7 m e E 388543.3 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:277°25'35.61" e 146.20; até o vértice Pt148, de coordenadas N 9633912.6 m e E 388398.4 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:297°18'46.86" e 170.32; até o vértice Pt149, de coordenadas N 9633990.8 m e E 388247.0 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:267°05'56.59" e 108.27; até o vértice Pt150, de coordenadas N 9633985.3 m e E 388138.9 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:241°38'22.18" e 53.88; até o vértice Pt151, de coordenadas N 9633959.7 m e E 388091.5 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:282°45'2.55" e 48.61; até o vértice Pt152, de coordenadas N 9633970.4 m e E 388044.1 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:306°50'18.01" e 321.65; até o vértice Pt153, de coordenadas N 9634163.3 m e E 387786.7 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:327°52'9.61" e 63.69; até o vértice Pt154, de coordenadas N 9634217.2 m e E 387752.8 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:295°44'55.36" e 164.73; até o vértice Pt155, de coordenadas N 9634288.8 m e E 387604.4 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:318°29'16.81" e 326.32; até o vértice Pt156, de coordenadas N 9634533.1 m e E 387388.1 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:9°30'20.37" e 280.62; até o vértice Pt157, de coordenadas N 9634809.9 m e E 387434.5 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:55°34'23.49" e 53.54; até o vértice Pt158, de coordenadas N 9634840.2 m e E 387478.6 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:9°58'16.36" e 95.13; até o vértice Pt159, de coordenadas N 9634933.9 m e E 387495.1 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:331°23'17.77" e 303.81; até o vértice Pt160, de coordenadas N 9635200.6 m e E 387349.6 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:271°45'42.46" e 93.23; até o vértice Pt161, de coordenadas N 9635203.4 m e E 387256.5 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:303°27'12.52" e 171.20; até o vértice Pt162, de coordenadas N 9635297.8 m e E 387113.6 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:278°10'27.13" e 113.06; até o vértice Pt163, de coordenadas N 9635313.9 m e E 387001.7 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:318°37'45.59" e 126.71; até o vértice Pt164, de coordenadas N 9635409.0 m e E 386918.0 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:297°19'45.86" e 160.18; até o vértice Pt165, de coordenadas N 9635482.5 m e E 386775.7 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:325°07'18.10" e 151.23; até o vértice Pt166, de coordenadas N 9635606.6 m e E 386689.2 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:49°58'57.42" e 72.25; até o vértice Pt167, de coordenadas N 9635653.0 m e E 386744.5 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:348°13'52.39" e 73.93; até o vértice Pt168, de coordenadas N 9635725.4 m e E 386729.4 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:319°53'59.80" e 90.79; até o vértice Pt169, de coordenadas N 9635794.9 m e E 386671.0 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:289°53'31.11" e 64.41; até o vértice Pt170, de coordenadas N 9635816.8 m e E 386610.4 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:344°41'7.11" e 30.32; até o vértice Pt171, de coordenadas N 9635846.0 m e E 386602.4 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:303°51'41.28" e 87.34; até o vértice Pt172, de coordenadas N 9635894.7 m e E 386529.9 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:350°09'58.89" e 86.01; até o vértice Pt173, de coordenadas N 9635979.4 m e E 386515.2 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:50°15'16.39" e 51.97; até o vértice Pt174, de coordenadas N 9636012.7 m e E 386555.1 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:71°38'32.32" e 239.88; até o vértice Pt175, de coordenadas N 9636088.2 m e E 386782.8 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:92°07'9.04" e 143.08; até o vértice Pt176, de coordenadas N 9636082.9 m e E 386925.8 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:65°44'19.43" e 53.00; até o vértice Pt177, de coordenadas N

9636104.7 m e E 386974.1 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:14°26'27.84" e 49.98; até o vértice Pt178, de coordenadas N 9636153.1 m e E 386986.6 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:47°35'40.64" e 57.93; até o vértice Pt179, de coordenadas N 9636192.2 m e E 387029.3 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:337°49'45.79" e 89.24; até o vértice Pt180, de coordenadas N 9636274.8 m e E 386995.7 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:12°35'16.69" e 346.31; até o vértice Pt181, de coordenadas N 9636612.8 m e E 387071.1 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:23°09'7.27" e 125.08; até o vértice Pt182, de coordenadas N 9636727.8 m e E 387120.3 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:341°42'4.07" e 428.51; até o vértice Pt183, de coordenadas N 9637134.6 m e E 386985.8 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:348°36'45.68" e 341.44; até o vértice Pt184, de coordenadas N 9637469.4 m e E 386918.4 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:337°12'28.75" e 400.24; até o vértice Pt185, de coordenadas N 9637838.3 m e E 386763.3 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:354°38'29.05" e 213.20; até o vértice Pt186, de coordenadas N 9638050.6 m e E 386743.4 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:13°26'45.33" e 74.42; até o vértice Pt187, de coordenadas N 9638123.0 m e E 386760.7 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:339°49'25.36" e 196.90; até o vértice Pt188, de coordenadas N 9638307.8 m e E 386692.8 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:314°02'51.25" e 61.35; até o vértice Pt189, de coordenadas N 9638350.5 m e E 386648.7 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:281°59'31.04" e 199.95; até o vértice Pt190, de coordenadas N 9638392.0 m e E 386453.1 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:253°42'36.99" e 71.65; até o vértice Pt191, de coordenadas N 9638371.9 m e E 386384.3 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:290°00'15.67" e 121.95; até o vértice Pt192, de coordenadas N 9638413.6 m e E 386269.8 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:301°36'46.15" e 216.60; até o vértice Pt193, de coordenadas N 9638527.2 m e E 386085.3 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:283°52'21.31" e 76.69; até o vértice Pt194, de coordenadas N 9638545.6 m e E 386010.8 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:255°32'16.33" e 64.59; até o vértice Pt195, de coordenadas N 9638529.4 m e E 385948.3 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:310°22'48.42" e 167.52; até o vértice Pt196, de coordenadas N 9638637.9 m e E 385820.7 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:262°49'16.70" e 320.94; até o vértice Pt197, de coordenadas N 9638597.8 m e E 385502.3 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:249°58'35.29" e 124.52; até o vértice Pt198, de coordenadas N 9638555.2 m e E 385385.3 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:312°13'46.36" e 258.06; até o vértice Pt199, de coordenadas N 9638728.6 m e E 385194.2 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:346°51'8.81" e 35.77; até o vértice Pt200, de coordenadas N 9638763.5 m e E 385186.1 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:92°45'23.23" e 47.61; até o vértice Pt201, de coordenadas N 9638761.2 m e E 385233.6 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:322°15'47.19" e 131.22; até o vértice Pt202, de coordenadas N 9638865.0 m e E 385153.3 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:28°39'10.54" e 103.63; até o vértice Pt203, de coordenadas N 9638955.9 m e E 385203.0 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:332°42'48.57" e 54.05; até o vértice Pt204, de coordenadas N 9639003.9 m e E 385178.2 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:305°11'14.74" e 81.71; até o vértice Pt205, de coordenadas N 9639051.0 m e E 385111.4 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:9°18'19.49" e 301.41; até o vértice Pt206, de coordenadas N 9639348.5 m e E 385160.2 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:353°40'55.56" e 95.31; até o vértice Pt207, de coordenadas N 9639443.2 m e E 385149.7 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:325°44'42.80" e 103.77; até o vértice Pt208, de coordenadas N 9639529.0 m e E 385091.3 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:349°13'42.27" e 117.66; até o vértice Pt209, de coordenadas N 9639644.5 m e E 385069.3 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:3°26'59.61" e 281.32; até o vértice Pt210, de coordenadas N 9639925.4 m e E 385086.2 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:339°01'19.95" e 251.29; até o vértice Pt211, de coordenadas N 9640160.0 m e E 384996.3 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:358°36'39.80" e 115.58; até o vértice Pt212, de coordenadas N 9640275.5 m e E 384993.4 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:331°29'35.07" e 130.20; até o vértice Pt213, de coordenadas N 9640390.0 m e E 384931.3 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:316°20'20.82" e 181.07; até o vértice Pt214, de coordenadas N 9640520.9 m e E 384806.3 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:294°26'55.46" e 469.23; até o vértice Pt215, de coordenadas N 9640715.2 m e E 384379.1 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:276°02'37.94" e 243.32; até o vértice Pt216, de coordenadas N 9640740.8 m e E 384137.2 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:291°34'48.38" e 99.22; até o vértice Pt217, de coordenadas N 9640777.3 m e E 384044.9 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:257°41'20.97" e 258.83; até o vértice Pt218, de coordenadas N 9640722.1 m e E 383792.0 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:248°50'27.89" e 288.06; até o vértice Pt219, de coordenadas N 9640618.1 m e E 383523.4 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:265°34'3.80" e 135.94; até o vértice Pt220, de coordenadas N 9640607.6 m e E 383387.9 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:282°33'3.00" e 475.75; até o vértice Pt221, de coordenadas N 9640711.0 m e E 382923.5 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:299°15'19.18" e 279.69; até o vértice Pt222, de coordenadas N 9640847.7 m e E 382679.5 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:320°34'39.21" e 284.65; até o vértice Pt223, de coordenadas N 9641067.6 m e E 382498.7 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:338°22'24.15" e 139.93; até o vértice Pt224, de coordenadas N 9641197.6 m e E 382447.1 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:324°57'30.76" e 130.01; até o vértice Pt225, de coordenadas N 9641304.1 m e E 382372.5 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:305°35'42.80" e 227.78; até o vértice Pt226, de coordenadas N 9641436.7 m e E 382187.3 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:313°44'19.05" e 281.86; até o vértice Pt227, de coordenadas N 9641631.5 m e E 381983.6 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:297°06'20.27" e 249.44; até o vértice Pt228, de coordenadas N 9641745.2 m e E 381761.6 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:274°28'42.43" e 191.66; até o vértice Pt229, de coordenadas N 9641760.1 m e E 381570.5 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:304°41'37.80" e 124.22; até o vértice Pt230, de coordenadas N 9641830.9 m e E 381468.4 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:323°59'58.16" e 354.15; até o vértice Pt231, de coordenadas N 9642117.4 m e E 381260.2 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:351°36'46.34" e 139.98; até o vértice Pt232, de coordenadas N 9642255.8 m e E 381239.8 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:21°36'41.26" e 115.94; até o vértice Pt233, de coordenadas N 9642363.6 m e E 381282.5 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:236°45'24.25" e 92.38; até o vértice Pt234, de coordenadas N 9642313.0 m e E 381205.2 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:299°41'2.87" e 29.11; até o vértice Pt235, de coordenadas N 9642327.4 m e E 381179.9 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:8°52'18.74" e 245.75; até o vértice Pt236, de coordenadas N 9642570.2 m e E 381217.8 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:38°31'33.26" e 114.56; até o vértice Pt237, de coordenadas N 9642659.8 m e E 381289.2 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:6°26'19.04" e 181.93; até o vértice Pt238, de coordenadas N 9642840.6 m e E 381309.6 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:350°52'38.97" e 235.36; até o vértice Pt239, de coordenadas N 9643073.0 m e E 381272.3 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:343°04'46.77" e 273.68; até o vértice Pt240, de coordenadas N 9643334.8 m e E 381192.6 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:334°08'40.69" e 386.73; até o vértice Pt241, de coordenadas N 9643682.9 m e E 381024.0 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:326°44'26.44" e 162.21; até o vértice Pt242, de coordenadas N 9643818.5 m e E 380935.0 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:318°11'39.43" e 316.48; até o vértice Pt243, de coordenadas N 9644054.4 m e E 380724.0 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:330°51'39.18" e 153.95; até o vértice Pt244, de coordenadas N 9644188.9 m e E 380649.1 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:354°30'27.89" e 412.47; até o vértice Pt245, de coordenadas N 9644599.5 m e E 380609.6 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:315°37'32.43" e 84.74; até o vértice Pt246, de coordenadas N 9644660.0 m e E 380550.3 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:2°31'34.91" e 156.16; até o vértice Pt247, de coordenadas N 9644816.0 m e E 380557.2 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:16°19'43.02" e 203.34; até o vértice Pt248, de coordenadas N 9645011.2 m e E 380614.4 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:4°58'9.34" e 123.38; até o vértice Pt249, de coordenadas N 9645134.1 m e E 380625.1 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:341°13'6.70" e 237.62; até o vértice Pt250, de coordenadas N 9645359.1 m e E 380548.6 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:311°30'21.03" e 309.49; até o vértice Pt251, de coordenadas N 9645564.1 m e E 380316.8 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:339°13'8.41" e 152.67; até o vértice Pt252, de coordenadas N 9645706.9 m e E 380262.6 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:316°44'59.51" e 88.54; até o vértice Pt253, de coordenadas N 9645771.4 m e E 380202.0 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:154°27'2.85" e 132.07; até o vértice Pt254, de coordenadas N 9645652.2 m e E 380258.9 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:198°02'49.09" e 32.61; até o vértice Pt255, de coordenadas N 9645621.2 m e E 380248.8 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:302°50'25.47" e 307.11; até o vértice Pt256, de coordenadas N 9645787.8 m e E 379990.8 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:292°37'13.41" e 137.70; até o vértice Pt257, de coordenadas N 9645840.7 m e E 379863.7 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:353°52'12.26" e 432.69; até o vértice Pt258, de coordenadas N 9646270.9 m e E 379817.5 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:285°20'44.72" e 147.80; até o vértice Pt259, de coordenadas N 9646310.0 m e E 379674.9 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:301°45'39.12" e 352.95; até o vértice Pt260, de coordenadas N 9646495.8 m e E 379374.8 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:292°33'16.01" e 153.57; até o vértice Pt261, de coordenadas N 9646554.7 m e E 379233.0 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:314°16'49.93" e 136.46; até o vértice Pt262, de coordenadas N 9646650.0 m e E 379135.3 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:273°49'41.47" e 107.43; até o vértice Pt263, de coordenadas N 9646657.2 m e E 379028.1 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:256°24'2.47" e 126.95; até o vértice Pt264, de coordenadas N 9646627.3 m e E 378904.7 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:283°05'51.39" e 371.47; até o vértice Pt265, de coordenadas N 9646711.5 m e E 378542.9 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:303°53'58.20" e 105.01; até o vértice Pt266, de coordenadas N 9646770.1 m e E 378455.8 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:322°04'47.66" e 136.37; até o vértice Pt267, de coordenadas N 9646877.7 m e E 378372.0 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:303°19'21.62" e 340.55; até o vértice Pt268, de coordenadas N 9647064.7 m e E 378087.4 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:255°50'37.62" e 234.05; até o vértice Pt269, de coordenadas N 9647007.5 m e E 377860.5 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:295°28'59.40" e 324.23; até o vértice Pt270, de coordenadas N 9647147.0 m e E 377567.8 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:272°28'15.63" e 105.23; até o vértice Pt271, de coordenadas N 9647151.5 m e E 377462.6 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:245°01'13.75" e 163.38; até o vértice Pt272, de coordenadas N 9647082.5 m e E 377314.5 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:279°08'35.40" e 94.65; até o vértice Pt273, de coordenadas N 9647097.6 m e E 377221.1 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:324°17'15.87" e 93.32; até o vértice Pt274, de coordenadas N 9647173.4 m e E 377166.6 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:14°56'7.64" e 85.00; até o vértice Pt275, de coordenadas N 9647255.5 m e E 377188.5 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:37°06'58.60" e 54.34; até o vértice Pt276, de coordenadas N 9647298.8 m e E 377221.3 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:76°06'3.40" e 119.98; até o vértice Pt277, de coordenadas N 9647327.6 m e E 377337.8 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:12°26'11.42" e 21.68; até o vértice Pt278, de coordenadas N 9647348.8 m e E 377342.5 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:323°26'17.57" e 126.70; até o vértice Pt279, de coordenadas N 9647450.6 m e E 377267.0 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:47°45'34.70" e 583.65; até o vértice Pt280, de coordenadas N 9647842.9 m e E 377699.1 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:55°31'18.55" e 642.36; até o vértice Pt281, de coordenadas N 9648206.6 m e E 378228.6 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:62°54'17.98" e 526.02; até o vértice Pt282, de coordenadas N 9648446.2 m e E 378696.9 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:68°22'8.97" e 809.17; até o vértice Pt283, de coordenadas N 9648744.4 m e E 379449.1 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:59°31'48.37" e 334.08; até o vértice Pt284, de coordenadas N 9648913.8 m e E 379737.0 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:54°10'49.22" e 402.46; até o vértice Pt285, de coordenadas N 9649149.4 m e E 380063.4 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:65°37'29.98" e 392.07; até o vértice Pt286, de coordenadas N 9649311.2 m e E 380420.5 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:76°52'30.03" e 392.07; até o vértice Pt287, de coordenadas N 9649400.2 m e E 380802.3 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:88°07'29.96" e 392.07; até o vértice Pt0, de coordenadas N 9649413.0 m e E 381194.2 m, encerrando esta descrição. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro e encontram-se representadas no sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central - 51, tendo como DATUM SIRGAS 2000 .Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM.

Art. 2º O imóvel descrito no art. 1º é do domínio da União por força do inciso I do art. 20 da Constituição Federal c/c art. 1º, alínea "b", do Decreto Lei 9.760 de 5 de setembro de 1946.

Art. 3º O imóvel descrito no art. 1º fica incorporado por este instrumento ao Patrimônio da União, por força de lei e em conformidade com o que consta do Processo nº 04905.000469/2018-43.

Art. 4° A área ora regularizada nos termos dos arts. 18-A ao 18-F do Decreto-Lei n.º 9.760/46, com redação dada pela Lei n.º 11.481/07, foi identificada como de interesse social por meio dos documentos 5620816 e 5652098, para fins de regularização fundiária.

Art. 5° Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

SIDRACK DE OLIVEIRA CORREIA NETO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800168

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 3.208, DE 23 DE MARÇO DE 2018

Portaria de Auto de Demarcação visando a reterritorialização das comunidades ribeirinhas atingidas pela instalação da UHE Belo Monte no rio Xingu - Área 02

O SECRETÁRIO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, no uso das suas atribuições e com fundamento no disposto nos arts. 31 e 33 do Anexo I do Decreto nº 9.035, de 20 de abril de 2017, considerando o dispositivo do Art. 18-A do Decreto-Lei 9.760 de 5 de setembro de 1946, com redação dada pela Lei 11.481 de 31 de maio de 2007, lavra o presente AUTO DE DEMARCAÇÃO de área sobreposta à Gleba Pública Federal Certificada, localizada na margem direita do rio Xingu, no município de Altamira/PA, com área total de aproximadamente 14.883 hectares, visando seu registro em nome da União para fins de regularização fundiária de interesse social, conforme processo administrativo nº 04905.000469/2018-43, com base no levantamento da situação da área, que se descreve e caracteriza com os seguintes limites e confrontações:

Art. 1º A aludida área, que está situada à margem esquerda do rio Xingu, com área total de 14.883 ha (quatorze mil oitocentos e oitenta e três hectares), assim se descreve e caracteriza:

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice Pt0, de coordenadas N 9638107.27 m e E 378433.82 m, Datum SIRGAS 2000 com Meridiano Central -51, localizado a , Código INCRA ; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:137°40'8.86" e 168.04; até o vértice Pt1, de coordenadas N 9637983.04 m e E 378546.98 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:125°15'17.46" e 149.59; até o vértice Pt2, de coordenadas N 9637896.70 m e E 378669.13 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:107°12'40.84" e 383.77; até o vértice Pt3, de coordenadas N 9637783.14 m e E 379035.72 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:89°39'29.62" e 487.89; até o vértice Pt4, de coordenadas N 9637786.05 m e E 379523.60 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:131°53'13.27" e 270.79; até o vértice Pt5, de coordenadas N 9637605.25 m e E 379725.20 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:111°50'2.40" e 144.38; até o vértice Pt6, de coordenadas N 9637551.55 m e E 379859.22 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:152°34'38.22" e 484.25; até o vértice Pt7, de coordenadas N 9637121.72 m e E 380082.24 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:162°58'37.16" e 306.73; até o vértice Pt8, de coordenadas N 9636828.43 m e E 380172.04 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:173°32'10.50" e 292.73; até o vértice Pt9, de coordenadas N 9636537.56 m e E 380204.99 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:118°14'14.50" e 73.16; até o vértice Pt10, de coordenadas N 9636502.95 m e E 380269.44 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:92°33'38.05" e 164.59; até o vértice Pt11, de coordenadas N 9636495.60 m e E 380433.88 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:79°07'32.36" e 213.31; até o vértice Pt12, de coordenadas N 9636535.84 m e E 380643.35 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:130°14'47.87" e 219.57; até o vértice Pt13, de coordenadas N 9636393.98 m e E 380810.95 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:146°36'28.19" e 71.07; até o vértice Pt14, de coordenadas N 9636334.64 m e E 380850.06 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:123°53'31.54" e 133.78; até o vértice Pt15, de coordenadas N 9636260.04 m e E 380961.11 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:175°57'20.21" e 61.53; até o vértice Pt16, de coordenadas N 9636198.66 m e E 380965.45 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:142°22'0.25" e 83.53; até o vértice Pt17, de coordenadas N 9636132.51 m e E 381016.45 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:169°03'55.46" e 492.70; até o vértice Pt18, de coordenadas N 9635648.76 m e E 381109.91 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:146°08'19.65" e 88.62; até o vértice Pt19, de coordenadas N 9635575.17 m e E 381159.29 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:113°37'15.25" e 55.55; até o vértice Pt20, de coordenadas N 9635552.91 m e E 381210.18 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:82°47'45.87" e 64.47; até o vértice Pt21, de coordenadas N 9635561.00 m e E 381274.14 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:44°10'37.32" e 161.68; até o vértice Pt22, de coordenadas N 9635676.95 m e E 381386.81 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:7°28'40.54" e 90.36; até o vértice Pt23, de coordenadas N 9635766.54 m e E 381398.57 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:346°27'21.09" e 158.46; até o vértice Pt24, de coordenadas N 9635920.60 m e E 381361.46 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:38°02'36.29" e 85.42; até o vértice Pt25, de coordenadas N 9635987.87 m e E 381414.10 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:94°15'36.79" e 164.23; até o vértice Pt26, de coordenadas N 9635975.67 m e E 381577.88 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:63°46'59.01" e 73.04; até o vértice Pt27, de coordenadas N 9636007.93 m e E 381643.40 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:116°10'10.84" e 370.32; até o vértice Pt28, de coordenadas N 9635844.61 m e E 381975.76 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:139°28'42.54" e 76.89; até o vértice Pt29, de coordenadas N 9635786.16 m e E 382025.72 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:165°12'15.98" e 176.28; até o vértice Pt30, de coordenadas N 9635615.73 m e E 382070.73 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:202°52'14.37" e 356.34; até o vértice Pt31, de coordenadas N 9635287.40 m e E 381932.24 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:177°09'50.60" e 322.47; até o vértice Pt32, de coordenadas N 9634965.33 m e E 381948.19 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:153°16'38.54" e 97.45; até o vértice Pt33, de coordenadas N 9634878.29 m e E 381992.01 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:107°56'46.00" e 201.54; até o vértice Pt34, de coordenadas N 9634816.19 m e E 382183.75 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:123°19'55.89" e 93.21; até o vértice Pt35, de coordenadas N 9634764.97 m e E 382261.63 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:132°13'15.73" e 256.38; até o vértice Pt36, de coordenadas N 9634592.68 m e E 382451.50 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:146°00'22.05" e 131.39; até o vértice Pt37, de coordenadas N 9634483.74 m e E 382524.96 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:114°19'10.16" e 57.82; até o vértice Pt38, de coordenadas N 9634459.93 m e E 382577.65 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:141°29'28.16" e 235.98; até o vértice Pt39, de coordenadas N 9634275.28 m e E 382724.57 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:95°35'15.10" e 228.33; até o vértice Pt40, de coordenadas N 9634253.04 m e E 382951.82 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:79°01'7.46" e 68.41; até o vértice Pt41, de coordenadas N 9634266.07 m e E 383018.98 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:105°15'6.21" e 100.29; até o vértice Pt42, de coordenadas N 9634239.69 m e E 383115.74 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:126°08'2.75" e 360.51; até o vértice Pt43, de coordenadas N 9634027.11 m e E 383406.90 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:114°24'45.68" e 119.61; até o vértice Pt44, de coordenadas N 9633977.68 m e E 383515.81 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:77°37'34.64" e 372.59; até o vértice Pt45, de coordenadas N 9634057.52 m e E 383879.74 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:132°46'55.61" e 200.03; até o vértice Pt46, de coordenadas N 9633921.65 m e E 384026.55 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:164°36'3.90" e 174.71; até o vértice Pt47, de coordenadas N 9633753.21 m e E 384072.94 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:141°48'15.88" e 267.65; até o vértice Pt48, de coordenadas N 9633542.87 m e E 384238.44 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:103°34'39.39" e 92.17; até o vértice Pt49, de coordenadas N 9633521.23 m e E 384328.03 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:124°48'33.10" e 101.09; até o vértice Pt50, de coordenadas N 9633463.52 m e E 384411.03 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:79°13'36.26" e 106.60; até o vértice Pt51, de coordenadas N 9633483.45 m e E 384515.76 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:124°12'22.44" e 107.47; até o vértice Pt52, de coordenadas N 9633423.03 m e E 384604.64 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:146°34'34.88" e 58.39; até o vértice Pt53, de coordenadas N 9633374.30 m e E 384636.80 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:185°50'32.18" e 115.89; até o vértice Pt54, de coordenadas N 9633259.01 m e E 384625.00 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:139°34'55.96" e 248.64; até o vértice Pt55, de coordenadas N 9633069.71 m e E 384786.21 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:115°47'14.95" e 43.23; até o vértice Pt56, de coordenadas N 9633050.90 m e E 384825.13 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:159°46'51.73" e 248.92; até o vértice Pt57, de coordenadas N 9632817.32 m e E 384911.16 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:147°29'34.93" e 162.05; até o vértice Pt58, de coordenadas N 9632680.67 m e E 384998.25 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:111°29'45.14" e 66.68; até o vértice Pt59, de coordenadas N 9632656.23 m e E 385060.29 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:85°27'36.05" e 84.57; até o vértice Pt60, de coordenadas N 9632662.93 m e E 385144.59 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:56°18'31.45" e 123.08; até o vértice Pt61, de coordenadas N 9632731.20 m e E 385247.00 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:120°24'44.20" e 187.60; até o vértice Pt62, de coordenadas N 9632636.23 m e E 385408.79 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:161°09'46.17" e 424.79; até o vértice Pt63, de coordenadas N 9632234.19 m e E 385545.95 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:212°44'46.50" e 111.54; até o vértice Pt64, de coordenadas N 9632140.38 m e E 385485.61 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:186°44'9.55" e 53.07; até o vértice Pt65, de coordenadas N 9632087.67 m e E 385479.39 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:145°00'48.20" e 457.91; até o vértice Pt66, de coordenadas N 9631712.51 m e E 385741.95 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:156°10'30.79" e 252.42; até o vértice Pt67, de coordenadas N 9631481.60 m e E 385843.91 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:247°35'9.36" e 45.64; até o vértice Pt68, de coordenadas N 9631464.20 m e E 385801.72 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:168°33'24.64" e 107.21; até o vértice Pt69, de coordenadas N 9631359.12 m e E 385822.99 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:198°18'47.82" e 230.25; até o vértice Pt70, de coordenadas N 9631140.53 m e E 385750.64 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:217°56'12.79" e 61.59; até o vértice Pt71, de coordenadas N 9631091.95 m e E 385712.78 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:245°21'10.08" e 118.69; até o vértice Pt72, de coordenadas N 9631042.46 m e E 385604.90 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:211°57'14.19" e 141.71; até o vértice Pt73, de coordenadas N 9630922.22 m e E 385529.90 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:199°10'5.53" e 157.54; até o vértice Pt74, de coordenadas N 9630773.41 m e E 385478.17 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:232°52'41.37" e 110.57; até o vértice Pt75, de coordenadas N 9630706.68 m e E 385390.01 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:198°29'19.73" e 448.06; até o vértice Pt76, de coordenadas N 9630281.75 m e E 385247.92 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:185°04'1.49" e 194.26; até o vértice Pt77, de coordenadas N 9630088.25 m e E 385230.76 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:193°31'17.09" e 343.68; até o vértice Pt78, de coordenadas N 9629754.10 m e E 385150.41 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:121°22'17.39" e 49.05; até o vértice Pt79, de coordenadas N 9629728.56 m e E 385192.28 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:155°48'43.14" e 200.45; até o vértice Pt80, de coordenadas N 9629545.71 m e E 385274.41 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:92°12'42.11" e 56.96; até o vértice Pt81, de coordenadas N 9629543.51 m e E 385331.33 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:131°54'4.29" e 69.70; até o vértice Pt82, de coordenadas N 9629496.96 m e E 385383.21 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:104°38'53.37" e 91.53; até o vértice Pt83, de coordenadas N 9629473.82 m e E 385471.77 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:123°20'48.47" e 121.03; até o vértice Pt84, de coordenadas N 9629407.29 m e E 385572.87 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:165°28'37.28" e 88.64; até o vértice Pt85, de coordenadas N 9629321.48 m e E 385595.10 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:138°03'39.58" e 133.14; até o vértice Pt86, de coordenadas N 9629222.44 m e E 385684.08 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:182°05'36.79" e 509.21; até o vértice Pt87, de coordenadas N 9628713.57 m e E 385665.48 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:126°16'46.88" e 33.94; até o vértice Pt88, de coordenadas N 9628693.48 m e E 385692.84 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:213°13'46.64" e 65.77; até o vértice Pt89, de coordenadas N 9628638.47 m e E 385656.80 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:229°01'38.25" e 345.77; até o vértice Pt90, de coordenadas N 9628411.74 m e E 385395.73 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:216°46'11.78" e 272.37; até o vértice Pt91, de coordenadas N 9628193.56 m e E 385232.69 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:202°29'52.13" e 158.09; até o vértice Pt92, de coordenadas N 9628047.51 m e E 385172.20 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:176°52'42.97" e 367.39; até o vértice Pt93, de coordenadas N 9627680.66 m e E 385192.20 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:141°52'54.55" e 82.52; até o vértice Pt94, de coordenadas N 9627615.74 m e E 385243.14 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:175°16'44.58" e 393.38; até o vértice Pt95, de coordenadas N 9627223.69 m e E 385275.52 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:165°33'21.37" e 532.42; até o vértice Pt96, de coordenadas N 9626708.10 m e E 385408.32 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:149°51'42.83" e 358.45; até o vértice Pt97, de coordenadas N 9626398.10 m e E 385588.30 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:119°30'23.99" e 377.45; até o vértice Pt98, de coordenadas N 9626212.20 m e E 385916.79 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:97°41'46.45" e 428.92; até o vértice Pt99, de coordenadas N 9626154.76 m e E 386341.85 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:119°34'52.41" e 526.27; até o vértice Pt100, de coordenadas N 9625894.96 m e E 386799.52 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:127°15'32.54" e 558.44; até o vértice Pt101, de coordenadas N 9625556.87 m e E 387243.99 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:112°12'19.68" e 268.49; até o vértice Pt102, de coordenadas N 9625455.40 m e E 387492.57 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:101°46'22.35" e 253.21; até o vértice Pt103, de coordenadas N 9625403.74 m e E 387740.45 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:92°14'54.23" e 240.47; até o vértice Pt104, de coordenadas N 9625394.30 m e E 387980.74 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:83°07'57.18" e 293.39; até o vértice Pt105, de coordenadas N 9625429.39 m e E 388272.03 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:96°23'32.78" e 213.26; até o vértice Pt106, de coordenadas N 9625405.64 m e E 388483.96 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e

distância:116°10'11.20" e 387.74; até o vértice Pt107, de coordenadas N 9625234.63 m e E 388831.95 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:154°16'56.05" e 267.32; até o vértice Pt108, de coordenadas N 9624993.79 m e E 388947.96 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:131°08'26.61" e 287.31; até o vértice Pt109, de coordenadas N 9624804.77 m e E 389164.33 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:117°35'17.42" e 273.01; até o vértice Pt110, de coordenadas N 9624678.33 m e E 389406.30 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:93°47'47.97" e 284.94; até o vértice Pt111, de coordenadas N 9624659.46 m e E 389690.61 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:85°51'46.92" e 277.21; até o vértice Pt112, de coordenadas N 9624679.46 m e E 389967.10 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:103°11'1.33" e 300.85; até o vértice Pt113, de coordenadas N 9624610.85 m e E 390260.02 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:73°29'4.16" e 385.20; até o vértice Pt114, de coordenadas N 9624720.35 m e E 390629.33 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:93°53'17.61" e 623.82; até o vértice Pt115, de coordenadas N 9624678.05 m e E 391251.71 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:124°33'50.13" e 429.65; até o vértice Pt116, de coordenadas N 9624434.29 m e E 391605.53 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:135°53'36.74" e 626.32; até o vértice Pt117, de coordenadas N 9623984.57 m e E 392041.45 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:154°26'21.95" e 307.04; até o vértice Pt118, de coordenadas N 9623707.57 m e E 392173.92 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:203°00'1.33" e 157.32; até o vértice Pt119, de coordenadas N 9623562.76 m e E 392112.45 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:141°11'1.71" e 561.70; até o vértice Pt120, de coordenadas N 9623125.10 m e E 392464.54 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:155°23'3.48" e 688.61; até o vértice Pt121, de coordenadas N 9622499.07 m e E 392751.37 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:244°43'57.13" e 2155.09; até o vértice Pt122, de coordenadas N 9621579.18 m e E 390802.47 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:206°04'4.11" e 428.41; até o vértice Pt123, de coordenadas N 9621194.35 m e E 390614.21 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:187°28'32.08" e 506.65; até o vértice Pt124, de coordenadas N 9620692.00 m e E 390548.29 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:208°18'33.57" e 584.85; até o vértice Pt125, de coordenadas N 9620177.10 m e E 390270.93 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:235°00'30.71" e 466.09; até o vértice Pt126, de coordenadas N 9619909.82 m e E 389889.09 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:200°18'30.74" e 1321.29; até o vértice Pt127, de coordenadas N 9618670.66 m e E 389430.50 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:195°26'2.39" e 389.30; até o vértice Pt128, de coordenadas N 9618295.40 m e E 389326.90 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:222°17'47.42" e 321.67; até o vértice Pt129, de coordenadas N 9618057.47 m e E 389110.43 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:230°37'30.03" e 392.07; até o vértice Pt130, de coordenadas N 9617808.74 m e E 388807.35 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:241°52'29.97" e 392.07; até o vértice Pt131, de coordenadas N 9617623.92 m e E 388461.58 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:251°14'60.00" e 261.61; até o vértice Pt132, de coordenadas N 9617539.83 m e E 388213.85 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:258°45'0.05" e 261.61; até o vértice Pt133, de coordenadas N 9617488.79 m e E 387957.26 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:268°07'30.01" e 392.07; até o vértice Pt134, de coordenadas N 9617475.96 m e E 387565.41 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:277°29'59.94" e 261.61; até o vértice Pt135, de coordenadas N 9617510.11 m e E 387306.03 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:285°04'13.67" e 276.48; até o vértice Pt136, de coordenadas N 9617582.00 m e E 387039.06 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:292°30'0.00" e 261.61; até o vértice Pt137, de coordenadas N 9617682.11 m e E 386797.36 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:300°59'55.18" e 317.92; até o vértice Pt138, de coordenadas N 9617845.85 m e E 386524.85 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:267°00'9.64" e 460.70; até o vértice Pt139, de coordenadas N 9617821.76 m e E 386064.78 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:277°30'0.02" e 261.61; até o vértice Pt140, de coordenadas N 9617855.90 m e E 385805.41 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:284°59'60.00" e 261.61; até o vértice Pt141, de coordenadas N 9617923.61 m e E 385552.71 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:294°22'30.02" e 392.07; até o vértice Pt142, de coordenadas N 9618085.42 m e E 385195.59 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:303°44'59.99" e 261.61; até o vértice Pt143, de coordenadas N 9618230.77 m e E 384978.06 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:311°14'59.97" e 261.61; até o vértice Pt144, de coordenadas N 9618403.26 m e E 384781.37 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:320°21'24.29" e 425.86; até o vértice Pt145, de coordenadas N 9618731.18 m e E 384509.67 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:331°52'29.99" e 392.07; até o vértice Pt146, de coordenadas N 9619076.96 m e E 384324.85 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:341°14'60.00" e 261.61; até o vértice Pt147, de coordenadas N 9619324.69 m e E 384240.76 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:348°44'59.98" e 261.61; até o vértice Pt148, de coordenadas N 9619581.27 m e E 384189.72 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:357°27'27.09" e 435.45; até o vértice Pt149, de coordenadas N 9620016.29 m e E 384170.41 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:5°37'29.98" e 392.07; até o vértice Pt150, de coordenadas N 9620406.47 m e E 384208.84 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:14°59'60.00" e 261.61; até o vértice Pt151, de coordenadas N 9620659.17 m e E 384276.55 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:22°24'55.08" e 250.31; até o vértice Pt152, de coordenadas N 9620890.57 m e E 384371.99 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:266°57'47.51" e 468.08; até o vértice Pt153, de coordenadas N 9620865.77 m e E 383904.57 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:277°30'0.02" e 261.61; até o vértice Pt154, de coordenadas N 9620899.92 m e E 383645.19 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:285°06'41.79" e 266.89; até o vértice Pt155, de coordenadas N 9620969.50 m e E 383387.53 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:260°04'2.49" e 423.39; até o vértice Pt156, de coordenadas N 9620896.47 m e E 382970.49 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:270°00'0.00" e 261.61; até o vértice Pt157, de coordenadas N 9620896.47 m e E 382708.88 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:277°44'0.91" e 294.02; até o vértice Pt158, de coordenadas N 9620936.03 m e E 382417.54 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:284°59'60.00" e 261.61; até o vértice Pt159, de coordenadas N 9621003.74 m e E 382164.84 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:292°30'0.00" e 261.61; até o vértice Pt160, de coordenadas N 9621103.86 m e E 381923.14 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:301°52'29.99" e 392.07; até o vértice Pt161, de coordenadas N 9621310.89 m e E 381590.19 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:311°14'59.99" e 261.61; até o vértice Pt162, de coordenadas N 9621483.39 m e E 381393.50 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:318°45'0.01" e 261.61; até o vértice Pt163, de coordenadas N 9621680.08 m e E 381221.01 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:326°15'0.04" e 261.61; até o vértice Pt164, de coordenadas N 9621897.60 m e E 381075.67 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:333°44'59.96" e 261.61; até o vértice Pt165, de coordenadas N 9622132.23 m e E 380959.96 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:341°14'60.00" e 261.61; até o vértice Pt166, de coordenadas N 9622379.96 m e E 380875.87 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:348°45'0.05" e 261.61; até o vértice Pt167, de coordenadas N 9622636.55 m e E 380824.83 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:356°14'59.98" e 261.61; até o vértice Pt168, de coordenadas N 9622897.60 m e E 380807.72 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:3°45'0.02" e 261.61; até o vértice Pt169, de coordenadas N 9623158.65 m e E 380824.83 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:11°14'59.95" e 261.61; até o vértice Pt170, de coordenadas N 9623415.24 m e E 380875.87 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:353°22'47.02" e 158.60; até o vértice Pt171, de coordenadas N 9623572.78 m e E 380857.58 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:319°13'58.18" e 1064.10; até o vértice Pt172, de coordenadas N 9624378.70 m e E 380162.74 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:276°05'53.01" e 348.22; até o vértice Pt173, de coordenadas N 9624415.69 m e E 379816.49 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:286°52'29.99" e 392.07; até o vértice Pt174, de coordenadas N 9624529.50 m e E 379441.31 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:298°07'30.03" e 392.07; até o vértice Pt175, de coordenadas N 9624714.32 m e E 379095.53 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:307°30'52.53" e 287.68; até o vértice Pt176, de coordenadas N 9624889.51 m e E 378867.34 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:315°00'0.00" e 261.61; até o vértice Pt177, de coordenadas N 9625074.50 m e E 378682.35 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:322°29'59.98" e 261.61; até o vértice Pt178, de coordenadas N 9625282.05 m e E 378523.09 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:329°59'59.98" e 261.61; até o vértice Pt179, de coordenadas N 9625508.61 m e E 378392.29 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:337°51'4.51" e 324.24; até o vértice Pt180, de coordenadas N 9625808.92 m e E 378270.05 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:312°38'13.54" e 373.14; até o vértice Pt181, de coordenadas N 9626061.67 m e E 377995.55 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:299°55'50.18" e 387.05; até o vértice Pt182, de coordenadas N 9626254.79 m e E 377660.12 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:40°37'4.54" e 154.40; até o vértice Pt183, de coordenadas N 9626371.99 m e E 377760.63 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:329°21'13.11" e 299.03; até o vértice Pt184, de coordenadas N 9626629.25 m e E 377608.21 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:339°22'29.99" e 392.07; até o vértice Pt185, de coordenadas N 9626996.19 m e E 377470.10 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:350°37'29.99" e 392.07; até o vértice Pt186, de coordenadas N 9627383.02 m e E 377406.24 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:359°24'38.11" e 313.38; até o vértice Pt187, de coordenadas N 9627696.38 m e E 377403.01 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:9°11'41.19" e 417.59; até o vértice Pt188, de coordenadas N 9628108.61 m e E 377469.74 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:335°59'5.83" e 357.78; até o vértice Pt189, de coordenadas N 9628435.42 m e E 377324.13 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:345°00'0.00" e 261.61; até o vértice Pt190, de coordenadas N 9628688.12 m e E 377256.42 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:352°29'59.98" e 261.61; até o vértice Pt191, de coordenadas N 9628947.49 m e E 377222.27 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:1°52'30.04" e 392.07; até o vértice Pt192, de coordenadas N 9629339.35 m e E 377235.10 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:11°14'59.95" e 261.61; até o vértice Pt193, de coordenadas N 9629595.94 m e E 377286.14 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:18°45'0.00" e 261.61; até o vértice Pt194, de coordenadas N 9629843.66 m e E 377370.23 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:28°07'30.03" e 392.07; até o vértice Pt195, de coordenadas N 9630189.44 m e E 377555.05 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:37°30'0.02" e 261.61; até o vértice Pt196, de coordenadas N 9630396.99 m e E 377714.31 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:43°33'23.70" e 417.33; até o vértice Pt197, de coordenadas N 9630699.43 m e E 378001.88 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:52°29'59.96" e 261.61; até o vértice Pt198, de coordenadas N 9630858.69 m e E 378209.43 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:60°00'0.05" e 261.61; até o vértice Pt199, de coordenadas N 9630989.49 m e E 378436.00 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:67°29'60.00" e 261.61; até o vértice Pt200, de coordenadas N 9631089.61 m e E 378677.70 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:74°59'59.98" e 261.61; até o vértice Pt201, de coordenadas N 9631157.32 m e E 378930.39 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:84°41'31.43" e 438.63; até o vértice Pt202, de coordenadas N 9631197.90 m e E 379367.15 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:54°50'31.08" e 348.72; até o vértice Pt203, de coordenadas N 9631398.70 m e E 379652.25 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:65°37'29.98" e 392.07; até o vértice Pt204, de coordenadas N 9631560.51 m e E 380009.37 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:75°00'0.00" e 261.61; até o vértice Pt205, de coordenadas N 9631628.22 m e E 380262.07 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:84°17'11.03" e 383.03; até o vértice Pt206, de coordenadas N 9631666.35 m e E 380643.20 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:48°22'13.36" e 449.42; até o vértice Pt207, de coordenadas N 9631964.91 m e E 380979.12 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:327°46'31.51" e 395.16; até o vértice Pt208, de coordenadas N 9632299.20 m e E 380768.40 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:240°01'35.87" e 257.95; até o vértice Pt209, de coordenadas N 9632170.33 m e E 380544.95 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:247°29'60.00" e 261.61; até o vértice Pt210, de coordenadas N 9632070.21 m e E 380303.25 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:256°58'55.98" e 475.16; até o vértice Pt211, de coordenadas N 9631963.18 m e E 379840.30 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:266°15'0.06" e 261.61; até o vértice Pt212, de coordenadas N 9631946.07 m e E 379579.25 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:273°44'59.94" e 261.61; até o vértice Pt213, de coordenadas N 9631963.18 m e E 379318.20 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:283°23'9.67" e 561.03; até o vértice Pt214, de coordenadas N 9632093.06 m e E 378772.41 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:293°14'39.98" e 611.92; até o vértice Pt215, de coordenadas N 9632334.56 m e E 378210.16 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:300°00'0.02" e 261.61; até o vértice Pt216, de coordenadas N 9632465.37 m e E 377983.60 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:307°30'0.02" e 261.61; até o vértice Pt217, de coordenadas N 9632624.63 m e E 377776.05 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:316°52'29.96" e 392.07; até o vértice Pt218, de coordenadas N 9632910.78 m e E 377508.03 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:326°15'0.04" e 261.61; até o vértice Pt219, de coordenadas N 9633128.31 m e E 377362.69 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:333°44'59.96" e 261.61; até o vértice Pt220, de coordenadas N 9633362.94 m e E 377246.98 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:341°14'60.00" e 261.61; até o vértice Pt221, de coordenadas N 9633610.67 m e E 377162.89 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano

e distância:348°45'0.05" e 261.61; até o vértice Pt222, de coordenadas N 9633867.25 m e E 377111.85 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:356°14'59.98" e 261.61; até o vértice Pt223, de coordenadas N 9634128.31 m e E 377094.74 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:3°45'0.02" e 261.61; até o vértice Pt224, de coordenadas N 9634389.36 m e E 377111.85 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:13°07'30.02" e 392.07; até o vértice Pt225, de coordenadas N 9634771.18 m e E 377200.88 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:22°29'59.93" e 261.61; até o vértice Pt226, de coordenadas N 9635012.88 m e E 377300.99 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:30°00'15.44" e 261.81; até o vértice Pt227, de coordenadas N 9635239.61 m e E 377431.92 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:16°01'14.83" e 332.19; até o vértice Pt228, de coordenadas N 9635558.90 m e E 377523.60 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:289°13'5.24" e 482.13; até o vértice Pt229, de coordenadas N 9635717.60 m e E 377068.34 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:301°52'30.01" e 392.07; até o vértice Pt230, de coordenadas N 9635924.64 m e E 376735.39 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:311°14'59.97" e 261.61; até o vértice Pt231, de coordenadas N 9636097.13 m e E 376538.70 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:318°45'0.03" e 261.61; até o vértice Pt232, de coordenadas N 9636293.82 m e E 376366.21 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:328°07'29.99" e 392.07; até o vértice Pt233, de coordenadas N 9636626.77 m e E 376159.17 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:58°39'11.82" e 1568.54; até o vértice Pt234, de coordenadas N 9637442.74 m e E 377498.75 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:54°35'59.09" e 1147.14; até o vértice Pt0, de coordenadas N 9638107.27 m e E 378433.82 m, encerrando esta descrição. Todas as coordenadas aqui descritas estão georrefereciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro e encontram-se representadas no sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central -51, tendo como DATUM SIRGAS 2000 .Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM.

Art. 2º O imóvel descrito no art. 1º é do domínio da União por força do inciso I do art. 20 da Constituição Federal c/c art. 1º, alínea "b", do Decreto Lei 9.760 de 5 de setembro de 1946.

Art. 3º O imóvel descrito no art. 1º fica incorporado por este instrumento ao Patrimônio da União, por força de lei e em conformidade com o que consta do Processo nº 04905.000469/2018-43.

Art. 4° A área ora regularizada nos termos dos arts. 18-A ao 18-F do Decreto-Lei n.º 9.760/46, com redação dada pela Lei n.º 11.481/07, foi identificada como de interesse social por meio dos documentos 5620816 e 5652098, para fins de regularização fundiária.

Art. 5° Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

SIDRACK DE OLIVEIRA CORREIA NETO

PORTARIA Nº 3.209, DE 26 DE MARÇO DE 2018

Portaria de Auto de Demarcação visando a reterritorialização das comunidades ribeirinhas atingidas pela instalação da UHE Belo Monte no rio Xingu - Área 03

O SECRETÁRIO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, no uso das suas atribuições e com fundamento no disposto nos arts. 31 e 33 do Anexo I do Decreto nº 9.035, de 20 de abril de 2017, considerando o dispositivo do Art. 18-A do Decreto-Lei 9.760 de 5 de setembro de 1946, com redação dada pela Lei 11.481 de 31 de maio de 2007, lavra o presente AUTO DE DEMARCAÇÃO de área sobreposta à Gleba Pública Federal Certificada, localizada na margem direita do rio Xingu, no município de Altamira/PA, com área total de aproximadamente 8.658 hectares, visando seu registro em nome da União para fins de regularização fundiária de interesse social, conforme processo administrativo nº 04905.000469/2018-43, com base no levantamento da situação da área, que se descreve e caracteriza com os seguintes limites e confrontações:

Art. 1º A aludida área, que está situada à margem esquerda do rio Xingu, com área total de 8.658 ha (oito mil seiscentos e cinquenta e oito hectares), assim se descreve e caracteriza:

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice Pt0, de coordenadas N 9637571.96 m e E 362800.47 m, Datum SIRGAS 2000 com Meridiano Central -51, localizado a , Código INCRA ; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:106°43'16.77" e 1726.22; até o vértice Pt1, de coordenadas N 9637075.30 m e E 364453.69 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:231°30'59.59" e 51.17; até o vértice Pt2, de coordenadas N 9637043.45 m e E 364413.63 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:172°07'33.86" e 156.60; até o vértice Pt3, de coordenadas N 9636888.32 m e E 364435.09 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:203°38'24.24" e 128.50; até o vértice Pt4, de coordenadas N 9636770.60 m e E 364383.56 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:218°25'57.19" e 239.91; até o vértice Pt5, de coordenadas N 9636582.68 m e E 364234.43 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:227°17'42.60" e 64.69; até o vértice Pt6, de coordenadas N 9636538.80 m e E 364186.89 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:20°02'42.70" e 43.59; até o vértice Pt7, de coordenadas N 9636579.75 m e E 364201.84 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:224°26'0.91" e 201.13; até o vértice Pt8, de coordenadas N 9636436.13 m e E 364061.03 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:180°17'55.63" e 54.79; até o vértice Pt9, de coordenadas N 9636381.35 m e E 364060.74 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:205°24'43.61" e 104.19; até o vértice Pt10, de coordenadas N 9636287.23 m e E 364016.03 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:184°47'44.81" e 588.34; até o vértice Pt11, de coordenadas N 9635700.96 m e E 363966.84 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:195°19'49.47" e 145.10; até o vértice Pt12, de coordenadas N 9635561.02 m e E 363928.48 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:165°46'47.01" e 98.74; até o vértice Pt13, de coordenadas N 9635465.31 m e E 363952.74 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:136°49'11.85" e 96.92; até o vértice Pt14, de coordenadas N 9635394.64 m e E 364019.06 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:123°27'12.41" e 256.16; até o vértice Pt15, de coordenadas N 9635253.42 m e E 364232.78 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:274°34'33.67" e 65.83; até o vértice Pt16, de coordenadas N 9635258.68 m e E 364167.16 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:211°50'48.09" e 34.29; até o vértice Pt17, de coordenadas N 9635229.55 m e E 364149.07 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:113°09'6.77" e 40.41; até o vértice Pt18, de coordenadas N 9635213.66 m e E 364186.22 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:48°16'36.24" e 27.26; até o vértice Pt19, de coordenadas N 9635231.80 m e E 364206.57 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:132°23'8.40" e 43.99; até o vértice Pt20, de coordenadas N 9635202.15 m e E 364239.06 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:222°43'2.48" e 33.29; até o vértice Pt21, de coordenadas N 9635177.69 m e E 364216.48 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:290°58'9.08" e 66.34; até o vértice Pt22, de coordenadas N 9635201.43 m e E 364154.53 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:252°05'49.77" e 81.10; até o vértice Pt23, de coordenadas N 9635176.50 m e E 364077.36 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:295°07'9.81" e 51.42; até o vértice Pt24, de coordenadas N 9635198.33 m e E 364030.80 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:215°30'22.55" e 84.91; até o vértice Pt25, de coordenadas N 9635129.21 m e E 363981.49 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:179°21'29.00" e 106.57; até o vértice Pt26, de coordenadas N 9635022.65 m e E 363982.68 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:235°28'41.95" e 43.19; até o vértice Pt27, de coordenadas N 9634998.18 m e E 363947.10 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:208°47'50.34" e 139.47; até o vértice Pt28, de coordenadas N 9634875.95 m e E 363879.91 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:180°59'9.77" e 81.42; até o vértice Pt29, de coordenadas N 9634794.54 m e E 363878.51 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:131°16'58.43" e 139.67; até o vértice Pt30, de coordenadas N 9634702.39 m e E 363983.46 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:158°18'51.08" e 87.65; até o vértice Pt31, de coordenadas N 9634620.94 m e E 364015.85 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:194°16'6.59" e 159.48; até o vértice Pt32, de coordenadas N 9634466.38 m e E 363976.55 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:212°26'58.54" e 148.78; até o vértice Pt33, de coordenadas N 9634340.83 m e E 363896.72 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:191°37'8.49" e 113.17; até o vértice Pt34, de coordenadas N 9634229.99 m e E 363873.92 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:267°20'36.40" e 34.05; até o vértice Pt35, de coordenadas N 9634228.41 m e E 363839.92 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:212°48'52.12" e 198.86; até o vértice Pt36, de coordenadas N 9634061.28 m e E 363732.15 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:228°36'51.77" e 150.03; até o vértice Pt37, de coordenadas N 9633962.09 m e E 363619.59 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:252°19'6.08" e 208.52; até o vértice Pt38, de coordenadas N 9633898.76 m e E 363420.92 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:244°57'27.34" e 289.31; até o vértice Pt39, de coordenadas N 9633776.30 m e E 363158.81 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:231°37'46.28" e 109.00; até o vértice Pt40, de coordenadas N 9633708.64 m e E 363073.35 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:207°48'32.90" e 163.57; até o vértice Pt41, de coordenadas N 9633563.96 m e E 362997.04 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:143°54'25.22" e 67.64; até o vértice Pt42, de coordenadas N 9633509.30 m e E 363036.88 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:188°53'32.72" e 416.69; até o vértice Pt43, de coordenadas N 9633097.62 m e E 362972.47 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:207°56'2.28" e 199.80; até o vértice Pt44, de coordenadas N 9632921.10 m e E 362878.88 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:226°59'53.76" e 127.06; até o vértice Pt45, de coordenadas N 9632834.44 m e E 362785.95 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:238°24'22.89" e 201.56; até o vértice Pt46, de coordenadas N 9632728.84 m e E 362614.27 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:271°44'22.13" e 111.73; até o vértice Pt47, de coordenadas N 9632732.24 m e E 362502.59 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:244°01'40.57" e 220.94; até o vértice Pt48, de coordenadas N 9632635.48 m e E 362303.96 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:268°27'37.48" e 141.38; até o vértice Pt49, de coordenadas N 9632631.68 m e E 362162.63 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:234°17'15.30" e 279.48; até o vértice Pt50, de coordenadas N 9632468.54 m e E 361935.71 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:264°36'18.01" e 183.84; até o vértice Pt51, de coordenadas N 9632451.26 m e E 361752.68 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:237°29'37.36" e 113.04; até o vértice Pt52, de coordenadas N 9632390.51 m e E 361657.35 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:258°17'54.52" e 171.55; até o vértice Pt53, de coordenadas N 9632355.72 m e E 361489.37 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:215°20'26.61" e 122.35; até o vértice Pt54, de coordenadas N 9632255.92 m e E 361418.60 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:268°49'51.36" e 105.20; até o vértice Pt55, de coordenadas N 9632253.77 m e E 361313.42 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:230°27'3.89" e 111.05; até o vértice Pt56, de coordenadas N 9632183.06 m e E 361227.79 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:258°03'54.40" e 126.32; até o vértice Pt57, de coordenadas N 9632156.94 m e E 361104.20 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:145°42'2.58" e 44.21; até o vértice Pt58, de coordenadas N 9632120.42 m e E 361129.11 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:87°21'41.60" e 96.01; até o vértice Pt59, de coordenadas N 9632124.84 m e E 361225.01 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:131°42'22.87" e 68.15; até o vértice Pt60, de coordenadas N 9632079.50 m e E 361275.89 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:189°14'46.16" e 154.42; até o vértice Pt61, de coordenadas N 9631927.09 m e E 361251.08 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:169°33'39.78" e 244.49; até o vértice Pt62, de coordenadas N 9631686.65 m e E 361295.38 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:83°57'35.63" e 20.97; até o vértice Pt63, de coordenadas N 9631688.86 m e E 361316.23 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:20°45'44.08" e 117.19; até o vértice Pt64, de coordenadas N 9631798.43 m e E 361357.77 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:38°28'6.22" e 167.62; até o vértice Pt65, de coordenadas N 9631929.67 m e E 361462.04 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:88°14'48.73" e 36.12; até o vértice Pt66, de coordenadas N 9631930.78 m e E 361498.15 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:152°00'46.39" e 35.11; até o vértice Pt67, de coordenadas N 9631899.77 m e E 361514.62 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:200°06'21.84" e 403.56; até o vértice Pt68, de coordenadas N 9631520.81 m e E 361375.90 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:180°08'0.96" e 446.93; até o vértice Pt69, de coordenadas N 9631073.89 m e E 361374.86 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:167°45'55.13" e 254.13; até o vértice Pt70, de coordenadas N 9630825.53 m e E 361428.71 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:193°00'9.64" e 158.91; até o vértice Pt71, de coordenadas N 9630670.69 m e E 361392.95 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:216°21'18.26" e 88.90; até o vértice Pt72, de coordenadas N 9630599.10 m e E 361340.26 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:176°18'42.66" e 43.60; até o vértice Pt73, de coordenadas N 9630555.59 m e E 361343.06 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:118°23'41.11" e 51.69; até o vértice Pt74, de coordenadas N 9630531.01 m e E 361388.53 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:75°53'25.63" e 115.52; até o vértice Pt75, de coordenadas N 9630559.17 m e E 361500.56 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:103°00'32.19" e 63.97; até o vértice Pt76, de coordenadas N 9630544.77 m e E 361562.89 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:139°37'28.98" e 217.17; até o vértice Pt77, de coordenadas N 9630379.32 m e E 361703.57 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:129°49'24.35" e 301.25; até o vértice Pt78, de coordenadas N 9630186.40 m e E 361934.94 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:116°08'15.16" e 108.75; até o vértice Pt79, de coordenadas N 9630138.49 m e E 362032.57 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:97°14'19.47" e 193.64; até o vértice Pt80, de coordenadas N 9630114.09 m e E 362224.67 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:124°27'46.45" e 131.92; até o vértice Pt81, de coordenadas N 9630039.44 m e E 362333.43 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:146°28'20.19" e 153.39; até o vértice Pt82, de coordenadas N 9629911.57 m e E 362418.16 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano

e distância:134°51'35.77" e 162.95; até o vértice Pt83, de coordenadas N 9629796.63 m e E 362533.67 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:154°35'22.03" e 140.33; até o vértice Pt84, de coordenadas N 9629669.87 m e E 362593.88 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:171°05'54.33" e 52.52; até o vértice Pt85, de coordenadas N 9629617.99 m e E 362602.01 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:207°44'1.51" e 129.06; até o vértice Pt86, de coordenadas N 9629503.76 m e E 362541.95 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:180°19'29.09" e 55.40; até o vértice Pt87, de coordenadas N 9629448.36 m e E 362541.64 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:115°08'42.37" e 148.84; até o vértice Pt88, de coordenadas N 9629385.12 m e E 362676.37 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:244°41'56.63" e 93.92; até o vértice Pt89, de coordenadas N 9629344.98 m e E 362591.47 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:260°26'33.86" e 162.77; até o vértice Pt90, de coordenadas N 9629317.96 m e E 362430.95 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:229°48'5.96" e 172.35; até o vértice Pt91, de coordenadas N 9629206.72 m e E 362299.31 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:202°43'23.46" e 324.84; até o vértice Pt92, de coordenadas N 9628907.10 m e E 362173.84 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:217°11'43.90" e 394.30; até o vértice Pt93, de coordenadas N 9628593.00 m e E 361935.46 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:210°12'45.79" e 297.85; até o vértice Pt94, de coordenadas N 9628335.61 m e E 361785.58 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:161°49'38.92" e 386.46; até o vértice Pt95, de coordenadas N 9627968.42 m e E 361906.11 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:182°29'41.17" e 513.22; até o vértice Pt96, de coordenadas N 9627455.69 m e E 361883.77 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:170°41'1.25" e 136.28; até o vértice Pt97, de coordenadas N 9627321.20 m e E 361905.83 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:151°12'42.94" e 71.47; até o vértice Pt98, de coordenadas N 9627258.56 m e E 361940.25 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:179°56'51.59" e 385.26; até o vértice Pt99, de coordenadas N 9626873.30 m e E 361940.60 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:195°49'52.28" e 281.23; até o vértice Pt100, de coordenadas N 9626602.73 m e E 361863.88 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:175°38'4.90" e 143.24; até o vértice Pt101, de coordenadas N 9626459.90 m e E 361874.79 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:214°09'22.98" e 294.11; até o vértice Pt102, de coordenadas N 9626216.53 m e E 361709.66 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:188°11'4.73" e 201.53; até o vértice Pt103, de coordenadas N 9626017.05 m e E 361680.97 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:209°45'22.67" e 371.87; até o vértice Pt104, de coordenadas N 9625694.21 m e E 361496.40 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:192°19'34.26" e 172.27; até o vértice Pt105, de coordenadas N 9625525.90 m e E 361459.63 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:222°47'36.56" e 150.74; até o vértice Pt106, de coordenadas N 9625415.29 m e E 361357.22 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:198°04'33.86" e 337.27; até o vértice Pt107, de coordenadas N 9625094.67 m e E 361252.57 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:163°51'29.76" e 207.61; até o vértice Pt108, de coordenadas N 9624895.24 m e E 361310.29 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:198°40'11.01" e 101.42; até o vértice Pt109, de coordenadas N 9624799.16 m e E 361277.83 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:137°13'16.72" e 47.61; até o vértice Pt110, de coordenadas N 9624764.21 m e E 361310.17 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:109°01'58.64" e 107.93; até o vértice Pt111, de coordenadas N 9624729.02 m e E 361412.20 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:168°54'13.01" e 114.04; até o vértice Pt112, de coordenadas N 9624617.10 m e E 361434.14 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:149°54'41.62" e 93.15; até o vértice Pt113, de coordenadas N 9624536.51 m e E 361480.84 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:194°26'45.21" e 168.35; até o vértice Pt114, de coordenadas N 9624373.49 m e E 361438.85 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:175°08'53.74" e 105.53; até o vértice Pt115, de coordenadas N 9624268.33 m e E 361447.77 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:205°17'1.73" e 74.56; até o vértice Pt116, de coordenadas N 9624200.91 m e E 361415.93 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:165°32'32.16" e 99.32; até o vértice Pt117, de coordenadas N 9624104.73 m e E 361440.72 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:187°44'20.37" e 102.72; até o vértice Pt118, de coordenadas N 9624002.95 m e E 361426.89 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:225°23'25.45" e 43.05; até o vértice Pt119, de coordenadas N 9623972.71 m e E 361396.24 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:275°11'23.42" e 33.62; até o vértice Pt120, de coordenadas N 9623975.75 m e E 361362.76 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:181°34'50.12" e 38.32; até o vértice Pt121, de coordenadas N 9623937.45 m e E 361361.71 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:224°27'47.84" e 52.77; até o vértice Pt122, de coordenadas N 9623899.79 m e E 361324.75 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:263°56'47.51" e 85.40; até o vértice Pt123, de coordenadas N 9623890.79 m e E 361239.82 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:308°22'1.35" e 111.20; até o vértice Pt124, de coordenadas N 9623959.80 m e E 361152.64 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:327°18'26.49" e 89.48; até o vértice Pt125, de coordenadas N 9624035.11 m e E 361104.31 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:307°33'9.79" e 203.47; até o vértice Pt126, de coordenadas N 9624159.12 m e E 360943.00 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:293°29'56.60" e 161.09; até o vértice Pt127, de coordenadas N 9624223.35 m e E 360795.27 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:274°11'41.06" e 286.83; até o vértice Pt128, de coordenadas N 9624244.33 m e E 360509.21 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:201°29'7.96" e 39.52; até o vértice Pt129, de coordenadas N 9624207.56 m e E 360494.74 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:252°32'24.17" e 313.44; até o vértice Pt130, de coordenadas N 9624113.52 m e E 360195.74 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:277°35'58.34" e 135.52; até o vértice Pt131, de coordenadas N 9624131.44 m e E 360061.41 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:254°10'24.21" e 309.62; até o vértice Pt132, de coordenadas N 9624047.00 m e E 359763.52 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:271°03'50.64" e 325.09; até o vértice Pt133, de coordenadas N 9624053.03 m e E 359438.48 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:246°09'48.15" e 110.98; até o vértice Pt134, de coordenadas N 9624008.18 m e E 359336.97 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:231°42'21.00" e 271.17; até o vértice Pt135, de coordenadas N 9623840.14 m e E 359124.14 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:250°00'59.23" e 69.46; até o vértice Pt136, de coordenadas N 9623816.40 m e E 359058.87 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:281°00'11.76" e 72.08; até o vértice Pt137, de coordenadas N 9623830.16 m e E 358988.11 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:248°59'12.22" e 91.56; até o vértice Pt138, de coordenadas N 9623797.33 m e E 358902.64 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:245°38'44.64" e 286.21; até o vértice Pt139, de coordenadas N 9623679.30 m e E 358641.91 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:229°55'43.95" e 92.85; até o vértice Pt140, de coordenadas N 9623619.54 m e E 358570.86 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:201°10'36.67" e 193.22; até o vértice Pt141, de coordenadas N 9623439.37 m e E 358501.06 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:179°37'21.99" e 137.50; até o vértice Pt142, de coordenadas N 9623301.87 m e E 358501.96 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:148°06'55.41" e 234.79; até o vértice Pt143, de coordenadas N 9623102.51 m e E 358625.98 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:167°37'38.08" e 118.58; até o vértice Pt144, de coordenadas N 9622986.68 m e E 358651.39 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:204°26'16.89" e 553.10; até o vértice Pt145, de coordenadas N 9622483.13 m e E 358422.57 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:197°56'57.21" e 174.53; até o vértice Pt146, de coordenadas N 9622317.10 m e E 358368.78 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:181°54'36.30" e 229.95; até o vértice Pt147, de coordenadas N 9622087.27 m e E 358361.12 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:159°41'31.68" e 127.71; até o vértice Pt148, de coordenadas N 9621967.49 m e E 358405.44 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:191°25'0.10" e 120.54; até o vértice Pt149, de coordenadas N 9621849.34 m e E 358381.58 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:209°26'18.04" e 135.41; até o vértice Pt150, de coordenadas N 9621731.42 m e E 358315.03 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:188°01'39.28" e 106.44; até o vértice Pt151, de coordenadas N 9621626.02 m e E 358300.17 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:178°15'37.06" e 144.08; até o vértice Pt152, de coordenadas N 9621482.00 m e E 358304.54 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:151°18'39.06" e 160.49; até o vértice Pt153, de coordenadas N 9621341.21 m e E 358381.59 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:173°04'57.00" e 67.65; até o vértice Pt154, de coordenadas N 9621274.06 m e E 358389.74 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:195°25'18.93" e 112.05; até o vértice Pt155, de coordenadas N 9621166.04 m e E 358359.94 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:215°54'58.56" e 199.90; até o vértice Pt156, de coordenadas N 9621004.15 m e E 358242.68 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:204°51'46.07" e 377.20; até o vértice Pt157, de coordenadas N 9620661.91 m e E 358084.09 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:185°11'50.46" e 249.05; até o vértice Pt158, de coordenadas N 9620413.89 m e E 358061.53 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:208°55'49.04" e 132.56; até o vértice Pt159, de coordenadas N 9620297.87 m e E 357997.40 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:170°53'21.61" e 138.26; até o vértice Pt160, de coordenadas N 9620161.36 m e E 358019.29 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:191°07'46.65" e 82.63; até o vértice Pt161, de coordenadas N 9620080.28 m e E 358003.34 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:212°41'8.22" e 366.50; até o vértice Pt162, de coordenadas N 9619771.82 m e E 357805.42 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:181°36'13.04" e 148.41; até o vértice Pt163, de coordenadas N 9619623.47 m e E 357801.27 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:215°32'6.04" e 41.38; até o vértice Pt164, de coordenadas N 9619589.80 m e E 357777.22 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:238°20'29.92" e 306.45; até o vértice Pt165, de coordenadas N 9619428.95 m e E 357516.37 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:244°47'24.34" e 379.49; até o vértice Pt166, de coordenadas N 9619267.31 m e E 357173.02 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:212°27'18.68" e 74.70; até o vértice Pt167, de coordenadas N 9619204.28 m e E 357132.94 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:261°35'4.42" e 84.30; até o vértice Pt168, de coordenadas N 9619191.95 m e E 357049.54 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:280°49'59.90" e 202.21; até o vértice Pt169, de coordenadas N 9619229.95 m e E 356850.94 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:265°00'13.24" e 100.69; até o vértice Pt170, de coordenadas N 9619221.18 m e E 356750.63 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:256°09'8.87" e 63.09; até o vértice Pt171, de coordenadas N 9619206.08 m e E 356689.37 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:224°44'44.07" e 104.32; até o vértice Pt172, de coordenadas N 9619131.99 m e E 356615.93 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:245°44'9.30" e 112.10; até o vértice Pt173, de coordenadas N 9619085.92 m e E 356513.73 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:294°38'37.85" e 47.57; até o vértice Pt174, de coordenadas N 9619105.76 m e E 356470.49 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:349°55'1.35" e 87.10; até o vértice Pt175, de coordenadas N 9619191.51 m e E 356455.24 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:278°03'1.56" e 43.69; até o vértice Pt176, de coordenadas N 9619197.63 m e E 356411.98 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:320°25'39.47" e 84.05; até o vértice Pt177, de coordenadas N 9619262.42 m e E 356358.43 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:285°00'27.74" e 17.28; até o vértice Pt178, de coordenadas N 9619266.89 m e E 356341.74 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:148°32'37.77" e 117.41; até o vértice Pt179, de coordenadas N 9619166.74 m e E 356403.01 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:216°05'8.52" e 29.06; até o vértice Pt180, de coordenadas N 9619143.25 m e E 356385.90 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:263°13'31.13" e 69.24; até o vértice Pt181, de coordenadas N 9619135.08 m e E 356317.14 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:287°18'11.39" e 102.10; até o vértice Pt182, de coordenadas N 9619165.45 m e E 356219.66 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:309°46'8.52" e 219.66; até o vértice Pt183, de coordenadas N 9619305.96 m e E 356050.83 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:287°29'0.37" e 190.32; até o vértice Pt184, de coordenadas N 9619363.14 m e E 355869.30 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:260°00'12.79" e 163.16; até o vértice Pt185, de coordenadas N 9619334.82 m e E 355708.62 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:290°36'31.99" e 71.27; até o vértice Pt186, de coordenadas N 9619359.90 m e E 355641.91 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:266°37'9.71" e 78.73; até o vértice Pt187, de coordenadas N 9619355.26 m e E 355563.32 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:243°41'16.23" e 106.27; até o vértice Pt188, de coordenadas N 9619308.16 m e E 355468.06 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:209°44'2.49" e 58.20; até o vértice Pt189, de coordenadas N 9619257.61 m e E 355439.19 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:246°48'51.29" e 51.65; até o vértice Pt190, de coordenadas N 9619237.28 m e E 355391.71 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:269°05'20.64" e 368.30; até o vértice Pt191, de coordenadas N 9619231.42 m e E 355023.46 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:224°37'21.80" e 302.61; até o vértice Pt192, de coordenadas N 9619016.04 m e E 354810.89 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:255°04'39.56" e 45.83; até o vértice Pt193, de coordenadas N 9619004.24 m e E 354766.61 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:271°27'31.21" e 276.30; até o vértice Pt194, de coordenadas N 9619011.27 m e E 354490.40 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:288°07'14.87" e 280.95; até o vértice Pt195, de coordenadas N 9619098.65 m e E 354223.38 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:224°13'58.89" e 152.36; até o vértice Pt196, de coordenadas N 9618989.48 m e E 354117.10 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:235°24'39.77" e 358.62; até o vértice Pt197, de coordenadas

N 9618785.90 m e E 353821.86 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:241°34'19.46" e 322.28; até o vértice Pt198, de coordenadas N 9618632.48 m e E 353538.44 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:263°31'14.93" e 130.74; até o vértice Pt199, de coordenadas N 9618617.72 m e E 353408.54 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:240°08'52.86" e 184.76; até o vértice Pt200, de coordenadas N 9618525.76 m e E 353248.29 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:216°50'40.59" e 206.05; até o vértice Pt201, de coordenadas N 9618360.86 m e E 353124.73 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:244°58'2.46" e 137.86; até o vértice Pt202, de coordenadas N 9618302.53 m e E 352999.83 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:302°23'3.16" e 71.88; até o vértice Pt203, de coordenadas N 9618341.03 m e E 352939.13 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:228°33'18.68" e 227.37; até o vértice Pt204, de coordenadas N 9618190.53 m e E 352768.69 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:149°44'53.64" e 127.29; até o vértice Pt205, de coordenadas N 9618080.58 m e E 352832.82 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:176°54'14.66" e 126.71; até o vértice Pt206, de coordenadas N 9617954.05 m e E 352839.66 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:207°37'39.38" e 250.88; até o vértice Pt207, de coordenadas N 9617731.77 m e E 352723.32 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:178°37'7.70" e 283.91; até o vértice Pt208, de coordenadas N 9617447.94 m e E 352730.17 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:169°04'56.07" e 289.06; até o vértice Pt209, de coordenadas N 9617164.11 m e E 352784.92 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:183°28'12.01" e 113.06; até o vértice Pt210, de coordenadas N 9617051.26 m e E 352778.07 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:250°01'43.30" e 80.10; até o vértice Pt211, de coordenadas N 9617023.91 m e E 352702.79 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:149°39'39.20" e 210.00; até o vértice Pt212, de coordenadas N 9616842.66 m e E 352808.87 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:194°50'6.00" e 120.28; até o vértice Pt213, de coordenadas N 9616726.40 m e E 352778.07 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:140°34'43.23" e 140.11; até o vértice Pt214, de coordenadas N 9616618.16 m e E 352867.05 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:153°05'21.70" e 793.83; até o vértice Pt215, de coordenadas N 9615910.29 m e E 353226.33 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:162°38'8.71" e 114.65; até o vértice Pt216, de coordenadas N 9615800.86 m e E 353260.55 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:165°14'51.02" e 67.19; até o vértice Pt217, de coordenadas N 9615735.89 m e E 353277.66 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:186°54'55.23" e 113.68; até o vértice Pt218, de coordenadas N 9615623.04 m e E 353263.97 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:147°14'55.20" e 56.92; até o vértice Pt219, de coordenadas N 9615575.17 m e E 353294.77 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:168°06'15.53" e 199.20; até o vértice Pt220, de coordenadas N 9615380.25 m e E 353335.83 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:181°45'33.23" e 388.34; até o vértice Pt221, de coordenadas N 9614992.10 m e E 353323.91 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:202°56'41.67" e 105.45; até o vértice Pt222, de coordenadas N 9614894.99 m e E 353282.80 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:223°47'55.35" e 124.19; até o vértice Pt223, de coordenadas N 9614805.36 m e E 353196.85 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:244°14'41.09" e 120.33; até o vértice Pt224, de coordenadas N 9614753.07 m e E 353088.47 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:261°04'29.35" e 264.80; até o vértice Pt225, de coordenadas N 9614711.99 m e E 352826.87 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:203°38'32.60" e 195.69; até o vértice Pt226, de coordenadas N 9614532.72 m e E 352748.39 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:231°43'37.81" e 90.44; até o vértice Pt227, de coordenadas N 9614476.69 m e E 352677.39 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:181°08'47.57" e 186.78; até o vértice Pt228, de coordenadas N 9614289.96 m e E 352673.65 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:195°36'7.15" e 166.74; até o vértice Pt229, de coordenadas N 9614129.36 m e E 352628.81 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:235°01'29.70" e 136.82; até o vértice Pt230, de coordenadas N 9614050.93 m e E 352516.69 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:261°49'22.21" e 414.35; até o vértice Pt231, de coordenadas N 9613992.00 m e E 352106.55 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:285°56'9.67" e 206.20; até o vértice Pt232, de coordenadas N 9614048.61 m e E 351908.27 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:296°49'18.34" e 535.35; até o vértice Pt233, de coordenadas N 9614290.17 m e E 351430.52 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:282°03'13.94" e 225.92; até o vértice Pt234, de coordenadas N 9614337.35 m e E 351209.58 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:297°55'5.93" e 161.63; até o vértice Pt235, de coordenadas N 9614413.03 m e E 351066.76 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:272°39'39.16" e 81.29; até o vértice Pt236, de coordenadas N 9614416.80 m e E 350985.56 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:227°05'16.07" e 110.87; até o vértice Pt237, de coordenadas N 9614341.31 m e E 350904.36 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:214°38'27.06" e 192.68; até o vértice Pt238, de coordenadas N 9614182.79 m e E 350794.84 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:255°32'18.27" e 120.91; até o vértice Pt239, de coordenadas N 9614152.59 m e E 350677.76 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:159°36'43.16" e 70.47; até o vértice Pt240, de coordenadas N 9614086.54 m e E 350702.31 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:185°04'57.30" e 85.26; até o vértice Pt241, de coordenadas N 9614001.62 m e E 350694.75 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:244°11'34.86" e 195.07; até o vértice Pt242, de coordenadas N 9613916.69 m e E 350519.13 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:217°19'16.31" e 149.50; até o vértice Pt243, de coordenadas N 9613797.80 m e E 350428.49 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:182°29'25.91" e 86.89; até o vértice Pt244, de coordenadas N 9613710.99 m e E 350424.72 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:131°49'38.90" e 169.79; até o vértice Pt245, de coordenadas N 9613597.76 m e E 350551.24 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:148°12'26.01" e 68.15; até o vértice Pt246, de coordenadas N 9613539.84 m e E 350587.14 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:187°51'28.32" e 55.25; até o vértice Pt247, de coordenadas N 9613485.11 m e E 350579.59 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:249°21'9.46" e 123.10; até o vértice Pt248, de coordenadas N 9613441.70 m e E 350464.40 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:267°56'7.47" e 218.14; até o vértice Pt249, de coordenadas N 9613433.84 m e E 350246.40 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:247°46'58.06" e 234.58; até o vértice Pt250, de coordenadas N 9613345.15 m e E 350029.24 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:218°51'38.66" e 460.48; até o vértice Pt251, de coordenadas N 9612986.58 m e E 349740.32 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:246°03'1.53" e 74.39; até o vértice Pt252, de coordenadas N 9612956.39 m e E 349672.34 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:272°09'33.83" e 100.15; até o vértice Pt253, de coordenadas N 9612960.16 m e E 349572.26 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:190°29'53.81" e 103.64; até o vértice Pt254, de coordenadas N 9612858.25 m e E 349553.37 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:220°54'19.51" e 204.75; até o vértice Pt255, de coordenadas N 9612703.50 m e E 349419.30 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:232°21'5.34" e 135.94; até o vértice Pt256, de coordenadas N 9612620.47 m e E 349311.66 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:206°15'30.26" e 171.78; até o vértice Pt257, de coordenadas N 9612466.41 m e E 349235.66 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:241°14'50.56" e 329.55; até o vértice Pt258, de coordenadas N 9612307.89 m e E 348946.74 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:213°04'33.25" e 380.61; até o vértice Pt259, de coordenadas N 9611988.95 m e E 348739.02 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:128°01'47.12" e 55.14; até o vértice Pt260, de coordenadas N 9611954.98 m e E 348782.45 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:173°22'56.67" e 131.09; até o vértice Pt261, de coordenadas N 9611824.77 m e E 348797.56 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:196°34'33.19" e 265.43; até o vértice Pt262, de coordenadas N 9611570.37 m e E 348721.84 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:180°39'6.12" e 166.08; até o vértice Pt263, de coordenadas N 9611404.30 m e E 348719.95 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:164°05'2.40" e 537.12; até o vértice Pt264, de coordenadas N 9610887.77 m e E 348867.24 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:177°09'22.29" e 266.42; até o vértice Pt265, de coordenadas N 9610621.67 m e E 348880.46 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:228°42'34.25" e 82.94; até o vértice Pt266, de coordenadas N 9610566.95 m e E 348818.15 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:167°31'39.46" e 183.62; até o vértice Pt267, de coordenadas N 9610387.66 m e E 348857.80 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:200°26'40.65" e 102.72; até o vértice Pt268, de coordenadas N 9610291.42 m e E 348821.92 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:230°37'0.65" e 68.41; até o vértice Pt269, de coordenadas N 9610248.01 m e E 348769.05 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:187°31'36.48" e 400.96; até o vértice Pt270, de coordenadas N 9609850.51 m e E 348716.53 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:226°45'47.56" e 81.61; até o vértice Pt271, de coordenadas N 9609794.60 m e E 348657.07 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:199°44'5.90" e 112.01; até o vértice Pt272, de coordenadas N 9609689.17 m e E 348619.25 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:179°04'7.42" e 204.20; até o vértice Pt273, de coordenadas N 9609485.00 m e E 348622.57 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:194°42'55.22" e 217.56; até o vértice Pt274, de coordenadas N 9609274.58 m e E 348567.31 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:268°15'40.46" e 127.71; até o vértice Pt275, de coordenadas N 9609270.70 m e E 348439.65 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:220°15'39.20" e 75.32; até o vértice Pt276, de coordenadas N 9609213.23 m e E 348390.97 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:251°47'26.39" e 199.41; até o vértice Pt277, de coordenadas N 9609150.91 m e E 348201.55 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:331°09'10.05" e 4805.75; até o vértice Pt278, de coordenadas N 9613360.32 m e E 345882.89 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:65°53'57.25" e 1824.39; até o vértice Pt279, de coordenadas N 9614105.29 m e E 347548.25 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:11°25'4.78" e 1217.45; até o vértice Pt280, de coordenadas N 9615298.65 m e E 347789.26 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:104°14'31.17" e 226.91; até o vértice Pt281, de coordenadas N 9615242.83 m e E 348009.19 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:160°11'17.70" e 112.42; até o vértice Pt282, de coordenadas N 9615137.06 m e E 348047.30 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:94°41'49.67" e 221.86; até o vértice Pt283, de coordenadas N 9615118.90 m e E 348268.41 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:67°31'18.35" e 404.45; até o vértice Pt284, de coordenadas N 9615273.53 m e E 348642.13 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:91°08'56.29" e 164.47; até o vértice Pt285, de coordenadas N 9615270.23 m e E 348806.57 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:46°32'12.77" e 157.84; até o vértice Pt286, de coordenadas N 9615378.80 m e E 348921.13 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:82°54'14.20" e 247.39; até o vértice Pt287, de coordenadas N 9615409.37 m e E 349166.63 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:44°59'54.97" e 637.19; até o vértice Pt288, de coordenadas N 9615859.94 m e E 349617.18 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:54°28'25.31" e 470.11; até o vértice Pt289, de coordenadas N 9616133.10 m e E 349999.77 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:65°44'19.18" e 388.76; até o vértice Pt290, de coordenadas N 9616292.85 m e E 350354.20 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:78°02'34.56" e 475.56; até o vértice Pt291, de coordenadas N 9616391.37 m e E 350819.43 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:352°04'9.69" e 722.97; até o vértice Pt292, de coordenadas N 9617107.42 m e E 350719.68 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:358°07'44.38" e 345.04; até o vértice Pt293, de coordenadas N 9617452.28 m e E 350708.42 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:4°05'31.19" e 428.29; até o vértice Pt294, de coordenadas N 9617879.47 m e E 350738.98 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:10°31'41.15" e 536.13; até o vértice Pt295, de coordenadas N 9618406.57 m e E 350836.94 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:18°09'31.20" e 432.77; até o vértice Pt296, de coordenadas N 9618817.79 m e E 350971.81 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:27°18'51.65" e 405.86; até o vértice Pt297, de coordenadas N 9619178.40 m e E 351158.05 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:13°36'15.62" e 347.70; até o vértice Pt298, de coordenadas N 9619516.34 m e E 351239.83 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:22°30'0.00" e 261.61; até o vértice Pt299, de coordenadas N 9619758.04 m e E 351339.95 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:31°52'29.99" e 392.07; até o vértice Pt300, de coordenadas N 9620090.99 m e E 351546.99 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:43°09'34.02" e 395.42; até o vértice Pt301, de coordenadas N 9620379.43 m e E 351817.47 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:52°29'59.98" e 261.61; até o vértice Pt302, de coordenadas N 9620538.69 m e E 352025.02 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:59°59'59.98" e 261.61; até o vértice Pt303, de coordenadas N 9620669.49 m e E 352251.58 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:67°29'60.00" e 261.61; até o vértice Pt304, de coordenadas N 9620769.61 m e E 352493.28 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:75°00'0.00" e 261.61; até o vértice Pt305, de coordenadas N 9620837.32 m e E 352745.98 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:82°29'59.98" e 261.61; até o vértice Pt306, de coordenadas N 9620871.46 m e E 353005.35 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:91°13'28.56" e 334.21; até o vértice Pt307, de coordenadas N 9620864.32 m e E 353339.49 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:70°32'4.73" e 401.30; até o vértice Pt308, de coordenadas N 9620998.05 m e E 353717.85 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:78°45'0.05" e 261.61; até o vértice Pt309, de coordenadas N 9621049.09 m e E 353974.43 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:85°57'58.61" e 327.60; até o vértice Pt310, de coordenadas N 9621072.13 m e E 354301.22 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:73°45'4.44" e 770.25; até o vértice Pt311, de coordenadas N 9621287.65 m e E 355040.70 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:78°30'52.05" e 292.39; até

o vértice Pt312, de coordenadas N 9621345.88 m e E 355327.24 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:86°08'32.05" e 508.70; até o vértice Pt313, de coordenadas N 9621380.10 m e E 355834.79 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:95°25'24.77" e 372.11; até o vértice Pt314, de coordenadas N 9621344.93 m e E 356205.23 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:22°10'21.35" e 252.88; até o vértice Pt315, de coordenadas N 9621579.11 m e E 356300.67 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:3°30'22.44" e 332.89; até o vértice Pt316, de coordenadas N 9621911.37 m e E 356321.03 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:10°49'56.62" e 272.04; até o vértice Pt317, de coordenadas N 9622178.57 m e E 356372.15 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:2°32'46.36" e 502.02; até o vértice Pt318, de coordenadas N 9622680.10 m e E 356394.46 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:11°20'51.60" e 341.72; até o vértice Pt319, de coordenadas N 9623015.13 m e E 356461.69 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:359°00'33.58" e 363.14; até o vértice Pt320, de coordenadas N 9623378.22 m e E 356455.41 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:7°30'0.01" e 261.61; até o vértice Pt321, de coordenadas N 9623637.59 m e E 356489.56 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:16°28'50.83" e 709.83; até o vértice Pt322, de coordenadas N 9624318.25 m e E 356690.94 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:27°23'47.83" e 448.63; até o vértice Pt323, de coordenadas N 9624716.57 m e E 356897.37 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:38°02'30.88" e 329.70; até o vértice Pt324, de coordenadas N 9624976.22 m e E 357100.54 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:45°00'0.00" e 261.61; até o vértice Pt325, de coordenadas N 9625161.21 m e E 357285.53 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:52°45'56.32" e 280.12; até o vértice Pt326, de coordenadas N 9625330.70 m e E 357508.55 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:47°13'0.45" e 368.31; até o vértice Pt327, de coordenadas N 9625580.87 m e E 357778.87 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:56°53'20.05" e 295.03; até o vértice Pt328, de coordenadas N 9625742.04 m e E 358025.99 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:10°56'26.14" e 445.35; até o vértice Pt329, de coordenadas N 9626179.29 m e E 358110.51 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:26°33'54.17" e 905.60; até o vértice Pt330, de coordenadas N 9626989.28 m e E 358515.51 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:141°05'58.10" e 964.55; até o vértice Pt331, de coordenadas N 9626238.63 m e E 359121.22 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:73°13'51.76" e 435.20; até o vértice Pt332, de coordenadas N 9626364.20 m e E 359537.91 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:355°05'38.75" e 435.20; até o vértice Pt333, de coordenadas N 9626797.80 m e E 359500.69 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:338°45'29.30" e 876.90; até o vértice Pt334, de coordenadas N 9627615.12 m e E 359182.99 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:324°59'32.21" e 411.83; até o vértice Pt335, de coordenadas N 9627952.44 m e E 358946.73 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:354°48'27.27" e 517.00; até o vértice Pt336, de coordenadas N 9628467.32 m e E 358899.94 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:347°16'36.38" e 979.03; até o vértice Pt337, de coordenadas N 9629422.31 m e E 358684.31 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:357°52'33.73" e 2154.33; até o vértice Pt338, de coordenadas N 9631575.16 m e E 358604.47 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:27°13'49.11" e 294.74; até o vértice Pt339, de coordenadas N 9631837.23 m e E 358739.33 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:352°47'13.34" e 274.12; até o vértice Pt340, de coordenadas N 9632109.19 m e E 358704.92 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:38°36'2.26" e 150.39; até o vértice Pt341, de coordenadas N 9632226.72 m e E 358798.75 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:93°38'12.26" e 312.77; até o vértice Pt342, de coordenadas N 9632206.88 m e E 359110.88 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:9°07'13.65" e 426.55; até o vértice Pt343, de coordenadas N 9632628.04 m e E 359178.50 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:20°37'30.01" e 392.07; até o vértice Pt344, de coordenadas N 9632994.98 m e E 359316.60 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:31°52'29.99" e 392.07; até o vértice Pt345, de coordenadas N 9633327.93 m e E 359523.64 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:43°07'30.04" e 392.07; até o vértice Pt346, de coordenadas N 9633614.08 m e E 359791.66 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:53°39'42.20" e 574.82; até o vértice Pt347, de coordenadas N 9633954.70 m e E 360254.69 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:63°44'59.96" e 261.61; até o vértice Pt348, de coordenadas N 9634070.40 m e E 360489.33 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:72°30'47.16" e 337.15; até o vértice Pt349, de coordenadas N 9634171.71 m e E 360810.90 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:61°14'23.79" e 357.71; até o vértice Pt350, de coordenadas N 9634343.82 m e E 361124.48 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:29°07'50.90" e 566.63; até o vértice Pt351, de coordenadas N 9634838.78 m e E 361400.32 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:273°57'2.67" e 163.11; até o vértice Pt352, de coordenadas N 9634850.02 m e E 361237.60 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:15°50'56.55" e 113.46; até o vértice Pt353, de coordenadas N 9634959.17 m e E 361268.59 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:357°06'57.10" e 95.03; até o vértice Pt354, de coordenadas N 9635054.08 m e E 361263.81 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:33°18'12.37" e 73.82; até o vértice Pt355, de coordenadas N 9635115.78 m e E 361304.34 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:14°53'26.69" e 417.40; até o vértice Pt356, de coordenadas N 9635519.16 m e E 361411.60 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:86°08'53.02" e 465.04; até o vértice Pt357, de coordenadas N 9635550.40 m e E 361875.59 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:5°30'32.15" e 816.01; até o vértice Pt358, de coordenadas N 9636362.64 m e E 361953.93 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:9°55'15.62" e 262.36; até o vértice Pt359, de coordenadas N 9636621.07 m e E 361999.13 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:16°25'24.70" e 587.22; até o vértice Pt360, de coordenadas N 9637184.33 m e E 362165.16 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:24°22'30.12" e 106.94; até o vértice Pt361, de coordenadas N 9637281.74 m e E 362209.29 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:44°48'17.57" e 98.56; até o vértice Pt362, de coordenadas N 9637351.67 m e E 362278.75 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:61°57'57.04" e 456.47; até o vértice Pt363, de coordenadas N 9637566.21 m e E 362681.66 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:87°13'48.77" e 118.95; até o vértice Pt0, de coordenadas N 9637571.96 m e E 362800.47 m, encerrando esta descrição. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro e encontram-se representadas no sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central - 51, tendo como DATUM SIRGAS 2000 .Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM.

Art. 2º O imóvel descrito no art. 1º é do domínio da União por força do inciso I do art. 20 da Constituição Federal c/c art. 1º, alínea "b", do Decreto Lei 9.760 de 5 de setembro de 1946.

Art. 3º O imóvel descrito no art. 1º fica incorporado por este instrumento ao Patrimônio da União, por força de lei e em conformidade com o que consta do Processo nº 04905.000469/2018-43.

Art. 4° A área ora regularizada nos termos dos arts. 18-A ao 18-F do Decreto-Lei n.º 9.760/46, com redação dada pela Lei n.º 11.481/07, foi identificada como de interesse social por meio dos documentos 5620816 e 5652098, para fins de regularização fundiária.

Art. 5° Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

SIDRACK DE OLIVEIRA CORREIA NETO

Ministério do Trabalho

GABINETE DO MINISTRO
COORDENAÇÃO-GERAL DE IMIGRAÇÃO

DESPACHO DE 27 DE MARÇO DE 2018

O Coordenador-Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, deferiu os seguintes pedidos de autorização de residência, constantes do(s) ofício(s) ao MRE nº 0126/2018 de 22/03/2018, 0127/2018 de 22/03/2018, 0128/2018 de 23/03/2018, 0129/2018 de 23/03/2018, 0130/2018 de 26/03/2018 e 0131/2018 de 26/03/2018, respectivamente:

Residência Prévia - RN 02 - Residência Prévia - Resolução Normativa, de 08/12/2017:

Processo: 47039002502201839 Empresa: SAINT-GOBAIN DO BRASIL PRODUTOS INDUSTRIAIS E PARA CONSTRUCAO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LAURENT HERVÉ JEAN GARNIER Data Nascimento: 21/04/1974 Passaporte: 12CR41539 País: FRANÇA Mãe: MARIE-ANNICK THÉRÈSE ODILE REMY Pai: JOSEPH LOUIS MARIE GARNIER; Processo: 47039003504201845 Empresa: CHINA CONSTRUCTION BANK (BRASIL) BANCO MULTIPLO S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: YANFENG CHEN Data Nascimento: 25/08/1984 Passaporte: PE1279500 País: CHINA Mãe: Shi Meixiu Pai: Chen Linshui; Processo: 47039003506201834 Empresa: CHINA CONSTRUCTION BANK (BRASIL) BANCO MULTIPLO S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LU ZHAO Data Nascimento: 09/11/1984 Passaporte: PE1351182 País: CHINA Mãe: Hu Jiangmin Pai: Zhao Junchun; Processo: 47039003568201846 Empresa: SUMITOMO RUBBER DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: KENTARO MATSUNAGA Data Nascimento: 12/05/1986 Passaporte: TZ0741516 País: JAPÃO Mãe: HIROMI MATSUNAGA Pai: SHIGENORI MATSUNAGA; Processo: 47039003686201854 Empresa: NUCTECH DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ZHIWEI ZHANG Data Nascimento: 14/10/1987 Passaporte: G43470466 País: CHINA Mãe: CHEN HONGYING Pai: ZHANG GUOQING; Processo: 47039003704201806 Empresa: SOMPO SEGUROS S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SHUN TANAKA Data Nascimento: 17/07/1986 Passaporte: TK7596406 País: JAPÃO Mãe: CHIZUKO TANAKA Pai: SHIGEKI TANAKA; Processo: 47039003800201846 Empresa: COMITE OLIMPICO BRASILEIRO Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JESUS TOMAS MORLAN FARINA Data Nascimento: 01/11/1966 Passaporte: PAC027878 País: ESPANHA Mãe: ELENA FARINA SERTAL Pai: JESUS MORLAN VIDAL.

Residência Prévia - RN 21 - Residência Prévia - Resolução Normativa, de 22/12/2017:

Processo: 47039003711201808 Empresa: REC ESPORTE CLUBE LTDA - ME Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: OURO NILE TOURÉ Data Nascimento: 31/12/1998 Passaporte: EB 219262 País: TOGO Mãe: OURO NILE MANGAZI Pai: AROUNA ROUKAYATOU; Processo: 47039004356201886 Empresa: LB PRODUCOES E EVENTOS LTDA Prazo: 4 Mês(es) Estrangeiro: wesley lyron russell jr Data Nascimento: 07/03/1993 Passaporte: 529473607 País: EUA Mãe: christina marie johnson Pai: wesley lyron russell; Processo: 47039004715201803 Empresa: LB PRODUCOES E EVENTOS LTDA Prazo: 4 Mês(es) Estrangeiro: HOWARD EARL CRAWFORD JR Data Nascimento: 28/05/1988 Passaporte: 470698103 País: EUA Mãe: LINDA CRAWFORD Pai: HOWARD EARL CRAWFORD; Processo: 47039004881201800 Empresa: ASSOCIACAO DESPORTIVA GUARULHOS Prazo: 24 Mês(es) Estrangeiro: KOU UCHIDA Data Nascimento: 03/12/1999 Passaporte: MU2885205 País: JAPÃO Mãe: TAMAMI UCHIDA Pai: SUSUMU UCHIDA; Processo: 47039004886201824 Empresa: ASSOCIACAO DESPORTIVA GUARULHOS Prazo: 24 Mês(es) Estrangeiro: MASAKI YOKOSAKA Data Nascimento: 18/01/1999 Passaporte: MU2826977 País: JAPÃO Mãe: MARIKO YOKOSAKA Pai: MASARU YOKOSAKA.

Residência Prévia - RN 24 - Residência Prévia - Resolução Normativa, de 20/02/2018:

Processo: 47039002492201831 Empresa: FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC - UFABC Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: NELSON JOSÉ RODRIGUES FAUSTINO Data Nascimento: 26/09/1982 Passaporte: C435828 País: PORTUGAL; Processo: 47039003581201803 Empresa: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JOSÉ MANUEL MATEO RODRÍGUEZ Data Nascimento: 02/04/1947 Passaporte: J286549 País: CUBA.

Residência Prévia - RN 03 - Residência Prévia - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 2º):

Processo: 47039002129201816 Empresa: TETRA PAK LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: GUDMUNDUR MAGNUSSON Data Nascimento: 02/03/1965 Passaporte: 90990376 País: SUÉCIA Estrangeiro: NILS GUNNAR KERRY KARLSSON Data Nascimento: 01/05/1959 Passaporte: 93271407 País: SUÉCIA; Processo: 47039003347201878 Empresa: PEPSICO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: KENDELL MARIE MAHANNA Data Nascimento: 01/06/1984 Passaporte: 565046394 País: EUA; Processo: 47039003455201841 Empresa: MHWIRTH DO BRASIL EQUIPAMENTOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SAM CHRISTENSEN Data Nascimento: 18/05/1974 Passaporte: 210293345 País: DINAMARCA; Processo: 47039003669201817 Empresa: HALLIBURTON SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Julio Alberto Sosa Eyzaguirre Data Nascimento: 24/09/1986 Passaporte: A007872 País: BOLÍVIA; Processo: 47039003680201887 Empresa: BAKER HUGHES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: V Remesh Viswambharan Data Nascimento: 29/01/1974 Passaporte: A35440004 País: MALÁSIA; Processo: 47039003721201835 Empresa: OSM DO BRASIL GERENCIAMENTO DE OPERACOES MARITIMAS LTDA - ME Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: AYYAPPAN MANI Data Nascimento: 19/06/1971 Passaporte: Z3197554 País: ÍNDIA; Processo: 47039003732201815 Empresa: FORMEL D DO BRASIL LIMITADA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: GONZALO LOURO BARROS Data Nascimento: 26/11/1974 Passaporte: AAI530135 País: ESPANHA; Processo: 47039003735201859 Empresa: FORMEL D DO BRASIL LIMITADA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JUAN ANTONIO RODRIGUEZ BRAZA Data Nascimento: 16/04/1975 Passaporte: PAE810230 País: ESPANHA; Processo: 47039003741201814 Empresa: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ANDREAS BONGERS Data Nascimento: 19/07/1991 Passaporte: C6YF93658 País: ALEMANHA; Processo: 47039003743201803 Empresa: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: BASTIAN RAUPP Data Nascimento: 26/10/1989 Passaporte: CGMMRRYLH País: ALEMANHA; Processo: 47039003744201840 Empresa: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DAVID HELWER Data Nascimento: 18/07/1997 Passaporte: C8P7KHRT8 País: ALEMANHA; Processo: 47039003748201828 Empresa: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: EDUARD FLORIN PRAGLOWSKI Data Nascimento: 23/10/1966 Passaporte: C2XXV38XV País: ALEMANHA; Processo: 47039003749201872 Empresa: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ELIAS WAINOWSKI Data Nascimento: 18/10/1988 Passaporte: C8PTN33JH País: ALEMANHA; Processo: 47039003752201896 Empresa: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: HUSEYIN OZDEMIR Data Nascimento: 11/10/1969 Passaporte: CGNCJL00T País: ALEMANHA; Processo: 47039003753201831 Empresa: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JURGEN ANDREAS SCHULZ Data Nascimento: 29/10/1976 Passaporte: C8MCRLYNX País: ALEMANHA; Processo: 47039003755201820 Empresa: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SERGEJ KAUZ Data

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800174

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Nascimento: 26/09/1973 Passaporte: C8P72LNVR País: ALEMANHA; Processo: 47039003780201811 Empresa: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: EIJIN HOSHINA Data Nascimento: 02/12/1986 Passaporte: TR1503788 País: JAPÃO; Processo: 47039003781201858 Empresa: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ERIC AYALA Data Nascimento: 02/03/1993 Passaporte: 554834295 País: EUA; Processo: 47039003782201801 Empresa: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: KEENAN ROBERT MAHONEY Data Nascimento: 22/01/1992 Passaporte: 552845623 País: EUA; Processo: 47039003783201847 Empresa: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: NAOKI IMURA Data Nascimento: 03/07/1981 Passaporte: TZ1007764 País: JAPÃO; Processo: 47039003784201891 Empresa: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: PAUL TRUNG NGUYEN Data Nascimento: 14/11/1986 Passaporte: 499964041 País: EUA; Processo: 47039003785201836 Empresa: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: RAYMOND GEORGE STUKEL Data Nascimento: 15/08/1959 Passaporte: 548427267 País: EUA.

Residência Prévia - RN 03 - Residência Prévia - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 4º caput):

Processo: 47039001109201828 Empresa: CONTINENTAL DO BRASIL PRODUTOS AUTOMOTIVOS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: JANNIK DE PRYCK Data Nascimento: 28/04/1989 Passaporte: EK106311 País: BÉLGICA; Processo: 47039002142201875 Empresa: KINROSS BRASIL MINERACAO S/A Prazo: até 30/06/2018 Estrangeiro: PETER JOHN STORER Data Nascimento: 16/01/1964 Passaporte: PA6677568 País: AUSTRÁLIA; Processo: 47039003469201864 Empresa: SAINT-GOBAIN VIDROS S.A. Prazo: 180 Mês(es) Estrangeiro: OSVALDO BATTAGLIA Data Nascimento: 08/08/1968 Passaporte: YB2061796 País: ITÁLIA; Processo: 47039003638201866 Empresa: CAE SOUTH AMERICA FLIGHT TRAINING DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: JOSEF KLIMA Data Nascimento: 11/09/1989 Passaporte: 41797623 País: REPÚBLICA TCHECA Estrangeiro: ORLANDO MAYOLI Data Nascimento: 05/12/1968 Passaporte: 488836613 País: EUA Estrangeiro: PETER HAVLIN Data Nascimento: 14/08/1966 Passaporte: HB788059 País: CANADÁ; Processo: 47039003878201861 Empresa: CEBRACE CRISTAL PLANO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: MATTEO DAL TOE Data Nascimento: 22/02/1990 Passaporte: YA8968266 País: ITÁLIA; Processo: 47039003925201876 Empresa: TETRA PAK LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: JORG DETLEF KLAPPER Data Nascimento: 09/02/1959 Passaporte: C25HT9C6V País: ALEMANHA; Processo: 47039003950201850 Empresa: TETRA PAK LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: PER RONNY SVEN RUDSTORM Data Nascimento: 07/08/1962 Passaporte: 90875273 País: SUÉCIA; Processo: 47039004010201888 Empresa: NOVO NORDISK PRODUCAO FARMACEUTICA DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: MADS NYHOLM-RONNING Data Nascimento: 26/07/1971 Passaporte: 210363488 País: DINAMARCA; Processo: 47039004022201811 Empresa: NOVO NORDISK PRODUCAO FARMACEUTICA DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: LASSE JUEL ANDERSEN Data Nascimento: 29/01/1974 Passaporte: 208307887 País: DINAMARCA; Processo: 47039004086201811 Empresa: GE POWER & WATER EQUIPAMENTOS E SERVICOS DE ENERGIA E TRATAMENTO DE AGUA LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: TRAVIS LEE HOMISTER Data Nascimento: 28/08/1976 Passaporte: 530405170 País: EUA; Processo: 47039004084201814 Empresa: ACG DO BRASIL S/A Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: NILESH SUDHAKAR BHURKE Data Nascimento: 08/12/1982 Passaporte: L8436525 País: ÍNDIA; Processo: 47039004093201813 Empresa: GE POWER & WATER EQUIPAMENTOS E SERVICOS DE ENERGIA E TRATAMENTO DE AGUA LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: JOHN SAMUEL DE GAFFERELLY Data Nascimento: 07/12/1976 Passaporte: 548551055 País: EUA; Processo: 47039004104201857 Empresa: IMAI EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA - EPP Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: JAN VILLARD CORNELIUSSON Data Nascimento: 08/12/1968 Passaporte: 90384802 País: SUÉCIA; Processo: 47039004118201871 Empresa: GE POWER & WATER EQUIPAMENTOS E SERVICOS DE ENERGIA E TRATAMENTO DE AGUA LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: PAUL NATHANIEL COULTER Data Nascimento: 21/01/1983 Passaporte: 540797764 País: EUA; Processo: 47039004120201840 Empresa: NOVO NORDISK PRODUCAO FARMACEUTICA DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: Wolfgang Erich Rudi Hundt Data Nascimento: 16/06/1967 Passaporte: C8J5F93GK País: ALEMANHA; Processo: 47039004276201821 Empresa: MARY KAY DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ADA LUZ RESTREPO Data Nascimento: 10/06/1981 Passaporte: 541564466 País: EUA; Processo: 47039004288201855 Empresa: ACG DO BRASIL S/A Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: BHON PRAKASH Data Nascimento: 03/01/1976 Passaporte: M4654904 País: ÍNDIA; Processo: 47039004291201879 Empresa: ACG DO BRASIL S/A Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: SATYA PRAKASH SHARMA Data Nascimento: 01/04/1975 Passaporte: M5627710 País: ÍNDIA; Processo: 47039004334201816 Empresa: OUTOTEC TECNOLOGIA BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: Michael Fabian Andres Venegas Arriagada Data Nascimento: 11/05/1990 Passaporte: F19790087 País: FINLÂNDIA; Processo: 47039004336201813 Empresa: NESTLE BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: DAVID I COHEN Data Nascimento: 10/06/1980 Passaporte: 534425864 País: EUA; Processo: 47039004340201873 Empresa: BRIDGESTONE DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: Steven Jackson Jenkins Data Nascimento: 21/11/1985 Passaporte: 458904030 País: EUA; Processo: 47039004378201846 Empresa: KINROSS BRASIL MINERACAO S/A Prazo: até 30/06/2018 Estrangeiro: WESLEY JOHN CLARY Data Nascimento: 01/08/1991 Passaporte: 532761273 País: EUA; Processo: 47039004381201860 Empresa: KINROSS BRASIL MINERACAO S/A Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: DUSTIN JOHN ALBIN Data Nascimento: 24/08/1982 Passaporte: 548569251 País: EUA; Processo: 47039004477201828 Empresa: SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: JASON PAUL GUIDRY Data Nascimento: 22/06/1978 Passaporte: 530477256 País: EUA; Processo: 47039004454201813 Empresa: NAL DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE COMPONENTES DE ILUMINACAO LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: TAKASHI MAKIHARA Data Nascimento: 17/01/1985 Passaporte: MU 6.826.571 País: JAPÃO; Processo: 47039004468201837 Empresa: MOTO HONDA DA AMAZONIA LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: MARIO HOPF Data Nascimento: 10/06/1965 Passaporte: C78JWM5ZV País: ALEMANHA; Processo: 47039004475201839 Empresa: MOTO HONDA DA AMAZONIA LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ERIC LADUSCH Data Nascimento: 13/03/1992 Passaporte: CCNMCCN2Y País: ALEMANHA; Processo: 47039004470201814 Empresa: FIELDCORE SERVICE SOLUTIONS INTERNATIONAL SERVICOS DE ENERGIA LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: LUIS EMILIO SOTELO CACERES Data Nascimento: 28/09/1975 Passaporte: 7073665 País: PERU; Processo: 47039004472201803 Empresa: FIELDCORE SERVICE SOLUTIONS INTERNATIONAL SERVICOS DE ENERGIA LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: RICHARD ANDRES VALDEBENITO GARCIA Data Nascimento: 14/04/1972 Passaporte: P04931073 País: CHILE; Processo: 47039004474201894 Empresa: FIELDCORE SERVICE SOLUTIONS INTERNATIONAL SERVICOS DE ENERGIA LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: RODRIGO WILLIAM SANCHEZ DROGUETT Data Nascimento: 07/01/1974 Passaporte: P05244974 País: CHILE; Processo: 47039004480201841 Empresa: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: HYOJONG YU Data Nascimento: 31/12/1980 Passaporte: M26546267 País: CORÉIA DO SUL; Processo: 47039004485201874 Empresa: SIDEL DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: LUCA CIBRARIO Data Nascimento: 11/01/1986 Passaporte: YB1149032 País: ITÁLIA; Processo: 47039004487201863 Empresa: TETRA PAK LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: THOMAS KRISTENSEN Data Nascimento: 09/11/1971 Passaporte: 210371703 País: DINAMARCA; Processo: 47039004538201857 Empresa: SHELL BRASIL PETROLEO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ANDREW OSTENSEN Data Nascimento: 20/11/1972 Passaporte: HB624029 País: CANADÁ; Processo: 47039004536201868 Empresa: SHELL BRASIL PETROLEO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: EDUARD RICHTER Data Nascimento: 25/08/1966 Passaporte: 488665315 País: EUA; Processo: 47039004535201813 Empresa: SHELL BRASIL PETROLEO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: MARCO ANTONIO HERRERA RIVERA Data Nascimento: 21/03/1974 Passaporte: G28144042 País: MÉXICO; Processo: 47039004534201879 Empresa: SHELL BRASIL PETROLEO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: RAMIT KUMAR GANGOPADHYAY Data Nascimento: 24/01/1973 Passaporte: 538705775 País: GRÃ BRETANHA; Processo: 47039004493201811 Empresa: NESTLE BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: RUEDIGER BAUER Data Nascimento: 03/12/1956 Passaporte: C9F754F4X País: BRASIL; Processo: 47039004491201821 Empresa: YOROZU AUTOMOTIVA DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MASAHIRO IGARASHI Data Nascimento: 04/04/1986 Passaporte: TR9693740 País: JAPÃO; Processo: 47039004496201854 Empresa: HELIX DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ANTHONY SNOWDON WOODHOUSE Data Nascimento: 07/07/1967 Passaporte: 533347767 País: GRÃ BRETANHA; Processo: 47039004497201807 Empresa: HELIX DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ARTUR KAZIMIERZ PIATKOWIAK Data Nascimento: 27/02/1988 Passaporte: EG0050162 País: POLÔNIA; Processo: 47039004498201843 Empresa: HELIX DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: MICHAEL JOHN BANKS Data Nascimento: 06/03/1980 Passaporte: 801030301 País: GRÃ BRETANHA; Processo: 47039004510201810 Empresa: PIRELLI PNEUS LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ROSARIO SPITALIERI Data Nascimento: 08/06/1979 Passaporte: YA8638683 País: ITÁLIA; Processo: 47039004512201817 Empresa: AES TIETE ENERGIA S.A. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: PUSHPARAJ KUPPUSWAMY Data Nascimento: 26/12/1964 Passaporte: HG683341 País: CANADÁ; Processo: 47039004518201886 Empresa: GUSA NORDESTE S/A Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: SUBHANKAR BANERJEE Data Nascimento: 19/07/1987 Passaporte: H4494541 País: ÍNDIA; Processo: 47039004521201808 Empresa: RIGESA CELULOSE PAPEL E EMBALAGENS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: JUAN RAMON CORDOVA CARDENAS Data Nascimento: 26/09/1962 Passaporte: G2328672 País: MÉXICO; Processo: 47039004519201821 Empresa: GUSA NORDESTE S/A Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: MICHAL WALDEMAR GUZIK Data Nascimento: 14/07/1988 Passaporte: EM6215224 País: POLÔNIA; Processo: 47039004524201833 Empresa: FIVES DO BRASIL COMERCIO DE MAQUINAS INDUSTRIAIS E SERVICOS DE ENGENHARIA LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: NICOLAS MORINAUD Data Nascimento: 25/07/1993 Passaporte: 13CA86463 País: FRANÇA; Processo: 47039004526201822 Empresa: FIVES DO BRASIL COMERCIO DE MAQUINAS INDUSTRIAIS E SERVICOS DE ENGENHARIA LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: PATRICE NICOLAS BERNARD MAURICE NORMAND Data Nascimento: 26/04/1967 Passaporte: 11CL65461 País: FRANÇA; Processo: 47039004527201877 Empresa: FIVES DO BRASIL COMERCIO DE MAQUINAS INDUSTRIAIS E SERVICOS DE ENGENHARIA LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: VINCENT ANDRE FRANCK ALAIN BLANCO Data Nascimento: 18/11/1973 Passaporte: 11CT87429 País: FRANÇA; Processo: 47039004531201835 Empresa: GE CELMA LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: DAVID FRANCIS MEUWISSEN Data Nascimento: 11/03/1954 Passaporte: 575578472 País: EUA; Processo: 47039004532201880 Empresa: AMS INDUSTRIA MECANICA E SERVICOS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: OSCAR SALATO Data Nascimento: 02/03/1953 Passaporte: YB1313166 País: ITÁLIA; Processo: 47039004539201800 Empresa: GE CELMA LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: SYED SALIK HAFEEZ Data Nascimento: 27/12/1990 Passaporte: AK6513603 País: PAQUISTÃO; Processo: 47039004543201860 Empresa: COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: MADS JENSEN Data Nascimento: 13/06/1990 Passaporte: 204015198 País: DINAMARCA; Processo: 47039004551201814 Empresa: COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: BALAMURUGAN SRINIVASAGAN Data Nascimento: 30/05/1975 Passaporte: R1896033 País: ÍNDIA Estrangeiro: SHIVANANDAN INDIMATH Data Nascimento: 30/09/1989 Passaporte: J9126911 País: ÍNDIA Estrangeiro: SHUNMUGASUNDARAM RAJENDRAN Data Nascimento: 04/06/1989 Passaporte: Z4272938 País: ÍNDIA Estrangeiro: SOMYA KANT PANDA Data Nascimento: 20/09/1985 Passaporte: H7154606 País: ÍNDIA Estrangeiro: SUBHASHIS KUNDU Data Nascimento: 06/01/1974 Passaporte: J8339467 País: ÍNDIA; Processo: 47039004552201851 Empresa: EMBRAER S.A. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: RUFINO JIMENEZ RODRIGUEZ Data Nascimento: 26/11/1959 Passaporte: AAF332893 País: ESPANHA; Processo: 47039004553201803 Empresa: EMBRAER S.A. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ANDRES LEONARDO ACOSTA CASTILLO Data Nascimento: 06/12/1991 Passaporte: 19500926 País: VENEZUELA; Processo: 47039004554201840 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: JHONATAN DAVID SASTOQUE ALEJO Data Nascimento: 28/08/1994 Passaporte: 554979565 País: EUA; Processo: 47039004555201894 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ALEKSANDAR ISAILOVSKI Data Nascimento: 07/10/1970 Passaporte: C3JKCK1KT País: ALEMANHA; Processo: 47039004556201839 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ANDREAS SCHIEDT Data Nascimento: 30/04/1968 Passaporte: C3HW0NFWZ País: ALEMANHA; Processo: 47039004567201819 Empresa: CONTINENTAL DO BRASIL PRODUTOS AUTOMOTIVOS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: CHRISTIAN HEIN Data Nascimento: 08/05/1973 Passaporte: C7W2MCL5H País: ALEMANHA; Processo: 47039004568201863 Empresa: CONTINENTAL DO BRASIL PRODUTOS AUTOMOTIVOS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: EGBERT MÖLLMANN Data Nascimento: 12/05/1961 Passaporte: C7W681H85 País: ALEMANHA; Processo: 47039004572201821

Empresa: TETRA PAK LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: bengt yngve stefan akesson Data Nascimento: 02/09/1965 Passaporte: 87081227 País: SUÉCIA; Processo: 47039004574201811 Empresa: MAN DIESEL & TURBO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: KASPER LUND JAKOBSEN Data Nascimento: 10/04/1981 Passaporte: 210140810 País: DINAMARCA; Processo: 47039004575201865 Empresa: GREENYELLOW DO BRASIL ENERGIA E SERVICOS LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ANASS BOUDHAR Data Nascimento: 12/05/1992 Passaporte: BI2842126 País: MARROCOS; Processo: 47039004577201854 Empresa: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: WALTER WADE MAC DONALD Data Nascimento: 07/04/1966 Passaporte: 476084633 País: EUA; Processo: 47039004578201807 Empresa: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: TIMOTHY PAUL COGGINS Data Nascimento: 12/11/1965 Passaporte: 480165162 País: EUA; Processo: 47039004583201810 Empresa: KNAPP SUDAMERICA LOGISTICA E AUTOMACAO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ALEN VAJDA Data Nascimento: 22/03/1987 Passaporte: PB0509746 País: ESLOVÊNIA; Processo: 47039004584201856 Empresa: KNAPP SUDAMERICA LOGISTICA E AUTOMACAO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: PATRICK MAURITZ Data Nascimento: 30/03/1990 Passaporte: U0542130 País: ÁUSTRIA; Processo: 47039004585201809 Empresa: KNAPP SUDAMERICA LOGISTICA E AUTOMACAO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ROMAN DRELOWIEC Data Nascimento: 21/12/1961 Passaporte: EA6416449 País: POLÔNIA; Processo: 47039004586201845 Empresa: KNAPP SUDAMERICA LOGISTICA E AUTOMACAO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: WOJCIECH SIEMAK Data Nascimento: 27/03/1986 Passaporte: EA0980320 País: POLÔNIA; Processo: 47039004587201890 Empresa: ACG DO BRASIL S/A Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ASHRAF ISMAIL KHAN Data Nascimento: 19/07/1971 Passaporte: R2724786 País: ÍNDIA; Processo: 47039004588201834 Empresa: KNAPP SUDAMERICA LOGISTICA E AUTOMACAO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: MARIO HLADNIC Data Nascimento: 11/12/1986 Passaporte: 153622203 País: CROÁCIA; Processo: 47039004589201889 Empresa: ACG DO BRASIL S/A Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: SRINIVAS NARAYAN RAWOLLU Data Nascimento: 18/01/1974 Passaporte: N4220100 País: ÍNDIA; Processo: 47039004590201811 Empresa: ACG DO BRASIL S/A

Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: TASLIM HIFZUR REHMAN ANSARI Data Nascimento: 14/07/1979 Passaporte: R2725539 País: ÍNDIA; Processo: 47039004591201858 Empresa: KNAPP SUDAMERICA LOGISTICA E AUTOMACAO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: RICHARD KOCH Data Nascimento: 05/07/1994 Passaporte: U0412358 País: ÁUSTRIA; Processo: 47039004593201847 Empresa: ACG DO BRASIL S/A Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: SHABAZ SHANAWAJ KHAN Data Nascimento: 30/05/1987 Passaporte: R2705903 País: ÍNDIA; Processo: 47039004594201891 Empresa: ACG DO BRASIL S/A Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: KIRAN AMTHALAL PANCHAL Data Nascimento: 07/02/1979 Passaporte: R3617678 País: ÍNDIA; Processo: 47039004596201881 Empresa: ACG DO BRASIL S/A Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: KAPIL KANAIYALAL PANCHAL Data Nascimento: 14/09/1979 Passaporte: R3617305 País: ÍNDIA; Processo: 47039004597201825 Empresa: ACG DO BRASIL S/A Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ANIL AMBADAS ZENDE Data Nascimento: 30/10/1984 Passaporte: R3618199 País: ÍNDIA; Processo: 47039004599201814 Empresa: ACG DO BRASIL S/A Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: INDAL BHULLAN YADAV Data Nascimento: 17/11/1980 Passaporte: R3634173 País: ÍNDIA; Processo: 47039004600201819 Empresa: NATIONAL OILWELL VARCO DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: PREBEN ANKERSEN Data Nascimento: 18/06/1968 Passaporte: 30697578 País: NORUEGA; Processo: 47039004603201844 Empresa: CAPCO BRASIL SERVICOS E CONSULTORIA EM INFORMATICA LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: PRYDE ASANJI KISOB Data Nascimento: 12/09/1974 Passaporte: C5HTM5VG9 País: ALEMANHA; Processo: 47039004604201899 Empresa: CAPCO BRASIL SERVICOS E CONSULTORIA EM INFORMATICA LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: JAN DIETRICH STÜVE Data Nascimento: 25/05/1970 Passaporte: C4N11C3TC País: ALEMANHA; Processo: 47039004605201833 Empresa: CAPCO BRASIL SERVICOS E CONSULTORIA EM INFORMATICA LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: MICHAEL ENGELBERTH Data Nascimento: 13/09/1974 Passaporte: CH1HJ9J0C País: ALEMANHA; Processo: 47039004606201888 Empresa: CAPCO BRASIL SERVICOS E CONSULTORIA EM INFORMATICA LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: RAJA KRISHNAN Data Nascimento: 25/02/1983 Passaporte: L6300739 País: ÍNDIA; Processo: 47039004609201811 Empresa: NAL DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE COMPONENTES DE ILUMINACAO LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: DAISUKE FUJII Data Nascimento: 17/01/1980 Passaporte: TZ 0.838.295 País: JAPÃO; Processo: 47039004611201891 Empresa: HARRIS PYE BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: James Johnston Data Nascimento: 13/11/1961 Passaporte: 518104916 País: GRÃ BRETANHA; Processo: 47039004614201824 Empresa: NAL DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE COMPONENTES DE ILUMINACAO LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: MITSUAKI OTA Data Nascimento: 07/03/1962 Passaporte: TK 4.680.724 País: JAPÃO; Processo: 47039004640201852 Empresa: NOVO NORDISK PRODUCAO FARMACEUTICA DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: MOGENS HOGSBRO OSTERGAARD Data Nascimento: 05/08/1966 Passaporte: 207685436 País: DINAMARCA; Processo: 47039004617201868 Empresa: NAL DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE COMPONENTES DE ILUMINACAO LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: HIROYUKI KUBOYAMA Data Nascimento: 01/05/1967 Passaporte: TK 4.681.620 País: JAPÃO; Processo: 47039004628201848 Empresa: NAL DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE COMPONENTES DE ILUMINACAO LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: AKIHIKO SANO Data Nascimento: 18/01/1990 Passaporte: TR 9.236.281 País: JAPÃO; Processo: 47039004632201814 Empresa: NAL DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE COMPONENTES DE ILUMINACAO LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: TOMIO NAKAMURA Data Nascimento: 24/04/1959 Passaporte: TR 1.582.868 País: JAPÃO; Processo: 47039004633201851 Empresa: NAL DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE COMPONENTES DE ILUMINACAO LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: MASAKI SUGIYAMA Data Nascimento: 04/12/1986 Passaporte: TK 9.137.221 País: JAPÃO; Processo: 47039004634201803 Empresa: NAL DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE COMPONENTES DE ILUMINACAO LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: KENJI TAKAHASHI Data Nascimento: 07/03/1974 Passaporte: TS 0.177.287 País: JAPÃO; Processo: 47039004636201894 Empresa: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: TAEHONG LIM Data Nascimento: 14/09/1980 Passaporte: M57940153 País: CORÉIA DO SUL; Processo: 47039004637201839 Empresa: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: WONIL JANG Data Nascimento: 16/11/1976 Passaporte: M43565991 País: CORÉIA DO SUL; Processo: 47039004639201828 Empresa: GE CELMA LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: TERESA ANN GOODSON Data Nascimento: 18/02/1961 Passaporte: 442624088 País: EUA; Processo: 47039004678201825 Empresa: VARD ELECTRO BRAZIL (INSTALACOES ELETRICAS) LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: LUCIAN DUMITRU Data Nascimento: 17/05/1986 Passaporte: 055166277 País: ROMÊNIA; Processo: 47039004679201870 Empresa: SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: STEVEN JOHN CARNEGIE Data Nascimento: 29/12/1959 Passaporte: 510649041 País: GRÃ BRETANHA; Processo: 47039004672201858 Empresa: RENAULT DO BRASIL S.A Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: MARIO JOSE BRANCO DOS SANTOS Data Nascimento: 21/05/1969 Passaporte: N144991 País: PORTUGAL; Processo: 47039004680201802 Empresa: COMPANHIA NITRO QUIMICA BRASILEIRA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: BERND JOACHIM KROH Data Nascimento: 31/10/1967 Passaporte: AC845377 País: CANADÁ; Processo: 47039004681201849 Empresa: COMPANHIA NITRO QUIMICA BRASILEIRA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: MARTIN HENRY MOHR Data Nascimento: 12/05/1948 Passaporte: GJ294526 País: CANADÁ; Processo: 47039004682201893 Empresa: COMPANHIA NITRO QUIMICA BRASILEIRA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: SHAN SHAN ZHENG Data Nascimento: 15/01/1988 Passaporte: GL933373 País: CANADÁ; Processo: 47039004684201882 Empresa: BAKER HUGHES DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ROBERTO PABLO VAN NIEUEWENHOVE Data Nascimento: 02/11/1966 Passaporte: 18034776N País: ARGENTINA.

Residência Prévia - RN 03 - Residência Prévia - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 4º, Parágrafo 1º):

Processo: 47039004492201876 Empresa: CASA DA MOEDA DO BRASIL CMB Prazo: 15 Dia(s) Estrangeiro: Matthew Patrick Bolt Data Nascimento: 17/02/1972 Passaporte: 532295691 País: GRÃ BRETANHA; Processo: 47039004673201801 Empresa: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: KANAME NAOI Data Nascimento: 22/05/1976 Passaporte: TR8624376 País: JAPÃO; Processo: 47039004674201847 Empresa: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MITSUHARU OGAWA Data Nascimento: 08/07/1974 Passaporte: TR3069261 País: JAPÃO; Processo: 47039004677201881 Empresa: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: TAKAHIRO MATSUOKA Data Nascimento: 23/05/1992 Passaporte: TL0110989 País: JAPÃO; Processo: 47039004741201823 Empresa: CATERPILLAR BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: SAMUEL DAVID SHROPSHIRE Data Nascimento: 09/10/1978 Passaporte: 487990951 País: EUA; Processo: 47039004887201879 Empresa: FORMITEX DA BAHIA INDUSTRIA E COMERCIO S.A Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: RONGQING LIU Data Nascimento: 16/03/1974 Passaporte: G60465861 País: CHINA; Processo: 47039005002201859 Empresa: BRIDGESTONE DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: HIROYUKI HISADA Data Nascimento: 06/08/1973 Passaporte: TR8097526 País: JAPÃO.

Residência Prévia - RN 07 - Residência Prévia - Resolução Normativa, de 08/12/2017:

Processo: 47041001571201886 Empresa: COMANDO DA MARINHA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Patrick BLANCHARD Data Nascimento: 29/10/1966 Passaporte: 13CH40735 País: FRANÇA; Processo: 47041001573201875 Empresa: COMANDO DA MARINHA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: BABACAR SOUARE Data Nascimento: 12/11/1990 Passaporte: 18AD45222 País: FRANÇA; Processo: 47041001575201864 Empresa: COMANDO DA MARINHA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: NICOLAS REUNAVOT Data Nascimento: 20/07/1982 Passaporte: 10AT68384 País: FRANÇA; Processo: 47041001576201817 Empresa: COMANDO DA MARINHA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LIONEL ROGER JACQUES MELOU Data Nascimento: 09/07/1992 Passaporte: 17FC71397 País: FRANÇA; Processo: 47041001577201853 Empresa: COMANDO DA MARINHA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: OCÉANE LOU FRANCE JOSY MOUCHEL Data Nascimento: 06/05/1995 Passaporte: 17CK86377 País: FRANÇA.

Residência Prévia - RN 10 - Residência Prévia - Resolução Normativa, de 08/12/2017:

Processo: 47041001616201812 Empresa: FUNDACAO ROSA LUXEMBURG Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: TORGE LOEDING Data Nascimento: 07/02/1970 Passaporte: C4FJ91HM5 País: ALEMANHA; Processo: 47041001634201802 Empresa: FUNDACAO ROSA LUXEMBURG Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CARSTEN SCHIEFER Data Nascimento: 25/04/1969 Passaporte: C3J95H2RN País: ALEMANHA.

Residência Prévia - RN 11/2017 Residência Prévia - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 1º, Parágrafo 3º):

Processo: 47039003322201874 Empresa: COMMERZBANK BRASIL S.A. - BANCO MULTIPLO Prazo: Indeterminado Estrangeiro: KARSTEN MICHAEL SIEBER Data Nascimento: 21/02/1963 Passaporte: C5NH8295Z País: ALEMANHA

Residência Prévia - RN 04 - Residência Prévia - Resolução Normativa, de 08/12/2017:

Processo: 47039002429201803 Empresa: XCMG BRASIL INDUSTRIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CHEN WEI JIE Data Nascimento: 04/10/1996 Passaporte: EA4628455 País: CHINA; Processo: 47039002432201819 Empresa: XCMG BRASIL INDUSTRIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: LUO LIE Data Nascimento: 24/09/1976 Passaporte: EA1072405 País: CHINA; Processo: 47039002434201816 Empresa: XCMG BRASIL INDUSTRIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MING XING Data Nascimento: 15/09/1994 Passaporte: EA4628374 País: CHINA; Processo: 47039002438201896 Empresa: XCMG BRASIL INDUSTRIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: PANG LEI Data Nascimento: 05/05/1986 Passaporte: EA2425030 País: CHINA; Processo: 47039002441201818 Empresa: XCMG BRASIL INDUSTRIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ZHANG ZHENLIN Data Nascimento: 19/04/1987 Passaporte: EA1086909 País: CHINA; Processo: 47039003342201845 Empresa: ATLAS ENERGIA RENOVAVEL DO BRASIL S.A Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ENRIQUE SANCHEZ LOPEZ Data Nascimento: 06/04/1970 Passaporte: AAL120942 País: ESPANHA; Processo: 47039003375201895 Empresa: SWIFT TECHNICAL SERVICOS TECNICOS ESPECIALIZADOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: LUIS FERNANDO LINARES RODRIGUEZ Data Nascimento: 06/07/1981 Passaporte: AP643204 País: COLÔMBIA; Processo: 47039003378201829 Empresa: SWIFT TECHNICAL SERVICOS TECNICOS ESPECIALIZADOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MIGUEL ANGEL DUQUE SANCHEZ Data Nascimento: 12/01/1963 Passaporte: AN413903 País: COLÔMBIA; Processo: 47039003379201873 Empresa: SWIFT TECHNICAL SERVICOS TECNICOS ESPECIALIZADOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: WILFRED SALAZAR MONTEALEGRE Data Nascimento: 21/04/1966 Passaporte: AO564229 País: COLÔMBIA; Processo: 47039003380201806 Empresa: SWIFT TECHNICAL SERVICOS TECNICOS ESPECIALIZADOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: RAFAEL RAMON OJEDA MADRID Data Nascimento: 20/09/1965 Passaporte: AM789946 País: COLÔMBIA; Processo: 47039003382201897 Empresa: SWIFT TECHNICAL SERVICOS TECNICOS ESPECIALIZADOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JOSE MANUEL CASTILLO CASTILLO Data Nascimento: 27/02/1968 Passaporte: FB486986 País: COLÔMBIA; Processo: 47039003403201874 Empresa: STEP SUD MARE DO BRASIL TECNOLOGIAS DE PROJETOS E PROCESSOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Romolo Laperuta Data Nascimento: 30/08/1986 Passaporte: YA6938607 País: ITÁLIA; Processo: 47039003429201812 Empresa: XCMG BRASIL INDUSTRIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: HAICHENG NING Data Nascimento: 07/01/1977 Passaporte: E61273978 País: CHINA; Processo: 47039003430201847 Empresa: XCMG BRASIL INDUSTRIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: HONGYU ZHANG Data Nascimento: 30/09/1991 Passaporte: EB0056925 País: CHINA; Processo: 47039003431201891 Empresa: XCMG BRASIL INDUSTRIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: HUIHAI SUN Data Nascimento: 23/09/1986 Passaporte: EB0067429 País: CHINA; Processo: 47039003432201836 Empresa: XCMG BRASIL INDUSTRIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MINGSHUAI LI Data Nascimento: 25/05/1990 Passaporte: EA9842103 País: CHINA; Processo: 47039003434201825 Empresa: XCMG BRASIL INDUSTRIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: QIWEI XU Data Nascimento: 14/09/1983 Passaporte: EB0029417 País: CHINA; Processo: 47039003435201870 Empresa: XCMG BRASIL INDUSTRIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: WEIWEI JIN Data Nascimento: 28/03/1987 Passaporte: EB0433698 País: CHINA; Processo: 47039003436201814 Empresa: XCMG BRASIL INDUSTRIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: YANBO GENG Data Nascimento: 19/03/1982 Passaporte: EB0415563 País: CHINA; Processo: 47039003510201801 Empresa: BRAM OFFSHORE TRANSPORTES MARITIMOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ANGEL ANTONIO DE JESUS CABRERA SOSA Data Nascimento: 19/07/1983 Passaporte: G26331569 País: MÉXICO; Processo: 47039003512201891 Empresa: BRAM OFFSHORE TRANSPORTES MARITIMOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DANIEL JAMES HERMANSON Data Nascimento: 29/07/1978 Passaporte: AC616410 País: CANADÁ.

Residência Prévia - RN 06 - Residência Prévia - Resolução Normativa, de 08/12/2017:

Processo: 47041001260201817 Empresa: INTERMOOR DO BRASIL SERVICOS ONSHORE E OFFSHORE LTDA Prazo: até 31/12/2018 Estrangeiro: RUSSELL GEORGE IRVING Data Nascimento: 08/08/1979 Passaporte: 506925164 País: GRÃ BRETANHA; Processo: 47041001293201867 Empresa: SPECTRUM GEO DO BRASIL SERVICOS GEOFISICOS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: FAN JIANG Data Nascimento: 10/10/1988 Passaporte: G50073047 País: CHINA; Processo: 47041001295201856 Empresa: FUGRO BRASIL - SERVICOS SUBMARINOS E LEVANTAMENTOS LTDA. Prazo: até 01/01/2019 Estrangeiro: ANACLETO AMISTOSO ANOSA Data Nascimento: 13/07/1966 Passaporte: EC0308207 País: FILIPINAS Estrangeiro: GENZON SELIBIO RAGASA Data Nascimento: 13/07/1985 Passaporte: P3673048A País: FILIPINAS Estrangeiro: JOES PAGATPAT GANUELAS Data Nascimento: 26/01/1982 Passaporte: P1640237A País: FILIPINAS Estrangeiro: MARK JOHN DEDICATORIA TIPON Data Nascimento: 06/03/1988 Passaporte: EB9806354 País: FILIPINAS Estrangeiro: ROUSELL DURANGO CAPUNO Data Nascimento: 14/06/1984 Passaporte: EC5235403 País: FILIPINAS; Processo: 47041001307201842 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Sofia Jenny Viktoria Lundmark Data Nascimento: 17/12/1973 Passaporte: 93508860 País: SUÉCIA; Processo: 47041001306201806 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Ilias Nioras Data Nascimento: 11/08/1986 Passaporte: AM0034425 País: GRÉCIA; Processo: 47041001308201897 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Renio Rea Abrigo Data Nascimento: 04/12/1977 Passaporte: EC5132602 País: FILIPINAS; Processo: 47041001327201813 Empresa: CHEVRON BRASIL UPSTREAM FRADE LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DENIS MILOLOVIC Data Nascimento: 24/04/1962 Passaporte: 065131803 País: CROÁCIA; Processo: 47041001326201879 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ALAN PETER HUGH TAIT Data Nascimento: 25/10/1971 Passaporte: 652195836 País: GRÃ BRETANHA; Processo: 47041001325201824 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CONSTANTIN STOIAN Data Nascimento: 30/04/1979 Passaporte: 053498597 País: ROMÊNIA; Processo: 47041001324201880 Empresa: FUGRO BRASIL - SERVICOS SUBMARINOS E LEVANTAMENTOS LTDA. Prazo: até 01/01/2019 Estrangeiro: REDEL PLAZOS BARANGGOT Data Nascimento: 31/03/1974 Passaporte: EC3512144 País: FILIPINAS; Processo: 47041001322201891 Empresa: FUGRO BRASIL - SERVICOS SUBMARINOS E LEVANTAMENTOS LTDA. Prazo: até 01/01/2019 Estrangeiro: BRYAN JOSEPH BERGKAMP Data Nascimento: 14/03/1984

Passaporte: 509041833 País: EUA Estrangeiro: MICHAEL ELIA SOEBEKTI Data Nascimento: 07/05/1977 Passaporte: B4527986 País: INDONÉSIA Estrangeiro: MICHAEL HUTNAK Data Nascimento: 26/11/1967 Passaporte: 561131248 País: EUA Estrangeiro: VIVIANA HARRIS Data Nascimento: 08/07/1973 Passaporte: 548741884 País: EUA; Processo: 47041001321201846 Empresa: ENSCO DO BRASIL PETROLEO E GAS LTDA Prazo: até 01/01/2020 Estrangeiro: VITALIJ KOROVIN Data Nascimento: 27/07/1976 Passaporte: 24211451 País: LITUÂNIA; Processo: 47041001320201800 Empresa: ENSCO DO BRASIL PETROLEO E GAS LTDA Prazo: até 01/01/2020 Estrangeiro: JOHN WISNICKI Data Nascimento: 21/04/1983 Passaporte: 510164401 País: GRÃ BRETANHA; Processo: 47041001319201877 Empresa: TEEKAY DO BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: até 15/01/2020 Estrangeiro: Catalino Naparan Pateno Data Nascimento: 25/11/1971 Passaporte: P2037854A País: FILIPINAS Estrangeiro: Domingo Jr Alquiros Apostol Data Nascimento: 12/06/1969 Passaporte: P5547227A País: FILIPINAS Estrangeiro: Jesse Cabatingan Maloon Data Nascimento: 18/02/1988 Passaporte: EC6432068 País: FILIPINAS; Processo: 47041001323201835 Empresa: TEEKAY DO BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: até 15/01/2020 Estrangeiro: Arneil Sentoy Tolentino Data Nascimento: 04/05/1978 Passaporte: EC3088258 País: FILIPINAS Estrangeiro: Eusebio Jr Virador Tadle Data Nascimento: 04/10/1966 Passaporte: EC0662058 País: FILIPINAS Estrangeiro: Roberto Jr Bonghanoy Villaruz Data Nascimento: 02/08/1983 Passaporte: EC1325290 País: FILIPINAS; Processo: 47041001328201868 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 08/02/2019 Estrangeiro: Catalin-Ciprian Borosescu Data Nascimento: 01/02/1977 Passaporte: 054614346 País: ROMÊNIA; Processo: 47041001330201837 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Jed Raymund Lubi Silva Data Nascimento: 20/11/1986 Passaporte: EC6565484 País: FILIPINAS; Processo: 47041001331201881 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Nemesio Quijano Pesigan Data Nascimento: 31/10/1971 Passaporte: P5982635A País: FILIPINAS; Processo: 47041001332201826 Empresa: CGG DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: até 15/11/2018 Estrangeiro: Robert Nilsen Holmstad Data Nascimento: 18/01/1964 Passaporte: 31470861 País: NORUEGA; Processo: 47041001333201871 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 09/12/2018 Estrangeiro: Ciro Scala Data

Nascimento: 22/10/1956 Passaporte: YA6747757 País: ITÁLIA Estrangeiro: Sergio Fasciano Data Nascimento: 02/09/1959 Passaporte: AA3969807 País: ITÁLIA; Processo: 47041001334201815 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Niño Cassiel Berdin Tapang Data Nascimento: 18/01/1981 Passaporte: P6226272A País: FILIPINAS; Processo: 47041001335201860 Empresa: TRANSOCEAN BRASIL LTDA Prazo: até 31/10/2018 Estrangeiro: Rayford Dewayne Callier Data Nascimento: 13/06/1970 Passaporte: 561199255 País: EUA; Processo: 47041001336201812 Empresa: SBM DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Maciej Jan Joniec Data Nascimento: 10/04/1989 Passaporte: EB2572786 País: POLÔNIA; Processo: 47041001337201859 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ANDREW DALMINO DELCANO Data Nascimento: 05/01/1977 Passaporte: P2298535A País: FILIPINAS Estrangeiro: Samuel Dela Cruz Magalong Data Nascimento: 22/02/1981 Passaporte: P0399404A País: FILIPINAS; Processo: 47041001352201805 Empresa: FUGRO BRASIL - SERVICOS SUBMARINOS E LEVANTAMENTOS LTDA. Prazo: até 01/01/2019 Estrangeiro: ROGELIO GOLIS LANZADERAS Data Nascimento: 01/04/1970 Passaporte: EC0329427 País: FILIPINAS; Processo: 47041001354201896 Empresa: DRAGABRAS SERVICOS DE DRAGAGEM LTDA Prazo: até 30/04/2019 Estrangeiro: RICARDO ALEXANDRE DA COSTA MAGALHAES Data Nascimento: 30/06/1980 Passaporte: P809350 País: PORTUGAL; Processo: 47041001357201820 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 08/04/2019 Estrangeiro: Dimitrios Karnavas Data Nascimento: 10/04/1965 Passaporte: AN0328841 País: GRÉCIA Estrangeiro: Efraim Paraan Abracia Data Nascimento: 22/04/1970 Passaporte: P3676799A País: FILIPINAS Estrangeiro: Emmanouil Karnavas Data Nascimento: 03/12/1999 Passaporte: AN9078704 País: GRÉCIA Estrangeiro: Enrico Lintag Destreza Data Nascimento: 19/09/1962 Passaporte: EC6086720 País: FILIPINAS Estrangeiro: Georgios Gafos Data Nascimento: 21/06/1986 Passaporte: AM2026278 País: GRÉCIA Estrangeiro: Hannsel Gamos Samos Data Nascimento: 01/08/1978 Passaporte: P3404154A País: FILIPINAS Estrangeiro: Jeffry Mendoza Anonuevo Data Nascimento: 04/05/1982 Passaporte: EC1035600 País: FILIPINAS Estrangeiro: Jose Encinares Palmares Data Nascimento: 10/05/1962 Passaporte: P3107337A País: FILIPINAS Estrangeiro: Priamos Zannikos Data Nascimento: 04/08/1985 Passaporte: AK3498355 País: GRÉCIA Estrangeiro: Renz Paul Castro Cruz Data Nascimento: 17/01/1993 Passaporte: EC0483938 País: FILIPINAS; Processo: 47041001355201831 Empresa: DRAGABRAS SERVICOS DE DRAGAGEM LTDA Prazo: até 30/04/2019 Estrangeiro: STEVEN JOZEF M. CLAES Data Nascimento: 25/06/1980 Passaporte: EM156097 País: BÉLGICA; Processo: 47041001356201885 Empresa: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 28/07/2018 Estrangeiro: Aakash Arjivan Gadhvi Data Nascimento: 30/05/1992 Passaporte: J7729740 País: ÍNDIA Estrangeiro: Ibrahim Abdul Gani Hajwane Data Nascimento: 19/06/1977 Passaporte: P3094339 País: ÍNDIA Estrangeiro: Pramod Pandhari Kashid Data Nascimento: 05/08/1997 Passaporte: N5430430 País: ÍNDIA Estrangeiro: Rudolf John Navarathinam Data Nascimento: 27/05/1978 Passaporte: L2537455 País: ÍNDIA; Processo: 47041001359201819 Empresa: DRAGABRAS SERVICOS DE DRAGAGEM LTDA Prazo: até 30/04/2019 Estrangeiro: HANS VAN POEKE Data Nascimento: 10/06/1982 Passaporte: EP128887 País: BÉLGICA; Processo: 47041001362201832 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 08/04/2019 Estrangeiro: Adrian Caguioa Pastrana Data Nascimento: 17/12/1979 Passaporte: EC6836762 País: FILIPINAS Estrangeiro: Arnold Dela Vega Gutierrez Data Nascimento: 03/01/1977 Passaporte: P2895884A País: FILIPINAS Estrangeiro: Demy Japheth Occeno Tejares Data Nascimento: 12/12/1983 Passaporte: P4851510A País: FILIPINAS Estrangeiro: Dmitry Vedrov Data Nascimento: 24/12/1975 Passaporte: 750607621 País: RÚSSIA Estrangeiro: Erwin Baldeviso Conjusta Data Nascimento: 29/12/1986 Passaporte: EC1085907 País: FILIPINAS Estrangeiro: Evangelos Tsevas Data Nascimento: 15/06/1990 Passaporte: AN5930216 País: GRÉCIA Estrangeiro: Ioannis Drakopoulos Data Nascimento: 13/06/1983 Passaporte: AN3565763 País: GRÉCIA Estrangeiro: Michael Pajulas Abear Data Nascimento: 28/02/1965 Passaporte: EC1309726 País: FILIPINAS Estrangeiro: Nikolaos Ekatommatis Data Nascimento: 20/06/1999 Passaporte: AN5985422 País: GRÉCIA Estrangeiro: Nikolaos Ikmpalchan Data Nascimento: 19/02/1990 Passaporte: AK4299418 País: GRÉCIA; Processo: 47041001358201874 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Emmanouil Provatas Data Nascimento: 20/12/1972 Passaporte: AN0363977 País: GRÉCIA; Processo: 47041001360201843 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 13/03/2019 Estrangeiro: Malleswara Rao Ronanki Data Nascimento: 21/07/1972 Passaporte: Z3163537 País: ÍNDIA; Processo: 47041001361201898 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Marian-Mihai Belecciu Data Nascimento: 02/10/1989 Passaporte: 052830110 País: ROMÊNIA; Processo: 47041001363201887 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Argyl Jon Pejo Gilos Data Nascimento: 08/05/1991 Passaporte: EC1743036 País: FILIPINAS; Processo: 47041001365201876 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Lourence Manlukot Duran Data Nascimento: 28/02/1981 Passaporte: EC3923652 País: FILIPINAS; Processo: 47041001366201811 Empresa: DRAGABRAS SERVICOS DE DRAGAGEM LTDA Prazo: até 30/04/2019 Estrangeiro: ROY JOHANNES MARIA CAROLUS BEULENS Data Nascimento: 06/04/1976 Passaporte: NNJ26LCB9 País: HOLANDA; Processo: 47041001369201854 Empresa: FLUMAR TRANSPORTES DE QUIMICOS E GASES LTDA Prazo: até 27/11/2018 Estrangeiro: Fredie Estonilo Doctolero Data Nascimento: 29/08/1957 Passaporte: EC5412966 País: FILIPINAS Estrangeiro: Fredilo Voluntarioso Bacas Data Nascimento: 28/10/1970 Passaporte: P2223502A País: FILIPINAS Estrangeiro: Jovie Christian Janine Porras Busto Data Nascimento: 27/12/1988 Passaporte: EB9831014 País: FILIPINAS; Processo: 47041001370201889 Empresa: DRAGABRAS SERVICOS DE DRAGAGEM LTDA Prazo: até 30/04/2019 Estrangeiro: FREDERIK DANIEL GOEMYNE Data Nascimento: 25/02/1986 Passaporte: EM014899 País: BÉLGICA.

Residência Prévia - RN 11/2017 Residência Prévia - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 2º):

Processo: 47039004054201816 Empresa: HELIX DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: DANIEL MICHAEL STUART Data Nascimento: 25/11/1987 Passaporte: 523323008 País: GRÃ BRETANHA; Processo: 47039004252201871 Empresa: ROSNEFT BRASIL E&P LTDA Prazo: 3 Ano(s) Estrangeiro: VLADISLAV GUZ Data Nascimento: 10/07/1989 Passaporte: 755457688 País: RÚSSIA; Processo: 47039004272201842 Empresa: CANON DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: SHOHEI HIZAWA Data Nascimento: 30/08/1973 Passaporte: TK8725439 País: JAPÃO; Processo: 47039004284201877 Empresa: COSCO SHIPPING (SOUTH AMERICA) CO. LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: ZHENG LI Data Nascimento: 18/07/1972 Passaporte: PE1352542 País: CHINA; Processo: 47039004302201811 Empresa: ORIZIO EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: LUIZA ORIZIO Data Nascimento: 29/05/1957 Passaporte: AA3825704 País: ITÁLIA; Processo: 47039004330201838 Empresa: LS MTRON INDUSTRIA DE MAQUINAS AGRICOLAS LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: JONG WON PARK Data Nascimento: 16/12/1968 Passaporte: M96076387 País: COREIA DO SUL; Processo: 47039004414201871 Empresa: CASIO BRASIL COMERCIO DE PRODUTOS ELETRONICOS LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: TATSURO OGAWA Data Nascimento: 01/07/1983 Passaporte: TK 1.695.368 País: JAPÃO Estrangeiro: TATSURO OGAWA Data Nascimento: 01/07/1983 Passaporte: TK 1.695.368 País: JAPÃO; Processo: 47039004530201891 Empresa: KONICA MINOLTA BUSINESS SOLUTIONS DO BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: KIYOHARU ITO Data Nascimento: 07/04/1967 Passaporte: TK4004715 País: JAPÃO Estrangeiro: KIYOHARU ITO Data Nascimento: 07/04/1967 Passaporte: TK4004715 País: JAPÃO.

Residência Prévia - RN 19 - Residência Prévia - Resolução Normativa, de 22/12/2017:

Processo: 47039001633201807 Empresa: GKN DO BRASIL LTDA Prazo: 6 Mês(es) Estrangeiro: CRISTOPHER JOHN MATTHEWS Data Nascimento: 04/05/1994 Passaporte: USA 509968400 País: EUA; Processo: 47039001634201843 Empresa: GKN DO BRASIL LTDA Prazo: 6 Mês(es) Estrangeiro: SIERRA MICHELLE MOON Data Nascimento: 24/12/1990 Passaporte: USA 471964978 País: EUA; Processo: 47039001672201804 Empresa: GKN DO BRASIL LTDA Prazo: 6 Mês(es) Estrangeiro: KELSEY LYNN BAKKA Data Nascimento: 30/12/1993 Passaporte: USA 518490834 País: EUA.

Residência Prévia - RN 13 - Residência Prévia - Resolução Normativa, de 22/12/2017:

Processo: 47039000581201843 Empresa: COVINGTON AIRCRAFT DO BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: LUTHER SCOTT ABBOTT Data Nascimento: 07/10/1970 Passaporte: 488040833 País: EUA.

Residência Prévia - RN 16 - Residência Prévia - Resolução Normativa, de 22/12/2017:

Processo: 47041001560201804 Empresa: RED CANIDS E-SPORT CLUB LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: HANEUL KIM Data Nascimento: 17/07/1998 Passaporte: M55055310 País: CORÉIA DO SUL; Processo: 47041001561201841 Empresa: RED CANIDS E-SPORT CLUB LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: TAEJIN PARK Data Nascimento: 20/08/1992 Passaporte: M78392924 País: CORÉIA DO SUL.

Residência - RN 02 - Residência - Resolução Normativa, de 08/12/2017:

Processo: 47039001701201820 Empresa: VSP COMERCIO DE BEBIDAS LTDA - ME Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SIMONE BRUNELLI Data Nascimento: 25/03/1975 Passaporte: YB0631565 País: ITÁLIA Mãe: ORIELLA FABBRI Pai: MAURO BRUNELLI; Processo: 47039001916201841 Empresa: ESTALEIRO BRASA LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: Graeme William Bowman Data Nascimento: 04/09/1960 Passaporte: 099087625 País: GRÃ BRETANHA Mãe: Eileen Bowman Pai: Alexander Rose Bowman; Processo: 47039001955201848 Empresa: BIG BEARD BRAZIL IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: BI WANG Data Nascimento: 15/09/1969 Passaporte: E53821887 País: CHINA Mãe: XIUYING CAO Pai: YIMIN WANG; Processo: 47039002335201826 Empresa: SOREIDOM BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MORTIMER ARNAUD MICHAEL AUGIER DE MOUSSAC Data Nascimento: 05/08/1991 Passaporte: 527893808 País: GRÃ BRETANHA Mãe: CATHERINE SLADECK Pai: XAVIER RAYMOND EMERY AUGIER DE MOUSSAC; Processo: 47039002356201841 Empresa: LABORATORIOS SERVIER DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: QUENTIN JEAN-MICHEL GHISLAIN FONTAINE Data Nascimento: 19/05/1986 Passaporte: 10AP25287 País: FRANÇA Mãe: Dominique Monique Guylaine Sergent Fontaine Pai: Olivier Luc Marie Joseph Leon Fontaine; Processo: 47039002452201890 Empresa: ALSTOM BRASIL ENERGIA E TRANSPORTE LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: PHILIPPE JEAN-LOUIS ANTOINE GELIS Data Nascimento: 19/11/1961 Passaporte: 13CC38889 País: FRANÇA Mãe: SIMONE MARIE LOUISE CHABBERT Pai: JEAN ALBERT GELIS; Processo: 47039002494201821 Empresa: CURSO DE LINGUAS TRANSALPINO LTDA - ME Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Khadidja Sara Sadi Data Nascimento: 07/10/1987 Passaporte: 152639591 País: ARGÉLIA Mãe: Benali Djedjiga Pai: Sadi Mohamed Chérif; Processo: 47039002667201819 Empresa: PRODIEL NOVAMPER ENERGIAS RENOVAVEIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Breixo Paz Camaño Data Nascimento: 04/02/1979 Passaporte: PAA529757 País: ESPANHA Mãe: Maria Del Carmen Camaño Fandiño Pai: José Paz y Costa; Processo: 47039002676201800 Empresa: USINAS SIDERURGICAS DE MINAS GERAIS S/A. USIMINAS Prazo: Indeterminado Estrangeiro: SACHIHIKO ASAYA Data Nascimento: 10/05/1967 Passaporte: TH5951609 País: JAPÃO Mãe: EIKO ASAYA Pai: HIDEHIKO ASAYA; Processo: 47039002678201891 Empresa: USINAS SIDERURGICAS DE MINAS GERAIS S/A. USIMINAS Prazo: Indeterminado Estrangeiro: TAKAHISA HONDA Data Nascimento: 08/10/1966 Passaporte: TR4802058 País: JAPÃO Mãe: IKUKO HONDA Pai: MORITADA HONDA; Processo: 47039002757201800 Empresa: IGTEC BRASIL COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: EMANUEL MARTINS LEAL GARCIA QUINTAS Data Nascimento: 16/07/1969 Passaporte: P051631 País: PORTUGAL Mãe: Maria da Conceição Rocha Martins Quintas Pai: Artur Armando Leal Garcia Quintas; Processo: 47039002890201858 Empresa: ODEBRECHT OLEO E GAS S/A Prazo: Indeterminado Estrangeiro: Logan James Laviolette Data Nascimento: 06/12/1959 Passaporte: 571374457 País: EUA Mãe: Noma Dean Broussard Laviolette Pai: Leward Joseph Laviolette; Processo: 47039002900201855 Empresa: AUTONEUM BRASIL TEXTEIS ACUSTICOS LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: DAVID YANN DAOUDA MOREAU Data Nascimento: 25/08/1979 Passaporte: 13CT80525 País: FRANÇA Mãe: BENEDICTE MOREAU Pai: JEAN LOUP MOREAU; Processo: 47039002921201871 Empresa: CUNHA VAZ & ASSOCIADOS CONSULTORES EM COMUNICACAO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: luis filipe costa pereira Data Nascimento: 01/05/1990 Passaporte: N924526 País: PORTUGAL Mãe: maria amalia soares costa Pai: amandio carneiro pereira; Processo: 47039002972201801 Empresa: BANCO CREDIT AGRICOLE BRASIL S.A. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: PIERRE KÉRÉBEL Data Nascimento: 26/06/1989 Passaporte: 09PR26145 País: FRANÇA Mãe: MARIANNE ANDRE Pai: ALAIN VICTOR DANIEL KEREBEL; Processo: 47039003058201879 Empresa: NU PAGAMENTOS S.A. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: AMIT KUMAR SINGH Data Nascimento: 01/01/1979 Passaporte: J6422062 País: ÍNDIA Mãe: Lilawati Singh Pai: Anirudh Singh; Processo: 47039003196201858 Empresa: NU PAGAMENTOS S.A. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: EMILIO ANDRES GONZALEZ MARCOS Data Nascimento: 29/08/1984 Passaporte: G07018096 País: MÉXICO Mãe: Magaly Maria Marcos Kuri Pai: Emilio Ernesto González Lorda; Processo: 47039003272201825 Empresa: TECHBOARD

LATAM SEGURANCA ELETRONICA LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: PAOLO BAFFI Data Nascimento: 29/07/1970 Passaporte: YA9427204 País: ITÁLIA Mãe: ADRIANA MAUGERI Pai: ALFONSO BAFFI; Processo: 47039003411201811 Empresa: BANCO DE TOKYO-MITSUBISHI UFJ BRASIL S/A Prazo: Indeterminado Estrangeiro: SHUSEI SHIZUTA Data Nascimento: 20/03/1989 Passaporte: TK2499727 País: JAPÃO Mãe: AKIKO SHIZUTA Pai: KAZUHIKO SHIZUTA; Processo: 47039003505201890 Empresa: RENAULT DO BRASIL S.A Prazo: Indeterminado Estrangeiro: GWENAELLE ANNE MARIE LE MEUR Data Nascimento: 24/08/1966 Passaporte: 17EE01233 País: FRANÇA Mãe: Marie Odette Le Deaut Pai: Joseph Marie Lucien Le Meur; Processo: 47039003623201806 Empresa: RENAULT DO BRASIL S.A Prazo: Indeterminado Estrangeiro: PHILIPPE ANTOINE THIERS Data Nascimento: 29/04/1966 Passaporte: 11AL13219 País: FRANÇA Mãe: PAULETTE JEANNE ANNE PRUNETTI Pai: MICHEL LOUIS JULIEN THIERS; Processo: 47039003668201872 Empresa: SPRINGER CARRIER LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: PENGWEI ZHANG Data Nascimento: 05/11/1986 Passaporte: EA5866286 País: CHINA Mãe: CUILAN LI Pai: GUOTIAN ZHANG.

Residência - RN 07 - Residência - Resolução Normativa, de 08/12/2017:

Processo: 47041001574201810 Empresa: COMANDO DA MARINHA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: YANN LOUIS MIEL Data Nascimento: 18/06/1983 Passaporte: 10AX09710 País: FRANÇA.

Residência - RN 04 - Residência - Resolução Normativa, de 08/12/2017:

Processo: 47039003643201879 Empresa: OSM DO BRASIL GERENCIAMENTO DE OPERACOES MARITIMAS LTDA - ME Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: OMAR MIGUEL ROMO GONZALEZ Data Nascimento: 07/06/1983 Passaporte: G24870638 País: MÉXICO; Processo: 47039003644201813 Empresa: OSM DO BRASIL GERENCIAMENTO DE OPERACOES MARITIMAS LTDA - ME Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ALFREDO RODRIGUEZ MENDEZ Data Nascimento: 14/09/1977 Passaporte: G27452764 País: MÉXICO; Processo: 47039003646201811 Empresa: OSM DO BRASIL GERENCIAMENTO DE OPERACOES MARITIMAS LTDA - ME Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DIANA PATRICIA GALLEGOS SANCHEZ Data Nascimento: 06/04/1990 Passaporte: G27452743 País: MÉXICO.

Residência - RN 06 - Residência - Resolução Normativa, de 08/12/2017:

Processo: 47041000851201877 Empresa: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 09/11/2018 Estrangeiro: Sachin Kumar Data Nascimento: 08/02/1995 Passaporte: P3913159 País: ÍNDIA; Processo: 47041000853201866 Empresa: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 02/09/2018 Estrangeiro: Aabhas Bhaskar Sharma Data Nascimento: 09/10/1992 Passaporte: L7872327 País: ÍNDIA; Processo: 47041001479201816 Empresa: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 01/07/2018 Estrangeiro: Radu Adam Data Nascimento: 02/02/1965 Passaporte: 053633837 País: ROMÊNIA; Processo: 47041001481201895 Empresa: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 01/07/2018 Estrangeiro: Bogdan-Victor Prajica Data Nascimento: 19/12/1980 Passaporte: 053617130 País: ROMÊNIA; Processo: 47041001498201842 Empresa: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 01/07/2018 Estrangeiro: Francis Victor Narido Sarcina Data Nascimento: 11/03/1990 Passaporte: EC1128054 País: FILIPINAS; Processo: 47041001500201883 Empresa: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 01/07/2018 Estrangeiro: Leno John de Domingo Arduo Data Nascimento: 26/01/1991 Passaporte: EC0661152 País: FILIPINAS; Processo: 47041001509201894 Empresa: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 01/07/2018 Estrangeiro: Jesus Casinto Olivar Data Nascimento: 29/03/1991 Passaporte: EC3697600 País: FILIPINAS; Processo: 47041001512201816 Empresa: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 01/07/2018 Estrangeiro: Constantin Vicica Data Nascimento: 06/07/1962 Passaporte: 14021310 País: ROMÊNIA; Processo: 47041001516201896 Empresa: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 01/07/2018 Estrangeiro: Ionut Vintu Data Nascimento: 27/01/1989 Passaporte: 053375648 País: ROMÊNIA; Processo: 47041001518201885 Empresa: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 01/07/2018 Estrangeiro: Eduard Sorin Murariu Data Nascimento: 04/08/1967 Passaporte: 054241194 País: ROMÊNIA; Processo: 47041001519201820 Empresa: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 01/07/2018 Estrangeiro: Gheorghe Andrei Data Nascimento: 22/02/1962 Passaporte: 052885131 País: ROMÊNIA; Processo: 47041001520201854 Empresa: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 01/07/2018 Estrangeiro: Liviu Dodoiu Data Nascimento: 01/03/1957 Passaporte: 054125854 País: ROMÊNIA.

Residência - RN 11/2017 Residência - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 6º):

Processo: 47039001438201879 Empresa: CONSTRUTORA TODA DO BRASIL SA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: HIDEMASA GOTO Data Nascimento: 11/11/1974 Passaporte: TK5928953 País: JAPÃO; Processo: 47039002761201860 Empresa: ANUDAL DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE ACESSORIOS DE ALUMINIO LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: EVA HERNAMPEREZ NUÑEZ Data Nascimento: 22/06/1979 Passaporte: AAG605633 País: ESPANHA; Processo: 47039004259201893 Empresa: CUBICO BRASIL S.A Prazo: Indeterminado Estrangeiro: FRANCISCO MOYA REINA Data Nascimento: 05/06/1978 Passaporte: PAB825198 País: ESPANHA.

Residência - RN 13 - Residência - Resolução Normativa, de 22/12/2017:

Processo: 47039000866201884 Empresa: K 2 M INVESTIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: CALINE HALIM EL KHOURY Data Nascimento: 06/10/1978 Passaporte: RL2897946 País: LÍBANO; Processo: 47039001283201871 Empresa: HARE BABA COMERCIO DE BIJUTERIAS LTDA - EPP Prazo: Indeterminado Estrangeiro: MUBARAK HUSAIN Data Nascimento: 12/02/1960 Passaporte: K0759745 País: ÍNDIA

Residência - RN 14 - Residência - Resolução Normativa, de 22/12/2017:

Processo: 47041000735201858 Empresa: COMUNIDADE OBRA DE MARIA - OPUS MARIAE Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: PEDRO ERNESTO EZEQUIEL Data Nascimento: 03/03/1993 Passaporte: 13AE67626 País: MOÇAMBIQUE; Processo: 47041000737201847 Empresa: COMUNIDADE OBRA DE MARIA - OPUS MARIAE Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CASTELINO MOISÈS TIMÓTEO Data Nascimento: 29/03/1990 Passaporte: 13AE67624 País: MOÇAMBIQUE.

O Coordenador-Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, deferiu os seguintes pedidos de prorrogação de autorização de trabalho:

Temporário - Sem Contrato - RN 72. - Prorrogação:

Processo: 47038003578201719 Estrangeiro: Mohsin Yakub Khan RNE: G400169-Q Prazo: até 30/10/2018.

O Coordenador Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, autoriza o Imigrante TAKEHIKO OZAWA exercer concomitantemente o cargo de Diretor de Crédito BANCO YAMAHA MOTOR DO BRASIL S.A. Processo: 47039.002383/2018-14 anteriormente autorizado através do Processo: 47039.007053/2017-34.

O Coordenador Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, autoriza a Imigrante MARIA CARMEN GURRUCHAGA BASURTO exercer concomitantemente o cargo de Administrador da Empresa MEDIAMCA BRASIL PRODUCOES LTDA. Processo: 47039.002425/2018-17 anteriormente autorizado através do Processo: 47039.010672/2016-25.

O Coordenador Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, autoriza o Imigrante STEFANO MARIA OSORIO NIGRA exercer concomitantemente o cargo de Administrador da Empresa TDSP - VERUM MOOCA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS SPE LTDA. Processo: 47039.003548/2018-75 anteriormente autorizado através do Processo 47039.005242/2017-72.

O Coordenador-Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, indeferiu os seguintes pedidos de autorização de residência:

Processo: 47039010502201721 Empresa: MECANICA FRANCAR DE ITAPIRA LTDA - EPP Prazo: 4 Mês(es) Estrangeiro: LIN QIANG Passaporte: EA5280565; Processo: 47039010505201765 Empresa: MECANICA FRANCAR DE ITAPIRA LTDA - EPP Prazo: 4 Mês(es) Estrangeiro: WANG DEHAI Passaporte: E39338957; Processo: 47041001465201801 Empresa: FEDERACAO BRASILEIRA DOS ALBERGUES DE JUVENTUDE Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Eirin Heddeland Passaporte: 29364116; Processo: 47039000873201886 Empresa: MACHDATA INTERMEDIACAO DE NEGOCIOS LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: LING CHUAN CHEN Passaporte: 306427964; Processo: 47039001815201870 Empresa: RICARDO JANZEN - ME Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: DANIEL BISCHOFF Passaporte: C5VJT1K8T; Processo: 47039001825201813 Empresa: RICARDO JANZEN - ME Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: Rüdiger H. Ruffy Passaporte: C5VMZZ10G; Processo: 47039004456201811 Empresa: HONDA AUTOMOVEIS DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: RYO OGISO Passaporte: TR6948443; Processo: 47039004457201857 Empresa: HONDA AUTOMOVEIS DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ATSUSHI AOI Passaporte: TR4159873; Processo: 47039004458201800 Empresa: HONDA AUTOMOVEIS DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: TAKAMI OHASHI Passaporte: TK3692685; Processo: 47041001464201858 Empresa: FEDERACAO BRASILEIRA DOS ALBERGUES DE JUVENTUDE Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Hanna Karoline Jacobsen Passaporte: 28649101; Processo: 47039001288201801 Empresa: FIMER DO BRASIL ASSISTENCIA TECNICA EM TECNOLOGIA DE ENERGIA FOTOVOLTAICA LTDA Prazo: até 31/12/2018 Estrangeiro: Antonio Ceccarelli Passaporte: YA6691968; Processo: 47041000780201811 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 14/06/2018 Estrangeiro: ANDRZEJ ADAM DENISIUK Passaporte: EB2742103 Estrangeiro: Adam Andruszkiewicz Passaporte: EE5366118 Estrangeiro: Marek Michal Czerski Passaporte: EF1091749 Estrangeiro: Remigiusz Rytlewski Passaporte: EA7335262 Estrangeiro: Roderick Maghuyop Dumalag Passaporte: EC0326522; Processo: 47039001627201841 Empresa: GKN DO BRASIL LTDA Prazo: 6 Mês(es) Estrangeiro: JAMES BENJAMIN EDWIN DOUGHTY Passaporte: USA 554293345; Processo: 47039001107201839 Empresa: ESSITY DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LUIS DIEGO JIMENEZ CASTRO Passaporte: 108180178; Processo: 47039001816201814 Empresa: XIAOCHUN JIN - ME Prazo: Indeterminado Estrangeiro: XIAOCHUN JIN Passaporte: G175857-X; Processo: 47039003426201889 Empresa: MAERSK TRAINING BRASIL TREINAMENTOS MARITIMOS LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: DAVID FILIPE HANSEN MONTEIRO PAES Passaporte: 203854599; Processo: 47041000875201826 Empresa: BRASDRIL SOCIEDADE DE PERFURACOES LTDA Prazo: até 30/12/2019 Estrangeiro: FREDRICK C MC CARDLE Passaporte: 506103203; Processo: 47041001483201884 Empresa: DEEP SEA SUPPLY NAVEGACAO MARITIMA LTDA. Prazo: até 23/03/2018 Estrangeiro: REYMOND BASCO MARCELO Passaporte: P4403967A; Processo: 47041001484201829 Empresa: DEEP SEA SUPPLY NAVEGACAO MARITIMA LTDA. Prazo: até 23/03/2018 Estrangeiro: WILLIAM GUILLERMO BARRERA RUSIANA JR. Passaporte: EB9222717; Processo: 47041001485201873 Empresa: DEEP SEA SUPPLY NAVEGACAO MARITIMA LTDA. Prazo: até 23/03/2018 Estrangeiro: APOLINARIO BARAYANG GALANG Passaporte: P1240517A; Processo: 47041001486201818 Empresa: DEEP SEA SUPPLY NAVEGACAO MARITIMA LTDA. Prazo: até 23/03/2018 Estrangeiro: DRONIEL DURENS GUMAGAY Passaporte: EB9610727; Processo: 47041001487201862 Empresa: DEEP SEA SUPPLY NAVEGACAO MARITIMA LTDA. Prazo: até 23/03/2018 Estrangeiro: GERRY DUGSO PADOGDOG Passaporte: EC7334421; Processo: 47041001488201815 Empresa: DEEP SEA SUPPLY NAVEGACAO MARITIMA LTDA. Prazo: até 23/03/2018 Estrangeiro: GIOVANNI MARTIN VILLARUEL Passaporte: EB9489931; Processo: 47041001489201851 Empresa: DEEP SEA SUPPLY NAVEGACAO MARITIMA LTDA. Prazo: até 23/03/2018 Estrangeiro: PABLITO LACSA RAMOS JR Passaporte: EC1087963; Processo: 47041001490201886 Empresa: DEEP SEA SUPPLY NAVEGACAO MARITIMA LTDA. Prazo: até 23/03/2018 Estrangeiro: WARREN QUIDATO MACASIL Passaporte: P1766930A; Processo: 47041001491201821 Empresa: DEEP SEA SUPPLY NAVEGACAO MARITIMA LTDA. Prazo: até 23/03/2018 Estrangeiro: DARIUS CRUZ ABELLO Passaporte: EC0936433; Processo: 47041001492201875 Empresa: DEEP SEA SUPPLY NAVEGACAO MARITIMA LTDA. Prazo: até 23/03/2018 Estrangeiro: DARYL GALINDO UMITEN Passaporte: EB9033456; Processo: 47041001493201810 Empresa: DEEP SEA SUPPLY NAVEGACAO MARITIMA LTDA. Prazo: até 23/03/2018 Estrangeiro: JOSEPH MANALOTO CANDOG Passaporte: P2718741A; Processo: 47041001494201864 Empresa: DEEP SEA SUPPLY NAVEGACAO MARITIMA LTDA. Prazo: até 23/03/2018 Estrangeiro: RANDY RUBIO MUSCOSA Passaporte: EB9617609; Processo: 47041001495201817 Empresa: DEEP SEA SUPPLY NAVEGACAO MARITIMA LTDA. Prazo: até 23/03/2018 Estrangeiro: VINCENT BUAL BUHION Passaporte: P4052034A; Processo: 47041001572201821 Empresa: DEEP SEA SUPPLY NAVEGACAO MARITIMA LTDA. Prazo: até 23/03/2018 Estrangeiro: JHAMLET ORNEDO SALAZAR Passaporte: EC2033197.

HUGO MEDEIROS GALLO DA SILVA

CONSELHO CURADOR DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO

RESOLUÇÃO Nº 881, DE 27 DE MARÇO DE 2018

Aprova a Nova Metodologia de Avaliação dos Programas do FGTS, os parâmetros e procedimentos para sua aplicação e autoriza o Agente Operador a implementar melhorias necessárias na Metodologia, no processo de aplicação e no Sistema de Avaliação dos Programas do FGTS (SIADP).

O CONSELHO CURADOR DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 5º da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e o art. 64 do Regulamento Consolidado do FGTS, aprovado pelo Decreto nº 99.684, de 8 de novembro de 1990, e

Considerando que a Resolução nº 636, de 4 de maio de 2010, autorizou o Agente Operador a estabelecer novos procedimentos para aplicação da Metodologia de Avaliação de Programas do FGTS e a implementar melhorias no Sistema de Avaliação dos Programas do FGTS (SIADP); e

Considerando a necessidade de ajustar o processo, de forma a adaptá-lo à nova realidade dos programas do FGTS, bem como para que seja conferida maior agilidade à geração dos resultados, sem prejuízo da apuração das informações; resolve:

Art. 1 º Aprovar a Nova Metodologia de Avaliação dos Programas do FGTS, nos termos estabelecidos abaixo:

I - Objetivo Geral:

a) Possibilitar ao Conselho Curador do FGTS, ao Gestor das Aplicações e ao Agente Operador o acompanhamento e a avaliação do desempenho social dos Programas de aplicação do FGTS.

II - Objetivos Específicos:

a) Mensurar os ganhos sociais alcançados pelos beneficiários dos programas lastreados com recursos do FGTS, nas áreas de habitação, saneamento e infraestrutura;

b) Mensurar as mudanças relativas às condições urbanísticas;

c) Apurar a contribuição dos programas do FGTS para o desenvolvimento sustentável do país;

d) Averiguar a imagem do FGTS à luz dos programas lastreados com recursos do Fundo, junto aos seus beneficiários; e

e) Identificar oportunidades de melhorias nos programas de aplicação do FGTS em função dos resultados alcançados após cada avaliação, a fim de maximizar os ganhos sociais.

III - Escopo: avaliar o desempenho social dos Programas de aplicação do FGTS, sob a ótica de três Dimensões: PESSOAS, CIDADE e AMBIENTE.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800178

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

a) Dimensão PESSOAS: avalia o alcance dos objetivos com foco nos beneficiários, considerando os aspectos qualidade de vida e satisfação, uma vez que as pessoas são a razão da existência dos Programas.

b) Dimensão CIDADE: considerando que a cidade é o principal canal para a geração dos benefícios que visam atender as necessidades das pessoas, a metodologia prevê a avaliação das alterações geradas pelos Programas na dinâmica urbana.

c) Dimensão AMBIENTE: a materialização dos benefícios esperados pelos Programas se utiliza de recursos finitos, sendo assim, esta dimensão considera a importância do uso responsável dos recursos com vistas à sustentabilidade.

Art. 2 º Estabelecer novos parâmetros e procedimentos a serem adotados para aplicação da Metodologia de Avaliação dos Programas do FGTS, conforme apresentados a seguir:

I - Periodicidade: Trianual

II - Abrangência: Nacional, contemplando os programas de aplicação:

a) Habitação: empreendimentos concluídos entre 1 e 2 anos da data da coleta de dados da pesquisa;

b) Saneamento e Infraestrutura: empreendimentos concluídos entre 1 e 3 anos da data da coleta de dados da pesquisa.

Art. 3º Autorizar o Agente Operador, ao final de cada apresentação de resultados, a implementar as melhorias necessárias na Metodologia, nos processos de aplicação da pesquisa e no Sistema de Avaliação dos Programas do FGTS (SIADP), de forma a contemplar a nova realidade dos programas existentes e dos que vierem a ser criados.

Parágrafo único. As recomendações de aperfeiçoamentos da metodologia serão submetidas à apreciação do Gestor da Aplicação, que deverá se pronunciar em até 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 4º Incumbir o Agente Operador de:

I - Encaminhar ao Gestor da Aplicação os resultados das avaliações realizadas, na forma autorizada pelo art. 1º desta Resolução; e

II - Prestar contas ao Conselho Curador do FGTS, por intermédio do Grupo de Apoio Permanente (GAP), das atividades realizadas a que referem o art. 2º desta Resolução.

Art. 5º Revogar a Resolução nº 636, de 4 de maio de 2010.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LEONARDO JOSÉ ARANTES
Presidente do Conselho

ANEXO I
INDICADORES DA NOVA METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DO FGTS

DESEMPENHO SOCIAL - SANEAMENTO

Dimensão	Aspecto	Indicador	Conceito	Objetivo
PESSOAS	QUALIDADE DE VIDA	N.º 101 Disponibilidade de água tratada	Verificação da disponibilidade de água tratada, considerando a quantidade, abrangência, a continuidade e a regularidade do serviço.	Verificar a contribuição dos programas de saneamento do FGTS para o atendimento às necessidades da população, no que se refere ao acesso aos serviços de abastecimento de água com qualidade.
		N.º 102 Disponibilidade do serviço de esgoto e melhoria das condições de saúde	Verificação dos fatores de melhoria das condições de saúde da população beneficiada e disponibilidade do serviço de esgoto, considerando a quantidade, abrangência, a continuidade e a regularidade do serviço, proporcionados pelas operações de saneamento.	Verificar a contribuição dos programas de saneamento do FGTS para o atendimento às necessidades da população beneficiada, no que se refere ao acesso aos serviços de esgotamento sanitário com qualidade e melhoria das condições de saúde.
		N.º 103 Melhoria nas condições de vida e saúde da população beneficiada	Verificação da situação anterior e atual dos beneficiários dos programas de saneamento, no que se refere às condições de vida e saúde.	Verificar a contribuição dos programas de saneamento do FGTS para a melhoria das condições de vida e saúde da população beneficiada.
	SATISFAÇÃO	N.º 104 Percepção da imagem do FGTS nos programas de saneamento	Verificação, junto aos beneficiários/tomadores de recurso, sobre o conhecimento do papel do FGTS de melhorar a qualidade de vida da população através dos programas de saneamento.	Verificar a imagem do FGTS, em relação à melhoria da qualidade de vida, à luz dos programas de saneamento, junto aos seus beneficiários/tomadores de recurso.
		N.º 105 Percepção sobre as formas de contribuição do FGTS na universalização do serviço de saneamento básico	Verificação, junto aos beneficiários/tomadores de recurso dos programas de saneamento, do conhecimento dos mecanismos utilizados pelo FGTS para promover o acesso ao saneamento básico.	Averiguar a imagem do FGTS, em relação às ações do Fundo para promover o acesso ao saneamento básico, junto aos seus beneficiários/ tomadores de recurso.
CIDADE	DINÂMICA URBANA	N.º 106 Contribuição dos programas de saneamento para a dinâmica imobiliária na região atendida pelo empreendimento	Verificação das variações ocorridas no valor, na oferta e na demanda dos imóveis atendidos em relação à instalação do empreendimento.	Verificar a contribuição dos programas de saneamento do FGTS na valorização dos imóveis atendidos.
AMBIENTE	SUSTENTABILIDADE	N.º 107 Contribuição dos programas de saneamento para o uso racional dos recursos	Verificação da adoção de medidas que resultem no uso responsável dos recursos nos programas de saneamento.	Verificar a contribuição dos programas de saneamento do FGTS para a conservação do meio ambiente.
		N.º 108 Contribuição dos programas de saneamento para a melhoria das condições ambientais	Verificação da adoção de medidas, nos programas de saneamento, que mitiguem os efeitos da degradação ambiental.	Verificar a contribuição dos programas de saneamento do FGTS quanto às ações que mitiguem os efeitos da degradação ambiental e resultem na melhoria do meio ambiente.

DESEMPENHO SOCIAL - HABITAÇÃO

Dimensão	Aspecto	Indicador	Conceito	Objetivo
PESSOAS	QUALIDADE DE VIDA	N.º 201 Comprometimento da renda familiar dos beneficiários	Apuração do gasto mensal com a moradia (prestação do imóvel, tarifas e taxas de água e esgoto, energia elétrica, condomínio, IPTU) e sua participação na renda familiar para verificar o comprometimento da renda dos beneficiários com este gasto.	Verificar a capacidade dos Programas habitacionais do FGTS de proporcionar relação equilibrada quanto ao comprometimento da renda mensal com gastos relativos à moradia, no que diz respeito às possibilidades de sustentação financeira das famílias.
		N.º 202 Sustentabilidade social nos empreendimentos habitacionais	Verificação da existência e participação nas diversas formas de relação social entre os moradores (tais como: atividades sociais, processos participativos e ações educativas) que possibilitam o desenvolvimento pessoal, familiar e do grupo, visando à sustentabilidade social nos empreendimentos.	Verificar a contribuição dos programas habitacionais do FGTS para a sustentabilidade social do empreendimento, bem como para o exercício da cidadania e respeito aos direitos sociais.
		N.º 203 Habitabilidade da unidade habitacional	Verificação da qualidade das unidades habitacionais produzidas pelos programas, considerando as condições de habitabilidade das moradias que interferem na qualidade de vida e comodidade dos moradores, tais como: iluminação, umidade, condições acústicas, condições térmicas, densidade de dormitórios e de banheiros.	Verificar a capacidade dos programas habitacionais do FGTS de atender as necessidades de moradia com qualidade, no que se refere às condições de habitabilidade do produto entregue.
		N.º 204 Condições de acessibilidade aos serviços de infraestrutura urbana	Verificação das condições de acessibilidade aos serviços de infraestrutura urbana nos empreendimentos habitacionais, os quais interferem na qualidade de vida e comodidade dos moradores (água, esgoto, coleta de lixo e iluminação).	Verificar a capacidade dos programas habitacionais do FGTS de atender as necessidades de moradia com qualidade, no que se refere ao acesso aos serviços de infraestrutura urbana disponíveis para o empreendimento.
		N.º 205 Condições de acessibilidade a equipamentos e serviços sociais	Verificação das condições de acesso aos serviços e equipamentos sociais no entorno dos empreendimentos habitacionais, os quais interferem na qualidade de vida e comodidade dos moradores (saúde, educação, esporte/lazer, segurança e transporte).	Verificar a capacidade dos programas habitacionais do FGTS de atender as necessidades de moradia com qualidade, no que se refere ao acesso a equipamentos e serviços sociais (saúde, educação, esporte/lazer, segurança e transporte) no entorno do empreendimento.
		N.º 206 Contribuição do FGTS para a redução do déficit habitacional do país	Verificação da relação da quantidade de unidades habitacionais produzidas pelos programas do FGTS, em relação ao déficit habitacional do público alvo dos programas.	Apurar a contribuição dos programas habitacionais do FGTS para a redução do déficit habitacional do público alvo dos programas, de forma a proporcionar a melhoria da qualidade de vida dos beneficiários.

DESEMPENHO SOCIAL - HABITAÇÃO

Dimensão	Aspecto	Indicador	Conceito	Objetivo
PESSOAS	SATISFAÇÃO	N.º 207 Melhoria das condições de vida do beneficiário	Percepção dos beneficiários quanto à melhoria das condições de vida proporcionada pelos programas habitacionais do FGTS.	Verificar a contribuição do FGTS para a melhoria das condições de vida dos beneficiários proporcionada pelos programas habitacionais do FGTS.
		N.º 208 Satisfação do beneficiário quanto à qualidade das unidades habitacionais	Satisfação do beneficiário quanto à qualidade das unidades habitacionais produzidas pelos programas habitacionais do FGTS.	Apurar a satisfação dos beneficiários quanto a qualidade da moradia entregue pelos programas de habitação do FGTS.
		N.º 209 Percepção da imagem do FGTS nos programas habitacionais	Verificação, junto aos beneficiários/tomadores de recurso, sobre o conhecimento do papel do FGTS de melhorar a qualidade de vida da população através dos programas habitacionais.	Verificar a imagem do FGTS, em relação à melhoria da qualidade de vida, à luz dos programas habitacionais, junto aos seus beneficiários/tomadores de recurso.
		N.º 210 Percepção da contribuição do FGTS para o acesso à moradia	Verificação, junto aos beneficiários/tomadores de recurso, do conhecimento dos mecanismos utilizados pelo FGTS para facilitar o acesso à moradia.	Averiguar a imagem do FGTS, em relação às ações do Fundo para promover o acesso à moradia, à luz dos programas habitacionais lastreados com recursos do Fundo, junto aos seus beneficiários/ tomadores de recurso.
CIDADE	DINÂMICA URBANA	N.º 211 Contribuição dos programas habitacionais para a dinâmica imobiliária do entorno	Verificação das variações ocorridas no valor, na oferta e na demanda dos imóveis do entorno dos empreendimentos habitacionais.	Verificar a contribuição dos programas habitacionais do FGTS na variação do valor, da demanda e da oferta dos imóveis residenciais no entorno do empreendimento.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800179

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

		N.º 212 Atração de novos investimentos, no entorno do empreendimento habitacional, na percepção do beneficiário	Verificação do aumento de estabelecimentos comerciais e infraestrutura, no entorno do empreendimento habitacional, na percepção do beneficiário.	Verificar a contribuição dos empreendimentos habitacionais do FGTS para o desenvolvimento econômico e aumento da infraestrutura, no entorno do empreendimento habitacional, na percepção do beneficiário.
AMBIENTE	SUSTENTABILIDADE	N.º 213 Contribuição dos programas habitacionais para o uso racional dos recursos	Verificação da adoção de medidas, nos programas habitacionais, que resultem no uso responsável dos recursos.	Verificar a contribuição dos programas habitacionais do FGTS para a conservação do meio ambiente.
		N.º 214 Contribuição dos programas habitacionais para a melhoria das condições ambientais	Verificação da adoção de medidas, nos programas habitacionais, que mitiguem os efeitos da degradação ambiental.	Verificar a contribuição dos programas habitacionais do FGTS quanto às ações que mitiguem os efeitos da degradação ambiental e resultem na melhoria do meio ambiente.

DESEMPENHO SOCIAL - INFRAESTRUTURA

Dimensão	Aspecto	Indicador	Conceito	Objetivo
PESSOAS	QUALIDADE DE VIDA	N.º 301 Variação nas condições de acesso dos beneficiários ao trabalho e demais serviços ofertados à população	Verificação das variações ocorridas nas condições de acesso da população beneficiada, no que se refere ao percurso até o trabalho e demais serviços ofertados, após a implantação dos empreendimentos.	Verificar a contribuição do FGTS para a variação ocorrida na qualidade de vida da população beneficiada quanto às condições de acesso ao trabalho e demais serviços ofertados após a implantação dos programas de infraestrutura do FGTS.
		N.º 302 Qualidade da locomoção da população beneficiada	Verificação da qualidade da locomoção da população beneficiada no que se refere ao tempo, segurança e conforto.	Verificar a contribuição dos programas de infraestrutura do FGTS para a qualidade da locomoção da população atendida.
	SATISFAÇÃO	N.º 303 Satisfação nas condições de deslocamento da população beneficiada	Verificação da satisfação com as condições de deslocamento da população beneficiada.	Mensurar a percepção do beneficiário quanto à satisfação com as condições de locomoção, decorrente dos programas de infraestrutura do FGTS (intervenções nas vias pavimentadas, sistemas de transporte, calçamento e ciclovias).
		N.º 304 Percepção da imagem do FGTS através dos programas de infraestrutura	Verificação, junto aos beneficiários/tomadores de recurso, sobre a percepção da imagem do FGTS e o seu conhecimento do papel do fundo de melhorar a qualidade de vida da população através dos programas de infraestrutura.	Averiguar a imagem do FGTS junto aos seus beneficiários/ tomadores de recurso, em relação à melhoria da qualidade de vida, à luz dos programas de infraestrutura do FGTS.
		N.º 305 Percepção da contribuição do FGTS na melhoria da infraestrutura	Verificação, junto aos beneficiários/tomadores de recurso, dos mecanismos utilizados pelo FGTS para promover o acesso à infraestrutura.	Averiguar o conhecimento dos beneficiários/tomadores de recursos sobre as ações do Fundo para promover o acesso à infraestrutura.
CIDADE	DINÂMICA URBANA	N.º 306 Contribuição do FGTS para a dinâmica imobiliária no entorno	Identificação das variações ocorridas no valor, na oferta e na demanda dos imóveis do entorno após a implantação do serviço/investimento em infraestrutura.	Verificar a contribuição do fundo para a valorização imobiliária do entorno após os investimentos dos programas de infraestrutura do FGTS.
		N.º 307 Contribuição para o desenvolvimento da infraestrutura da cidade	Identificação do incremento da infraestrutura existente nas localidades dos empreendimentos.	Verificar a contribuição dos empreendimentos financiados pelo FGTS para o desenvolvimento da infraestrutura da cidade.
		N.º 308 Interferência dos programas de infraestrutura nas condições urbanísticas	Identificação das variações ocorridas nas condições urbanísticas em relação ao empreendimento.	Apurar a contribuição dos programas de infraestrutura financiados com recursos do FGTS na arquitetura e condições de tráfego urbano.
		N.º 309 Atração de novos investimentos no entorno do empreendimento, na percepção do beneficiário	Identificação do aumento de estabelecimentos comerciais e prestação de serviços, no entorno do empreendimento de infraestrutura, na percepção do beneficiário.	Verificar a contribuição dos empreendimentos financiados pelo FGTS para o desenvolvimento econômico e aumento da disponibilização de prestação de serviços, no entorno do empreendimento de infraestrutura, na percepção do beneficiário.

DESEMPENHO SOCIAL - INFRAESTRUTURA

Dimensão	Aspecto	Indicador	Conceito	Objetivo
AMBIENTE	SUSTENTABILIDADE	N.º 310 Contribuição dos programas de infraestrutura no uso racional dos recursos naturais	Identificação da adoção de medidas nos programas de infraestrutura que resultem no uso responsável dos recursos naturais.	Apurar a contribuição dos programas de infraestrutura do FGTS para a conservação do meio ambiente.
		N.º 311 Contribuição dos programas de infraestrutura para melhoria das condições ambientais	Identificação da adoção de medidas nos empreendimentos que mitiguem os efeitos da degradação ambiental.	Apurar a contribuição dos empreendimentos de infraestrutura do FGTS quanto as ações que mitiguem os efeitos da degradação ambiental e resultem na melhoria do meio ambiente.

RESOLUÇÃO Nº 882, DE 27 DE MARÇO DE 2018

Propõe nova redação à Resolução nº 809, de 2016, que aprova condições para renegociação e pagamento de dívidas em operações de crédito do FGTS.

O CONSELHO CURADOR DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 5º da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e o art. 64 do Regulamento Consolidado do FGTS, aprovado pelo Decreto nº 99.684, de 8 de novembro de 1990, e

Considerando a necessidade de complementar as condições de negociação e pagamento de dívidas de operações de crédito junto ao FGTS, autorizadas pela Resolução nº 809, de 10 de maio de 2016, para aumentar sua abrangência e efetividade, resolve:

Art. 1º A alínea "c" do item II do § 3º do Art. 2º da Resolução nº 809, de 10 de maio de 2016, passa a vigorar com a seguinte redação:

"c) garantia de créditos homologados na situação de Relação de Contratos Validados (RCV) perante o Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS) para liquidação do valor renegociado com títulos CVS e outras garantias a critério do Agente Operador, desde que em montante mínimo de 120% (cento e vinte por cento) da dívida renegociada objeto da renegociação. (NR)"

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LEONARDO JOSÉ ARANTES
Presidente do Conselho

RESOLUÇÃO Nº 883, DE 27 DE MARÇO DE 2018

Referenda a Resolução nº 880, de 18 de janeiro de 2018, editada ad referendum do Conselho Curador do FGTS.

O CONSELHO CURADOR DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO, na forma do inciso I do art. 5º da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e do disposto no parágrafo único do inciso VII do art. 4º do seu Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 320, de 31 de agosto de 1999, e

Considerando a publicação no Diário Oficial da União nº 20, de 29 de janeiro de 2018, da Resolução nº 880, de 18 de janeiro de 2018, editada ad referendum deste Conselho, que alterou a Resolução nº 868, de 24 de outubro de 2017, que dispõe sobre a inclusão do recibo de comunicação do Sistema de Comunicação Prévia de Obras (SCPO) como documento obrigatório a ser apresentado nos financiamentos com recursos do FGTS, resolve:

Art. 1º Referendar a Resolução nº 880, de 18 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LEONARDO JOSÉ ARANTES
Presidente do Conselho

RESOLUÇÃO Nº 885, DE 27 DE MARÇO DE 2018

Aprova a alocação de recursos à Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT), para o exercício de 2019, a título de remuneração da fiscalização do FGTS.

O CONSELHO CURADOR DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO, no uso das competências que lhe atribuem o inciso X do art. 5º da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e o inciso IX do art. 64 do Regulamento Consolidado do FGTS, aprovado pelo Decreto nº 99.684, de 8 de novembro de 1990;

Considerando os critérios de remuneração do exercício da fiscalização do FGTS, a cargo do Ministério do Trabalho, nos termos da Resolução nº 742, de 19 de março de 2014; e

Considerando a necessidade de propiciar a melhoria qualitativa e quantitativa da verificação dos recolhimentos do FGTS e das Contribuições Sociais, de que trata a Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001, resolve:

Art. 1º Alocar o valor de R$ 31.500.000,00 (trinta e um milhões e quinhentos mil reais) à Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT) do Ministério do Trabalho, para o exercício de 2019, a título de remuneração da fiscalização do FGTS, a ser liberado quadrimestralmente por solicitação ao Agente Operador.

Art. 2º O valor da remuneração da fiscalização do FGTS de 2017, referente a despesas inscritas em restos a pagar, informadas pela SIT no relatório de prestação de contas, não será compensado do valor a ser recebido no exercício financeiro corrente.

Art. 3º A SIT deverá, em até 60 dias, apresentar a este Conselho Curador do FGTS o plano de metas para o exercício de 2019, relativo aos indicadores definidos com base na Resolução nº 742, de 19 de março de 2014.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LEONARDO JOSÉ ARANTES
Presidente do Conselho

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800180

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS

DESPACHOS DE 27 DE MARÇO DE 2018

O Coordenador-Geral de Recursos da Secretaria de Inspeção do Trabalho/MTE, no uso de sua competência, prevista no art. 32, inciso I, alíneas "a", "b" e "f", Anexo IX, da Portaria nº 1.153, de 30 de outubro de 2017, com amparo no art. 50, §1º, da Lei 9.784/99, decidiu processos de auto de infração ou notificação de débito nos seguintes termos:

1) Em apreciação de recurso voluntario:

1.1 Pela procedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46201.000931/2015-37	26482185	Tempor Servicos Terceirizados Ltda	AL
2	46202.005095/2015-77	206313071	Eridano Empreendimentos Imobiliários Ltda.	AM
3	46203.005547/2014-20	205337813	Irlandia Nascimento da Silva	AP
4	46203.004699/2013-24	25105841	J N de Souza Neto EPP	AP
5	47904.009927/2012-37	21075387	Industria Ceramica Perola Branca Ltda - ME	BA
6	47904.009926/2012-92	21075395	Industria Ceramica Perola Branca Ltda - ME	BA
7	47904.000352/2013-78	24803685	Movesa Motores e Veiculos do Nordeste Ltda	BA
8	47904.022041/2013-60	202548996	Rei Da Pizza Restaurante Ltda ME	BA
9	47904.009752/2013-49	200916882	Santa Cruz Acucar e Alcool Ltda	BA
10	47904.009753/2013-93	200914324	Santa Cruz Acucar e Alcool Ltda	BA
11	47904.009755/2013-82	200918419	Santa Cruz Acucar E Alcool Ltda	BA
12	47904.009764/2013-73	200912712	Santa Cruz Acucar e Alcool Ltda	BA
13	47904.009765/2013-18	200912704	Santa Cruz Acucar e Alcool Ltda	BA
14	46207.002038/2013-24	200332104	Associação Sociedade Brasileira De Instrução	ES
15	46207.002039/2013-79	200331868	Associação Sociedade Brasileira De Instrução	ES
16	46207.002040/2013-01	200332716	Associação Sociedade Brasileira De Instrução	ES
17	46207.003254/2012-14	020541368	Fundação Ceciliano Abel de Almeida	ES
18	46208.008519/2014-14	203794915	BRF S.A.	GO
19	46208.009515/2014-53	200998951	BRF S.A.	GO
20	46208.009517/2014-42	203897463	BRF S.A.	GO
21	46208.009518/2014-97	203897552	BRF S.A.	GO
22	46208.009531/2014-46	203904818	BRF S.A.	GO
23	46208.009538/2014-68	203967119	BRF S.A.	GO
24	46208.009539/2014-11	203967127	BRF S.A.	GO
25	46208.009546/2014-12	203967836	BRF S.A.	GO
26	46208.009547/2014-59	203967861	BRF S.A.	GO
27	46208.009549/2014-48	203977220	BRF S.A.	GO
28	46208.009552/2014-61	203977262	BRF S.A.	GO
29	46208.009553/2014-14	203977271	BRF S.A.	GO
30	46208.009554/2014-51	203977289	BRF S.A.	GO
31	46208.009555/2014-03	203977297	BRF S.A.	GO
32	46208.009559/2014-83	203977335	BRF S.A.	GO
33	46208.009561/2014-52	203977360	BRF S.A.	GO
34	46208.009563/2014-41	203977386	BRF S.A.	GO
35	46208.009567/2014-20	203977432	BRF S.A.	GO
36	46208.009568/2014-74	203977441	BRF S.A.	GO
37	46208.012372/2014-67	204566231	Transplastico-Transp. Rodoviário de Cargas Ltda. - EPP	GO
38	46245.000845/2014-37	203439872	American Blend Importacao, Exportacao, Industria & Comercio de Tabacos Ltda.	MG
39	46245.000846/2014-81	203452054	American Blend Importacao, Exportacao, Industria & Comercio de Tabacos Ltda.	MG
40	46300.005415/2015-81	208666206	Itaú Unibanco S.A.	MS
41	46300.005416/2015-25	208665943	Itaú Unibanco S.A.	MS
42	46300.003524/2015-63	207246441	Litucera Limpeza e Engenharia Ltda.	MS
43	46300.003526/2015-52	207246335	Litucera Limpeza e Engenharia Ltda.	MS
44	46300.003528/2015-41	207246203	Litucera Limpeza e Engenharia Ltda.	MS
45	46300.003529/2015-96	207246190	Litucera Limpeza e Engenharia Ltda.	MS
46	46300.003530/2015-11	207246157	Litucera Limpeza e Engenharia Ltda.	MS
47	46300.003541/2015-09	207244979	Litucera Limpeza e Engenharia Ltda.	MS
48	46300.003542/2015-45	207244936	Litucera Limpeza e Engenharia Ltda.	MS
49	46300.003543/2015-90	207244863	Litucera Limpeza e Engenharia Ltda.	MS
50	46300.003544/2015-34	207244812	Litucera Limpeza e Engenharia Ltda.	MS
51	46300.003545/2015-89	207244774	Litucera Limpeza e Engenharia Ltda.	MS
52	46300.003548/2015-12	207245428	Litucera Limpeza e Engenharia Ltda.	MS
53	46300.003549/2015-67	207245398	Litucera Limpeza e Engenharia Ltda.	MS
54	46300.003551/2015-36	207245266	Litucera Limpeza e Engenharia Ltda.	MS
55	46300.003552/2015-81	207245215	Litucera Limpeza e Engenharia Ltda.	MS
56	46300.003555/2015-14	207244723	Litucera Limpeza e Engenharia Ltda.	MS
57	46300.003556/2015-69	207244677	Litucera Limpeza e Engenharia Ltda.	MS
58	46300.003557/2015-11	207244651	Litucera Limpeza e Engenharia Ltda.	MS
59	46300.003558/2015-58	207244596	Litucera Limpeza e Engenharia Ltda.	MS
60	46306.001474/2014-49	204739870	All - America Latina Logística Malha Norte S/A	MT
61	46306.001475/2014-93	204739781	All - America Latina Logística Malha Norte S/A	MT
62	46306.001476/2014-38	204739811	All - America Latina Logística Malha Norte S/A	MT
63	46306.001477/2014-82	204739845	All - America Latina Logística Malha Norte S/A	MT
64	46306.001478/2014-27	204711436	All - America Latina Logística Malha Norte S/A	MT
65	46306.001479/2014-71	204711444	All - America Latina Logística Malha Norte S/A	MT
66	46306.001480/2014-04	204711428	All - America Latina Logística Malha Norte S/A	MT
67	46222.007553/2014-93	205098916	Bertillon Servicos Especializados Ltda	PA
68	46222.007555/2014-82	205098762	Bertillon Servicos Especializados Ltda	PA
69	46222.008840/2014-11	205098355	Bertillon Servicos Especializados Ltda	PA
70	46222.008841/2014-65	205098274	Bertillon Servicos Especializados Ltda	PA
71	46222.008843/2014-54	205098665	Bertillon Servicos Especializados Ltda	PA
72	46222.003687/2015-16	206906811	Bertillon Vigilancia e Transporte de Valores Ltda	PA
73	46222.003689/2015-13	206942061	Bertillon Vigilancia e Transporte de Valores Ltda	PA
74	46222.003691/2015-84	206907591	Bertillon Vigilancia e Transporte de Valores Ltda	PA
75	46222.010415/2010-68	21134871	K M Serviços Gerais Ltda	PA
76	46222.012452/2014-34	203217063	Mateus Supermercados S.A.	PA
77	46222.012454/2014-23	203217098	Mateus Supermercados S.A.	PA
78	46222.012455/2014-78	203218345	Mateus Supermercados S.A.	PA
79	46222.012457/2014-67	203218418	Mateus Supermercados S.A.	PA
80	46222.012459/2014-56	203218361	Mateus Supermercados S.A.	PA
81	46222.012461/2014-25	203218396	Mateus Supermercados S.A.	PA
82	46214.001621/2015-91	206199236	Servi San Ltda	PI
83	46214.001659/2015-63	206199155	Servi San Vigilancia e Transporte de Valores Ltda	PI
84	47533.018554/2015-01	208411305	Consele Construcoes Ltda	PR
85	47533.017057/2015-88	208454608	Racing Automotive Ltda	PR
86	47533.018057/2015-03	208412395	Sanen Engenharia S.A	PR
87	47533.018058/2015-40	208412140	Sanen Engenharia S.A	PR
88	47533.018082/2015-89	208437592	Transproenca Transportes Rodoviarios Ltda	PR
89	47533.018083/2015-23	208437860	Transproenca Transportes Rodoviarios Ltda	PR
90	46215.019238/2013-17	24148857	Pbkids Brinquedos Ltda.	RJ
91	46274.000490/2015-10	206128452	Atacadao Distribuicao Comercio e Industria Ltda	RS
92	46274.000492/2015-17	206129459	Atacadao Distribuicao Comercio e Industria Ltda	RS
93	46271.003157/2015-92	207702527	BL Servicos de Cobranca Ltda	RS
94	46271.003236/2015-01	207870756	BL Servicos de Cobrança Ltda	RS
95	46272.001820/2014-23	203462793	Fundacao Araucaria	RS
96	46272.001821/2014-78	203462807	Fundacao Araucaria	RS
97	46272.001822/2014-12	203462815	Fundacao Araucaria	RS
98	46277.000611/2015-01	206782985	Rak-Engenharia, Avaliacoes e Pre-Moldados Ltda - ME	RS
99	46277.000640/2015-65	206817720	Rak-Engenharia, Avaliacoes e Pre-Moldados Ltda - ME	RS
100	46277.000612/2015-48	206782993	Rak-Engenharia, Avaliacoes e Pre-Moldados Ltda - ME	RS
101	46220.003285/2015-31	206970871	Arcos Dourados Comercio de Alimentos Ltda	SC
102	46220.003287/2015-21	206970943	Arcos Dourados Comercio de Alimentos Ltda	SC
103	46220.003289/2015-10	206977204	Arcos Dourados Comercio de Alimentos Ltda	SC
104	46305.001516/2015-32	206958218	Arcos Dourados Comercio de Alimentos Ltda	SC
105	46305.001520/2015-09	206958439	Arcos Dourados Comercio de Alimentos Ltda	SC
106	46220.001460/2011-22	20837615	Carbonifera Metropolitana S.A	SC
107	47620.000663/2015-85	206199104	Churrascaria Tropeiro Ltda - Me	SC
108	46304.001913/2014-33	203913680	Garuva Abrasivos Ltda	SC
109	47620.004945/2014-71	204748836	Reunidas S A Transportes Coletivos	SC
110	47620.004977/2014-76	204748879	Reunidas Transportadora Rodoviaria de Cargas S A	SC
111	46220.000839/2015-49	205882013	Transportes Rcst Ltda - ME	SC
112	46220.000840/2015-73	205882030	Transportes Rcst Ltda - ME	SC
113	46254.002410/2016-80	209749628	Caixa Economica Federal	SP
114	46254.002411/2016-24	209749784	Caixa Economica Federal	SP
115	46257.003032/2014-60	203382668	Goldfarb Incorporacoes e Construcoes S/A	SP
116	46473.010880/2008-22	15766004	Hewlett Packard Brasil Ltda	SP
117	46395.000694/2012-31	24665665	Pre Engenharia Construcoes e Comercio Ltda - EPP	SP
118	46395.000651/2012-56	24645419	Pre Engenharia Construcoes e Comercio Ltda - EPP	SP
119	46395.000652/2012-09	24645397	Pre Engenharia Construcoes e Comercio Ltda - EPP	SP
120	46262.004651/2015-83	207968616	S.C.A. - Servicos e Caldeiraria Ltda.	SP
121	46262.004652/2015-28	207968560	S.C.A. - Servicos e Caldeiraria Ltda.	SP
122	46262.004653/2015-72	207968632	S.C.A. - Servicos e Caldeiraria Ltda.	SP
123	46252.000012/2016-49	208654879	Sucocitrico Cutrale Ltda	SP
124	46252.000013/2016-93	208654887	Sucocitrico Cutrale Ltda	SP
125	46252.000014/2016-38	208667725	Sucocitrico Cutrale Ltda	SP
126	46252.000015/2016-82	208667806	Sucocitrico Cutrale Ltda	SP
127	47998.009494/2009-12	021711879	Valeo Sistemas Automotivos Ltda.	SP
128	47998.009499/2009-45	021711933	Valeo Sistemas Automotivos Ltda.	SP
129	47999.000858/2012-94	21497494	Viacao Jacarei Ltda.	SP

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800181

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

130	46260.005048/2013-77	200857304	Viação São Bento Ltda.	SP
131	46260.005049/2013-11	200857312	Viação São Bento Ltda.	SP
132	46260.005050/2013-46	200857321	Viação São Bento Ltda.	SP
133	46397.000076/2012-71	24181781	Vilhena Agro-Florestal SC Ltda	SP
134	46397.000077/2012-16	24181773	Vilhena Agro-Florestal SC Ltda	SP
135	46472.002108/2016-57	209221917	Zloti Servicos e Assessoria Empresaria Ltda ME	SP
136	46472.002109/2016-00	209219726	Zloti Servicos e Assessoria Empresaria Ltda ME	SP
137	46472.002110/2016-26	209218061	Zloti Servicos e Assessoria Empresaria Ltda ME	SP
138	46472.002112/2016-15	209218550	Zloti Servicos e Assessoria Empresaria Ltda ME	SP
139	46472.002115/2016-59	209218967	Zloti Servicos e Assessoria Empresaria Ltda ME	SP
140	46472.002959/2016-08	209547235	Zloti Servicos e Assessoria Empresaria Ltda ME	SP

Nº	PROCESSO	NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO DE FGTS	EMPRESA	UF
1	46207.002041/2013-48	200.069.233	Associação Sociedade Brasileira de Instrução	ES
2	47747.009568/2015-11	200.574.965	Metal Mecânica Ltda.	MG
3	46653.001235/2013-68	200.069.519	Sisan Engenharia Ltda.	MT
4	46222.010412/2010-24	100.180.825 - TRet nº 100.293.051	KM Serviços Gerais Ltda.	PA
5	47533.007607/2013-99	200.130.030 - TRet nº 200.427.164	Construtora Triunfo S.A.	PR
6	46215.002045/2009-41	506.241.378 - TRet nº 506.702.464	Organização Brasileira de Cultura e Educação	RJ
7	46275.001785/2016-84	200.778.013	Osmar José Rodrigues - ME	RS
8	46254.002025/2013-90	200.090.275	Sonia Maria de Souza Pinho- ME	SP
9	46260.005047/2013-22	200.158.562	Viação São Bento	SP
10	46226.016611/2013-59	200.057.936	UTC Engenharia S.A.	TO

1.2 Pela procedência do auto de infração. Convertendo a multa em advertência, nos termos do art. 1º da Portaria MTE 706/2015.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46208.012374/2014-56	204566355	Transplástico Transporte Rodoviário de Cargas Ltda. - EPP	GO
2	46208.012376/2014-45	204566436	Transplástico Transporte Rodoviário de Cargas Ltda. - EPP	GO
3	46208.012378/2014-34	204566452	Transplástico Transporte Rodoviário de Cargas Ltda. - EPP	GO

1.3 Pela improcedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46207.006306/2012-04	020565593	Companhia de Transportes Urbanos da Grande Vitória	ES
2	46300.003546/2015-23	207244758	Litucera Limpeza e Engenharia Ltda.	MS
3	46300.003553/2015-25	207245100	Litucera Limpeza e Engenharia Ltda.	MS
4	46300.003554/2015-70	207245088	Litucera Limpeza e Engenharia Ltda.	MS
5	46216.003646/2014-28	204468264	Consórcio Santo Antônio	RO
6	46274.000486/2015-51	206128339	Atacadao Distribuicao Comercio e Industria Ltda	RS
7	46274.000487/2015-04	206128371	Atacadao Distribuicao Comercio e Industria Ltda	RS
8	46274.000488/2015-41	206128398	Atacadao Distribuicao Comercio e Industria Ltda	RS
9	46274.000489/2015-95	206128436	Atacadao Distribuicao Comercio e Industria Ltda	RS
10	46274.000491/2015-64	206128461	Atacadao Distribuicao Comercio e Industria Ltda	RS
11	46259.011074/2012-92	024737054	Pirasa Veículos S.A.	SP

Nº	PROCESSO	NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO DE FGTS	EMPRESA	UF
1	46217.000155/2011-72	506.456.650	Município do Jardim Soridó	RN

1.4 Pela procedência parcial do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46237.000108/2010-18	019635613	Fundação Percival Farquhar	MG
2	46237.000109/2010-54	019635605	Fundação Percival Farquhar	MG

2) Em apreciação de recurso de ofício:
2.1 Pela improcedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	47904.003862/2014-88	203057660	Codical Distribuidora de Alimentos Ltda	BA
2	47904.003859/2014-64	203057619	Codical Distribuidora de Alimentos Ltda	BA
3	47904.003880/2014-60	203057881	Codical Distribuidora de Alimentos Ltda	BA
4	47904.003879/2014-35	203057872	Codical Distribuidora de Alimentos Ltda	BA
5	47904.003882/2014-59	203057902	Codical Distribuidora de Alimentos Ltda	BA
6	47904.003878/2014-91	203057856	Codical Distribuidora de Alimentos Ltda	BA
7	47904.003913/2014-71	203058399	Codical Distribuidora de Alimentos Ltda	BA
8	47904.003912/2014-27	203058372	Codical Distribuidora de Alimentos Ltda	BA
9	47904.003911/2014-82	203058364	Codical Distribuidora de Alimentos Ltda	BA
10	47904.003910/2014-38	203058356	Codical Distribuidora de Alimentos Ltda	BA
11	47904.003908/2014-69	203058330	Codical Distribuidora de Alimentos Ltda	BA
12	47904.003907/2014-14	203058321	Codical Distribuidora de Alimentos Ltda	BA
13	47904.003906/2014-70	203058275	Codical Distribuidora de Alimentos Ltda	BA
14	47904.003905/2014-25	203058267	Codical Distribuidora de Alimentos Ltda	BA
15	47904.003915/2014-61	203058429	Codical Distribuidora de Alimentos Ltda	BA
16	47904.003916/2014-13	203058437	Codical Distribuidora de Alimentos Ltda	BA
17	47904.003903/2014-36	203058232	Codical Distribuidora de Alimentos Ltda	BA
18	47904.003895/2014-28	203058119	Codical Distribuidora de Alimentos Ltda	BA
19	47904.003898/2014-61	203058151	Codical Distribuidora de Alimentos Ltda	BA
20	47904.003897/2014-17	203058143	Codical Distribuidora de Alimentos Ltda	BA
21	47904.003896/2014-72	203058127	Codical Distribuidora de Alimentos Ltda	BA
22	47904.003902/2014-91	203058224	Codical Distribuidora de Alimentos Ltda	BA
23	47904.003901/2014-47	203058194	Codical Distribuidora de Alimentos Ltda	BA
24	47904.003899/2014-14	203058178	Codical Distribuidora de Alimentos Ltda	BA
25	47904.003889/2014-71	203057988	Codical Distribuidora de Alimentos Ltda	BA
26	47904.003888/2014-26	203057970	Codical Distribuidora de Alimentos Ltda	BA
27	47904.003887/2014-81	203057953	Codical Distribuidora de Alimentos Ltda	BA
28	47904.003886/2014-37	203057945	Codical Distribuidora de Alimentos Ltda	BA
29	47904.003885/2014-92	203057937	Codical Distribuidora de Alimentos Ltda	BA
30	47904.003891/2014-40	203058071	Codical Distribuidora de Alimentos Ltda	BA
31	47904.003893/2014-39	203058097	Codical Distribuidora de Alimentos Ltda	BA
32	47904.003883/2014-01	203057911	Codical Distribuidora de Alimentos Ltda	BA
33	47904.003900/2014-01	203058186	Codical Distribuidora de Alimentos Ltda	BA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800182

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

34	47904.003890/2014-03	203058062	Codical Distribuidora de Alimentos Ltda	BA
35	47904.003858/2014-10	203057601	Codical Distribuidora de Alimentos Ltda	BA
36	47904.003909/2014-11	203058348	Codical Distribuidora de Alimentos Ltda	BA
37	47904.003881/2014-12	203057899	Codical Distribuidora de Alimentos Ltda	BA
38	47904.015981/2014-83	205098614	Nucleo de Saude e Assistencia Hospitalar Ltda.	BA
39	47904.018492/2014-83	205097081	Suesba Comercio de Alimentos Ltda	BA
40	46222.013087/2015-66	202908534	F J D Ramalheiro Comercio - EPP	PA
41	46222.002200/2016-69	204778468	M Alcineia Pereira Cabral Comercio - ME	PA
42	46220.005193/2014-13	204483689	Intelbras S.A. Industria de Telecomunicacao Eletronica	SC
43	46252.001496/2014-81	204771200	Irmandade da Santa Casa de Misericordia de Ipua	SP
44	46219.002320/2016-15	208893890	Novacap Assessoria Contabil S/S Ltda - EPP	SP
45	46472.002111/2016-71	209218321	Zloti Servicos e Assessoria Empresaria Ltda - ME	SP

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO CEARÁ

DESPACHOS DE 27 DE MARÇO DE 2018

CNPJ:	07.804.461/0001-66
Entidade:	SINDICATO RURAL DE PIQUET CARNEIRO
Referência:	Ofício n.° 1527/2017/SRTb/SERET - Assunto: Notificação de Regularização
Assunto:	Notificação no Diário Oficial da União (DOU).

O Superintendente Regional do Trabalho no Ceará, no uso de suas atribuições legais, com fundamento, no artigo 26, § 4.º, da Lei n.º 9.784/1999, faz saber aos que a presente notificação virem ou dela tiverem conhecimento que, notifica o (a) Senhor (a) Representante Legal do SINDICATO RURAL DE PIQUET CARNEIRO, CNPJ: 07.804.461/0001-66, para ciência do inteiro teor do Ofício nº; 1527/2017/SRTb/SERET,visto que o Aviso de Recebimento da empresa BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS não retornou a e esta SERET/CE até o momento. A entidade detém o prazo de 20 (vinte) dias para a Realização/atendimento dos procedimentos expostos no citado oficio sobpena de INDEFERIMENTO da SD113366.

CNPJ:	73.933.954/0001-20
Entidade:	SINDICATO DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE OCARA
Referência:	Ofício n.° 1462/2017/SRTb/SERET - Assunto: Notificação de Regularização
Assunto:	Notificação no Diário Oficial da União (DOU).

O Superintendente Regional do Trabalho no Ceará, no uso de suas atribuições legais, com fundamento, no artigo 26, § 4.º, da Lei n.º 9.784/1999, faz saber aos que a presente notificação virem ou dela tiverem conhecimento que, notifica o (a) Senhor (a) Representante Legal do SINDICATO DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE OCARA, para ciência do inteiro teor do Ofício nº; 1462/2017/SRTb/SERET, devolvido por motivo de não localização do respectivo endereço e/ou recusa no recebimento. A entidade detém o prazo de 20 (vinte) dias para a Realização/atendimento dos procedimentos expostos no citado oficio, sob pena de INDEFERIMENTO da SD113084.

DENA ANDRADE ESMERALDO
Substituta

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SANTA CATARINA

PORTARIA 62, DE 26 DE MARÇO DE 2018

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 1º, parágrafo 1º, da Portaria Ministerial nº 1.095, de 19/05/2010, publicada no DOU, de 20/05/2010 e considerando o que consta do Processo nº. 46220.009393/2017-80, protocolado no dia 17/11/2017. Resolve:

Conceder autorização à SANCRIS LINHAS E FIOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 80.446.990/0004-78, para reduzir o intervalo intrajornada destinado ao repouso e à alimentação para 30 (trinta) minutos, no estabelecimento situado na Avenida: Ademar Vicente Knihs, nº 810, bairro Steffen, na cidade de Brusque (SC); nos exatos termos estabelecidos no parágrafo 3º, do artigo 71 da CLT, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação desta, renovável por igual período, devendo a solicitação de renovação ser protocolado 03 (três) meses antes do término da autorização, observando os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial 1.095/2010, anexando relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos à redução do intervalo destinado ao repouso e a alimentação.

Considerando se tratar de fiscalização indireta, conforme disciplinado no art. 30, § 1º, do Decreto nº. 4.552/2002. Concede-se o prazo de 30 (trinta) dias para a Requerente retirar os documentos apresentados nos autos em epígrafe, sob pena de destruição.

A presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes na mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho.

CLEY CAPISTRANO MAIA DE LIMA

Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

SUPERINTENDÊNCIA DE AERONAVEGABILIDADE

PORTARIA Nº 1.007, DE 26 DE MARÇO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE AERONAVEGABILIDADE SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 35, inciso III, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 21 da Instrução Normativa nº 15, de 20 de novembro de 2008, e considerando o que consta do processo nº 00066.036675/2016-06, resolve:

Art. 1º Revogar a Instrução Suplementar IS nº 120-079, Revisão A (IS nº 120-079A), intitulada "Sistema de Análise e Supervisão Continuada".

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor em 60 (sessenta) dias, a partir da data de sua publicação.

HÉLIO TARQUINIO JUNIOR

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DAS UNIDADES REGIONAIS

GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DE PORTOS E INSTALAÇÕES PORTUÁRIAS

DESPACHO DE 27 DE MARÇO DE 2018

Nº 21 - Processo nº 50300.003183/2017-65. Fiscalizada: PASA - PARANÁ OPERAÇÕES PORTUÁRIAS S.A., CNPJ nº 02.725.300/0001-63. Objeto e Fundamento Legal: Por conhecer o recurso apresentado, uma vez que tempestivo, para no mérito negar-lhe provimento, mantendo a penalidade de multa no valor de R$ 16.750,00 (dezesseis mil e setecentos e cinquenta reais), pela prática da infração tipificada no inciso I do art. 32 da Resolução nº 3.274/2014-ANTAQ.

NEIRIMAR GOMES DE BRITO
Gerente

2.2 Pela procedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46201.003141/2015-11	206764251	Servipa Serviços Gerais Ltda.	AL
2	46214.001309/2015-05	206104341	Servi San Vigilância e Transporte de Valores Ltda.	PI
3	46214.001316/2015-07	206106173	Servi San Ltda.	PI

O Coordenador-Geral de Recursos da Secretaria de Inspeção do Trabalho/MTE, no uso de sua competência, prevista no art. 32 inciso "c" e "d", Anexo IX, da Portaria nº 1153, com amparo no art. 50, §1º, da Lei 9.784/99, decidiu o processo de interdição no seguinte termo:

Negando provimento, mantendo a decisão que decretou a interdição

Nº	PROCESSO	Termo de Interdição	EMPRESA	UF
1	46224.001021/2018-56	407020/2018.03.05.01	Estado da Paraiba (Secretaria de Estado da Segurança e da Defesa Social - Instituto de Polícia Científica da Paraíba	PB

FELIPE PÓVOA ARAÚJO

DESPACHO DE 27 DE MARÇO DE 2018

Nº 22 - Processo nº 50300.003174/2017-74. Fiscalizada: CENTRO SUL SERVIÇOS MARÍTIMOS LTDA., CNPJ nº 81.072.399/0002-07. Objeto e Fundamento Legal: Por conhecer o recurso apresentado, uma vez que tempestivo, para no mérito negar-lhe provimento, mantendo a penalidade de multa no valor de R$ 10.627,00 (dez mil seiscentos e vinte e sete reais), pela prática da infração tipificada no inciso I do art. 32 da Resolução nº 3.274/2014-ANTAQ.

NEIRIMAR GOMES DE BRITO
Gerente

EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - CSAT

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ATA Nº 1 DA REUNIÃO ORDINÁRIA RESERVADA REALIZADA EM 18 DE JANEIRO DE 2018

Aos dezoito dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezoito, às treze horas, na Sede Social da Empresa, na Estrada Parque Aeroporto, Setor de Concessionárias e Locadoras, Lote 5, Edifício Sede, em Brasília - DF, realizou-se reunião ordinária reservada do Conselho de Administração da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero (CNPJ/MF nº 00.352.294/0001-10; NIRE nº 53500000356), sob a presidência de Luiz Gylvan Meira Filho, encontrando-se presentes os Conselheiros Antônio Claret de Oliveira, Antonio Herminio Nascimento da Silva, João Manoel da Cruz Simões e Rodrigo Silva Gonçalves; e, por meio eletrônico, em conformidade com o § 4º do art. 18 do Estatuto Social da INFRAERO, participou o Conselheiro Carlos Vuyk de Aquino. O Conselho de Administração aprovou a Destituição e Designação de membros da Diretoria Executiva - Voto nº 001/PRESI/2018-R, como abaixo:

Considerando:

- a reestruturação da Diretoria Executiva aprovada pelo Conselho de Administração em 20.12.2017; e

- a proposta de alteração do Estatuto Social da INFRAERO contemplando a redução do número de Diretorias de 07 para 04,

submeto à apreciação deste Conselho:

a) a destituição do Sr. Weber Ciloni do cargo de Diretor;

b) a designação dos Diretores para as novas Diretorias como abaixo:

- Ângelo Luiz Moreira Grossi para a Diretoria de Planejamento e Finanças;

- Eduardo Roberto Stuckert Neto para a Diretoria de Serviços e Suporte Jurídico;

- João Márcio Jordão para a Diretoria de Operações e de Serviços Técnicos; e

- Marx Martins Marsicano Rodrigues para a Diretoria de Negócios Comerciais;

que a presente proposta seja efetivada após a aprovação do Estatuto Social pela Assembleia Geral do dia 30.01.2018.".

Nada mais havendo a tratar, o Presidente do Conselho de Administração deu por encerrada a reunião, da qual eu, ass.) Regina Maria Santos Rodrigues, Secretária, lavrei a presente Ata, que vai assinada pelos Conselheiros. Ass.) Luiz Gylvan Meira Filho, Antônio Claret de Oliveira, Antonio Herminio Nascimento da Silva, Carlos Vuyk de Aquino, João Manoel da Cruz Simões e Rodrigo Silva Gonçalves. ESTE DOCUMENTO É PARTE TRANSCRITA DO ORIGINAL LAVRADO EM LIVRO PRÓPRIO (Livro nº 015, páginas nº 002 a 017)."

Luiz Gylvan Meira Filho
Presidente do Conselho de Administração
Junta Comercial do Distrito Federal

Certidão sob o nº 1023837, de 16/03/2018, Nire 53500000356 e protocolo 180315021, de 02/02/2018. Autenticação: EFEC78CE4DEB9C68DF76222DF1EACC3CD6522. Saulo Izidorio Vieira -Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jcdf.mdic.gov.br e informe nº do protocolo 18/031.502-1 e o código de segurança PaoT

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800183

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SECRETARIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRE E AQUAVIÁRIO

PORTARIA Nº 898, DE 21 DE MARÇO DE 2018

O SECRETÁRIO DA SECRETARIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRE E AQUAVIÁRIO DO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, PORTOS E AVIAÇÃO CIVIL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º da Portaria nº 684, de 21 de julho de 2017, e;

Considerando o determinado nos incisos I e II, do § 8º, do artigo 1º-A da Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001;

Considerando o disposto na Portaria nº 268, de 13 de dezembro de 2012, do Ministro de Estado dos Transportes, Portos e Aviação Civil, e

Considerando o despacho da Secretaria Nacional de Transportes Terrestre e Aquaviário do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, resolve:

Art. 1º Publicar a 1ª Alteração do Programa de Trabalho proposto pelo Estado de Sergipe para o exercício, referentes à aplicação dos recursos que lhe cabem, relativos à Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE, instituída pela Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, nos termos do respectivo processo administrativo, conforme discriminado no anexo desta Portaria.

Art. 2º Revogar o Anexo XXVI da Portaria nº 4.861, de 27 de dezembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União do dia 28 de dezembro de 2017, seção 1, página 248.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUCIANO DE SOUZA CASTRO

ANEXO

Unidade da Federação: SERGIPE
Processo nº 50000.0400013/2017-46
Referência: Março/2018

Relação de Empreendimentos
Programa de Conservação e Manutenção da Rede Estadual de Rodovias

Descrição	Extensão (km)	Custo (R$1,00)
Serviços de conservação e manutenção preventiva e corretiva de revestimento asfáltico (tapa buraco ou remendo profundo) com CBUQ	1.600	10.567.620.83
Serviços de melhoramento e manutenção de sinalização horizontal, vertical e dispositivos de segurança viária na malha rodoviária estadual	1.600	6.000.064.43
	TOTAL	16.567.685.26

Programa de Implantação de Rodovias da Rede Estadual

Descrição	Extensão (km)	Custo (R$1,00)
- Implantação de rodovia interligando o Povoado Cruz das Graças à rodovia SE-175 (estaca 356 a estaca 540+7,53) no município de Nossa Senhora Aparecida variante da rodovia SE-100, trecho: Povoado Porto N'angola/entroncamento SE-100 (acesso à Praia Do Saco) - extensão: 3,69 km - Implantação da rodovia SE-170, Trecho: SE-200 / Povoado Carro Quebrado / Povoado Escurial - extensão: 13,40 km	17,09	15.248.480,67

Cronograma Financeiro

Descrição	Trimestre				Total (R$ 1,00)
	1º	2º	3º	4º	
Conservação e Manutenção	4.141.921,32	4.141.921,32	4.141.921,32	4.141.921,30	16.567.685,26
Implantação de Rodovias	3.812.120,17	3.812.120,17	3.812.120,17	3.812.120,16	15.248.480,67
TOTAL	7.954.041,49	7.954.041,49	7.954.041,49	7.954.041,46	31.816.165,93

Ministério Extraordinário da Segurança Pública

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

DIRETORIA EXECUTIVA

COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS

ALVARÁ Nº 1.318, DE 5 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/86994 - DPF/BRA/BA, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa DOMINIO EMPRESA DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 06.987.205/0001-99, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar na Bahia, com Certificado de Segurança nº 327/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 1.336, DE 5 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/15420 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ASSOCIACAO RESIDENCIAL ALPHAVILLE 02, CNPJ nº 49.721.830/0001-05 para atuar em São Paulo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 1.486, DE 13 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/6341 - DELESP/DREX/SR/DPF/SE, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa BRAJUR SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA EPP, CNPJ nº 23.934.050/0001-41, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Sergipe, com Certificado de Segurança nº 557/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 1.533, DE 14 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/3548 - DPF/RPO/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa RIBER-ÁGUIAS VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 04.793.282/0001-82, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 544/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 1.597, DE 16 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/17686 - DPF/PDE/SP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa SECVIG ACADEMIA DE VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 07.970.040/0001-05, sediada em São Paulo, para adquirir:

Da empresa cedente SECURITY SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 00.332.087/0007-90:

5 (cinco) Revólveres calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 1.623, DE 19 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/15571 - DELESP/DREX/SR/DPF/RS, resolve:

CONCEDER autorização à empresa STV - SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA., CNPJ nº 88.191.069/0001-90, sediada no Rio Grande do Sul, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

1760 (uma mil e setecentas e sessenta) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 1.625, DE 19 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/16077 - DELESP/DREX/SR/DPF/BA, resolve:

CONCEDER autorização à empresa RENAFORTE SERVIÇOS DE SEGURANCA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA, CNPJ nº 00.957.525/0001-10, sediada na Bahia, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

12 (doze) Espingardas calibre 12

24 (vinte e quatro) Revólveres calibre 38

469 (quatrocentas e sessenta e nove) Munições calibre 38

220 (duzentas e vinte) Munições calibre 12

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 1.659, DE 20 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/7653 - DELESP/DREX/SR/DPF/RJ, resolve:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800184

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa G4S VANGUARDA SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 47.190.129/0010-64, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Rio de Janeiro, com Certificado de Segurança nº 370/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 1.674, DE 20 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/18422 - DELESP/DREX/SR/DPF/BA, resolve:

CONCEDER autorização à empresa ACERTO ESCOLA DE SEGURANÇA TREINAMENTO DE DESENVOLVIMENTO LTDA, CNPJ nº 11.053.938/0001-96, sediada na Bahia, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

4000 (quatro mil) Munições calibre 12

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 1.677, DE 20 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/18863 - DELESP/DREX/SR/DPF/PE, resolve:

CONCEDER autorização à empresa MP SEGURANÇA PRIVADA EIRELI, CNPJ nº 09.310.232/0001-10, sediada em Pernambuco, para adquirir:

Da empresa cedente VITAL SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 05.648.031/0001-77:

12 (doze) Revólveres calibre 38

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

216 (duzentas e dezesseis) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 1.678, DE 20 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/18935 - DPF/VDC/BA, resolve:

CONCEDER autorização à empresa TBFORTE SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA., CNPJ nº 09.262.608/0015-64, sediada na Bahia, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

16 (dezesseis) Espingardas calibre 12

18 (dezoito) Revólveres calibre 38

324 (trezentas e vinte e quatro) Munições calibre 38

336 (trezentas e trinta e seis) Munições calibre 12

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 1.679, DE 20 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/19187 - DELESP/DREX/SR/DPF/GO, resolve:

CONCEDER autorização à empresa FEDERAL SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA, CNPJ nº 00.914.803/0001-51, sediada em Goiás, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

2 (duas) Espingardas calibre 12

4 (quatro) Revólveres calibre 38

35 (trinta e cinco) Munições calibre 12

50 (cinquenta) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 1.690, DE 20 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/4113 - DPF/CXS/RS, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa BENFORTE VIGILANCIA E SEGURANÇA EIRELI-ME, CNPJ nº 10.426.193/0001-09, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Rio Grande do Sul, com Certificado de Segurança nº 623/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 1.692, DE 20 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/8001 - DPF/PCA/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa WORLDWIDE SEGURANÇA EIRELI, CNPJ nº 16.815.585/0001-38, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 638/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 1.694, DE 20 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/13262 - DELESP/DREX/SR/DPF/GO, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SELF DEFENSE CENTRO DE FORMACAO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 37.652.195/0001-64, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar em Goiás, com Certificado de Segurança nº 630/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 1.695, DE 20 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/13456 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ROSSI SEGURANÇA PRIVADA LTDA EPP, CNPJ nº 26.065.171/0001-92, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 541/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 1.696, DE 20 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/13564 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa TASER SEGURANCA PRIVADA LTDA EPP, CNPJ nº 10.930.976/0001-17, sediada em São Paulo, para adquirir:

Da empresa cedente TECNOSAFE SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 03.350.465/0001-60:

2 (dois) Revólveres calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 1.708, DE 21 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/95452 - DELESP/DREX/SR/DPF/PE, resolve:

CONCEDER autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa ARCO VIGILÂNCIA LTDA - EPP, CNPJ nº 28.419.619/0001-54, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Pernambuco, com Certificado de Segurança nº 2815/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 1.711, DE 21 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/4571 - DELESP/DREX/SR/DPF/AL, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SCOLTT SEGURANÇA DE VALORES LTDA, CNPJ nº 11.866.801/0001-50, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar em Alagoas, com Certificado de Segurança nº 640/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 1.714, DE 21 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/7982 - DPF/NIG/RJ, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa RIOFORTE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 17.324.127/0001-69, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Rio de Janeiro, com Certificado de Segurança nº 635/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 1.718, DE 21 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/12383 - DELESP/DREX/SR/DPF/BA, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CETAF CENTRO TARGET DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 03.114.722/0001-65, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar na Bahia, com Certificado de Segurança nº 498/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 1.744, DE 22 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/99221 - DELESP/DREX/SR/DPF/PE, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa REPRIMIR SEGURANÇA PATRIMONIAL EIRELI, CNPJ nº 13.617.602/0001-34, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Pernambuco, com Certificado de Segurança nº 661/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800185

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério Público da União

ATOS DA PROCURADORA-GERAL DA REPÚBLICA

PORTARIA N° 22, DE 8 DE MARÇO DE 2018

Regulamenta no âmbito do Ministério Público da União a posse da candidata em gozo de licença maternidade.

A PROCURADORA-GERAL DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 26 - inciso VIII da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 1.00.000.013221/2016-68, resolve:

Art. 1º O Ministério Público da União buscará garantir os direitos fundamentais à igualdade de gênero, assegurando de imediato todos os benefícios de um novo cargo e respeitando os direitos sociais relativos à proteção à maternidade, à criança e à família.

Art. 2º A candidata nomeada a cargo constante do quadro do Ministério Público da União que seja servidora pública federal, à época da nomeação, e que esteja em gozo de licença maternidade poderá tomar posse observada as seguintes opções:

I- No prazo de 30 dias contados da publicação do ato de provimento, nos termos do § 1º do art. 13 da Lei nº 8.112/1990; ou

II- No prazo de 30 dias após o término do período de licença maternidade ou da prorrogação, nos termos do § 2º do art. 13 da Lei nº 8.112/1990;

Art. 3º O disposto no artigo 2º - inciso I se aplica também a candidata oriunda da esfera Estadual, Distrital e Municipal quando previsto no regime jurídico pelo órgão de origem.

Art. 4º As candidatas nomeadas para cargo constante do quadro do Ministério Público da União que, à época da nomeação, não possuam vínculo com a Administração Pública, mas que estejam em gozo de licença maternidade, deverão tomar posse no prazo estabelecido pelo § 1º do art. 13 da Lei nº 8.112/1990, quando lhe será resguardado o direito da continuidade da referida licença e prorrogação.

Art. 5º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

PROCURADORIA-GERAL

CONSELHO SUPERIOR

RETIFICAÇÃO

Na estatística do mês de dezembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 18/01/2018, pág. 73, onde se lê:
(...)

Sandra Lia Símon	0	2	1	1	0	0	0	0

(...)

TOTAIS	17	7	17	7	2	0	1	1

Leia-se:
(...)

Sandra Lia Símon	0	3	1	2	0	0	0	0

(...)

TOTAIS	17	8	17	8	2	0	1	1

MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR

PROCURADORIA-GERAL DA JUSTIÇA MILITAR

DECISÃO DE 20 DE MARÇO DE 2018

NOTÍCIA DE FATO 35-37.2017.1601
EMENTA. PERCEPÇÃO DE AUXÍLIO-TRANSPORTE EM VALOR MAIOR QUE O DEVIDO. AVENTADA PRÁTICA DE ESTELIONATO. FALTA DE ATUALIZAÇÃO CADASTRAL. SOLUÇÃO NA ESFERA ADMINISTRATIVA. REPARAÇÃO MEDIANTE DESCONTO EM FOLHA. PUNIÇÕES DISCIPLINARES APLICADAS. PRINCÍPIO DA INTERVENÇÃO MÍNIMA. ARQUIVAMENTO.

Suposta prática de estelionato por militares que perceberam auxílio-transporte em valor maior que o devido. Arquivamento do feito promovido em primeiro grau em razão da insignificância dos valores e diante de sua restituição pelos investigados. Manifestação não homologada pela CCR. Falta de atualização dos dados residenciais que subsidiam o cálculo do auxílio-transporte. Efetiva mudança de endereço. Apuração dos fatos na esfera administrativa, sendo considerados faltas disciplinares graves. Implementação de desconto em folha para a reparação do dano. Princípio da intervenção mínima. Arquivamento determinado pelo PGJM.

JAIME DE CASSIO MIRANDA
Procurador-Geral de Justiça Militar

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

COORDENADORIAS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL

PORTARIA Nº 14, DE 26 DE MARÇO DE 2018

O Promotor de Justiça do Distrito Federal e Territórios em exercício na 4ª PRODEP, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Complementar nº 75/93, resolve:

Instaurar o Inquérito Civil Público, registrado no SISPROWEB sob nº 08190.030515/18-68, que tem como interessados: TCDF - TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL e MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL, para apurar a ocorrência de improbidade administrativa em virtude do efetivo pagamento dos valores referentes a auxílio-moradia, de forma retroativa, de outubro de 2009 a setembro de 2013, pelo Tribunal de Contas do DF, aos seus Membros e aos Procuradores do MpjTCDF, com possível desrespeito à decisão do Supremo Tribunal Federal no MS nº 34.260 e à decisão do Conselho Nacional de Justiça de suspensão do pagamento retroativo de tal vantagem.

ALEXANDRE FERNANDES GONÇALVES

Tribunal de Contas da União

SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 12, DE 26 DE MARÇO DE 2018

Autoriza a descentralização externa de créditos orçamentários e repasse de recursos financeiros para o Ministério das Relações Exteriores.

O SECRETÁRIO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso da competência que lhe é delegada pelo art. 1º, inciso I, alínea "d", da PortariaTCU nº 1, de 2 de janeiro de 2017, e considerando as informações constantes do processo nº TC - 010.235/2018-3, resolve:

Art. 1º Fica autorizado, na forma do Anexo Único desta portaria, a descentralização externa de créditos e o repasse de recursos financeiros, para o Ministério das Relações Exteriores - MRE, Unidade Orçamentária 35101, destinada à UG 240005, Gestão 00001, no valor estimado de R$ 1.050,00 (hum mil e cinquenta reais), equivalentes a 300,00 (trezentos dólares), com a cotação do dólar estimada a R$ 3,50 (três reais e cinquenta centavos), referente ao dispêndio com a contratação de intérprete para atender ao Ministro Vital do Rêgo, durante a participação de Sua Excelência no 5º Encontro Anual do Grupo de Trabalho de Modernização Financeira e Reforma Regulatória (WG FMRR) da Intosai, no período de 28 a 30 de março de 2018, em Pequim na China.

Art. 2º Os saldos dos créditos orçamentários descentralizados e dos recursos financeiros repassados ao Ministério das Relações Exteriores - MRE não comprometidos até 31 de dezembro de 2018 deverão ser devolvidos ao Tribunal de Contas da União em data anterior àquela anualmente estabelecida pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) para encerramento do exercício financeiro.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ROBERTO CAIXETA

ANEXO ÚNICO

Grupo Natureza de Despesa: Outras Despesas Correntes

Atividade	Natureza de Despesa	Descrição	Valor (R$)
01.032.0550.4018.0001 (PO 0000) Fiscalização da Aplicação dos Recursos Públicos Federais	3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	1.050,00
Total			1.050,00

Poder Judiciário

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

RESOLUÇÃO Nº 480, DE 26 DE MARÇO DE 2018

Dispõe sobre a abertura de créditos adicionais suplementares em favor da Justiça Federal.

A PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, usando das atribuições que lhe confere o inciso II do § 1º do art. 45 da Lei n. 13.473, de 8 de agosto de 2017, e tendo em vista a autorização contida no inciso II, alínea "a", item "1", do art. 4º da Lei n. 13.587, de 02 de janeiro de 2018, e os procedimentos estabelecidos na Portaria n. 487/SOF/MP, datada do dia 15 subsequente, ad referendum, resolve:

Art. 1º Abrir ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor da Justiça Federal, créditos adicionais suplementares, no valor global de R$ 586.800,00 (quinhentos e oitenta e seis mil e oitocentos reais), para atender às programações do Anexo I desta resolução.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão da anulação parcial de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II desta resolução.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Min. LAURITA VAZ

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal
UNIDADE: 12102 - Tribunal Regional Federal da 1a. Região

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0569		Prestação Jurisdicional na Justiça Federal							116.325
		Atividades							
02 301	0569 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							116.325
02 301	0569 2004 6012	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Na 1ª Região da Justiça Federal - AC, AM, AP, BA, DF, GO, MA, MG, MT, PA, PI, RO, RR, TO							116.325
			S	3	1	90	0	100	116.325
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									116.325
TOTAL - GERAL									116.325

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal
UNIDADE: 12103 - Tribunal Regional Federal da 2a. Região

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0569		Prestação Jurisdicional na Justiça Federal							121.500
		Atividades							
02 301	0569 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							121.500
02 301	0569 2004 6013	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Na 2ª Região da Justiça Federal - ES, RJ							121.500
			S	3	1	90	0	100	121.500
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									121.500
TOTAL - GERAL									121.500

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal
UNIDADE: 12104 - Tribunal Regional Federal da 3a. Região

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0569		Prestação Jurisdicional na Justiça Federal							183.825
		Atividades							
02 301	0569 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							183.825
02 301	0569 2004 6014	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Na 3ª Região da Justiça Federal - MS, SP							183.825
			S	3	1	90	0	100	183.825
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									183.825
TOTAL - GERAL									183.825

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal
UNIDADE: 12105 - Tribunal Regional Federal da 4a. Região

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0569		Prestação Jurisdicional na Justiça Federal							100.350
		Atividades							
02 301	0569 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							100.350

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800187

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

02 301	0569 2004 6015	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Na 4ª Região da Justiça Federal - PR, RS, SC	S	3	1	90	0	100	100.350
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									100.350
TOTAL - GERAL									100.350

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal
UNIDADE: 12106 - Tribunal Regional Federal da 5a. Região
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0569		Prestação Jurisdicional na Justiça Federal							64.800
		Atividades							
02 301	0569 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							64.800
02 301	0569 2004 6016	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Na 5ª Região da Justiça Federal - AL, CE, PB, PE, RN, SE	S	3	1	90	0	100	64.800
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									64.800
TOTAL - GERAL									64.800

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal
UNIDADE: 12101 - Justiça Federal de Primeiro Grau
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0569		Prestação Jurisdicional na Justiça Federal							586.800
		Atividades							
02 301	0569 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							586.800
02 301	0569 2004 0001	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional	S	3	1	90	0	100	586.800
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									586.800
TOTAL - GERAL									586.800

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

ATO CONJUNTO Nº 10, DE 27 DE MARÇO DE 2018

Estabelece, no âmbito da Justiça do Trabalho, os limites de pagamento de despesas primárias a serem observados no exercício de 2018 e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO E DO CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

Considerando o disposto na Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016, que incluiu os arts. 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113 e 114 no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias,

Considerando o art. 4º da Lei Orçamentária Anual - LOA, Lei n.º 13.587, de 2 de janeiro de 2018,

Considerando os termos do item 9.1 do Acórdão n.º 2779/2017 do Tribunal de Contas da União - TCU - Plenário, resolve:

Art. 1º Divulgar o limite de pagamentos de despesas primárias, no exercício de 2018, correspondente à dotação inicial aprovada na LOA para cada Unidade Orçamentária no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, na forma do Anexo Único.

§ 1º O remanejamento de dotações orçamentárias entre unidades, após o processamento das alterações no SIAFI, implicará a atualização dos limites constantes do Anexo, promovendo-se a ampliação do limite da unidade suplementada e a redução correspondente da cancelada.

§ 2º Para fins de apuração de limite de pagamentos, considerar-se-á, também, os restos a pagar pagos no exercício.

Art. 2º Estabelecer, para o exercício de 2018, meta de redução de despesas primárias, preferencialmente as de caráter continuado, no percentual de 2,5% (dois e meio por cento), independentemente dos limites de que trata este Ato.

§ 1º Os órgãos deverão observar na implantação da medida a diretriz de menor comprometimento de suas capacidades operacionais de funcionamento.

§ 2º A redução de que trata o caput tem como base o orçamento aprovado (dotação inicial).

§ 3º A observância do cumprimento da meta prevista no caput, no âmbito da Justiça do Trabalho de 1º e 2º graus, será objeto das auditorias ordinárias do CSJT.

§ 4º Na execução orçamentária de 2018, deverão ser priorizados investimentos e inversões financeiras, GNDs 4 e 5, sobretudo aqueles que possibilitem a redução de despesas correntes.

Art. 3º Fixar como data limite no exercício de 2018 para emissão de empenho o dia 19 de dezembro.

Parágrafo único. A restrição prevista no caput não se aplica às despesas que caracterizem obrigações constitucionais ou legais da União, relacionadas na Seção I do Anexo III da Lei n.º 13.473, de 8 de agosto de 2017 - LDO 2018.

Art. 4º Fixar como data limite para emissão de ordem bancária no exercício de 2018 o dia 28 de dezembro.

Art. 5º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Min. JOÃO BATISTA BRITO PEREIRA

ANEXO

DESPESAS PRIMÁRIAS DO EXERCÍCIO DE 2018

	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	LIMITE DE PAGAMENTOS	META DE REDUÇÃO DE PAGAMENTOS
15101	TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO	1.422.943.099	35.573.577
15102	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1A. REGIAO	2.006.849.903	50.171.248

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800188

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

15103	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2A. REGIAO	2.313.581.944	57.839.549
15104	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3A. REGIAO	1.653.970.777	41.349.269
15105	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4A. REGIAO	1.492.929.415	37.323.235
15106	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5A. REGIAO	1.032.876.439	25.821.911
15107	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6A. REGIAO	722.872.167	18.071.804
15108	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7A. REGIAO	372.617.062	9.315.427
15109	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8A. REGIAO	544.468.925	13.611.723
15110	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9A. REGIAO	956.710.777	23.917.769
15111	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10A. REGIAO	539.032.753	13.475.819
15112	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11A. REGIAO	413.315.529	10.332.888
15113	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12A. REGIAO	666.488.689	16.662.217
15114	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13A. REGIAO	390.575.839	9.764.396
15115	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14A. REGIAO	302.689.743	7.567.244
15116	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15A. REGIAO	1.470.930.626	36.773.266
15117	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16A. REGIAO	194.708.989	4.867.725
15118	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 17A. REGIAO	291.542.331	7.288.558
15119	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18A. REGIAO	437.810.406	10.945.260
15120	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19A. REGIAO	201.387.450	5.034.686
15121	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 20A. REGIAO	162.499.098	4.062.477
15122	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 21A. REGIAO	243.685.020	6.092.126
15123	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22A. REGIAO	136.724.368	3.418.109
15124	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23A. REGIAO	275.023.888	6.875.597
15125	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24A. REGIAO	210.233.904	5.255.848
15126	CONSELHO SUPERIOR DA JUSTICA DO TRABALHO	246.077.961	6.151.949

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM

RESOLUÇÃO Nº 571, DE 21 DE MARÇO DE 2018

Autoriza o Enfermeiro do Trabalho preencher, emitir e assinar Laudo de Monitorização Biológica, previsto no Perfil Profissiográfico Previdenciário-PPP.

O Conselho Federal de Enfermagem (Cofen), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 5.905, de 12 de julho de 1973, e pelo Regimento da Autarquia, aprovado pela Resolução Cofen nº 421, de 15 de fevereiro de 2012.

CONSIDERANDO a Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, e o Decreto nº 94.406, de 08 de junho de 1987, que regulamentam o exercício da Enfermagem no país;

CONSIDERANDO o Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem, aprovado pela Resolução Cofen nº 564, de 6 de novembro de 2017;

CONSIDERANDO a Resolução Cofen nº 358/2009, que dispõe sobre a Sistematização da Assistência de Enfermagem;

CONSIDERANDO a Resolução Cofen nº 389/2011, que atualiza, no âmbito do Sistema Cofen/Conselhos Regionais de Enfermagem, os procedimentos para registro de título de pós-graduação lato e stricto sensu concedido a Enfermeiros e lista as especialidades;

CONSIDERANDO a Resolução Cofen nº 509/2016, que normatiza as condições para Anotação de Responsabilidade Técnica pelo Serviço de Enfermagem e define as atribuições do Enfermeiro Responsável Técnico;

CONSIDERANDO o Decreto nº 7.602 de 07/11/2012, publicado no D.O.U. 08/11/2011 - Seção 1, que dispõe sobre a Política Nacional de Segurança e Saúde do Trabalho - PNSST

CONSIDERANDO a Portaria nº 1.823, de 23/08/2012, publicada no D.O.U. 24/08/2012, que institui a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora.

CONSIDERANDO a Portaria nº 3.214, de 8 de junho de 1978, que aprova as Normas Regulamentadoras -NR - do Capítulo V, Título II, da Consolidação das Leis do Trabalho relativas à Segurança e Medicina do Trabalho;

CONSIDERANDO o § 1º, do art. 148 da Instrução Normativa INSS/DC 95/2003, que institui o PPP;

CONSIDERANDO a Instrução Normativa INSS/PRES n° 85, de 18 de fevereiro de 2016, publicada no D.O.U. de 19/02/2016, em seu art. 2º, anexo I, itens 17 e 18, os quais versam sobre Resultados de Monitorização Biológica; e

CONSIDERANDO a deliberação do Plenário do Conselho Federal de Enfermagem em sua 498ª Reunião Ordinária e tudo mais que consta dos autos do Processo Administrativo Cofen nº 452/2018; resolve:

Art.1º Fica autorizado ao Enfermeiro do Trabalho, inscrito, reconhecido e registrado como especialista no respectivo Conselho Regional de Enfermagem, preencher, emitir e assinar o Laudo de Monitorização Biológica, previsto no Perfil Profissiográfico Previdenciário-PPP.

Art. 2º O Perfil Profissiográfico Previdenciário-PPP deve ser preenchido pelas empresas que exercem atividades que exponham seus empregados a agentes nocivos químicos, físicos, biológicos ou associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física nos termos definidos pela legislação vigente.

Art. 3º O Enfermeiro do Trabalho, para dar cumprimento a esta Resolução, poderá preencher todos os campos relativos ao Anexo I, itens 17 e 18, da IN INSS/PRES n° 85, de 18/02/2016, DOU de 19/02/2016, referentes a exames médicos obrigatórios, clínicos e complementares, realizados para o trabalhador, como responsável pela Monitoração Biológica, constante no PPP.

Art. 4º Para respaldo ético e profissional da conduta e decisão adotada, estará o Enfermeiro obrigado a manter Registros no prontuário do trabalhador, assegurando a realização da Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE).

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário, especialmente a Resolução Cofen 289/2004.

MANOEL CARLOS N. DA SILVA
Presidente do Conselho

VENCELAU J. DA C. PANTOJA
2º Secretário

CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL

ACÓRDÃO Nº 670, DE 27 DE MARÇO DE 2018

Os Conselheiros do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, reunidos na 282ª Reunião Plenária Ordinária, no uso de suas atribuições e disposições regulamentares conferidas pela Lei nº 6.316, de 17 de dezembro de 1975, e pela Resolução nº 181, de 25 de novembro de 1997, ACORDAM em aprovar por unanimidade a dilação do prazo para implantação do REFIS no Crefito-6 até o dia 31 de março de 2018.

Quórum: DR. ROBERTO MATTAR CEPEDA - Presidente do COFFITO; DRA. PATRICIA LUCIANE SANTOS DE LIMA - Vice-Presidente do COFFITO; DR. CÁSSIO FERNANDO OLIVEIRA DA SILVA - Diretor-Secretário do COFFITO; DR. WILEN HEIL E SILVA - Diretor-Tesoureiro do COFFITO; DRA. LUZIANA CARVALHO DE ALBUQUERQUE MARANHÃO - Conselheira Efetiva; DR. MARCELO RENATO MASSAHUD JR. - Conselheiro Efetivo; DRA. ANA RITA COSTA DE SOUZA LOBO - Conselheira Efetiva e DRA. PATRICIA ROSSAFA BRANCO - Conselheira Efetiva.

CÁSSIO FERNANDO OLIVEIRA DA SILVA
Diretor-Secretário

ROBERTO MATTAR CEPEDA
Presidente do Conselho

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800189

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

2ª TURMA

ACÓRDÃOS

Acórdão nº 175 de 18 de novembro de 2016 - 2T. PA CFMV nº 4402/2016. Origem: CRMV-SP. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. Nordman W. B. de Carvalho Filho.

Acórdão nº 97 de 21 de setembro de 2017 - 2T. PA CFMV nº 1850/2017. Origem: CRMV-GO. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e dar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. Nordman W. B. de Carvalho Filho.

Acórdão nº 109 de 22 de setembro de 2017 - 2T. PA CFMV nº 7095/2016. Origem: CRMV-SP. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Zoot. Adeilton Ricardo da Silva.

Acórdão nº 110 de 22 de setembro de 2017 - 2T. PA CFMV nº 7087/2016. Origem: CRMV-SP. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Zoot. Adeilton Ricardo da Silva.

Acórdão nº 112 de 21 de setembro de 2017 - 2T. PA CFMV nº 2581/2017. Origem: CRMV-RS. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e dar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. Nordman W. B. de Carvalho Filho.

Acórdão nº 113 de 21 de setembro de 2017 - 2T. PA CFMV nº 2441/2017. Origem: CRMV-GO. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e dar-lhe provimento parcial, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. Nordman W. B. de Carvalho Filho.

Acórdão nº 119 de 18 de outubro de 2017 - 2T. PA CFMV nº 2914/2017. Origem: CRMV-SC. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. Claudio Regis Depes.

Acórdão nº 123 de 18 de outubro de 2017 - 2T. PA CFMV nº 3302/2017. Origem: CRMV-RS. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Zoot. Adeilton Ricardo da Silva.

Acórdão nº 127 de 18 de outubro de 2017 - 2T. PA CFMV nº 3412/2017. Origem: CRMV-BA. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. Nordman W. B. de Carvalho Filho.

Acórdão nº 128 de 18 de outubro de 2017 - 2T. PA CFMV nº 3374/2017. Origem: CRMV-RS. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. Nordman W. B. de Carvalho Filho.

Acórdão nº 145 de 18 de outubro de 2017 - 2T. PA CFMV nº 0724/2017. Origem: CRMV-PB. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Zoot. Adeilton Ricardo da Silva.

Acórdão nº 159 de 28 de novembro de 2017 - 2T. PA CFMV nº 4209/2017. Origem: CRMV-RS. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e dar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Zoot. Adeilton Ricardo da Silva.

Acórdão nº 160 de 27 de novembro de 2017 - 2T. PA CFMV nº 4203/2017. Origem: CRMV-RS. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e dar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Zoot. Adeilton Ricardo da Silva.

Acórdão nº 161 de 27 de novembro de 2017 - 2T. PA CFMV nº 3621/2017. Origem: CRMV-SP. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Zoot. Adeilton Ricardo da Silva.

Acórdão nº 162 de 27 de novembro de 2017 - 2T. PA CFMV nº 4163/2017. Origem: CRMV-BA. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Zoot. Adeilton Ricardo da Silva.

Acórdão nº 163 de 28 de novembro de 2017 - 2T. PA CFMV nº 4385/2017. Origem: CRMV-RS. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e dar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Zoot. Adeilton Ricardo da Silva.

Acórdão nº 164 de 29 de novembro de 2017 - 2T. PA CFMV nº 4510/2017. Origem: CRMV-RJ. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e dar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Zoot. Adeilton Ricardo da Silva.

Acórdão nº 165 de 29 de novembro de 2017 - 2T. PA CFMV nº 4744/2017. Origem: CRMV-GO. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Zoot. Adeilton Ricardo da Silva.

Acórdão nº 166 de 29 de novembro de 2017 - 2T. PA CFMV nº 4509/2017. Origem: CRMV-RJ. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Zoot. Adeilton Ricardo da Silva.

Acórdão nº 167 de 27 de novembro de 2017 - 2T. PA CFMV nº 5652/2016. Origem: CRMV-PR. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Zoot. Adeilton Ricardo da Silva.

Acórdão nº 168 de 29 de novembro de 2017 - 2T. PA CFMV nº 4511/2017. Origem: CRMV-RJ. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Zoot. Adeilton Ricardo da Silva.

Acórdão nº 169 de 29 de novembro de 2017 - 2T. PA CFMV nº 4512/2017. Origem: CRMV-RS. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Zoot. Adeilton Ricardo da Silva.

Acórdão nº 170 de 29 de novembro de 2017 - 2T. PA CFMV nº 4654/2017. Origem: CRMV-RJ. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Zoot. Adeilton Ricardo da Silva.

Acórdão nº 171 de 28 de novembro de 2017 - 2T. PA CFMV nº 4382/2017. Origem: CRMV-RS. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e dar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Zoot. Adeilton Ricardo da Silva.

Acórdão nº 172 de 27 de novembro de 2017 - 2T. PA CFMV nº 3345/2017. Origem: CRMV-PR. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Zoot. Adeilton Ricardo da Silva.

Acórdão nº 173 de 28 de novembro de 2017 - 2T. PA CFMV nº 5594/2017. Origem: CRMV-RR. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. Nordman W. B. de Carvalho Filho.

Acórdão nº 174 de 29 de novembro de 2017 - 2T. PA CFMV nº 6234/2017. Origem: CRMV-MS. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. Nordman W. B. de Carvalho Filho.

Acórdão nº 175 de 29 de novembro de 2017 - 2T. PA CFMV nº 6102/2017. Origem: CRMV-RS. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. Nordman W. B. de Carvalho Filho.

Acórdão nº 176 de 28 de novembro de 2017 - 2T. PA CFMV nº 6101/2017. Origem: CRMV-SC. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. Nordman W. B. de Carvalho Filho.

Acórdão nº 177 de 28 de novembro de 2017 - 2T. PA CFMV nº 6009/2017. Origem: CRMV-RJ. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e dar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. Nordman W. B. de Carvalho Filho.

Acórdão nº 178 de 28 de novembro de 2017 - 2T. PA CFMV nº 5802/2017. Origem: CRMV-BA. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. Nordman W. B. de Carvalho Filho.

Acórdão nº 179 de 28 de novembro de 2017 - 2T. PA CFMV nº 5801/2017. Origem: CRMV-CE. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e dar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. Nordman W. B. de Carvalho Filho.

Acórdão nº 180 de 28 de novembro de 2017 - 2T. PA CFMV nº 4540/2017. Origem: CRMV-RS. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e dar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. Nordman W. B. de Carvalho Filho.

Acórdão nº 181 de 28 de novembro de 2017 - 2T. PA CFMV nº 4505/2017. Origem: CRMV-RJ. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. Nordman W. B. de Carvalho Filho.

Acórdão nº 182 de 28 de novembro de 2017 - 2T. PA CFMV nº 4495/2017. Origem: CRMV-RS. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. Nordman W. B. de Carvalho Filho.

Acórdão nº 183 de 28 de novembro de 2017 - 2T. PA CFMV nº 4494/2017. Origem: CRMV-RS. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e dar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. Nordman W. B. de Carvalho Filho.

Acórdão nº 184 de 28 de novembro de 2017 - 2T. PA CFMV nº 4493/2017. Origem: CRMV-RS. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. Nordman W. B. de Carvalho Filho.

Acórdão nº 185 de 28 de novembro de 2017 - 2T. PA CFMV nº 4539/2017. Origem: CRMV-RS. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e dar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. Nordman W. B. de Carvalho Filho.

Acórdão nº 186 de 28 de novembro de 2017 - 2T. PA CFMV nº 4485/2017. Origem: CRMV-RS. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e dar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. Nordman W. B. de Carvalho Filho.

Acórdão nº 187 de 28 de novembro de 2017 - 2T. PA CFMV nº 4491/2017. Origem: CRMV-RS. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e dar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. Nordman W. B. de Carvalho Filho.

Acórdão nº 188 de 28 de novembro de 2017 - 2T. PA CFMV nº 4492/2017. Origem: CRMV-RS. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e dar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. Nordman W. B. de Carvalho Filho.

Acórdão nº 189 de 27 de novembro de 2017 - 2T. PA CFMV nº 4407/2016. Origem: CRMV-SP. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e dar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. Nordman W. B. de Carvalho Filho.

Acórdão nº 190 de 27 de novembro de 2017 - 2T. PA CFMV nº 0624/2017. Origem: CRMV-BA. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e dar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. Nordman W. B. de Carvalho Filho.

Acórdão nº 191 de 27 de novembro de 2017 - 2T. PA CFMV nº 4164/2017. Origem: CRMV-GO. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e dar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. Nordman W. B. de Carvalho Filho.

Acórdão nº 192 de 27 de novembro de 2017 - 2T. PA CFMV nº 3817/2016. Origem: CRMV-SP. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e dar-lhe provimento parcial, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. Nordman W. B. de Carvalho Filho.

Acórdão nº 193 de 29 de novembro de 2017 - 2T. PA CFMV nº 6202/2016. Origem: CRMV-RS. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. Nordman W. B. de Carvalho Filho.

Acórdão nº 194 de 28 de novembro de 2017 - 2T. PA CFMV nº 4214/2017. Origem: CRMV-RS. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e dar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. Nordman W. B. de Carvalho Filho.

Acórdão nº 195 de 28 de novembro de 2017 - 2T. PA CFMV nº 4213/2017. Origem: CRMV-RS. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e dar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. Nordman W. B. de Carvalho Filho.

Acórdão nº 196 de 28 de novembro de 2017 - 2T. PA CFMV nº 4212/2017. Origem: CRMV-RS. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e dar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. Nordman W. B. de Carvalho Filho.

Acórdão nº 197 de 27 de novembro de 2017 - 2T. PA CFMV nº 4206/2017. Origem: CRMV-RS. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e dar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. Nordman W. B. de Carvalho Filho.

Acórdão nº 198 de 27 de novembro de 2017 - 2T. PA CFMV nº 4205/2017. Origem: CRMV-RS. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e dar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. Nordman W. B. de Carvalho Filho.

Acórdão nº 199 de 28 de novembro de 2017 - 2T. PA CFMV nº 4204/2017. Origem: CRMV-RS. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e dar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. Nordman W. B. de Carvalho Filho.

Acórdão nº 200 de 27 de novembro de 2017 - 2T. PA CFMV nº 4418/2016. Origem: CRMV-SP. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e dar-lhe provimento parcial, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. Nordman W. B. de Carvalho Filho.

Acórdão nº 201 de 28 de novembro de 2017 - 2T. PA CFMV nº 4504/2017. Origem: CRMV-RJ. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. Claudio Regis Depes.

Acórdão nº 202 de 28 de novembro de 2017 - 2T. PA CFMV nº 4503/2017. Origem: CRMV-RJ. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. Claudio Regis Depes.

Acórdão nº 203 de 28 de novembro de 2017 - 2T. PA CFMV nº 4500/2017. Origem: CRMV-RS. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e dar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. Claudio Regis Depes.

Acórdão nº 204 de 28 de novembro de 2017 - 2T. PA CFMV nº 4497/2017. Origem: CRMV-RS. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e dar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. Claudio Regis Depes.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800190

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Acórdão nº 205 de 28 de novembro de 2017 - 2T. PA CFMV nº 4211/2017. Origem: CRMV-RS. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e dar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. Claudio Regis Depes.

Acórdão nº 206 de 28 de novembro de 2017 - 2T. PA CFMV nº 4210/2017. Origem: CRMV-RS. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e dar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. Claudio Regis Depes.

Acórdão nº 207 de 28 de novembro de 2017 - 2T. PA CFMV nº 4384/2017. Origem: CRMV-RS. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e dar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. Claudio Regis Depes.

Acórdão nº 208 de 27 de novembro de 2017 - 2T. PA CFMV nº 4035/2017. Origem: CRMV-SC. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e dar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. Claudio Regis Depes.

Acórdão nº 209 de 27 de novembro de 2017 - 2T. PA CFMV nº 1456/2017. Origem: CRMV-SC. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e dar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. Claudio Regis Depes.

Acórdão nº 210 de 28 de novembro de 2017 - 2T. PA CFMV nº 4498/2017. Origem: CRMV-RS. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e dar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. Claudio Regis Depes.

Acórdão nº 211 de 28 de novembro de 2017 - 2T. PA CFMV nº 4659/2017. Origem: CRMV-RS. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. Claudio Regis Depes.

Acórdão nº 213 de 28 de novembro de 2017 - 2T. PA CFMV nº 4496/2017. Origem: CRMV-RS. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e dar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. Claudio Regis Depes.

Acórdão nº 214 de 28 de novembro de 2017 - 2T. PA CFMV nº 4989/2017. Origem: CRMV-RS. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e dar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. Claudio Regis Depes.

Acórdão nº 215 de 28 de novembro de 2017 - 2T. PA CFMV nº 4988/2017. Origem: CRMV-RS. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e dar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. Claudio Regis Depes.

Acórdão nº 216 de 28 de novembro de 2017 - 2T. PA CFMV nº 4987/2017. Origem: CRMV-RS. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e dar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. Claudio Regis Depes.

Acórdão nº 217 de 28 de novembro de 2017 - 2T. PA CFMV nº 4661/2017. Origem: CRMV-RS. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e dar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. Claudio Regis Depes.

Acórdão nº 218 de 28 de novembro de 2017 - 2T. PA CFMV nº 4660/2017. Origem: CRMV-RS. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. Claudio Regis Depes.

AMILSON PEREIRA SAID
Presidente da Turma

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE MINAS GERAIS

RESOLUÇÃO Nº 395, DE 16 DE MARÇO DE 2018

Dispõe sobre a concessão de diárias, de passagens aéreas e de auxílio deslocamento a conselheiros, delegados seccionais, funcionários e colaboradores do CRCMG e dá outras providências.

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições legais e regimentais, Considerando a necessidade de se estabelecerem critérios para a concessão de diárias, de passagens aéreas e de auxílio deslocamento a conselheiros, delegados seccionais, funcionários e colaboradores do CRCMG; Considerando que a expansão das atividades desta entidade acarreta a necessidade de representações em eventos e reuniões em âmbito estadual, nacional e internacional; Considerando a integração do Sistema CFC/CRCs e do CRCMG com os diversos órgãos governamentais, científicos e educacionais, no âmbito municipal, estadual, nacional e internacional; Considerando que, em várias ocasiões, faz-se necessária, também, a convocação de pessoas não vinculadas a esta entidade, designadas, por meio de portarias, para participar de grupos de estudos técnicos e comissões, de acordo com o Regimento Interno do CRCMG, devido ao reconhecido destaque nos campos cultural, técnico, científico e acadêmico; resolve:

CAPÍTULO I Disposições Gerais

Art. 1º A aquisição de passagens aéreas e a concessão de diárias no Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais (CRCMG) ficam regulamentadas por esta resolução. Art. 2º Os conselheiros, delegados seccionais, funcionários e colaboradores farão jus à passagem aérea e à percepção de diária, a título de indenização de despesas com alimentação, hospedagem e locomoção urbana, quando se deslocarem de seus domicílios a serviço do CRCMG. Parágrafo único. Considera-se colaborador, para efeito desta resolução, participantes de comissões de estudo e grupos de estudos técnicos, formalmente designados pelo presidente do CRCMG, bem como palestrantes não remunerados dos eventos do CRCMG. Art. 3º Para participar de reuniões dos órgãos de deliberação coletiva dispostos no Regimento Interno do CRCMG, o conselheiro residente na capital ou em cidades cuja distância da capital seja de até 50 (cinquenta) quilômetros, devidamente convocado, fará jus à indenização de despesas com alimentação e locomoção urbana, no valor de R$200,00 (duzentos reais), por dia de convocação. Art. 4º Para fins de aquisição de passagens aéreas e concessão de diárias, é necessário que haja compatibilidade entre os motivos do deslocamento e o interesse público do CRCMG, do mesmo modo que correlação entre o objetivo do deslocamento e as atribuições/especialidades da pessoa com as atividades a serem desempenhadas. Art. 5º O pagamento de diárias a funcionários previsto nesta resolução abrange somente viagens para fora do estado de Minas Gerais, para fins específicos de participações em reuniões e eventos do Sistema CFC/CRCs e em treinamentos, desde que devidamente designados ou convocados pelo presidente do CRCMG. Art. 6º A autorização do pagamento da diária é de competência do presidente do CRCMG. Art. 7º Compete ao Plenário do CRCMG autorizar, por meio de deliberação, a viagem internacional a serviço, em missão oficial ou com fins de treinamento. § 1º Ocorrendo situações urgentes e não havendo tempo hábil para aguardar a autorização do Plenário, o presidente poderá autorizar a viagem para fora do país, ad referendum do Plenário, devendo apresentar a justificativa na sessão subsequente. § 2º Os documentos que justificarem o deslocamento a serviço no exterior, em missão oficial ou em treinamento, deverão ser anexados ao respectivo processo de viagem. Art. 8º As diárias, aquisição de passagens aéreas e concessão de outras verbas indenizatórias previstas nesta resolução deverão ser solicitadas pelos setores competentes, com antecedência mínima de sete dias contados da data programada para a concessão da diária. § 1º Os requerimentos para aquisição de passagens e concessão de diárias deverão ser efetuados no sistema de diárias utilizado pelo CRCMG, devendo ser preenchidos todos os dados obrigatórios constantes na requisição. § 2º A concessão de diária em prazo divergente do previsto no caput ou a reemissão de bilhetes de passagem em prazo inferior 10 (dez) dias somente serão autorizadas mediante apresentação de justificativa relevante de interesse do serviço, ressalvado quando a convocação for determinada pelo presidente, por motivo urgente de serviço ou representação da autarquia. Art. 9º As requisições de concessão de diárias e aquisição de passagens, quando apresentarem afastamento com início na sexta-feira, e as requisições que incluírem sábados, domingos e feriados serão expressamente justificadas, condicionadas à autorização da autoridade competente. Art. 10. Os processos de viagens deverão conter, obrigatoriamente, os relatórios circunstanciados ou atas ou listas de presença, para comprovação da participação do beneficiário nas reuniões, eventos ou missões. Parágrafo único. Será de responsabilidade da área requisitante da viagem o controle de recebimento dos relatórios, que deverão ser entregues em até 30 (trinta) dias após a realização da viagem.

CAPÍTULO II Diárias

Art. 11. Considera-se, para pagamento de diária, o deslocamento do conselheiro, delegado seccional ou colaborador para localidade que esteja a mais de 50 (cinquenta) quilômetros da cidade de sua residência. Art. 12. A diária será paga por dia de afastamento até a data de retorno. Parágrafo único. O beneficiário fará jus somente à metade do valor da diária nos seguintes casos: I - quando o afastamento não exigir pernoite fora da sede; II - no dia do retorno à cidade de residência. Art. 13. Os valores das diárias são fixados na Tabela de Valores de Diárias, constante do Anexo I desta resolução, e os valores do auxílio deslocamento e adicional de embarque e desembarque são fixados nas tabelas de valores constantes do Anexo II desta resolução. Art. 14. Para viagens ao exterior, será adotado valor idêntico ao das diárias praticadas pelo Conselho Federal de Contabilidade para seus conselheiros, valor esse que será aplicado, igualmente, às diárias dos conselheiros e funcionários do CRCMG. § 1º O período de afastamento será calculado, considerando a chegada ao destino no dia anterior ao início da missão, reunião ou evento, com o tempo mínimo de 12 (doze) horas entre o desembarque no destino e o início das atividades, e o retorno no dia imediatamente subsequente ao seu encerramento. § 2º Nos casos de viagem com duração superior a 24 (vinte e quatro) horas, o período poderá considerar a chegada dois dias antes do início do evento, com o tempo mínimo de 24 (vinte e quatro) horas entre o desembarque no destino e o início das atividades, e o retorno no dia imediatamente subsequente ao seu encerramento. § 3º As diárias internacionais serão pagas a partir da data do afastamento do território nacional até o dia da chegada ao Brasil. § 4º Quando o afastamento exigir pernoite em território nacional, fora do domicílio, será paga diária nacional integral. § 5º O valor da diária internacional será reduzido à metade nos seguintes casos: I - quando o afastamento não exigir pernoite fora da sede; II - no dia da chegada ao território nacional. § 6º O pagamento das diárias concedidas será efetuado em moeda nacional, preferencialmente até 72 (setenta e duas) horas antes do embarque, e terá o valor convertido pela taxa de câmbio do dia da emissão da ordem bancária, observado o estabelecido no caput. § 7º Caberá ao passageiro proceder à aquisição da moeda estrangeira em estabelecimento de sua escolha, credenciado e autorizado a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Art. 15. As diárias nacionais serão pagas antecipadamente, de uma só vez, preferencialmente 48 (quarenta e oito) horas antes da viagem, exceto em casos de emergência, quando poderão ser pagas no decorrer do afastamento. Art. 16. As diárias recebidas indevidamente deverão ser restituídas pelo beneficiário, em até 5 (cinco) dias contados da data do cancelamento ou interrupção da viagem. § 1º Serão restituídas, também, em sua totalidade, no prazo estabelecido no caput, as diárias recebidas quando, por qualquer circunstância, não ocorrer o afastamento. § 2º Quando se tratar de diárias internacionais pagas em moeda estrangeira (conversão), as restituições previstas neste artigo serão efetivadas conforme o valor de cotação da moeda utilizada para emissão da ordem bancária de pagamento. § 3º A restituição de diárias será efetivada por meio de transferência eletrônica ou depósito bancário identificado em conta corrente de titularidade do CRCMG. § 4º Caso não ocorra a devolução no prazo previsto no caput, ficará suspensa a concessão de novas diárias até a restituição ao CRCMG da importância recebida indevidamente, além da aplicação das demais penalidades cabíveis.

CAPÍTULO III Passagens aéreas

Art. 17. Sempre que for necessário o deslocamento por meio de transporte aéreo, o CRCMG fornecerá as passagens e, no caso de embarque e desembarque no Aeroporto Internacional de Belo Horizonte em Confins, será pago, ainda, o adicional de embarque e desembarque. Parágrafo único. As passagens aéreas de que trata o caput serão adquiridas quando houver disponibilidade de transporte aéreo regular no trecho pretendido. Art. 18. Para a aquisição das passagens aéreas serão observadas as datas de início e de término da atividade a ser desenvolvida fora da localidade de domicílio, a disponibilidade de voos e os seguintes critérios: I - quando a atividade iniciar-se até as 10h, a data de partida poderá ser a véspera; II - quando a atividade finalizar-se após as 16h, a data de regresso poderá ser o dia seguinte; III - quando houver indisponibilidade de voos entre 6h e 22h, a data de partida poderá ser a véspera, e a de regresso poderá ser o dia seguinte. § 1º As datas de voo poderão ser alteradas para o dia de início e de término da atividade, se, previamente à aquisição, o beneficiário optar por se deslocar nesses dias e houver disponibilidade de voo. § 2º Adquiridas as passagens, a solicitação de aquisição em novas datas ou horários da viagem será processada sem ônus para o beneficiário nos casos em que a programação da viagem for alterada por motivo de força maior, caso fortuito ou por interesse do CRCMG, justificado no pedido de alteração. § 3º Não havendo acolhimento à justificativa apresentada, o ônus da alteração do bilhete de passagem, se houver, será de responsabilidade do beneficiário. O pedido de alteração poderá ser processado e as despesas adicionais decorrentes da remarcação da passagem deverão ser negociadas e pagas diretamente à agência de viagens contratada pelo CRCMG. Art. 19. O beneficiário deverá ressarcir o CRCMG dos valores decorrentes do cancelamento da viagem ou não comparecimento ao embarque (no-show) que deixarem de ser reembolsados pela companhia aérea, salvo comprovada ocorrência de caso fortuito, força maior ou por interesse do CRCMG, mediante justificativa documentada. § 1º Não podendo utilizar o(s) bilhete(s) aéreo(s) emitido(s) pelo CRCMG e sem que haja nenhum prejuízo das atividades a serem desempenhadas com o deslocamento previsto, em caráter excepcional e por razões de absoluta necessidade, o interessado poderá adquirir por sua própria conta outro bilhete aéreo, para um ou mais trechos do deslocamento, arcando integralmente com essa despesa. § 2º Na hipótese prevista no parágrafo anterior, o beneficiário não ficará obrigado a ressarcir o CRCMG do bilhete não utilizado, mas deverá comunicar ao CRCMG sobre o ocorrido, em um prazo máximo de 5 (cinco) dias da data da ocorrência, para fins de verificação de possível alteração da quantidade de diárias pagas. Art. 20. É facultada ao interessado a solicitação de passagens aéreas em datas anteriores e posteriores ao evento para o qual o CRCMG tenha autorizado participar, desde que o valor dos bilhetes seja igual ou inferior àquele que seria praticado na data regulamentar. Parágrafo único. Quando o valor de que trata o caput desse artigo for superior àquele que seria praticado na data regulamentar, o interessado poderá optar pela emissão da passagem, desde que as despesas adicionais sejam negociadas e pagas diretamente à agência de viagens contratada pelo CRCMG. Art. 21. É necessária a juntada de comprovação da viagem aérea mediante cópia do cartão de embarque ou comprovante emitido diretamente no sítio eletrônico da companhia aérea. Art. 22. Nas viagens para o exterior, a categoria de transporte aéreo a ser utilizada é a "Classe Econômica". Art. 23. Caso seja interesse do CRCMG, poderá haver ressarcimento de despesa com transporte alternativo ou complementar entre duas cidades, quando não for possível a aquisição de passagem aérea para o destino final da viagem, mediante a apresentação dos devidos comprovantes.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800191

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAPÍTULO IV Bagagens

Art. 24. As passagens aéreas deverão ser adquiridas com a franquia de bagagem incluída (1 peça - 23kg), observando-se a regra da menor tarifa disponível no dia da compra. §1º As viagens em que o deslocamento não exigir mais de um pernoite fora do domicílio terão suas passagens aéreas adquiridas sem a franquia de bagagem. § 2º Não serão considerados, para fins de duração da viagem, os dias em que o passageiro tenha estendido o seu retorno para fins particulares. § 3º Em casos excepcionais, em que o passageiro tenha que transportar materiais de trabalho do CRCMG e que excedam a franquia de bagagens, os custos pagos pelo excesso poderão ser reembolsados pelo CRCMG mediante comprovação por meio de recibo/nota fiscal e descrição do material transportado. CAPÍTULO V Auxílio deslocamento

Art. 25. Nos deslocamentos terrestres para fora do município de sua residência, dentro do estado de Minas Gerais, o conselheiro, delegado seccional ou colaborador receberá, além da diária correspondente, auxílio deslocamento para cobrir gastos com ida e volta, conforme Tabela de Valores de auxílio deslocamento, constante do Anexo II desta resolução, independentemente do meio de transporte utilizado, exceto quando a passagem aérea for adquirida pelo CRCMG. § 1º O valor do auxílio deslocamento de que trata o caput fica limitado ao custo total das passagens aéreas que poderiam ter sido utilizadas no trecho (ida e volta), no caso de aquele ser superior a este. § 2º Poderá ser concedido auxílio deslocamento para viagens fora do estado de Minas Gerais, excepcionalmente, desde que aprovado pelo presidente e seguindo o disposto no parágrafo anterior.

Art. 26. A opção de uso de veículo próprio para a realização de serviço externo, representação oficial ou treinamento é de total responsabilidade do viajante, inclusive quanto a possíveis despesas com acidentes ou avarias no percurso.

CAPÍTULO VI Disposições Finais

Art. 27. O ato de concessão de diárias é classificado como "público", e terá seus dados apresentados Portal da Transparência e Acesso à Informação, disponível no portal do CRCMG.

Art. 28. É vedado o pagamento de diária cumulativamente com outra retribuição de caráter indenizatório de despesa em datas coincidentes, excetuado o auxílio deslocamento e o adicional de embarque e desembarque.

Art. 29. A concessão e o pagamento de diária condicionam-se à existência de crédito orçamentário e disponibilidade financeira.

Art. 30. Constitui infração grave, punível na forma da lei, conceder ou receber diária indevidamente.

Art. 31. Esta resolução entra em vigor a partir de sua publicação e revoga as Resoluções CRCMG n.ºs 355/2014, 368/2015 e 387/2017. Dê-se ciência aos interessados e cumpra-se.

ROSA MARIA ABREU BARROS
Presidente do Conselho

ANEXO I

A) TABELA DE VALORES DE DIÁRIAS
Aprovada na 3ª Reunião Plenária de 2018, realizada em 16 de março de 2018.

FUNÇÃO	CATEGORIA	NACIONAIS R$	DENTRO DO ESTADO DE MINAS GERAIS R$
Conselheiro	Efetivo e suplente	R$ 530,00	R$ 450,00
Delegado seccional e colaborador	Delegado seccional e colaborador	R$ 430,00	Deslocamento para a capital: R$ 430,00
			Deslocamento para o interior: R$ 290,00
Funcionários	Ocupante de cargo de chefia e assessoramento	R$ 500,00	Conforme resolução específica
	Demais funcionários	R$ 430,00	Conforme resolução específica

ANEXO II

A)VALORES DE AUXÍLIO DESLOCAMENTO NO ESTADO DE MINAS GERAIS (IDA E VOLTA)

DISTÂNCIA	VALOR UNITÁRIO (R$) QUILÔMETRO DE DISTÂNCIA ENTRE AS CIDADES
Até 50 km, considerando o deslocamento de cidade a cidade.	R$ 0,00
Acima de 51 km, considerando o deslocamento de cidade a cidade.	R$ 1,00

B)AUXÍLIO EMBARQUE E DESEMBARQUE PARA VIAGENS COM DESLOCAMENTO AÉREO

AUXÍLIO	VALOR
Para embarque e desembarque realizado no Aeroporto Internacional de Belo Horizonte em Confins.	R$ 120,00, por embarque ou desembarque

CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 4ª REGIÃO

RESOLUÇÃO Nº 106, DE 26 DE MARÇO DE 2018

Dispõe sobre a inclusão dos parágrafos primeiro e segundo no artigo 23 do Regimento Eleitoral a ser utilizado pelo Conselho Regional de Educação Física da 4ª Região - CREF4/SP na eleição de 2018, Resolução CREF4/SP n° 0100/2018

O PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 4ª REGIÃO - CREF4/SP, no uso de suas atribuições estatutárias, conforme dispõe o art. 40, inciso IX do Estatuto do CREF4/SP e:

CONSIDERANDO o disposto no artigo 70, parágrafo único, do Estatuto do Conselho Regional de Educação Física da 4ª Região - CREF4/SP;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução CONFEF nº 346 de 16 de novembro de 2017;

CONSIDERANDO que o selo de segurança fornecido pelo CONFEF equivale à rubrica manual;

CONSIDERANDO que o selo de segurança, previsto no artigo 23 da Resolução CREF4/SP n° 0100/2018, substitui a necessidade de rubrica manual das cédulas pela Comissão Eleitoral;

CONSIDERANDO a necessidade de criar regras objetivas em caso de fornecimento insuficiente, ou não fornecimento, do selo de segurança pelo CONFEF para as cédulas eleitorais;

CONSIDERANDO, o deliberado na 67ª Reunião Plenária Extraordinária do CREF4/SP, realizada em 26 de março de 2018; resolve:

Art. 1º - Incluir os parágrafos primeiro e segundo ao artigo 23 da Resolução CREF4/SP n° 0100/2018, com a seguinte redação:

...

Art. 23 - ...

§ 1º - O selo fornecido pelo CONFEF será a rubrica de segurança, substituindo a necessidade de rubrica manual das cédulas pela Comissão Eleitoral.

§ 2º - Caso o CONFEF não forneça os selos de segurança ou os forneça em número insuficiente, as cédulas deverão ser rubricadas por pelo menos 02 (dois) membros da Comissão Eleitoral.

...

Art. 2º Esta resolução entra em vigor nesta data, com vigência na forma do Art. 51 da Resolução CREF4/SP n° 0100/2018.

NELSON LEME DA SILVA JUNIOR

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DA PARAÍBA

DECISÃO Nº 23, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2018

Aprova abertura de Créditos Adicionais Suplementar ao Orçamento Programa para o corrente exercício, no valor de R$ 5.500.000,00 (cinco milhões e quinhentos mil reais).

O Conselho Regional de Enfermagem do Estado da Paraíba COREN-PB, no uso da competência consignada no inciso VI, do art. 15, da Lei 5.905, de 12 de julho de 1973, e, tendo em vista o Regimento da Autarquia, com fundamento no inciso XXXIV, letra "b" do Art. 13 da Resolução COFEN - nº 242/2000, de 31 de agosto de 2000; Considerando, o que dispõe o Art. 167, inc. V e § 2º da Constituição Federal do Brasil; Considerando, o que dispõe a Lei nº 4.320/64, de 17 de março de 1964, nos seus artigos nº 40 a 46; Considerando, o que dispõe a Resolução Cofen nº 340/2008; Considerando, ainda, o constante dos demonstrativos anexos que apresentam a situação do Orçamento em razão da execução orçamentária no decorrer do exercício; Considerando, a necessidade de reajustar as dotações que se apresentam insuficientes no Orçamento para o Exercício de 2017; Considerando, a ROP nº 750 de 15 de fevereiro de 2018. Decide:

Art. 1. Aprovar a Abertura de Créditos Adicionais Suplementar até a quantia de R$ 5.500.000,00 (cinco milhões e quinhentos mil reais) destinados ao reforço de dotação no Orçamento vigente, conforme segue: 03.000 CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DA PARAÍBA. 2001 Manutenção das Atividades do COREN-PB 3000.00 Despesas Correntes R$ 4.908.700,00. 3190.00 Pessoal e Encargos Sociais R$ 30.000,00. 3390.00 Outras Despesas Correntes R$ 4.878.700,00. 4000.00 Despesas de Capital R$ 591.300,00. 4490.00 Investimentos R$ 591.300,00. 4590.00 Inversões Financeiras R$ 0,00. Total das Suplementações R$ 5.500.000,00.

Art. 2. Para acorrer às despesas orçamentárias com Abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata esta Decisão, serão utilizados como fonte os Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores, previstos no §1°, inc. I do art. 43 da Lei Federal n° 4.320/64, no valor de R$ 5.500.000,00 (cinco milhões e quinhentos mil reais), conforme segue: 03.000 CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DA PARAÍBA. 2001 Manutenção das Atividades do COREN-PB. 9990.00.00 Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores R$ 5.500.000,00. Total das Suplementações R$ 5.500.000,00.

Art. 3. O valor do orçamento para o corrente exercício, mesmo em face das alterações ora aprovadas, passara a vigorar com o valor de R$ 12.330.500,00 (doze milhões trezentos e trinta e três mil e quinhentos reais).

Art. 4. Os efeitos da presente Decisão produzirão efeitos a partir da data de sua publicação na imprensa oficial.

RENATA RAMALHO DA CUNHA DANTAS
Presidente do Conselho

SAMIRA EMANUELE DE AZEVEDO LUNA
Secretária

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

PORTARIA Nº 1, DE 21 DE MARÇO DE 2018

O PROCURADOR GERAL DO CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO, juntamente com a Presidência da Autarquia, no exercício regular de suas respectivas atribuições,

Considerando o princípio constitucional da eficiência, previsto no caput do art. 37 da Constituição Federal;

Considerando que o §2º do art. 6º da Lei nº 12.514, de 28 de outubro de 2014 confere poderes aos conselhos para estabelecer políticas de recuperação de créditos;

Considerando a Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015 que dispõe sobre a mediação entre particulares como meio de solução de controvérsias e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública;

Considerando o art. 3º da Resolução 0519/2016-COFEN que prevê a possibilidade de transação em execução fiscal na audiência de conciliação;

Considerando os art. 3º, § 2º, art. 4º, art. 6º e art. 15, todos da Lei 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil);

Considerando a necessidade de se consolidar uma política pública permanente de incentivo e aperfeiçoamento dos mecanismos consensuais de solução de litígios; resolvem:

Art. 1º Criar Central de Conciliação destinada ao auxílio dos inscritos, seja pessoa física ou jurídica, para negociação de débitos, de qualquer natureza, por meio de métodos consensuais para solução de conflitos.

Parágrafo único. A Central de Conciliação será instalada no 1º andar do edifício sede do Coren-SP para atendimento aos profissionais, visando otimizar e facilitar o acesso ao acordo referente a débitos fiscais.

Art. 2º Os convênios de cooperação técnica com o Tribunal Regional Federal da 3ª Região, Ministério Público Estadual e Federal, obrigatoriamente, serão firmados e mantidos vigentes pelo Coren-SP a partir da publicação desta portaria.

Art. 3º A Central de Conciliação terá competência funcional para realizar tentativas extrajudiciais para adequação de instituição/programas de saúde as determinações deste conselho, por meio de sessões conciliatórias pautadas pela razoabilidade em prol do interesse público.

Parágrafo único. A competência descrita no caput deste artigo não será absoluta.

Art. 4º Cuidando-se de questões postas à conciliação derivadas da fiscalização, a atuação da Central de Conciliação ocorrerá pela Gerência Jurídica, sendo designado colaborador com formação jurídica para tratar da questão.

Art. 5º A fiscalização, apurando eventuais irregularidades, deverá submeter à questão para Central de Conciliação, com relatório atualizado, com vistas a subsidiar a aplicação de meios alternativos para adequação, tal como o Termo de Ajustamento de Conduta - TAC, entre outros, prevenindo e obstando a judicialização e instauração de processos éticos.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800192

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

§1º Recebida a noticia de irregularidade, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, será expedido ofício ao fiscalizado, destinado ao representante legal, informando a designação de sessão de conciliação, com indicação precisa do local, data e horário, preferencialmente, a ser realizada na sede do Coren-SP ou subseção.

§2º Na sessão de conciliação, tratando-se de questões relacionadas a fiscalização de instituições/programas de saúde, será obrigatória a presença de integrante da área técnica envolvida.

§3º O não comparecimento à sessão de conciliação, sem justo motivo, com prévia comunicação, implicará na certificação da ausência, cujo termo será acostado aos autos de representação ao Ministério Público ou eventual Ação Judicial cabível, sendo considerado ato atentatório a dignidade deste Conselho, por analogia ao §8º, art. 334 do CPC.

Art. 6º A Central de Conciliação poderá realizar sessões, inclusive coletivas, para solução consensual de todo e qualquer assunto, exceto se não for admitida transação.

Art. 7º A composição da Central de Conciliação será rotativa, de acordo com a necessidade de trabalho, por colaboradores dos setores envolvidos, sob a supervisão de integrante designado pela Procuradoria Jurídica para o controle da legalidade.

ALEXANDRE MORAES COSTA DE CERQUEIRA
Procurador-Geral

RENATA ANDRÉA PIETRO PEREIRA VIANA
Presidente do Conselho

EDUARDA RIBEIRO DOS SANTOS
1ª Secretária

PORTARIA Nº 2, DE 21 DE MARÇO DE 2018

O PROCURADOR GERAL DO CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO, juntamente com a Presidência da Autarquia, no exercício regular de suas respectivas atribuições,

Considerando que o §2º do art. 6º da Lei nº 12.514, de 28 de outubro de 2014 confere poderes aos conselhos para estabelecer políticas de recuperação de créditos;

Considerando o parágrafo único do art. 1º da Lei 9.492, de 10 de setembro de 1997, prevê expressamente a possibilidade de protesto de certidões da dívida ativa de Autarquias;

Considerando que o Pretório Excelso considerou constitucional o protesto da Certidão de Dívida Ativa no julgamento da ADI 3135, sob a relatoria do eminente Min. Roberto Barroso, tribunal pleno, julgado em 09/11/2016, processo eletrônico DJe-022, divulgado em 06-02-2018, publicado em 07-02-2018;

Considerando a autorização contida na Resolução nº 0498/2015/COFEN para celebração de convênios de cooperação técnica ou acordos com instituições de protestos de títulos;

Considerando o fato de a execução fiscal ser o instrumento típico para a cobrança judicial da Dívida Ativa não exclui mecanismos extrajudiciais, como o protesto de CDA e, que o protesto não impede o devedor de acessar o Poder Judiciário para discutir a validade do crédito;

Considerando a recomendação do STF sobre a edição de ato infralegal que estabeleça parâmetros claros, objetivos e compatíveis com a Constituição para identificar os créditos que serão protestados, em respeito aos princípios da impessoalidade e da isonomia. Resolvem:

Art. 1º As Certidões de Dívida Ativa deste Conselho deverão ser levadas a protesto, iniciando-se pelas dívidas mais recentes, sem, contudo, obstar o protesto de dívidas antigas.

§1º Preferencialmente, o ato de protesto será contemporâneo à expedição da CDA;

§2º Não será levada a protesto Certidão de Dívida Ativa atingida pelo prazo prescricional.

Art. 2º Não será protestada mais de 1 (uma) CDA pertencente a mesmo devedor por ano, com vistas possibilitar o pagamento de forma individualizada de cada débito.

Art. 3º Por questões técnicas e operacionais, os protesto serão iniciados na localidade da sede deste Conselho, estendendo-se para as demais localidades do Estado dentro do possível e de forma proporcional.

Art. 4º A partir da publicação deste ato, fica arbitrado o prazo máximo de 30 (trinta) dias para que o setor da dívida ativa celebre convênio ou acordo de cooperação técnica com o órgão responsável pela remessa a protesto das Certidões da Dívida Ativa, podendo ser prorrogado uma vez por igual período, desde que apresente justificativa idônea.

ALEXANDRE MORAES COSTA DE CERQUEIRA
Procurador-Geral

RENATA ANDRÉA PIETRO PEREIRA VIANA
Presidente do Conselho

EDUARDA RIBEIRO DOS SANTOS
1ª Secretária

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

CONSELHO FEDERAL

3ª CÂMARA

DESPACHOS

RECURSO N. 49.0000.2017.010566-1/TCA. Recte: Presidente da Comissão de Sociedade de Advogados da OAB/Minas Gerais - Stanley Martins Frasão. (Gestão 2016/2018). (Adv: Stanley Martins Frasão OAB/MG 46512). Recdo: Almeida Advogados Direito Corporativo. Repte Legal: André de Almeida Rodrigues OAB/MG 74489. (Advs: André de Almeida Rodrigues OAB/MG 74489, Aristóteles Dutra de Araújo Atheniense OAB/MG 6285 e outros). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais. Relator: Conselheiro Federal Marcus Felipe Botelho Pereira (ES). DESPACHO: "Chamo o feito à ordem. Tendo em vista a certidão de fls. 1615, da Coordenação da Terceira Câmara, retiro o processo da pauta de julgamentos e determino a devolução imediata dos autos à origem para regularização do processo, com a inclusão das folhas faltantes ou adoção das providências que entender necessárias. Brasília, 23 de março de 2018. Marcus Felipe Botelho Pereira, Relator". RECURSO N. 49.0000.2018.001099-0/TCA. Recte: Presidente da Comissão de Sociedade de Advogados da OAB/Minas Gerais - Stanley Martins Frasão. (Gestão 2016/2018). (Adv: Stanley Martins Frasão OAB/MG 46512). Recdo: Monteiro de Andrade, Diniz, Galuppo, Albuquerque e Viana Advogados Associados. Repte Legal: Márcio Gabriel Diniz OAB/MG 18989. (Advs: Márcio Gabriel Diniz OAB/MG 18989 e outros). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais. Relator: Conselheiro Federal Luiz Henrique Cabanellos Schuh (RS). DESPACHO: "Chamo o feito à ordem. Tendo em vista a certidão de fls. 1118, da Coordenação da Terceira Câmara, retiro o processo da pauta de julgamentos e determino a devolução imediata dos autos à origem para regularização do processo, com a inclusão das folhas faltantes ou adoção das providências que entender necessárias. Brasília, 27 de março de 2018. Luiz Henrique Cabanellos Schuh, Relator".

Brasília, 27 de março de 2018.

ANTONIO ONEILDO FERREIRA
Presidente





Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032800194

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.